Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA · V

África do século XVI ao XVIII

EDITOR BETHWELL ALLAN OGOT

UNESCO Representação no BRASIL
Ministério da Educação do BRASIL
Universidade Federal de São Carlos

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • V

África do século XVI ao XVIII

Coleção História Geral da África da UNESCO

Volume I	Metodologia e pré-história da África (Editor J. Ki-Zerbo)
Volume II	África antiga (Editor G. Mokhtar)
Volume III	África do século VII ao XI (Editor M. El Fasi) (Editor Assistente I. Hrbek)
Volume IV	África do século XII ao XVI (Editor D. T. Niane)
Volume V	África do século XVI ao XVIII (Editor B. A. Ogot)
Volume VI	África do século XIX à década de 1880 (Editor J. F. A. Ajayi)
Volume VII	África sob dominação colonial, 1880-1935 (Editor A. A. Boahen)
Volume VIII	África desde 1935 (Editor A. A. Mazrui) (Editor Assistente C. Wondji)

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • V

África do século XVI ao XVIII

EDITOR BETHWELL ALLAN OGOT

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, V*: Africa from the sixteenth to the eighteenth century. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1992. (Primeira edição publicada em inglês).

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério
Tradutores: David Yann Chaigne, Luana Antunes Costa, João Bortolanza, Fábio Lucas Pierini, Márcio Prado, Bárbara Muniz Vieira (Glossário)
Revisão técnica: Kabengele Munanga
Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão
Revisão e atualização ortográfica: Ilunga Kabengele
Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010.
1208 p.

ISBN: 978-85-7652-127-3

1. História 2. História moderna 3. História africana 4. Culturas africanas 5. África I. Ogot, Bethwell Allan II. UNESCO III. Brasil. Ministério da Educação IV. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70047-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217
Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310
Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)
Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

> "Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana". J. Ki-Zerbo, História Geral da África, vol. I, p. LII.

A Representação da UNESCO no Brasil e o Ministério da Educação têm a satisfação de disponibilizar em português a Coleção da História Geral da África. Em seus oito volumes, que cobrem desde a pré-história do continente africano até sua história recente, a Coleção apresenta um amplo panorama das civilizações africanas. Com sua publicação em língua portuguesa, cumpre-se o objetivo inicial da obra de colaborar para uma nova leitura e melhor compreensão das sociedades e culturas africanas, e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Cumpre-se, também, o intuito de contribuir para uma disseminação, de forma ampla, e para uma visão equilibrada e objetiva do importante e valioso papel da África para a humanidade, assim como para o estreitamento dos laços históricos existentes entre o Brasil e a África.

O acesso aos registros sobre a história e cultura africanas contidos nesta Coleção se reveste de significativa importância. Apesar de passados mais de 26 anos após o lançamento do seu primeiro volume, ainda hoje sua relevância e singularidade são mundialmente reconhecidas, especialmente por ser uma história escrita ao longo de trinta anos por mais de 350 especialistas, sob a coordenação de um comitê científico internacional constituído por 39 intelectuais, dos quais dois terços africanos.

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem-se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira. Essa compreensão, no entanto, ainda está restrita aos altos estudos acadêmicos e são poucas as fontes de acesso público para avaliar este complexo processo, considerando inclusive o ponto de vista do continente africano.

A publicação da Coleção da História Geral da África em português é também resultado do compromisso de ambas as instituições em combater todas as formas de desigualdades, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), especialmente no sentido de contribuir para a prevenção e eliminação de todas as formas de manifestação de discriminação étnica e racial, conforme estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965.

Para o Brasil, que vem fortalecendo as relações diplomáticas, a cooperação econômica e o intercâmbio cultural com aquele continente, essa iniciativa é mais um passo importante para a consolidação da nova agenda política. A crescente aproximação com os países da África se reflete internamente na crescente valorização do papel do negro na sociedade brasileira e na denúncia das diversas formas de racismo. O enfrentamento da desigualdade entre brancos e negros no país e a educação para as relações étnicas e raciais ganhou maior relevância com a Constituição de 1988. O reconhecimento da prática do racismo como crime é uma das expressões da decisão da sociedade brasileira de superar a herança persistente da escravidão. Recentemente, o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

Nessa perspectiva, a UNESCO e o Ministério da Educação acreditam que esta publicação estimulará o necessário avanço e aprofundamento de estudos, debates e pesquisas sobre a temática, bem como a elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o seu trabalho junto aos alunos. Objetivam assim com esta edição em português da História Geral da África contribuir para uma efetiva educação das relações étnicas e raciais no país, conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação.

Boa leitura e sejam bem-vindos ao Continente Africano.

Vincent Defourny	*Fernando Haddad*
Representante da UNESCO no Brasil	Ministro de Estado da Educação do Brasil

NOTA DOS TRADUTORES

A Conferência de Durban ocorreu em 2001 em um contexto mundial diferente daquele que motivou as duas primeiras conferências organizadas pela ONU sobre o tema da discriminação racial e do racismo: em 1978 e 1983 em Genebra, na Suíça, o alvo da condenação era o ***apartheid.***

A conferência de Durban em 2001 tratou de um amplo leque de temas, entre os quais vale destacar a avaliação dos avanços na luta contra o racismo, na luta contra a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; a avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus diversos contextos; bem como a sugestão de medidas de combate às expressões de racismo e intolerâncias.

Após Durban, no caso brasileiro, um dos aspectos para o equacionamento da questão social na agenda do governo federal é a implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens raciais, de que o grupo afrodescendente padece, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir parte importante das recomendações da conferência para os Estados Nacionais e organismos internacionais.

No que se refere à educação, o diagnóstico realizado em novembro de 2007, a partir de uma parceria entre a UNESCO do Brasil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), constatou que existia um amplo consenso entre os diferentes participantes, que concordavam, no tocante a Lei 10.639-2003, em relação ao seu baixo grau de institucionalização e sua desigual aplicação no território nacional. Entre

os fatores assinalados para a explicação da pouca institucionalização da lei estava a falta de materiais de referência e didáticos voltados à História de África.

Por outra parte, no que diz respeito aos manuais e estudos disponíveis sobre a História da África, havia um certo consenso em afirmar que durante muito tempo, e ainda hoje, a maior parte deles apresenta uma imagem racializada e eurocêntrica do continente africano, desfigurando e desumanizando especialmente sua história, uma história quase inexistente para muitos até a chegada dos europeus e do colonialismo no século XIX.

Rompendo com essa visão, a *História Geral da África* publicada pela UNESCO é uma obra coletiva cujo objetivo é a melhor compreensão das sociedades e culturas africanas e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Ela nasceu da demanda feita à UNESCO pelas novas nações africanas recém-independentes, que viam a importância de contar com uma história da África que oferecesse uma visão abrangente e completa do continente, para além das leituras e compreensões convencionais. Em 1964, a UNESCO assumiu o compromisso da preparação e publicação da *História Geral da África*. Uma das suas características mais relevantes é que ela permite compreender a evolução histórica dos povos africanos em sua relação com os outros povos. Contudo, até os dias de hoje, o uso da *História Geral da África* tem se limitado sobretudo a um grupo restrito de historiadores e especialistas e tem sido menos usada pelos professores/as e estudantes. No caso brasileiro, um dos motivos desta limitação era a ausência de uma tradução do conjunto dos volumes que compõem a obra em língua portuguesa.

A Universidade Federal de São Carlos, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UFSCar) e seus parceiros, ao concluir o trabalho de tradução e atualização ortográfica do conjunto dos volumes, agradece o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC) e da UNESCO por terem propiciado as condições para que um conjunto cada vez maior de brasileiros possa conhecer e ter orgulho de compartilhar com outros povos do continente americano o legado do continente africano para nossa formação social e cultural.

CRONOLOGIA

Na apresentação das datas da pré-história convencionou-se adotar dois tipos de notação, com base nos seguintes critérios:

- Tomando como ponto de partida a época atual, isto é, datas B.P. (*before present*), tendo como referência o ano de + 1950; nesse caso, as datas são todas negativas em relação a + 1950.
- Usando como referencial o início da Era Cristã; nesse caso, as datas são simplesmente precedidas dos sinais - ou +. No que diz respeito aos séculos, as menções "antes de Cristo" e "depois de Cristo" são substituídas por "antes da Era Cristã", "da Era Cristã".

Exemplos:

(i) 2300 B.P. = -350

(ii) 2900 a.C. = -2900
1800 d.C. = +1800

(iii) século V a.C. = século V antes da Era Cristã
século III d.C. = século III da Era Cristã

LISTA DE FIGURAS

PREFÁCIO

por *M. Amadou - Mahtar M'Bow,*
Diretor Geral da UNESCO (1974-1987)

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não-africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.

Se a *Ilíada* e a *Odisséia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Tomando freqüentemente a "Idade Média" européia como ponto de referência, os modos de produção, as relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidos senão em referência ao passado da Europa.

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por

vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método.

Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma "África branca" e uma "África negra" que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Núbia e aquelas dos povos subsaarianos.

Certamente, a história da África norte-saariana esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade lingüística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares.

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de "brancos" e "negros", para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria, entre outras, e condenado ao trabalho forçado, o africano passou a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior àquela do *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos, no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada.

A situação evoluiu muito desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países da África, tendo alcançado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios a ela inerentes. Historiadores, em número crescente, esforçaram-se em abordar o estudo da África com mais rigor, objetividade e abertura de espírito, empregando – obviamente com as devidas precauções – fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades.

É nesse contexto que emerge a importância da *História Geral da África*, em oito volumes, cuja publicação a Unesco começou.

Os especialistas de numerosos países que se empenharam nessa obra, preocuparam-se, primeiramente, em estabelecer-lhe os fundamentos teóricos e metodológicos. Eles tiveram o cuidado em questionar as simplificações abusivas criadas por uma concepção linear e limitativa da história universal, bem como em restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Eles esforçaram-se para extrair os dados históricos que permitissem melhor acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em sua especificidade sociocultural.

Nessa tarefa imensa, complexa e árdua em vista da diversidade de fontes e da dispersão dos documentos, a UNESCO procedeu por etapas. A primeira fase (1965-1969) consistiu em trabalhos de documentação e de planificação da obra. Atividades operacionais foram conduzidas *in loco*, através de pesquisas de campo: campanhas de coleta da tradição oral, criação de centros regionais de documentação para a tradição oral, coleta de manuscritos inéditos em árabe e ajami (línguas africanas escritas em caracteres árabes), compilação de inventários de arquivos e preparação de um *Guia das fontes da história da África*, publicado posteriormente, em nove volumes, a partir dos arquivos e bibliotecas dos países da Europa. Por outro lado, foram organizados encontros, entre especialistas africanos e de outros continentes, durante os quais discutiu-se questões metodológicas e traçou-se as grandes linhas do projeto, após atencioso exame das fontes disponíveis.

Uma segunda etapa (1969 a 1971) foi consagrada ao detalhamento e à articulação do conjunto da obra. Durante esse período, realizaram-se reuniões internacionais de especialistas em Paris (1969) e Addis-Abeba (1970), com o propósito de examinar e detalhar os problemas relativos à redação e à publicação da obra: apresentação em oito volumes, edição principal em inglês, francês e árabe, assim como traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala. Igualmente estão previstas traduções para o alemão, russo, português, espanhol e chinês[1], além de edições resumidas, destinadas a um público mais amplo, tanto africano quanto internacional.

A terceira e última fase constituiu-se na redação e na publicação do trabalho. Ela começou pela nomeação de um Comitê Científico Internacional de trinta e

1 O volume I foi publicado em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume II em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume III em inglês, árabe, espanhol e francês; o volume IV em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o volume V em inglês e árabe; o volume VI em inglês, árabe e francês; o volume VII em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o VIII em inglês e francês.

nove membros, composto por africanos e não-africanos, na respectiva proporção de dois terços e um terço, a quem incumbiu-se a responsabilidade intelectual pela obra.

Interdisciplinar, o método seguido caracterizou-se tanto pela pluralidade de abordagens teóricas quanto de fontes. Dentre essas últimas, é preciso citar primeiramente a arqueologia, detentora de grande parte das chaves da história das culturas e das civilizações africanas. Graças a ela, admite-se, nos dias atuais, reconhecer que a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico. A arqueologia igualmente mostrou que, na África, especificamente no Egito, desenvolveu-se uma das antigas civilizações mais brilhantes do mundo. Outra fonte digna de nota é a tradição oral que, até recentemente desconhecida, aparece hoje como uma preciosa fonte para a reconstituição da história da África, permitindo seguir o percurso de seus diferentes povos no tempo e no espaço, compreender, a partir de seu interior, a visão africana do mundo, e apreender os traços originais dos valores que fundam as culturas e as instituições do continente.

Saber-se-á reconhecer o mérito do Comitê Científico Internacional encarregado dessa *História geral da África*, de seu relator, bem como de seus coordenadores e autores dos diferentes volumes e capítulos, por terem lançado uma luz original sobre o passado da África, abraçado em sua totalidade, evitando todo dogmatismo no estudo de questões essenciais, tais como: o tráfico negreiro, essa "sangria sem fim", responsável por umas das deportações mais cruéis da história dos povos e que despojou o continente de uma parte de suas forças vivas, no momento em que esse último desempenhava um papel determinante no progresso econômico e comercial da Europa; a colonização, com todas suas conseqüências nos âmbitos demográfico, econômico, psicológico e cultural; as relações entre a África ao sul do Saara e o mundo árabe; o processo de descolonização e de construção nacional, mobilizador da razão e da paixão de pessoas ainda vivas e muitas vezes em plena atividade. Todas essas questões foram abordadas com grande preocupação quanto à honestidade e ao rigor científico, o que constitui um mérito não desprezível da presente obra. Ao fazer o balanço de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diversas perspectivas sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a História geral da África tem a indiscutível vantagem de destacar tanto as luzes quanto as sombras, sem dissimular as divergências de opinião entre os estudiosos.

Ao demonstrar a insuficiência dos enfoques metodológicas amiúde utilizados na pesquisa sobre a África, essa nova publicação convida à renovação e ao

aprofundamento de uma dupla problemática, da historiografia e da identidade cultural, unidas por laços de reciprocidade. Ela inaugura a via, como todo trabalho histórico de valor, a múltiplas novas pesquisas.

É assim que, em estreita colaboração com a UNESCO, o Comitê Científico Internacional decidiu empreender estudos complementares com o intuito de aprofundar algumas questões que permitirão uma visão mais clara sobre certos aspectos do passado da África. Esses trabalhos publicados na coleção da UNESCO, História geral da África: estudos e documentos, virão a constituir, de modo útil, um suplemento à presente obra[2]. Igualmente, tal esforço desdobrar-se-á na elaboração de publicações versando sobre a história nacional ou sub-regional.

Essa *História geral da África* coloca simultaneamente em foco a unidade histórica da África e suas relações com os outros continentes, especialmente com as Américas e o Caribe. Por muito tempo, as expressões da criatividade dos afrodescendentes nas Américas haviam sido isoladas por certos historiadores em um agregado heteróclito de *africanismos*; essa visão, obviamente, não corresponde àquela dos autores da presente obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para a América, o fato tocante ao *marronage* [fuga ou clandestinidade] político e cultural, a participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação, esses fatos são justamente apreciados pelo que eles realmente foram: vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de humanidade. É hoje evidente que a herança africana marcou, mais ou menos segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados-Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população.

---

2 Doze números dessa série foram publicados; eles tratam respectivamente sobre: no 1 – O povoamento do Egito antigo e a decodificação da escrita meroítica; no 2 – O tráfico negreiro do século XV ao século XIX; no 3 – Relações históricas através do Oceano Índico; no 4 – A historiografia da África Meridional; no 5 – A descolonização da África: África Meridional e Chifre da África [Nordeste da África]; no 6 – Etnonímias e toponímias; no 7 – As relações históricas e socioculturais entre a África e o mundo árabe; no 8 – A metodologia da história da África contemporânea; no 9 – O processo de educação e a historiografia na África; no 10 – A África e a Segunda Guerra Mundial; no 11 – Líbya Antiqua; no 12 – O papel dos movimentos estudantis africanos na evolução política e social da África de 1900 a 1975.

Igualmente, essa obra faz aparecerem nitidamente as relações da África com o sul da Ásia através do Oceano Índico, além de evidenciar as contribuições africanas junto a outras civilizações em seu jogo de trocas mútuas.

Estou convencido que os esforços dos povos da África para conquistar ou reforçar sua independência, assegurar seu desenvolvimento e consolidar suas especificidades culturais devem enraizar-se em uma consciência histórica renovada, intensamente vivida e assumida de geração em geração.

Minha formação pessoal, a experiência adquirida como professor e, desde os primórdios da independência, como presidente da primeira comissão criada com vistas à reforma dos programas de ensino de história e de geografia de certos países da África Ocidental e Central, ensinaram-me o quanto era necessário, para a educação da juventude e para a informação do público, uma obra de história elaborada por pesquisadores que conhecessem desde o seu interior os problemas e as esperanças da África, pensadores capazes de considerar o continente em sua totalidade.

Por todas essas razões, a UNESCO zelará para que essa *História Geral da África* seja amplamente difundida, em numerosos idiomas, e constitua base da elaboração de livros infantis, manuais escolares e emissões televisivas ou radiofônicas. Dessa forma, jovens, escolares, estudantes e adultos, da África e de outras partes, poderão ter uma melhor visão do passado do continente africano e dos fatores que o explicam, além de lhes oferecer uma compreensão mais precisa acerca de seu patrimônio cultural e de sua contribuição ao progresso geral da humanidade. Essa obra deveria então contribuir para favorecer a cooperação internacional e reforçar a solidariedade entre os povos em suas aspirações por justiça, progresso e paz. Pelo menos, esse é o voto que manifesto muito sinceramente.

Resta-me ainda expressar minha profunda gratidão aos membros do Comitê Científico Internacional, ao redator, aos coordenadores dos diferentes volumes, aos autores e a todos aqueles que colaboraram para a realização desta prodigiosa empreitada. O trabalho por eles efetuado e a contribuição por eles trazida mostram com clareza o quanto homens vindos de diversos horizontes, conquanto animados por uma mesma vontade e igual entusiasmo a serviço da verdade de todos os homens, podem fazer, no quadro internacional oferecido pela UNESCO, para lograr êxito em um projeto de tamanho valor científico e cultural. Meu reconhecimento igualmente estende-se às organizações e aos governos que, graças a suas generosas doações, permitiram à UNESCO publicar essa obra em diferentes línguas e assegurar-lhe a difusão universal que ela merece, em prol da comunidade internacional em sua totalidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

pelo *Professor Bethwell Allan Ogot*[*]
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

A Conferência Geral da UNESCO, em sua décima sexta sessão, solicitou ao Diretor-geral que empreendesse a redação de uma História Geral da África. Esse considerável trabalho foi confiado a um Comitê Científico Internacional criado pelo Conselho Executivo em 1970.

Segundo os termos dos estatutos adotados pelo Conselho Executivo da UNESCO, em 1971, esse Comitê compõe-se de trinta e nove membros responsáveis (dentre os quais dois terços africanos e um terço de não-africanos), nomeados pelo Diretor-geral da UNESCO por um período correspondente à duração do mandato do Comitê.

A primeira tarefa do Comitê consistiu em definir as principais características da obra. Ele definiu-as em sua primeira sessão, nos seguintes termos:

- Em que pese visar a maior qualidade científica possível, a *História Geral da África* não busca a exaustão e se pretende uma obra de síntese que evitará o dogmatismo. Sob muitos aspectos, ela constitui uma exposição dos problemas indicadores do atual estádio dos conhecimentos e das grandes correntes de pensamento e pesquisa, não hesitando em assinalar,

* Durante a XVI sessão plenária do Comitê Científico Internacional para a redação de uma História Geral da África (Brazaville, agosto de 1983), procedeu-se à eleição do novo *Bureau* e o professor Ogot foi substituído pelo professor Alberto Adu Boahan.

em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Ela assim preparará o caminho para posteriores publicações.

- A África é aqui considerada como um todo. O objetivo é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do continente, muito amiúde subdividido, nas obras publicadas até o momento. Os laços históricos da África com os outros continentes recebem a atenção merecida e são analisados sob o ângulo dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, de forma a fazer ressurgir, oportunamente, a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.
- A *História Geral da África* consiste, antes de tudo, em uma história das ideias e das civilizações, das sociedades e das instituições. Ela fundamenta-se sobre uma grande diversidade de fontes, aqui compreendidas a tradição oral e a expressão artística.
- A *História Geral da África* é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos vêem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos atuais, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem à unidade do continente. Essa vontade em examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além de suas qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face da África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.

O Comitê decidiu apresentar a obra, dedicada ao estudo sobre mais de 3 milhões de anos de história da África, em oito volumes, cada qual compreendendo aproximadamente oitocentas páginas de texto com ilustrações (fotos, mapas e desenhos tracejados).

Para cada volume designou-se um coordenador principal, assistido, quando necessário, por um ou dois codiretores assistentes.

Os coordenadores dos volumes são escolhidos, tanto entre os membros do Comitê quanto fora dele, em meio a especialistas externos ao organismo, todos eleitos por esse último, pela maioria de dois terços. Eles encarregam-se da elaboração dos volumes, em conformidade com as decisões e segundo os planos decididos pelo Comitê. São eles os responsáveis, no plano científico, perante o Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, perante o Conselho Executivo,

pelo conteúdo dos volumes, pela redação final dos textos ou ilustrações e, de uma maneira geral, por todos os aspectos científicos e técnicos da *História*. É o Conselho Executivo quem aprova, em última instância, o original definitivo. Uma vez considerado pronto para a edição, o texto é remetido ao Diretor-Geral da UNESCO. A direção da obra cabe, dessa forma, ao Comitê ou ao Conselho Executivo, nesse caso responsável no ínterim entre duas sessões do Comitê.

Cada volume compreende por volta de 30 capítulos. Cada qual redigido por um autor principal, assistido por um ou dois colaboradores, caso necessário.

Os autores são escolhidos pelo Comitê em função de seu *curriculum vitae*. A preferência é concedida aos autores africanos, sob reserva de sua adequação aos títulos requeridos. Além disso, o Comitê zela, tanto quanto possível, para que todas as regiões da África, bem como outras regiões que tenham mantido relações históricas ou culturais com o continente, estejam de forma equitativa representadas no quadro dos autores.

Após aprovação pelo coordenador do volume, os textos dos diferentes capítulos são enviados a todos os membros do Comitê para submissão à sua crítica.

Ademais e finalmente, o texto do coordenador do volume é submetido ao exame de um comitê de leitura, designado no seio do Comitê Científico Internacional, em função de suas competências; cabe a esse comitê realizar uma profunda análise tanto do conteúdo quanto da forma dos capítulos.

Ao Conselho Executivo cabe aprovar, em última instância, os originais.

Tal procedimento, aparentemente longo e complexo, revelou-se necessário, pois permite assegurar o máximo de rigor científico à *História Geral da África*. Com efeito, houve ocasiões nas quais o Conselho Executivo rejeitou originais, solicitou reestruturações importantes ou, inclusive, confiou a redação de um capítulo a um novo autor. Eventualmente, especialistas de uma questão ou período específicos da história foram consultados para a finalização definitiva de um volume.

Primeiramente, uma edição principal da obra em inglês, francês e árabe será publicada, posteriormente haverá uma edição em forma de brochura, nesses mesmos idiomas.

Uma versão resumida em inglês e francês servirá como base para a tradução em línguas africanas. O Comitê Científico Internacional determinou quais os idiomas africanos para os quais serão realizadas as primeiras traduções: o kiswahili e o haussa.

Tanto quanto possível, pretende-se igualmente assegurar a publicação da *História Geral da África* em vários idiomas de grande difusão internacional

(dentre os quais, entre outros: alemão, chinês, italiano, japonês, português, russo, etc.).

Trata-se, portanto, como se pode constatar, de uma empreitada gigantesca que constitui um ingente desafio para os historiadores da África e para a comunidade científica em geral, bem como para a UNESCO que lhe oferece sua chancela. Com efeito, pode-se facilmente imaginar a complexidade de uma tarefa tal qual a redação de uma história da África que cobre no espaço, todo um continente e, no tempo, os quatro últimos milhões de anos, respeitando, todavia, as mais elevadas normas científicas e convocando, como é necessário, estudiosos pertencentes a todo um leque de países, culturas, ideologias e tradições históricas. Trata-se de um empreendimento continental, internacional e interdisciplinar, de grande envergadura.

Em conclusão, obrigo-me a sublinhar a importância dessa obra para a África e para todo o mundo. No momento em que os povos da África lutam para se unir e para, em conjunto, melhor forjar seus respectivos destinos, um conhecimento adequado sobre o passado da África, uma tomada de consciência no tocante aos elos que unem os Africanos entre si e a África aos demais continentes, tudo isso deveria facilitar, em grande medida, a compreensão mútua entre os povos da Terra e, além disso, propiciar sobretudo o conhecimento de um patrimônio cultural cuja riqueza consiste em um bem de toda a Humanidade.

Bethwell Allan Ogot
Em 8 de agosto de 1979
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

CAPÍTULO 1

A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África

M. Malowist

Se traçarmos o mapa geopolítico do mundo no ano de 1500, veremos surgir um certo número de grandes regiões relativamente autônomas que estavam em certo grau interligadas fosse através do comércio ou devido a conflitos. Havia, primeiramente, o Extremo Oriente que, representado pelo Japão e pela China, pelas regiões do Pacífico e do oceano Índico, compreendendo as ilhas Moluscas, Bornéu, Sumatra e a própria Índia, era a fonte de abastecimento do mundo em especiarias. Em seguida, havia o Oriente Médio que cobria uma vasta zona compreendendo a península árabe, o Império Safávida e o Império Otomano, o qual logo englobou a África do Norte. Depois, havia a Europa, com os eslavos, os escandinavos, os alemães, os anglo-saxões e os latinos, que permaneciam confinados dentro de suas fronteiras. Enfim, havia a África, com sua encosta mediterrânea ao norte e suas costas do Mar Vermelho e do Oceano Índico que participavam, de forma crescente, do comércio internacional com o Extremo Oriente e com o Oriente.

O período que se estendeu de 1500 a 1800 viu estabelecer-se um novo sistema geoeconômico orientado para o Atlântico, com seu dispositivo comercial triangular, ligando a Europa, a África e as Américas. A abertura do comércio atlântico permitiu à Europa e, mais particularmente, à Europa Ocidental, aumentar sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África. Desde então, ela teve um papel principal na acumulação de capital gerado pelo comér-

cio e pela pilhagem, organizados em escala mundial. A emigração dos europeus para as feitorias comerciais da África e dos territórios da América do Norte e do Sul fez surgir economias anexas que se constituíram no além-mar. Estas desempenharam, em longo prazo, um papel decisivo na contribuição para a constante ascensão da Europa que impingia sua dominação sobre o resto do mundo.

Do ponto de vista dos historiadores, o período que vai de 1450 a 1630 foi marcado, na maioria dos países europeus, em particular, naqueles do Oeste e do Sudoeste, por uma formidável expansão econômica, política e cultural. Com o tempo, acentuou-se a divisão do continente em um Noroeste avançado, do ponto de vista econômico, uma península ibérica relativamente pouco desenvolvida e um vasto Centro-Oeste em rápido desenvolvimento, mas, também, cada vez mais dependente dos mercados ocidentais.

O período é também marcado por um movimento de expansão além-mar que atingiu imensos territórios situados na borda do Atlântico e, até mesmo, no Pacífico. A costa africana sofreu este movimento desde o início do século XVI, ainda que a África do Norte conhecesse uma situação diferente daquela da região situada ao sul do Saara. O Mediterrâneo foi o palco de uma violenta rivalidade que opôs Espanha, Portugal, França e África do Norte muçulmana, ao passo que a influência do Império Otomano continuava em ascensão.

Em 1517, os Otomanos apoderaram-se do Egito, depois, submeteram uma grande parte da península árabe e estabeleceram, pouco a pouco, sua dominação sobre Trípoli, Túnis e Argel, onde se multiplicaram regências otomanas sob protetorado turco. Estas fizeram pairar uma grave ameaça sobre os navios europeus e sobre as costas meridionais da Itália e da Espanha. No Marrocos, entretanto, os portugueses conseguiram assegurar o controle sobre uma grande parte da costa, até Agadir e Safi, enquanto os castelhanos se estabeleciam em Tlemcen e Oran[1].

Estas conquistas foram de grande importância, pois elas asseguraram aos portugueses o controle das saídas de algumas grandes rotas do comércio do ouro e dos escravos, estabelecido há séculos, entre o Sudão Ocidental e as costas mediterrâneas, através do Saara e do Magreb. As saídas de outros grandes eixos, de orientação norte-sul e leste-oeste, estavam nas mãos dos turcos e de representantes mais ou menos autônomos do Império Otomano na África (Argel, Túnis e Trípoli). Estes acontecimentos ocorreram aproximadamente um século após o início da expansão portuguesa pela África Ocidental, o que explica o fato

1 Ver capítulo 9.

de os europeus[2] terem desviado, em benefício próprio, uma parte do tráfico do ouro e dos escravos que, anteriormente, era destinado ao mundo muçulmano. Daí resulta uma redução no abastecimento de ouro do Magreb, problema, cujo estudo aprofundado permitiria, sem nenhuma dúvida, uma melhor compreensão da conquista do Arco do Níger pelos marroquinos, em 1591, que lhes permitiu assegurar o domínio sobre certos circuitos do comércio do ouro e dos escravos, ligando a África Ocidental ao Magreb e ao Egito. A célebre campanha do paxá Djūdar é um exemplo típico das grandes conquistas que marcaram o século XVI. Importa destacar que este paxá era também um renegado de linhagem ibérica, e que sua armada, composta principalmente por homens da mesma origem, perpetuou a tradição das conquistas espanholas e portuguesas[3].

Na época, pensava-se, com razão, que a costa da África Ocidental e da África Oriental permaneceria por muito tempo sob dominação econômica e política de Portugal, que exercia também uma certa influência cultural sobre seus parceiros comerciais africanos. Durante todo o século XV e no início do século XVI, os portugueses conseguiram estabelecer numerosas feitorias na costa ocidental, e fazer com que a população do litoral e seus chefes participassem do comércio com os europeus. A partir de 1481-1482, a fortaleza de Elmina tornou-se a feitoria mais importante da Costa do Ouro. Outras feitorias ampliaram-se, igualmente, pela região, como em Axim, Shema e Acra. Ao estabelecerem novas feitorias, os portugueses esforçavam-se para obter a autorização dos chefes autóctones e para comprar, de diversas formas, a benevolência deles.

Na África Oriental, eles empregaram outros métodos: dominaram pela força Sofala, Mombaça, e outras cidades costeiras, onde implantaram guarnições e recolheram o imposto em benefício ao rei de Portugal. Ao mesmo tempo, eles procuravam apoderar-se do comércio do ouro, do marfim e dos metais existentes entre a costa, o interior e a Índia. Nem todas as diversas feitorias portuguesas alcançaram o mesmo sucesso na África. No começo do século XVI, o comércio em Elmina, no estuário da Gâmbia, em Serra Leoa e, em Sofala, trouxe benefícios substanciais oriundos, principalmente, da compra do ouro a condições vantajosas, e, em menor escala, do tráfico de escravos fornecidos pelo interior. Arguin, a mais antiga das feitorias portuguesas, todavia, continuava declinando[4].

---

2 V. de Magalhães Godinho, 1969, p. 184-217.

3 Ver capítulo 2.

4 V. de Magalhães Godinho, 1969, p. 185-188.

O comércio com a África era assaz lucrativo para Portugal. Segundo os cálculos de Lúcio de Azevedo, os ganhos da Coroa, que se elevavam a cerca de 60 milhões de reais, na década de 1480, já atingiam 200 milhões sob o reinado do rei Manuel (1491-1521) e não menos de 279,5 milhões em 1534[5]. Ao que tudo indica, esta progressão explica-se não só pelas trocas com a Índia, mas também, e, sobretudo, pelas relações econômicas com a África. Além disso, esta formidável fonte de metal precioso, vindo do continente negro, permitiu a João II e ao seu sucessor Manuel estabilizarem a moeda de prata, de cunharem o *cruzado*, moeda de ouro de grande valor, e, sobretudo, de reforçarem a frota, bem como, de desenvolverem a administração do Estado e das colônias[6]. Esta última medida teve um grande alcance no âmbito político e social, pois ela ofereceu à aristocracia e à pequena nobreza a possibilidade de obterem numerosos cargos, tão prestigiosos quanto lucrativos. Deste modo, a inoportuna oposição da aristocracia à política centralizadora da monarquia se finda, e a coesão do Estado é reforçada.

O comércio com a África, e mais tarde com a Índia, acelerou fortemente a ascensão da classe dos negociantes portugueses, que, no século XV, ainda se encontravam, relativamente, pouco favorecidos. Ao longo deste primeiro quarto do século XVI, poder-se-ia pensar que Portugal entrou em uma fase duradoura de expansão econômica e política. Esta esperança é, todavia, arruinada pelo caráter retrógrado e estático da estrutura socioeconômica do país. A expansão ultramarina necessitava de importantes investimentos financeiros e, para comprar ouro e escravos, foi preciso escoar, pelas encostas africanas, grandes quantidades de objetos de ferro, bronze e cobre, bem como têxteis baratos, sem falar da prata, dos produtos alimentícios e do sal. Ora, estes bens não eram produzidos em Portugal e deviam ser comprados, no início, junto aos mercadores estrangeiros ou em Bruges, e, depois, nas grandes praças comerciais européias da época. Além disso, o desenvolvimento da frota dependia das importações de madeira de obra e de outros produtos florestais provindos, essencialmente, dos países bálticos, que também forneciam um certo volume de cereais, cuja produção, em Portugal, era insuficiente desde o século XIV[7]. Esta situação ainda não foi investigada de forma aprofundada, mas é evidente que o produto do comércio exterior devia, em grande parte, ser alocado à importação das mercadorias necessárias para o comércio com a África. Portugal não pôde aumentar sua produção interna em

5 V. de Magalhães Godinho, 1978, vol. II, p. 51-72.

6 M. Malowist, 1969, p. 219.

7 A. da Silva Costa Lobo, 1904, p. 83.

Figura 1.1 África: os principais pontos de contato do comércio europeu do século XVII (mapa estabelecido por J. Jiles).

razão de sua frágil potência demográfica (na metade do século XVI, contava--se somente 1.400.000 habitantes)[8] e, da intensa concorrência no estrangeiro, notadamente, pelos produtos industriais que há anos eram muito procurados pelo mercado português.

O formidável crescimento econômico da Europa acarreta no continente, a partir de 1470, uma alta progressiva dos preços que se tornam espetaculares durante a segunda metade do século XVI, e atinge, principalmente, os produtos agrícolas e industriais. Ainda não se estudou a relação entre a elevação dos preços e a progressão dos benefícios que Portugal tirou de seu comércio ultramarino; todavia, parece que o país não se beneficiou. O monopólio do comércio com a África ou com a Índia, que, ademais, procede de uma outra concepção econômica, não lhe foi de grande auxílio. O importante investimento, gerado pela expansão ultramarina, apenas seria rentável para Portugal se o país pudesse impor aos seus parceiros negros condições de troca que lhe fossem favoráveis, ou seja, se pudesse comprar barato e vender caro. Para isto, foi preciso limitar, até mesmo proibir, o acesso às feitorias aos imigrantes europeus, sobretudo, aos oriundos de países outros que não Portugal, através da manutenção de uma frota suficientemente potente para ser, de fato, dissuasiva. Esta foi uma empreitada dispendiosa e se revelava acima dos recursos de Portugal.[9]

Logo, a partir de 1470, Portugal teve que sustentar um conflito armado com Castela. Graças à superioridade temporária de sua frota e aos seus movimentos diplomáticos, Portugal consegue eliminar Castela da África Ocidental, segundo os termos dos tratados de Alcaçovas e de Tordesilhas, os quais foram concluídos, respectivamente, em 1481 e em 1494, e, em virtude dos direitos exclusivos sobre a expansão econômica e política do sudeste do Atlântico, conferidos a Portugal pelo papa Alexandre VI. A descoberta e a conquista da América, tal como a política européia em geral, afastaram Castela da África. Entretanto, as relações entre Portugal e seus outros rivais, na costa da África Ocidental e, depois, na África Oriental, evoluem de forma muito diferenciada, pois que, notadamente, esses países rivais eram economicamente mais avançados do que Portugal.

Os soberanos portugueses, João II e Manuel, foram forçados a pedir auxílio aos grandes financiadores italianos e ao sul da Alemanha. Os banqueiros italianos – em particular, os florentinos – estabelecidos em Lisboa e na Antuérpia, ou que possuíam agentes nessas cidades, outorgaram-lhes empréstimos em

8 V. Magalhães Godinho, 1978, vol. II, p. 25.

9 *Ibid.*, p. 185-203.

numerário ou em mercadorias, de valor considerável, que seriam, posteriormente, reembolsados em espécie ou em mercadorias importadas do além-mar. A partir de 1480, e talvez, mesmo mais cedo, alguns destes banqueiros como Bartolomeu Mar-Chioni, Sernigi e outros participaram ativamente das trocas comerciais com a África e, em consequência, retribuíram ao rei de Portugal. A contabilidade deste último, primeiro em Bruges, depois em Antuérpia, revela a estreita dependência financeira da Coroa frente às grandes empresas como aquelas dos Frescobaldi, Affaitati e Fuggers[10]. No primeiro estágio da expansão, os soberanos de Portugal conseguiram assegurar o domínio da importação do ouro proveniente da África, e, em certa medida, do trato dos escravos – ou, pelo menos, conservaram os benefícios indiretos do trato. Conseguiram isto graças a um sistema de licenças por eles concedidas, mediante elevadas taxas, a negociantes, basicamente portugueses, e a alguns estrangeiros. Frequentemente, em tempos difíceis, a Coroa portuguesa renunciava aos seus direitos na África, em benefício dos negociantes (salvo Elmina). As licenças precisavam os limites da zona geográfica na qual as operações comerciais eram autorizadas.

Por volta de 1525, os portugueses começaram a encontrar dificuldades para achar ouro, mesmo na região de Elmina[11]. Parece que, nas costas africanas, eles já não mais dispunham do suficiente de mercadorias para oferecer em troca. Ora, o vasto interior de Elmina e de Acra era, sem dúvida alguma, ainda rico em ouro. Desta situação, aproveitam, particularmente, os europeus rivais dos portugueses – a saber, os negociantes franceses, ingleses e holandeses – já que eles dispunham de maiores meios financeiros e não sofriam taxa de importação, pois suas mercadorias eram quase que exclusivamente de origem metropolitana. Enfim, a França, a Inglaterra e a Holanda ainda não sucumbiam sob os pesos de uma administração pletórica que regulamentava o comércio exterior e regia a vida nas colônias. O aparelho administrativo português era, ao mesmo tempo, dispendioso e lento a se adaptar às flutuações constantes, próprias do comércio exterior. Na África, os mercadores que chegavam da França, da Inglaterra ou da Holanda possuíam os meios suficientes para comprar em maior escala e vender a melhores preços do que aqueles de Portugal. Documentos datados dos anos 1570 mostram que os portugueses tinham consciência desta situação, mas que eram incapazes de remediá-la.

10 C. Verlindem, 1957, p. 624-625; V. Rau, 1966.

11 M. Malowist, 1969, p. 492-500.

O tráfico de escravos

Portugal foi atraído inicialmente para a África Negra pelo ouro, que era anteriormente exportado pelos países islâmicos. Não obstante, eles não tardaram a perceber que a África possuía uma outra mercadoria, também fortemente procurada pelos Europeus: os escravos. Ainda que a escravidão na África fosse diferente da escravidão praticada pelos europeus, a tradição de exportar escravos para os países árabes era muito antiga em grandes partes do continente, em particular do Sudão. Nos séculos XV e XVI, esta tradição pareceu ter ajudado, em certa medida, os portugueses a conseguir, regularmente, escravos em uma grande parte da África Ocidental, notadamente, na Senegâmbia, parceira econômica, de longa data, do Magreb. Os portugueses, que penetravam cada vez mais profundamente nas regiões do sudeste da África Ocidental, aplicaram, com sucesso, as práticas comerciais utilizadas na Senegâmbia. Compreendendo o caráter indispensável da cooperação dos chefes e dos mercadores locais, dedicaram-se a interessá-los ao trato de escravos. Os portugueses não ignoravam que isto pudesse resultar em uma intensificação dos conflitos entre os diversos povos e Estados africanos, os prisioneiros de guerra tornando-se o principal objeto deste comércio, mas eles deixaram muito cedo de se opor às objeções morais, pois, como muitos outros na Europa, eles acreditavam que o tráfico abria aos negros o caminho para a salvação: não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se eles ficassem em seus países.

Logo, um outro argumento foi enunciado: os negros são descendentes de Ham, que foi amaldiçoado, e, por isso, são condenados à escravidão perpétua[12]. Estas motivações ideológicas não devem ser subestimadas. Devemos acrescentar aqui que os escravos negros começaram a aparecer na Europa em uma época em que o tráfico de escravos brancos provenientes da zona do Mar Negro, havia praticamente ceifado, época esta em que se começa a identificar o escravo ao negro, sendo, então, desconhecidos os outros representantes da raça negra.

Durante todo o século XV e no início do XVI, o principal mercado da "madeira de ébano" era a Europa, em particular, Portugal e os países sob dominação espanhola, assim como as ilhas do Atlântico – quais sejam, Madeira, as Canárias, as ilhas de Cabo-Verde e, mais tarde, a ilha de São Tomé –, porém, apenas em certa medida, devido às suas pequenas superfícies. O tráfico negreiro na

12 É o sentimento de numerosos autores portugueses. Ver G. E. de Zurara, 1994; J. de Barros, 1552-1613. Nota mais detalhada na edição inglesa: E. de Zurara, 1949, chs 7, 14, 25 and 38; J. De Barros and I. De Ásia, 1937, p.80.

Madeira, nas ilhas de Cabo-Verde e, mais particularmente, na ilha de São Tomé originou-se, primeiro, em razão da introdução da cultura da cana-de-açúcar e do algodão. Na ausência de tal imperativo econômico, a escravidão teve poucas razões para se desenvolver no continente europeu. Os africanos, introduzidos em Portugal e nos territórios espanhóis, foram, majoritariamente, empregados nas cidades como domésticos ou artesãos pouco qualificados. Nada indica que eles desempenharam um papel relevante na agricultura, sobre a qual se apoiava a economia européia. V. de Magalhães Godinho avaliou entre 25.000 e 40.000[13] o número de escravos levados de Arguin entre 1451 e 1505. A exportação de escravos de outras regiões da África era mínima naquela época, exceto para os países mulçumanos. Segundo P. D. Curtin, o número de escravos arrancados da África pelos Europeus entre 1451 e 1600 subiu, aproximadamente, para 274.000. Desse número, a Europa e as ilhas do Atlântico receberam 149.000 escravos, a América Espanhola 75.000 e o Brasil, cerca de 50.000[14]. Estes números são muito emblemáticos do início do trato atlântico, ou seja, do período precedente ao prodigioso avanço das grandes plantações no Novo Mundo. Eles corroboram a tese segundo a qual, a descoberta e o desenvolvimento econômico da América pelos Brancos, impulsionaram o trato, instaurado, principalmente, assim como em geral é admitido, para remediar a pungente escassez de mão de obra que atingia os colonos espanhóis. A população local era, de fato, pouco numerosa para executar as árduas tarefas da produção que lhe eram impostas pelos espanhóis[15]. Não se pode negar que o princípio do período moderno presenciou, na América, uma intensa concentração de negros nas planícies de clima tropical. Entretanto, todas as tentativas efetuadas para empregar maciçamente os negros na exploração de minas dos Andes, resultaram em fracasso, ao passo que uma multidão de Índios conseguiu sobreviver nesta região. No momento de seu apogeu, por volta do fim do século XVI, Potosi contava somente com 5.000 africanos, dentre uma população total em torno de 150.000 indivíduos[16]. Ainda assim, não se conseguiu fazê-los trabalhar nas minas.

Os primeiros africanos introduzidos na América vieram da Europa, levados pelos conquistadores (que eram seus senhores). Originários da Senegâmbia em sua maioria, primeiro, haviam sido conduzidos à Europa ou lá nasceram. Na América, chamavam-nos *ladinos*, porque eles conheciam o espanhol ou o português e foram

---

13 V. de Magalhães Godinho, 1962, p. 193.

14 P. D. Curtin, 1971*b*, p. 259, quadro 7.1.

15 Ver capítulo 4.

16 J. Wolff, 1964, p. 158-169 e 172-174.

mais ou menos influenciados pela civilização ibérica. Pensava-se muito bem deles, contrariamente dos boçais que, vindos diretamente da África, estavam marcados por uma outra cultura muito diversa[17]. Intensa nas Antilhas, desde o início do século XVI, a demanda por mão de obra negra cresceu rapidamente com a expansão territorial das conquistas espanholas. Em razão da elevada taxa de mortalidade entre os índios, e do fato de o clero e a Coroa de Castela não mais conseguirem defender seus interesses, tal demanda não cessou de aumentar, e o fornecimento de escravos negros, provenientes não só da Europa, mas também e, sobretudo, da África, tornou-se uma forte preocupação dos novos senhores da América.

Os portugueses tiveram, igualmente, sérios problemas na África. Durante todo o século XV, eles tiveram um crescente interesse pelo comércio dos escravos e, ao longo do século XVI, como nos outros seguintes, os territórios capazes de lhes fornecerem escravos em grande quantidade, cada vez mais, suscitavam-lhes cobiça. É sob esta ótica que é preciso alocar a penetração portuguesa no Congo (onde não havia nem ouro e nem prata), encetada no começo do século XVI, e a conquista posterior de Angola, que foi precedida pelo rápido avanço do comércio de escravos na ilha de Luanda. Obter grandes quantidades de escravos era, igualmente, a preocupação dos colonos da ilha de São Tomé, não só porque eles precisavam desta mão de obra para suas plantações, mas também, porque vendiam os escravos às colônias espanholas da América e, a partir do fim do século XVI, também ao Brasil português. A população negra deste país, que era somente de alguns milhares de indivíduos, sofreu, no século seguinte, um brusco aumento, da ordem de 400.000 a 450.000 pessoas, atribuído ao desenvolvimento da cana-de-açúcar[18].

A conquista da América e a demanda por mão de obra também causaram problemas consideráveis à Coroa de Castela. Fornecer escravos aos colonos era indispensável e, simultaneamente, as finanças reais tinham aí uma abundante fonte de renda, pelo viés do sistema de licenças (essas foram concedidas aos negociantes que se comprometiam a importar um certo número de escravos, por conta dos colonos, ao longo de um certo período, geralmente de cinco anos). Ora, o preço das licenças seguia o aumento da demanda por escravos. Com toda razão, R. Mellafe afirma que era devido ao interesse financeiro que a Coroa autorizava a importação de um enorme número de escravos negros[19]. Dentre os primeiros a obter tais licenças, que, frequentemente, concediam um monopólio, encontrava-se não somente aristocratas próximos do Trono (como

17 R. Mellafe, 1975, p. 14, 15, 19, 21.

18 F. Mauro, 1960, p. 179-180.

19 R. Mellafe, 1975, p. 39.

Gouvenet, o chanceler de Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico, em 1518), mas também, e, sobretudo, grandes capitalistas, como a família Welser, Heinrich Ehinger e Jérôme Seiler, em 1528[20], muito provavelmente, no âmbito de seus projetos de povoamento e de exploração mineira na Venezuela. O fato é que este país contava desde muito cedo com africanos que para lá eram trazidos, entre outros, por financiadores e conquistadores que os compraram dos Portugueses como escravos na África ou na Europa. Todavia, inevitavelmente, aqueles que desejavam participar do tráfico de escravos tentavam se livrar do dispendioso intermediário português, adquirindo e vendendo "a madeira de ébano" por conta própria. Na África, eles precisaram superar os obstáculos criados pelos portugueses, ao passo que, na América, eles tiveram que recorrer ao contrabando, pois, a Coroa de Castela autorizava a importação dos escravos somente aos titulares de licenças. Não foi difícil superar esta dificuldade, pelo fato de os colonos espanhóis da América, constantemente com falta de mão de obra, estarem igualmente dispostos a negociar com os contrabandistas que descarregavam suas cargas em portos clandestinos. Este comércio ilegal, aliás, favorecido pelos oficiais das colônias espanholas, que encontraram na corrupção um meio para melhorar seu soldo, seduziu particularmente os estrangeiros. Estes eram frequentemente pagos em ouro ou em prata, cuja exportação da América espanhola, no âmbito privado, apenas era oficialmente autorizada até Sevilha e Cádiz, centros da potência administrativa colonial de Castela. Os particulares não podiam, em princípio, exportar, da Espanha, nem o ouro e nem a prata.

Portanto, tudo pareceu favorecer a exportação dos negros da África para a América; o tráfico negreiro, entretanto, apenas alcançou a sua plena expansão quando foram criadas as grandes plantações de cana-de-açúcar. Primeiro, na América espanhola, depois, no Brasil, percebeu-se rapidamente que a população indígena não podia suportar a dura cadência do trabalho imposto nas grandes plantações, ao passo que os africanos, nas mesmas condições, mostraram-se excelentes trabalhadores. Por outro lado, na exploração mineira, o papel dos negros parece ter sido muito discreto, salvo, talvez, na ilha de São Domingos, na Venezuela, e em certas regiões tropicais do México.

Vê-se, portanto, que desde o começo do século XVI e, em particular, ao longo da segunda metade desse século, a África desempenhou um papel extremamente importante, ainda que pouco invejado, de fornecedora de mão de obra e de uma certa quantidade de ouro para uma economia mundial em pleno desenvolvimento.

20 G. Scelle, 1906, p. 122-136.

Entretanto, é necessário destacar que a situação dos portugueses estava cada vez mais precária. No Marrocos, lhes eram infligidos graves derrotas pelos xerifes (*shārīf*) saadianos que conseguiram, durante algum tempo, engajar a população em uma guerra santa contra os infiéis. Em 1541, eles perderam Agadir e, pouco depois, foram obrigados, em razão das dificuldades financeiras, a abandonar a quase totalidade de seus portos marroquinos. O ano de 1560 assistiu à primeira falência da Coroa portuguesa. A manutenção de um império colonial concedeu enormes benefícios a uma parte da aristocracia e da pequena nobreza, assim como, a alguns mercadores, mas ela arruinou a Coroa e seu Tesouro e tornou o fardo cada vez mais pesado para grande parte da população.

O surgimento de novas potências europeias

Os Franceses, a partir de 1520, e os Ingleses, a partir da segunda metade do século XVI, revelaram-se perigosos rivais dos Portugueses na África. Entretanto, desde o fim do século XVI, os Holandeses eram ainda mais perigosos do que eles. No início, apenas eram encontrados mercadores franceses isolados, como o célebre Jean Ango, de Dieppe, ou companhias comerciais. Nem o rei da França, nem a Coroa da Inglaterra associaram-se diretamente ao comércio com a África. Francisco I tentou, sem sucesso, em 1531, 1537 e 1539, fazer com que seus súditos se abstivessem das expedições à África, a fim de não comprometer as relações da Coroa com Portugal, na época em que a França estava em conflito aberto com os Habsburgo da Espanha. Mercadores de Ruão, de La Rochelle e de Dieppe já haviam enviado seus navios para a África. Em 1525, o rei do Congo capturou um pequeno navio francês e o entregou, com sua tripulação, aos portugueses[21]. A presença francesa foi particularmente sensível na região de Cabo-Verde e do Senegal. Os franceses pilhavam frequentemente, nestas águas, os navios portugueses que retornavam carregados de ouro africano ou de mercadorias embarcadas na Índia. Muitos outros portos franceses (Le Havre, Honfleur) participaram, ao longo do século XVI, desta expansão francesa, e, pouco a pouco, Nantes alcançou um lugar influente nela. No último quarto do século XVI, a presença da França na Senegâmbia era muito forte, notadamente, nos centros como Gorée, Portudal, Joal e Rufisque (Rio Fresco), no país Uolófe. Os franceses traziam, da Normandia e da Bretanha, têxteis, alcoóis, objetos de metal, até mesmo armas de fogo. Parece que foi este último comércio que

21 A. Brasio, 1952, vol. I, p. 138, 153.

favoreceu a França, pois a Coroa Portuguesa havia, há tempos, interditado, obstinadamente, esse tipo de exportação na África, no momento em que os soberanos locais se desesperavam para obter tal produto. Os franceses compravam, sobretudo, o ouro e o marfim, mas também, a pimenta-da-guiné (malagueta), peles e o azeite de dendê. Os escravos não ocupavam, nesta época, um lugar em destaque nas aquisições francesas. Na metade do século XVI, os franceses eram perigosos rivais dos portugueses na Costa da Pimenta e na Costa do Ouro[22]. Parece que eles exportavam para a África muito mais mantimentos do que os portugueses, o que se revelou particularmente prejudicial aos interesses destes últimos, na região de Elmina. Foi assim que, em 1556, os franceses e os ingleses levaram tamanha quantidade de mantimentos e os venderam a preços tão irrisórios que, em Elmina, o agente português ficou incapacitado de comprar o ouro[23]. Entretanto, trata-se, aqui, de um caso excepcional e, em seguida, os portugueses repararam a situação. A expansão francesa foi, sem dúvida, um pouco contida na época das guerras de religião, mas essa é uma hipótese que deve ser confirmada. Parece que haviam sido vendidas armas de fogo aos soberanos locais das costas do Camarões. Entretanto, foi no Senegal que os franceses encontravam-se mais solidamente implantados; lá, eles cooperavam frequentemente com os *tangomãos*, emigrados das ilhas de Cabo-Verde e mulatos, em sua maioria. Eles expulsaram os portugueses do estuário do Senegal e da Gâmbia, mas se viram, por sua vez, obrigados a ceder o lugar aos ingleses, no fim do século XVI[24].

Na África, a penetração destes últimos, no século XVI, é análoga aquela dos franceses. Eles começaram a travar sólidas relações econômicas com o Marrocos, a partir de 1541, ano em que os portugueses foram expulsos de grande parte dos portos que possuíam no Atlântico, os quais, a partir de então, abriram-se aos navios de outros países europeus. Por volta de 1550 a 1565, as companhias comerciais inglesas promoveram várias expedições cuja narrativa foi preservada. Exploravam as costas do Atlântico do Oeste até o Golfo de Benin, onde compravam, sobretudo, ouro, peles e um pequeno número de escravos. As narrativas portuguesas mostram que, no fim do século XVI, os ingleses mantiveram contato com a população da Costa do Ouro, ainda que pouco se interessassem pelo tráfico de escravos[25]. Sabe-se que, em 1623, Richard Jobson recusou-se a comprar escravos negros na baixa Gâmbia, ao passo que, na mesma época e na

22 C. A. Julien, 1948, p. 177; G. Martin, 1948, p. 4.

23 G. Martin, 1948; J. W. Blake, 1942.

24 L. Silveira, 1946, p. 16, 17, 35-37, 44-46.

25 T. S. Willan, 1959, p. 94-97, 139; J. W. Blake, 1942, vol. II, p. 129, 133, 138, 150-155.

mesma região, os portugueses eram muito ativos nesse campo, cooperando com os traficantes africanos[26]. Pouco se sabe a respeito da penetração inglesa em outras regiões da África Ocidental. Todavia, no fim do século XVI, a presença dos ingleses era muito forte nos confins da Senegâmbia, de onde eles conseguiram expulsar não só os portugueses, mas também os franceses. Em 1588 foi criada a primeira companhia inglesa de comércio com a "Guiné", principalmente, a partir da iniciativa de mercadores de Londres e de Exeter, que já participaram ativamente das expedições comerciais no estuário da Gâmbia[27]. Entretanto, nada permite afirmar que esta companhia tenha se desenvolvido muito. Talvez, os ingleses pensassem, no fim do século XVI, que a pilhagem dos navios castelhanos, nas águas do Atlântico, lhes renderia mais do que o comércio com a África.

Foi precisamente nesta época que os Holandeses apareceram no litoral da África. Eles estavam, então, em guerra com a Espanha e se recusavam a respeitar a partilha do Atlântico, decretada pelo papa. Eles tratavam Portugal, nesta ocasião governado por Felipe II, como inimigo. Os enormes capitais acumulados por seus negociantes e a potência de sua frota permitiram-lhes penetrar mais profundamente na Índia e na África do que os ingleses e os franceses. Um historiador holandês, H. Terpestra, considera que as primeiras expedições holandesas na África foram realizadas por companhias criadas, principalmente, por comerciantes de média envergadura, procurando a frutificação rápida dos seus capitais. As expedições nas Índias Orientais foram, ao contrário, organizadas por grandes capitalistas, frequentemente, emigrantes ricos de Antuérpia que podiam investir a longo prazo[28].

De 1593 a 1607, cerca de duzentos navios zarparam da Holanda em direção à África; em 1610 e 1611, diz-se, teria existido uma vintena por ano. Os holandeses vieram a Gorée em 1594 e 1595 e, alguns anos mais tarde, atingiram o cabo de Benin onde compraram tecidos de algodão e cauris, que seriam trocados, na Costa do Ouro, por ouro e prata. Em 1611, construíram o porto de Nassau, em Morée, na Costa do Ouro; será esta a primeira feitoria fortificada dos holandeses, na Costa Ocidental da África. Eles desenvolveram também o comércio com a região de Acra[29]. Os portugueses não podiam rivalizar com eles, pois que a riqueza dos holandeses e a grande eficácia de suas redes comerciais lhes

26 R. Jobson, 1623, p.112.

27 Ver nota 25.

28 H. Terpestra, 1960, p. 341, 324.

29 K. Ratelband, 1953, p. XXI-XXV, LXXXIII; P. De Marees, 1605.

permitiam vender barato grandes quantidades de produtos. Isto os favoreceu também em relação aos ingleses e aos franceses. Eles exportavam objetos em ferro, bronze, cobre e em estanho, tecidos baratos, de origens diversas, alcoóis, armas, diferentes ornamentos, produtos de uso corrente, até mesmo lunetas que nem eram apreciadas por todos. Graças à venda destes produtos (cuja amplitude surpreendeu Pieter de Marees, em 1601-1602[30]), as quantidades de ouro trazidas do interior para a Costa do Ouro ainda aumentavam, mas, sobretudo, beneficiavam aos holandeses. Eles importavam, também, o açúcar da ilha de São Tomé, desempenhando, por algum tempo, um papel central neste comércio e encaminhando o produto semifinal às suas refinarias em Amsterdã[31].

A penetração dos holandeses na África Ocidental foi um fenômeno mais ou menos espontâneo. Em 1617, eles eram tão poderosos na Senegâmbia que ocuparam um posto preponderante na ilha de Gorée e, em Joal, Portudal e Rufisque, eles acabam superando, em larga medida, não só os portugueses, mas também os ingleses e os franceses. Conservaram esta forte posição por mais de cinquenta anos. Ao mesmo tempo, seus navios ancoravam em Loango, na costa do Congo e de Angola. A princípio, eles se mostraram como os ingleses e os franceses, pouquíssimo interessados pelo comércio de escravos. Por volta de 1600, todavia, inaugurou-se uma nova fase da penetração européia na África, ao longo da qual o comércio de escravos terá uma importância crescente, inclusive para os holandeses. Esta evolução foi anunciada com a compra de escravos em Elmina, Acra e Arda, no Benin e no delta do Nilo, tal como em Calabar, no Gabão e no Camarões. Estes escravos eram vendidos aos donos das plantações da ilha de São Tomé (que, então, pertencia aos holandeses) em troca do açúcar ou enviados ao Brasil. Notadamente, tratava-se de Uolófes, adquiridos no delta do Senegal; segundo O. Dapper, eles eram muito bem reputados, em razão do vigor físico, e eram convenientes ao trabalho nas plantações[32]. A conquista de Angola, em 1641, estava estreitamente ligada às necessidades dos holandeses no Brasil, seguindo, nisto, o exemplo dos portugueses[33]. Os holandeses perderam o nordeste do Brasil e foram expulsos de Angola em 1648. Não obstante, a associação estreita destes dois territórios, que se baseava no trato dos escravos, persistiu até o século XIX.

Ao longo deste período, o interesse dos europeus pela África Oriental foi inexpressivo. Os portugueses, que detinham Sofala e sujeitavam politicamente

30 P. de Marees, 1605.

31 K. Ratelband, 1953, p. XCV, CXV, p. 114, 118 e seg.

32 *Ibid.*, p. 8, 10, 27-35, 40-61; O. Dapper e A. F. C. Ryder, 1965.

33 M. Malowist, 1969, p. 569.

outras cidades costeiras, não penetravam o interior. No Zambeze, eles não iam além de Tete e de Sena, onde compravam pequenas quantidades de ouro nos mercados locais[34]. O volume de ouro e, talvez, dos outros bens enviados do interior para a costa entrara já em diminuição na metade do século XVI, e nada indica que ele tenha voltado a aumentar nos anos seguintes. Esta redução da chegada de ouro em Sofala trouxe consequências nefastas para cidades como Kilwa, Mombaça ou Malindi, que possuíam uma grande atividade antes da chegada dos portugueses, na época em que elas forneciam ouro e outros produtos aos compradores vindos da Índia e da Arábia. Este declínio, talvez, se explique pelo fato de que os muçulmanos devessem colocar um fim em suas atividades comerciais na costa da África Oriental, mas parece que também ocorriam perturbações nos arredores das rotas seguidas pelos negociantes, entre os portos e o interior[35]. Esta questão requer investigações mais detalhadas. As populações costeiras tentaram, em vão, impelir os turcos da Península Arábica a intervir contra os portugueses. Iniciada no século XVII, a expansão do *imāmat* de Omã, pelo litoral e pelas ilhas da África do Leste, pouco antes de 1700, trouxe consigo certas mudanças, obrigando os portugueses a se confinarem unicamente em Moçambique[36], porém, é apenas no final do século XVIII e no século XIX que estas mudanças tornar-se-ão, verdadeiramente, muito marcadas.

No que concerne ao extremo sul da África, os primeiros sinais de uma penetração européia se manifestaram no século XVII, quando a Companhia Holandesa das Índias Orientais encorajou a criação de colônias de camponeses holandeses (e alemães), aos quais foi atribuído o nome de Bôeres. Todavia, o fenômeno quase permaneceu inexpressivo, no século XVII, e mesmo muito tempo depois. Entretanto, a pressão dos Bôeres, que reduziam os San a escravidão ou os expulsavam de suas terras, isso quando não os exterminavam, foi um perigoso presságio à população africana[37].

A África como reserva de mão de obra

P. D. Curtin estima em 274.000 o número de Negros transportados através do Atlântico entre 1541 e 1600. Em alguns anos, este número chegou a

34 J. L. de Azevedo, 1947, p. 189-201; V. de Magalhães Godinho, 1969, p. 253-275.

35 V. de Magalhães Godinho, 1962, p. 272-273.

36 *Ibid*, p. 273; R. Oliver e G. Mathew, 1963, vol. I, p. 141, 142.

37 Ver capítulo 23.

1.341.000 pessoas, atingindo 6 milhões, no século XVIII. Segundo os cálculos de F. Mauro, baseados nestas estimativas e considerados válidos por P. D. Curtin, o número de escravos enviados ao Brasil entre 1575 e 1675 foi da ordem de 400.000 a 450.000, e, no século XVIII, chegou próximo de 2 milhões[38]. Ao longo do século XVIII, o fornecimento de mão de obra negra às Antilhas britânicas e francesas crescera consideravelmente, assim como em Cuba. Estes números testemunham uma mudança radical de atitude, ainda que progressiva, dos Europeus para com a África. Aos olhos deles, este continente deixou de ser uma rica fonte de ouro para tornar-se, antes de tudo, um reservatório de mão de obra, sem o qual seria pura e simplesmente impossível a criação e a exploração de numerosos e grandes domínios europeus na América. Sensível desde a metade do século XVII, esta evolução tornou-se totalmente evidente por volta de 1700. O rápido desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar foi a causa principal deste enorme aumento da demanda por mão de obra negra. O processo, iniciado desde o século XV na Ilha de Madeira, nas Canárias, nas ilhas de Cabo-Verde e, mais particularmente, em São Tomé, ao longo da segunda metade do século XVI, atingiu o Brasil, adquirindo grandes proporções na região do Nordeste. A ocupação holandesa, longe de interrompê-lo, reforça-o ainda mais. A situação só foi modificada quando os holandeses, expulsos do Brasil, começaram a aplicar, nas ilhas do Caribe, as técnicas de refinamento do açúcar por eles desenvolvidas no Brasil. Tais ilhas seriam, pouco a pouco, dominadas, principalmente, pelos ingleses e franceses. Em intensa concorrência com estas novas plantações, aquelas do Brasil só conseguiam ocupar o segundo lugar na economia mundial. Com a exploração das minas de ouro e de diamantes do Brasil Central (e, mais tarde, no século XIX, com o desenvolvimento da cultura do café no Brasil Meridional), a demanda e a importação de escravos, nos séculos XVIII e XIX, quase triplicou em relação àquelas do século XVII[39].

Ao mesmo tempo, o fornecimento de escravos aos ingleses e franceses, senhores das terras do Caribe, aumentou consideravelmente. Nas colônias inglesas, o número de escravos passou de 264.000, no século XVII, para 1.400.000, no século XVIII. A situação foi a mesma nas ilhas ocupadas pela França, em especial, em São Domingos, para onde foram levados, no século XVIII, por volta de 790.000 escravos, cuja maior parte veio diretamente da África[40]. A cultura de cana-de-açúcar também surgiu em Cuba, onde criou necessidades de mão de

38 P. D. Curtin, 1971*b*, p. 259; F. Mauro, 1960, p. 179, 180.

39 P.D. Curtin, *op. cit*.

40 *Ibid.*

obra muito parecidas. O Suriname holandês, as plantações inglesas e francesas da América Central e a parte setentrional da América do Sul absorveram um grande número de escravos negros. Na América do Norte, as plantações de tabaco da Virgínia e as plantações de arroz de Maryland forneciam as bases para um novo avanço do tráfico negreiro. Ele alcançou uma intensa progressão no século XVIII, quando aproximadamente 400.000 escravos foram trazidos para as colônias inglesas[41]. No século XIX, o desenvolvimento das plantações de algodão transformou o sul dos Estados Unidos da América em um imenso território cuja economia fundamentava-se na escravidão. Nas colônias do Norte, onde predominava a cultura de cereais nas pequenas e médias explorações, continuava muito limitado este tipo de importação de mão de obra.

A demanda por mão de obra negra nas colônias americanas impôs à Europa Ocidental uma tarefa de uma importância sem precedentes, especialmente, em uma época caracterizada por mudanças radicais na partilha das forças econômicas e políticas. Na segunda metade do século XVII, o declínio da Espanha e de Portugal era cada vez mais evidente. A Holanda, na ocasião do apogeu de sua potência, lentamente começou a ser repelida pela Inglaterra e pela França, que possuíam um desenvolvimento econômico rápido, além de exercerem, a partir do final do século XVII, uma influência cada vez mais importante sobre a natureza e a intensidade da penetração branca na África, ao passo que os espanhóis e, até mesmo, os holandeses, passaram a desempenhar um papel relativamente marginal. No que tange aos portugueses, o sucesso que tiveram na conquista de Angola permitiu-lhes conservar uma posição favorável nessa zona importante para o tráfico de escravos.

No século XVI, a Holanda e a Inglaterra, depois, a França e um certo número de outros países criaram companhias que asseguravam o comércio com a África e o envio dos escravos para a América. Consequentemente houve uma concentração de recursos para esta finalidade. As companhias obtiveram de seus respectivos governos o monopólio do comércio com a África, o que lhes permitiu impor os preços que lhes convinham. Em contrapartida, elas tinham que prover os fortes antigos e construir novos para proteger as feitorias européias, situadas nas costas africanas. Nesse sentido, a ação das companhias inglesas, holandesas e francesas reforçou a posição dos europeus na África. Os fortes europeus se multiplicaram rapidamente ao longo dos séculos XVI e XVII, em especial, na Costa do Ouro e em sua vizinhança imediata.

---

41 *Ibid.*

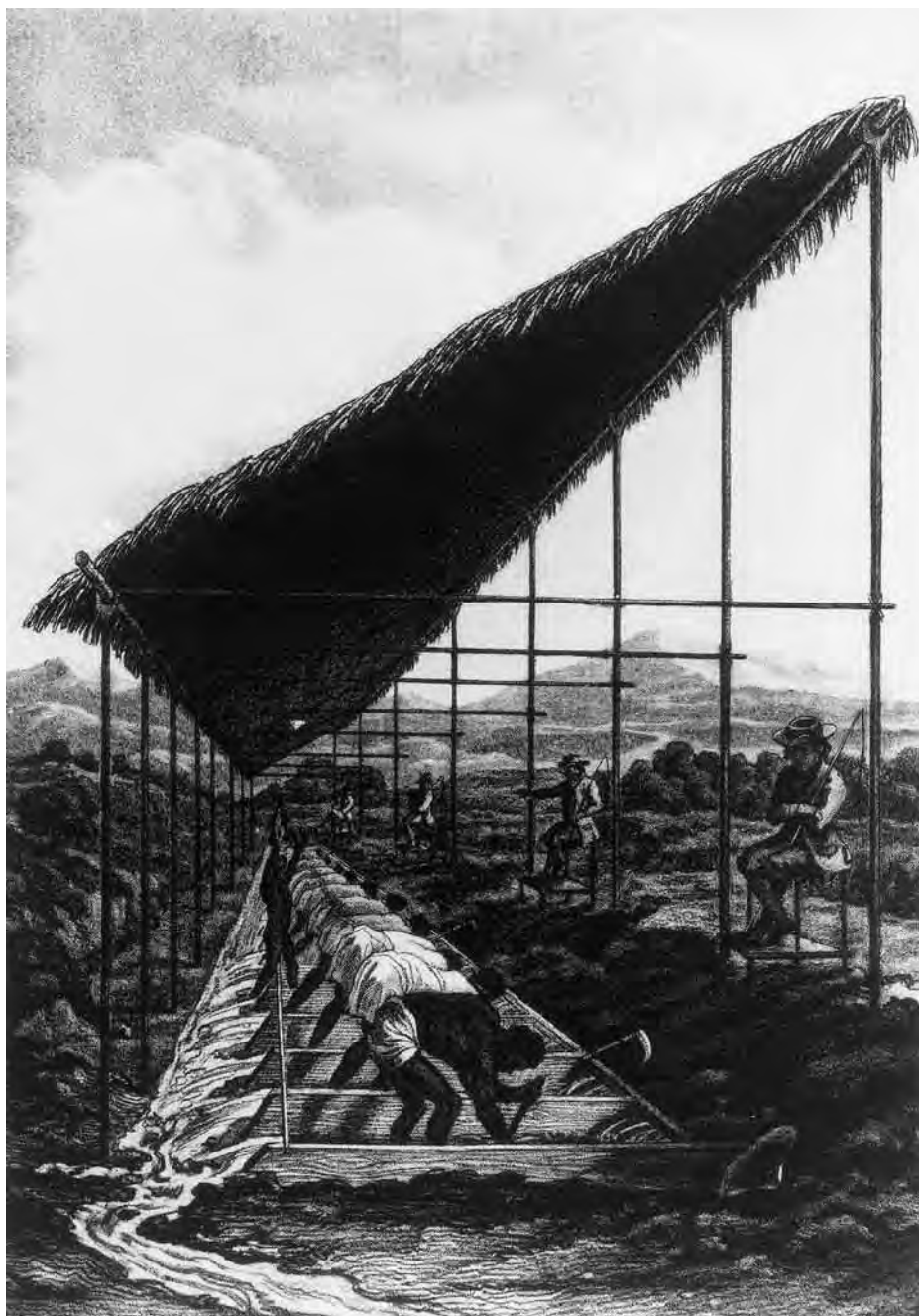



Figura 1.2 Lavagem da lama diamantífera pelos escravos negros no Brasil. © The Wilberforce Museum, Hull.

Figura 1.3 Venda de mercadorias, de quadros e de escravos na Rotunda, em Nova Orleães, na América. © The Wilberforce Museum, Hull.

Ao mesmo tempo, a África tornou-se um lugar de afrontamento para os europeus. Não se deve ver nisso um simples eco da rivalidade das grandes potências na Europa. Os negociantes e as companhias comerciais esforçavam-se para obter o controle das melhores feitorias situadas na costa africana. Para isto, eles aproveitavam os períodos de guerra. Assim, as possessões dos diferentes grupos rivais formados por europeus – sendo que cada grupo era apoiado por seu governo – frequentemente mudavam de mãos. Os governos em questão queriam, antes de tudo, desenvolver as plantações americanas, baseadas na exploração da mão de obra negra, e aumentar os benefícios que eles retiravam do comércio de escravos. Logo, é inconcebível que não apenas as grandes potências, mas também outros países de menor importância pudessem deixar a África entregue a si mesma. Mesmo a Suécia, a Dinamarca e a Prússia tentaram intervir nos assuntos africanos, ainda que sem grande sucesso e, finalmente, retiraram-se deles.

Os resultados das companhias, entretanto, não foram tão brilhantes quanto o previsto. As duas maiores companhias inglesas não foram muito ativas. A *Royal African Company*, fundada em 1672 e na qual o próprio rei da Inglaterra tinha interesses, enfrentava constantes dificuldades, embora ela controlasse, no período do último quarto do século XVII, uma parte importante do comércio exterior da África, passando pela costa ocidental. Sua política foi muito criticada pelos americanos, proprietários de terras das colônias inglesas, e por numerosos negociantes da metrópole[42]. Os primeiros protestavam contra a imposição, feita por ela, dos elevados preços dos escravos, ao passo que os negociantes ingleses, que não eram membros da companhia, também queriam ter acesso às costas africanas e ao lucrativo comércio dos escravos. A partir de 1689, a companhia viu seus privilégios diminuírem progressivamente, o acesso ao trato africano foi concedido a outras também e na metade do século XVIII a companhia deixou de existir.

Há alguns anos atrás, na Inglaterra, já se abrira uma era de comércio livre com a África. Os negociantes de Liverpool – durante quase meio século, principal centro daquilo que se chamou de "comércio triangular" – eram os mais poderosos. Este comércio foi organizado da seguinte maneira: os negociantes de Liverpool expediam suas embarcações, carregadas de produtos ingleses, para as costas africanas, onde trocavam-nos por escravos que seriam transportados para a América e vendidos aos senhores de terras das colônias inglesas, espanholas e portuguesas. Em troca, eles levavam produtos coloniais à Inglaterra[43]. No século XVIII, os acordos comerciais, que os ingleses obrigaram a Espanha e Portugal a assinarem,

42 D. P. Mannix, 1963, p. 29-30.

43 *Ibid*, 1963, p. 69-74.

permitiram-lhes aceder, mais tranquilamente, às possessões desses dois países localizadas na América. As Índias Ocidentais Inglesas, em particular, Barbados e Jamaica, constituíam, nos séculos XVII e XVIII, uma zona de implantação forçada e maciça de africanos, empregados na cultura de cana-de-açúcar e, depois, na do algodão e do café[44]. Estas duas ilhas vendiam escravos aos produtores de tabaco e de arroz da Virgínia e de Maryland, que eram cada vez mais numerosos, em troca de cereais e de outros produtos das colônias da América do Norte.

O notório sucesso dos negociantes de Liverpool, no século XVII, explica-se, sabe-se há muito tempo, pelo rápido avanço da indústria nos Midlands, notadamente, da metalurgia em Birmingham e da indústria têxtil em Manchester. Os comerciantes de Liverpool podiam fornecer aos africanos, de forma regular e a preços mais módicos do que os dos outros europeus, facas, armas e outros objetos em metal bastante apreciados, como também produtos têxteis. Ao longo do século XVIII, a Inglaterra se afirmou progressivamente como o país que estabelecia as ligações econômicas mais estreitas com a costa africana. Sua influência foi sentida do Senegal até os confins do Camarões. Embora ela tenha abandonado à França, em 1799, seus postos avançados no Senegal, reforçou a sua posição na Gâmbia e em Serra Leoa. Ela também desempenhou um papel principal no trafico de escravos que se intensificou na metade do século XVII, na Costa do Ouro. Da mais alta importância para si mesma, foi o comércio ao qual a Inglaterra se lançou na baía de Biafra e no cabo de Benin, inclusive em Calabar. O número de escravos transportados no século XVIII foi claramente superior a 1.300.000. As exportações de escravos a partir de Ouidah, Porto Novo, Lagos e de outros portos desta costa, aumentaram consideravelmente[45]. Os ingleses não foram os únicos protagonistas europeus nesta cena. Embora suas posições fossem menos marcadas, a Holanda e, em particular, a França com os mercadores de Nantes, estavam, cada vez mais, ativos na Costa dos Escravos, no Senegal, na região do Camarões e em Loango. Angola, que, por volta do final do século XVII, era o principal reservatório de mão de obra negra, permaneceu, durante a segunda metade do século XVIII, sob a influência de Portugal que, maciçamente, continuava abastecendo o Brasil de escravos.

As tentativas de colonização começaram em Angola, onde os europeus, pouco numerosos no princípio, vieram se instalar. Por outro lado, no litoral de Cabo-Verde e no Congo, a expansão européia manteve sua característica comercial. As feitorias e as colônias criadas pelos europeus (como São Luís, fundada em 1626)

44 K. D. Patterson, 1967, p. 16-29.

45 P. D. Curtin, 1971*b*, p. 259-267.

foram dispersas e unicamente estabelecidas na costa, próximas de baías bem protegidas e, geralmente, de aglomerações africanas. Elas foram, para os negociantes brancos, o centro de certas atividades assaz consideráveis, mas de alcance limitado. Elmina e Acra, mas também, Ouidah, Porto Novo, Badagri, o Antigo e o Novo Calabar, célebres no século XVIII, constituíam, tal como outras feitorias, pontos de encontro estabelecido entre os brancos e os negros que lhes abasteciam de escravos em troca de produtos europeus. Em geral, os soberanos africanos se reservavam a prioridade neste comércio, porém, negociantes negros desempenhavam também um papel muito importante. Mesmo em Angola, os portugueses apenas capturavam um pequeno número de escravos, deixando aos agentes recrutados no seio da população local o cuidado de comprá-los ou de capturá-los no interior.

É difícil saber qual era a extensão do território em que o comércio de escravos foi praticado; parece que Herskovits e Harwitz enganaram-se afirmando que somente a população do litoral tinha sido dizimada pelo trato de escravos[46]. É certo que as regiões limítrofes dos portos foram aquelas que mais sofreram, porém, desde o século XVI, informações circulavam a respeito das grandes viagens que os escravos deviam cumprir para virem das zonas recuadas da África até os portos onde eram embarcados. No século XVIII, quando a exportação dos africanos tornou-se maciça, era preciso penetrar no interior das terras para conseguir escravos, pois, nessa época, os principais fornecedores eram os soberanos de países poderosos, como Ashanti e Daomé, e também os traficantes de Calabar. É provável que eles capturassem escravos bem no coração do continente, ao norte dos territórios onde eles residiam[47]. Os antigos Estados africanos, como Benin ou Oyo, eram bem menos acessados. O Congo que, no século XVIII, entrara em um período de desintegração completa, nunca desempenhou um papel importante como fornecedor de escravos.

Nesta época, os europeus não pensavam particularmente em uma expansão territorial na África (salvo em Angola), já que eles conseguiam escravos no mesmo lugar onde eles vendiam rum, armas e outras mercadorias, ou seja, em suas feitorias e nas numerosas baías por eles controladas. Não estavam ainda prontos para empreender a conquista do continente negro, especialmente, porque não suportavam bem o clima, além de estarem desarmados frente às doenças tropicais. Os europeus, como os brasileiros e os primeiros norte-americanos que começaram a aparecer no continente africano, faziam de tudo para conquistar a amizade dos soberanos africanos, fornecendo-lhes, generosamente, as mercadorias que eles

46 M. J. Herskovits e M. Harwitz, 1964.

47 J. D. Fage, 1969*a*.

desejavam. No século XVII e XVIII, a comunidade de interesses muito particular que unia os traficantes de escravos europeus a seus fornecedores (ou seja, os soberanos, os dignitários e os comerciantes africanos) ainda se reforçava. Nesse sentido, importa destacar que o movimento em favor da abolição da escravidão, iniciado na segunda metade do século XVIII, enfrenta, na Inglaterra, uma resistência vigorosa não só da parte dos proprietários de terras das Índias Ocidentais, mas também, em larga medida, dos mercadores da metrópole. Descobrir-se-á, mais tarde, que os reis de Ashanti e do Daomé, e certamente outros soberanos africanos, também eram, obstinadamente, opostos ao fim do trato de escravos.

Nos séculos XVII e XVIII, a zona pela qual os Europeus mais se interessavam era a costa ocidental da África. O comércio de escravos era muito reduzido na costa oriental e é somente no século XVIII que os traficantes europeus lá fazem suas primeiras aparições. A imensa distância que a separava dos mercados americanos criava sérios obstáculos, ainda que superáveis, ao envio dos africanos para as colônias do Novo Mundo. Numerosos habitantes da região que corresponde ao atual Moçambique deviam, pois, fazer uma viagem particularmente longa e trágica para alcançarem o outro lado do Atlântico, especialmente, o Brasil. Segundo P. D. Curtin, o número de escravos arrancados da África Central e da África do Sudeste, entre 1711 e 1810, para serem enviados à América, é da ordem de 810.000, o que representa 24% do número total de escravos importados[48]. Entretanto, faltam informações sobre o número de escravos originários da costa oriental e de seu interior. Um número pequeno de escravos negros foi exportado pelos franceses depois que se tornaram senhores na Ilha da Reunião e da Ilha Maurício. Na África do Leste, as exportações de escravos, destinados à Arábia pelos súditos do *imām* de Omã, aumentaram no século XVIII. Quando este tráfico se voltou para Zanzibar, causou efeitos trágicos nas populações da África Central e do Leste. Parece, entretanto, que foi sobretudo no século XIX que elas foram dizimadas pelas razias dos negreiros árabes.

Na África do Norte, apenas no século XVIII os europeus colocaram um fim nas atividades dos piratas barbarescos, privando-os, assim, de sua principal fonte de rendimentos. Seria interessante saber se este fato teve alguma influência na política da elite governante de Argel e de Túnis, que, então, estava estreitamente associada às expedições dos piratas e, notadamente, sobre sua política a respeito das comunidades autóctones.

48 P. D. Curtin, 1971*b*, p. 267.

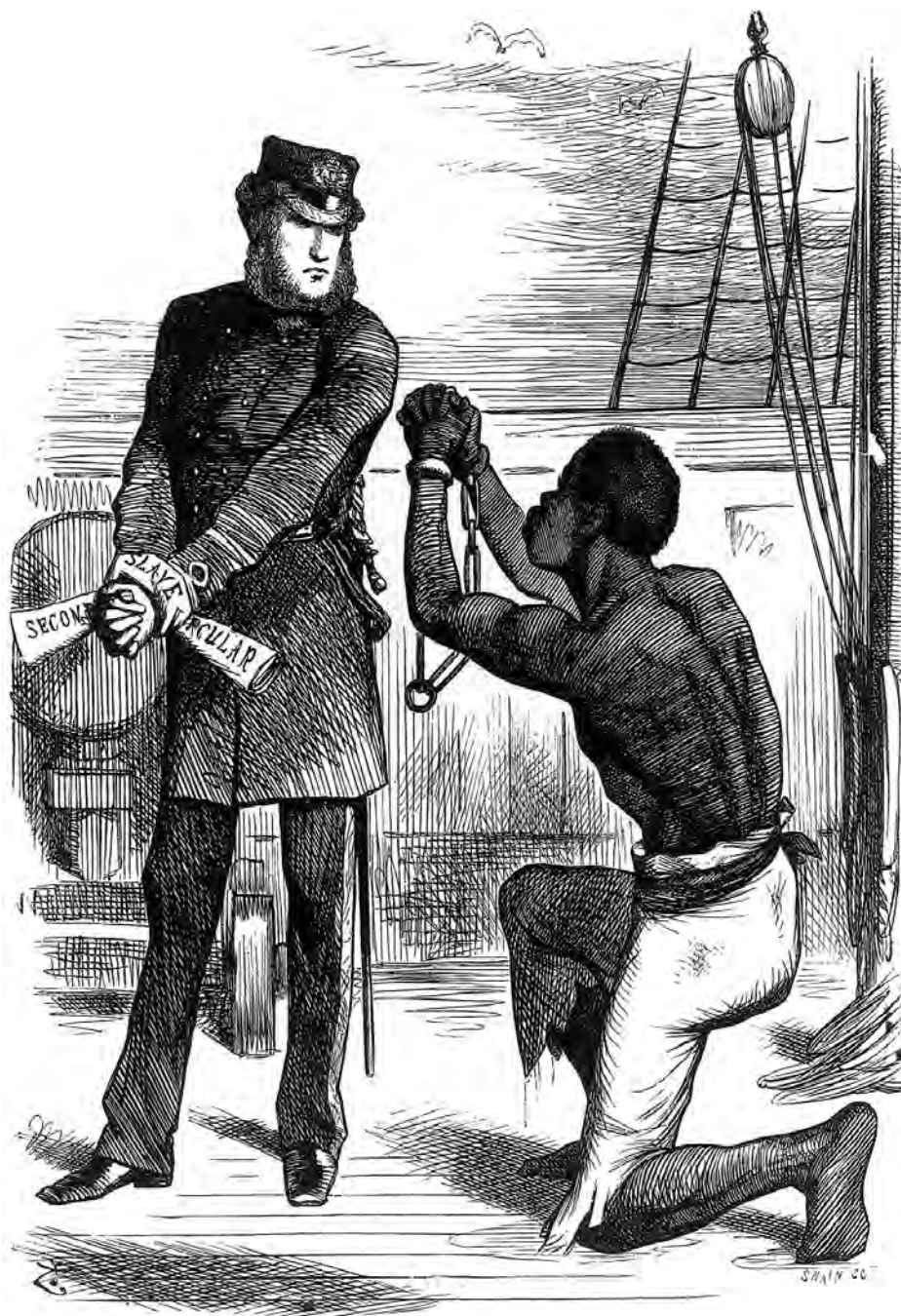



Figura 1.4 Desenho satírico político intitulado: "Homens e irmãos!" © The Wilberforce Muzeum, Hull.

A expedição realizada em direção ao rio Níger, em 1591, não parece ter obtido um efeito durável no Marrocos. Os conquistadores livraram-se da metrópole muito rapidamente e seus descendentes (Arma) criaram pequenos Estados que, aliás, foram efêmeros. Não se encontram traços de mudanças importantes ocorridas no comércio entre o Marrocos e o Arco do Níger. Escravos e pequenas quantidades de ouro continuaram sendo exportados do Sudão Ocidental. O tráfico de escravos parece ter sido expressivo, visto que, no fim do século XVII, os sultões do Marrocos possuíam uma armada de escravos que, durante certo período, também exerceu uma forte influência sobre a política do país.

Conclusão

A história dos contatos da África com o resto do mundo, do século XVI ao XVIII, pode ser brevemente caracterizada da seguinte forma: a costa ocidental e seu interior constituíam a zona que mais estava em contato com o resto do mundo. No princípio, os europeus se interessaram pelo ouro africano, depois, a partir da segunda metade do século XVI, o tráfico de escravos passou a ocupar o primeiro plano. Ele assegurou o desenvolvimento econômico de uma grande parte da América e do Caribe, e também, acelerou a acumulação de capital na Europa (sobretudo, na Inglaterra) e na África. Nesta época, a penetração européia na África foi do tipo pré-colonial e teve, sobretudo, um caráter comercial. As trocas entre as duas partes eram desiguais, pois os europeus exportavam produtos de baixo custo, em troca dos quais conseguiam um número abundante de mão de obra. Deste modo, se eles não tentaram conquistar o continente, do ponto de vista demográfico, causaram um grave prejuízo à África. Geralmente se subestimou o papel desempenhado pela África desde os séculos XVI e XVII, de mercado para numerosos produtos da indústria européia. Os benefícios que a África retirou de tais contatos se limitam à introdução da cultura do milho e de diversas variedades de mandioca. Não se poderia sustentar que isto compensa a hemorragia demográfica, sem falar dos sofrimentos infligidos aos inúmeros seres humanos que foram arrancados de seu meio e levados para terras longínquas, onde tudo lhes era estrangeiro, para serem sujeitados a um trabalho pesado nas plantações.

CAPÍTULO 2

As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado

P. Diagne

As estruturas sociais, econômicas e políticas africanas não pararam de sofrer mudanças entre os séculos XVI e XIX. Isto se deveu, notadamente, tanto a fatores internos – de ordem demográfica ou ecológica – quanto a forças externas – tais como o comércio de escravos, o cristianismo, o islã e o capitalismo. No presente capítulo, não será feito somente um estudo dessas transformações e das novas estruturas que apareceram; também será ressaltado que, na maioria das regiões do continente, a famosa imutabilidade das estruturas ou instituições africanas é um mito histórico sem fundamento real.

As novas estruturas sociais

O islã e o cristianismo

É, a princípio, no domínio social que a mudança se fez sentir e que novas estruturas apareceram. Na área religiosa, as filosofias e as religiões da Europa e do Oriente Médio começaram sua expansão. O cristianismo e o islã tornaram-se forças políticas em regiões onde eram até então desconhecidos. A questão religiosa tornou-se crucial para civilizações que, em razão de sua visão de mundo, tinham até esse momento ignorado esse tipo de conflito.

Todo o terreno conquistado pelo cristianismo nas áreas costeiras da África oriental no decorrer desse período foi perdido com o assassinato do padre Gonçalo da Silveira, padre português responsável por submeter, com muito esforço, o *mwene mutapa* Nogoma à influência cristã e portuguesa, em 1560. O islã, em contrapartida, progredia na Etiópia com as conquistas de Ahmad Grañ (1531-1535)[1] e a dos *mai,* do Borno, bem como a conquista dos *askiya,* do Songhai, no Saara e no Sudão ocidental.

Das sociedades dos cativos às sociedades de escravos

A segunda mudança importante foi a substituição, na maior parte da África, de um sistema próprio da África negra, o do *jonya*, por um sistema importado da Europa e do Oriente Médio, o da escravidão.

O *jonya* (do termo mande *jon*, que significa cativo) era difundido principalmente no Sudão ocidental, assim como na região do Níger e do Chade. Um *jon* (*jaam* em wolof, *maccuba* em fulfude, *bayi* em haussa) era um escravo ligado a uma linhagem. Não era cedível e possuía a maior parte do que produzia. Nas sociedades em que reinava esse sistema, ele pertencia a uma categoria sociopolítica integrada à classe dominante; era então cidadão exclusivo do Estado e pertencia a seu aparelho político. Enquanto sistema e categoria social, o *jonya* desempenhou um papel considerável e original nos Estados e impérios de Gana, Takrūr, Mali, Kanem-Borno, Ashanti, Iorubá e de Monomotapa (Mwene Mutapa)[2]. A elite dos escravos reais (os *jon tigi* mande, os *farba* dos *jaami buur,* de Takrūr, e os *sarkin bayi,* dos haussas) pertenciam à classe dominante do Estado e da sociedade. Ela exercia certo poder, abarcava fortunas, além de poder, ela mesma, possuir escravos como os *jombiri jon* mande e escravos cativos de Daomé[3].

No entanto, a escravidão oriental e ocidental, tanto sob sua forma mais antiga, quanto sob a forma colonial que se expandiu na África no século XVIII, visava, em sua essência, estabelecer um modo de produção que fizesse do escravo, praticamente privado de direitos, um bem imobiliário ou uma mercadoria nego-

1 Ver o capítulo 24

2 Os *macamos* eram grupos de escravos ao redor do *mwene mutapa*, ou seja, o equivalente aos prisioneiros reais sudaneses (*furba jon, tonjon* ou *jaami buur).*

3 O estudo da escravidão dos grupos de escravos nas sociedades africanas foi assunto de várias obras importantes, tal como o que foi publicado em 1977 sob a direção de S. Miers e I. Kopytoff. Ele enumera todas as instituições às quais se possa aplicar o termo escravidão e tenta defini-lo no contexto autóctone africano. Ver C. Meillassoux, 1975; P.E. Lovejoy, 1981; A.G.B. Fisher e H.G. Fisher, 1970.

ciável e cedível. Os escravos formavam, por muitas vezes, o grosso da população ativa de uma sociedade, como ocorria no sistema ateniense e nas plantações coloniais da Arábia medieval, ou mesmo na América pós-colombiana. Esse fenômeno engendrou um conflito que continuaria a afligir o continente africano até o século XX.

Uma instabilidade crescente e guerras contínuas contribuíram, ao menos no plano demográfico, para a expansão dos *jonya* no século XVI até que se sobrepôs geograficamente às regiões com sistemas de escravidão do tipo antigo ou colonial sendo assim inserida nas novas estruturas sociais. Nas regiões em que as instituições islâmicas foram introduzidas, como entre os songhai, os haussas e nas cidades da África oriental, os dois sistemas foram frequentemente confundidos.

Com a criação de Estados muçulmanos ou de emirados – que ocuparam progressivamente todo o Sudão ocidental graças às *jihad* e às revoluções de Karamokho Sambegu, em Fouta-Djalon, por volta de 1725, e de Sulayman Baal, em Fouta-Toro, no ano de 1775 –, as tradições e o direito muçulmanos foram implantados na região e a escravidão substituiu o sistema *jonya.* A fundação do califado de Sokoto por Uthman dan Fodio, no início do século XIX, acelerou o processo que reforçou ainda mais a islamização dos negro-berberes do Saara e a conquista da região pelos *kabila* árabes hassans. Tal fato transformou progressivamente o sistema semifeudal dos *Haratin*[4] (que associava uma aristocracia guerreira e populações sedentárias conquistadas) em um sistema que era semelhante à escravidão. Mas o *jonya* sobreviveu em meio à aristocracia tradicional do Sudão ocidental e da região do Níger-Chade, que quase não tinha sofrido influência muçulmana. Até a conquista colonial, o *jonya* guardou alguma influência dos Estados wolof, seereer, haussa, kanembu e iorubá. Com seus *furba jon*, o império de Ségou lembra o dos *mansa* e seus *tonjon*. Até a conquista colonial, os Estados de Cayor, Siin e Yatenga ficaram em grande escala sob a dominação da elite guerreira ou administrativa da classe dos cativos.

A expansão das estruturas feudais

A terceira mudança diz respeito às estruturas feudais que, intactas ou modificadas, se expandiram nas civilizações agrárias da África.

Enquanto estrutura política, modo de produção ou sistema socioeconômico, o feudalismo supunha não apenas laços de fidelidade, de vassalagem e de suserania,

4 Servos, na origem.

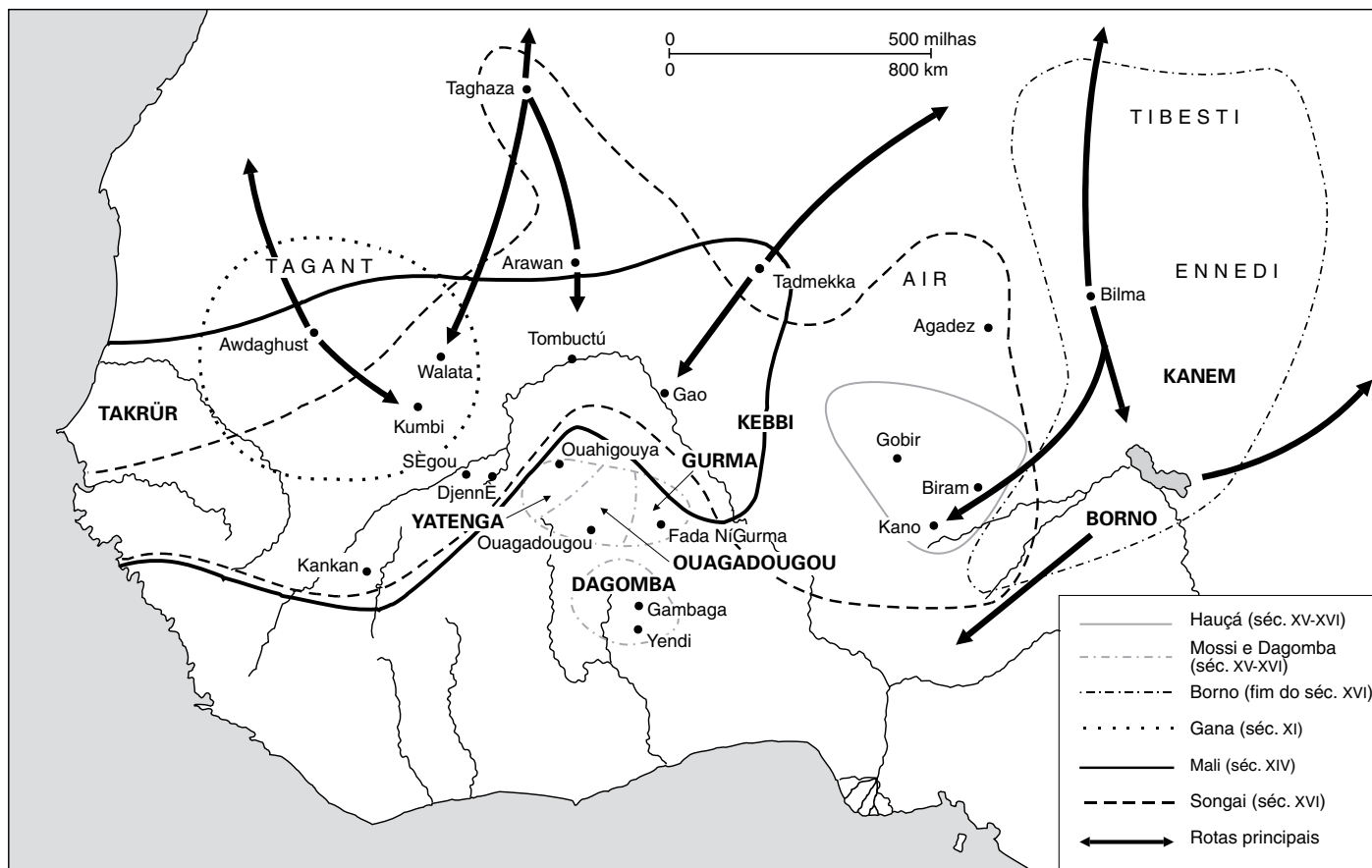



Figura 2.1 Entidades políticas do Sahel entre os séculos XI e XVI. *Fonte:* segundo um mapa desenhado por P. Ndiaye, Departamento de geografia, Universidade de Dakar.

mas oferecia também a possibilidade de especular e de tirar proveito dos meios de produção. Pouco importava se esse direito fosse fundado na propriedade fundiária, na dominação territorial ou na possessão de uma pessoa, de um bem ou de certos meios de produção. De fato, a propriedade fundiária – ao dominar o pensamento, os sistemas de governo, bem como as estruturas políticas e socioeconômicas da Europa e do Oriente Médio – caracterizava tanto os regimes feudais ocidentais quanto os orientais que foram implantados nas civilizações da África, que eram essencialmente agrárias. Sua influência era exercida em todo lugar onde a ocupação das terras ou a dominação de um território incorria não somente no recebimento de taxas, direitos, aluguéis, meação e arrendamento, como também no emprego de operários agrícolas.

As estruturas socioeconômicas dos territórios situados ao sul do Saara diferiam dos da Europa e do Oriente Médio, e do regime feudal em si. Em função das condições históricas e ecológicas, não havia especulação sobre os meios de produção, mesmo nas sociedades e Estados de classe dessa região. Na África negra, antes da aparição do direito islâmico ou do *mailo* (regime feudal) de inspiração ocidental (introduzindo um sistema de arrendamento em Uganda em 1900), a terra era apenas uma fonte de ganhos. A propriedade de tipo europeu, fosse o direito de usar e de dispor dos bens e mesmo das pessoas (ou seja, escravos), praticamente não existia. Os que se apropriavam ou transmitiam uma parcela de terra ou área de caça, de pesca ou de colheita valia-se apenas de um direito de usufruto que excluía a especulação lucrativa ou o direito de venda. As sociedades agrárias do sul do Saara criaram então o *lamana* – sistema de ocupação das terras que não previa nem a locação destas, nem o arrendamento ou a meação, ainda que taxas impostas tanto pelo Estado e pelas autoridades como pelos chefes fossem recebidas em cima da produção agrícola e pastoral. A economia própria da África negra era centrada, antes de tudo, na produção destinada ao consumo. O homem produzia aquilo de que precisava, mas não possuía os meios de produção.

As interações entre as diferentes estruturas sociais criaram sociedades híbridas e heterogêneas que foram, em geral, muito mal descritas por estudiosos sob influência de noções preconceituosas da história. Do século XVI ao XVIII, havia então áreas marginais onde um feudalismo atípico se avizinhava ao *lamana*. Contudo, na maioria das regiões em que a produção era destinada às trocas, o regime de tipo feudal dominava e o sistema de produção para o consumo (*lamana*) havia sido eliminado ou transformado.

No Egito, o sistema turco dos *beylik* (beilhiques) encorajou o desenvolvimento do regime feudal e o regime otomano foi substituído por uma nobreza de

proprietários feudais, tendo ela mesma instaurado todo um sistema de relações entre os feudatários e os suseranos. Como na Europa da Idade Média, essa aristocracia rural era protegida pelos *odjak* (fortalezas e guarnições turcas). Os grandes chefes locais governavam um *arsh* (área étnica) ou um *dwar* (campo de tendas) de acordo com seu sistema hierárquico. Eles submetiam *khames* (vassalos, servos) e pequenas comunidades, tal como o fazia o Makhzen. No Sahel e no Saara mauritânio, as famílias religiosas e os *djuad* (chefes guerreiros) submeteram confederações de pequenas comunidades, transformando-as em feudos sob pretexto de fraternidade religiosa ou exercendo seu direito de conquista. No sul da região de Oran, os Awlād Sidi Shaykh impuseram um tributo aos nômades chaamba, que lhes prestaram um juramento de fidelidade. Os guerreiros hassan impuseram as mesmas obrigações de fidelidade (*worma*[5]) às famílias haratin e de marabutos, ao norte do rio Senegal, e fizeram prevalecer o *muud al-hurum* sobre os Fulbe.

Os beis concediam frequentemente aos principais dignitários turcos e autóctones do Magreb importantes propriedades que eles exploravam de acordo com o sistema de meação, arrendamento ou locação. Como no Egito, a atividade econômica estava nas mãos do beilhique que tinha o monopólio das indústrias manufatureiras, dos moinhos, dos arsenais, da cunhagem de moedas, dos canteiros de obras, além de lhes ser atribuído ainda o produto da pirataria. Ele influenciava o comércio de cereais, óleo, sal, e o comércio têxtil, e controlava as rotas comerciais (ou seja, os pontos de chegada das caravanas e os portos), bem como o comércio exterior. Sua vigilância era exercida sobre as guildas de artesãos e de negociantes. A própria classe média dos negociantes servia de intermediário ao regime otomano.

No resto da África do Norte e no norte da Etiópia, o regime feudal se desenvolveu de modo distinto, em função das condições ecológicas que dificultavam a concentração de propriedade em certas regiões. As grandes propriedades do beilhique do Magreb, que se estendiam sobre vastas superfícies, acarretaram a generalização da distribuição de *azel* (feudos), explorados de acordo com o sistema do *khammasat* (arrendamento), com partilha na base do quinto. No âmbito regional, o regime era ainda o dos *milk* (pequenas propriedades familiares) e dos ʻ*arsh* (propriedades comunitárias ou grupais), mas ainda no quadro da superestrutura feudal de especulação.

5 O termo *worma* introduziu a ideia de fidelidade ou de vassalagem nas línguas do Takrūr, onde esta relação não existia até então.

No Egito e no resto da África do norte, vários séculos de dominação greco-romana já tinham aberto caminho ao feudalismo, ou seja, ao sistema de *iktā'* de Mamluk. Sob a ocupação grega e romana, essas regiões tornaram-se os celeiros desses impérios que desenvolveram ali o domínio público (*ager publicus*) e o colonialismo, com a ajuda da mão de obra escrava e de um campesinato totalmente oprimido e explorado. No sul do Saara, a passagem ao regime feudal deu-se sob o impulso de uma influência externa.

No norte da Etiópia, por exemplo, surgiu uma aristocracia feudal que criou grandes domínios. Isto ocorreu porque a nobreza etíope havia corrompido os princípios da filiação dupla e da partilha igual das heranças, o que deu origem a "famílias" transgeracionais. Os membros da nobreza apropriaram-se igualmente do rebanho e dos produtos da terra. A economia da região baseava-se na agricultura de lavoura, e um grande número dos membros da nova nobreza pôde transmitir a seus herdeiros a integralidade dos domínios que eles tinham acabado de adquirir. Da mesma forma, o poder político foi progressivamente concentrado nas mãos desse grupo; passou a ser então crucial, para acumular riquezas, deter um cargo político. É o que explica a existência, no norte da Etiópia, de uma tendência muito clara a uma maior diferenciação de classes, baseada no acúmulo da propriedade feudal e do poder político[6].

Esse regime semifeudal foi disseminado pelos cristãos da Etiópia do norte às áreas do sul, onde foram criadas as *ketema* (cidades de guarnição) habitadas por uma *neftenia* (nobreza feudal) que colonizava as *gasha* (terras ocupadas). Os *gabar* (camponeses) que cultivavam as terras em proveito da nobreza feudal eram, tal como os fallahin (singular: fallah), quase servos ou, no mínimo, tributários ou clientes, obrigados a pagar o *gabir* ou *siso*, já que eles eram meeiros ou arrendatários.

Na região dos Grandes Lagos, principalmente na área sul que compreende uma grande parte da atual Tanzânia ocidental, Burundi, Ruanda e Uvira, ao nordeste do Congo, o sistema da "clientela" constituía um regime semifeudal, regulador das relações entre pastores e agricultores. Tratava-se de uma espécie de contrato entre o donatário (o pastor) – que fornecia o gado – e o beneficiário (o agricultor) – que punha seus serviços, os de sua família e das gerações vindouras à disposição do donatário e de seus herdeiros. Esses contratos variavam de acordo com as sociedades, modificando-se também no decorrer dos anos[7]. Em Takrūr, um *surga* ou *dag* aceitava, por vontade própria, ser mantido por um

6 Ver capítulo 24. Ver também A. Hoben, 1975.

7 E. Mworoha, 1977, cap. 3 e 4. Ver também capítulo 26.

homem rico ou por um homem político influente. Aparentemente, essas relações evidenciam estruturas quase feudais, devidas não a causas exteriores, mas a uma evolução interna.

Os principais fatores que contribuíram para a adoção do sistema socioeconômico feudal otomano foram a propagação do regime do emirado muçulmano com a chegada dos *askiya* ao Sudão ocidental, a expansão do império dos *mai* islamizados de Borno e a introdução do direito corânico, seguida de conversões e *jihad*. Entre os Songhai, os *askiya* conservaram uma parte da estrutura socioeconômica tradicional. Assim como a aristocracia etíope que colonizara o sul da Etiópia, eles introduziram numerosas inovações nas regiões por eles conquistadas. O *askiya* Muhammad e seus sucessores distribuíram concessões à maneira dos Mamluk; criaram *iktā‘* (feudos) nas terras (*kharadj*) arrancadas dos não muçulmanos; e em vez de dar aos seus favoritos – os servos – as terras que não eram cedíveis ou sua propriedade, outorgaram-lhes o usufruto dos direitos, assim como taxas e ganhos pagáveis ao Estado. As crônicas (*ta'rikh*) fervilham de informações a esse respeito.

Nos emirados, foi adotado o direito islâmico das *jihad*, o que reforçou a implantação das estruturas socioeconômicas feudais ou semifeudais, européias e médio-orientais. As *almamia* do Fouta-Toro, do Fouta-Djalon e do califado de Sokoto eram simplesmente calcadas nos regimes feudal e fiscal otomanos. O *jom leydi* (senhor da terra), os *jom lewre*, *jom jambere* e *jom jayngol*[8] (que desfrutavam das terras do Fouta) foram progressivamente integrados, não em sistemas de fidelidade, mas em uma estrutura socioeconômica de tipo feudal.

O novo sistema jurídico estabelecido pelos emirados esteve na origem de uma especulação de tipo feudal sobre as terras. Os *njoldi* (direitos simbólicos devidos ao senhor da terra[9]), os *kawngal* (direitos sobre as áreas de pesca), os *yial* (direitos sobre os campos de caça), os *hore kosan* (direitos sobre a pastagem) e os *gobbi* (direitos sobre as minas) foram transformados em direitos anuais pagáveis aos detentores do poder e recebidos sob a supervisão do Estado. Até mesmo o cargo de coletor de impostos tornou-se venal, como a maior parte dos cargos oficiais do sistema. A meação, o arrendamento, e a locação de terras generalizaram-se. Nas regiões islamizadas, o número de camponeses sem

8 *Jom lewre*: primeiro ocupante e desbravador da terra; *jom jambere*: pessoa que tem o direito de desbravar a terra com um machado; *jom jayngol*: pessoa que tem o direito de desbravar uma terra queimando-a.

9 Esses direitos, que eram pagos em natura (cereais, partes de caça, hidromel, galinhas, cabras, etc.), tinham como origem um significado essencialmente ritualista, ou seja, eles eram considerados como oferendas ao "espírito do lugar" ocupado. Eram oferecidos no momento da posse, às vezes no momento da colheita, e a mais comumente quando dos funerais e das cerimônias de sucessão do *laman*, ou primeiro ocupante.

terra, que haviam sido expulsos pela conquista ou pelo novo sistema jurídico, aumentou consideravelmente. Os *refo rekk* (servos) seereer, os *samba remoru*, os *baadolo* e os *navetaan* do Takrūr, bem como os *talakawa* haussas tornaram-se os equivalentes dos *khames*, *harãtin*, *fallahin* e *gaba* do Mediterrâneo e do Saara. O *leydi hujja* (termo fulfulde que significa locatário) equivalia a introduzir o regime feudal otomano. O *njoldi* representava a locação anual do solo e o *cootigu* o direito pagável pelos fazendeiros, meeiros, e subfazendeiros. O sistema muçulmano oriental de controle das terras era aplicado no *bayti maal* ou *leydi maal* e nos *leydi janandi*, pertencentes ao Estado, assim como nos *habus*, pertencentes à comunidade religiosa. Mas as terras eram apenas em parte submetidas às formas magrebinas de vassalagem. Existiam ainda certos casos de exoneração de imposto do tipo *makhzen*[10]. A fidelidade devida ao título do *leydi urum* se manifestava pelo *worma* (laço de vassalagem), bem como pelos impostos *muud alhurum* ou *mudul horma*.

Assim, a partir do século XVI, houve uma conjugação de estruturas socioeconômicas de diferentes origens. A isso se sucedeu a aparição de uma nova ordem social, ou seja, de um governo de tipo autoritário ou aparentado ao emirado[11], no qual estruturas feudais eram sobrepostas ao *lamana* africano. Essa transformação das estruturas socioeconômicas influiu na forma do Estado *mansaya*: no Sudão ocidental e na Nigéria, que foram islamizados, a instituição muçulmana do emirado substituiu o *mansaya* ou se lhe sobrepôs. No golfo da Guiné e na África central e oriental, onde chefes cristãos apareceram dentre os Manicongo e os Mwene mutapa, a influência da monarquia feudal cristã ficou cada vez mais evidente.

A evolução da arquitetura e das artes

Enfim, houve também algumas realizações importantes nos domínios da arquitetura e das artes. Os construtores das cidades do vale do Nilo, do Magreb, do Sudão, da costa, dos palácios iorubás, dos daqueles que chamamos hoje de ruínas do Zimbábue, de casas, palácios, e mesquitas da costa oriental da África, e dos *tata* – que cingem as cidades haussas –, todos eles eram ao mesmo tempo arquitetos, pedreiros, decoradores e urbanistas. As casas redondas ou piramidais de pedra ou de adobe, assim como as casas de andares dos joola, pertencem à mesma

10 Os *kabila makhzen* eram isentos de impostos e suas terras eram colocadas sob o controle da autoridade central. Em troca, os chefes *makhzen* recebiam impostos sobre os *kabila* vizinhos, os *raia*.

11 A expressão "regime autoritário ou aparentado ao emirado" designa aqui as formas sociais híbridas que apareceram na África negra após os contatos com o islã. Ver P. Digne, 1967.

tradição arquitetural que a mesquita de Koutoubia de Marrakech, a tumba de *askiya* em Gao e a dos califas do Cairo. O período precedente já demonstrara a forte preocupação com uma arquitetura de qualidade, assim o comprovam as ruínas de Audagost, de Koumbi, de Kilwa, de Djenné e de Aksum. Depois do século XVI, a arquitetura continuou a se renovar, talvez sobretudo no Sudão Ocidental e na Nigéria, mas as cidades da África do norte e do vale do Nilo, no entanto, periclitaram ao mesmo tempo em que sua prosperidade declinava. Por sua vez, os *askiya*, que retomaram a tradição na África Ocidental, foram grandes construtores, assim como seu contemporâneo no Marrocos, Abu'l-'Abbas al-Mansur.

Sonni 'Ali e o *askiya* Muhammad retomaram a construção do grande canal ao longo do Níger. No Marrocos, a chegada de al-Mansur coincidiu com uma onda de grandes obras públicas, contudo, passageira. As tradições arquiteturais do Sahel e do mundo islâmico propagaram-se cada vez mais rumo ao sul. O estilo arquitetural sudanês, do qual as mesquitas de Sankoré e de Djenné eram protótipos, se impôs a partir do século XVI. O *askiya* Muhammad construiu Tendirma do início ao fim e fundou a mesquita de Sidi Yahia. Foi nesse contexto que se formaram importantes grupos de pedreiros, moveleiros e decoradores, dando início, no Sudão Ocidental e no Magreb, a fraternidades e castas.

Na Etiópia, o período chamado Gondar (aproximadamente de 1632 a 1750) viu a aparição de novos estilos arquiteturais encorajados pela Corte. Em Gondar e em outras cidades, as sucessivas famílias imperiais mandaram construir grandes e belos palácios, castelos, igrejas e bibliotecas cuja decoração interior era muito refinada[12]. Nas regiões costeiras de língua *kiswahili,* da África Oriental, o período compreendido entre 1700 e 1850 conheceu importantes inovações arquiteturais: renovação dos elementos de decoração e motivos ornamentais, originalidade na própria concepção das casas cuja construção mostrava grande maestria – em particular no que tange às molduras em gesso. Essa evolução da arquitetura acarretou o impulso de atividades contíguas, tais como a escultura em madeira e, notadamente, a de portas e a movelaria[13].

As novas estruturas econômicas

Grandes estruturas econômicas apareceram no decorrer desse período: o sistema de castas que substituiu o sistema de guildas ou corporações, a economia

12 Ver capítulo 24

13 J. de V. Allen, 1974. Ver também P. S. Garlake, 1966.

de pilhagem, principalmente na África do Norte e do Leste, e a economia dos entrepostos ou feitorias, principalmente na África Central e Ocidental.

Uma economia artesanal e uma sociedade de castas e de guildas

A civilização urbana medieval contribuíra para a divisão do trabalho, assim favorecendo o artesanato e as indústrias manufatureiras. Porém, no século XVI, esse desenvolvimento foi desigual de acordo com a região ou o tipo de sociedade, e diferentes tendências manifestaram-se em função dos contextos sociais.

Nas civilizações do Sudão Ocidental, da região do Níger-Chade e do Saara, por exemplo, o artesanato, bem como as atividades industriais e manufatureiras, desenvolveram-se no quadro de um sistema de castas mais ou menos fechadas e constituídas com base em linhagens. Sob a influência crescente das civilizações do Takrūr e do Saara, tal sistema tendeu a se fixar, principalmente nas regiões do sul do Senegal, nos territórios dos Mandes e dos Haussas. Graças à imigração de alguns de seus membros, o do Takrūr foi implantado nos territórios de Cayor, Jolof, Siin e Salum. O *nyamankala* (sistema de castas) mande concedeu, durante muito tempo, um estatuto elevado à profissão de forjador – até que Takrūr ocupasse a região, consequentemente à *jihad*. Assim, Sumaguru Kanté, que desempenhou um importante papel tanto no acesso ao poder da dinastia dos Mansa, quanto na constituição do Estado do Mali, era forjador de origem. Os operários que trabalhavam o metal gozavam de grande estima entre os fon e os iorubás. Contudo, também nesse caso, a influência dos imigrantes vindos do Takrūr e do Saara acabaria por revirar a tendência dominante. No Songhai, os *askiya* já governavam uma sociedade na qual o sistema de castas estava implantado, estratificado e enraizado.

No fim do século XVIII, a revolução dos torodo reforçou o sistema de castas no Takrūr, acentuando as divisões entre as classes. Os camponeses *sebbe*, os pescadores *subalbe* e mesmo os pastores nômades *fulbe buruure* foram progressivamente desprezados. Eles não foram assemelhados aos *benanga-toobe* (sapateiros ou *sakkeebe*, forjadores ou *wayilbe*, *griots* ou *gawlo*, etc.) e tornaram-se objeto de uma segregação da parte dos *nangatoobe* (castas superiores). A elite dos marabutos torodo depreciou cada vez mais a aristocracia dos ceddo e dos denyanke por ela vencida, assim como todos aqueles que não fossem membros das dinastias de marabutos aptas a aspirar a cargos elevados. Nas sociedades negro-berberes do Saara, as divisões religiosas, étnicas e raciais cristalizaram-se pouco a pouco em castas hierarquizadas.

Um último aspecto importante da organização da indústria ou do artesanato da época reside no grau de controle exercido pelo Estado. Nas civilizações mediterrâneas, havia geralmente monopólio do Estado para certo número de atividades como a tecelagem, a construção naval, a fabricação de armas, o refino e o comércio exterior. Mas os Estados da África negra não exerceram, senão raramente, essa prerrogativa, mesmo quando a indústria dos armamentos se desenvolveu[14]. Esse período foi marcado pelo contraste entre a polivalência das diferentes categorias da população camponesa e a nítida especialização dos citadinos. Na agricultura e na criação de animais, a divisão do trabalho e a especialização profissional eram muito pouco marcadas. Agricultores, pescadores, criadores e caçadores todos exerciam várias outras profissões, tais como as de forjador, empalhador, pedreiro, lenhador, carpinteiro, tecelão ou sapateiro, de acordo com as necessidades. Acontecia de as mulheres ou alguns grupos de idade serem especializados em certos tipos de profissões (como o trabalho com metais, madeira e couro) que acabaram desempenhando um papel na formação das castas.

As indústrias do Estado cresceram: manufaturas de armas e mesmo estaleiros para a construção de frotas marítimas e fluviais foram implantadas tanto no Sudão Ocidental e na costa ocidental do Atlântico quanto nos países mediterrâneos e do oceano Índico.

A multiplicação das guerras voltou a dar, às vezes, um novo impulso ao trabalho dos metais. No século XVI, Sonni 'Ali reorganizou os arsenais do Songhai, fixando objetivos anuais de produção às oficinas. A metalurgia aperfeiçoou-se no Egito onde começaram a fabricar o aço de Damasco, enquanto o trabalho com o ferro, o cobre, o ouro e com a prata ocupava numerosas comunidades. A indústria dos metais preciosos no Egito e na África do Norte continuava a se abastecer de ouro em Wadi Allaga na Núbia, em Sofala e no Sudão Ocidental. Os forjadores mandes, organizados em castas, exportaram suas técnicas para as novas cidades que o comércio atlântico fazia surgir na costa. Os *garassa*, *tëg* e *maabo* sudaneses, que fabricavam charruas, machados, sabres, zagaias, pontas de flecha e instrumentos usuais, aperfeiçoaram sua arte e, no fim do século XVIII, consertavam armas de fogo. Foi nesse setor que as novas técnicas foram mais rapidamente assimiladas. O artesanato do ouro e da prata estimulou o comércio nos souks das cidades do Magreb, do Egito e do Sudão Ocidental. Os joalheiros berberes e wolof distinguiam-se no trabalho do ouro e das joias

14 É principalmente no século XIX que ela ganha impulso nessa região.

em filigrana. A cunhagem de moeda de ouro (praticada há muito tempo no norte e na costa suaíli, particularmente em Zanzibar e em Kilwa) progrediu rumo ao sul, até Nikki. Os suaíli fabricavam igualmente magníficas jóias e outros objetos de ouro e prata. O trabalho da cerâmica tornou-se industrial, a olaria, bem como a empalhação, continuavam sendo tarefa das mulheres. A indústria do vidro continuou sua expansão e propagou-se no conjunto do país iorubá, entre os nupes e os haussas, bem como no Egito e no Magreb. Entre os shonas do sul da bacia do Zambeze, a extração mineira era muito desenvolvida e as minas de ouro e cobre constituíram o fundamento da economia da região até o século XVIII[15].

O trabalho em couro florescia principalmente na Nigéria, onde a pecuária fornecia uma abundante matéria-prima. A sapataria dos novos centros urbanos, tais como Kano, Zaria e Abéché, concorria com a marroquinaria, e a cidade de Siryu, no arquipélago de Lamu, tornou-se, em 1700, a capital do trabalho em couro e uma grande exportadora de artigos desse material. Do século XVI ao XVIII, a empalhação e a tecelagem dos tapetes tomaram um lugar igualmente importante dentre as indústrias da região do Níger-Chade. A fabricação do papel, que tinha substituído o papiro, desenvolveu-se principalmente no Egito, sob a influência de Samarkand[16]. O Sudão seguiu o movimento e começou progressivamente a fabricar manuscritos: os alcorães do Kanem eram vendidos em todo o mundo muçulmano[17]. As indústrias alimentares que haviam se multiplicado na Idade Média, nas cidades do Norte e do Sudão Ocidental, foram também implantadas nas cidades nigerianas. A África do Norte, particularmente o Egito, especializou-se no cultivo da cana-de-açúcar e no refino do açúcar. A extração do óleo de oliva, de palma e de amendoim, assim como o trabalho com açougue, massas e especiarias conservou, de maneira geral, seu caráter artesanal. Na área têxtil, a cultura e a tecelagem do algodão estavam bem implantadas no platô do Zimbábue desde o século XVI[18]. Da mesma forma, as cidades-estados suaílis eram famosas por seus tecidos: Pate, por exemplo, produzia seda de muito boa qualidade[19], e o algodão era lá cultivado, desfiado e tecido. Na África Central do século XV ao XIX, os tecidos de ráfia dos Congos foram renomados.

15 D. N. Beach, 1980*a*, p. 26-30.

16 G. Nachtigal, 1879-1881.

17 G. Nachtigal, 1876.

18 D. N. Beach, 1980*a*, p. 30-32.

19 G. S. P. Freeman-Grenville, 1962*b*, p. 142.

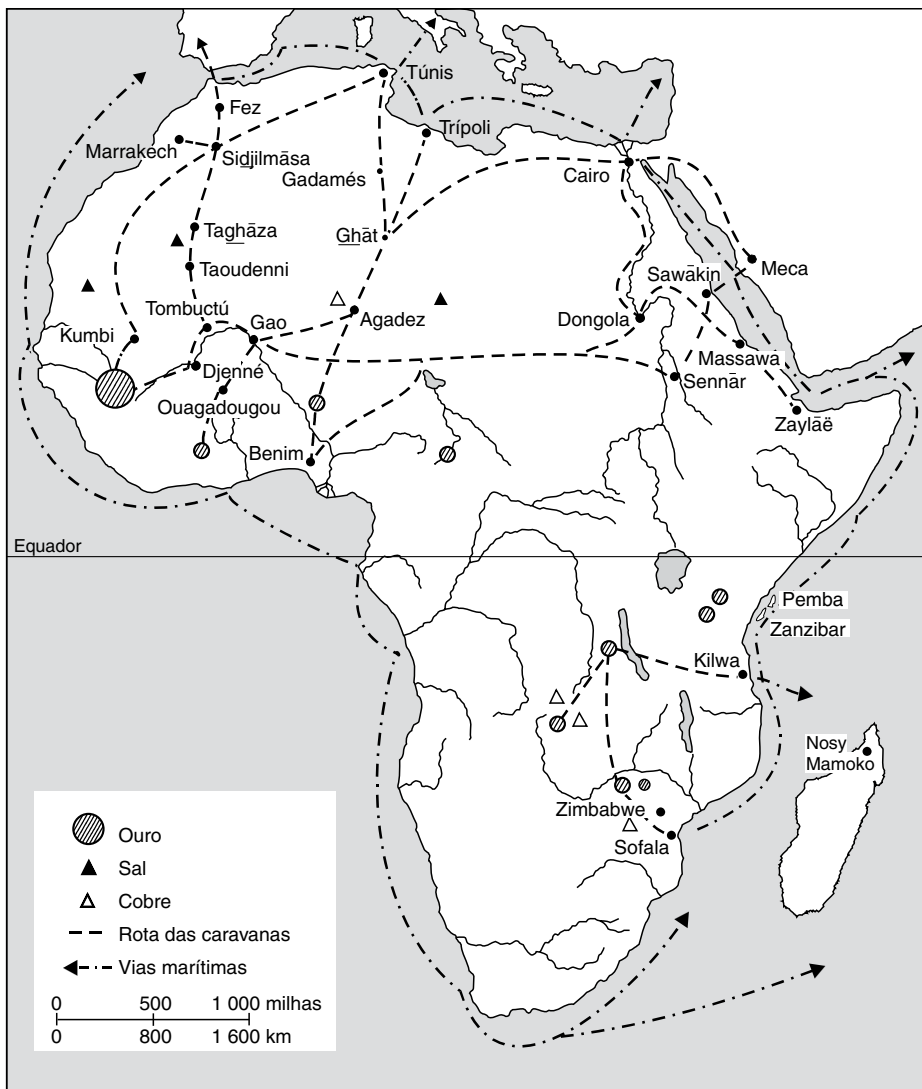



Figura 2.2 Rotas e relações comerciais na África do século XVI. *Fonte:* segundo um mapa desenhado por P. Ndiaye, Departamento de geografia, Universidade de Dakar.

A economia de pilhagem

O comércio com centros urbanos afastados desempenhara um papel importante na economia africana anterior ao século XVI, favorecendo a produtividade, o desenvolvimento das civilizações urbanas e o estabelecimento de laços estreitos entre as cidades e as áreas rurais, transformado, assim, progressivamente a vida no campo. Mas entre os séculos XVI e XIX, o reino da economia de pilhagem – consequência do expansionismo espanhol e português que, a partir do século XVII, foi ao mesmo tempo violento e destruidor – acarretou o declínio dos portos e das cidades mercantis que, na Idade Média, tinham enriquecido graças ao comércio transaariano. Esse declínio foi principalmente aparente a partir de 1592, data na qual os reis cristãos da Espanha e de Portugal começaram a expulsar do Magreb, de Túnis e de Argel as numerosas colônias judaicas e muçulmanas ali estabelecidas.

A Espanha, que ocupara La Palma nas ilhas Canárias, tomou Tenerife em 1495, e depois Melilla, em 1496. Em 1505, instalara-se em Mers el-Kebir (Al-Marsa Al-Kabir) e, no mesmo ano, os portugueses ocupavam Agadir. No ano de 1508, foi a vez da torre de Safi e, em 1509, o cardeal Ximenes tomava Oran enquanto Argel passava para o domínio espanhol, seguido em 1510 por Bougie; Túnis, Cherchel e Argel pagaram todos seu tributo à Espanha. Em 1513, Portugal estendera seu domínio até Azemmour.

Essa situação pôs os arabo-berberes e a Sublime Porta na obrigação de resistir à agressão européia; corsários, navegando sob a bandeira otomana, contribuíram para erguer o equilíbrio de forças. No ano de 1514, um dos irmãos Barberousse, Abu Yusuf, retomou Djidjelli, assim como Argel, e seu irmão Khayr al-Din consolidou essa reconquista. A Tunísia e a Argélia voltaram para o domínio otomano e assim ficariam ao menos nominalmente até o século XIX, a despeito das expedições de Carlos V (que foi vencido diante de Argel, em 1541). Em 1551, Sinan Pasha ocupou Trípoli em nome da Sublime Porta, e, em 1574, foi a vez de Túnis. Em meados do século XVI, o Marrocos afirmou sua independência após ter retomado Agadir, Safi e Azemmour de Portugal, graças à *jihad* dos Banu Sa'ad, fundadores da dinastia dos xerifes. Em al-Makhazen, Abu 'l-'Abbas al-Mansur, aliado da rainha Elisabeth I da Inglaterra, derrotou um exército de vinte mil portugueses.

A despeito de seus enfrentamentos com as potências européias, os Estados da África do Norte continuaram a preservar sua liberdade, mas sua evolução ficou entravada, no século XVI, pelo desabamento da ordem econômica internacional. Os portos do Magreb e do resto da África do Norte viveram então

principalmente do produto da pirataria, de tributos e de direitos, mais do que do comércio ou de novas indústrias. As principais atividades dos Estados lhes eram ditadas pela lógica da economia de pilhagem. Daí em diante eram os corsários turcos que, ao suceder a classe dos negociantes medievais, estavam encarregados de assegurar a prosperidade da elite militar otomana. Os portos de Salé (Marrocos), de Argel, de Túnis e de Trípoli desfrutavam da proteção de uma frota de corsários que, no século XVII, atingiu sua idade de ouro no Mediterrâneo. Em 1558, 35 galeras e 25 bergantins praticavam a pirataria a partir do porto de Argel, que na época contava com apenas vinte mil habitantes. Nem por isso a cidade deixava de estar numa situação econômica deplorável. No ano de 1580, ela foi atingida pela fome e perdeu um terço de sua população. Mesmo assim, ela continuou a atrair imigrantes e contava, no século XVIII, com cem mil habitantes, dos quais 25 mil escravos cristãos. No século XVI, Trípoli tinha uma população de 40,5 mil almas – 3500 turcos, 35 mil árabo-berberes e dois mil cristãos. Seus corsários espalhavam o terror no Mediterrâneo, cenário das operações realizadas contra a Europa e, ainda durante todo o século XVIII, a instabilidade foi contínua no Mediterrâneo ocidental. As regências otomanas de Argel e de Túnis estavam quase sempre em guerra com uma ou outra potência européia; os conflitos se alternavam com tratados e essa situação só podia prejudicar o capitalismo mercantil e a classe dos negociantes.

É nesse contexto que se inscreve a expedição marroquina contra os Songhai do Sudão Ocidental, bem como as *jihad* que as comunidades muçulmanas da África Negra empreenderam, sob a influência do Magreb, contra feitorias da costa atlântica. O soberano marroquino Abu 'l-'Abbas al-Mansur, que vencera os portugueses, tentou, após a derrota dos songhai em 1591, reabrir a rota do ouro e do comércio de escravos. Em 1593, a tomada de Tombuctu permitiu-lhe encaminhar 1,2 mil escravos através do Saara. A expedição do paxá Djudar acelerou a ruína desse comércio, pondo fim ao que fora o maior, senão o mais poderoso império do Sudão Ocidental no século XVI.

A Tripolitana e o Egito foram os que menos sofreram as consequências do declínio do comércio saariano e conservaram suas rotas trans-saarianas tradicionais. A Sublime Porta, que se estabelecera no Egito e em Trípoli, apoiou o Kanem-Bornu assinando uma aliança com ele e fornecendo-lhe armas e pôde assim preservar o comércio norte-sul (essencial para sua própria revitalização) até o século XIX.

Mas as sociedades dessa região não escaparam do declínio geral. A civilização oriental da qual elas faziam parte estava em completa decadência e as estruturas

feudais de tal civilização não facilitavam a expansão de suas áreas de influência no Mediterrâneo, no Oceano Índico ou no interior, nem na região do Níger--Chade e no Sudão Ocidental.

A economia de pilhagem, da qual a pirataria no Mediterrâneo fazia parte, contribuiu muito certamente à desaceleração do crescimento econômico e técnico da região situada ao sul do Mediterrâneo. Mas as estruturas socioeconômicas e políticas desempenharam igualmente um papel na estagnação e no subdesenvolvimento dessa região e de seu interior. O declínio da África mediterrânea acarretou o declínio de todo um subsistema que desempenhara um papel dominante na geografia econômica e política do mundo medieval.

Todos os países do Nilo e da África Oriental, bem como os da região do Níger-Chade e do Sudão Ocidental, foram atingidos em diferentes graus. Como indica o capítulo 28, consagrado especialmente a Madagascar, o período compreendido entre 1680 e 1720 era conhecido, na parte ocidental do Oceano Índico, sob o nome de "época dos piratas". Os países diretamente em contato com as novas potências européias foram fisicamente abalados pela economia de pilhagem, mas sofreram igualmente por não terem podido reanimar uma estrutura socioeconômica cada vez mais influenciada por um Oriente atrasado. Outra de suas deficiências consistia em sua incapacidade de estabelecer rapidamente as relações de força necessárias para não serem vítimas da desigualdade do sistema de trocas da época.

O declínio do campo: o campesinato atingido pela pobreza e pela insegurança

A economia de pilhagem provocou a estagnação das trocas comerciais entre as cidades e o campo e influiu consequentemente em suas relações. Até então, suas atividades e produções haviam sido complementares. As cidades haviam quebrado o círculo vicioso da agricultura de subsistência, acentuado a divisão do trabalho e lançado as bases da sociedade nova. Elas criaram o ambiente necessário ao desenvolvimento científico e técnico, bem como ao crescimento do comércio e das indústrias especializadas. Estabeleceram também novos valores econômicos, sociais e culturais e estavam na vanguarda do progresso. Implantaram novas técnicas de produção e modos de consumo mais elaborados. Eram as indústrias e os comércios urbanos que haviam até então encorajado o desenvolvimento em grande escala da agricultura, da pecuária, da pesca e da caça e das indústrias a elas relacionadas. Da mesma forma, as cidades deram origem à cultura industrial da cana-de-açúcar e do algodão e à cultura

de plantas tinteiras, tais como a garancina, a anileira, o açafrão e a hena, bem como à cultura de plantas odoríferas. As instalações hidráulicas, as estradas e a criação de gado para a lã, o leite e a carne, todas essas atividades deviam seu impulso às cidades.

O século XVI, contudo, iria abalar esse universo e mergulhá-lo na crise. O despovoamento das cidades acarretou o declínio da economia do campo, causando o empobrecimento generalizado dos camponeses e o retorno ao estágio selvagem de vastas superfícies de terras aráveis. Expostos a uma insegurança crescente, os habitantes do campo foram se refugiar nos confins das florestas onde, desligados da civilização de consumo das cidades, voltaram cada vez mais a uma autonomia familiar ou comunitária, praticando uma agricultura de subsistência. Os camponeses magrebinos e egípcios produziam seu óleo de oliva e seus cereais e criavam animais domésticos. Os camponeses da costa oeste – a costa atlântica –, que produziam óleo de palma e cultivavam mandioca e inhame, aprenderam a cultivar também banana e milho. Os criadores-agricultores da savana enchiam suas granjas com arroz, milho-miúdo e fonio e fabricavam sua própria manteiga de karité, seu óleo de amendoim e de palma. As negociações de gêneros alimentares e a troca eram as principais formas de comércio.

Essa vida campestre foi novamente abalada pelo comércio de escravos que esvaziou o campo: quando as guerras entre aristocracias rivais não forneciam mais um número suficiente de prisioneiros, a organização de razias no campo tornava-se corriqueira, principalmente ao sul do Saara. Privada de homens sadios, a economia rural periclitou: regiões habitadas há muito tempo despovoaram-se e, em algumas áreas, a população continuamente assediada, regrediu daí para uma economia nômade de caça e de coleta, deixando frequentemente a área da savana pela da floresta.

Os próprios modos de produção regrediram. As relações estreitas que unem a inovação, a necessidade das técnicas avançadas e a abundância de recursos vêm à tona; a rarefação dos recursos no campo africano acentuou a regressão ou a estagnação técnica.

A aristocracia guerreira desviou em seu proveito uma grande parte da mão de obra camponesa, o que, na África Negra em particular, teve consequências demográficas desastrosas no campo. As elites no poder abandonaram a agricultura em função das razias para as quais foram usados os serviços de homens livres e dos escravos capturados.

Tornou-se cada vez mais difícil para os camponeses alimentar essas elites ociosas – particularmente nas regiões devastadas do Sudão Ocidental e do

Níger-Chade, que praticavam a cultura seca e uma agricultura nômade extensiva –, tendo cada vez mais dificuldades para suprir suas necessidades. Os *baadolo*, os *samba remoru* (camponeses pobres do Takrūr) e os *talakawa* (agricultores e criadores indigentes da região dos haussas e do Níger-Chade) acabaram por constituir a grande massa camponesa na área da savana. A vida era tão dura quanto a dos *fallahin* egípcios, dos *gabar* etíopes e dos *haratin* e dos *khames* saarianos e magrebinos.

A opressão do campesinato africano pelas elites rurais e urbanas cresceu ao passo que o garrote fiscal apertou. O direito muçulmano turco permitia aumentar os impostos nas terras *daru khurudj* (não islamizadas). Quanto aos muçulmanos, eles foram obrigados a pagar não apenas o *zarat* (o único imposto que um muçulmano era obrigado a pagar), mas também o *kharadj*. Além disso, a prática do arrendamento e da meação encorajou a especulação fundiária.

A generalização do mercado negro e sua influência sobre a arrecadação de impostos locais acarretou o aumento, nos países muçulmanos, das cargas fiscais que as elites impunham aos camponeses e artesãos rurais. A pilhagem das áreas rurais bem como a captura e a servidão das massas camponesas atingiram proporções gigantescas. A *galag* (taxa) paga ao dirigente político da aristocracia do Takrūr era somada ao *moyal* (literalmente espoliação) que dava o direito aos membros da elite de se apropriar dos bens cada vez que tivessem uma ocasião.

Nesse contexto, os chefes das *jihad* e dos movimentos cristãos messiânicos não tiveram dificuldade alguma em garantir o apoio maciço do campesinato. Os chefes religiosos prometiam a igualdade quando a ordem voltasse. Eles tornavam os aristocratas tradicionais e os europeus responsáveis por todos os incômodos e pelas causas da injustiça social.

A partir do século XVII, o papel político do campesinato aumentou. Revoltas camponesas causadas pela decadência do campo varreram o continente como uma revolução religiosa, abrindo assim o caminho para a resistência à conquista colonial. Essas revoltas não eram feitas por prisioneiros ou escravos, mas pela classe mais importante e mais fortemente explorada, a dos pequenos proprietários. No Fouta senegalês, a revolução torodo apoiada pelos *samba remoru* (camponeses sem terra) era ao mesmo tempo dirigida contra o *muudul horma* – imposto pelos *kabila* mouros – e contra o regime fiscal dos muçulmanos orientais que fora introduzido pela aristocracia denyanke islamizada. O declínio e a falência da economia rural variavam em natureza e amplitude, a fossilização econômica sendo diretamente proporcional ao subdesenvolvimento das cidades mercantis tradicionais e de suas classes dominantes.

Os países do Nilo e do Oceano Índico

As repercussões da economia de pilhagem nos países do Nilo e do Oceano Índico foram também totalmente desastrosas. O comércio fazia a reputação dos portos da África Oriental desde o século XI. Ainda que eles não se igualassem em tamanho ou em influência aos das cidades do Sudão Ocidental e da África do Norte, não deixaram de constituir o quadro de uma importante civilização comercial e urbana em contato com a Arábia, a Pérsia, a Índia, a China e o Mediterrâneo[20]. A invasão portuguesa marcou o início da decadência desse complexo comercial urbano. O ano de 1502 viu o início da desastrosa ocupação portuguesa e, no mesmo ano, Kilwa e Zanzibar tornaram-se dependentes de Portugal. Em 1505, Francisco de Almeida saqueou Kilwa e Mombasa e construiu em seguida o forte Santiago em Kilwa. Ele proibiu qualquer comércio entre essas cidades e os negociantes as deixaram para se instalar em Malindi e nos Comores. Lamu e Pate foram ocupadas. O processo de deslocamento da economia estava começando.

Com exceção de Luanda e Moçambique, nenhuma das feitorias fundadas pelos portugueses e depois pelos holandeses, os ingleses e os franceses se aproximava em tamanho de uma cidade média do Sudão Ocidental, nem mesmo dos portos suaílis e da África Oriental do período compreendido entre os séculos X e XVI.

A economia de feitoria ou de entrepostos

Se a economia de pilhagem se generalizou nas regiões situadas à margem do Mediterrâneo, do Nilo e do Oceano Índico, foi a economia de feitoria ou de entrepostos que se tornou a estrutura dominante ao longo do Oceano Atlântico. As feitorias não tinham a menor preocupação em inovar. Palcos de violência e de pilhagem, as novas feitorias marítimas consistiam em fortalezas antes de tornarem-se centros de civilização comercial.

Nas costas da Guiné e da África Equatorial, os portugueses (fundadores da economia de feitoria no século XVI) mais pilhavam do que compravam. As mercadorias por eles trocadas raramente eram produto de seu trabalho (exceto o vinho e as barras de ferro provenientes de Portugal). Eles compravam produtos locais e regionais no país Akan (sal, tecidos, tangas) e trocavam-nos em seguida com ouro, escravos, couro, goma, marfim, âmbar, almíscar, caurim e outras mercadorias na costa da Nigéria, no Congo ou em Angola. Na Senegâmbia, estabeleceram-se nos portos e tornaram-se prósperos negociantes.

20 UNESCO, *História geral da África, vol. IV, cap. 18.*

Figura 2.3 Sandália em couro sudanesa, fabricada na região de Kano. Mercadorias desse tipo eram exportadas em grandes quantidades para a África do Norte. *Fonte:* H. Barth, Travels and discoveries in Northern and Central Africa, Nova Iorque, Harper and Brothers, 1857. © Royal Commonwealth Society Library, Londres.

Figura 2.4 Bolsa em couro proviniente da região de Tombuctu. *Fonte:* H. Barth, Travels and discoveries in Northern and Central Africa, Nova Iorque, Harper and Brothers, 1857. © Royal Commonwealth Society Library, Londres.

As feitorias não contribuíram de maneira nenhuma para a prosperidade local. Antes de 1800, Alberda, Cacheu, Santiago do Cabo Verde, Elmina, Ketu, Calabar e São Salvador, constituíam as mais importantes e comportavam cada uma menos de cinco mil habitantes. A economia de feitoria baseava-se no comércio transatlântico de escravos. Em seu apogeu, nenhuma das feitorias servia de centro para o escoamento dos produtos artesanais locais, nem criava oportunidades para as atividades comerciais ou industriais da importante população autóctone. As feitorias para a venda de escravos eram antes de tudo um instrumento de despovoamento. As estatísticas não concordam quanto ao número de escravos deportados ou quanto ao número de vítimas da venda de escravos na África: os números variam entre 25 e 200 milhões[21].

21 Ver o capítulo 4.

A contribuição direta e indireta da economia de feitoria à prosperidade mundial foi, contudo, considerável. Depois da descoberta das minas africanas, as feitorias forneceram uma grande parte do ouro e da prata mundiais. Além disso, foi por elas que transitou, na sua grande maioria, a mão de obra que valorizou o continente americano. De fato, as feitorias eram a alma do comércio mundial, a fonte da indústria, das finanças e do capitalismo europeu e internacional. A França, uma das grandes potências do século XVIII, é um bom exemplo disso. Seu comércio que, em 1716, representava 100 milhões de libras, passaria, em 1789, a 400 milhões de libras e, durante esse mesmo período, seu excedente comercial passaria de 36 a 57 milhões de libras. As exportações das Índias Ocidentais com destino à França representavam por si mesmo 126 milhões de libras em 1774 e 185 milhões em 1788. Durante esse período, as importações das feitorias para toda a Senegâmbia não passaram de 5 milhões de libras[22].

Além disso, a economia de pilhagem era baseada numa especulação de mão única. Ao contrário do que geralmente se pensa, não houve um verdadeiro comércio triangular em bases iguais antes de meados do século XVIII. Os navegantes europeus que controlavam o comércio das feitorias (particularmente os portugueses, como já dissemos) nada investiam. Os produtos europeus não tinham a menor importância no conjunto das trocas. O ferro, o cobre, os tecidos e a quinquilharia que, nos séculos XVIII e XIX, rivalizavam com os produtos locais tiveram muito pouca importância nos séculos XVI e XVII. Os portugueses eram principalmente intermediários. As mercadorias de valor que eles obtinham pela troca eram exportadas para a América ou a Europa. Na verdade, eles usurparam esse comércio dos negociantes locais.

Assim, implantando-se solidamente na rede econômica, os navegantes europeus quebraram o curso normal das trocas interafricanas e estabeleceram seu próprio monopólio de intermediários, operando nas feitorias. Não houve mais comércio propriamente africano entre Saint-Louis e Portendick, Grand Lahou e Elmina, Angola e Congo ou Sofala e Kilwa. Os pombeiros, os lançados e os tangomãos (intermediários) atribuíram-se o monopólio do comércio. A maior parte das trocas dependia dos monopólios português, espanhol, holandês e francês. Os intermediários portugueses, que moravam nas feitorias ou nas proximidades, operavam em mercados e feiras que defendiam pela força.

A rede portuguesa foi usada pelas outras potências marítimas a partir do século XVI. O único obstáculo às atividades monopolistas era a oposição dos

22 P. D. Curtin, 1969.

governos africanos, quando eram capazes de resistir, bem como as dificuldades e os riscos com os quais se defrontavam os europeus para chegar às feitorias dedicadas ao comércio de escravos do interior das terras. Foi um período de enfrentamentos entre os lançados, os intermediários e os mercadores de escravos da costa da Guiné, por um lado, e as companhias, do outro, sendo que os primeiros mandavam petições destinadas a Santiago e a Gorée, nas quais pediam a liberdade de operação. As numerosas informações de que dispomos sobre as trocas comerciais nas feitorias-fortalezas e nos entrepostos sazonais – da época dos portugueses até a chegada dos holandeses, franceses e ingleses – mencionam violências e conflitos incessantes. As feitorias do Atlântico e do Oceano Índico foram destruídas e reconstruídas; elas mudaram várias vezes de donos no decorrer da luta conduzida por potências marítimas européias, otomanas e omanenses contra a resistência obstinada dos dirigentes locais, que exigiam indenizações – *duties* ou *curva*[23] – que, conforme o caso, lhes eram pagas ou recusadas.

Além dos inerentes riscos, a economia de feitoria tinha uma característica principal: ela não favorecia em nada a construção de uma classe de negociantes. Ela poderia ter suscitado, na costa, um fenômeno comparável ao comércio transaariano cujo sucesso fora garantido pelas relações campo-cidade, bem como pelo crescimento do artesanato e das indústrias. Exceto pelos negociantes europeus, a maioria dos moradores das feitorias era de *laptos* (intermediários autóctones). Em 1582, dos 15 mil moradores de Santiago e Fogo, 13,4 mil eram escravos e 1,6 mil europeus detentores de todas as alavancas da economia. Antes do século XIX[24], não havia, nas feitorias do Atlântico (exceto naquelas da costa de Loango), nenhuma classe de traficantes autóctones de escravos, comparável àquela que existira em Kilwa, em Mogadíscio, em Mombaça e nos portos do Mediterrâneo.

Enfim, as inovações técnicas que haviam revolucionado a Europa tiveram pouquíssimas repercussões. A economia africana sofreu principalmente a concorrência do comércio e das indústrias européias. A partir do século XVIII, os comerciantes europeus arruinaram as indústrias e artesanatos locais da costa, pela destruição das redes tradicionais. Ao monopolizarem os portos, paralisaram a relação entre a costa e o interior. Assim, os Estados europeus que anexaram as áreas costeiras delimitaram suas áreas de influência (portuguesa, holandesa, francesa e inglesa) antes mesmo da conquista colonial. Determinaram, assim, o desenvolvimento e a geografia política dessas regiões no século XVIII. Do avanço do Marrocos no país Songhai até as peri-

23 *Curva* nas áreas sob influência portuguesa e *duty* nas regiões de língua inglesa.

24 P. Diagne, 1976.

pécias das guerras internas do Sudão Ocidental, a maioria das reviravoltas políticas africanas explicam-se pelo processo de desmembramento imposto pelas potências européias no século XVI.

As novas estruturas políticas

A cena política africana já atingira certo nível de equilíbrio e de estabilidade durante o período compreendido entre os séculos XII e XVI. No século XVI, a África mediterrânea representava um subsistema do Império Árabe-Otomano do qual o Marrocos, Ifriquia e a Tripolitânia constituíam uma parte. O Egito era uma entidade à parte. A região do Nilo, compreendendo a Núbia e a Etiópia, ligava o Sul aos Estados dos Grandes Lagos do Bunyoro-Kitara, às cidades-estados suaílis e à parte sul do Zambeze que, no fim do século XVI, era dominado pelo Estado Mutapa. Quanto à África Austral, ela contava ainda com poucas estruturas estatais. Na África Central, existiam dois sistemas políticos, um sob o domínio dos Reinos Congo e Tio, outro sob o Reino Luba. Entretanto, os habitantes das florestas não estavam organizados em Estados. As regiões do Sudão Ocidental e do Níger-Chade eram limítrofes, mas suas fronteiras mudavam constantemente. Ambas ficavam em contato com a Núbia e a Etiópia.

A evolução do mapa político demonstrava as pressões exercidas pelas forças exteriores e suas repercussões. As guerras internas que reviravam a cena política aniquilaram as fronteiras locais e o equilíbrio de forças. Novos Estados apareceram: eram os mais bem armados, tal como o Kanem-Bornu, ou aqueles com mais saídas marítimas, como o Cayor na Senegâmbia, o Daomé no golfo da Guiné, a Angola na África Central e o reino dos Changamira na parte sul do Zambeze.

A própria natureza do Estado africano foi modificada. Vastas regiões sem soberanos nem chefes, que eram até então habitadas por agricultores, caçadores ou pastores nômades, foram conquistadas e transformadas em Estados dotados de estruturas centralizadas. As estruturas rurais dos bantos e dos cabilas ou dos berberes do Saara foram substituídas pelos *makhzen* magrebinos, os *mansaya* ou os *farinya* autocráticos da África Negra[25], o feudalismo dos beilhiques otoma-

25 O termo *farinya* vem de *fari* e de faraó, que significam chefe em soninke, mande, etc. O *mansaya* mande era um sistema político à frente do qual se encontrava uma poliarquia composta por uma elite de civis ou de padres, homens livres ou escravos, membros de castas ou de guildas e de nobres ou de plebeus. Os ganhos eram provenientes dos impostos que os detentores do poder recebiam sobre o comércio e as mercadorias. Não se tratava de uma aristocracia fundiária ou de uma classe de proprietários que, por terem se apropriado dos meios de produção, tinha direito a uma parte do excedente das riquezas produzidas.

Figura 2.5 Espaços políticos do Saara ao Equador, no século XVII. *Fonte:* segundo um mapa desenhado por P. Ndiaye, Departamento de geografia, Universidade de Dakar.

nos ou o sistema dos emirados muçulmanos. O poder político passou cada vez mais das mãos dos chefes de clãs e de comunidade étnica e dos *laman* (chefes de território) às das aristocracias políticas da *mansaya*, da nobreza fundiária da *neftenia*, dos beilhiques e sultanatos magrebinos, dos emirados sudaneses ou mesmo dos *mani* (reis bantos cristianizados) cercados, à moda européia, de príncipes, condes e camareiros.

A partir do século XVI, a vida política concentrou-se cada vez mais nas áreas costeiras, nos portos que serviam de base aos corsários e nas feitorias. A aristocracia cobrava aí a décima parte. Os governos africanos implementaram repartições de arrecadação do imposto sobre o comércio estrangeiro. Os *alcaides* mediterrâneos tinham como equivalentes os *alkaati*, os *alkaali* ou simplesmente *alcaides* de Gorée, de Portugal, de São Salvador, de Sofala e de Kilwa. Numerosos tratados foram concluídos para tentar codificar esse sistema fiscal. O Marrocos, a Tunísia, a Argélia e a Tripolitânia assinaram vários acordos comerciais e tratados de amizade de curta duração com os Europeus, e mesmo com os Americanos. Em 1780, a guerra entre o Marrocos e a Espanha terminou pelo tratado de Aranjuez, que redefinia as fronteiras dos dois países e codificava suas relações comerciais. Mais ou menos na mesma época, a Argélia, que estava em guerra com os Estados Unidos da América, forçou essa nova nação a pagar um resgate a piratas; os Estados Unidos pagaram ao Marrocos 10 mil dólares pela mesma razão. A partir de 1796, eles pagaram 83 mil dólares por ano a Trípoli e, em 1797, 21 mil dólares a Argel aos quais foram acrescentados 642 mil dólares para obter a liberação de seus extraditados.

No fim do século XVIII, a aristocracia de Saint-Louis, na Senegâmbia, dividia entre si 50 mil libras, um décimo do orçamento de uma colônia que tirava sua receita do comércio exterior. No século XVI, os portugueses recebiam tributos nos portos suaílis de Sofala, Kilwa e Mombaça.

Foram precisas guerras, a destruição das feitorias (pelos Zimba em Moçambique no século XVI, por exemplo) e proibições que restringissem as trocas (como frequentemente foi o caso na Senegâmbia, em Angola e no Congo) para convencer as potências européias e seus negociantes a recomeçar a pagar um imposto. Todavia, essas fontes de ganhos mais ou menos regulares estiveram na origem das guerras que estraçalharam a aristocracia e as classes dominantes no conjunto do continente.

As entidades políticas representavam principalmente regiões que souberam atingir um certo equilíbrio e conseguiram se desenvolver, levando em conta a situação interna. As dimensões dessas entidades e a estabilidade de suas fronteiras, bem como de seu governo, eram variáveis (algumas delas mantiveram sua

forma inicial até a conquista colonial). Algumas eram confederações de Estados, outras estados unitários ou chefias de jurisdição limitada. Tratava-se igualmente, em alguns casos, de um clã ou de um *lamana* independente no qual os primeiros ocupantes levavam uma existência autônoma.

A instabilidade introduzida pela economia de pilhagem e pela economia de feitoria criou então, entre os séculos XVI e XVIII, Estados e economias que não podiam mais assentar sua evolução econômica, social e política em bases coerentes e organizadas.

CAPÍTULO 3

Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África

J. Vansina

A natureza da mobilidade populacional

Um dos principais pontos nos quais a história da África pré-colonial difere da história da Europa e da maior parte da história da Ásia é a mobilidade das diferentes categorias da população, particularmente dos agricultores. Os agricultores africanos das regiões tropicais e subtropicais apresentaram muito mais mobilidade do que os camponeses europeus ou asiáticos que, praticando um cultivo intensivo, renovavam a cada ano a fertilidade do mesmo pedaço de terra Na maior parte da África, o cultivo tinha de ser extensivo e as mesmas terras não podiam ser trabalhadas por muitos anos consecutivos. A população tinha então muito menos raízes em uma terra em particular, sendo mais móvel que em outros lugares. Do mesmo modo, havia criadores de animais, ainda que suas técnicas de adaptação a seu meio fossem mais comparáveis às técnicas dos pastores asiáticos, particularmente daqueles da Ásia central, e à transumância praticada na Europa. De qualquer modo, esta mobilidade da população é uma característica essencial que deve ser levada em conta em todo estudo e toda reconstituição do passado africano, e é importante avaliar cuidadosamente sua influência sobre as sociedades e as culturas[1].

1 A bibliografia da mobilidade da população africana confunde-se com a bibliografia da História da África. Neste capítulo, faremos referência, sobretudo, aos outros capítulos do volume V (neste caso, o leitor deverá se reportar às suas respectivas bibliografias).

O presente volume permite constatar a existência de numerosas migrações: as dos trekboer do Cabo, a dos somalis e dos oromo do Chifre da África (correspondente ao nordeste africano), dos ngbandi de oubangui[2], dos jagas (djagas) da África Central, dos tuaregues do Arco do Níger, dos mane de Serra Leoa, dos fulbes de toda África Ocidental e de todos os povos de Madagascar. Tudo parece ter se passado como se, entre 1500 e 1800, nenhum povo tivesse permanecido no mesmo lugar. Desde o fim do século XVI, viajantes portugueses viram uma correlação entre as migrações dos mane, dos jagas, dos zimba e dos oromo a partir da África Ocidental, Central e Oriental[3]. Todas essas migrações, diziam os portugueses, eram o resultado de uma massa indistinta de vagabundos. Os migrantes representavam para eles a antítese de uma vida estável e bem regrada: eles eram bárbaros por oposição aos povos civilizados. Traços deste estereótipo podem ser encontrados até 1963, nos escritos de Trevor Roper que reduzem a história da África "às peregrinações absurdas de tribos bárbaras"[4]. É devido ao fato de que este estereótipo nasceu no século XVI que o presente capítulo inscreve-se no volume V. Mas um estudo dos movimentos populacionais encontraria lugar em qualquer outro volume desta *História*. Veremos que, em escala continental, eles não são especialmente característicos do período de 1500 a 1800.

A história da África foi, portanto, por muito tempo, considerada em grande parte como "uma sequência de migração sem trégua"[5], comparável à história das grandes invasões que destruíram o Império Romano e que nos remetem a epítetos como Huno ou Vândalo. Além do que ela possui de pejorativo, esta maneira de ver reduz os diferentes movimentos populacionais a migrações, especialmente migrações maciças, o que impede que se compreenda o que se passou em cada caso particular.

A palavra migração designa o deslocamento de uma população que passa de um país a outro para nele se estabelecer. Em zoologia, ela designa igualmente

2 H. Burssens, 1958, p. 43.

3 A. Mmerensky exprimia ainda a mesma opinião em 1883. Ele ligava as migrações dos oromo às dos jagas, dos fulbes e dos zimba, mas não às migrações dos mane. Ele sustentava, além disso, que os zimba tinham forçado os bantos do sudeste a se estabelecerem no sul do Limpopo. Merensky era um missionário do Transvaaal e suas teorias refletiam as pretensões dos boers com relação à África do Sul. As interpretações deste gênero deixaram a impressão de que a África subsaariana presenciara uma gigantesca perturbação no século XVI. Essa impressão é falsa e resulta de um amálgama de fatos destinado a sustentar certas visões subjetivas do mundo. Uma crítica geral desta tradição historiográfica pode ser encontrada em J. C. Miller, 1973, p. 122-126.

4 T. Roper, 1963.

5 P. E. H.Hair, 1967.

o deslocamento sazonal de certas espécies de animais, mas, em se tratando de grupos de animais, o termo exato é transumância. Estas são as definições dos dicionários. O conceito de migração exprime, portanto, uma mudança na relação que existe entre os homens, o espaço e o tempo, o que supõe uma alteração desta relação. Neste sentido geral, é então preferível empregar a expressão movimento populacional. As causas de tais movimentos dependem da organização do espaço. Eles podem se produzir porque a relação entre o número de homens e a quantidade de recursos mudou em seguida, por exemplo, a um crescimento excessivo da população ou de uma modificação catastrófica do clima, ou em função de uma tentativa dos homens de reorganizar o espaço e seus recursos em um território relativamente extenso. Na África, as principais estruturas do espaço eram os Estados e as redes comerciais.

Como os europeus em suas obras, os africanos destacam a importância das migrações em suas tradições orais. Um grande número dessas tradições tinha por objetivo explicar a criação do mundo e elas se referiam frequentemente a povos ou indivíduos fundadores vindos de outros lugares, de um lugar das origens. Outros mitos afirmavam, ao contrário, que os homens nasceram do solo e que é por este motivo que eles são seus proprietários. Mas foi a crença em uma imigração original que os eruditos estrangeiros retiveram porque ela confirmava suas opiniões preconcebidas. Eles imaginavam incessantes invasões fazendo se entrechocarem os povos africanos como se fossem bolas de bilhar: cada conquista produzia uma nova onda de refugiados (*restvolker*) que partiam em busca de asilo em regiões longínquas ou que expulsavam, eles próprios, outros povos. Desde o começo da antropologia moderna, Ratzel introduziu a ideia de que as migrações bastavam para explicar as semelhanças sociais e culturais. Mais tarde, a escola dos *kulturkreise* considerou as culturas como o resultado da superposição de culturas primitivas, superposição esta que era devida a inumeráveis migrações. Tais teorias foram introduzidas nos estudos africanos por Frobenius e Baumann.

Apesar das aparências, a famosa errância africana não é senão um estereótipo sem fundamento. Hair demonstrou, em um artigo decisivo, a notável "estabilidade" de todas as línguas da costa ocidental, do Senegal a Camarões[6], e esta constatação pode ser estendida à maior parte das sociedades de agricultores da África a partir do século XVI. A tendência atual é, ao contrário, acreditar que as migrações são um produto da imaginação e negar toda mobilidade aos

6 P. E. H. Hair, 1967.

indivíduos e grupos. Como se a estabilidade cultural ou linguística supusesse necessariamente a imobilidade dos homens.

O conceito de estabilidade, bem como o de migração, refere-se a uma relação entre os homens, o espaço e o tempo, o primeiro exprimindo uma ausência de mudança. Esses dois conceitos, entretanto, não são senão generalizações aproximativas de acontecimentos reais do passado cujas particularidades foram apagadas. São, além disso, conceitos relativos. Caso se considere uma região suficientemente vasta, como a que se estende a leste e ao norte do Nilo Branco, a "migração" dos jie (djie)[7], por exemplo, torna-se estabilidade e aparece como uma forma de adaptação ao solo e ao clima. Em oposição, o deslocamento de um povoado em uma distância de dez quilômetros pode ser qualificado como migração. A mesma coisa vale para o tempo: é preciso considerar longos períodos para perceber as "migrações" de certos povos que se deslocam lentamente durante vários séculos. É o caso dos bantos, cuja migração durou talvez dois mil anos. Por fim, o termo "migração" pode ser aplicado tanto a deslocamentos individuais quanto coletivos. Neste capítulo, nós o reservaremos aos deslocamentos de comunidades que tenham pelo menos a dimensão de um povoado.

Para compreender os fatos históricos, é preciso primeiramente estudar os deslocamentos normais, ordinários, ligados à busca dos meios de subsistência. Poderemos então compreender melhor, por oposição, os deslocamentos inabituais, anormais, e ver como se produzem, concretamente, os diferentes movimentos populacionais. Poderemos então examinar os tipos de fatos que dão testemunho, hoje em dia, desses movimentos populacionais inabituais e, para concluir, passaremos rapidamente em revista os principais movimentos populacionais que a África conheceu entre o século XVI e o XVIII e que serão estudados nos capítulos seguintes.

A utilização das terras e a mobilidade

Os homens dispõem essencialmente de quatro meios de tirar seu sustento do meio onde vivem: a caça associada à colheita, a criação de gado e animais domésticos, o cultivo do solo e a pesca. A esses quatro tipos de atividades correspondem quatro formas de deslocamentos comuns. Como se trata de deslocamentos habituais, normais, no interior de um território determinado, eles não podem ser qualificados como movimentos populacionais e muito menos como migrações.

7 J. E. Lamphear, 1976.

Os caçadores e aqueles que praticam a colheita percorrem um território que permanece relativamente estável enquanto a densidade da população está adaptada a seu modo de vida. Eles vivem em acampamentos e se deslocam frequentemente no interior do território, em geral durante duas semanas, como os pigmeus de Ituri[8] ou os kung san de Botswana[9]. Eles devem efetivamente perseguir a caça e encontrar em quantidade suficiente os vegetais dos quais se nutrem. Seus deslocamentos variam também em função das estações. Deslocamentos sazonais ocorrem, por exemplo, nas zonas florestais na época da coleta do mel ou ainda nos arredores do deserto de Kalahari, na época da frutificação ou quando os mamíferos se aproximam ou se afastam das fontes de água. Apesar de sua grande mobilidade, tais grupos podem explorar os mesmos territórios durante muito tempo.

Os criadores de gado também se deslocam. Os animais dos quais eles tiram sua subsistência têm necessidade de água, de pastagem e de sal. Esses alimentos se encontram em quantidade maior ou menor de acordo com as estações. No Saara, por exemplo, os nômades vivem em geral nas bordas do deserto ou próximo a grandes oásis durante a estação seca e penetram profundamente no interior do deserto quando chegam as chuvas[10]. Trata-se da transumância e os percursos são frequentemente os mesmos de um ano para outro. Nas regiões muito pouco povoadas e muito irregularmente banhadas pela chuva, como o norte do Fezzān, os nômades não seguem todos os anos o mesmo trajeto, mas seus deslocamentos continuam sendo regulares se considerarmos um período de pelo menos dez anos[11]. Os criadores de camelos como os rigeibat do Saara ocidental podem percorrer deste modo enormes distâncias. Movimentos recíprocos complexos ocorrem frequentemente entre comunidades nômades que criam espécies diferentes (camelos, cabras, bovinos ou ovinos), em função das necessidades específicas de cada espécie. Os percursos dos tuaregues e dos fulbes entrecruzavam-se no Sahel, assim como os percursos dos criadores nômades de bovinos (os baggara) do Sudão cruzavam com aqueles dos criadores de camelos que viviam mais ao norte, como os kabābish. Além disso, os nômades praticavam o cultivo e trocavam os produtos deste cultivo com aqueles que se dedicavam

8 C. M. Turnbull, 1961 e 1966; P. Schebesta, 1952; R. B. Lee, 1968 e 1979; L. Demesse, 1978 e 1980. M. Sahlins (1972) mostraram que este modo de vida oferece uma segurança muito grande e permite uma relativa riqueza, o que tem conseqüências históricas evidentes.

9 UNESCO, 1963; E. E. Evans-Pritchard, 1940.

10 *Ibidem.*

11 A. Cauneille, 1957.

à caça ou à colheita e com aqueles com quem entrassem em contato. É o que faziam os trekboer da África do Sul no século XVIII. Os nômades podiam também comprar legumes junto aos agricultores. Neste caso, no decorrer de seu percurso, encontravam-se necessariamente cultivadores. Assim, coexistiam categorias da população que exploravam os recursos naturais de maneiras diversas e complementares, cada uma com sua própria mobilidade, em uma mesma zona. A criação de animais, entretanto, dependia, mais que a caça ou a colheita, das variações climáticas, sobretudo a curto prazo[12]. Mas, se as variações pluviométricas tinham efeitos sensíveis sobre a criação de animais, esta criação não sofria as consequências da seca de modo tão desastroso quanto a agricultura, em particular a de cereais.

Os agricultores conheciam também uma certa mobilidade, pois praticavam um cultivo itinerante, deixando as terras que tinham cultivado no ano precedente para desbravar novos espaços. Os povoados tinham de se deslocar quando os campos tornavam-se muito distantes. Em uma época recente, esses deslocamentos ocorriam, em média, a cada dez anos, variando entre cinco e vinte anos no máximo. As melhores terras eram aquelas que estavam fertilizadas ao mesmo tempo pela irrigação e por um aluviamento anual, mas elas eram raras. O Egito antigo oferece um exemplo disso e deu origem à agricultora dos oásis. A estabilidade das culturas fixava assim a população. Se não considerarmos o Egito e os arrozais inundados da costa ocidental da Guiné, veremos que as culturas permanentes eram muito raras na África porque geralmente não era possível aplicar métodos eficazes de fertilização intensiva.

A maior parte dos povoados se deslocava, mas, ao passo que a densidade populacional permanecia fraca, eles seguiam um trajeto mais ou menos circular no interior de um território estável. Sua mobilidade talvez fosse maior antes da introdução da mandioca, que se tornou um dos produtos agrícolas básicos no começo do século XVII. Além disso, a mobilidade da população e a direção de seus deslocamentos não dependiam somente do estado do solo. Na verdade, em muitas regiões (em toda a floresta tropical úmida da África central, por exemplo), os agricultores recorriam igualmente à caça, sobretudo com armadilhas, e não desdenhavam a colheita. Assim, no caso dos nzabi do Gabão, a localização do povoado podia ser escolhida em função das necessi-

12 As recentes secas modificaram muito pouco os deslocamentos dos san no interior se seu território, ao passo que reduziram seus vizinhos, cultivadores e criadores tswanas, à fome. Aparentemente, certos criadores, como os khoi próximos ao deserto de Kalahari, tornam-se temporariamente caçadores-colhedores (san) durante as secas.

dades dos caçadores tanto quanto dos agricultores[13]. O resultado disso podia ser um complexo conjunto de deslocamentos, mas esses deslocamentos não ultrapassavam os limites de um território determinado. As variações climáticas eram o principal perigo que ameaçava os agricultores. As colheitas corriam o risco de serem destruídas quando chovia muito ou muito pouco ou quando as precipitações eram precoces ou tardias. Casos de fome eram possíveis mesmo proximamente ao equador, em uma zona, entretanto, bem irrigada. Por exemplo, em Loango, próximo de Pointe-Noire, no Congo, não era a ausência de chuvas que incomodava, mas sua periodicidade. A ausência de chuva após o plantio era catastrófica, assim como chuvas muito abundantes impediam qualquer plantação. Os anos "normais" eram muito raros. Os agricultores da Zâmbia deviam fazer reservas de alimentos para enfrentar uma seca que ocorria a cada cinco anos aproximadamente[14]. As secas eram mais frequentes nas proximidades dos desertos, mas elas não poupavam completamente nenhuma região. Geralmente, dois anos sucessivos de seca provocam uma situação de miséria e três podiam levar à fome, pois as reservas de alimento provenientes de outras atividades além do cultivo do solo esgotavam-se rapidamente quando a população era muito numerosa.

No caso dos agricultores, criadores de animais e colhedores, havia então uma densidade máxima e uma densidade ótima da população, variáveis segundo seu meio-ambiente imediato, isto é, segundo a natureza do solo, as precipitações, a topografia, as possibilidades de abastecimento suplementares, o estado das técnicas e o regime de partilha ou de distribuição dos recursos. A relação entre a superfície das terras aráveis e o número de agricultores podia variar sem graves consequências quando as técnicas agrícolas mudavam também. Do contrário, ela deveria se restabelecer por meio de um movimento populacional no sentido do território ou para fora dele, ou ainda por meio de medidas de regulação.

Os pescadores eram sedentários e deslocavam raramente seus povoados. Mas as variações sazonais do regime dos cursos de água podiam levá-los a fazer expedições longínquas. Eles se instalavam, então, em acampamentos ou sobre os bancos de areia, como no Zaire ou no Kasaï, às vezes, a centenas de quilômetros dos povoados onde tinham deixado suas famílias. Tais expedições eram características das bacias do Zaire, do Níger e do Benue, e forneciam o modelo de um movimento migratório. Os pescadores mais sedentários eram aqueles que viviam no litoral ou nas margens dos grandes lagos. Graças a seus barcos,

13 G. Dupré, 1982.

14 J. Allan, 1965.

eles dispunham de um meio de transporte barato e vários dentre eles se tornaram comerciantes, servindo de intermediários entre diversas comunidades. Eles podiam também, caso necessário, deslocar-se com suas posses para muito longe de suas moradas. Deste modo, os pescadores, que tinham menos necessidade de se deslocar que outros, estavam sempre prontos para fazê-lo tanto quanto os caçadores e os criadores de animais e, em caso de necessidade, faziam-no ainda mais facilmente.

Nós expusemos até aqui apenas os principais fatores de movimentos populacionais comuns. Quando um grupo possuía uma economia complexa ou vivia em simbiose com outros grupos, as condições e forma de seus deslocamentos eram, por sua vez, mais complexas. Imaginemos um povoado de agricultores próximo à curva do rio Congo, fornecendo produtos agrícolas aos pescadores e aos caçadores-colhedores em troca de carne de caça, de peixes, de cerâmicas e talvez ainda de outros produtos. Os caçadores e os agricultores tinham de coordenar seus deslocamentos, mas eles não podiam se afastar demais dos povoados de pescadores que, por sua vez, eram sedentários. Por outro lado, é óbvio que comunidades habituadas a se deslocarem podiam fazê-lo por outros motivos além de razões econômicas. A decisão de um grupo se mudar era frequentemente apressada por um crescimento da mortandade, por conflitos com outros grupos ou por necessidade de se defender. Isto era um fato sobretudo para agricultores que, ao contrário dos criadores de animais, não eram obrigados a transumar, a cada ano, durante algumas semanas para salvaguardar sua produção. Eles partilhavam esta liberdade com os caçadores-colhedores mesmo quando, paradoxalmente, não dispunham dos meios de transporte que os criadores de animais e os pescadores possuíam!

A mobilidade dos indivíduos era igualmente considerável. As mulheres se casavam frequentemente com um homem de outro povoado, os filhos iam viver junto à família da mãe, os irmãos podiam seguir uma de suas irmãs na casa de seu marido. Os escravos, os reféns, os mercadores e os peregrinos, da mesma forma que os feiticeiros de alta reputação e os caçadores (e talvez ainda outros especialistas muito procurados) circulavam muito de um grupo para outro. A mobilidade individual na África era, ao menos, tão grande quanto em outras partes do mundo. O estereótipo segundo o qual certas etnias africanas não tinham nenhum contato com o mundo exterior não tem mais fundamento que o estereótipo oposto da errância perpétua.

Nas seções seguintes, trataremos apenas dos movimentos populacionais coletivos e inabituais, mas convém destacar que a distinção entre deslocamentos ordinários e extraordinários era muito mais tênue no caso dos indivíduos,

mesmo se eles podiam, na sua somatória, produzir resultados espetaculares. Desta maneira, pode-se considerar o tráfico de escravos após 1660 como um acontecimento comum no que diz respeito aos indivíduos. Ora, o transporte de escravos para a América do Norte e do Sul é de longe o mais importante movimento populacional que a África conheceu. Ele representa um deslocamento maior, por sua amplitude, a qualquer outro movimento populacional, exceção feita, talvez, às maiores migrações africanas.

A urbanização supõe igualmente um movimento populacional. No começo do século XIV, a cidade de Zimbábue possuía talvez 10000 habitantes[15]. Esta concentração era o resultado de uma migração interior: a cidade tinha, provavelmente, absorvido uma centena de povoados. Após o esgotamento das terras cultiváveis em Zimbábue, os habitantes não podiam permanecer mais lá, abandonaram a cidade e voltaram para seus povoados[16]. Sua dispersão representa igualmente um movimento populacional importante[17]. À parte a urbanização e o tráfico de escravos, temos muito poucos dados sobre os deslocamentos de indivíduos e mesmo das famílias. Para melhor conhecê-los, seria preciso saber em quais proporções a densidade da população variou de acordo com os decênios e as regiões. Mas é certo que os deslocamentos individuais ocorreram e é preciso jamais esquecer que eles poderiam bastar para modificar sensivelmente a densidade de uma população. Os crescimentos demográficos foram sempre considerados como devidos a crescimentos naturais, quando eles poderiam perfeitamente bem resultar da imigração. O inverso vale também para uma diminuição populacional.

As tipologias dos movimentos inabituais da população

Os movimentos inabituais e coletivos da população se dividem em duas grandes categorias: as correntes migratórias e as migrações propriamente ditas.

15 D. N. Beach, 1980*a*.

16 P. S. Garlake, 1973; D. N. Beach, 1980*a*. Este exemplo mostra bem as tensões exercidas sobre o povoamento pela agricultura itinerante e a criação de animais praticada em pastos naturais.

17 Eis um outro exemplo que mostra de modo evidente como os deslocamentos individuais, quando numerosos, podem mudar completamente a distribuição da população em uma região limitada. A cidade de Jenné-Jeno, no Mali, se desenvolveu a partir de por volta de 200 a.C. e, sobretudo, depois de 250 d.C. Seu declínio após o ano 1000 é contemporâneo do desenvolvimento da cidade de Ojenné, situada a apenas três quilômetros de distância. Jenné-Jeno era circundada por povoados satélites cujo desenvolvimento tinha seguido o seu e cujo declínio levou a seu abandono por volta de 1400. Ver R. J. McIntosh e S. Keech-McIntosh, 1982.

Os movimentos da primeira categoria são movimentos progressivos e lentos que estendem a novos territórios as formas habituais da mobilidade e da produção alimentícia. A migração propriamente dita é um movimento súbito, que difere claramente dessas formas habituais. Uma corrente migratória não implica necessariamente o abandono do território de origem, salvo, às vezes a longo termo, ao passo que este abandono é parte da migração. Essas duas categorias de movimentos populacionais subdividem-se em vários tipos. Uma corrente migratória é chamada de "expansão" quando faz crescer o território de um grupo e se intitula "diáspora" quando é descontínua e se traduz pela fundação de estabelecimentos separados. Além disso, pode-se distinguir as migrações em massa, as migrações de bandos e as migrações de elites, que são respectivamente de uma população inteira, de uma fração da população (geralmente um bando de guerreiros que praticam a pilhagem) ou de grupos muito restritos ou mesmo de indivíduos, cuja chegada provoca importantes mudanças na sociedade que os acolhe. As migrações de elites quase se confundem com os deslocamentos individuais, mas falaremos delas aqui em função de sua frequência e de seus efeitos e porque elas são frequentemente assimiladas aos outros tipos de migrações.

A importância histórica e a amplitude de um movimento populacional dependem do número de pessoas que se deslocam, da distância percorrida, da duração do movimento, de suas causas, isto é, dos fatores que impelem uma população a emigrar e daqueles que atraem os imigrantes e, por fim, de suas consequências. É preciso levar em conta todos esses aspectos em cada caso, mas eles não podem servir para que se estabeleça uma classificação, pois sua significação é variável demais. Assim, a distância não é significativa por si mesma: várias centenas de quilômetros no Saara podem equivaler a menos de cinquenta quilômetros em uma região muito povoada. As causas são muito diversas. Não são sempre catástrofes naturais como as secas. Os motivos que incitam ou obrigam uma população a deixar o lugar em que vive (causas repulsivas) e aquilo que a atrai onde ela quer se estabeleça (causas atrativas) misturam-se de modo tão variado que há, a partir desta relação, quase a mesma quantidade de tipos de deslocamentos que de casos particulares. O número de pessoas que se deslocaram é frequentemente desconhecido e, se dispomos de números, eles geralmente não são suficientemente seguros para que se estabeleça uma tipologia. Levamos, então, em consideração apenas as características do próprio movimento, com suas causas e efeitos. Descreveremos sucessivamente os cinco tipos que distinguimos, sem perder de vista o valor puramente prático de nossa tipologia.

As expansões

Dada a mobilidade natural da maior parte da população africana, as expansões são inumeráveis. Elas apresentam características diferentes segundo o modo de vida da sociedade considerada. A agricultura itinerante torna-se expansão quando ela segue uma direção dada de preferência a uma trajetória aleatória ou circular. Os agricultores se deslocam por povoado; o deslocamento de um grande número de aldeias de uma comunidade ou de sua totalidade é uma expansão quando se efetua em uma só direção. As expansões resultam de deslocamentos pouco frequentes (a cada dez anos ou mais) em distâncias que são geralmente muito curtas (de dez a vinte quilômetros). Portanto, elas podem durar muito tempo sem que a população em movimento jamais deixe de parecer sedentária.

Na floresta, a expansão dos mongo rumo ao sul, partindo do arco do rio Zaire, tinha começado bem antes do século XVI e ainda continuava no fim do século XIX na maior parte da região compreendida entre o Zaire a oeste e o Lomami a leste. Seu objetivo parece ter sido os atraentes vales do Kasaï inferior e do Sankuru bem como a rica região situada mais a leste, próxima à floresta. Esta expansão provocou uma corrente a partir dos centros de povoamento muito densos situados entre o equador e o primeiro paralelo sul, em direção aos vales fluviais e às bordas das florestas[18].

As expansões podiam facilmente se acelerar. Bastava que se percorresse uma distância maior a cada deslocamento ou que esse deslocamento fosse mais frequente, talvez a cada dois ou três anos. Elas se tornavam então um fenômeno consciente, que respondia a intenções precisas, frequentemente motivadas por uma atração. Assim, durante somente meio século, os nzabi do Gabão-Congo, deixando suas terras situadas a leste da grande curva do rio Ogooué, dirigiram-se no sentido sudoeste a fim de se aproximarem das rotas comerciais e de poder explorar novos recursos minerais[19]. Os fang da Comoé superior ganharam o estuário do Gabão em apenas vinte anos, em seguida, continuaram sua expansão a uma velocidade um pouco menor durante quarenta anos em direção do delta do Ogooué. Cada uma de seus povoados se deslocava apenas em intervalos de alguns anos, mas podiam percorrer então até quarenta quilômetros. Tais deslocamentos foram bem estudados em suas modalidades. Os fang jamais foram forçados a abandonar seu modo de vida habitual. Seus povoados se deslocavam

18 J. Vansina, 1981.

19 G. Dupré, 1982, p. 25-39.

sucessivamente, cada um ultrapassando, por sua vez, os precedentes. Esta progressão desenrolava-se em um meio natural uniforme. Os caçadores efetuavam reconhecimentos no decorrer de suas expedições habituais[20].

As expansões dos criadores de animais seguiam um esquema diferente. Em geral, jovens deixavam os pastos do grupo para estabelecerem-se com seus animais em pastos virgens. Como eles encontravam esses pastos em regiões nas quais as chuvas muito raras ou muito irregulares tornavam impossível a cultura do solo, sua expansão era submissa, em larga escala, às condições naturais. Foi assim que os masaï progrediram, nos séculos XVII e XVIII, até que todas as terras próprias para a criação de animais fossem ocupadas[21]. Um outro exemplo bastante conhecido é o dos *trekboer* da África do Sul. Colonos europeus da segunda geração se estabeleceram perto do Cabo a partir de 1680, aproximadamente. Desde o início, os criadores se lamentaram de ser muito numerosos, ainda que a população estivesse dispersa. O solo era árido, e eles tinham necessidade de vastas pastagens. No começo do século XVIII, uma família se sentia apertada quando podia perceber de sua casa a fumaça da chaminé de uma casa vizinha. Conduzindo uma parte dos animais, os caçulas partiam então em uma carroça puxada por bois e se instalavam em outro lugar. Até por volta de 1780, esta expansão prosseguiu em regiões ocupadas principalmente por outros criadores (grupo khoi) dos quais os *trekboer* tomavam o lugar. Mas eles se chocaram, em seguida, com uma fronteira constituída pelas terras muito mais irrigadas que aquelas que, por eles atravessadas, eram ocupadas pelos agricultores e criadores de animais xhosa[22].

Em certos casos, os percursos dos criadores eram longos e faziam conexão entre vários lugares de permanência. Os awlād sulaymān da Líbia deslocavam-se, em função das estações, entre o golfo da Grande Sirte próximo do Mediterrâneo e os oásis de Fezzān, na Líbia do Sul. Uma derrota desastrosa sofrida em 1842 próximo de Trípoli obrigou-os a abandonar o pólo da Grande Sirte. Eles tomaram então, para retornarem ao sul do Fezzān, a rota das caravanas que conduziam ao Borno, indo inicialmente no sentido do Borku e depois rumo ao Kānem, apesar da resistência determinada dos tuaregues cujos territórios eles atravessavam. Eles atingiram o lago Chade por volta de 1850 e, após alguns fracassos iniciais, chegaram a dominar em 1870 toda a região compreendida entre

20 P. Alexandre, 1965, p. 532. Mas o ponto de vista deste autor sobre a expansão dos fang em sua totalidade é errônea. Ver C. Chamberlin, 1977, p. 23-80.

21 T. T. Spear, 1981, p. 63-66.

22 L. Fouché, 1936, p. 134-136.

Fezzān e o Chade[23]. Como esta expansão se deu graças às vitórias de bandos armados, é tentador ver aqui uma migração de bandos. Mas, na sua totalidade, ela é na verdade semelhante às expansões de outros criadores de animais. Deslocando um dos pólos de transumância, ela teve por efeito a ocupação de um novo território.

Mesmo os caçadores-colhedores podiam seguir correntes migratórias. Isto poderia explicar, por exemplo, a presença de caçadores baka no Camarões oriental. Esses pigmeus, que falavam línguas ubanguianas, vivem mais a oeste em relação aos agricultores que pertencem ao mesmo grupo linguístico. Mais do que uma migração em massa, trata-se provavelmente de um movimento partido do vale superior da região de Sanga e destinado a estender rumo a oeste o território de caça dos baka[24].

Os vastos movimentos de expansão são o indício de uma nova redistribuição da população. Eles são frequentemente acompanhados pela colonização de zonas anteriormente exploradas de modo mais extensivo. Uma das tendências mais profundas e mais duráveis da história da África é esta progressão inexorável dos homens em número sempre maior em um espaço sempre mais vasto e adaptando cada vez melhor seu meio natural a seu modo de vida ao invés de se deixar determinar e limitar por ele. Assim, a expansão dos povos de língua bini na floresta a oeste do Níger começou no início da era cristã e, provavelmente, teve seu fim somente por volta de 1200 com o desenvolvimento da cidade de Benin[25]. Temos poucos conhecimentos sobre a expansão dos igbo a leste do baixo Níger, mas sabemos que ela já havia definitivamente começado por volta de 1800 (Igbo-Ukwu) e que ela teve por efeito a valorização da floresta e, consequentemente, a transformação completa da paisagem, bem como um crescimento sensível da população. À medida que os agricultores de língua bini simplesmente se adaptaram ao meio pré-existente a fim de submetê-lo a uma nova forma de exploração, os agricultores igbo destruíram o meio ambiente original. É, portanto, natural que essas expansões sejam geralmente feitas a partir de regiões relativamente povoadas rumo a terras com menos densidade populacional. Elas contribuíram para aumentar a densidade populacional de cada região do continente na medida em que a população geral da África crescia. Não se podem atribuir esses movimentos à "superpopulação", a não ser no sentido muito limitado em que certas comunidades, como os trekboer, estenderam-se

23 D. D. Cordell, 1972; E. Rossi, 1978.

24 J. M. C. Thomas, 1979.

25 P. J. Darling, 1979.

territorialmente, apesar de sua fraca densidade, porque elas se consideravam muito numerosas. A superpopulação é uma medida relativa da pressão exercida sobre a terra pelas técnicas de exploração em vigor. Uma nova técnica podia aliviar esta pressão, bem como a regulação da população ou a emigração.

Os movimentos de expansão devem ter ocorrido muito cedo na África. Os caçadores e os colhedores foram levados a estender seus territórios, seguidos pelas comunidades que exploravam seu meio de modo mais extensivo. Em certos casos, as expansões tinham como causa uma lenta deterioração dos recursos provocada por uma mudança climática cujo exemplo mais espetacular foi o dessecamento do Saara. A arqueologia da Mauritânia mostra como este fenômeno expulsou paulatinamente os agricultores desta região rumo ao sul entre 1500 a.C. e o impulso do reino de Gana por volta de 700[26].

Expansões mais rápidas como a dos Fang, dos Nzabi ou dos Awlad Sullayman são atribuídas a outras causas. No caso dos dois primeiros, a atração para as rotas e centros comerciais. E os Awlad Sullayman saíram da Tripolitânia, após uma derrota militar, em direção ao Chade, onde sabiam que havia uma rota comercial.

Expansões dos agricultores jamais tiveram como causa uma catástrofe como a fome ou uma epidemia. Quando passavam por uma crise grave demais, eles não podiam conservar seu modo de vida, e suas estruturas econômicas, sociais e políticas desabavam. Se eles abandonavam seus territórios nestes casos, era para emigrarem massivamente e em desordem. Não se tratava de uma simples expansão. Além disso, tais casos parecem ter sido extremamente raros.

Um povo em expansão não expulsava necessariamente os outros povos que encontrava em seu caminho. Frequentemente, ele se mesclava a eles e novas sociedades emergiam desse processo. Os autóctones adotavam então a cultura daqueles que chegavam, como no caso dos fang. Ou então, desta fusão, resultavam uma sociedade e cultura novas. Assim, a expansão dos mongo rumo ao sul deu origem a vários povos, dentre os quais os famosos kuba[27]. Quando a fusão não ocorria, os autóctones tinham de abandonar pouco a pouco seu território: é o que ocorreu com os caçadores san e talvez também com os criadores de animais khoi diante da expansão dos grupos de língua banto do sudeste (mas uma parte dos khoi talvez tenha sido assimilada). Aparentemente, jamais ocorreu de um povo expulso de seu território invadir, por sua vez, um território vizinho.

26 J. Devisse, 1982, p. 171-173.

27 J. Vansina, 1978.

As expansões geraram poucos refugiados dada as densidades populacionais geralmente envolvidas.

As diásporas

A diáspora é um movimento populacional descontínuo que tem por efeito a fundação de estabelecimentos separados da população-mãe. Todas as diásporas estão ligadas ao comércio ou a peregrinações, salvo, talvez, aquelas dos pastores fulbe, espalhados por toda África Ocidental. Os fulbe não encontraram resistência porque sua diáspora estava limitada a nichos ecológicos desocupados dos quais os outros povos retiravam apenas recursos secundários. De fato, é preferível considerar o deslocamento dos fulbe como uma simples expansão comparável àquelas dos turkana, dos nandi ou dos masaï no norte do Quênia ou na Tanzânia[28].

O comércio está na origem das diásporas mais típicas. Os estabelecimentos dos fenícios, dos gregos e dos árabes na costa do Chifre da África, os pontos estratégicos dos europeus e a colônia do Cabo foram todos fundados por mercadores estrangeiros vindos de além-mar. O comércio fluvial e a pesca desempenharam um importante papel na história das diásporas. A história dos bobangui, entre 1750 e 1850 é um exemplo disso. Os habitantes de um grande povoado situado na embocadura do Oubangui fundaram estabelecimentos e feitorias ao longo de todo o Zaire até a embocadura do Kasaï. Eles se misturaram a outros povos e seu domínio se estendeu para formar uma nova etnia, os bobangi[29]. Os suaílis e sua cultura espalharam-se da mesma maneira na África oriental, das costas da Somália e do Quênia até a ilha de Ibo, ao largo de Moçambique, e até Comores. Alguns suaílis provavelmente se estabeleceram na Idade Média no nordeste de Madagascar[30]. Outras diásporas seguiram igualmente as rotas comerciais terrestres. Mercadores mande fundaram assim feitorias jahanka entre o alto Níger e a costa do Senegal, bem como feitorias jula (dyula) entre o alto Níger e a costa do país Akan. Mercadores yarse de língua mossi organizaram uma rede de feitorias no país Mossi.

Outras diásporas deveram-se à peregrinação anual a Meca (*hādjdj*). Os peregrinos viajavam normalmente sozinhos ou em pequenos grupos. Quando, por uma razão qualquer, eles não podiam continuar sua viagem, estabeleciam-se

28 Ver o capítulo 27.

29 R. Harms, 1981.

30 UNESCO, *História Geral da África*, vol. IV, capítulo 18.

onde eram obrigados a parar. É assim, que os takruri, originários da África Ocidental, estabeleceram-se no Sudão no século XIX, da mesma maneira que os *djallāba* (mercadores) que vinham em geral da região de Dongola fundaram povoados próximos às rotas comerciais por eles utilizadas. Os *marabtin bilbaraka* de Barka descendiam em sua maior parte de peregrinos da África do Norte.

Os povos dispersos mantinham relações com seu país de origem, seja pelo comércio, seja porque viviam próximos de rotas seguidas pelos peregrinos. Em certos casos, essa relação não era mais direta ou mantinha-se por pouco tempo com os elos de origem. Por exemplo, no século XV, os habitantes de Sofala mantinham uma ligação mais estreita com Kilwa do que com as cidades situadas mais ao norte e não estabeleciam relações particulares com o arquipélago de Lamu ou com as Ilhas Bajun, que estavam no coração do país suaíli. Era a consequência de seu distanciamento progressivo. Do mesmo modo, Cerné, na costa atlântica de Marrocos, era uma colônia de Cartago (e não de Tiro). Até mesmo as colônias européias tendiam a se afastar de sua metrópole para estabelecer relações comerciais com outras colônias. Os colonos do Cabo se sentiam mais próximos do império holandês das Índias orientais organizado em torno de Batavia do que da Holanda; Moçambique dependeu diretamente de Goa durante séculos, ao passo que após 1648, Angola tornou-se praticamente uma colônia brasileira.

As diásporas são movimentos populacionais muito visíveis. Elas supõem a existência de redes de comunicação estendidas e multiplicam-se com o desenvolvimento das rotas comerciais. Se algumas delas começaram muito antes de 1500, a maior parte daquelas que conhecemos na África pertencem ao período seguinte e dão testemunho de um novo aspecto do domínio do espaço por parte do homem. Elas ocorreram onde populações bem estabelecidas começavam a ter economias complementares ou a trocar produtos com outros continentes. Sua presença é um sinal da luta humana para se estabelecer no espaço.

As migrações em massa

Uma migração em massa ocorre quando todo um povo – homens, mulheres e crianças –, levando tudo que possui, abandona sua terra e percorre longas distâncias em um ou vários anos. Esses gigantescos movimentos populacionais estão ligados a verdadeiras catástrofes. A população migrante pode ser muito numerosa. É assim que em 429, pressionados pelos visigodos, 80000 vândalos passariam da Espanha para a África devido ao chamado de um governador bizantino revoltado. Mas essa migração era o resultado de uma redistribuição

geral da população da Europa[31]. A maior invasão que se deu na África do Norte foi a dos banū hilāl e dos banū sulaym a partir de 1052. Ela ocorreria devido às secas ocorridas na Arábia. Ela continuou até por volta de 1500, data na qual ela atingiu a Mauritânia. Com as correntes migratórias dos árabes rumo ao Sudão e o Chade, ela modificou o mapa cultural de toda a África do Norte que se tornou inteiramente arabizada[32]. As verdadeiras migrações em massa são espetaculares e suas consequências são consideráveis; portanto, não causa espanto que sejam muito raras. Entre 1500 e 1800, a única verdadeira migração em massa foi a dos oromo, à qual é preciso acrescentar os deslocamentos que ela provocou em outros povos. No século XIX, as únicas migrações em massa foram as do nguni, migrações muito conhecidas que alteraram drasticamente a África, do Cabo a Nyanza.

As migrações em massa eram empreitadas difíceis. Os batedores tinham de reconhecer o terreno. Era preciso guardar provisões para os migrantes, que não podiam satisfazer suas necessidades da mesma maneira que antes da partida. Tornava-se muitas vezes necessária uma nova organização social e política, que era frequentemente do tipo militar. Os migrantes deviam então se adaptar a novos meios naturais, inventar novas formas econômicas e sociais e eram, muitas vezes, levados a agressões e pilhagens, mesmo quando se tratava de criadores de animais se deslocando com seus rebanhos. Os membros de outras sociedades parcialmente ou completamente desorganizadas podiam se juntar aos migrantes, cujo número, deste modo, aumentava progressivamente. As migrações podiam também ocorrer de modo súbito, suscitando graves confrontos e provocando movimentos de refugiados, migrações secundárias ou expansões rápidas. Resumindo, tais movimentos populacionais implicavam cataclismos e alterações drásticas das relações do homem com o espaço em larga escala. Mesmo quando a migração inicial se desenrolava muito rapidamente, os movimentos populacionais que ela provocava podiam durar mais de um século, até a fixação dos últimos refugiados. Assim, a migração dos oromo começou talvez por volta de 1530-1540, mas a região que eles atravessaram não reencontrou sua estabilidade senão por volta de 1700. É fato que as grandes expansões duravam muito mais tempo ainda.

Nossa descrição aplica-se aos casos mais extremos. Nos períodos mais antigos e muito menos conhecidos, é frequentemente difícil distinguir as migrações em massa das expansões rápidas mais maciças, em especial quando se trata de

---

31 C. Courtois, 1955.

32 UNESCO, *História geral da África*, vol. III, Capítulos 4, 5, 15 e 16.

pastores. É assim que a progressão dos luo através de inúmeros meios diferentes durante vários séculos é frequentemente considerada como uma migração em massa. Ela se dava com comunidades inteiras e provocou numerosos movimentos secundários, alterando de modo forte uma vasta região, principalmente a leste do Nilo Branco. Outros deslocamentos importantes do mesmo gênero se produziram, na mesma época, no sul do Sudão e no norte de Uganda. Entretanto, o deslocamento dos luo durou muito tempo, talvez cinco séculos, e o que sabemos disso[33] permite-nos pensar que se tratava mais de uma corrente migratória do que de uma migração em massa, com os luo se deslocando geralmente com seus rebanhos e parando para cultivar o solo. Certas fases da migração dos oromo apresentam as mesmas características. Tais exemplos mostram que uma migração em massa parece, às vezes, muito com uma expansão maciça e que ela pode ser acompanhada também de correntes migratórias. Há, todavia, uma grande diferença entre as duas, fundada nas capacidades de produção e na estrutura militarizada de um vasto povo em marcha. Os processos não são idênticos.

Correntes migratórias e migrações em massa podem se combinar. O deslocamento dos luo foi em sua totalidade uma expansão, mas podemos considerar como uma migração em massa a explosão súbita dos luo do Quênia que, no século XVIII, invadiram regiões muito povoadas para tomar novas terras à força. Ao contrário, o deslocamento dos oromo começou como uma migração em massa, depois no fim do século XVII e sobretudo no início do século XVIII, se transformou em uma expansão.

Como as migrações de massa são alterações cataclísmicas, elas são explicadas em geral por causas igualmente cataclísmicas, por exemplo, por bruscas variações climáticas como as secas seguidas de fome e epidemias. Mas elas não têm sempre causas desta natureza. A migração dos vândalos, por exemplo, está ligada a outras migrações e à queda do Império Romano e não foi produzida por uma catástrofe natural. Certos autores explicaram-na por meio de uma superpopulação relativa às migrações dos banū hilāl e dos oromo e o *Mfecane*, mas, até o momento, eles não apresentaram muitas provas para comprovar sua hipótese. As apresentadas vêm, de fato, de sua defesa de que as migrações em massa tinham todas por causa uma brusca diminuição dos recursos em relação ao número de pessoas. Um raciocínio semelhante não é válido porque, se é verdade que o *mecanismo* das migrações redistribui os homens no espaço, sua *causa*

33 Ver o capítulo 26.

pode variar. A pressão demográfica é apenas uma das causas possíveis. Assim, se uma pressão demográfica exerceu-se ou não sobre os oromo, foi a destruição recíproca dos reinos cristão e muçulmano que a desencadeou, ou então a própria migração dos oromo, ao menos na direção que ela tomou[34]. Alguns arqueólogos defendem a ideia de que a população cresceu nas regiões de onde o *Mfecane* partiu. Mas o crescimento demográfico não basta para explicar esse aumento da população. Seria preciso ligar tal aumento de população ao que sabemos da predominância que os chefes militares haviam conquistado e aos movimentos populacionais que pareciam ter precedido o *Mfecane* no Zimbábue[35]. A pressão demográfica foi, talvez, um fator de todas as migrações em massa – o que o número de migrantes bastaria a comprovar –, mas ela não foi em nenhum caso a causa única da migração.

As migrações de bandos

A migração de bandos, sempre armados, representa um número reduzido de pessoas, sobretudo homens jovens, representando somente uma fração da população. Suas consequências, por mais espetaculares que sejam, são menos graves que as das migrações em massa e menos duráveis que as das grandes correntes migratórias. Geralmente, bandos de guerreiros partiam para conquistar novos territórios por vezes (mas não necessariamente) sob o comendo de um chefe único. No caso dos zimba, Santos fala do chefe de um pequeno *kraal* que, ávido de glória, "resolve deixar seu país no comando de um grupo armado com a intenção de destruir, de pilhar e de festejar..."[36]. Os bandos jaga talvez não tenham tido um chefe único. Os bandos dos tyokosi eram compostos por mercenários[37]. Em certos casos (jaga e zimba, por exemplo), os bandos acabaram se dispersando após terem sido vencidos. Em outros casos (mane, tyokosi, imbangala), chegaram a fundar uma pequena organização política em torno do chefe ou até mesmo um reino.

Os bandos podiam provocar grandes estragos, mas suas migrações, menos importantes que as migrações em massa, causavam menos desordem, provocavam menos migrações secundárias e se ampliavam menos pela incorporação

---

34 Ver o capítulo 24.

35 UNESCO, *História geral da África*, vol. VI, capítulos 4, 5, 7 e 9 e vol. V, capítulo 22. ver, igualmente, D. N. Beach, 1980*a*, p. 320.

36 M. D. D. Newitt, 1982, p. 156.

37 Ver os capítulos 12 e 14.

de migrantes estrangeiros. Elas duravam menos tempo que outros movimentos populacionais dos quais falamos até aqui. Na maior parte dos casos, elas se ocorriam sobretudo em função de causas atrativas, mas as causas repulsivas desempenharam, por vezes, um papel ao menos tão importante quanto. É o caso da expansão dos *trekboer* que forçou os korana e os gonaqua a emigrarem rumo aos rios Orange e Caledon[38]. As migrações de bandos resultavam, às vezes, da formação de um Estado (os zimba e o Maravi, os tyokosi e o Ashanti) ou da expansão das relações comerciais das quais os migrantes desejavam tirar proveito (caso dos jaga). É possível, mas não há provas conclusivas a este respeito, que a superpopulação tenha desempenhado um papel em seguida a uma seca sofrida ou de uma outra calamidade do mesmo gênero na região de origem dos migrantes (caso dos imbangala). Uma das principais dificuldades que as migrações dos bandos nos colocam é a de saber se elas faziam ou não parte de uma migração em massa. Assim, a invasão do Zimbábue pelos ndebele e a da Zâmbia pelos kololo[39] fazem parte de uma sublevação em massa, o *Mfecane*. E não é completamente certo que as migrações dos bandos jaga e imbangala tenham sido, como todos os historiadores acreditam, movimentos populacionais isolados, ou mesmo migrações em massa, ou ainda que elas tenham feito parte de movimentos de maior amplitude.

O caso dos imbangala é interessante. Os Bandos se formaram nas proximidades do rio Kwango, talvez na sequência de mudanças ocorridas no interior do Estado de Lunda, em plena expansão na ocasião. A esses bandos mesclaram-se marginais vindos dos Estados de Ovimbundu e de Mbundu. Os imbangala lançaram-se na pilhagem durante vários anos como aliados dos portugueses que estabeleciam uma colônia em Angola. Eles se estabeleceram por volta de 1620, longe o bastante dos portugueses para estarem fora de seu alcance, perto do rio Kwango, expulsando a população da região, que emigrou até o rio Kasaï. A região onde se formaram os primeiros bandos imbangala não era superpovoada. Sua migração não modificou a relação entre o número de habitantes e a quantidade de recursos entre o Cuanza e o Kasaï. Mas ela levou à criação de um estado, o reino de Kasanje, que se tornou o principal centro de junção de escravos exportados do interior da África em direção para Luanda. No caso dos imbangala, portanto, não se trata de nada mais que uma reorganização das estruturas sociopolíticas e do comércio[40].

---

38 Ver o capítulo 23.

39 UNESCO, *História geral da África*, vol. VI, capítulo 5.

40 J. C. Miller, 1976; J. Vansina, 1966*a*.

As migrações de elites

As tradições orais que narram a fundação dos Estados referem-se muitas vezes às migrações de elites: o primeiro rei é um estrangeiro, frequentemente um caçador, vindo de longe, só ou com alguns companheiros. Esse deslocamento refere-se a um número insignificante de pessoas e, todavia, possui imensas consequências sociais e culturais. No Malaui, por exemplo, atribuía-se a fundação do Estado do Maravi ao clã dos phiri, cujos ancestrais teriam vindo, dizia-se, do país Luba, situado muito longe no Shaba, ao passo que o reino e os grupos formados em torno de chefes do Norte teriam sido fundados por diversos estrangeiros de prestígio e com relações de parentesco, os ngulube[41].

Alguns desses relatos são provavelmente destituídos de fundamento real e apenas exprimem a ideia geral a partir da qual o rei deve ser de origem estrangeira porque é um ser à parte, envolvido em uma aura de mistério e de sagrado. O fundador da monarquia só pode vir do país que tenha maior prestígio ou, de outro modo, o mais longínquo possível da civilização local. Outros relatos, entretanto, fundamentam-se sobre um fundo de verdade. Por exemplo, um relato kuba conta que um bushoong exilado, Shyaam a Mbul a Ngoong, voltou ao seu país pelo oeste e unificou as tribos rivais em um reino. Este relato atesta que o kuba sofreu influência do oeste. Já foi demonstrada a existência de tais influências no plano linguístico e de um desdobramento ulterior a partir da corte real. Aparentemente, portanto, uma dominação cultural foi exercida sobre os kuba[42]. Por outro lado, é pouco provável que a chegada de uma única pessoa (especialmente um exilado) tenha sido suficiente para estabelecer este domínio.

Ao mesmo tempo que podemos negligenciar as migrações de elites em um estudo dos movimentos populacionais, para um estudo do desenvolvimento das formações socioculturais, particularmente dos Estados, elas podem oferecer um interesse considerável. Elas não modificam a relação entre uma população e seus recursos em um espaço determinado, mas quando elas tem por efeito a transformação da hierarquia social, elas conduzem a uma redistribuição dos recursos e, consequentemente, a uma nova distribuição espacial da população. Para um estudo da questão, remetemos ao capítulo 2.

41 Ver o capítulo 21.

42 J. Vansina, 1978, p. 59-65 e 187.

As fontes da história dos movimentos populacionais

As principais fontes da história dos movimentos populacionais são, na África, as tradições orais, fatos linguísticos, documentos arqueológicos e textos. Mas sua exploração apresenta dificuldades. Dados mal interpretados levaram, por vezes, à invenção de migrações que nunca existiram. Convém, portanto, dizer uma palavra sobre essas fontes antes de apresentar os principais movimentos populacionais do período de 1500-1800.

As tradições orais não podem guardar a lembrança de uma longa expansão porque ela modifica muito pouco a vida cotidiana, desenrolando-se tão lentamente que a população mal toma consciência dela. Consequentemente, uma tradição é suspeita quando ela pretende que um movimento tendo as características de uma expansão tenha conduzido toda uma população de um determinado lugar para outro. Nenhuma tradição oral pode abarcar a totalidade de uma migração em massa, pois é um acontecimento que se desenrola em um largo espaço de tempo. As tradições podem apenas tratar de episódios. Além disso, elas tendem a confundir as migrações em massa com as migrações em bandos que permanecem na memória popular porque, sendo igualmente espetaculares, desenrolam-se em um espaço determinado. São lembradas, frequentemente, as expansões das diásporas: os habitantes de um povoado sabem de quais outros povoados vieram seus ancestrais. Por fim, são relembradas com precisão as migrações de elites: a tradição oral remete-nos, por exemplo, aos deslocamentos que a família que reinou sobre o mangbetu tinha efetuado durante dois séculos antes de fundar este reino[43].

Mas o pesquisador corre o risco de se enganar se ele se esquece de que as tradições orais são ideologias e traduzem uma cosmologia. Se um povo crê que todas as coisas provêm de um único lugar, ele acreditará evidentemente que uma migração o conduziu deste lugar original para o que ele ocupa atualmente. A existência de um paraíso implica a de uma migração original. Os kuba, por exemplo, pretendem-se vindos das regiões de baixo do rio e saídos de um oceano; os fang e os komo acreditam-se originários de um lugar situado abaixo ou acima de um determinado rio, nos limites do mundo por eles conhecido. Com efeito, todos esses povos se orientam a partir do curso d'água; portanto, eles só podem descrever seus deslocamentos em relação a esse sistema de orientação. Suas tradições relativas a migrações não possuem nenhum fundamento histó-

43 C. Keim, 1979; Colonel Bertrand, s.d..

rico, exceto aquelas que se referem às mais recentes migrações de massa ou de elites quando mencionam sítios próximos e conhecidos[44].

Temas muito difundidos como o da fundação de um reino por um caçador estrangeiro explicam-se também por razões ideológicas. Encontramos esse tema junto aos igala do baixo Níger, nos reinos da savana meridional e da região dos Grandes Lagos, no reino do Shambaa na Tanzânia, ou ainda no Estado do Fipa entre os lagos Tanganyka e Rukwa. É um estereótipo, que se aproxima de um outro tema, próprio do Sahel do Sul entre o Atlântico e o Nilo: o do guerreiro estrangeiro que mata uma serpente para libertar um povo (façanha comparável àquela da vitória de São Jorge sobre o dragão). Todos esses relatos não refletem a migração de uma elite, mas a ideologia de um Estado[45]. Entretanto, como é possível que esse Estado tenha sido fundado efetivamente por um estrangeiro ou por um pequeno grupo de estrangeiros, é preciso verificar o fundamento de tais relatos levando em conta sua significação simbólica precisa e seu valor ideológico. Nós sabemos, por exemplo, que os reis de Ruanda não desceram do céu, mas indícios linguísticos os ligam aos príncipes de Nkole. Da mesma maneira, sabemos que o primeiro rei do Burundi, Ntare o Hirsuto, não saiu da selva ou da floresta, mas o exame das tradições não nos permite verificar se ele era ou não de origem estrangeira[46].

Ao interpretar as tradições, incorremos frequentemente no erro que consiste em tomar a parte pelo todo. As tradições relativas à origem dos kamba, dos meru e dos kikuyu do Quênia parecem ter, em cada um dos casos, estendido a toda a população o que era verdadeiro para uma pequena parcela dela[47]. O mesmo vale para o reino Magbetu: após sua criação, por volta de 1800, seu fundador estabeleceu e impôs uma nova genealogia e deu ao reino um nome que tinha pertencido provavelmente a um de seus próprios ancestrais.

De uma maneira geral, as tradições orais relativas à origem de um povo são tão suspeitas na medida em que contenham em grande número certos temas estereotipados, que se encontram nas histórias dos clãs, das linhagens, dos povoados ou das famílias. A presença de tais temas nos ajuda, portanto, a determinar em que medida uma tradição constitui uma fonte de informações segura.

---

44 J. Vansina, 1978, p. 39-40; C. Chamberlin, 1977, p. 26-34. Nota-se a relação que existe entre a água estagnada e os sistema de orientação dos fang fundado sobre o sentido dos cursos d'água.

45 J. S. Boston, 1969; S. Feierman, 1974, p. 70-90; J. R. Willis, 1981, p. 10-44; T. Reefe, 1981, p. 23-40; E. Mworoha, 1977, p. 96-105.

46 J. P. Chrétien, 1981*a*.

47 B. A . Ogot, 1967, p. 106-261; G. Muriuki, 1974; J. A . Fadiman, 1973; K. Jackson, 1978.

Recorremos frequentemente à linguística, mas os fatos da linguagem são mais difíceis de interpretar que as tradições nos numerosos casos em que as explicações linguísticas não são as únicas possíveis. A regra geral é que, quando duas populações de línguas diferentes se misturam, a população mais importante acaba por impor sua língua à outra. Esse é o motivo pelo qual tanto a migração quanto a expansão maciças levam geralmente à difusão da língua da população em movimento. Por outro lado, quando, na sequência de uma diáspora ou de uma migração de bandos, um grupo restrito entra em contato com uma população autóctone mais numerosa, é este grupo que abandona sua língua. A maior parte das exceções que essa regra parece ter são apenas aparentes. Uma população conserva sua língua após uma diáspora quando ela é suficientemente densa e mantém uma relação com seu país de origem, mas não é raro que ela aprenda, além disso, a língua dos autóctones. Os bandos migrantes conservam também sua língua quando não se misturam a outros povos. Foi o caso dos tyokosi e dos mende de Serra Leoa. Por outro lado, os bandos imbangala abandonaram sua língua porque ela tinha desaparecido em sua própria região de origem.

Entretanto, a regra de assimilação linguística pela população mais numerosa comporta também verdadeiras exceções, que se explicam pelo prestígio que tinham em certos casos a língua minoritária. As línguas ndebele e kololo sobreviveram respectivamente no Zimbábue e na Zâmbia, após a conquista desses países, não apenas porque elas eram as dos conquistadores, mas sobretudo porque, pouco depois da conquista, começou-se a escrevê-las e ensiná-las nas escolas. De outro modo, elas teriam sido absorvidas pelas línguas majoritárias, o shona e o luyi, do mesmo modo que o francês deu lugar ao inglês na corte da Inglaterra muitos séculos depois da conquista normanda.

Uma segunda regra fundamental é que a língua absorvida sempre deixa traços naquela que a absorve: palavras emprestadas, locuções plagiadas, nomes próprios, particularidades morfológicas e sintáticas. O estudo de tais traços pode nos dar informações sobre as relações entre as populações. Citemos, a título de exemplo, a influência do khoi e do san nas línguas banto do sudeste da África, a fortíssima influência do kikongo sobre uma língua proveniente da diáspora de um grupo de origem setentrional, o bobangi, ou ainda os empréstimos do kiswahili a línguas estrangeiras[48].

48 R. Anttila, 1972; T. Bynon, 1977 ; W. P. Lehmann, 1962; A . Meillet, 1925.

A linguística permite também distinguir os diferentes tipos de movimentos populacionais. As diásporas são as mais fáceis de identificar porque resultam em situações de plurilinguismo prolongadas e, às vezes, à formação de línguas crioulas. O afrikaans é um crioulo como demonstram as modificações consideráveis da morfologia e da sintaxe e as relações lexicais com o malaio, o português, o banto e o khoi (ou o san). O bobangi é um crioulo formado por línguas banto estreitamente aparentadas. As línguas provenientes de uma diáspora caracterizam-se pela simplificação da gramática e pela origem múltipla do léxico. As expansões dão lugar a muito menos empréstimos linguísticos salvo nos casos em que elas colocam em contato populações de igual importância numérica. As línguas que resultam deste processo conservam os principais topônimos das línguas que elas absorvem e lhes tomam alguns empréstimos. As expansões, ao contrário das migrações em massa, levam a uma repartição das línguas que, sobre uma extensão maior do que aquela em que se desenrolou o deslocamento, corresponde muito bem às supostas relações de parentesco entre as comunidades. Por exemplo, se pensamos que os fang e os grupos vizinhos que lhes eram aparentados não emigraram em massa, isso se dá notadamente porque sua zona linguística é contígua a outras zonas. Mas o fato de que ela divide as línguas em duas zonas desiguais leva a crer que eles precipitaram seu deslocamento. Uma população que emigra em massa, como fizeram os oromo, impõe sua língua em regiões que se repartem muito irregularmente. Mas que podem, entretanto, formar uma zona única ou, ao menos, uma zona principal. Esta distribuição corresponde somente em uma estreita medida às relações de parentesco. Nota-se numerosos empréstimos nas línguas das comunidades que se juntaram aos migrantes. As migrações em massa produzem frequentemente misturas entre mais de duas línguas. Eis o motivo de considerarmos como improvável uma migração maciça dos langi, cuja língua, o luo, sofreu influência de apenas uma outra língua, o karimojong[49]. A predominância do luo indica que aqueles que falam esta língua eram os mais numerosos no momento da mistura, fato que não se refletiu nas tradições orais. Um bando migrante, quando muito numeroso, impõe sua língua à região em que se estabelece e, em regiões que ele apenas atravesse, deixa traços nas línguas não muito próximas da sua. O jaga e o zimba, ao contrário do mane, do imbangala e de outras, não deixaram nenhum traço.

49 J. Tosh, 1978, p. 17-34.

A principal dificuldade que a linguística apresenta é que, a menos que se estude detalhadamente os empréstimos seguindo o método "palavras e coisas" (*Worter und Sache*), não se pode saber se é possível atribuí-los a outras causas além dos movimentos populacionais: relações comerciais, influência da língua oficial de um Estado ou da língua falada por uma família que esteja no poder (kuba, por exemplo), ou ainda o prestígio de uma língua religiosa. Raramente as línguas africanas foram estudadas do ponto de vista que nos interessa aqui. É certo que um estudo assim apresentaria grandes dificuldades, mas poderia nos ofertar resultados preciosos. É urgente que se organize um amplo programa de pesquisas neste domínio.

Afirmou-se frequentemente a existência de expansões ou de migrações tendo por base a arqueologia após a descoberta, em diversos lugares, de elementos da cultura material (objetos) ou de costumes muito semelhantes ou idênticos (por exemplo, a incineração materializada por urnas funerárias). Tais afirmações pressupõem o seguinte raciocínio: é improvável que elementos semelhantes, em particular na fabricação e na decoração de objetos, tenham sido inventados de maneira independente em diversos lugares; é certo, então, que esses elementos tenham sido difundidos. Quando se trata, por exemplo, de costumes funerários ou da fabricação da cerâmica, explica-se a difusão por uma migração. Entretanto, os arqueólogos se afastaram desta teoria[50] na medida em que perceberam que as invenções independentes eram mais frequentes do que acreditavam e que as difusões podem se dar por outros meios além das migrações.

Os movimentos populacionais, aparentemente, figuram de modo importante na origem de numerosas difusões. É difícil, por exemplo, não supor a existência de um movimento populacional quando se constata que um estilo novo de cerâmica se difundiu uniformemente por várias regiões anteriormente caracterizadas por estilos claramente diferentes. É por esta razão que se pensa que uma migração ou uma expansão se produziu, por volta do ano 1000, da África do Sudeste no sentido do Zimbábue. A realidade deste suposto movimento populacional, chamado *kutama*, parece confirmada tanto quanto possível pela arqueologia[51]. É, entretanto, concebível – ainda que pouco provável – que o novo estilo de cerâmica se tenha difundido como uma nova moda, sem movimento populacional.

Há infelizmente muitos outros casos duvidosos. Quando se introduzem na história da cerâmica demais estilos de transição, não somente a diferença entre

50 W. Y. Adams *et al.*, 1978.

51 T. N. Huffman, 1978.

os estilos consecutivos se apaga, mas além disso não é mais legítimo atribuir as inovações às migrações. Encontramo-nos diante dos resultados de uma análise, e não diante da interpretação dos próprios fenômenos. Erros deste gênero na análise dos dados arqueológicos foram cometidos nos estudos de certos sítios, como no caso do Zimbábue.

Certos autores, ainda, chegam à conclusão da existência de migrações tendo por base a distribuição de características etnográficas. Este método, antigamente em voga, perdeu atualmente todo crédito. É totalmente irracional acreditar, por exemplo, que os fang tenham vindo por migração do Oubangui pelo fato de conhecerem a arbaleta como certos povos desta região. Ou de acreditar, por causa da forma de seus chapéus, de seus penteados de guerra ou de seus altos-fornos, que os beti de Camarões tenham vindo do norte[52]. As características etnográficas podem se difundir sem movimento populacional. Suas similitudes podem ser creditadas ao acaso ou a invenções independentes umas das outras. Elas não provam nada quando não acompanhadas de semelhanças linguísticas, e, mesmo em casos de difusão, faltaria ainda provar que era devido a um movimento populacional.

A elaboração de teses gerais a partir de dados heterogêneos pode, assim, engendrar erros grosseiros. Um exemplo dentre os mais conhecidos é o das pretensas migrações dos fang. Acreditou-se que os fang, os bulu, os beti e os ntumu eram todos oriundos do norte, que eles teriam atravessado o Sanaga conjuntamente, ou no caso dos bulu separadamente, e que, fugindo de agressores, teriam se estabelecido em um meio natural por eles desconhecido: a floresta tropical[53]. Mas esta tese se fundamentava em um amálgama de tradições diversas que, em grande parte, eram a expressão de uma cosmologia. Nada prova que os fang sejam originários de outra região além daquelas das fontes do Comoé, do Ntem e do Ivindo. Os deslocamentos que eles efetuaram após, por volta de 1840, não possuíam o caráter de uma migração em massa. Tratava-se de uma expansão rápida[54], e este movimento não tinha nenhuma relação com aqueles que são atribuídos aos bulu, aos beti e aos ntumu.

A migração dos bandos jaga coloca um problema particularmente difícil. Ela teria ocorrido em 1568 e foi reportada pela primeira vez em 1591, a partir do testemunho de um português que chegara na região vários anos mais tarde e que a deixara em 1583. Numerosos autores examinaram a questão. Alguns dentre

52 P. laburthe-Tolra, 1981, p. 61-65.

53 P. Alexandre (1965) é o último a defender esta tese. Ver também H. Ngoa, 1981.

54 C. Chamberlin, 1978.

eles estão hoje convencidos que os jaga jamais existiram. A tese mais radical é que os portugueses inventaram esta migração a fim de intervir nos negócios do reino do Congo por ocasião de uma querela de sucessão[55]. Outros autores sustentam que imigrantes penetraram no Congo em 1568, mas eles pensam que a maior parte dos jaga eram camponeses do Congo que se revoltaram[56]. O debate talvez nunca termine.

Os principais movimentos populacionais de 1500 a 1800

Somente uma parte da África conheceu, do século XVI ao XVIII, grandes redistribuições populacionais levando à formação de sociedades e culturas novas. Trata-se, por um lado, da região do Chifre da África situada ao sul do Abbay, ou Nilo Azul superior, e corresponde aproximadamente à Somália e ao norte do Quênia, e, por outro lado, da zona situada a leste do Nilo Branco, ao norte do lago Nyanza e ao sul do Sobat. Vários movimentos populacionais produziram-se nessas regiões. O mais espetacular foi a emigração dos oromo na Etiópia por volta de 1535. Outros grupos oromo emigraram ou se estenderam rumo ao sul até o rio Tana e mesmo no interior das cidades costeiras. A partir do início do século XVI, os somalis conheceram vastos movimentos de expansão. Esses movimentos praticamente não foram estudados e são, consequentemente, mal conhecidos. É verdade que seu estudo é complicado pelas vicissitudes do combate titânico que opôs a Etiópia e o emirado de Ahmad Grañ: por volta de 1700, toda uma parte da Etiópia estava sob o domínio dos oromo, os cristãos e os muçulmanos tinham perdido todo o poder no sudeste, os somalis e os oromo disputavam as boas terras até o Tana, ao passo que a população sedentária, numericamente menos importante que eles, era expulsa do Shungwaya, região costeira limitada ao sul pela fronteira entre a Somália e o Quênia. Tais grupos, os ancestrais dos miji-kenda, estabeleceram-se em grandes cidades fortificadas (os *kaya*), atrás das principais cidades portuárias do Quênia[57].

Mais a oeste, os movimentos populacionais tinham começado muito mais cedo, talvez por volta do ano 1000, com a migração dos luo ao longo do Nilo Branco. Não possuímos informações seguras referentes ao que se passou antes no leste do Nilo. Mas é certo que um grande número de comunidades se des-

55 F. Bontinck, 1980; J. C. Miller, 1973 e 1976.

56 J. K. Thornton, 1978; A. Wilson, 1979.

57 Ver os capítulo 24 e 25. ver também T. T. Spear, 1978.

locou, notadamente o grupo chamado karamojong, e, mais a leste, os turkana, bem como nilotas do sul, tais como os nandi e os masaï. Todos esses povos, salvo os luo, praticavam essencialmente a criação de animais como os oromo e os somalis. Estavam todos à procura de terras "livres", isto é, terras com uma densidade populacional relativamente baixa, que eles exploravam de modo mais intensivo que os caçadores-colhedores ou que os criadores que as ocupavam anteriormente[58]. Seus deslocamentos dependiam, em uma larga medida, das condições naturais. Os luo tinham necessidade de terras bem irrigadas, os karamojong buscavam chuvas mais abundantes que os nilotas do sul e os masaï que, por sua vez, não podiam viver em regiões tão secas como os nômades criadores de camelos, os somalis e os oromo meridionais. Esses últimos, que criavam bovinos em seu país de origem, puderam ocupar as novas terras tornando-se criadores de camelos. Este caso de um grupo que mudou seu modo de vida é excepcional. Em geral, cada população se caracterizava pela exploração de recursos próprios a um meio determinado e por uma organização defensiva que se baseava em uma divisão por faixas etárias. Ela se esforçava, além disso, para ocupar um território tão grande quanto possível. Entretanto, em certos casos, no fim das expansões, conflitos armados opuseram comunidades que tinham o mesmo tipo de economia: assim os luo do Quênia tomaram as terras de seus vizinhos no século XVIII e diferentes grupos masaï disputaram terras no século XIX. Tais conflitos se explicam manifestadamente por uma pressão demográfica forte demais.

Esses movimentos populacionais atêm-se, ao menos até o século XVIII, à história da ocupação das terras marginais. As terras com melhor irrigação, às margens do Nilo, foram originalmente ocupadas por agricultores que também criavam animais. Eles repeliram todos aqueles que chegaram depois. Estes, estabelecidos em terras piores, buscaram ampliar o território, frequentemente entrando em concorrência na medida em que seu número aumentava. Essa mobilidade ressalta a estabilidade que prevalecia, na mesma época, na maior parte do continente. Na verdade, quase por toda parte, vastas regiões eram ocupadas por pessoas cuja economia era adaptada ao meio natural e à densidade populacional. No conjunto do continente, o ser humano havia dominado o espaço, salvo nas terras marginais onde o combate prosseguia.

Houve uma hipótese de que a seca tinha desempenhado um papel primordial nos movimentos populacionais do nordeste da África[59]. É verdade que o clima

58 Ver os capítulos 26 e 27.

59 Ver o capítulo 26.

africano tornou-se mais seco, em correlação com uma pequena era glacial que teria durado de 1450 a 1750. Sahel ocidental conheceu igualmente a seca nesta época. O desmoronamento do Songhai, ocupado em seguida (sem sucesso) pelos marroquinos[60], teve por consequência a considerável expansão que conduziu os tuaregues ao sul do Arco do Níger, onde eles se chocaram com os fulbe. Mas esses deslocamentos não tiveram a mesma extensão que os do nordeste da África. Mesmo a progressão dos mouros ou a evacuação da região do Aïr pelos haussas de Gobir que se retiraram rumo ao sul, ainda que possam ser atribuídas à aridez, não se deram menos como deslocamentos regulares de fronteiras culturais e étnicas em relação com uma variação dos limites climáticos. Os homens conservavam o domínio de seu espaço. Os grandes movimentos populacionais iniciados pelos banū hilāl, pelos banū sulaym por outros grupos árabes no Sudão e no Chade chegaram ao fim. Mesmo as condições climáticas desfavoráveis entre 1600 e 1750 não mudaram, em seu conjunto, o modo de ocupação do solo, explorado de modo extensivo. A seca, não mais que o desmoronamento do poderoso império etíope, provavelmente não basta para explicar a mobilidade geral da população do nordeste da África. O que nos parece fundamental são antes as tensões que existiam entre, de um lado, regiões de população relativamente densa, como o cerne do país Oromo, e talvez as montanhas da Etiópia meridional do lado do Nilo; e, do outro lado, regiões menos povoadas como o norte de Uganda e do Quênia, e os riftes do Quênia e da Tanzânia. Em 1700, essas últimas regiões tinham sido ocupadas por novas comunidades que, por seu sistema econômico e por sua organização social, podiam atingir uma densidade relativamente elevada.

Em outros lugares, os movimentos populacionais eram muito menos importantes. No extremo sul da África, os trekboer colonizavam o espaço rural aberto de Karoo, expulsando ou massacrando os criadores de animais desta região e, na Namíbia, os herero e os namib espalhavam-se em detrimento dos autóctones san e dama. As margens do Kalahari eram povoadas, como as terras áridas do norte de Uganda e do norte do Quênia. Mais ao sudeste, um desequilíbrio considerável começava a se manifestar: a população desta região crescia demais em relação aos recursos. Os primeiros sinais de instabilidade foram talvez os deslocamentos dos tonga rumo ao norte, em direção ao sudeste do Zimbábue, e as migrações de bandos saqueadores no próprio Zimbábue. Na mesma época, o sul do Zimbábue parou de receber comunidades vindas do norte, onde as terras

60 Ver os capítulos 11 e 16.

eram melhores[61]. No século XIX, o primeiro grande movimento populacional partiu de lá.

Durante todo o período que nos interessa, na floresta tropical da África Central e na savana da atual República Centro-Africana, populações se deslocavam em massa, mas lentamente, para manter uma justa relação entre o número de habitantes e a quantidade de recursos. Nós falamos da corrente migratória dos grupos mongo que, partindo de centros fortemente povoados próximos do equador, dirigiram-se rumo ao sul. A imigração levou à formação do reino kuba e das poderosas sociedades situadas ao norte do Kasaï inferior. Mais a leste, grupos de língua mongo se estabeleceram em partes pouco povoadas da savana. Diversos centros de povoamento assaz denso se constituíram entre o Zaire e o Oubangui. Uma população como a dos ngbandi, do vale do Oubangui, podia então se estender ainda rumo ao sul além do rio. Mas, no século XVIII, apareceram sinais de superpopulação relativa e a segunda metade do século viu o nascimento de um novo povo, os zande. Eles se estenderam rapidamente a leste no sentido do Nilo, fundando sucessivamente várias sociedades. Nas pradarias da atual República Centro-Africana e de Camarões, agricultores, notadamente os gbaya e os banda, deslocavam-se lentamente, mas é um movimento sobre o qual nossos conhecimentos são ainda muito limitados[62]. No oeste da floresta tropical da África Central, uma corrente migratória constante conduzia a população da região do confluente do Mbam e da Sanaga rumo a regiões menos povoadas, a sul e talvez também a oeste, ao passo que, partindo de um pequeno centro de povoamento da Guiné equatorial, outras comunidades se dirigiam para o norte[63].

Como em seus deslocamentos, as diferentes populações tinham sempre em vista sua própria densidade e a das populações vizinhas, pequenas correntes migratórias produziram-se quase por toda parte, mesmo na África do Oeste e do Norte, como vemos nos capítulo que tratam da história de cada região. Essas expansões se davam com mais ordem que as das migrações em massa, o que é indício de uma verdadeira estabilidade.

A maior parte dos pequenos movimentos populacionais atinha-se à formação ou à queda de um Estado. Na África Ocidental, o desmantelamento do Estado Jolof, por volta de 1520, não provocou nenhum, mas foi o declínio do império do Mali que parece ter levado os soso (susu), os baga e os nalu a deixarem o Futa Djalon e os mane a emigrarem em bandos para a Libéria e Serra Leoa, que

61 Ver o capítulo 23.

62 Ver o capítulo 18.

63 D. Birmingham e P. Martin, 1983; P. Burnham, 1975 e 1980, p. 10-39.

eles arrasaram em parte antes de fundar, ali, novas sociedades e de dar origem a novas culturas. Essa é a origem dos mande, por exemplo. O desenvolvimento dos Estados mossi sem dúvida não é estranho ao estabelecimento dos dogon, vindos do sul, sobre as falésias de Bandiagara, nem à fundação, mais ao sul, de Gonja por bandos mande. A formação do Estado ashanti levou os akwamu da região do Volta a se deslocarem em uma curta distância e, consequência mais importante, levou grupos baoulé e agni a se estenderem rumo a sudeste[64]. Os bandos de guerra tyokosi, que deviam se estabelecer no norte do Togo, compreendiam homens do ashanti e do mande, e faziam guerra por conta de um dos reinos mossi.

Na África Central os movimentos que conhecemos são menos numerosos. A expansão do império do Lunda, em seguida a do reino yaka do Kwango provocaram a migração de bandos armados, dentre os quais os mais conhecidos são aqueles do Lunda meridional e o que fundou o reino de Kazembe. Várias comunidades, que vivem hoje próximas do 5º paralelo sul entre o Kwango e o Kasaï, começaram antes do século XIX a se deslocar para essa região, talvez em função de incursões dos yaka e dos lunda, talvez também porque as terras desta região fossem melhores e as chuvas mais regulares que em seu país de origem[65]. No Malaui, bandos armados iniciaram seu movimento de maneira espetacular após a criação dos Estados maravi e lunda por volta de 1600[66]. Saindo do Malaui, os zimba saquearam de início o norte de Moçambique e a região do interior de Kilwa. Eles teriam em seguida – mas seria o mesmo bando? – saqueado as terras costeiras rumo ao norte até Malindi e além. Um outro bando estabeleceu-se nas montanhas do Zimbábue, mas foi destruído em seguida. Não se pode, em geral, ligar com certeza as pequenas expansões e incursões dos povos do Zimbábue ao desenvolvimento ou declínio de um Estado. Há algumas exceções: a expansão dos manyika rumo às montanhas desérticas do Inyanga e três expedições de menor importância partidas do Estado de Changamira. No Zimbábue, os outros pequenos movimentos populacionais tinham principalmente por fim a colonização de terras pouco povoadas, situadas no sul. É sem dúvida em Madagascar que se vê mais claramente como os movimentos populacionais podiam se ligar à formação de sociedades e reinos, por exemplo, as migrações dos maroserana, aos quais se juntaram algumas comunidades, enquanto outras deles fugiam. Em 1500, a população da ilha conservava uma grande mobilidade pois havia

64 Ver os capítulos 10, 11, 12, 13, 14 e 15. ver também C. H. Perrot, 1982.

65 Ver os capítulos 19 e 20.

66 Ver os capítulos 21 e 22. ver também D. N. Beach, 1980*a*.

ainda terras desocupadas. Em 1800, a maior parte da ilha estava organizada em Estados de diferentes tipos. O espaço tinha sido dominado. Entretanto, neste processo, a formação dos Estados desempenhara um papel mais importante em Madagascar que em outras regiões da África[67].

No continente, a formação de Estados limita-se a uma parte da Tanzânia central, à Tanzânia meridional e ao norte de Moçambique. Nessas regiões, a formação dos Estados bena, sangu, hehne, makua (makwa), lundu e yao, e a unificação de certos Estados nyamwezi contribuíram para fixar a população[68].

A considerável extensão das rotas comerciais ao sul do Saara levou a novas diásporas e amplificou as antigas. Ela provocou também outros movimentos populacionais, que se deram mais frequentemente em curtas distâncias. As diásporas mais bem conhecidas são, de oeste a leste, as dos jahanka, dos joola, dos yarse, dos haussas, dos bobangui, dos vili, dos hungaan, dos bisa, dos yao, e dos suaílis. É preciso acrescentar as diásporas européias: os franceses para a costa do Senegal, os portugueses para Luanda e Moçambique, os agentes dos portugueses (lançados, pombeiros e o pessoal dos prazos) e os holandeses do Cabo foram os europeus cujo estabelecimento teve a maior influência sobre o continente africano durante esse período.

As diásporas européias e africanas participaram cada vez mais do tráfico de escravos na medida em que as rotas comerciais eram mais frequentadas, mais bem organizadas e que penetravam mais ao interior das terras. A população que vivia na proximidade dessas rotas se deslocava às vezes para se aproximar ou, ao contrário para se distanciar. Assim, os itsekiri estendiam-se rumo à costa vizinha a fim de atingir a rota marítima que conduzia ao Benin. Os efik, que viviam perto de Arochuku, estabeleceram-se no Old Calabar, no Cross River, onde fundaram um porto importante[69]. Os duala (douala) desceram o curso do Wouri por razões similares no século XVIII. Numerosos habitantes do Gabão se aproximaram progressivamente do delta do Ogooue para participar ativamente do comércio. Outras comunidades, ao contrário, distanciaram-se das rotas comerciais em direção à Ngounié[70]. A que vivia entre o Kwongo e o Kasaï parece ter fugido dos mercadores e dos ladrões, ao passo que os bemba da Zâmbia aproximaram-se de uma rota comercial estabelecida no século XIX. Numerosos habitantes do Zimbábue parecem ter se afastado da agitação criada pelas feiras

67 Ver o capítulo 28.

68 Ver o capítulo 27.

69 Ver o capítulo 15.

70 Ver o capítulo 18.

portuguesas com a colonização do sul. Todos esses movimentos populacionais eram limitados. Eles representavam somente o esforço de certos grupos para se adaptarem ao desenvolvimento do comércio e a uma vasta reorganização das relações sociais e políticas. Movimentos do mesmo gênero produziram-se próximos às rotas comerciais e novos centros políticos da África do Norte.

Conclusão

Em 1500, os homens tinham dominado o espaço já há muito tempo na maior parte da África e exploravam de uma maneira ou de outra a totalidade do solo. Como na maior parte do continente a densidade populacional era baixa, as expansões resolviam os problemas devidos a uma utilização excessiva do solo. A principal exceção era a que podia ser vista na África Oriental, do Chifre ao rio Zambeze, contando Madagascar, mas deixando de lado a região dos Grandes Lagos. A metade norte desta zona caracterizava-se por migrações em massa, por novos modos de povoamento e pela rápida expansão de várias comunidades de criadores de animais. Na metade sul, contando Madagascar, onde a cultura do solo ocupava um lugar mais importante que no norte, uma nova organização social e a formação de um sistema de reinos e chefias contribuíram para fixar a população e para intensificar a exploração do solo.

As secas e a fome não bastam para explicar as migrações em massa e as expansões rápidas que ocorreram na metade norte desta zona. De fato, na África do Oeste e do Norte, as populações vizinhas do Saara reagiram a secas semelhantes apenas com lentas expansões.

O crescimento demográfico sem dúvida não teve consequências graves na totalidade da África durante este período porque ele era facilmente compensado pelos movimentos populacionais. As novas técnicas que, ao intensificar a exploração do solo, permitiam o crescimento populacional, aparecem somente em pontos isolados: a Baixa Casamansa, o país Igbo, as pradarias de Camarões, onde se cultivavam diversos vegetais, as montanhas da região dos Grandes Lagos, na borda do rifte ocidental onde se praticavam a irrigação e a cultura intensiva de bananas, o platô kukuya onde se aplicavam novos métodos de fertilização, ou ainda o vale do alto Zambeze, cujas cheias serviam para a irrigação, enfim, todas essas regiões eram e são ainda exceções na África Ocidental e Central. O que se praticava há milênios era uma cultura intensiva nos oásis da África do Norte e no Egito, onde se encontra o maior oásis do mundo. É impossível explicar aqui detalhadamente por que o crescimento demográfico

não foi mais considerável, mas é necessário ao menos lembrar que um grande número de africanos deixaram o continente, notadamente por causa do tráfico de escravos para a América. É notável que a África Ocidental e Central, onde o tráfico ocorreu, tenha conhecido uma estabilidade maior que a África Oriental, e que, se o tráfico provocou movimentos secundários, ele não tenha causado a redistribuição maciça da população.

Fora da África Oriental, a mobilidade populacional dependia essencialmente do crescimento e do declínio dos Estados e da extensão das redes comerciais. Apesar da desaparição de alguns dos principais Estados do Sahel na África Ocidental, os diferentes Estados da África exerciam seu domínio sobre uma maior parte do continente no fim do século XVIII do que no início do século XVI. Tumultos produziam-se nas fronteiras de cada novo Estado no momento de sua formação.

A África do Oeste e a do Norte possuíram, bem antes do século XVI, uma rede extensa de rotas e estabelecimentos comerciais. Havia igualmente algumas rotas comerciais na África Central, mas elas se multiplicaram somente nos séculos XVII e XVIII. É nesta época que elas ligaram pela primeira vez o Atlântico ao Oceano Índico. As diásporas proliferaram com a expansão do comércio. A exploração dos recursos pôde ser feita em maior escala, mesmo do ponto de vista político, os Estados estenderam-se por territórios mais vastos que as sociedades ou as confederações de povoados. As rotas comerciais, ao ligar a África aos outros continentes, submetiam-na à hierarquização do espaço mundial, isto é, a uma organização que, após 1500, seria cada vez mais dominada pela Europa.

É preciso estudar em um contexto temporal mais amplo os três séculos que nós aqui consideramos. A população da África conheceu uma estabilidade muito maior e dominou de modo muito mais efetivo o espaço durante este período que durante os cinco séculos precedentes. No século XIX, na sequência de um crescimento demográfico na África Austral, que somente uma revolução técnica teria podido compensar, a África Austral e Oriental veriam alterações drásticas em função do *Mfecane*. Mas a instabilidade não se estendeu ao resto do continente. Os africanos tinham obtido sucesso, em seu conjunto, na empreitada de dominar o espaço bem antes do século XVI. A relação entre a população, os recursos da terra e as técnicas asseguravam uma situação estável na qual um emaranhado de elaborações culturais em que complexidades culturais como a urbanização floresceram.

Entretanto, como este capítulo igualmente mostrou, ainda conhecemos mal os movimentos populacionais. No que concerne à África, a demografia histórica

e a história das técnicas estão somente em seu início. Temos necessidade de dados mais numerosos e, sobretudo, é preciso que se substituam noções vagas como "migração" por instrumentos de análise muito mais precisos. Poderemos, então, descrever melhor um elemento fundamental da história da África: a lenta e progressiva colonização do continente por parte de seus habitantes.

CAPÍTULO 4

A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico

J. E. Inikori

No Mediterrâneo Antigo, certamente houve, porém, de forma isolada, vendas de escravos oriundos da África subsaariana, mas somente no século IX ocorreu o desenvolvimento, de forma significativa, da exportação de escravos provenientes da África negra rumo ao resto do mundo[1]. Esse tráfico atendeu principalmente a região em torno do Mediterrâneo (inclusive a Europa Meridional), o Oriente Médio e algumas regiões da Ásia. Tal comércio durou vários séculos, haja vista que somente se extinguiu no começo do século XX. Todavia, as "quantidades" anuais assim exportadas nunca foram relevantes. Por outro lado, a partir do momento em que o Novo Mundo, após a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, abriu-se à exploração européia, um tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores, se superpôs ao antigo tráfico: trata-se do tráfico transatlântico de escravos, praticado do século XVI até meados do século XIX. Os dois tráficos perpetuaram-se simultaneamente durante quase quatro séculos e arrancaram milhões de africanos de sua pátria. Até hoje, o papel desse comércio no desenrolar da história mundial ainda não foi devidamente evidenciado.

Vale observar que o tráfico de escravos não se limitou à África. De fato o mundo conheceu desde o Império Romano a escravidão e o tráfico humano em larga escala. Os documentos históricos permitem facilmente constatar que

1 R. A. Austen, 1979; R. Mauny, 1971.

todos os povos do mundo venderam como escravos, em regiões longínquas e no curso de uma ou outra época, alguns de seus conterrâneos. Aprendemos, assim, que a missão enviada no século VI para converter o povo inglês ao cristianismo estava ligada à venda, no mercado de Roma, de crianças inglesas, vítimas das freqüentes lutas entre os povos anglo-saxões que vendiam, como escravos, os prisioneiros capturados durante seus combates[2]. Situação idêntica verifica-se em outros territórios europeus. Durante séculos, as etnias da Europa Oriental e Central (e, sobretudo os eslavos, cujo nome deu origem à palavra "escravo") forneceram escravos ao Oriente Médio e à África do Norte.

Todavia, do ponto de vista da história mundial, o comércio de exportação de escravos africanos, especificamente no quadro do tráfico transatlântico, representa, sob vários aspectos, um fenômeno único. Sua própria amplitude, sua extensão geográfica e seu regime econômico – em termos de oferta, emprego de escravos e dos negócios com os bens por eles produzidos – são os traços distintivos do tráfico de escravos africanos comparativamente a todas as outras formas de comércio de escravos.

A dificuldade em determinar o seu exato papel na história do mundo está diretamente ligada à questão das origens históricas da ordem econômica mundial contemporânea. A controvérsia que tal questão suscita depende de alguns fatores: em primeiro lugar, da tirania exercida sobre os pesquisadores, por diferentes paradigmas que condicionam seus respectivos modos de pensar; em seguida, do efeito das influências políticas sobre as teses dos cientistas; enfim, da inexatidão tocante às informações colocadas ao dispor de muitos estudiosos. A título de exemplo, lembraremos as opiniões de alguns eminentes cientistas sobre esse tema.

Em sua análise sobre as origens históricas da ordem econômica internacional, o economista negro W. A. Lewis, agraciado com o prêmio Nobel por seus trabalhos, afirma que "teria sido mínima a contribuição do Terceiro Mundo para a Revolução Industrial da primeira metade do século XIX[3]". Na perspectiva inversa, ou seja, relativamente aos efeitos da evolução da economia internacional sobre as economias do Terceiro Mundo, Bill Warren declara: "Nada comprova que um processo qualquer de subdesenvolvimento tenha ocorrido nos tempos modernos, em particular desde que o Ocidente se impôs frente aos outros continentes.

2 Relata-se que um monge romano, ao ver um dia uma criança inglesa vendida no mercado de Roma, ficou entristecido ao saber que os ingleses não eram cristãos. Mais tarde, esse monge, que se tornou papa sob o nome de Gregório o Grande, ordenou que, em 596, um grupo de monges fosse evangelizar o povo inglês. Ver T. Cains, 1971, p. 50.

3 W. A. Lewis, 1978, p. 6.

Antes, os fatos tenderiam a fortalecer uma tese oposta, a saber, que um processo de desenvolvimento interveio, ao menos desde a revolução industrial inglesa, de forma acelerada, comparativamente a todos os períodos anteriores, cujas origens encontram-se diretamente ligadas à influência do Ocidente [...][4]".

Por sua vez, em uma perspectiva política, P. T. Bauer, especialista em economia do desenvolvimento, declarou: "Ao aceitar as eternas acusações que o identificam formalmente como o responsável pela pobreza do Terceiro Mundo, o Ocidente apenas expressou e cultivou seu sentimento de culpa. Eis o que enfraqueceu a diplomacia ocidental, tanto junto ao bloco soviético, muito mais ofensivo no plano ideológico, quanto no Terceiro Mundo. Dessa forma, o Ocidente veio a se rebaixar perante países com insignificantes recursos e sem verdadeiro poder. Porém, pode-se comprovar que essas alegações carecem de fundamento. Elas só são aceitas sem discussão porque o público ocidental não conhece concretamente o Terceiro Mundo e, também, em razão de um sentimento de culpa bastante difundido. O Ocidente nunca se deu tão bem, ao passo que nunca se sentiu tão mal[5]".

Tais opiniões, sob hipótese alguma majoritárias, encontram-se, contudo, na obra de vários autores estudiosos do tema. Podem-se destacar, em cada uma dessas opiniões, traços dos três fatores acima mencionados, mas é particularmente notável constatar que nenhuma delas leve em consideração o tráfico transatlântico de escravos africanos. Tal omissão, bastante freqüente nos estudos sobre as origens históricas da ordem econômica mundial contemporânea, talvez se deva ao fato dos historiadores do tráfico de escravos africanos não terem encarado seus efeitos em escala mundial.

Neste capítulo, tentaremos analisar as consequências do tráfico negreiro no contexto evolutivo da ordem econômica mundial, a partir do século XVI, com o objetivo de melhor compreender as questões econômicas internacionais de nossa época. Pode-se definir a ordem econômica como um sistema singular de relações econômicas, englobando vários países aos quais tal ordem, simultaneamente, atribui funções e concede recompensas, através de mecanismos próprios a uma rede de trocas comerciais. Em seus diferentes países membros ou sub-regiões, o desenvolvimento desse conjunto de relações econômicas internacionais gera uma evolução nas estruturas econômicas, sociais e políticas, permitindo a esse sistema continuar funcionando unicamente pelo jogo das forças de mercado. Ao alcançar este ponto, o sistema não pode mais sofrer importantes modificações,

4 B. Warren, 1980, p. 113.

5 P. T. Bauer, 1981, p. 66.

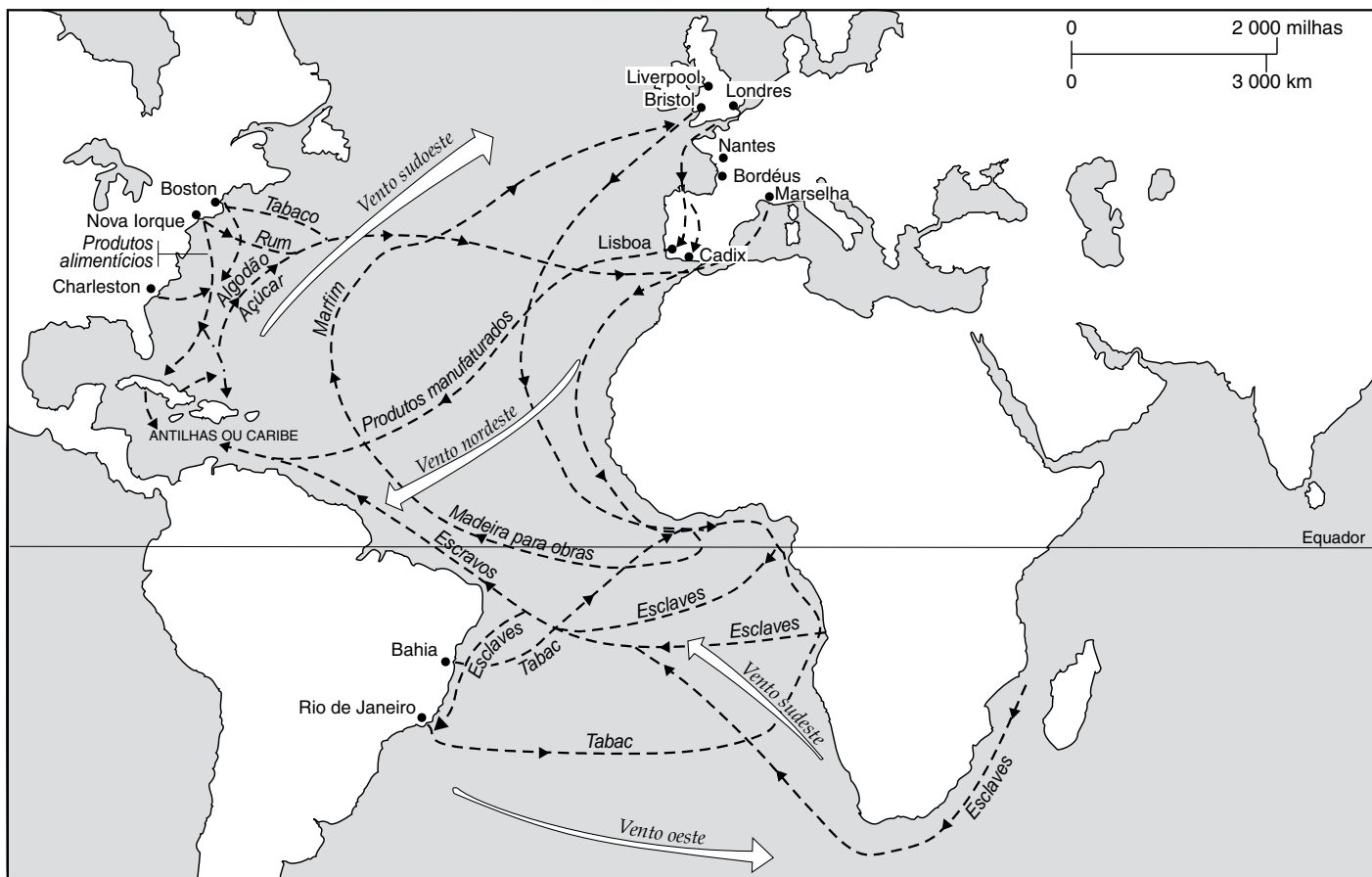



Figura 4.1 O comércio atlântico no século XVIII e no início do século XIX. Fonte: segundo A. G. Hopkins, 1973. Mapa reproduzido com a amável autorização do Longman Group UK Ltd.

senão por uma intervenção política deliberada, eventualmente ocasionada por mudança de regime, em um ou mais países que o compõem.

Partimos, aqui, da ideia segundo a qual uma primeira ordem econômica, atribuidora de coesão a grande parte do mundo e composta por várias regiões – Europa Ocidental, América do Norte, América Latina, Antilhas e África – apareceu no século XIX, na zona do Atlântico. A Europa Ocidental e, mais tarde, a América do Norte formaram o centro dessa ordem, ao passo que a periferia era constituída pela América Latina, pelas Antilhas e pela África. Tal configuração traçou o perfil das estruturas econômicas, sociais e políticas dessa ordem. A extensão, nos séculos XIX e XX, da ordem econômica atlântica à Ásia e ao resto da Europa resultou na ordem econômica mundial moderna que, desde então, só sofreu mudanças, por assim dizer, de pequena envergadura. Vale observar que, mesmo no âmbito da ordem ampliada, a posição central ou periférica das regiões que a compõem permaneceu inalterada, comparativamente ao século XIX. A evolução dos séculos XIX e XX somente acrescentou um ou dois novos territórios aos dois centros, enquanto a periferia se estendeu consideravelmente.

Nesse capítulo, tentaremos, sobretudo, demonstrar que o tráfico de escravos da África teria sido um fator primordial para o advento da ordem econômica atlântica do século XIX. No desenvolvimento desse argumento, buscaremos, por um lado, evidenciar o papel desse tráfico e da escravidão praticada na América, no quadro da transformação capitalista da América do Norte e da Europa Ocidental (particularmente da Grã-Bretanha), além de, por outro lado, ressaltar a influência desses mesmos fatores no surgimento de estruturas de dependência na América Latina, no Caribe e na África, por volta de meados do século XIX. Por falta de espaço e em razão da extensão da zona considerada, não será possível entrar em detalhes na questão das sub-regiões. Portanto, a análise centrar-se-á essencialmente sobre os grandes problemas gerais.

Metodologia

Quando se trata de estudar a sociedade, defrontamo-nos com uma questão capital, prejudicial à comunicação entre especialistas e eventualmente geradora de violentas divergências, a saber, a questão relativa à definição dos quadros de referência conceituais, diferentes em função de cada pesquisador e criadores de uma perspectiva distinta no tocante às mesmas realidades sociais. Eis o que explica, em grande parte, as controvérsias em que se perdem as discussões sobre o subdesenvolvimento e a dependência e das quais encontram-se indícios nas opiniões acima

citadas. Na base dessas divergências, destaca-se a questão de saber se é conveniente, ou não, para as necessidades de análise, considerar as mudanças sociais como um conjunto. Na prática, a atitude dos pesquisadores a esse respeito parece depender, para muitos dentre eles, do arcabouço conceitual colocado à sua disposição. Por um lado, aplica-se uma visão indiferenciada sobre todas as mudanças sociais, consideradas como fontes de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, particularmente junto aos teóricos do subdesenvolvimento e da dependência, as mudanças sociais diferenciam-se, entre si, em função dos caminhos por elas tomados, um deles levando ao desenvolvimento econômico e, o outro, ao subdesenvolvimento e à dependência. Todavia, em ambos os casos, tratam-se de mudanças e podem, portanto, servir de estudos em uma perspectiva histórica.

No que diz respeito aos processos históricos que levaram ao estado atual das economias nacionais do mundo, a visão indiferenciada sobre a mudança social revela-se incapaz de oferecer uma explicação satisfatória. Todas as sociedades sofreram mudanças ao longo dos séculos. Se qualquer mudança social levasse, afinal de contas, ao desenvolvimento econômico, a maioria das economias do mundo deveria estar agora desenvolvida. Ora, segundo todas as definições reconhecidas do "desenvolvimento econômico", apenas algumas delas podem atualmente ser consideradas consolidadas. Em sua grande maioria, essas sociedades ainda se encontram em uma situação a partir da qual somente podem desenvolver-se, um dia, através de medidas absolutamente drásticas, tais como aquelas tomadas pela Rússia stalinista ou pela China. Por conseguinte, ao longo dos séculos, as mudanças sociais que conduziram essas sociedades à sua atual situação representam um fenômeno diferente daqueles referentes à processos de desenvolvimento. Trata-se de um processo histórico que, segundo alguns analistas, possui características de um processo de subdesenvolvimento e de dependência, que podem ser distinguidas do processo de desenvolvimento.

Examinemos de perto a abordagem dos teóricos do subdesenvolvimento e da dependência. A mudança social esta na base da estruturação social e política. Uma certa combinação das estruturas econômicas, sociais e políticas favorece o desenvolvimento econômico, mas outros pelo contrário constituem obstáculos. Os processos de mudança social que engendram estruturas favoráveis ao desenvolvimento devem ser vistos como processos de desenvolvimento, ao passo que os outros seriam os geradores de estruturas que constituem, de forma definitiva, entraves a esse mesmo desenvolvimento. Esses obstáculos, unicamente superáveis mediante intervenções políticas rigorosas, devem ser considerados como processos de subdesenvolvimento e de dependência. Portanto, é possível distinguir, analiticamente, três tipos de economias: não desenvolvida, desenvolvida e subdesenvolvida.

Para o entendimento da análise a seguir, é preciso definir esses três termos. Por economia desenvolvida, entende-se uma economia que possui sólidas ligações internas, estruturais e setoriais, apoiando-se em uma técnica evoluída e em estruturas sociopolíticas as quais permitem um crescimento autônomo[6]. A expressão "economia subdesenvolvida e dependente" significa, por sua vez, uma economia privada de articulações estruturais e setoriais, em função da existência de certas estruturas internas, herdadas de relações internacionais anteriores cuja natureza torna extremamente difícil, senão impossível, a implementação de uma técnica evoluída e de sólidas ligações internas, setoriais e estruturais, gerando assim uma situação na qual a expansão ou a contração da economia depende inteiramente do exterior[7].

Por fim, a economia não desenvolvida é aquela que não possui, nem as estruturas do desenvolvimento, nem tampouco aquelas do subdesenvolvimento e que permanece, portanto, livre para facilmente tomar tal ou qual direção, em função do tipo de oportunidade apresentada[8].

Para entender os efeitos globais do processo de criação da economia internacional, é necessário atenciosamente estudar, nas diferentes economias em questão, o tipo de estruturas econômicas, sociais e políticas geradas por esse processo. Em seguida, poder-se-á determinar quais dentre essas estruturas correspondem ao desenvolvimento, ou em contrário, ao subdesenvolvimento e à dependência. Para isso, é particularmente útil recorrer a uma importante hipótese dos teóricos do subdesenvolvimento e da dependência, segundo a qual, na época

6 Por ligações estruturais, entendemos aquelas que existem, no interior de um setor mineiro e industrial, entre a extração mineira, a indústria de bens de equipamento e a indústria de bens de consumo. Por ligações setoriais, referimo-nos a ligações entre o setor industrial e mineiro, a agricultura, os transportes e o comércio. Para que uma economia possa ser qualificada como desenvolvida, é preciso que os diferentes ramos da indústria estejam plenamente desenvolvidos e ligados entre si e que todos os setores da economia estejam solidamente integrados. Trata-se do único meio para manter um crescimento autônomo e eliminar a dependência.

7 Deve-se distinguir a situação de dependência total em relação ao exterior daquela de interdependência entre as economias pertencentes ao sistema de comércio mundial. Como afirma T. dos Santos (1973 p. 76): "Uma relação de interdependência entre duas ou várias economias, ou entre essas economias e o sistema comercial mundial, torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem impulsionar de forma autônoma a sua expansão, enquanto outros, encontrando-se em situação de dependência, apenas podem garantir a sua através daquela dos países dominantes [...]."

8 Não se deve confundir esse tipo de economia com as economias subdesenvolvidas. B. Warren (1980, p. 169) está certamente enganado ao afirmar que "não é necessário abandonar a ideia segundo a qual o subdesenvolvimento consiste na ausência de desenvolvimento, medido em termos de pobreza em relação aos países capitalistas evoluídos". Ainda em uma perspectiva literária, o termo subdesenvolvimento somente adquire seu pleno sentido quando designa um processo de transformação capitalista bloqueado e, conseqüentemente, inacabado. Essa situação não pode ser assimilada ao estado de atraso natural subjacente à noção de não-desenvolvimento.

mercantilista[9], a transformação capitalista, nos países que formariam os nódulos centrais da economia mundial em formação, produziu, simultaneamente, uma consolidação e um novo prolongamento das formações sociais pré-capitalistas, nos territórios convocados a formarem a periferia[10].

Se isto fosse verdade, o desenvolvimento dos países nas zonas centrais teria produzido simultaneamente as estruturas de dependência e subdesenvolvimento na periferia. O presente capítulo organiza-se em torno desta hipótese para confrontá-la aos fatos históricos.

A amplitude do tráfico dos escravos africanos

Não é possível avaliar, com exatidão, o papel histórico mundial do tráfico de escravos da África, senão através de uma estimativa, a mais próxima possível da realidade, do volume desse comércio ao longo dos séculos. A esse respeito, consideráveis progressos foram feitos, a partir de estimativas publicadas em 1969, por P. D. Curtin[11], na avaliação de sua parte mais importante, isto é, o tráfico transatlântico. Desde então, outros especialistas publicaram resultados de pesquisas detalhadas, apoiando-se em diferentes elementos de tais estimativas. A tabela 4.1 oferece uma comparação dessas estimativas com aquelas de Curtin, para os componentes correspondentes[12].

Essa tabela permite igualmente constatar que todos os resultados das pesquisas efetuadas, desde 1976, tendem a comprovar a subestimação dos números de Curtin. Grande parte do tráfico transatlântico de escravos ainda não foi detalhadamente estudada. As pesquisas dedicadas, por David Eltis, às importações brasileiras de escravos, entre 1821 e 1843, mereceriam ser estendidas aos séculos XVI, XVII e XVIII. O volume das exportações de escravos realizadas pela Grã-Bretanha, nos séculos XVI e XVII, ainda não foi alvo de uma contagem minuciosa. O mesmo verifica-se no tocante a várias outras partes do tráfico.

9 O período 1500-1800 é habitualmente considerado como a era do mercantilismo, marcada essencialmente pela luta, entre países da Europa Ocidental, pela dominação, em seu exclusivo proveito, do comércio mundial, então em plena expansão.

10 Segundo a análise de Marx, as formações sociais pré-capitalistas são constituídas pelo modo de produção comunista primitivo, pelo modo de produção antigo, pelo modo de produção baseado no escravismo e pelo modo de produção feudal. Existem algumas outras variantes dos modos de produção pré-capitalistas. Para uma análise útil dos problemas colocados pelas formações sociais pré-capitalistas, ver J. G. Taylor, 1979.

11 P. D. Curtin, 1969.

12 J. E. Inikori, 1976; P. D. Curtin, R. Anstey e J. E. Inikori, 1976.

Autor	Componente estimado	Número estimado de escravos	Número estimado por Curtin sobre o mesmo componente	Porcentagem de diferença
J. E. Inikori	Exportações britânicas da África 1701-1808	3699572	2 480 000a	49.2
C. A. Palmer	Importações espanholas de escravos 1521-95	73 000	51 3000b	42.3
E. Vila Vilar	Importações espanholas de escravos 1595-1640	268 664	132 600c	102.6
L.B. Rout Jr.	Importações espanholas de escravos 1500-1810	1 500 000	925 100d	62.1
D. Eltis 1977	Exportações transatlânticas de escravos 1821-43	1 485 000	1 104 950f	34.4
D. Eltis 1979	Importações brasileiras de escravos 1821-43	829 100	637 000e	30
D. Eltis 1981	Exportações transatlânticas de escravos 1844-67	634 700	539 384g	17.7
R. Stein	Exportações francesas de escravos 1713-92/3	1 140 257	939 100h	21.4

a J. E. Inikori, 1976; P. D. Curtin, 1969, tabela 41, p. 142.
b J. E. Inikori, 1976; P. D. Curtin, 1969, tabela 5, p. 25.
c P. D. Curtin, 1969, tabela 5, p. 25.
d P. D. Curtin, 1969, tabela 77, p. 268.
e P. D. Curtin, 1969, tabela 67, (p. 234) e tabela 80 (p. 280).
f P. D. Curtin, 1969, tabela 67, (p. 234) e tabela 80 (p. 280).
g P. D. Curtin, 1969, tabela 67, (p. 234) e tabela 80 (p. 280).
h P. D. Curtin, 1969, tabela 49, p. 170.

Fontes: J. E. Inikori, 1976; C.A. Palmer, 1976, PP. 2-28; E. Vila Vilar, 1977b, PP.206-9; L. B. Rout Jr, 1976; D. Eltis, 1977, 1979, 1981; R.Stein, 1978; P. D. Cutin, 1969.

Tabela 4.1 Estimativa do volume do tráfico transatlântico de escravos, realizada desde 1976.

Quando essas pesquisas consumarem-se, poderemos dispor de números globais inteiramente sustentados pelos trabalhos de especialistas. Todavia, as estimativas resultantes das pesquisas realizadas, desde 1976, fazem nitidamente aparecer uma configuração que nos permite inferir, razoavelmente, estatísticas para o conjunto desse comércio. A respeito dessas estimativas, importa destacar sua abrangência sobre todos os séculos nos quais o volume do tráfico fora relevante. Portanto, as mais substanciais revisões para cima a serem feitas, a respeito das estimativas de Curtin, devem referir-se, sobretudo, aos séculos XVI e XVII, épocas para as quais estudos mais detalhados ainda são necessários.

Em função da amplitude e da distribuição das correções que se impuseram, após as pesquisas realizadas a partir de 1976, uma revisão de aproximadamente 40% para cima, nos números globais de Curtin, levaria a um nível razoavelmente próximo do real volume do tráfico transatlântico. O total, da ordem de 11 milhões de escravos exportados, ao qual chegaram as estimativas de Curtin, passaria assim a 15.400.000[13].

No que diz respeito ao tráfico pelo Saara, pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico, as estimativas disponíveis não são tão confiáveis, pois se baseiam em um conjunto de dados menos fidedignos, com exceção, todavia, daquelas de Raymond Mauny[14] e Ralph Austen[15]. Mauny contabiliza 10 milhões de escravos para o período 1400-1900 e Austen chega a um total de 6.856.000 para o período 1500-1890, ou seja, 3.956.000 para o tráfico transaariano e 2.900.00 para o tráfico do Oceano Índico e do Mar Vermelho. Em seu conjunto, as estimativas de Austen aparentemente sustentam-se em bases mais confiáveis e devem, conseqüentemente, gozar da preferência ante àquelas de Mauny. Assim, em termos gerais, chegamos a aproximadamente 22 milhões de indivíduos exportados da África negra em direção ao resto do mundo, entre 1500 e 1890.

13 Paul Lovejoy deu uma interpretação, no mínimo surpreendente, dos resultados dessas pesquisas. Ao invés de examinar a configuração das revisões provenientes de tais pesquisas e de proceder por inferência estatística, ele retém delas um conjunto discutível de números, mistura-os aos números de Curtin não revisados (que constituem uma importante proporção do total) e chega ao que ele denomina uma "nova estimativa". Segundo ele, essa nova estimativa confirma a exatidão das primeiras estimativas de Curtin. Ver P. E. Lovejoy, 1982. Além dos erros de apreciação de sua seleção, o fato mais curioso de sua "estimativa" consiste no emprego dos números de Curtin para confirmar a exatidão de seus próprios índices. Isso é ainda mais curioso se considerarmos as pesquisas realizadas a partir de 1976, as quais demonstram que, sem dúvida alguma, os números propostos por Curtin, para o período anterior a 1700, são aqueles merecedores das mais importantes revisões para cima. Ora, eles também são os mais usados por Lovejoy. Em minha opinião, seu método não é recomendável. Se formos obrigados a usar números globais em nossos diversos trabalhos, antes das pesquisas necessárias serem levadas a cabo, o melhor é recorrer à inferência estatística com base em resultados de pesquisas mais recentes.

14 R. Mauny, 1971.

15 R. A. Austen, 1979.

A transformação capitalista da Europa Ocidental e da América do Norte à época da escravidão e do tráfico de escravos

No momento do desembarque de Cristóvão Colombo nas Antilhas, em 1492, as economias da Europa Ocidental eram, por definição, subdesenvolvidas. A agricultura de subsistência e o trabalho artesanal independente permaneciam as atividades econômicas dominantes, isso em razão da proporção da população ativa nelas envolvida. As atividades manufatureiras faziam parte, ainda integralmente, da agricultura e, apenas parcialmente, ocupavam uma mão de obra agrícola consumidora direta da maior parte de sua produção. As estruturas sociais e políticas faziam com que a distribuição do produto social se encontrasse ainda regida por mecanismos de coerção extraeconômicos.

Contudo, durante três ou quatro séculos, antes da chegada de Colombo ao Novo Mundo, a Europa Ocidental passou por algumas importantes mudanças estruturais. Na Idade Média, o crescimento da população e sua redistribuição regional estimularam consideravelmente o comércio inter-regional e internacional. Conseqüentemente, tais fatores também permitiram importantes transformações institucionais em certo número de países[16]. Durante esse período, a produção voltada para os mercados interno e externo dos países da Europa Ocidental cresceu, enquanto a produção de subsistência começava a declinar. Inovações importantes foram introduzidas na organização das terras e do trabalho, de tal forma a racionalizar o seu uso e, mais especificamente, o direito de propriedade fundiária. Tais mudanças acompanharam-se de certa evolução nas estruturas sociais. Todos esses novos eventos, ocorridos entre o fim da Idade Média e 1492, contribuíram amplamente para permitir às economias da Europa Ocidental gozar das possibilidades ofertadas pelo advento do sistema atlântico, após o desembarque de Colombo nas Américas.

Nitidamente, todas as economias da Europa Ocidental participaram das mudanças ocorridas a partir do fim da Idade Média, porém, de forma bem diferente segundo os países. Foi a Inglaterra que, graças ao comércio da lã e à expansão demográfica, sofreu as mais notáveis mudanças observadas durante esse período[17].

16 Para uma estimulante discussão sobre estas mudanças ver D. C. North e R. P. Thomas, 1970 e 1973; D. C. North, 1981; R. S. Lopez, 1976; D. B. Grigg, 1980. Não podemos esquecer o debate aberto sobre o tema por R. Brenner, 1976; J. P. Cooper, 1978; M. M. Postan e J. Hatcher, 1978; P. Croot e D. Parker, 1978; H. Wunder, 1978; E. Le Roy Ladurie, 1978; G. Bois, 1978; R. Brenner, 1982.

17 J. E. Inikori, 1984.

Em resumo, se quisermos melhor entender o ocorrido entre os séculos XVI e XIX, existem dois elementos a serem destacados quanto à evolução da Europa Ocidental ao longo dos séculos anteriores ao advento do sistema atlântico. Por um lado, a comercialização de produtos oriundos da atividade econômica alastrou-se por toda Europa Ocidental, consolidando assim as leis de mercado – o que explica a facilidade com a qual as influências foram absorvidas, direta e indiretamente, por todos os sistemas econômicos da região. Por outro lado, muito sensíveis de um país a outro, os diferentes níveis das mudanças institucionais desse período estavam ligados a novas diferenças, relativas às possibilidades de acesso às perspectivas oferecidas pelo sistema atlântico, ao longo dos séculos seguintes. Isso explica a desigualdade nos ritmos de transformação capitalista nos países da Europa Ocidental, entre os séculos XVI e XIX.

Para analisar o impacto do nascente sistema atlântico sobre as economias da Europa Ocidental, convém distinguir dois períodos: de 1500 a 1650 e de 1650 a 1820.

Durante o primeiro período, as economias e as sociedades da região atlântica ainda não possuíam as estruturas necessárias para que as forças presentes no mercado assumissem totalmente o funcionamento de um sistema econômico único, capaz de dividir funções e lucros entre seus membros. Conseqüentemente, a Europa Ocidental usou sua superioridade militar para adquirir o domínio sobre os recursos de outras economias e sociedades da região. Em razão disso, o processo de transformação da Europa Ocidental, iniciado antes de Colombo, prosseguiu mais tarde, aproximadamente segundo o mesmo modelo, ou seja, a maioria das trocas internacionais de mercadorias ocorria dentro da Europa, pois que as riquezas do resto da zona atlântica não custavam nada, ou quase nada, à Europa Ocidental.

À época, sobretudo o ouro e a prata vieram a inundar a Europa Ocidental. Provinham principalmente das colônias da América espanhola, pois o comércio do ouro no oeste-africano enfraquecera-se à medida que o tráfico de escravos e a escravidão se ampliavam. Uma vez trazidos à Espanha, a prata e o ouro do Novo Mundo eram distribuídos por toda Europa Ocidental (as quantidades importadas entre 1503 e 1650 figuram na tabela 4.2).

A colocação em circulação do metal precioso como moeda de troca acelerou o processo de comercialização nas atividades econômicas da zona. É a interação entre o rápido aumento desse fluxo financeiro e a expansão demográfica contemporânea que produziu o fenômeno conhecido, na história européia, sob o nome de revolução dos preços no século XVI. As condições assim criadas desempenhariam um papel particularmente importante no advento

Período	Prata (oz)	Ouro (oz)
1503-10		175 133
1511-20		322 859
1521-30	5 256	172 453
1531-40	3 040 373	510 268
1541-50	6 263 639	880 323
1551-60	10 692 168	1 503 361
1561-70	33 258 031	406 740
1571-80	39 456 766	332 595
1581-90	74 181 368	426 881
1591-1600	95 507 751	686 107
1601-10	78 082 734	414 959
1611-20	77 328 761	312 383
1621-30	75 673 829	137 214
1631-40	49 268 753	43 739
1641-30	37 264 124	54 639

Fonte: C. M. Cipolla, 1976, p. 210, baseado em E. J. Hamilton, 1934, p. 42.

Nota A extensão do contrabando era tamanha que os números oficiais somente podem dar uma indicação da magnitude das importações

Tabela 4.2 Quantidade de ouro e prata importados para a Espanha à partir das Américas, 1503 a 1650.

da agricultura capitalista na Europa Ocidental e, mais especificamente, na Inglaterra[18].

A importação do metal precioso americano também influiu no forte aumento das trocas internacionais na própria Europa. Os espanhóis e seus navios eram os únicos legalmente autorizados a transportar mercadorias com destino à América espanhola ou dela provenientes. Cádiz e Sevilha constituíam os dois únicos portos do continente onde era possível embarcar e desembarcar. Além disso, as colônias espanholas da América não usufruíam do direito de produzir seus próprios produtos manufaturados. Todavia, suas riquezas minerais tornaram a classe dominante espanhola dependente de diversas importações de outros países europeus, com vistas a satisfazer as necessidades dos espanhóis na Espanha e na América espanhola. As trocas comerciais de Cádiz e Sevilha com a América

18 E. J. Hamilton, 1929; J. D. Gould, 1964.

espanhola eram controladas por comerciantes de outros países europeus, através de todo tipo de acordo secreto[19].

Assim, no século XVI, a Espanha tornou-se, na Europa, o centro de um vasto comércio internacional, dominado pela Holanda, pela França e pela Inglaterra, permitindo a introdução do metal precioso das Américas nas grandes economias da região, assim como a sustentação do processo de sua transformação. A prata e o ouro latino-americanos deixavam a Espanha alguns meses após sua chegada, a ponto de tornar possível dizer que "a Espanha ordenhava a vaca e o resto da Europa bebia o leite[20]". Esse fenômeno ocorreu durante todo século XVII e até o século XVIII.

O segundo período (1650-1820) é dominado pela estruturação econômica e social nos países da zona atlântica, enquanto o processo de transformação capitalista da Europa Ocidental torna-se, por sua vez, subordinado ao sistema atlântico. Objetivando apreciar plenamente o papel desse sistema no desenvolvimento econômico da região à época, é preciso inseri-lo no contexto da crise geral que abalou a Europa Ocidental durante o século XVII.

A expansão econômica européia, ligada ao crescimento das importações de ouro e de prata das Américas e à expansão da população, acompanhou os efeitos da atenuação de ambos os fatores. As importações de metal americano, cujo ápice ocorreu entre 1590 e 1600, diminuíram, e a expansão demográfica reduziu-se, enquanto as sociedades ajustavam seu comportamento às perspectivas econômicas. Tal situação agravou-se em razão da política de nacionalismo econômico, beirando à guerra comercial, adotada no século XVII, por vários países da Europa Ocidental, particularmente pela França. Devido às barreiras aduaneiras, impostas pela França, Inglaterra e outros países, com o intuito de proteger suas indústrias nacionais, a situação econômica degenerou em crise geral e o comércio intra-regional desmoronou[21]. O processo de transformação capitalista interrompeu-se completamente em alguns países e a regressão instalou-se em outros. O mais duramente afetado foi a Itália que passou da posição de "país mais urbanizado e industrializado da Europa, [...] ao estado de típica zona camponesa atrasada [...][22]".

Nitidamente, a natureza e a origem da crise do século XVII indicam que, para levar a cabo seu processo de transformação capitalista, a Europa Ocidental precisava de muito mais oportunidades econômicas comparativamente ao que o continente podia, em si, oferecer. Assim como o aponta o Professor

19 A. Christelow, 1948; J. O. McLachlan, 1940.

20 A. Christelow, 1948.

21 R. Davis, 1969, cap. 2 e 3.

22 E. J. Hobsbawn, 1954, p. 36

Figura 4.2 Moeda espanhola representando Ferdinando e Isabel, 1474-1504. Grande parte dessas moedas foi colocada em circulação. © M. Holford.

Hobsbawn, "a crise do século XVII não se pode explicar por insuficiências meramente técnicas e organizacionais frente às exigências da revolução industrial[23]". Tampouco se pode explicar pela carência de capitais. "Os italianos do século XVI, prossegue Hobsbawn, tinham provavelmente em mãos as maiores concentrações de capitais europeus, mas eles não souberam, manifestadamente, investi-los. Imobilizaram-nos em prédios, e dilapidaram-nos em empréstimos no estrangeiro [...]." Mas, os italianos tinham um comportamento racional: "Se eles gastaram maciçamente seus capitais de forma não produtiva, isso aconteceu, talvez, simplesmente porque não era mais possível lançarem-se em investimentos progressivos dentro desse 'setor capitalista'. Os holandeses do século XVII

23 *Ibid.*, p. 42.

remediaram um similar congestionamento financeiro, investindo em objetos de valor e obras de arte...[24]".

Dessa forma, a explicação da crise reside na falta de possibilidades econômicas na Europa Ocidental e, portanto, se essa região permaneceu dependente de suas próprias possibilidades econômicas, contudo, suas chances de passar por uma transformação capitalista completa foram quase inexistentes.

Entre 1650 e 1820, as mudanças ocorridas na estruturação econômica e social das regiões extraeuropéias da zona atlântica ofereceram tanto imensas possibilidades quanto desafios a serem enfrentados. Assim, elas transformaram completamente a paisagem econômica da Europa Ocidental em seu conjunto e, ainda mais, aquela dos países melhor posicionados para usufruir dessas ocasiões. No Novo Mundo, a produção de metais preciosos continuou a desempenhar um papel importante, particularmente por ocasião da entrada do Brasil, no século XVIII, em sua fase de grande produção, mas, nesse momento, o elemento capital da estruturação econômica e social dos países da região foi o considerável impulso dado à agricultura de plantação. No continente norte-americano, tratava-se principalmente de tabaco e algodão, enquanto na América Latina e nas Antilhas reinava o açúcar. Em razão da amplitude das operações, a lógica da nova economia requeria um repovoamento completo do Novo Mundo.

Um comércio muito ativo organizou-se em torno do transporte marítimo de mercadorias da África e das Américas: os escravos africanos partiam rumo às Américas, enquanto os produtos agrícolas e metais preciosos eram enviados das Américas rumo à Europa Ocidental. A título de exemplo, as quantidades de açúcar legalmente importadas das Américas pela Europa Ocidental atingiram, no mínimo, 151.658 toneladas por ano, em 1740-1750, e 193.005 toneladas em 1760-1770[25]. Em razão das restrições impostas pelos países colonizadores da Europa Ocidental sobre os fluxos de mercadorias na entrada e na saída de suas colônias, a distribuição dos seus produtos americanos, na Europa, tornou-se um fator primordial para o crescimento das trocas intraeuropéias nos séculos XVII e XVIII[26]. A Inglaterra, a França e a Holanda constituíram os principais beneficiários dessa evolução. No caso da Inglaterra, o valor oficial desse comércio exterior (importações e exportações) passou, em média, nos anos 1663-1669, de 8,5 milhões de libras por ano para 28,4

24 *Ibid.*, pp. 42-43.

25 R. Sheridan, 1970, tabela I, p. 22.

26 R. Davis, 1967 e 1969, cap. 2 e 3.

milhões, nos anos 1772-1774, e para 55,7 milhões nos anos 1797-1798[27]. Essas mudanças ocorreram, quase unicamente ou diretamente, graças à expansão do sistema atlântico. O mesmo verifica-se com a França e a Holanda. Em relação à Inglaterra, as reexportações dos produtos do Novo Mundo atingem 37,1% do total de suas exportações, entre 1772 e 1774, e no tocante à França, alcançam 33,2% em 1787[28]. Não é fortuito que um especialista francês em história econômica possa assim ter afirmado: "O século XVIII pode realmente ser entendido como a fase atlântica do desenvolvimento econômico europeu. O comércio exterior e, particularmente, o comércio com as Américas representavam o mais dinâmico setor de toda economia (o volume do comércio colonial da França, por exemplo, foi multiplicado por dez entre 1716 e 1787), excetuando-se a demanda ultramarina que estimulava o crescimento de um vasto leque de indústrias, assim como o desenvolvimento de maiores especialização e divisão do trabalho. Em função da superioridade do transporte marítimo sobre os transportes terrestres, a economia européia do século XVIII era organizada em torno de alguns grandes portos marítimos, dos quais os mais prósperos eram aqueles que concentravam uma boa parte do comércio colonial, tais como Bordéus e Nantes; cada um desses portos, implantado no estuário de um rio, tinha suas próprias indústrias, formando um entorno industrial para o qual servia como saída comercial[29]".

As novas possibilidades econômicas geradas pela expansão no sistema atlântico levaram à criação de empregos, estimulando assim o crescimento demográfico em toda Europa Ocidental, em contraste com a queda constatada no século XVII[30]. Tais mudanças contribuíram fortemente para impulsionar os mercados internos inglês, francês e holandês. Nos séculos XVIII e XIX, esse impulso, acompanhado pela progressão nas exportações, deu origem ao aumento da demanda que, por sua vez, permitiu o advento das invenções e das inovações técnicas no curso das revoluções industriais na Europa Ocidental. É assim que a expansão fenomenal da produção de bens de consumo, das trocas, da atividade financeira e dos trans-

27 No que tange aos anos 1663-1669 e 1772-1774, consultar R. Davis, 1969, pp. 92, 119 e 120; para os anos 1797-1798, ver P. Deane e W. A. Cole, 1967, tabela 13, p. 44. Os números relativos aos anos 1797-1798 dizem respeito à Grã-Bretanha, os outros à Inglaterra e ao País de Gales. Todos os números abrangem a totalidade das importações e exportações nacionais, bem como das reexportações. Os números do século XVIII são expressos em preços constantes de 1697-1700.

28 P. Kriedte, 1983, tabelas 39 e 40, pp. 124 e 128.

29 F. Crouzet, 1964.

30 Torna-se claro nos dias atuais que o crescimento da população na Inglaterra do século XVIII, explica-se pela diminuição da idade de casamento e pelo aumento da nupcialidade. , devidos ao crescimento nas possibilidades de emprego. Para mais detalhes, consultar J. E. Inikori, 1984. A análise apoia-se sobre dados apresentados por E. A. Wrigley, 1983, e D. N. Levine, 1977.

portes marítimos, como ocorrido na zona atlântica entre 1650 e 1820, forneceu aos países da Europa Ocidental as possibilidades econômicas necessárias para superarem a crise do século XVII, assim como romperam as estruturas econômicas e sociais tradicionais levando a cabo o processo de transformação capitalista. O primeiro país a consegui-lo foi a Inglaterra. As forças liberadas por esse processo e os ensinamentos que dele emanaram facilitaram sua conclusão nos outros países da Europa Ocidental, os quais, direta ou indiretamente, souberam aproveitar as possibilidades criadas pela expansão do sistema atlântico.

Nessa mesma época, a região do Novo Mundo que em 1783 se tornaria os Estados Unidos da América, região esta que, do século XVII até 1776, era composta por territórios coloniais, em razão disso sujeitos a limitações políticas importantes, participou também sob vários aspectos importantes para a expansão do sistema atlântico. Quando Colombo desembarcara nas Américas, esses territórios eram certamente os mais afastados, na zona atlântica, de qualquer desenvolvimento econômico. Sua densidade demográfica figurava entre as mais baixas do Novo Mundo e sua organização econômica e social, comparada àquelas das civilizações antigas da América do Sul, era quase inexistente. Após sua ocupação pelo colonos britânicos, esses territórios permaneceram, quase totalmente e durante décadas, sob o regime da economia de subsistência. Nos séculos XVIII e XIX, a ampliação das possibilidades de uma produção voltada para a venda estaria diretamente ligada à expansão que o sistema atlântico sofreu de meados do século XVII até o século XIX[31].

As tabelas 4.3 e 4.4 permitem-nos medir o grau de participação desses territórios no sistema atlântico, no curso dos anos imediatamente anteriores à Declaração de Independência e à formação dos Estados Unidos da América. Em média, o valor anual total do comércio atlântico na América do Norte britânica encontra, nesse período, um volume da ordem de 8,4 milhões de libras (importações e exportações de mercadorias, mais as exportações invisíveis). Considerando uma população total de 2,2 milhões de habitantes em 1770[32], obtemos, portanto, 3,8 libras por habitante. A amplitude de sua participação no sistema atlântico não somente estimula o crescimento do mercado interno e a produção de bens destinados a serem trocados no mercado, como também encoraja a especialização, aumenta a renda por habitante e influi sobre as taxas de migração rumo a essa região.

À medida que, sob influência desse sistema, as colônias britânicas da América do Norte passam progressivamente de atividades de subsistência à produção mercantil, torna-se possível distinguir três tipos de regimes econômicos, um no

31 J. F. Shepherd e G. M. Walton, 1972.

32 J. Potter, 1965, tabela 1 (a), p. 638.

Região	1768	1769	1770	1771	1772
Grã Bretanha e Irlanda	1 658 000	1 852 000	1 818 000	2 113 000	2 135 000
Todas as Antilhas	979 000	1 131 000	1 272 000	1 287 000	1 498 000
Sul da Europa e Ilhas do Mediterrâneo	520 000	805 000	741 000	721 000	762 000
África	16 000	30 000	25 000	18 000	34 000
TOTAL	3 173 000	3 818 000	3 856 000	4 139 000	4 429 000

Tabela 4.3 Receitas totais referentes às exportações de mercadorias e invisíveis da América do Norte britânica entre 1768-1772 (em milhares de libras esterlinas).

Região	1768	1769	1770	1771	1772
Grã Bretanha e Irlanda	2 908 000	2 151 000	3 112 000	5 382 000	4 135 000
Todas as Antilhas	524 000	767 000	792 000	676 000	939 000
Sul da Europa e Ilhas do Mediterrâneo	81 000	85 000	80 000	69 000	88 000
África	56 000	189 000	85 000	104 000	265 000
TOTAL	3 569 000	3 192 000	4 069 000	6 231 000	5 427 000

Fonte J. F. Sheperd e G. M. Walton, 1972.

Nota As exportações invisíveis provinham em grande parte dos transportes marítimos

Tabela 4.4 Importações da América do Norte britânica entre 1768-1772 (em milhares de libras esterlinas).

sul da região, outro no centro e um último no norte (essencialmente a Nova Inglaterra). Gozando, simultaneamente, de ricos recursos naturais e de mão de obra africana barata e servil, as colônias do Sul foram incentivadas a desenvolver a agricultura de plantação, primeiramente arroz e tabaco, seguidos pelo algodão. As colônias do Centro, por sua vez, lançaram-se numa agricultura alimentar, de tipo familiar. As colônias do Norte, relativamente pobres, quanto a elas, em recursos naturais agrícolas, porém dotadas de portos naturais em água profunda e recursos florestais que possibilitavam a construção naval, especializaram-se rapidamente no comércio e nos transportes marítimos[33].

33 D. C. North, 1961.

Dessa forma, o Sul produz aproximadamente todos os produtos agrícolas exportados para a Europa, cabendo ao Norte garantir o maior volume no tocante às exportações de invisíveis – transportes marítimos, negócios e seguros, entre outros – o Centro, por sua vez, fornece produtos alimentícios assim como alguns serviços para a exportação. No Sul, a produção depende de mão de obra servil africana e tem, na Europa, o principal destino para seus produtos. A expansão do sistema de plantações cultivadas por escravos leva, nas Antilhas (britânicas e não britânicas), a uma reestruturação econômica, instaurando uma divisão do trabalho com a América do Norte: as Antilhas oferecem dessa forma um vasto mercado para os produtos alimentícios das colônias do Centro, bem como para os serviços (transporte marítimo e outros) daquelas do Norte. Portanto, as três sub-regiões da América do Norte encontram-se ligadas, no plano econômico, ao sistema escravista das Américas, em termos, tanto de produção, quanto de comercialização[34].

Essas diversas modalidades de participação no sistema atlântico da época colonial engendraram, nessas três regiões, diferentes estruturas econômicas e sociais. No Centro e no Norte, a produção, cuja renda é dividida de forma assaz igual, consiste no trabalho livre de mão de obra branca, geralmente proprietária das terras por ela cultivadas. No Sul, verificamos a predominância de uma agricultura de plantação, cuja dependência frente à mão de obra servil africana deu origem a uma forte proporção de escravos na população, à constituição do latifúndio, bem como a uma extremamente desigual repartição da renda. Dos 697.000 escravos dos Estados Unidos de 1790, 642.000 estavam nos Estados do Sul, onde representavam 36% da população total[35]. Se, por um lado, no Norte e no Centro, as estruturas favoreciam o crescimento de um mercado interno base-

34 As colônias do Sul encontravam-se ligadas ao escravismo no que tange à produção, e as do Centro e do Norte, por sua vez, ao nível do mercado, pois eram as plantações das Antilhas, cultivadas por escravos, as criadoras dos mercados para produtos alimentícios e de serviços, dos quais dependiam, nessa época, as colônias do Norte e do Centro. As receitas provenientes das principais exportações de bens e serviços, abaixo mencionadas (média anual para o período 1768-1772, em libras esterlinas), fornecem uma ideia da estrutura do comércio de exportação na América do Norte, durante o período colonial: tabaco, 766.000; transportes marítimos, 610.000; pão e farinha, 410.000; arroz, 312.000; peixe, 287.000; índigo, 117.000. Em seu conjunto, as seis categorias consideradas representavam, durante o período em questão, 64,4% das receitas totais de exportação na América do Norte britânica. O tabaco e o arroz eram cultivados, pelos escravos de plantações, nas colônias do Sul, o pão e a farinha provinham das explorações agrícolas familiares, nas colônias do Centro e o peixe, assim como os serviços de transporte marítimo, era fornecido em grande parte pelas colônias do Norte (Esses dados foram extraídos de J. F. Shepherd e G. M. Walton, 1972, p. 258). As importações consistiam, sobretudo, em produtos manufaturados, procedentes principalmente da Inglaterra, país este que somente guardava para consumo interno uma pequena porção das exportações das colônias: o tabaco era destinado, quase exclusivamente, à Inglaterra e à Escócia, porém, mais da metade das quantidades anuais eram reexportados para a Europa Continental.

35 J. Potter, 1965, tabela 2, p. 641.

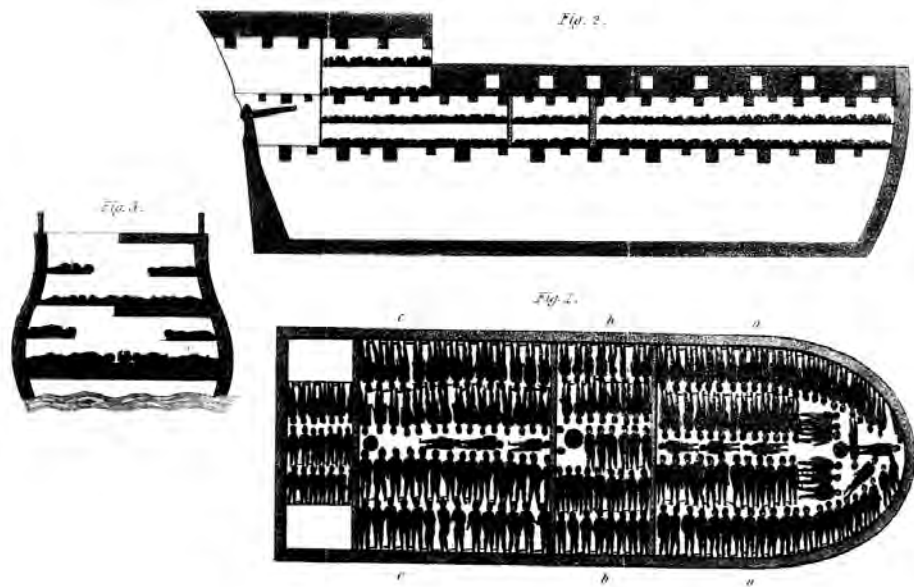



Figura 4.3 Planta e corte de um navio negreiro europeu. © The Hulton-Deursch Collection, Londres.

ado nos produtos de grande consumo, por outro lado, aquelas do Sul limitavam--no, encorajando ao mesmo tempo a importação de produtos estrangeiros de luxo. Esse quadro indica a razão pela qual as colônias, do Norte e do Centro, aproveitaram o período colonial para lançar as bases de um crescimento econômico autônomo, enquanto o Sul estabelecia as estruturas de sua dependência.

Após alcançar a independência, a economia dos Estados do Sul permaneceria dependente dos escravos africanos, a quem deve, integralmente, a fenomenal expansão na sua produção de algodão, verificada entre 1790 e 1860[36]. Por conseguinte, as estruturas econômicas e sociais, da época colonial, mantiveram-se perenes no Sul e até mesmo nos novos territórios ocupados, no século XIX, pelas plantações de algodão. Em 1850, dentre os 8.983.000 habitantes do velho e do novo Sul, 3.117.000 eram escravos, ou seja, uma proporção de 34,7%[37]. A repartição das terras e da renda permanecia desigual e as estruturas de dependência mantinham-se, ainda, sólidas.

36 A produção de algodão dos Estados do Sul passou, com efeito, de 4.000 fardos de 500 libras, em 1790, para 3.841.416 fardos, em 1860. Entre 1850 e 1860, quase 76,5% desse algodão fora exportado (ver H. U. Faulkner, 1924, pp. 201-202).

37 J. Potter, 1965, tabela 11, p. 680.

Entretanto, com a chegada da independência, o governo politicamente independente dos Estados Unidos da América adotou medidas econômicas que tornaram os Estados do Sul, pouco a pouco, mais dependentes, já não mais da Europa Ocidental, mas dos Estados do Norte. Protegidos pelo governo, armadores e negociantes dos Estados do Nordeste dominaram o transporte marítimo para a Europa, no tocante ao algodão do Sul, e a importação dos produtos manufaturados europeus, quanto a eles, destinados aos plantadores do Sul e a seus escravos[38]. Paralelamente, a expansão da produção de algodão no Sul abriu um mercado ainda mais importante para os produtos alimentícios, estimulando assim o crescimento de seu comércio e o fluxo de imigrantes rumo aos territórios do Oeste. Tal especialização regional, em torno das plantações no Sul e de seus escravos, levou à criação de um vasto mercado interno, além de ter impulsionado as indústrias no Nordeste, cuja produção, incentivada por medidas protecionistas governamentais, entrava em concorrência direta com os bens importados. De tal forma que, até 1860, a industrialização dos Estados Unidos dependeu, principalmente, das plantações escravistas do Sul: esse país soube, em momento apropriado e em prol de sua economia, empregar sua independência política para manipular as forças em jogo na zona atlântica, apoiando-se em estruturas favoráveis, implantadas durante o período colonial nas colônias do Norte e do Centro[39]. As estruturas de dependência nos estados do Sul desempenharam, nesse momento, o papel de condição *sine qua non* para a transformação capitalista dos Estados do Norte e do Oeste.

---

38 Um texto datado de 4 de Julho de 1789 autorizou uma redução de 10% nas taxas de importação, nos Estados Unidos, das mercadorias transportadas por navios americanos e pertencentes a americanos. Outro texto, de 20 de Julho de 1789, impõe a tais navios uma taxa de 6 centavos por tonelada de mercadoria, ao passo que os navios estrangeiros e construídos no exterior pagavam 30 centavos por tonelada ao atracar nos portos americanos. Os dois textos encorajavam a expansão da construção naval e da frota mercante no Nordeste dos Estados Unidos. A tonelagem oficial do comércio exterior passa de 123.893 toneladas, em 1789, para 981.000 toneladas em 1810. Ao mesmo tempo, as importações transportadas por navios pertencentes a nacionais passam de 17,5 para 93% do total e as exportações, de 30 para 90%. Em 1862, a tonelagem do transporte marítimo, registrada a título de comércio exterior, chegou a 2.496.894 toneladas, cabendo ao Sul fornecer cerca de 75% das exportações nos Estados Unidos, dos quais 60% em algodão e 15% em tabaco, arroz e açúcar refinado (Para consultar todos esses números, ver H. U. Faulkner, 1924, pp. 201, 202, 218, 219, 228 e 233). A renda, direta e indiretamente, proveniente de exportações do Sul, assim como os lucros dos proprietários de navios e dos negociantes exportadores e importadores do Nordeste, compõem a base do processo de industrialização nos Estados Unidos, de 1790 a 1860. Ver D. C. North, 1961.

39 Mais detalhes a respeito da Europa Ocidental e da América do Norte em J. E. Inikori, 1979 e 1981.

O surgimento das estruturas de subdesenvolvimento na América Latina e nas Antilhas

Segundo nossa definição, os países da América Latina e das Antilhas possuíam, à época da chegada de Colombo na região, regimes econômicos não desenvolvidos. Essa ausência geral de desenvolvimento explica-se por três fatores principais: a população, a geografia e o isolamento frente ao resto mundo.

O número provável da população de todas as Américas, em 1492, é objeto de várias controvérsias: as estimativas vão de 8,5 a 112 milhões de habitantes[40]. Segundo as pesquisas da Escola de Berkeley, um número total entre 50 e 100 milhões[41] seria o mais plausível. Comparativamente à grandeza do território, tal população era bastante modesta, mesmo considerando as mais elevadas estimativas. No mais, ela concentrava-se *grosso modo* em três zonas: na América central, onde se encontravam os reinos antigos dos Astecas e dos Maias; no Império Inca, do antigo Peru, e na ilha caribenha Hispaniola, atualmente dividida entre Haiti e a República Dominicana[42]. O restante do Novo Mundo encontrava-se muito pouco povoado: antes da conquista, a densidade demográfica na América Latina correspondia, segundo alguns, a níveis inferiores a 10 habitantes por quilômetro quadrado, no tocante a mais de 90% de sua superfície[43].

A pequena densidade populacional, em amplas zonas da América pré-colombiana, prejudicou o desenvolvimento das trocas e a divisão do trabalho. Ademais, o fato de as regiões mais povoadas serem afastadas, umas das outras, e separadas das regiões pouco povoadas por densas florestas, montanhas e vales profundos, o que dificultava as comunicações, limitando o comércio intra-americano. Com efeito, o comércio marítimo poderia ter desempenhado importante papel se houvesse expandido a fronteira das trocas comerciais, do litoral para o interior, à imagem do ocorrido na América do Norte dos séculos XVIII e XIX. Todavia, tal expansão não foi possível, haja vista que as Américas permaneceram, até 1492, isoladas do resto do Mundo. Por essa

40 B. Keen e M. Wasserman, 1980, pp. 30 e 31.

41 Para as estimativas da Escola de Berkeley, consultar W. Borah e S. F. Cook, 1963; ver também S. F. Cook e W. Borah, 1971-1974. Para uma síntese, ver W. M. Denevan, 1976.

42 A partir de diversos documentos, de origem indígena e espanhola, e através de métodos estatísticos muito elaborados, W. Borah e S. F. Cook estimaram a população do México central pré-conquista entre 18,8 e 26,3 milhões de habitantes (W. Borah e S. F. Cook, 1967, p. 205). Avaliaram também a população de Hispaniola em um total de 7 a 8 milhões de habitantes em 1492 (B. Keen e M. Wasserman, 1980, p. 30). Todavia, as estimativas desses autores foram criticadas e consideradas demasiado elevadas.

43 A. Morris, 1981, p. 52.

razão, suas riquezas naturais não adquiriram valor significativo no mercado, contribuindo modestamente para o bem-estar da população e para o incremento das trocas.

No que tange às antigas civilizações da América Central e do Sul, pode-se assim entender como essas sociedades, embora aptas a alcançarem um alto nível de desenvolvimento cultural, tenham se mostrado incapazes de atingir o desenvolvimento no plano econômico. Faltava-lhes um sistema de troca de mercadorias com o resto do mundo que lhes permitisse dar um valor econômico a seus recursos naturais, encorajar o crescimento de sua população e sua instalação em novos territórios, estimular as trocas intra-americanas e desencadear o processo de transformação capitalista.

Ora, as novas possibilidades comerciais, decorrentes da chegada dos Europeus em 1492, surgiram em condições antes favoráveis à criação de estruturas de subdesenvolvimento, muito mais que de desenvolvimento. Em primeiro lugar, os países da Europa Ocidental garantiram, pela força, seu domínio sobre os recursos naturais da América Latina e das Antilhas. Humilhada, desmoralizada, posteriormente pressionada pelo trabalho e dizimada pelas doenças introduzidas pelos europeus, a população indígena diminuiu em toda região – como atesta perfeitamente, no século XVI, o desmoronamento demográfico do México central. Estimada entre 18,8 e 26,3 milhões de habitantes, antes da conquista européia, ela caiu para 6,3 milhões em 1548 e para 1,9 milhões em 1580. Em 1605, não restavam nada além de 1,1 milhão de habitantes[44].

Esse quase extermínio da população indígena resultou em duas importantes consequências. Por um lado, registrada entre os séculos XVI e XIX, a impressionante expansão na produção de bens destinados ao comércio marítimo, com a Europa e a América do Norte, somente ocorreu graças à importação maciça de mão de obra servil africana. Por outro lado, as terras cultiváveis da América Latina e das Antilhas passaram para o domínio de colonos europeus e foram agrupadas em vastos latifúndios, denominados *haciendas* ou fazendas. Como constataremos mais adiante, esses dois fenômenos criaram novas possibilidades comerciais, capazes de estimular a transformação capitalista na Europa Ocidental e na América do Norte, engendrando ao mesmo tempo o subdesenvolvimento e a dependência na América Latina e nas Antilhas.

44 W. Borah e S. F. Cook, 1967, p. 204.

Figura 4.4 Escravos negros trabalhando em uma plantação de café no Brasil, por volta de 1870. © The Mary Evans Picture Library.

A amplitude das importações contrabandeadas de escravos para a América espanhola nos séculos XVI e XVII torna quase impossível quantificar a real participação da mão de obra escrava africana na extração de metais preciosos dessa região durante esse período[45]. Entretanto, segundo censo realizado pelo

45 Os dados citados por E. Vila Vilar (1977*a*, pp. 272-273) suscitam indicações sobre a amplitude do contrabando nas importações: "D. Fernando de Sarria, o Vice-Governador de Cartagena, constatou o pagamento de taxas, entre 1616 e 1619, somente no que concerne a 4816 negros, enquanto que, na realidade, mais de 6.000 homens entraram em pouco mais de um ano (entre maio de 1619 e 1620). Ele afirmava que os navios aportados com 15, 25, 37 e 45 'peças' a bordo transportavam, na verdade, 200, 300 ou 400 'peças'. O *visitador* (fiscal) Medina Rosales testemunhou o que seria prática corriqueira junto aos negreiros: no momento de pagar as taxas de entrada, declarava-se muito menos 'peças', comparativamente ao realmente transportado. O fiscal obtivera provas da sonegação: um navio declarando 68 'peças' transportava, de fato, 440 delas, outro, declarando 45, tinha na verdade 200 delas a bordo, outro, como tais, tendo declarado 65 'peças', desembarcou com 260. Nosso *visitador* afirmava que, em um período de um ano, do dia 10 de Junho 1620 ao dia 18 de Julho de 1621, 6443 'peças' de escravos entraram no porto de Cartagena. Em 1631, Juan de Orozco, tesoureiro de Santa Marta, escreveu ao Rei, explicando-lhe que todos os navios, aportados e carregados de negros, transportavam 400 'peças', enquanto as taxas só

clero, a população de origem africana chegaria, em 1796, a 679.842 pessoas no México e a 539.628 no Peru[46]. A exatidão desses números está, evidentemente, sujeita à caução, mas eles denotam, no mínimo, que a mão de obra servil cumpria um papel fundamental, à época colonial, nas economias do México e do Peru. No Brasil, durante esses dois séculos, são os escravos africanos que garantem, integralmente, a produção de açúcar para a exportação. No século XVIII, enquanto a forte expansão no mercado do ouro atraiu vários negociantes e capitalistas do setor de mineração, a produção efetiva permaneceu, na prática, dependente do trabalho dos escravos. A esse respeito, aliás, uma confirmação é dada pelo perfil da composição étnica da população brasileira nos séculos XVIII e XIX. No ano de 1798, em uma população de 3.250.000 habitantes, 1.998.000 pessoas eram de origem africana, dos quais 1.582.000 eram escravos. Em 1872, aproximadamente 5,8 milhões de indivíduos, em uma população total de 9,9 milhões, eram de origem africana, entre eles, 1,5 milhões ainda eram escravos[47]. Em outras palavras, a população de origem africana representava 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872. A população escrava concentrava-se nas regiões que forneciam o ouro e os produtos agrícolas destinados à Europa e à América do Norte. Assim, dentre os 1.566.416 escravos do Brasil, em 1873, 1.233.210 indivíduos, ou seja, 79,2%, dividiam-se em um conjunto de seis províncias, com a produção voltada para a exportação: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul[48], a maior concentração, 351.254 pessoas, se encontravam em Minas Gerais, a província produtora de ouro.

Nas Antilhas, a predominância da produção para a exportação, assegurada por uma mão de obra de origem africana, tem reflexos, após 1650, na composição étnica da população. Antes da metade do século XVII, as economias antilhanas estavam centradas na agricultura de subsistência, sendo ínfima a parte da produção voltada para a exportação. A partir da segunda metade do século, importações maciças de escravos africanos e a expansão da agricultura de plantação permitiram um rápido crescimento na produção para a exportação, ao passo que a produção de subsistência declinava de forma espetacular. Desse modo, a

---

eram pagas para 100; e D. Martin de Saavedra, presidente da *audiência* de Santo Domingo, certificou que, em 1637, um navio negreiro rumo a Cartagena com 150 'peças' registradas a bordo, transportara, na realidade, 300 'peças'." Consultar também C. A. Palmer, 1976; L. B. Rout, 1976, pp. 61-66.

46 J. E. Inikori, 1976, p. 204.

47 T. W. Merrick e D. H. Graham, 1979, tabela III-2, p. 29. A população indígena contava 252.000 pessoas, em 1798, e 386.955, em 1872, comparativamente a 1.010.000 e 3.787.289 europeus, respectivamente.

48 R. B. Toplin, 1972, apêndice, pp. 288-289.

população global da ilha de Barbados, da Jamaica e das Ilhas Sob o Vento passou de 33.000 brancos e 22.500 escravos africanos, em 1660, para 32.000 brancos e 130.000 escravos africanos em 1713[49]. Em outras palavras, a população servil passou de 40,5% da população total, em 1660, para 80,2% em 1713. Da mesma forma, nas Antilhas francesas, a população global da Martinica e de São Domingos contava com 6.786 brancos e 7.397 escravos africanos, em 1678-1681[50], porém, em 1780, de um total de 514.849 habitantes, somente 63.682 eram brancos, enquanto 437.738 eram escravos africanos e 13.429 negros alforriados[51]. A população de origem africana nas Antilhas francesas assim passou de 52% da população total, no fim do século XVII, para aproximadamente 88% em 1780.

Essa transferência maciça de mão de obra africana para a América Latina, para as Antilhas e para os territórios do sul da América do Norte levou à impressionante expansão na produção e no comércio de bens de consumo, ocorrida na zona atlântica entre os séculos XVI e XIX. Expansão esta que, por sua vez, suscitou oportunidades e desafios, sob cuja influência o processo de transformação capitalista foi empreendido, nos grandes países da Europa Ocidental e na América do Norte. Esse mesmo processo histórico gerou, em contrapartida, na América Latina e nas Antilhas, estruturas de subdesenvolvimento e de dependência.

Em razão da forte proporção de escravos na população dessas regiões, a grande maioria de seus habitantes não ganhava o suficiente para intervir normalmente no mercado. Por conseguinte, houve comprometimento na criação de um mercado interno para produtos de grande consumo. A falta de um mercado interno em expansão, captador de recursos em prol de uma produção industrial voltada para o consumo interno, determinou o destino dos lucros, da atividade mineira e da agricultura de plantação, ora para a compra de artigos manufaturados importados da Europa, ora para sua remessa à Europa, onde financiavam o investimento e o consumo. Essa situação agravou-se, igualmente, em função de leis coloniais impositivas e restritivas ao desenvolvimento de atividades industriais na América Latina e nas Antilhas, durante todo o período colonial. Nessas condições, em seu conjunto, a região representou um atraente mercado para industriais da Europa Ocidental e, mais especificamente, para os industriais britânicos, os quais abasteciam tanto as colônias britânicas, quanto a América espanhola e portuguesa, quer seja

49 Números estabelecidos com base em R. S. Dunn, 1972, p. 312.

50 R. Sheridan, 1970, pp. 35 e 49.

51 E. Williams, 1970, p. 153.

Figura 4.5 Escravos negros cortando cana-de-açúcar em uma plantação nas Antilhas, por volta de 1833. *Fonte:* The Saturday Magazine, 1833. © The Mary Evans Picture Library.

diretamente ou por intermédio da Espanha ou de Portugal[52]. A título de exemplo, o valor oficial das exportações britânicas (compostas quase exclusivamente por produtos manufaturados) com destino às Antilhas britânicas, entre 1714 e 1773, alcançou a soma de 43,4 milhões de libras. No mesmo período, o valor oficial dos produtos exportados para a Grã-Bretanha, por essas mesmas colônias, representou 101,3 milhões de libras[53]. Tais números mostram, claramente, a importância dos mercados do Novo Mundo para os fabricantes britânicos, assim como o volume de recursos trazidos das ricas plantações coloniais, cultivadas por escravos[54].

Na América Latina e nas Antilhas, o não-desenvolvimento industrial deu origem a sistemas econômicos precários, cujos setores mineiros e agrícolas dependiam fortemente das economias da Europa Ocidental e mais tarde, também dos Estados Unidos. Acrescentou-se a essa evolução o surgimento de impérios econômicos diretamente ligados à exportação e à importação, únicas atividades às quais se dedicavam os magnatas das minas e as oligarquias agrárias na América Latina e nas Antilhas. Uma próspera classe de negociantes, originária de uma situação que durou do século XVI ao século XVIII, também se consagrou a essas atividades. A extrema desigualdade na distribuição da propriedade e da renda, ligada ao regime de plantação e à escravatura, excluía a possibilidade, para qualquer outro grupo, de competir, em matéria de poder político e econômico, com a tríade constituída pelos donos de minas, pela oligarquia agrária e pelos negociantes. Assim, mesmo após a conquista da independência política pelos principais países da América Latina, no século XIX, os governos continuaram a estimular a produção de matérias-primas destinadas à exportação e a favorecer a importação de produtos manufaturados. No tocante a esses últimos, a essa altura, já em vias de beneficiarem-se dos resultados frutos das revoluções industriais do

52 A. Christelow, 1948; J. O. McLachlan, 1940; H. E. S. Fisher, 1963.

53 E. Williams, 1970, p. 151.

54 Traço comum a todas economias de plantação sustentadas pela escravatura no Novo Mundo, o nível de produção tendia a ultrapassar os níveis de consumo do próprio território dessa produção. Tal foi o ocorrido na América do Norte britânica. Entre 1714 e 1773, as plantações coloniais do Sul, Carolina, Virgínia e Maryland, exportaram oficialmente para a Grã-Bretanha o equivalente a 46,6 milhões de libras em mercadorias, enquanto que para a Nova Inglaterra, Nova Iorque e a Pensilvânia (colônias sem escravos), os valores não atingiram senão 7,2 milhões de libras. Por outro lado, as importações de origem britânica para os três estados do Sul somente chegaram, para o mesmo período, a 26,8 milhões de libras em mercadorias, comparativamente aos 37,9 milhões nos três estados do Norte (E. Williams, 1970, p. 151). Portanto, quanto à produção, ela concentrava-se nos territórios cobertos de plantações cultivadas por escravos e, no tocante ao consumo, esse ocorria nos territórios sem escravos do Atlântico. O poder aquisitivo do Norte provinha, essencialmente, da venda de produtos alimentícios e do fornecimento de serviços marítimos ou mercantis às plantações com escravos, das Antilhas e das colônias do Sul da América do Norte britânica.

século XIX, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, revoluções estas que, como consequência direta do sistema atlântico, desencadearam uma explosão na demanda por produtos alimentícios e matérias-primas de todo tipo. Simultaneamente, a redução nos custos de produção fez baixar os preços dos produtos manufaturados trocados na zona atlântica, a tal ponto que os jovens países independentes de América Latina não consideraram rentável criar seu próprio setor industrial. Portanto, aproximadamente na metade do século XIX, os países de América Latina e das Antilhas chegaram a uma situação tal que suas estruturas econômicas e sociais se os levaram ao subdesenvolvimento e à dependência.

As bases iniciais das estruturas de dependência na África

Em um de seus artigos, Christopher Wrigley escreveu: "[...] ao que tudo indica, a conclusão inesperada resultante de recentes estudos arqueológicos é que o povoamento intensivo da África subsaariana não poderia ser datado da época dos primeiros sinais de agricultura ou de trabalho com ferro, mas, antes, de no máximo mil anos atrás, por ocasião do início daquilo que denominamos África banto, a última idade do ferro. Em caso de exatidão desse postulado, abrem-se perspectivas radicalmente novas. Podemos agora pensar que a expansão demográfica progredia, de forma rápida, na época dos primeiros contatos com os europeus [...].[55]"

As evidências indiretas das quais dispomos apoiam esta conclusão. Todas as fontes locais africanas sugerem a existência de migrações generalizadas na primeira metade do segundo milênio. Embora muitas vezes atribuídos a causas políticas, esses movimentos populacionais têm certamente relação com um aumento na proporção entre o tamanho da população e a disponibilidade de recursos nos povoados mais antigos, obrigando certos grupos a procurarem territórios vazios

55 C. C. Wrigley, 1981, p. 18. Segundo os cálculos de Thurstan Shaw, a população africana alcançava 2 milhões de habitantes por volta de 10.000 a.C. e 5 milhões por volta de 3.000 a.C. (T. Shaw, 1981, p. 589). Posnansky também afirma que a população total da África subsaariana, antes do ano 1000 d.C., era "muito inferior a 10 milhões de habitantes" (M. Posnansky, 1981, p. 727). Para o ano de 1.500, Shaw chegou à conclusão que os dados arqueológicos permitem estimar em 20 milhões o número de habitantes para a África do Oeste (T. Shaw, 1977, p. 108). Ao comparar esses números, parece-nos que a população da África do Oeste cresceu de forma rápida entre 1.000 e 1.500. Com efeito, se admitirmos que no ano 1.000, um terço da população da África subsaariana vivia na África do Oeste, a população dessa região teria passado de aproximadamente 3 milhões de indivíduos, no ano 1.000, para quase 20 milhões de pessoas por volta de 1.500.

ou pouco habitados[56]. Além disso, cita-se amiúde os séculos XIV e XV em referência a um período da história africana marcado por importantes mudanças na organização e nas técnicas de produção, tanto agrícola, quanto manufatureira, seguida, após o século VXI, por um longo período de estabilidade e estagnação[57]. Mais uma vez, um rápido crescimento demográfico durante os séculos anteriores, deve ter desempenhado um fator importante nessas mudanças.

É relevante nos dados disponíveis que, à época da chegada dos europeus, aproximadamente no fim do século XV, as sociedades africanas estavam envolvidas em grandes processos de transformação. Descobertas arqueológicas realizadas na década de 1970 indicam que, em vários casos, sua transformação social e econômica já avançara bastante[58]. Entretanto, por se tratar, na época, de um processo ainda relativamente recente, as estruturas econômicas e sociais permaneciam, fundamentalmente, em conformidade com o modelo por nós qualificado como de não desenvolvimento. A população total ainda encontrava-se muito reduzida, em relação à superfície das terras agrícolas disponíveis, e disseminada por todo o continente, formando grupos separados por grandes distâncias e importantes obstáculos geográficos[59]. O surgimento de um imenso

---

56 Segundo Jan Vansina, a maioria das migrações ocorridas nas regiões de floresta úmida africana, antes de 1.600, consistia em movimentos originados em zonas muito povoadas rumo a zonas de baixa densidade populacional (J. Vansina, 1981, p. 758). Por sua vez, Dike, a respeito das migrações para o delta do Níger, nos séculos XV e XVI, descreve movimentos similares, ou seja, do Benin para o delta (K. O. Dike, 1956, pp. 22-25). Consultar também o capítulo 3.

57 No que diz respeito à Senegâmbia, Curtin afirma que o período dos séculos XVII a XIX foi marcado, após os avanços realizados durante os dois séculos anteriores, por uma relativa estabilidade na técnica agrícola (P. D. Curtin, 1975, pp. 13-15). Ver também M. Malowist (1966) e o debate assim provocado entre A. G. Hopkins (1966) e Malowist. H. N. Chittik também considera os séculos XIV e XV como períodos de grande prosperidade no litoral da África Oriental (H. N. Chittik, 1977, p. 209). O processo provavelmente iniciou-se, pouco depois, no interior da África Oriental. Igualmente dizem-no A. C. Unomah e J. B. Webster (1976, p. 272): "Dos anos 1500 a 1800, ocorreram consideráveis movimentos de população em toda essa região [o interior da África do Leste]. Zonas pouco povoadas foram colonizadas, sociedades mais numerosas foram criadas e novos Estados foram fundados."

58 Ver, por exemplo, T. Shaw, 1970. Segundo Northrup, "considerados em seu conjunto, os vestígios arqueológicos de Igbo-Ukwu representam evidências materiais da existência de um artesanato muito evoluído do ponto de vista do *savoir-faire* e das qualidades artísticas. Embora as descobertas de Igbo-Ukwu sejam mais ricas e antigas que muitos outros elementos disponíveis, não se afastam em nada das tendências gerais do desenvolvimento cultural da Nigéria meridional. Todavia, essas indústrias artesanais são somente o ápice de uma economia, cujas descobertas de Igbo-Ukwu não nos permitem conhecer as bases. Malgrado essa carência de informações diretas, torna-se evidente que tais especialistas e sua freguesia só podem ter existido em uma sociedade de excedentes agrícolas capazes de garantir sua subsistência" (D. Northrup, 1978, p. 20)

59 Na África Oriental, as cidades relativamente prósperas do litoral somente estabeleceram relações comerciais regulares com o interior no século XVIII. Como dito por Roland Oliver: "As razões dessa estranha disjunção entre o litoral e o interior são, em grande parte, certamente de ordem geográfica. Além da estreita faixa de planície costeira, o país sobe até o grande planalto central em terraços sucessivos cobertos

deserto entre a África negra e os territórios do Mediterrâneo e do Oriente Médio (durante séculos centros de comércio internacional) limitou as trocas da África Negra com o resto do mundo a produtos de grande valor e de transporte pouco custoso: o ouro e os escravos. Estes dois elementos entravavam o desenvolvimento da divisão do trabalho, o crescimento do comércio intra-africano, a criação dos mecanismos institucionais de mercado e a transformação dos modos de produção pré-capitalista, absolutamente preponderantes na época. Portanto, a expansão demográfica em curso teve que continuar ainda durante alguns séculos, de tal forma que a proporção entre a população e as terras agrícolas atingisse um nível suficiente capaz de permitir o desenvolvimento da diferenciação social e da organização econômica e política. Foi também necessário desenvolver o comércio exterior de mercadorias pesadas – produtos agrícolas, minérios e produtos industriais, entre outros – para que ele acelerasse, juntamente com fatores internos, o processo de transformação estrutural.

O estabelecimento, a partir da segunda metade do século XV, de uma ligação comercial marítima entre a África e a Europa Ocidental parece ter oferecido, inicialmente, as oportunidades necessárias à África Negra, com vistas a operar uma rápida transformação econômica e social. Além do crescimento no comércio do ouro, algumas produções agrícolas, como a pimenta, tiveram início e, inclusive, um certo incentivo foi oferecido em prol do aumento da produção de tecelões africanos, uma vez que os portugueses e os holandeses haviam participado da distribuição de tecidos africanos em diferentes pontos litorâneos do continente[60].

Porém, essas primeiras mudanças não durariam muito. Assim que os imensos recursos das Américas tornaram-se acessíveis à Europa Ocidental, ou seja, a partir de 1492, com o quase extermínio da população indígena por ocasião da conquista e com a introdução das doenças pelos conquistadores europeus, nesse momento o papel da África no sistema econômico atlântico modificou-se. A população requerida para garantir as condições internas de uma transformação completa em suas estruturas econômicas e sociais foi transferida, de forma maciça, para as Américas, e empregada, em larga escala, para desenvolver as produções mercantes. As condições criadas por essa fortíssima transferência populacional impediram, durante três séculos, o impulso na produção de bens

por uma vegetação seca e espinhosa, hostil e de difícil superação [...] Por isso, a mais densa população e as mais importantes sociedades concentraram-se, ao menos durante a Idade do Ferro, no centro do subcontinente, distantes 1.300 quilômetros, ou mais, do mar." (R. Oliver, 1977*b*, pp. 621-622). Consultar também A. C. Unomah e J. B. Webster, 1976, p. 272.

60 A respeito dessas primeiras mudanças, ver J. W. Blake, 1932, 1977, e A. F. C. Ryder, 1969.

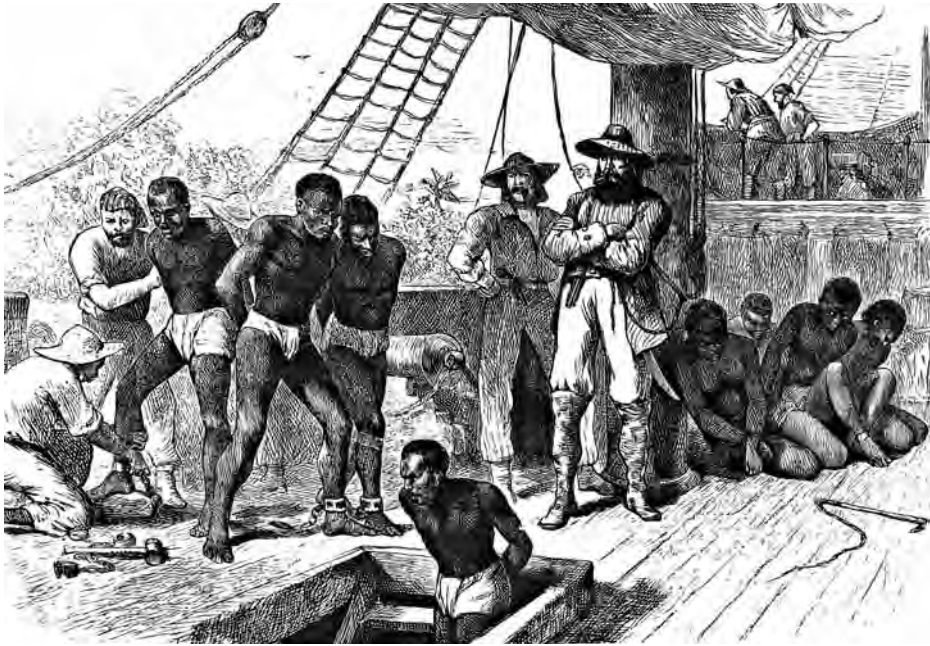



Figura 4.6 Embarque de escravos a bordo de um navio negreiro europeu. © The Hulton-Deusch Collection, Londres.

africanos, tanto ao nível do comércio interno quanto no tocante às exportações, dando assim origem às estruturas de dependência.

Consistindo na primeira perda imposta por tal migração forçada, o crescimento demográfico em curso interrompeu-se e vastas zonas do continente simplesmente perderam seus habitantes. Avaliamos acima em 22 milhões o número de indivíduos levados da África para o resto do mundo, entre 1500 e 1890, ou seja, 15,4 milhões através do Atlântico e 6,9 milhões pelo Saara, pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico. É necessário, contudo, interpretar corretamente esses números, os quais representam as efetivas exportações, no intuito de, posteriormente, compará-los com os processos demográficos ocorridos na África durante este período.

O principal problema consiste em determinar em que medida essas exportações reduziram a capacidade de reprodução da população na África Negra. Isso exige uma análise da composição por idade e gênero da população exportada, pois é o número de mulheres em idade maternal que permite avaliar tal capacidade.

No caso do tráfico através do Saara e do Mar Vermelho, havia uma forte proporção de mulheres jovens e bonitas, em razão da importância relativa da demanda por concubinas. Nesse setor geográfico do tráfico e segundo uma avaliação geralmente aceita, a relação era de duas mulheres por homem. Não há nenhum dado seguro na base dessa avaliação, mas ela encontra-se confirmada pelos resultados dos censos da população de escravos negros no Egito do século XIX, nos quais aparece uma relação de aproximadamente três mulheres por homem[61].

No que diz respeito ao tráfico transatlântico, dispomos de indicações seguras sobre essa relação, no tocante a 404.705 africanos importados em diversos territórios do Novo Mundo nos séculos XVII, XVIII e XIX[62], ou seja, aproximadamente 3% das exportações totais para as Américas. Embora o tamanho e a dispersão da amostragem, no tempo e no espaço, sejam satisfatórios, intervém o problema da sobre-representação da região Congo-Angola, representante por mais de 50% do total dessas exportações, assim como a ausência da África Oriental, ainda que razoavelmente possamos atribuir-lhe uma participação mais ou menos equivalente àquela da África Ocidental. De forma global, a amostragem apresenta uma proporção de 32,9% de mulheres num total de 404.705 escravos.

Convém destacar que o exame dos dados relativos ao tráfico transatlântico revela uma relação praticamente constante entre as proporções de homens e mulheres, sejam quais forem as regiões de onde provêm os escravos. É o que mostra nitidamente a análise, realizada pelo autor, em uma amostragem de 43.096 escravos[63].

As diferenças regionais apontadas por esta última amostragem encontram-se confirmadas nessa outra amostra abaixo, relativa a 55.855 escravos desembarcados nas Antilhas entre 1781 e 1798[64].

Evidencia-se, ao analisar essas duas séries de dados, que a região da Nigéria, entre o Golfo de Benin e o Golfo de Biafra, foi aquela que exportava a maior proporção de mulheres, atingindo entre dois quintos e a metade das exportações totais. Por outro lado, a outra grande região exportadora, a do Congo-Angola, enviava regularmente uma proporção de homens superior à média; em função da sobre-representação de tal região, na amostragem dos 404.705 escravos, a

61 G. Baer, 1967.

62 Esses números provêm de J. E. Inikori, 1982, p. 24 (129.570 escravos); H. S. Klein, 1978, tabela 3, p. 30 (55.855); H. S. Klein, 1975, tabela 9, p. 84 (181.909 escravos oriundos, em sua maioria, de Angola); J. Mettas, 1978, citado por P. Manning, 1981 (12.697 escravos); D. Northrup, 1978, apêndice D, pp. 335-339 (24.502 escravos); K. D. Patterson, 1975, p. 80 (172 escravos).

63 J. E. Inikori, 1982, tabela 2, p. 23. A amostragem, relativa a escravos importados para Jamaica, abrange o período 1764-1788.

64 H. S. Klein, 1978, tabela 3, p. 30.

Região africana	Porcentagem de homens	Porcentagem de mulheres
Gâmbia	72,1	29,9
Costa do Marfim	65,7	34,3
Costa do ouro	66,8	33,2
Uidá	57,8	42,2
Benin	49,96	50,04
Bonny	56,5	43,5
Calabar	58,8	41,2
Gabão	68,8	31,2
Angola	68,2	31,8

Fonte: J. E. Inikori, 1982, tabela 2, p.23

Tabela 4.5 Proporção de homens e mulheres entre os escravos oriundos de diferentes regiões da África, 1764-1788.

Região africana	Escravos desembarcados	Porcentagem de homens	Porcentagem de mulheres
Senegâmbia	190	67,5	32,5
Serra Leoa	5 544	64,9	35,1
Costa do Marfim	3 420	70,6	29,4
Costa do Ouro	2 721	64,4	35,6
Golfo de Benin	315	54,5	45,5
Golfo de Biafra	18 218	56,9	43,1
Congo-Angola	12 168	69,9	30,1
Desconhecida	13 279	65,3	34,7

Fonte: H. S. Klein, 1978, tabela 3, p.30.

Tabela 4.6 Proporção de homens e mulheres entre os escravos desembarcados nas Antilhas, por região de origem (1781-1798) *Fonte:* H. S. Klein, 1978, tabela 3, p. 30.

proporção de mulheres em relação a esse total foi provavelmente subestimada. Tal variação regional da composição por gênero da população exportada é de muita importância para a avaliação do impacto demográfico, em escala micro--regional, das exportações de escravos.

Para o conjunto da África Negra, os dados acima analisados mostram que a importância do número de mulheres exportadas a cada ano provocou considerável redução na capacidade de reprodução nessa região. Se levarmos em conta as perdas suplementares causadas pelas exportações para as Américas (a

mortalidade entre o momento da captura e o da chegada ao término da viajem, os falecimentos devidos a combates e a fome durante as capturas), assim como a exportação de 6,9 milhões de negros (dos quais a maioria era composta por mulheres) para o resto do mundo, tudo indica que a população de África Negra diminuiu, em valores absolutos, ao menos entre 1650 e 1850.

Esse declínio global não se distribuiu uniformemente entre as sub-regiões do continente. Ao relacionar as diferenças regionais de divisão entre os sexos acima, organizadas com base na repartição por região de origem das exportações totais, podemos ter uma ideia bastante nítida do impacto demográfico no tráfico negreiro em nível micro-regional[65]. Essa análise leva a pensar que os territórios de onde provinham os consideráveis efetivos exportados pelo Golfo de Benin, o Golfo de Biafra e o Congo-Angola sofreram necessariamente uma grave despovoação[66].

Por outro lado, como fora pelo emprego permanente da força, notadamente no quadro de operações militares, que a população exportada foi escravizada, o comércio dos escravos teve efeito altamente perturbador sobre as estruturas sociais e políticas africanas. Essa já era a opinião de alguns observadores da época. Em 1679, o diretor geral da companhia holandesa das Índias Ocidentais na Costa do Ouro (o atual Gana), Heerman Abramsz, relatava que, desde a introdução das

65 Os números a seguir suscitam uma ideia, com base em dados atualmente disponíveis, a cerca da repartição, por região de origem, dos efetivos totais de escravos exportados pelo tráfico atlântico.

Sub-região da África XIX (%)	Exportações no século XVIII (%)	Exportações no século
De Senegâmbia à Costa do Ouro	24,8	10,3
Golfo de Benin	23,2	17,5
Golfo de Biafra	14,8	12,9
Centro da África do Oeste	37,5	48,0
África do Sudeste	—	11,4

Os percentuais acima foram calculados a partir dos dados repertoriados por P. E. Lovejoy (1982). Embora o método de Lovejoy e seus números globais sejam certamente contestáveis, alguns dados podem servir e a repartição percentual deles decorrente pode ser provisoriamente adotada, na qualidade de aproximação. No século XVIII, a África Oriental já exportava escravos para as ilhas do Oceano Índico, porém somente a partir do século XIX ela o fez em direção aos territórios atlânticos. Ao estudar o impacto demográfico do tráfico de escravos sobre a África Oriental, há também de se levar em conta o grande número de escravos que a África do Leste continental enviou, no século XIX, para as plantações de craveiros-da-índia de Pemba e Zanzibar.

66 Com o aumento qualitativo e quantitativo dos dados e se forem eles corretamente interpretados, tende-se a indicar nitidamente o fato de uma forte proporção das exportações, pelos Golfos de Benin e de Biafra, ser originária da zona central da África Ocidental, região que se estende da fronteira oriental da Nigéria à fronteira ocidental do Gana. Essa zona, particularmente no tocante à sua parte nigeriana, também abasteceu consideravelmente o tráfico transaariano de escravos que capturava, sobretudo, mulheres. Como as exportações a partir dos golfos compreendiam também muitas mulheres, fica claro que as densidades demográficas, geralmente baixas, observadas na região a partir do século XIX, sejam imputáveis ao tráfico negreiro.

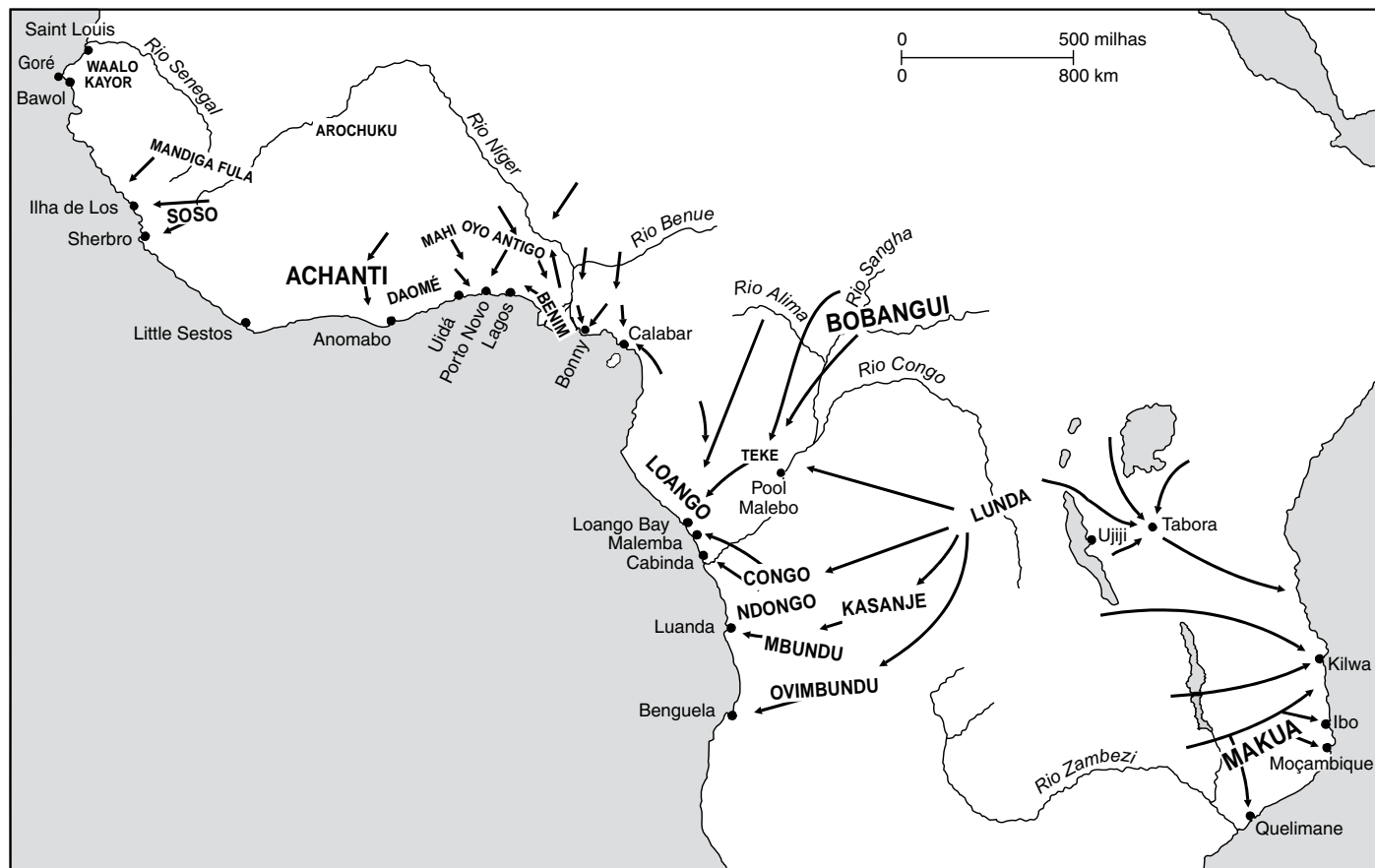



Figura 4.7 As fontes de abastecimento do tráfico transatlântico nos séculos XVIII e XIX na África (segundo J. E. Inikori).

armas de fogo, conseqüente ao desenvolvimento do tráfico de escravos, "a costa, no seu conjunto, entrou em uma espécie de estado de guerra. Tudo começou no ano de 1658 e, aos poucos, a situação degenerou de tal forma que nenhuma das passagens podia mais ser usada e nenhum mercador podia mais passar[67]".

Em 1730, um funcionário da companhia holandesa declarou: "Em primeiro lugar, não deve causar espanto que parte da África, há muito tempo conhecida como a Costa do Ouro, em função das grandes quantidades de ouro compradas, em certa época, pela Companhia e por navios particulares holandeses, tenha nos dias atuais se tornado nada mais que a Costa dos Escravos; as grandes quantidades de armas de fogo e de pólvora eventualmente trazidas pelos europeus deram origem a terríveis guerras entre os reis, príncipes e outros cabeceiras dessas regiões, os quais escravizavam seus prisioneiros; esses escravos eram imediatamente comprados pelos europeus, a preços em constante alta, despertando assim e de tal maneira a vontade dos vencedores em retomar as hostilidades que, na esperança de lucros altos e fáceis, esqueciam o trabalho e usavam de qualquer pretexto para se atacar uns aos outros ou reavivar velhos conflitos. Por conseguinte, existe muito pouco comércio entre os negros da costa, a não ser aquele dos escravos [...].[68]"

Mais tarde, no decorrer do século XVIII, um observador africano, Olaudah Equiano, confirmou, na mesma direção: "Pelo que me lembro dessas batalhas, tratava-se de incursões de um pequeno Estado ou de um distrito sobre outro, para capturar escravos ou butim. Talvez fossem eles atraídos por esses comerciantes que nos traziam os produtos europeus aos quais já fiz menção. Esse modo de obtenção de escravos é corriqueiro na África e creio haver mais escravos capturados dessa maneira ou por seqüestro, comparativamente a qualquer outro meio.[69]"

Essas observações, escolhidas a título de exemplo entre inúmeras fontes similares, mostram a estreita ligação entre o comércio de escravos e a freqüência das guerras na África da época. A ligação entre esses dois últimos fatores era, evidentemente, de grande complexidade e os exemplos escolhidos não bastam para explicá-la. Todavia, é notório que, direta ou indiretamente, esse comércio

67 Heerman Abramsz, na Assembléia dos Dez no dia 23 de Novembro de 1679, em A. van Dantzig, 1978, p. 17. A Assembléia dos Dez era o órgão diretor da Companhia na Holanda.

68 Extraído das atas de reunião dos diretores da Câmara de Zelândia, do dia 7 de Fevereiro de 1730, citado por A. van Dantzig, 1978, p. 240.

69 Citado por P. D. Curtin, 1967, p. 77. Os produtos europeus mencionados por Equiano consistem em armas de fogo, pólvora para canhão, chapéus e pérolas. Sua descrição leva a deduzir que esses produtos eram trazidos para seu país natal por comerciantes *aro* do sudeste da Nigéria.

favoreceu guerras freqüentes, desorganizando assim as estruturas políticas e sociais das sociedades africanas[70].

Uma das mais importantes distorções consistiu na criação de aristocracias militares com tal influência que elas determinaram a linha política de quase todos os grandes Estados africanos da época. A existência de um amplo mercado de exportação para os cativos incentivou-os a ver na guerra o meio de adquirir prisioneiros para a venda, ao invés de conquistar novos territórios, cujos recursos naturais e humanos poderiam ter sido explorados em proveito da classe dirigente, através de sua integração efetiva a um Estado maior. Isso implicou, para esses Estados, um duplo efeito negativo, sobre suas próprias dimensões e sobre sua estabilidade política interna; isso também explica o fato de muitos daqueles que se formaram durante esse período nunca terem alcançado uma verdadeira estabilidade política e se afundaram rapidamente, quer seja por dinâmica interna ou ao primeiro sinal de ameaça por parte de um inimigo temido.

A existência dessas aristocracias militares e sua influência sobre situação econômica de então, em certas sociedades africanas, também favoreceram o desenvolvimento do modo produção baseado na escravidão. Sob influência estrutural do comércio de exportação de escravos, primeiramente pelo Saara e o Mar Vermelho, e posteriormente, de modo mais amplo, pelo Atlântico, as diversas formas de sujeição do indivíduo, existentes desde há muito tempo na África, transformaram-se em instituições mais ou menos inspiradas na concepção ocidental relativa ao ser escravo, enquanto bem possuído. Importantes parcelas da população das grandes sociedades africanas chegaram a ser submetidas a essa situação por certos indivíduos, fossem eles comerciantes ou funcionários do Estado, ligados, direta ou indiretamente, ao comércio de escravos. Através de estruturas já implantadas e em função da penúria de recursos humanos em relação às terras cultiváveis, o impulso do "comércio legítimo", decorrente da eliminação, no século XIX, da demanda externa por escravos, provocou, em seguida, uma expansão do modo de produção escravagista na África[71].

Tais processos históricos que se estenderam por mais de três séculos levaram a África em sua totalidade a afastar-se do processo econômico de desenvolvimento e a tomar o caminho do subdesenvolvimento e da dependência. A interrupção da expansão demográfica, que durou até o século XVI, suspendeu os processos que permitiriam a expansão do comércio intra-africano, tais como

70 Para mais detalhes, ver J. E. Inikori, 1982.

71 Para mais detalhes, ver J. E. Inikori, 1982, e particularmente, C. Meillassoux, 1982; ver também P. E. Lovejoy, 1983; S. Miers e I. Kopytoff, 1977; P. Manning, 1981.

a criação de mercados internos e de instituições correlatas, a comercialização da produção agrícola e a generalização da divisão do trabalho. A baixa densidade populacional em todo continente, onde imensas regiões, tal como a zona central do oeste africano, permaneciam quase inabitadas, atrasou o avanço da produção comercial. Da mesma forma e em vastas regiões da África, a expansão do modo de produção baseado na escravidão apenas contribuiu para limitar, ainda mais, o desenvolvimento dos mercados internos e da produção comercial. Outrossim, o tráfico transatlântico de escravos impediu, de várias formas, o desenvolvimento das trocas de produtos com a Europa, trocas estas que poderiam ter estimulado o crescimento do comércio intra-africano e a produção com fins comerciais[72]. Por essas razões, em meados do século XIX, a produção alimentar de subsistência permanecia, de longe, a atividade econômica preponderante da África. Portanto, qualquer formação de capital na agricultura, assim como qualquer aumento na produtividade das culturas alimentares destinadas ao mercado interno, foi praticamente eliminado. W. A. Lewis demonstrou de forma brilhante que os preços atuais, no mercado mundial, relativo aos produtos africanos de base, estão determinados pelo baixo nível dos ganhos realizados pelos cultivadores africanos, no referente aos produtos alimentícios destinados ao mercado interno, em função de sua reduzida produtividade[73]. O que W. A. Lewis não parece levar em conta é o fato de que essa baixa produtividade da agricultura de subsistência remonta ao século XVII, herdeira de três séculos de uma história que foi ainda agravado pelo impacto econômico do colonialismo no século XX.

O caráter rudimentar da divisão do trabalho e a escassez de mercados internos só podiam prejudicar o desenvolvimento das atividades manufatureiras além do estágio artesanal. Tal industrialização seria ainda entravada pela importação desenfreada de produtos manufaturados, provenientes da Europa e do Oriente, destinados à troca por cativos. Desse modo, com mercados internos reduzidos,

---

72 Encontra-se uma análise detalhada dessa questão em J. E. Inikori, 1983. Consultar também J. E. Inikori, 1982, introdução.

73 Assim escreveu Arthur Lewis: "Um camponês da Nigéria podia cultivar seu amendoim com cuidado e *savoir-faire* correspondentes ao que um fazendeiro australiano empregava na criação de seus carneiros, porém o rendimento era muito diferente. O preço justo, para empregar uma expressão medieval, teria recompensado a igualdade de competências pela igualdade de remuneração. Porém, o preço de mercado rendia ao Nigeriano 700 libras por hectare de amendoim, enquanto o Australiano ganhava, com sua lã, 1.600 libras por hectare, de modo algum em razão de uma diferença na competência ou por uma questão de utilidade e produtividade próprias ao amendoim ou à lã, mas antes porque eram as quantidades de alimentos possíveis que seus primos podiam produzir, em suas culturas familiares. É nesse sentido fundamental que os dirigentes do mundo menos desenvolvido denunciam a injustiça da atual ordem econômica internacional, a saber, que os termos fatoriais da troca apoiam-se no jogo mercantil dos custos de substituição, e não, em adverso, no justo princípio de uma remuneração igual por um trabalho igual" (W. A. Lewis, 1978, p. 19).

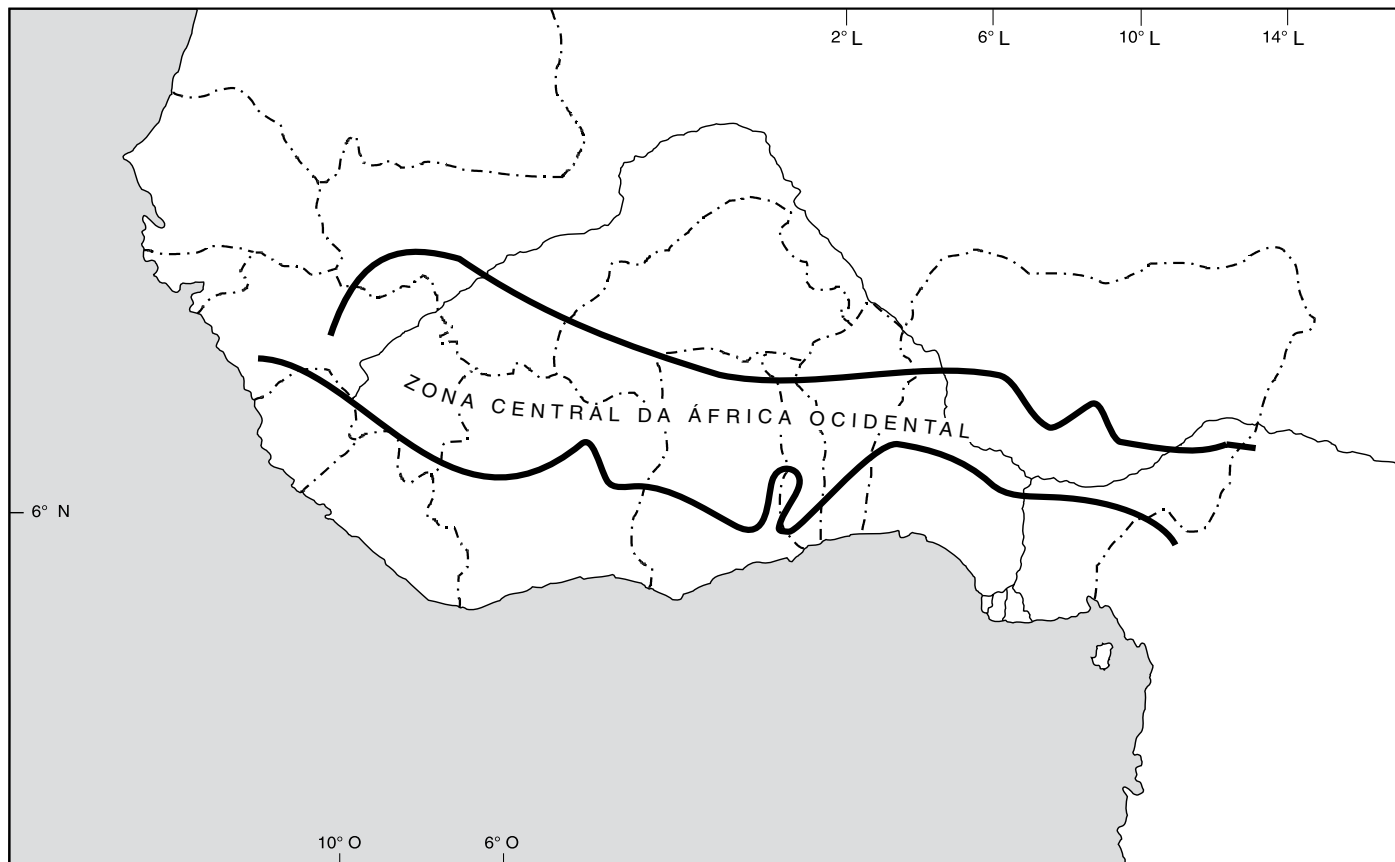



Figura 4.8 A zona central da África Ocidental. *Fonte:* segundo M. B. Gleave e H. P. White, 1969, p. 124. Mapa publicado com a autorização da American Geographical Society.

setores agrícolas e industriais não capitalizados, bem como grande número de pequenos Estados, em mãos de comerciantes e guerreiros ligados à escravatura, a África reunia todas as condições necessárias à sua dependência *vis-à-vis* das economias industrializadas na zona atlântica, tanto no que diz respeito à venda de suas matérias primas, quanto no que tange à compra de produtos manufaturados e de serviços, dos quais necessitava. As bases da dependência econômica estavam, portanto, solidamente estabelecidas em meados do século XIX, época em que o tráfico de escravos chegou a seu ocaso. A partir do fim desse mesmo século, a dominação colonial acabaria por consolidar essa situação.

Conclusão

Podemos agora inferir as conclusões decorrentes dos fatos e da análise acima. Quando, em 1492, Cristóvão Colombo desembarcou nas Américas, as economias na zona atlântica eram todas, por definição, não desenvolvidas. Na Europa Ocidental, tal como na África e nas Américas, a atividade manufatureira ainda estava no seu estágio artesanal e formava parte integrante da agricultura, que era de longe o setor preponderante. Por toda a parte predominavam modos de produção pré-capitalistas. Nessas condições, as economias da zona atlântica não podiam funcionar eficazmente em um sistema único, regido pelas forças do mercado. Por essa razão, a Europa teve que empregar, de início, sua superioridade naval e militar. Em meados do século XIX, grandes diferenças apareceram entre as economias nas diversas regiões da zona atlântica: as indústrias mecanizadas concentraram-se à beira do Atlântico, no noroeste da Europa e no nordeste dos Estados Unidos da América, enquanto a maior parte da zona atlântica dedicava-se à produção de base – produtos alimentícios destinados à venda e agricultura de plantação, no oeste e no sul dos Estados Unidos; agricultura de plantação, nas Antilhas; exploração mineira, criação extensiva de rebanho e agricultura de plantação, na América Latina; e, por fim, agricultura de subsistência ou ocasionalmente, colheita de produtos naturais destinados à exportação, na África (após a época do tráfico de escravos). A estruturação econômica e social da zona atlântica gerou finalmente um sistema econômico único, regido pelas forças de mercado. Nos dias atuais, apenas uma intervenção política deliberada, em um ou vários estados dessa zona, poderia transformar radicalmente as estruturas e uma divisão internacional (mas também inter-regional) do trabalho firmemente consolidadas. Salvo essa eventualidade, a situação não pode senão perpetuar-se,

à medida que regiões bem posicionadas, à margem do Atlântico, continuam a explorá-la em seu proveito econômico e político.

Os fatos e a análise que apresentamos mostram claramente que tal evolução deriva, finalmente, do comércio de exportação de escravos da África. Os fatos destacam nitidamente que a revolução industrial, tanto na Inglaterra, do século XVIII e do início do século XIX, quanto no nordeste dos Estados Unidos, no século XIX, não poderia ter ocorrido sem a espetacular expansão, na produção e no comércio de mercadorias, experimentada pela zona atlântica entre os séculos XVI e XIX. Esse extraordinário desenvolvimento assim originou as ulteriores revoluções industriais do século XIX, no noroeste da Europa. Foi sem sombra de dúvidas a mão de obra servil africana fornecida pelo tráfico de escravos que tornou possível esta extraordinária expansão.

No próprio momento em que essa expansão estimulava o desenvolvimento do trabalho livre assalariado, constituído em forma dominante de atividade econômica, no noroeste da Europa e no nordeste dos Estados Unidos, o resto da zona atlântica viu desenvolver-se um modo de produção baseado na escravidão. Particularmente na América Latina, nas Antilhas e nos estados do sul dos Estados Unidos, a expansão desse modo de produção criou as condições para um desenvolvimento desigual, facilitando o rápido avanço do capitalismo nas outras partes da zona atlântica. A concentração, no século XIX, das indústrias mecanizadas nessas regiões costeiras do Atlântico tornou-se possível graças ao amplo mercado que esse modelo de desenvolvimento desigual oferecia. Os fatos confirmam, portanto, a hipótese segundo a qual o processo histórico das origens do capitalismo, no noroeste da Europa e no nordeste dos Estados Unidos, levou simultaneamente à consolidação e à extensão dos modos pré-capitalistas de produção na África, na América Latina, nas Antilhas e nos estados do sul dos Estados Unidos.

Apoiando-se nas condições criadas pela ordem econômica já estabelecida na zona atlântica, no século XIX, as regiões costeiras do Atlântico, dotadas dos instrumentos de suas indústrias mecanizadas, lançaram-se na conquista econômica e política da Ásia, dos territórios do Pacífico e do resto da Europa, para chegar, finalmente, à ordem econômica mundial contemporânea. Convém destacar que na época do surgimento da ordem econômica atlântica, entre os séculos XVI e XIX, a Europa Ocidental não tinha capacidade de estabelecer com a Ásia uma sólida ligação comercial, baseada na troca de seus respectivos produtos.Durante séculos a Europa permaneceu dependente do ouro e da prata das Américas, para manter suas relações comerciais com a Ásia, na ausência de produtos por essa última considerados mais interessantes que aqueles provenientes de sua própria

produção. Para confirmar esse fato, basta examinar a composição das exportações realizadas com destino à Ásia pela Companhia inglesa das Índias Orientais, nos séculos XVII e XVIII[74].

Período	Total de exportações (Média por década em libras esterlinas)	Porcentagem de metais preciosos
1661-70	133 464	67,0
1691-1700	332 613	71,4
1721-30	650 008	83,6
1751-60	988 588	65,7

Fonte: P. Kriedte, 1980-3, tabela 25, p.84.

Tabela 4.7 Exportações para a Ásia da Companhia britânica das Índias Orientais.

Por outro lado, no século XIX, a Europa Ocidental e a América do Norte já se mostravam capazes de integrar firmemente os sistemas econômicos da Ásia à ordem econômica atlântica, pois os asiáticos não conseguiam mais resistir aos produtos das indústrias européias mecanizadas. Os tecidos de tecelagens inglesas e norte-americanas começaram a invadir a Ásia, forçando a região a produzir matérias-primas no intuito de atender à demanda crescente nas novas indústrias. É assim que a ordem econômica atlântica, apoiando-se nos impérios coloniais, estendeu-se ao resto do mundo para criar a ordem econômica mundial do século XX,o que permite dizer que esta ordem foi construída graças ao suor e o sangue dos africanos. Quando os negros africanos foram transferidos à força para as Américas, no momento em que o continente necessitava aumentar sua população e seu comércio exterior de mercadorias, visando desenvolver sua produção e transformar suas estruturas pré-capitalistas, nesse mesmo período, todas as mudanças nesse sentido foram bloqueadas. Eis o porquê do atraso da África no plano econômico, nos primórdios do século XX, comparativamente a todas grandes regiões do mundo. Entre o fim do século XIX e meados do século XX, a dominação colonial contribuiu consideravelmente para mantê-la nesse atraso, entretanto, essa questão ultrapassa os limites temáticos do presente capítulo.

74 P. Kriedte, 1983, tabela 25, p. 84.

CAPÍTULO 5

A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo

J. E. Harris

A Europa e as Américas

Por falta de documentação, não se sabe exatamente quando os primeiros africanos chegaram a Ibéria, ou mais geralmente, a Europa. É, contudo, provável que africanos oriundos do norte e do sul do Saara tenham se aventurado na Ibéria, na época longínqua em que as trocas comerciais trans-saarianas eram intensas.

Africanos também participaram, no ano de 711, da campanha muçulmana na Ibéria. Nos séculos seguintes, marcados por guerras incessantes entre o Islã e a cristandade, eles combateram como soldados e trabalharam como escravos. De fato, a partir do século XIII, nas feiras de Guimarães, no norte de Portugal, encontravam-se mouros, mercadores de escravos vendendo africanos oriundos das regiões situadas ao sul do Saara[1].

A tomada de Ceuta pelos portugueses, em 1415, inaugurou a era da penetração européia no continente africano. Em 1435, os portugueses alcançaram o Senegal e, em 1483, o Congo. A partir de 1441, houve deportações de africanos para Lisboa, marcando assim o prelúdio da imigração forçada de africanos, ou seja, do tráfico negreiro que continuaria até a época moderna. De fato, avalia-se que entre os anos de 1450 e 1500, Portugal exportou entre setecentos e nove-

1 A. Luttrall, 1964, p. 64.

centos escravos africanos por ano. Segundo as estimativas, aproximadamente cem mil escravos estavam presentes, no início do século XVII, em Portugal e na Ilhas Madeiras, sob domínio português. Em 1468, a Coroa Portuguesa instaurou um sistema de contratos, equivalente ao *asiento* espanhol (monopólio), sobre o comércio de escravos no sul do Rio Senegal.

A necessidade de justificar o crescimento do número de escravos africanos levou os papas Nicolau V e Calisto III a expedir bulas (em 1454 e 1456, respectivamente), apresentando a expansão portuguesa na África como uma cruzada de cristianização do continente africano. Nessa perspectiva, a escravização dos africanos pelos cristãos era vista como sendo do próprio interesse dos autóctones "pagãos", argumento esse reforçado pelo mito bíblico segundo o qual os descendentes de Ham, um dos filhos de Noé, eram amaldiçoados e destinados à escravidão. Tal dimensão bíblica e religiosa, por ser de grande alcance, fundava e justificava muito oportunamente ideias relativas à natureza "inferior" e "selvagem" dos africanos[2].

Em Espanha e Portugal, os escravos negros costumavam trabalhar nas minas, nas explorações agrícolas ou na construção; eram soldados, guardas, serviçais domésticos, correios, lenhadores, operários nas fábricas, e no caso das mulheres, concubinas. Mesmo aqueles ou aquelas que não eram escravos ocupavam sempre os mais humildes e difíceis empregos.

A venda e a exploração de escravos constituíam um fenômeno essencialmente urbano, já que a mão de obra africana deslocada chegava nos portos e nas cidades. As principais zonas urbanas implicadas eram Barcelona, Cádiz, Sevilha e Valência, na Espanha, e Lisboa, em Portugal. A vida urbana oferecia aos escravos inúmeras ocasiões de fugir e, em alguns casos, de comprar a sua liberdade. Não é surpreendente, portanto, o fato de os negros "livres" terem se agrupado, em sua grande maioria, nas zonas urbanas, onde tentaram cultivar um espírito comunitário e dotar-se de instituições correspondentes a seus interesses. Assim surgiram confrarias religiosas em Barcelona, por volta de 1455, Valência, em 1472, e Sevilha, em 1475. Tais organizações patrocinavam atividades recreativas, festas e reuniões sociais; arrecadavam dinheiro a fim de comprar e libertar outros escravos; também compravam terrenos para poder dispor de lugares de sepultamento para os negros, que deviam, na maioria dos casos, ser enterrados separadamente[3].

Alguns negros alforriados conseguiram ocupar funções importantes na sociedade espanhola. Cristóbal de Meneses tornou-se um eminente padre

---

2 J. Walvin, 1972, pp. 10-12, 32-47 e 115-152.

3 L. B. Rout, 1976, pp. 15-16

dominicano; Juan de Pareja e Sebastián Gómez eram pintores; quanto a Leonardo Ortez, fez uma carreira de jurisconsulto. Juan de Valladolid foi encarregado do controle dos negros em Sevilha, em 1475. Ainda mais notável foi o caso de Juan Latino, letrado de raça negra que obteve dois diplomas na Universidade de Granada, o primeiro em 1546, e o outro em 1556. Embora não tenha sido nomeado oficialmente, chegou a lecionar nessa mesma universidade[4].

Ainda que alguns criados africanos tenham acompanhado o espanhol Nicolas Ovando, quando da inauguração do cargo de governador de Hispaniola, em 1502, e apesar da insistência com a qual Pierre Bartolomé de Las Casas, entre outros, pediu a ampliação do tráfico negreiro, o Estado apenas definiu uma política oficial a respeito do tráfico negreiro para o Novo Mundo em 1518. Foi neste mesmo ano que Carlos I de Portugal proclamou o *asiento do Negroes*, intensificando assim a concorrência no comércio de escravos africanos.

Embora Portugal tenha ficado sob domínio espanhol entre 1580 e 1640, conseguiu, no ano de 1600, um verdadeiro monopólio sobre esse comércio: fez um acordo com a Espanha, segundo o qual se comprometia a fornecer escravos africanos às colônias espanholas; em 1640, tal monopólio passou para as mãos dos holandeses, e depois, em 1701, para os Franceses. No ano de 1713, após a guerra da Sucessão da Espanha, o monopólio, sob a forma do *asiento*, foi atribuído à Inglaterra, que se tornou assim o maior mercador de escravos do mundo.

Antes mesmo dos ingleses tornarem-se os fornecedores exclusivos dos países estrangeiros, o número de africanos estabelecidos na Inglaterra aumentava de forma contínua. De fato, a partir de 1530, quando William Hawkins alcançou a costa da África Ocidental, as viagens subsequentes levavam escravos africanos para a Inglaterra. Em 1556, Elizabeth I considerou que havia demais "mouriscos" na Inglaterra, e que era preciso mandá-los de volta para a África. A partir do século XVIII, os fazendeiros das Antilhas, ao visitar sua terra natal, começaram a levar com eles escravos africanos para assumirem cargos de serviçal ou de guarda-costas. Assim o faziam também os oficiais da Marinha ou do Exército, bem como os capitães de navios negreiros. O fato de possuir servidores negros tornara-se uma marca de distinção. Aos poucos, a posse de escravos negros chegou a ser considerada como o símbolo de uma condição social elevada, e ninguém mais ignorava que era possível conseguir uma mão de obra doméstica

4 *Ibidem*, p. 18; V. B. Spratlin, 1938.

de baixo custo. Começaram a aparecer nos jornais anúncios para a venda de "negros".

A maioria destes africanos era enviada, de início, para as zonas urbanas, o que lhes permitiu de vez em quando escapar, misturando-se à multidão; conseguiam então vender seus serviços e entrar em contato com europeus liberais que se opunham à escravidão. Os jornais de Londres, Bristol e Liverpool, entre outros, não somente publicavam anúncios propondo escravos, como também lançavam apelos para que os fugitivos voltassem aos seus senhores. Os sequestros aumentavam à medida que crescia a demanda por escravos. Na Inglaterra, os caçadores de escravos especializaram-se na arte de perseguir e capturar os africanos, desprovidos de qualquer proteção legal ou estatuto social. Os escravos assim capturados eram muitas vezes reconhecidos pelos antigos donos, em função de sua cor e das marcas deixadas na sua pele. A sua cor fazia dos africanos o alvo dos traficantes de escravos, tanto na Europa, quanto na África. Não se deve subestimar a influência psicológica da dominação dos negros pelos brancos, assim como o processo de desumanização do africano, iniciado a partir do século XVIII[5].

A presença de africanos na Inglaterra tornou cada vez mais necessária a outorga de um estatuto. Alguns ingleses pensavam que a conversão ao cristianismo devia conferir-lhes a liberdade e os mesmos direitos que os "civilizados". Grandville Sharp foi um daqueles que lutaram pela abolição da escravidão. Em 1767, com o caso do Africano Jonathan Strong, Sharp abraçou a causa dos escravos africanos e salvou alguns deles, lutando nos tribunais em favor de sua liberdade. A mais importante causa, em favor da qual ele pleiteou em 1772, foi aquela de James Summerset, um escravo foragido que havia sido recapturado. Caso este acompanhado com o maior interesse pela comunidade africana de Londres, em função da forte influência que seu desfecho podia ter sobre ela. Embora Lord Mansfield, que julgou o caso, não tenha chegado a abolir a escravidão, não menos decidiu que o senhor de um escravo não poderia mais legalmente obrigá-lo a acompanhar seu dono em suas viagens no exterior. Tal decisão marcou o início do recuo da escravidão na Inglaterra. Nessa época, estimava-se em cerca de 15 mil o número de africanos que residiam na Inglaterra, alguns destes na mais gritante miséria, feitos párias[6].

Na França, a partir do século XV, começou-se a prestar sempre mais atenção na presença africana no território nacional. Foi nessa época que navegadores

---

5 F. O. Shyllon, 1974, pp. 5-10.

6 *Ibidem*, pp. 17-23 e 141-164.

franceses empreenderam incursões nas diferentes regiões costeiras da África Ocidental, principalmente na zona das ilhas de Cabo Verde e do Rio Senegal. Muitos, dentre eles, trouxeram africanos para a França, em primeiro lugar como prova da sua viagem, mas também para depois vendê-los como escravos. Em 1595, constatou o capitão português, Alvarez d'Almeida, que na África vários autóctones falavam francês e residiram na França.

Ainda que, na época, escravos africanos podiam ser encontrados nesse país, fica claro que o desenvolvimento da escravidão na França não se deu, no início, de forma deliberada. Um tribunal real chegou a proclamar, no ano de 1571: "A França, mãe da liberdade, não permite nenhum escravo." Entretanto, a prática a esse respeito variava em função dos casos: alguns africanos eram escravizados, ao passo que outros permaneciam teoricamente livres, embora num meio hostil. Vários observadores apontaram para uma presença africana em algumas cidades do país, tais como Angers, Lyon, Orleães e Paris. Eram empregados como servidores, serviçais domésticos, e até mesmo como pajens nas famílias nobres; alguns dentre eles participavam de desfiles, e de outros tipos de festividades. Outros ainda destacaram-se nos campos de batalha. Assim foi o caso dos soldados negros – oriundos da Guiné, do Congo e de Madagascar – dos batalhões *Saxe-volontaires*, que se cobriram de glória na Europa do século XVII[7].

O negro mais famoso do Exército francês foi Alexandre Davy Dumas, de pai francês e mãe escrava e negra. As seguintes gerações da família Dumas ficaram famosas nas carreiras militares e literárias. Contudo, a grande maioria dos africanos que residiam na França era de empregados domésticos, cuja vida não era tão difícil quanto aquela de seus irmãos escravizados.

Um grande número de africanos chegou à França a partir do fim do século XVII, e, durante o século XVIII, a política real permitiu aos franceses donos de escravos na Américas trazê-los de volta para a França. Foi assim que os franceses começaram a acostumar-se à presença dos negros entre eles.

Existem muito poucos escritos relativos à presença africana em outras regiões da Europa. Sabe-se, contudo, que um certo número de africanos, particularmente emissários e peregrinos etíopes, foram para a Europa no fim da Idade Média. No século XV, viviam em Veneza, no Vaticano e em algumas cidades vizinhas, monges etíopes, assim como outros africanos, inclusive escravos[8].

Os venezianos eram ao mesmo tempo mercadores e donos de escravos. Parece que a maioria desses escravos era de origem européia e asiática, mas

7 I. B. Kake, 1948, pp. 73-85.

8 T. Tamrat, 1977; W. L. Hansberry, 1965.

Figura 5.1 General Alexandre Davy Dumas, 1762-1806. [The Moorland-Spingarn Research Center, Howard University, Washington, D. C.]

alguns, porém, eram africanos. De fato, a queda de Constantinopla acarretou uma diminuição do tráfico no Mar Negro e o conseguinte crescimento do tráfico de africanos. A maioria dos escravos africanos teria sido adquirida nos portos egípcios, o que permite pensar que provinham em grande parte da bacia do Nilo, no Sudão[9].

A raridade das fontes não nos permite esboçar o quadro geral da vida dos africanos em Veneza e nas regiões vizinhas. Segundo alguns testemunhos,

9 R. Smith, 1979.

teriam sido assimilados pelas famílias locais, o que poderia explicar seu desaparecimento quase total até o fim do século XVIII. Outrossim, convém acrescentar que a proibição da prática de algumas profissões exercidas pelas pessoas de condição servil foi provavelmente prejudicial aos escravos e aos serviçais africanos. Todavia, alguns observadores destacaram que os escravos gozavam da proteção da lei. Todos deviam ser batizados, o que talvez contribuísse para o abrandamento de sua situação[10]. No entanto, a escravidão era um estado de servidão e de desigualdade que, associado à coerção física e psicológica, deveria ser estudada mais adiante a fim de inferir conclusões definitivas.

É, contudo, nas Américas que se observaram os mais determinantes e dramáticos efeitos da dispersão dos africanos[11]. Durante a maior parte do século XV, o tráfico negreiro, por ser ligado ao desenvolvimento das plantações portuguesas no Brasil, e holandesas nas Guianas, permaneceu essencialmente limitado ao Caribe e à América Central e do Sul. A seguinte fase deste tráfico, no século XVI, coincidiu com a participação africana na exploração das Américas. Trinta africanos acompanharam Balboa, quando de sua viagem exploratória ao México, onde um deles teria semeado trigo e colhido a primeira safra. Da mesma forma, duzentos africanos participaram da expedição de Alvarado, em Quito, e outros, daquela de Pizarro, no Peru. Os mais famosos dentre eles foi sem dúvida Estevanico, que desempenhou um papel importante na exploração do Novo México e do Arizona pelos espanhóis. Africanos também participaram das expedições francesas no Canadá (principalmente junto aos missionários jesuítas), bem como da conquista do vale do Mississippi[12].

No ano de 1619, uma nau holandesa desembarcou vinte negros em Jamestown, para trabalharem como empregados domésticos contratados. A introdução de tal mão de obra despertou a demanda por trabalhadores negros, e várias práticas foram instituídas para limitar sua liberdade, notadamente aquela de escolher livremente seu trabalho. Tal situação acarretou a institucionalização da escravidão nas colônias inglesas da América do Norte, em 1660. No fim deste mesmo século, o africano foi legalmente reduzido à condição de escravo, de mero objeto, que o senhor podia dispor a seu bel prazer, sem nenhum respeito com sua qualidade de ser humano. Não se podia tampouco esperar que o Estado limitasse tal exploração. Esse sistema de sujeição visava a garantir um rendimento econômico máximo, baseando-se na crença dos Europeus na inferioridade intrínseca

10 *Ibidem*, pp. 53 e 57.

11 Entre as fontes às quais se pode referir figuram J. E. Inikori, 1982, e P. D. Curtin, 1969.

12 R. W. Logan, 1940; J. W. Johnson, 1941.

do africano pelo simples fato de sua cor de pele e de suas feições físicas, crença esta que tinha valor de argumento[13].

Nessa mesma época, a Inglaterra e a Espanha lutavam em prol do domínio do Caribe. A Inglaterra tomou Barbados em 1627, e a Jamaica em 1655. As plantações locais exigiam uma mão de obra importante, que decuplicou ao longo de quarenta anos, graças à chegada de um grande número de escravos de Angola, Costa do Ouro, Congo, Nigéria, Daomé, e após 1690, de Madagascar.

Durante as últimas décadas do século XVII, ingleses e franceses confirmaram sua supremacia no Caribe. Em Barbados e Jamaica, a escravidão desenvolveu--se rapidamente e serviu de modelo para a América do Norte. Ademais, no Caribe apareceram centros de "adestramento", onde os escravos africanos eram "domados". Porém, pelo fato de um grande número desses africanos "adestrados" conhecer bem as condições que reinavam na ilhas caribenhas, e participar algumas vezes de conspirações e revoltas, eles serviam também como modelo de resistência para os escravos da América do Norte.

As mais frequentes e graves conspirações e revoltas de escravos, que representavam a forma última da luta para se libertar da escravidão, ocorreram geralmente nas regiões com uma importante densidade de escravos negros. Na Guiana britânica, por exemplo, os escravos chegaram a constituir até 90% da população total. Eram também muito numerosos na Jamaica, no Brasil e em São Domingos (Haiti), e em menor escala, em Cuba. Por outro lado, nos Estados Unidos, os escravos apenas eram majoritários em dois Estados, Mississipi e Carolina do Sul.

Se excluirmos aquelas de São Domingos, as mais graves revoltas de escravos africanos ocorridas nas Américas foram as que ocorreram na Jamaica e na Guiana. A primeira foi a guerra dos *marrons*, que estourou na Jamaica em 1725 e na qual grupos de escravos fugiram pelas montanhas para fundar ali sua própria comunidade. No ano de 1739, os ingleses foram obrigados a firmar um tratado com o capitão Cudjoe, oriundo da Costa do Ouro, que aceitou entregar todos os fugitivos em troca do direito à autonomia e à isenção de impostos.

A Guiana, formada pelas regiões de Essequibo, Berbice e Demerara, sofreu uma série de grandes revoltas nos séculos XVIII e XIX, as quais atingiram seu ápice em 1823.

Na década de 1740, a resistência negra levou os holandeses a firmarem um tratado de amizade com o chefe coromanta Adoe. Este último e seus seguidores

13 O livro de J. H. Franklin (1967) constitui a mais segura fonte de informação da qual dispomos a respeito dos negros nos Estados Unidos de América.

lançaram uma campanha de extermínio total dos europeus, porém apenas atingindo uma pequena zona. Nos meados do século, outro grupo liderado por um chefe coromanta tentou, em vão, tomar o poder na colônia. Mas é a década de 1760 que merece o maior destaque: foi marcada pela grande rebelião de 1763--1764, promovida por africanos e crioulos, e liderada por Cuffy. Alguns observadores interpretaram tal rebelião como um prelúdio às revoltas de São Domingos. Nos séculos XVI e XVII, no México, importantes revoltas foram fomentadas por escravos africanos, a fim de provocar a emergência de comunidades africanas. Esforços similares foram também promovidos pelos *marron*s no Panamá, na Colômbia e na Venezuela, bem como pelos negros no Peru, e pelos escravos nas ilhas Leeward e Windward, e também em Cuba e outros lugares[14].

Entretanto, antes da revolta de São Domingos, foi no Brasil que a luta armada teve maior relevância, em termos de amplitude e duração. Revoltas de pequeno alcance sempre marcaram a história da escravidão no Brasil; porém, foi no Estado de Palmares que se manteve, durante quase todo o século XVII (de 1605 a 1695), uma comunidade africana autônoma estimada em vinte mil membros, em sua maioria bantos oriundos de Angola e Congo. Tentaram organizar a comunidade segundo os padrões de sua sociedade de origem e resistiram tanto aos holandeses, quanto aos portugueses, até serem finalmente derrotados em 1695[15].

Tais lutas de libertação testemunham o despertar do nacionalismo no seio da diáspora africana do Caribe e da América Latina. Para os africanos, não se tratava apenas de uma necessidade de vingança ou de fuga nas montanhas, mas também, e sobretudo, de criar zonas politicamente autônomas, permitindo-lhes defenderem-se contra seus inimigos. Nessas lutas, as religiões africanas, tal como o obeah e o culto vodu, constituíram um importante fator de organização. O Islã desempenhou um papel semelhante, principalmente na Bahia, onde contribuiu em unir haussas e iorubás[16].

Na mesma época, na América do Norte, os africanos fomentaram também uma série de complôs, desencadeando assim várias insurreições[17]. Uma grande parte das plantações encontrava-se longe de zonas propícias à rebelião, tais como

---

14 R. Price, 1973; R. Bastide, 1971; O. D. Lara, 1979; R. Mellafe, 1964; C. F. Guillot, 1961; G. A. Beltran, 1958; M. A. Saignes, 1967; F. B. Figueroa, 1961; J. J. Uribe, 1963; F. Ortiz, 1916; E. V. Goveia, 1965; UNESCO, 1979.

15 C. Moura, 1959; L. Luna, 1968; S. B. Schwartz, 1970 e 1977; R. K. Kent, 1965; E. D. Genovese, 1979; D. H. Porter, 1970, pp. 37-40.

16 E. Ignace, 1970.

17 H. Aptheker, 1944; E. D. Genovese, 1979.

as montanhas da Jamaica ou a selva da Guiana. No entanto, muitos escravos das colônias meridionais da América do Norte resolveram se esconder junto aos índios ou em outras comunidades. Na Flórida, por exemplo, um grupo de escravos fugiu e se juntou aos índios seminoles, com os quais organizaram ataques contra as plantações vizinhas. Outrossim, no início do século XVIII, diante da possibilidade do sistema dos contratos ser substituído pela servidão vitalícia, e após a adoção, pelas duas Carolinas, de um sistema de produção intensiva nas suas plantações, aproveitando-se do estatuto dos escravos tal como existia no Caribe, insurreições estouraram na Virgínia e em Maryland.

Em 1730, foram descobertos complôs de escravos em três colônias – Virgínia, Carolina do Sul e Luisiana. Os líderes eram africanos que já haviam se envolvido em revoltas na África Ocidental. No ano seguinte, um motim estourou a bordo de um navio negreiro ao largo de Rhode Island, e quatro anos depois, escravos embarcados a bordo do negreiro *Dolphin* conseguiram matar seus algozes com o preço de sua própria vida. A mais grave revolta desse período estourou em 1739, na Carolina do Sul, no momento em que Cudjoe colocava o exército britânico em dificuldade nas montanhas da Jamaica. Essa revolta ganhou o nome de rebelião de Caton[18].

Semelhantes desordens ocorreram nas colônias setentrionais de América do Norte, isentas de plantações, e onde não tinha mais do que três mil africanos para uma população branca seis vezes maior. No ano de 1712, um grupo liderado por um africano da Costa do Ouro tentou incendiar a cidade de Nova Iorque. Boston sofreu semelhantes fatos em 1723. Em 1741, africanos tentaram de novo pôr fogo em Nova Iorque. Porém, as circunstâncias deste novo episódio, que obteve, na época, uma forte repercussão, ainda são objeto de análises divergentes. Dois anos antes da ratificação da Declaração de Independência, Boston sofreu de novo graves distúrbios. Vale destacar que este primeiro ciclo de conspirações e revoltas na América do Norte deveu-se, em geral, a africanos recém-chegados na América, e que ainda lutavam contra a servidão. Em 1772, em várias regiões das colônias americanas, alguns propuseram a deportação de todos os negros alforriados para a África ou às Antilhas, por serem considerados os instigadores da resistência[19]. Aqueles que eram presos por causa de suas atividades subversivas eram submetidos a tratamentos brutais e enforcados. Ao contrário do Caribe, as condições específicas da América do Norte ofereciam aos escravos uma certa margem de manobra. Na zona setentrional das colônias norte-americanas, por

18 *Ibidem.*

19 *Ibidem.*

exemplo, existia uma real possibilidade de fuga. Tanto no norte como no sul, bem como no Canadá, diferentes grupos de Europeus, tais como os Quaker, opunham-se à escravidão e eram prestes a ajudar os fugitivos. Todavia, entre 1700 e 1750, vários africanos da América do Norte foram, ao que tudo indica, influenciados pelas rebeliões dos *marrons* do Caribe.

Entre os anos de 1750 e 1775, chegaram ao ápice os eventos decisivos ao destino dos africanos, tanto na América do Norte, quanto no Caribe. A afirmação da supremacia britânica coincidia com o desenvolvimento do movimento antiescravagista na Grã-Bretanha. Tal situação houve como consequência a ratificação, em 1772, do Decreto de Lord Mansfield, segundo o qual se tornava ilegal submeter um indivíduo à escravidão nas Ilhas Britânicas. Entre os brancos das colônias americanas criou-se um movimento em favor da independência política em relação à Coroa. Isso provocou um debate filosófico a fim de determinar se os negros também deviam ser, ou não, livres.

As colônias norte-americanas proclamaram a Declaração de Independência em 1776. Contudo, já fazia tempo que vários africanos, que lá viviam, exigiam sua liberdade. Portanto, os africanos instruídos, quer fossem escravos ou alforriados, encontraram-se, naturalmente, do lado dos europeus para reivindicar seu direito à liberdade. Alguns desses africanos combateram os ingleses ao lado dos brancos. O negro Crispus Attucks foi a primeira vítima da luta contra a Inglaterra, em 1770, que constituiu o prelúdio à Guerra de Independência, no decorrer da qual vários negros tomaram as armas e entraram para a história com seus nomes africanos. Alguns desertaram e os ingleses concederam-lhes a liberdade[20].

Em São Domingos, colônia francesa onde a população mestiça tornara-se significativa, formou-se um grupo de voluntários de cor, a fim de apoiar os colonos que lutavam contra os ingleses em Savannah, na Geórgia. Na América do Norte, a luta pela liberdade começara, porém, de maneira singular: os europeus da América queriam se libertar da tutela britânica, ao passo que os africanos deviam lutar em duas frentes para se libertar de uma dupla dominação, ou seja, a dos ingleses e a dos colonos americanos.

Os africanos da diáspora americana faziam parte integrante de um mundo dominado pela hegemonia européia, e no qual potentes forças econômicas e intelectuais tentavam reorganizar as estruturas políticas e sociais. Alguns africanos, por entenderem o jogo dessas forças e estarem presentes e ativos no seio

20 B. Quarles, 1961, constitui a melhor fonte a esse respeito.

desse sistema europeu, influíam nas decisões tomadas pelos europeus. É inegável que eles estavam divididos: alguns eram convencidos que a salvação passava pela assimilação dos valores e dos ideais europeus, enquanto outros, ao contrário, queriam afirmar sua africanidade, sendo por isso prestes a arriscar suas vidas, a fim de protestar e resistir à repressão a eles imposta pelos europeus.

Um dos caminhos da salvação consistiu na experiência levada a cabo em Serra Leoa, após a decisão judicial de Lord Mansfield, que em 1772 estabeleceu que um dono de cativos não podia obrigar seus escravos a deixarem a Inglaterra. Consequentemente a esta medida judicial e ao fluxo de africanos – alforriados por terem combatido, junto aos ingleses, contra as forças independentistas americanas –, uma importante comunidade negra constituiu-se em Londres. Os abolicionistas tentaram então pôr em prática a ideia que consistia em reinstalar na África os africanos libertos. Esperava-se que uma sociedade baseada no trabalho livre difundiria o cristianismo, desenvolveria uma economia de tipo ocidental, bem como contribuiria à abolição do tráfico. Dessa forma, em 1787, mais de quatrocentos africanos alforriados foram enviados a Serra Leoa, para lá se instalarem. Pela primeira vez, a ideia do regresso coletivo dos antigos escravos africanos concretizava-se.

A primeira tentativa neste intuito, organizada e financiada por africanos, ocorreu nos Estados Unidos e foi liderada por Paul Cuffee. Ele impressionara-se com as perspectivas abertas pela experiência de Serra Leoa, empenhando-se em reunir os negros que almejavam voltar à África. Além disso, Cuffee queria também desenvolver as trocas comerciais com o continente africano. Além do regresso à África de 38 negros, em 1814, foram poucos os efeitos imediatos dos ideais e dos esforços de Cuffee. Contudo, seu exemplo serviria de fonte de inspiração às futuras gerações[21].

Ao passo que os europeus dos Estados Unidos estavam formando uma forte comunidade e criando instituições refletindo sua cultura e sua independência, os africanos, cujos sentimentos de desencanto e de decepção eram reforçados pelo orgulho racial, também implementaram suas próprias estruturas. Começaram a designarem-se como "africanos", passo este de grande importância se levarmos em conta o fato da maioria deles ter sido arrancada de suas famílias quando criança, tirando-lhes assim os fundamentos necessários à clara definição de sua identidade étnica. Os estatutos vigentes proibiam aos negros falarem os idiomas africanos e praticarem suas religiões, enquanto a venda de escravos frequentemente dividia as famílias.

---

21 H. N. Sherwood, 1923.

Todavia, em 1787, no intuito de protestar contra a política de segregação que tentava isolar os negros em uma igreja voltada para os interesses dos brancos, um pastor metodista africano dos Estados Unidos, Richard Allen, deixou essa igreja para fundar a *Free African Society*, cujos objetivos eram ao mesmo tempo religiosos e sociais. Em outras regiões dos Estados Unidos, os africanos seguiram o mesmo movimento e deram, em alguns casos, o mesmo nome a suas associações benevolentes. Na mesma época, Prince Hall, pastor e homem de negócios de Boston, oriundo de Barbados, havia sido admitido no seio da Maçonaria por soldados britânicos, quando da Guerra de Independência. Tentou, em seguida, obter o direito de fundar uma loja maçônica, cujos membros seriam negros alforriados. Diante da recusa dos maçons brancos, endereçou-se aos maçons de rito escocês, que lhe outorgaram a autorização de organizar uma loja africana, da qual ele seria o Venerável. Pela primeira vez, aparecia uma confraria de estilo ocidental composta por negros. Em algum sentido, tratava-se para estes de dar continuação a um costume africano, ou seja, a constituição de sociedades secretas. Tais atividades deram origem ao que constituiria as mais potentes instituições de afro-americanos no século XIX – as lojas maçônicas e as organizações religiosas – que uniram os negros em escala nacional[22].

Em 1787 nasceu outra importante instituição, a iniciativa, não dos negros, mas de brancos pretendendo ajudá-los. Trata-se da *Free African School* de Nova Iorque, fundada pela Manumission Society e composta por quarenta estudantes.

Colocando-se sob o signo da África, os negros afirmaram assim sua vontade de asseverar sua identidade, com base nas suas tradições e culturas de origem. Entretanto, tais organizações defendiam valores ocidentais, tais como a poupança, a teologia puritana, a promoção do indivíduo pelo trabalho e a instrução, a atenção dada às pessoas desfavorecidas e a ideia segundo a qual era preciso colocar-se ao dispor da sociedade. Tais eram, por exemplo, as motivações de George Liele, o fundador, no fim do século XVIII, das Igrejas Batistas nos Estados Unidos e na Jamaica. Muitos africanos aproveitaram-se dessa corrente de pensamento para defender os interesses de seus congêneres em outras regiões. Essas ações inovadoras, levadas a cabo por negros americanos, favoreceriam ulteriormente a emergência de uma identidade comunitária nos Estados Unidos, no Caribe e na África.

22 A. Hill e M. Kilson, 1969.

A maioria das eminentes figuras afro-americanas dessa época eram autodidatas ou apenas frequentaram a escola durante alguns anos. Isto não impediu, por parte de alguns deles, a realização de grandes feitos: Phyllis Wheatley, nascida na África por volta de 1753, tornou-se uma poetisa renomada; Gustavus Vassa, nascido no Benin em 1745, deportado para a América e depois para a Inglaterra, participou ativamente do movimento antiescravidão e escreveu uma obra capital na luta contra a escravatura, *The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African.*[23] Benjamin Banneker, às vezes chamado "O Etíope", tornou-se um eminente matemático e astrônomo, além de ter publicado um almanaque e participado da comissão que determinou e desenhou as plantas da cidade de Washington[24].

Os negros que viviam na Europa também contribuíram para a luta em prol da liberdade e da dignidade humana. Após ter estudado nas universidades de Halle e Wittenberg, Anton Armo voltou para a Costa do Ouro para ajudar seus conterrâneos[25]. Da mesma forma, Philip Quacoe e Jacobis Capitein, ambos oriundos da Costa do Ouro, estudaram na Europa e regressaram depois ao seu país para trabalhar. Ottobah Cagoano, alforriado em 1772 nos termos do Decreto de Mansfield, escreveu *Thoughts and sentiments on the evil and wicked traffic of the slavery and commerce of the human species*[26]. Da mesma forma, as cartas de Ignatius Sancho, publicadas após sua morte, fizeram dele um dos mais importantes porta-vozes dos africanos no exterior. Além disso, vários emissários africanos, dentre os quais os representantes do reino do Congo, da Etiópia, da Guiné e da Costa do Ouro, foram ativos na Europa[27]. Nesse continente, assim como nos Estados Unidos, os africanos em luta encontraram alguns aliados junto aos brancos, tal como a *Société des amis des Noirs*, com sede em Paris.

Porém, foi na América que a luta de libertação adquiriu uma dimensão realmente internacional. Em toda América, pequenos grupos de negros conquistaram sua liberdade. Alguns outros nunca haviam sido escravizados, mas todos se esforçaram para viver do seu próprio modo; e, mesmo não possuindo a capacidade de influir na política geral do país, acompanhavam com o maior interesse a evolução da situação dos negros no mundo. Esses negros, assim como

23 *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano.* 1789

24 Seus contemporâneos falavam de Banneker como sendo "a prova viva de que as faculdades da mente não tinham nada a ver com a cor da pele". Ver J. H. Franklin, 1967, p. 157.

25 A. G. Armo, 1968.

26 *Pensamentos e sentimentos sobre o imoral e perverso trafico da escravidão e o comércio da espécie humana.*

27 W. Rodney, 1975; W. L. Hansberry, 1965.

Figura 5.2 Phyllis Wheatley, doméstica que se tornou poetisa renomada no século XVIII. [The Moorland--Spingarn Research Center, Howard University, Washington, D. C.]

FIGURA 5.3 Benjamin Banneker, negro alforriado que se tornou um eminente matemático e inventor. Foi um dos criadores das plantas de Washington, D. C. [The Moorland-Spingarn Research Center, Howard University, Washington, D. C.]

aqueles que permaneceram escravos, foram profundamente influenciados pelos acontecimentos da ilha de São Domingos (Haiti).

Apenas dois anos depois da adoção, nos Estados Unidos, de uma Constituição justificando a escravidão, quer seja moralmente ou legalmente, uma revolução estourava na França aos gritos de "Liberdade! Igualdade! Fraternidade!". Tal movimento abalou a estrutura da colônia francesa de São Domingos, coberta por ricas plantações de cana de açúcar e onde meio milhão de escravos e 24 mil pessoas de cor alforriadas viviam sob o domínio de outros 32 mil colonos franceses, conhecidos pela opulência e pela crueldade com a que tratavam seus escravos. A população africana alforriada, dentro da qual havia alguns donos de

escravos, levou a sério o lema da Revolução Francesa e exigiu a igualdade total com os brancos. Logo depois, em 1791, a grande massa dos negros começou a se agitar, sob a influência de um trabalhador agrícola analfabeto, Boukman, que usava de um ritual vodu para garantir a fidelidade de seus seguidores, comprometidos, à maneira africana, por um juramento secreto. Instigou-os assim a se rebelar contra seus donos. O governo revolucionário de Paris decidiu enviar um exército a fim de restabelecer a ordem. Então apareceu na cena política um personagem fora do comum: um escravo culto e cristão, nascido na diáspora de pai africano e exercendo as funções de cocheiro, Toussaint, que adotou depois o nome de Louverture[28].

Toussaint pediu à população que apoiasse seu pequeno exército através de ações de guerrilha. Ele demorou cinco anos para vencer as tropas de Napoleão, com a ajuda da febre amarela, restabelecendo a ordem e a prosperidade no Haiti. Foi aclamado no mundo inteiro por seu gênio militar, suas capacidades de administrador, sua humanidade e sua habilidade política. Sua reputação alastrou-se rapidamente e alcançou os negros dos Estados Unidos, graças aos marinheiros negros que desempenharam um papel importante na difusão das informações no mundo negro.

O sucesso do movimento de libertação africano no Haiti provocou um sentimento de pânico junto aos brancos dos Estados Unidos, que temiam que os afro-americanos também reivindicassem eles mesmos sua liberdade. Criou-se uma legislação mais rigorosa, reforçaram-se os controles de polícia e tomaram-se medidas com vistas a restringir a liberdade de movimento dos negros no país e a impedir a chegada de novos imigrantes negros, particularmente daqueles provenientes do Haiti. Entretanto, os sucessos dos negros do Haiti deram ideias a seus irmãos dos Estados Unidos. Assim, tanto o Haiti quanto Toussaint Louverture tornaram-se símbolos para os negros que, em outras regiões das Américas e do Caribe, almejavam a liberdade, e até mesmo a independência.

Um acontecimento de grande porte marcou o início do século XIX nos Estados Unidos. Um pastor negro, Gabriel Prosser, organizou uma marcha sobre Richmond, na Virgínia, e passou a liderar os pouco mais de mil escravos marchando sobre a cidade. Com essa marcha, almejavam obter a sua liberdade. No entanto, a notícia espalhara-se e o governador teve o tempo suficiente para chamar a milícia a fim de restabelecer a ordem. Vários negros – inclusive Prosser – foram detidos e executados. Contudo, o exemplo e o legado do Haiti permaneceram vivos.

28 C. L. R. James, 1963; P. M. Fontaine, 1970.

Figura 5.4 Toussaint Louverture, de Haiti. [The Moorland-Spingarn Research Center, Howard University, Washington, D. C.]

O alvorecer do século XIX abriu uma nova era para os africanos que viviam na Europa e nas Américas. Quaisquer que fossem as diferenças, em termos de sua aplicação, entre as legislações européias e americanas relativas aos negros escravizados e alforriados, as atitudes permaneceriam fundamentalmente as mesmas. Os diferentes sistemas jurídicos em vigor, tanto na Europa, quanto na América, não concediam aos negros nem a igualdade, nem uma verdadeira

liberdade, mesmo que tenha havido vários exemplos de uma maior flexibilidade e de um sensível abrandamento de sua condição. Mesmo quando era proibido pela lei, os negros aprendiam a ler e escrever, havia casamentos inter-raciais – ainda que essa ideia repugnasse a maioria da população – e as viagens, locais ou internacionais, facilitavam a criação de verdadeiras redes de relações. Entretanto, os africanos da diáspora sabiam que permaneciam párias em terra estrangeira. Além disso, percebiam que sua condição de deserdados era a consequência direta de seu pertencimento a uma raça e a uma cultura africanas. Daí a aspiração, norteando suas tentativas de organização comunitária, a salvar o povo negro e sua herança. Tal unidade psicológica continuou prevalecendo: tornou-se uma fonte de força junto aos povos africanos e deu finalmente origem ao movimento pan-africano dos séculos XIX e XX.

Todavia, os africanos da diáspora não puderam livrar-se da influência do ambiente físico e social do lugar onde haviam sido transplantados. Sua língua e seus costumes mudaram, seus valores e objetivos transformaram-se. Sua ideia do mundo, de eles próprios e dos outros foi modelada por vários séculos de impregnação da cultura euro-americana e a lembrança de sua herança africana, ainda que firmemente ancorada neles, acabou se ofuscando, velada por anos de ausência e afastamento. Na Europa e na América, os africanos da diáspora tornaram-se, assim, intermediários culturais entre os africanos autóctones e os euro-americanos.

A Ásia

Ao passo que a migração forçada dos africanos na Europa e nas Américas constitui um capítulo relativamente recente da história mundial, o comércio de escravos na Ásia representa, por sua vez, um fenômeno histórico permanente muito mais antigo. *O périplo do Mar da Eritreia*, escrito por volta do ano de 50 a.C., mostra-nos que já se exportavam escravos do Chifre da África, e não há porque pensar que este foi o primeiro exemplo de tráfico negreiro.

É bastante provável que os contatos e as trocas entre os povos vivendo dos dois lados do Mar Vermelho datem da época da pré-história. Porém, a partir do século VII, com o advento do Islã, um processo de unificação cultural instaurou-se na zona do Oceano Índico e do Mar Vermelho. Algumas cidades costeiras da África Oriental foram islamizadas, e os muçulmanos desempenharam um papel cada vez mais determinante no âmbito comercial, inclusive no que tange ao tráfico de escravos. As revoltas dos Zandj que estouraram na Mesopotâmia,

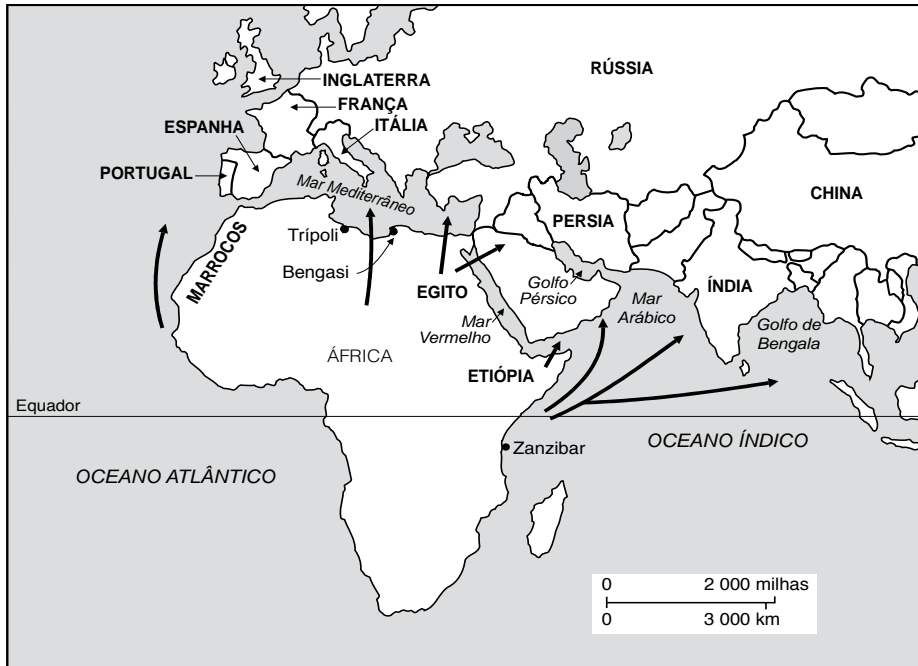



Figura 5.5 A África, a Europa e a Ásia. *Fonte:* segundo um mapa estabelecido pelo Dr. Dulal C. Goswani, Departamento de Geologia e de Geografia, Universidade Howard, Washington, D. C.

no século XI, demonstram bem a importância de tal fenômeno nas diferentes regiões da Ásia. O extermínio dos Zandj não pode nos deixar esquecer que sua revolta contribuiu à ruína do califado abássida, bem como pôs fim à construção de barragens no sul do Iraque, atividade esta considerada por H. Deschamps como "o primeiro modelo de grande empreitada tropical edificada por queiras de escravos negros". Um pouco mais cedo, no século VIII, dois escravos negros foram vistos na corte do Imperador da China e, no século XII, moradores de Cantão costumavam usar a mão de obra servil africana[29]. Alguns escritos da época lembram-nos que o comércio dos escravos oriundos da África Oriental prosseguiu de maneira ininterrupta. Al-Mas'ūdī o mencionou no século XI, assim como Al-Idrīsī no século XII, e no século XIV, Ibn Battūta descreveu a prosperidade de Kilwa, que devia muito ao tráfico negreiro.

29 UNESCO, 1979 e 1980; C. M. Wilbur, 1967, p. 93; E. Bretschneider, 1871, pp. 13-22. No que diz respeito à diáspora africana na Arábia e na Ásia antes do período aqui em foco, ver UNESCO, *História geral da África*, vol. III, capítulo 26, que trata dessa questão.

É pena que os historiadores da diáspora africana não tenham estudado melhor a região da costa setentrional do Mar Mediterrâneo. Particularmente, nesse ponto de vista, a Turquia e os países vizinhos mereceriam um estudo aprofundado, pois essa região constituiu durante séculos uma importante reserva de escravos provenientes de Tripoli e Bengasi, assim como uma zona de trânsito para o tráfico a destino das regiões do interior. A esse respeito, em 1696, a compra em Constantinopla de alguns jovens africanos para o Imperador da Rússia – Pedro, o Grande – merece destaque, já que entre eles figurava Abram Petrovitch Hannibal, o bisavô de Aleksandr Pushkin. Ao que tudo indica, Hannibal teria nascido na Etiópia, onde fora capturado pelos Turcos. Ninguém sabe dizer quantos escravos africanos chegaram à Rússia e nas regiões vizinhas, passando pela Turquia, mas foram provavelmente poucos. Essa situação, assim como o fato da escravatura ter sido abolida na Rússia no decorrer do primeiro quarto do século XVIII, explicam talvez porque os africanos desse país eram empregados domésticos, e não escravos[30]. Ainda que insuficiente, a documentação ao nosso dispor permite, contudo, pensar que a escravidão e a coerção a ela ligada não se desenvolveram na Rússia.

A maioria dos escravos importados para a Ásia eram crianças, com um número maior de meninas do que meninos. Embarcados nos portos da costa oriental da África, os escravos eram habitualmente transportados até al-Mukha (Moca), porto árabe do Mar Vermelho. A partir de lá, muitos deles eram enviados a al-Hudaydah (Hodeida), Djeddah, Meca e outros armazéns da Arábia. Outros eram mandados ainda para os portos do Golfo Pérsico, tais como al-Sharjah, Sur, Mascate, Bandar Abbas, Bandar Lengeh, Bahrein, Bushehr, Kuwait e Bassorá. Em geral, os portos indianos recebiam suas cargas de al-Mukha ou do Golfo Pérsico, porém, em alguns casos, chegavam diretamente da África Oriental. Dos portos indianos, podemos citar Bombaim, Goa, Surat, Karikal, Pondicherry, Calcutá e diferentes pontos da costa do Kutch, do Gujarat e do litoral da Ásia do Sudeste e da China, assim como algumas ilhas do Oceano Índico[31].

Na Arábia, Omã ocupava uma posição chave na estratégia marítima e comercial do Oriente Médio e constituía o principal instrumento da participação árabe no tráfico negreiro. Sua capital, Mascate, controlava o acesso ao Golfo Pérsico, por onde passavam um grande número de escravos africanos. Em 1784 e 1785, os árabes de Omã conquistaram sucessivamente os portos de Kilwa e Zanzibar,

30 Pushkin celebrou sua herança africana em um de seus poemas; ver D. Magarshack, 1969, pp. 12-17; A. Perry, 1923; B. Modzalevskii, 1907; N. Malevanov, 1974; B. Kozlov, 1970; A. Blakeley, 1976.

31 J. E. Harris, 1977, pp. 264-268.

na costa oriental da África. A partir de então, tomariam posse de algumas outras cidades da costa. Depois do sultão de Omã ter assumido o controle de Zanzibar e de outras regiões da costa oriental da África, no fim século XVIII, cada vez mais escravos foram necessários para colher o cravo e os cocos das plantações árabes da região[32].

No Iêmen e no Hadramaute viviam comunidades oriundas da África Negra, cuja implantação datava de uma época longínqua. Ao que tudo indica, tais comunidades seriam essencialmente oriundas da Etiópia. Em Áden, uma delas constituía um grupo comparável à casta dos intocáveis da Índia. Em outras regiões da Arábia do Sul, escravos negros da África serviam nos exércitos dos sultães locais. Encontravam-se também entre eles concubinas e domésticos, eunucos, marinheiros e lenhadores, administradores e trabalhadores agrícolas, trabalhando nas salinas e nas plantações de cana-de-açúcar e de tâmaras[33].

Os africanos foram espalhados em várias ilhas do Oceano Índico. Os holandeses procuravam escravos na África Oriental e em Madagascar para levá-los para a Indonésia. Os franceses e os ingleses fundaram colônias de escravos, oriundos de África Oriental, na Ilha Bourbon (atual Reunião), e na Ilha Maurício do arquipélago de Mascarenhas. De fato, um observador notou que, de 1670 a 1810, importou-se em Mascarenhas por volta de 160 mil escravos oriundos de Madagascar, da costa oriental da África, da África Ocidental e da Índia. No que diz respeito à Ilha Bourbon, estima-se que, em 1808, o número de escravos era de 53.726, sendo sua maioria oriunda de Madagascar e Moçambique[34]. O avanço do tráfico negreiro no século XIX favoreceu o desenvolvimento das comunidades africanas das ilhas Mascarenhas. Porém, antes desse período, constituíra-se uma comunidade de crioulos, de notável influência, no decorrer dos séculos XIX e XX. Sabe-se também que africanos foram até a Malásia com mercadores e peregrinos muçulmanos que voltavam de Meca[35].

A presença de escravos africanos parece ter sido um pouco mais substancial na Ásia do Sul do que nas outras regiões do continente[36]. Isso se deu provavelmente pelo fato de as relações comerciais com a África serem mais antigas e intensas, comparativamente a qualquer outra região. O domínio exercido pelos

---

32 Para mais detalhes, consultar o capítulo 25.

33 R. B. Serjeant, 1967, pp. 67 e 287; J. E. Harris, 1971, pp. 39-41.

34 UNESCO, 1979.

35 R. Maxwell, 1932. Trata-se aqui de outra questão, merecedora de um estudo mais aprofundado.

36 Na época, o imenso território hoje representado pela Ásia do Sul não estava unificado. Era composto por um mosaico de entidades étnicas e políticas diferentes. Sendo a Índia o maior país a ocupar esse território e englobando a maioria das regiões evocadas neste capítulo, decidimos empregar aqui tal designação.

muçulmanos sobre a próspera costa ocidental da Índia, assim como a presença indiana na África Oriental, explicariam essas relações privilegiadas. De qualquer forma, a partir do século XIII, houve muitos escravos africanos na Índia. Dessa forma, a Rainha Raziya, que reinava no sultanato de Deli, foi seduzida por um escravo *habshī* (africano)[37], chamado Djalalud-ud-dīn Yākūt, por ela nomeado mestre dos estábulos reais. Outro africano, Mālik Sarvar, escravo do sultão Muhammad de Deli, tornou-se vice-sultão em 1389[38].

A segunda metade do século XV testemunhou o estabelecimento da presença africana em Bengala, no norte da Índia. Lá haviam emigrado africanos provindos da zona costeira de Calcutá, da região de Daca e outras províncias. O soberano de Bengala, Rukn-ud-dīn-Barbak (1459-1474), costumava confiar altos cargos, na administração e no exército, a africanos que lhe eram leais. Dessa forma, dentre seus oito mil escravos-soldados africanos, encontravam-se vários oficiais de alto escalão.

A morte de Barbak marcou o início de um período de instabilidade. Em 1486, Shāhzāda, um eunuco responsável pelos guardas do palácio, tomou o poder com um grupo de africanos e atribuiu-se o título de Barbak Shah. No entanto, foi logo assassinado por Amir-ul-Imona Malih Andil (Indīl Khān), também africano, mas que permaneceu fiel ao antigo soberano. Indīl Khān tornou-se Saif-ud-dīn-Firuz e reinou durante três anos. Quando da sua morte, foi sucedido por Nasr-ud-dīn, um jovem menino ainda menor de idade, e cuja identidade permanece incerta. Sabe-se contudo que o regente, Habesh Khān, era africano. No ano de 1490, outro africano, soldado da guarda real, Sīdī Badr, apossou-se do poder com um exército de trinta mil homens, cinco mil Etíopes dos quais, subiu ao trono e tornou-se Hams-ud-dīn Abū Nasr Muzaffar Shah. Após sua morte, em 1493, os africanos foram afastados das funções por eles ocupadas e expulsos do reino. Todavia, ainda que não tenham exercido o poder por muito tempo, sua influência foi notável nessa época[39].

No Gujarat, africanos serviram o exército a partir do século XIII, ou talvez antes disso. Nessa época, representavam um importante fator político e econômico para a região. Em 1576, o governo do Gujarat teria pagado um tributo de quatrocentos escravos, "filhos de chefes hindus e de abissínios"[40]. Alguns desses africanos eram descendentes dos negros capturados e reduzidos à escravidão

37 *Habshī* e *siddi* são dois termos substituíveis entre si, com os quais designavam-se os africanos na Ásia. Para um esboço histórico geral dessa questão, ver J. E. Harris, 1971.

38 R. C. Majumdar, 1951, pp. 186-187 e 698-702; W. Haig, 1937, vol. III, pp. 251-252.

39 *Ibidem*, pp. 214 e 215.

40 K. K. Basu, 1932.

quando da invasão da Etiópia pelos árabo-muçulmanos, em 1527. No ano de 1531, outros foram levados ao Gujarat por Mustafā bin Bahrām, um capitão do exército turco que ajudava os indianos muçulmanos a defenderem-se contra Portugal[41]. Em 1537, os serviços governamentais da cidade de Ahmadābād empregavam nada menos do que cinco mil africanos[42]. Essa primeira implantação africana no Gujarat teria constituído o núcleo a partir do qual os africanos emigraram depois rumo a outras partes da região[43].

No século XVI destacaram-se alguns desses africanos do Gujarat. Yākūt Sabit Khān Habshī (Ulūgh Khān), Khayrāt Khān e Jhujhar Khān foram eminentes chefes militares; Ikhtiyar-ul-Mulk formou um exército de aproximadamente vinte mil homens, incluindo afegãos, rajputs, gujaratis e africanos, para enfrentar as tropas de imperador mongol Akbar. Ikhtiyar foi derrotado, mas ganhou a estima de Akbar e dos gujaratis. Um ex-escravo africano, Shaykh Sayyid al-Habshī Sultani, serviu como soldado no exército de Jhujhar Khān. Uma vez terminada sua carreira militar, ele fez a peregrinação a Meca, e em seguida, desmatou e explorou as terras por ele compradas, o que lhe permitiu, diariamente, oferecer comida a centenas de miseráveis. Ademais, fundou uma biblioteca que atraiu numerosos eruditos[44].

Em 1573, Sayyid (Sa'īd) mandou erguer uma mesquita em Ahmadābād e o cronograma de sua construção era assim concebido: "Pelo amor de Deus ergueu esta mesquita, e o construtor é Sa'īd." A mesquita Sīdī Sa'īd devia sua reputação à simplicidade de sua concepção: um teto sustentado por arcos e lindas janelas arqueadas, vazadas por finos entrelaços e motivos florais. James Fergusson, renomado especialista em arquitetura indiana e oriental, fez o seguinte comentário a respeito dessa mesquita: "O talento e a justeza com as quais as formas vegetais foram estilizadas parecem insuperáveis [...] mas talvez seja, sobretudo, a maneira com a qual o motivo se desenvolve em toda a superfície que revela a superioridade da técnica. Nos preciosos mármores de Agra e Deli, podemos admirar algumas finas amostras de entrelaços, porém longe de tanta beleza[45]."

Segundo Fergusson e um de seus colegas: "Tais motivos aproximam-se, talvez, mais da obra da natureza do que de qualquer outro detalhe arquitetural

41 M. S. Commissariat, 1957, vol. II, p. 470.

42 Hadjdjī al-Dabir (s. d.), pp. 407 e 447.

43 Encontram-se comentários sobre as grandes figuras do Kutch, entre as quais alguns africanos, e miniaturas representando-os, no artigo de B. N. Goswamy e A. L. Ballapeceola, 1978.

44 Hadjdjī al-Dabir (s. d.), pp. 441-443, 448, 471 e 508-524; E. D. Ross, 1921, vol. II, pp. 640-643.

45 J. Fergusson, 1876, pp. 236-237.

já concebido, mesmo que seja pelos melhores arquitetos da Grécia antiga ou da Idade Média[46].”

M. S. Commissariat notou: “Esta maravilhosa mesquita, famosa no mundo inteiro, constitui o último prodígio do grande período criador da arquitetura islâmica do Gujarat[47].”

Outro Africano, Sīdī Bas͟hīr, construiu também uma renomada mesquita em Ahmadābād. Era única pelo fato de constar de dois minaretes “que tremem”, cada um composto de três andares. Ao fazer tremer um dos minaretes, a vibração é transmitida ao outro. Tal estilo era completamente novo naquela época.

Não muito longe do Gujarat encontra-se a Ilha de Janjira, antigo centro das prósperas atividades comerciais de uma zona que se estendia a todo noroeste da Índia e englobava a região da atual cidade de Bombaim e a costa do Concan. Segundo as tradições locais, os *siddi* de Janjira eram os descendentes dos africanos provenientes do Gujarat, em 1489, quando um etíope a serviço do *nizām* (rei) de Ahmadnagār, travestido de comerciante, desembarcou na ilha com trezentas caixas de mercadorias. Tais “mercadorias” consistiam, na realidade, em soldados *siddi* que, uma vez recebida a ordem, tomaram posse da ilha, nomearam um rei e fundaram assim a primeira das dinastias de *nawab* (reis) *siddi*. A maioria dos africanos da ilha de Janjira descende provavelmente dos escravos importados da África Oriental[48].

A partir de 1530, os portugueses exerceram um domínio político e econômico sobre várias regiões da costa ocidental da Índia, notadamente na costa do Concan, onde um grande número de escravos africanos foi importado. Nunca chegavam mais de seis a dez escravos ao mesmo tempo, porém as importações de escravos continuaram de forma quase constante até 1740, quando franceses e ingleses ameaçaram seriamente a supremacia portuguesa nos mares. Na sua maioria, esses escravos eram oriundos do Moçambique, mas os portugueses capturaram também escravos africanos quando venceram os árabes de Mascate em Diu, em 1670. Esses escravos eram habitualmente empregados no quadro de atividades comerciais, agrícolas ou domésticas e para diversos trabalhos subalternos. Alguns deles receberam uma formação de padre e de professor de escola religiosa, principalmente em Goa, que se tornou o quartel-general dos portugueses para suas colônias da Ásia e da África Oriental.

46 J. Fergusson e T. Hope, 1866, pp. 86-87.

47 M. S. Commissariat, 1957, p. 505.

48 J. E. Harris (1971, pp. 80-87) estuda a história de Janjira.

Durante todo esse período, a ilha de Janjira conservou sua autonomia. No século XVII, os *siddi*, aos quais pertencia a maioria dos muçulmanos da ilha, tornaram-se os maiores proprietários fundiários. Um conselho de anciões junto aos principais chefes *siddi* escolheu um *nawa* para desempenhar o papel de soberano temporal e espiritual. Com o aval do conselho, o *nawab* podia nomear e revogar os funcionários civis e religiosos. Após terem consolidado a sua autoridade política, os *siddi* de Janjira estenderam sua influência à ilha inteira e a certas zonas das costas indianas. Graças à potência naval, estabeleceram sua hegemonia na costa do Noroeste. Em 1616, aliaram-se a Mālik Ambar, rei *habshī* do Decan, na Índia Central. Os dois exércitos uniram-se no combate contra os mogois, que durou anos. O especialista indiano K. M. Panikkar sustenta que as operações navais dos mestres de Janjira obrigaram os mogois a constituir uma frota indiana. Essa afirmação demonstra a importância do papel desempenhado pelos *siddi*. Sir Jadunath Sarkar, historiador indiano especialista das questões militares, escreveu que "os Abissínios de Janjira representavam uma potência temível[49]".

No século XVII, a Companhia Britânica das Índias Orientais tentou sucessivas vezes negociar uma aliança com os *siddi*, que dominavam a costa indiana do Concan. Entretanto, esses últimos, como potência independente, continuaram a dominar a região, e mais tarde negociaram também com os holandeses. Os ingleses só conseguiram conter sua potência em 1759, e Janjira acabou se submetendo à dominação colonial inglesa no século XIX.

Os *siddi* de Janjira influenciaram consideravelmente a história da Índia. Não se sabe exatamente como eles conseguiram manter tal supremacia sobre os grupos autóctones, mas sua religião (eles eram muçulmanos) e sua superioridade técnica nos domínios naval e militar constituíram indubitavelmente trunfos da maior importância. É fundamental destacar a que ponto esse pequeno grupo de imigrantes africanos pôde influir na política e nas ações da Grã-Bretanha, de Portugal e da Holanda, sem mencionar os Estados indianos da região.

Africanos instalaram-se também em vários lugares da costa do Malabar. Nos séculos XVII e XVIII, judeus negros, descendentes de escravos africanos, deixaram Cochin e o Kerala, no sul da Índia, para estabelecerem-se na costa do Malabar. Trabalhavam em geral como empregados domésticos e contrataram casamentos com os autóctones e outros judeus[50].

Os portugueses obrigaram os escravos africanos a instalarem-se em diferentes lugares da costa de Malabar, e principalmente nos arredores de Goa, chamada

49 K. M. Panikkar, 1945, p. 8; J. Sarkar, 1919, vol. IV, p. 237-238.

50 A. M. Pescatello, 1972.

Figura 5.6 Mālik Ambar, rei africano que reinou na Índia do século XVII. [The Ross-Coomaraswamy Collections, com a amável autorização do Museum of Fine Arts, Boston (MA).]

a tornar-se uma das praças-fortes de Portugal no século XVI. Nos séculos XVI e XVII, os escravos negros serviram o exército como soldados, em Goa, Ceilão, assim como em Macau[51].

O letrado viajante italiano Pietro della Valle assinala que negros da África Ocidental e Oriental (oriundos da Guiné e de Moçambique) eram transportados por mar rumo aos territórios portugueses[52]. Em todo território da Índia portuguesa, os escravos negros executavam as tarefas domésticas, inclusive transportar água em imensos vasos. Os portugueses usavam-nos também como carregadores e guardas de suas escoltas. Quanto às mulheres, escolheram-nas muitas vezes como amantes.

Uma outra região da Índia, o Decan, testemunhou a incrível ascensão do africano Mālik Ambar. O etíope foi vendido como escravo na Etiópia, no Hedjaz, em al-Mukha e Bagdá, antes de terminar sua viagem na Índia. Ambar passou uma grande parte de sua vida em Ahmadnagār, onde já viviam alguns milhares de africanos, dentre os quais, cerca de mil foram recrutados para sua guarda pessoal.

A importância histórica de Ambar deve-se ao fato de ele ter se tornado o chefe do potente exército de Ahmadnagār, com o qual ele repeliu vários ataques dos mongóis, impedindo assim os imperadores mongóis de conquistarem o Decan. Durante quase um quarto de século (1602-1626), Ambar dominou totalmente a região de Ahmadnagār. Durante tal período, fundou cidades, criou canais e sistemas de irrigação, favoreceu a expansão do comércio com a Ásia e a Europa, atraiu na sua corte eruditos e poetas e mandou construir alguns dos mais imponentes edifícios do Decan[53].

A ação de Mālik Ambar permite destacar a importância dos dois pontos a seguir. Em primeiro lugar, os africanos desempenharam, como indivíduos, um papel importante na história da Índia. Em segundo lugar, esses mesmos africanos conseguiram o apoio e a estima de vários indianos, sem perder suas especificidades.

Conclusão

Pelo fato do tráfico escravagista intercontinental ter ocultado uma boa parte da história do povo africano, é mister sublinhar que vários africanos viajaram,

51 C. R. Boxer, 1969.

52 E. Grey, 1892, pp. 50-51.

53 J. E. Harris, 1971, pp. 91-98.

por vontade própria, de um continente ao outro, principalmente os comerciantes, eclesiásticos, marinheiros e aventureiros, entre outros. Se quisermos estabelecer um quadro suficientemente completo e realista da civilização mundial, torna-se imprescindível estudar essa antiga presença de negros livres no exterior.

Porém, a presença dos negros no mundo inteiro deve-se principalmente ao tráfico intercontinental de escravos[54]. De fato, a natureza de tal tráfico e suas consequências, mais especificamente na América e nos Caribes, levaram os africanos a travarem lutas por sua liberdade. Essas lutas, com o passar do tempo, despertaram nas consciências a preocupação generalizada da redenção da África e da libertação dos negros do mundo inteiro. Esse processo constituiu-se no início da época moderna e demonstrou, por volta de 1800, uma real influência em escala mundial. De fato, Toussaint Louverture apareceu, nesta ocasião, como um símbolo internacional da liberdade dos negros. Apesar da dominação colonial, tal processo seguiu seu curso, tratando-se provavelmente da mais importante consequência histórica da diáspora africana.

54 Ver o capítulo 4.

CAPÍTULO 6

O Egito sob o domínio do Império Otomano

R. Vesely

No século XVI, uma nova grande potência islâmica irrompeu na história do continente africano e dos países árabes, qual seja, o Império Otomano, que, formado na Ásia Menor e na península dos Bálcãs, passou a controlar uma grande parte dos países árabes da Ásia Ocidental e da África do Norte.

Foi a partir de 1516 que o Estado dos sultões mamelucos da Síria e do Egito começou a desmoronar sob os golpes da armada otomana. As relações entre os egípcios e os otomanos estavam tensas desde 1480, porém, em 1514, após a primeira campanha vitoriosa empreitada pelo Sultão Selim I, a fim de acabar com o rápido avanço da potência persa pela sua fronteira oriental, os senhores do Egito foram levados a tomarem uma drástica posição contra a ameaça otomana. Selim responderia pela força. Dois anos depois, ao longo de sua segunda campanha contra a Pérsia, ele decide destruir, de uma vez por todas, a coalizão mameluco-safávida (nome da dinastia Síria).

Em 24 de agosto de 1516, uma batalha ocorreu na planície de Mar<u>dj</u> Dabik –, no norte de Halab, no fim da qual a armada otomana assolou as tropas mamelucas. A vitória alcançada pelo exército otomano, graças à sua superioridade técnica, foi especialmente facilitada pela defecção em favor de uma fração pro-otomana no campo mameluco: as tropas comandadas pelo emir <u>Kh</u>āyr Bey, vice-regente de Halab, verdadeiramente, desertaram no momento crítico. Fortalecido pela sua vitória, o Sultão Selim ocupou Damasco sem encontrar

muita resistência e apoderou-se de toda a Síria e da Palestina até o deserto do Sinai, fazendo da Síria um Estado-tampão entre a fronteira oriental do Império Otomano e o Egito[1].

Entretanto, é evidente que os esforços dispensados pelos novos chefes a fim de retomarem a Síria, combinados à insistência dos conselheiros do Sultão e dos emires mamelucos, que se juntaram ao campo otomano, após a batalha de Halab, e empurraram-no a coroar sua campanha com a conquista do Egito, incitaram Selim a continuar sua marcha. Sem grande dificuldade, ele chegou ao Cairo e derrotou as tropas mamelucas, comandadas por Tūmān Bey, o último dos sultões mamelucos, em uma curta batalha ocorrida em Raydāniyya, em 23 de janeiro de 1517. Foi, então, o fim do sultanato mameluco.

A vitória dos otomanos sobre os mamelucos não se deu apenas em razão da superioridade militar, já que esta foi só a causa mais evidente. Aliás, a razão principal disso deveu-se à diferença das situações econômicas e políticas entre os dois Estados. Na Europa e na Ásia Menor, o Império Otomano estendia seu domínio pelos territórios que possuíam uma vida econômica evoluída, fundada na extração de minerais e na exploração de matérias-primas. Estas atividades concentravam-se em um certo número de centros de produção, cujas relações comerciais internacionais eram intensas, o que abria largas perspectivas de crescimento ao Império. Por outro lado, o Estado mameluco praticamente não dispunha de nenhum recurso mineral e apoiava-se, quase exclusivamente, na agricultura e no comércio internacional que transitava em seu território, cujo elemento principal, o comércio de especiarias do Oriente, pouco tempo antes, havia caído nas mãos dos portugueses, gerando, assim, um rápido declínio dos benefícios. Além disso, as importações de metais preciosos da África encontravam-se em clara regressão. Durante muito tempo, o Estado mameluco esforçou-se para resolver tais problemas através de uma utilização sistemática das reservas econômicas internas, completada por confiscações e sobrecarga tributária, medidas que suscitavam, entre os autóctones, o ódio para com a casta estrangeira dos mamelucos que os exploravam, e a esperança de uma libertação decorrente da queda do regime.

A vitória de Selim em Mardj Dabik, em 1516, causou profundas repercussões para a Ásia Ocidental e para a África do Norte. Ela selou o destino do sultanato mameluco do Egito, poupando a Pérsia do choque de uma nova invasão otomana, e salvou a Síria de uma destruição certeira, assegurando-lhe, ao contrário,

1 Ahmad b. al-I ladjdj Abu I Ali, 1962, p. 143.

Figura 6.1 O Sultão Selim I, conquistador do Egito. ©The Hulton-Deutsch Collection, Londres.

um período de estabilidade que lhe permitiu se reforçar e, ironia do destino, até mesmo se tornar uma ameaça permanente para os otomanos. A conquista do Egito iria igualmente modificar a política otomana, a partir de então orientada para o domínio das rotas marítimas do Mediterrâneo, e levar o Império a empreender a conquista de outros países árabes da África do Norte.

Os últimos territórios conquistados abrangiam as regiões possuidoras de grande importância econômica, política, mas também estratégica. O Egito despertava um interesse muito particular em razão de sua agricultura intensiva, de sua numerosa população e de sua posição no Mar Vermelho, que impunha aos seus novos senhores a tarefa de continuar a luta contra os portugueses pela supremacia no Oceano Índico. Além disto, o prestígio dos sultões otomanos foi

realçado pelo fato de eles terem se tornado – como antes, os sultões mamelucos – os guardiões das duas cidades santas do islã, Meca e Medina, e das rotas de peregrinação da Ásia e da África.

Antes de abandonar o Egito, em setembro de 1517, Selim colocou Khāyr Bey, o antigo emir mameluco, à frente da província do Egito, decidindo mantê-la na condição de entidade administrativa única. O tempo que duraram as funções de Khāyr Bey pode ser considerado como o período da transição para a autoridade otomana, sem concessão sobre o território conquistado. Khāyr Bey teve que abandonar a gestão do conjunto do território do antigo Egito, apesar do fato de dispor apenas de meios limitados para sustentar sua autoridade. Ele governou o Egito mais como vassalo do Sultão do que como administrador de província, ainda que seu mandato tenha sido renovado em termos oficiais, de forma que ele ocupou essa função até sua morte, ocorrida em 1522. Conservou o seu título mameluco *Malik al-umarā* (rei daqueles que comandam), mantendo sua corte segundo o ritual dos sultões mamelucos. Também se cercou de antigos dignitários mamelucos, dispostos a servir ao novo regime, confiando-lhes não só importantes tarefas na gestão das finanças, mas também cargos políticos e militares. Ademais, as modalidades da antiga administração não foram em nada modificadas e o pessoal administrativo permaneceu, por assim dizer, idêntico. A organização da justiça continuou baseada em um sistema de quatro juízes supremos, um para cada escola de direito.

Selim entregou a renda da província ao inteiro controle de Khāyr Bey. Quanto às ofertas regularmente enviadas por este último a Istambul, sede do poder otomano, mais representavam presentes pagos com suas próprias fontes, como prova de sua lealdade ao Sultão, do que tributos da província destinados ao Tesouro do Estado.

Khāyr Bey empregou grandes esforços para controlar os recursos materiais da província. Para conseguir isso, mas também para reduzir o poder político dos dignitários mamelucos, ele aboliu os *iktā*ʻ (feudos) ainda existentes e os incorporou aos bens do Estado. E, em contrapartida, aos seus antigos detentores foram atribuídos salários fixos pagos pelo tesouro provincial. Ele revisou também o regime de doação. Estas medidas permitiram a realização de um recenseamento cadastral completo e a atualização dos registros. Além disso, permitiram a Khāyr Bey cumprir o dever que lhe incumbia: assegurar o abastecimento em trigo das duas cidades santas, Meca e Medina.

Entretanto, os poderes de Khāyr Bey não eram ilimitados. O Sultão Selim tinha deixado um forte contingente de tropas estacionadas no Egito, destinado a consolidar o poder otomano e a dissuadir, caso necessário, os mamelucos de

Figura 6.2 Janízaros. Miniatura turca do século XVI. [Topkapi Museum, Istambul. ©Sonia Halliday Photographs.]

qualquer tentativa de retomarem o poder. Estas tropas eram compostas por dois corpos de infantaria, a saber, um destacamento de janízaros e outro de *ʿazabān*, e por dois corpos de cavalaria, aquele dos *tüfenkçiyān* e o dos *gönüllüyān*. Aos janízaros cabia a missão mais importante, ou seja, guardar a cidadela do Cairo, centro administrativo, sede do governo e do Tesouro da província. Os *azabān* eram encarregados de vigiar as rotas que conduziam ao Cairo, e de formar as guarnições dos fortins construídos nas zonas agrícolas, a fim de assegurar a proteção contra os ataques dos nômades. Os dois destacamentos da cavalaria eram utilizados para garantir a aplicação progressiva das novas decisões de Khāyr Bey sobre o conjunto do território egípcio. A fim de manter sua autoridade sobre estas unidades mal disciplinadas, Khāyr Bey formou suas próprias tropas de cavalaria, recrutadas dentre os antigos e novos *mamlūk*.

No momento da morte de Khāyr Bey, em 1522, o processo de incorporação do Cairo, a antiga capital de um Estado independente durante séculos e levada à posição de província otomana, estava plenamente lançado e tudo parecia indicar que ele estava prestes a se realizar.

A administração otomana e os conflitos internos da classe dirigente

O princípio do novo período – inaugurado pela morte de Khāyr Bey – foi marcado por uma revolta contra a supremacia otomana. Além de uma tímida tentativa de insurreição contra o primeiro vice-regente, organizada por dois administradores regionais mamelucos e rapidamente reprimida, uma tentativa mais séria de libertação do Egito tomou a forma de uma revolta, desencadeada pelo novo vice-regente Ah,mad Pasha, em 1524. Este se proclamou Sultão do Egito, cunhou sua própria moeda, conseguiu o apoio de algumas "tribos" árabes e tomou a cidadela do Cairo. Porém, em seguida, ele fora expulso do Cairo, após ter sido traído pelos chefes beduínos que o haviam, em princípio, apoiado[2].

À luz de tais acontecimentos, tornou-se evidente que o governo de Istambul devia definir, em termos claros, o estatuto do Egito no seio da organização do Império Otomano. É isto que foi realizado através de um ato jurídico especial, o *Kānūn Nāme*, que visava regulamentar a vida política, militar, civil e econômica do Egito. Tal decreto introduzia, de fato, no Egito, o sistema de administração

2 A revolta de Ahmad Pasha é, em geral, ligada aos planos, tramados pelos safávidas contra os otomanos, que incluíam atividades subversivas no Egito.

otomana. No quadro desse sistema, ao vice-regente denominado *wālī*, que sempre possuíra o cargo de paxá, foram atribuídos certos privilégios não usufruídos pelos vice-regentes das outras províncias e que foram inspirados nas formas em uso na corte de Istambul. O vice-regente recebeu como sede a cidadela do Cairo, capital dos antigos sultões. Quatro vezes por semana, convocava uma reunião do *Dīwān*, principal conselho executivo da província, composto por comandantes dos corpos de tropa, por representantes das Administrações das finanças e da corte, por comandantes dos portos e por outros dignitários. O prestígio ligado à função de *wālī* foi ainda reforçado pela criação de sua guarda pessoal, chamada *Müteferrik)as*, exatamente como a guarda pessoal do Sultão em Istambul[3].

O *Kānūn Nāme* retomou um certo número de formas e costumes administrativos dos mamelucos, em matéria de administração civil e financeira. O Egito estava dividido em quatorze distritos sob a autoridade de um *kāshif*, cujo cargo consistia em manter o sistema de irrigação e arrecadar o imposto dos cultivadores. A região situada ao sul de Asyūt, foi entregue à tutela dos *shaykh* árabes do grupo dos hawwāra que, após 1517, obtiveram a soberania nesses territórios, além de serem reconhecidos por Khāyr Bey como regentes do Alto Nilo.

Uma seção importante do *Kānūn Nāme* era aquela que instituía oficialmente os *odjak)*, tropas imperiais introduzidas no Egito por Selim I[4]. Os janízaros foram recompensados por sua lealdade durante a revolta de Ah,mad Pasha, tornando-se a base principal do poder do Sultão: seu comandante, o *agha*, era um dos membros mais eminentes do *Dīwān* e, além disso, a Moeda egípcia estava instalada em seu acantonamento, situado bem no interior da cidadela. Também os mamelucos foram recompensados pela criação de um novo *odjak)*, aquele dos *umerā-i-sherākise* (emires circassianos), ao qual, progressivamente, integraram-se os mamelucos do Cairo, assim como no *odjak)* dos *müteferrik)a* ou naquele dos *ghaushes*, corpo central dos mensageiros criado pelo *Kānūn Nāme*.

Todas as tropas acantonadas no Egito recebiam um soldo regular pago pelo Tesouro provincial egípcio. Os mais altos dignitários – o *wālī*, o supremo juiz (que sozinho substituía os quatro juízes supremos) e os vinte e quatro altos dignitários do exército e da administração, os *sandjak, bey* – recebiam um salário anual, o *sāliyāne*, pago pelo Tesouro egípcio.

3 Além disso, a recepção de um novo vice-regente pelos dignitários locais era regrada por um cerimonial especial.

4 As tropas otomanas eram compostas pelos seis *odjak)* seguintes: a dos *müteferrik)a*, dos *cavushan*, dos *gönüllüyān*, dos *tüfenkçiyān*, dos *'azabān*, e dos *mustahfizān*. Sulaymān acrescentou-lhes um sétimo, aquele dos *Çerākise* (dos Circassianos). Ver A. K. Rafik, 1963, p. 144-146.

Tais salários e emolumentos eram pagos com os fundos da receita do imposto fundiário, dos impostos e direitos cobrados sobre as atividades produtoras e comerciais dos habitantes dos burgos e cidades e da captação à qual eram sujeitados os adeptos de outras religiões que não o islã. Estes impostos eram arrecadados no quadro de um novo sistema administrativo e financeiro implementado no Egito e, em virtude do qual, cada vilarejo ou grupo de vilarejos correspondia um *muk,ata'āt*, ou seja, uma circunscrição simultaneamente financeira e administrativa. Cada *muk,ata'āt* era administrado por um responsável civil chamado *emīn*[5]. O conjunto do sistema fiscal baseava-se no arrendamento feudal pago sob a forma de um imposto fundiário[6], arrecadado pelos administradores de cada região. Os impostos aplicados aos habitantes das cidades eram arrecadados pelos *kās͟hif*, chamados *emīn* (nesse caso específico, arrecadador), que gozavam de um salário anual fixo, independente do montante da receita dos impostos. A cada um dos *s͟hayk͟h* árabes da região de Asyūt), no quadro do sistema do *iltizam*, era atribuída uma circunscrição na qual eles podiam, na condição de *multazin*[7], arrecadar os impostos e conservar o seu produto, desde que garantissem o trabalho agrícola e repassassem uma parte fixa de sua receita ao Tesouro provincial, em troca do privilégio outorgado.

A partir de 1525, o excedente obtido após a cobertura das despesas era todo ano enviado a Istambul e não mais ao Hedjaz. O envio regular deste *hazne* ou *hazine* (tesouro) era uma das tarefas mais importantes do vice-regente. Ao longo do século XVI, o *hazine* foi enviado regularmente e seu montante total ultrapassou várias vezes a soma acordada de 400.000 guldens[8]. Certa soma em dinheiro era igualmente consagrada a compra de gêneros agrícolas destinados às cozinhas do Sultão. Ademais, o Egito cumpria suas obrigações para com Meca e Medina[9].

---

5 S. J. Shaw, 1962*a*, p. 31.

6 O rendimento do imposto fundiário não era conhecido com exatidão na época da promulgação do *Kānūn Nāme*, pois o recenseamento cadastral ainda não estava concluído, o que não ocorreu antes de 1576. Todavia, graças à ordem e à segurança que reinavam no Egito no século XVI, o campo egípcio prosperava e à superfície das terras aráveis acrescentavam-se terras novamente cultivadas e novos lotes. Razão pela qual foi apenas o plano cadastral de 1608 que apresentou o inventário completo de todas as terras agrícolas.

7 Segundo o sistema do *iltizam* que, por volta de 1658, substituiu o sistema do *mukata'āt*, as terras pertencentes a cada vilarejo ou grupo de vilarejos eram destinadas aos leilões públicos. Aqueles que mais ofereciam (*multazim*) adquiriam o dever de aumentar os impostos junto aos camponeses. Assim, as terras tornavam-se seus *iltizam*.

8 Correspondente a 16 milhões de paras de dinheiro egípcio.

9 Houve uma reorganização geral do sistema de doações, criada pelos sultões mamelucos, para Meca e Medina, sistema esse ampliado pelos sultões otomanos. O Egito enviava ao Hedjaz, não somente consideráveis somas de dinheiro, mas também donativos não monetários, especialmente, o trigo. Além disso, também era enviado um donativo para a *Ka'ba*, extraído de uma conta dos fundos especiais.

Figura 6.3 Fachada em faiança da câmara funerária de Ibrāhīm, agha dos janízaros, por volta de 1062/1652, na mesquita de Aksunkur (747/1346-748/1347). [Instituto de egiptologia, Universidade Charles, Praga.]

Figura 6.4 O Baixo Egito (al-Delta). *Fonte:* 'Abd al-Rahim, 'Abd-Rahman e Wataru Miki, Village in Ottoman Egypt and Tokugawa Japon. A comparative study, Instituto para o estudo das línguas e culturas da Ásia e da África, Tókio, p. II. Mapa publicado com a prezada autorização do professor Wataru Miki, Universidade Keio, Tóquio.

O *Kānūn Nāme* egípcio legalizou igualmente a arrecadação de direitos sobre os bens pessoais considerados como um *iltizam*. No princípio, esta nova regulamentação aplicava-se aos ativos fundiários agrícolas; depois, ela se estendeu, ao longo do século XVI, a outros ativos, ligados à ascensão do poder dos *odjak)* e de seus oficiais, em detrimento daquele dos representantes dos senhores otomanos. Aos oficiais e mesmo aos soldados de baixo escalão, foram outorgadas, progressivamente, todas as funções, permitindo-lhes controlar as riquezas, ao passo que os arrecadadores eram, pouco a pouco, reduzidos à condição de simples funcionários, sem nenhuma influência na coleta do imposto ou em qualquer outro aspecto da política fiscal.

Tal processo espelhava a mudança operada nas relações políticas no cerne da classe dirigente. Por volta do final do século XVI, o poder político no país cristalizou-se em torno de dois grupos distintos: de um lado, os depositários

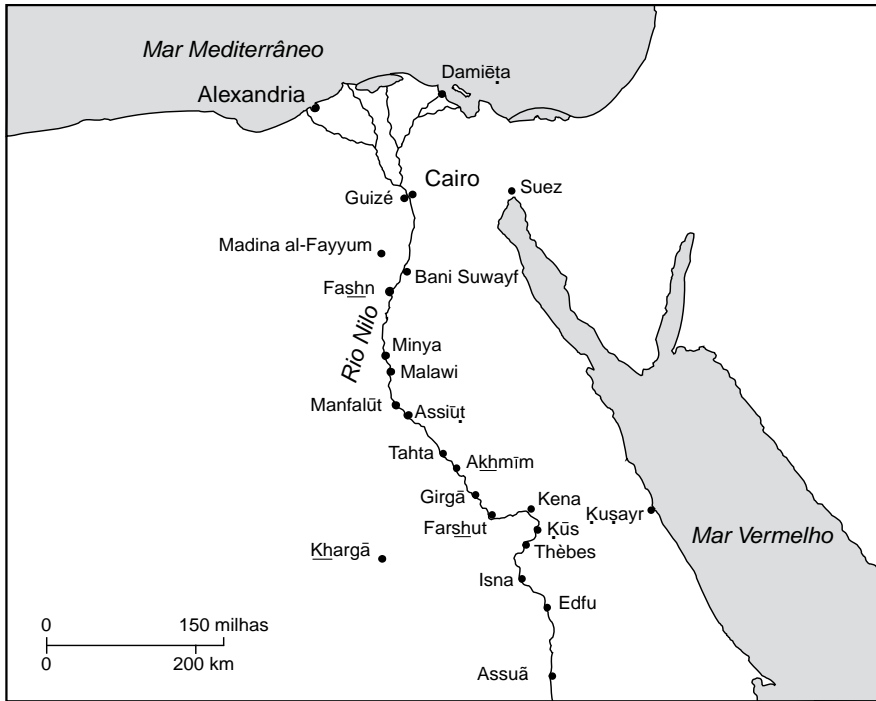



Figura 6.5 O Médio e o Alto Egito (al-Saïd). [Fonte: 'Abd al-Rahim, 'Abd-Rahman e Wataru Miki, Village in Ottoman Egypt and Tokugawa Japon. A comparative study, Instituto para o estudo das línguas e culturas da Ásia e da África, Tókio, p. II. Mapa publicado com a prezada autorização do professor Wataru Miki, Universidade Keio, Tókio.]

oficiais do poder político, nomeados pelo governo central, tendo no topo o *wālī*; e, do outro lado, os *odjak)* e seus oficiais, além dos *sandjak, bey* e seus *mamlūk*. Ainda que não tivesse um caráter oficial, o último grupo dispunha do poder militar e econômico e, a partir do fim do século XVI, passou a ter uma importância cada vez mais manifesta na vida política do Egito.

A influência otomana na África do Nordeste

No século XVI, o Egito desempenhou um papel importante na política expansionista do Império Otomano. A posição geográfica do Egito transformava-o no intermediário natural entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico. A rota comercial que levava as mercadorias do Oriente para a Europa passava pelo Mar Verme-

lho e o Egito[10]. Na época da conquista do Egito pelo Sultão Selim, em 1517, o comércio com o Oriente estava nas mãos dos navegantes portugueses. Uma vez o Egito submisso, restava aos otomanos eliminar, se possível, os portugueses do Oceano Índico, ou, ao menos tentar criar obstáculos à penetração desses últimos no Mar Vermelho.

Uma ocasião propícia para intervir no Oceano Índico foi-lhes fornecida pelo governador do Guzerate, na ocasião em que insistiu, junto ao Sultão Sulaymān, em obter ajuda contra os portugueses que haviam ocupado o porto de Diu. A campanha foi confiada ao vice-regente do Egito, Sulaymān Pasha. Na rota de Diu, em 1538, ele tomou Aden, no Iêmen, que foi submetida à Administração otomana. Embora não tenha conseguido expulsar os portugueses de Diu, ele ancorou no porto de Kusayr, no Alto Egito, e, após ter alcançado Assuã, prosseguiu sua marcha, ao longo do Nilo, até o norte da Núbia. Expulsou as tribos árabes do vale do Nilo e atingiu Wādī Halfa. Na ilha de Sāy, ele construiu uma fortaleza que se tornaria o mais avançado posto meridional do Egito otomano.

Era difícil manter a autoridade nesta região distanciada do Alto Egito, dominada pelos *shaykh hawwāra*. Na metade do século XVI, foi necessário restabelecer a supremacia otomana. Uma expedição comandada pelo antigo *wālī* do Iêmen, Özdmir Pasha, reocupou Ibrīm, Assuã e Sāy, e nelas estabeleceu guarnições de tropas bosnianas. Uma nova província, o Berberistan, foi criada e colocada sob a autoridade de um *kāshif*, diretamente subordinado ao *wālī* do Cairo.

Em 1557, Özdmir Pasha tomou posse de Massāwa, no litoral do Mar Vermelho, e de Zaylā', em frente ao Aden, e conquistou uma parte da região interna pertencente ao rei da Etiópia. Massāwa tornou-se o centro de uma nova província otomana na África, o Habesh, que constituiu, desde então, um elemento importante do dispositivo otomano de defesa do Mar Vermelho contra os portugueses, e permitiu garantir a segurança das vias comerciais, em direção ao Iêmen, e ao litoral mais meridional da África Oriental. Como os portugueses haviam repelido os árabes e os otomanos do comércio do Oceano Índico, a criação destes postos no Mar Vermelho era essencial ao prosseguimento das trocas comerciais que, para obedecer à evolução da demanda internacional, se afastaram das tradicionais especiarias do Oriente, em proveito do café. Dada a nova predileção pelo café, o volume das trocas comerciais em trânsito pelo Egito não perdeu muito a sua importância, e este país continuou extraindo daí consideráveis benefícios.

10 Entre 1560 e 1570, foi até planejado a escavação de um canal através do istmo de Suez. A sugestão, feita pelo grão-vizir Meh,med Pasha Sokollu, caiu, em seguida, no esquecimento.

A criação das províncias do Egito e de Habe<u>sh</u> marcou o ápice da influência otomana na África do Nordeste. O período de 1517 a 1580 constituiu o apogeu da potência otomana no Egito. Os sintomas do declínio da autoridade do governo central e de seus representantes não haviam ainda aparecido, antes, seu poder reforçava-se. Em 1575, por exemplo, na parte meridional do país, as regiões situadas ao sul das cidades de Girgā foram reunidas em uma única entidade administrativa, e foi deste modo que a província do Alto-Egito surgiu em 1583, quando os chefes hawwāra, na condição de administradores, foram então substituídos por um dignitário enviado pelo Cairo.

O Alto-Egito havia, desde sempre, ocupado um lugar à parte na organização política dos Estados do vale do Nilo, distinguindo-se do resto do Egito por suas características políticas, seus sistemas sociais, suas particularidades étnicas e religiosas, além de sua geografia. Pelo fato de ser tão diferente, serviu muito como refúgio aos movimentos dirigidos contra o poder em vigor[11]. Sua importância política foi reforçada pela função econômica que possuía, notadamente seu controle sobre as rotas comerciais e o tráfico do Nilo. O interesse e o respeito dos otomanos para com esse território imprescindível resultaria, concretamente, no estatuto especial que lhe foi atribuído no quadro da gestão administrativa do conjunto da província egípcia.

Assim, o administrador do Alto-Egito, tal como aquele do conjunto do Egito, portava o título de *wālī* e ocupava o segundo lugar na hierarquia administrativa, logo depois do administrador de toda a província. O posto era ocupado exclusivamente por um dignitário da condição de *san<u>dj</u>ak, bey*. Incumbia-se do vasto dispositivo administrativo e financeiro organizado segundo o sistema em vigor no Baixo Egito. Sua importância política, bem como sua lealdade; era igualmente acentuada pelo considerável efetivo das forças armadas colocadas à sua disposição.

Os conflitos militares internos

O período de paz interna, inaugurado pela repressão da rebelião de Ahmad Pa<u>sh</u>a, em 1524, durou aproximadamente sessenta anos. Nos anos 1580, a situação de dependência na qual o Egito se encontrava, no âmbito do desenvolvimento econômico geral do Império Otomano, levou-o a experimentar os pri-

11 A subprovíncia do Alto-Egito era também muito vasta e sua superfície ainda cresceu ao longo do século XVII. Em 1640, os *kabīla* árabes foram expulsos da região de Bahnasā; em 1694, da região de Asyūt e de Aftīt; em 1698, das cercanias de Assuã, de Manfalūt e de Minya.

meiros sintomas de dificuldades econômicas, que não tardaram a desencadear conflitos terríveis entre os diversos componentes da casta militar dirigente.

Algumas revoltas militares estouraram entre 1598 e 1609, fomentadas por cavaleiros economicamente fracos, do corpo dos *spahi*, que foram os mais atingidos pela recente e veloz inflação. Os primeiros episódios dessas lutas internas tiveram como consequência o enfraquecimento da posição dos vice-regentes, os quais apenas conseguiam cumprir com suas obrigações para com o Sultão ao explorar a rivalidade entre o corpo dos *spahi* e o fiel exército dos *odjak*, esforçando-se, ao mesmo tempo, para equilibrar os dois grupos, a fim de preservar a paz na província. Tais revoltas culminaram, principalmente, na exclusão definitiva do corpo dos *spahi* da luta pelo poder, que opôs os *odjak* entre si.

Os anos seguintes viram aumentar a importância dos vinte e quatro *sandjak bey*, formadores de um grupo análogo, de certa forma, àquele dos grandes emires do antigo sultanato. Em razão de sua condição, eles eram habilitados a ocupar os mais elevados cargos políticos. Em regra geral, até aproximadamente 1620, ocupavam as funções de *serdar*, ou seja, de comandantes dos corpos de tropas estacionadas no Egito ou que operavam fora de suas fronteiras. Além disso, eram-lhes confiado o comando das unidades de escolta do *hazine* egípcio, enviado a Istambul (cargo chamado de *amīr al-khazna*), e aquele das tropas de proteção das caravanas de peregrinos na rota rumo a Meca (cargo chamado de *amīr al-Hadj dj*). Foi também dentre eles que foi designado o administrador do Alto-Egito; na condição de *defterdār*, eram igualmente colocados à frente da Administração das finanças da província. Como indício de sua influência política crescente, destacamos que, no princípio do século XVII, um dentre eles foi chamado para exercer as funções de *kā'im makam* (adjunto do vice-regente).

Desfrutando, habilmente, dos poderes econômicos e militares dos vice-regentes, os beis consolidaram as posições por eles gradualmente conquistadas, ganhando, como arrecadadores, o controle de uma grande parte dos ativos fundiários.

Seus primeiros passos aparentes na cena política foram a destituição, em 1631, do vice-regente, Mūsa Pasha, cujo substituto fora um vice-regente adjunto, Ridwān Bey al-Fakārī, que, além de ter sido escolhido pelos beis, era proveniente de seu meio. Apesar dos protestos de Mūsa Pasha, a Sublime Porta ratificou a vontade dos beis. Desta forma, criou-se um precedente que permitiu a contínua repetição do procedimento. Ainda que a razão invocada da destituição de Mūsa Pasha tivesse sido o assassinato de Kaytās Bey e o confisco de seus bens, os motivos dos beis e dos *odjak* eram, na verdade, muito mais profundos: Mūsa Pasha tinha começado a revisar, por baixo, os emolumentos deles. Em 1517, os militares foram autorizados a cobrar os *himāye* (tributos de proteção), que eram, em princípio,

depósito de garantia que protegeriam os habitantes das cidades conquistadas contra a pilhagem. Mesmo os habitantes do Cairo os haviam pago. Com o passar dos anos, entretanto, tais tributos foram se tornando dispendiosos, transformando-se, para os soldados, em um meio de enriquecerem através da exploração da população urbana. Mūsa Pasha quis colocar um fim àquilo que constituía uma tributação ilegal dos citadinos, e foi isso que causara a sua perdição. Quanto aos *odjak*, acabavam de reforçar sua posição ao admitir, entre eles, comerciantes e artesãos que ganhariam, desde então, os mesmos privilégios desfrutados pelos primeiros, sob a forma de direitos de extorsão; eles eram potentes demais para que o governo de Istambul pretendesse colocar um fim em suas artimanhas.

Mūsa Pasha foi, portanto, substituído por Ridwān Bey al-Fakārī que governou como vice-regente até a data de sua morte, ocorrida em 1656. Ele era a personalidade mais notável da Fakārīya, uma associação política que agrupava beis e seu séquito mameluco. A esta associação opunha-se um outro partido, Kāsimīya, igualmente formado por beis e seu séquito, e que, tal como a Fakārīya, buscava também alianças entre os nômades e as pessoas das cidades. Acresce-se a isto o fato de que a luta entre esses dois grupos dividia, igualmente, os *odjak*, os janízaros aliaram-se à Fakārīya, e os *'azabān*, a Kāsimīya. Deste modo, por volta do fim do século XVII, o conjunto da sociedade egípcia encontrava-se dividido em dois campos.

Ridwān Bey consolidou sua posição obtendo do Sultão um decreto que o nomeava comandante vitalício da caravana dos peregrinos, ao passo que seu aliado 'Alī Bey era nomeado *wālī* vitalício do Alto-Egito através de um outro decreto do Sultão. A Fakārīya estava, portanto, bem situada na vida política, com suas principais personalidades solidamente estabelecidas no topo da hierarquia da província. Por volta de 1650, ela dominava completamente o Cairo. Entretanto, após a morte de Ridwān Bey, homens mais jovens apoderaram-se das posições principais no seio da Fakārīya, dando sinais de uma temeridade que suscitou desacordos entre os seus membros e cedo ocasionou seu desabamento.

Em 1660, após ter expulsado a Fakārīya do Cairo, a Kāsimīya, com o apoio do vice-regente, conseguiu obter (por uma curta duração) o posto de vice-regente do Alto-Egito, tal como aquele de vice-regente adjunto da província. Entretanto, antes que pudesse consolidar sua posição, seu chefe, Ahmad Bey Boshnagī, foi assassinado, em 1662, sob a ordem do próprio vice-regente.

Tais acontecimentos testemunharam os esforços da Sublime Porta em restaurar sua autoridade no Egito. Uma prova incontestável de seu sucesso, devido a uma hábil exploração das dissensões entre os partidos concorrentes, foi o fato de que, desde 1661, lhe foi possível suspender todo o pessoal não militar dos sete

odjak e impor, aos *multazim*, um acréscimo de 20% nos pagamentos recolhidos sobre os feudos desses últimos, a fim de cobrir o déficit do *hazine* provocado pela forte inflação. Estas medidas suscitaram o descontentamento, porém, a corte de Istambul foi mais longe e tomou medidas suplementares. Em 1670, Kara Ibraīm Pasha recebeu a ordem para aplicar uma reforma fiscal no Egito com o apoio do exército. Após um remanejamento radical do orçamento e quatro anos de intensas negociações com todas as partes interessadas, ele conseguiu duplicar o montante do *hazine*, que passou de 15 a 30 milhões de paras. Alguns feudos importantes permaneciam nas mãos dos *odjak* e isso Kara Ibraīm o confirmaria em 1672.

Os princípios desta reforma estabeleceram as referências para a resolução dos problemas fiscais durante todo o período seguinte, até 1798. Todavia, os resultados obtidos não tiveram longa duração e, rapidamente, o montante do *hazine* baixou de novo. Isto porque a decisão de reduzir a influência econômica dos *odjak* (cujos recursos financeiros compreendiam, simultaneamente, benefícios legais e recolha de impostos ilícitos), em benefício do Tesouro do Estado, veio muito tarde. A legalização, em 1672, dos títulos sobre os feudos ainda existentes reforçou a posição dos janízaros e dos *ʿazabān*, ou seja, dos *odjak* que haviam dividido o mais lucrativo *mukataʿāt*[12], em detrimento dos *ghaushes* e dos *müteferrikas*. A conclusão da reforma fiscal transformou um sistema, até então aberto, em que era possível operar facilmente trocas nas repartições dos feudos, em um sistema fechado, cujos diversos grupos estavam engajados em uma vivaz controvérsia.

A nova situação, resultando do enfraquecimento da posição do paxá, ao longo da primeira metade do século XVII, e da eliminação das conspirações dos beis, nos anos 1660, permitiu aos *odjak* apoderar-se das redes exploradoras dos habitantes das cidades[13]. Os beis que não possuíam nenhum meio de participar dessa exploração permaneciam extraindo seus rendimentos das propriedades agrícolas, o que os tornava exploradores da população rural.

12 Os janízaros eram os beneficiários das receitas das alfândegas de todos os portos egípcios, com exceção de Suez, cuja receita destinava-se ao vice-regente. Os *ʿazabān* controlavam os benefícios dos celeiros de trigo e dos portos de desembarque de Būlāk e do Velho Cairo, bem como, a taxa sobre os jogos.

13 A ambição dos *odjak* de serem legalmente titulares de *mukataʿāt* e de criar fontes de renda ilícitas reforçava-se pela aproximação incessante ocorrida entre eles e a população local. Tal ambição incitava-os, cada vez mais frequentemente, a dedicarem-se a uma atividade econômica e a aceitarem comerciantes e artesãos em seu meio. Seus clientes eram, em particular, ricos mercadores de café. Esta aproximação esteve na base da cobrança, pelos *odjak*, do *himāye* e da recolha de um impostos de 10% sobre a herança de um cliente falecido. Os novos membros não perdiam nada nesse negócio, pois era-lhes concedida uma proteção que os livrava das disposições legais, geralmente em vigor, e os tornava beneficiários de uma condição preferencial ligada aos interesses dos *odjak*.

Aproximadamente entre 1670 e 1750, a vida política tornou-se ainda mais complicada. Ela era influenciada não somente pelas dissensões entre os *odjak*, mas também pelos conflitos, procedentes das afiliações divergentes ocorridas em seu núcleo. A atitude das facções internas era determinada, simultaneamente, pela sua relação com o poderoso *odjak* dos janízaros e sua ligação com um dos velhos partidos, Fakārīya e Kāsimīya. A rivalidade entre os dois partidos já havia sido transposta para o interior dos próprios *odjak*, nos quais, cada partido criava seu próprio grupo que, por sua vez, esforçava-se para dominar todo o *odjak*. Assim, os dois elementos de base do poder econômico e político da classe dirigente eram fonte de conflitos: a posse e a eventual redistribuição dos feudos e as recolhas ilegais de impostos sobre os resultados da atividade econômica dos membros dos *odjak*, bem como os tributos recebidos ilegalmente pela proteção dos comerciantes e dos artesãos dependentes dos *odjak*[14].

O *odjak* dos janízaros, cuja posição dominante apoiava-se na detenção dos feudos ou redes urbanas mais rentáveis, era aquele em que as relações estavam mais tensas. Por cerca de vinte anos, o janízaro Ba<u>sh</u>odaba<u>sh</u>i Küchük Mehmed foi o protagonista da luta no seio deste *odjak*. Em 1680, ele foi expulso do Egito após o conflito que o opôs aos principais oficiais de seu *odjak*. Porém, mais tarde, ele retornou e juntou-se, sem demora, ao *odjak* dos *gönüllüyān*, onde ganhou o apoio do *a<u>gh</u>a* que o introduziu junto à Fakārīya. Com a ajuda do chefe desse partido, Ibrāhīm Bey, Küchük Mehmed conseguiu, em 1692, livrar o *odjak* dos janízaros de seus comandantes kasīmī e garantir a dominação a partir daí. Pouco depois, foi aprovada, pelos mais altos dignitários do conjunto dos sete *odjak*, sua decisão de abolir certos tributos de proteção e todos os outros ilegais, exigidos pelos arrecadadores janízaros e *ʿazabān*, das alfândegas da Alexandria, de Rashīd e de Būlāk. Com o apoio do *wālī*, ele conseguiu executar a sua decisão. A principal razão para esta "nova orientação" – que, incontestavelmente, favoreceu as camadas inferiores da população dos burgos e das cidades, transformando numerosos membros do *odjak* dos janízaros em inimigos jurados de Mehmed, agrupados em torno de Mstafā Kazdo<u>gh</u>lu – foi, sem dúvida, o temor de ver reproduzidas as rebeliões de 1678, causadas pela inflação contínua e pela forte alta da cotação do trigo.

14 Essas disposições fiscais, contrárias aos princípios da lei islâmica (*sharīʿa*) e à regulamentação em vigor, foram criticadas como abusos (*mazālim*) e os dirigentes do Estado central solicitavam, terminantemente, sua supressão, em particular, a fim de prevenir eventuais dificuldades políticas. O peso principal da exploração era suportado pelas camadas populares, cuja situação foi agravada em razão das más colheitas e de tudo aquilo que as seguiu: alta dos preços, fome e epidemias. Por volta do fim do século XVII (em 1678, 1687 e 1695), a resolução das contradições no seio da classe dirigente seguiu-se também das primeiras importantes rebeliões do povo que, evidentemente, influenciaram a atitude dos principais agentes políticos.

Durante o verão de 1694, a tensão atingiu um grau crítico no *odjak* dos janízaros. Além disso, a baixa vazão do Nilo provocou, nesse verão, uma alta súbita do preço do trigo. Fiel aos princípios de sua política, Küchük Mehmed tomou medidas contra os especuladores potenciais, fixando o preço do trigo e organizando sua distribuição de tal maneira que os intermediários não pudessem nela interferir. Tais medidas tiveram como efeito a aproximação entre a oposição janízara e o *odjak* dos *ʿazabān*, possuidores dos armazéns de cereais. O conflito atingiu seu ponto culminante com o assassinato de Küchük Mehmed, permitindo aos *odjak* recuperarem a posse de seus feudos perdidos e, ao mesmo tempo, a liberdade de decidirem sobre os preços dos gêneros alimentícios. Em seguida, houve uma alta brutal dos preços de todos os artigos de primeiras necessidades, que desencadeou a fome em 1695, seguida da epidemia de 1696. Foi preciso as cheias abundantes do Nilo, em 1697, para colocar um fim a este difícil período.

Desde 1688, a crise encontrava-se ampliada por uma erosão contínua do valor da moeda e, por volta de 1622, a situação agravara-se extremamente. Para tentar suprir o défice do *hazine*, a Administração provincial aumentou em 4% os impostos devidos pelos *iltizam*, o que não impediu a Sublime Porta de exigir que o *hazine* fosse enviado em moeda de ouro ou de prata. Tal exigência chocou-se com uma intensa oposição dos *odjak*, visto que a depreciação da moeda acarretava-lhes grandes benefícios, assim como aos seus clientes, os mercadores. Foi a oposição deles que fez malograr, em 1697, a tentativa de reforma financeira e de transformação do sistema fiscal, concebida pelo perito financeiro Yāsīf al-Yahūdī[15].

Uma nova série da alta dos preços –, resultado de um afluxo de moedas desvalorizadas provenientes de outras regiões do Império – no princípio do século XVIII, ofereceu aos janízaros a oportunidade de subtrair dos *ʿazabān* o monopólio do comércio de cereais. Mais uma vez, evidenciou-se que o problema principal era a arrecadação do *himāye*, ao qual nenhum dos *odjak* estava disposto a renunciar. Para sair do impasse, chegou-se a um acordo que excluía o problema principal, porém era conveniente aos *odjak*. Decidiu-se que as moedas desvalorizadas apenas poderiam ser utilizadas em função de seu peso de metal e que seriam cunhadas em seu lugar, moedas de prata fina (fidda dīwānī). Simultaneamente, publicou-se a lista dos preços dos artigos de primeira necessidade e interditou-se a exportação do café para os países cristãos. O decreto de criação

15 A reforma propunha, entre outros, estampilhar a moeda, a arrecadação de um direito de 10% sobre o café estocado, o estabelecimento de um monopólio do Estado sobre a torrefação do café, a aplicação de uma marca de fábrica sobre os tecidos e a tarifação das empresas e das lojas pelo Estado.

da moeda contribuiu, sem dúvida, para diminuir o declínio do para egípcio, porém, as decisões aceitas não tiveram êxito no principal problema socioeconômico, a saber, os tributos de proteção. Por causa da tensão que permaneceu viva entre os *odjak*, uma nova crise política perfilou-se no horizonte.

Esta crise veio à tona por volta de 1710, tendo como causa primeira os problemas suscitados pelas exportações de café com destino aos países cristãos. O rápido aumento do volume de tais exportações, correspondendo a uma demanda européia cada vez mais crescente, fez com que disparassem os preços do café. Os negociantes atacadistas e seus protetores janízaros extraíram tamanhos benefícios que os outros *odjak* ficaram abalados. O problema do *himāye* voltou, portanto, a ocupar o primeiro plano da cena. Não havia meio de resolvê-lo, sem ambiguidade, abreviando toda discussão, em razão da divisão que reinava no *odjak* dos janízaros, entre partidários da Fakārīya e partidários da Kāsimīya. A desavença esteve, então, na origem de um feroz afrontamento, nunca visto no interior do *odjak*, envolvendo até mesmo os beis.

A personagem mais importante de tais acontecimentos foi o janízaro Bashodabashi Ifrandj Ahmad, que esteve em favor da participação de seus condiscípulos nas atividades econômicas. Ele era sustentado pela Fakārīya, mas isso não impediu a Kāsimīya de, em 1707, obter a expulsão dele do *odjak*. No princípio do ano de 1709, a tensão tinha atingido um grau tamanho que os janízaros encontravam-se isolados diante de rivais unidos, e Ifrandj Ahmad, com o apoio da Fakārīya, foi reintegrado ao *odjak*. A medida foi seguida da expulsão dos oficiais favoráveis a Kāsimīya, os quais haviam se pronunciado em favor da expulsão de Ifrandj Ahmad, em 1707. Este ato consolidava a posição da Fakārīya no *odjak* e a unidade dos partidários da política de Ifrandj Ahmad, mas um golpe certeiro caiu sobre os janízaros por meio de um decreto enviado de Istambul, que estabelecia os preceitos da política oficial da Sublime Porta em relação aos atuais problemas. Tal decreto colocava um fim, imediatamente, em todos os abusos e nas relações de favor existentes entre protetores militares e civis. Além disso, continha a ordem de transferir a Moeda, que devia abandonar o recinto do acantonamento janízaro e instalar-se em um novo edifício.

No final do ano de 1710, a crise foi ainda agravada pela ruptura entre os dois beis que se encontravam à frente da Fakārīya, Ayyūb e Kaytās, sendo que este último passou à Kāsimīya, e pelo retorno dos dignitários expulsos. O frágil equilíbrio do poder encontrava-se, assim, comprometido, e a crise se degenerou, transformando-se em um conflito armado, no qual, também os beis estavam abertamente implicados. O chefe da Fakārīya, Ayyūb Bey, e o *wālī* do Alto-Egito, Mahmūd Bey al-Kabīr, aliaram-se com os partidários de Ifrandj Ahmad,

ao passo que seus rivais recebiam o reforço do chefe da Kāsimīya, Aywaz Bey, de Ibrāhīm Shanab, de Mehmed Bey Kutamish e de Kaiytās Bey, trânsfuga da Fakārīya. Após um cerco de dois meses, em junho de 1711, a resistência dos janízaros, que controlavam a cidadela, desmoronou. Os beis da Fakārīya fugiram do Egito e Ifrandj Ahmad foi executado.

Os acontecimentos de 1711 tiveram como efeito aparente a diminuição da influência, não só do *odjak* dos janízaros, mas também dos outros *odjak*, que estavam exauridos em razão dos vinte anos de lutas incessantes. Ao mesmo tempo, tais acontecimentos colocaram os beis e os mamelucos em primeiro plano. Desde a metade do século XVII, não somente os *sandjak bey*, mas também os membros da hierarquia militar otomana formavam seus próprios clãs mamelucos. Por volta do final do século XVII e no começo do XVIII, os escravos alforriados e os mamelucos de numerosas "casas", tais como a Kazdughlīya, a Kutamishīya, a Balfīya, a Djulfīya, já detinham a maioria dos cargos, além de controlarem numerosos feudos e redes urbanas. Após 1711, o Egito passou por um período de uma vintena de anos, ao longo do qual, a cena política modificou-se, pois que os beis, novamente, ocuparam a dianteira.

O reino dos *odjak* no Egito, apesar das crises econômicas e políticas que o atingiram em seu fim, deu origem a grandes mudanças econômicas e sociais. A produção agrícola aumentara e o comércio das mercadorias egípcias era ativo e mais lucrativo, seus benefícios apenas eram ultrapassados por aqueles do comércio de trânsito, notadamente, pelos benefícios do café, que muito haviam contribuído para a prosperidade geral. O bom desenvolvimento da economia estava atrelado à elevada taxa de crescimento demográfico, de forma que uma abundante mão de obra foi empregada na cultura extensiva das terras agrícolas e nas atividades de produção e de comércio, em plena expansão nas cidades. Nesta época, a população do Cairo chegou a 300.000 habitantes e ultrapassou, portanto, o pico de 250.000, no começo do século XIV, época de sua maior prosperidade.

A moeda tornava-se um problema permanente devido à sua depreciação, cada vez mais manifesta após as derrotas do Império Otomano na Europa. Entretanto, o Egito não era tão afetado pelos acontecimentos dos campos de batalha europeus: as trocas comerciais continuavam sendo feitas normalmente e era irrisória a participação dos *odjak* egípcios nas guerras. Nestas condições de paz, os *odjak* passavam por uma mutação progressiva no plano social. As tropas estavam permanente estacionadas no Egito e seus membros misturavam-se à sociedade local mais frequentemente pelo viés do casamento. Eles somente se distinguiam das pessoas do país pelo *status* militar, por alguns privilégios e pelos deveres que lhes

incumbiam. Entretanto, durante estes tempos de paz, sua disciplina relaxou-se enormemente e, cada vez mais, suas qualidades militares deterioraram-se.

Depois de 1711, a luta pelo poder prosseguiu em dois níveis: entre os grupos políticos distintos e no interior de cada um deles. Em 1714, Kaitās Bey, o chefe da Kāsimīya, partido majoritário no momento, foi executado por seus subordinados que se apoderaram, então, da *ryāsa* (do comando). Contudo, após a prematura morte de um deles, Ibrāhīm Bey Abū Shanab, Ismā'īl Bey, o filho de Aywaz Bey, tornou-se seu chefe único e sua supremacia extinguiu-se. Uma oposição formou-se entre os mamelucos de Abū Shanab, a Shanabīya, que se aliou aos beis da Fakārīya contra Ismā'īl Bey, a fim de desapossá-lo da Kāsimīya, com toda a facção aywazide. O homem à frente da Shanabīya formou, então, um duunvirato com Dhū 'l-Fakar, o chefe da Fakārīya. Esta união, equivalente a um compromisso político, era ditada por uma nova crise econômica que foi precipitada pela queda de Mehmed Bey Cherkesī, o primeiro chefe da Shanabīya. A fim de amenizar a tensão crescente, ele havia tentado obter, como outros antes dele, a redução dos impostos e a renúncia da cobrança de taxas ilícitas junto aos *odjak*. Os *odjak* estavam dispostos a negociar, mas quando foi preciso conseguir expulsar de seu meio os negociantes e os árabes hawwāra, eles recusaram apoiar Mehmed Bey Cherkesī, o que marcou também o fim de sua carreira política e levou ao seu assassinato.

As lutas incessantes entre os beis ofereceram aos vice-regentes, a partir de 1720, a oportunidade de reforçarem sua autoridade. Era visando a esse único objetivo que eles tomavam parte nos conflitos e suas intrigas contribuíram diretamente com o assassinato de Ismā'īl Bey e como a queda de Mehmed Bey Cherkesī. Em seguida, após o desmoronamento da Kāsimīya, em 1729, eles ativamente continuaram esta política com a Fakārīya, então dirigida por três homens: Mehmed Bey Kutlumush, o janízaro Kāhya 'Uthmān (Osmān) e o *azab* Kāhya Yūsuf.

A rivalidade entre esses três chefes ofereceu a Bakir Pasha, em 1736, a oportunidade de tentar transferir, ao Tesouro do Estado, tanto as taxas legais quanto as ilícitas, recebidas pelos *odjak*. Ele quebrou a resistência, objetada por estes últimos, através da eliminação de seus três representantes. Entretanto, tal ação não fora aprovada pela Sublime Porta, que, em proveito do Estado, interditava estritamente a alienação dos feudos dos *odjak*. Os novos chefes da casta militar egípcia, representados por 'Uthmān Bey Dhu 'l-Fakar e pelo janízaro Kāhya Ibrāhīm Kazdoghlu, aliaram-se aos *odjak*, recusando a se submeterem. Além disso, a atitude deles era apoiada, por unanimidade, pelos representantes dos *'ulamā'* (irmandades religiosas).

Com a chegada de Ibrāhīm Kazdoghlu, à frente do *odjak* dos janízaros, a Kazdughlīya passou a ocupar o primeiro plano. Era uma potente facção da Fakārīya da qual, até então, nunca se ouvira falar. Seus chefes não ocupavam o posto de *sandjak bey*, mas, como nenhum foi assassinado, o grupo restou relativamente intacto. A partir de 1743, ano em que Ibrāhīm Kāhya forçou 'Uthmān Bey a emigrar, tornando-se, assim, o único chefe do aparelho militar do país, a Kazdughlīya reinou como partido único e manteve sua posição até 1798.

Após 'Uthmān Bey ter deixado o país, Ibrāhīm Kāhya abraçou a causa de Ridwān, que era o *kāhya* dos *'azabān* e o chefe da Djulfia, uma pequena facção da Fakārīya. Seu duunvirato inaugurou, a partir de 1744, dez anos de reinado sem partilha dos dois mais potentes destacamentos militares do Egito. Os dois homens não ocuparam o posto de *sandjak bey*, mas cada um deles nomeou três de seus *mamlūk* na corporação dos beis. Ridwān Kāhya dedicou-se, desde então, ao seu passatempo preferido, a construção, ao passo que Ibrāhīm Kāhya fazia do Egito seu domínio privado. Ele apoderou-se das mais rentáveis fontes materiais, constituiu um potente clã *mamlūk* e se enriqueceu de todas as formas.

Entretanto, o poder aparentemente estabilizado dos duúnviros dissimulava sintomas da próxima falência das estruturas socioeconômicas, sobre as quais, apoiava-se, até então, o poder militar[16].

Ao longo dos dez anos de duração do duunvirato, a autoridade coletiva, que havia sido aquela dos *odjak*, foi substituída pelo exercício do poder pessoal daqueles que se revelariam dois déspotas. A boa situação econômica do país, e, notadamente, a estabilidade dos preços e da moeda foram os últimos motivos que mantiveram a paz interior. As contradições inerentes à conjunção de um duro regime político e de uma situação econômica favorável manifestaram-se pouco após a morte de Ibrāhīm Kāhya, em 1754. Ridwān Kāhya padecera primeiro, na ocasião de uma revolta dos janízaros, provocada por sua proposta de impor uma nova taxa sobre o café. Ainda que o motivo da revolta fosse a vontade dos *odjak* de defender seus privilégios, cada vez mais corroídos, também era a expressão de um antagonismo para com os mamelucos, os quais, tendo ascendido aos postos de bey e de oficiais dos *odjak*, eram, desde então, capazes de ascender ao poder político e econômico. O declínio do poder político dos *odjak* esteve diretamente ligado àquele de sua potência econômica, entre 1720

16 No sistema tradicional de exploração, os *odjak* beneficiavam seus clientes com uma certa parte dos privilégios que eram exclusivos à classe dirigente. Tal vantagem desapareceu do sistema instaurado pelo duunvirato em que a exploração era agravada por confiscações, empréstimos forçados e outras medidas draconianas afetando, particularmente, os mercadores. Os dois potentados partilhavam o espólio, segundo um rateio convencionado e conhecido por todos.

e 1750, quando eles perderam certos privilégios lucrativos e viram diminuir os rendimentos das taxas arrecadadas sobre outros recursos, em particular, sobre o comércio de especiarias e do café que começava a sofrer com a concorrência do café das Antilhas. Os *odjak* sofreram o contragolpe do empobrecimento dos mercados domados pelos duúnviros. Depois de 1760, seu poder enfraqueceu à medida que eles se transformavam em simples reservas do séquito mameluco, cujos membros podiam portar o título de oficiais.

O desenvolvimento cultural

O fim da soberania do sultanato mameluco e a transformação do Egito em província (*wilāya*) do Império Otomano tiveram importantes repercussões na atividade cultural egípcia, que, muito distintamente, em seu desenvolvimento, refletiu a nova ordem das relações sociais, econômicas e nacionais. A educação também foi influenciada, da mesma forma que a língua árabe, na condição de veículo de expressão cultural.

Após a queda do sultanato mameluco, o Cairo deixou de ser o centro espiritual do mundo sunita, posição que havia ocupado desde 1261. A singularidade da cidade era, então, reforçada pela presença dos califas abássidas e das diferentes universidades reagrupadas em torno da antiga mesquita al-Azhar, à qual convergia tudo aquilo que o islã considerava como homens "em busca do conhecimento". Eles chegavam ao Cairo para ampliar os seus campos de saber, para ensinar em um dos numerosos *madrasa* existentes na cidade ou, para ocupar um cargo importante na Administração do Estado, cuja autoridade política e prosperidade econômica faziam da capital uma cidade efervescente de atividades. Ainda que al-Azhar fosse, mesmo após 1517, uma das mais prestigiosas escolas para os estudantes dos países árabes, aqueles que almejavam uma carreira no serviço do Estado se viam cada vez mais frequentemente obrigados a estudar nas escolas de Istambul, que preparavam seus alunos para servirem em qualquer parte do vasto império. Quanto aos postos de professor nas escolas, eram também muito procurados e serviam, com frequência, de trampolins para o acesso aos cargos elevados e honoríficos da função pública. Istambul e outras cidades da parte central do Império ocuparam, a partir de então, o lugar que havia sido, sem dúvida, do Cairo, até 1517, e isso, mesmo aos olhos dos súditos árabes do Sultanato Otomano.

A incorporação do Egito e de outros países árabes no Império Otomano, em que a utilização do turco-otomano predominava na vida pública e cultural,

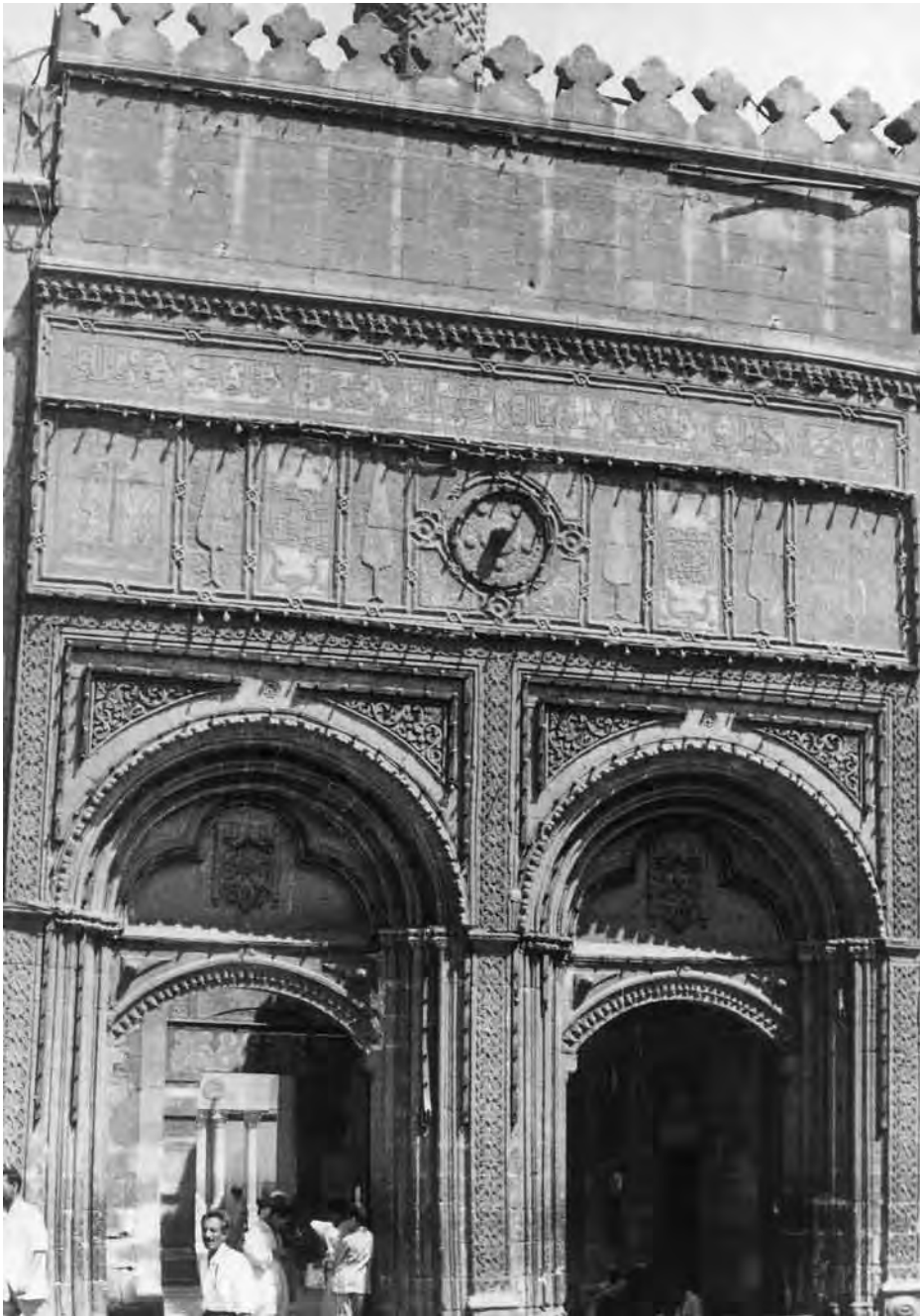



FIGURA 6.6 A mesquita de Muhammad Bey Abū ‘l-Dahab, 1188/1774. [Instituto de egiptologia, Universidade Charles, Praga.]

foi uma nova e tangível etapa do declínio da importância da língua árabe, como mediadora da cultura arábico-islâmica. Era através da grande literatura neo--persa e da literatura em línguas turcas, florescentes nessa época, que se exprimia a cultura espiritual islâmica. A perda da independência política dos países árabes trouxe consigo, igualmente, o desaparecimento da língua árabe nos assuntos públicos, o que comprometeria, em consequência, a sua utilização na literatura. Esta, salvo os temas que misturavam o direito e a religião, mas compreendendo os textos científicos, era suscitada e lida pela classe dirigente que, embora desconhecesse o árabe, era capaz de apreciar as obras escritas em turco ou persa. Ademais, a cultura persa atravessava, precisamente entre o século XV e XVIII, um período de fertilidade expressiva, em flagrante contraste com as expressões culturais e literárias das regiões de língua árabe.

Como em todas as outras províncias árabes do Império Otomano, a cultura do Egito caiu sob a férula política, social e cultural do poderoso ocupante turco-otomano e, pouco a pouco, encontrou-se integrada à nova versão turco--otomana da civilização islâmica. Através do processo dialético das influências mútuas no âmbito desse conjunto cultural, ela conservou um caráter próprio que se tornaria o ponto de partida e o regulador do despertar nacional árabe, nos séculos XIX e XX. Tal singularidade observou-se também na literatura árabe e egípcia, entre os séculos XVI e XVIII, embora esta tenha passado ao segundo plano das atividades literárias oficiais . Este período, comumente descrito como aquele do grande declínio da literatura árabe, não trouxe nada de novo aos gêneros clássicos, mas introduziu, obviamente, uma nova orientação da produção literária. Os textos em língua árabe eram escritos e destinados a leitores pertencentes às camadas médias da população das cidades, notadamente, os *'ulamā'* das categorias subalternas, à elite dos clérigos, aos comerciantes e artesãos, todos de língua materna árabe. Dessa orientação nasceu o caráter popular óbvio dessa literatura, manifesto tanto nos seus gêneros quanto em sua linguagem.

Foi na poesia que esta tendência se afirmou de forma mais aparente. Atrelado à expansão das ordens dervixes, a poesia mística *sūfī* (sufi) conquistou um largo público e alcançou uma grande popularidade, notadamente, através das obras, marcadas pela influência de Ibn al-Fārid, que cantava os louvores do profeta Muhammad[17]. Glorificavam-lhe, também, os *mawlid*, lendários elogios escritos em prosa.

17 Muhammad ibn Ridwān al-Suyūti (falecido em 1766) foi o autor de um desses poemas populares. Ainda que em menor grau, em razão de seu caráter retórico, uma certa popularidade ligava-se também aos escritos de Ā'isha al-Bā'ūniya e àqueles do médico 'Abd al-Rahmān al-Humaydī (falecido em 1587).

Um novo gênero poético surgiu nessa época, aquele das sátiras, cujo mais notável é o *Hazz al-kuhūf* [Chacoalhando as cabeças dos camponeses], por al-Shirbīnī, de 1787. Seu autor ridiculariza a estupidez e a grosseria dos camponeses, tal como a fraqueza de espírito e a vaidade dos *'ulamā'*, pelo comentário de um poema satírico escrito por um poeta aldeão fictício, chamado Abū Shaduf ibn Udjayl (Pai da Balança, Filho do Novilho). A língua empregada nessa obra é o árabe falado nos campos egípcios. Em um de seus poemas, "Kasid Abū Shaduf", ele trata da exploração dos camponeses pela administração e pela família e das injustiças às quais eles são submetidos. Hasan al-Badrī al-Hidjāzī (falecido em 1719), era um outro poeta renomado. Além de uma coletânea de poemas sobre temas religiosos, ele escreveu um conjunto de sátiras, obras moralistas que comentavam notáveis acontecimentos e criticavam a sociedade contemporânea.

Fora desta poesia, assistiu-se ao surgimento de uma corrente poética formalista de cunho excêntrico e precioso, endereçando-se a um abundante público e da qual um dos autores também foi o chanceler de Azhar, 'Abdullāh al- Shubrawī (falecido em 1758), autor de uma pequena coletânea de poemas de amor e elegias sobre as estações, tal como os panegíricos de Muhammad e de outras eminentes personalidades. Seu representante foi Abdullāh al-Idkāwī (falecido em 1770), que escreveu textos, também em prosa, no mesmo espírito que as obras de seu contemporâneo Yūsuf al-Hifnāwī (falecido em 1764).

A narrativa popular enriqueceu-se com uma nova obra, qual seja, um romance sobre a conquista do Egito por Selim I, cujo protagonista era o último Sultão mameluco, Tūmān Bey, resistindo ao agressor em um combate desigual. Tal romance foi escrito por Ahmad ibn Zunbul, também autor de uma relação histórica concisa do acontecimento que forneceu sua trama ao romance.

A literatura científica, por sua vez, não conheceu nenhuma primavera. Ao contrário, ela continuou declinando, caracterizada pela falta de originalidade no tratamento dos conhecimentos e por comentários estéreis a respeito dos escritos de grandes nomes do passado, outrora autoridades. O ideal islâmico, ao qual os ideólogos otomanos tentavam integrar a sua sociedade, não admitia nenhuma análise crítica. Os comentários e glosas, muito em voga, ainda que refletissem muito precisamente os gostos de então, não eram capazes de apresentar uma imagem objetiva da sociedade[18].

18 Notadamente, apareceu um certo número de pequenos tratados sobre os problemas do momento, em particular no campo do direito aplicado, sem falar dos guias práticos abreviados que frequentemente tinham a forma de manuais.

Nesse âmbito a historiografia teve mais possibilidades. Entretanto, no Egito, ela sofria uma falta de demanda e de pessoas interessadas pelos escritos históricos. Se deixamos de lado os escritos de Ibn Yyās – que embora se findando em 1552, são considerados como parte da história dos mamelucos –, as obras produzidas pelos historiógrafos do século XVI ao XVIII não são de boa qualidade, em especial, no nível da metodologia. Apenas alguns livros deste período podem ser considerados como crônicas reais, ricas em elementos judiciosamente apresentados.[19] Muito frequentemente, as outras obras se reduziam a entediantes listas cronológicas de sultões, de vice-regentes e de juízes supremos, ou a breves resumos da história do Egito até a época do autor[20]. Encontram-se também alguns tratados detalhados sobre certos acontecimentos marcantes, que se apóiam, com frequência, em uma experiência pessoal[21]. Um certo número de fascículos históricos foi redigido em verso, outros, em linguagem corrente[22]. Se a última crônica mameluca de Ibn Iyās relata os primeiros anos do período otomano, os últimos decênios do século XVIII estão descritos na mais importante obra do gênero, escrita no século XIX, ou seja, a crônica de al-Djabarti, o derradeiro texto de sua espécie na literatura árabe do período feudal.

O simples comentário, se ele demonstrou ser frequentemente estéril, contudo, originou uma obra importante escrita por Muhammad Murtadā al-Zabīdī (falecido em 1791): os numerosos volumes do dicionário *Tādj al-arūs*, comentário do Al-*Kāmūz* d'al-Fīrūzabādī. A filologia foi igualmente tratada por al-Khafādji (falecido em 1659), autor também de um importante conjunto de biografias de eminentes personalidades.

Os tratados sobre as rotas das peregrinações de Meca e Medina, tal como os textos sobre os lugares de peregrinação, os túmulos de personalidades renomadas, em particular aqueles dos homens da ciência e dos santos, constituíam um gênero literário muito apreciado.

A veneração dos santos, expressão da fé dos fiéis, estava ligada à rápida extensão das ordens dervixes e ao interesse suscitado pelos místicos. Uns e outros gozavam de uma grande popularidade no Egito, desde o século XVI. O mais conhecido era a Ahmadīya, ordem fundada por Ahmad al-Badawī (fale-

19 Por exemplo, a crônica do período de 1517 a 1737, redigida por Ahmad Chelebi.

20 Este gênero de texto é tipicamente representado pelos livros de al'-'Shākī, de Mar'ī ib Yūsuf e de al-Sharkāwī.

21 Dentre eles, o melhor é o livro de al-Shālihi, intitulado *Wak'at al-Sanādjik* [Os desacordos dos sandjak bey], que trata da revolta dos beis da Fakārīya, em 1660.

22 Notadamente, o livro em verso de al-Ghamrī e as crônicas de Dermirdesh, em linguagem corrente.

cido em 1276), cujo túmulo em Tantā era o centro de um culto especial. Essa ordem possuía numerosas ramificações, tais como a Bayyūmīyā, a Sha'rāwīya e a Shinnāwīya. Dentre as ordens influentes, é preciso citar a Kādirīyya, a Rifāīya e a Nakshbandīya, ao passo que a Ibrāhimīya, a Demirdāshīya, a Bakrīya, além de outras, ainda eram de menor envergadura. As ordens dervixes tinham à sua frente um representante dos descendentes do Profeta (*nakīb al-ashrāf*), que era um *shaykh* da família al-Bakrī cuja origem remontava ao primeiro califa Abū Bakr. As ordens dervixes eram associadas a determinadas categorias sociais e incluíam, notadamente, certos grupos sociais e representantes de certas profissões. A estrutura social das ordens e sua sólida organização conferia aos seus chefes certo poder político que lhes permitia uma influência sobre a vida pública. Além dessa importância política, as ordens tinham também um papel cultural. Elas contribuíam com a educação de uma multidão, fazendo com que seus membros tivessem acesso à cultura espiritual através da literatura, especialmente, por meio da poesia. Tal contato suscitava, além disso, um interesse individual pela palavra escrita, que podia ocasionar criações originais. A poesia mística foi cultivada por um certo número de poetas como a plêiade dos membros da família al-Bakrī, como 'Abdullāh al-Sha'rāwī, Ahmad al-Dardīr e outros que não enquadravam completamente seus poemas, seus tratados e as conferências que davam no círculo de sua fraternidade, nos dogmas do islã.

Durante todo o século XVIII, o Egito ignorou os benefícios oferecidos pelas prensas de impressão, malgrado o fato de que tanto os livros turcos quanto os árabes começaram a ser impressos em Istambul, desde 1729. A cópia manuscrita continuava sendo o único meio para multiplicar as obras literárias.

O Cairo e outras cidades muçulmanas estão ainda embelezados por numerosos monumentos arquitetônicos edificados durante o período otomano. Um lugar à parte está ocupado por edifícios voltados ao culto ou à educação, cuja construção foi financiada pelos fundos especiais constituídos por doadores que foram vice-regentes, altos dignitários dos *odjak*, beis, e também por vários sultões otomanos e outros membros da dinastia. Da mesma forma que o fundo material de doações constituía-se, com frequência, por objetos profanos, tais edifícios comportavam diversos elementos especificadamente egípcios, obviamente, em menor parte do que os elementos otomanos de importação. Nós os encontramos na concepção arquitetônica de conjuntos e, sobretudo, no ornamento, com emprego do estuque, de janelas coloridas etc.[23] Os elementos importados

23 Foi na mesquita de al-Burdaynī (a partir de 1611) que os elementos locais foram mais utilizados.

Figura 6.7 A mesquita de Mahmud Pasha, 975-1568. [Instituto de egiptologia, Universidade Charles, Praga.]

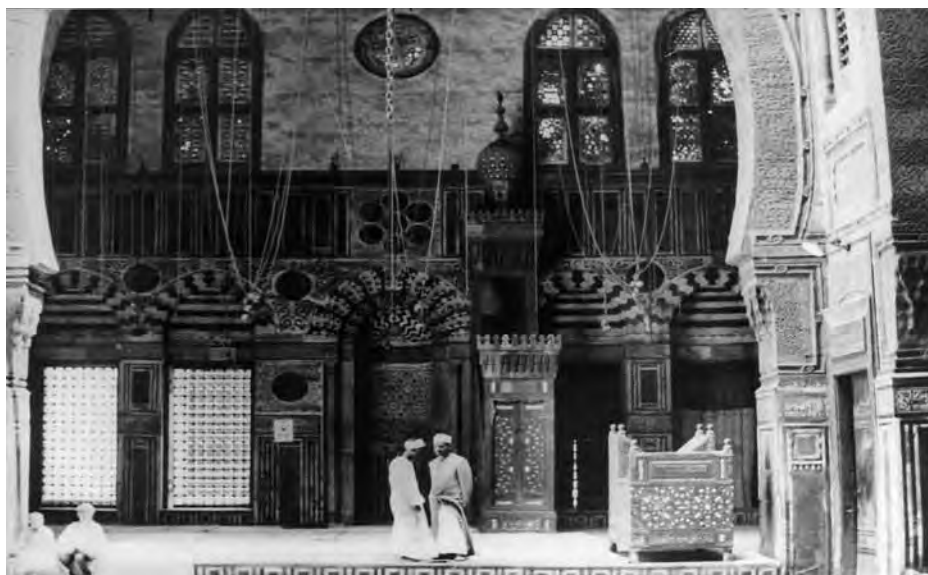



Figura 6.8 O īwān da mesquita de Ahmad al-Burdaynī, 1025/1616-1038/1629. [Instituto de egiptologia, Universidade Charles, Praga.]

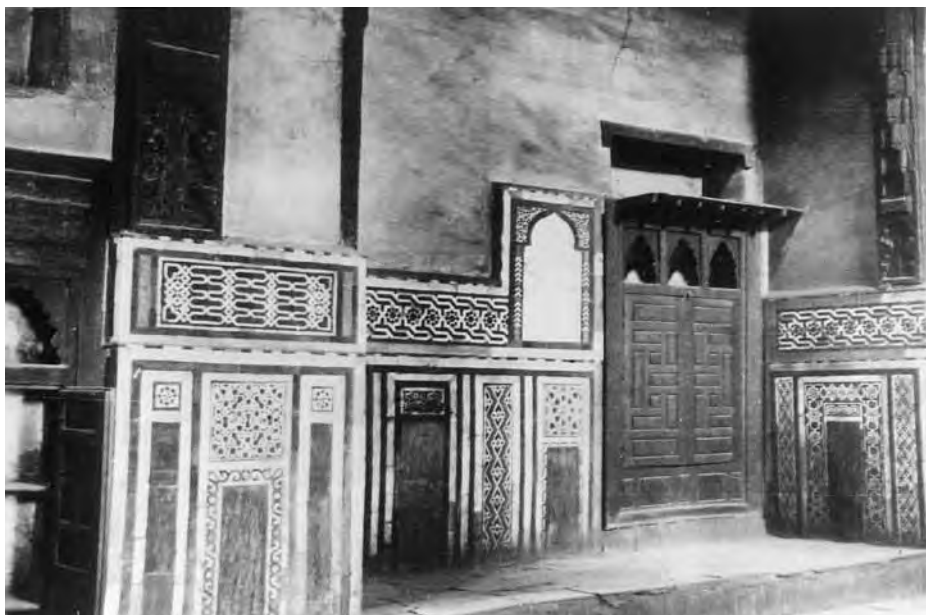



FIGURA 6.9 O cômodo principal (ka'a) da casa de Djamāluddīn al-Dahabī, 1047/1637. [Museu Ulmer, Ulm.]

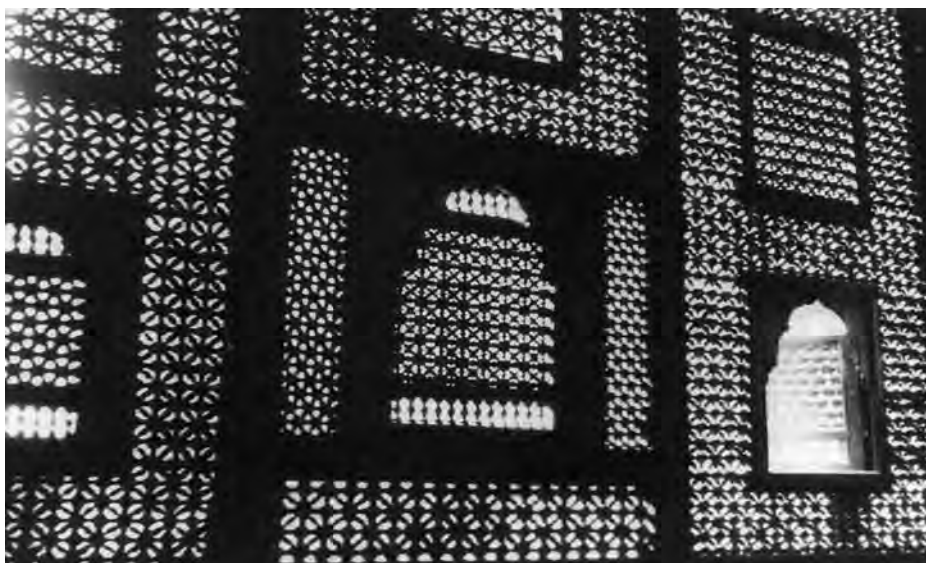



FIGURA 6.10 A tela em madeira (machrabia) da casa de Djamāluddīn al-Dahabī, 1047/1637. [Museu Ulmer, Ulm.]

encontram-se principalmente na forma da *manāra* (a grande cúpula central), a decoração mural em faiança e os motivos florais pintados sobre os tetos e as paredes[24]. Os vestígios das casas particulares confirmam também que sua arquitetura conservava, em geral, características tradicionais.[25] Embora a decoração interior abrisse um espaço maior aos elementos de estilo otomano, em voga naquele momento, em particular aos painéis decorativos em faiança, o mármore e a madeira eram tradicionalmente sempre muito utilizados. As amplas dimensões destas residências e o conforto que elas ofereciam testemunham o modernismo em matéria de habitação dos citadinos abastados, este último sendo o próprio revelador das mudanças progressivas que conhecia a sociedade egípcia e da importância crescente dos mercadores, cujo grupo já formava o embrião da futura classe burguesa. Tais mudanças seguiam, no Egito, o ritmo da evolução de todo o Império Otomano, todavia, com um leve período de atraso em relação à região européia e à Síria.

O declínio econômico e as tentativas para obter a independência

Após a morte de Ibrāhīm Bey e de Ridwān Kāhya, a Kazdughlīya foi dilacerada por terríveis conflitos. Durante um curto período, um certo número de beis sucedeu ao seu comando, todos antigos *mamlūk* de Ibrāhīm Kāhya. O título honorífico de *shaykh al-balad*, inusitado até então, foi conferido a um deles, Husayn Bey Sābundjī, em 1756[26].

O *shaykh al-balad* seguinte, ʻAlī Bey al-Ghazzāwī, que eliminou Husayn Bey, em 1757, encontrou a oposição de um grupo conduzido por ʻAbd al-Rahmān, influente janízaro *kāhya*. Este último, desejando preservar sua influência nos bastidores dos negócios políticos, decidiu substituir al-Ghazzāwī por um bey que ele considerava como seu homem, ʻAlī Bey vulgo *al-Djinn* (o diabo). Aproveitando a partida de al- Ghazzāwī para Meca, em 1760, ele fez seu homem ser aceito pelos beis como novo *shaykh al-balad*.

24 As mesquitas mais conhecidas são aquelas de Sulaymān Pasha, na cidadela do Cairo (1538), de Sinān Pasha, em Būlāk (1571) e a mesquita de Sulaymān Mālika Safīaya (1610). A mesquita de Muhammad Bey Abū 'l-Dahab (1774) oferece uma boa síntese dessas diferentes influências.

25 Por exemplo, a casa de Zaynab Khatun (1713), a de Djamāluddīn al-Dahabī (1637) e aquela de al-Sihaymī (1648-1796).

26 Ao que parece, Mehmed Bey Cherkesī foi o primeiro a portar esse título oficioso, que designava somente um grau superior dentre os beis egípcios (grande entre os grandes).

Logo, ʿAlī Bey revelou-se ser um homem extraordinariamente ambicioso e enérgico. Estabeleceu, solidamente, sua posição no Egito[27] e, graças às suas relações junto à Sublime Porta, conseguiu ser considerado por Istambul como o único homem capaz de colocar ordem na desastrosa situação do Egito.

Na época da ascensão de ʿAlī Bey ao poder, as relações entre o Egito e a Sublime Porta estavam relativamente tensas. A causa disso era o aumento contínuo do déficit do *hazine* egípcio, cujo montante total atingia várias dezenas de milhões de paras. É a razão pela qual o governo de Istambul decidiu intervir militarmente no Egito em 1761. ʿAlī Bey explorou a inquietação que reinava do lado egípcio e a irritação crescente da corte para obter, em 1763, além de uma ajuda financeira, a autorização de conservar todos os bens confiscados de seus adversários, em troca da promessa de colocar a província em ordem frente a todas as suas obrigações financeiras. Engajou-se em pagar a dívida acumulada ao tetudo do *hazine* ao longo dos dez últimos anos (91 milhões de paras) e em entregar a soma de 50 milhões de paras recolhida pela venda dos privilégios confiscados[28].

A dureza das medidas repressoras, impingidas por ele a todos os detentores de grandes fortunas ou de influência política, acarretou a formação de uma oposição. À frente desta encontrava-se Sālih Bey que partiu para o Alto-Egito em 1765 a fim de se juntar ao *shaykh* Humām, chefe praticamente independente dos árabes hawwāra que já davam asilo a um considerável número de adversários de ʿAlī Bey.

Apesar da ameaça que representava esse grupo, o qual tinha o Alto-Egito nas mãos, ʿAlī Bey tentou uma campanha contra ele. Porém, o chefe da expedição, Husayn Bey Kashkash, antigo *mamlūk* de Ibrāhīm, voltou o corpo expedicionário que lhe havia sido confiado contra ʿAlī Bey e, com a cooperação dos elementos da oposição do Cairo, o impeliu a deixar o Egito pela Síria. Todavia, no ano seguinte, ʿAlī Bey voltou ao Egito apoiado pela Sublime Porta, reconciliou-se com Sālih Bey e, em 1768, derrubou Husayn Bey Kashkash e Khalīl Bey, que haviam formado o duunvirato, reinando sobre o Egito em sua ausência.

---

27 A fim de neutralizar a influência do resto da Kazdughlīya, ʿAlī Bey promoveu o *mamlūk* de Ibrāhīm Kāhya, Ismāʿīl, e dois *mamlūk* de seu próprio clã, Muhammad Bey Abū ʿl-Dahab e Ahmad Boshnak, conhecido mais tarde pelo nome de *al-Djazzār* (o Carniceiro), ao posto de *sandjak bey*. Na mesma ocasião, livrou-se dos chefes mais antigos, tais como ʿAbd al-Rahmān, o chefe da Kazdughlīya que era um janízaro *kāhya*, e Sālih Bey, o último representante importante da Kāsimīya.

28 Os feudos confiscados ou aqueles cujos detentores estavam mortos foram redistribuídos a novos beneficiários em troca do pagamento de uma taxa excepcional, denominada *hulwān*, que representava, em geral, oito vezes o rendimento anual do feudo.

Tão logo cumprida a promessa feita à Sublime Porta de pagar os atrasados do *hazine*, 'Alī Bey modificou radicalmente sua política. Ainda em 1768, ele depôs o vice-regente, autonomeando-se aos postos de vice-regente e de vice-regente adjunto. De novo, em 1769, ele demonstrou sua vontade de reunir em suas mãos, ao mesmo tempo, o cargo de chefe titular da Administração egípcia e o poder político real, na condição de *shaykh al-balad*, depondo o novo *wālī* pouco após a sua nomeação. Contudo, ainda que ele tenha se tornado o verdadeiro mestre do Egito, cuja submissão ao Sultão não era mais do que uma mera praxe, 'Alī Bey não resolveu se proclamar soberano independente. Isto não o impediu de usurpar o direito de cunhar sua própria moeda e de ter seu nome citado nas preces das sextas-feiras. Esforçou-se também para empregar todos os recursos materiais exclusivamente para consolidar seu poder econômico e político, ou seja, para reforçar o exército e desenvolver a agricultura e o comércio. Era este o mesmo objetivo que ele perseguia ao estabelecer relações comerciais com os principais Estados da Europa.

Sua ambição[29], brilhantemente dissimulada por ele como um desejo em servir ao seu Sultão, teve uma única ocasião para satisfazer-se, em 1770, quando as obrigações de seu cargo autorizaram-no a engajar-se na luta de sucessão dos emires hāshimite de Meca. A resolução da sucessão por uma intervenção egípcia e a substituição, em Djeddah, do vice-regente otomano por um bey egípcio, constituíram uma vitória, sem ambiguidade, de 'Alī Bey sobre a supremacia do Sultão no Hedjaz. Muito provavelmente estimulado pelo sucesso, 'Alī Bey começou a cultivar a ideia de unificar sob seu reino, mesmo sendo no quadro do Império Otomano, as regiões que outrora haviam constituído o território do Sultanato mameluco, ou seja, além do Egito, o Hedjaz, (sob a férula da dinastia vassala dos Katādites hāshimī) e a Síria.

No mesmo ano de 1770, 'Alī Bey viu apresentar-se a ocasião de estender seu domínio à Síria. Os maus caminhos que tomava a guerra contra a Rússia e a destruição da marinha otomana pela frota russa em Cheshme praticamente excluíram a possibilidade de uma medida retaliativa aplicada contra o usurpador, tanto mais que o vice-regente de Damasco se encontrava em dificuldade em razão da rebelião do administrador de Akka e da Galileia, o *shaykh* Zāhir 'Umar. Além disso, 'Alī Bey entrara em contato com os chefes da frota russa, que operavam no Mediterrâneo Oriental, a fim de incitá-los a apoiar suas ações descentralizadoras e assegurar a ajuda deles, em caso de necessidade. Apesar da

29 Ela valeu-lhe para ser denominado *Bulut Kapan*, ou seja, Apanha-Nuvens.

Figura 6.11 'Alī Bey, vice-regente do Egito. [©The Mansell Collection, Londres.]

indecisão inicial de Ismā'īl Bey, comandante das tropas enviadas por 'Alī Bey, em reforço junto ao *shaykh* Zāhir 'Umar, os exércitos aliados reforçados por novas unidades sob o comando de Muhammad Bey Abū 'l-Dahab conseguiram vencer as tropas do governo e ocupar Damasco. Talvez temendo as represálias da Sublime Porta ou porque ela se mostrava disposta a nomear Muhammad Bey à frente do Egito, caso se livrasse de 'Alī Bey, então, este último e Ismā'īl Bey garantiram sua lealdade ao Sultão e regressaram ao Cairo com seu exército. Obrigado a refugiar-se no Alto-Egito, no começo de 1772, Muhammad Bey juntou-se aos árabes hawwārī e aos partidários da Kāsimīya. E quando a expedição punitiva, montada contra os rebeldes do Sul, desertou e juntou-se a eles, com seu comandante Ismā'īl Bey, o poder de 'Alī Bey arruinou-se. Na primavera de 1772, as forças aliadas venceram as tropas leais a 'Alī Bey, o qual teve de entregar seu cargo a Muhammad Bey. Com o apoio de seus aliados da Síria e da Palestina, ele tentou retornar, mas seus escassos partidários foram dispersos, além do que ele morreu pouco tempo depois no cativeiro.

Ainda que 'Alī Bey tivesse se inspirado no passado do Egito, certos aspectos de sua carreira foram, antes, anunciadores daquilo que estava por vir: a violência com a qual se livrava de seus adversários e, em particular, suas atividades na península arábica e na Síria, o seu interesse em tirar proveito dos recursos econômicos do país e a autonomia política crescente que ele se outorgou diante do governo central. Se o seu êxito teve curta duração, isto, incontestavelmente, deveu-se à imensidão de sua ambição social e política, entravada pelo sistema de "casas" mamelucas e pela instável fidelidade delas.

Entretanto, no mesmo período, pode-se observar os sintomas de uma crise socioeconômica de longa duração que se prolongou, com intensidades variáveis, até o início do século XIX. O interesse dispensado por 'Alī Bey à agricultura foi motivado pela necessidade de aumentar a receita do arrendamento feudal, pois foi, antes de tudo, nos campos que se aplicou a sua dura política fiscal. Esta foi, sem dúvida alguma, uma das causas principais do empobrecimento dos agricultores e da fuga deles para as cidades que, no entanto, não podiam lhes oferecer meios suficientes de existência, pois, cada vez mais, artesãos e comerciantes encontravam-se empobrecidos por causa das medidas que lhes eram impostas, tais como as taxas a pagar antecipadamente, e direitos de sucessão exorbitantes. Ora, tal empobrecimento, provocado pela exploração sem piedade de todas as camadas da população, apenas se acentuou com o passar dos anos e uma série de epidemias acrescentou-se a tal horror.

Com o testemunho da lealdade que lhe concedeu o novo *shaykh al-balad*, cumprindo as suas obrigações como ele o fizera, a Sublime Porta esperou que

aquele por ela apoiado a ascensão ao poder, fosse, enfim, um homem que lhe seria inteiramente devoto. Em 1775, Muhammad Bey enviou mais de 130 milhões de paras, como contribuição anual, ao Tesouro e montou uma expedição militar contra o *shaykh* Zāhir 'Umar, conforme as ordens do Sultão. Contudo, foi morto durante o bloqueio de Akkar, o que marcou o fim do engajamento do Egito na Síria. As tropas egípcias evacuaram o território ocupado e os beis, a partir de então, deixaram de se interessar pela Síria, para somente interessarem-se pelo Egito.

As rivalidades que nutriam a luta pelo poder entre os membros da elite mameluca, após a morte de Muhammad Bey, foram, também elas, exploradas ativamente pela Sublime Porta. Esta sustentava todo potentado que, em troca do direito de confiscar os domínios de seus rivais vencidos, engajava-se em enviar à Sublime Porta a maior parte das taxas cobradas junto aos novos detentores dos feudos. Tal atitude, testemunha de uma mudança importante no funcionamento do sistema dos feudos, era sintomática do fato de a Sublime Porta não nutrir nenhuma intenção de intervir diretamente nos negócios do Egito, contentando-se em utilizar as lutas que opunham os mamelucos entre si para tirar delas o máximo de rendimentos financeiros.

Os principais protagonistas da luta pelo poder supremo, que durou aproximadamente dez anos, foram três beis da Kazdughlīya: Ismā'īl, um antigo *mamlūk* de Ibrāhīm Kāhya, e dois antigos *mamlūk* de Muhammad Bey Abū 'l-Dahab, Murād Bey e Ibrāhīm Bey. O primeiro episódio desta luta foi concluído quando estes últimos conseguiram, reunindo suas forças, obrigar Ismā'īl e seus partidários a abandonarem o Egito, em 1778. O segundo episódio foi o eco dos combates travados entre os dois vencedores. Ibrāhīm, ainda que reconhecido oficialmente como *shaykh al-balad*, chocou-se com Murād Bey que o impedia de ser completamente senhor da situação. Essa rivalidade ofereceu à Sublime Porta a oportunidade de manobrar e manipular os dois adversários para uma só finalidade: aumentar, ao máximo possível, o montante anual do *hazine*. Entretanto, ela não se beneficiou plenamente com essa possibilidade, assim, os dois homens confiscaram, em benefício próprio, uma parte crescente dos rendimentos materiais da província e até os privilégios expressamente reservados a certos cargos, os quais eles não eram habilitados a deter[30].

30 Como, por exemplo, a renda do Ofício das alfândegas de Suez, apossada em 1779 e que era anteriormente reservada, na condição de *iltizam*, ao vice-regente; ela constituía-se, sobretudo, pelas leis de importação cobradas sobre o café.

A partir de 1778, progressivamente, controlaram o conjunto da Administração da província, apropriando-se de todos os rendimentos financeiros que eles utilizavam para seus próprios fins e, em particular, para cobrir os custos de seu singular combate. Ibrāhīm Bey não mais cumpriu com todas as suas obrigações de *shaykh al-balad* ou então ele apenas enviava a Istambul uma pequena fração da soma acordada. Assim, a Sublime Porta foi levada, em 1784, a considerar o fato de seus interesses no Egito estarem em perigo, na ocasião em que os dois rivais, reconciliando-se, decidiram governar a província em comum acordo, em um momento coincidente com o início de uma crise econômica (findada em 1792). Era, desde então, quase certo que os duúnviros não estariam mais dispostos a pagarem os atrasados dos cinco anos precedentes.

Tal presunção bastava para justificar a decisão de restabelecer o controle direto do governo central no Egito, por meio de uma intervenção militar. Em julho de 1786, um corpo expedicionário otomano aportou em Alexandria e em Rashīd, sob o comando de Hasan Pasha. Ele dispersou, durante seu avanço, as tropas mamelucas, porém, Murād Bey e Ibrāhīm Bey bateram em retirada para o Alto-Egito, com o restante de suas forças. A restauração da autoridade do Sultão devia ser concluída por um certo número de medidas, a serem tomadas por Hasan Pasha. Sua primeira tarefa era destruir a potência militar dos dois usurpadores e reformar, a partir dos elementos mamelucos que permaneceram leais, um instrumento que se curvaria, em obediência, às exigências da Sublime Porta. Este objetivo devia ser atingido através da criação de uma nova promoção de beis e de comandantes de guarnição, nomeados dentre os membros de diversas "casas" mamelucas. A autoridade moral do Sultão se reforçaria por um certo número de decretos que sublinhava o caráter islâmico de seu regime, assim como a tirania dos dois rebeldes, e que, além disso, prometia abrandamentos fiscais e o retorno aos princípios justos do *Kānūn Nāme*.

Dado que o objetivo principal da expedição punitiva era o restabelecimento do pagamento regular do *hazine*, Hasan Pasha estabeleceu um certo número de decretos fiscais que visavam garantir a execução das obrigações da província do Egito para com a Sublime Porta, por um lado, e, por outro, para com as cidades santas do Hedjaz. Porém, antes de poder aplicar esses decretos, ele foi chamado a encarregar-se de outras missões militares.

A intervenção militar não produziu os resultados esperados. Isto ocorreu, entre outros fatos, porque Hasan Pasha não conseguiu submeter os dois beis rebeldes. Ademais, a divisão virtual do Egito, em uma parte baixa, governada pelo representante do Sultão, e uma parte alta, dominados pelos dois rebeldes, foi aceita como uma realidade imolável, sobretudo a partir do momento em que esses últimos,

após uma retirada momentânea para a Núbia, restabeleceram o controle sobre todos os pontos ocupados no Alto-Egito, em 1787, pelas tropas otomanas ou fieis. Mesmo se Hasan Pasha trouxe certas mudanças dentre os detentores de títulos e cargos, nomeando Ismā'īl Bey para o posto de novo *shaykh al-balad*, o regime dos mamelucos continuou intacto, se bem que todas as condições continuavam reunidas para que as mesmas dificuldades ressurgissem do passado.

A crise política que se seguiu à morte de Muhammad Bey Abū 'l-Dahab foi seriamente agravada, a partir de 1783, por dificuldades econômicas tais como más colheitas, acompanhadas da fome, da alta dos preços e da queda da moeda. Estas dificuldades eram ainda acentuadas por uma atmosfera política tempestuosa, pela desorganização da Administração por tarifas fiscais pesadíssimas. O caminho dramático que tomava os acontecimentos foi coroado por uma epidemia, que explodiu em 1791, mais mortífera do que as precedentes; a ela deveu-se, ao menos, a simplificação da situação política, pois, contou-se, dentre suas vítimas, um grande número de beis leais, inclusive, Ismā'īl Bey. Foi assim que Murād e Ibrāhīm, no verão do mesmo ano, estavam prestes a entrar de novo no Cairo, sem desferir golpes, e a restabelecer seu reino em todo o Egito.

A Sublime Porta consentiu em deixá-los governar sob a condição de que suas obrigações fossem cumpridas normalmente. Visando garantir a execução dessas obrigações, a Sublime Porta e os dois homens assinaram, em 1792, um acordo estipulando a soma total a ser paga e a forma de pagamento. Não há dúvida sobre o fato de o acordo ter sido respeitado, porém a contra gosto, e não em sua totalidade. O retorno dos dois beis ao poder restabelecia também o duro regime de exploração que o Egito havia conhecido antes da expedição de Hasan Pasha, e suas consequências para a economia foram ainda mais desastrosas. O país estava desorganizado em razão da anarquia política dos dez anos precedentes, pelos traumas econômicos e pela pilhagem incessante, à qual estavam submetidos todos os recursos e as reservas de sua economia. Isto a um tal grau que todas as tentativas feitas para travar o declínio geral malograram, apesar do fato de, salvo uma ínfima parte, todos os meios drenados pelo dispositivo fiscal permanecerem no Egito. A situação crítica da economia traduzia, pura e simplesmente, o Estado de opressão política no qual toda a sociedade era mantida sob o controle rigoroso da magra franja constituída pelos beis mamelucos e seus clãs. O governo central não possuía a força que lhe era preciso para eliminá-los e as condições necessárias e suficientes não haviam ainda surgido para que tal ação brotasse no interior da sociedade egípcia. O primeiro impulso foi dado pela expedição militar francesa que atingiu a costa egípcia, sob o comando de Napoleão Bonaparte, ao longo do verão de 1798.

Conclusão

O período histórico iniciado pela queda do Sultão mameluco, em 1517, e concluído pela expedição francesa de 1798, foi uma era durante a qual o desenvolvimento da sociedade egípcia foi determinado por sua própria dinâmica interna, mas também pela evolução da sociedade do Império Otomano, da qual ela era um dos componentes. Todavia, diferentemente das partes européias do Império Otomano, o Egito permaneceu nos confins da evolução política durante a maior parte deste período, pois seu desenvolvimento socioeconômico não havia atingido o estágio em que se iriam manifestar os primeiros sintomas da existência da burguesia, como nova classe social. A evolução de sua sociedade não transpôs, portanto, as fronteiras do último estágio da transformação social conhecido pelo nome de feudalismo[31].

A incorporação do Egito em seu núcleo constituiu, para o Império Otomano, um avanço notável em vários aspectos, reforçando seu potencial econômico e sua potência política. Entretanto, grandes mudanças foram introduzidas nas relações entre o governo central e a província do Egito, que criaram uma atmosfera constantemente carregada de tensões entre ambas as partes. A fonte dos conflitos encontrou-se, primeiramente, como em outras províncias, na esfera das relações políticas e econômicas. O declínio gradual da potência política e econômica otomana gerou, em sua esteira, choques sociais, cada vez mais frequentes e ferozes, cujos efeitos conjugados àqueles das crises políticas e dos choques econômicos provocaram a formação de forças descentralizadoras. Estas tinham por objetivo o domínio da economia e das instituições políticas do país e não compartilhavam a ambição de criar um Estado independente.

O avanço das forças separatistas no Egito, no último terço do século XVIII, não foi nenhum fenômeno isolado nos países árabes do Império Otomano. Estados em estágios mais ou menos maiores de independência constituíram-se na Tripolitânia, no Iraque e na Síria, ao longo do século XVIII, alguns a partir das possessões hereditárias de seus príncipes.

Entretanto, no caso do Egito, certos acontecimentos próprios do primeiro estágio de desenvolvimento das forças separatistas anunciavam as características que tomaria essa região nos séculos XIX e XX. Basta lembrar as atividades dos beis egípcios na península arábica e na Síria, análogas aos primeiros passos

31 O autor não ignora o caráter específico dessa formação particular nos países da Ásia Ocidental e da África do Norte, tal como tratado por um considerável número de eruditos (ver Enciclopédia do Islã, cf. *iktā'*).

da política expansionista de Mehmed ʻAlī, ou ainda, a pouca diligência manifestada pelos beis, como também por Mehmed ʻAlī, para livrarem-se inteiramente da tutela do Sultão otomano, em sua condição de dirigentes praticamente independentes.

A expedição de Hasan Pasha, em 1787, apresenta um certo número de traços comuns àquelas de Bonaparte, tanto por sua conduta quanto pelas formas tomadas e pelos efeitos que ela teve sobre os povos submetidos. Revelou, assim, a insuficiência militar do regime mameluco e sua vulnerabilidade, em caso de ataque por um inimigo mais forte do que ele. A expedição napoleônica não deixou dúvidas quanto a esse assunto. Ademais, a expedição otomana, como uma tentativa para destruir as forças descentralizadoras e para estreitar as relações entre a província e o governo central, surgiu como a primeira ação anunciadora do rumo ao qual os esforços do Estado otomano iriam desenvolver-se ao longo do século XIX.

O crescente interesse suscitado entre os dirigentes do Egito pelos territórios limítrofes do país, seus contatos com os representantes de potências estrangeiras ou seus esforços para encetar relações comerciais independentes com outras regiões, igualmente, indiciam o fato de que o Egito saía de seu isolamento secular e começava a participar ativamente da evolução em curso, em sua região. O isolamento, do qual o Egito estava lentamente emergindo, findou-se, definitivamente, com o princípio da expansão colonial francesa no Mediterrâneo Oriental. No âmbito dos problemas, cada vez mais árduos, formadores daquilo que se chamou a questão do Oriente e da expansão do domínio colonial das potências européias, o Egito tornar-se-ia um país de importância crucial na cena política mundial.

CAPÍTULO 7

O Sudão de 1500 a 1800

Y. F. Hasan e B. A. Ogot

O período que nos interessa aqui foi caracterizado por movimentos migratórios constituídos pela população que saía do interior do Sudão[1] rumo ao exterior, bem como do exterior para o interior de tal região. No norte, a lenta penetração dos árabes muçulmanos – que no decorrer do tempo vieram se instalar em grande número – já estava muito avançada no início deste período[2], o que resultaria na assimilação progressiva dos núbios cristãos e de outras etnias no seio do grande mundo pan-islâmico. O processo de assimilação cultural e étnico funcionou aí nos dois sentidos: ele acarretou, por um lado, a arabização e a islamização de numerosos povos sudaneses e, por outro, a indigenização dos imigrantes árabes.

A influência da cultura islâmica e árabe no Sudão meridional foi insignificante, sendo as energias expansionistas dos nilotas do sul empregadas para pôr termo à progressão dos árabes rumo ao sul, bem como à difusão do Islã. Na verdade, até o fim do século XVIII, os nilotas e, mais particularmente, os shilluk e os dinka formaram uma verdadeira ameaça às fronteiras dos Estados muçulmanos do norte.

---

1 O nome de Sudão designa aqui a parte oriental do *Bilad al-Sudan* que compreendia, na Era Medieval, o reino cristão da Núbia e, depois, os sultanatos islâmicos de Funj e de Fur, e que, no presente capítulo, equivale em boa parte ao território da moderna República do Sudão. O uso oficial do termo Sudão para designar uma entidade política ou administrativa data do regime turco-egípcio local, de 1821 a 1885.

2 UNESCO, *História geral da África,* vol. IV, cap. 16.

Assim sendo, este capítulo tratará principalmente do estabelecimento e da expansão dos dois Estados muçulmanos da savana (os sultanatos funj e fur), de suas relações mútuas e sua interação com as sociedades africanas não--muçulmanas que por sua vez emergiam de uma mistura de grupos linguísticos e culturais diversos.

Veremos igualmente que a expansão do Islã constitui um fator importante da história do Sudão do século XVI ao XVIII.

O processo de arabização e de islamização que progredia rumo ao sul se deteve, durante esse período, na linha de divisão das águas (compostas pelo Sudd, pelo Bahr al Ghazal e pelo Bahr al-'Arab). Foi assim, portanto, que se estabeleceu a fronteira cultural entre o que se denomina hoje Sudão Setentrional e Sudão Meridional. A existência dessa fronteira cultural é um profundo determinante de nossa interpretação do Sudão atual.

No Sudão Meridional, o reflexo das relações entre as duas regiões se deu principalmente sob o ângulo da agressão e da exploração econômicas sofridas pelo país em função tanto das expedições armadas dos funj na região do alto Nilo, quanto daquelas dos fur na região do Bahr al Ghazal. Já no norte, até pouco tempo atrás, costumava-se creditar as mudanças econômicas e sociais ao papel representado pelos imigrantes muçulmanos – geralmente árabes –, os "sábios estrangeiros" vindos do norte ou do leste. É através desta perspectiva que buscamos explicar a formação do Estado no Sudão setentrional, e não através de uma análise histórica da base econômica dos Estados em questão e de suas respectivas formações sociais e culturais.

No século XX, o "norte" é apresentado como árabe e muçulmano e o "sul" como africano (negroide) e "pagão" (ou "animista"), e a fronteira que os separa toma um caráter cada vez mais religioso e étnico. Tal concepção foi amplamente difundida pelos escritos dos antropólogos e dos administradores coloniais. Dos dois lados da fronteira ideológica, viram-se desenvolver expressões, preconceitos raciais complexos, o que levaria a definir, portanto, cada uma dessas regiões como uma entidade racial e religiosa exclusiva que tinha pouco contato, senão nenhum, uma com a outra.

A realidade histórica era evidentemente muito mais complexa do que isso. Primeiramente, a "fronteira" entre essas duas regiões sempre foi muito movimentada e nem sempre se deslocava para o sul ou para o oeste. Por exemplo, a partir de meados do século XVII e até 1861, os shilluk – que ocupavam o alto Nilo – expandiram a fronteira para o norte até Alays e, então, pilharam o sultanato funj e os montes nuba.

Em segundo lugar, além de ser constantemente movimentada, a fronteira representava uma vasta área que, na região do alto Nilo, por exemplo, estendia-se por várias centenas de quilômetros. O mesmo ocorria na região ocidental. O que os invasores do sultanato fur, os *djallaba* (comerciantes), e os baggara consideravam como a fronteira, constituía, por volta de 1800, um imenso território[3]. Além disso, no interior da própria fronteira, transformações culturais, étnicas e sociais ocorreram constantemente, com a população sendo cada vez mais constituída por árabes, fur, funj, shilluk, *naath* (nuer) ou dinka, em função das circunstâncias políticas e econômicas. De fato, entre os séculos XVI e XVIII, o processo de transformação social e de integração étnica, devido à chegada dos árabes e do Islã nas regiões de Nuba e Beja, ainda estava em andamento em toda extensão dessa vasta fronteira.

Em terceiro lugar, no próprio interior dos sultanatos muçulmanos do norte, o processo de mutação étnica foi um fenômeno complexo. E, a princípio, o processo de arabização – que englobou árabes e todo tipo de sudaneses autóctones – teve uma conotação mais cultural do que étnica. Exceto por poucos casos, o termo árabe perdeu quase todo seu significado étnico. Os árabes baggara, que vivem ao longo da fronteira entre as duas regiões, são um perfeito exemplo disso. Outro exemplo: o da comunidade autóctone heterogênea tendo em comum a língua bongo-bagirmi e que compreende os cara (kara), os binga, os gala[4], os banda e os feroge. No século XVIII, cada sultanato foi dividido em um certo número de chefias, cuja maior parte era formada por sociedades plurais. Além disso, as formações sociais no interior desses sultanatos tinham se tornado ainda mais complexas devido à escravidão. Um número enorme de escravos, capturados nas regiões meridionais, entravam nas fileiras dos exércitos dos sultões, enquanto outros eram completamente assimilados à nova sociedade. No mais, tanto o comércio de escravos como o comércio fronteiriço de outros produtos – tais como o marfim e as plumas de avestruz – não apenas estabeleceram laços entre as duas regiões sudanesas, como também colocaram o Sudão em seu conjunto, e mais especificamente a área fronteiriça, em contato com os mercados mundiais.

Enfim, em consequência das migrações e do jogo dos fatores políticos e econômicos, a população do Sudão terminou sua evolução, no decorrer desse período, para chegar à composição que nós conhecemos atualmente. Com exceção dos povos do oeste, originários da parte central e ocidental do *Bilād al-Sūdān* (como os Takrūr e os fulbe) e dos rashaida da Arábia, nenhum grupo étnico novo

3 R. S. O'Fahey, 1980, p. 137-139.

4 Para esse grupo linguístico, ver A. N. Tucker e M. A. Bryan, 1966, p. 10-19.

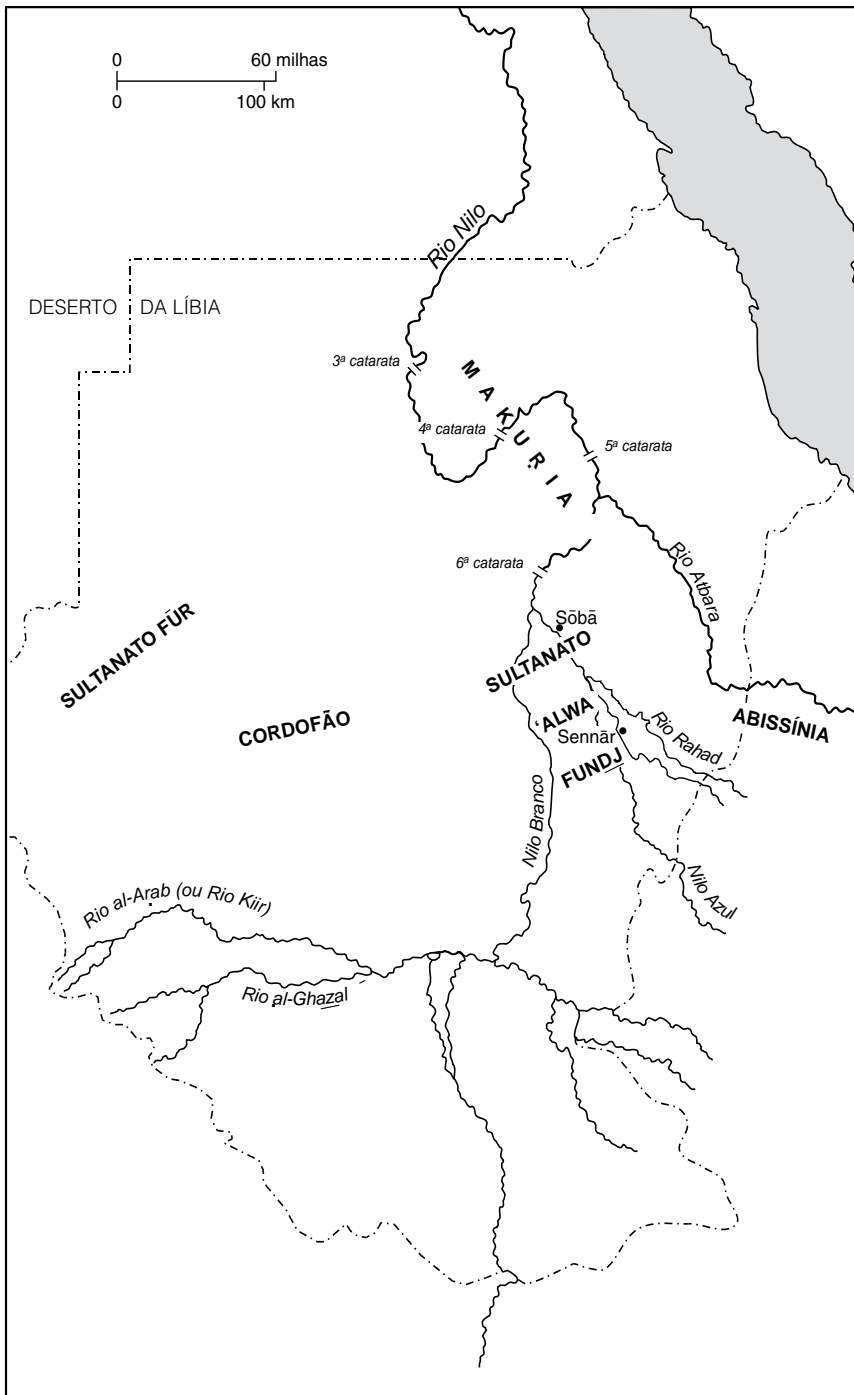



Figura 7.1 Reinos e sultanatos do Sudão (de acordo com Y. F. Hasan)

apareceu no Sudão nos séculos XIX e XX; em 1800, os grandes movimentos populacionais praticamente acabaram.

O Estado ʻabdallābi

Na segunda metade do século XV, uma confederação de *kabila* árabes conduzida por seu chefe Abdallah, apelidado de *Djamma* (o Unificador), conseguiu conquistar o reino de Alwa[5]. Ao contrário do que geralmente se pensa, a conquista de Soba não foi empreendida em comum pelos funj e os árabes, mas um feito exclusivo destes últimos. Ela foi o sinal da supremacia dos árabes e marcou o início de sua influência sobre o *Bilād al-Sūdān* oriental[6].

Abdallah Djamma e seus descendentes, os ʻabdallābi, fixaram a sede de seu governo em Kerri, no norte de Soba, no Nilo. Soba perdeu então sua importância e, quando Daudi Reubeni passou por lá, em 1523, a cidade já estava em ruínas[7]. Escolheu-se Kerri porque era de fácil acesso para os árabes do Butana, cujo apoio era essencial aos ʻabdallābi. A região permitiu também controlar as vias de passagem, obviamente comerciais, ao longo do vale do Nilo e, além, na sua margem ocidental.

Não é fácil determinar a extensão do novo Estado. Pensa-se que os ʻabdallābi tenham exercido sua autoridade sobre os árabes que viviam no norte da Gezira, no Butana, a leste do Nilo, e talvez sobre alguns grupos *bedja*. As chefias arabizadas instaladas entre a cidade de Shandi e a fronteira egípcia pareciam ter participado do ataque dos árabes contra Soba e continuaram fiéis ao chefe da confederação árabe. Suas relações não são muito conhecidas, porém, mais tarde, os ʻabdallābi, enquanto suseranos, tiveram o poder de confirmar a designação dos novos chefes.

O Estado ʻabdallābi independente não durou o tempo suficiente para criar suas próprias instituições. No início do século XVI, ele teve de enfrentar um inimigo poderoso: os funj, povo nômade de criadores de animais, que avançavam ao longo do Nilo Azul. Os dois movimentos de migrantes entraram em luta provavelmente para garantir a posse das pastagens do norte da Gezira. Em Arbadji, em 1504, os funj venceram os ʻabdallābi e obrigaram seu

5 Para mais detalhes, ver UNESCO, *Histoire générale de l'Afrique*, vol. IV, cap. 16, p. 442-443. Fazer referência à versão em português, já traduzida?

6 P. M. Holt, 1960; Y. F. Hasan, 1972, p. 23-26.

7 S. Hillelson, 1933, p. 60.

rei a aceitar sua suserania[8]. Os ‘abdallābi continuaram a administrar a parte norte do sultanato funj enquanto feudatários, até a conquista turco-egípcia de 1820.

O sultanato funj

Os funj eram nômades criadores de bovinos cuja origem distante proporcionou muitas hipóteses contraditórias. A tradição sudanesa evoca seu reino sob o nome de *al-Sultana-al Zarka*[9] (o sultanato negro). Daudi Reubeni, que lá esteve em 1522-1523, escreveu que seu monarca era um muçulmano negro que reinava sobre uma nação composta de negros e brancos[10], ou seja, autóctones e árabes. No decorrer de sua viagem a Sennar, em 1772, o viajante escocês James Bruce relatava que os funj descendiam de pilhantes shilluk vindos do Nilo Branco[11]. As tradições sudanesas, provavelmente de origem árabe, atribuem-lhes contudo um ancestral árabe, descendente de um refugiado omíada, que veio pela Abissínia. Ele teria se casado com uma princesa indígena e herdado sua autoridade. As tradições sudanesas falam dele como "o homem abençoado" que trouxe novos costumes[12].

Não se sabe exatamente em que data a dinastia funj reclamou para si uma ascendência omíada. Baseando-se nas observações de Reubeni, é possível saber ao menos que o rei ‘Umāra Dunkus, que venceu os ‘abdallābi, era muçulmano. Entretanto, tudo indica que os fatores determinantes para a rápida islamização[13] dos funj não se deveram somente à influência da nova sociedade muçulmana sobre a qual era exercida a hegemonia funj; a força de suas relações comerciais e cultuais com o Egito também foi um elemento muito importante para tal processo. Assim como outros povos convertidos vivendo à margem das sociedades muçulmanas, os funj queriam ser considerados como árabes e consequentemente reivindicaram para si ancestrais árabes. Assim esperavam erguer seu prestígio no mundo árabe e reforçar sua autoridade moral sobre seus habitantes árabes. Mas é importante notar que Ibn, filho de Dayf Allāh, ao falar das elites dirigentes,

8 J. Bruce, 1805, vol. III, p. 370-372 e vol VII, p. 96.

9 *Zarka* (*azrak*) significa negro(a) no árabe sudanês falado.

10 S. Hillelson, 1833, p. 55-60.

11 J. Bruce, 1805, vol. VII, p. 96.

12 Y. F. Hasan, 1965.

13 P. M. Holt, 1967, p. 20; J. L. Spaulding, 1972.

as denomina "reis dos funj" e "reis dos árabes" (ou seja, rei dos ʿabdallābi e dos dja'aliyyūn), deixando claro portanto que existia uma diferença étnica entre os dois grupos[14].

Tendo estabelecido sua suserania sobre os territórios dos ʿabdallābi, os funj administraram seu domínio a partir de Sennar, que se tornou a sede de seu governo. O *shaykh* (chefe) dos ʿabdallābi, conservando teoricamente toda sua autonomia em seus antigos domínios, tornou-se um vassalo dos funj e carregou o título de *mandjil* ou *māndjuluk* que os reis funj conferiam aos grandes feudatários. Contudo, teria havido relações antagônicas desde o início entre os funj e seus vassalos.

Querendo sacudir o domínio funj, o *shaykh* Adjib I, que tomou o poder em meados do século XVI, desafiou os funj, venceu-os e expulsou-os para a Etiópia. Sob o reinado de Dakin (entre 1569 e 1585-86), os funj conseguiram reencontrar sua antiga supremacia, mas tiveram de outorgar a Adjib I o direito de nomear os juízes em seus domínios. Aparentemente, a política de Dakin, que quis reorganizar o reino e aplicar uma nova regulamentação, destruíra o equilíbrio frágil entre os dois grupos, levando Adjib a entrar em rebelião aberta. Em Karkodj, a alguns quilômetros ao norte de Soba, um exército funj infligiu uma derrota esmagadora aos ʿabdallābi, por volta de 1612, no decorrer de uma batalha em que Adjib I encontrou a morte. Seu clã refugiou-se em Dongola. Foi então negociado um acordo entre os ʿabdallābi e os funj, graças à intercessão do *shaykh* Idris wad al-Akbār, influente dignitário religioso[15]. Com a exceção de Arbadji que passava sob a jurisdição funj, o *status quo* estava restabelecido: os descendentes de Adjib – com o título de *wad ʿAdjib* – continuaram a governar diretamente os territórios do norte até Hadjar al-ʿAsal, a exercer sua autoridade sobre a maior parte das chefias nômades e, indiretamente, sobre os clãs e as chefias que viviam no vale do Nilo até a terceira catarata, ou seja, até a fronteira da Núbia otomana. Esse acordo permitiu ao sultanato viver um longo período de estabilidade. Contudo, por volta de meados do século XVII, a chefia shaykiyya se revoltou contra a hegemonia dos ʿabdallābi e se proclamou independente do sultanato funj[16].

14 Y. F. Hasan, 1965; Ibn Dayf Allāh Muhammad ʿAbd Nur, 1973, p. 61-90.

15 Ahmad b. al-Hadj dj Abū 'l-ʿAli, 1961, p. 8-9; Ibn Dayf Allāh Muhammad ʿAbd Nur, 1973, p. 63, 227 e 296.

16 Y. F. Hasan, 1972, p. 63-75.

A expansão do sultanato funj

Os otomanos, que tinham conquistado o Egito em 1517, preocuparam-se com o fato de a autoridade do sultanato funj se estender até a baixa Núbia, originalmente dependente dos ʻabdallābi. Ainda que enfrentamentos fronteiriços tenham sido percebidos, os otomanos não intervieram de fato até o reinado do sultão Suleyman, o magnífico (1520-1566). Para afastar a ameaça que os portugueses configuravam no Mar Vermelho, os otomanos enviaram uma expedição naval ao Oceano Índico e decidiram tomar a Etiópia, aliada dos portugueses. Ao voltar dessa expedição, Özdemir recebeu a ordem de pôr fim à "rebelião" dos funj na Núbia, onde duas facções rivais se enfrentavam. Özdemir tomou, na fronteira, as fortalezas estratégicas de Ibrim e de al-Dirr. Em Sāy, entre a segunda e a terceira catarata, ele construiu uma fortaleza que marcava o limite meridional do Egito otomano. Ao que tudo indica, essa nova província, conhecida sob o nome de Berberistan (ou seja, país dos berberes ou núbios), foi efetivamente administrada pelos otomanos depois da instalação de guarnições bósnias nas fortalezas de Assuã, de Ibrim e de Sāy[17].

Após ter deixado o cargo de governador do Iêmen em novembro de 1554, Özdemir Pasha teve vários encontros com o sultão, no decorrer dos quais eles examinaram os negócios do Egito, do Iêmen e do Habesistan[18]. Em seguida, foi encarregado de conquistar o Habesistan. Depois de minuciosos preparativos no Egito, a expedição subiu o Nilo. Em Assuã, Özdemir perdeu o controle de um exército indisciplinado e teve de encerrar a campanha. Compreendeu-se então que a expedição não fora dirigida contra o Habesistan, mas contra o Funjistan (país dos funj). Mais tarde, em 1577, um certo Suleyman Pasha recebeu a ordem de empreender a conquista do Funjistan, mas essa campanha nunca aconteceu[19]. Finalmente, a fronteira egípcia foi solidamente estabelecida em Hannik, em 1622, após alguns combates entre os ʻabdallābi e os otomanos. Hannik fica à igual distância da terceira catarata e de Mushu, o mais setentrional posto alfandegário funj[20].

A administração da Núbia otomana era confiada a um responsável, tendo o título de *kashif*. Este cargo tornou-se hereditário e pertenceu à família do

17 G. Örhanlü, 1974, p. 1-2, 21-22; P. M. Holt, 1961.

18 As fontes otomanas usam os termos Habesistan ou Abissínia para designar todos os territórios ao sul do Egito, até a ilha de Zanzibar ou Moçambique na África oriental. Ver G. Örhanlü, 1974, p. 21.

19 *Ibidem*, p. 34-35 e 77.

20 P. M. Holt, 1974, p. 21.

Figura 7.2 O porto de Suakin (gravura do século XIX). [The Illustrated London News, 1888. The Mary Evans Picture Library.]

primeiro *kas̲hif*, que viveu em al-Dirr. Da mesma maneira, os descendentes dos primeiros soldados bósnios que haviam se casado com autóctones continuaram a manter a guarnição das fronteiras otomanas da região.

Teria sido ainda Özdemir quem criou uma base militar otomana para lutar contra os portugueses e os etíopes: Suakin, que dependia a princípio dos mamelucos do Egito, ficou sob a suserania otomana e Massawa foi anexada em 1557. A partir daí, a faixa costeira que se estende entre esses dois portos constituiu a província de Habes. Em Suakin ficava uma guarnição otomana comandada por um governador ocupando o cargo de *sand̲jak*. Uma vez afastada a ameaça exercida pelos portugueses, Suakin voltou a ser a principal saída comercial do sultanato funj. A princípio, as relações entre o governador otomano e os funj foram agitadas e deterioraram-se ainda mais com o tempo, até tomar a forma de conflitos armados. Em 1571, de acordo com fontes otomanas, os funj (ou talvez, mais exatamente, os bejas) atacaram Suakin e sitiaram-na durante três meses. Contudo, considerando as relações comerciais ativas existentes entre as duas partes, uma atmosfera mais amigável acabou se estabelecendo. Suakin ganhou uma importância que não lhe foi contestada antes do início do século XX. O clã arabizado dos bejas, os hadāriba, que tinham outrora dominado a região de ʻAyd̲h̲āb, desempenhava um papel de primeiro plano na vida comercial. Em consequência, foi entre eles que os otomanos escolheram os soberanos locais, conhecidos sob o nome de emires (*amir*)[21].

No início do século XVII, os funj haviam aparentemente consolidado sua posição em Sennar. Os territórios administrados diretamente por eles estendiam-se de Arbad̲ji até o sul de Fazūg̲h̲li, o que constituía sem dúvida o limite norte da fronteira etíope. A expansão da dominação funj rumo ao oeste, através da Gezira até o Cordofão, fora empreendida pelo sultão Abd al-Q̲adir. Por volta de 1554, ele enfrentou vitoriosamente os chefes de Sakadi e das colinas de Moya. Os dois chefes foram mantidos em suas funções após haverem se convertido ao Islã e aceitado pagar um tributo anual[22]. Tudo indica que a pressão crescente exercida pelas comunidades nilóticas no Nilo Branco, às custas de Sennar, desembocou num confronto entre os funj e os shilluk que viviam principalmente na região do Nilo Branco. O sultão Bādi II Abū Dikn (por volta de 1645-1718), cujo reinado representou a era de ouro do sultanato, estabeleceu uma cabeça-de-ponte em Alays – sobre o rio – e instalou uma guarnição funj. A administração de Alays foi confiada a um membro da dinastia que, devido a

21 G. Örhanlü, 1974, p. 76.

22 J. Bruce, 1805, vol. VI, p. 368.

sua condição, vinha imediatamente depois do chefe dos ʿabdallābi. A partir dessa posição estratégica, os funj estavam em condições de vigiar todos os movimentos efetuados do outro lado do rio e de exercer sua autoridade sobre os shilluk, que ao que tudo indica, concluíram uma aliança com eles[23].

Os funj penetraram em seguida nos montes nuba, uma das principais regiões fornecedoras de escravos. O reino islamizado de Takali, que acabava de ser criado aí, foi rendido à condição de Estado vassalo[24]. Da mesma forma, os funj estenderam sua suserania às montanhas do norte de al-Dāyr e do Cordofão, que se tornariam mais tarde o palco de intensas lutas com os musabbaʿāt. Os numerosos prisioneiros capturados entre os nubas não muçulmanos das "montanhas" foram instalados nas vilas, ao redor de Sennar. Eles formavam a guarda encarregada da proteção do sultão. Seu número aumentou ainda mais no decorrer de novas incursões nas montanhas e compras. A criação de um exército de escravos a serviço de um soberano tinha precedentes nos anais do islã: uma medida idêntica fora tomada pelo califa abássida al-Muʿtasim e pelo sultão do Darfur no século XVIII. Tal situação preocupava seriamente os guerreiros tradicionais, ou seja, a aristocracia funj, e esta última revoltou-se sob o reinado de Bādi III (o Vermelho, 1692-1716). Embora o sultão tenha conseguido conter a revolta, a aristocracia funj não permaneceu por isso menos capaz de afirmar seu poder e depôs o filho de Bādi III, Unsa III, acusado de levar uma vida libertina. Este evento marcou o fim da linhagem direta de ʿUmāra Dunkus. O príncipe Nūl sucedeu Unsa III em 1720.

A despeito da intervenção da aristocracia funj, o Estado continuava baseado nesse exército de escravos. Outra crise iniciou-se sob o reinado de Bādi IV Abū Shullūkh (1721-1762), o último dos verdadeiros soberanos funj. Na primeira parte de seu reinado, considerado como "justo e próspero", Bādi IV deixou os negócios do Estado a cargo de seu ministro Dōka. Com a morte deste, ele baniu os *ahl al-usūl* (os homens de alta linhagem e de cargo elevado) e, com o apoio do exército de escravos nubas e de refugiados fur, exerceu um poder arbitrário. Para se livrar dos funj influentes que a ele se opunham, Bādi enviou-os em guerra contra Musabbaʿāt, que tinha tomado parte dos territórios funj no Cordofão. Após algumas derrotas, o exército funj, sob o comando de Muhammad

23 Ahmad b. al-Hadj dj Abū 'l-ʿAli, 1961, p. 9-10; Y. F. Hasan, 1972, p. 68; R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 61-63.

24 Alguns historiadores não estão de acordo sobre as relações que existiam entre os funj e os takali na época. A primeira teoria, segundo a qual se tratava de uma relação de vassalagem, foi contestada por J. Ewald, 1983, p. 10.

Abū Likaylik, conseguiu uma vitória decisiva em 1747. Por consequência, Abū Likaylik conservou o comando das forças fundj no Cordofão e foi seu vice-rei durante catorze anos[25].

Neste ínterim, os funj travaram duas guerras contra a Etiópia, motivadas principalmente por conflitos fronteiriços; nenhuma das duas, porém, modificou radicalmente a situação. A história das relações entre funj e etíopes oferece numerosos exemplos de cooperação positiva e de interdependência econômica. Para os cristãos da Etiópia, Sennar representou durante muito tempo a única abertura continental para o mundo exterior. Ali chegavam seus bispos do Egito e ali vendiam ou compravam mercadorias aos negociantes. Era ali, também, que os missionários cristãos da Europa chegavam até a Etiópia – o país do padre João.

A primeira guerra da Etiópia eclodiu no início do século XVII. Após ter sido deposto, o sultão Abd al-Qadir recebeu asilo político do imperador Susenyos da Etiópia que o nomeou governador de Chelega, de onde era possível vigiar os movimentos das caravanas ao longo da fronteira. O sultão funj que então reinava ficou preocupado, pois, a despeito de trocas de presentes entre o imperador e Bādi I, as relações tinham se deteriorado e a fronteira era palco de escaramuças e de roubo de escravos. Os incidentes de fronteira agravaram-se em 1618 e em 1619; um grande número de soldados, entre os quais alguns armados de mosquetes, estavam engajados. Como os dois soberanos a conduziam longe de suas capitais, esta guerra não constituía uma ameaça grave para nenhum dos dois. Ela terminaria, contudo, em favor da Etiópia[26].

A segunda guerra da Etiópia começou por incursões na região de Kalābāt-Dinder destinadas a impor a cobrança de tributos. Em março de 1744, Iyasu II marchou sobre Sennar, à frente de um grande exército etíope. Os dois exércitos enfrentaram-se em uma batalha sobre as margens do Dinder, no decorrer da qual os etíopes foram derrotados, tendo seu imperador escapado por muito pouco da morte. O mérito dessa vitória brilhante do exército funj foi atribuído ao príncipe dos Musabbaʿāt, Khamis Djunkul e a seus partidários, que se tinham refugiado em Sennar. Embora as relações entre Sennar e Gondar se tornassem tensas por vários anos, as rotas comerciais permaneceram abertas. A vitória dos funj, comemorada por Bādi IV e seus súditos com grande fervor religioso, ecoou até Istambul. Conta-se também que o califa otomano teria se declarado "feliz pela vitória do islã"[27].

25 Ahmad b. al-Hadj dj Abū 'l-ʿAli, 1961, p. 9-10; P. M. Holt, 1961, p. 20-22; Y. F. Hasan, 1972, p.71-77.

26 W. Aregay e S. H. Selassie, 1971, vol. VI, p. 65-66.

27 *Ibid.,* p. 67-68, Ahmad b. al-Hadjdj Abu 'l-ʿAli, 1961, p. 21-22.

O progresso do islã

A instauração do sultanato funj-'abdallābi deu ao país alguma unidade e estabilidade, o que facilitou a penetração do islã. Os eruditos muçulmanos foram os responsáveis por transmitir os preceitos do islã e divulgar o misticismo sufi. Eles eram bem recebidos pelos soberanos, que os encorajavam a virem se instalar no país. Até então, o islã tinha se expandido apenas por intermédio de dois grupos: os comerciantes, por um lado, e principalmente os árabes nômades, por outro. Os primeiros, com os quais, durante mais de nove séculos, se manteve contato, agiam como propagadores do islã. O comércio e o proselitismo sempre caminharam juntos à margem das sociedades islâmicas. Os segundos, conquanto fossem pouco versados na doutrina islâmica e não fossem animados por zelo religioso, desempenharam um grande papel na expansão do islã, notadamente através de casamentos com sudaneses autóctones. A islamização era o corolário normal da arabização[28]. A ação de uns e outros era às vezes reforçada pela ação de alguns mestres.

No decorrer do primeiro período funj, o número desses mestres aumentaria, vindos do Egito, do Hedjaz, do Iêmen, e do Magreb. Contudo, em sua maioria, tais mestres nasceram no país, e alguns haviam estudado no Cairo ou em outros lugares santos. Em meados do século XVI, Mahmud al-'Araki, o primeiro erudito muçulmano sudanês, criou, ao voltar do Cairo, dezessete escolas no Nilo Branco. Por volta de 1750, Ibrāhim al-Būlād ibn Djābir, um descendente de Ghalām Allāh ibn 'Ayd, foi o primeiro a fundamentar seu ensinamento nos dois manuais malequitas: o *Risāla* de Abū Zayd al-Kayrawāni, e o *Mukhtasar* de Khalil ibn Ishāk. Tal ensinamento explica a predominância do rito malequita na região, reforçado ainda pela influência cultural do Magreb e do *Bilād al-Sūdān*, onde a escola malequita mantinha a hegemonia.

O primeiros eruditos muçulmanos buscavam, antes de mais nada, ensinar a lei muçulmana, a *shari'a*, e sua aplicação. Seus esforços para transmitir um ensinamento ortodoxo e aumentar o nível do conhecimento religioso conheceram grandes dificuldades, em função da extensão, do isolamento e do atraso do país. O islã ortodoxo, antes de fixar aí suas raízes, fora precedido por um islã mais popular e menos exigente.

A maior parte dos *sūfi tarika*, ou ordens religiosas, vieram do Hedjaz. A primeira, e talvez a mais popular, foi a Qadiriyya, fundada por 'Abd al-Kādir

28 J. S. Trimingham, 1949, p. 82.

al-Djilāni (1077-1166), de Bagdá. Ela foi introduzida no Sudão por Tādj al-Din al-Bahāri, também de Bagdá, quando este veio de Meca em 1577 a convite de um mercador sudanês que ali estava em peregrinação. Ele permaneceu sete anos na Gezira, período em que iniciou na Qadiriyya numerosas personalidades sudanesas (entre elas o *shaykh* 'Adjib I), fator que garantiu seu sucesso.

Outra ordem, a Shadhiliyya, foi introduzida no Sudão por um membro da *kabila* dos Dja'aliyyūn, que tinha estudado no Hedjaz, Hamād ibn Muhammad al-Madjdhūb (1693-1776). Denominada Madjdhubiyya no país, esta ordem transformou-se, com o clã dos Madjdhūb, em uma teocracia étnica, instalada ao sul do afluente do Atbara, região onde desempenhou um papel temporal e espiritual importante.

No momento em que o sufismo começou a ser difundido no sultanato funj, essa ordem já perdera muito de sua importância no mundo muçulmano. Permeado por algumas práticas heterodoxas, ele deixara de ser um meio de aprofundar as crenças religiosas. A população, desprovida de uma sólida formação religiosa, acreditava que uma certa *baraka* (bênção ou bondade) emanava dos homens santos, os quais desempenhariam um papel de intermédio entre o homem e Deus. Eles acreditavam também que esses poderes ou funções místicas podiam ser transmitidos aos descendentes do homem santo ou se manifestar após sua morte. Esta crença fez com que a população conferisse grande importância ao culto dos santos. Alguns mestres sufi, que geralmente recebiam terras ou estavam isentos de impostos, tiveram uma considerável influência política, como, por exemplo, Idris wad al-Akbār e os Madjādhib. Os soberanos e seus súditos acabaram por reverenciá-los ainda mais do que os juristas.

Todavia, no século XVII, as duas funções, a dos religiosos e dos juristas, não se distinguiam mais entre si. Os juristas, diante da notória influência de seus rivais, esforçaram-se em atrelar o ensino do direito à autoridade sufi. Essa evolução era visível na vida cotidiana local, uma vez que o título de *faki* (derivado do árabe *fakih*, jurista, plural *fukahā'*) era aplicado sem distinção aos juristas e aos místicos.

A criação de numerosos centros religiosos e a grande influência pessoal que exerciam permitiram aos *faki* instaurar alguma estabilidade e continuidade à sociedade instável e heterogênea dos funj: seu ensinamento da doutrina islâmica representava um elemento unificador, e a fidelidade que lhes era testemunhada estava sobreposta por uma fidelidade ainda maior ao islã. O zelo missionário dos *faki* não se limitou ao sultanato funj, mas espalhou-se até o Cordofão, o

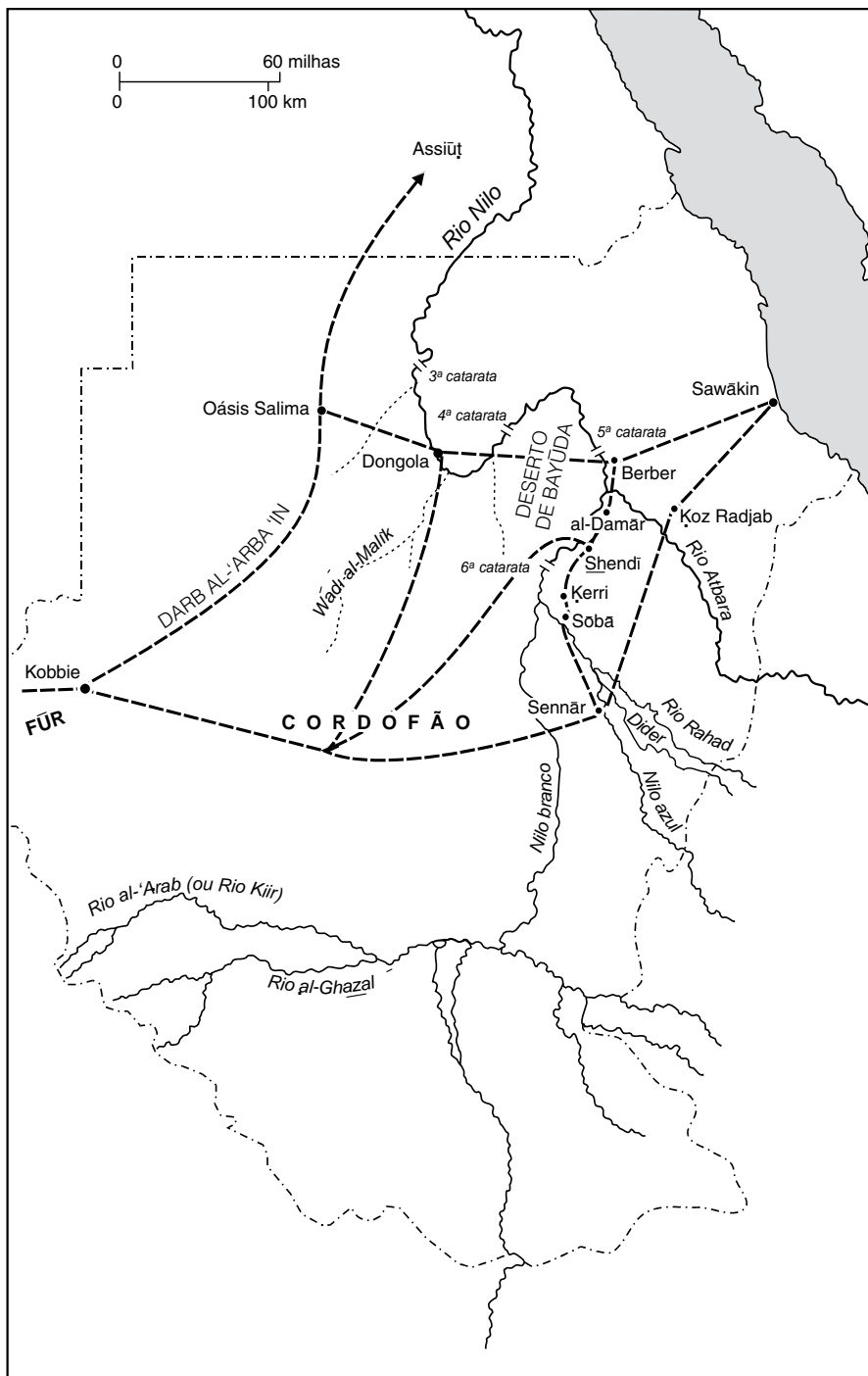



Figura 7.3 As rotas comerciais do Sudão (de acordo com Y. F. Hasan).

Darfur e o Borno. De fato, célebres juristas sudaneses atraíram discípulos de toda a região situada entre a Gezira e o Borno[29].

O islã progredia da mesma maneira no Cordofão e no sultanato fur, recentemente criado. O Darfur sofreu a influência de correntes islâmicas vindas do Magreb, do *Bilād al-Sūdān* central, e em seguida, cada vez mais, do reino funj. Essas influências fora sentidas no Kanem e, a partir daí, em toda região, bem antes do século XI[30].

O comércio e o Estado

Algumas das grandes rotas comerciais da região atravessavam os sultanatos fur e funj em direção ao Egito e ao Mar Vermelho, rotas contribuindo grandemente para estreitar os laços culturais e econômicos da região com o mundo exterior. De uma maneira geral, o comércio distante caminhava paralelo aos interesses dos sultões funj e fur, assim como da maioria dos soberanos da área sudanesa. Tal comércio se beneficiava com seus incentivos e proteção. Os escravos, o ouro, as plumas de avestruz e outros produtos da África eram trocados por finos tecidos de algodão, jóias, armas e diversos outros artigos de luxo. Além dos direitos aduaneiros recebidos nas trocas, os sultões necessitavam de objetos de luxo para manter seu prestígio e recompensar seus fiéis partidários.

O comércio exterior era feito ao longo de dois grandes eixos orientados nos sentidos oeste-leste e sul-norte. O primeiro ligava o Borno-Wadai a Sennar por Kobbie – principal centro comercial do Darfur – e o Cordofão. Neste ponto, ele servia a Koz Radjab e a Suakin, fosse diretamente, fosse ao passar por Shandi. Por essa estrada, conhecida como a rota do Sudão, circulavam não só mercadorias, mas também peregrinos muçulmanos.

Por essa rota, o Sudão Oriental abria-se às influências culturais do Sudão Ocidental e da África do Norte. Ela era seguida pelos eruditos muçulmanos que mantinham relações estreitas com o vale do Nilo e o Hedjaz. Seu ponto de partida parece ter se fixado no Darfur, que atraía também os peregrinos dos países situados a oeste do Lago Chade. No início do século XIX, ela atravessava o cinturão sudanês até o Futa Toro, a oeste. Por ser muito mais curta e demandar menores taxas de viagem do que outros itinerários, tal itinerário era igualmente

29 Foi por isso que al-Kaddal contava 1500 estudantes do Takrūr e Arbāb al-Khashin, por sua vez, 1000 estudantes da região situada entre a Gezira e o Borno.

30 Y. F. Hasan, 1971; Ibn Dayf Allāh Muhammad 'Abd Nur, 1973, p. 3-23.

usado por peregrinos que não tinham meios para atravessar o deserto egípcio em companhia das caravanas. A maioria deles viajava a pé, vivendo de caridade e desfrutando da proteção do povo muçulmano. Alguns deles, dentre os quais se incluem eruditos, instalaram-se no leste do Sudão, não podendo ser confundidos com determinados movimentos migratórios de povos da África Ocidental, como os fulbe que haviam criado importantes comunidades no início do século XIX, notadamente no Darfur. Ao que tudo indica, tais peregrinos exerciam uma atividade comercial importante ao longo de seu caminho, vendendo asnos, livros e outras mercadorias. Eles também inscreviam fórmulas em amuletos.

A segunda estrada começava em Sennar, de onde caravanas partiam duas vezes por ano rumo ao Egito. Passava por Kerri (e mais tarde por Halfāyat al-Mulay), atravessando diretamente o deserto de Bayuda (ou partia de um ponto situado no curso do Nilo), e ligava Asyut, no Alto-Egito, por Dongola e Salima. Todavia, em virtude das turbulências provocadas pela rebelião dos shaykiyya no século XVIII, ela foi posta de lado em função do surgimento de outra, que se estendia ao longo da margem oriental do rio. Partindo de Sennar, esta nova rota passava por Shandi e al-Damār, percorria o Atbara, alcançava Berber para, depois, atravessar o deserto da Núbia, sob a proteção dos árabes ‘abābda, e, finalmente, desembocar em Isna, no Alto-Egito.

No oásis de Salima, a estrada do Nilo juntava-se à *Darb al-‘Arba'in*, ou "estrada dos quarenta dias", principal artéria do comércio fur com o Egito, que partia de Kobbie, passava por Suwayni, o último posto alfandegário dos Fur, e se juntava a Asyut pelo deserto, percorrendo os oásis de Salima e de Khārdja. Uma outra estrada se dirigia rumo ao nordeste em direção a Trípoli e a Tunísia, passando pelo Fezzān[31].

Graças a seu vasto interior e à sua posição estratégica, Sennar tornou-se um importante centro comercial. Na sua descrição datada de 1701, o padre Krump escreveu: "De toda a África, ao menos entre países mouros, Sennar é talvez a maior cidade comercial. As caravanas chegam sem parar, vindas do Cairo, de Dongola, da Núbia, da outra margem do Mar Vermelho, da Etiópia, do Darfur, do Borno, do Fezzān e de outros reinos. É uma cidade livre e os homens de todas as nacionalidades e de todas as religiões podem lá viver sem impedimentos de qualquer tipo[32]".

31 R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 6-9; P. M. Holt, 1961, p. 12-14; Y. F. Hasan, s. d. e 1977; U. al-Naqar, 1972, p. 92-113.

32 T. Krump, 1710.

A maioria dos estrangeiros que se encontrava em Sennar era composta de mercadores e de alguns artesãos. Ao que parece, a maior parte do comércio permaneceu nas mãos dos sudaneses nilotas *djallāba* (comerciantes). Agentes intermediários entre Sennar e o Egito, os danākia e os dja'aliyyūn de Shandi adquiriram experiência comercial e capitais suficientes para se aventurar rumo a novos territórios. Por seu espírito empreendedor, os *djallāba* também desempenharam um papel importante no comércio fur, estimulando o desenvolvimento de centros comerciais no Darfur. Ainda que os *djallāba* do Sudão e do Alto-Egito fossem os principais investidores do comércio distante, esse comércio, sua organização e proteção dependiam, ao que tudo indica, da autoridade dos sultões dos respectivos países. Às vezes, os sultões enviavam suas próprias caravanas ao Cairo[33]. No Darfur, o comércio distante era razoavelmente submetido ao controle do Estado. É graças a essas caravanas comerciais que o sultanato fur se fez conhecido pelo mundo exterior.

A predominância comercial de Sennar sofreria tanto com a rivalidade entre funj e fur, que lutavam pelo controle do Cordofão, como com incursões dos Shilluk, que comprometiam a segurança na estrada de Kobbie (al-Obeid) em Sennar. Foi por esta razão que as caravanas optaram por tomar a direção do norte rumo a Shandi[34]. Quando Bruce passou por lá, em 1773, a cidade era um grande centro comercial, regido de maneira autônoma por Sa'dāb Dja'aliyyūn[35]. No início do século XIX, Shandi adquirira tamanha importância que havia, de acordo com Burckhardt, suplantado Sennar como grande ponto de encontro das caravanas núbias e posto de troca entre fur e etíopes[36].

No leste, os hadareb de Suakin praticavam também o comércio distante, notadamente entre o Mar Vermelho e o Nilo. Eles compravam produtos africanos e escravos em Shandi para trocá-los por produtos vindos da Índia em Suakin, que constituía o mais importante mercado de escravos depois do Cairo e de Massawa[37].

O encaminhamento dos escravos rumo ao norte pelo Nilo era um fenômeno antigo. Os árabes lançaram mão desta prática, por sua vez, quando concluíram o tratado de Bakt com os núbios. Quatrocentos escravos eram expedidos anu-

33 R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 68.

34 J. L. Burckhardt, 1819, p. 321-322.

35 J. Bruce 1805.

36 J. L. Burckhardt, *op.cit.*

37 Encontra-se um estudo mais detalhado dessa questão em Y. F. Hasan, s. d. e 1977; R. S. O'Fahey, 1970; J. L. Spaulding, 1971, p. 150; T. Walz, 1975.

almente da Núbia e o mundo árabe começou a apreciá-los, utilizando-os como domésticos. Excelentes arqueiros, esses escravos formavam unidades combatentes muito cobiçadas. Os Tulúnidas (868-935), os Ikhchídidas (935-969) e os Fatímidas (969-1171) do Egito procuravam os escravos negros para engajá-los nas fileiras dos seus exércitos.

O resultado disso foi um aumento na demanda de escravos negros. A Núbia, entretanto, dada a baixa densidade de sua população, não podia atender às necessidades do mundo muçulmano, obrigando os comerciantes árabes a explorar outras fontes ao sul e sudeste desse Estado. Desse modo, os árabes (o termo é usado sem precisão, pois engloba os árabes e seus súditos) contribuíram para reiniciar o comércio de escravos, conferindo-lhe tamanha importância que se conservou até as últimas décadas do século XIX. A princípio, os escravos eram núbios e bejas; depois, com o aumento da demanda, eles foram importados do Cordofão e do Darfur; a seguir, progressivamente, foram trazidos do Bahr al Ghazal, do Borno-Wadai e de outros territórios do *Bilād al-Sūdān* central. Os escravos oferecidos no mercado de Shandi, no fim do século XVIII, compreendiam etíopes e nubas do Cordofão, ou eram originários do Darfur, do Borno e do Dār Silla.

Os escravos deviam sua condição a conquistas, sequestros ou compras, e o papel desempenhado pelos negociantes árabes foi diferente de acordo com a época e o lugar. Todavia, ao que parece, no conjunto, os comerciantes árabes não buscaram escravos diretamente (exceto no século XIX), mas se dirigiram a fornecedores ou intermediários locais. Os comerciantes e seus fornecedores tiravam total partido dos costumes antigos que se prestassem a seu negócio. Os mercadores árabes ficavam bastante satisfeitos quando podiam encontrar escravos por meios pacíficos em troca dos produtos que comercializavam.

A demanda exterior de escravos negros destinados aos exércitos foi reduzida na época dos ayyubidas (1172-1251), que dispensaram suas tropas negras, substituindo-as por escravos brancos. Os mamelucos praticaram a mesma política (1251-1517): sob sua administração, o exército foi quase unicamente composto por escravos brancos.

Todavia, a demanda por soldados negros era mantida em determinadas regiões, notadamente nos jovens sultanatos funj e fur, onde esses escravos constituíam o maior contingente do exército. No século XIX, Muhammad ʻAli Pasha, vice-rei do Egito, recrutou, a princípio, escravos negros para constituir seu novo exército. A maioria deles fora comprada no Sudão. O vice-rei, então, renunciou a seu projeto de constituir um exército de negros, embora durante todo o século XIX, o exército egípcio ainda contasse com um grande contingente de soldados sudaneses.

O declínio do sultanato funj

A notória decadência comercial de Sennar veio acompanhada também por um declínio político. Com o agravo das medidas repressivas tomadas por Bādi IV, alguns membros da aristocracia funj – que tinham acompanhado Abū Likaylik ao Cordofão e cujas famílias tinham sido muito dolorosamente atingidas – persuadiram o general a depor o sultão. Abū Likaylik entrou em Sennar com seu exército, depôs Bādi, substituindo-o, em 1762, por seu filho Nāsir. O sucesso obtido pela revolta de Likaylik marca uma data importante na história do sultanato. O *shaykh* Muhammad Abū Likaylik e seus sucessores, os *wazir*, tornaram-se desde então os verdadeiros soberanos hereditários ou os regentes do Estado até sua queda. Os sultões funj não passavam de marionetes nas mãos dos regentes hamadj. O cronista funj resume bem esse deslocamento do poder: Bādi, escreve ele, "foi o último rei mestre do poder, e com ele acabou a verdadeira monarquia. Depois dele, o poder de ligar e desligar passou aos hamadj [38]".

O termo hamadj era aplicado pelos árabes sudaneses para designar alguns povos antigos da Gezira que, conquanto considerados como descendentes dos jaalis, não eram nem funj nem árabes. A hegemonia hamadj, sob a direção de Abū Likaylik, representa provavelmente o ressurgimento de um antigo povo que fora arabizado e islamizado[39].

Com a morte de Abū Likaylik, por volta de 1777, os reis funj conspiraram com os governadores das províncias – notadamente os ʻabdallābi – para expulsar seus regentes. Os descendentes de Abū Likaylik disputavam o poder entre si e se encontravam em uma situação difícil. De fato, os cinquenta últimos anos do sultanato funj foram marcados por intrigas, revoltas e guerras civis entre facções rivais.

No norte, a autoridade dos chefes ʻabdallābi no vale do Nilo também declinava: os *sa*ʻdāb, de Shandi, e os madjādhib, de al-Damār, se tornaram praticamente autônomos. Os guerreiros shaykiyya, que dominavam a região de Dongola, eram constantemente atacados pelos mamelucos do Egito. Em 1811, estes últimos escaparam do massacre organizado por Muhammad ʻAli, estabelecendo um acampamento em Dūnkūla al-ʻUrdi, em combate aos shaykiyya. No oeste, os funj, assediados pelo sultanato fur, acabaram sendo expulsos do Cordofão. Quando as forças turco-egípcias se aproximaram de Sennar em 1821, o sultanato estava fraco demais para opor a menor resistência.

38 J. L. Burckhardt, 1819, p. 310.

39 Ahmad b. al-Hadj dj Abū 'l-ʻAli, 1961, p. 21; R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 94.

O sultanato fur

O sultanato fur foi um dos Estados islâmicos da área da savana do *Bilād al-Sūdān*, situado nos confins ocidentais do *Bilād al-Sūdān* oriental. A oeste, ele era separado do sultanato de Wadai por pequenos reinos semi-independentes, cuja fidelidade os dois sultanatos compartilhavam. A leste, as planícies do Cordofão, que separavam os sultanatos fur e funj, compuseram o cenário de um conflito de ordem essencialmente econômica entre os dois Estados. Primos dos sultões fur, os mussaba'āt, estavam também em pé de guerra com os Estados rivais e tentavam consolidar seu domínio sobre o Cordofão. O deserto da Líbia ao norte e o Bahr al-'Arab ao sul limitavam o Estado por fronteiras naturais. A região central, dominada pelo Jabal Marra, berço do sultanato fur, era o ponto de interseção entre numerosas rotas comerciais: fontes de prosperidade e, igualmente, vias de trocas culturais e migrações humanas.

As origens do sultanato fur são pouco conhecidas em função da raridade das fontes escritas. De acordo com a tradição oral, o Estado fur foi precedido por duas dinastias autóctones, as dos dādjū e dos tundjūr. O reino dādjū teve seu apogeu nos séculos XIII e XIV. No início do século XV, os dādjū perderam o controle do comércio, sendo sucedidos pelos tundjūr. Estes últimos impuseram sua autoridade, a princípio, sobre a região central, para depois, pouco a pouco, avançar sobre o Darfur e algumas partes do Wadai[40].

Foi provavelmente sob o reino dos tundjūr (por volta de 1400-1600) que a influência do islã foi sentida na região pela primeira vez, em virtude dos numerosos contatos comerciais mantidos com o mundo muçulmano e da penetração de imigrantes árabes[41]. Contudo, a verdadeira islamização da região começou apenas com a criação do sultanato fur, no início do século XVII.

O sultanato devia seu nome aos fur, comunidade sudanesa que vivia nos arredores do Jabal Marra e que, por suas origens, se ligava talvez aos povos do oeste do Bahr al Ghazal. Não se sabe exatamente por que razão os fur desceram de sua montanha para se instalar na savana.

De acordo com R. S. O'Fahey, o sultanato fur, como os outros Estados islâmicos da área sudanesa, é resultado do comércio distante, sendo formado em consequência da intensificação das trocas ao longo da "estrada dos quarenta dias"[42]. Muitos especialistas notaram que a expansão do Islã estava associada

40 Y. F. Hasan, 1972, p. 72-82.

41 *Ibidem*, p. 82-85; P. M. Holt, 1961; R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 121.

42 R. S. O'Fahey, 1971, p. 87.

ao comércio; no caso do sultanato fur, desempenhando um papel importante no desenvolvimento do próprio Estado e no reforço de seus contatos com os povos vizinhos.

O sultanato kayra perdurou de 1640 até cerca de 1874. Foi restabelecido em 1898 e finalmente anexado pelo Sudão anglo-egípcio em 1916. Suleyman Solongdungu foi provavelmente seu fundador histórico (por volta de 1640-1660), deixando a memória daquele conquistador que expulsou os tundjūr e anexou a região situada ao redor do Jabal Marra. Nestas campanhas, ele era seguido pelos grupos árabes – notadamente nômades criadores de camelos e de gado – como os habāniyya, os ma'āliyya, os rizaykāt e os misayriyya.

A política de expansão e consolidação incentivada por Suleyman Solongdungu foi levada adiante por seus sucessores, progredindo em direção ao norte e nordeste. Ahmad Bukr b. Mūsā (por volta de 1682-1722) anexou o Estado do Dār Kimr por sua importância estratégica. Essa expansão colocou a dinastia kayra em contato com os zaghāwa, cujos territórios se tornaram uma fonte de conflitos entre os sultanatos do Wadai e do Darfur. Os kayra consolidaram sua posição no Dār Zaghāwa por meio de casamentos e de seu apoio a certos grupos em luta. Os conflitos pela posse dos territórios fronteiriços terminaram em favor do sultanato kayra, e o Wadai continuou a pagar o tributo que era anteriormente destinado aos reis tundjūr. Todavia, o sultão Ya'kūb recusou-se a pagá-lo, invadiu o Darfur e penetrou até Kabkābiyya, importante centro comercial. Após dois anos de preparativos militares, durante os quais angariou armas, especialmente de fogo, no Cairo, Bukr expulsou do país os invasores[43].

Até o fim do século XVIII, a história política do Darfur esteve pautada pela luta entre duas facções da dinastia kayra: os sultões, que buscavam centralizar o poder em suas mãos, e os outros príncipes, que queriam reforçar os poderes da dinastia em seu conjunto. Tal conflito eclodiu porque o sultão Bukr expressara a vontade de que cada um de seus filhos o sucedesse um após o outro. Ora, ele não tinha menos do que uma centena de filhos, dos quais cinco subiram ao trono fur. Seu primeiro sucessor, Muhammad Dawra, começou a eliminar seus irmãos ou exilá-los no Jabal Marra. Depois designou seu próprio filho, Mūsā, para sucedê-lo. Entretanto, logo mudou de opinião, substituindo Mūsā pelo irmão mais novo deste, 'Umar Lel. Mūsā, por sua vez, reagiu contra seu pai. Quando 'Umar Lel chegou ao poder, a hostilidade cresceu entre ele e seus tios, os filhos de Bukr. Suleyman ibn Ahmad Bukr se refugiou junto aos musabba'āt

43 R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p.126-128; Y. F. Hasan, 1972, p. 86-88.

que, após falhar numa tentativa de tomar o trono kayra, tiveram de imigrar para o Cordofão. Suleyman não chegou a garantir o apoio dos Musabba'āt, nem mesmo do sultão do Wadai, mas tais empreitadas levaram 'Umar Lel a invadir o Wadai em meados do século XVIII. Após violentas batalhas, o sultão do Wadai, Muhammad Djawda, venceu o exército fur e capturou o sultão.

O conflito continuou durante o reinado do sexto sultão, Abu 'l-Kāsim b. Ahmad Bukr. Para reforçar sua própria posição, ele combateu seus irmãos, recrutando um exército de escravos antes de fazer qualquer chamado a guerreiros tradicionais. Dessa forma, ele "se opôs definitivamente aos homens livres de seu país, privilegiando os escravos e cobrindo-lhes de riquezas e títulos honoríficos.[44]".

Muitos dignitários insurgiram-se contra a ideia de que a autoridade do sultão pudesse depender de um exército de escravos. De fato, criou-se uma tensão análoga àquela pela qual passara o sultanato funj sob o reinado de Bādi IV.

No decorrer da batalha contra as tropas do Wadai, Abu 'l-Kāsim foi abandonado pelos chefes de guerra tradicionais e seus homens, permanecendo isolado com seus escravos. Ele perdeu essa batalha e foi ferido. A velha nobreza fur e os guerreiros tradicionais, então, proclamaram um novo sultão, Muhammad Tayrāb ibn Ahmad Bukr, que seguiu o exemplo de seus predecessores e constituiu, por sua parte, um exército de escravos, a *kurkwā* (corpo de lanceiros, em fur). Escravos turundj dos montes Nuba, os dading de Dār Tama e outros também foram incorporados em suas fileiras. Um dos membros da *kurkwā*, o eunuco Muhammad Kurra, tornou-se um dos primeiros camareiros do rei. Mais tarde, obteve uma distinção ainda mais importante e foi nomeado *āb shaykh*, cargo ao qual era atribuída uma grande autoridade[45].

Não podendo se estender rumo a oeste em detrimento de seu temível inimigo, o sultão do Wadai, Tayrāb, firmou com este um tratado que permaneceu em vigor durante uma centena de anos. Ele se voltou então para o leste, contra os musabba'āt, que teriam retomado o controle do Cordofão depois da retirada de Abū Likaylik, em 1761-1762. Outros motivos teriam levado a essa mudança de direção. Tayrāb queria impedir que os musabba'āt chegassem a constituir um Estado forte no Cordofão. Por outro lado, talvez houvesse motivações de ordem econômica, como, por exemplo, manter o controle sobre as estradas comerciais, bem como sobre as reservas de escravos e de ouro do Cordofão meridional. A chegada de um grande número de *djallāba* – conhecidos por seu espírito empreendedor – e de mestres religiosos vindos do sultanato funj, bem como

44 G. Nachtigal, 1971, vol. IV, p. 285.

45 R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 129-137 e 171-175; Y. F. Hasan, 1972, p. 87-88.

a multiplicação dos laços comerciais com o Egito, talvez tenham inspirado a decisão do sultão. Seu objetivo imediato era, provavelmente, expulsar do Darfur seus irmãos e outros membros da velha nobreza fur, a fim de permitir que seu filho Is͟hāk o sucedesse. À frente de um grande exército, Tayrāb atacou Hās͟him, sultão de Cordofão, o qual, abandonado por seu exército, se refugiou no sultanato funj. O Cordofão, por sua vez, caía nas mãos dos fur e assim continuaria até a conquista turco-egípcia. O próprio Tayrāb morreu em Bara.

A sucessão deu lugar a uma luta entre os partidários de Is͟hāk e seus tios, os filhos de Ahmad Bukr. Muhammad Kurra conseguiu o apoio da segunda facção em favor de ʿAbd al-Rahmān, o filho mais novo de Ahmad Bukr. ʿAbd al-Rahmān era um jovem piedoso e instruído que não tinha relações com as tribos, nem o apoio das novas forças do Estado, mas saiu vencedor da guerra civil. O novo sultão recompensou Muhammad Kurra, nomeando-o *āb s͟hayk͟h*, cargo inferior somente ao de sultão. De 1790 até cerca de 1804, Muhammad Kurra foi o homem forte do Estado[46].

Para marcar sua vitória, ʿAbd al-Rahmān construiu, em 1741-1742, uma nova residência real (*fās͟hir*) em K͟hor Tandalti, a leste de Jabal Marra. Até então, os sultões fur não dispunham de capital fixa. O estabelecimento de tal capital em al-Fās͟hir e a consolidação das forças de centralização e de islamização sob o reinado de ʿAbd al-Rahmān marcaram o apogeu do sultanato kayra. Esse reinado permitiu que os laços com o exterior se estreitassem, graças ao comércio e à chegada dos mestres religiosos. O Estado tirava proveito das correntes de trocas que tomavam a "estrada dos quarenta dias". G. W. Browne, que viajou pelo Darfur entre 1793 e 1796, assim descreve o papel de seu dirigente: "o rei é o principal comerciante do país. Neste caso, ele manda não apenas transportar uma grande quantidade de suas próprias mercadorias por cada caravana que vá para o Egito, mas também vender, nos países vizinhos do Sudão – por entre seus escravos e homens – mercadorias importadas do Egito[47]."

Os sultões utilizaram o comércio para firmar sua situação política, comprando armas, armaduras e produtos de luxo para recompensar a fidelidade de seus subordinados e de seus aliados.

A infiltração dos d͟jaʿaliyyūn e dos danākia estimulou o comércio e a religião. ʿAbd al-Rahmān trocava presentes com o sultão otomano, conferindo-lhe o título honorífico de *al-Ras͟hid* (o justo). Ele se correspondia também com Bonaparte em 1799, quando da ocupação francesa no Egito.

46 P. M. Holt, 1961, p. 26-28; R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 134-140; Y. F. Hasan, 1972, p. 91

47 G. W. Browne, 1799, p. 301.

A adoção do islã foi, provavelmente, muito mais lenta no Darfur do que no sultanato funj, tendo acelerado a partir do século XVIII. Atribui-se ao sultão Suleyman Solongdungu a adoção do islã como religião da corte e a introdução das práticas religiosas islâmicas. Algumas famílias religiosas do Darfur afirmam que seus ancestrais se instalaram no sultanato sob o reinado de Suleyman. Por sua parte, na corte de Kayra, os ritos e práticas das religiões africanas coexistiram durante algum tempo com o islã[48]. Consequentemente, a influência do islã foi estimulada por Ahmad Bukr que mandou construir mesquitas e escolas, enquanto Muhammad Tayrāb trazia livros religiosos do Egito e da Tunísia. ʻAbd al-Rahmān al-Ra<u>sh</u>id, ele mesmo um erudito muçulmano, incentivou os juristas e os místicos de outros países a virem se instalar em seu sultanato. Foi claramente o caso do árabe tunisiano ʻUmar al-Tunisi, seguido de seu filho Muhammad e cuja descrição do Darfur é uma das principais fontes da história desse país[49]. Outros sábios chegaram do Egito, do Hedjaz, do Sudão nilótico e do oeste do *Bilād al-Sūdān*. Foi dessa última região que veio Mālik al-Futāwi, membro de uma família religiosa, que instruiu ʻAbd al-Rahmān antes de sua ascensão ao trono, tornando-se, em seguida, ministro do sultão Muhammad al-Fadl. Considerando que a execução das decisões de justiça era reservada ao sultão e aos dignitários, cujo direito era reconhecido tradicionalmente pelo costume, ʻIzz al-Din al-<u>Dj</u>āmi foi provavelmente nomeado *grand kādi* (juiz supremo no tribunal da *<u>sh</u>ariʻa*) como simples conselheiro.

Para atrair os eruditos ao seu país, o sultão oferecia terras aos que ensinassem os preceitos do islã, graças ao sistema da *hakura*, ou isenção de impostos, como era o caso no sultanato funj. Alguns desses personagens desempenharam o um papel de mediadores[50].

No fim do século XVIII, ao que parece, o sultão e seus colaboradores mais próximos, que não eram afiliados a nenhuma tribo, haviam colaborado amplamente para o desenvolvimento do comércio exterior e adotado instituições islâmicas para a administração do país. Tal quadro contribuiu para modificar a estrutura étnica do Estado e, ao mesmo tempo, enfraquecer as antigas práticas religiosas que até então se mantinham. O surgimento de uma nova classe de mercadores, juristas e místicos facilitou essa evolução. Contudo, a dinastia kayra, bem antes dos ancestrais árabes, fixava suas raízes na comunidade fur.

48 Y. F. Hasan, 1972, p. 90-91.

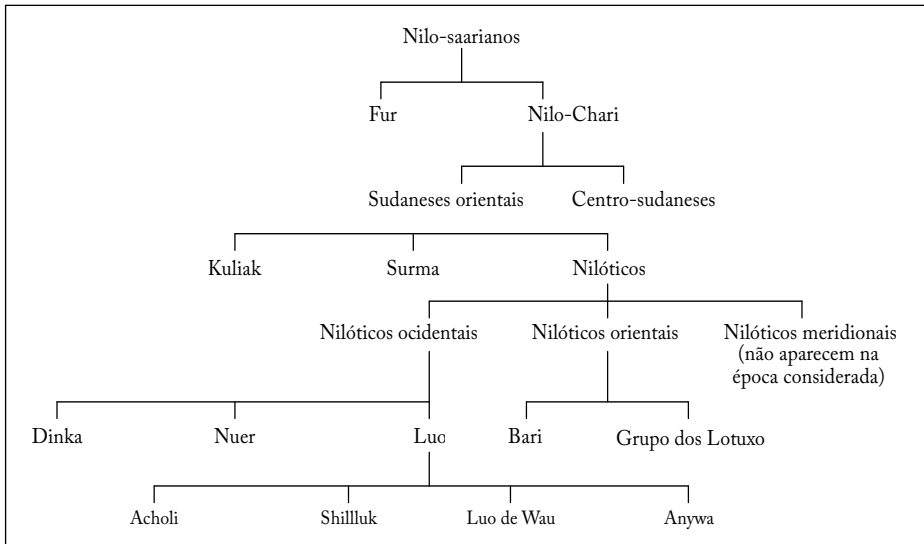
49 Muhammad ibn ʻUmar al-Tunisi, 1965.

50 Y. F. Hasan, 1971, p. 83-85; R. S. O'Fahey, 1971, p. 87-95.

Se o idioma árabe era usado na diplomacia e no comércio, o fur permaneceu a língua da corte.

Com a morte de ʻAbd al-Rahmān, por volta de 1802, seu filho Muhammad al-Fadl sucedeu-lhe com a ajuda de Muhammad Kurra. O novo sultão logo entraria em conflito com este, e, embora o tivesse nomeado seu próprio ministro, ordenou seu assassinato. Muhammad al-Fadl reinou durante quase quarenta anos, período em que se acelerou o declínio do Estado[51].

O Sudão meridional

Embora haja estudos antropológicos pertinentes acerca dos dinka, dos nuer, dos anywa, dos shilluk e dos azande – empreendidos por eminentes pesquisadores como W. Hofmay, D. Westermann, C. G. Seligman, E. Evans-Pritchard e vários de seus alunos, bem como por F. M. Deng –, a pesquisa histórica sobre o Sudão meridional ainda está no início. O mesmo acontece com os estudos arqueológicos, geralmente concentrados no Sudão setentrional, e com a pesquisa linguística histórica[52].

51 R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 162-164 e 167; Y. F. Hasan, 1972, p. 95-96; R. S. O'Fahey, 1970, p. 3 e 9.

52 Para se ter uma ideia do tamanho da nossa ignorância, ver J. Mack e P. Robertshaw, 1982.

Contudo, grandes linhagens emergem dos raros dados de que dispomos. Assim, fontes linguísticas mostram cada vez mais claramente que as culturas nilóticas e, provavelmente, as do Sudão central têm suas raízes no Sudão Meridional[53]. Além disso, sabemos hoje que a maioria dos grupos linguísticos que desempenharam um papel relevante na história do Sudão Meridional pertence à família nilo-saariana de Greenberg.

Grande parte do Sudão Meridional e da Uganda Setentrional foi, ao que tudo indica, ocupada por comunidades falantes de línguas do Sudão Central, até as últimas décadas do primeiro milênio – época na qual a região começou a ser colonizada por povos de línguas nilóticas oriental e ocidental. De fato, um dos grandes temas históricos do período que nos interessa consiste na "nilotização" progressiva dos habitantes do Sudão Meridional, os quais anteriormente falavam a língua do Sudão Central. Hoje, a região é ocupada essencialmente pelos nilóticos; apenas os moru e os madi, que vivem a oeste do Nilo Branco, testemunham a antiga presença de povos falantes da língua do Sudão Central.

Roland Oliver, ao propor uma síntese dos dados arqueológicos da idade do ferro relativos à pré-história dessa região, tende a confirmar o que as fontes linguísticas demonstram[54]. Segundo o pesquisador, havia, na idade do ferro, dois centros culturais, um ao leste dos pântanos do Nilo – nas fronteiras sudano-etíopes –, e outro localizado no platô ferruginoso da bacia Nilo-Congo. Essas duas culturas – uma nilótica e a outra banto – eram separadas pelas culturas do Sudão Central, evoluindo, portanto, independentemente uma da outra. À medida que os nilotas se deslocavam rumo ao sul e às regiões banto, tais culturas se mesclavam. Oliver considera, ainda, que, em virtude dessa mistura com os nilóticos, as comunidades de língua banto começaram a praticar a pecuária intensiva.

No que diz respeito ao Sudão, Oliver distingue, entre os nilóticos, dois períodos na idade do ferro. O primeiro coincide com o último período da idade do ferro entre os bantos. Na região equatorial do oeste e na de Bahr al Ghazal, esse período é associado aos pecuaristas da idade do ferro, os luel, que se caracterizavam por criar bovinos sem chifre e construir pequenas elevações para se protegerem das inundações típicas da estação das chuvas. J. M. Stubbs, C. C. T. Morison, S. Santandrea e G. Lienhardt supõem que os luel tenham representado a primeira leva de povos luo vindos do norte. Sua olaria era geralmente simples ou cinzelada com a ajuda de roletas feitas de fibra torcida.

53 C. Ehret, 1982.

54 R. Oliver, 1982. Ver também seu capítulo em J. Mack e P. Robertshaw, 1982.

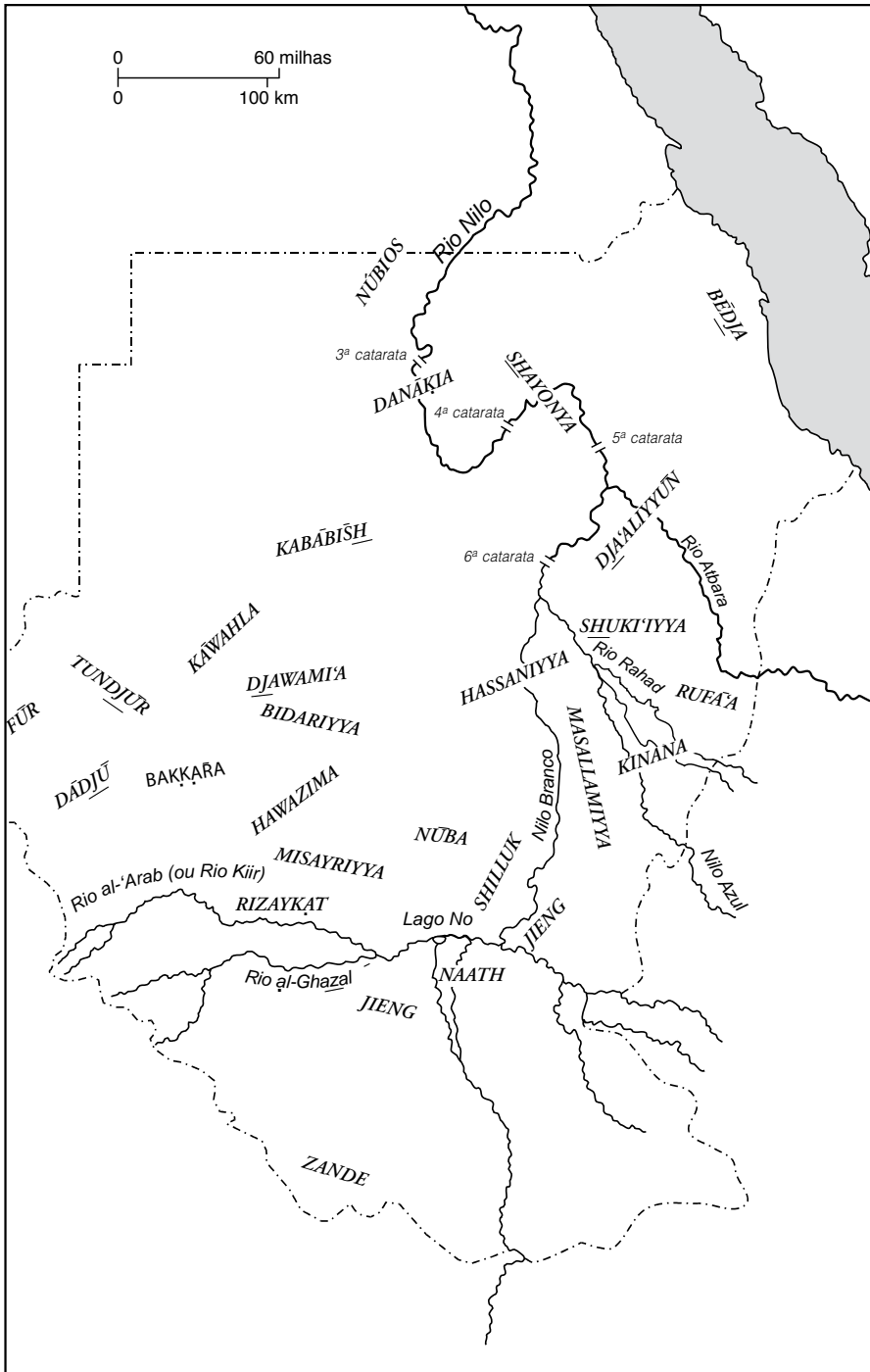



Figura 7.4 Os povos do Sudão (de acordo com Y. F. Hasan)

Sucedido pela última idade do ferro entre os nilóticos – a que nos interessa especificamente –, esse período de transição parece ter coincidido tanto com a aparição dos bovinos de chifre na região do Bahr al Ghazal, como com a prática generalizada da transumância, particularmente entre os dinka. É provável que os bovinos de chifre se tenham disseminado em direção ao sul, a partir do deslocamento dos árabes baggara e da queda do reino de Dongola. É igualmente interessante notar que a penetração árabe no Sudão Setentrional e Central, nos séculos XIII e XIV, não apenas coincide com as migrações nilóticas ocidentais, mas também constitui sua causa[55].

A rápida expansão dos nilóticos ocidentais e orientais rumo ao sul e ao leste pode então ser relacionada à aparição da pecuária intensiva, generalizada graças à introdução dos bovinos de chifre, e que, associada a cultua de cereais, era um modo de produção alimentícia adaptado às regiões mais secas. Dessa forma, os nilóticos puderam ocupar numerosos territórios até então evitados pelas comunidades de língua banto.

O reino dos Shilluk

No Sudão meridional, entre os integrantes do grupo dos luo – que incluía também os luo do Bahr al Ghazal e os anywa que viviam cada qual de um lado da fronteira sudano-etíope – os shilluk representavam o elemento mais importante. Sob a direção de seu chefe, Nyiang (por volta de 1490-1517), os shilluk instalaram-se, a princípio, perto de Malakal, após terem vencido e expulsado os funj que habitavam o que se tornaria, mais tarde, o coração da região shilluk, entre Tonga ao sul e Muomo ao norte. É através dessa região, situada na confluência do Nilo e do Sobat, que se tem acesso ao lago No, o que explica a enorme importância estratégica que lhe era, sem dúvida, atribuída. Nesse pequeno grupo de língua luo estavam incorporados, entre outros, elementos funj e nuba, os quais, representando culturas e tradições econômicas diferentes e misturados no cadinho da história, formaram o que se tornou a nação shilluk a partir da segunda metade do século XVII.

No decorrer desse século de formação, os shilluk estabeleceram em seu reino uma economia mista, baseada na pecuária e na cultura de cereais. Essencialmente sedentária, essa população não praticava a transumância, ao contrário dos

55 D. W. Cohen, 1973; I Hrbek, 1977, p. 78-80.

dinka e dos nuer. Os shilluk viviam em vilas espalhadas por 150 quilômetros, ao longo da margem ocidental do Nilo, entre Muomo e Tonga.

As fronteiras e a interdependência socio econômica

No início do século XVII, a margem ocidental do Nilo já se encontrava superpovoada, e a situação não melhoraria no século XIX, tendo em vista que, segundo G. Schweinfurth, de todas as regiões africanas conhecidas pelo restante do mundo (considerando o vale do Nilo no Egito), esta era a de maior densidade populacional[56]. Os shilluk começaram a avançar na direção de duas áreas fronteiriças. No norte, tentaram tomar posse do vale do Nilo Branco, entre Muomo e Alays, território de aproximadamente 480 quilômetros, permeado de ilhas e de densas florestas de mimosa. A região era imprópria para a agricultura, mas fornecia caça, peixe e mel em abundância. A partir do reinado de Odak Ocollo (por volta de 1600-1635) e até 1861, os assim designados shilluk do rio controlaram essa região, a qual os muçulmanos chamavam de Bahr Scheluk.

A segunda área fronteiriça era compreendida entre o Nilo e os montes nuba. A tradição confere um lugar muito amplo às atividades dos shilluk e dos nuba nessa região, antes de sua ocupação pelos árabes baggara no decorrer da segunda metade do século XIX.

Eis o que escrevem a respeito disso R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding em sua obra, *The kingdoms of the Sudan*: "Os séculos XIV e XV constituíram, nas regiões do Sudão situadas ao longo do Nilo, um período de mudança, de ajuste a um contato cultural com países vizinhos e de composição com dois grupos invasores: os árabes e as comunidades de língua nilótica, particularmente os shilluk. A unificação da Núbia no início do século XVI pode ser considerada tanto como uma reação núbia contra os invasores, quanto como uma reação positiva em relação às novas condições econômicas e sociais engendradas por estas forças de invasão"[57].

É nesse contexto mais amplo que se deve reinserir a história dos shilluk no decorrer deste período. Eles se voltaram para as regiões fronteiriças do norte e do oeste que, oferecendo um atrativo econômico, constituíam o que P. Mercer chamou de "outra fonte de aprovisionamento"[58]. Além do mais, tal fonte permitia acolher o excedente de população.

56 G. Schweinfurth, 1873, p. 85.

57 R. S. O'Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 15.

58 P. Mercer, 1971, p. 414.

As tradições shilluk nos informam, por exemplo, que durante o reinado do *reth* (rei) Odak Ocollo, os shilluk apoiaram o Darfur, contra o sultanato funj, no embate pelo controle do comércio na região do Nilo Branco. Após a capitulação de Takali, os funj e os shilluk se reencontraram frente a frente ao longo do Nilo Branco, aparentemente esgotados por cerca de trinta anos de guerra.

Mas essa trégua foi logo rompida com a chegada de outro povo de língua *jii*[59] – os dinka – que invadiram o sul do funj a partir de 1630[60]. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os dinka expandiram-se no sul da Gezira, o que provocou uma mudança progressiva no equilíbrio de forças da região. Sua presença representava uma ameaça tal para os shilluk e os funj que ambos uniram suas forças contra os dinka, por considerá-los um inimigo comum. Com isso, conseguiram impedir que o novo inimigo dominasse o norte ou o oeste, empurrando-o para o leste, rumo à fronteira etíope.

A aliança que os dois grupos constituíram contra os dinka marcou o início de uma interdependência socioeconômica que os shilluk já haviam estabelecido em diferentes épocas com diversos grupos – os funj, os *djallāba*, os árabes baggara, os piratas árabes, os mercadores europeus e os mahdistas – normalmente com o fito de explorar os dinka. O fato de os shilluk terem se associado várias vezes a diversos grupos para explorar um povo parente de língua *jii* constituí prova cabal de que tais alianças socioeconômicas ainda não eram orientadas por uma ideologia. A ideologia racial ou étnica no Sudão meridional é um fenômeno posterior ao período Mahdiyya. Os historiadores que se interessam pelos diversos tipos de dependências sócio-econômicas deveriam estudar as relações entre os diferentes grupos do Alto Nilo – os shilluk, os fur, os funj, os nuba, os árabes, os dinka e os nuer – com o fim de entender, primeiro, o que representava nesta época a mobilidade das fronteiras e, segundo, de que modo diversos grupos se integraram em sistemas socioeconômicos diferentes.

O desenvolvimento das instituições políticas e sociais

A metade do século XVII produziu um quadro de evolução política que teria influência considerável no desenvolvimento socioeconômico do país shilluk.

59 Os que usam essa língua são os povos de língua nilótica das regiões ocidentais, compreendendo os luo, bem como os dinka e os nuer (naath). Todos eles usam o *jii*, que significa “povo”, daí seu nome.

60 R. S. O’Fahey e J. L. Spaulding, 1974, p. 61-63.

Apesar de sua diversidade, a população adquiriu um sentimento de unidade nacional, adotando uma administração mais centralizada sob a direção do *reth*. Uma das principais consequências dessa reforma foi o estabelecimento progressivo de um monopólio real sobre as fontes econômicas, bem como sobre o comércio interior e exterior.

Três nomes estão associados a essa reforma na história dos shilluk: Abudhok, rainha e filha do *reth* Bwoc, uma das muitas mulheres influentes na história dos shilluk; seu meio-irmão Dhokoth; e Tugo, o filho deste último. O *reth* Dhokoth (por volta de 1670-1690) deve sua notoriedade às incursões que o levaram não apenas pelo Nilo abaixo, mas também rumo ao oeste, nos montes Nuba. A grande fome de 1684 (conhecida, em língua árabe, com o nome de *umm lahan*) provocou a fuga de vários shilluk para o norte, a fim de pilhar Bahr Scheluk ou ali se instalar. Dessa forma, pode-se imputar a destruição de dezessete escolas religiosas situadas entre Alays e a confluência do Nilo Azul e do Nilo Branco à grande fome e aos shilluk[61]. As razias de Dhokoth foram extremamente frutíferas e permitiram também capturar cativos. Originários, em sua maior parte, da região situada ao leste de Kaka, foram reinstalados em Athakong, onde fizeram parte da guarda pessoal do *reth* Dhokoth.

Os êxitos econômicos e militares do *reth* Dhokoth explicam em grande parte a centralização dos poderes do *reth*, centralização esta que se consolidou com seu filho e sucessor Tugo (por volta de 1690-1710), que fundou a vila de Fachoda, onde se fixou a residência permanente do *reth*. Anteriormente, os soberanos governavam a partir de sua vila natal e lá eram enterrados. Foi também Tugo quem instituiu os ritos complexos da cerimônia de investidura dos *reth* shilluk. Sua reputação estendeu-se rapidamente, tanto no interior quanto no exterior do reino. Ao que tudo indica, houve uma correlação entre o grau de centralização política e o aparecimento de uma hierarquia de classes na sociedade shilluk.

No início do século XVIII, o sultanato funj se desintegrava, como vimos anteriormente. À medida que a autoridade dos funj sobre o Nilo Branco declinava, a dos shilluk progredia. Em 1772, quando James Bruce esteve em Sennar, não teve dúvida alguma de que os shilluk eram os senhores de Alays[62], na medida em que levaram suas incursões até a confluência dos dois Nilos. Brun-Rolet confirmou em seguida essa indicação, acrescentando o dado de que o local atual

61 Ibn Dayf Allāh Muhammad 'Abd Nur, 1973, p. 95 e 344; P. Mercer, 1971, p. 410.

62 J. Bruce, 1805, vol. VI, p. 390.

de Cartum fora um centro importante até 1780, data em que os pilhantes shilluk destruíram-na, massacrado todos os seus habitantes[63].

As duas últimas décadas do século XVIII representaram a ruína final do sultanato funj, o que permitiu aos shilluk reforçar sua supremacia no Nilo Branco. O viajante inglês George William Browne, que ficou no Darfur durante quatro anos (1793-1796) e escreveu um livro sobre o comércio na região, indica que os shilluk controlavam totalmente o rio em Alays, organizando ali um serviço de traslado que possibilitava aos caravaneiros que circulavam entre Sennar e al-'Obeyd atravessar o Nilo[64].

O declínio do poder shilluk

Durante o reinado do *reth* Nyakwaa (por volta de 1780-1820), os dinka – provavelmente dos ramos rueng e ngok –, emigraram em massa do outro lado do rio Sobat. Os shilluk – que durante um século e meio haviam usufruído do controle total da região do Nilo Branco, do lago No, ao sul, até Alays, ao norte – tiveram então de aceitar a presença de outras populações de língua *jii*. Mas isso não foi tudo. Um ano depois da morte de Nyakwaa, os exércitos de Muhammad 'Ali Pasha, vice-rei do Egito, invadiram o Sudão, puseram fim à administração funj e instalaram o domínio turco-egípcio a fim de explorar o Sudão em benefício próprio. O enfrentamento com os shilluk, que dominavam o curso do Nilo Branco, era inevitável. A despeito de uma resistência firme, a partir de 1821, a fronteira shilluk recuou constantemente para o sul, diante da invasão progressiva dos árabes e do regime turco-egípcio.

Para dominar o Nilo Branco, os shilluk deviam controlar as vias navegáveis. Tal controle dependia de suas pirogas, ou seja, do poder de sua marinha. Eles possuíam um grande número de barcos e eram excelentes remadores. Em suas incursões ou expedições militares, eles costumavam partir em grupos de trinta ou quarenta pirogas, constituindo, portanto, uma força militar considerável na região. Citaremos novamente Mercer: "[...] antes da criação dos estaleiros navais turcos do Nilo Branco, nada na região se aproximava das pirogas shilluk"[65]. Em 1826, no entanto, com a criação de um estaleiro turco-egípcio em Mandjara, a supremacia dos shilluk sobre o Nilo Branco começou a declinar.

---

63 C. E. J. Walkley, 1935, p. 277.

64 W. G. Browne, 1799, p. 452-453.

65 P. Mercer, 1971, p. 412.

Os povos do Bahr al Ghazal

A região situada no sul do Bahr al Gazhal e no oeste de uma linha que vai de Meshra al-Rek e Rumbek ao ponto de encontro entre as fronteiras do Sudão, do Congo e da Uganda modernos – toda esta região era ocupada por etnias que pertenciam a duas grandes famílias linguísticas: os ubanguianos (Níger/Congo) e os sudaneses do centro (Saara/Nilo), que, há muito, aí estavam instalados. De fato, parece que os sudaneses do centro viveram nessa região durante vários milênios antes da era cristã, seja perto de Bahr al-'Arab, seja na região de Wau[66]. Fixados unicamente ao longo dos cursos d'água, viviam da cultura dos cereais, da pecuária e da caça. É a eles que devemos o sítio arqueológico de Djabal Turkyi (5º 19' de latitude N. e 30º 27' de longitude L.) que remonta a mais ou menos 180-220 antes da nossa era[67]. Antes de 1800, são encontrados povos que falavam essas línguas desde a região de Hofrat-en-Nahas até as fronteiras da floresta tropical úmida ao sul e, também, dos dois lados do Nilo superior até o lago Alberta.

Os ubanguianos chegaram do oeste (República Centro-africana) e se instalaram geralmente a oeste das comunidades que falavam o sudanês central – ou entre essas comunidades –, o que é compreensível, considerando a fraca densidade populacional da região. Eram povos agricultores e fundamentaram sua economia no inhame, antes de passar à cultura de cereais ou de bananas, de acordo com o lugar onde se encontrassem. Eles não criavam gado, o que implica uma atitude fundamentalmente diferente dos povos do Sudão central, no que diz respeito à riqueza e, especialmente, ao dote.[68].

Sabemos muito pouco sobre a vida desses povos antes de 1800, uma vez que os acontecimentos advindos no século XIX acarretaram a dissolução de suas comunidades. Nesta época, mercadores de escravos vindos do Darfur já exerciam seu negócio em diversas regiões, como por exemplo, em Dar Fertit e em Dar Banda, ao sul de Hofrat-en-Nahas. Os zande, por sua vez, começavam a conquistar as regiões situadas mais ao sul, através da assimilação das populações atacadas. Em outras regiões, em particular no norte, produziu-se uma forte corrente migratória rumo à região centro-africana, à medida que os povos de língua banda, entre outros, fugiam dos mercadores de escravos. As pesquisas de F.

66 C. Ehret, 1974, p. 86; N. David, 1982, p. 80-81.

67 N. David, 1982, p. 81-82.

68 D. E. Saxon, 1982; N. David, 1982, p. 88-91; L. Bouquiaux e L. Hyman, 1980, p. 807-822.

Santandrea[69] oferecem-nos outra explicação sobre o silêncio das tradições orais acerca da história antiga. Segundo sua pesquisa, não havia, na região, grandes unidades políticas, fator suficiente para explicar a relativa facilidade da conquista zande. Tal fator significa também que as tradições dos clãs – das famílias que dirigiam as pequenas unidades vivendo em colônias dispersas, vilarejos ou às vezes vilas – não vêm de muito longe. Não existe tradição oral a respeito do que ocorreu antes de 1800. As únicas genealogias que remetem a períodos anteriores – entre 1650 e 1705 – abrangem as famílias dirigentes de três clãs bongo[70]. Elas nos indicam simplesmente que os clãs já estavam instalados na região de Wau-Tonj no século XVIII e que sua organização social era ligeiramente mais complexa do que a dos outros grupos que ali também viviam. Por outro lado, tratava-se de uma organização mais simples que a de seus vizinhos, os nilóticos. A amplitude da resistência à centralização aparece igualmente na tradição bongo. Várias unidades políticas bongo seguiram Ngoli, herói da resistência contra os zande. Mas ele foi assassinado por "chefes de clãs rivais" no momento em que acabava de expulsar os zande[71].

Tudo o que se pode dizer do período estudado neste capítulo é que o Darfur começou a exercer oficialmente sua dominação sobre o Dar-Fertit bem antes de 1800, exigindo dos habitantes da região de Hofrat-en-Nahas o pagamento de um tributo, enquanto algumas famílias árabes encabeçavam pequenos grupos instalados na região de Raga. Pesquisas são necessárias em toda esta região, a fim de recolher dados sobre os modos de vida, as trocas comerciais e os eventuais movimentos migratórios antes de 1800.

69 F. Santandrea, 1964 e 1981.

70 F. Santandrea, 1964, p. 136-138.

71 *Ibidem*, p. 132.

CAPÍTULO 8

O Marrocos

M. El Fasi

Vimos, no volume IV, como a Espanha e Portugal tinham, no século XV, lançado sua ofensiva contra a África do Norte e, particularmente, contra o Marrocos. Os portugueses, a partir de 1415, ano em que conquistaram Ceuta, fixaram-se pouco a pouco em numerosos pontos do litoral atlântico a partir dos quais fizeram as bases de lançamento de suas incursões ao interior marroquino.

Todos esses acontecimentos tiveram vivas repercussões e suscitaram uma forte resistência bem como um poderoso desejo de libertar os lugares conquistados. Os diferentes *shaykh* das *zawiya*[1] e confrarias religiosas atiçaram esse estado de espírito e o empregaram para concentrar seu poder e preparar a população contra esses invasores, considerados como novos cruzados.

Alguns *sharif* do Dara (Dar'a), liderados por Abu 'Abd Allah, famigerado al-Ka'im bi-'Amr Allah (Aquele que se ergue por ordem de Deus) designaram-se então para combater os infiéis para que esvaziassem os lugares que ocupavam no país. A proclamação ao poder de al-Ka'im bi-'Amr Allah, em 1511, marcou o advento da dinastia dos saadianos. A luta durou cerca de quarenta anos. Ela era dirigida, por um lado, contra os portugueses e, por outro, contra os reis wattasides.

1 A *zawiya* é, entre outros, um centro cultural-religioso. Quando ela é fortificada e abriga defensores da fé, chama-se *ribat*.

No Sul do Marrocos, os portugueses estavam tão pouco seguros que eles não deixavam mais seus cercos fortificados. Desde então, só se acelerou o declínio da colonização portuguesa. Os golpes dados aos postos fortificados portugueses pelos *sharif* e pelos chefes religiosos (que os historiadores europeus chamam de marabutos) multiplicaram-se, e seus assaltos foram frequentemente sangrentos.

No Norte, os portugueses eram igualmente ameaçados pelos combatentes de Salé que constantemente assediavam Acila (Arzila) e os outros *presídios* ocupados pelos portugueses. E assim eles foram expulsos de al-Ma'mura (chamada hoje de al-Mahdiyya), na embocadura do Sebu.

Durante esse período, as lutas entre a nova dinastia dos saadianos instalados no Sul do país e a velha dinastia dos watasidas-merinidas causavam ao Marrocos enormes prejuízos, pois elas enfraqueceram uns e outros e impediram-nos de liberar todos os postos ocupados pelos portugueses. Felizmente, após uma batalha sem resultados entre o sultão wattaside Ahmad e o *sharif* Ahmad al-A'radj, ocorrida no Tadla em 1527, concluiu-se um tratado estipulando que os saadianos guardariam o Suz e Marrakesh, e que o resto do país seria conservado pelo sultão, tendo ainda Fez por capital.

Essas disposições permitiram ao Marrocos gozar de doze anos de paz. Os saadianos aproveitaram dela para crescer e organizar suas forças e para se consagrar à luta contra os portugueses.

Nesse momento, ocorreu um fato importante. O governador do Suz, o *sharif* Muhammad al-Mahdi, tinha intensificado a cultura da cana-de-açúcar em suas terras[2] e desenvolvido o comércio do açúcar. Mas os portugueses tinham o monopólio da exportação desse produto a partir do porto de Agadir, ainda ocupado por eles. O sultão saadiano decidiu então libertá-lo. Essa base portuguesa era chamada por seus ocupantes de Santa Cruz do Cabo de Aguer. Muhammad al-Shaykh já tinha organizado um exército capaz de enfrentar os portugueses e fazê-los evacuar Agadir. Com a ajuda da artilharia, ele sitiou a cidade, mas teve de esperar seis meses para abrir uma brecha em suas defesas. A tomada de Agadir repercutiu consideravelmente em Portugal e resultou na imediata evacuação de Safi e de Azemur (1542). Mas Mazagan (al-Djadida) permaneceu nas mãos dos portugueses porque era mais fácil de defender.

2 Sabe-se que a produção de açúcar datava da Alta Idade Média. O Marrocos era seu maior exportador. Ver D. de Torres, 1667, cap. XXXV; P. Berthier, 1966. As pesquisas de P. Berthier foram encorajadas pela universidade em que trabalhava o autor deste capítulo, nos anos 50; elas constituem o melhor trabalho sobre o assunto.

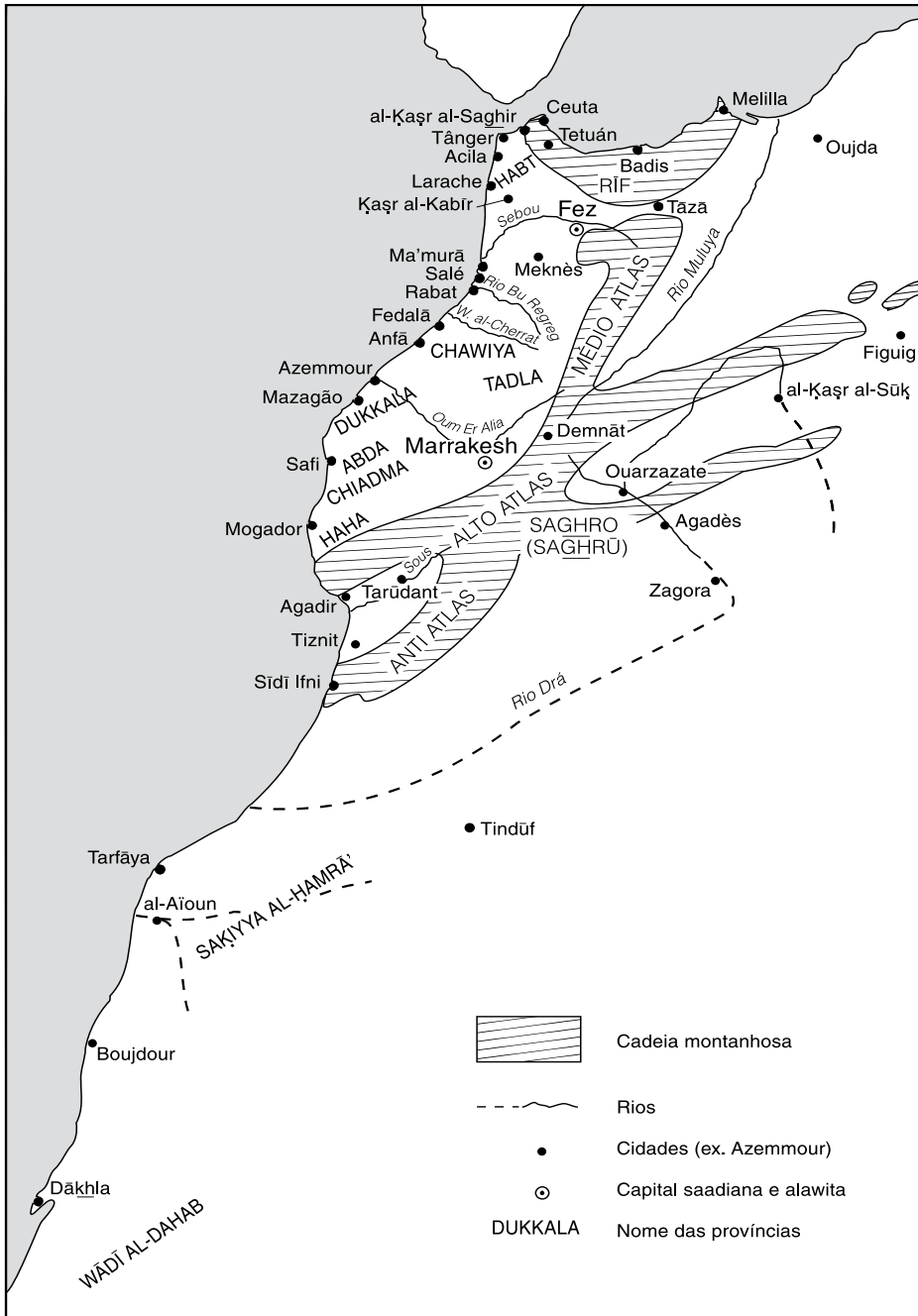



Figura 8.1 O Marrocos no século XVI e XVII (de acordo com M. El Fasi)

Essas vitórias dos *sharif* apontaram-nos como os campeões da *jihad* e Muhammad al-Shaykh como o herói da libertação nacional, assegurando-lhe no país um prestígio considerável. Ele podia desde então retomar a luta contra os wattasides e tentar reconquistar o Norte do Marrocos, governado ainda por eles, de acordo com os termos do Tratado de Tadla.

Muhammad al-Shaykh, após ter expulsado seu irmão e rival Ahmad al-A'radi do Tafilalet, ficou livre para acabar com os wattasides. Ele planejou ocupar Fez, cuja posse lhe asseguraria o poder supremo no Marrocos.

A luta entre a antiga e a nova dinastia durou cerca de dez anos e foi coroada com a entrada de Muhammad al-Shaykh em Fez dia 13 de setembro de 1554. Mas o maior motivo de inquietação desse príncipe era constituído pela ameaça proporcionada a seu país pelos turcos de Argel. Ele pensava, com efeito, que o único perigo corrido pelo Marrocos vinha do poderio otomano, o qual subjugara todos os países árabes do Oriente e do Ocidente, o que os marroquinos, de acordo com seu tradicional apego à independência, não podiam admitir. O sultão decidiu então, para preservar seu país de uma invasão turca, iniciar a expulsão dos otomanos da África. Já em 1550, Tlemcen fora tomada pelos dois filhos mais velhos do sultão saadiano, 'Abdallah e 'Abd al-Rahman, mas a reação turca fora imediata. O paxá de Argel, tendo convocado um grande exército comandado por um convertido, Hasan Corsa (os historiadores chamam os europeus convertidos a serviço do Magreb de renegados), enviou-o para combater as tropas marroquinas, vencendo-as; Tlemcen foi então reocupada pelos turcos em 1552.

Para conseguir pôr em ação seu grande projeto de conquistar a Argélia, Muhammad al-Shaykh procurou aliança com a Espanha. Conversações foram engajadas com o conde de Alcaudete, governador espanhol de Orã, e as duas partes se entenderam para montar uma expedição contra Argel. Dois mil cavaleiros espanhóis pagos pelo sultão seguiriam a operação conduzida pelos marroquinos. Os turcos ficaram sabendo desses preparativos, o que levou Salah Ra'is a pedir à Sublime-Porta dinheiro e reforços para atacar a cidade de Orã, ocupada então pelos espanhóis. Nesse ínterim, Salah Ra'is morreu e foi Hasan Corsa quem comandou o ataque a Orã. Mas os barcos turcos que deveriam sitiar a base espanhola pelo mar foram chamados para combater a frota cristã de Andrea Doria que ameaçava o Bósforo. Assim, o sultão, livre de um rival perigoso, pode empreender a conquista da Argélia. Ele começou sua investida por Tlemcen e conseguiu ocupá-la.

Em 964 da hégira (1557 da era cristã), o sultão Muhammadal-Shaykh foi assassinado por um oficial de sua guarda, pago pelo poder otomano. Esse fim dramático em nada mudou a determinação dos saadianos em continuar a obra

de expurgar do Marrocos toda ocupação estrangeira e de defendê-lo contra qualquer nova intrusão de uma potência estrangeira (ainda que muçulmana, como o império otomano, que estendera seu domínio a todos os países árabes, como indicado anteriormente). Isso quer dizer que o novo califa, Abu Muhammad ‘Abdallah, proclamado sultão sem nenhuma contestação após o assassinato de seu pai, continuou a política traçada por seu predecessor. Ele foi apelidado al-Ghalib Billah (o Vencedor com apoio de Deus).

O novo sultão, mesmo não tendo cumprido sua vingança contra os assassinos de seu pai, considerou que podia voltar-se contra os portugueses e tentar desalojá-los de Mazagão. Ele começou então a reconstituir o exército, adquirir armas mais avançadas e a organizar uma vasta campanha psicológica, ajudado pelos *zawiya* e pelos chefes das confrarias. Notar-se-á, em especial, que Sidi Ahmad u Mussa (que exercia enorme influência no Suz e gozava de renomada santidade nacional) arregimentou todas as *kabila* tanto contra os turcos quanto contra os portugueses. Quando então al-Ghalib Billah se sentiu forte o bastante para atacar Mazagão (chamada então de al-Briza e, mais tarde de al-Djadida), ele se preparou e convocou um grande exército composto de infantaria e cavalaria dotadas de armamento altamente eficiente, compreendendo 24 peças de artilharia, das quais 10 de grosso calibre, dentre as quais o famoso *Maymun* (amuleto da sorte).

Ainda que essa tentativa de libertar Mazagão não tenha sido coroada de sucesso, mostrou aos portugueses que eles teriam de se ver com uma nova potência autêntica. Por sua vez, o sultão, considerando que as ameaças de Portugal no interior do país estavam descartadas, consagrou-se à prosperidade de seu reino, encorajando o comércio com Estados europeus, particularmente com a França. Um documento nos mostra, por exemplo, que um ato de associação entre o Marrocos e mercadores de Ruão, firmado em 1570, permitia a estes estabelecerem relações comerciais com o Marrocos, principalmente com as cidades de Safi, Tarudant e de Marrakesh[3].

No domínio da arquitetura, sabe-se que al-Ghalib Billah foi um dos maiores construtores da dinastia saadiana. Assim, ele mandou construir uma grande mesquita em Marrakesh e restaurou, além disso, a mesquita almóada da atual casbá de Agadir. De uma forma geral, a arte marroquina, herdeira das antigas dinastias, carregou-se de mais ornamentos e ganhou em esplendor.

O reinado de Mulay ‘Abdallah al-Ghalib Billah foi no conjunto calmo e próspero. O sultão morreu tranquilamente em 1574, após dezessete anos de reinado.

3 H. de Castries, 1905-1936, vol. I, p. 303.

Sua sucessão foi mais difícil. Infringindo a lei antiga segundo a qual o direito do homem mais velho da família precede o do primogênito do soberano morto, proclamaram sultão Muhammad, filho de al-Ghalib Billah. Este abriu para o Marrocos uma nova era de tumultos, felizmente bem curta, que acabou com a vitória na batalha dos Três Reis. O novo sultão tomou o título de al-Mutawakkil, mas ele permaneceu conhecido principalmente sob o apelido de al-Maslukha.

Mulay 'Abd al-Malik, o mais velho dos príncipes saadianos e tio de al-Maslukha, achou que cabia a ele a herança do trono. Depois da proclamação ao poder do filho de al-Ghalib Billah em Fez, ele se refugiou em Sidjilmasa, depois em Argel e, finalmente, em Constantinopla. Ele entrou no exército otomano e participou da reconquista de Túnis pelos turcos, provando aí ter grande coragem. Em sua volta a Constantinopla, ele encontrou então o califa em melhores condições para ajudá-lo a reconquistar o reino de seus ancestrais. Nesse sentido, Murad encarregou o *wali* de Argel, el-Hadj 'Ali, de colocar à disposição do saadiano uma pequena tropa armada. Chegando no Marrocos à frente desse exército, Mulay 'Abd al-Malik não encontrou resistência alguma, pois o povo era-lhe completamente a favor. Al-Mutawakkil foi abandonado por seu exército e não lhe restou nada mais senão fugir, deixando Mulay 'Abd al-Malik entrar em Fez, dia 31 de março de 1576, onde foi recebido pela população com um entusiasmo delirante.

Al-Mutawakkil fugiu então para o Sul. Seguido e derrotado pelo sultão no Wadi al-Cherrat entre Rabat e Fedala, ele pôde ainda escapar e conseguiu reocupar Marrakesh. O vice-rei de Fez, Mulay Ahmad, irmão do sultão, foi encarregado de forçá-lo a deixar a cidade e capturá-lo. A primeira dessas ordens foi executada, mas al-Mutawakkil conseguiu mais uma vez fugir. Ele rumou para o Norte e pediu ao governador de Vélez de la Gomera para dar-lhe asilo em sua cidade. O rei Filipe II, consultado sobre a questão, autorizou o governador a acolher o fugitivo se ele fosse acompanhado apenas de uns dez membros de sua família.

Mulay 'Abd al-Malik, uma vez livre, ao menos provisoriamente, do fardo que representava al-Mutawakkil, pôs-se a reorganizar o Estado, a recuperar suas finanças, a reconstituir seu exército e fez de seu irmão, Mulay Ahmad, o califa de Fez.

Para recuperar o tesouro público, que ele encontrara vazio, ele poderia ter recorrido a novos impostos. Mas ele julgou que isso somente empobreceria o país ao invés de enriquecê-lo. Adotou então meios mais eficazes que não onerassem as finanças de seus súditos: ele reforçou a marinha, mandou construir novos navios e restaurar ou renovar os antigos. Numerosas profissões se bene-

ficiaram com isso, e as trocas comerciais com o resto do mundo, notadamente com a Europa, se intensificaram. Essa política foi coroada de sucesso e teve consequências felizes em todas as áreas.

Mas esse sucesso foi igualmente devido à personalidade de Mulay 'Abd al-Malik, pois gozava de uma sólida reputação junto aos Europeus. Com efeito, numerosos são os estrangeiros a elogiá-lo. Notemos, particularmente, o retrato muito lisonjeiro que o escritor e poeta francês Agrippa d'Aubigné traçou desse rei. Ele nos informa, entre outras coisas, que o sultão saadiano "conhecia as línguas espanhola, italiana, armênia e eslava (russo). Ele era também um excelente poeta em árabe[4]".

A batalha dos Três Reis

Portugal forjara para si, no século XVI, um poderoso império comportando vastos territórios na América, na Ásia e na África. No momento em que o sultão saadiano al-Mutawakkil, destronado, se refugiou em Vélez de la Gomera, reinava nesse império o jovem rei Dom Sebastião que sonhava, desde sua mais tenra infância, conquistar o Marrocos e, a partir daí, continuar a conquista de todo o Magreb para, enfim, se dirigir rumo ao Oriente e livrar a tumba do Cristo da dependência muçulmana. Procurando um apoio para reconquistar o trono saadiano, Al-Mutawakki procurou o rei da Espanha, que se recusou a recebê-lo ou conceder-lhe o menor suporte para sua empreitada desesperada. Ele fez então contato com o rei Dom Sebastião. Esperava apenas por essa ocasião, pois, tendo decidido contra a opinião de seus conselheiros iniciar a expedição com a qual sonhava desde sempre, ele encontrou na chegada do dissidente marroquino o argumento decisivo para convencer seus opositores. Quanto à opinião pública portuguesa, trabalhada pela propaganda dos extremistas (especialmente no meio do clero), ela estava entusiasmada e encorajava fortemente a louca expedição preparada pelo jovem rei.

Mulay 'Abd al-Malik, por sua vez, sabendo de todos esses preparativos, tentou desencorajar o jovem rei de Portugal dessa empresa temerária; não que ele duvidasse de suas possibilidades, nem de sua coragem (mesmo porque ele era apoiado por seu povo e particularmente pelo movimento religioso djazulita e por seu chefe, Abu'l-Mahasin Yusuf al-Fasi[5]), mas tentando preservar seu povo

4 T. A. d'Aubigné, reed. 1981/1995.

5 O chefe do djaluzismo shadilita é o décimo primeiro ancestral do autor desse capítulo.

e seu país das agruras da guerra e desejando trabalhar pela manutenção da paz, ele decidiu convencer Dom Sebastião a renunciar à sua expedição. Com essa intenção, ele escreveu-lhe uma carta única na história da diplomacia, tanto pelo conteúdo quanto pelo comovente ar de sinceridade, de sabedoria e de desejo de paz que ela carrega. Os arquivos franceses conservaram a tradução italiana desse documento, publicada pelo conde Henry de Castries em suas *Sources inédites de l'histoire du Maroc* (*Fontes inéditas da história do Marrocos*). Eis o essencial:

> "O que vós vos aprontais a fazer, ou seja, a vir-me fazer a guerra em meu país, é uma injustiça e uma agressão sem razão, porque eu não vos quero mal algum, nem o penso de vós e não empreendi contra vós nenhuma má ação. Então como vós vos permitis de me privar de meu direito e de o dar a um outro em troca de promessas ilusórias que ele é incapaz de cumprir enquanto eu estiver vivo? Vós vindes para me expulsar de meu reino, ainda que vós não podeis, com todo o que possuís e que se encontra em vossos Estados, realizar esse desejo. E não credes que é a covardia a me ditar essas palavras. Sabei que, ao contrário, se vós passais além dessas recomendações, vós vos exporeis a uma destruição inequívoca. Estou outrossim disposto a me entender convosco, face a face, no lugar que designareis. Faço tudo isso no desejo de vos preservar dessa destruição. Acrescento que aceitarei me apresentar convosco diante de vosso tribunal, o qual não tira nada de ninguém para dá-lo a outro de maneira ilegal e injusta. E aceito antecipadamente o julgamento desse tribunal [...] Deus é minha testemunha em tudo o que digo! E sabei que estou informado que entre seus convivas há nobre que vos dão conselhos que vos levarão à derrota[6]".

Essa carta, testemunha do alto sentimento de responsabilidade e do profundo amor pela paz do sultão Mulay 'Abd al-Malik, revela também seu senso diplomático, pois, ao colocar Dom Sebastião diante de sua responsabilidade, fazia saber ao mesmo tempo por essa advertência que o verdadeiro agressor e criador de distúrbios na região mediterrânea era exatamente o jovem rei de Portugal. Mesmo assim, Dom Sebastião continuou seus preparativos de guerra.

Um outro exemplo do conhecimento tido por Mulay 'Abd al-Malik da psicologia e do caráter de Dom Sebastião aparece no que relatam os historiadores marroquinos. Sabendo, dizem eles, que o rei de Portugal se considerava o perfeito exemplo da cavalaria, da coragem e da intrepidez, imbuído dos mais nobres sentimentos, Mulay 'Abd al-Malik escreveu-lhe o que segue, quando soube do desembarque português em Arzila:

6 H. de Castries, 1905-1936, p. 383-387.

"Não é uma marca de cavalaria nem de nobreza de alma lançar-se contra pessoas desarmadas a viver pacificamente em seu vilarejo, sem esperar que seus rivais cheguem para ter consigo. Se então és um verdadeiro cristão, espera aí onde estás até que eu te dê nas vistas".

Quando Dom Sebastião recebeu essa carta, os membros de seu conselho, particularmente Muhammad al-Masluk, aconselharam-no a não esperar, pois, segundo eles, era uma armadilha; era preciso ao contrário apressar-se em atacar para ocupar, primeiramente, Larache (al-Arish) e, em seguida, Alcácer-Quibir. Mas seu alto senso de honra impediu Dom Sebastião de expor sua reputação a uma desonra infame. Ele decidiu então não sair de Arzila, onde ficou durante dezenove dias, até a véspera da batalha.

Não há vestígios dessa correspondência nos documentos europeus[7]. Em contrapartida, acredita-se que o rei Dom Sebastião hesitasse entre o itinerário marítimo para atacar a cidade de Larache e a rota terrestre. Um conselho de guerra foi convocado em Arzila para estudar as duas possibilidades. A maioria dos membros desse conselho, encabeçada por al-Maslukha, inclinavam-se para o caminho marítimo. Mas o rei preferia o caminho terrestre, escolha que lhe permitia provar sua bravura e perícias guerreiras. Foi sua opinião que prevaleceu.

As tropas saadianas partidas de Marrakesh rumo ao Norte viram suas fileiras aumentarem sem parar de numerosos voluntários. Além disso, o sultão ordenara a seu irmão, o califa de Fez, a adiantar-se a ele rumo a Alcácer-Quibir com os contingentes de Fez e de sua região, notadamente com o corpo de elite dos jovens arqueiros da capital (os *rima*), e de aí se unir aos adeptos locais da *zawiya* djazuli.

Mulay 'Abd al-Malik escolhera, com efeito, Alcácer-Quibir para estabelecer seu posto de comando porque essa cidade era próxima às posses portuguesas a partir das quais o rei de Portugal lançaria seu ataque. Além do mais, era o centro do movimento djazulita dirigido por Abu 'l-Mahasin Yusuf al-Fasi, habitante local e possuidor de uma *zawiya*[8].

Quando o exército saadiano chegou, ele encontrou Mulay Ahmad e o corpo de elite dos jovens arqueiros de Fez. Mulay 'Abd al-Malik encarregou-os, após a travessia de Dom Sebastião sobre o Wadi al-Makhazin (nome dado a essa batalha decisiva), de destruir-lhe a ponte para impedir os portugueses, uma vez

7 Os comentários acompanhados por ele devem-se unicamente a historiadores marroquinos.

8 Para tudo o que diz respeito a esse grande homem, ver: *Kitab al-Istiksa*, de A. al-Nasiri, em H. de Castries, 1905-1936, vol. V, p. 131, 134, 135 e 138; E. Lévy-Provençal, 1922, p. 240-247; J. Berque, 1982, p. 137-145.

FIGURA 8.2 As etapas do caminho de Dom Sebastião rumo ao campo de batalha dos Três Reis em Wadi al-Makhazin, de 30 de julho a 4 de agosto de 1578 (de acordo com M. El Fasi)

vencidos, de conseguir um caminho para o mar, ordem que foi executada na noite de 3 para 4 de agosto de 1578.

No dia seguinte ocorreu a batalha, dita dos Três Reis, devendo ela ser considerada uma das mais importantes da história da humanidade e, mais particularmente, da história do Marrocos e do Islã. Essa batalha traz, entre os historiadores árabes o nome de Wadi al-Makhazin e, entre os historiadores espanhóis e portugueses, o de batalha de Alcácer-Quibir.

O dia da batalha

Após minuciosos preparativos que terminaram na criação de um dos maiores exércitos dessa época e, tendo sua base instalada em Tânger, o rei Dom Sebastião se dirigiu para Alcácer-Quibir, centro do estado-maior de Mulay 'Abd al-Malik.

Na manhã de segunda-feira no fim do mês de *djumada* II do ano 986 da hégira, correspondente ao 4 de agosto de 1578, os dois lados se prepararam para a batalha. Foi um dia histórico, o ponto culminante de longos séculos de lutas entre muçulmanos e cristãos. Iniciados na Espanha, os combates tinham se estendido ao Marrocos. Foi também o dia para o qual Dom Sebastião se preparara desde sua infância e marcava, a seu ver, o início da conquista do mundo. Mas para os muçulmanos, foi o dia em que milhares de mártires caíram defendendo sua causa justa.

As forças dos dois lados se prepararam para atacar, cada uma usando sua própria tática. O exército cristão estava disposto no campo de batalha em quadrado, um corpo de legionários formando a linha de frente. As tropas alemãs mantinham o flanco direito, os espanhóis e os italianos, o flanco esquerdo. A cavalaria, menos numerosa que a infantaria, se desdobrava ao longo de cada ala. Um pequeno corpo de partidários de Muhammad, o Pelado, (composto por 300 a 600 homens, de acordo com as fontes) vinha reforçar esse exército.

Quanto ao exército marroquino, ele se desdobrava em formação de crescente, do centro do qual o rei Mulay 'Abd al-Malik, de uma liteira, dirigia o combate. Com efeito, se a doença que ele contraíra em Marrakesh imobilizara seu corpo, sua mente continuava sã e ativa. Às margens desse crescente encontravam-se os cavaleiros, sendo seu centro ocupado pela infantaria e a artilharia.

Após a oração da aurora, os mercenários se lançaram contra o flanco esquerdo dos muçulmanos, pegando-os totalmente de surpresa. O sultão 'Abd al-Malik, vendo acelerar a debandada de suas tropas, levantou de sua liteira e, sacando sua espada, chegou a abrir caminho diante de si. Sua ação deu um novo impulso de coragem a seus soldados. Infelizmente, ele sucumbiu a esse esforço, mas, antes

de entregar a alma, como a batalha estava apenas começando, ele ordenou a seus servos para ocultarem sua morte.

Enquanto a batalha se incendiava e muitos homens caíam dos dois lados, os muçulmanos continuavam avançando enquanto os cristãos cediam terreno, tanto que acabaram por fugir pelos campos rumo à ponte que encontraram destruída. Eles se lançaram então no rio para atravessá-lo, mas foram levados pela correnteza e pereceram afogados.

Contudo, Dom Sebastião resistia, provando enormemente sua coragem. Mas isso não o salvou. Ele sucumbiu, com efeito, no campo de batalha, em meio a milhares de seus soldados e de seus servos devotos. Muhammad, o Pelado, tentou escapar, se jogou no rio onde se afogou. Seu corpo foi pescado e levado para Ahmad al-Mansur, proclamado rei após a vitória (da qual tirou precisamente seu nome: al-Mansur, o Vitorioso).

O número de mortos nos dois lados continua desconhecido. É possível, contudo, pensar que o número de muçulmanos no campo de honra chegou a vários milhares. No campo dos portugueses e de seus aliados, quase nenhum escapou, porque os que não se afogaram nem morreram em combate foram feitos prisioneiros. Os relatos tradicionais apontam que o número de prisioneiros cristãos bate na casa dos 14.000.

Enquanto negociações eram feitas pela troca do corpo de Dom Sebastião por um resgate, ele foi levado para Fez. Mas al-Mansur estava orgulhoso demais para aceitar uma troca de qualquer espécie, ainda mais depois dos resgates recebidos pelos prisioneiros, especialmente nobres, trouxeram-lhe somas que, de acordo com certos historiadores, estão na origem de seu apelido al-Dhahabi (o Dourado). A quantidade de ouro paga pelos portugueses foi, com efeito, maior do que a trazida pela conquista do Sudão. Al-Mansur, seguindo sua convicção, decidiu então, no decorrer das negociações, informar ao rei da Espanha Filipe II que estava pronto para devolver o corpo do rei sem mais delongas.

As consequências da batalha dos Três Reis

Essa batalha decisiva teve consequências consideráveis que marcaram durante longos séculos, de um lado, o Islã e o Marrocos e, de outro, a Europa e Portugal. A vitória deu aos saadianos um novo fôlego de juventude e trouxe ao Marrocos paz e prosperidade nas áreas econômicas e culturais. Além disso, graças aos resgates pagos em troca dos milhares de prisioneiros portugueses, a dinastia saadiana tornou-se muito rica e sua reputação se estendeu pelo mundo inteiro.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, um caso particular merece nossa atenção. A indústria açucareira, após um momento de estagnação (visto que o Marrocos era seu principal exportador mundial), obteve um impulso considerável.

O mesmo ocorreu em todas as áreas, tanto industriais como artísticas. A arquitetura[9] em particular, sob o impulso dos saadianos e da burguesia enriquecida, se aperfeiçoou para atingir um grau de refinamento notável, como mostram as obras-primas ainda existentes, particularmente em Marrakesh. Mas, com sua estabilidade reencontrada e aquecidos por um poderoso sentimento de orgulho, os marroquinos estimularam a emergência de numerosos talentos artísticos, poéticos e literários, manifestados notadamente nas obras de 'Abd al-'Aziz e al-Fishtali de al-Makkari ibn al-Kadi.

As repercussões da batalha dos Três Reis não foram menores no plano da política internacional. Decorreu dela um enfraquecimento considerável da influência portuguesa no caso do mundo muçulmano e, mais particularmente, no caso dos "países do Golfo". O que quer que seja, essa batalha suspendeu todo perigo vindo das cruzadas rumo aos países do Oriente. Ela foi, com efeito, a última do seu tipo e nitidamente cessou toda veleidade dos simpatizantes da ideia de cruzada. Ela também teve por efeito o reforço do poder do Império Otomano e é com justiça que os europeus consideram essa vitória marroquina como a vitória de todos os muçulmanos, precisamente pelo fato de ela ter simbolizado a solidariedade muçulmana.

Inversamente, ela teve por consequência conduzir os otomanos a renunciar a qualquer ideia de conquistar o Marrocos, permanecendo este o único território árabe não submetido à influência dos turcos. Isso permitiu à língua árabe guardar, nesse país, sua clareza e sua autenticidade e continuar aí a desempenhar o seu papel durante longos séculos. O estilo da literatura epistolar e dos decretos emanando dos secretariados reais permaneceu puro de toda influência estrangeira. E foi assim que os textos escritos na época saadiana e alawita (e até o reinado de Mulay Hassan I) parecem tê-lo sido na época gloriosa dos omeyades na Espanha e dos almorávidas, dos almóadas e dos merínidas no Marrocos.

Se nos estendemos sobre essa batalha dos Três Reis, foi por causa de sua importância em si e para o Marrocos. O professor Lévi-Provençal não se enganou ao observar o que segue:

9 A arquitetura ficou estagnada durante um certo tempo em consequência do enfraquecimento da dinastia wattaside.

Figura 8.3 Forma de pão de açúcar descoberta em 1960 quando das buscas na açucareira de Chichawa. © Ministério da Cultura, Marrocos

"Não é preciso censurar os historiadores marroquinos por se estenderem longamente sobre essa célebre batalha e por lhe darem a extrema importância que ela merece realmente [...] Tem-se a prova hoje em dia de que, mais ainda do que a conquista do Sudão, a recompra da nobreza portuguesa feita prisioneira no decorrer dessa batalha valeu ao sultão Ahmad al-Mansul uma riqueza extrema (daí seu apelido, al-Dhahabi, o Dourado). Todas as potências européias sem dinheiro tentaram negociar empréstimos com o Marrocos. O império dos chorfa até mesmo praticou uma política de aliança e por pouco não conseguiu, principalmente se 'Abd al-malik não tivesse morrido, que ele fosse parar, assim como o Império Otomano, no mesmo caminho que os europeus"[10].

10 E. Lévy-Provençal, 1922, p. 107, nota 1.

A expansão dos saadianos no século XVI

O reinado de al-Mansur durou um quarto de século, durante o qual o sultão voltou-se à consolidação do poder saadiano, ao desenvolvimento de seu reino em todas as áreas e ao estabelecimento de relações econômicas com os principais Estados da época.

Depois da vitória de Wadi al-Makhazin, ele se consagrou à libertação das cidades que ainda estavam nas mãos de europeus: Arzila, Tânger, Ceuta e Mazagão. Ele conseguiu remover os ocupantes de Arzila em 1589. Tânger só seria libertada no século seguinte pelo sultão alawita Mulay Ismael, e Mazagão (al-Djadida) por seu neto Muhammad III. Quanto a Ceuta, ela passou ao poder do rei da Espanha, Filipe II, pois este herdara o reino de Portugal. Até hoje depende da Espanha, da mesma forma que Melilla e três outros *presídios*.

Esse sucesso perfeito de al-Mansur incitou-o a intervir além das fronteiras do Marrocos para restabelecer a situação que prevalia desde o tempo do almorávidas e realizar a unidade do Islã. Na realidade era um pretexto e a verdadeira motivação dessa campanha era o desejo de expansão que habitava e sempre habita todas as grandes potências. É por isso que não se devem julgar os eventos históricos de acordo com nossas concepções e ideais atuais. É preciso se lembrar que a história – de Alexandre, o Grande, a Napoleão, como antes e depois deles – possui um grande número de conquistadores.

Mas no caso dessa expedição rumo ao Sudão, al-Mansur foi desaprovado pela opinião marroquina, o que foi extraordinário para essa época, exaltando assim a honra do Marrocos. Com efeito, antes de empreender essa campanha, ele reunira um conselho de guerra ao qual ele expôs seu projeto. "Quase todos, diz H. Terrasse em seu *História do Marrocos*, desaprovaram a empreitada como tendo riscos demais e principalmente porque se tratava de fazer a guerra contra os muçulmanos[11]." Essa foi também a opinião dos '*ulama*', os verdadeiros representantes do povo. E é isso que conta na apreciação desse acontecimento histórico.

Mas al-Mansur passou por cima de todos esses conselhos e decidiu por si só pela expedição do Sudão, como a chamam os historiadores marroquinos. Não nos parece útil descrevê-la detalhadamente: todas as obras tratando da História do Marrocos, tanto em árabe quando em línguas européias, se estendem sobre esse acontecimento[12], mas devemos evocar seus fatos mais relevantes.

---

11 H. Terrasse, 1949-1950, vol. II, p. 203.

12 *Ibid*., p. 202-205; A. al-Nasiri, 1954-1956; H. de Castries, 1905-1936, vol. V, p. 195-198 e 209-218; Cossac de Chavrebière, 1931, p. 330-334. Ver também capítulo 11.

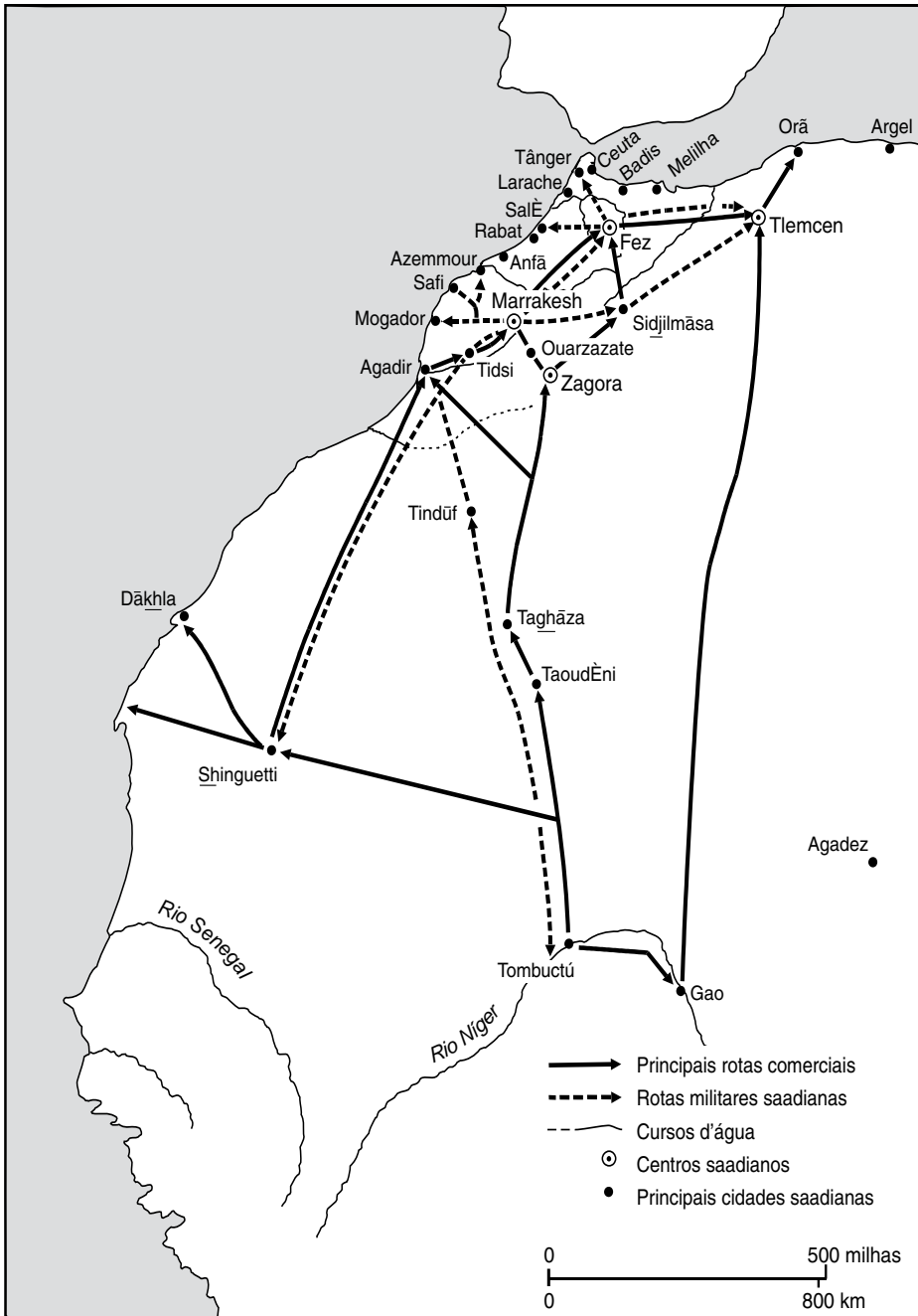



Figura 8.4 O império de Ahmad al-Mansur (1578 a 1603) (de acordo com M. El Fasi)

Al-Mansur morreu em 1603, após ter feito do Marrocos um Estado próspero, unificado e invejado. Um período de instabilidade marcou então o país, pois, como acontece frequentemente após o desaparecimento de um dirigente, seus sucessores brigam pelo poder e se lançam em intermináveis lutas internas. No caso de al-Mansur, foram seus filhos e netos que ensanguentaram o Marrocos durante meio século. Essa situação engendrou a aparição de vários pretendentes ao poder além dos membros da família saadiana.

Em todas as regiões do país, membros de confrarias religiosas se manifestaram em nome do patriotismo para restabelecer a paz e combater os portugueses e espanhóis, pois estes se aproveitaram da fraqueza dos últimos saadianos para ocupar as costas do Marrocos.

O mais célebre e sincero desses chefes da guerra contra os primeiros colonizadores dos tempos modernos era incontestavelmente Abu 'Abdallah Muhammad al-Ayyashi, de Salé. Chefe guerreiro amado por alguns e temido por outros, ele conseguiu por um tempo pacificar as áreas colocadas sob sua autoridade, particularmente a cidade de Fez. Apesar de todos os seus sucessos, ele nunca pretendeu o poder supremo por ser um verdadeiro santo. Ele foi assassinado sob a ordem de seus inimigos, os moriscas de Rabat, em 1051 da hégira (1641 da era cristã).

Em 1046 (1636/1637), pela única vez no Atlas Médio, o neto de um *shaykh*, cuja ciência e santidade eram unanimemente reconhecidas, se revoltou e se declarou sultão de todo o Marrocos. Esse pretendente se chamava Muhammad ibn M'hammad ibn Abu Bakr al-Dalal. Seu avô fundara uma *zawiya* no Atlas Médio cuja localização continua incerta atualmente após sua destruição pelo segundo rei alawita, al-Rashid ibn al-Sharif. Ela se tornara um centro de estudos islâmicos quase tão prestigiado quanto a Universidade de Karawiyyin de Fez. Várias sumidades na área das ciências islâmicas do século XI da hégira (século XVII da era cristã) passaram pela *zawiya* de Dila.

O filho de Abu Bakr Muhammad seguiu os passos de seu pai e continuou a gerir os negócios espirituais e intelectuais da *zawiya* que ganhou ainda mais amplitude. Quando morreu, seu filho o substituiu.

Após a morte de al-Mansur em 1012 (1603), dez de seus descendentes brigaram pelo poder durante um pouco mais de meio século. Durante esse período, dois reis puderam reinar por mais de vinte anos entrecortados por vitórias de seus irmãos ou primos que tomaram o poder e o perderam em seguida, sem falar dos pretendentes dentre os chefes de *zawiya* e outros aventureiros. Outros rebeldes, pretendentes ao trono, dificultaram a vida dos saadianos no Norte e no Sul do país. Na região de Tânger, al-Khadr Ghaylan, um discípulo de Muhammad

al-Ayyashi, pretendeu continuar as lutas contra os portugueses empreendidas pelo grande defensor do Islã. O mais notável desses acontecimentos é que todos os pretendentes ao trono do Marrocos se apresentavam como os salvadores da unidade do país e defensores da estabilidade do poder.

Os gânatas eram uma facção dos a'rab (nômades árabes) que foram expulsos do Cairo pelos fatímidas e invadiram o Magreb em ondas sucessivas, destruindo tudo o que encontravam em seu caminho, casas, florestas e qualquer traço de civilização. No século VI da hégira (século XII da era cristã), eles foram introduzidos no Marrocos pelo almóada Ya'kub al-Mansur. Os almóadas, os merínidas e os saadianos serviram-se deles como mercenários em suas guerras internas ou fora do Marrocos. Instalaram-se, por fim, nas planícies férteis da costa atlântica, expulsando seus habitantes rumo às montanhas do Atlas Médio, e foi na verdade a eles que se deveu a arabização do Marrocos.

Em 1069 (1658/1659), sob o reinado de Abu al-'Abbas Ahmad ibn Muhammad al-Shaikh ibn Zaydan, um alcaide dos shbanatas, chamado 'Abd al-Karim in Abu Bakr al-Shbani e conhecido sob o nome de Karrum al-Hadjdj, levantou--se em Marrakesh contra o sultão Ahmad, conhecido sob o nome de Mulay al-Abbas (entretanto sua mãe era uma shbanata). Ela o aconselhou a ir até seus tios maternos para tentar uni-los à sua causa. O sultão foi capturado pelo alcaide e morto por ele. Em seguida, esse último declarou-se sultão e ocupou o palácio real de Marrakesh. Seu reinado durou cerca de dez anos, marcados pelo abuso tributário, injustiças e crueldade. A miséria se estabeleceu, principalmente no Sul do país. Exasperados por essas agruras que tomaram o país, até seus partidários e fiéis quiseram se livrar desse tirano. Um deles o surpreendeu em seu palácio e o matou imediatamente com um golpe de lança. Seu filho Abu Bakr ibn Abd al-Karim tomou seu lugar e reinou por um tempo até sua morte, ocorrida quarenta dias antes da chegada do sultão alawita Mulay al-Rashid em Marrakesh.

Os primeiros sultões da dinastia alawita

Todos os pretendentes ao trono e à unificação do Marrocos que ensanguentaram o país após a morte de al-Mansur fracassaram em suas tentativas. A honra de estabelecer um poder forte, duradouro e são devia caber à dinastia xerifiana dos alawitas que, há três séculos e meio, reina no Marrocos. Essa longevidade é devida aos princípios políticos que os sultões alawitas sempre aplicaram: a princípio, o apego profundo à integridade do país; em seguida, a fidelidade a todos os

nobres ideais da civilização muçulmana; enfim, o interesse no desenvolvimento da educação em todos os níveis.

Vê-se por aí que, ao contrário das motivações na base da constituição de todas as dinastias anteriores, exceto pelos merínidas, os alawitas não apareceram como os defensores de uma missão religiosa. Seu objetivo era unicamente político: unificar o país, estabelecer um poder estável e forte, assim como generalizar o ensino.

Mas, antes, quem são esses alawitas? Trata-se de uma família cuja genealogia com o Profeta é estabelecida de maneira científica pelos grandes eruditos do Marrocos: al-Arabi al-Fasi, seu sobrinho, o *shaykh* al-Islam, 'Abd al-Kadir, al-Imam al-Yusi e outros citados pelo autor do *Kitab al-Istiksa*[13].

Os descendentes da família formaram uma aristocracia religiosa que adquiriu um grande prestígio junto a todos os habitantes da região de Tafilalet. O bisneto de al-Hasan, Mulay 'Ali al-Sharif, tornou-se muito célebre. Ele teve nove filhos, dentre os quais Mulay al-Sharif, que viveu toda sua vida em Tafilalet e cuja reputação se estendia por todo o Sul marroquino. A instabilidade reinante no Marrocos incitou os filali a proclamá-lo sultão. Nesse momento, como nós já vimos, o Marrocos estava dividido entre os dilawiyya do Atlas Médio, ocupando Fez, Ibn Hassun, reinando em Suz e no Alto Atlas, al-Khadr Ghaylan, devastando o Noroeste, e outros aventureiros aproveitando-se dessa instabilidade para pilhar as cidades e vilas sem vergonha.

Na própria região de Tafilalet, uma família ocupava uma fortaleza, Tabussant, e se opunha aos chefes alawitas. Uns eram apoiados pelos dilawiyya e os outros por Abu Hassun. Houve combates entre as duas partes. Mulay al-Sharif foi capturado e preso por Abu Hassun. Ele foi libertado por seu filho, Mulay M'hammad. Seu pai abdicou em seu favor e ele foi sagrado rei do Marrocos em 1050 (1640). Assim começava a dinastia alawita. A palavra alawita[14] vem do nome de Mulay 'Ali al-Sharif de Marrakesh, o ancestral da linhagem. Essa dinastia, também chamada Hasani ou Filali, ou seja, proveniente de Tafilalet, a antiga Sidjilmasa.

Mulay M'hammad não foi reconhecido por seu irmão, Mulay Rashid, e deixou Tafilalet. Ele começou a errar pelas cidades e pelos *kabila* do Sul e do Norte. Ele foi pelo vale do Todgha, em Demnat, para a *zawiya* de Dila e em Fez.

Quanto a seu irmão, ele reuniu um exército e se dirigiu para Dara, ocupada por Abu Hassun. Travou várias batalhas contra este e o expulsou dessa região. Dirigiu-se então rumo à *zawiya* de Dila e travou uma batalha contra os Dila-

13 A. al-Nasiri, 1954-1956, vol. VII, p. 3-4.

14 De uma forma geral, a palavra alawita é usada para designar todos os descendentes de Ali, primo e genro do Profeta. Mas os alawitas da Síria nada têm a ver com o califa Ali.

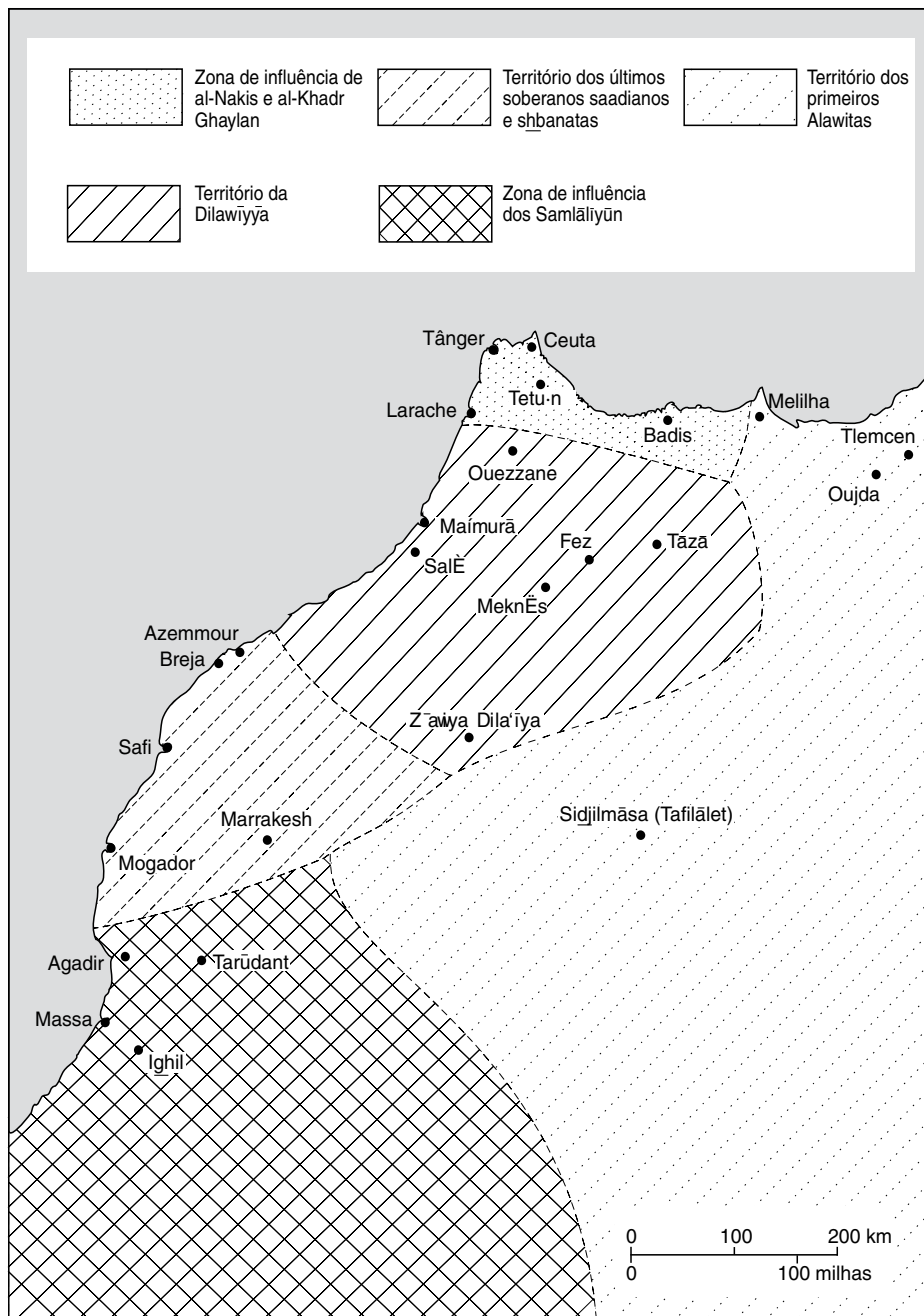



Figura 8.5 Os principados do Marrocos Setentrional no início do século XVII (de acordo com M. El Fasi).

wiyya, mas foi vencido. Decidiu atacar Fez e conseguiu por fim ocupá-la em 1060 (1650). Mas ele teve de deixá-la ao fim de quarenta dias para não expor seus soldados a uma derrota certa. Não conseguindo mais se instalar em Fez, ele rumou para o Marrocos Oriental. Ocupou a cidade de Uída e avançou até Tlemcen. Toda a região do Oeste argelino foi atacada por suas tropas.

Com um acordo concluído entre Mulay M'hammad e os turcos que governavam a Argélia, Mulay Rashid retornou a Ouidah. Continuando seu projeto de subir ao trono do Marrocos, que acabava de ser estabelecido por sua família, ele veio se instalar em Taza.

Mulay Rashid, além da reputação adquirida, teve então à sua disposição os meios em dinheiro e homens para levar a cabo seu projeto de sempre. Ele prometeu a seus companheiros, uma vez no trono do Marrocos, recompensá-los com a instituição de uma festa simbólica que consistiria em escolher um estudante da Universidade de Karawiyyin e sagrá-lo sultão dos *tolba* (rei dos estudantes) durante quinze dias no decorrer dos quais festividades seriam organizadas à beira do Wadi Faz pelos estudantes[15]. Tendo conquistado toda a região de Taza, proclamou-se sultão. Seu irmão Mulay M'hammad, ao tomar conhecimento de tal fato, veio encontrá-lo para pôr um termo a suas empreitadas. Uma batalha foi travada entre eles, mas não durou muito, pois Mulay M'Hammad fora atingido por uma bala mortal já no início do encontro. Mulay Rashid o lamentou, mas é preciso reconhecer que a morte de seu irmão arranjou seus negócios. Era 1075 (1664). A conquista do Marrocos podia começar.

Mulay Rashid ocupou primeiro Taza. Ele foi em seguida para Tafilalet, berço da família, onde um filho de seu defunto irmão se manifestou contra, ele entrou vitoriosamente em Fez em 1076 (1666). Pela tomada dessa capital, sem cuja possessão nenhum poder se manteria no Marrocos, a dinastia alawita foi definitivamente estabelecida.

Mulay Rashid cuidou em primeiro lugar da organização e da administração. Ele distribuiu dinheiro aos *ulama* e fez deles seus conselheiros particulares. Ele nomeou como *kadi* da capital o sábio Hamdun al-Mazwar. Todas essas ações valeram-lhe a filiação dos Fasi, conhecidos por sua repugnância em aceitar um estranho sem tê-lo previamente considerado digno de sua confiança.

15 Essa tradição estudantil durou até a época moderna, quando caiu no esquecimento. Eu a restabeleci no início da independência quando eu era ministro da educação nacional e reitor das universidades marroquinas. Em seguida, ela voltou a ser esquecida.

Ele passou os dois anos seguintes pacificando todo o Norte do Marrocos e, no fim do ano de 1078 (1668), ele se preparou para submeter a *zawiya* de Dila, o único poder, ainda que enfraquecido, na região do Atlas Médio. Ao chegar na planície do Fazaz, o exército de al-Rashid encontrou as tropas de Muhammad al-Hadjdj al Dila'i, impondo-lhes uma derrota sem precedentes em sua história. Mulay Rashid entrou na *zawiya* com suas tropas, tratou seus ocupantes com humanidade e não derramou uma só gota de sangue. Ele ordenou que transferissem o velho Dila'i para Fez para que lá ele morasse com todos os membros de sua família. Isso aconteceu no primeiro mês do ano de 1079 (1668).

Após essa vitória, restou apenas a Mulay Rashid sujeitar os últimos bastiões de insubmissão no Sul do Marrocos. No mês de *safar* de 1079 (julho de 1668), ele decidiu libertar Marrakesh dos shbanatas. Conseguiu ocupar a cidade, capturou Abu Bakr ibn Karrum al-Hadjdj al-Shabani, bem como outros membros de sua família e mandou matá-los.

O último poder local que permaneceria no Suz era o dos samlaliyun. O fundador desse principado morrera em 1070 (1659), fora substituído por seu filho Muhammad. Em 1081 (1670), Mulay Rashid atacou a cidade de Tarudant, ocupou-a e rumou para a fortaleza de Ighil, capital dos samlaliyun. Ele capturou e matou os membros dessa família de marabutos bem como seus mais fervorosos partidários. Com essa vitória, todo o Marrocos estava purificado e o poder alawita definitivamente estabelecido.

Um ano e meio mais tarde, em 1082 (1671), Mulay Rashid encontrou a morte num acidente de cavalo. A história por nós traçada dos últimos saadianos até o início da dinastia alawita é, sobretudo baseada em acontecimentos, porque os transtornos reinantes então, a insegurança e a instabilidade do poder não permitiam às artes e letras se manifestarem. Foi apenas com Mulay Rashid que o Marrocos reatou com suas tradições culturais e se lançou em novas realizações sociais e econômicas. Mulay Rashid estimava muito os sábios e os homens de letras. Ele mesmo estudara na Universidade de Karawiyyin.

Ele mandou construir a maior *madrasa* (escola corânica primária e secundária) de Fez, modestamente chamada de Madrasa Cherratin[16], nome da rua em que ela foi construída. Ele mandou construir outra em Marrakesh. Dentre suas obras monumentais, nota-se a construção da ponte sobre o Wadi Sebu a quinze quilômetros a Leste de Fez.

16 Quando eu era reitor da Universidade de Karawiyyin, eu oficialmente a rebatizei como al-Madrasa al-Rashidiyya.

Do ponto de vista econômico, ele emprestou aos comerciantes somas consideráveis para encorajar suas atividades e, assim, estimular a prosperidade de toda a população. Ele conseguiu fazer uma reforma monetária que consistia em reduzir o valor da muzuna de 48 para 24 fels. A forma das moedas de bronze cunhadas em sua época foi modificada, tornadas redondas. Dentre suas obras sociais, é preciso assinalar seu interesse pela questão da água, principalmente nas regiões desérticas; ele mandou assim cavar numerosos poços nos desertos do Marrocos Oriental, particularmente em Dara, por onde passavam as caravanas comerciais e aquelas dos peregrinos que rumavam para Meca.

De uma forma geral, os historiadores são unânimes em declarar que o reinado de Mulay Rashid foi marcado por um impulso notável em todas as áreas, por um longo período de paz e por uma prosperidade apreciável após longos anos de distúrbios e de miséria pelos quais passara o país.

O reinado de Mulay Ismael

A história de Mulay Ismael é marcada por fatos eminentes. Esse soberano concluiu, de fato, a obra começada por seus dois irmãos que consistia em unificar o Marrocos colocando-o sob domínio de um único trono, como no tempo de seu poder e grandeza passados. Foi igualmente ele quem firmou as bases do Estado fundado por seus dois irmãos e lançou as premissas do Estado marroquino que salvaguardou até o presente o patrimônio do Marrocos. Enfim, foi ele quem cuidou para a lei muçulmana ser ensinada em todas as terras do Marrocos, a fim de assegurar tanto a unidade política quanto religiosa do país.

Ele tinha enorme interesse nas questões relativas à religião muçulmana e seu proselitismo dirigia-se também aos reis da Europa tais como Luís XIV e James II da Inglaterra, aos quais ele escrevia, convidando-os a abraçar o Islã. Ele observava estritamente os preceitos da lei muçulmana e levava uma vida austera, não tendo em toda sua vida tomado bebidas inebriantes. Alguns historiadores chegam a descrevê-lo como cruel, violento, despótico, e podendo enfurecer-se sem outro pretexto a não ser o prazer de ver derramar sangue – acusações falsas, pois foram baseadas na imagem contra ele forjada pelos cativos europeus. Com efeito, cada um desses prisioneiros, depois de liberto e de volta à sua pátria, punha-se a relatar, com exagero, as provas que suportara, o que difundiu no imaginário dos europeus a ideia da violência e da crueldade de Mulay Ismael.

Além disso, os embaixadores do Sultão eram enviados às capitais européias: Ibn Haddu em Londres e al-Hadjdj Muhammad Tamim sucessivamente a

Figura 8.6 O sultão Mulay Ismael. [Mausoléu Muhammad V, Rabat. Com a amável autorização do Curador].

Paris e a Versalhes. Reciprocamente, delegações enviadas pelos Estados europeus vinham solicitar sua amizade. Ele mantinha relações pessoais com os reis da Inglaterra e da França e intervinha nos negócios desses dois Estados, onde ele tinha informantes, permitindo-lhe estar sempre a par do que acontecia lá. Ele era perspicaz em política. Dizia ele: "O rei da Espanha é uma criança que deixa ao Céu a responsabilidade de governar seu país; o da Inglaterra não é livre em seus atos; o da Áustria tem necessariamente a necessidade de satisfazer os grandes eleitores. Só o rei da França governa de verdade", referindo-se a Luís XIV, realmente um dos maiores monarcas da Europa daquela época. Assim era o monarca que subiu ao trono no Marrocos após a morte de seu irmão Rashid. Sua sagração ocorreu na quarta-feira do dia 16 *dhu 'l-Hidjdj* 1082 (16 de abril de 1672).

Os notáveis das cidades e das *kabila* vieram prestar-lhe um juramento de fidelidade, exceto aqueles de Marrakesh. Com efeito, seu sobrinho, Ahmad ibn Muhriz, ao ficar sabendo da morte de seu tio Mulay Rashid viera precipitadamente para essa cidade e fizera seus habitantes proclamarem-no sultão. Obteve o apoio de um grande número de partidários, principalmente dentre as pessoas do Suz. Mulay Ismael não teve então outra saída senão avisar sobre o perigo antes que ele se agravasse. Poucos dias após sua sagração, ele marchou contra seu sobrinho e combateu a ele e aos *kabila* de Hauz que tinham se unido contra ele. Ele os venceu, entrou em Marrakesh e perdoou os habitantes por sua falta de diligência em prestar-lhe um juramento de fidelidade, desculpando-os pela rebelião de seu sobrinho. Este último fugiu após sua derrota, mas recomeçara a conspirar, incitando os habitantes de Fez a se revoltarem e a proclamá-lo sultão, o que ele conseguiu obter.

Ao tomar conhecimento dessa agitação, Mulay Ismael decidiu ocupar-se primeiramente de seu sobrinho. Marchou contra ele, obrigando-o a fugir pela segunda vez, para o Saara. Depois ele rumou para Fez, sitiando-a até sua submissão, mas em seguida decidiu fazer de Meknés sua capital. Ao voltar a essa cidade, ele ordenou a construção de palácios, casas, muralhas, estrebarias, entrepostos e outros estabelecimentos desse tipo. Ele mandou arrumar jardins e fontes, até o ponto de essa cidade concorrer com Versalhes (que Luís XIV, ao abandonar Paris, escolhera por capital). Em Meknés, os trabalhos de construção duraram vários anos.

Quanto a Ahmad ibn Muhriz, após ter tentado em vão por duas vezes tomar o poder nas duas capitais, do Norte e do Sul, tentou uma terceira vez se rebelar contra seu tio. Atacou pela segunda vez Marrakesh, ocupando-a em 1085 (1674/1675) e a transformou em uma cidade fortificada. Seu tio

veio sitiá-lo. O sítio durou quase dois anos ao fim dos quais ibn Muhriz, não aguentando mais, fugiu mais uma vez para o Suz. Mulay Ismael fez sua entrada em Marrakesh e, dessa vez, deu ordens para castigar dentre os habitantes os que apoiaram ibn Muriz.

Dentre os acontecimentos de política interna sob o reinado de Mulay Ismael, pode-se assinalar a revolta de três de seus irmãos, Mulay al-Harran, Mulay Hashim e Mulay Ahmad, que eclodiu no fim do mês de *ramadan* 1089 (1678/1679). Os rebeldes foram reconhecidos e apoiados em seu movimento pela *kabila* dos Ait'Atta. O sultão marchou contra eles, à frente de um imponente exército e as duas partes se encontraram no Djabal Saghru. A vitória coube a Mulay Ismael, cujos soldados deram prova de grande coragem, e provocou a fuga dos três irmãos para o Saara.

A situação de ibn Muhriz, refugiado no Suz, teve altos e baixos, enquanto seu tio, absorvido pelas importantes questões interiores e exteriores do Estado, não podia se ocupar totalmente dele. Em 1096 (1684/1685), enquanto se encontrava em Meknés, Mulay Ismael soube que seu irmão al Harran e seu sobrinho ibn Muhriz aliaram-se e ocuparam a cidade de Tarudant. O sultão marchou contra eles à frente de um imenso exército e sitiou Tarudant. Durante o sítio, ibn Muhriz foi morto. Assim acabou-se a aventura desse revoltado que, durante mais de catorze anos causara muitas preocupações a Mulay Ismael. Quanto a Mulay al-Harran, ele continuou sitiado em Tarudant. Quando finalmente o exército real tomou de assalto a cidade, ele fugiu para o Saara.

As campanhas militares de Mulay Ismael para recuperar as cidades marroquinas ocupadas pelos europeus

O Marrocos, antes do advento da dinastia alawita, era dividido entre os agitadores e os cristãos e era cobiçado por todas as outras nações. Essa situação fora causada pelas traições e distúrbios pelos quais foram responsáveis os últimos reis saadianos, como vimos. Mulay M'hammad, depois seu irmão, Mulay Rashid, veio para pôr um termo a essa situação e unificar o Marrocos sob a dominação de um único trono e um único rei. O irmão deles, o grande Mulay Ismael, afirmou-se na linhagem, coube-lhe o papel, após ter consolidado a obra de seus dois predecessores, de completar a unificação do Marrocos liquidando a colonização cristã.

A retomada de al-Mahdiyya

O porto de al-Mahdiyya, chamado então de al-Ma'mura, era um dos mais importantes do Marrocos. Corsários das mais diferentes nações tentavam ocupá-lo. Desse porto, dependente de Salé, cidade habitada pelos andaluzes, partiam os barcos marroquinos para combater os espanhóis e outros inimigos. Aproveitando-se da fraqueza dos marroquinos resultante das querelas entre os filhos de al-Mansur, os espanhóis o ocuparam, em 1023 (1614) até o momento em que Mulay Ismael decidiu retomá-lo. Ele marchou contra essa cidade, sitiou-a, privando-a de água, ocupou-a em 1092 (1681) e prendeu todos os espanhóis que aí se encontravam.

A retomada de Tânger

Tânger fora dominada pelos ingleses após um de seus reis ter se casado com uma princesa portuguesa. Mulay Rashid tentara reintegrar essa cidade ao Marrocos, mas ele morreu antes de libertá-la. Dada sua importância, Mulay Ismael fez todo o seu possível para recuperá-la e encarregou um de seus maiores generais, 'Ali ibn 'Abdallah al-Rifi, de sitiá-la. Aqui a versão marroquina difere da européia quanto à causa da evacuação da cidade pelos ingleses. Se as duas versões concordam em dizer que os ingleses evacuaram Tânger sem oferecer resistência e após demolir torres e fortificações, os historiadores marroquinos, em contrapartida, afirmam que os ingleses agiram assim em represália à severidade do sítio imposto pelo general 'Ali al-Rifi. Quanto aos historiadores europeus, eles alegam que essa evacuação ocorreu por razões de política interna: o governo e o parlamento ingleses temiam ver o duque de York, convertido ao catolicismo, tomar Tânger como base de operações para atacar o rei Carlos II e tomar o poder. Foi a razão pela qual o soberano inglês teria ordenado ao lorde Dartmouth evacuar Tânger.

Apesar de tudo, esses últimos historiadores reconhecem, entre outras causas dessa evacuação, a dificuldade provada pelos ingleses em repelir os ataques marroquinos. A experiência nos provou suficientemente que os europeus nunca abandonaram um só palmo de terra muçulmana ocupada sem terem sido afrontados e vencidos.

Independentemente de como tenha sido, o exército, conduzido pelo general 'Ali ibn 'Abdalah al-Rifi, entrou em Tânger no mês de *rabi'I* 1095 (fevereiro de 1684). Sem perder tempo, o general se pôs a reconstruir o que os ingleses demoliram e a restaurar as mesquitas, muralhas, torres e tudo o que eles tinham destruído durante sua estadia e no decorrer de sua fuga.

A retomada de Larache

A perda de Larache foi a mais catastrófica para os muçulmanos do Marrocos, pois esta cidade não fora ocupada à força pelo inimigo espanhol, mas tinha-lhe sido cedida por um dos reis do Marrocos em troca de seu apoio para retomar o poder que ele acreditava ter-lhe sido usurpado. Enquanto o filho e o neto de al-Mansur, o saadiano, disputavam o trono, os europeus tentaram tirar proveito dessa situação para ocupar Larache, então um centro estratégico importante. Foi então que Muhammad Shaykh recorreu à Europa para pedir aos reis estrangeiros uma ajuda militar contra seus dois irmãos. Mas o rei da Espanha, Filipe III, ficou a par dessa intenção e iniciaram-se negociações ao fim das quais o pretendente ao trono marroquino aceitou ceder Larache ao rei da Espanha em troca de ajuda pra conquistar o trono. Negócio feito, Muhammad Shaykh voltou para Fez e os espanhóis ocuparam Larache em 1019 (1610). Larache permaneceu sob o domínio espanhol durante mais de oitenta anos, até o advento de Mulay Ismael. Esse grande rei atacou essa cidade com um grande exército, sitiando-a e impedindo os espanhóis de saírem dela durante cinco meses. Violentos combates ocorreram entre sitiantes e sitiados, coroados pela retumbante vitória dos marroquinos. A retomada de Larache, ocorrida na quarta-feira, dia 18 *moharram* 1101 (1 de novembro de 1689), deu aos marroquinos uma imensa alegria que só teve igual intensidade na dor sentida quando de sua perda.

A retomada de Arzila

O porto de Arzila caíra em mãos portuguesas no início do reino de Banu Wattas. Recuperado pelos primeiros reis saadianos, foi retomado uma segunda vez pelos portugueses. Passando assim de mão em mão, acabou por ficar com os espanhóis. Quando o general Ibn Haddu terminou sua missão em Larache, recebeu do sultão a ordem para se dirigir rumo a Arzila para sitiá-la. Esgotados, os sitiados pediram para terem a vida poupada, o que lhes foi concedido mediante a aprovação do sultão. Mas, temendo o pior, eles fugiram à noite em seus barcos. Os marroquinos entraram em Arzila em 1102 (1691).

Os exércitos de Mulay Ismael

A milícia dos Wadaya

Os reis marroquinos recrutavam seus soldados tanto no seio das *kabila* de seu clã, como no seio das *kabila* aliadas. Os almorávidas, por exemplo, tinham

apoio das *kabila* sanhadja (lamtuna, lamta e outras), enquanto os almóadas tinham o apoio das *kabila* masmuda. Foi assim até o advento dos saadianos. Eles recrutavam seus soldados dentre as *kabila* de beduínos árabes introduzidos no Marrocos no tempo de al-Mansur, o almóada, e estabelecidos no Sul do país. Os saadianos constituíram, a partir dessas *kabila*, uma milícia conhecida como a dos wadaya. Os wadaya haviam se dispersado em seguida à queda dos saadianos. No decorrer de sua estadia em Marrakesh, Mulay Ismael teve a ideia de reuni-los e fazer deles soldados a fim de reforçar seu poder. Esses novos recrutas receberam uniformes e foram levados para Meknés, a capital. Foram acrescentados aos homens de shbanata e de zirata. Com seu número aumentado, Mulay Ismael dividiu-os em dois grupos. O primeiro foi enviado a Fez e o segundo ficou no Riyad, em Meknés.

A milícia dos Bawakhir

Mulay Ismael refletia muito sobre as causas que tornavam as nações fortes, estáveis e temidas. Ele acabou por entender que isso resultava de seu poderio militar. Mas entendeu também que sua decadência decorria do excesso de autoridade adquirido pelos militares e seus chefes. Decidiu então criar uma milícia composta de escravos. Essas pessoas são naturalmente dadas à obediência, condição essencial da disciplina e, como ficam à mercê de seus mestres, são naturalmente dadas a obedecê-lo.

Mulay Ismael pensou nisso quando organizou a milícia dos wadaya, assim como dissemos anteriormente. Um dos secretários do Makhzen, Muhammad ibn al-Kasim 'Alilish[17], cujo pai era igualmente secretário de al-Mansur, o saadiano, disse-lhe um dia: "O rei tinha uma milícia de escravos e eu possuo o livro no qual meu pai os inscrevera". Ele mandou mostrar esse registro e lhe disse que havia ainda, na região de Marrakesh, um grande número desses escravos, que lhe era possível juntar e inscrever novamente num registro especial para fazê-los trabalhar no exército. Mulay Ismael confiou-lhe essa tarefa e ordenou por escrito aos chefes das tribos da região a ajudá-lo e assisti-lo. 'Alilish se pôs então a procurar esses escravos e conseguiu reuni-los todos. Ele foi tão bom nisso que não restou mais nenhum negro em nenhuma tribo, fosse ele escravo,

17 Ao contrário do que está mencionado em A. al-Nasiri, 1954-1956, vol. IV, p. 26, onde atribuem-lhe o nome de Umar ibn Kasim. Na verdade, possuo uma carta, um manuscrito desse secretário, endereçada ao vizir al-Yahmadi e assinada Muhammad ibn Kasim. O mesmo nome é dado a esse personagem numa carta endereçada por Mulay Ismael a nosso ancestral, o *shaykh* al-Islam Sidi Muhammad ibn Abd al Kadir al-Fasi. Al-Dua ysjif-Ribati trata-o da mesma maneira.

mestiço ou livre de condição. A opinião pública ficou escandalizada com essa medida, principalmente os *ulama*, depositários da lei muçulmana, proibidora da exploração de homens livres. Essa questão deu início a uma longa polêmica entre o rei e os *ulama* de Fez e acarretou uma vasta correspondência, da qual uma célebre parte ainda existe, entre Mulay Ismael e o *shaykh* al-Islam Abu 'l-Su'ud al-Fasi[18].

Para voltar a Mulay Ismael, devo formular essa observação geral a seu respeito. Se, como alegam os europeus, ele era realmente agressivo, cruel e despótico, nem o mais simples sábio, tendo apenas a força da fé e do direito, o teria contrariado. Mas Mulay Ismael, que temia a Deus e respeitava suas leis, estava convicto de que agia de acordo com a lei muçulmana nesse caso que ele considerava ser o maior bem realizado em favor do Marrocos e do Islã. O que o encorajava ainda mais a manter sua posição era o fato de sua responsabilidade nesse assunto ter sido atenuada pelo papel desempenhado por Muhammad ibn Kasin 'Alilish na redução da condição de homens livres à escravidão, pois alegava que ao menos o pai deles fora escravo no tempo dos saadianos. No mais, Mulay Ismael tinha a conivência de certos *ulama* mais acomodados, tanto que um erudito escreveu ao *shaykh* al-Ishlam al-Fasi, sem data nem assinatura, uma carta na qual dizia o seguinte:

> "Que não dizeis em sua carta [aquela endereçada a Mulay Ismael]: nosso senhor, vitorioso pela graça de Deus, e guiado em todas as suas ações e particularmente no recrutamento de seus escravos antes de sua redução à escravidão e as precauções tomadas a respeito da lei muçulmana. Tendo sido estudada a fundo essa questão, nada mais resta a fazer após todas as justificativas apresentadas. Tudo está nas mãos do nosso senhor – que Deus o torne vitorioso! –, que age conforme nossas próprias diretivas e as dos outros *ulama*; tudo isso a fim de ter a consciência tranquila, que Deus o guarde eternamente para nós mesmos e para todos os muçulmanos! Ele possui além do mais a respeito disso uma documentação ampla o bastante para convencer a todo cético e crítico. Falar assim é dizer a verdade. É o que vós deveríeis ter feito, sem medo de contrariar de forma alguma às leis divinas e humanas. Espero que vós vos mostreis mais conciliador em vossa correspondência endereçada a nosso senhor, que Deus lhe conceda seu apoio!, a fim de que ele fique satisfeito com isso. É por vos estimar que vos dou este conselho."

A correspondência trocada a esse respeito entre o sultão e os *ulama* prolongou-se até a morte de Sidi M'hammad ibn 'Abd al-Kadir al-Fasi, em 1116

18 A. al-Nasiri, 1954-1956, vol. IV, p. 42.

Figura 8.7 Carta número 12 da correspondência entre o sultão Mulay Ismael e o shaykh al-Islam Sidi Muhammad al-Fasi. [S.E.M. El Fasi].

(1704/1705), e iniciara certamente na última década do século XI da hégira. Contudo, a primeira das cartas dessa troca que chegou até nós é uma datada de 28 *dhu 'l-ka'da* 1104 (julho de 1693). Nela, o soberano pedia a Sidi M'hammad que estudasse a argumentação de Alilish relativa à redução dos homens livres à escravidão, de precisar se essa operação estava conforme a lei e dizer se a aprovava ou não. Esse erudito respondera, sem dúvida, francamente à questão, ou então insinuara que a lei não permitia reduzir homens livres à escravidão. O desacordo agravou-se a ponto de o sultão, irritado, ter escrito uma carta[19] a respeito da qual o autor de *al-Istiksa* disse:

> "No mesmo mês de *dhu 'l-ka'da* do mesmo ano, ou seja, em 1108 (1696-1697), o *kadi* e os *ulama* de Fez receberam do sultão uma carta censurando-os por não terem aprovado a redução dos homens inscritos no registro à escravidão. Uma segunda carta chegou, na qual o monarca elogiava a população de Fez, criticava severamente os *ulama* e ordenava a destituição do *kadi* e dos oficiais públicos dessa cidade[20]."

O primeiro escrito a fazer alusão a essa passagem de *al-Istiksa* faz parte de minha coleção pessoal. Ele se refere a numerosas questões e, de forma geral, resumem-se nisso: o sultão julgara necessário e indispensável organizar um exército para defender o território do Islã. Ele desenvolveu nessa longa carta seu ponto de vista sobre a instituição desse exército de escravos e pediu ao destinatário que a distribuísse aos *ulama* e pedisse sua resposta. Possuímos apenas uma dessas respostas, a de Sidi M'hammad na qual ele é categórico: "Quanto àquele cuja condição de escravo não pode ser provada, há unanimidade entre os sábios para dizer que ele é livre e que de forma alguma é permitido possuí-lo nem dispor de sua pessoa, seja vendendo-o, seja de qualquer outra maneira, pois os homens nascem livres".

Foi então que o monarca, para convencer o *shaykh* al-Islam da necessidade de organizar o exército dos Bawakir, recorreu ao seguinte meio: por carta datada do mês de *djumada'I* 1110 (dezembro de 1698), ele o tomava como testemunha de que ele alforriara todos esses escravos com os quais ele constituíra uma milícia e que ele os guardara como reserva para assegurar a defesa do território do Islã.

---

19 Essa correspondência, de uma importância capital do ponto de vista histórico, social, jurídico e religioso, foi publicada pelo autor deste capítulo com reprodução fotográfica de documentos na revista *Hesperis--Talmuda*, num número especial publicado em 1962 à ocasião do terceiro centenário da ascensão de Mulay Ismael.

20 A. al-Nasiri, 1954-1956, vol. IV.

Ignoramos qual tenha sido a resposta de Sidi M'hammad. Contudo, numa correspondência sobre esse assunto, cuja data não está longe daquela da morte do sábio (*radjab* 1115/outono de 1703), nós encontramos uma indicação de não haver relação direta com o assunto, mas que trata da incorporação dos habitantes de Fez ao corpo de arqueiros. Tudo indica que o sultão consultou igualmente o sábio a respeito dessa última questão e recebeu uma resposta insatisfatória. Ele aproveitou então dessa ocasião para lhe endereçar uma longa carta, cujo texto integral será encontrado na coletânea das cartas de Mulay Ismael, citado mais acima.

No ano seguinte, Sidi M'hammad morreu e Mulay Ismael continuou a pedir aos *ulama* de Fez seu aval. O caso teve várias peripécias até 1120 (1708/1709),

FIGURA 8.8 Walad Dawud Ait Hamu, ou a kasaba de Mansur em Skoura, na província de Uarzazate, construída provavelmente no século XVIII. © Ministério da Cultura, Marrocos.

data na qual o monarca os obrigou finalmente a aprovar o *Diwan al-Abid* (Registro dos escravos).

Tal é o histórico da criação da milícia dos Bawakir que nós traçamos brevemente, é certo, porém apoiando-nos em documentos importantes e únicos. Essa milícia, em seu início, contribuiu em grande medida para manter a paz e a segurança no país unificado. Mulay Ismael mandara, de fato, construir fortalezas e cidadelas (*kasaba*) em todas as regiões do Marrocos, fronteiras argelio-marroquinas até os confins meridionais do Saara. Guarnições foram enviadas para essas fortalezas e os filhos desses soldados, vindos com a família, recebiam uma formação especial, o que é importante ser mencionado aqui.

Graças a essa poderosa milícia, Mulay Ismael conseguiu devolver ao Marrocos sua força e seu prestígio aos olhos das grandes nações da época, que começaram então a temê-lo. Essa milícia permitiu igualmente, assim como dissemos mais acima, fazer reinar a segurança no Marrocos e devolver a seus habitantes confiança e tranquilidade de espírito.

Mulay Ismael nomeia seus filhos vice-reis nas diferentes regiões do Marrocos

Essa designação conta dentre os fatos que causaram a Mulay Ismael as maiores dificuldades. De fato, esse soberano tinha um enorme número de filhos cuja cifra, na época de sua morte, chegava a 500 meninos e outras tantas meninas. Ele não podia, então, satisfazer a todos. Também teria sido melhor para ele aplicar, desde o início, a solução à qual chegou finalmente após amargas experiências.

Em 1111 (1699/1700), ele dividiu as províncias marroquinas entre seus filhos: Mulay Ahmad (famigerado al-Dhahabi) foi enviado a Tadla com 3000 soldados negros; Mulay Abd al-Malik foi enviado a Dara diante de 1000 cavaleiros; Muhammad al-Alem para o Suz, com 3000 cavaleiros; Mulay al-Mamun al-Kabir para Sidjilmasa. Esse último se estabeleceu em Tizimi com 500 cavaleiros, mas morreu dois anos mais tarde. Foi substituído por Mulay Yusuf em 1113 (1701/1702). Mulay Zaydan foi enviado ao Marrocos Oriental. Ele lançou expedições contra os turcos e até mesmo adentrou a cidade de Mascara onde pilhou o palácio do emir Uthman Bey. Seu pai o destituiu em função do pacto que o unia ao califa otomano e mandou substituí-lo por Mulay Hafid.

Os filhos mais velhos de Mulay Ismael que não obtiveram nenhum vice-reinado sentiram-se lesados. Pior, alguns tentaram ocupar províncias à força, como Mulay Abu Nasr, que atacou seu irmão Mulay Abd al-Malik, venceu-o

e tomou Dara. O príncipe vencido fugiu. O sultão enviou seu filho Mulay Sharif para retomar de Abu Nasr a província de Dara, sendo-lhe dada esta em substituição a Abd al-Malik por ter-se mostrado incapaz de se defender. Nesse ínterim, Mulay Muhammad al-Alem se rebelou no Suz, fazendo-se proclamar sultão e marchou contra Marrakesh, sitiando-a e ocupando-a. Mulay Ismael mandou contra ele seu filho Mulay Zaydan, que combateu o revoltoso durante dois anos. Tendo visto as consequências desastrosas dessa experiência, as brigas provocadas entre seus filhos com ele ainda vivo, alguns chegando até a reivindicar o trono, Mulay Ismael pôs-se a enviar para Tafilalet todos os seus filhos ao atingirem a puberdade. Ele mandava instalar cada um numa casa, na maioria das vezes com sua mãe, dava-lhes um lote de palmeiras e uma terra para cultivar bem como um certo número de escravos para ajudá-los em seus trabalhos. O soberano agira sabiamente, pois tinha filhos demais para dar a todos uma vida principesca em Meknés ou outras cidades do Marrocos. Enviando-os a Sidjilmasa, ele resolvera esse problema. Em 1130 (1717/1718), ele destituiu todos os seus filhos, exceto Mulay Ahmad al-Dhahabi, governador do Tadla, pois tivera sucesso em sua tarefa, por não ter havido em sua província nenhuma sublevação, nem dirigida contra ele, nem por ele fomentada contra seu pai.

Depois dessa medida, o país teve paz e tranquilidade e a obra de edificação de Mulay Ismael durante os dez últimos anos de sua vida tornou-se manifesta. Os marroquinos voltaram-se para o comércio e a agricultura e contribuíram para o desenvolvimento das riquezas do país, encorajados por uma segurança total. Os historiadores também concordam em afirmar que, durante esse período, não havia ladrões nem pandilheiros, e isso graças às medidas severas tomadas tanto contra os culpados de um crime quanto contra seus cúmplices. Decorreu dessa situação um grande bem-estar e uma excelente qualidade de vida, graças aos meios dos quais dispunha a esmagadora maioria da população.

Mulay Ismael permanecera cinquenta e sete anos no trono. Nenhum rei do Marrocos, nem mesmo de todo Islã, anterior ou posterior, reinou durante um tão longo período, exceto al-Mustansir al-Ubaydi, que foi proclamado rei à idade de sete anos e reinou até a idade de sessenta e sete anos. Mulay Ismael morreu no sábado 28 *radjab* 1139 (21 de março de 1727).

Os sucessores de Mulay Ismael

Após a morte de Mulay Ismael aconteceu o que já se esperava, ou seja, que seus numerosos filhos que, já no tempo em que ele vivia, brigavam pelo poder

regional que lhes tinha concedido seu pai, puseram-se a se revoltar para chegar ao poder supremo. Durante dezenas de anos, nenhum dos pretendentes conseguiu estabelecer um poder sólido e durável. O primeiro deles, Mulay 'Abdallah, foi sagrado e destituído várias vezes.

O papel da milícia dos Bawakhir, criada para manter a ordem e fazer reinar a tranquilidade, foi desastroso. Instituições idênticas nas dinastias muçulmanas desde os abássidas de Bagdá até os otomanos com seus janissários foram uma calamidade para essas dinastias e para os povos que sofriam com isso.

Por volta do fim do século XVIII, um grande rei, Sidi Muhammad ibn Abdallah, ou Muhammad III, subiu ao trono do Marrocos. Ele restabeleceu a ordem, reforçou o poder real e fez do Marrocos um país respeitado por todas as nações.

Ele se interessou em primeiro lugar pelo impulso do comércio e, para tanto, começou a modernizar os portos, particularmente o de Mogador, chamado desde então de Eassauíra (a pequena muralha ou, de acordo com uma outra etimologia, o pequeno mapa, porque o mapa da construção desse porto circulava entre os operários). Ele fechou acordos comerciais com certos Estados europeus, em particular, em 1757, com a Dinamarca, sobre relações privilegiadas com o porto de Safi.

Num outro plano, Muhammad III foi um reformador[21]: interessou-se diretamente pela Universidade Karawiyyin de Fez e redigiu textos reformando os programas de estudos, modificando os textos a estudar, as disciplinas a ensinar etc.

Do ponto de vista religioso, ele era partidário da pureza original do Islã, excluindo o que se chama de marabutismo, ou seja, o culto dos santos e o fato de pedir-lhes que intercedam junto a Deus em favor dos homens. Essas tendências fundamentalistas ficaram, no entanto, limitadas porque no final do século XVIII, o movimento waabita na Arábia clamava por reformas muito mais radicais do que as desejadas por Muhammad III. No decorrer desse período, ele estava em excelentes termos com o *sharif* de Meca, Surur, ao qual ele dera uma de suas filhas em casamento. Como os waabitas eram inimigos do *sharif* de Meca, Muhammad III cuidou de evitar reformas parecidas demais com a ideologia waabita. Isso não impediu que, durante seu reinado e de seu filho, Mulay Sulayman, o poder das confrarias diminuísse sensivelmente.

No plano das relações exteriores, Muhammad III continuou, ao longo de todo seu reinado, a concluir acordos com as nações estrangeiras. Ele reconheceu a independência dos Estados Unidos da América, propôs a abolição da escra-

---

21 *Ibid.*, capítulo sobre o reinado de Muhammad III.

vatura a Luís XV e apoiou o império otomano em seu conflito com o império russo. Em 1767 expulsou os portugueses de Mazagão[22], mas a morte o surpreendeu quando dos preparativos para o sítio de Ceuta.

Para concluir, podemos dizer que o reinado de Muhammad III foi o fator essencial da estabilidade do Estado e do poder da dinastia alawita. Seu amor pela paz o fez recorrer à guerra somente para a libertação de Mazagão, enquanto todas as questões internas ou externas eram resolvidas pela negociação e pelo diálogo. De uma forma geral, essa política sábia e realista teve resultados favoráveis para o povo marroquino que pode gozar, durante essa segunda metade do século XVIII, de uma prosperidade geral e de uma segurança total.

22 O nome dessa cidade situada na costa atlântica, ao sul de Casablanca, não é de origem estrangeira, como frequentemente se pensa; é o nome de uma tribo berbere, os Banu Mazaghawa, que vivia nos arredores de Mazagão. Esse mesmo nome é o que recebia a cidade de Argel, pelas mesmas razões, e que se chama, entre os geógrafos e historiadores árabes Jazu'un Bani Mazaghawa.

CAPÍTULO 9

Argélia, Tunísia e Líbia: os otomanos e seus herdeiros

M.H. Chérif

O início do século XVI foi marcado por uma profunda crise que aniquilou as velhas estruturas estatais magrebinas e seus equilíbrios anteriores. Superada graças à intervenção otomana nos países de Argel, Túnis e Trípoli (e o dos *sharif* das províncias saarianas no Marrocos), o período de turbulências abriu o caminho para uma nova ordem que levou um certo tempo para emergir de acordo com o país, mas que acabou por assegurar uma certa estabilidade no Magreb até a crise estrutural que, no início do século XIX, anunciaria a dominação do regime colonial.

Qual foi a importância subjacente desta crise? De que maneira os otomanos contribuíram para o restabelecimento da estabilidade do Magreb no século XVI? Em que medida, por um lado, permaneceram estrangeiros à sociedade dominada por eles e, por outro lado, se integraram aos países conquistados? É evidente que a situação foi diferente (mas até que ponto?) de Argel a Túnis e de Túnis a Trípoli, mas é também claro que o século XVIII, século de relativa estabilidade, apresentava características diferentes das do século XVII, marcado por hesitações e flutuações.

A crise do século XVI e a solução otomana no Magreb

Essa crise atingiu todo o mundo árabe da época: crise econômica, devida em parte ao desvio das principais rotas comerciais e atestada pelo recuo da economia

monetária em favor de uma economia de subsistência; crise social – e política – consecutiva ao enfraquecimento das forças de integração ou de dominação unificadora da sociedade (forças político-militares, classe dos grandes mercadores e os *ulama*, os eruditos do islã); crise cultural em função da rejeição da inovação e de uma ligação patológica às coisas do passado – ideias, comportamentos, costumes e gostos. Essa crise multiforme era ainda mais perigosa em função do despertar da rival Europa, na época, economicamente (grandes descobertas, impulso do capitalismo mercantil...), politicamente (progresso da centralização, e em seguida das monarquias absolutas) e culturalmente (o Renascimento renovava então o pensamento, os hábitos e as técnicas).

Apenas os turcos osmanli, nos confins do mundo muçulmano, conseguiam, em parte, se adaptar às condições de sua época, pela adoção de certas técnicas ou ideias modernas (armas de fogo, organização militar e administrativa eficaz...). Por mais limitada que tenha sido essa resposta muçulmana ao desafio da época (ela não se baseava em sérias transformações internas da sociedade muçulmana), ela não deixou de ser uma solução para sociedades e Estados em plena desintegração, fortemente expostos à ameaça externa, como os do Magreb no início do século XVI.

A crise interna magrebina

O Magreb, no fim da "Idade Média[1]", está em plena crise: redução demográfica, desarticulação da economia e da sociedade, incurável fraqueza política.

As múltiplas causas subjacentes a isso são essencialmente de ordem estrutural. Há, a princípio, a temível proximidade do deserto e seus brutais avanços rumo a porções substanciais do Magreb em caso de seca durável ou abandono prolongado da valorização das terras, e esse foi precisamente o caso no fim da "Idade Média"; em seguida, a justaposição de modos de produção e de sociedades muito diferentes (*gaba'il* árabes ou arabizados, comunidades montanheiras berberes, populações rurais sedentárias, urbanas); depois, a própria maleabilidade dos elementos unificadores da sociedades, fossem eles de ordem social, econômica ou espiritual; enfim, a estagnação técnica e cultural.

1 O termo Idade Média é inadequado quando aplicado à história mulçumana. Emprestaremo-no, contudo, da historiografia européia enquanto convenção universalmente aceita. Acrescentamos também que o fim do século XV constitui um verdadeiro ponto de inflexão não apenas para a Europa, mas igualmente para outras civilizações: com as armas de fogo, o desenvolvimento do comércio mundial e o início do capitalismo, começa realmente a época moderna.

Invoca-se frequentemente a responsabilidade dos nômades hilalianos[2] pela decadência magrebina dos últimos séculos da "Idade Média": já se deliberou sobre a acusação, ao menos no que tange a sua falta de nuança e a seu caráter partidário[3]. Entretanto, os grupos árabes (ou arabizados sob sua influência), por suas atividades e sua organização, por sua divisão em clãs rivais ou aliados (mas sempre distintos), por seu modo de vida e sua ética guerreira (sua "nobre irregularidade", como dizia Jacques Berque), constituíam um elemento de fraqueza no conjunto magrebino, o ponto fraco do Magreb, pode-se dizer. Quando os anos calamitosos se repetiam ou quando uma grave crise política enfraquecia o poder central, essas tribos retomavam sistematicamente seus caminhos belicosos para encontrar novos meios de subsistência ou de participar da luta geral pelo poder.

Como na Europa, epidemias e fome dizimaram a população magrebina no decorrer dos séculos XIV e XV. O conjunto dos habitantes do Magreb não devia passar de 3 a 6 milhões na época. Imagina-se sem dificuldades os efeitos dessa queda demográfica: produção reduzida, valorização das terras ameaçadas num país permanentemente ameaçado pelo avanço do deserto, insegurança crescente num território quase vazio. Na mesma época, os tesouros da América, depositados em Sevilha a partir de 1503/1505, iam praticamente tirar todo valor das moedas que o antigo mundo estocava e contribuir para o poder daqueles que os detiveram em primeiro lugar (os ibéricos), depois daqueles que os captaram participando do novo sistema econômico mundial (holandeses, ingleses e franceses particularmente)[4].

O lento declínio que minava as cidades magrebinas desde os séculos XI e XII, exceto por alguns casos (algumas cidades bem localizadas nos grandes eixos comerciais ou nas costas) e por algumas tréguas mais ou menos prolongadas (no século XIII, por exemplo) teve uma rápida decadência no extremo fim do século XV e no decorrer das primeiras décadas do seguinte: paralisia do mundo dos negócios, desaceleração das trocas comerciais, generalização da penúria alimentar e da miséria. Leão, o Africano, atribuía invariavelmente essa miséria, constatada em toda parte, tanto nas cidades quanto nas regiões de culturas sedentárias, à opressão fiscal – pesando até o absurdo nas

2 Grupos árabes do alto Egito, que invadiram o Magreb a partir de meados do século XI, notadamente as planícies do interior, e subjugaram ou converteram a seu modo de vida e a sua cultura os antigos povos dessas regiões.

3 J.P. Poncet, 1967.

4 I. Wallerstein, 1974.

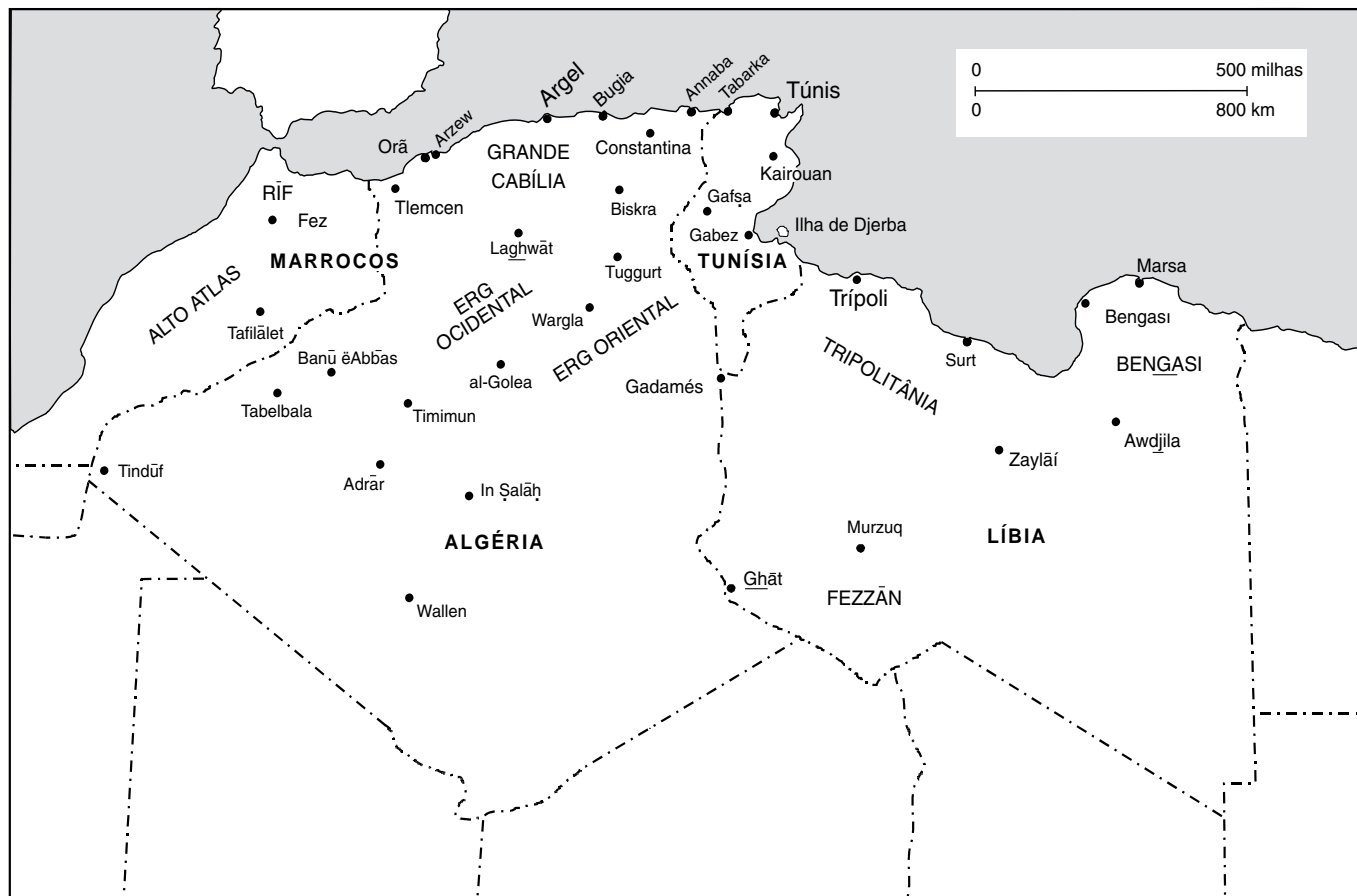



Figura 9.1 A Argélia, a Tunísia e a Líbia do século XVI ao XVIII.

populações ainda submetidas ao imposto – e às depredações cometidas pelos nômades.

Os nômades, com efeito, se libertavam do jugo estatal e estendiam seu empreendimento e seu modo de vida pastoral-guerreiro na maior parte do país: eles se aproveitavam do vazio criado pelo despovoamento e da fraqueza da valorização agrícola, bem como empregavam a violência para subsistir, tirando complementos alimentares das comunidades mais fracas do que eles. O fato é que as zonas de culturas sedentárias se retraíram diante da ofensiva deles. Chegou-se ao limite de haver campos de cereais de tamanho extremamente reduzido, cultivados em claustros cercados de muralhas. Leão, o Africano, que os observou nos arredores de Túnis, concluía: "Pense na quantidade de grãos que se pode tirar de um pequeno claustro murado, mantido com tanto cuidado e trabalho! [...] Ninguém colhe dele o bastante sequer para meio ano[5]."

Nesse contexto começou o naufrágio dos Estados multisseculares dos zayyanides (ou Banu Abd al-Wadid) em Tlemcen e dos hafside em Túnis. Seus recursos diminuíram em consequência da desorganização do comércio e da redução do volume de bens tributáveis. A ineficácia das tropas, bem como da burocracia, já negligenciadas, aumentou ainda mais; a isso se juntavam os efeitos das concessões (*ikta*) de terras ou impostos, concedidos pelos soberanos empobrecidos aos poderosos grupos guerreiros. Logo, as cidades mais ou menos afastadas do centro do poder iam conseguir sua autonomia (Trípoli, Bugia, Constantina no caso do reino hafsida), e os grandes grupos conseguiriam reinar de forma absoluta nos espaços por eles dominados. O *Bilad al-Makhzen* (país submetido à autoridade estatal) se reduziu progressivamente a uma área mais ou menos restrita ao redor da residência do sultão, além de algumas ilhotas de obediência um pouco mais afastadas. E mesmo assim a insegurança era grande nesses lugares: o sultão hafsida devia defender a si mesmo, de armas em punho, com suas tropas ameaçadas por nômades, quase sob os muros de sua residência, no início dos anos 40 do século XVI[6].

O domínio dos zayyanide em Tlemcen a partir do século XV e dos hafsidas em Túnis e no leste do Magreb, por volta de 1530, já estava bem abalado quando os espanhóis e os otomanos puseram os pés em suas terras.

5 J. Leon, o Africano, 1956, vol. II, p. 383.

6 Ibn Abi Dinar, 1967, p. 169.

A intervenção estrangeira no Magreb central e oriental

O vazio político ou a baixa resistência magrebina explica seguramente que essa intervenção tenha acontecido; tal intervenção, porém, respondia antes de tudo às necessidades ou desejos dos conquistadores. Suas iniciativas devem ser colocadas no contexto das paixões religiosas da época: o espírito de cruzada entre os espanhóis, que acabavam de sair da *reconquista* de sua terra; a defesa de *Dar al-Islam*, associada ao ideal de conquista (o do *ghazi*)[7], entre os otomanos. As áreas costeiras magrebinas ofereciam, além do mais, um interesse estratégico certeiro aos dois protagonistas, fosse para proteger suas próprias posses dos assaltos dos adversários (que podia contar com a cumplicidade das minorias religiosas: muçulmanos da Andaluzia, cristãos dos Bálcãs), fosse para servir de bases quando de uma eventual ofensiva[8]. Sublinhemos também que o início da ofensiva hispânica no Magreb, a partir de 1505, ocorreu logo após as primeiras levas de metais preciosos da América, em 1503-1504[9], que davam aos espanhóis os meios de conduzir uma vigorosa política de expansão.

Os espanhóis no Magreb central e oriental

De 1505 a 1574, os reis da Espanha realizaram esforços repetidos para assegurar pontos de apoio nas costas magrebinas: basta lembrar das grandes expedições de Pedro Navarro em 1505-1511 (contra Orã, Bugia e Trípoli), as do Santo Imperador romano em 1535-1541 (contra Túnis e Argel), enfim as de Dom João da Áustria que retomou Túnis dos turcos em 1573 (dois anos após sua grande vitória de Lepante contra a frota turca). Os resultados foram contudo limitados, pois a conquista do interior do Magreb e a conversão dos indígenas se mostraram rapidamente impossíveis. Os espanhóis contentaram-se em ocupar algumas cidades ou *presídios* (Orã, de 1509 a 1708, depois de 1732 a 1792, Trípoli, de 1510 a 1551) e edificar algumas poderosas fortalezas em terra africana, como o Peñon, na entrada de Argel (de 1511 a 1529), ou La Goulette, no anteporto de Túnis (de 1535 a 1574). Nesse último caso, tratava-se de manter a cidade sob tutela e, principalmente, vigiar a margem meridional do estreito da Sicília.

Essa política de ocupação restrita deve ter sido completada pela busca constante de aliados ou protegidos locais. Os mais célebres foram os sultões hafsi-

7 A. Temini, 1978; K. R. Sahili, 1977.

8 F. Braudel, 1928 e 1935.

9 H. Chaunu e P. Chaunu, 1955, vol. VIII, cap. 2, p. 14 e segtes.

das, praticantes de um sutil jogo de gangorra entre espanhóis e muçulmanos a partir de 1535: o último sultão, Muhammad (1573-1574), até mesmo aceitou dividir seu poder em Túnis com o comandante cristão da capital. Exatamente como os hafsidas, os últimos zayyanide de Tlemcem contraíram uma aliança intermitente com os espanhóis, até a tomada de sua capital pelos turcos e seu desaparecimento final em 1551-1554. Os ibéricos tampouco desdenhavam a aliança dos chefes de menor importância, tais como os shabbiya, mestres de Kairuã e da Tunísia central, por volta de 1550, ou os banu amir e banu rashid na região de Orã.

Mas, de uma maneira geral, a barreira religiosa e cultural era tamanha que nenhuma aproximação duradoura entre os espanhóis e os chefes locais era possível. Foi exatamente disso que se aproveitaram os turcos muçulmanos.

Os otomanos em luta contra os espanhóis

Os primeiros turcos a conduzir a luta contra os cristãos no Magreb foram os *ra'is* corsários. Eles agiram a princípio por conta própria, mas em acordo com os soberanos locais e com a cumplicidade da população, como os irmãos Barba Ruiva, Urudj (ou Arrudj) e Khidhr (ou Khayruddin), dos primeiríssimos anos do século a 1519. Por volta dessa data, depois da derrota e morte de Arrudj, Khayruddin apelou para o sultão otomano, cuja suserania ele reconheceu: era o início das Regências (*iyala*) magrebinas (ou barbarescas).

Graças aos janissários e aos armamentos fornecidos por Istambul, a Argélia foi progressivamente submetida por Khayruddin, depois por seus sucessores, particularmente Salah Rais (1552-1556) e o todo-poderoso *beylerbey* dos *odjak* do oeste, Killidj, ou Ildj Ali (1568-1587). O leste da Ifrikiya foi o teatro de um longo duelo hispano-turco por cerca de quarenta anos (1534-1574), onde intervieram ativamente – mas nem sempre à sua vantagem – soberanos hafsidas e chefes locais, como os Shabbiya de Kairuã, e onde se ilustraram prestigiosos corsários tais como Torgut, ou Dragut (em meados do século e até sua morte em Malta, em 1565). As principais etapas da conquista turca no leste do Magreb foram a tomada de Trípoli, em 1551, de Kairuã, em 1557, de Djerba, em 1558 e, enfim, de Túnis por duas vezes, em 1569 e 1574. Depois dessa data, tanto os espanhóis quanto os otomanos foram chamados a outros teatros de operações e a situação estabilizou-se em proveito dos turcos, permanecendo senhores do Magreb central e oriental, exceto pelo enclave de Orã, Mers-el-Kebir (Marsa el-Kebir), e da ilhota de Tabarka.

A organização das Regências otomanas

Províncias militares descentralizadas, os "*odjak* ocidentais" – como eram chamadas as novas províncias africanas – nunca foram perfeitamente integradas ao sistema político-militar otomano: sem tributo regular, nem administração direta da parte da metrópole, sem introdução de instituições características da Europa, como a dos *timar* (feudos), na África do Norte. Inicialmente dependentes de um único chefe de guerra, o *beylerbey* de Argel, as três Regências magrebinas foram diferenciadas após a morte do onipotente Killidj, em 1587.

Cada província era confiada a um paxá, nomeado por Istambul e assistido pelo *Diwan* (conselho dos oficiais superiores turcos). A milícia dos janissários, composta de alguns milhares de homens, assegurava a defesa do país, mantendo aí um mínimo de ordem, desempenhando um papel ativo na coleta de impostos e no funcionamento da "administração". Tal milícia constituiu desde o início o pilar central do novo regime, e seus membros instalaram-se como senhores e proprietários nos territórios conquistados por eles. A esse corpo dos janissários estavam associados os corsários: vindos do arquipélago grego, da Albânia ou de países europeus próximos (Itália, Provença, Espanha...) todos convertidos ao islã (mais ou menos sinceramente para alguns), esses corsários, assim como seus homólogos da milícia, eram uniformemente tomados por turcos e assimilados à casta dos conquistadores de cujo estatuto privilegiado eles partilhavam.

O Makhzen (a administração) preenchia algumas funções relativamente simples: a coleta dos impostos destinados a cobrir os custos da guerra e a manutenção do corpo dos conquistadores instalado no país; a manutenção da ordem pública e o exercício da justiça, ao menos nas cidades habitadas pela população sedentária submetida; o serviço postal. Uma pequena equipe de escribas (*khudja*) e de contadores, alguns altos personagens políticos (inclusive o paxá) ou religioso (dos quais o *kadi*, ou magistrado, fazia parte) e, principalmente, militares de todas as patentes preenchiam essas múltiplas tarefas. Com o tempo, o Makhzen teve de recrutar auxiliares no país: soldados, como os *kabila*s, ou cavaleiros indígenas admitidos a serviço dos turcos; civis como os escribas árabes, os conselheiros de todo tipo, os intendentes ou os camponeses sujeitos ao imposto (*lazzam*) etc.

No restante, as instituições locais continuaram a reger a sociedade, exceto por intervenção ocasional dos novos proprietários. Citemos o caso das comunidades locais que continuaram a obedecer a seus próprios chefes eleitos (*shaykh*) e a seus costumes (*urf*). Lembremos-nos também do caso das instituições religiosas que

não pararam de prover a justiça (exceto por atentado grave à ordem pública ou negócio implicando os turcos), de assegurar o culto, de dispensar o ensino e de praticar a caridade.

Ainda que leve e rudimentar, a nova organização otomana trazia ao Magreb aquilo de que ele mais precisava, ou seja, a adaptação à sua época, a dos tempos modernos: um exército disciplinado manejando armas de fogo, uma administração relativamente centralizada, a drenagem de uma parte dos fluxos monetários circulando pelo Mediterrâneo por meio dos corsários. O novo regime foi geralmente bem recebido pelas cidades, diretamente expostas aos ataques cristãos e ameaçadas de asfixia pela autonomia encontrada no campo. Também o foi igualmente pelos homens de religião, particularmente os *ulama*, partidários de um poder forte. Enfim, alguns puseram-se a seu serviço por interesse, escolha ou tradição, tais como a elite urbana, grandes personagens rurais e algumas comunidades (*makhzen*). Contra os turcos se ergueram todos os que haviam aproveitado da liberdade do início do século XI: as comunidades rurais que dispunham de sua própria organização social e guerreira e que encontravam em seus novos senhores apenas a dura servidão e a pesada exploração. Também foi necessário aos turcos longas guerras para submeter o interior do país (ao menos as regiões interessantes) e para aí implantar campos armados (*mahalla*) permitindo-lhes aí cobrar impostos e impor um mínimo de ordem. Eles se tornaram também mestres na arte de jogar uma *saff* (confederação) contra outra. Não tendo o poder de assegurar sua empreitada na região apenas pela força das armas, a diplomacia tornava-se em suas mãos um poderoso instrumento de coerção.

O século XVII magrebino: em busca do equilíbrio

Pouco modificada em seu conjunto pelo episódio otomano, a sociedade magrebina recuperava-se pouco a pouco, no século XVII, da crise do século precedente; suas cidades costeiras até obtiveram algum impulso e a situação de sua população sedentária também possivelmente melhorara. Ela não estava, porém, ao abrigo de graves crises (epidemias, fomes, guerras civis) vividas esporadicamente. A classe dirigente turca sofria algumas transformações internas em função da entrada de novos elementos em seu seio, como também de seu relativo enraizamento no Magreb. Entre os governantes e os governados, os interesses, os horizontes e as perspectivas diversificaram-se, e as lutas, longas e complicadas, multiplicaram-se entre facções opostas ao longo de todo esse

século. Na área das relações exteriores, alguns problemas ampliaram-se, notadamente o das relações com a metrópole, Istambul, e o dos corsários barbarescos, em seu apogeu entre 1600 e 1650. O afastamento aumentava entre as Regências na medida em que sua evolução política seguia orientações divergentes.

A sociedade do Magreb otomano no século XVII

A África do Norte otomana compreendia os grupos sócio-econômicos seguintes: os citadinos, os camponeses da periferia, os camponeses semi-sedentários praticando a pastagem migratória de um a três meses por ano, os pastores nômades viajando longe de seu *watan* (terra natal), os cameleiros nômades do grande deserto e os habitantes sedentários dos oásis. As principais camadas urbanas compreendiam os notários, religiosos e mercadores, os trabalhadores, os *kulughli* (prósperos descendentes de imigrantes otomanos casados com autóctones), os militares otomanos e os funcionários imperiais civis.

A população rural era dividida em *kabila*[10], comunidades certamente pertencentes a uma mesma linhagem patrilinear. A genealogia servia para justificar os motivos e modalidades da atribuição e da gestão dos negócios de diversos pequenos grupos a um xeique eleito, assistido por um conselho informal, composto pelos chefes das pequenas *kabila*. Acima das *kabila*, encontrava-se o *saff* (pl. *sufuf*), confederação formada por alianças entre as *kabila*. Assim eram formadas uniões estáveis, fossem elas estabelecidas no seio de uma mesma área ecológica, fossem elas reunindo comunidades de esferas ecológicas e econômicas diferentes, como cameleiros, pastores, agricultores semi-sedentários e grupos urbanos. Alguns grupos territoriais elaboraram estruturas hierárquicas centralizadas duráveis, tais como os grandes principados tuaregues (grupos de obediência *amenokal*). Alianças eram igualmente feitas entre *kabila* com base na frequentação de um mesmo santuário ou na adesão a uma mesma *turuk* (confraria).

Os historiadores teriam então errado ao verem nessa população rural um mosaico de grupos e de facções cuja rebelião ou submissão aos otomanos resultaria da única vontade de cada um deles. Foi, ao contrário, a dinâmica das mutações ecológicas e das mudanças de união das *sufuf* que determinou a atitude de rebelião ou de cooperação dos grupos. Ademais, a existência das *sufuf* significa que um sistema político único funcionava em vastas extensões do Magreb. A

10 *Kabila* (plural *kabail*). Na *História geral da África,* o plural se escreve *kabila*.

política urbana só entrava com uma parte muito modesta nesse contexto mais amplo. Havia, frente à oposição das *siba* (blocos dissidentes), grandes blocos aliados ou submissos ao Makhzen.

O século XVII distingue-se dos séculos precedentes por essa melhoria da estabilidade territorial e pela diminuição concomitante dos tumultos, ao menos nas regiões bem irrigadas do Magreb, graças a um Makhzen novamente consolidado e ao sistema do *saff*.

Ainda que a maior parte da população dos campos falasse árabe, restavam várias comunidades berberófonas, frequentemente ainda ibaditas. Elas viviam em regiões onde encontraram refúgio, como as montanhas do Djabal Nafusa tripolitano, as do Awras e da grande Cabília, no Magreb central e, a oeste, as montanhas do Atlas e do Rif. As comunidades berberes distinguiam-se das comunidades árabes pelo constante sucesso de seus atos de resistência contra os otomanos. Isso se devia à dificuldade de acesso às áreas nas quais elas se refugiaram e a seus sistemas aperfeiçoados de defesa. Um tal sucesso permitiu-lhes ficar muito atrelados às diversas formas da cultura berbere. Elas não abriram mão de sua atitude de desafio a respeito das novas autoridades otomanas, conservaram sua identidade berbere e, no conjunto, salvaguardaram sua autonomia, recusando-se, por exemplo, a pagar o imposto. Aquelas que não puderam manter sua autonomia foram arabizadas. Observemos, contudo, que algumas regiões superpovoadas, notadamente a Cabília, tornaram-se áreas de recrutamento de soldados regulares a serviço de Argel ou de Túnis (os célebres zwawa) e, talvez também, zonas de dispersão de operários sazonais e vendedores ambulantes rurais (a emigração da mão de obra, testemunhada no século XIX, certamente já existia anteriormente).

As áreas rurais (Sael tunisiano, por exemplo), os oásis meridionais, as regiões produtoras de trigo sob controle urbano (regiões do *hanshir* tunisiano e dos *haush* argelinos), as planícies cercando as cidades (Sael de Argel e Manshiya de Trípoli, por exemplo), eram lugares habitados por uma sociedade bem diferente daquela das comunidades montanheiras. Seus membros levavam uma existência sedentária. Algumas ligações comerciais colocavam-nos em relação com o mundo exterior, beneficiavam-se de um regime de propriedade fundiária (*milk*) solidamente estabelecido ou mais bem definido do que o dos montanheiros e sofriam a influência da economia e da cultura urbanas, todos aspectos que sugerem a existência de estruturas sociais e relações sociais complexas, de mentalidades e de comportamentos mais próximos dos urbanizados que dos beduínos. A onipresente linhagem patrilinear se duplicava em relações hierárquicas parecidas com as que ligavam o proprietário dos meios de produção ao *khamma* (meeiro cujo aluguel representa um quinto das colheitas) nas grandes regiões cerealistas;

algumas especialidades apareciam (funções artesanais, religiosas ou administrativas) nessa sociedade; os valores urbanos, tais como a submissão à autoridade propagavam-se aí mais facilmente do que em meio montanheiro e a influência do direito escrito – essencialmente canônico – fazia-se sentir mais nitidamente aí. Esses traços, manifestamente estruturais, tiveram de ser acentuados no século XVII (e ainda mais no século seguinte) com a melhoria, modesta, porém real, da segurança, a consolidação da sociedade urbana, a extensão de sua influência e, enfim, o estabelecimento de relações com os Estados mercantilistas europeus: essas relações devem ter favorecido a extensão das culturas de exportação e do sistema econômico-social subjacente a tais culturas, particularmente nas grandes áreas cerealistas cultivadas pelos *khamma*.

Quanto aos oásis, graças a seu afastamento do mar e dos poderes centrais, bem como à manutenção das trocas por caravanas com a África profunda ou com o Oriente, eles abrigavam sociedades muito homogêneas das quais emergiam oligarquias ou dinastias locais de poder bem afirmado, tal como as dos Fasi no Fezzan.

As cidades, por seu lado, por menos prestigiadas que fossem diante das do Oriente árabe ou muçulmano, não deixaram de afirmar sua presença e influência no conjunto magrebino. Tratava-se de capitais costeiras como Argel, Túnis e Trípoli, mas também das antigas metrópoles, como Kairuã, Constantina e Tlemcen. Herdeiros de veneráveis tradições ou estimulados por novas descobertas, o comércio e o artesanato fortaleceram-se de novo a partir da primeira metade do século XVII. Observemos, a título de exemplo, o impulso da indústria da *chechia* (boné de lã vermelha) em Túnis, graças à chegada dos muçulmanos ou mouriscos expulsos da Espanha depois de 1609, e da indústria têxtil de luxo na maior parte das cidades magrebinas. Quanto ao comércio, foi favorecido principalmente nas cidades costeiras, a princípio pelas atividades corsárias e os produtos e o dinheiro que trazia, depois pelos laços estabelecidos com o capitalismo mercantil europeu, essencialmente a partir do século XVII. O *Ilm* (saber religioso) impulsionava uma retomada progressiva depois da crise do século XVI, graças à relativa prosperidade material das cidades, traduzida pelo aumento do número dos *wakf* (fundações religiosas). Essa retomada devia-se igualmente às novas autoridades turcas que concederam, em prioridade, sua proteção aos sábios hanefitas de rito semelhante ao seu, mas também aos malekitas locais, por razões talvez mais temporais do que espirituais (busca de legitimação de seu poder extrínseco e em grande parte militar).

A classe dirigente situava-se no topo da hierarquia política e social. Constituída em princípio por elementos turcos militares, ela se abriu de fato a

Figura 9.2 Vaso de terracota do século XVII, destinado a conter óleo e outros líquidos, proveniente do distrito de Kallalina, em Túnis. Altura: 45 cm [© Museu das artes africanas e oceânicas, Paris. Foto: R. Chuzeville].

Figura 9.3 Alaúde (ud) de fabricação tunisiana, de onze cordas e bojo de melão, de tipo egípcio, com um corpo ovóide de madeira colada e incrustações de madrepérola. Comprimento: 81 cm [© Coleção Museu do homem, Paris. Foto: D. Ponsard].

outras categorias. Foram a princípio os cristãos convertidos ao islã, invariavelmente chamados de turcos a despeito de nomes como francis, ingliz, kursu (corso), sardu (sardo) e outros nomes. Tudo indica que chegaram a seu apogeu na primeira metade do século XVII, em sua qualidade de introdutores da modernidade e da técnica europeias, principalmente em matéria militar e marítima. Eles desempenharam um papel muito ativo não apenas nessas áreas (como capitães corsários em particular), mas também nos diversos postos políticos e administrativos (viu-se até mesmo um deles se tornar *dey*, chefe da milícia turca, nos países tunisiano e tripolitano na época). Nessas duas Regências, os turcos legaram bem cedo a seus filhos nascidos de mulheres autóctones (os *kulughli*) os encargos e os privilégios que lhes estavam reservados, considerando-os completamente turcos. Mais exclusivistas, os turcos de

Argel recusaram-se a fazê-lo e provocaram por isso uma grave insurreição dos *kulughli* que terminou com a derrota destes e sua exclusão total do sistema, ao menos entre aproximadamente 1630 e 1680.

Outra diferença no nível da classe dirigente entre Argel e as outras duas Regências consistiu, nestas duas últimas, na integração progressiva de alguns autóctones como conselheiros, secretários, *kaid-lazzam* (fazendeiros submetidos a impostos) e mesmo comandantes das forças militares recrutadas no país, enquanto em Argel, a exclusão dos autóctones continuou sendo a regra. Em poucas palavras, a classe dirigente estimulou, no século XVII, uma aproximação com as elites locais da Tunísia e da Tripolitânia, enquanto estabeleceu selvagemente sua posição de estrangeira em Argel. Como explicar essa diferença? Resultava essencialmente da força ou da fraqueza das elites locais: poderosas em Túnis graças a suas tradições históricas e a suas atividades, fortes em Trípoli graças ao grande comércio, elas não estavam solidamente implantadas em Argel, cidade nova, criada praticamente pelos turcos, no século XVI.

Os regimes políticos nas Regências no século XVII

A princípio províncias otomanas, as três Regências adquiriram uma ampla autonomia frente à metrópole desde o início do século XVII, mais por causa da incapacidade de Istambul do que pela vontade de independência das províncias. Mas, além desse traço comum, elas tiveram uma evolução divergente no século XVII, explicada pela diferença de composição de suas classes dirigentes e de suas sociedades.

Foi em Túnis que houve a mais rápida evolução. Desde cedo desprovido de todo poder real pelos oficiais superiores da milícia reunidos no *diwan*, o paxá tunisiano foi contudo mantido como símbolo da lealdade otomana. Mas, em 1591, esses oficiais superiores, por sua vez, tiveram de ceder o lugar, no seio do *diwan*, aos representantes dos janissários. O regime de democracia militar assim instaurado não durou muito tempo: desde 1598, o chefe único turco – o *Dey* – confiscou todos os poderes e instaurou um regime autocrático que tentou manter o equilíbrio entre os interesses da casta turca e das autoridades locais. Por volta de 1630, emergiu uma nova autoridade no país, a do bey, ou comandante das tropas do interior. Exercida por um *mamluk* (livre) de origem genovesa, Murad, essa função permitiu a seu titular conquistar o interior do país às custas das grandes confederações até então independentes. Dispondo dos recursos do interior do país e de forças militares, em parte turcas, em parte recrutadas dentre os autóctones, contraindo aliança com as autoridades

locais, o Bey consolidou pouco a pouco sua posição, concentrou o poder no seio de sua família (a dinastia muradita) e empreendeu uma verdadeira política monárquica, conforme as tradições do país e os interesses das autoridades locais. Ele conseguiu derrotar seu rival, o *Dey*, chefe da milícia turca, notadamente no decorrer do conflito armado de 1673. Mas o triunfo muradita durou pouco: a crise geral do fim do século XVII, o enfraquecimento da milícia turca que fora o mais eficaz instrumento de unificação, as lutas internas entre beis rivais, as intrigas ou intervenções de Argel e, enfim, a reação pró-turca de um

Figura 9.4 Vista da cidade e do porto de Trípoli. Gravura francesa do século XVIII, de F.A. Aveline. [© Biblioteca Nacional de Paris].

oficial superior da milícia acabaram, em 1702, com essa primeira experiência de monarquia "seminacional".

Em Trípoli, a mesma evolução foi esboçada, mas com algum atraso: nomeação de um *dey* em 1603-1604, política análoga à dos muraditas tunisianos entre aproximdamente 1630 e 1672, preponderância dos beis, notadamente na época de Murad al-Malti entre 1679 e 1686, vitória final do bey *kulughli*, Ahmad Karamanli, em 1711. Essa evolução rumo a um regime monárquico melhor inte-

grado ao país foi contudo bloqueada ou atrasada, em Trípoli, por vários fatores: as intervenções intempestivas de Istambul, tentando retomar o poder efetivo no país (por volta de 1610 e 1689), o alto poderio das confederações beduínas (Mahamid, Tarhuna e outras), poupadas pelo poder turco de Trípoli em razão da incapacidade em destrui-las, a autonomia sempre combatida, mas sempre reconquistada, das províncias oriental (Benghazi) e meridional (Fezzan), enfim a própria modéstia dos recursos do país. O poder dependia definitivamente de um equilíbrio entre turcos e autoridades urbanas (essas últimas enriquecidas pelo controle do grande comércio de caravanas e o artesanato), entre interesses

Figura 9.5 Vista da cidade e do porto de Argel. Gravura francesa do século XVIII, de F.A. Aveline. [© Biblioteca Nacional de Paris].

marítimos e terrestres, entre cidades e grandes *kabila*, entre centro e províncias. Desse frágil equilíbrio nascia a instabilidade.

Foi em Argel que o regime conservou de forma mais duradoura suas características originais de província militar turca. O paxá manteve aí uma parte de suas prerrogativas até 1659, ano em que o *diwan* dos oficiais superiores da milícia (os *agha*) tomou o poder. Não por muito tempo, pois um *dey*, representante a princípio dos *rais* (capitães) corsários e em seguida dos janissários, conseguiu

tomá-lo depois de 1671. Mas seu poder permaneceu precário, exposto ao humor do exército, aos conflitos entre clãs ou aos acasos da conjuntura: de 1671 a 1710, nada menos que onze *dey* ocuparam o cargo supremo; a maioria deles foi derrubada e morta quando das revoltas de janissários. Surgiu então um regime militar, democratizando-se ao longo de todo o século XVII, porém unicamente em proveito dos mebros de base da casta turca, por falta de um grupo forte de autoridades locais – os citadinos – que pudesse exercer sua influência sobre o regime político como em Túnis ou mesmo em Trípoli. Esse regime não escapou contudo à necessidade histórica de concentração do poder nas mãos de um *dey*, mas ele só conseguiu se livrar das tendências igualitárias ou aristocráticas da casta turca tardiamente no século XVIII.

Ao excluir as autoridades do país (em Argel) ou ao associá-las pouco a pouco ao exercício e às vantagens do poder, as Regências permaneceram próximas a Istambul. Sua política frente às comunidades rurais foi rigorosíssima, fundamentada em grande parte no uso das forças armadas e visando pressionar os sujeitos tanto quanto permitisse sua capacidade de contribuição ou seu poder de resistência. Nota-se, contudo, que desde o século XVII, a classe dirigente começou a usar certas forças locais – apoiando-se em alianças com grupos ou em chefes locais – para impor sua dominação, ao menos em Túnis. Dito isso, de uma forma geral, as relações de força continuaram a predominar sobre qualquer outra política, daí a propensão dos beduínos à revolta, seu apoio quase espontâneo a qualquer pretendente ao poder e a instabilidade, em definitivo, dos regimes magrebinos no século XVII.

Foram essencialmente os recursos externos das três Regências que lhes permitiram sobreviver e obter certo êxito.

Os ganhos externos: atividades corsárias e comércio

Uma certa historiografia colonial reduziu abusivamente a história dos países magrebinos, na época moderna, à das atividades corsárias associadas à pirataria. A deformação é manifesta na medida em que as atividades corsárias, tão distante da pirataria quanto a guerra terrestre do banditismo, apenas interessaram uma pequena parte da sociedade magrebina, também na medida em que elas tiveram de contar, na segunda metade do século XVII, com os interesses mercantis dos grandes Estados europeus e de seus aliados locais. O que exatamente ocorreu com essas atividades corsárias e esse comércio?

As atividades corsárias magrebinas no século XVII

Herdeira das grandes lutas conduzidas pelos otomanos contra seus inimigos cristãos no século XVI, as atividades corsárias tornaram-se o apanágio das Regências turcas magrebinas depois de a Turquia ter feito a paz com os espanhóis no Mediterrâneo e de as províncias otomanas do Ocidente terem adquirido sua liberdade de ação. As atividades corsárias continuaram a ser organizadas ou estreitamente controladas pelos diversos Estados magrebinos e seus principais dignitários: elas obedeciam a certas regras, ainda que estas fossem frequentemente transgredidas no decorrer de ações, por definição aventureiras e violentas. Praticadas, em seu proveito, essencialmente por turcos, albaneses ou cristãos convertidos, elas continuaram sendo o monopólio de uma fração da classe dirigente otomana; uma boa parte dos materiais, assim como a maioria das técnicas usadas para a construção dos navios vinha do estrangeiro. Por isso as atividades corsárias sempre apareceram como atividades marginais, senão estrangeiras, na vida magrebina de então – ainda que os proveitos delas tirados fossem altos e seu peso político e militar, importante. Sua finalidade era múltipla: guerra santa por excelência, elas contribuíam para justificar a conquista e o poder turcos nas Regências; trazendo grande lucro dos resgates de escravos e das tomadas de barcos cristãos, tais atividades mostraram-se extremamente lucrativas para os armadores e os corsários implicados, para os Estados beneficiários de uma parte substancial dos lucros e, indiretamente, para o conjunto da população dos portos corsários envolvidos nesse tráfico peculiar; enfim as atividades corsárias contribuíam para fazer temer os Estados nelas implicados, em função dos prejuízos que podiam infligir ao comércio dos grandes Estados europeus.

É evidente que a importância das atividades corsárias variou muito de uma época a outra. Com sua crescente autonomia nas Regências a partir dos anos 1580, ela aproveitou-se, à sua maneira, da prosperidade do Mediterrâneo do fim do século XVI e do início do seguinte, para depois atingir incontestavelmente seu apogeu graças as guerras europeias da primeira metade do século XVII. Aperfeiçoando sua frota pela adoção de navios arredondados e de barcos do tipo Berthon (graças ao apoio interessado dos holandeses, ingleses e outros), as Regências puderam constituir frotas consideráveis Por volta de 1610-1630, Argel teria mantido cerca de 80 navios e Túnis de 30 a 40 embarcações de todos os tamanhos[11]. A segunda metade do século testemunhou o declínio irreversível das atividades corsárias magrebinas com o crescimento do poder de fogo das

11 P. Grandchamp, 1937.

frotas europeias e o progresso do mercantilismo das grandes potências cristãs. A partir dos anos 1680, a França e a Inglaterra impuseram às Regências o respeito por sua marinha e seu comércio; as atividades corsárias mantiveram-se então contra os nativos das pequenas potências cristãs, com o consentimento tácito ou incentivos secretos das grandes que aí viam um meio de eliminar a concorrência de seus rivais de menor importância (os italianos, os espanhóis...). Era preciso doravante circunstâncias excepcionais como as guerras europeias (particularmente as do fim do século XVIII e do início do século XIX) para que as atividades corsárias magrebinas pudessem retomar realmente, mas temporariamente, sua liberdade de ação.

O progresso do comércio euromagrebino no século XVII

Pode parecer paradoxal falar de progresso do comércio no decorrer do século dos corsários. De fato, estes nunca atravancaram totalmente as transações pacíficas, por um lado, e seu declínio acelerou-se desde a segunda metade do século XVII, por outro lado. Essa mudança seria devida, em primeiro lugar, à influência dos grandes Estados europeus adeptos do mercantilismo e capazes, a partir de um certo momento, de impor suas visões aos dirigentes magrebinos. Estes, por sua vez, dividiam-se em uma facção militar (ainda preponderante em Argel) e uma facção civil, favorável ao comércio, dominando sua rival, essencialmente em Túnis (no decorrer do último terço do século XVII). É nessas circunstâncias que as relações comerciais com a Europa se firmaram, com novas bases e em proveito de novos parceiros.

O comércio de trânsito tradicional declinou fortemente, exceto no que concerne as relações transaarianas através da Tripolitânia (de um lado, mercadorias européias tais como metais, sal etc., do outro, pó de ouro, escravos, plumas de avestruz, sene) e exceto pela venerável e imponente caravana de peregrinos entre o sul marroquino e Meca que passava pelos oásis argelinos e tunisianos, e pelas etapas tripolitanas e egípcias. Fora essas exceções, as trocas comerciais marítimas impostas pelos Estados europeus, essencialmente em seu proveito, dominavam tanto em quantidade quanto em valor.

Os produtos agrícolas magrebinos ocupavam um lugar cada vez mais importante nas exportações para a Europa: os cereais, em particular, gozavam de uma demanda cada vez mais sustentada por parte das províncias meridionais da Europa ocidental. Em função dessa demanda e para resolver uma situação financeira difícil, os Estados magrebinos participaram ativamente do comércio de exportação de produtos agrícolas, fosse colhendo alguns (os cereais, por exemplo), fosse, para alguns dentre eles, assinando contratos de exclusividade

com os *lazzam* (caso típico dos couros pelos quais os judeus de Livorno garantiram para si o monopólio de compra e de exportação desde o fim do século XVII em Túnis), fosse retirando fortes taxas dos produtos rurais de exportação (a *teskere*, ou licença de exportação, constituía o meio de taxação mais corrente). Os produtos artesanais vinham em segundo lugar nas mercadorias exportadas, mas iam principalmente para países muçulmanos: *chechias* de Túnis, produtos têxteis de luxo, couros trabalhados.

Dentre as importações, além dos inevitáveis produtos de luxo destinados a uma elite restrita, encontravam-se os instrumentos destinados a garantir o controle do interior do país, como as armas (a despeito das proibições oficiais), as moedas, o papel para escrever e, enfim, certos produtos destinados ao artesanato local (em Túnis, as lãs e as matérias tintureiras para as *chechias* dominavam as importações de valor no fim do século XVII).

Figura 9.6 Lenço bordado argelino, em musselina, seda natural e fios de ouro e prata, datando do fim do século XVII ou XVIII [© Reunião dos museus nacionais].

Figura 9.7 Cofre de casamento do século XVIII proveniente da Cabília, na Argélia (kabila de Aghil-Ali), de madeira de cedro, latão e ferro. Comprimento: 198 cm [© Museu das artes africanas e oceânicas, Paris. Foto: R. Chuzeville].

Incontestavelmente, os principais beneficiados com essas relações comerciais eram os Estados europeus, seus mercadores e transportadores, sob a iniciativa dos quais eles se estabeleceram. As grandes expedições navais dos anos 1670 e 1680 propunham-se essencialmente a reduzir as atividades corsárias e a assentar o comércio europeu em bases confortáveis: segurança dos cristãos garantida, redução dos direitos de importação (para 3% *ad valorem* para os ingleses, depois para os franceses), possibilidade de fazer sair os produtos do país mediante certos tributos e condições. Dava-se início à política dos tratados desiguais.

Paradoxalmente, esses tratados foram em geral aceitos pelos dirigentes magrebinos, não apenas por medo do poder de fogo europeu, mas também por interesse, visto que eles tiravam do comércio marítimo proveitos substanciais, além da aquisição de produtos europeus e de armas permitindo-lhes controlar o interior do país. Além disso, alguns grupos sociais tinham aí seu interesse: os fazendeiros sujeitos ao imposto, em relação com o comércio europeu (caso dos judeus de Livorno, por exemplo), os mercadores atacadistas, os

fabricantes de *chechias* que dependiam dos cristãos para as matérias-primas e para o escoamento dos produtos acabados (o transporte rumo ao Levante era garantido pelos europeus), enfim, talvez algumas categorias de produtores (os oleicultores do Sael tunisiano ou os proprietários das grandes áreas produtoras de cereais).

É evidente que essas diversas tendências, surgidas no fim do século XVII, prolongar-se-iam e confirmar-se-iam no século seguinte.

O século XVIII: o fim de uma época?

Tradicionalmente, os historiadores tratam o século XVIII otomano como uma época de crise ou de aceleração do fenômeno de decadência: em que medida isso é verdade para as Regências ou *sandjak* Ocidentais?

As sociedades magrebinas no século XVIII

Com relação à situação prevalecente no século anterior, é evidente que o Magreb não registrou mudanças fundamentais: mesmos processos de produção, mesma arquitetura social, mesmas instituições, mentalidades e hábitos inalterados. Entretanto, progressos podem aí ser percebidos, ao menos em algumas regiões ou em alguns grupos: extensão das culturas cerealistas nas grandes áreas, propagação da preciosa figueira da Barbária bem além das regiões de colonização andaluz onde foi a princípio introduzida. Poder-se-ia multiplicar os índices otimistas, mas jamais será possível conseguir totalizar uma soma de mudanças ou de progressos suficientes para revirar os processos de produção e as estruturas sociais.

Estas últimas conservavam seus traços distintivos herdados de um passado distante (comunidades patrilineares majoritárias, divisão em comunidades...) ou próximo (classe dirigente vinda do estrangeiro, hierarquia étnica nas cidades). As únicas mudanças observáveis foram introduzidas pelo serviço do Estado, de um lado, e pelo desenvolvimento do comércio com a Europa, do outro: consolidação de algumas famílias de autoridades locais à frente de comunidades rurais, em alguns cargos religiosos (*zawiya*, confrarias distintas e honradas pelo poder), em cargos administrativos (governos de províncias) ou venais (arrendamentos diversos). É célebre o caso da ascensão, nos beilhiques argelinos, de algumas famílias *kughuli*, como os al-Gulli de Constantina e os Bu-Shlaghim de Orã; não menos célebre é o exemplo das famílias judias argelinas de Bacri e Bush-

nak, que desempenharam um papel preponderante nas relações de Argel com a Europa no fim do século XVIII e no início do século seguinte. Em Túnis, o arrendamento (*lizma*) das províncias, a concessão das alfândegas etc. permitiram a algumas famílias tornarem-se ricas e poderosas, visto que os Banu Ayyad e os Djalluli acabaram por ceder ao Estado seus mais preciosos agentes. Além do mais, tais famílias e seus homólogos menos ilustres acabaram por conferir ao Estado tunisiano uma estabilidade notável, maior do que alhures.

O Estado tunisiano no século XVIII

No início do século XVIII, a Tunísia consituía o mais afirmado e integrado Estado do Magreb, por razões tanto geográficas (planícies amplamente abertas para o mar), quanto históricas (autoridades influentes nas cidades, longas tradições monárquicas).

Contudo permanecia uma província do Império Otomano, dirigida por um *veli* (governador) nomeado por Istambul; a casta turca não deixava de aí exercer sua preeminência política e social, e o regime continuava a se apoiar na milícia dos janissários e a usar a força frente à maioria da população. Mas na realidade, a suserania turca tornava-se cada vez mais teórica, na medida em que o bey de Túnis gozava de uma total autonomia. A classe dirigente otomana incluía os *kulughli*, totalmente integrados à sociedade local, e abria-se cada vez mais às autoridades locais. A milícia dos janissários limitava-se a um papel estritamente militar, totalmente apartado da vida política, e a eles faziam contrapeso outros corpos armados recrutados no país (*awawa*, spahis "árabes", cavaleiros montanheiros). Os efeitos da política da força eram finalmente atenuados pela prática, por parte dos beis, de alianças com as autoridades locais e, notadamente, os chefes religiosos, obtidas em troca de vantagens concedidas à dinastia. Concluímos das constatações precedentes que o regime tunisiano, no século XVIII, possuía uma dupla natureza, explicável ao mesmo tempo por suas origens (conquista militar estrangeira) e por sua adaptação progressiva ao meio das autoridades locais; essa dualidade de caráter poderia confortavelmente explicar tanto as dificuldades do regime quanto seu sucesso posteiror, no século XVIII.

Com a invasão do país pelas tropas turcas de Argel, em 1705, um oficial *kulughli*, Husayn b. 'Ali, proclamou-se *bey*, liderou a resistência ao invasor e, aproveitando-se de sua vitória, eliminou seus rivais e fundou um regime semimonárquico durável. Restringindo os turcos a tarefas meramente militares e seus representantes – paxá e *dey* – a um simples papel honorífico (mas necessário, pois

Figura 9.8 Placa de cerâmica do século XVIII, procedente de Kallalina, em Túnis, usada como decoração mural interior [© Museu das artes africanas e oceânicas, Paris. Foto: R. Chuzeville].

concretizava a suserania otomana), obteve o apoio dos *kulughli*, dos andaluzes e das autoridades locais, bem como conseguiu uma centralização relativamente avançada: no plano econômico, esta traduzia-se pela aquisição a baixos preços dos produtos agrícolas (*mushtara*), dos quais uma parte era entregue aos negociantes europeus. "O bey controla o comércio de uma forma tal que pode ser considerado o único mercador do Estado", escrevia, por volta de 1730, o cônsul francês em Túnis, de Saint-Gervais, guardadas as devidas proporções[12].

Entretanto, acumulavam-se as contradições: entre as tentativas de centralização e o caráter principalmente fragmentário da sociedade rural, entre o afastamento dos turcos da vida política e o estatuto de província otomana da Regência, entre a economia de subsistência e o grande comércio ao qual estava ligado o beilhique. Em 1728, o sobrinho do Bey Ali Basha revoltou-se: ele foi logo seguido por uma parte do país, então dividido em partidários do revoltoso (os *bayshiya* ou paxaístas) e em fiéis do bey reinante (os *husayniya* ou husseinistas). A crise durou até 1762. A princípio marcada pelo triunfo de Ali Basha, de 1735 a 1756, depois por aquele dos filhos de Husayn b. 'Ali, pontuada por invasões do país por tropas de Argel enviadas em socorro de um ou outro rival, notadamente em 1735 e 1756, a crise foi o palco de revoltas esporádicas, até 1762, por parte algumas comunidades.

A Regência obteve novamente a paz após essa data e até o fim de 1815, na época de Ali Bey (1759-1782) e de Hammadi Pasha (1782-1814). Foi uma época relativamente próspera, apesar de alguns flagelos como a terrível peste de 1784-1785 e as fomes de 1777-1778 e 1804, que, todavia, só teriam restabelecido o equilíbrio comprometido entre os recursos do país e o volume da população. Os ganhos de origem externa aumentaram consideravelmente, por causa da intensificação das relações comerciais com a Europa até 1790, da forte demanda europeia por produtos alimentares no decorrer das guerras napoleônicas (1792-1814) e, enfim, da retomada vigorosa da atividade corsária no âmbito dessas mesmas guerras. Isso permitiu ao Estado aliviar sua pressão fiscal ou ao menos não acentuá-la, o que teve por efeito reduzir as tensões políticas. Acrescentemos a essas causas econômicas ou fiscais os resultados positivos da política de aliança com as autoridades de todo lado, seguida pelos beis da época. Como provas desse sucesso, podemos evocar, por um lado, a ausência de revoltas graves de 1762 até pouco depois de 1815 e, por outro lado, o triunfo do bey de Túnis em suas guerras contra o estrangeiro: Veneza (1784-1792), Trípoli (1793-1794) e, principalmente, Argel (1807) que pôs fim a uma dominação que durava desde 1756.

12 de Saint-Gervais, 1736.

Esse período de equilíbrio e de sucesso, do qual se beneficiou Túnis durante mais de meio século, terminou pouco depois de 1815 com a retomada da expansão europeia em novas condições, desfavoráveis para todos os países não europeus: uma nova era abria-se, anunciando o imperialismo colonial.

A Regência de Argel no século XVIII

Já vimos que, dentre as três Regências magrebinas, a de Argel conservou por mais tempo uma classe dirigente alogênica e militar. Isso não a impediu contudo de passar por algumas transformações.

Apesar de seu declínio anunciado, as atividades corsárias continuavam a ser praticadas seletivamente contra alguns países cristãos como a Espanha; para prevenir seus efeitos sobre estabelecimentos comerciais, os países nórdicos e

Figura 9.9 A cidade de Constantina, tal como a representavam uma litografia francesa do século XIX [© Biblioteca Nacional de Paris].

alguns Estados italianos, como Veneza, consentiram pagar um tributo a Argel. Mas, paralelamente às atividades corsárias, o comércio com os grandes Estados mercantilistas, como a França e a Inglaterra, desenvolvia-se: estes eram particularmente interessados na compra de cereais, realizada a princípio pelo "Bastião da França", perto de Annaba, em La Calle, depois no oeste, por Arzew e, enfim, por Orã, após sua recuperação pela Regência, em 1792.

Outra fonte de ganhos de origem externa, a guerra contra os Estados vizinhos trouxe lucros à classe dirigente de Argel, particularmente as intervenções em Túnis em proveito de pretendentes ao poder, em 1735 e 1756, por terem ocasionado um butim considerável, recolhido na ocasião, e um tributo – disfarçado – pago por Túnis de 1756 até cerca de 1807.

No interior do país, os impostos continuavam a ser arrecadados da maneira mais tradicional que fosse, por meio da *mahalla* (expedição armada) e em proveito da casta exclusivista turca. Lembremo-nos que os *kulughli*, mestiços de turcos com mulheres autóctones, ficavam excluídos da milícia e dos altos cargos do Estado. Essa política não deixou de suscitar oposições cujas provas são as inumeráveis insurreições *kabila*s, como a de 1767-1772 que resultou em uma considerável redução de impostos. Mais graves pareciam ser os levantes da população da Orânia, sob a liderança das confrarias religiosas, e as revoltas dos constantinenses, liderados pelos senhores feudais locais, no início do século XIX, pois eles denotavam uma certa tomada de consciência antiturca e marcaram a renovação da influência dos chefes locais no momento em que a milícia dos janissários mostrava sinais de fraqueza.

A decadência dessa milícia não foi em si uma tragédia, já que o mesmo fenômeno, há muito tempo anunciado em Argel, ocorrera igualmente em Túnis e em Trípoli. Desde o fim do século XVII, um chefe único – o *dey* – tendia a concentrar o poder; ele foi cada vez mais apoiado, no século XVIII, por um corpo restrito de dignitários turcos, no seio do qual ele era escolhido. Assim, a democracia militar, cara aos janissários e aos *rais* turcos, era progressivamente enfraquecida. O regime argelino ganhou assim estabilidade e eficácia: de 1671 a 1710, dos onze *dey* que tomaram o poder, apenas um conservou o cargo até sua morte natural; de 1710 a 1798, dos nove *dey* que chegaram ao cargo supremo, sete morreram de morte natural. Citemos igualmente o caso da duração excepcional do reinado de Muhammad b. ʿUthman, de 1766 a 1791, conferindo assim ao Estado argelino uma estabilidade incontestável.

Nas províncias, a mudança foi ainda mais nítida, pois os beis de Constantina, do Titteri e do Oeste dispunham de um número restrito de janissários e tiveram necessariamente de contar com o apoio dos corpos de autoridades e chefes locais.

Figura 9.10 Ornamento cônico de prata para a cabeça, do século XVIII, procedente da Argélia. Altura: 15 cm [© Museu das artes africanas e oceânicas, Paris. Foto: R. Chuzeville].

Viu-se até mesmo beis *kulughli* ligados por laços de sangue às grandes famílias locais (os Quili em Constantina, os Bu-Shlaghim ou a família de Muhammad b. 'Uthman al-Kabir no oeste). Em resumo, mais integrados no país e menos militarizados do que em Argel, os beis das províncias mostraram nitidamente que o regime argelino mudava nos moldes tunisiano e mesmo tripolitano.

Essa evolução chegou tardiamente à própria capital: apoiando-se nos *kulughli* e nos *zwawa*, o *dey* 'Ali Khodja, no fim de 1817, exterminou a milícia dos janissários ou o que restava dela, e escapou definitivamente da influência dos militares turcos, tal como os beis de Túnis e de Trípoli o fizeram um século

mais cedo. A partir daí, poder-se-ia antecipar uma nacionalização mais rápida do regime argelino, mas a conquista francesa de 1830 pôs fim a uma evolução impulsionada talvez tarde demais ou em condições por demais desfavoráveis, enquanto o divórcio já estava consumado entre a população e seus dirigentes.

A Regência de Trípoli no século XVIII

Assim como em Túnis no início do século XVIII, um oficial *kulughli*, Ahmad Karamanli, tomou o poder em Trípoli, em 1711, e fundou uma dinastia de beis, chamada a reinar até 1835. O sucesso dessa família é devido a vários fatores. A princípio, a longa duração dos reinados: Ahmad exerceu o poder de 1711 a 1745, Ali, de 1754 a 1793 e Yusuf, de 1794 a 1832. O segundo fator de sucesso foi a existência de múltiplas alianças entre os *kulughli* e as grandes famílias urbanas da Tripolitânia. O terceiro, e talvez o principal, residiu na importância dos ganhos externos do beilhique: os ganhos diretos (despojos e resgate de prisioneiros) e indiretos (tributos com os quais numerosos Estados europeus compravam a segurança de seus estabelecimentos comerciais) das atividades corsárias, reativadas depois de 1711, e entre 1794 e 1805; as arrecadações ligadas ao grande comércio transaariano (através do Fezzan, cujo controle Trípoli garantira por meio de sucessivas expedições) e mediterrâneo (com Livorno e o Levante). Tal comércio esteve, sem dúvida, na origem do poder do grupo de comerciantes das cidades tripolitana e da prosperidade da colônia judaica, no fim do século XVIII e no início do seguinte.

A Regência de Trípoli sofreu, no decorrer desse século, sérios problemas. As catástrofes naturais foram, a princípio, devastadoras: citemos, por exemplo, a fome de 1767-1768 e a terrível peste de 1785. De uma forma geral, os recursos eram limitados, daí as graves tensões entre um Estado de exigências elevadas (pois vivia na hora da modernidade) e a população de capacidades contributivas modestas.

A segunda fonte de problemas para o Estado residia na organização da maior parte da população em duas grandes confederações de efetivos flutuantes. Os otomanos não podiam governar sem o apoio de uma ou de outra. Ora, elas estavam em luta perpétua, e os adversários do regime de Trípoli eram sistematicamente taxados de rebeldes. Quando pretendentes rivais ao trono obtinham apoios nas confederações concorrentes, guerras civis eclodiam, tal como aquela de 1791 a 1793, opondo diversos membros da família Karamanli uns aos outros.

Em terceiro lugar, Istambul não desistiu de retomar o poder efetivo em Trípoli, o calcanhar de Aquiles do Magreb otomano. Em 1793, por exemplo,

um oficial turco, Ali Burghul, entrou em Trípoli e daí expulsou os Karamanli; estendendo sua empreitada até Djerba, em território tunisiano, sofreu a riposta do bey de Túnis, que o expulsou de Trípoli e restabeleceu como bey, em 1794, um dos Karamanli concorrentes. O reinado de Yusuf Karamanli inaugurou um primeiro período de prosperidade. Ele desfez as manobras a princípio tentadas pelos Estados Unidos de América para depô-lo. Mais tarde, contudo, ele foi obrigado a aceitar tratados com a Grã-Bretanha e a França, pondo praticamente fim às atividades corsárias e às taxas de proteção. Assim foi perdida uma fonte de ganhos de primeira importância, perda que o comércio transaariano não conseguia compensar.

Foi preciso reforçar a fiscalidade, a preço de uma vigorosa oposição no meio rural, enquanto crescia em Trípoli o descontentamento alimentado pela diminuição do nível de vida. A dinastia acabou por perder seu crédito. No mais, Yusuf cometeu graves erros de cálculo em suas relações com a população de Djabal Nafusa e com o *saff*, dirigido pelos Awlad Sulayman de Surt e de Fezzan, erros que acarretaram a perda das bases rurais de seu poder. Além disso, os descontentamentos inflavam-se a respeito do poder crescente dos consulados da

FIGURA 9.11 Vista parcial de uma rua da cidade saariana de Ghadames, Líbia [© P. Mazzari, Schio (Itália)].

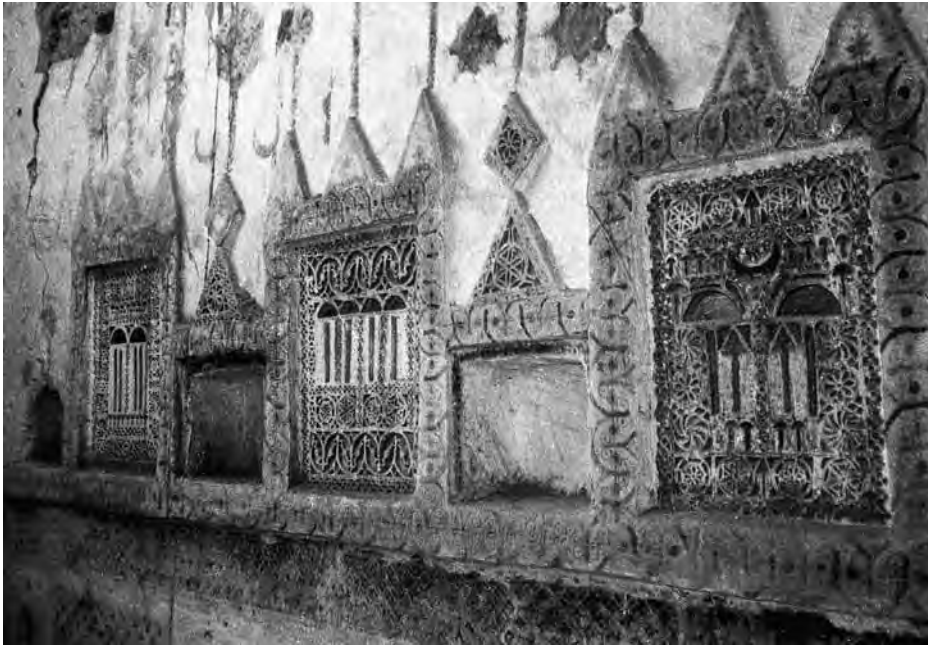



Figura 9.12 Sala de estar de uma casa na cidade velha, Ghadames, Líbia [© Dr Al-Saghayar A. Bahimmi, Trípoli].

França e da Grã-Bretanha em Trípoli, por intermédio dos quais essas potências intervinham ocasionalmente nas relações entre líbios.

Assim se explica a boa recepção reservada ao corpo expedicionário otomano que desembarcou em Trípoli em maio de 1835, marcando a retomada nas próprias mãos da Sublime-Porta dos negócios da Líbia.

Enfim, a última fonte de dificuldades para a Regência consistia nas tentativas cristãs de reduzir as atividades corsárias e impor condições comerciais favoráveis a Trípoli. A mais célebre guerra já declarada aos corsários foi a que fizeram contra ela os Estados Unidos, no início de sua aparição no cenário internacional, de 1801 a 1805: acabou, de toda forma, com uma paz de compromisso. Esse não era mais o caso em 1815, quando os europeus chegaram a impor unilateralmente suas condições. Estes eliminaram as atividades corsárias e abriram o país a seu comércio nas condições que lhes convinham. Puseram-se a exigir do regime tripolitano indenizações por qualquer propósito e fora de propósito: por insulto a seu cônsul, a França exigiu o pagamento de 800.000 francos em 1830; por insulto ao filho de seu cônsul, a Inglaterra reclamou não menos do que

200.000 piastras. Com seus recursos financeiros esgotados, o Estado tripolitano ficou completamente paralisado. Ademais, minado por revoltas que era incapaz de reprimir: consituiu então uma presa fácil para o Império Otomano que aí se reinstalou duradouramente, em maio de 1835.

Conclusão

O Magreb atravessava uma grave crise no século XVI, provocada essencialmente por sua não adaptação à época das armas de fogo, das monarquias centralizadoras e dos tesouros da América. Os otomanos trouxeram a solução aos países do Magreb central e oriental instalando aí aparelhos – militares e administrativos – modernos, capazes de assegurar sua defesa externa e de aí fazer reinar o mínimo de ordem compatível com a perenidade do conjunto. Mas, ao mesmo tempo em que assumiam essas funções, os otomanos impunham a seus sujeitos uma dura servidão, acompanhada de uma severa exploração dos recursos (quando isso lhes era possível), devida em parte à estagnação das sociedades autóctones. O Magreb otomano sobrepôs assim Estados e classes dirigentes modernas, dominadoras e exploradoras, a sociedades tradicionais, dominadas e exploradas. Mas é evidente que, de um século a outro, a situação diferia um pouco de Argel a Túnis ou a Trípoli.

Tornando-se rapidamente autônomos com relação a Istambul (sem nunca romper a lealdade oficial que os ligava a sua metrópole), os "*odjak* ocidentais" diferenciavam-se pouco a pouco em Estados particulares e frequentemente antagonistas: não menos de uma dezena de guerras opuseram os regimes de Túnis e de Argel entre 1600 e 1800. Esses Estados tiveram uma evolução um pouco diferente (ou em ritmo diferente) no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Enquanto a classe dirigente otomana abria-se progressivamente aos *kulughli* e às autoridades locais em Túnis e em Trípoli, fechava-se, em Argel, numa atitude nitidamente exclusivista: a isso seguiu-se a aparição de monarquias seminacionais no século XVIII nos dois primeiros países, e a longa continuação de um regime fortemente influenciado por suas origens conquistadoras e estrangeiras em Argel. Notemos contudo que a evolução geral das Regências rumo a uma maior integração ao país e a uma maior centralização de tipo monárquico também ocorreu na Regência argelina, mas, a princípio, no nível das províncias, e em seguida – apenas a partir de 1817 –, na capital. Acrescentemos enfim que foi essa evolução distinta e um pouco diferente das três Regências (acentuada mais tarde pela diversidade das situações coloniais)

que determinou a partilha do Magreb em Estados particulares tais como os que conhecemos até hoje.

Um outro conjunto de problemas determinantes na história do Magreb otomano tem a ver com suas relações com a Europa cristã. Dela provinham em boa parte os instrumentos da modernidade que conferiam aos Estados e às classes dirigentes magrebinas os meios de exercer sua hegemonia sobre a população local: armas de fogo e armamentos modernos, papel para escrever, divisas e metais preciosos e, enfim, homens introdutores das técnicas e ideias novas. Basta dizer que as relações com a Europa eram vitais para as classes dirigentes do Magreb: foram a princípio relações de guerra (as atividades corsárias), instauradas pelos militares otomanos, por iniciativa própria e essencialmente em seu proveito. Em seguida, foram relações de paz – principalmente mercantis – impostas pelos grandes Estados mercantilistas e bem aceitas pela fração civil das classes dirigentes magrebinas e de seus aliados locais. Essas relações beneficiaram primeiramente o capitalismo europeu a sua origem e, somente depois, os Estados magrebinos (e seus associados locais), tanto quanto foram capazes de defender seus interesses e seus pontos de vista frente a seus protagonistas europeus, até aproximadamente 1815 – uma data que fecha manifestamente um período e abre outro, o da exclusiva preponderância europeia.

CAPÍTULO 10

A Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucolores

B. Barry

A região da Senegâmbia, que reúne as bacias dos rios Senegal e Gâmbia, é um pouco afastada do arco do Níger, na metade do caminho entre o Saara e a floresta. É esta a razão pela qual permaneceu dependente, até o século XV, dos Estados do Sudão e do Saara. A valorização de sua faixa atlântica, concomitante à chegada dos portugueses, concedeu-lhe, então, uma grande importância geopolítica, pois se tornou um eixo de penetração da dominação econômica e política de uma Europa em plena expansão, assim como permitiu o escoamento dos produtos do interior do Sudão Ocidental rumo ao Atlântico.

Apesar das variantes regionais no plano geográfico e, sobretudo, da diversidade de seu povoamento – wolof, fulbe, mande, seereer, tukulor, joola, nalu, baga, tenda –, a Senegâmbia teve um só destino, ligado à convergência, nesta ponta oeste-africana, entre as influências do Sudão, do Saara e da floresta. Tal unidade reforçou-se, a partir do século XV, graças à influência do comércio atlântico cujo papel se mostrou determinante na evolução econômica, política e social dos Estados da Senegâmbia.

A partir do século XV, o comércio português de ouro, de marfim, de couro e de escravos desviou as rotas comerciais do interior para o litoral, assim como provocou, no decorrer do século XVI, o desmembramento da Confederação do Jolof, seguida pela ascensão do Reino Denyanke, no vale o Rio Senegal, e do reino do Kaabu (Gabu), nos arredores dos rios do sul.

No decorrer do século XVII, a partilha da costa em zonas de influência holandesa, francesa, inglesa e portuguesa coincidiu com a intensificação do comércio negreiro, que permaneceu, ao longo do século XVIII, a pedra angular do comércio atlântico. Tal comércio engendrou o reino da violência, reforçado ainda pelo caráter guerreiro e arbitrário dos regimes *sebbe* (*singular ceddo*: chefe de guerra), regimes estes simbolizados pelos respectivos reinos do *Djamel-Teen* do Cayor e do Bawol, Lat Sukaabe Fall, e do *Satigi*, do Futa Toro, Samba Gelaajo Jeegi. Diante da violência dos *sebbe*, o Islã constituiu então a única barreira contra o caráter arbitrário da aristocracia. No fim do século XVII, os adeptos do Islã tomaram as armas quando da guerra dos marabutos, e, apesar de sua derrota, fomentaram as três revoluções setecentistas – do Bundu, do *Futa Djalon* e do Futa Toro. Dessa forma, a oposição entre regimes *sebbe* e teocracias muçulmanas constituiu o pano de fundo da história da Senegâmbia, submetida às consequências do comércio atlântico.

O monopólio português e a reorganização do mapa político do século XVI

Ponta ocidental da África, a costa da Senegâmbia corresponde à parte do litoral africano com a maior abertura para o oeste. Durante um longo período que se estende até o século XV, o país permaneceu como dependência do Sudão e do Saara, antes de sofrer a influência do Atlântico, com a chegada dos portugueses que investiram nessa região. O comércio português do ouro, do marfim, das especiarias e, logo depois, dos escravos provocou o desvio das rotas comerciais rumo ao Atlântico. Esta primeira vitória da caravela sobre a caravana deu origem, a partir de meados do século XVI, não só a profundas mutações políticas, econômicas e sociais, mas, principalmente, à redefinição do mapa político da Senegâmbia.

O comércio português

Muito cedo na época do domínio maliano sobre a Senegâmbia, as margens do Rio Gâmbia foram dominadas por Jula mandingo que ligaram – partir das *escalas* do Wuuli, do Niani, do Niumi e do Kantora – o Arco do Níger ao comércio de noz-de-cola, do ferro e índigo das regiões florestais. Os conquistadores mande fundaram, assim, no sul da Gâmbia, o reino de Gabu, que dominou, em nome do Mali, toda a Senegâmbia Meridional e uma parte da Senegâmbia

Setentrional, na medida em que a dinastia gelowar do Siin e do Saalum tinha origem kaabunke[1].

Mas, a partir de meados do século XIV, a crise de sucessão provocada pela morte do *mansa* sulayman, em 1360, favoreceu a criação da Confederação do Jolof, cujo soberano, Njajaan Njaay, estendeu sua autoridade ao conjunto da Senegâmbia Setentrional, entre os rios Gâmbia e Senegal. A hegemonia da Confederação foi desde cedo abalada, antes de seu total desmembramento, no século XV, em função da invasão liderada por Kolly Tengella, que deixara o Sahel maliano com numerosos Fulbe para se instalar nos altos platôs do Futa Djalon. A partir de 1490, vários companheiros de Koly ou de seu filho dirigiram-se rumo ao norte para fundar, no vale do Senegal, a dinastia denyanke do Futa Toro. No decorrer de seu êxodo, enfraqueceram na sua passagem a autoridade dos principados mande da Gâmbia e, apesar da resistência dos Beafada, abalaram completamente o equilíbrio político da Senegâmbia[2].

Assim, o advento do regime denyanke coincidiu com a chegada dos primeiros europeus a explorar o litoral africano, ou seja, dos portugueses. Estes se instalaram, por volta de 1445, em Arguin a fim de desviar para o Atlântico o comércio do Sudão e da Senegâmbia, tradicionalmente dirigido ao norte pela rota saariana. Finalmente, após algumas tentativas de penetração no interior, o fracasso da construção de um forte, em 1448, à margem do Rio Senegal – cuja navegação era prejudicada pelas cataratas do Felu –, assim como a presença efetiva do Mali na Gâmbia, obrigou os portugueses a confinar-se na costa.

A partir das ilhas de Cabo Verde, os portugueses praticaram a cabotagem comercial ao longo da costa e dos estuários dos rios Senegal e Gâmbia. Implantaram-se firmemente à margem dos rios do Sul e na Gâmbia, região esta que ocupava uma posição estratégica no comércio inter-regional da Senegâmbia. O comércio português de ouro, marfim, peles, especiarias e escravos acrescentou-se ao antigo circuito de comércio inter-regional de noz-de-cola, sal, tecidos de algodão, ferro e índigo. Ou melhor, os portugueses investiram, desde cedo, no importante centro comercial do Wuli, ponto de partida das caravanas que ligavam a Gâmbia ao alto Senegal, no norte, e ao Arco do Níger, no leste, obrigando assim o Mali, então em declínio, a voltar-se cada vez mais para o Atlântico, no intuito de escoar seu ouro.

O comércio de ouro do Sudão, que se espalhava doravante nas feiras do Wuli e do Kantora, ocupou um lugar destacado no comércio português e contribuiu

1 Y. Person, 1974*a*, p. 7.

2 J. Boulègue, 1968, p. 177.

fortemente para o rompimento das ligações existentes entre, de um lado, a região de Bambuk e do Bure e, por outro lado, o Saara e o arco do Níger, transformando este em um componente da Senegâmbia. O comércio do couro, de uma ordem de 150.000 peles no ano de 1660 – recorde alcançado em virtude da forte demanda européia –, constituía, após o ouro, o segundo produto de exportação da Senegâmbia. A isso se acrescentavam o marfim, a cera, e sobretudo os escravos que, ao longo do século XVI, se tornaram a primeira e principal fonte de exportação para a Europa da Senegâmbia, situada a meio caminho entre a Europa e as Américas. Tal tráfico foi particularmente importante na época da valorização das ilhas Canárias, de Cabo Verde e da Madeira, assim como, mais adiante, no início do desenvolvimento da economia de plantação no Novo Mundo. Walter Rodney avalia que um mínimo de 5.000 escravos por ano eram exportados a partir dos rios do Sul entre 1562 e 1640. Aliás, desde o começo, os portugueses, que trocavam cavalos por escravos, encorajaram, nas ilhas de Cabo Verde, uma economia de plantação, o que lhes permitiu produzir açúcar, algodão e índigo, integrando-se, assim, no comércio inter-regional da Senegâmbia[3]. Os afro-portugueses (os lançados ou tangomãos) se tornariam progressivamente os intermediários indispensáveis entre o comércio europeu e a Senegâmbia, que sofreria, a partir da segunda metade do século XVI, profundas mutações econômicas, sociais e sobretudo políticas.

A reorganização do mapa político dos Estados de Senegâmbia na segunda metade do século XVI

Apesar de sua relativa importância, o comércio português provocou, a partir do século XVI, uma crise econômica e política ao longo dos rios do Sul, assim como acelerou o desmembramento da confederação do Jolof, na Senegâmbia Setentrional.

Em virtude da dominação desde cedo exercida por Portugal, a crise atingiu, em primeiro lugar, a região dos rios do Sul que controlava o comércio inter-regional da Senegâmbia.

Dessa forma, a crise foi precoce na região compreendida entre os rios Casamansa e Cacheu, amplamente investida por comerciantes cabo-verdianos. Nessa região, os bainuk e os casanga, sendo habilidosos tecelões e tingidores, tornaram-se rapidamente os principais clientes para o algodão procedente das ilhas de Cabo Verde. Sua prosperidade provinha também da produção agrícola, neces-

3 W. Rodney, 1970*b*, pp. 153-161.

sária tanto aos residentes europeus, quanto ao abastecimento das cargas de escravos. A vantajosa posição dos bainuk provocou conflitos com os lançados, que solicitariam, em 1570, a ajuda de Mansa Tamba, rei dos casanga. A rivalidade entre, por um lado, bainuk de Buguendo e Bichangor e, por outro lado, os Estados kasanga incentivados pelos interesses portugueses, terminou apenas por volta de 1590, com a morte de Mansa Tamba do Kasa[4].

Porém, desde o início, o comércio de escravos – pedra angular das atividades comerciais dos portugueses – perturbou profundamente a situação econômica, política e social da região dos rios do Sul. Com efeito, os mandes especializaram-se na captura de escravos em grande escala, consolidando o poder do Kaabu que, de fato, controlava a totalidade do território entre o rio Gâmbia e o *Futa Djalon*. O Kaabu aproveitou-se então dos desastres causados pela passagem das tropas de Koly Tengella junto aos bainuk, pepel, kasanga e beafada, para impor sua lei na maior parte da região dos rios do Sul e tirar maior vantagem do comércio marítimo.

Da mesma forma, os habitantes das ilhas Bijagos organizaram-se de forma sistemática a fim de participar ativamente das capturas humanas no continente. De fato, ao passo que as mulheres se consagravam à agricultura, à pesca e à construção de casas, os homens fabricavam as famosas embarcações, chamadas *almadies*, com as quais formaram uma verdadeira frota de guerra, capaz de amedrontar toda região dos rios do Sul. Assim, o mosaico de populações dessa zona – Bainuk, Joola, Pepel, Balante, Nalu, Landuma e Baga – foi a primeira vítima do comércio negreiro. Por isso, a tendência ao isolamento, sobretudo junto aos joola, intensificou-se nessa região de mangue onde a natureza encontrava-se propícia ao refúgio. Contudo, foram os grupos minoritários da região Tenda – Bassari, Coniagui e Badyaranke vivendo entre as montanhas do Futa Djalon e os rios do Sul – as principais vítimas do tráfico de escravos[5].

Portanto, a crise econômica, política e social foi precoce na região dos rios do Sul e isolou algumas comunidades costeiras em proveito da potência continental do Kaabu. A evolução política dos Estados dos rios do Sul – organizados em torno da linhagem – para elaboradas formas monárquicas foi bloqueada pela pressão dos povos vizinhos e pela violência das capturas de cativos, que provocaram, nessas comunidades, reações de defesa e de isolamento. Tal bloqueio reforçou-se quase até o século XIX, época da conquista colonial.

4 G. E. Brooks, 1980, p. 19.

5 W. Rodney, 1970*b*, p.110.

Ao contrário, após o declínio definitivo do Império do Mali, o Kaabu tornou-se a potência dominante da região. Como verdadeira potência militar, controlou, em seu proveito, a rede comercial bainuk e beafada e conquistou simultaneamente os principados mandes ao longo do rio Gâmbia. Os maane e os saana, ou seja, a dinastia naanco que governava em Kansala, reforçaram seu caráter guerreiro e simbolizaram, desde o início, o reino dos *sebbe*, que dominou a vida política em Senegâmbia durante a era do tráfico negreiro. A conquista do Siin e do Saalum pela dinastia gelowar, oriunda do Kaabu, demonstrou muito bem a potência desse reino.

Os séculos XVI e XVII constituíram sem dúvida o apogeu do Reino de Kaabu, que se impôs, em lugar do Mali, em toda zona dos rios do Sul, até o triunfo da revolução teocrata do Futa Djalon. A revolução freou a expansão do Kaabu rumo ao interior das terras, no início do século XVIII. Porém, essa expansão coincidiu com a intensificação do tráfico negreiro e, sobretudo, com o monopólio do comércio nos rios do Sul pelos europeus. A iniciativa do comércio inter-regional dos rios do Sul, cuja importância era vital a Senegâmbia, passou dos povos autóctones aos portugueses. Estes se incrustaram no antigo circuito norte-sul da costa e reduziram os beafadas, os bainuk e, sobretudo, os mandes e os bijagos, à atividade de caçadores de cativos ou de meros corretores do comércio atlântico para o interior.

Da mesma forma, a parte setentrional da Senegâmbia entre os rios Gâmbia e Senegal sofreu, por sua vez, uma profunda e duradoura reorganização de seu mapa político, a partir da segunda metade do século XVII.

A confederação do Jolof, já abalada pela invasão maciça de Kolly Tengella, desintegrou-se sob a influência do comércio português que, ao favorecer as províncias costeiras, acelerou o desmembramento político da Senegâmbia. É assim que, após sua vitória sobre o *buurba* jolof em Danki, Amari Ngoone proclamou a independência da província marítima do Waalo no estuário do rio Senegal e do Bawol no sul-oeste, empurrando assim os jolof para o interior. O território jolof foi, portanto, consideravelmente reduzido. O país não manteve mais relações diretas com o comércio transatlântico a partir de então dominante, sendo também excluído, ao norte, do comércio transaariano em função da potência do Reino denyanke do Futa Toro[6].

O desmembramento do Jolof foi o resultado de vários combates que inauguraram a era de violência dos senhores da guerra. As monarquias *sebbe* instauraram a violência não somente nas relações entre os Estados da Senegâmbia,

6 J. Boulègue, 1968, p. 212.

mas também nas relações políticas e sociais dentro de cada Estado. O mesmo processo deu também origem aos reinos do Siin e do Saalum, que se emanciparam, ambos, definitivamente do Império do Jolof no decorrer do século XVI.

Após o esfacelamento da confederação do Jolof, o *Damel* do Cayor, Amari Ngoone, tentou, durante algum tempo, impor sua hegemonia ao anexar o Bawol e uma parte do Waalo, mais especificamente na desembocadura do rio Senegal, encruzilhada do comércio atlântico. Ele assumiu o título de *damel-teen*, inaugurando assim uma longa série de uniões temporárias entre os reinos do Cayor e do Bawol. De fato, o sonho de qualquer *damel* do Cayor consistia em se tornar *teen* do Bawol, e vice-versa. Porém, desde cedo, a luta entre o Cayor e o Bawol impediu o *Damel* de realizar sua ambição de reunir, por sua vez, as antigas províncias da confederação do Jolof sob sua autoridade. Por outro lado, esse fracasso favoreceu a ascensão do Reino denyanke do Futa Toro.

O *Satigi* do Futa Toro, designado pelas fontes européias como o "Grande Ful", aproveitou-se também do desmembramento do Jolof para estender sua dominação à maior parte da Senegâmbia Setentrional. A dinastia denyanke atingiu seu auge no início do século XVII com o reino de Samba Lamu. Por dominar o estuário do rio Senegal e uma parte do Sahel maliano e mauritano, ao Futa Toro incumbia doravante a dupla missão de controlar o comércio do Sudão rumo ao Saara e o comércio marítimo europeu[7].

A partilha da costa senegambiana e a reação muçulmana do século XVII

A partir do século XVII, o monopólio português foi abalado pela chegada sucessiva dos holandeses, dos ingleses e dos franceses. Essas novas potências européias instalaram-se na costa da África, iniciando a grande aventura do cercamento da África.

As potências européias engajaram-se assim em uma competição voraz e por isso conseguiram se impor na Senegâmbia, ao criar zonas de influência protegidas com zelo por feitorias fortificadas estabelecidas ao longo do litoral, em Arguin, Saint-Louis, Gorée, no forte Sanint James, em Cacheu e Bissau.

Tais feitorias serviam, em primeiro lugar, como armazém para os escravos cujo comércio se tornou, a partir da segunda metade do século XVII, a prin-

7 *Ibidem*, p. 244.

cipal atividade das potências européias da costa africana. O intenso tráfico e seu corolário, a caça de cativos, deu origem a profundas crises econômicas, políticas e sociais. O tráfico negreiro engendrou assim a violência nas relações entre Estados, a militarização do poder e, também, o progresso do Islã militante. Sendo assim, desde o fim do século XVII, a Senegâmbia foi o palco de um amplo movimento ligado aos marabutos, Que procurava unificar os Estados do vale do rio Senegal contra os nocivos efeitos do tráfico negreiro de além–mar.

As feitorias e a partilha da costa

A reorganização do mapa político estava intimamente ligada ao recrudescimento da violência entre Estados e ao desenvolvimento do tráfico negreiro que acelerou o desmembramento político da Senegâmbia. Coincidiu também com a chegada dos holandeses, dos franceses e dos ingleses, cuja presença no litoral senegambiano se consolidou, a partir da segunda metade do século XVII, em detrimento do monopólio português. Com efeito, o tráfico negreiro, que se havia convertido em pedra angular do mercantilismo colonial após o avanço da indústria açucareira no Novo Mundo, acelerou a partilha da Senegâmbia em zonas de influência, graças à construção de feitorias fortificadas ao longo da costa.

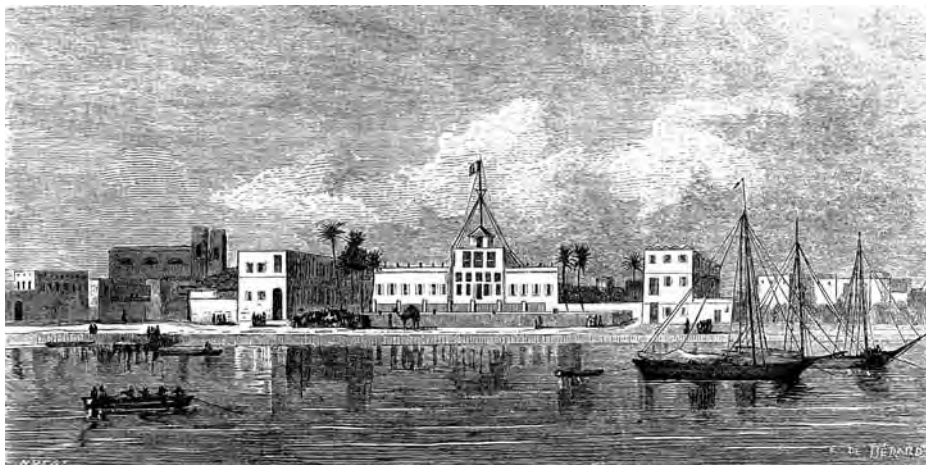



Figura 10.2 Saint-Louis, na desembocadura do rio Senegal. Desenho de E. de Bérard, segundo Nouveaux. [Fonte: Le tour du monde, Paris, Hachette, 1861, vol. III. © Hachette, Paris.]

A partir de 1621, os holandeses instalaram-se em Gorée, seguidos, em 1659, pelos franceses em Saint-Louis, frente à desembocadura do rio Senegal, ao passo que os ingleses construíram, em 1651, o forte Saint James, junto ao estuário do rio Gâmbia. Assim eliminados aos poucos da Senegâmbia Setentrional, os portugueses se confinaram – à exceção de sua base permanente de Cabo Verde – em Cacheu e Bissau. Já estavam, então, obrigados a compartilhar o rico mercado da região dos rios do Sul com as novas potências européias. De qualquer modo, a construção de uma série de feitorias fortificadas ao longo da costa confirmou a reorientação do comércio da Senegâmbia para o mar.

O forte Saint-Louis, na desembocadura do rio Senegal, permitiu aos franceses controlar todo o comércio realizado ao longo do rio, de fevereiro a maio, nas diferentes *escalas* do deserto do Waalo, em Coq e em Terrier Rouge, no Futa Toro. A construção do forte Saint-Joseph, no fim do século XVII no Gajaaga, garantiu o monopólio francês em todo vale do rio Senegal, desde sua desembocadura até rio acima, na porta de entrada do Sudão. A França tentou assim fazer desse rio o centro de gravidade do comércio da Senegâmbia Setentrional, ao atrair para as *escalas* o comércio de Arguin e Portendick, na costa mauritana, assim como aquele do Sudão, concentrado no Arco do Níger[8].

A ilha de Gorée – ocupada primeiramente pelos holandeses, tomada pelos portugueses em 1629 e 1645, antes de passar pelas mãos dos ingleses, em 1667, e enfim pelas dos franceses, em 1677 – detinha o monopólio do comércio ao longo da Pequena Costa. Desde então, foi por esta via que os franceses comerciaram com o Cayor na *escala* de Rufisque, com o Bawol na *escala* de Portugal, e enfim, com o Siin na *escala* de Joal. Gorée tentou também estender sua esfera de influência rumo ao sul, na Gâmbia – com a feitoria d'Albreda – e na região dos rios do Sul, em Bissau e Cacheu. Os franceses ali encontraram a concorrência dos portugueses, e principalmente dos ingleses, firmemente estabelecidos na Gâmbia. De fato, o forte Saint James, de início construído pelos ingleses, controlava todo o comércio ao longo do rio Gâmbia, com as *escalas* de Jufure e Bintang, e até as cataratas de Barakunda, com as *escalas* de Sutuku e Fatatenda no Wuli.

Cada principado mande instalado ao longo do rio Gâmbia, cuja enorme vantagem consistia em sua constante navegabilidade, formava uma possível *escala* para os comerciantes ingleses. Dessa forma, os ingleses estavam bem posicionados para conquistar não só as *escalas* da Pequena Costa, no norte, mas

8 B. Barry, 1972, pp. 111-126.

também aquelas dos rios do Sul, e, sobretudo, para concorrer perigosamente com o comércio francês rio acima[9]. A Gâmbia dispunha de boa infraestrutura para atrair à sua órbita o comércio do Sudão, o que explica o fato de a região ter sido colonizada desde cedo pelo Império do Mali. Os portugueses, eliminados do norte, retornaram, portanto, para a região dos rios do Sul onde criaram as feitorias de Bissau e de Cacheu. Porém, eram os lançados de Cabo Verde que lá sustentavam a presença de Portugal, cuja situação econômica na Europa já não mais lhe permitia enfrentar a concorrência de ingleses, franceses e holandeses.

A faixa marítima da Senegâmbia era assim controlada por uma série de fortificações, construídas de preferência nas ilhas, cuja função principal consistia em desviar o comércio da região para a costa atlântica Tais construções permanentes tinham um duplo objetivo: proteger cada zona de influência assim delimitada contra a concorrência das outras potências européias e limitar os perigos de uma eventual união dos Estados da Senegâmbia contra o monopólio do comércio europeu.

A presença maciça holandesa, francesa e inglesa na Senegâmbia – após a dos portugueses que, na época, tinha equivalente apenas na Costa do Ouro – estava estreitamente ligada à emergência do mercantilismo colonial. Com efeito, depois de Portugal e da Espanha, essa febre de acumulação da riqueza atingiu as outras potências atlânticas, engajadas desde então na conquista dos mercados da África, da Ásia e do Novo Mundo.

Cada uma das potências européias, simultaneamente à edificação de suas feitorias fortificadas da costa africana, criava companhias de carta cujo objetivo era conquistar o monopólio do comércio marítimo. Essas companhias, cuja esfera de influência ultrapassava muitas vezes os limites da Senegâmbia, eram respectivamente: a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, criada em 1625, a Companhia Francesa das Índias Ocidentais, criada em 1665, e a Royal African Company (Companhia Real Africana), criada pelos ingleses em 1672. Por serem todas aprovadas pelas monarquias, tais companhias simbolizavam a ascensão dos Estados-nações da Europa, refletindo, ao mesmo tempo, a competição prestes a se desencadear entre essas potências, com vistas à compósita dos mercados.

Em certa medida, as companhias de carta permitiram à nobreza, enfraquecida em termos econômicos diante da burguesia metropolitana, dedicar-se ao comércio ultramarino sem correr o risco da decadência social. Por todas essas

9 P. D. Curtin, 1975, pp. 105-109.

razões, as rivalidades do continente europeu repercutiram imediatamente na Senegâmbia, cujas feitorias passaram de uma potência à outra em função do equilíbrio de forças no plano local ou metropolitano.

Em tal contexto, após terem colocado em xeque os primeiros monopólios portugueses, os holandeses foram eliminados da costa senegambiana, a partir de 1677, em favor dos ingleses e dos franceses. Permaneceram apenas em Arguin e Portendick, na costa mauritana, onde se mantiveram até a primeira metade do século XVIII, em razão da importância crescente do comércio de goma. A Senegâmbia continuou então dividida entre a zona de influência francesa, de Saint-Louis até Gorée, e a zona de influência inglesa na Gâmbia, ao passo que franceses e ingleses disputaram com os portugueses o controle dos rios do Sul. A posse da Senegâmbia tinha uma importância vital, em função de sua proximidade com a Europa e a América, exatamente num momento em que o avanço das plantações se acelerava, fazendo triplicar, entre 1651 e 1700, a demanda por escravos negros com destino às Antilhas francesas e inglesas[10].

Saint-Louis, Gorée, o forte Saint James, Cacheu e Bissau transformaram-se em verdadeiros armazéns de escravos, encaminhados para a costa a partir dos mercados do interior, à espera dos navios negreiros com destino ao Novo Mundo. Entretanto, antes da organização sistemática da captura e do encaminhamento de cativos a partir do Arco do *Níger*, os povos costeiros, e mais especificamente aqueles de Senegâmbia, eram a fonte principal desse tráfico negreiro.

A proximidade da Senegâmbia, tanto com a Europa, quanto com a América, assim como a abertura tardia dos grandes mercados de escravos no Golfo de Guiné e em Angola podem explicar a importância da Senegâmbia no comércio negreiro, incipiente nos séculos XVI e XVII. É hoje claro que Philip D. Curtin tenha subestimado a participação dessa região neste tráfico, reduzido por ele a menos de 10% do total, pós 1640, apesar da ausência de estatísticas confiáveis[11]. Todavia, a importância desse comércio na Senegâmbia não constitui um mito, como bem o mostra o testemunho de P. Lemaire, em 1682:

> "Em troca desses negros, são oferecidos tecido de algodão, cobre, estanho, ferro, aguardente e algumas bagatelas de vidro. O lucro que se extrai de tal comércio é de 800%. Os couros, o marfim e a goma são levados para França, e no que diz respeito aos escravos, estes são enviados às ilhas francesas da América para trabalhar nas plantações de açúcar. Os melhores custam dez francos cada e são revendidos por

10 *Ibidem*, p. 102.

11 *Ibidem*.

mais de cem escudos. Em troca de quatro ou cinco jarras de aguardente pode-se obter um escravo razoavelmente bom. Por isso a despesa consiste menos na compra do que no transporte, tendo em vista as grandes despesas das naus[12]."

Por certo, não será possível avaliar quantitativamente as exportações da Senegâmbia, porém será necessário evidenciar as desiguais relações de troca que se estabeleceram, a partir dessa época, entre europeus e senegambianos, assim como as consequências do comércio atlântico que dominou a evolução histórica da região. Aliás, a importância de tal tráfico de escravos deu origem, no vale do rio Senegal, a um amplo movimento ligado aos marabutos, apenas alguns anos após a construção do forte Saint-Louis.

A guerra dos marabutos

De fato, após a reorganização dos Estados, no decorrer do século XVI, suscitada pela influência do comércio português, a Senegâmbia sofreu, a partir do fim do século XVII, uma profunda crise econômica, política e social. Essa crise manifestou-se principalmente na parte setentrional do país, resultado, ao mesmo tempo, do tráfico negreiro e do comércio atlântico em seu conjunto.

O movimento ligado aos marabutos e desencadeado em nome do Islã pelo marabuto mouro Nāsir al-Dīn, demonstrou bem a gravidade da crise provocada, desde essa época, pela presença européia na Senegâmbia[13]. O movimento, sob o manto do Islã puritano, partiu do sul da atual Mauritânia onde a população berbere sofria, em seu conjunto, com uma profunda crise econômica, em função do declínio do comércio transsaariano, processo acentuado pela instalação dos franceses em Saint-Louis, em 1659.

Haja vista sua posição estratégica na desembocadura do rio Senegal, a ilha de Saint-Louis desviava, a partir de então, a totalidade do comércio do vale para o Atlântico, rompendo assim com a complementaridade secular entre os berberes nômades do Chamama e os agricultores sedentários do rio. O monopólio comercial de Saint-Louis privou assim os mouros não somente da mão de obra servil usada há séculos na produção e no tráfico com a África do Norte, mas também dos cereais, para os quais o vale servia de armazém aos países do Sahel, ao norte do rio Senegal. A multiplicação dos entrepostos de escravos na costa fixou o comércio de grãos nas feitorias, a fim de satisfazer a necessidade crescente de cargas de escravos durante a longa espera e, também,

12 P. Lemaire, 1695, p. 68.

13 B. Barry, 1972, pp. 135-159. Estudei em detalhe esse movimento dos marabutos.

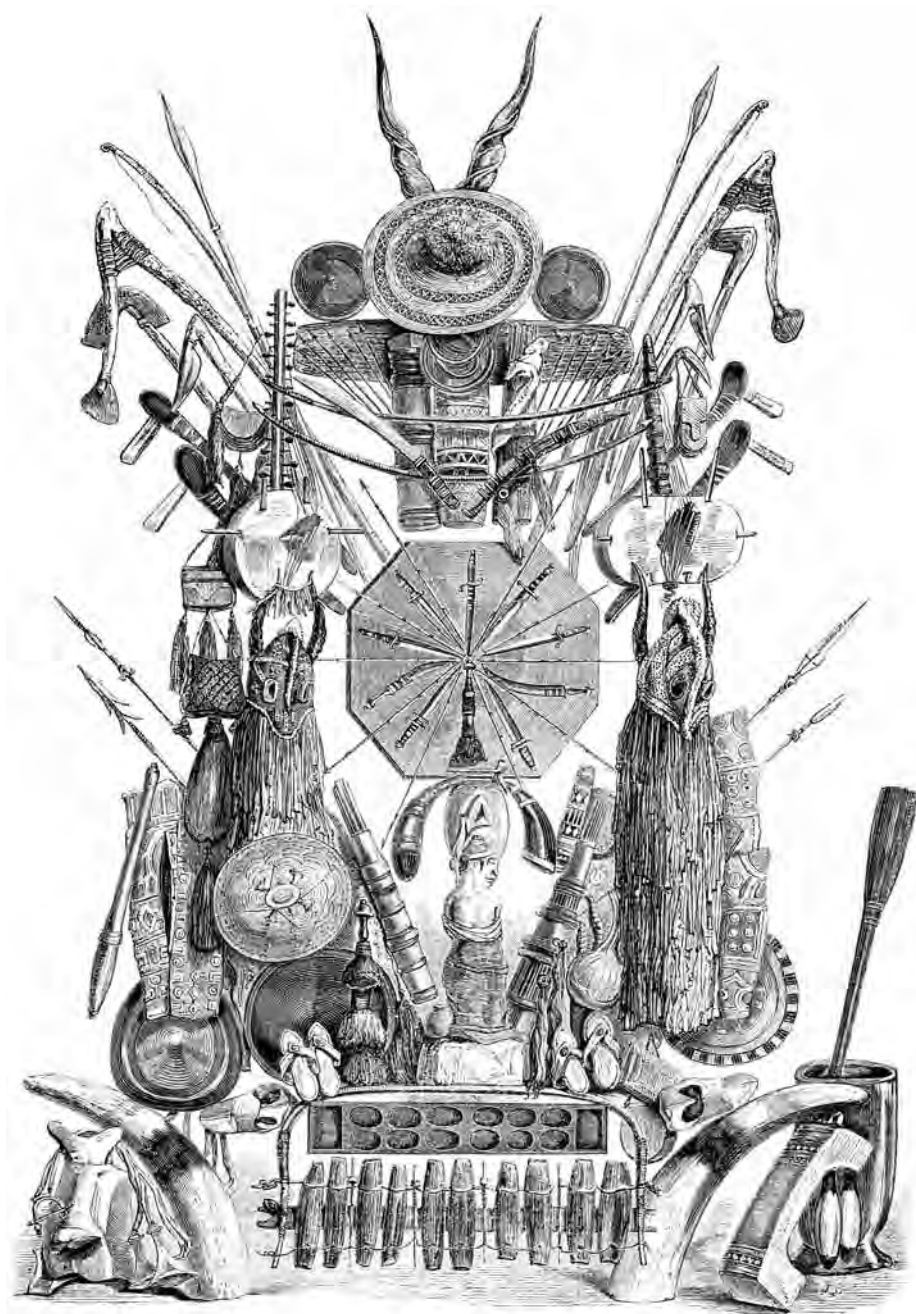



Figura 10.3 Trofeu composto por armas e outros objetos do Senegal. Desenho de J. Pelcoq para a exposição colonial francesa. *Fonte:* Le tour du monde, Paris, Hachette, 1861, vol. III. © Hachette, Paris.

por ocasião da travessia rumo ao Novo Mundo. Essa crise econômica acendeu o antagonismo político e social que opunha, uns aos outros,os guerreiros hasaniyya, de origem árabe, os Banū Maghfar, e os marabutos de origem berbere, os Sanhādja.

A sociedade berbere estava abalada pela descida, rumo ao sul, dos guerreiros hasaniyya e pelo monopólio de Saint-Louis que desviava o comércio do vale do rio Senegal. Nāsir al-Dīn impulsionou então um movimento religioso baseado no Islã puritano, a fim de salvar a sociedade berbere da desintegração através da conquista do vale do rio Senegal, de vital importância para a economia do Sahel. A luta entre os guerreiros hasaniyya e os berberes da classe dos marabutos prolongou-se em virtude da proclamação da guerra santa (*jihad*) nos reinos do vale do rio Senegal. Em seu contexto de origem, o movimento de Nāsir al-Dīn constituía uma tentativa de regular a vida política e social segundo os ensinamentos da *shari'a* (lei islâmica) em sua mais pura ortodoxia, a fim de acabar com o poder arbitrário dos guerreiros hasaniyya através da instauração de uma verdadeira teocracia muçulmana.

A proclamação da *jihad* nos reinos do vale do rio era motivada por considerações tanto econômicas, quanto religiosas: a reconquista dos mercados de cereais e escravos, a conversão da população e a purificação das práticas do Islã. A partir de 1677, o sucesso da guerra santa no Waalo, no Futa Tora, no Cayor e no Jolof foi amplamente facilitado pela profunda crise vivida pela Senegâmbia Setentrional, em função dos perniciosos desdobramentos da intensificação do tráfico negreiro durante a segunda metade do século XVII. As consequências da caça de cativos em grande escala constituíram a base de um dos principais temas desenvolvidos pelo movimento de Nāsir al-Dīn.

Tal movimento puritano, senão reformista, opôs-se, de início, ao prosseguimento do tráfico negreiro e condenou vigorosamente a tirania dos reis que participavam ativamente das capturas[14]. A ausência de dados precisos não

14 Chambonneau, a principal testemunha desses acontecimentos, evidenciou muito bem as causas do movimento de Nāsir al-Dīn que, na qualidade de grande servo de Deus, tinha como missão " mostrar a todos os reis como mudar de vida, praticando o *Sala* de forma melhor e mais frequente, contentando--se com três ou quatro mulheres, excluindo de sua convivência todos os griots, trovadores e gente de prazer, e, portanto, Deus não queria que eles pilhassem seus súditos e ainda menos que os matassem ou os tornassem cativos". Ele continua: "Deus não permite que os reis pilhem, matem ou façam cativos dentro de seus povos, aos reis cabendo, ao contrário, mantê-los e protegê-los, não sendo os povos feitos para os reis, mas os reis para os povos." Até esse período, o movimento dos marabutos era conhecido na sua fase mauritana, graças aos *Ta'rīkh* de origem berbere, divulgados por Ismā'il Hamet. O texto de Chambonneau, publicado por C. I. A. Ritchie, esclarece ainda mais a verdadeira dimensão dessa revolução muçulmana que se estendeu até os Estados do rio Senegal. Ver C. I. A. Ritchie, 1968, pp. 338 e 339.

constitui um argumento suficiente para negar a evidência dos efeitos desastrosos do tráfico negreiro, quer no plano econômico, político ou social[15].

De início, o movimento ligado aos marabutos foi, antes de mais nada, uma reação de autodefesa do comércio transaariano diante do monopólio cada vez mais poderoso da feitoria de Saint-Louis. Nesse contexto, ele opunha-se não somente ao monopólio comercial de Saint-Louis no vale do rio Senegal, mas também, e sobretudo, ao prosseguimento do tráfico negreiro, ou seja, à exportação maciça de força de trabalho que assolava a região de modo decisivo.

Tal oposição ao comércio de escravos não significava, em hipótese alguma, qualquer propósito de eliminar a escravidão doméstica ou a venda de escravos em pequena escala, pois que se tratava de uma tradição secular cujo desenvolvimento no quadro do comércio transaariano nunca provocara uma crise tão aguda quanto aquela do tráfico atlântico. Vale acrescentar que o Islã, no início mero pretexto usado pelo movimento dos marabutos, mudou desde então de caráter. De fato, da religião de uma casta minoritária de mercadores e de cortesões das cortes reais, passou a representar a reação popular de resistência contra a arbitrariedade das aristocracias no poder e contra os efeitos nocivos do comércio atlântico em seu conjunto.

Contando com a cumplicidade dos muçulmanos autóctones e o apoio das massas populares, o movimento dos marabutos, tal como um maremoto, varreu sucessivamente as aristocracias governantes no Futa Toro, no Waalo, no Cayor e no Jolof, sem encontrar forte resistência. Após a derrota desses quatro reinos, Nāsir al-Dīn substituiu as aristocracias decaídas por chefes religiosos convencidos da causa, chamados por Chambonneau de *buur jullit* ou grandes mestres de oração. Foi o triunfo, em todo o norte da Senegâmbia, das teocracias muçulmanas, as quais dependiam da autoridade política e espiritual de Nāsir al-Dīn, mas mantinham as características específicas a cada um dos reinos conquistados pelo movimento dos marabutos.

No Futa Toro, apesar da ausência de detalhes relativos a estes eventos, a vitória dos marabutos foi fulgurante. Além disso, a participação da população na

15 Todos os viajantes que visitaram a região depois de Charbonneau são unânimes em considerar que o sucesso do movimento dos marabutos se deu graças aos efeitos do tráfico negreiro. Em 1682, Lemaire fala do *Brak* que capturava escravos no seu próprio país, demonstrando que o sucesso do movimento dos marabutos se deveu à promessa feita aos habitantes do Waalo de "vingá-los da tirania de seus reis". Gaby, depois de Lacourbe em 1689, afirmará igualmente: "Os reis não têm o direito de impor tributos a seus súditos. Toda sua renda consiste em cativos e rebanho. Muitas vezes saqueiam seus súditos, sob o pretexto de que se falou mal deles ou que se roubou ou matou, de tal forma que ninguém tenha segurança a respeito de seus bens ou de sua liberdade, pois que qualquer um pode se tornar cativo, e é isso que causou uma revolução em seu reino." Todos esses testemunhos não impediram Philip D. Curtin de fechar os olhos sobre nossa interpretação do contexto econômico, político e social desse movimento. Consultar P. D. Curtin, 1975, p. 50.

queda do poder dos *satigi* foi maciça e violenta. No Waalo, o *brak* Fara Kumba Mbodji resistiu bravamente, mas foi subjugado pelo número de seguidores do movimento dos marabutos, recrutados no interior do Futa Toro. Sua morte, durante esse combate, permitiu ao partido dos marabutos instalar-se e nomear um *brak* fantoche, Yerim Kode, de extração real. Este aceitou as condições do sistema teocrático implantado por Nāsir al-Dīn[16].

No Cayor, a tradição oral é mais explicita no que diz respeito às circunstâncias do sucesso do movimento dos marabutos, o qual se aproveitou amplamente da crise política no seio da aristocracia. Nesse caso, tal movimento dirigido pelo *Xaadi* abraçou a causa da *Linger*, Yaasin Bubu, destituída de seu título pelo novo *damel*, Decce Maram Ngalgu, em proveito de sua mãe. Yaasin Bubu converteu-se ao Islã, dando assim o exemplo a uma parte da classe dirigente (*garmi*) e a sua clientela. Casou-se com o marabuto Njaay Sall que matou Decce Maram Ngalu, e ela instalou outro soberano no poder, Mafaali Gey, ele também convertido ao Islã por mera ambição política. Mas, pouco tempo depois, foi a vez de Mafaali ser morto, por não ter respeitado as leis corânicas. O assassino, Njaay Sall, proclamou-se então vice-rei no quadro do movimento "tubenan" de Nāsir al-Dīn. O assassinato de Mafaali acarretou uma cisão no movimento dos marabutos. Os *garmi*, ao perder a possibilidade de ascender ao trono do Cayor, recorreram ao *buur* saalum, Maxureja Joojo Juuf[17].

Mas, em 1674, o declínio do movimento foi precipitado pela morte de Nāsir al-Dīn, quando de uma batalha contra os guerreiros hasaniyya na Mauritânia, e motivado também pelas contradições internas dos vice-reinos dos Estados do rio Senegal. Tal declínio permitiu aos franceses – cujas atividades comerciais foram praticamente suspensas até a completa derrota do movimento dos marabutos, em 1677 – intervirem de forma direta para apoiar militarmente as aristocracias decaídas do Futa Toro, do Waalo, do Cayor e do Jolof. Esta reação tem diversas explicações. Em primeiro lugar, os franceses queriam impedir a consolidação, no vale do rio Senegal, de um amplo conjunto político que, sob o manto do Islã, poderia doravante impor suas condições comerciais. Desejavam também restabelecer o tráfico de escravos, na medida em que é imprescindível à prosperidade das plantações do Novo Mundo e, portanto, ao comércio triangular. Por terem plena consciência da ameaça direta do movimento dos marabutos sobre seus interesses, os franceses de Saint-Louis concederam apoio militar e financeiro

16 B. Barry, 1972, pp. 137-142. Nesse livro, nossa análise do movimento no Waalo foi mal interpretada, em razão de uma infeliz confusão com os eventos do Cayor.

17 L. G. Colvin, 1974, pp. 587-589; M. Diouf, 1980, pp. 122-123.

às diferentes aristocracias decaídas, a fim de ajudá-las a reconquistar o poder[18]. Apesar de tão evidente testemunho por parte de Chambonneau, Philip D. Curtin, com o pretexto de "descolonizar a história africana", tende a negar qualquer interferência entre a presença européia e a evolução das sociedades senegambianas, por ele estudadas isoladamente[19]. Para defender seus principais interesses, os franceses ofereceram um apoio logístico ao *Brak* de Waalo, Yerim Kode, que abandonou o partido dos marabutos no Futa Toro, no Jolof e no Cayor. Assim, em 1677, o movimento encontrou-se quase eliminado, para proveito das antigas aristocracias, restabelecidas em suas prerrogativas. O fracasso dessa primeira reação popular contra o tráfico negreiro e a arbitragem dos poderes estabelecidos teve consequências duradouras sobre a evolução dos reinos da Senegâmbia.

Na Mauritânia, fonte do movimento, a derrota dos marabutos berberes garantiu a perenidade do poder político dos guerreiros hasaniyya que fundaram os emirados do Trarza e do Brakna. A partir do século XVIII, a pressão militar dos hasaniyya sobre os Estados do lado esquerdo do rio Senegal foi constante, em virtude da intensificação do comércio da goma, o que permitiu aos mouros participar, desde então de forma lucrativa, do comércio atlântico. A guerra dos marabutos – conhecida, nos textos europeus, como o movimento *tubenan*, e nas crônicas berberes, como *shurbuba* – teve consequências mais sólidas do que o movimento almorávida, surgido na mesma região, no século XI.

O movimento almorávida lançara-se pela conquista do norte, ao passo que o movimento de Nāsir al-Dīn dirigira-se rumo ao sul. Apesar de seu fracasso, este último influenciou, doravante, a firme orientação dos berberes do Chamama, atraídos pelo comércio atlântico, na direção do vale do rio Senegal. Estes participaram cada vez mais da história política, econômica e religiosa da Senegâmbia. Por um lado, os emirados do Trarza e do Brakna envolveram-se na violência

18 Chambonneau, que presenciou os acontecimentos, descreve claramente a participação da feitoria de Saint-Louis na aniquilação do movimento dos marabutos. Durante a primeira campanha, entre maio e o 20 de junho do ano de 1674, de Muchin obteve o apoio dos chefes do Waalo e subiu novamente 60 léguas rio acima, nos primeiros dias de julho de 1674, com "os mesmos navios, e outros menores, de tal forma que a frota, por ser mais potente do que a primeira vez, amedrontou todos os negros que a avistaram [...]. Esta armada naval regressou um mês e meio depois, e quando chegou, no mês de agosto, foi recebida com salvas de fogos e atração [...]". C. I. A. Ritchie, 1968, pp. 345-346.

19 Eis o maior defeito do livro, por outro lado muito bem documentado, de Philip D. Curtin sobre a Senegâmbia. Nunca tentei negar a dinâmica interna própria das sociedades africanas, mas quis afirmar que sua evolução foi, desde o século XV, cada vez mais determinada pela presença européia. Tal presença incorporou a África ao sistema capitalista então em formação, inaugurando seu processo de dependência. Dependência esta que prossegue ainda hoje, e, como no passado, graças à aliança do capital estrangeiro com as classes dirigentes africanas. Mesmo que sob o pretexto de "descolonizar a história da África", não se pode negar essa evidência, a não ser com o objetivo de perpetuar a dependência da África. Ler, a esse respeito, a resenha de P. D. Curtin em B. Barry, 1972 (P. D. Curtin, 1973*b*).

generalizada entre os Estados do vale do Senegal; por outro, os marabutos zwāwiya continuaram estreitando suas relações com os partidos de marabutos instalados nos reinos de Senegâmbia, participando assim da contestação, pelo viés do Islã, dos poderes militares. A partir do fim do século XVII, o Chamama era parte integrante da Senegâmbia.

Essa longa guerra dos marabutos desencadeou, em toda região, uma série de ciclos de fome, bem como a repressão aos muçulmanos, o que levou a um aumento considerável do comércio de escravos, em favor da feitoria de Saint-Louis e da aristocracia triunfante. Dessa forma, a derrota dos marabutos garantiu a continuidade da expansão comercial de Saint-Louis com a cumplicidade da aristocracia, única beneficiária das vantagens do comércio atlântico. A França, em Saint-Louis, afastara definitivamente o perigo da criação de um amplo conjunto político que poderia ter-lhe imposto suas condições comerciais no vale do rio Senegal.

A pulverização política acentuou-se em razão tanto das guerras civis em prol da conquista do poder como daquelas que opunham os diferentes reinos, a fim de alimentar o comércio de escravos. O uso de armas de fogo generalizou-se, e os poderes autocrático e militar impuseram-se em todos os reinos, sendo os *sebbe* ou os cativos da coroa usados como instrumento do arbítrio das aristocracias no poder. Entretanto, a vitória de Saint-Louis reforçou a contradição entre a aristocracia e o resto do povo, cada vez mais voltado para o Islã que, a partir de então, constituiria o principal movimento de oposição aos regimes instalados no conjunto da Senegâmbia.

Desde essa época, numerosas famílias ligadas ao movimento dos marabutos deixaram as regiões costeiras e o vale do rio Senegal para se refugiar no interior, particularmente no Bundu e no Futa Djalon, onde tentaram consolidar a autonomia das comunidades muçulmanas. As revoluções muçulmanas dessas duas regiões, no começo do século XVIII, marcaram assim o triunfo do Islã militante, como reação às consequências do tráfico de escravos. Dessa forma, a oposição entre as teocracias muçulmanas e os reinos dos *sebbe* dominou a história da Senegâmbia ao longo do século XVIII, que é o apogeu da era do tráfico negreiro transatlântico.

O impacto do tráfico negreiro: poder *ceddo* e revolução muçulmana no século XVIII

Ao longo do século XVIII, todo comércio atlântico e, mais especificamente, o tráfico negreiro acentuaram a crise política, econômica e social dos Estados da Senegâmbia.

Nessa atmosfera de violência generalizada, os aristocratas *sebbe* reforçaram seu caráter guerreiro e impuseram a centralização do poder monárquico graças ao apoio dos escravos da coroa. Em reação à imposição da aristocracia, as comunidades muçulmanas constituíram enclaves no interior dos Estados, bem como organizaram as revoluções do Bundu, do Futa Djalon e do Futa Toro.

A consolidação do poder ceddo *e as crises políticas*

Os reinos wolofes do Kayor, do Bayol e do Waalo, assim como os reinos sereres do Siin e do Saalum evoluíram também no sentido da consolidação e da centralização do poder monárquico.

O Cayor, sob o reinado de Lat Sukaabe Fall, representou, sob todos os abetos, o perfeito exemplo da evolução de um regime *ceddo* para um regime autocrático, símbolo do advento dos senhores da guerra na Senegâmbia. Lat Sukaabe Fall (1695-1720) é considerado pela tradição como um usurpador que se aproveitou dos distúrbios para unir as coroas do Bawol e do Cayor, sob o título de *damel-teen*. Ele impôs o monopólio real sobre a venda de escravos e a compra de armas de fogo, e, por isso, reforçou o poder monárquico ao eliminar os ramos reais dorobe e gelowar em proveito de sua *meen* (família materna), os Geej. Favoreceu seus partidários no seio das linhagens detentoras de cargos hereditários e multiplicou as alianças matrimoniais, no intuito de criar uma ampla rede de clientela que doravante constituiria um componente permanente da vida política.

Lat Sukaabe implantou uma verdadeira reforma das instituições a fim de garantir a integração dos marabutos ao sistema político, pois sabia muito bem do perigo que o movimento dos marabutos representava desde a época de Nāsir al-Dīn. Nomeou os *serin lamb* (detentores das novas jurisdições) de tal forma a atrair os ramos caçulas do partido dos marabutos. De origem *garmi* ou *doomi Buur*, os *serin lamb* tornaram-se agentes do poder central, encarregados da defesa das fronteiras, e adotaram rapidamente os costumes militares do partido *ceddo* no poder. Por sua vez, os *serin jakk* recusaram qualquer compromisso com o poder *ceddo* e, além de dedicarem-se às atividades religiosas e ao ensino, continuaram a polarizar o descontentamento das massas camponesas submetidas ao espólio da aristocracia *ceddo*[20].

20 As reformas particularmente interessantes de Lat Sukaabe Fall foram evidenciadas por Lucy Colvin e amplamente explicitadas por Mamadou Diouf e Abdoulaye Bara Diop. Consultar L. G. Colvin, 1974, pp. 587-597; M. Diouf, 1980, pp. 124-130; A. B. Diop, 1981, pp. 167 e 226.

FIGURA 10.5 Um chefe wolof em seu lar. Desenho feito ao vivo por E. de Bérard. *Fonte:* Le tour du monde, Paris, Hachette, 1861, vol. III. © Hachette, Paris.

Todavia, a consolidação do poder central e, em particular, de sua linhagem geej atrapalhou consideravelmente os interesses do comércio francês, na medida em que Lat Sukaabe Fall, à frente do Cayor e do Bawol, pôde, a partir de então, impor seus preços às feitorias de Gorée, Rufisque e Portudal. Ele também foi partidário do livre comércio com as nações européias. Em 1701, mandou prender André Brué, o Diretor Geral da Companhia do Senegal, pois este queria impor o monopólio comercial da França nesta zona em detrimento dos ingleses da Gâmbia[21].

O reinado de Lat Sukaabe foi particularmente interessante por ter verdadeiramente marcado o advento dos senhores da guerra nos reinos wolofes e sereres. Esse monarca se impôs graças a sua habilidade em resolver, em proveito próprio, os conflitos políticos internos, e também graças ao monopólio real sobre as importações de armas. Contudo, quando da sua morte, os franceses aproveitaram-se da crise de sucessão para impedir, por qualquer meio, a reunificação do Cayor e do Bawol sob a autoridade de um único soberano, como foi

21 J. Boulègue, 1968, pp. 171-193.

caso do reinado de Maysa Ten Wejj, em 1736. Ale disso, os conflitos de sucessão entre os soberanos do Cayor e aqueles do Bawol constituíram a maior fonte de abastecimento de escravos, estimulando, por conseguinte, o fornecimento de armas a esses novos senhores da guerra que reinavam sem partilha sobre os reinos wolofes da costa[22].

O Waalo representa outro exemplo contundente dessa crise política e social causada pela intervenção regular dos franceses de Saint-Louis na luta de sucessão que opôs as três famílias reais: os Tejek, os Loggar e os Joos. Tal política intervencionista ocorreu em um momento em que a conjuntura econômica estava se transformando, em função da importância crescente do comércio da goma. Com efeito, a partir do início do século XVIII e motivado pelas necessidades da indústria têxtil européia, o comércio da goma – até então monopolizado pelos mouros dos emirados do Trarza e de Brakna – ajudou os franceses, não somente para solucionar a crise econômica do fim do século XVII, como também a exercer uma pressão constante sobre os reinos do vale do Senegal. O Waalo, o Cayor, o Jolof e o Futa Toro foram os últimos a sofrer as consequências dessa nova contradição, criada pelo desejo dos franceses de atrair, para seu benefício exclusivo, o comércio da goma para as feitorias do rio Senegal. Tal vontade era ditada pela forte concorrência exercidas pelos holandeses e ingleses sobre os franceses, principalmente nas *escalas* de Arguin e Portendick, na costa mauritana. De 1717 a 1727, essa concorrência deu origem à primeira guerra da goma cujas consequências foram duradouras, principalmente no desenvolvimento do reino do Waalo,[23].

Dessa forma, após o fracasso da expedição de Rigaudière, em 1723, visando recuperar as feitorias mauritanas, até então nas mãos dos holandeses, Brué, o comandante da feitoria de Saint-Louis, buscou formar uma aliança com o *Beccio* Malixuri, *kangam* (chefe de província) de Roos Beecio. O objetivo de tal aliança era levar Alichandora, o emir do Trarza, a entregar o forte de Arguin aos franceses, assim como de contrabalançar a hostilidade do *Brak* do Waalo e do *Damel* do Cayor para com a feitoria de Saint-Louis. Com o apoio desta, Malixuri rebelou-se em 1724 contra o *Brak* do Waalo, Yerim Mbanik. Essa tentativa de separação era representativa da política dos franceses de Saint-Louis, que tinha por objetivo o desmembramento político dos Estados, a fim de melhor defender seus próprios interesses[24].

22 C. Becker e V. Martin, 1975.

23 A. Delcourt, 1952, p. 240.

24 B. Barry, 1972, pp. 186-189.

Além disso, a partir do fracasso da mediação entre a feitoria de Saint-Louis e Alichandora, Malixuri perdeu o apoio da Companhia do Senegal, precipitando assim sua derrota diante do *brak* Yerim Mbanik. Este último, com um exército de 200 a 300 cavaleiros e 3.000 infantes – dos quais metade usava armas de fogo – tornou-se, em 1734, um dos mais poderosos reis da região. Por isso seus sucessores, os dois irmãos Njaag Aram Bakar (1733-1757) e, sobretudo, Naatago Aram Bakar (1756-1766), conseguiram exercer sua hegemonia sobre os reinos vizinhos, principalmente no Cayor, nesta época, arruinado pela fome e por sete anos de guerra civil. Eles reivindicaram então a posse da totalidade do território situado nas proximidades do estuário do Senegal, tentando, também, apoderar-se dos tributos pagos por Saint-Louis ao *Damel*.

A manifestação política de hegemonia do Waalo foi abalada pelos ingleses, quando estes ocuparam Saint-Louis a partir de 1758. Até então, o *Brak* Naatago Aram, cujo poder provinha do controle da via de acesso ao comércio, assediara constantemente os ingleses. Por desempenhar o papel de porteiro do rio, o *Brak* Naatago Aram exigiu várias vezes o aumento das taxas e do preço dos escravos. Em 1764, por duas vezes, bloqueou as trocas comerciais de Saint-Louis e interditou o acesso, pelo Waalo, à parte do rio acima. Os ingleses reagiram e disponibilizaram sua ajuda ao *Damel* do Cayor, Makoddu Kumba Jaaring, que conseguiu, no mês de agosto de 1765, resgatar a maior parte de território anexado pelo Waalo.

O governador inglês O'Hara, após ter pensado, por algum tempo, na construção de um forte no continente para garantir a segurança do comércio de Saint-Louis, aproveitou-se da morte de Naatago Aram com o objetivo de arrancar definitivamente o poder do Waalo. Animados pela manifesta vontade de angariar da região o maior número possível de escravos para suas plantações do Caribe, os ingleses forneceram armas aos mouros, que então invadiram todo o vale do Senegal. Em 1775, apenas no reino do Waalo, os ingleses conseguiram mais de 8.000 escravos em menos de seis meses. Nesta época, a abundância de escravos no mercado de Saint-Louis era tal que um escravo não valia mais do que uma peça de roupa[25].

Essa hemorragia humana coincidiu com o início de uma longa guerra civil de mais de vinte e nove anos, durante a qual as duas famílias reais, Loggar e Joos, tentaram recuperar o poder, monopolizado pela família Tejek desde o início do século XVIII. De fato, a ascensão dos dois irmãos Aram Bakar ao trono do

25 *Ibidem*, pp. 208-210.

Figura 10.6 Guerreiro do Waalo. *Fonte:* Le tour du monde, Paris, Hachette, 1861, vol. III. © Hachette, Paris.

Waalo simbolizou o triunfo da matrilinhagem tejek sobre as duas outras matrilhagens joos e loggar, segundo um processo idêntico àquele que deu origem ao monopólio geef no Cayor.

Contudo, o reino Waalo foi submetido desde cedo à pressão dos mouros trarza, cada vez mais poderosos por conta da importância da goma. Estes intervieram regularmente nas disputas de sucessão que arruinaram por completo o poder desse reino, desde então incapaz de ter uma política independente e de gerar uma dinâmica interna capaz de favorecer a emergência de verdadeiros senhores da guerra, da envergadura de Lat Skabbe Fall.

Os reinos sereres do Siin e do Saalum passaram por uma evolução similar àquela dos reinos wolofes. Entretanto, a história do Siin foi marcada pela estreiteza de suas fronteiras e pelo contexto global de violência, obrigando-o a se fechar sempre mais às influências externas e a praticar uma agricultura extensiva, para conservar sua coesão. O *Buur* siin instaurou, contudo, uma forte centralização administrativa, a fim de controlar os *sax-sax*, nomeados em cada localidade pelo poder central. Por outro lado, em função do caráter cosmopolita de sua população e, sobretudo, da sua posição vantajosa no eixo do rio Saalum, a evolução do Saalum foi assaz diferente. As ricas salinas garantiram assim ao *Buur* suficientes rendimentos para poder participar do tráfico de escravos e também para permitir a expansão do Saalum rumo à Gâmbia[26].

O Futa Toro, sob o regime dos denyanke desde a chegada de Koly Tengella, passou por uma evolução idêntica àquela dos reinos wolofes, ou seja, permanentes e violentos conflitos entre os pretendentes ao trono e, sobretudo, o uso maciço de armas de fogo. A crise política endêmica favoreceu a frequente intervenção dos mouros e da feitoria de Saint-Louis, preocupada, antes de mais nada, em satisfazer suas necessidades em escravos e goma.

Desde o início, a ausência de regras precisas de sucessão dos *satigi* favoreceu a guerra entre os diferentes pretendentes, assim como as várias usurpações possibilitadas pela força dos chefes de guerra *sebbe*. Em tal contexto de violência, Bubakar Sire pediu, em 1716, o apoio dos marroquinos, dando-lhes, assim, oportunidade para que estes interferir na vida política do Futa Toro, doravante obrigado a pagar o *muudul horma* (imposto cerealífero)[27]. Além disso, o Futa Toro participou diretamente da luta que opôs Alichandora e os emires do Trarza e do Brakna. Esta situação deu origem à intervenção crescente do Marrocos, que

26 M. A. Klein, 1968, pp. 26-29.

27 O. Kane, 1974, p. 245.

acabou mandando suas tropas, os famosos Orman, para resolver os conflitos do vale do rio Senegal, do Waalo até o Gajaaga.

De fato, em 1720, Alichandora, expulso e destituído pelos poderosos vizinhos do norte – os Ulad Dellim – pediu ajuda ao Sultão do Marrocos. Queria pôr fim à hegemonia do Brakna no sul da atual Mauritânia, ao passo que o *Shārīf* almejava, na realidade, o reconhecimento de sua suserania sobre os emirados mouros do sul do Marrocos. Mas os Orman, com 5.000 homens – segundo Saint-Robert –, não obedeceram às ordens e arrasaram todos os países ribeirinhos. Eles terminaram por se dividir em duas facções: uma delas aliou-se ao Trarza, a outra ao Brakna. Alichandora, derrotado em 1722 pela facção aliada ao Brakna, refugiou-se junto ao *beccio* Malixuro, no Waalo. Durante essa primeira metade do século XVIII, os Orman participaram ativamente das numerosas crises de sucessão do Futa Toro. Houve assim, entre maio de 1721 e dezembro de 1724, uma enorme confusão, uma vez que Bubakar Sire e Bubu Mūsā se sucederam numa rapidez vertiginosa no trono dos *satigi*, até o momento em que o lendário Samba Gelaajo Jeegi apropriou-se do poder, em 1725, com a ajuda dos Orman de Gaīdy e do comandante do forte Saint-Joseph[28].

Samba Gelaajo Jeegi (1725-1731) foi o protótipo do senhor da guerra cujas façanhas, temeridade e coragem alimentam até hoje as narrativas dos griots do Futa Toro. *Sambayel mo Lamotoko* [o pequeno samba que não reina] (por ter usurpado o poder pela força, sem ser entronizado) com sua famosa égua, Umulatum, e seu fuzil, *Bubu Lowake (bubu* significa que não é necessário carregá-lo) simbolizaram, sob todos os aspectos, a violência da vida política no Futa Toro.

Samba Gelaajo Jeegi foi o chefe *ceddo* por excelência que, com seu exército de *sebbe* munido de armas de fogo, levou a cabo quarenta e cinco batalhas durante seu reinado, ao som dos *bawdi peyya yiyan* (tambores de sangue) e dos *dadde yiyan* (cantos de guerra ou cantos de sangue)[29].

Sua epopéia, ainda maravilhosamente cantada no Futa Toro, foi evocada de forma magnífica nas duas versões publicadas por Amadou Ly e Amadou Abel Sy[30]. Esta evocação poética da gesta *ceddo* através da epopéia de Samba Gelaajo Jeegi é ainda hoje entoada pelos *sebbe* em seus cantos de guerra. O *gumbala*, hino à bravura e à coragem, é, antes de mais nada, o canto épico da morte, no qual o *ceddo* assume seu destino de guerreiro, sua fidelidade aos ancestrais e à ética de sua casta. Dessa forma, o que há de mais marcante no *gumbala* é

28 *Ibidem*, p. 246.

29 O. Kane, 1970*b*.

30 A. Ly, 1977; A. A. Sy, 1979.

a viril poesia composta de violência e de morte, de cavalgadas fantásticas e de desmedida. Trata-se de uma poesia macabra, um hino ao guerreiro, ao cavalo, ao fuzil e à lança:

> *Aquele é o homem que dizia....*
> *Pelas preces de minha mãe,*
> *Pelas preces de meu pai,*
> *Não me mate, meu Deus, de uma morte vergonhosa,*
> *Aquela de morrer em minha cama*
> *Junto ao choro das crianças*
> *E aos gemidos dos idosos*[31].

Da mesma forma, os *lenngi*, apenas cantados pelas mulheres *sebbe* durante os casamentos ou as circuncisões, são cantos heróicos evocando o desdém pela morte e a salvaguarda da honra. Cantá-los permite reafirmar o pertencimento dos noivos à casta dos *sebbe* e lembrá-los dos valores que deverão perpetuar[32]. Porém, essa epopéia de Samba Gelaajo Jeegi encontra-se infelizmente evocada fora de seu verdadeiro contexto histórico dominado pela violência advinda do tráfico negreiro, contexto este que, ao fim e ao cabo, explica a emergência desse tipo de senhor da guerra, sustentado pela ética *ceddo*. Dois fatores podem esclarecer a situação de violência permanente do Futa Toro. O Marrocos, por intermédio de seu exército de Orman, almejava controlar os emirados mouros inseridos no circuito atlântico, graças ao comércio de goma e escravos. Por sua vez, a feitoria francesa de Saint-Louis estava presente em quase todo o rio Senegal, com o principal objetivo de arrancar o maior número possível de escravos da região. Todos esses fatores externos criaram um cenário de instabilidade crônica no Futa Toro, em que a aristocracia militar dos denyanke disputou constantemente o poder do *satigi*, contando com o apoio dos mouros e de seus aliados orman, ou, ainda, dos franceses. Assim, Samba Gelaajo Jeegi, aliado aos mouros, tentou em seguida se aproximar dos franceses de Saint-Louis, com o intuito de abalar a tutela marroquina. Em 1725, pediu armas, pólvora e balas em troca de uma centena de cativos e solicitou à Companhia do Senegal a construção de um forte em Jowol, sua capital. Melhor ainda, em julho de 1725, ele tentou proteger os interesses franceses contra o espólio dos mouros. Talvez fosse essa aliança que

---

31 A. A. Sy, 1979, pp. 365-367.

32 *Ibidem*, pp. 438-439.

lhe permitiu reinar sem interrupção no Futa Toro, de 1725 a 1731, apesar das pretensões de seus dois rivais, Bubu Mūsā e Konko Bubu Mūsā[33].

Entretanto, por estarem longe de sua base de Saint-Louis, os franceses não conseguiram pôr um fim definitivo à pressão exercida pelos mouros que, desde essa época, "tinham a negraria sob controle[34]".Aliás, os franceses acabaram manipulando algumas facções para atrapalhar Konko Bubu Mūsā e dar vantagem a seu aliado Samba Gelaajo Jeegi, exilado novamente em Bundu. Com efeito, entre 1738 e 1741, este último, cujo exército era constituído por uma facção de Orman, alistados por Saint Adon em troca de mercadorias, reconquistou o poder frente a Konko Bubu Mūsā. Permaneceu, contudo, refém de seus aliados orman e mouros; para se livrar da tutela destes, tentou em vão pleitear junto aos franceses a construção de um forte em Jowol. Morreu pouco depois em circunstâncias misteriosas. Para a tradição, ele morreu segundo o ideal de coragem do guerreiro *ceddo*, ou seja, pela mão traidora de sua mulher, comprada por seus inimigos durante seu segundo exílio no Bundo: "Colocaste *lalo* em minha refeição por causa da nossa discussão do outro dia. Sei que morrerei ao comer essa refeição, mas a comerei mesmo assim. Nunca se dirá que tive medo da morte. Nunca recuo diante da morte e me afasto da desonra[35]."

Pouco importam, aliás, as circunstâncias da morte de Samba Gelaajo Jeegin, herói lendário da violência sacralizada neste Futa Toro minado pela guerra. A partir de 1752, o novo *satigi* Sube Njaay, por sua vez, foi expulso por Yaye Hoola, acompanhado por seus guerreiros que saquearam o Bundu, com a ajuda do Xaaso e dos Orman. O Futa Toro parecia estar no fundo do abismo, pois os *satigi* se sucederam em um ritmo frenético, o que favoreceu a dominação dos mouros, em um país que reuniria, a partir de então, todas as condições para o sucesso da revolução muçulmana de 1776[36].

Desde o fim do século XVII, o Gajaaga, rio acima, integrou-se também ao circuito do comércio atlântico, aumentando consideravelmente as atividades dos comerciantes soninke, na encruzilhada das três regiões ecológicas da Senegâm-

33 O. Kane, 1974, pp. 246-247.

34 *Ibidem*, p. 248.

35 O. Kane, 1970*b*, p. 924.

36 "É sempre o mesmo o que se pode dizer a respeito do país dos Fula. Ele é sempre o alvo dos mouros e não se presta mais atenção às revoluções que lá ocorrem, pois elas não influem em nada na situação do país. Pagamos o tributo habitual ao rei que se embutira no lugar. Tudo se passa muito bem." Arquivos nacionais da França, Col. C6-16, *Lettre du Conseil supérieur du Sénégal, 25 juillet 1752*. "O país dos Fula mudou de rei. Não há nada mais a ser dito, pois não interessa sobre qual cabeça cairá a coroa, uma vez que todo poder esta na realidade nas mãos dos mouros." Arquivos nacionais da França, Col. C6-14, *Lettre du Conseil supérieur du Sénégal, 20 juin 1753*.

bia, ou seja, a costa, a savana e o Sahel. O comércio soninke fazia do Gajaaga o principal fornecedor, tanto de sal e de mercadorias européias para os países do Arco do Níger, quanto de tecidos de algodão para a Senegâmbia ocidental. Porém, apesar dessa dinâmica, o país, tal como o Futa Toro, sofreu uma crise política e social ligada ao tráfico negreiro e à invasão dos Orman. A crise política – que começou por volta de 1700, com disputa entre o *Tunka,* Naame de Maxanna, e seu primo, Maxan de Tamboukane, na província do Kammera – prolongou-se, em 1730, com a guerra entre o Gwey e o Kammera, provocada pela deposição do *tunka* Muusa Jaabe de Ciaabu em favor de Bukari Sette de Maxanna, proclamado nesta ocasião chefe da confederação do Gajaaga.

Essas tensões multiplicaram-se e levaram, entre 1744 e 1745, a uma série de guerras civis que destruíram para sempre a unidade da Confederação soninke, favorecendo, assim, em 1750, a invasão do país pelo Xaaso, aliado aos bambara do Kaarta. O invasor xaasonke foi repelido, mas o Gwey e o Kammera acabaram enfraquecidos por intermináveis disputas, e o futuro da confederação do Gajaaga encontrou-se comprometido de forma duradoura[37].

Há escassas informações acerca da evolução do reino do Kaabu, que dominou a Senegâmbia Meridional até o triunfo da revolução muçulmana do Futa Djalon. O poder do Kaabu, ainda significativo após o século XVIII, fundava-se no comércio de escravos, fato que reforçou consideravelmente o caráter guerreiro do Reino nanco. Por volta de 1738, o *Mansa* do Kaabu entregou 600 escravos por ano, unicamente para os portugueses, enquanto a região dos rios do Sul, sob controle kaabunke, exportava milhares de cativos. O Kaabu firmou então sua autoridade nas províncias costeiras, enquanto espoliava seus vizinhos do interior, bajaranke, fulakunda, koniagui e bassari. Tendo Bara Mansa falecido por volta 1705, o Kaabu, agora dirigido pela aristocracia nanco, parecia estar no auge de seu poder. Porém, o estado de guerra permanente consolidou, ao mesmo tempo, as posições tanto dos *khorin* (chefes de guerra em nível provincial), quanto dos guerreiros sonike, famosos pelo consumo abusivo de *dolo* (álcool). Nesse caso, também, como revelaria a crise política do século XIX, as disputas entre as três linhagens reais de Sama, Pacana e Jimara deram lugar a múltiplas guerras civis, visando impor um poder central único no reino. Tal conjuntura, atestada no século XIX por abundante documentação, explicou o sucesso das guerras santas fomentadas a partir do Futa Djalon e do Bundu, bem como das revoluções muçulmanas internas contra o Estado soninke do Kaabu[38].

37 A. Bathily, 1975.

38 M. Mané, 1978, p. 128.

As revoluções muçulmanas do século XVIII

Na segunda metade do século XVII, a derrota militar do movimento marabuto de Nāsir al-Dīn foi seguida pela intensificação da ação clandestina do Islã contra o poder *ceddo* e, também, pelas desastrosas consequências do tráfico de escravos em toda região da Senegâmbia.

No interior dos Estados controlados pelas poderosas aristocracias militares, as comunidades muçulmanas reforçaram-se, conquistando progressivamente sua autonomia política e social sob a direção de influentes familias de marabutos. Cada vez mais, essas comunidades muçulmanas – ligadas entre si para além das fronteiras nacionais, em função de vários vínculos religiosos, políticos e econômicos – tentaram ora criar novos Estados, ora tomar o poder através da violência e da proclamação da guerra santa.

Assim, a partir do fim do século XVII, Maalik Sy fundou a teocracia muçulmana do Bundu, seguida, no início do século XVIII, pela revolução muçulmana do Futa Djalon liderada por Karamokho Alfa. Após o sucesso dos muçulmanos nesta região situada nas fronteiras da Senegâmbia, foi preciso esperar a segunda metade do século XVIII para assistir ao triunfo do partido marabuto torodo, liderado por Sulaymān Baal, no Futa Toro, bastião do regime denyanke. Este triplo sucesso revelou tanto a continuidade quanto a solidariedade do movimento dos marabutos em toda região da Senegâmbia, cuja história será, a partir de então, dominada pela luta entre as teocracias muçulmanas e o poder *ceddo*.

A revolução muçulmana no Bundu

A repressão imposta aos marabutos após a derrota de Nāsir al-Dīn provocou a saída maciça de um grande número de muçulmanos do Futa Toro rumo ao Bundu, onde Maalik Sy fundou, por volta de 1690, a primeira teocracia muçulmana nos confins da Senegâmbia. Maalik Sy foi sem dúvida um seguidor do movimento dos marabutos e fez parte desta plêiade de líderes muçulmanos educados em Pir ou em Kokki, no Cayor, em ligação estreita com os berberes *zāwiya*.

Nascido em Suyuma, perto de Podor, Maalik Sy, após ter terminado sua educação religiosa, viajou pela Senegâmbia para se estabelecer finalmente no limite do Gajaaga, com a autorização do *Tunka* de Ciaabu. Entretanto, tal aliança, firmada entre Maalik Sy e o *Tunka*, que lhe concedia assim uma concessão territorial tal como reza a tradição do Jonnu, foi rapidamente rompida devido à

posição estratégica do Bundu no fim da rotas comerciais da Gâmbia[39]. De fato, Maalik Sy, instalado nesta região cosmopolita onde conviviam bajaranke, koniagui, bassari, jaxanke, soninke e numerosos fulbe vindos do Futa Toro, aproveitou-se da fraqueza do Gajaaga para proclamar a guerra santa. Criou assim o Estado teocrático do Bundu, graças a seu prestígio religioso e à organização militar, por ele implementada com o apoio dos muçulmanos vindos em sua maioria do Futa Toro, após a derrota do movimento dos marabutos[40].

Maalik Sy abraçou a causa dos marabutos jaxanke, que tinham os interesses comerciais constantemente ameaçados pelos espólios da aristocracia militar do Gajaaga. O partido muçulmano tomou então o controle da região de Falémé cuja importância comercial e riqueza agrícola constituiriam, no decorrer dos séculos seguintes, o fundamento da potência da dinastia sisibe[41]. Maalik Sy tomou, por sua vez, o título de *almamy*, uma deformação, em língua fulfude, de *al-imān*, título já usado por Nāsir al-Dīn.

Philip D. Curtin evidencia as ligações religiosas e familiares existentes entre o movimento de Nāsir al-Dīn e a revolução do Bundu. Maalik Sy, mesmo não participando diretamente da guerra dos marabutos, foi, de todo modo, um fervoroso defensor, tendo realizado parte dos objetivos políticos e religiosos do partido dos marabutos[42].

Apesar da falta de documentação para explicar as causas do sucesso dessa primeira revolução muçulmana, fica claro que as comunidades muçulmanas buscaram implantar-se longe da costa, nos confins da Senegâmbia, a fim de escapar da política de opressão do poder *ceddo*. O destino do Bundu esteve desde então ligado ao das comunidades muçulmanas do Futa Toro e do Futa Djalon, aos quais servia como intermediário. Notoriamente bem situado nas rotas comerciais, ligando o Arco do Níger às feitorias da Gâmbia, o Bundu consolidou-se progressivamente sob a dinastia dos sisibe, em detrimento do Gajaaga[43].

A revolução muçulmana no Futa Djalon

A vitoriosa revolução muçulmana do Bundu foi seguida, alguns anos mais tarde, pela revolução do Futa Djalon, ocorrida em condições quase similares.

39 A. Bathily, 1975, pp. 57-59.

40 P. D. Curtin, 1971*a*, pp. 20-22.

41 A. Bathily, 1975, p. 58.

42 P. D. Curtin, 1971*a*, p. 22.

43 S. Diagne, 1975, p. 1.

O destino do maciço montanhoso do Futa Djalon – obstáculo natural que se tornou, ao longo dos séculos, o refúgio dos jallonke, dos sos e dos fulbe – foi completamente abalado no decorrer dos séculos XVI e XVII. Com efeito, a invasão de Koly Tengella e, sobretudo, o avanço do comércio atlântico provocaram, desde cedo, uma potente aculturação, acelerando simultaneamente o movimento dos habitantes do Sudão rumo à floresta ou à costa, o que fez dos altos platôs do Fouta Djalon um lugar de trânsito privilegiado. Por outro lado, tal interseção foi economicamente revalorizada graças à existência de um importante rebanho pertencente aos pastores fulbe, atraídos em grande número depois do século XV pela abundância de pastagens nos altos platôs.

O Futa Djalon, desde então integrado ao circuito do comércio atlântico, foi palco de uma profunda transformação econômica, política e social, a qual deu origem à revolução muçulmana do início do século XVII. Walter Rodney explica claramente o contexto econômico, político e social da revolução de 1725, e de que modo ela possibilitou a criação, pelo partido dos marabutos, do Estado teocrático do Futa Djalon. Ele mostra que apresentar a revolução meramente como uma luta entre os infelizes Fulbe seus senhores e exploradores Jallonke é uma simplificação.

De fato, os fulbe tornaram-se provavelmente, ao longo do século XVII, o mais rico e poderoso grupo social do país, graças à articulação de três fatores. Em primeiro lugar, o considerável crescimento da população de origem fulbe – oriunda do Bundu, do Futa Toro, do Macina e do Sahel, em busca de novas pastagens. Em segundo lugar, a expansão do comércio atlântico e o correlativo aumento do comércio de rebanho e do couro, reforçando assim a posição econômica dos fulbe, tradicionais criadores de bovinos. Enfim, o surgimento do militantismo islâmico que serviu de ideologia para a construção de uma nova ordem econômica, política e social[44].

A esse respeito, a revolução muçulmana do Futa Djalon, assim como a do Bundu, aparece cada vez mais claramente como uma reação ao contexto de violência e às transformações radicais criadas pelo tráfico negreiro. Os líderes da revolução muçulmana do Futa Djalon eram não somente oriundos do Macina, como também do vale do rio Senegal onde haviam estabelecido ligações estreitas com o movimento marabuto de Nāsir al-Dīn.

Philip D. Curtin e N. Levtzion explicitaram as ligações religiosas, políticas e matrimoniais existentes entre as diferentes famílias de marabutos do Futa

44 W. Rodney, 1968, pp. 274-276.

Toro, do Bundu e do Futa Djalon[45]. A estrada que ligava o vale do rio Senegal aos altos platôs do Futa Djalon através da Falémé constitui um dado permanente da história do povoamento da Senegâmbia, o que ilustra muito bem o itinerário de Shaykh 'Umar, no século XIX. O Bundu era o foco de transmissão do movimento dos marabutos, que, embora derrotado no Futa Toro do século XVII, triunfou no Futa Djalon, no início do século XVIII, graças à participação das diversas comunidades fulbe, mande e jaxanke da região. Neste contexto de captura de cativos organizada em grande escala pelo poderoso Estado do Kaabu, a revolução muçulmana do Futa Djalon representou a vitória do partido dos marabutos, cujo maior objetivo era garantir a segurança da comunidade muçulmana.

Em sua essência, essa revolução muçulmana estava longe de ser uma simples guerra étnica opondo os pastores fulbe aos cultivadores jallonke sedentários. A tradição mostra bem o caráter multiétnico dessa revolução, dirigida no início por doze marabutos fulbe e dez marabutos mandes, certamente de origem jaxanke. Por outro lado, o movimento encontrou a oposição dos chefes de Kafu e dos jallonke, bem como dos fulbe não muçulmanos que viviam em zonas longínquas com seu rebanho. Ficou claro que os fulbe muçulmanos, desejosos de abolir os impostos sobre o rebanho, se aliaram nesta circunstância aos jula mande ou jaxanke – cuja vocação comercial sempre fora associada à prática do Islã – no intuito de criar um amplo conjunto político que substituísse as pequenas chefias jallonke, doravante incapazes de garantir a segurança da população no contexto do tráfico negreiro.

A revolução muçulmana não foi feita por pastores errantes e sem raízes, mas sim por muçulmanos de todas as origens firmemente estabelecidos nesta zona de refúgio dos altos platôs do Futa Djalon. O partido dos marabutos – cujos membros, em sua maioria, haviam sido formados no famoso centro de ensino jaxanke de Jaxaba, no Bafing – consolidou-se, de fato, graças à participação de um grande número de fulbe, capazes de explorar seu importante rebanho em um quadro que apontava para uma progressiva sedentarização. O comércio de bovinos e de couro em direção à costa deu origem a seu poder econômico, ao passo que o Islã proporcionou-lhes a ideologia necessária à construção de uma nova ordem política e social.

Dessa forma, após a vitória do partido dos marabutos decorrente da guerra santa provocada contra as diferentes aristocracias jallonke no poder, os líderes

45 P. D. Curtin, 1971*a*, pp. 21-22; N. Levtzion, 1971*a*.

Figura 10.7 Mulher fulbe no Futa Djalon. *Fonte:* Institut fondamental d'Afrique noire (IFAN Cheikh Anta Diop), Dakar. Foto: G. Labitte.

muçulmanos criaram a confederação do Futa Djalon, pondo à sua frente lbrahima Sambegu, conhecido como Karamokho Alfa, chefe da linhagem sediyanke da família Barry de Timbo, com o título de *almamy*. A Confederação era dividida em nove províncias ou *diwe* (singular *diwal*) cujos chefes gozavam do título de

alfa e eram escolhidos dentre os chefes da *jihad*. No início, a divisão territorial correspondia assim ao território libertado por cada um dos chefes da revolução muçulmana. Assim, Karamokho Alfa, *almamy* e chefe da confederação do Futa Djalon, era, antes de mais nada, o *alfa* do *diwal* de Timbo, a capital. Desde o início, o poder do *almamy*, baseado em Timbo, encontrava-se amplamente limitado não só pela grande autonomia concedida aos chefes das províncias de Labé, Buriya, Timbi, Kebaali, Kollade, Koyin, Fugumba e Fode Haaji, mas também pela existência de um conselho de anciãos que desempenhava o papel de parlamento em Fugumba, a capital religiosa[46].

A teocracia muçulmana do Futa Djalon emergiu assim de uma série de campanhas militares que opuseram o partido dos marabutos aos chefes jallonke de Kafu, os quais defendiam principalmente sua soberania política. Mas a guerra santa, causa da vitória do partido dos marabutos, quando da famosa batalha de Talansan, prolongou-se em razão da tentativa de converter ao Islã as comunidades não muçulmanas fixadas no interior do maciço do Fouta Djalon. Neste momento, os muçulmanos encontraram uma forte oposição dos pastores nômades fulbe, que já ocupavam a região há séculos e eram hostis ao Islã, para eles sinônimo de sedentarização e de controle político e econômico. Tal oposição emanava daqueles que viriam a constituir, depois, a classe dos fulbe do interior, na base da pirâmide social, explorada pela classe dos marabutos no poder. A mera existência desse fato deveria pôr fim a qualquer interpretação racial e esquemática da revolução muçulmana, como sendo o resultado de uma invasão fulbe que submeteu os autóctones jallonke. Tudo isso mostra não só a amplitude das hostilidades ao longo do tempo, mas também a lentidão com que se consolidou o regime teocrático, obrigado a criar uma nova estrutura politiza para substituir a do Jallonke Kafu, ao longo do século XVIII[47].

Com morte de Karamokho Alfa, por volta de 1751, o poder do *almamy* foi entregue a Ibrahim Sory, conhecido como Sory Mawdo (Sory, o Grande). O líder religioso da *jihad* cedeu então o lugar ao comandante-em-chefe do exército que, em nome da *jihad*, implementou no Futa Djalon uma política agressiva contra os países vizinhos. Na verdade, essa política dissimulava a maior caça de escravos da época, destinada a satisfazer as necessidades internas da aristocracia no poder e, sobretudo, a demanda crescente dos negreiros da costa.

Como no caso do reino do Daomé ou da Confederação ashanti, não se pode compreender a evolução da história do Futa Djalon fora do contexto global do

46 T. Diallo, 1972, p. 28.

47 N. Levtzion, 1975, p. 208.

tráfico negreiro, dominante no comércio transatlântico. Esses reinos, constituídos de início para reagir contra as desastrosas consequências da caça de cativos, consolidaram-se e acabaram participando de forma proveitosa de tal comércio, quer porque queriam se defender contra os reinos vizinhos, quer porque estavam atraídos pelo lucro. O Islã era apenas uma ideologia dentre várias outras destinadas a manter e consolidar o poder da autocracia instalada.

Sory Mawdo engajou-se assim numa série de guerras contra os países vizinhos, no intuito de espoliá-los e deles obter escravos, com a ajuda do chefe do reino jallonke do Solimana. Entretanto, a coligação foi derrotada em 1762 por Konde Burama, rei do Sankaran que, em 1762, conseguiu ocupar Timbo, graças ao abandono do Solimana. Foi necessária uma reação nacional para conter seu exército na entrada de Fugumba, e só por volta de 1776 Sory Mawdo eliminou definitivamente o perigo representado por Konde Burama. A derrota do Sankaran inaugurou um longo período de dominação do Futa Djalon sobre o Solimana, no leste de Timbo. Essa vitória consolidou consideravelmente o poder do *almamy* Sory Mawdo que impôs, até sua morte em 1791, a autoridade da facção militar sobre a facção religiosa.

O desaparecimento de Sory Mawdo deu origem a um período político conturbado. Seu filho Sadu foi assassinado, em 1797-1798, pelos seguidores de 'Abdulay Bademba, filho do primeiro *almamy*, Karamokho Alfa. Foi certamente nessa época que surgiu o sistema de alternância no poder das famílias Alfaya – descendentes de Karamokho Alfa – e Soriya –descendentes de Sory Mawda. Tal divisão do poder, com estruturas políticas semelhantes às dos reinos *sebbe*, com duas ou mais linhagens reais, enfraqueceu consideravelmente o poder central, permitindo também ao Conselho dos Anciãos, encarregado do respeito da *sh̲arī'a*, controlar o poder do *almamy*, e possibilitando aos chefes de província consolidar sua autonomia.

Apesar da fraqueza inerente a este sistema político, o reino do Futa Djalon foi capaz de salvaguardar sua independência até a época da conquista colonial e, até mesmo, de se estender além de suas fronteiras. Todavia, o novo regime perdeu seu caráter revolucionário aos poucos, uma vez que o partido dos marabutos, outrora uma segurança garantida no interior do maciço do Futa Djalon, se transformou em uma aristocracia religiosa e militar, participando ativamente do tráfico negreiro. Como em qualquer outro lugar, o comércio de escravos tornou-se monopólio de Estado, graças ao controle das rotas comerciais e da organização de caravanas rumo à costa. A predominância do tráfico negreiro é um componente constante no século XVIII, já que os europeus se desinteressaram por produtos tais como ouro, marfim e couros, dando preferência aos escravos. Thomas Winterbottom, em visita a Timbo em 1794, explica bem a

dinâmica desse sistema de tráfico negreiro, que obrigava os *almamy* a entrar em guerra para obter os escravos, que constituíam o único produto que se poderia trocar por mercadorias européias[48].

Desde então, a guerra santa perdeu seu caráter religioso, e o Islã serviu de pretexto para a captura de cativos dentre os infiéis das fronteiras do Futa Djalon. A predominância dos escravos nas trocas por produtos europeus explica o cunho opressivo do novo regime. Com efeito, os não muçulmanos eram maciçamente reduzidos à condição de escravo e vendidos na costa, ou simplesmente encarcerados em *runde* (vilas de escravos). A criação desses *runde* constituiu, ao longo do século XVIII, a mais característica instituição do novo regime do Futa Djalon[49]. De fato, a intensificação do processo de escravidão nacional servia não somente para sustentar as necessidades alimentícias da aristocracia política e religiosa, como também para atender à demanda, da parte dos navios negreiros, em cereais destinados à alimentação dos escravos. Devido à sua localização central entre os Estados bambara e a costa, o Futa Djalon participava das razias ou comprava escravos para sua produção interna e, ao mesmo tempo, vendia seu excedente na costa, a fim de obter as mercadorias européias e o sal necessários a sua economia pastoral. Assim, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, esse tráfico levou ao Futa Djalon um incalculável número de escravos de todas as origens: bambara, kisi, jallonke, fulbe, bassari e koniagui.

Esta forte presença de escravos, que não se pode explicar fora do contexto do tráfico negreiro, contribuiu para falsear o estudo da evolução interna do Futa Djalon. Nesse sentido, vários historiadores consideram que a história desse país é apenas resultado da invasão maciça dos fulbe, vindos para sujeitar os antigos habitantes jallonke, invasão esta que teria envenenado o conflito que opunha as duas etnias. Ora, parece claro que toda a evolução interna do Futa Djalon foi dominada pela constituição de uma sociedade hierarquizada, desigual por natureza, baseada no Islã como ideologia do poder. Os muçulmanos distinguiam-se dos não muçulmanos pelos direitos de homem livre, dos quais os primeiros gozavam plenamente, ao passo que os segundos eram relegados a um estatuto servil no seio da nova sociedade, regida pela *sh̲ari'a*. A dominação da língua e da cultura fulbe não deve velar a verdadeira dinâmica da evolução interna, caracterizada pela existência de classes sociais bem distintas e fundadas na ideologia muçulmana.

48 T. Winterbottom, 1803.

49 W. Rodney, 1968, pp. 280-282.

Além da distinção fundamental entre *rimbe* (singular *dimo*, homens livres) e *maccube* (escravos), dentro da sociedade dominante dos homens livres existia uma hierarquização que refletia, antes de mais nada, relações de desigualdade e exploração. Dentre os *rimbe*, distinguiam-se, no topo da hierarquia, os *las li*, ou seja, a aristocracia do sabre e da lança e aquela do livro e do tinteiro. Essa aristocracia, composta pelos descendentes das grandes famílias de marabutos na origem da guerra santa, exercia um poder absoluto. Tratava-se então de uma classe política e religiosa que explorava não só seus inúmeros vassalos e subordinados, como também a maior parte dos escravos concentrados nos *runde*.

A sociedade fulbe do Futa Djalon compreendia também a grande massa dos homens livres, cuja condição dependia de seu posicionamento em relação à classe política dominante, ou da classe de marabutos detentora do saber. Assim, na base da pirâmide social, encontravam-se os fulbe do interior, em sua maioria descendentes dos fulbes tardiamente convertidos ao Islã depois da *jihad*. Por quase não possuírem escravos, esses fulbe trabalhavam na terra, tarefa considerada impura pelos membros da aristocracia. Submetidos à vontade do conjunto da classe dirigente política dos marabutos, sua única riqueza consistia no rebanho. Todavia, no decorrer do século XVIII, o crescimento da escravidão domestica, em estreito vínculo com o tráfico atlântico, constituiu o principal fator da evolução das sociedades senegambianas. A concentração de escravos nos *runde* do Futa Djalon e na região dos Rios do Sul era tão importante que se assistiu, no fim do século XVIII, a uma série de revoltas escavas.

Esse tipo de escravidão foi, sem dúvida, a origem da revolução cultural do Futa Djalon, a partir da qual a classe política dos marabutos, dispensada dos trabalhos agrícolas, podia dedicar-se ao ensino. De fato, segundo o testemunho de Winterbottom, que visitou Timbo em 1794, o novo regime incentivava fortemente a implantação de escolas alcorânicas em todo país. A sólida organização política e social, doravante baseada na *shari'a* e a proibição da venda dos muçulmanos, poupou o Futa Djalon do triste espetáculo da anarquia e do despovoamento[50]. Isso explica o contraste entre o superpovoamento e a relativa escassez de recursos naturais desse maciço montanhoso. Por conseguinte, o reino teocrático experimentou uma certa estabilidade, garantida pela classe dirigente muçulmana que, em seu benefício, zelava pela segurança e pela unidade da comunidade muçulmana. Apesar de seus limites, a revolução muçulmana foi seguida por uma verdadeira revolução cultural, refletida, por exemplo, na

50 T. Winterbottom, 1803, p. 8.

urgência dos marabutos em traduzir o Alcorão à língua fulfulde, no intuito de facilitar a educação religiosa da grande massa da população. Essa revolução cultural foi, sem dúvida nenhuma, acelerada por Cerno Samba Mombeya que, em sua famosa obra *Le filon du bonheur éternel* (*O filão da felicidade eterna*), propõe um verdadeiro manifesto em prol do uso da língua fulfulde como instrumento de educação religiosa do povo:

Citarei os Autênticos em língua peul para facilitar o teu entendimento.
Ao ouvi-los, aceita-os.
A cada um, de fato, apenas sua língua permite entender
o que dizem os Autênticos.
Muitos peul não incorporam o que lhes é ensinado
em árabe e permanecem em dúvida.
Basear-se na incerteza, nas obras do Dever, não basta em palavras,
não basta em ação.
Quem procura a Clareza, de incerteza desprovida,
que leia então em peul aqueles versos do pequeno homem[51]*!*

Dessa revolução resultou não somente a emergência de uma abundante e rica literatura em fulfulde, como também uma islamização mais profunda das massas populares. Dessa forma, o Islã das zonas urbanas da Idade Média, tais como Tombuctu e Djenné, tornou-se, graças à revolução muçulmana do Futa Toro, um Islã popular que inspirou, em seguida, a criação de uma série de Estados teocráticos ao longo da África Ocidental. Nesse sentido, o Futa Toro constituía o terceiro elo dessa longa cadeia de revoluções muçulmanas vitoriosas que marcou a Senegâmbia do século XVIII.

A revolução muçulmana do Futa Toro

Depois do Bundu e do Futa Djalon, na segunda metade do século XVIII, o Islã triunfou no Futa Toro, graças ao partido de marabutos torodo. Aqui, mais do que no Bundu e no Futa Djalon, foi nítida a ligação entre o movimentos torodo e o dos marabutos de Nāsir al-Dīn, uma vez que o primeiro foi o prolongamento direto do segundo, tanto nas suas manifestações, quanto nos seus objetivos fundamentais. Ao mesmo tempo, o movimento torodo, em estreita relação com os *zāwiya* mouros, inspirou-se amplamente no sucesso da *jihad*

51 A. I. Sow, 1971, p. 43.

no Bundu e no Fouta Djalon do início do século XVIII. Assim, os líderes do partido dos marabutos torodo – Sulaymān Baal e 'Abd al-Kādir – eram antigos alunos das escolas de Pir e de Kokki, no Cayor, escolas estas que haviam mantido estreitas relações com os *zāwiya* daimani de Mauritânia. Esses herdeiros espirituais do movimento de Nāsir al-Dīn então permaneceram no Futa Djalon ou no Bundi, a fim de consolidar sua fé e instaurar um regime teocrático no Futa Toro, região onde a crise latente do regime denyanke favoreceu o triunfo da revolução torodo.

Em razão da proximidade geográfica entre o Futa Toro e Saint-Louis, as fontes de documentação européia são variadas e permitem – melhor do que no Bundu e no Futa Djalon – esclarecer as condições políticas, econômicas e sociais do sucesso do Islã. Fica claro que a crise setecentista constatada no Waalo no delta do Senegal se repetiu no Futa Toro, na região específica do vale médio do rio, em função da importância do tráfico negreiro atlântico e da vizinhança dos emirados do Brakna e do Trarza.

A crise de sucessão, desencadeada por volta de 1716 por Bubakar Sire, prolongou-se ao longo do século XVIII e mergulhou o Futa Toro na insegurança e nas guerras civis. Tal situação agravou-se durante a segunda metade do século XVIII, por conta da intensificação do tráfico negreiro organizado pelo novo governador inglês, O'Hara, o que favoreceu a ocupação do Futa Toro pelos mouros brakna e trarza. Nessas condições, a revolução torodo foi não somente dirigida contra o regime denyanke – desde então incapaz de garantir a segurança no país –, mas também contra a dominação do Brakna e a venda de muçulmanos como escravos. Dessa forma, o partido torodo, dirigido por Sulaymān Baal, conseguiu de início uma vitória militar contra os Ulad 'Abdallāh em Mboya, que resultou na abolição do *muudul horma*, o tributo cerealífero pago anualmente aos mouros. Após ter imposto sua autoridade no Futa Toro central, o partido torodo pôs fim a vários séculos de dominação denyanke e proibiu, desde julho de 1776, qualquer comércio inglês com o Galam, como reação aos saques organizados por O'Hara, em 1775, a fim de conseguir escravos[52].

A vitória do partido torodo coincidiu com a morte de seu prestigioso líder, Sulaymān Baal, cuja sucessão coube, então, a 'Abd al-Kādir Kan, escolhido, por sua erudição religiosa, no intuito de consolidar o novo regime teocrático. 'Abd al-Kādir, eleito *almamy*, emprestou várias práticas cerimoniais ao Futa Djalon, que mantendo, ao mesmo tempo, algumas tradições do regime denyanke –

52 O. Kane, 1973, p. 622.

alguns de seus chefes conservaram seus domínios por se terem aliado ao partido torodo. Além disso, procedeu a uma redistribuição dos *bayti* (terras desocupadas) e confirmou ao mesmo tempo os direitos das poderosas famílias torodo, que possuíam a maior parte do Futa Tora central – mais especificamente os três "Abe", os Bosseyabe, os Yirlabe e os Hebbyabe. Desde o início, o poder do *almamy* 'Abd al-Kādir foi limitado por essas três famílias, das quais provinha a maior parte dos grandes eleitores do *Jaggorde* (conselho de eleitores), os mais famosos dentre eles sendo os Ac de Rindiaw, a família de 'Ali Dundu, dominadora do Bosea, e aquela de 'Ali Sidi Yirlabe e de 'Ali Mamadu. Entretanto, 'Abd al-Kādir consolidou o novo regime e estendeu sua influência religiosa além das fronteiras do Futa Toro, região onde seu sucesso criou fortes expectativas de mudanças junto às comunidades muçulmanas, que já constituíam potentes enclaves nos Estados wolof e serer. O exemplo do Futa Toro acentuou assim as tensões entre os reformadores muçulmanos e as classes dirigentes *sebbe* do Waalo, do Jolof, do Cayor e do Bawol. Numerosos camponeses emigraram então ao Futa Toro para ali encontrar a segurança garantida pelo novo regime, que interditava qualquer tráfico de muçulmanos. Ademais, 'Abd al-Kādir incentivou a educação religiosa em cada comunidade, assim como a construção de mesquitas, sob a direção de um imame encarregado do respeito à lei alcorânica do novo Estado teocrático.

O regime torodo, já consolidado no Futa Toro, lançou-se, em 1786, à conquista do Trarza, onde, tal como no Brakna, 'Abd al-Kādir quis impor sua autoridade e o pagamento de um tributo. Com a ajuda do Brakna já submetido, 'Abd al-Kādir venceu o Trarza, cujo emir, Ely Kowri, morreu no campo de batalha. Tal vitória, celebrada em uma *kasida* por Mukhtar Wuld Buna – discípulo da *zāwiya* moura dos Daimani – concretizou o triunfo do Islã, concebido por Nāsir al-Din, um século antes, a fim de resistir aos guerreiros hassaniyya que bloqueavam as rotas comerciais. 'Abd al-Kādir considerou-se então, com razão, o líder dos crentes, legítimo herdeiro de Nāsir al-Din. Teve, portanto, a ambição de impor a lei islâmica aos soberanos do Waalo, do Jolof e do Cayor, bem como de estender sua autoridade sobre a parte superior do rio.

Porém, a partir de 1790, o novo *damel* do Cayor, Amari Ngoone Ndeela, negou a vassalagem de seus predecessores ao Futa Toro e reprimiu severamente as veleidades de independência dos reformadores nos enclaves muçulmanos da província do Njambur. No decorrer de uma batalha, ele matou o enviado do *Almamy*, Tapsir Hammādi Ibra, e os sobreviventes, em particular o filho do marabuto de Koki, recorreram a 'Abd al-Kādir para salvar a causa do Islã. O *Almamy* organizou então uma grande expedição militar de quase trinta mil pessoas, inclusive mulheres e crianças, no intuito de colonizar o Cayor.

Essa expedição levou ao desastre de Bungoy onde a grande armada foi vencida graças à tática da terra queimada, brilhantemente organizada pelo *damel* Amari Ngoone. Numerosos futanke foram vendidos aos negreiros e 'Abd al-Kādir foi feito prisioneiro no Cayor, antes de ser mandado de volta para o Futa. O *damel* Amari Ngoone repeliu assim qualquer perigo de invasão. A tradição oral preserva até hoje a memória de sua magnanimidade, uma vez que defendeu com convicção o caráter laico do Estado *ceddo* diante do proselitismo religioso do Estado teocrático que 'Abd al-Kādir queria impor por meio da guerra santa[53]. Mas o barão Kélédor sugeriu que a vitória do partido *ceddo* se devia ao apoio dado pelos negreiros de Saint-Louis e de Gorée ao *damel* Amari Ngoone, contra o *almamy* 'Abd al-Kādir[54]. Tal apoio explica-se pela objeção do *Almamy* à venda de muçulmanos e pelos multiplos conflitos que opuseram o Futa Toro ao Saint--Louis entre 1787 e 1790, impedindo os navios de subir rio acima e, sobretudo, bloqueando o abastecimento da ilha em sorgo[55].

A derrota de Bungoy desencadeou, então, o declínio da autoridade de 'Abd al-Kādir, contestada no Futa Toro por 'Ali Sidi do Yirlabe e 'Ali Dundu do Bosea, ambos influentes membros do *Jaggorde*. Hostil ao rigor religioso de 'Abd al-Kādir, a poderosa família torodo de Thierno Molle obrigou o *Almamy* a deixar a capital para Kobbilo, em suas próprias terras, enquanto os novos príncipes, 'Ali Sidi e 'Ali Dundu, conquanto analfabetos, se impuseram como os únicos intermediários entre o poder central e as províncias ocidentais e orientais do Futa Toro.

Essa contestação interna do poder coincidiu com a intensificação das hostilidades entre o Futa Toro e a feitoria de Saint-Louis, cujo tráfico fluvial foi interrompido entre 1801 e 1803. Saint-Louis não somente se recusou a pagar as taxas habituais, como também lançou uma expedição punitiva, com 12 navios, para queimar uma dezena de vilas do Futa Toro ocidental e capturar 600 prisioneiros, em sua maioria oriundos da classe dirigente torodo. Em 1805 o Futa Toro se vingou, e, na medida em que a interrupção das atividades comerciais prejudicava as duas partes, aceitou um novo acordo, a partir de 1806, o qual confirmava o anterior, datado de 1785.

'Abd al-Kādir, desprovido há alguns anos das armas e mercadorias necessárias à consolidação de sua autoridade cada vez mais contestada, engajou-se então numa expedição rio acima, a fim de reprimir os saques do *almamy* Sega que atingiam os marabutos do Bundu. 'Abd al-Kādir mandou executar Sega e nomeou ao posto seu

53 D. Robinson, 1975, pp. 201-208.

54 L. G. Colvin, 1974, p. 601; barão R. Kélédor, 1829, p. 129.

55 D. Robinson, 1975, p. 202.

próprio candidato, Hammādi Pate, propiciando assim a aliança entre Hammādi Aissata – o infeliz porém popular chefe do Bundu – e o rei do Kaarta.

A crescente hostilidade de Saint-Louis, assim como a oposição interna dos membros do *Jaggorde*, impediram então ‘Abd al-Kādir de romper tal aliança. Destituído do poder pelo *Jaggorde*, ele se aliou ao Gajaaga e ao Xaaso, mas acabou morto, em 1807, pelas forças do Bundu e do Kaarta, que gozavam da cumplicidade do partido torodo da segunda geração. Sua morte abriu o caminho para o triunfo do *Jaggorde* que podia, a partir de então, impor um *almamy* leal a si e garantir a seus membros uma ampla autonomia para dirigir seus respectivos domínios[56].

Assim como no Bundu, no Futa Djalon e nos reinos *sebbe*, os chefes do partido dos marabutos, formado de início por eruditos, deixaram o poder político nas mãos de uma aristocracia guerreira, sem nenhuma relação com o saber religioso. O poder tornou-se o monopólio de linhagens hereditárias, engajadas em uma disputa vivaz. Assistiu-se ao advento de uma nova oligarquia torodo sem nenhuma relação com o ideal da revolução de 1776. Todavia, a revolução muçulmana consolidou para sempre o caráter islâmico dos Estados e da sociedade do Futa Toro, o que não foi o caso dos regimes *sebbe* ainda vigentes nos reinos wolof e serer da Senegâmbia Setentrional.

O fracasso de ‘Abd al-Kādir em sua tentativa de impor o Islã como ideologia do Estado nos reinos wolof e serer foi amplamente compensada por um nítido avanço dos partidos de marabutos autóctones. Os muçulmanos, cada vez mais numerosos, tentaram combater no interior a violência *ceddo*. No Cayor, principalmente, a derrota de ‘Abd al-Kādir em Bungoy provocou o êxodo maciço dos muçulmanos da província do Njambur em direção à península de Cabo Verde, onde contribuíram para a fundação de uma teocracia liderada por Jal Joop. Os exilados do Njambur apoiaram a oposição dos Lebu aos excessos dos *alkaati* do *Damel*, incentivando a tendência separatista diante do poder central do Cayor. Tal independência, adquirida após anos de resistência por parte do partido dos marabutos, consagrou a primeira ruptura territorial e o triunfo do Islã no reino do Cayor[57].

Conclusão

A evolução da Senegâmbia, entre os séculos XVI e XVIII, foi profundamente marcada pelo impacto do comércio atlântico, dando início ao processo de

56 *Ibidem*, pp. 209-214.

57 M. Diouf, 1980, pp. 134-139.

dependência da África Negra em relação à Europa. O sistema de escambo (que envolvia ouro, marfim, goma, couro e também escravos) sem ocupação territorial deu origem, a partir da segunda metade do século XVI, ao desvio das rotas comerciais do interior para a costa. No decorrer desse período, a confederação do Jolof desmembrou-se, dando origem aos reinos do Waalo, do Cayor, do Bawol, do Siin e do Saalum, ao passo que o reino denyanke se tornou dominante no vale do Senegal. Por outro lado, na região dos rios do Sul, o comércio português arruinava o comércio inter-regional bainuk beafada, nalu e baga, à proporção que favorecia o desenvolvimento do poderio militar do Kaabu que substituiu o império do Mali, em declínio.

Muito rapidamente a preponderância do tráfico negreiro nas trocas no século XVII desembocou na partilha da costa em zonas de influência e na construção de feitorias de comércio fortificadas. Ele reforçou igualmente o caráter violento dos regimes *sebbe* que, em reação, davam origem a um movimento de marabutos hostis às aristocracias militares. Após o fracasso do movimento de Nāsir al-Dīn (1673-1677), os seguidores do Islã militante organizaram-se no Bundu, no Futa Djalon e no Futa Toro.

Todavia, no fim do século XVIII, os Estados teocráticos, por sua vez, perderam progressivamente seu caráter revolucionário, no momento em que a Europa pretendia acabar com tráfico negreiro, que findara seu papel no processo de acumulação do capital. A Europa tentou então integrar a Senegâmbia ao sistema capitalista existente, como fornecedor externo direto de matérias-primas destinadas à indústria. A Senegâmbia, já consideravelmente destruída pela profunda crise política, econômica e social da era dos negreiros, não poderia mais resistir de forma eficaz à conquista militar, desencadeada pela Europa na segunda metade do século XIX.

CAPÍTULO 11

O fim do Império Songhai

M. Abitbol

O Desmoronamento do Império Songhai

Os motivos da invasão marroquina

Investido no poder após a batalha de Wādī al-Makhāzin em 1578, Moulay Ahmad al-Mansūr não podia subir ao trono saadiano sob auspícios mais favoráveis. O fim vitorioso desta batalha contra Portugal o colocava entre os grandes defensores do islamismo, enquanto as extraordinárias riquezas que lhe valeu o resgate dos prisioneiros cristãos o elevavam ao lugar mais alto no cenário mundial.

Como califa, *imām* e príncipe dos crentes, ele aspirava reunir "num só e mesmo pensamento" todos os muçulmanos e renovar a tradição da *jihad*. Além do mais, os subsídios que pretendia obter da salina saariana de Taghāza não seriam destinados senão a reabastecer o *Bayt al-māl* (o Tesouro) com a previsão deste empreendimento, enquanto os escravos obtidos com a conquista do Songhai não seriam utilizados senão para servir na frota que posteriormente iria atacar os infiéis. Mas essas nobres pretensões não excluíam – antes, pelo contrário – a presença de outros fatores determinantes, aliás bem tangíveis, quais sejam, o ouro e os escravos do Sudão[1].

1 Esta fase da história das relações entre Marrocos e o Sudão Ocidental está bem documentada. Limitar-nos-emos a citar as fontes principais. Do lado sudanês: al Sa'dī, 1964; M. Ka'ti, 1913-1914; O. Houdas,

Os escravos deviam trabalhar principalmente nos engenhos de açúcar do Sul marroquino, que haviam sido duramente afetados durante os confrontos militares das décadas precedentes[2]. Quanto ao ouro sudanês, suas entradas tinham diminuído significativamente desde a ascensão do império Songhai no Arco do Níger. Já em duas tentativas, os predecessores de al-Mansūr haviam tentado mudar essa situação, realizando operações contra Wazzān entre 1537 e 1547 e apoderando-se de Taghāza por volta de 1556-1557. Mas com um evidente cuidado de não comprometer o escoamento do sal na Áfriga negra, o avô de al-Mansūr, al-Mahdī, fizera um acordo com o *askiya* Dāwūd sobre a partilha das rendas conseguidas *in loco*[3].

Entretanto o comércio sudanês do Marrocos não estava totalmente a salvo de todas as ameaças. Do lado dos portugueses, em primeiro lugar, que, em 1565, tinham tentado chegar a Tombuctu passando pelo rio Senegal[4]. Certas iniciativas dos turcos, de modo especial, podiam levar a pensar que tinham intenção de estender suas vias de abastecimento em direção ao Magreb Meridional. Citemos, para lembrar, a expedição de Sālah Ra'is a Wargla, em 1552, a conquista do Fezzān em 1557 por Dja'far Pasha e a expedição de Hasān Veneziano ao Touat (Tūwāt) por volta de 1579[5].

Enfim, as esperanças alimentadas pelos saadianos sobre Taghāza se dissipavam na medida em que se intensificava a exploração pelos songhai da nova salina de Taghāza al-Ghizlān (Taoudéni)[6].

Em 1582, al-Mansūr passou a atacar, apoderando-se dos oásis de Touat e de Gourara, apresentado oficialmente como uma operação destinada a restabelecer a ordem numa região que tinha "sacudido o jugo real". O verdadeiro objetivo deste ataque era a conquista do Sudão e a constituição de um vasto império nos flancos meridionais das possessões otomanas da África[7].

Em 1583, o rei do Bornu, May Idrīs Alawoma, ofereceu a al-Mansūr a oportunidade inesperada de realizar suas ambições. Temendo provavelmente o avanço dos turcos a partir do Fezzān nos seus territórios, May Idrīs implorou a

---

1966. Entre as fontes marroquinas: al-Fishtāli, 1964; A. al-Nasiri al-Slawi, 1936; al-Wafrani, 1888-1889. Dentre as fontes europeias, citemos H. de Castries, 1923, como texto completo escrito por um anônimo espanhol sobre a invasão marroquina.

2 P. Berthier, 1966.

3 al-Sa`di, 1964, p. 163-164 ; al-Fishtāli, 1964, p.55.

4 A. Teixeira da Mota, 1969.

5 E. Rossi, 1936, p. 74-75; A. G. P. Martin, 1908, p. 119-123.

6 al-Fishtāli, 1964, p. 55.

7 *Ibidem,* p. 36-40.

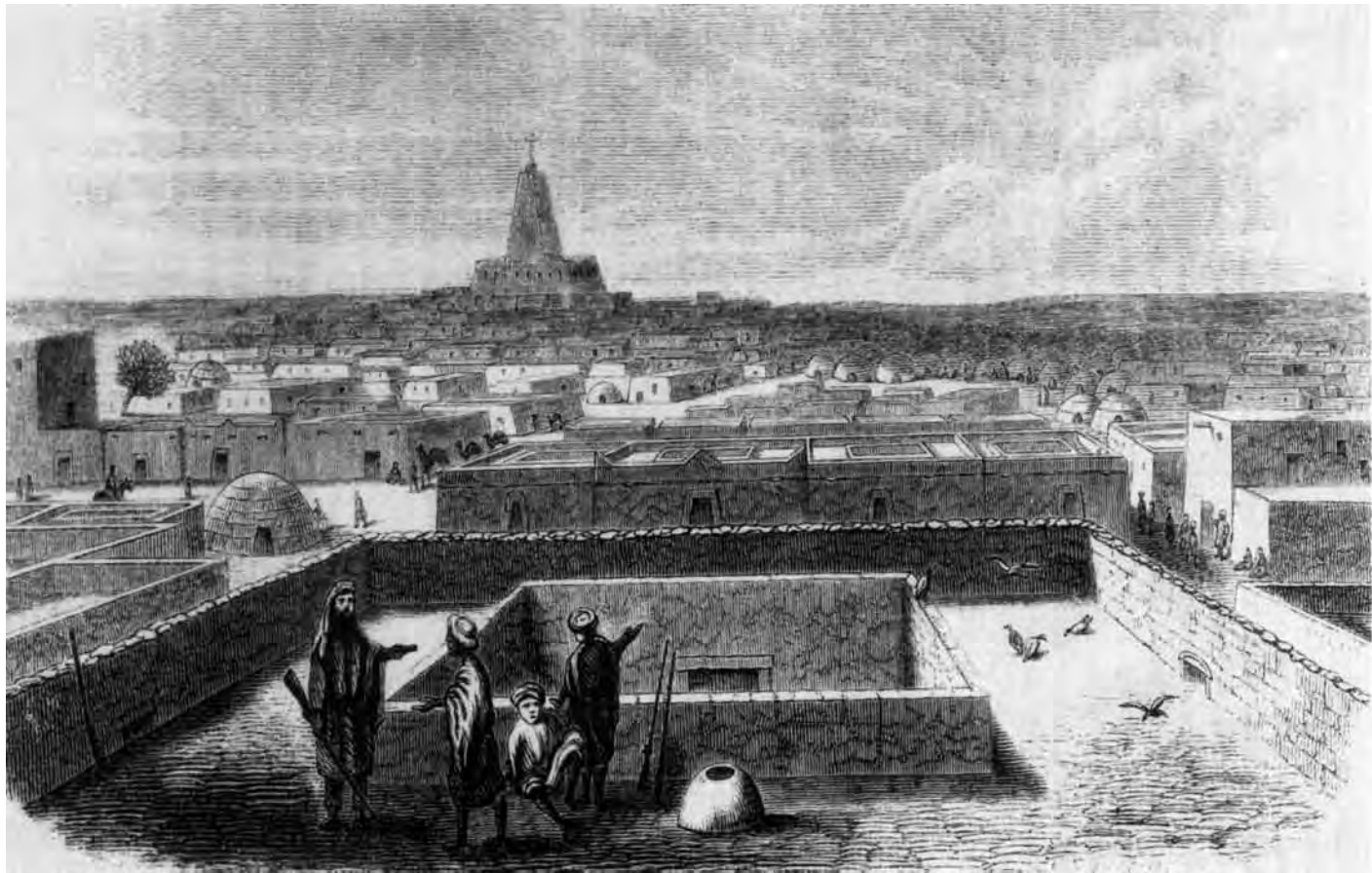



FIGURA 11.1 Panorama de Tombuctu visto do terraço do viajante. [H. Barths, 1857. ©Royal Commonwealth Society Library, Londres.]

ajuda de al-Mansūr, ao qual solicitou armas de fogo para combater as comunidades não muçulmanas dos "confins do Sudão". O soberano marroquino consentiu após ter obtido, do rei do Bornu, um *bay`a* (documento de obrigação de fidelidade) devidamente redigido e assinado[8].

No ano seguinte, um corpo expedicionário marroquino penetrou no Sahel atlântico, em direção do Senegal, mas teve que retroceder por circunstâncias mal elucidadas[9].

A investida contra o Império Songhai teve que ser feita em 1586, mas, diante das dificuldades da operação, al-Mansūr recuou o prazo estipulado em 5 anos, lapso de tempo que ele criteriosamente estabelecera com o intuito de preparar e equipar sua armada, reunir todos os conhecimentos disponíveis sobre o estado do império dos *askiya* e, por fim, convencer os notáveis de seu próprio reino – comerciantes, *`ulamā`* e oficiais militares – a respeito do bem fundado e da solidez de seu plano.

Tondibi e as causas do desmoronamento Songhai

A 30 de outubro de 1590, uma coluna marroquina composta de 3.000 a 4.000 soldados, acompanhados de várias centenas de auxiliares, deixou Marrakech sob o comando do paxá Djūdar. Transpôs o Alto-Atlas, depois desceu ao vale do Dar`a até o país Ktawa, donde penetrou no Saara. No fim de uma marcha forçada de sessenta dias, a armada marroquina chegou às margens do Níger a primeiro de março de 1591 e, onze dias depois, atingiu Tondibi, a uns 50 km penas da capital Songhai, Gao.

O *askiya* Ishāḳ II esperou até o último momento para mobillizar suas tropas. Ele pôde contudo arregimentar uma força considerável contra o invasor, mas, frente às armas de fogo marroquinas, as tropas Songhai foram esmagadas, após um dia de resistência heroica, em 12 de março de 1591[10]. Assim ruía o último grande império saeliano, cujos soberanos, inteiramente absorvidos por suas querelas internas, não tinham prestado a atenção exigida às ameaças marroquinas.

Desde a queda do grande *askiya* Muhammad al-Hādjdj, em 1529, a corte de Gao tinha-se, com efeito, tornado palco de lutas implacáveis entre os diversos pretendentes ao trono, as quais rapidamente se transformavam em sedições a

8 *Ibiem.,* p.61-63; A. Al-Nāziri, 1954-1956.

9 al-Fishtāli, 1964, p. 60-61; E. Fagnan, 1924, p. 415-416; al-Sa`di, 1964, p. 194.

10 al-Fishtāli, 1964, p. 64-71; al-Wafrani, 1888-1889, p. 160-162; M. Ka`ti, 1913-1914, p. 263-275; al-Sa`di, 1964, p. 194.

minarem a estrutura do império. É assim que, apenas cinco anos antes da invasão marroquina, o Império Songhai foi praticamente dividido em dois, depois da revolta do *balama* al-Sadduk, cujo quartel-general estava em Tombuctu. A sedição foi certamente sufocada por Ishāķ II, mas, por falta de tempo, ele não teve quase nenhuma possibilidade de restabelecer a unidade do país[11].

No plano econômico, o Songhai sofria há vários decênios os efeitos de uma conjuntura marcada por incidências negativas do comércio português em seu litoral. Aliás, os reveses militares em Dendi, em Borgu e no país Mossi – reservas tradicionais de escravos do Império –, bem como a perda de Taghāza em 1585, tornavam mais agudas as consequências sociais dessas convulsões conjunturais que vinham agravar as calamidades naturais de toda a espécie – epidemias, seca, carestia[12].

Em seus últimos dias, o Império, vasto conjunto territorial, construído por Sonni ʻAli e o *askiya* Muhammad, não dispunha de uma estrutura étnica e sociocultural que já tivesse conferido uma unidade maior a seus grandes predecessores na região, Gana e Mali: os songhai não tinham podido constituir, na verdade, um elo de união entre os diferentes povos que formavam o Império. Seu peso era sobremaneira fraco sob o grande *askiya* Muhammad, mais próximo dos valores árabo-berberes de Tombuctu do que da tradição de Gao e de Kūkya (Koukya), da qual era estranho de nascença. Capital política, evidentemente, Gao, tampouco o interior Songhai propriamente dito, não eram o motor do Império, cujo centro de gravidade se encontrava paradoxalmente em território conquistado, em Tombuctu e em Djenné.

A implementação do Pashalik marroquino

Perseguindo os remanescentes da armada Songhai, Djūdar penetrou em Gao, abandonada por seus habitantes. Ishāķ II, que dispunha ainda do domínio do rio, não tentou nenhuma contraofensiva e, ao contrário, preferiu negociar com Djūdar as condições de seu retorno a Marrocos. Decepcionado com o lamentável aspecto de Gao e consciente do mau estado físico de seus homens, o paxá marroquino se mostrou disposto a aceitar as ofertas do *Askiya*. Mas al-Manşūr não o entendeu assim: destituiu Djūdar imediatamente e o substituiu pelo segundo dignitário do exército marroquino, Mahmud b. Zarķūn, ao qual consignou um único encargo: a conquista total do Sudão e a destruição de

11 M. Ka`ti, 1913-1914, p.230-239 e 246-254; al-Sa`di, 1964, p.197-206.

12 M. Ka`ti, 1913-1914, p.164, 174 e 230; al-Sa`di, 1964, p.151-182 e195..

diversas forças sudanesas que, numa desordem geral, tinham tentado preencher o vazio deixado pela debandada dos soldados songhai[13].

Desde sua chegada, o paxá Mahmud se ocupou em destruir completamente o poder político Songhai. Assim, ao apoderar-se da capital tradicional Songhai, Kūkya (Koukya), forçou Ishāķ II a deixar o país para ir até os gurmanche onde encontrou a morte, armou uma cilada mortal a seu sucessor designado, Muhammad-Gao, em seguida tratou de dizimar os últimos bolsões de resistência Songhai no Dendi (1592-1594)[14].

Desse modo, descartada definitivamente a ameaça Songhai, o paxá voltou a Tombuctu para desmantelar a classe dos letrados como força política: dezenas de *`ulamā`* foram assim mortos ou exilados em Marrocos. Entre esses últimos, se achava o célebre Ahmad Baba, cuja fama iria se estender da "região do Sūs (Sous) até as cidades de Bougie e de Argel"[15].

Mahmud b. Zarķūn foi morto numa emboscada que lhe foi armada pela resistência Songhai em Bandiagara, em 1594[16]. Ele não teve sequer tempo de acabar a ocupação efetiva da vizinha região de Djenné, objetivo que foi confiado de novo a Djūdar, mas que muito cedo iria revelar-se irrealizável. Os Marroquinos tinham que fazer frente, na verdade, à bravia oposição dos fulbe, dos bambara e dos mande (malinke), agrupados por um tempo em volta da pessoa do *mansa* Mahmud. Na saída de uma série de escaramuças pouco decisivas, certo *modus vivendi* estabeleceu-se entre os marroquinos instalados em Djenné e os principais povos da região que aceitaram em termos a ocupação marroquina[17].

Os soldados de al-Mansūr foram forçados a se limitar à ocupação de alguns portos fluviais e instalaram *ķaşaba* (guarnições permanentes) em Djenné, Wandiaka, Kubi, Konna, Sébi, Tendirma, Issafay, Kabara, Tombuctu, Bamba, Bourem, Gao e Kūkya (Koukya)[18]. Por razões econômicas evidentes, a maior parte das guarnições se situou no eixo fluvial Djenné- Tombuctu, enquanto, de um lado a outro do Níger, que representava a espinha dorsal do Pashalik, estendiam-se vastas áreas pouco influenciadas pelo Marrocos.

Ademais, os paxás buscaram não tocar na administração local que mantinham em vigor ou que os songhai haviam deixado. Toda a nomeação de chefe

13 al-Sa`di, 1964, p.220-221; al-Fishtāli, 1964, p.170-171; H. De Castries, 1923, p. 473.

14 al-Sa`di, 1964, p.230-234; M. Ka`ti, 1913-1914, p.275-276 e 287-295; al-Fishtāli, 1964, p. 83-87.

15 M. Ka`ti, 1913-1914, p.300-308; al-Sa`di, 1964, p.258-266; al-Wafrani, 1888-1889, p. 170.

16 al-Sa`di, 1964, p. 268.

17 al-Fishtāli, 1964, p 94; al-Sa`di, 1964, p.273-279.

18 Os Marroquinos ergueram posteriormente duas outras *ķaşaba*, uma em Gundam e outra em Arawān.

autóctone tinha que obter o aval do paxá que concedia investidura seja aos *ķādi* e aos *imām* das grandes cidades, seja aos *ardo* fulbe e aos *amenokal* tuareguess, mas, fazendo isso, os representantes marroquinos não agiram de modo diferente dos *askiya* e, como eles, só raramente intervieram na escolha dos candidatos.

As guarnições marroquinas não viviam fechadas em si mesmas e não eram nem enclaves isolados nem campos entrincheirados. Conforme a concepção de al-Mansūr, os frutos da conquista teriam sido efêmeros se, na fase de pacificação, não ocorresse uma ação de efeitos mais duradouros, a saber, a colonização do país e seu povoamento por magrebinos dispostos a fazer aí raiz permanente.

Foi assim que se viu afluírem ao Sudão populações guish do Sous e os haha juntamente com elementos ma`kil e djusham , de quem al-Mansūr queria desembaraçar-se em razão das agitações que suscitavam em seu reino, enquanto, a partir de 1599, os legionários de origem cristã vindos com Djūdar eram repatriados em Marrocos[19].

O espaço político sudanês até o fim do século XVIII

A experiência pós-imperial dos povos do Arco do Níger: traços gerais

No clima de incerteza e insegurança que resultou da queda do Império Songhai e da irrupção de forças etnossociais – tuaregues, fulbe, mouros etc. – que até então tinham sido mantidos à parte das zonas de cultura e dos centros urbanos, o poder político ia ser assumido de agora em diante por todos os dirigentes que dispunham dos meios de assegurar a defesa e a proteção efetiva de seu povo.

Por todo Sael nigeriano, o chefe político era antes de tudo um guerreiro, sem outra legitimidade senão aquela conferida pelas armas, e quase sempre, sem grandes pretensões territoriais. Às imponentes construções estatais do passado iria suceder um mosaico de principados e reinos cujos limites raramente ultrapassavam as margens de uma etnia, de um clã, de uma cidade ou mesmo de uma série de vilas[20].

Diferentemente de seus predecessores recentes, o líder político dos séculos XVII e XVIII foi mais influenciado pela tradição local do que pelos valores

19 al-Fishtali,1964, p. 93 e 113-115. Não preciso dizer que depois dessas iniciativas, os descendentes dos soldados marroquinos não se encaixavam no lugar comum largamente difundido de soldados mal islamizados (em razão de sua pretendida ascendência cristã ou "renegada"), mais hispanofones que arabofones.

20 M. Abitbol, 1979.

universais transmitidos pelos sábios mulçumanos e raramente estava no centro de uma configuração religiosa ou cósmica.

O islamismo, que até recentemente havia contribuído de modo tão brilhante para a formação dos impérios sudaneses, deixou assim por um tempo de desempenhar um papel político evidente. Porém, prosseguiu sua longa marcha pelas pistas das savanas, levado cada vez mais longe pelos comerciantes *jula* a quem repugnava servir as chefias e reinos não-muçulmanos que beiravam as rotas comerciais do Sael à floresta.

Tombuctu, Djenné e os arma

Deixados a sua sorte e separados de uma metrópole que deixou, desde 1618, de nomear os principais dignitários do Pashalik e de enviar reforços, os últimos sobreviventes do exército de al-Mansūr e seus descendentes, os arma, iam continuar os senhores legítimos da região de Tombuctu até o início do século XIX.

Militarmente diminuído, o Estado dos paxás mostraria, com efeito, uma considerável longevidade e se perpetuaria, com estruturas praticamente intactas, até o advento de Shaykhū Ahmadu. Entretanto, antes da fundação do império fulbe do Macina, o Arco do Níger tinha forças suficientes para aniquilar os vestígios da antiga colônia marroquina: havia, em primeiro lugar, os bambara de Ségou, que não somente nunca estenderam seu domínio a Tombuctu, mas evitaram também de penetrar em Djenné. Havia ainda as poderosas confederações tuareguess dos kel-awllimiden e, sobretudo, dos ked-tadmekket que, apesar de sua arrasadora vitória de 1737 sobre os arma, jamais sonharam em se apoderar do poder político em Tombuctu. Igualmente, o grupo clerical muito influente dos kunta, por intermédio de seus *zāwiya* do Azawad, se limitou a oferecer sua mediação e seus préstimos aos arma e a seus adversários nômades. Os kunta somente entraram em Tombuctu na véspera da conquista da cidade pelos fulbe, por volta de 1826.

No início, nenhuma regra precisa parecia reger a nomeação para as diferentes funções oficiais do Pashalik e, especialmente, à do paxá. A partir de meados do século XVII, no entanto, com a chegada ao poder da primeira geração de arma nascidos *in loco*, assistiu-se ao esboço de regras de transmissão do poder, fundadas sobre a rotatividade das principais funções entre as três grandes divisões a que pertenciam os arma. A divisão a que cabia momentaneamente ocupar as funções de paxá designava desse modo o candidato que devia obter o aval do

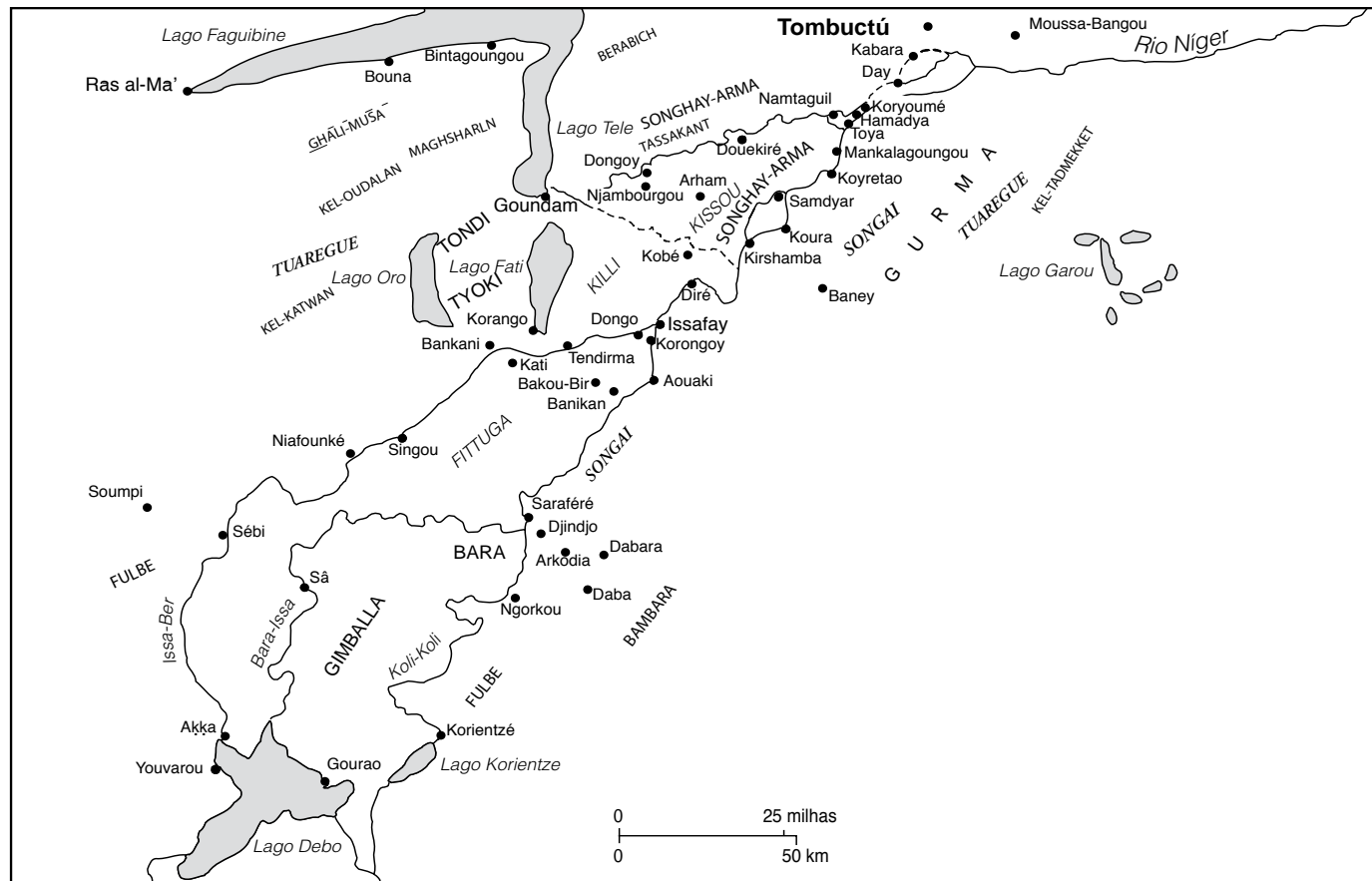



FIGURA 11.2 A região de Tombuctu (apud M. Abitbol).

resto das tropas. Em caso contrário, a vez passava à outra, e assim sucessivamente até a eleição de um candidato aceito por todos. [21]

As consequências inevitáveis de tal sistema foram de duas ordens: de um lado, a frequência dos interregnos – passavam-se muitas vezes vários meses antes que as divisões se pusessem de acordo sobre a escolha de um candidato; por outro, a curta duração dos "reinos", sendo o paxá obrigado a demitir-se tão logo um só dos "grandes do exército" o renegasse[22]. Nessas condições, era inevitável que as mesma pessoas fossem chamadas mais de uma vez ao poder. Isso devia acarretar a cristalização de certo número de grandes famílias ou linhagens a se destacarem do resto da sociedade arma por sua potência política e pelo poder econômico acumulado em virtude do repetido acesso ao poder. Criou-se assim uma "classe dirigente" arma ou, para retomar a linguagem das crônicas locais, uma "classe de chefes"[23].

De 1646 a 1825, cento e quarenta e cinco paxás foram nomeados em Tombuctu, tendo a maior parte saído das três linhagens dos Tazarkini, Mubarak al-Dar'i e al-Za'ri. A esta última linhagem pertencia o paxá Mansūr b. Mas'ūd al-Za'ri que, em 1716, havia tomado o poder pela força, exilado todos os seus oponentes e instaurado em Tombuctu um regime de terror sem igual nos anais da cidade. Exasperada pelos seus abusos, a população acabou por se sublevar em 1719 e, depois de ter expulsado da cidade o paxá e seus *legha* (capangas), restaurou o antigo sistema político arma, com sua crônica instabilidade, suas lutas internas entre as divisões e seus longos interregnos[24].

Em 1766, os arma elegeram um paxá, Bā-Haddū b. Abū-Bakr al-Dar'i, que, fato excepcional, permaneceu em seu posto durante mais de oito anos. Mas, com sua morte em 1775, a cidade ficou sem paxá durante dezoito anos. Este longo interregno não levou por isso ao desaparecimento definitivo das instituições arma: quando, em 1794, as grandes divisões que, nesse entretempo, já se tinham tornado verdadeiros clãs étnicos entraram em acordo sobre a escolha de um paxá, este, al-Muṣṭafā al-Tazarkini, restabeleceu todas as antigas funções do pashalik[25].

No reinado de seu sucessor, Abū-Bakr b. Ahmad al-Dar'i, a função de paxá tornou-se hereditária e, com sua morte, em 1815, seus dois filhos,

21 O. Houdas, 1966, p. 21, 50-51 e 136-137.

22 Não era raro que um paxá fosse constrangido a demitir-se no dia mesmo de sua nomeação.

23 O. Houdas, 1966.

24 *Ibidem.*, p. 70-85.

25 Ver a *Chronique de Tombuctu*, Biblioteca Nacional, Paris, Fundo árabe, Ms 5259, f.25-26 e 32r.

Muhammad e ʻUthmān o sucederam. O *ḳā'īd* ʻUthmān foi o último paxá de Tombuctu[26].

Dando continuidade a seu declínio militar e à instabilidade crônica do poder central, o *Pashalik* iria fragmentar-se, a partir do fim do século XVII, em várias unidades mais ou menos autônomas, ao redor de cada uma das grandes *ḳaşaba* de Gao, Bamba, Tombuctu e Djenné. Mesmo continuando a reconhecer a autoridade formal, porém longínqua de Tombuctu, cada guarnição elegia seus próprios comandantes numa total independência. Quanto aos paxás, raramente intervinham nos negócios de suas guarnições, às quais não apelavam senão em caso de grave ameaça vinda de fora.

Tão autônoma quanto as outras *ḳaşaba* arma, a guarnição de Djenné não foi mais perturbada, ao longo do século XVIII, pelos bambara de Ségou. Em 1754, pouco antes da suposta morte do *biton* (comandante) Mamari Koulibali, um exército bambara chegou até Gomitigo, a uma dezena de quilômetros de Djenné, mas a ela foi poupada pelos assaltantes[27].

A administração arma permaneceu intacta durante todo o período considerado: o *ḳā'īd* (comandante, chefe do exército) de Djenné continuou a ser nomeado pelos seus pares arma, salvo quando da subida ao poder em Tombuctu de um paxá empreendedor: em março de 1767, o paxá Bā-Haddū nomeou diretamente o novo governador de Djenné, o *ḳā'īd* Alfa b. Masiḳ, que teve como sucessor o *ḳā'īd* Ahmad b. Shārīf. Este ficou no poder até sua morte em 1772[28].

Os laços comerciais e as relações políticas entre Tombuctu e Djenné jamais foram interrompidos: em 1773, dois mensageiros vieram a Djenné anunciar a morte do paxá Bā-Haddū[29]. Por volta de 1786, dois *ḳā'īd* de Tombuctu se deslocaram com suas tropas para Djenné para aí submeter um bando de saqueadores que se refugiara na cidade[30]. Em 1794, se soube em Tombuctu da morte do governador de Djenné, o *ḳā'īd* Abū-Bakr b. Şa'īd, e, no ano seguinte, o paxá de Tombuctu apelava a seu sucessor e aos comerciantes de Djenné para reabastecer a cidade de cauris[31].

26 *Ibidem*, f. 34; B. de Mézières, 1912, p. 36-37; R. Caillé, 1828, vol. II, p. 306-308.

27 Institut de France, Fundo Gironcourt, Ms 2405, peça 5, f. 7 e 13.

28 Biblioteca Nacional, Paris, Fundo árabe, Ms 5259, f. 26v.

29 *Ibidem*.

30 *Ibidem*, f. 30r e v.

31 *Ibidem*, f. 32r e v.

No entanto, em 1796, o explorador escocês Mungo Park tomava conhecimento em Ségou que Djenné pertencia formalmente ao Reino bambara, se bem que de fato ela fosse governada pelos “mouros”[32].

Dever-se-ia interpretar esta informação como indicação de um “protetorado” bambara sobre Djenné? As fontes locais de que dispomos não permitem absolutamente tal hipótese: sua leitura confirma antes a afirmação de René Callié, segundo o qual Djenné vivia “só e independente” até a sua conquista pelos fulbe do Macina, por volta de 1819[33].

Os Songhai do Dendi

Expulsos de Gao e tendo perdido, no lapso de alguns meses, dois reis e dezenas de membros da família imperial, os songhai agrupados à volta do *askiya* Nuh conseguiram frear o avanço dos marroquinos no Dendi. Aprendendo com suas derrotas sucessivas em batalhas campais, passaram a uma guerra de emboscadas e, graças à ajuda que lhes forneceu o Kebbi[34], eles derrotaram os soldados do paxá Mahmud b. Zarkūn que encontrou a morte no Bandiagara. Mas seu sucessor, o paxá Manşūr b. ‘Abd al-Rahmān (1595-1596), os fez pagar caro a sua vitória: derrotado e obrigado a deixar parte de seu povo nas mãos dos marroquinos, Nuh se retirou no Dendi, onde foi destituído por seus irmãos em 1599, ao passo que os marroquinos nomeavam um *askiya* para os songhai que permaneceram no local[35].

Voltando progressivamente à religião tradicional africana, os songhai do Dendi se dividiram em vários reinos, embora até a metade do século XVII tenham conseguido conservar a unidade.

Em 1630, assinaram um acordo de paz com os marroquinos que, em seguida, começaram a intervir em seus negócios internos e arbitrar seus conflitos de sucessão. Em 1639, por exemplo, o paxá Mas’ūd al-Za’ri entrou com suas tropas em Lulami, a capital do Dendi, para aí instalar um novo rei[36].

Este foi deposto logo depois da partida das tropas marroquinas. Mas esta manifestação de recuperação não teve futuro: dilacerados e divididos em pequenos entes políticos insignificantes, os songhai do Dendi deixaram de ser um

32 M. Park, 1808, p.301.

33 R. Caillé, 1828, vol. II, p. 206.

34 Para a carta de ameaças endereçada pelo sultão do Marrocos ao *kanta* do Kebbi, ver A. Ganun, 1964, p. 127-132.

35 Al-Sa’di, 1964, p. 270.

36 *Ibidem*, p. 394-395, 399-400 e 423.

FIGURA 11.3 Uma aldeia Songhai. [H. Barths, 1857.© Royal Commonwealth Society Library, Londres.]

fator político importante na região. Conseguiram, porém, manter sua liberdade até o início do século XIX, apesar da forte pressão exercida sobre eles pelos nômades fulbe e tuareguess do Liptako e do Aïr.

Os reinos bambara de Ségou e do Kaarta

Depois do esfacelamento da região fronteiriça ocidental do Songhai e após o fracasso do *Mansa* do Mali diante de Djenné, em 1599, os camponeses bambara do Níger encontraram-se numa situação perigosa frente às incursões fulbe e arma.

Divididos em várias *kafu* (províncias), cujos chefes marka e muçulmanos mantinham relações bastante corretas com Djenné e Tombuctu, os bambara, adeptos da religião tradicional africana, apelaram para sua proteção às confrarias tradicionais de caçadores ou a clãs especializados que, como o dos samaké, assimilaram muito depressa os métodos de combate dos marroquinos[37].

Num movimento que muito se assemelha a uma *jacquerie* (revolta de camponeses), os bambara se sublevaram, em meados do século XVII, contra seus chefes marka e é provavelmente nestas circunstâncias que se distinguiu o clã dos Koulibali, chamado a fundar o reino de Ségou e do Kaarta[38].

Em Ségou, Biton Koulibali (1712-1755) impôs sua autoridade com o auxílio de seus *ton-dyon*, na maior parte prisioneiros ou antigos prisioneiros. Mal, porém, assegurou sua posição, por volta de 1739, seu reino foi atacado pelos jula de Kong, comandados por Famaghan Wattara. Estes ficaram no país até 1745, quando lhes sobreveio a notícia da morte do *Faama* de Kong, Sékou Wattara[39].

Enfraquecido, Biton Koulibali consagrou o resto de sua vida para consolidar seu reino, desembaraçando-se da concorrência de seus primos massassi, instalados a Noroeste de Ségou, na região de Murdia. Pelo ano de 1754, entrou em guerra com eles, destruiu sua capital, Sunsana, e capturou seu chefe, Foulakoro, que foi levado à morte em Ségou. Após essa derrota, os massassi, conduzidos por Sébamana (1754 a por volta de 1758), deslocaram-se rumo a Kaarta onde estabeleceram sua hegemonia[40].

37 Al-Sa'di, 1964, p. 276.

38 *Ibidem*, p. 406-420; ver também C. Monteil, 1924; L. Tauxier, 1942.

39 O. Houdas, 1966, p. 112-113.

40 P. Marty, 1927, p. 367-369.

Com a morte de Biton Koulibali, o reino de Ségou atravessou um longo período de anarquia que só teve fim pelo ano de 1766, com a tomada do poder por uma nova dinastia fundada por Ngolo Diarra. Restaurada a unidade do reino, ele desencadeou operações militares de grande porte no Macina, no Fuladugu e até no país Mossi e no Yatenga. As excelentes relações que o ligaram aos kunta do Azawad e a seu chefe, Shaykh al-Mukhtār (1789-1811), levaram-no, ao que parece, a tratar com moderação Tombuctu.

Ngolo foi sucedido por seu filho Monzon (1789-1808) que foi o verdadeiro organizador do reino de Ségou. Assim como Biton Koulibali antes dele, teve que confrontar a hostilidade dos massassi que, desde 1754, tinham estendido seu poder ao longo do território compreendido entre o Kingui e o Bélédougou. Em 1792, apoderaram-se até de Nyamina, às margens do Níger, cortando assim um dos principais eixos de abastecimento de Ségou. A reação de Monzon foi terrível: após libertar Nyamina, voltou-se para o Kaarta, saqueou a capital Guémou e obrigou o rei massassi, Désékoro, a fugir para o Guidimak. Monzon, em seguida, combateu os mouros Awlād M'Bark na região de Nioro pela sua recusa em colaborar com ele na guerra contra o Kaarta. Voltando a Ségou e seguindo o exemplo de seu pai, colocou seus filhos no comando dos territórios conquistados, pondo à disposição deles grandes contingentes de soldados[41].

Monzon morreu em 1808, seguido, três anos mais tarde, na região de Tombuctu, por Shaykh al-Mukhtār. O desaparecimento quase simultâneo desses dois personagens teve tudo a ver com a efervescência que eclodiu no Arco do Níger até a tomada do poder por Shaykhū Ahmadu, tendo as forças fulbe e tuareguess, que os dois comandantes haviam mantido sob controle, uma boa parte da responsabilidade.

Fulbe e tuareguess

Há que se contar a desorganização social entre as principais consequências do desmoronamento do Império Songhai. Uma situação estabelecida, desde o fim do século XVI, pelo irresistível avanço dos nômades do Saara em direção à bacia do Níger e à zona lacustre que se estende ao Sul de Tombuctu.

No Macina, era total a preponderância dos fulbe. Resistindo com bravura aos ataques dos marroquinos de Tombuctu e de Djenné, os fulbe preservaram sua independência, embora se acelerasse seu movimento de migração para o Oeste, rumo ao Futa Djalon, e para o Leste, rumo a Liptako e ao país Haussa.

41 C. Monteil, 1924, p. 66-90 e 110-116.

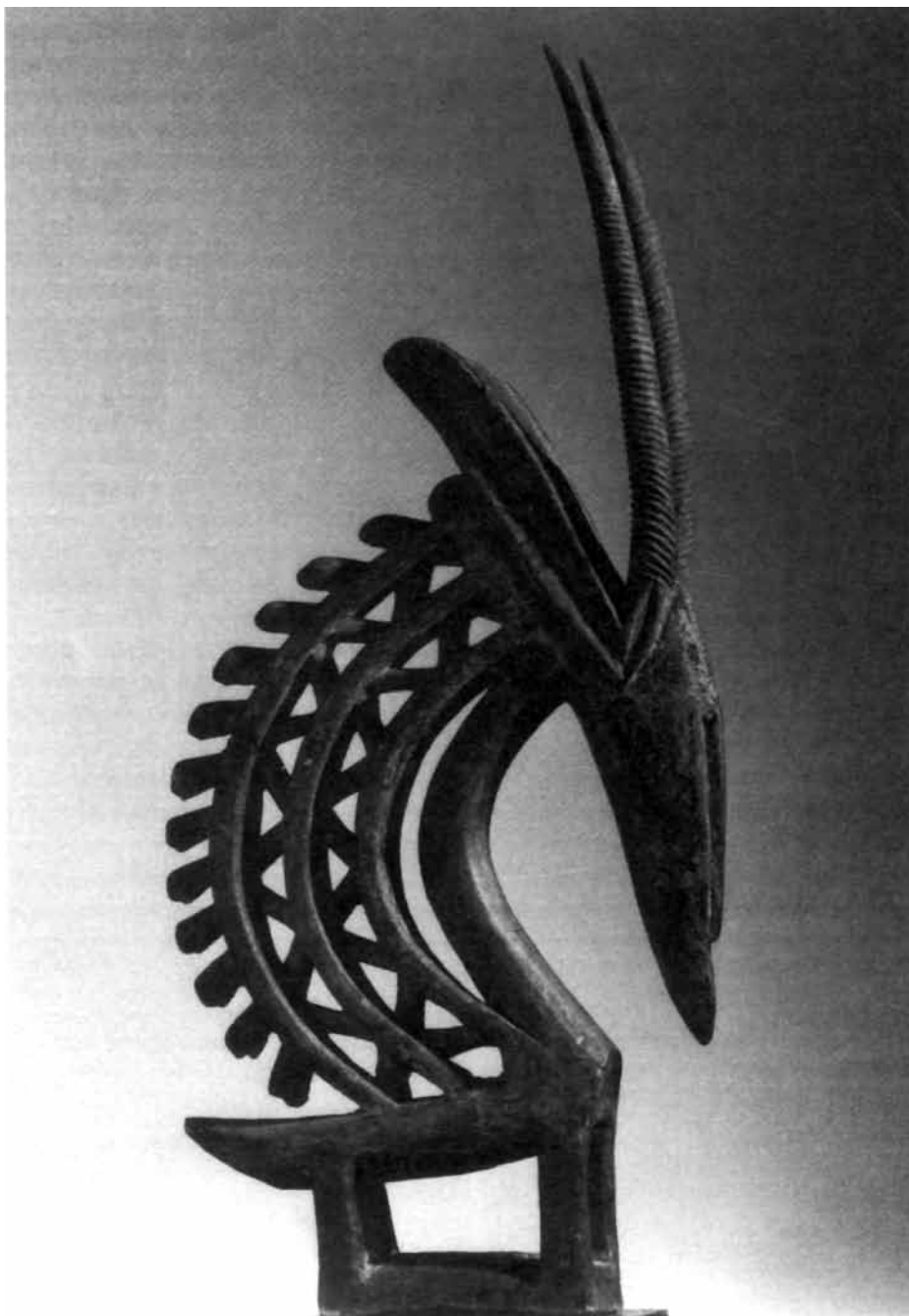



FIGURA 11.4 Touca à imagem de um antílope, utilizada pelos bambara nos ritos que representavam o nascimento mítico do fundador da agricultura. [© Werner Forman Archive, Londres.]

Submetido pelas investidas das tropas bambara de Ngolo e de Monzon, tiveram, contudo, de aceitar, ao longo da segunda metade do século XVIII, a suserania de Ségou, enquanto começava no Kourani um lento processo de sedentarização e de islamização de seus pastores.

A expansão dos tuaregues do Adrar – kel-tadmekket e kel-awllimiden – foi também contemporânea da ocupação marroquina. Enquanto os primeiros permaneceram na sombra até o fim do século XVII, os segundos exerceram muito cedo uma forte influência sobre a bacia oriental do Níger, de modo especial entre Gao e o Dendi.

Interceptando as comunicações entre Tombuctu e seu posto de entrada, Kabara, intervindo nos conflitos entre os chefes arma e saqueando os vilarejos agrícolas do rio, iriam tornar-se um verdadeiro flagelo para Tombuctu. Durante todo o século XVIII, não houve senão enfrentamentos e escaramuças entre os tuareguess, o mais das vezes vitoriosos, e os arma, enfraquecidos, sofrendo de derrota em derrota.

Em maio de 1737, o *amenokal* Oghmor ag Alad esmagou as forças arma em Toya, acarretando-lhes perdas consideráveis: de 300 a 350 mortos, entre os quais o paxá em exercício[42]. Porém, a despeito dessa derrota, os chefes de outras facções tuaregues, dentre as quais a dos kel-awllimiden, deviam continuar a ir a Tombuctu para aí receber a investidura dos paxás[43].

Os tadmekker, em 1770, assediaram Tombuctu, levando a população à fome, após o homicídio de seu *amenokal* Habatīt[44] por um grupo arma. A cidade somente se salvou graças à intervenção do *shaykh* dos kunta, al-Mukhtār al-Kabīr, que conseguiu reconciliar o paxá Bā-Haddū e o sucessor de Habatīt, o *amenokal* Hammiyuk. Nos termos do acordo concluído entre as duas partes, em agosto de 1771, os arma comprometeram-se a depositar uma garantia aos tuareguess em cavalos e em pó de ouro[45].

Mas, após a violação deste pacto pelos tuaregues, o *Shaykh* retirou seu apoio moral a Hammiyuk e lhe opôs um rival, provocando assim o desmembramento dos tadmekket em duas ramificações rivais: os tingirigif e os irriganaten. Ao mesmo tempo, ele ganhou a confiança dos awllimiden e de seu chefe, Amma ag Ag Shaykh, o qual, aproveitando-se da falta de união dos tadmekket, iria

42 O. Houdas, 1966, p. 168-178.

43 *Ibidem,*, p. 253.

44 Biblioteca Nacional, Paris, Fundo Árabe, Ms 5259, f. 26v-27v.

45 *Ibidem,* f. *28v* ; ver também Biblioteca Nacional, Paris, Ms 5334, o *Kitab a/-Tara'if,* pelo filho do *shaykh* al-Mukhtār.

tentar estender sua hegemonia aos nômades saarianos da região de Tombuctu. Os aellimiden tornaram-se assim a mais importante força de apoio aos kunta. Estes, na medida do enfraquecimento das armas, conseguiram, com grandes êxitos, preencher o vazio político que eles haviam deixado na região e limitar os efeitos da anarquia resultante disso. No entanto, até a constituição do império fulbe do Macina, eles evitaram arrogar-se direitos políticos em Tombuctu ou de fazer desaparecer os derradeiros vestígios do poder arma. É assim que, seguindo um antigo uso, o poderoso *amenokal* dos kel-awlliniden, Kawa ag Amma, iria ainda dirigir-se, em julho de 1796, a Tombuctu para aí receber a investidura do paxá Abū-Bakr[46].

O Sudão Ocidental e o mundo exterior

Apesar do desinteresse progressivo do Marrocos pós-al-Mansūr, os paxás de Tombuctu deram mostras duma fidelidade a toda prova para com os últimos sultões da dinastia saadiana. A *khuṭba* (sermão feito na mesquita) da sexta-feira foi assim recitada toda semana em nome dos soberanos de Marrakech que tinham o cuidado de anunciar oficialmente aos paxás de Tombuctu e aos comandantes das guarnições de Djenné e de Gao a notícia de sua chegada ao trono.

Quando, em 1659, foi assassinado o último monarca saadiano, o *bay'a* (juramento de fidelidade) que ligava os paxás à dinastia tornou-se imediatamente caduco. Muito naturalmente a *khuṭba*, em 1660, deixou de ser recitada em nome dos descendentes de Moulay Ahmad al-Mansūr "em todo o Takrūr, de Koukya a Bina[47]". Dez anos mais tarde, depois que a dinastia alawita tomou o poder em Marrocos, os arma renovaram, porém, seu compromisso de fidelidade ao trono marroquino, a Moulay al-Rashīd, depois a Moulay Ismā'īl[48].

Ao contrário dos saadianos, no entanto, os alawitas atentaram-se muito pouco ao Sael nigeriano. A orientação de sua política foi antes mauritana que sudanesa. Enquanto os europeus disputavam Arguin e o tráfico de goma, Moulay Ismā'īl implantaria solidamente sua autoridade na Mauritânia, ao sustentar o emir dos trarza e ao enviar pontualmente, em direção ao vale do Senegal, tropas mais ou menos regulares, os orman, que, até 1720, iriam aterrorizar todas

---

46 Biblioteca Nacional,Paris, Fundo Árabe, Ms 5259, f. *32r;* lnstitut de France, Fundo Gironcourt, Ms 2406, peça 75 *(Ta'rikh Fittuga).*

47 O. Houdas, 1966, p. 145.

48 *Ibidem*, p. 185; Biblioteca Nacional, Paris, Fundo Árabe, Ms 6399, f. 214-218.

as regiões ribeirinhas do Senegal[49]. Senhores do Futa Toro, onde nomeavam e demitiam a seu bel-prazer os *satigi* (dirigentes), exerceram forte pressão sobre a população do Alto Senegal, cujos cativos iriam engrossar as fileiras da famosa armada negra dos *'abid* formada pelo sultão marroquino. Conduziu suas expedições devastadoras até o Bondu e o Bambuk e, sobretudo, o Galam, onde pôs em perigo, várias vezes, a feitoria francesa de Saint-Joseph.

Os arma, apesar de tudo, continuaram a devotar um certo respeito aos monarcas alawitas e, se acreditarmos no inglês J. G. Jackson, o *pashalik* de Tombuctu teria continuado a pagar um tributo de fidelidade aos sucessores de Moulay Ismā'īl[50].

Com a chegada ao poder do sultão Sīdī Muhammad (1757-1790), a política sudanesa do Marrocos conheceria novo começo, graças à reativação do comércio transaariano. À maneira dos últimos reis saadianos, o sultão alawita se denominava na sua correspondência com os governos europeus como o "soberano de Gao e da Guiné", o que não passaria de pura pretensão se não houvesse testemunho muito confiável nesse sentido do cônsul inglês, J. Matra, que serviu em Marrocos entre 1786 e 1806[51].

Isso parece corresponder ao modo como no próprio Sudão se representava o estatuto de Tombuctu na véspera da *jihad* fulbe. É pelo menos o que fazem pensar alguns textos provindos de um letrado do Macina, Nuh b. al-Tahir, que foi um dos principais colaboradores de Shaykhū Ahmadu. Um desses textos anuncia o advento do último califa do islã, isto é, de Shaykhū Ahmadu. Foi dirigido ao "sultão do Gharb e de Marrakech e de suas dependências de Tombuctu, Arawān, Bū-Jbeiha, Taoudéni, do Sous Próximo e do Sous Extremo, assim como do Touat[52]".

Esta classificação é talvez destituída de todo fundamento. Mas, recolocada em seu contexto histórico e sociocultural, a evolução política de Tombuctu, se ela traduz bem a autonomia interna do antigo território marroquino das margens do Níger, é comparável sob muitos aspectos à evolução das Regências barbarescas dos séculos XVII e XVIII, sobre as quais a soberania de Constantinopla era apenas uma ficção, mas uma ficção não totalmente desprovida de sentido.

49 A. Delcourt, 1952; B. Barry, 1972.

50 J. G. Jackson, 1811, p. 296.

51 Arquivos Nacionais, Paris, Fundo dos Assuntos Exteriores, B1, 831; B. Hallet, 1964,.p. 81.

52 Biblioteca Nacional, Paris, Fundo Árabe, Ms 5259, f. 74-78.

A evolução econômica e social

Calamidades naturais e meio ambiente humano

Seguramente o Sudão Ocidental não era mais, no fim do século XVIII, aquele país deslumbrante e próspero de que falava al-Mansūr em 1591.

Na virada do século XVII, uma série de calamidades se abateu sobre a região: secas, carestia, epidemias, fome dizimaram a população e destruíram as colheitas, tornando mais agudas as tensões entre nômades e sedentários. A partir de 1639, os períodos de trégua se fizeram mais breves e as crises mais longas e incisivas. Naquele ano, a fome irrompeu inicialmente na região de Djenné que sempre fora o celeiro do Arco do Níger. Do delta central, ela se expandiu em seguida, durante quatro anos consecutivos, em todo o Arco do Níger. A miséria que se seguiu provavelmente originou o movimento social que precedeu a subida ao poder do reino bambara de Ségou[53].

Durante o século XVIII, os anos "normais" foram exceção. Depois de uma primeira carestia de sete anos, entre 1711 e 1718, o Sudão Ocidental iria conhecer, a partir de 1738, uma de suas maiores fomes que atingiu toda a zona saeliana, bem como boa parte do Magreb[54].

Em 1741, o flagelo se combinou com uma epidemia de peste e tomou amplitude catastrófica, a tal ponto que "pessoas comiam cadáveres de animais e de seres humanos". As guerras e as lutas que foram particularmente pesadas nesse período, implicando todas as comunidades sudanesas, davam um toque apocalíptico a esta paisagem sombria[55].

Os efeitos da carestia começaram a se diluir a partir de 1744, mas a peste continuou no estado endêmico, irrompendo de tempos em tempos, como entre 1748 e 1749, entre 1762 e 1766 e sobretudo entre 1786 e 1796[56].

Assim, tanto ou mais que as malfeitorias dos homens, o Arco do Níger veio a sofrer violentos desequilíbrios da natureza que marcaram profundamente sua demografia e sua paisagem.

Verdadeira confluência étnica, o território compreendido entre Tombuctu, os Grandes Lagos e o Níger transformava-se, durante boa parte do ano, num mosaico de povos e numa zona de contato entre duas civilizações: o mundo

53 al-Sa'di, 1964, p. 339.

54 O. Houdas, 1966, p. 14, 63, 102, 105 e 191-192; P. Marty, 1927, p. 562 e 565.

55 O. Houdas, 1966, p. 116-119.

56 Biblioteca Nacional,Paris, Fundo Árabe, Ms 5259, f. 24r-v, 26r-v e 31v-32v.

pastoril e o mundo rural sedentário. Ora, como as boas pastagens são também as melhores terras agrícolas, este contato foi muitas vezes gerador de conflitos tanto mais graves porque não existia na região nenhuma força política capaz de limitar a extensão dos terrenos de pastagem em detrimento dos campos de cultura e vice-versa.

A estação quente tornava-se assim um período de insegurança e de agitações em toda a região. Nessa época do ano, os kel-tadmekket costeavam, ao Leste e ao Sul de Tombuctu, os berabich, os kel-maghsharen, os kel-katwan, os ghālī-mūsā e outros *baydan* (nômades) que desciam do Aklé mauritano em direção a Rās al Mā' e até a fronteira setentrional do Macina, onde disputavam com os fulbe suas magras pastagens sazonais.

A tensão atingia seu auge no fim da estação quente, quando, com a chegada das chuvas, os camponeses se entregavam aos primeiros trabalhos agrícolas: um refluxo desordenado ou muito lento dos nômades era suficiente para comprometer seriamente as colheitas.

Produção local e trocas regionais

No seu conjunto, a agricultura recuou nas zonas limítrofes do deserto. Paralelamente a este processo, porém, houve em alguns lugares uma intensificação real da colonização agrícola, como fica demonstrado pelas migrações bambara, no Bara, e os princípios de sedentarização dos fulbe do Macina, bem como a instalação definitiva de certos agrupamentos tuaregues ou sob a influência dos tuaregues (kel-antasar) nos arredores de Tombuctu.

Além do mais, graças à incomparável via de comunicação que é o Níger e por força da manutenção e até da extensão das redes de trocas tradicionais, o comércio inter-regional devia ajudar a diminuir as consequências desastrosas dos desequilíbrios naturais.

Em Djenné, a produção local de víveres crescia com os bens advindos do interior de San, numa gama diversificada de produtos: amendoim, farinha de baobá, karité, mel, cebola seca, pimenta, feijão, fónio. A estes produtos conviria acrescentar o algodão, o índigo, o sene utilizado na fabricação do sabão, a lã, a cera, o ferro do Bendougou e, obviamente, os dois artigos principais importados da zona florestal, as nozes-de-cola e o ouro[57].

Deixando Djenné na direção de Tombuctu, as embarcações aproximavam-se de Koubaka, ao lado da qual se desenvolveria, no século XVII, o vilarejo de

57 R. Caillié, 1828, vol. II, p. 210-217; C. Monteil, éd. de 1971, p. 11-14.

Sofara, onde os jula de Kong instalaram uma estação de engorda de cavalos[58]. Na confluência do Níger e do Bani achava-se Isaqa, a futura Mopti, onde se mantinha uma importante feira de comestíveis e de artesanato[59].

Na saída do lago Debo, a navegação se realizava nos dois braços principais do rio, o Issa-Bar a Oeste e o Bara-Issa ao Leste. O mais destacadoa encrave existente no Bara-Issa, até se criar Saraféré, era Sâ. Na região de Tombuctu, as melhores áreas de cultivo se achavam próximas dos lagos Télé, Oro e Fati, bem como nos leitos dos pântanos. Com a vinda dos marroquinos ao Sudão, a cultura do trigo se espalhou nessa zona. Mas este cereal não conquistara os camponeses da região. Os arma e os comerciantes magrebinos das grandes cidades eram os únicos consumidores de pão[60]. Entre as plantas industriais, cita-se o tabaco e a goma arábica que se recolhia em grandes quantidades nos arredores de Goundam e do lago Faguibine[61].

Além disso, a vida comercial de Tombuctu era alimentada por uma importante atividade artesanal: condicionamento das barras de sal, tecelagem e confecção de roupas, curtimento, ourivesaria, sapataria, olaria, fabricação de utensílios agrícolas e de armas brancas. Cada setor do artesanato era o monopólio de uma corporação etnoprofissional. Era desse modo que todos os tintureiros eram originários do Sansanding ao passo que os arma tinham a exclusividade da fabricação de calçados[62].

A bacia oriental do Níger foi certamente a mais atingida pelas calamidades naturais, e isto desde a época Songhai. A deterioração gradual das condições ecológicas e climáticas, assim como seu isolamento das rotas de trocas, após a queda de Gao, forçaram seus habitantes a viver como nômades.

O comércio transaariano na era do tráfico negreiro atlântico

Apesar das mudanças políticas que afetaram a região desde o fim do século XVI, a organização comercial do Arco do Níger continuou sedimentada sobre bases geográficas econômicas e sociais que sobreviveram à conquista marroquina bem como à intensificação do tráfico europeu em litoral africano. Contornando as dificuldades de ordem política e militar que se seguiram ao enfraquecimento

58 R. Caillié, 1828, vol. II, p. 236; al-Sa'dī, 1964, p. 303 e 488-489.

59 R. Caillié, 1828, vol. II, p. 239-240; al-Sa'dī, 1964, p. 303.

60 O. Houdas, 1966, p. 117.

61 R. Caillié, 1828, p. 314-321.

62 A.Dupuis-Yacouba, 1921, p. 25-28, 38-39, 61-63 e 79-80.

dos poderes centrais às margens do deserto do Saara, o comércio transaariano se tornou a principal atividade econômica de vastas áreas do Magreb e do Sael. O que mudou inexoravelmente a partir do século XVI foi, não o volume das trocas, mas o significado econômico deste comércio para as perspectivas de desenvolvimento dos países e das regiões envolvidas.

As rotas

Depois de 1591, o eixo Dar'a – Taghāza – Tombuctu transformou-se na via real das trocas entre o Marrocos saadiano e o Sudão Ocidental: era utilizado tanto pelos comboios militares quanto pelas caravanas de comerciantes, organizados e vigiados pelos homens do sultão. Este itinerário se tornaria o primeiro a ser atingido pelas convulsões que se seguiram à morte de al-Mansūr. Os comerciantes abandonaram aos poucos o Dar'a e Taghāza em proveito do Sous e do Tafilālet, onde as autoridades religiosas locais exerciam uma influência favorável. É dessa maneira que, meio século após a conquista marroquina, a configuração da rede de rotas readquiria praticamente o aspecto da época medieval. As mudanças mais duradouras foram as que afetaram sua parte saeliano-sudanesa.

O eixo atlântico

Os alawitas, na década de 20 do século XVII retomaram com maior vigor este eixo, que correspondia na sua parte saariana à antiga Trīḳ Lamtūnī.

Sob Moulay Ismā'īl, as caravanas que desciam de Taghawust e de Goulimine atravessavam os territórios dos ma'ḳil que, por diversas razões, haviam ligado sua sorte à dinastia dos xerifes. Convém também insistir sobre o papel dos Tadjukant, senhores de todo o tráfico de caravanas entre o Sul marroquino e o Adrar da Mauritânia[63].

Além do mais, a difusão de doutrinas religiosas como a Ḳādirīyya e a Tidjānīyya no Saara Ocidental deu origem a uma portentosa circulação de homens e de ideias entre os centros religiosos do Sul marroquino e do Saara meridional: Aḳḳa, Tindūf, Smāra, Shinguetti e Boutlimit constituíram-se em centros notórios da Ḳādirīyya, bem como em importantes paradas comerciais. De Shinguetti ou de Wadān, as caravanas alcançavam Saint-Louis do Senegal pelo país Trarza, o Galam pelo país Brakna e o Hōdh seguindo a rota do Dhār que conduz a Tishīt e a Walāta. No Galam, a preponderância do comércio

63 P. Marty, 1920-1921, vol. III, p. 97-98 e 132-134.

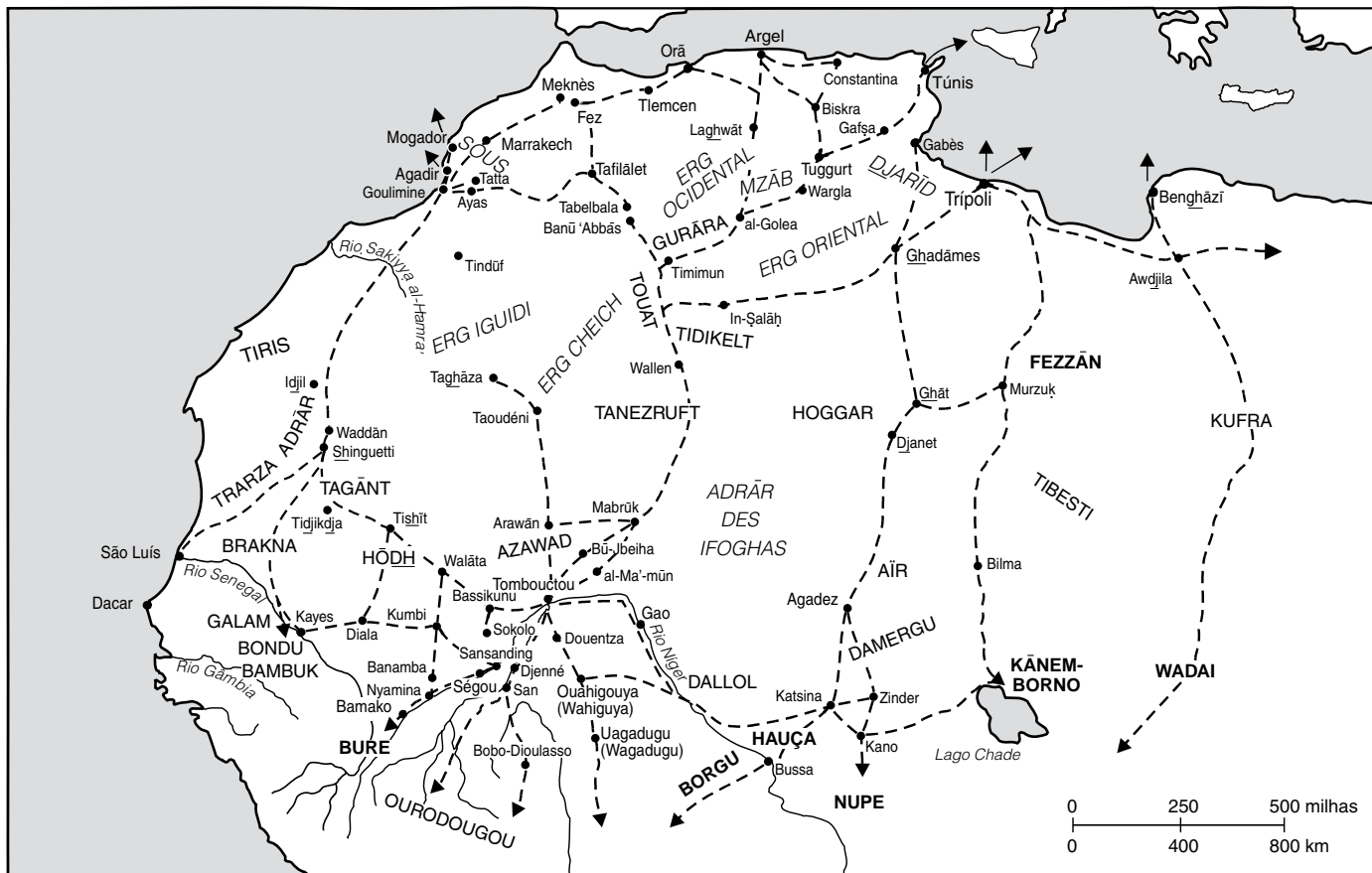



FIGURA 11.5 As rotas do comércio transaariano do século XVI ao século XVIII (apud M. Abitbol).

mouro era total apesar da presença do forte francês de Saint-Joseph[64]. Várias rotas desciam do Hōdh em direção aos reinos bambara do Karta e de Ségou para as paradas de Diara do Kingui, Goumbou, Bassikounou e Sokolo[65].

As caravanas mouras chegavam até Ségou, Banamba e mesmo até Nyamina, mas era em Sansanding que se efetuava a maior parte do tráfico com o país Bambara. Ponto de redirecionamento das cargas para as pirogas que subiam o Níger desde as correntezas do Sotouba e porto de comércio do reino de Ségou, Sansanding deixou progressivamente de ser dependente de Djenné para seu abastecimento com produtos do Saara. No final do século XVIII, estes circuitos comerciais eram tão densos quanto os da metrópole do Bani[66].

As caravanas de Walāta mantinham também contatos diretos com Dejenné via Rās al-Mā' e Tombuctu[67].

O eixo oriental

Partindo do Tafilālet marroquino, este feixe de rotas atravessava o Touat que era também lugar de passagem das grandes caravanas de peregrinos marroquinos. Em Timimoun, a rota do Touat, no Sudão, ligava-se às pistas do Magreb Central: al-Goléa – Mzāb – Laghouat(Laghwāt) e al-Golea – Wargla – Touggourt – Tozeur – Gafşa, ambas controladas pelos nômades shaamba e ughramma, cuja única profissão consistia em guiar e proteger as caravanas[68].

Mais ao Sul, em In-Şalāh, dava-se a junção com a via de Ghadāmes que, disputada durante todo o século XVIII por Trípolis e Túnis, escoava os produtos sudaneses nas duas capitais. Seus mercadores, entre os mais ricos negociantes de Tombuctu, mantinham relações permanentes com o país Haussa por Ghāt e Agadès bem como com o Borno por Murzuk e Bilma[69].

Deixando Tidikelt, as caravanas costeavam a borda ocidental do Ahnet; em seguida, depois da difícil travessia do Tanezrouft, chegavam no Azawad, onde se encontravam os acampamentos kunta. Prestadores de serviços, de saber e de *baraka* (bênçãos), árbitros da maior parte dos conflitos entre nômades, e entre

64 Isto resulta com clareza da correspondência dos comandantes do forte conservada nos Arquivos Nacionais, Paris, subcoleção Colônias, C6.

65 M. Park, 1980; A. Golberry, 1802, p. 287-288.

66 M. Park, 1980, pp.303-4; R. Caillié, 1828, vol. II, p. 380.

67 O. Houdas, 1966, p. 21-25, 102-104; H. Barth, 1857-1858, vol. V, p. 481-482.

68 E. Carrette, 1844, p. 91; A. Daumas-Chancel, 1848, p. 111-116 ; H. Duveyrier, 1859, p. 6-7,16-17 e 19-24.

69 L. de Tassy, 1757, vol. II, p. 180-182; R. Hallet, 1964, p. 82-84; E. Carrette, 1844, p. 143.

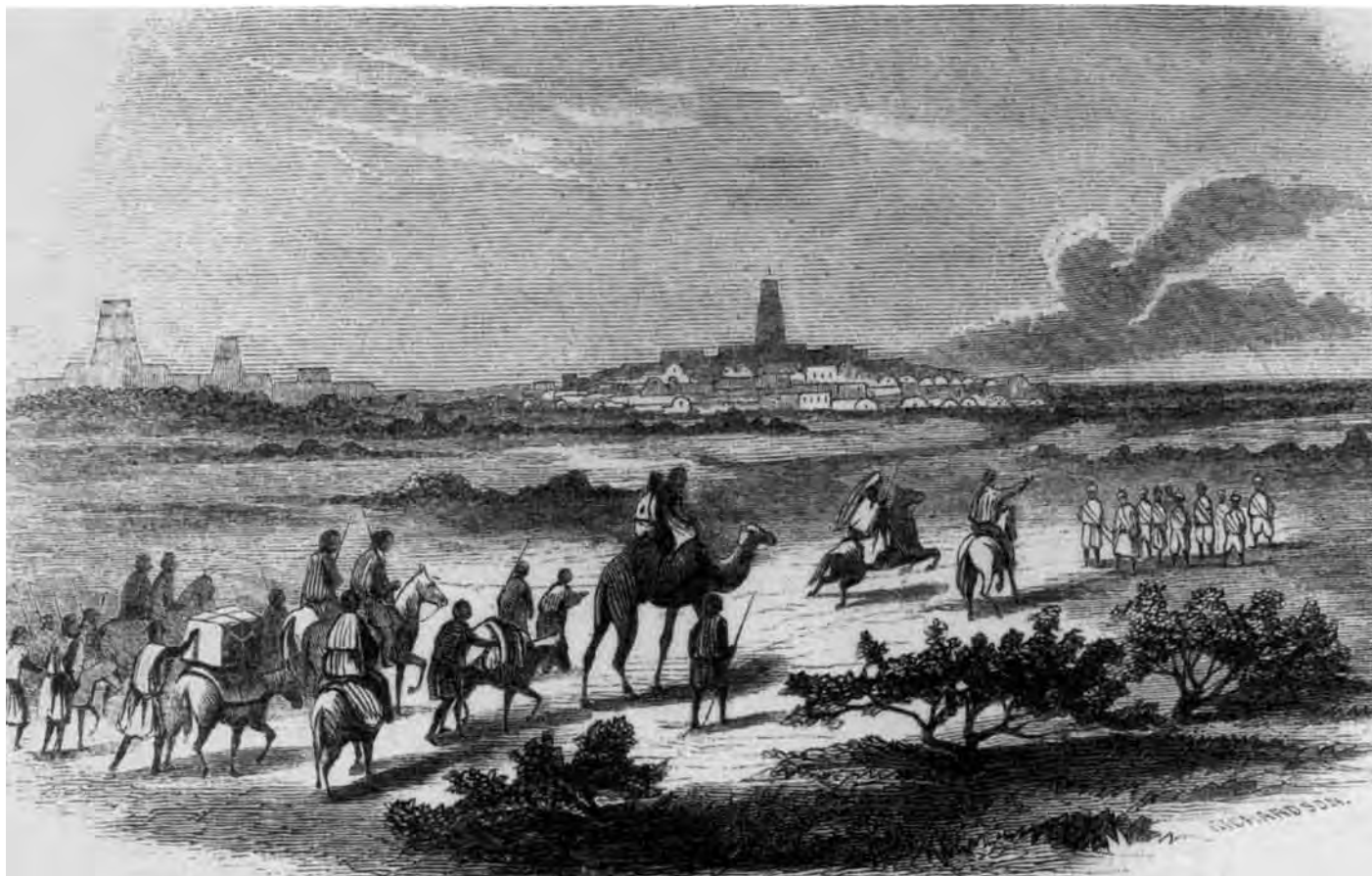



figura 11.6 Viajantes aproximando-se de Tombuctu. [H. Barths, 1857. © Royal Commonweath Society Library, Londres.]

nômades e sedentários, os kunta desempenharam um papel de suma importância na região. Sua simples presença representava as melhores garantias e a mais eficaz proteção das rotas que conduziam a Tombuctu[70].

De Arawān e de Bū-Jbeiha, algumas caravanas se encaminhavam diretamente para Bamba ou para Gao, mas obviamente era Tombuctu que atraía a maior parte do tráfico desta via[71].

Após o oferecimento de algumas dádivas aos chefes arma da cidade, os comerciantes magrebinos ficaram sob a proteção dos *diatigui* que lhes ofereciam hospitalidade, meios de deslocamento e eventualmente uma guarda armada[72]. Para um bom número de viajantes, o périplo não acabava em Tombuctu. Os produtos magrebinos eram encaminhados a Djenné pelos mesmos homens. Apenas acima de Djenné se desenhava uma nova infraestrutura de trocas, sendo a trama essencial formada pelas redes jula.

As redes jula

Djenné se ligava por duas artérias principais à zona florestal e aos países produtores de ouro e de cola. A primeira, para Sudoeste, se dirigia rumo a Bure e aos confins do país do cola, o Wurodougou; a segunda ia em direção ao Sudeste, para Kong e o Ashanti[73].

De Kong, Djenné recebia noz-de-cola e ouro do Lobi e da Costa-do-Ouro. Os dois produtos subiam com os mesmos mercantes jula que escoavam as barras de sal de Taoudéni até Buna. Eles completavam suas cargas com tecidos de algodão e também com artigos europeus, comercializados em volta de Kumasi[74].

Paralelamente a esta via, os yarsa do grupo mossi tinham estabelecido ligações diretas entre Tombuctu e o país Ashanti, contornando Djenné e o delta interior, por Douentza, Korientze, Aouaki e Diré ou por Ouahigouya, Bandiagara, Konna e Korientze.

Fora dessas rotas secundárias mossi, parece que um tráfico muito fraco se realizava entre Tombuctu e o país Haussa, pela via fluvial até Ansongo, Dallol e Mauri. Esta rota era aquela que os peregrinos tomavam, os quais, tendo atingido

70 Biblioteca Nacional, Paris, Fundo Árabe, Ms 5334, f. *79r*; P. Marty, 1920-1921, vol. I, p. 27 e 49-51.

71 H. Barth, 1857-1858, p. 457-458.

72 O. Houdas, 1966, p. 138 e 203.

73 R. Caillié, 1828, vol. II, p. 99-103; L. G. Binger, 1892, vol. II, p. 141-142.

74 L. G. Binger, 1892, vol. I, p. 316-317 e 373-374. Achavam-se tecidos vermelhos, ditos de Kumasi, em meados do século XVIII, em Tombuctu; O. Houdas, 1966, p. 96.

Kano, subiam em direção ao Fezzān, em seguida atingiam o Egito via Awdjila e Sīwa[75].

As exportações marroquinas em direção ao Sudão Ocidental eram as mais variadas: compunham-se de produtos locais, desde cereais até artefatos religiosos, passando por vestimentas de seda e pelo tabaco de Meknès, bem como de produtos do Levante (especiarias, seda) ou europeus (têxteis, açúcar, café, chá, vidrilhos e miçangas, armas de fogo).

No Magreb Central, o comércio sudanês constituía a principal fonte de atividade das províncias do Touat, do Mzāb, do Souf e do Djérid (Djarīd). Este incluía uma gama muito diversificada de produtos, indo do tecido índigo e dos *turkedi* de Kano às nozes- de-cola do Ashanti, consumidas em todo o Sul magrebino em que viviam importantes comunidades negras[76].

Muito variado e ininterrupto, este comércio proporcionava, ao que parece, enormes benefícios[77]. Certamente o alcance econômico destas trocas pode parecer discutível ou mesmo insignificante na conjuntura da época. Entretanto um fato se impõe: o comércio transaariano não drenava apenas mercadorias. Veiculava também ideias e valores, uma civilização em suma.

Os produtos de troca

O sal pouco entrava nas trocas entre magrebinos e saelo-sudaneses. Desde o início do século XVII e apesar da presença de *ḳā'id* marroquinos tanto em Taghāza, quanto em Taoudéni[78], as cidades do Níger tinham acesso às salinas saarianas por redes distintas e autônomas: os *azalai* mouros e tuaregues. Nessas condições, a diversificação dos produtos exportados para o Sudão se apresentava como uma necessidade imperiosa para as caravanas vindas do Norte. Aliás, ao lado dos artigos tradicionais de exportação, que eram o ouro, os escravos e o marfim, o Sudão devia escoar alguns produtos manufaturados (tecidos e joias), que gradativamente aumentaram conforme diminuíam ou se estagnavam as remessas de ouro e de escravos[79].

75 Biblioteca Nacional, Paris, Fundo Árabe, Ms 5713, f. 30-1.

76 R. Leselle, 1957; L. Valensi, 1967.

77 Ver, entre outras, as estimativas de G. Lemprière, 1891, p. 290 ; J. Graberg, 1834, p. 146; L. Godard, 1859, p. 117-120; Prax, 1845.

78 A presença de *ḳā'id* marroquinos em Taoudéni é atestada até a véspera da conquista francesa. Ver o relatório Pichon sobre a região de Arawān, Arquivos Nacionais do Senegal, IG 254.

79 R. Caillié, 1828, vol. II, p. 383-384; Prax, 1845, p. 344.

Mesmo não atingindo as quantidades imensas transportadas imediatamente após a conquista marroquina, o ouro sudanês figurava no carregamento de todas as caravanas vindas do Sudão. No fim do século XVII, assistiu-se a um claro acréscimo das exportações de escravos, após a constituição do exército dos *'abīd* por Moulay Ismā'il e, durante a segunda metade do século XVIII, coube à goma-arábica ocupar um papel importante nas exportações sudanesas rumo ao Marrocos. A abertura do porto de Mogador iria oferecer às caravanas sudanesas nova saída marítima, por onde escoariam, além dos artigos já citados, grandes quantidades de penas de avestruz e de marfim.

Evolução cultural e religiosa

O islã sudanês à véspera das jihad do século XIX.

O período examinado é muitas vezes descrito como uma era de decadência e de estagnação cultural. Esta ideia precisa ser revista, se com isso se entende um recuo ou uma regressão da cultura islâmica. Pelo viés das trocas ininterruptas de um lado e de outro do Saara, pelo dos *zāwiya*, das confrarias e dos grupos de marabutos e pelo viés das redes muito bem estruturadas dos comerciantes jula, a influência do islã continuou a tocar em graus diversos todas as comunidades do vale do Níger.

No início do século XIX, René Caillié iria constatar que em Tombuctu e em Djenné todos os habitantes estavam em condições de ler e de escrever o árabe. A melhor prova da grande difusão deste poderoso meio de comunicação nos é fornecida pela abundância de fontes escritas de que dispõe o historiador para esta região: as famosas crônicas de Tombuctu, as *ta'rīkh*, foram todas redigidas entre os séculos XVII e XIX.

Contrariamente ao período medieval, o islã não era apenas um fenômeno urbano. Ele não era mais veiculado exclusivamente pelos *'ulamā'* da cidade nem organicamente ligados a um grupo social exclusivo, o dos comerciantes, ou associado a uma atividade econômica específica. Ganhando o campo, o islã atingia agora tanto os camponeses bambara quanto os pastores fulbe. Seus novos agentes de difusão eram as tribos de marabutos berberes ou sudanesas que tinham feito do estudo e da difusão da palavra do Profeta sua principal ocupação.

O aparecimento dos grupos de marabutos (*zuwaya* ou *insilimen*) é um dos aspectos mais espetaculares da estratificação etnossocial que ganhou corpo na orla meridional do Saara ao longo do século XVII. Após as convulsões demo-

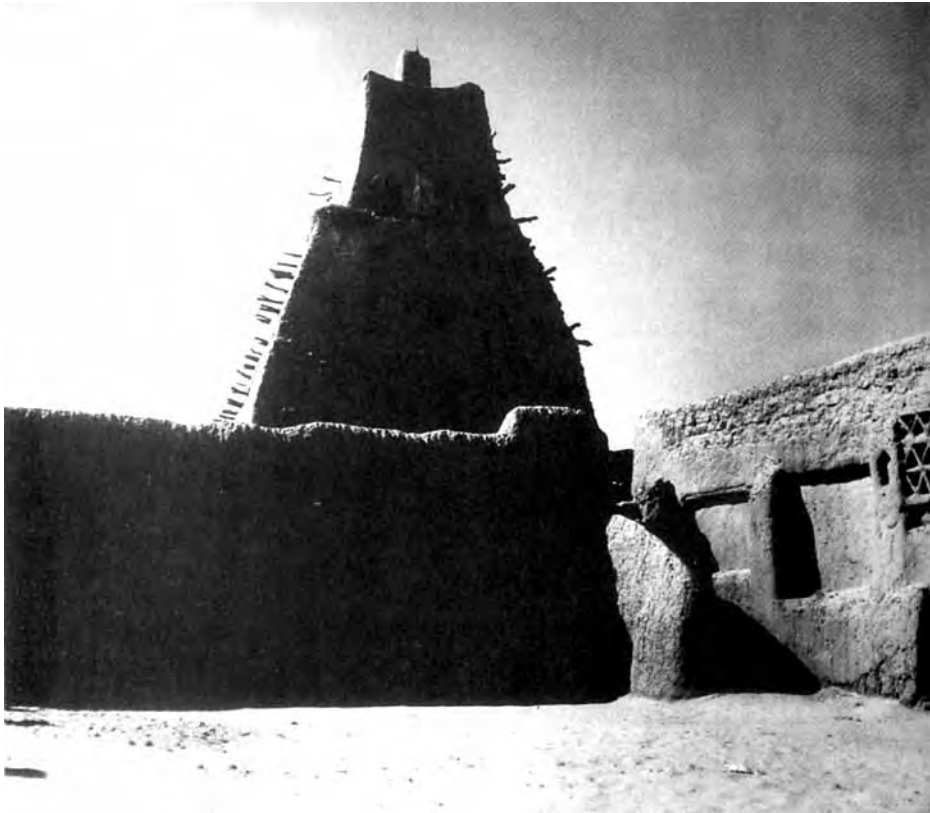



FIGURA 11.7 Uma mesquita em Tombuctu. [© Werner Forman Archive, Londres.]

gráficas ou de conflitos armados, ainda mal elucidados, a sociedade nômade se cindiu, do Senegal ao Aïr, em dois estratos bem distintos: de um lado, as populações "guerreiras"; de outro, tribos clericais que gozavam de um grande prestígio religioso e devotadas inteiramente ao estudo e à prática do bem e da mística islâmica. Seus *zāwiya* atraíam estudantes, bem como comerciantes das caravanas em busca de proteção. Comedidamente instalados ao longo das rotas comerciais, muitos destes santuários se tornaram em seguida importantes áreas de descanso das caravanas. Tal foi o caso, por exemplo, das localidades de Arawān e de Bū-Jbeiha (ao Norte de Tombuctu), fundadas pela tribo de marabutos dos kel al-sūķ, que seria depois sobrepujada em seu próprio terreno pelos kunta, ou o caso de Mabrūk e de al Ma'mūn, igualmente ao de antigos acampamentos dos kel al-sūķ, que iriam tornar-se, no século XVIII, dois dos centros mais importantes da irradiação kunta sobre o *shaykh* al-Mukhtār.

Eclipsando os *'ulamā'* urbanos, os *shaykh* do deserto tornar-se-iam os mentores da maioria dos promotores das *jihad* dos séculos XVIII e XIX: foi junto aos Aït Dayman de Shinguetti que o emir 'Abd al-Ḳādir do Futa Toro começou seus estudos, antes da *jihad* de 1775; foi também no seio da fração *insilimen* dos Aït Awari do Aïr que 'Uthmān dan Fodio encontrou seu mestre, Djibrīl ibn 'Umar. A influência dos Kunta sobre Shaykhū Ahmadu é tão conhecida quanto a influência dos Ida-u-'Alī de Shinguetti sobre al-Hādjdj 'Umar Tall.

Reatando de certo modo com a tradição almorávida, o islã dos marabutos distinguia-se por seu militantismo claramente oposto ao sincretismo tolerante que caracterizava o "islã negro" das cidades sudanesas e dos centros jula. Além do que, por se aparentar muito cedo com confrarias ou ordens religiosas tão universais quanto a Ḳādirīyya (cujos principais representantes no Sudão eram os kunta), o islã dos marabutos oferecia a seus adeptos mais que um caminho religioso: uma estrutura de enquadramento que ultrapassava as entidades de identificação tradicionais – etnias, tribos, clãs etc.

Enquanto o islã tradicional sudanês estava fortemente ligado ao poder e aos chefes , o islamismo dos marabutos de antes da *jihad* penetrava pela base da pirâmide social, sob a ação conjugada dos confrades e pastores que, no século XIX, partiriam para a conquista religiosa de todo o Sael. Elo de reunião e de emancipação política e social atraiu assim a massa dos tucolores do Futa Toro que lutava contra o poder estabelecido da dinastia dos denyanke; atraiu também os fulbe do Macina, que sacudiram o jugo dos bambara e dos *ardo*, ou ainda os fulbe e os cultivadores do país Haussa contra a hegemonia dos poderes reais estabelecidos em Gobir, Kano, Katsina e em outros lugares.

CAPÍTULO 12

Do Níger ao Volta

M. Izard e J. Ki-Zerbo

Após a queda do império de Gao em 1591, na seqüência da invasão marroquina, os fundamentos do poder político reinante na região do Arco do Níger começaram a desmoronar. Criou-se, assim, um vazio na vida política que outros poderes iriam paulatinamente preencher. O poder se descentralizou durante os séculos seguintes, sob o efeito não somente das forças centrífugas provenientes do coração do império esfacelado, mas também das forças de integração que operavam sobre esses contornos. No Arco do Níger e na bacia superior do Volta, quatro polos constituíram-se desta maneira nos séculos XVII e XVIII: os reinos bambara de Ségou e do Kaarta, os reinos mossi, os reinos de Kong e do Gwiriko e, por fim, os reinos gulmanceba. Obviamente, os bastidores da vida política eram constituídos por um grande número de etnias de poder não-centralizado. Falou-se de "tribalização" do poder durante este período, particularmente sob a influência do tráfico negreiro que, mesmo para países tão distanciados da costa, como o Arco do Níger e países do Volta, constituía o pano de fundo do sistema econômico[1]. Mas a palavra "tribalização" é, não obstante, deslocada porque, como veremos, os reinos africanos apoiavam-se em uma base geográfica necessariamente heterogênea do ponto de vista étnico. Em outras palavras, a tradição do Mali e de Gao ainda continuava nessa região. Entretanto, ela era exercida

1 Os bambara estavam na lista dos negreiros e não é impossível que seu sobressalto do século XVII esteja ligado às caças aos homens da época.

Figura 12.1 A região do Níger-Volta do século XVI ao XVIII

doravante em uma escala mais reduzida, com outros meios e em um contexto cada vez mais dominado por fatores exteriores, além de choques internos que estruturavam novos edifícios políticos. Em contrapartida, veremos como certos fatores conjunturais, de ordem socioeconômica e religiosa, que nada têm de "tribal", influenciaram tais processos de reestruturação antes de provocar, no fim do século XVIII, as primeiras rachaduras na estrutura que anunciavam as modificações do século XIX.

Os povos, as etnias e os reinos

Os reinos bambara de Ségou e do Kaarta, do século XVI ao XIX

A evolução política

Os reinos bambara[2] possuem origens que, sem serem antigas, são obscurecidas pela variedade de tradições orais e das crônicas. Estas últimas, recolhidas e estabelecidas por viajantes, oficiais e administradores europeus imediatamente antes e após a conquista, bem como por tradicionalistas africanos, são fixadas por textos muito disparatados. A sucessão dos monarcas não é sempre a mesma, *a fortiori* a duração dos reinados[3].

Entretanto, este estudo concerne ao desenvolvimento das sociedades que deram origem e formaram homens ilustres, mais do que a seus próprios atos. Este é o motivo pelo qual nos ateremos sobretudo, após a evocação necessária do fluxo dos acontecimentos, à organização e às relações de forças que motivaram esses povos, do século XVI ao XIX.

Uma outra questão polêmica é a dos povos responsáveis pela iniciativa histórica nos reinos bambara. Tauxier é categórico quanto a isso: "Definitivamente, ele escreve, os bambara jamais foram capazes, por si só, de fundar reinos: os reis de Ségou e do Kaarta eram de origem fulbe, e os de Sikasso e de Kong eram de origem mande-jula. Quanto ao homem do povo bambara, era um verdadeiro negro, muito inferior, mas relativamente trabalhador e cultivador"[4]. Quando lembramos que o bambara é também uma língua mande e que as mestiçagens

2 Os bambara chamavam a si mesmos de Bamanaw. Todavia, manteremos aqui a ortografia oficial e atual de seu nome.

3 Segundo este ponto de vista, as obras que mais frequentemente apresentam-se em acordo são, por um lado, A. Raffenel, 1846, e L. Tauxier, 1942, e, por outro lado, M. Delafosse, 1912 e 1913, e C. Monteil, 1924. Para a cronologia, seguiremos preferencialmente os dois primeiros.

4 L. Tauxier, 1942, p. 8.

datam dos primórdios da história, percebemos que nossa principal preocupação, hoje, é outra[5]. E isso, ainda que as alianças biológicas e políticas (bem como as guerras) tenham sido numerosas entre os bambara e os fulbe, por exemplo, para expulsar o último imperador do Mali, *mansa* Magan (1645), ou a ofensiva de Kong. Se é certo que as origens primeiras dos bambara se perdem em trevas insondáveis, os movimentos contemporâneos refletem-se nas tradições que permitem afirmar que eles são autóctones no Arco do Níger há muito tempo, parecidos, sem dúvida, pelos bozo e mesclados igualmente aos soninke e aos soso, aos malinke, aos fulbe etc. Quando, a este respeito, Raffenel evoca uma lenda sobre as origens que fala do país de Toron, a uma lua de marcha de Ségou, não se trata efetivamente aqui do Toron de Wasulu situado muito próximo ao sudoeste. Na verdade, a existência de uma *sanankunya*[6] entre Koulibali (Kurubari) e Keita ou Touré demonstra relações muito antigas entre Bambara e Malinke[7] que, por sinal, falam dois dialetos da mesma língua.

Qualquer que seja, o relato da migração dos ancestrais epônimos das dinastias bambara reproduz o tema da travessia do rio que encontramos em tantas lendas africanas sobre as origens. Dois irmãos, Baramangolo e Niangolo, perseguidos por um inimigo e não tendo piroga, atravessaram o rio (Baoulé ou Níger) aproveitando-se dos serviços de um enorme *m'polio* (siluro) que os salvou *in extremis*[8].

O que chama atenção neste relato original é a associação rápida que se instaura, por vezes de bom grado, e muitas vezes pela força, com os soninke (marka). Esses últimos eram mercadores instalados na região há muitos séculos, às vezes como negociantes de escravos, e pouco afeitos ao ofício das armas, contrariamente aos recém-chegados. É assim que na margem direita do Níger, um dos dois irmãos, Baramangolo, pediu asilo aos buare de Ségou, soninke, que lhe concederam um território, separado do seu, é verdade, mas que permitia aos bambara recém-chegados tomar em suas mãos a defesa de todo o reino de

5 Posteriormente, L. Tauxier (1942, p. 16), a propósito da antropologia física, escreve: "Quatrefages e Hamy concluem, p. 359, que os negros mandingue e bambara que habitavam o alto vale do Níger pareciam pertencer às duas raças hawsa e sudaniana, esta última representando os negros inferiores, os verdadeiros negros, e a raça hawsa representando uma raça negra superior ou miscigenada com elementos etíopes ou hamíticos".

6 Tradição visando a desarmar tensões étnicas pela troca de brincadeiras.

7 R. Pageard, 1957. Certos autores explicam a marginalização deste povo do tempo dos *mansa* do Mali pela sua recusa em se dobrar diante do poder de Mali e da religião islâmica. Daí seu nome, *Ban mâ na*, "recusa do mestre".

8 O fato de que eles atravessaram o rio sem piroga estaria na origem do patronímico Koulibali (de *kulu*, piroga, e *bali*, privativo), mas há outras etimologias.

Figura 12.2 Estatueta soninke representando um hermafrodita ajoelhado. Madeira esculpida, com a pátina do sangue dos sacrifícios. Altura: 29 cm. [© G. Berjonneau. ART 135. Boulogne-Billancourt]

Ségou. Durante este tempo, o outro irmão, Niangolo, após ter atravessado o rio, construiu uma *tata* (lugar fortificado) em Baiko. Os marka desta região, após terem tentado em vão tomá-la de assalto, acabaram por se acomodar em relações pacíficas e complementares com os recém-chegados, até o momento em que cativos, trazidos do Toron pelos jula, libertaram-se e vieram a engrossar consideravelmente as forças de Niangolo, donde a passagem (gradual, sem dúvida) do estatuto de refugiados ao de protetores de seus hóspedes e, depois, ao de mestres. Este processo aparece claramente através da maior parte de testemunhos sobre a origem do poder bambara.

Um outro traço dominante nesta história, nesse segmento médio do Níger (estratégico porque é a zona onde a curva do rio atinge um ponto culminante rumo ao deserto e às rotas da África do Norte, e que, por isso, tinha polarizado o poder político há quatro séculos unificando as duas margens), residia na dificuldade com que o poder foi partilhado. Isso ocorreu pelo fato de os dois reinos irmãos de Ségou e do Kaarta não terem cessado de se agredir mutuamente mobilizando para isso povos que se estendiam, em certos momentos, das margens do Senegal ao Norte do Alto-Volta (atual Burkina-Faso).

Não é fácil ligar os dois ancestrais primordiais e legendários das dinastias bambara aos primeiros líderes historicamente considerados. Deste modo, do lado de Ségou, é dito que um dos descendentes de Baramangolo foi Kaladian Koulibali, apresentado por numerosos autores como o bisavô de Mamari Koulibali por Danfassari e Soma[9]. Kaladian, sobre o qual a tradição oral nada diz, aparece como quase tendo restabelecido a grandeza de Mali no século XVII, particularmente ao retomar Tombuctu dos marroquinos[10].

Durante este período, em Kaarta, na margem esquerda do Níger, Sunsan (por volta de 1635), filho de Niangolo, teria, segundo a lenda de Nioro, fundado Sunsana, próxima de Mourdia. Seu próprio filho Massa (por volta de 1666) foi um grande cultivador e também um genitor prolífico que casou sistematicamente suas dezenas de filhas não com príncipes impossíveis de serem aliados à sua causa, mas com homens pobres, sob a condição de que eles viessem a morar proximamente a ele e desposassem igualmente sua causa. Os saques a que ele se lançava periodicamente atraíam também aventureiros que só eram admitidos junto a ele se tivessem dado provas anteriores no papel de agricultores[11].

9 C. Monteil, 1924, p. 21 ; L. G. Binger, 1892, vol. II, p. 386.

10 L. Tauxier, 1942, p. 63.

11 Foi Massa quem deu seu nome à dinastia. Massassi significa “filhos de Massa”, mas também “descendentes do rei”.

O filho de Massa, Benefali (por volta de 1710-1745) continuou na mesma via e estendeu consideravelmente o poder dos Massassi por meio de métodos que aliavam habilmente a vida patriarcal dos campos e a brutalidade das operações militares.

Sucedendo Benefali, seu irmão Foulakoro não pôde evitar o primeiro choque grave entre os massassi e os reis de Ségou. Esses últimos eram efetivamente mais poderosos que os massassi porque seu território englobava os vales do rio e seus principais afluentes, a população nesta região era mais numerosa e suas atividades mais variadas, uma vez que ela era constituída por camponeses e guerreiros bambara, por comerciantes soninke e jula, criadores fulbe e mouros, pescadores e transportadores somono e bozo etc. Este poder de Ségou era contrabalanceado pelo complexo de superioridade dos massassi que se ufanavam de uma nobreza mais autêntica, sobretudo após a mudança de dinastia em Ségou.

Ora, Foulakoro tinha diante dele, em Ségou, um monarca genial, o verdadeiro fundador do reino, Mamari Koulibali (1712-1755). Bisneto de Baramangolo, Mamari, que era dotado de uma força física incomum e cuja mãe preparava *dolo* (cerveja de milho miúdo) bem como hidromel, tornou-se rapidamente o chefe de um *ton* (associação de garotos circuncidados no mesmo momento), que lhe valeu o nome de Biton ou Tiguiton. Caça, culturas e patuscadas comuns, sem contar as farsas montadas com seus companheiros fizeram de Mamari rapidamente um líder social, em seguida político, à margem das instituições gerontocráticas e religiosas do país[12]. Um conflito devia se seguir nos planos interno e externo ao *ton*. No interior, uma primeira tensão proveio do fato de que, normalmente, as reuniões se sucediam na casa dos diferentes membros da associação. Mamari decidiu monopolizar a assembleia semanal da segunda-feira, recebendo, desta maneira, sozinho, as contribuições de seus convidados. Mas o principal choque opôs Mamari aos comerciantes soninke cujo jovem campeão, Kassum, foi finalmente assassinado após várias altercações[13]. Uma vez que seu poder crescente inquietava os anciões, Mamari rompeu com a gerontocracia eliminando os mais velhos de Donkouna e de Banankoro para se conciliar com os mais jovens.

Quando os adultos destes vilarejos pediram sua ajuda, Mamari aproveitou para consolidar suas conquistas interiores por meio de vitórias exteriores. Uma

12 O processo de formação do Estado bambara a partir da instituição social do *ton* será detalhado mais abaixo.

13 Foi assim que, propondo regulamentar as multas relativas ao gado, Kassum, quis direcionar a associação rumo ao terreno dos bens móveis, que os sonunke estavam seguros de dominar.

contra Kong, que ofereceu ouro aos wattara para assegurar sua ajuda, e outra contra os massassi.

A primeira intervenção de Kong, por volta de 1725, só foi repelida por Mamari graças à coalizão com os fulbe do Macina que estavam em vias de colonizar o Fouladougou (país do alto Bakoy em torno de Kita). Na verdade, Sékou Wattara teria mesmo se lançado ao ataque contra o país de Malinke e teria, portanto, sido pego entre os bambara de Ségou e os fulbe de Fouladougou. O segundo ataque de Kong foi repelido graças ao apoio dos Tyero Somono que lançaram enxames de abelhas contra a cavalaria inimiga[14]. Após ter libertado San e rechaçar os senufo, o mestre de Ségou reduziu, entretanto, as pesadas taxas que afligiam os habitantes de Kong. Nesta época, Foulakoro reinava no Kaarta[15]. Ele estava engajado no cerco de Murdia. Esta cidade pediu ajuda a Mamari que esperava apenas este sinal para intervir. Ele venceu e fez prisioneiro Foulakoro que pereceu no cativeiro. Os massassi tiveram de se distanciar ainda mais rumo ao oeste. Mamari Koulibali, chamado Biton, impôs-se também à totalidade do país bambara, compreendendo Bélédougou. O Macina e Djenné foram colocados sob sua autoridade e ele se fez construir palácios por meio de um arquiteto de Djenné. Enfim, em 1751, ele conquistou facilmente Niani, a capital do decadente Mali, cujo chefe, Massa Maghan Keita, passou a pagar--lhe tributo. O mesmo ocorreu com os paxá de Tombuctu quando a flotilha e a cavalaria de Biton livraram o Arco do Níger dos tuaregues que cometiam suas exações na região.

Os sucessores de Biton foram, por sua vez, soberanos de pobre envergadura, a começar por seu filho Denkoro (1755-1757), um orgulhoso sanguinário que se apoderou do machado de ouro, símbolo do poder real, e que foi rapidamente executado pelos chefes de guerra. A média de duração dos reinados não passou de três anos. Somente Ngolo Diarra (1766-1790) reinou por tempo suficiente para colocar em prática uma real política. Mas foi-lhe necessário, primeiramente, livrar-se de Nankoroba Nzangue, em seguida obter um juramento dos chefes militares sobre objetos mágicos cuja guarda lhe havia sido confiada pelo próprio Mamari. Ele pôs fim, assim, à agitação dos chefes *ton-dyon*, que tinham se tornado mercenários, e restaurou uma verdadeira monarquia que ele concreti-

14 L. Tauxier, 1942, p. 74. Deve-se notar que também os jula criavam frequentemente abelhas que podiam se revelar muito úteis em tempos de guerra.

15 Episódio omitido pela tradição reportada por Tammoura e Monteil, mas mencionado por Robert Arnaud e Adam. Ademais, Foulakoro teria seduzido Bassana, uma das filhas de Mamari. Ver L. Tauxier, 1942, p. 75.

zou abandonando Ségou-Koro para se instalar, rio abaixo, em Ségou-Si-Koro. Assim como Biton, fez-se construir palácios em Djenné e Tombuctu, e foi ele que firmou o domínio dos bambara sobre o Macina e sobre Tombuctu onde, doravante, os funcionários civis, descendentes dos "marroquinos" (Arma), foram controlados por chefes de guerra bambara. Sua campanha contra o chefe fulbe Sila Makan Yero conduziu-o ao país Dogon. Numerosos fulbe emigraram então rumo ao Wassalu e ao Ganadougou[16]. Ngolo, malgrado sua idade avançada, partiu em expedição contra o Yatenga, fracassou e morreu no caminho de volta. Ele havia criado em Ségou uma nova dinastia.

Após ele, os conflitos internos foram retomados. Somente Monson Diarra (1792-1808) permitiu que o poderio de Ségou se manifestasse de San a Tombuctu e do Dogon ao Kaarta[17]. Mas este último não havia ainda enfraquecido. Após Foulakoro, morto no cativeiro sob o reinado de Mamari, o Kaarta retomou o vigor graças às razias e às custas do Bélégoudou, do Bambuk e do país Khassonke. Após Deniba Bo (1758-1761), Sira Bo Koulibali (1761-1780), um grande guerreiro, fixou a residência real em Guemou. Ele tomou a metade do Bakhounou aproveitando-se do fato de que Ngolo Diarra estava ocupado no Norte e no leste. Ele pilhou Kita, grande burgo malinke situado no Fouladougou e, aproveitando-se de uma querela entre dois clãs diawara, os sagone e os dabora, perseguiu estes últimos que se refugiaram no Bundu ou em Ségou. Entretanto os sagone, considerados livres, foram dispensados do tributo, mas submetidos à obrigação de fornecer um contingente de guerreiros em caso de conflito.

A organização sociopolítica dos reinos bambara

O que chama atenção desde o início na passagem dos bambara para uma estrutura de Estado e para uma definição de instituições aptas a dirigir vastas comunidades é a fórmula muito original que eles inventaram para conciliar os costumes tipicamente bambara com os imperativos inerentes à vida de reinos de grande envergadura com pluralidade étnica. Com efeito, nada, aparentemente, foi emprestado do exterior. E o aspecto mais impressionante é partir do funcionamento de uma banal associação de base (*ton*) para forjar gradualmente as engrenagens do Estado. Essa operação, se não é excepcional na história da

16 L. Tauxier, 1942, p. 96, citando L. G. Binger, 1892.

17 C. Monteil, 1924, p. 89.

África, tem, aqui, a vantagem de nos mostrar, por meio de um breve e vivo exemplo, no intervalo de alguns decênios, a passagem dos "clãs aos impérios"[18].

No reino de Ségou

O ponto de partida do reino foi o *fla-n-ton* (união de pares) conduzido por Mamari Koulibali. Um *fla-n-ton* (ou *ton*) era uma associação de jovens que haviam passado juntos pelo rito iniciático da circuncisão[19]. Inicialmente, essas promoções sucessivas estavam estruturadas em três grupos: os jovens, os adultos e os decanos.

Os *ton-den* (membros) elegiam um *ton-tigui* (chefe) que podia ser tanto um escravo doméstico quanto o filho de um notável. Com efeito, a primeira característica do *fla-n-ton* residia na igualdade absoluta entre os oriundos de todos os grupos sociais, que contrastava com a hierarquia dos clãs ou a gerontocracia do lugar.

Os outros gestores da associação compreendiam o encarregado das partilhas e da observação dos estatutos, o bedel que convocava as assembleias e, uma vez que ele proclamava as decisões, era chamado de *ton-djeli* (griot do *ton*), e o *ton--masa* (chefe do *ton*), porta-voz do *ton-tigui*. A ajuda mútua e a socialização dos meios para participar da vida social constituíam os objetivos do *ton*.

Vimos como Mamari Koulibali havia fortificado seu grupo contra as tentativas de recuperação por parte do grupo rival dos jovens soninke de Kassum e contra os mais velhos que se opunham a seu plano, de início em sua qualidade de *faaya* (pais), em seguida priorizando as exigências do trabalho agrícola. Eliminando fisicamente os anciãos de Donkouna e de Banankoro, Mamari rompia com a autoridade gerontocrática e tomava seu lugar na condição de *faa* (pai) dos *ton-den*. Ora, muitos outros membros da sociedade, em seguida aos sucessos de seu líder, agregavam-se ao grupo inicial: devedores insolventes, condenados agraciados, cativos banidos, jovens em busca de aventura. Os novos recrutas foram admitidos com o status de *ton-dyon* (cativos do *ton*). Mas, após o massacre dos velhos, Mamari convocou os *ton-den* e cortou-lhes brutalmente os cabelos à maneira dos *ton-dyon*[20]. A tradição coloca, neste momento, uma frase capital na boca de Mamari: "Nós não comeremos mais, juntos, os amendoins do *ton*, nós não beberemos mais, juntos, a cerveja do *ton*;

18 *Ibid*em, p. 290 e seguintes.

19 De fato, o *fla-n-ton* reunia os membros de três promoções sucessivas de circuncidados.

20 Três tufos de cabelos escalonados da fronte à nuca.

eu sou o filho de Deus!". Teria sido a ocasião em que alguns teriam exclamado: "Como o *ton* atual (*bi-ton*) é cruel!". Razão pela qual o apelido de Biton foi conferido a Mamari.

Quando os membros da associação, que finalmente correspondia à força armada do Estado bambara, afluíram, não se tratava mais de *fla-n-ton*, mas de *foroba-dyon* (cativos do grande campo comum) ou de *furuba-dyon* (cativos da Grande União) cujos primeiros *ton-dyon* constituíram a aristocracia. Esta estrutura foi reforçada ainda pela filiação dos *ton-dyon* aos cultos dos quais Mamari era o grande mestre, pela atribuição dos contingentes de *ton-dyon* à tutela de seus próprios pais, pela escolha do *ton-masa* não mais dentre os *ton-dyon*, mas dentre seus escravos pessoais e, por fim, pela regra que determinava que os *foroba-dyon* continuassem em sua condição por toda a vida e que seus filhos nascessem e permanecessem *foroba-dyon* como os pais.

O fim desse processo tanto de abstração quanto de personalização e de acumulação do poder, e mais precisamente dos exércitos, em torno do chefe dessa máquina político-militar foi a atribuição do título de *faama*[21], isto é, de senhor detentor do poder supremo. A confusão deste estatuto com o de patriarca de uma comunidade familiar foi uma das graves contradições do sistema, uma vez que, de início, os bens acumulados pelas contribuições, pelos saques e pelos espólios de guerra permaneciam no Tesouro público (*foroba*) em proveito da comunidade. Mas a ficção comunitária mascarou apenas por um breve período a privatização dos bens estatais, até o momento em que o juramento coletivo, bilateral, engajando o próprio *ton-tigui* por ocasião de sua eleição, foi substituído pelo juramento unilateral imposto a seus eleitores por Ngolo Diarra. O *faama* dispôs, a partir de então, de um poder arbitrário sobre os bens do Estado que ele utilizou em favor dos militares mais valorosos, dando-lhes meios para "remendarem os rasgões em suas blusas". Claro, o soberano era cercado por um senado consultivo de 40 membros (guerreiros, religiosos etc.), mas esses notáveis haviam lhe jurado fidelidade por ocasião dos ritos ocultos organizados em uma ilha do Níger e tinham feito juramento de fidelidade ao rei após a investidura.

Uma outra contradição maior do sistema foi a tentativa dos sucessores de Mamari de transformar os *foroba-dyon* em servos do Estado devotados à agricultura, o que provocou uma grave crise de resistência da parte dos guerreiros.

---

21 Mamari Koulibali foi, deste modo, ao mesmo tempo *faa* (pai de uma comunidade biológica) e *faama*, literalmente "homem de poder, autoridade". Ver C. Monteil, 1924, p. 303. Este título tipicamente mande passaria aos soberanos jula, inclusive os samori.

Mas, com o passar do tempo, certos chefes militares tentaram se retirar para suas terras, o que levou a represálias terríveis por parte do poder central.

Entretanto, é certo que, exceção feita a reinados de personalidades tão fortes como Mamari Koulibali e Ngolo Diarra, o espírito igualitário e quase anárquico do *fla-n-ton* nunca desapareceu por completo. Foi esse espírito que levou a assembleia dos *ton-dyon* a suprimir pura e simplesmente Denkoro, o filho e sucessor de Mamari, "para mudar a semente". De início, os *ton-dyon* mantinham o *faama* à sua mercê, por exemplo recusando as ordens de mobilização e os guias de marcha. Não obstante, ainda que as assembleias gerais dos *ton-dyon* de segunda e de quinta-feira permanecessem por muito tempo, com o decorrer dos anos elas "não possuíam mais um poder deliberativo, sequer consultivo, a não ser em situações graves"[22]. A assembleia geral foi substituída cada vez mais pelo conselho dos chefes militares. Mas esse conselho se enfraqueceu à medida que alguns de seus membros distanciaram-se de Ségou com a própria expansão do reino, acentuando assim o movimento rumo à autocracia do *faama* doravante influenciado sobretudo por aqueles que lhe eram mais próximos. Não obstante, para reanimar a ligação das tropas com sua pessoa por meio de um contato pessoal, o *faama* convocava ainda a assembleia ao menos uma vez por ano para a reiteração dos juramentos de lealdade, a realização de ritos religiosos e a incorporação de jovens recrutas.

O exército de Ségou

Por ocasião da eleição do soberano, as insígnias reais eram o arco, a aljava e o machado de ouro – símbolos inequívocos da atividade principal do Estado. Com efeito, a tradição oral fala-nos das performances deste exército dos *faama* de Ségou, particularmente para o cerco das cidades: utilização de aríetes para derrubar os muros ou as paliçadas e de escadas para escalá-los, jatos de flechas flamejantes para provocar incêndios. A unidade de base do exército era o *señ* (literalmente o pé). Vários *señ* constituíam um *bolo* (braço). Quando o exército se apresentava em formação de batalha, ele oferecia, no centro, seu corpo principal composto de *sofa* e chamado *disi* (peito). O grosso da tropa era flanqueado, à direita e à esquerda, dos *bolo* denominados, respectivamente *kini-n-bolo* (braço direito) e *numa-n-bolo* (braço esquerdo), compostos por *foroba-dyon* enquadrados por *ton-dyon*. Atrás dos *disi*, vinha um corpo de reserva formado de *ton-dyon*

22 C. Monteil, 1924, p. 309.

experimentados, o *ton-koro-bolo*. Somente o *faama* designava o *keletigui* (chefe de uma expedição ou mestre de guerra).

Além deste exército regular, havia, claro, contingentes aliados ou voluntários, eles também equipados pelo *faama* ou por negociantes ligados por contrato com o soberano.

As armas eram machados (os dos chefes eram de metais preciosos), flechas, lanças e fuzis dos quais os primeiros, tipo bacamarte, aparentemente eram provenientes de Kong. Os tambores desempenhavam um papel importante, como o grande *tabala*, ligado a cada soberano e que anunciava a guerra, ou ainda o *dunuba* que, habilmente tocado, transmitia mensagens de lugar a lugar em distâncias consideráveis. Havia também trombetas e xilofones.

O animador de todo este conjunto era o griot encarregado de animar os corações para os combates, por exemplo na véspera de expedições nas quais os chefes de guerra se engajavam então, por juramento, a realizar uma ou outra façanha.

O exército foi o lugar privilegiado de agitação "nacional". Havia nele, misturadas, pessoas de toda camada social, étnica ou geográfica. Um antigo cativo podia comandar nobres e um fulbe podia marchar no comando de um contingente bambara. Os jovens eram, então, atraídos por esse sistema, certos de que, em caso de sobrevivência, fariam rapidamente fortuna. Com efeito, um quarto dos espólios de guerra era reservado ao rei, um quarto aos chefes religiosos e um quarto aos somono que garantiam o transporte fluvial. O quarto restante ia para as tropas, sem contar os saques individuais dos soldados ligados a um comando autônomo do tipo "proconsular".

A organização do todo territorial era concêntrica, como na maior parte dos reinos africanos, partindo do núcleo original ao longo do Níger e de Ségou-Koro, a capital, para se estender a Kirango e aos territórios anexados no decorrer dos anos, passando pela faixa axial ao longo do rio de Kangaba até Tombuctu. Esse espaço privilegiado de ação do Estado dos reis de Ségou recebeu um nome metafórico, o *too-daga*, a panela de *too* (massa de milho miúdo que constituía o prato principal dos bambara). Para a gestão dos bens provenientes deste território, o filho mais velho desempenhava um papel particular que crescia com a idade de seu pai, de modo a prepará-lo para suas futuras responsabilidades. Devido à confusão crescente entre os bens do Estado e a riqueza pessoal, os primogênitos dos reis foram generosamente dotados e suas residências se destacavam ao longo do Níger. Em regiões periféricas, o poder era quase delegado, seja aos chefes autóctones, seja aos governadores designados por Ségou.

Duas comunidades contribuíram particularmente para a organização do exército e do reino: os somono e os fulbe. Com efeito, o Níger era a artéria--mestre do reino, indispensável para o abastecimento de peixes, para o transporte civil e a logística militar. Os somono, pescadores, foram então arrolados no serviço do Estado, reforçados pelos *foroba-dyon* e requisitados para os transportes e o fornecimento de peixes, por meio de pagamentos em prazos fixos, estando acordado que eles se beneficiariam da proteção especial do rei e que teriam toda a latitude para organizar do seu modo seu trabalho profissional nos planos técnico e ritual.

A mesma coisa aconteceu com os fulbe graças à instituição dos *foroba-fulaw* (funcionários fulbe), que eram apenas uma pequena minoria dos fulbe, etnicamente falando. Homens livres, eles foram reforçados por *foroba-dyon* e sujeitados à criação do rebanho público. Seus filhos, tal como ocorria com aqueles do somono, mantinham o estatuto do pai. A ambos os grupos, é preciso juntar os numerosos *foroba-dyon* estabelecidos como camponeses em territórios agrícolas para as necessidades dos soberanos de Ségou.

No reino do Kaarta

A organização sociopolítica dos massassi era análoga à do reino de Ségou, mas ela era mais autocrática. Por ocasião da entronização do rei, certos ritos eram particularmente carregados de sentido. O chefe dos *ton-dyon* tomava a direção da casa real e retirava todas as joias das mulheres do rei falecido para colocá-las de volta no tesouro real. Era a um representante da família aliada dos Kassi Konare que cabia fazer com que se sentasse sobre a pele de carneiro o novo eleito, colocar-lhe sobre a cabeça um barrete vermelho e passar para ele os anéis de ouro e os braceletes de prata. Em seguida ele dirigia ao novo rei um discurso lembrando-o das orientações políticas do predecessor e o que o clã real esperava dele. O chefe dos *ton-dyon* prosternava-se, então, para jurar fidelidade e submissão em nome de todas as tropas. A sucessão real jamais criou problemas junto aos massassi, pois eles controlavam firmemente o país por intermédio dos governadores de província e dos chefes dos corpos do exército. Além disso, o corpo dos *sofa*, diretamente ligado ao rei, era fortemente estruturado e permitia dissuadir os chefes dos *ton-dyon* de qualquer intenção de revolta. Enfim, o chefe superior dos *ton-dyon* era um homem do soberano e todos os chefes, todos os corpos de tropa e os aliados do clã eram membros da confraria que venerava o espírito protetor do clã.

Em resumo, o clã dos massassi era mais homogêneo que o de Ségou porque ele não esteve restrito, em sua origem, a um quadro de uma instituição local pré-existente. Ele se formou e se desenvolveu livremente, sob a iniciativa da família massassi que garantiu sua direção sempre de maneira ciosa[23].

No planalto central do Volta, os reinos mossi[24] do século XVI ao XIX

As origens[25]

O fenômeno maior que se produziu durante este período no planalto do Volta é, de maneira incontestável, a estruturação dos reinos mossi cujas primeiras formações datam de meados do século XII. Se, como feito geralmente pelos autores, considerarmos a Na Gbewa e a Na Nedega das tradições mossi como uma mesma e única pessoa, veremos que por intermédio de Naaba Rawa e Naaba Zungrana (os filhos de Naaba Wedraogo, este, por sua vez, filho de Yennenga, filha de Na Nedega), as dinastias mossi são ligadas aos reinos mamprusi, nanumba e dagomba. Com Naaba Wubri – cuja chegada ao poder do futuro reino de Ouagadougou[26] data de 1495 aproximadamente – e Naaba Yadega, neto agnático de Naaba Wubri, que fundou o reino do Yatenga por volta de 1540, começou o processo de estruturação política dos reinos mossi que se desenvolveria durante os dois séculos seguintes.

Dos três reinos fundados pelos descendentes de Na Gbewa (mamprusi, nanumba, dagomba), somente o reino dagomba desempenhou um papel de primeiro plano a partir de Na Nyaghse (1460-1500)[27]. Os reinados seguintes, do começo do século XVI[28] a meados do século XVII, são muito mal conhecidos. Há, aqui, sobretudo a questão dos conflitos dinásticos internos. Ora, desde a segunda metade do século XVI, o Reino gonja foi criado por um chefe mande, Naaba[29].

Na segunda metade do século XVII, os reis do Gonja enviaram expedições a partir de Yagbum, a capital. Uma dessas guerras, travada contra Dagomba por

23 C. Monteil, 1924, p. 330 aproxima esta estrutura daquela do Khasso.

24 A propósito de Moose ou Mossi, convém lembrar que o singular é moaga, o país Mogho, a língua more. O verdadeiro nome de Ouagadougou em more é Wogodogo, mas, em conformidade com a ortografia atual, utilizaremos Ouagadougou.

25 Para as origens, ver UNESCO, *História geral da África,* vol. IV, capítulo 9.

26 *Ibidem.*

27 A respeito do grupo de reinos mamprusi-nanumba-dagomba, ver H. A. Blair e A. Duncan-Johnstone, 1932; S. J, Eyre-Smith, 1933; E. F. Tamakloe, 1931, p. 193.

28 N. Levtzion, 1964c.

29 J. Goody, 1967.

Lata-Jakpa (por volta de 1623-1667) conduziu-os à vitória. Na Dariziegu do Dagomba foi morto e o Gonja tomou posse de Daboya, centro de produção de sal. Mas, em 1713, o Dagomba, sob o reinado de Na Zangina convertido ao Islã, repeliu uma nova invasão do Gonja, arrasado na batalha de Tunuma (Tuma). A paz assinada na ocasião pôs fim às agressões do Gonja que, sob o reinado de Lata-Jakpa, assediava, por sinal, também o reino nanumba.

Ora, por volta de 1740, estoura no próprio seio do Dagomba um grave conflito relativo à sucessão que opunha Na Garba, novamente nomeado, a um príncipe, infeliz candidato ao trono. Tirando vantagem das turbulências pelas quais passava o Dagomba, o soberano dos ashanti, Opoku Ware, lançou em 1744 uma expedição contra Yendi a fim de ajudar o partido hostil ao novo rei. Na Garba, feito prisioneiro, foi liberado apenas com o compromisso de enviar a Kumasi um tributo anual de 2000 cativos, número enorme, mesmo que se leve em conta a cota-parte do Gonja Oriental[30]. Este tratado iria pesar duramente no futuro do Dagomba condenado doravante a encontrar incessantemente novas fontes de provisão de cativos. Os guerreiros dagomba tinham assim como principal função a caça aos membros de etnias menos estruturadas no plano político e militar. Mercenários foram recrutados para tanto. No fim do século XVIII, o Dagomba apenas propagava influência de Ashanti, sentida até os confins do Mogho (país mossi).

O reino de Ouagadougou

Na história do Mogho Central e Meridional, contam-se, entre 1500 e 1800, 23 sucessores de Naaba Wubri. Os *nanamse* (príncipes) tinham, até então, estendido consideravelmente seu domínio territorial, uma vez que ele atingia a região de Yako e Gursi, e tinham pretensão com relação à herança de Naaba Rawa cuja autoridade tinha coberto uma grande parte da bacia do Volta branco[31]. O reinado de Naaba Kumdumye[32], filho de Naaba Nyingnemdo que tinha estabelecido o poder moaga na antiga localidade de Ouagadougou (Wogodogo), começou por um conflito dinástico de conseqüências muito graves. Com efeito, uma concorrência pelo trono estabelecera-se com um outro candidato, Naaba yadega. Este último, rejeitado, beneficiou-se, não obstante, da ajuda da mais velha de suas irmãs, Pabre[33], que desviou em favor de seu irmão as prerrogativas reais de Naaba Wubri.

30 Ver o capítulo 14.

31 UNESCO, *História geral da África*, vol. IV, capítulo 9.

32 M. Izard, 1970, vol. I, p. 150-170.

33 A regência entre o anúncio da morte do rei e a nomeação de seu sucessor era assegurada pela filha mais velha do rei falecido, chamada *napoko*. Pabre era uma *napoko*.

Com essas insígnias da legitimidade real, Naaba Yadega ganhou Gursi e, após se livrar brutalmente de seu antigo tutor Naaba Swida, conquistou a região que leva, desde então seu nome, o Yatenga (de *Yadega-tenga*: terra de Yadega)[34].

Naaba Kumdumye instalou seus filhos em Yako e Téma, futuros comandos independentes. Com efeito, a implantação moaga nos territórios ocupados ou reivindicados era ainda muito fraca. Casando príncipes cuja lealdade não estava acima de qualquer suspeita, o rei matava dois coelhos com uma só cajadada: ocupava o terreno politicamente e temperava a impaciência dos virtuais candidatos à coroa. Mas, contraditoriamente, é por esta via que certos comandos periféricos se transformaram em reinos ou principados independentes. Não se tratava de um processo mecânico e geral. Não obstante, certas dinastias solidárias ao soberano que as tinha criado iam progressivamente deixando de sê-lo à medida que se afastavam genealogicamente e territorialmente da linhagem real.

Outros filhos do monarca foram enviados a Mane, a Konkistenga (nome derivado de Naaba Konkise), bem como a Busuma (Boussouma). Seus sucessores continuaram esta política que era destinada a criar, aparentemente, entre eles e o Yatenga uma tela protetora constituída por esses degraus setentrionais.

No fim do século XVI, Naaba Kuda deslocou a residência real para se instalar em Sapone, o que denotava um desenvolvimento ainda embrionário do aparelho de estado. Ele instalou também seus filhos em regiões como Laale, Zorgo e Riziam.

Após um século quase vazio de informações sobre o reino Ouagadougou, o século XVIII começou com o reinado de um usurpador fulbe, Naaba Moatiba (1729-1737)[35]. Seu gosto pela guerra explica-se pelo fato de ter de se defender contra a coalizão dos príncipes mossi. Ele teria sido morto envenenado e seu nome, bem como o de seus descendentes, suprimido da genealogia oficial da corte.

Naaba Warga (1737-1744) teve um reinado muito curto, mas rico em iniciativas visando a estruturar fortemente a monarquia[36]. As guerras se sucederam, talvez para recolocar sob o poder de Ouagadougou os comandos regionais que, como Yako, Mane e Tatenga (Riziam), procuravam se liberar de sua tutela. O Tatenga tinha praticamente conquistado sua independência, e seu

34 Talvez seja a partir de Naaba Kumdumye que os soberanos descendentes de Naaba Wubri tomaram o título de *mogho naaba* (*naaba* do país mossi), como que para afirmar sua soberania sobre a totalidade do território, malgrado a secessão de Yadega.

35 Esse nome seria uma deformação do nome muçulmano Modibo. Esta usurpação lança sem dúvida uma luz sobre a obscuridade do século precedente, para indicar que ele deve ter sido muito tumultuado.

36 Y. Tiendrebeogo, 1964, p. 25-32. É possível que este rei não esteja na origem de todas as iniciativas que o autor lhe atribui, pois se trata de uma figura mais controversa do que aparece em sua obra.

chefe, Naaba Manzi, chegou a tornar-se expansionista. Mas Naaba Warga foi também um grande legislador. Segundo Yamba Tiendrebeogo, ele codificou o anúncio ritual dos *zabyuya* por ocasião da cerimônia de investidura dos chefes, as três declarações solenes que são feitas na ocasião. A primeira consistia em um agradecimento aos grandes eleitores; a segunda indicava o programa de ação do novo chefe, frequentemente com uma velada prevenção face aos adversários; a terceira, por fim, era uma manifestação do caráter do chefe. Paralelamente, Naaba Warga organizou a corte real criando dois corpos de servidores, um formado por mossi, outro por cativos, cada um deles compreendendo os *sorondamba* (jovens servidores) e os *bilbalse* (servidores adultos). Além disso, certos cargos foram confiados a eunucos, ao passo que Naaba Warga punha em ação o sistema do *pogsyure* (*napogsyure*) real, sistema de capitalização e de distribuição das mulheres, assegurando ao grupo de servidores reais as condições de sua reprodução. Com efeito, as meninas recebidas ou adquiridas eram atribuídas em casamento a servidores, e os primogênitos dessas uniões eram destinados seja ao serviço real no caso dos meninos, seja à capitalização em vista do *napogsyure* para as meninas.

Em matéria de direito criminal, Naaba Warga instituiu, talvez, o castigo da castração. Ele teria codificado o direito costumeiro tal como existia no período pré-colonial, sem que todas suas iniciativas possam ser descritas com precisão. Em resumo, o fim do século XVII e a primeira metade do século XVIII viram o assentamento definitivo do sistema político moaga, tanto no Yatenga quanto no Mogho Central e Meridional. Após o longo reinado pacífico de Naaba Zombre (por volta de 1744-1784) e o de Naaba Kom (por volta de 1784-1791) que foi o primeiro a permitir que a influência islâmica se expandisse, o reinado de Naaba Saaga (1791-1796) foi marcado por problemas internos anunciadores das grandes modificações do século XIX[37].

Os pequenos reinos do Mogho Central

Os pequenos reinos e as tribos do Mogho Meridional não são ainda bem conhecidos, apesar de um aporte notável de dados devido aos trabalhos de Jonzo Kawada. Tal é o caso do enigmático reino de Tankudgo (Tenkodogo)[38].

37 L. Frobenius, 1911-1913 e 1924.

38 J. Kawada, 1979. Notemos que Tankudgo significa “a velha montanha” e, portanto, que a transcrição administrativa atual Tenkodogo não vem de *teng kudgo* “a velha terra”, como já foi frequentemente dito.

A Leste e a nordeste, por outro lado, três reinos se destacam: Bulsa, Busuma[39] e Tatenga, o último dominando a região no século XVII e o segundo (Busuma) no século XVIII. O principado de Bulsa remonta sem dúvida ao começo do século XVI com a instalação de Naaba Namende, filho e *kurita*[40] de Naaba Wubri.

O reino de Busuma integrou sucessivamente tribos que, no começo do século XVII, estavam ainda dispersas nessa região: o Naamtenga (região de Luda) no começo do século XVIII, depois a tribo de Pisila e, por fim, o Salmatenga (região de Kaya). Mas a sorte do futuro reino foi lançada na segunda metade do século XVIII, quando o Estado vizinho do Tatenga, fundado por um filho de Naaba Kuda, viu subir ao trono um temível e ambicioso guerreiro, Naaba Manzi. Não obstante, no fim do século XVII, Naaba Ruubo do Busuma, com a ajuda de Mégé e de Salogo, inverteu a situação e conseguiu eliminar em uma batalha o terrível Manzi, cujo filho Wema pôde apenas se refugiar nos limites do maciço de Riziam, que seria amputado no século XIX em proveito do Yatenga.

O Yatenga[41]

Os sucessores de Naaba Yadega, do qual falamos em que condições foi exilado de Ouagadougou, não exerceram sua autoridade senão sobre uma zona pouco extensa, transferindo pouco a pouco, a partir de Gursi e de Lago, suas residências reais rumo ao Norte, ao longo do século XVI. Ora, o Norte estava ocupado pelo reino de Zandoma, sob a autoridade dos descendentes de Naaba Rawa. A ação política e militar de Naaba Lambwega consistiu justamente em desmantelar a herança de Naaba Rawa, ao passo que a Leste ele integrou as antigas tribos kurumba do Lurum[42].

No fim do século XVII e no começo do XVIII, os descendentes de Naaba Lambwenga puseram-se a investir o espaço do reino consideravelmente aumentado, implantando ali tribos mossi reservadas a príncipes, colonizando o Lurum, e contendo os fulbe do Macina e do Jelgoji, mas também mantendo o *status*

39 Sobre Busuma e Bulsa bem como sobre Mane e Téma, ver G. Chéron, 1924; M. Izard, 1970, vol. II, p. 230-252.

40 O *kurita* do rei é seu representante na terra após sua morte. *Kurita* significa "morto-reinante". Escolhido dentre os filhos que tem pouca chance de vir a reinar, ele é excluído da sucessão ao trono; ele é exilado longe da corte pois ele é proibido de encontrar o sucessor de seu pai.

41 L. Tauxier, 1917; M. Izard, 1970, 1980 e 1981, vol. II, p. 275-381.

42 Os kurumba (fulse em more) ocupavam uma vasta região indo do Norte de Gulma a Yatenga; eles teriam criado o "reino" de Lurum que ocupava uma parte do atual Jelgoji (região de Jibo). O rei, residindo em Mengao, portava o título de *ayo* ou de *lurum'ayo*, ou ainda de *lurun'yo*.

quo territorial interno no país Moaga[43]. Foi assim que, por volta da metade do século XVIII, começaram com Yako[44] uma série de confrontos que durariam até o começo do século XIX e que visavam tomar o controle das pequenas tribos de Busu-darigma e de Nyesga. Naaba Nabasere morreu nesta tarefa.

O reinado de Naaba Kango

Com a morte do filho de Naaba Nabasere, Naaba Piiyo (1754), a quem se deve sem dúvida a introdução dos primeiros fuzis no Yatenga, seu irmão caçula, Naaba Kango, chegou ao poder. Assim que foi eleito, ele foi violentamente contestado por príncipes conduzidos por Naaba Wobgo. Constrangido a renunciar ao trono e a se exilar com um punhado de fiéis companheiros, ele ganhou Kong e após Ségou, onde obteve o apoio dos koulibali para reconquistar seu trono. Em 1757, no comando de um exército de mercenários composto por fuzileiros bambara e arqueiros bwaba e samo, ele voltou ao Yatenga. Mas sua permanência em centros renomados por suas trocas econômicas e seu pluralismo político haviam-no mudado e não era mais o mesmo príncipe que voltava ao seu país. Sua política deu provas marcantes nesse sentido. Tendo derrotado Naaba Wobgo, que se exilou, Naaba Kango começou seu reinado por meio de um ato espetacular: ele se recusou a fazer a viagem de entronização do *ringu* que, por si só, conferia ao soberano do Yatenga, simples *naaba* (chefe) por sua nomeação, a dignidade de *rima* (rei)[45]. Esta recusa de fazer legitimar seu poder foi uma ruptura decisiva com o passado.

Da mesma maneira, ele fundou sua capital, Waiguyo (Ouahigouya), por volta de 1780, não distante da antiga residência real de Biisigi. Era uma nova cidade ao redor de um vasto palácio construído no estilo do Mali e agrupando também seus companheiros de exílio. Até então, as residências reais eram localidades ordinárias. Pela primeira vez, uma capital era composta apenas por representantes do aparelho de Estado, pela sociedade política e por pessoas da casa do rei, livres e cativos. Mais uma vez, Naaba Kango, reforçava sua vontade de romper com o costume e de organizar soberanamente um poder que ele devia apenas a si mesmo, no sentido da centralização, pelo reforço do

43 É assim que o *naaba* de Zitenga (capital, Tikare), no sudeste do Yatenga, era considerado como um *kombere* do Yatenga, Um *kombere* é um chefe regional dispondo de uma larga autonomia marcada principalmente pelo direito de nomeação dos chefes locais. De fato, o Zitenga era independente do yatenga.

44 D. Nacanabo, 1982.

45 *Rima* e *ringu* tem como radical comum o verbo *ri* que significa absorver, comer um alimento que não se mastiga.

corpo de servidores reais[46]. O nome da nova capital, Waiguyo, é, por sinal, algo programático: "venha saudar, fazer um ato de submissão". Esta intimação era endereçada sobretudo aos membros da linhagem real, *nakombse* reais (príncipes de sangue) até aqui preponderantes, que tinham ajudado Wobgo, o usurpador, e que era agora preciso reduzir à mercê do rei pela ação dos servidores reais. Era uma mudança radical nas relações das forças políticas no seio da monarquia moaga. Mas, até a colonização, os príncipes não se deram por vencidos e o polo do poder oscilou perigosamente entre eles e a autoridade do Palácio, que, por sinal, foi reorganizado. O mestre de guerra de Ula tornou-se chefe militar supremo, com integração de sua função no c*ursus honorum* da corte, de tal forma que ela deixou de ser hereditária para permitir recompensar os méritos pessoais de valentes guerreiros.

Para impor a ordem, gravemente prejudicada pelos anos de instabilidade, Naaba Kango reprimiu sem piedade o banditismo. Ladrões e assassinos foram queimados vivos; o mesmo destino foi reservado aos mercenários bambara de Ségou utilizados contra Yako, em seguida acusados de terem se tornado agitadores. A indisciplina dos chefes foi rigorosamente castigada, bem como toda magnificência ostentatória interpretada como uma maneira ultrajante de rivalizar com o modo de vida real.

O massacre dos guerreiros bambara levou a uma expedição de Ségou contra o Yatenga? Nenhuma tradição moaga faz menção a isso, embora relatos bambara existam nesse sentido[47]. De qualquer modo, Naaba Kango, que pretendia colocar os cativos reais em um lugar escolhido no sistema de governo, precisava aumentar consideravelmente seu número. Alguns foram pegos dentre os prisioneiros de guerra, mas a maior parte era capturada no decorrer dos saques em vilarejos dogon da planície do Gondo e em vilarejos kurumba do Leste e do nordeste.

A guerra de Naaba Kango contra Yako foi um sucesso político-militar, mas não duradouro, uma vez que as hostilidades foram retomadas no início do século XIX.

Quando Naaba Kango morreu em 1787, ele foi enterrado em sua capital e não no cemitério real. Seu fim foi um alívio para muitos, pois ele era impiedoso. O rancor dos príncipes era tal que eles sufocaram a única filha do rei falecido. Mas a aristocracia da corte, ainda fiel, conseguiu designar como sucessor um de seus companheiros de longa data, Naaba Saagha (1797-1803).

46 M. Izard, 1975.

47 M. Izard, 1970, vol. II p. 320-328.

As estruturas sociopolíticas do Mogho

Quando se fala de reinos mossi, é preciso entender por isso não Estados correspondentes a uma sociedade homogênea, que seria a "etnia" moaga, mas formações sociopolíticas compósitas nascidas da conquista, por guerreiros chamados mossi, da bacia do Volta branco, ainda que seja preciso não fazer dessa conquista uma ideia rudimentar e romântica, imaginando cavaleiros rompendo onda após onda. O processo de intercasamentos[48] e de infiltração por colonização lenta operado por camponeses mossi, que continua até nossos dias, foi incontestavelmente muito mais determinante. Mas cada vez que um espaço era conquistado, ele era organizado segundo o "modelo" sociopolítico dos mossi. No sentido estrito do termo, os mossi eram os detentores do poder político nos reinos mossi; eles admitiam pertencer à descendência da linhagem agnática de Naaba Wedraogo. Se tomarmos o caso do Yatenga, constataremos que a população, no fim do século XIX, correspondia a três sociedades distintas: a sociedade moaga, a sociedade silmiga (fulbe) e a sociedade silmi-moaga. Somente a primeira correspondia à população do reino na medida em que ela estava submissa à autoridade do rei, o *Yatenga naaba*. Os fulbe e os silmiise possuíam, de qualquer modo, o estatuto de hóspedes, sobre a base de contratos de estabelecimentos que reservavam a esses pastores uma larga faixa territorial na parte Norte do país. Instalados desde o século XVII no Yatenga, os fulbe criaram vilarejos permanentes a partir dos quais era organizada a transumância dos animais. Era nesses lugares fixos que viviam os *rimaibe* (cativos), restritos ao trabalho na terra. Talvez seja exagero falar em sociedade silmi-moaga, mas é preciso fazer uma consideração a esses pequenos criadores de animais sedentários, bastante numerosos no Sudeste do Yatenga. Seu nome composto, silmi-mossi, indica que eles eram originários da mestiçagem, por sinal proibida, de homens fulbe (silmiise) com mulheres mossi. Vindos da tribo de Tema no século XVIII, estabelecidos nas aldeias contíguas aos terrenos campesinos mossi, eles não dependiam da autoridade moaga e passaram finalmente para a tutela muito distante do centro político-religioso fulbe de Todyam, no Leste do reino.

Mas o que ocorria com a sociedade moaga propriamente dita? Suas clivagens internas estavam ligadas à distinção que faziam os mossi entre o *naaba* (chefe), os *naabiise* (filhos de chefes) e os *nakombse*, singular *nakomgba* (filhos ou descendentes de filhos de príncipes que não se tornaram chefes). Essa dis-

48 Lembremo-nos de que o primeiro rei de Ouagadougou, Wubri, era ele próprio fruto de um casamento entre um príncipe moaga e uma autóctone.

Figura 12.3 Estatueta mossi comemorativa de um antepassado feminino. Madeira esculpida, pátina natural. Altura: 47 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

tinção se baseava em uma das regras de acesso a uma função de chefe, segundo a qual os filhos de chefe não podiam se tornar chefes. Assim, um *nakomgba* não podia esperar deter o *naam* (poder). Então, de um ponto de vista estrito, fora da minoria dos chefes e filhos de chefes, todos os outros mossi que se diziam descendentes de Wedraogo podiam ser considerados *nakombse*. Disso decorre uma definição restrita do estatuto de *nakomgba* que distinguia essa classe da dos *talse* ou homens comuns. É assim que, no Yatenga, eram *nakombse* apenas os descendentes em linhagem agnática do décimo segundo *Yatenga naaba*, sendo todos os outros mossi, salvo os chefes e filhos de chefes, considerados como *talse*. O *makomgba* real (linhagem real) era dividido em cinco ramos correspondendo cada um, a princípio, a uma geração de príncipes. Muito cedo, foi dada à linhagem real, aparentemente, essa profundidade geracional constante (cinco gerações), com o acesso de uma geração nova significando a saída da geração mais antiga e sua passagem para o grupo dos *talse*. Esse sistema estava ligado à necessidade, por parte de todo novo rei, de prover seus filhos com o comando de alguns vilarejos, que existiam em número limitado. Disso decorria, nos vilarejos, a substituição regular das dinastias locais antigas pelas novas.

Dispondo do comando dos vilarejos, os *nakombse* correspondiam a uma categoria de detentores do poder abaixo dos chefes. Havia duas outras: os *tasobnamba* (mestres de guerra) e as pessoas da casa real. Os mestres de guerra eram escolhidos entre as mais antigas camadas genealógicas de *nakombse*, isto é, nas linhagens dinásticas anteriores à formação do Yatenga e nas duas primeiras gerações dinásticas deste último. Os mestres de guerra, que nem sempre tinham funções militares, eram então autoridades locais de tronco antigo, uma vez que o poder local dos *nakombse* era sempre de origem recente. Além disso, com Naaba Kango, servidores reais livres ou originalmente cativos eram investidos de um poder de comando local a título individual, e isso em ruptura com a norma tradicional de incompatibilidade entre as funções de autoridade e as funções de serviço. Tratava-se, para o poder central, de criar uma frente de colonização moaga em direção ao país fulbe a leste. No que concerne aos ofícios da corte, é preciso que se diga que a estrutura que prevalecia na cúpula da hierarquia política ao redor do rei era a mesma que se encontrava ao redor de um chefe local. Três dignatários davam assistência ao chefe: o *togo-naaba*, porta-voz do chefe que se ocupava das cerimônias rituais; o *balum-naaba*, responsável pelos problemas de intendência e de gestão doméstica; o *weranga-naaba*, que cuidava dos cavalos. Eram os *nesomba* (os homens de bem) do chefe. Tais postos eram proibidos aos não-mossi bem como aos *nakombse* e aos homens de casta como os ferreiros.

No nível da corte real, encontrava-se o mesmo núcleo de dignatários, mas a esses se juntava um quarto, o *bin-naaba* ou *rasam-naaba* (chefe dos cativos reais), cada um dentre eles estando no comando de importantes grupos de servidores[49]. Assim, portanto, os membros da linhagem real muito diretamente ligados às lutas cujo objetivo era o acesso à função real não podiam servir ao rei. Finalmente, os detentores institucionais do poder eram, na realidade, divididos em dois subconjuntos de interesses opostos, os mestres de guerra e os servidores reais – sobre os quais o rei se apoiava para governar – e os *nakombse* – contra os quais ele governava. E essa divisão era ainda mais acentuada junto aos mossi, uma vez que homens oriundos da comunidade, que ocupavam grandes cargos do estado, eram ao mesmo tempo grandes eleitores do novo *mogho-naaba* e eram por vezes investidos de comandos territoriais. Ora, conflitos internos tinham marcado a história de todos os reinos mossi. Eles diziam respeito, de modo quase sistemático, à transmissão do poder, do que decorriam os choques dos interesses rivais dos nobres e da experiência política dos ministros do rei, homens comuns, mas investidos do poder de designar dentre aqueles que tinham direito, aquele que lhes parecia o melhor. Geralmente, a rivalidade principal opunha os irmãos mais novos e os filhos do soberano da ocasião.

Ao mundo do poder, do qual faziam parte os cativos reais, opunha-se o mundo da terra. As pessoas ou os filhos da terra eram a princípio descendentes dos povos autóctones, ferreiros excluídos. Desprovidos de todo poder político, eles tinham a obrigação dos rituais da terra que concerniam tanto à fertilidade do solo e às colheitas quanto ao controle social e a perenidade do grupo local. Ao *naaba* se opunha o *tengsoba*, o sacerdote da terra e detentor do sagrado. Essa dualidade se projetava até o domínio cosmogônico com o casal divino: Naaba Wende, o rei-Deus, e Napaga Tenga, a rainha-Terra, ainda que o rei-Deus Wende não dispusesse de nenhum altar nem de nenhum culto ritual.

Mas a definição do grupo de pessoas da terra foi sensivelmente modificada no decorrer dos séculos devido ao fato de que os mossi autênticos acabaram por integrar o grupo dos autóctones e por se valerem desse estatuto para se tornarem chefes de terra. Cerca de um terço dos sacerdotes da terra do Yatenga era de origem moaga. Certos mossi tornaram-se, por sinal, ferreiros e yarse.

49 Na corte do rei de Ouagadougou, em torno do *mogho-naaba* se encontrava o *widi-naaba*, porta-voz político, o *gounga-naaba*, que tinha competência militar, o *larhe-naaba* que, além de suas atribuições militares, era preposto aos ritos, o *balum-naaba* e o *kamsaogo-naaba*, eunuco encarregado do harém. A eles se juntava o *tasoba*, chefe de guerra.

É preciso notar também, ao lado do sacerdote da terra, a existência do *bugo* (sacerdote da fertilidade) dotado de seu próprio altar, o *tiido*. Essa função, aberta até mesmo aos *nakombse* e aos ferreiros, parecia ser de origem dogon.

A integração do mundo do poder e do mundo da terra em um sistema unitário no qual o rei era o elemento central deu-se pelo viés de grandes rituais anuais que associavam o soberano aos detentores do poder, aos sacerdotes da terra e aos sacerdotes da fertilidade. Os mossi do Yatenga, como os kurumba, tinham um calendário anual solar dividido em meses lunares, com o atraso do ano lunar com relação ao solar sendo compensado por meio de um desdobramento de um mês a cada três anos. Após a *filiiga* (festa de agradecimento do início do ano), ocorriam as cerimônias da *napusum* (saudação ao rei), por ocasião das quais, em três manifestações distintas, os servidores reais, os mestres da guerra e os *nakombse* prestavam homenagem ao rei e lhe ofereciam presentes. Este início de ano correspondia aproximadamente ao solstício de inverno. O período seguinte, que ia do segundo ao sexto mês, era ocupado por um grande ciclo cerimonial chamado *bega*, que associava o rei e todos os dignatários da terra nos sacrifícios destinados a assegurar uma boa colheita. As festas do *bega* acabavam no início da estação das chuvas. A atividade ritual era retomada no período das colheitas, com duas festas de primícias, uma para os mestres da guerra, outra para os sacerdotes da fertilidade.

Esse sistema político-religioso muito complexo deu coerência a uma sociedade estatal constituída por grupos de diversas origens e que tinham, no caso dos mais importantes dentre eles, conservado geralmente vários traços culturais provenientes de seu passado pré-estatal, a começar por sua estratificação sociopolítica própria. Assim, a divisão da sociedade em quatro grandes grupos funcionais – pessoas do poder, pessoas da terra, ferreiros e artesãos, comerciantes – era encontrada, com algumas diferenças, junto aos kurumba ou fulse, a ponto de parecer ter sido junto aos kurumba que os mossi do Yatenga tomaram emprestadas suas representações relativas aos ferreiros que formavam aqui um grupo endógeno, o que não era o caso no resto do Mogho.

Em se tratando da sociedade em seu todo, todos os grupos étnicos se dividiam em dois: as comunidades de descendência e as comunidades locais.

Nesta sociedade compósita, patrilinear e patrilocal, o termo *budu* designava qualquer grupo de descendência desde a mais larga e mais antiga até a mais restrita no quadro da unidade exógama de referência. Este último sentido era o mais usual. A sociedade era então composta por *budu* tal qual o dos *nakombse* reais. Detentor de uma história própria, marcado pelo nome de um fundador e de um lugar de fundação, o *budu* definia sua identidade particular

pela existência de um *bud-kasma* (chefe), de um *kiims'rogo* (santuário dos ancestrais) e de seu próprio bairro onde residia o *bud-kasma* e onde se encontrava o *kiims'rogo*, bem como pela posse, em geral não exclusiva, de um ou de vários *sonda* (nomes coletivos) que eram divisas das quais uma palavra-chave servia de nome patronímico.

A patrilinhagem só existia territorialmente em seu primeiro nível de segmentação, a *saka* (seção). Ela era dividida em *yiiya* (singular *yiiri*, casa), que eram as unidades de produção e de consumo, elas próprias divididas em unidades menores, as *zakse*, que, nos nossos dias, correspondem as famílias restritas, economicamente falando. Privilegiava-se o trabalho nos campos comuns da casa, em benefício do *yiir-kasma* (chefe do *yiiri*), sendo as reservas do chefe de família objeto de uma redistribuição em última instância após o esgotamento dos celeiros dos chefes de família.

As seções pertencentes a uma mesma linhagem eram geralmente dispersas e se ligavam, assim, a várias entidades do vilarejo. Em outros termos, o vilarejo moaga[50] era plural quanto à linhagem uma vez que, correlativamente, a linhagem era plural quanto ao vilarejo, sendo a seção a unidade de linhagem local mais larga.

O Gulma e o Borgu

Durante muito tempo, a margem gulma (ou gurma) do Níger, isto é, a margem direita à jusante do arco, foi muito mal conhecida do ponto de vista histórico. Essa situação mudou graças às pesquisas conduzidas pelo historiador do Volta Georges Mandiega na parte Norte do país gulmance. Atualmente é possível fornecer informações ainda lacunares, mas cientificamente fundamentadas sobre o Gulma.

Os dogon (kumbetieba em gulmancina) formavam uma das mais antigas populações do Norte de Gulma. Após eles, vieram os atualmente conhecidos como tindamba (pessoas da terra[51]), que seriam originários do país moaga atual, mas pertenceriam ao tronco pré-moaga da população, e os woba, vindos do sul. O Norte-Gulma foi igualmente uma zona de povoamento kurumba. É possível

50 Já se discutiu a pertinência do emprego do termo "vilarejo" para designar a mais larga unidade habitacional junto aos mossi. Ora, se o emparelhamento das seções não constitui comunidades campesinas como no oeste do Volta, tampouco se deixa de estar em presença de entidades pertinentes do ponto de vista das relações econômicas e sociais, ainda que apenas pelo cruzamento de um sistema de unidades de comando, encarnado por um chefe local, e unidades de controle da terra representadas por um sacerdote da terra.

51 Y. G. Madiega, 1982.

que o termo koarima, pelo qual os gulmanceba do Sul designam os do Norte, seja uma deformação do termo kurumba. No Sul-Gulma, sobre o qual nossas informações são muito insuficientes, encontra-se, dentre os antigos ocupantes, os tindamba e os woba. Estes últimos certamente ocuparam um território muito vasto antes de serem submersos e parcialmente assimilados pelos gulmaceba e outros povos fundadores de Estados. Assim, os woba do Gulma e os waba do Borgu (Norte-Bênin atual) formavam um único e mesmo grupo.

Sobre essas populações antigas estabelecer-se-ia um poder estrangeiro, o dos bemba ou buricimba (singular buricima), que iam dar origem às formações de Estado gulmanceba. Não dispomos ainda de um quadro cronológico satisfatório para a alta história gulmance, mas podemos mencionar duas hipóteses maiores de Georges Madiega: primeiramente, os ancestrais dos mamprusi atravessaram o Gulma antes da chegada dos buricimba; em segundo lugar, as primeiras dinastias gulmanceba são contemporâneas das primeiras dinastias mossi. Parece então razoável, no estado atual de nossos conhecimentos, situar o início da história estatal gulmance por volta do século XV, no mínimo no fim do XIV. À origem dos Estados gulmanceba está associada à figura de um ancestral histórico--mítico, Jaba. Seria um chefe guerreiro como Naaba Wedraogo da história moaga? Aparentemente não, pois os poderes a ele atribuídos eram normalmente mais associados à magia que às aptidões militares. O que parece certo é que as ligações genealógicas estabelecidas pelos mossi entre os descendentes de Na Gbewa e de Jaba (chamado Jaba Lompo pelos mossi, ao passo que Jaba e Lompo seriam dois personagens distintos, o segundo sendo o filho do primeiro) são apenas elaborações tardias imaginadas na corte do *mogho-naaba* para justificar uma quase assimilação do poder gulmance ao poder moaga durante o período colonial, a menos que seja o inverso e que a organização administrativa colonial das antigas tribos de Estado, dando uma espécie de proeminência absoluta ao *mogho-naaba*, tenha conduzido alguns a lhe encontrar um fundamento na história. Tudo indica que seja preciso tratar de modo independente tanto umas como as outras, do ponto de vista da origem das dinastias, as hegemonias mossi e gulmanceba.

De onde vinham os buricimba? Como em muitas outras zonas do Oeste africano central, encontramos no Gulma conquistadores originários do Borno. Mas, na verdade, nada permite saber de quais migrações guerreiras o império gulmance nasceu. Sabe-se ao menos que o primeiro centro político gulmance foi Lompotangu ou sangbantangu no Sudeste de Nungu (Fada N'Gourma). De Lompotangu, os buricimba se deslocaram rumo a Kujuabongu, no Sul de Pama. As ruínas que marcam esta segunda etapa da penetração buricimba indicam

que temos lá vestígios de uma antiga capital, a da primeira formação política gulmance, que devia ser o centro de onde partiram os conquistadores para dar origem às dinastias atuais. Esclareçamos que os buricimba não foram, na época, os únicos fundadores de reinos nesta região. A dinastia de Jakpangu é de origem berba, a de Gobnangu é de origem haussa. Conta-se também dinastias cujos fundadores vinham do Yanga, zona de contato entre os mossi e os gulmanceba, e cujos chefes atuais podem ser ligados à descendência de Naaba Wedraogo. As dinastias gulmanceba do Yanga são as de Boarigu, Komin-Yanga, Sudugo, Kamseongo, Dogtenga e Yutenga.

A expansão buricimba prosseguiu de modo contínuo no decorrer dos séculos XVI e XVII e podemos situar por volta de meados do século XVIII o apogeu da dominação gulmance. Neste momento, os gulmanceba controlavam um vasto território, sem dúvida muito pouco povoado, limitado ao Sul pelo reino mamprusi e o Borgu, a Leste pelo Torodi e os últimos vestígios do império songhai, ao Norte pelas zonas do Sahel de povoamento kurumba, songhai e fulbe, e a Oeste pelas tribos mossi de Tuguri, Bulsa, Kupela e Tankudgo. Os futuros emirados fulbe do Liptako (região de Dori) e do Yaga (região de Seba) estavam na ocasião sob o domínio gulmance, e apenas no começo do século XIX os fulbe repeliram os gulmanceba para o sul.

Em meados do século XVIII, dois grandes reinos dividiam entre si o essencial do território do Norte-Gulma: Bilanga e Kuala, aos quais se juntaram três pequenos Estados: Piala, Bongandini e Com, que eram mais recentes. A partir do vilarejo de We, no Nordeste de Nungu, que os buricimba tinham atingido por volta da metade do século XVI, ocorreu uma verdadeira explosão do poder gulmance em direção ao Norte, do que derivou uma grande dispersão das tribos regionais e locais que chefes hábeis trataram em seguida de unir sob a forma de reinos.

Se, graças às pesquisas de Georges Madiega, conhecemos doravante a história do Norte-Gulma, a do Gulma Central e Meridional permanece das mais obscuras. Situação tanto mais prejudicial a uma visão de conjunto da história do Gulma deriva do fato de termos, no sul, onze reinos dentre os quais um, o de Nungu, reveste-se de uma importância particular em função do estatuto de seu soberano, o *nunbado* (o chefe de Nungu[52]). Nungu tinha sido fundado por Yenbadri, descendente de Jaba, por volta de meados do século XVIII. Era a época em que o Gulma Meridional tinha sido invadido pelos tyokosi, mercenários

52 *Bado* é o equivalente de *naaba* dos mossi.

mande pertencentes ao grupo dos wattara (que eram encontrados em Kong e em Bobo-Dioulasso), originalmente a serviço de reis mamprusi e conduzidos por um chefe oriundo do Gonja. Os tyokosi fixaram-se, de início, no Norte do atual Togo, em seguida, lançaram expedições contra os reinos gulmanceba, dando continuidade à sua carreira de mercenários. Assim, o chefe de Pama pediu apoio dos tyokosi contra o chefe de Kujuabongu. Yendabri, soberano de Nungu, tomou rapidamente a dianteira de uma coalizão de reinos para expulsar os tyokosi do Gulma. Em torno dele, agruparam-se os reis de Pama, Macakoali, Boarigu e Botu, assim como os chefes mossi de Bulsa, Kupela e Tankudgo. Sob a ofensiva de seus adversários, os tyokosi bateram em retirada para sua capital, Sansane-Mango, que os aliados cercaram[53]. Vencedor, Yendabri aproveitou--se de seu sucesso para afirmar sua autoridade no comando da liga que tinha constituído? O que é certo é que, no século XVIII, o *nunbado* tornou-se uma espécie de soberano superior de uma parte do Gulma, embora sua autoridade fora dos limites de seu próprio reino fosse mais espiritual que política. "O *nunbado*, escreve Georges Madiega, exercia uma autoridade direta sobre Nungu [...]. Ele exercia igualmente um distante domínio sobre os *diema* (reinos ou tribos regionais) dos *batieba* (reis ou chefes regionais) que não eram da linhagem de Lompo. As dinastias que daqui saíam o consideravam simplesmente como o *nikpelo* (primogênito) da linhagem". Neste texto, Lompo é considerado como o filho de Jaba[54]. Progressivamente, o *nunbado* assumiu a figura de principal soberano do Gulma, ao passo em que sua residência real tornava-se a principal localidade do país, sobretudo em função do papel econômico que lá desempenhavam os comerciantes haussa (estes últimos se chamavam Nungu Rojo ou Fada N'Gourma). Continua difícil, hoje, interpretar as relações estabelecidas entre o *nunbado* e os soberanos gulmanceba. A existência de uma confederação gulmance é pouco provável e a autoridade real do *nunbado* era sem dúvida tão territorialmente limitada quanto à de outros reis, dos quais muitos eram, por sinal, mais poderosos que ele. Mas o *nunbado* gozava de um prestígio moral e ritual excepcional, na medida em que ele foi – tardiamente – considerado como herdeiro direto de Lompo e, portanto, de seu "pai", Jaba. O comércio haussa fez o resto: Nungu tornou-se um importante centro de trânsito de caravanas leste-oeste.

53 R. Cornevin, 1964; D. Rey-Hulman, 1975. Seguimos também as considerações de Y. G. Madiega, 1978.

54 Ver acima: o personagem único das tradições mossi (sem dúvida tardias), Jaba Lompo, é substituído nas tradições gulmanceba por dois personagens: Jaba e seu filho Lompo.

O Borgu[55] se estende ao Sudeste do Gulma. Sua história é bastante confusa, com várias formações de Estado cuja mais antiga parece ter sido a de Busa, ponto de dispersão dos guerreiros wasangari. Ainda aqui, os chefes afirmavam que as dinastias reais eram originárias de Borno. A aristocracia militar wasangari impôs seu poder a povos instalados há muito tempo – alguns de origem pré-gulmance – que, nos século XVI e XVII, acolheram grupos mande (o busa é uma língua do grupo dos mande do sul), os quais asseguraram a junção comercial entre o Norte do Gana e o país Haussa. Busa atingiu seu apogeu no século XVI, antes de declinar. Os outros reinos, como Nikki, são originários em maior ou menor escala de Busa. No século XVIII, Nikki estava em guerra com o reino de Nupe. De Nikki saíram as pequenas formações de Kaiama, Paraku, Kuande e Kandi. Lembremos que se dá às formações de Estado do Borgu o nome de reinos bariba, nome de um dos principais povos autóctones da região.

Os povos de poder descentralizado

Esses povos são assim designados por falta de uma melhor qualificação[56]. Tratando-se aqui daqueles que estavam situados em torno das altas bacias do Volta, é preciso lembrar a antiguidade de sua formação, seja em seu sítio atual, seja alhures[57]. Ainda que esses povos, ao contrário das sociedades centralizadas, não tenham dominado a cena política nem o fluxo dos acontecimentos, é preciso não minimizar sua contribuição. De início, eles constituíam as camadas humanas sobre as quais se inscreveram biologicamente os aportes exteriores. Com efeito, os povos ditos "conquistadores" raramente chegaram por meio de ondas que rompiam engolindo e aniquilando tudo diante deles. Os mossi, por exemplo, são o resultado da união de grupos étnicos diversos reunidos por um conjunto de chefes tribais, sob a autoridade de um rei aparentemente absolutista, mas governados por um rigoroso costume. Ora, neste processo de expansão, a progressão tenaz dos camponeses mossi foi incontestavelmente mais importante que o estabelecimento dos contingentes de cavaleiros. Essa impregnação lenta do tecido humano pré-existente foi um fenômeno de duplo sentido, graças aos casamentos mistos bem como às trocas culturais e econômicas.

55 M. Izard, 1975.

56 As expressões "sociedade sem Estado" ou "sociedades acéfalas" devem ser rejeitadas. Mas mesmo a expressão "povo de poder descentralizado" é passível de críticas porque é negativa e se refere somente ao poder político. Sem contar que um povo de tal tipo pode se tornar, por seu turno, centralizado (os bambara) e depois deixar de sê-lo.

57 UNESCO, *História geral da África*, vol. IV, capítulo 9.

Os aportes biológicos foram tão importantes que Dim Delobsom declarou que o próprio termo moaga (plural, mossi) significa misturado, mestiço[58]. Não seria demais insistir neste ponto a respeito do papel dos nioniosse muito cedo assinalado por numerosos autores[59]. Esta mistura biológica foi tal que as pessoas do Yatenga tratavam os mossi do Mogho Central por gurunsi, ao passo que em Ouagadougou, este qualificativo era atribuído somente aos mossi de Koudougou, que eram vizinhos dos gurunsi. Mas os próprios habitantes do Yatenga não escaparam dos aportes de povos mande do Arco do Níger que tiveram uma influência militar decisiva na história do Yatenga quando Naaba Kango recorreu às forças de Ségou. Ora, esses mesmos povos mande mesclaram-se há muito tempo com a população pelo viés de seus comerciantes, ancestrais profissionais e mesmo biológicos do grupo importante dos yarse. Tais misturas biológicas estão, provavelmente, na base dos *rakire*[60]entre os mossi e os samo (sana). No plano cultural e econômico, aqui como em outro lugar, por exemplo na região dos Grandes Lagos, o aporte dos povos autóctones frequentemente foi minimizado, até mesmo ocultado. Vimos como, no domínio da estruturação política e religiosa, os dogon (em particular para o sacerdote da terra) e os kurumba tinham contribuído para o sistema de poder dinástico no Yatenga. Apenas pela gestão dos ritos agrários, graças ao ministério dos sacerdotes da terra que eram geralmente provenientes do povo autóctone, eles influenciaram consideravelmente e de modo permanente a vida cotidiana de todos os camponeses, sem exceção. Mas no mais alto nível político, também o descendente do chefe dos autóctones, que se tornou *naaba* de Ouagadougou[61], desempenhou um papel muito importante na entronização do *mogho-naaba*.

Se a escravidão intensificou-se no decorrer desse período, geralmente às custas dos povos autóctones, particularmente os gurunsi e os fulse (ou kurumba), ela ganhou amplitude sobretudo com o impulso do tráfico na costa da Guiné e suas repercussões foram sentidas até no império ashanti e nos países do Norte que dependiam de tal tráfico.

Os povos autóctones, que eram de cultura mande ou da região do Volta, aceitavam as trocas, mas recusavam a dominação, estratégia que foi muito eficaz

58 A. D. Delobsom, 1929. Obviamente, o autor acrescenta que este julgamento um tanto quanto desfavorável partia dos nobres com relação às pessoas comuns; mas a tradição (ver Y. Tiendrebeogo, 1964) relata que a própria mãe de Wubi, primeiro rei de Ouagadougou, era uma autóctone.

59 *Ibidem*; R. Pageard, 1969.

60 Entre os mossi, tradição visando a desarmar tensões étnicas pela troca de brincadeiras (ver nota 6).

61 Ouagadougou (Wogodogo) no sentido restrito, é o bairro em que mora o chefe autóctone.

até o período colonial. Naaba Kumdumye morreu em uma das primeiras expedições para Boromo. Pode-se supor que ele tentava fazer passar para o controle moaga a zona compreendida entre os Volta vermelho e negro. Este grande plano fracassou e o Volta vermelho, com algumas exceções locais, tornou-se a fronteira ocidental natural do Mogho.

Os gurunsi[62] e os bwaba que povoavam esta região desenvolveram, apesar da ausência de Estado centralizado, uma personalidade muito forte. Os gurunsi, cujos principais centros eram Pô, Leo, Sapouy e Rep, ultrapassaram o Gana atual. Vivendo em famílias em cabanas de arquitetura notável, eles eram ferozmente opostos a toda forma de hierarquia política complexa. Frequentemente, o sacerdote da terra ou as sociedades de máscara constituíam um elo entre as famílias. Rumo ao leste, entretanto, havia uma estrutura mais organizada, dirigida por um chefe de cantão cercado por uma corte e por um conselheiro religioso preposto ao culto de seu *kwara* (símbolo mágico).

Os bwaba[63] constituíram-se, ao que tudo indica, como entidade específica entre o século X e o XV. Eles não reconheciam autoridade política acima daquela do vilarejo. A religião do Do constituía também um cimento entre os iniciados de um mesmo vilarejo e entre os de vilarejos vizinhos.

Próximos do Yatenga viviam os samo[64] do Norte cujo local de morada se distinguia por silos de grãos gigantes. Sua organização política consistia em confederações bastante estáveis de dezenas de vilarejos ao redor de alguns polos políticos correspondentes ao cantão mande (*kafu*). O sistema san baseava-se ao mesmo tempo em alianças de clãs, como no caso dos chefes zerbo e dos ferreiros, e em coalizões territoriais. Antes de subir ao trono, Naaba Kumdumye e outros príncipes, dentre os quais Naaba Yadega, haviam guerreado contra os saña. Em seguida, Naaba Kango tentou arregimentar o país san do Nordeste ao Yatenga, mas não conseguiu. Guerreiros experimentados, camponeses ferozmente agarrados à sua liberdade, os saña resistiram de novo às pressões do Yatenga, como haviam feito antes, no tempo de Naaba Yadega e sob o reinado de Naaba Lambwega notadamente, e como viriam a fazer ao longo do século XIX. Durante este último período, por sinal, seu país serviu de base de recuo para os príncipes do Yatenga que reuniram lá mercenários para fazer ou desfa-

62 De fato, não há povo que se chame de gurunsi (singular Gurunga, em more), mas nunuma, lela, sisala, kô, kasena etc.

63 J. Capron, 1973. Os bwaba têm parentesco não linguístico, mas cultural, com os bobo. Ver A. Le Moal, 1976.

64 O termo samo vem do chamamento mande samogo. Mas este povo chama a si mesmo de saña (singular San).

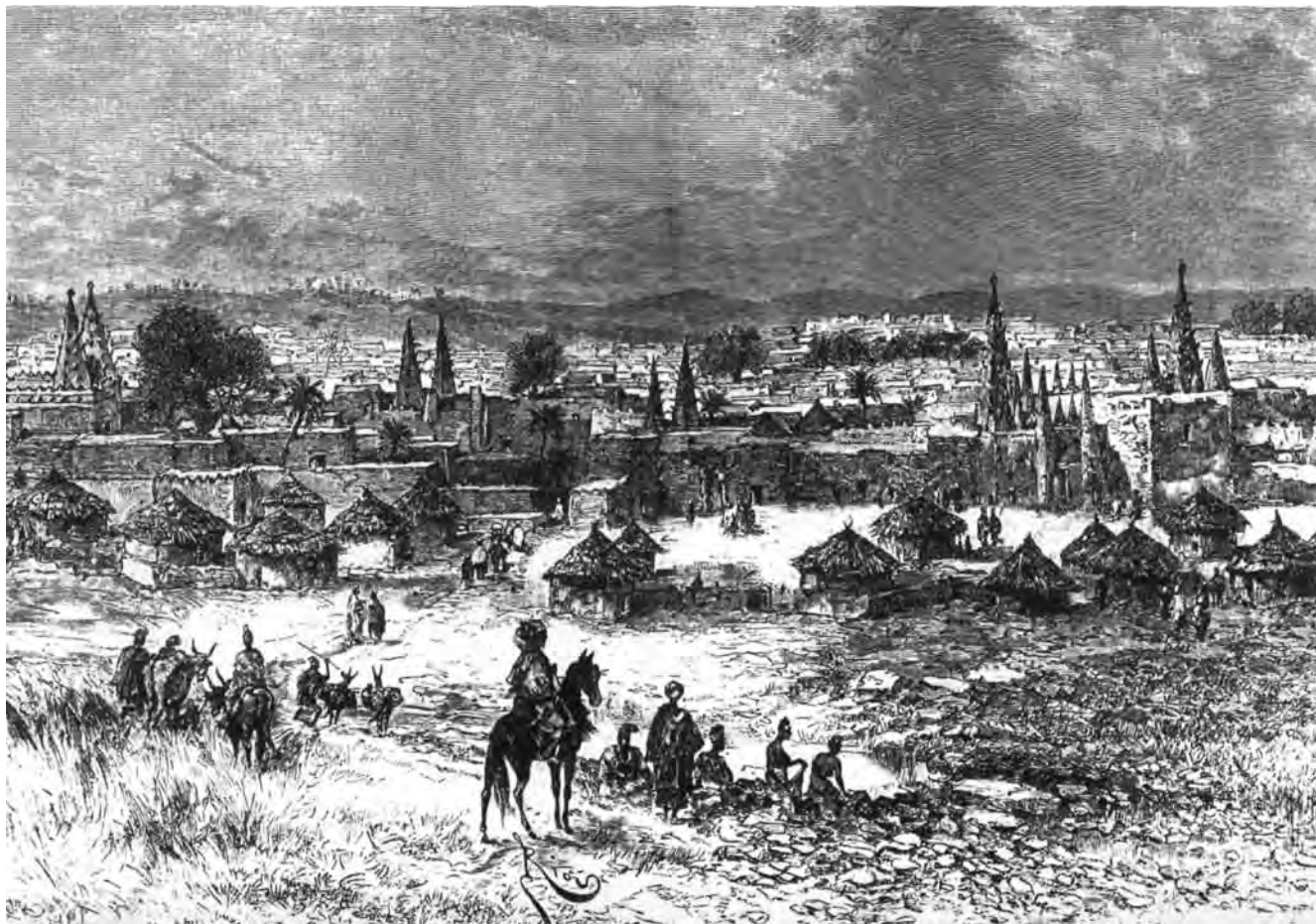



Figura 12.4 Vista geral de Kong. [Fonte: L. G. Binger, 1892. © Royal Commonwealth Society Library, Londres.]

zer os reis de Waiyugo. Quanto aos bisa aparentados aos saña e separados deles após uma querela de clãs, ficavam ao Sudeste do Mogho. Eles também deram mostras de uma resistência notável malgrado as trocas culturais mútuas e um tributo em cativos no fim do século XVIII. Mas parecem ter estado em expansão até o período colonial.

O Sudoeste do atual Burkina-Faso era, por assim dizer, vazio de habitantes, à parte os bwaba que lá iam caçar até as margens do Buguriba. Por volta de 1730, os kulango expandiram sobre as terras onde, dez anos mais tarde, os pwa (puguli) iriam se estabelecer com a autorização dos bwaba. Eles foram seguidos, no espaço de cinquenta anos, pelos dorobe e pelos gan, que se instalaram de início em Nako, bem como pelos primeiros dyan, os lobi e os wiile e, por fim, os birifor, que ocuparam a região de Batie abandonada pelos lobi.

Kong e Gwiriko

É preciso não esquecer que os comerciantes jula, chamados wangara, atuavam nas rotas da floresta, onde se encontravam ouro e cola (de onde o nome de worodugu), desde a época dos impérios do Sudão (do século X ao XV). Mas, a partir do século XVI, um fato novo surgiu na costa do golfo de Guiné: o tráfico negreiro e o comércio de armas de fogo. Este único acontecimento basta para que se entenda porque os grupos de jula, tanto mercadores quanto militares ou missionários muçulmanos embrenharam-se cada vez mais em zonas de savanas onde grassavam as trocas de gêneros alimentícios cuja demanda acentuava-se sob a pressão do novo curso dos acontecimentos. Foram os jula que contribuíram para o estabelecimento do grande centro de trocas de Begho. A rota de Begho foi logo ligada à que atravessava a atual Costa do Marfim, do país de Assínia a Bobo e Bamako por Yassako. Ao passo que os diomande se instalavam no Centro-Oeste, os wattara fizeram de Boron e Mankono centros comerciais. No fim do século XVI, foi criado o reino de Gonja e, no fim do século XVII, após a destruição de Begho, refugiados jula foram para o reino abron (bron) e criaram Bondoukou.

Certas circunstâncias importantes deram um vigoroso impulso às atividades dos jula a partir do século XVII: de início, a queda do império de Gao; em seguida, a criação do império ashanti que constituía um polo considerável de abastecimento em ouro, armas, sal e produtos manufaturados; por fim, o fato de que as savanas do Volta eram zonas de povoamento relativamente denso no quadro de sociedades, em sua maior parte sem poder político centralizado, que por isso, podiam fornecer a “madeira de ébano”, sem contar os animais e o ouro,

que os países costeiros esperavam. Entende-se então que os dagomba tenham organizado, a partir de seu próprio modelo político, o reino *kulango*[65] de Bouna, no país Lorhon. Era um reino muito centralizado que se apoiava em distritos militares administrados por príncipes. As jazidas de ouro do lobi foram exploradas por eles, talvez em concorrência com o reino abron, o que explica as lutas sangrentas durante os séculos XVII e XVIII.

Com efeito, os abron do grupo akan, após se imporem aos koulango meridionais, disputavam em Bouna o controle da rota do Norte por Comoé. Foi a consolidação de seu poder por dois grandes chefes, Tan Date (século XVII) e Kousounou (início do século XVIII), que atraiu os jula a Bondoukou. Mas os baoulé decidiram rapidamente fechar o rio Bandama ao comércio do Norte. Os jula, repelidos rumo a oeste, quiseram abrir a rota de Comoé em direção a Bassam, a fim de atingir, com esse desvio, os fortes dos países Nzima e Fanti.

É neste contexto geral que iria se criar um novo conjunto de estabelecimentos ao mesmo tempo comerciais, políticos, militares e religiosos por iniciativa dos jula. Em meados do século XVIII, bandos armados vindos de Ségou, os diarrasouba, colocaram de lado os senufo e criaram um reino mande (Nafana) em Odienne.

Os senufo pertenciam ao grupo lingüístico do Volta. Reagrupados por clãs em torno de Korogho, Seguela, Odienne e Kong, a queda do Mali pareceu ter-lhes aberto possibilidades de expansão territorial rumo ao Norte até Sikasso e Bougouni, onde eles adotaram, entretanto, o bambara, e rumo ao Sul até a região de Bouaké onde foram absorvidos no bloco baoulé. A leste, deram origem a grupos isolados como os nafana que foram extratores de ouro em Begho, antes de ficar sob o domínio dos abron. Quanto aos pallaka, caíram sob o domínio de Kong. Os senufo, com efeito, eram antes de tudo excelentes camponeses que exploravam com eficiência o terreno de seus vilarejos compactos. Igualitários e independentes, eles conheciam apenas uma coletividade de grande envergadura que contribuía para regulamentar sua hierarquia social, o poron, de características religiosas. Além disso, eles tinham artistas consumados que, desde tempos antigos, produziam algumas das grandes obras-primas do estilo simbolista negro-africano. Foi apenas no século XIX que os senufo começaram a erguer alguns reinos centralizados, por exemplo com a dinastia Traoré do Kenedougou (Sikasso), talvez por mimetismo face aos mande.

Estes, no início do século XVIII, anexaram um centro prestigioso à série de estabelecimentos jula: Kong. Esta região parece ter sido antigamente ocupada,

65 *Kulango*: "os que não temem a morte".

se não organizada, pelos tiefo, como sugere o grupo de vilarejos tiefo que ainda liga Noumoudara a Kong. Foi lá que os mande-keita e koulibali, tornados em seguida wattara, impuseram-se como autóctones. Um dentre eles, Sékou Wattara, eliminou, no começo do século XVIII, outros grupos jula e reinou em Nafana e em Kong graças a um poderoso exército no qual serviam os senufo sob as ordens de oficiais jula. Esta força militar permitiu-lhe conquistar uma parte do Oeste do alto Volta até Dafina (Arco do Volta negro).

Em seguida, as forças de Kong impuseram-se ao país Turka, no Folona, saquearam a região de Sikasso, uma parte do Minianka e do Macina, e chegaram a Sofara, frente a Djenné, na outra margem do Bani. Vimos como esta expedição foi finalmente repelida por Biton Koulibali. Com efeito, após a morte de Sékou Wattara (1740), o império foi profundamente abalado em função de sua vastidão, de sua heterogeneidade e da ausência de um sistema sólido de gestão. Por fim, uma cisão ocorreu: a casta dos guerreiros não muçulmanos jula e senufo, os sohondji, separou-se dos jula chamados "salama", dados ao comércio e à religião muçulmana, pois Kong tinha se tornado metrópole do saber islâmico. Mas sua tentativa de controlar Djenné evidenciou que o grande plano dos wattara era antes de tudo econômico: tratava-se de controlar a maior distância possível das rotas comerciais que uniam a floresta ao arco do Níger. Após o fracasso desse projeto grandioso, os grupos jula passaram a empreitadas mais limitadas. Uma das mais audaciosas foi a criação do reino de Gwiriko[66]. Lá foi fundada por Famaghan Wattara, ao redor de Sya (Bobo-Dioulasso)[67], uma réplica do reino de Kong, em uma região situada em torno da linha de partilha das águas do Banifin, subafluente do Níger, do Comoé e do Volta negro. Quando lembramos que esses dois últimos cursos d'água possuíam jazidas de ouro em seu curso médio ou inferior e que o primeiro riacho leva ao Bani pela região de Djenné, entendemos o caráter estratégico da decisão de Famaghan que, por sinal, recusava-se a demonstrar submissão a seus jovens sobrinhos de Kong, os filhos de Sékou. Ele tomou o controle mais ou menos completo e durável dos países Tiefo e Dafin, bem como do Bwamu (país dos bwaba). Em Bobo, ele submeteu e se aliou aos bobo jula chegados de Djenné após os bobo fing, por volta do século XI. Seus sucessores, Kere Massa Wattara (1742-1749) e Magan Oule Wattara (1749-1809), não puderam senão conter por meio de repressões

66 *Gwiriko*: "ao fim de uma longa etapa", em jula.

67 N. Levtzion, 1971*b*; E. Bernus, 1960; D. Traoré, 1937. Sobre a *Crônica de Gonja* a partir da qual pôde ser estabelecida uma cronologia confiável para os acontecimentos relatados neste parágrafo, ver J. Goody, 1967 e N. Levtzion, 1971*b*.

(como em 1754 contra o grande gurgo bwa de San) as revoltas dos povos submissos à dominação jula. Esta era antes de tudo econômica, mesmo quando ela se apresentava sob as cores do proselitismo.

A vida econômica do Níger na bacia dos Volta

É também em meados do século XVIII, com a chegada dos bobo jula, que J. B. Kietegha fixa o período de grande produção de ouro do Volta negro. Os recém-chegados monopolizaram a extração de ouro de Poura, trazendo melhorias técnicas. Mas Kietegha propõe a hipótese de que os exploradores do primeiro período (do século XV a meados do século XVIII) eram já os mande-jula vistos pelos gurunsi de Poura como mossi[68].

Os comerciantes eram cada vez mais ativos e as rotas comerciais extremamente frequentadas nas metades Oeste e Norte das regiões situadas entre o Níger e a bacia dos Volta. Mas, no curso dos séculos XVII e XVIII, mesmo nos reinos mossi e junto a povos com poder político descentralizado como os gurunsi, a um sistema econômico de base essencialmente agrícola, veio se juntar uma rede de trocas de mercadorias baseada em produtos exóticos e que mobilizava cada vez mais os comerciantes profissionais.

No país moaga, em uma zona de chuvas irregulares e de quase monocultura do milho miúdo em um solo esgotado, cada decênio compreendia em média dois ou três anos ruins; carestias, por vezes mesmo fome, não eram raras no Yatenga, como no reinado de Naaba Zana no fim do século XVII e no começo do século XVIII, bem como na década 1830[69]. Ao milho miúdo, alimento de base, juntavam-se o milho normal, planta que satisfazia a demanda dos consumidores enquanto novos produtos ainda não estavam no mercado, o amendoim (ou ervilha), o feijão, o gergelim e algumas hortaliças. Principal planta de uso artesanal, o algodão aparentemente era cultivado há muito tempo. Os yarse muçulmanos associaram-se à tecelagem desde o início da história moaga e os rolos de tecido de algodão que eles fabricavam engrossavam as cargas das caravanas do eixo Norte-Sul, rota comercial da qual eles controlavam quase de modo exclusivo o tráfego. Os marase (songhai), especializados em tinturaria, utilizavam o índigo. Muitas plantas eram colhidas, quer se tratasse de hortaliças ou de alimentos de substituição utilizados em períodos de carestia, sendo os principais o "*néré*" cujo

68 J. B. Kietegha, 1983, p. 158.

69 O inventário dos casos de fome do Mogho ainda não foi feito.

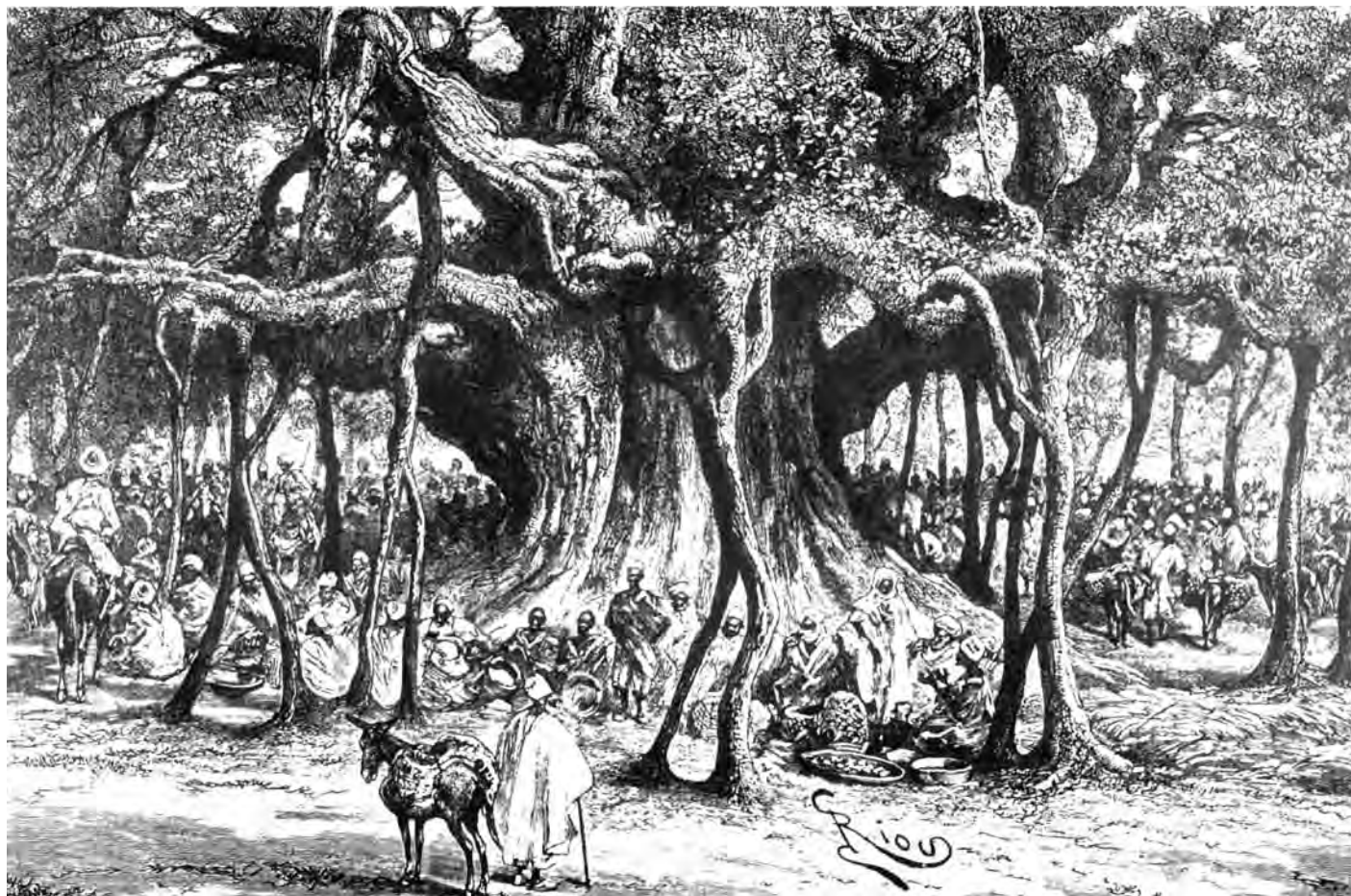



Figura 12.5 Mercadores oferecendo seus produtos à sombra de uma figueira. [Fonte: L. G. Binger, 1892. © Royal Commonwealth Society Library, Londres.]

fruto possui múltiplos usos e a noz de karité, a partir da qual fabrica-se gordura vegetal utilizada na cozinha.

Na época pré-moaga do Lurum (até o século XV-XVI), os kurumba tinham junto a eles os marase que faziam o comércio do sal do Saara. A formação dos Estados mossi do Norte, dentre os quais o Yatenga, teve um duplo efeito sobre o comércio das caravanas. De um lado, os marase foram suplantados pelos yarse, de outro, estes últimos juntaram ao comércio de sal do Saara o de noz-de-cola, comprada nos seus lugares de produção, na periferia setentrional do mundo ashanti. O reinado de Naaba Kango deu um impulso novo ao comércio como o prova, dentre outras coisas, a prosperidade do burgo de Yuba, próximo de Waiguyo, que remonta a esta época.

O século XVIII presidiu a formação de grandes aglomerações de comerciantes nas quais os marase se juntaram aos yarse. Estes não tinham meios de manter um sistema comercial autônomo, pois os kurumba tinham perdido sua independência e até mesmo sua identidade, na seqüência da dominação do país pelos mossi (yatenga) e pelos fulbe (jelgoji). Os grandes mercados do reino (Yuba, Gursi etc.) eram o ponto final das caravanas que transportavam sal e cola. Os yarse do Yatenga formavam um grupo de comerciantes dinâmico que era encontrado não somente em Tombuctu, ponto de partida das caravanas que transportavam sal, mas também no vale do Bani e em todo o Macina. É possível que a estratégia de Naaba Kango em direção de Ségou tenha visado assegurar a implantação desses yarse nos países vizinhos do Yatenga. Com efeito, no país moaga, esses comerciantes avisados viviam em simbiose com os dirigentes, mas com compromissos: em troca de certos privilégios (direito de graça, dispensa de prestações, escoltas armadas), eles se engajavam em não favorecer nenhuma subversão, a vender prioritariamente ao *naaba*, a abençoá-lo e a apoiá-lo por meio de rituais apropriados e mesmo, em algumas ocasiões, a servir de agentes de informações[70].

Se a unidade de conta para os comerciantes era o caurim, outras unidades faziam parte do universo das caravanas como nas trocas correntes – o côvado de faixa de algodão notadamente – e diversos sistemas de equivalência eram aplicados entre o caurim, o côvado, a placa de sal, o cativo e o cavalo.

Do lado dos yarse, que juntavam ao artesanato de algodão o comércio a longa distância, os ferreiros associavam a metalurgia pesada, metalurgia de afinação, a cerâmica (para as mulheres) e o comércio de exploração no sentido do

70 A. Kouanda, 1984, p. 248.

Mogho Central, pobre em minério de ferro. O Yatenga era , com enfeito, uma das grandes regiões metalúrgicas do centro do Oeste africano e o comércio de produtos acabados (metais, armas e ferramentas) dava aos ferreiros uma renda não negligenciável.

A própria escolha do sítio de Waiguyo certamente não se deu sem considerações de ordem econômica. Frobenius[71] relata uma tradição segundo a qual Naaba Kango queria fazer de sua capital um depósito de sal. É possível também que date do reinado de Naaba Kango a criação de um corpo de chefes de mercado de origem cativa, encarregados do recolhimento de uma taxa real sobre as mercadorias importadas. Já Naab Zombre havia criado, no reino de Ouagadougou, um corpo de chefes de mercado cujos titulares, recrutados dentre os cativos, eram encarregados de recolher uma taxa real sobre os produtos importados. Obviamente, tratava-se de fornecer à corte rendimentos suplementares, mas isso visava também reduzir os direitos de taxação dos chefes locais, frequentemente severos demais com os comerciantes.

É preciso sempre lembrar a terrível lógica que o tráfico negreiro, durante esse período em que ele era mais intenso em quase todas as costas da África negra, introduzia na mecânica dos fluxos comerciais como no conteúdo das relações sociopolíticas, desde o instante em que se juntaram as armas, os escravos e o poder político. Constatamos isso junto aos maiores reis da época: os Massassi de Ségou, Naaba Kango do Yatenga, os Wattara de Kong e de Bobo, sem contar os soberanos do Dagomba e do Ashanti. Mas a atividade escravagista dos reis era multiplicada e alimentada pela multidão de chefes locais que, de bom grado ou à força, entravam no jogo político por esse gênero de negócios.

Vimos como, no sistema bambara, o estatuto de cativo tinha sido genialmente institucionalizado recuperando pura e simplesmente a instituição pré-existente dos *ton-den* para criar os *ton-dyon*. Mas, se essa ideia ocorreu a Mamari Koulibali, foi porque ela era corriqueira e existia na prática social há séculos.

Um passo suplementar foi dado com os *foroba-dyon* propriamente ditos (escravos da coroa). Eram prisioneiros de guerra juntados em contingentes que se distinguiam entre si pelos *faama* que os havia constituído. Eles eram geralmente destinados a serem vendidos como mercadorias fabricadas pela guerra: em bambara, *san'dyon* (escravos do comércio). Adquirida por uma comunidade, a mulher obtinha a condição de *woloso* (literalmente, nascido (a) na casa) desde

71 L. Frobenius, 1924, p. 281.

que ela tivesse dado à luz a uma criança, e o homem podia adquirir o mesmo estatuto desde que seu mestre confiasse nele para tanto. Em seguida, o *woloso* tornava-se *dyon goron* quando era substituído por seus filhos e pagava uma indenização anual a seu mestre. Mas desde o instante em que obtinha a qualidade de *woloso*, o escravo tornava-se membro de uma casta. Ele não podia mais ser vendido e gozava do direito à propriedade e de transmitir sua herança a seus filhos, de modo que suas condições de vida, se não seu estatuto, eram preferíveis às de um homem livre porém pobre que era suscetível de cair no cativeiro do dia para a noite. Entende-se assim porque tantas pessoas preferiam se acomodar sob a proteção de um mestre neste século XVIII tão atribulado, exatamente como na Alta Idade Média europeia. Obviamente, a condição de *woloso* era imposta aos descendentes de modo perpétuo, mesmo se, como ocorria nas cortes reais, uma minoria dos homens de castas se elevasse a dignidades maiores. Ainda que sua posição impedisse que as pessoas comuns fizessem alusão a seu estatuto anterior, essa marca perdurava na opinião coletiva, indelével[72].

Foi assim que os Diarra, da família do grande rei Ngolo Diarra, não chegaram a apagar a lembrança da condição servil de seu ancestral, que suscitava o sarcasmo dos massassi do Kaarta. O caso de Ngolo mostra-nos, entretanto, que as portas não estavam fechadas para os mais hábeis dos cativos. A princípio, eles estavam submissos ao arbítrio do mestre, mas, na prática, recorrendo aos bons ofícios de personalidades em evidência, eles podiam interferir em decisões superiores[73]. Mesmo no sistema moaga, tão rígido, onde cada um nascia e morria mantendo a mesma condição, sem mudanças ou interrupções possíveis[74], um eunuco, o *kamsaogo-naaba*, era investido de pesadas responsabilidades. É verdade que outros eunucos destinados ao mesmo encargo eram vendidos para o Fezzãn, para a África de Norte e para o Oriente Próximo[75].

O islã e as religiões tradicionais africanas

Era um lugar comum muito difundido antes e após a conquista colonial[76] dizer que os bambara e os mossi tinham elevado barreiras consideráveis contra

72 A. Raffenel, 1846, vol. I, p. 371.

73 C. Monteil, 1924, p. 301.

74 O rei não podia destituir ou degradar um nobre. O chefe que ele quisesse suprimir recebia dele uma flecha envenenada com a qual ele deveria se suicidar, ou, do contrário, havia guerra.

75 Y. Tiendrebeogo, 1964.

76 C. Monteil, 1924, p. 23 e seg.

o islã na África Ocidental. Trata-se de uma afirmação simplista que deve ser revista. Com efeito, o islã, atuante desde o século VIII pelo menos, acentuou sua influência nos grandes impérios desde o de Gana até o de Gao. Mas houve, nesses contextos, obstáculos e resistências. Ainda no século XVIII, os fulbe jelgoobe e feroobe, que tinham deixado o Macina rumo ao Nordeste do Volta, eram frequentemente adeptos de religiões tradicionais[77].

Mas justamente, durante um milênio, do século VIII ao XIX, o islã não deixou de se difundir nessa região de diversas e numerosas maneiras: pelo viés dos comerciantes, de pregadores, pela violência se necessário, sempre sabendo contornar os obstáculos e se adaptar aos contextos específicos apresentados pela multiplicidade de povos, particularmente no caso daqueles que pareciam ser um pouco refratários. Na realidade, os povos do interior do Oeste africano não lançavam sobre o islã e, mais tarde, sobre o cristianismo, o mesmo olhar que os adeptos dessas religiões quando julgavam as religiões tradicionais do continente. É por meio de um espírito sincrético que os bambara abordaram, de início, o islã cuja presença os incitava a honrar o deus supremo, Maa Ngala, o soberano acima dos espíritos, honrado por cultos particulares. Tendo assim assimilado o islã, os reis de Ségou e de Kaarta viram que nada os impedia de consultar os ministros deste grande deus, os marabutos, permanecendo fiéis a seus próprios cultos dos quais eram quase sistematicamente os sacerdotes, bem como ao mago. Este era instado a invocar a Energia universal e invisível provocando assim uma espécie de materialização de seu desejo. O mago "nomeava" e, portanto, criava o que ele chamava por meio de seus votos[78].

Ainda que praticassem tais ritos, os Koulibali, inclusive os chefes mais eminentes, participavam das festas religiosas muçulmanas, ao menos por meio de sua presença e oferecendo ricos presentes aos marabutos sarakolé. A festa da *tabaski* (sacrifício) coincidia, por sinal, segundo Raffenel, com os estados gerais do clã dos massassi que implicavam ritos ocultos – como os de Komo e de Makongoba – e juramentos de fidelidade. Ora, esses mesmos bambara reproduziam de qualquer modo os gestos daqueles que oficiavam os ritos no decurso da prece muçulmana e alguns chegavam a sacrificar um carneiro. Tais sincretismos que, simultaneamente, desenvolviam-se com o cristianismo no culto afro-americano no Brasil, no Haiti e em Cuba, são uma das características do espírito religioso negro-africano. É assim que, se o clamor aos espíritos não havia fornecido uma resposta clara e satisfatória, a intervenção do marabuto era então solicitada

77 I. P. Diallo, 1981.

78 UNESCO, *História geral da África*, vol. I, capítulo 8.

e acolhida piedosamente, tanto por Mamari Koulibali quanto por Tonmasa, Ngolo e outros Koulibali. Biton pagava a *zakat* aos marabutos de Djenné e mantinha um grupo de 40 adivinhos, dentre os quais os kamite, que, ainda que fossem muçulmanos, eram também sacerdotes de um *faro* (literalmente, espírito do rio Níger, culto religioso). Denkoro, o sanguinário, no momento em que foi capturado e assassinado por Tonmasa, dispôs-se a fazer suas abluções, acompanhado por seu fiel ferreiro portador de uma *satala* (chaleira).

Os ferreiros-magos não encontraram dificuldades em adotar a adivinhação geomântica importada pelos muçulmanos[79]. Certamente, o sucessor de 'Ali Bakary, convertido ao islã em Tombuctu e tendo aprendido o árabe com um *shaykh* da família dos bekkai, foi rapidamente assassinado com todos os membros de sua família, e atribui-se tal ato ao fato de que ele pretendia proibir o consumo de *dolo* (cerveja de milho miúdo) e o culto dos gênios ou dos ancestrais. De fato, nada é menos seguro, uma vez que o ambicioso Tonmasa, que comandou todos esses massacres, devia em breve eliminar também Dion Kolo, o último filho de Mamari.

O que é certo é que o islã apresentava-se aos bambara com instituições que não negavam necessariamente as suas, como, por exemplo, a poligamia, o divórcio, o repúdio à escravidão. Além disso, os próprios marabutos não faziam nada que pudesse afastar os neófitos bambara. Foi assim que em Dia[80], sem dúvida uma das metrópoles mais antigas do islã no Sudão Ocidental, o ensino se acomodava largamente aos costumes autóctones e dava grande espaço à magia[81]. Os marabutos mais numerosos no meio bambara eram os marka, os bozo e os somono, que se proclamavam grandes mestres do islã mouro ou fulbe e, para eles, provinham de uma ou outra confraria. Com efeito, certas etnias como os soninke, os marka, os fulbe e torodbe, convertidas ao islã de longa data e tendo o benefício da tolerância religiosa, serviam de permanente fermento e modelo. O mesmo vale para os pescadores bozo e somono que a tradição mescla aos primeiros passos do clã dos koulibali de Ségou.

Resumindo, esta abertura recíproca beneficiava largamente as duas partes envolvidas: ela associava os dirigentes muçulmanos ao poder, tomava vias endógenas para conduzir esses povos rumo à fé islâmica, mas também contribuía para

79 Um dos termos para designar o adivinho *turndala* (adivinho por meio da areia) é derivado do árabe *al-tareb* (a terra), ao passo que os outros são especificamente sudaneses – *buguridala* e *kyekyedala*, de *buguri* (poeira) e *kyekye* (areia).

80 Dia é situada na margem esquerda do Níger, em Macina.

81 P. Marty, 1920-1921, vol. IV.

reforçar o poder dos monarcas que, face à heterogeneidade étnica e social de seus Estados, não podiam se dar ao luxo de dissensões religiosas. Ou seja, "o pagão aproveitando-se do islã seguindo seus próprios conceitos, dá-lhe um caráter sudanês, de tal forma que entre esses dois polos, islamismo e paganismo, existe uma infinidade de estados intermediários que os ligam um ao outro e que, de acordo com o ângulo pelo qual são observados, parece ser tanto uma islamização do sudanês quanto uma sudanização do islã"[82].

Assim eram as coisas no Arco do Níger antes das *jihad*, tão diferentes por sinal, de Sekou Ahmadu Barry e de al-Hādjdj 'Umar. No país mossi, é provavelmente na época do reinado de Naaba Kom, filho de Naaba Zombre (por volta de 1744-1784) que se inicia a influência muçulmana na corte de Ouagadougou.

O islã do Volta não nasceu sobretudo por meio de uma penetração pelo Norte, ao contrário do que a expansão histórica do islã através do Saara poderia fazer crer. Ao contrário, o Yatenga, até o período colonial, permaneceu um país praticamente fechado para o islã, a despeito ou por causa da presença, em seu território, de duas importantes minorias muçulmanas: os fulbe e os comerciantes yarse. Pesquisas mostraram que o islã se disseminou na bacia dos Volta em função dos comerciantes e dos guerreiros jula, segundo um eixo Norte-Sul a Oeste da zona do Volta, ao longo do vale do Volta negro, e que a cidade de Bobo-Dioulasso foi uma das principais plataformas do proselitismo muçulmano. Outrossim, o *dafing* (clã) marka dos sanogho foi um dos vetores mais ativos do islã por intermédio de seus letrados e marabutos.

Os fundadores do Gonja eram mande muçulmanos. De Gonja, o islã passou para o país Dagomba. Levtzion situa a penetração do islã junto aos dagomba em meados do século XVII, no momento em que, por razões de segurança, a capital de seu reino foi transferida de Yendi Dabari para a atual localização de Yendi, mais a leste[83]. Nessas regiões, os centros comerciais tornaram-se rapidamente centros religiosos marcados pela presença de *malam* (sábios muçulmanos). Foi por trás das caravanas da noz-de-cola que os propagandistas da fé penetraram na bacia do Volta branco. O primeiro soberano dagomba convertido foi Na Zangina, que reinou no início do século XVIII. É possível que a conversão do rei dos dagomba tenha facilitado o estabelecimento de uma paz durável com o Gonja.

O islã penetrou no país mamprusi paulatinamente na mesma época. Gambaga, a principal praça econômica tornou-se rapidamente um centro muçulmano, foi assim que o islã introduziu-se pelo sul, no fim do século XVIII, no

82 C. Monteil, 1924, p. 332.

83 N. Levtzion, 1968, p. 194-203.

Mogho, sob o reinado do *mogho-naaba* Zombre. O soberano de Ouagadougou tinha uma mãe muçulmana; o islã era-lhe, portanto, familiar. Ele, entretanto, não se converteu, mas adotou o hábito de fazer as preces cotidianas e se mostrou favorável aos muçulmanos, proselitistas incluídos. Foi sob o reinado de Naaba Dulugu (por volta de 1796-1825) que o passo decisivo foi dado. O *Mogho--Naaba* converteu-se oficialmente, mandou construir a primeira mesquita de Ouagadougou e fez do imame desta cidade um dos primeiros dignatários da corte. Este primeiro islã moaga, como o que se via nos reinos mamprusi e dagomba, era um islã aristocrático cuja prática não significava, para o *Mogho--Naaba* assim como para todos os outros chefes e dignatários, excluir a religião tradicional. Eles estavam longe de tentar impor a nova religião a seus súditos. Foi assim que, muçulmano convicto, Naaba Dulugu parece ter temido que o islã fizesse progressos rápidos demais em seu reino. Ele afastou seu filho mais velho, o futuro Naaba Sawadogo, e destituiu o chefe de Kombisiri, tanto um quanto outro muçulmanos muito fervorosos, talvez demasiado inclinados a fazer proselitismo ao redor deles. Vê-se então que no reino bambara assim como no seio do Mogho, ainda que houvesse uma abertura real face ao islã, a religião tradicional permaneceu presente malgrado tudo e buscava, esperando, fórmulas de compromisso. Para os dois outros polos políticos dessa época, o império de Kong e do Gwiriko, de um lado, e os reinos gulmance, do outro, a atitude geral era claramente diferente. Em Kong, assim como junto aos bobo-jula, a religião islâmica era ao mesmo tempo uma razão e um meio de vida, de tal forma que sua política imbuída de fé militante preludiava as *jihad* e as conquistas do século XIX, por Samori em particular. Por outro lado, os gulmanceba eram adeptos resolutos da religião tradicional.

Conclusão

Para os países do Arco do Níger e da alta bacia dos Volta, o período do século XVI ao XVIII é incontestavelmente uma fase de estruturação do Estado.

Os Estados jula, mossi, gulmanceba e bambara foram todos, conforme uma antiga tradição na região, conjuntos pluriétnicos. Mesmo se a etnia dominante se outorgava certos privilégios, ela própria era a resultante e o motor de uma mistura interétnica. Não se tratava, portanto, de Estados étnicos. Os aparelhos políticos às vezes muito sofisticados aqui edificados eram não obstante vulneráveis, principalmente devido à ausência quase geral de textos escritos que os regessem.

Além disso, contradições internas minavam os Estados em questão. Em primeiro lugar, a devolução do poder frequentemente suscitou graves problemas. Quando Naaba Kumdumye de Ouagadougou colocava os candidatos descontentes na chefia de uma tribo para acalmá-los e colocá-los à parte, mas também para disseminar no espaço o poder dinástico, ele não previa que seu sucessor, Naaba Warga, teria de guerrear contra os descendentes desses chefes. Do mesmo modo, os "companheiros" de Biton Koulibali instalados por ele tornavam-se, às vezes, governadores incontroláveis. Essa dificuldade política desdobrava-se em um problema social, pois os príncipes não integrados ao sistema do poder voltavam-se sobre os camponeses que, deste modo, viam-se superexplorados sem piedade.

Essas primeiras contradições mascaravam uma outra tão temível quanto: a que opunha aqueles que eram próximos do rei, que eram homens comuns, aos parentes do rei, controlados por uma série de medidas dentre as quais a mais característica foi a política conduzida por Naaba Kango de Wayguyo. Em meio aos bambara, a rapidez da passagem para o Estado permitiu que se colocasse em evidência o confronto entre as três instâncias que se opunham, o clã, a associação política (*ton*) e o Estado territorial, conflitos que se atenuaram somente sob a regência de soberanos de estatura excepcional.

Por fim, é preciso não minimizar a questão religiosa. Evidentemente, até o fim do século XVIII, os Estados mossi e bambara tiveram sucesso em manter com os grupos muçulmanos (soninke, jula, yarse) um *modus vivendi*, uma espécie de compromisso fundado na tolerância, no sincretismo, uma troca de serviços que consagrava a colaboração entre as classes dirigentes. Com efeito, como mostra sobretudo o caso dos yarse, os muçulmanos, nessa região, eram frequentemente comerciantes indispensáveis ao Estado. Mas é preciso notar uma diferença entre os Estados mossi e bambara, de um lado, e o império de Kong e os reinos gulmanceba, de outro. Em Kong, em Bobo e em Kenedougou, era o modelo do islã militante que se exprimia, ao passo que junto ao yarse do Mogho e os soninke de Ségou e do Kaarta, havia uma postura de se abster de fazer política e até, no início para os yarse, de evitar o proselitismo, tendo a religião tradicional um estatuto oficial. Mas não se trataria de um simples descompasso, devido ao fato de a relação de forças estar ainda longe do limiar da ruptura? O caso limite é, aqui, o dos gulmanceba que passaram brutalmente de um poder inspirado pela religião tradicional à submissão aos fulbe muçulmanos, após a *jihad* do Liptako, desde o início do século XIX.

De qualquer forma, a formação do Estado nesta região inscrevia-se em um quadro econômico global que ameaçava por fim essas experiências políticas.

Com efeito, todos esses países estavam situados entre o limite Sul do Saara e a costa atlântica controlada cada vez mais pelos europeus cuja política comercial reelaborava para sua própria vantagem os circuitos comerciais, a estrutura e os termos de troca: a oferta e a demanda foram, então, progressivamente abaladas. No circuito econômico que cada dirigente tentava controlar em sua região, o peso relativo das mercadorias ligadas à conquista e à conservação do poder (cavalos, armas, cativos) não parava de aumentar. Disso decorreu a sobra da escravidão que se projetava por trás desses processos aos quais os povos de poder político descentralizado estavam longe de assistir passivamente.

Certamente, com relação aos dirigentes africanos da costa confrontados diretamente aos europeus e que não tinham outra escolha além da submissão ou da guerra, os países do interior se beneficiavam de um sursis e pareciam conduzir livremente seu destino. Mas este destino já estava escrito em um processo que dependia cada vez mais do exterior. Eis porque as hegemonias dessa região não dispuseram frequentemente do tempo necessário para estabelecer um Estado de direito criando a estabilidade e a ordem das quais nos falam os cronistas com relação aos impérios precedentes. Não obstante, o fato primordial aqui é que, em circunstâncias difíceis, foi colocada à prova a capacidade das pessoas em construir o Estado a partir de recursos especificamente africanos.

CAPÍTULO 13

Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné

C. Wondji

Introdução

De Casamansa à Costa do Marfim estende-se uma vasta região de costeiras e florestas, habitada por povos tão numerosos quanto diversos. Tal região ultrapassa largamente o quadro que, na tradição historiográfica, chamamos de Alta Guiné[1]. O objetivo do presente capítulo consiste em definir o sentido da evolução da região supracitada, entre 1500 e 1800.

As sociedades

Em relação às grandes massas étnicas do Sudão onde predominam as sociedades organizadas em Estados, a região aqui examinada caracteriza-se pelas múltiplas e pequenas unidades socioculturais fundamentalmente organizadas na base das linhagens, dos clãs e dos povoados. De fato, a população dos países guineenses impressiona, primeiramente, pelo desmembramento em numerosas

1 A zona costeira oeste-atlântica (Guiné) foi dividida em Guiné Superior ou Alta Guiné (*Upper Guinea*), indo do Senegal ao Cabo de Palmas, e Guiné Inferior ou Baixa Guiné (*Lower Guinea*), indo do Cabo de Palmas ao delta do Níger, na baía do Biafra. No sentido empregado por W. Rodney, a expressão "*Upper Guinea Coast*" designa a costa compreendida entre a Gâmbia e o Cabo Mount. Portanto, a Costa do Marfim não faz parte da Alta Guiné como delimita a tradição historiográfica, ainda que, de um ponto de vista estritamente antropológico, o Oeste do país pertença a essa região.

etnias. De Casamansa a Tanoé, mais de uma centena de etnias e de subgrupos étnicos ocupam o espaço compreendido, de um lado, entre a savana ao Norte e o litoral ao Sul e, de outro, entre os maciços montanhosos do Futa Djalon, da Dorsal guineense, e a costa situada ao Oeste e ao Sudeste.

Esta multiplicidade de grupos humanos explica as numerosas diferenças linguísticas que afetam a paisagem cultural onde cada etnia, falante de uma língua distinta daquela de suas vizinhas, tem consciência de sua originalidade. Às vezes, as variantes dialetais multiplicam-se numa mesma língua, limitando, de forma estranha, a intercompreensão linguística no interior de uma mesma etnia. Assim, cada etnia torna-se o centro de notáveis diversidades: os joola (diola) diferenciam-se dos floup (felupe), baiote, blis-kaniara, kassa e foonin; os we da Costa do Marfim, situados ao Norte (facobli) e ao centro (duékoué), compreendem muito mal seus parentes nidrou do Sul (toulepleu); os baga dividem-se em baga-sitémou, baga-foré e baga-kakissa[2].

Não obstante a diversidade das etnias e das línguas, existem entidades linguísticas mais vastas devido ao cruzamento constante dos fluxos migratórios. De fato, três grandes famílias de línguas, subdivididas em grupos e subgrupos, partilham entre si o espaço compreendido entre Casamansa e Tanoé. Na família das línguas mande, o subgrupo mande-Sul é preponderante; aqui o mande-Norte apenas aparece sob a forma do mandingo falado na Gâmbia, Casamansa, Guiné-Bissau, Serra Leoa e na Libéria. Ao Sul das línguas mande e ao longo do litoral, de Casamansa à Libéria, as línguas ditas oeste-atlânticas também se dividem em grupos Norte e Sul . Menos homogêneas do que as precedentes, elas oferecem uma variedade interna refletindo a complexidade étnica anteriormente descrita. Por fim, ao Leste e a Sudeste, as línguas ditas kwa englobam os falantes kru-bété e akan, apresentando a mesma heterogeneidade das línguas oeste-atlânticas[3].

As dificuldades de uma síntese histórica

Traçar a evolução dos países da costa Oeste africana, de Casamansa à Costa do Marfim, entre os séculos XV e XIX, é uma das mais difíceis e ingratas tarefas dos historiadores da África. Não se trata apenas de povos e de sociedades que, em sua maioria, vêm sendo recentemente integrados a Estados cuja história nacional encontra-se em vias de reconstituição, mas também de

2 Para os joola, ver C. Roche, 1976, p. 28-46; para os we e os baga, ver D. T. Niane e C. Wondji, s. d.

3 J. H. Greenberg, 1980.

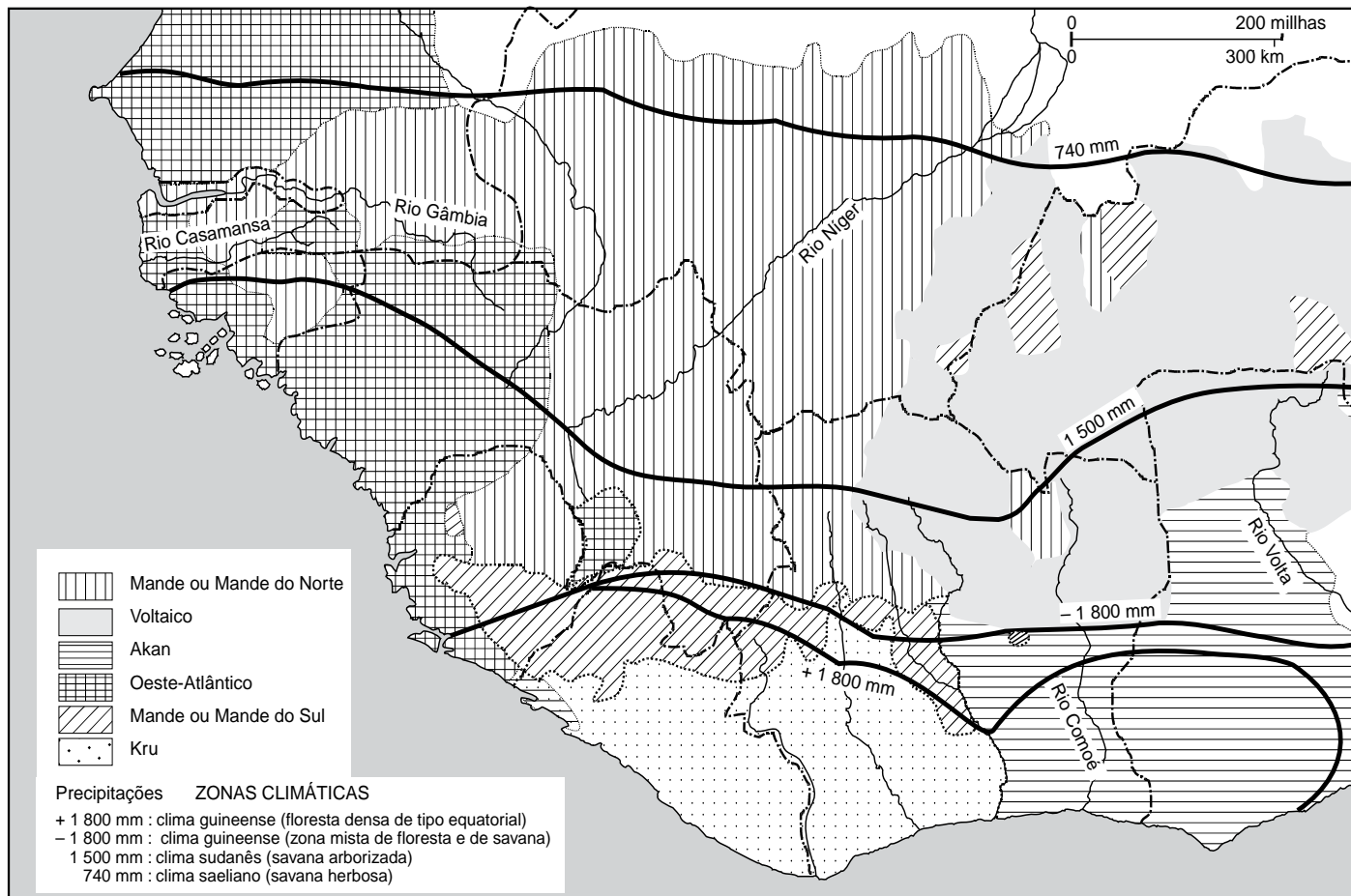



Figura 13.1 Os principais grupos de população da África do Oeste (segundo C. Wondji).

territórios que, não tendo pertencido às grandes entidades políticas do passado pré-colonial africano, apresentam ao historiador uma série de delicados problemas metodológicos.

Primeiramente, as dificuldades estão ligadas às fontes desta história. Após o século XV, as fontes escritas europeias, cada vez mais numerosas e precisas, à medida que o comércio se intensificou, forneceram materiais para o conhecimento da costa atlântica africana. Relacionando-se aos interesses mercantis das nações da Europa, elas inegavelmente dividiram-se de acordo com os períodos e as regiões: abundantes no que tange a Senegâmbia, à Costa dos Rios e ao setor indo da Costa do Ouro ao delta do Níger, tais fontes foram menos numerosas em relação à costa que se estende entre a Libéria e a Costa do Marfim atuais. Antes do século XV e mesmo no século XVI, elas eram praticamente inexistentes em relação a certos setores da costa. Se estas fontes refletem os preconceitos dos europeus em função de sua nacionalidade e das ideias de seu tempo, oferecem, entretanto, um bom conhecimento da zona costeira: quadro geográfico, atividades econômicas e sistemas de governo dos povos visitados, usos e costumes. Porém, a costa era mais conhecida do que o interior, e, para conhecê-lo foi preciso esperar as missões de penetração do século XIX.

Insuficientes ou inexistentes, tais fontes escritas precisam ser completadas ou suplementadas pela arqueologia, pelas tradições orais e por outros tipos de fontes. Importa dizer que neste domínio, as possibilidades, ainda muito limitadas, sofrem de uma repartição bastante desigual. Se a arqueologia da zona seca sudano-saheliana está se desenvolvendo, aquela da zona úmida guineense ainda se encontra balbuciante, apesar das escavações, reveladoras dos traços de ocupação humana que remontam ao terceiro milênio a. C., realizadas em Casamansa, Guiné Conacri, Serra Leoa e Costa do Marfim. As pesquisas no âmbito da tradição oral têm feito progressos decisivos nos setores mande e fulbe, mas, em outra parte, ainda não apresentaram resultados plenos, pois que o conhecimento indispensável das línguas ou de seus numerosos dialetos, tal como a análise prévia das sociedades e das culturas, supõe a aplicação de múltiplos e pacientes inquéritos cujos frutos apenas surgirão à custa de grandes esforços. No mais, à luz de alguns resultados já registrados, parece que a tradição oral raramente remonta para além do século XVII. Por fim, excetuando os grupos mandefonos, em que a homogeneidade das línguas mande facilita sugestivos e fecundos encaixes, neste campo de complexidade e de descontinuidade linguísticas surpreendentes, a linguística histórica encontra-se ainda no estágio de promessas.

As dificuldades, em seguida, estão ligadas ao desmembramento sociopolítico característico de tal região. Por um lado, os historiadores dos Estados oriundos da divisão colonial ocupam-se, mais frequentemente, dos povos das partes sudanesas do que daqueles do litoral, simplesmente evocados quando são tratados os desenvolvimentos concernentes aos primeiros. Por outro lado, nenhum estudo histórico do conjunto de tais povos, costeiros e florestais, é possível no momento atual sem o exato conhecimento da história de cada um deles. Deste modo, os soso da Guiné, grupo mande, são mais conhecidos do que seus compatriotas bagas, assim como os agni, do Sudeste da Costa do Marfim, grupo akan, são mais compreensíveis do que seus concidadãos das lagunas e kru, situados ao Oeste.

As alusões feitas pelos viajantes europeus da época mercantilista, as observações dos etnólogos atuais e os estudos dos historiadores permitir-nos-ão superar as dificuldades do desmembramento a fim de talharmos uma síntese histórica cronologicamente estruturada? Tropeçamos aqui no problema da linha geral da evolução ou do ponto de partida das dinâmicas históricas, cujas chaves não nos poderiam ser fornecidas pelas narrativas de uma tradição oral tão esfacelada quanto heteróclita.

Aderir à realidade histórica vivida pelos próprios povos, restaurar o tempo da África Ocidental em sua parte mais dinâmica (o Sudão), porém, nunca perder de vista o trem da história do mundo, tais são as considerações que guiarão a organização de nosso estudo. De qualquer maneira, entre os impulsos históricos do Sudão e aqueles do comércio europeu, a costa Oeste africana desempenha um papel primordial de articulação e, de acordo com os séculos, esta ou aquela de suas partes se anima, se reanima e se estabiliza.

Os movimentos de população

As iniciativas mande

Na região compreendida entre a Gâmbia e os rios da Guiné e de Serra Leoa, torna-se necessário remontar ao século XII para constatar os traços de um primeiro avanço dos mande (malinké) em direção ao oceano Atlântico. Recolhidas na Gâmbia, em Casamansa e na Guiné-Bissau, as tradições orais referem-se a uma colonização agrícola malinké entre o fim do século XII e o começo do XIII. Destacam-se povoados de camponeses entre os autóctones bainuk, balante e outros. No interior de tais esparsos grupos dominam os clãs fati (muçulmanos) e sane, adeptos da religião dos ancestrais, núcleos originais das famílias reinantes do futuro império do Kaabu (Gabu).

A esta pacífica migração camponesa sucedeu a migração conquistadora dos soldados de Tiramaghan Traore, um dos generais eméritos de Sundiata. A conquista dos territórios atlânticos dos joola, balante e bainuk, facilitada pela cumplicidade dos primeiros colonos, permitiu ao Mali a posse de uma larga abertura no mar, no fim do século XV, e o domínio dos territórios compreendidos entre a Gâmbia e Serra Leoa[4]. Se analisarmos mais adiante as tradições que se reportam a tal expansão para o Oeste, percebemos que talvez ela tenha sido a consequência de certas características sociais e econômicas da sociedade mande. Em razão da existência da regra da sucessão colateral – os irmãos sucedendo-se uns aos outros até a morte do último irmão da geração mais antiga –, era difícil para os filhos de dirigentes sucederem ao seu pai. Muitos dentre eles, após terem reunido os membros de sua família que desejavam acompanhá-los como guerreiros e escravos, partiram em direção ao Oeste para lá fundarem seus próprios Estados. Grande parte destes grupos migrantes era também animada pelo desejo de participar das trocas comerciais, cada vez mais numerosas na região da fronteira ocidental, e de ter parte na riqueza que estava aumentando. Não saberíamos, portanto, ver tais movimentos unicamente como conquistas militares, apenas colocando os guerreiros em causa: outros membros da sociedade mande, tais como comerciantes, caçadores, arrendatários desejosos em tirar proveito do comércio com o Ocidente ou em encontrar regiões onde pudessem se fixar, da mesma forma que artesãos e escravos, participaram ativamente da expansão rumo ao Oeste. Os movimentos migratórios são igualmente percebidos pelas múltiplas trocas entre os diversos grupos étnicos e linguísticos, os quais conferiram espaço às novas misturas.

As populações do litoral e do interior em 1500

A história do povoamento do litoral e da floresta antes das navegações europeias dos séculos XV e XVI asseguradamente é uma das partes mais desconhecidas da história Oeste africana. Sem dúvida, algumas fontes escritas, relativas aos impérios sudaneses e ao comércio do ouro, podem esclarecer-nos sobre os povos da Senegâmbia, dos Rios do Sul e da Costa do Ouro, ou seja, sobre os setores Noroeste e Sudeste dessa região. Entre esses dois setores, perdemo-nos em conjeturas face às rápidas anotações dos viajantes portugueses e às tradições orais, por vezes desorientadoras em relação a certos povos do interior que afirmam "terem sempre estado ali".

4 S. M. Cissoko, 1972, p. 1-3; B. K. Sidibé, 1972, p. 5-13; W. F. Galloway, 1974.

Nos Rios do Sul, entre a Gâmbia e o Cabo Mount

Na Senegâmbia Meridional: Casamansa e Guiné-Bissau

A maioria dos povos que viviam neste setor já estava no lugar quando da chegada dos portugueses, como o atesta A. Cà da Mosto e V. Fernandes[5]. Três principais grupos ocupavam os estuários e os vales baixos dos rios: os bainuk ou banyun, povo de origem mande vindo do Leste no século XIV; os joola, sem dúvida, vindos do Sul (Rio Cachéu) antes do século XV; os balante, originários do Leste e que se impuseram aos bainuk antes do século XV. A esses grandes grupos atrelam-se os pequenos povos, seus aparentados entre eles, do litoral e da hinterlândia imediata: kassanga, papel, biafada, bijago. Atrás de tais grupos litorâneos, nas bacias médias e superiores dos rios situados entre a Gâmbia e o Rio Grande, encontravam-se os mande que, vindos do Leste a partir do século XII e XIII, impeliram os outros povos para o Oeste, em direção ao mar. Após a vinda de tais mande, no século XV, chegavam os fulbe, originários do Macina[6].

Na Guiné Conacri e em Serra Leoa

C. Fyfe e W. Rodney estudaram o povoamento desta região. As descobertas arqueológicas de Yengema no país Kono (Serra Leoa), confirmadas pelas pesquisas linguísticas, permitiu C. Fyfe afirmar, contrariamente a uma opinião muito difundida, que a *Windward Coast* era povoada desde tempos remotos, ou seja, desde o terceiro milênio antes da era cristã. Os habitantes mais antigos teriam sido os limba de Serra Leoa, falantes de uma língua diferente das outras da vizinhança; eles ocupavam os Scarcies. Em seguida, chegaram os timne e os baga, cujas línguas aparentavam-se. Vindos do Norte, os timne passaram do Senegal ao Futa Djalon; depois dessa montanha eles ganharam a planície costeira. Por último, houve o percurso dos kissi e dos bulom, dois grupos aparentados que novamente subiram o vale do Níger até a fonte. Outrora unidos, os kissi e os bulom separaram-se: os primeiros ficaram no interior, ao passo que os segundos continuaram até o mar[7].

No fim do século XII, movimentos consecutivos à queda de Gana e do Soso levaram os soso ao Futa Djalon, onde já se encontravam os jalonke, baga, nalu, landuman, tyapi. Seguiu-se uma mistura de povos tendendo a alguns movimen-

5 Ver por exemplo: A. da Cà da Mosto, 1937; V. Fernandes, 1951.

6 C. Roche, 1976, p. 21-66; W. Rodney, 1970*b*, p. 6-8; J. Richard-Molard, 1949, p. 108.

7 C. Fyfe, 1964, p. 149-165.

tos migratórios rumo ao Oeste. Frações desses povos foram para a costa e suas imediações: os nalu instalaram-se na área compreendida entre o Rio Tomboli e o Rio Nunez; os baga, entre o Rio Nunez e o Rio Componi; os landuma-tyapi, na hinterlândia imediata dos nalu e dos baga. Enfim, os timne ficaram no interior até o início do século XVI, apenas atingindo o mar no final desse mesmo século. Quanto aos bassari e os koniagui do grupo tenda, vindos da Média Gâmbia até o Futa Djalon, ficaram lá até a chegada dos fulbe, no século XV[8].

No fim deste século, a pressão dos fulbe sobre os soso-jalonke-baga e os timne desencadeou, mais uma vez, movimentos migratórios que permitiram aos baga se estender pela costa, do Norte ao Sul , entrando, assim, em contato com os bulom. Atrás dos baga e dos nalu, algumas frações soso-jalonke já buscavam alcançar o mar. A maior parte dos povos mais antigos pertenciam ao grupo chamado oeste-atlântico.

Do Cabo Mount ao Bandama – a Libéria e a Costa do Marfim Ocidental

Esta região é de domínio dos kru, povos de língua kwa. Tal subsetor costeiro é aquele do comércio da malagueta ou "grão do paraíso". O interior é dominado pela grande floresta e pelas alturas orientais da Dorsal guineense, daí sua abertura assaz fraca sobre o mundo das savanas sudanesas.

Os navegadores europeus do fim do século XV encontraram povos nesta costa, do Cabo Mesurado até o Cabo Lehou. As descrições de D. Pacheco Pereira e de E. de la Fosse fazem alusões aos kru, aos bassa e aos grebo[9]. Pode-se concluir que um antigo povoamento kru já existia nesta costa no século XV? Apoiando-se sobre o *sickle-cell trait* ou "taxa de siclemia[10]", C. Fyfe constata que ela é muito insignificante entre os kru e admite que por muito tempo eles conseguiram viver isolados sem se misturarem aos outros povos. Y. Person infere uma velha implantação dos kru no litoral florestal[11]. Portanto, é preciso supor que o movimento destes povos, do interior até a costa, começou antes das navegações europeias, ou seja, antes do século XV, pois certos autores assinalam a presença de grupos kru nas montanhas altas do

8 W. Rodney, 1970*b*, p. 1-15.

9 D. Pacheco Pereira, 1937, p. 99-115; E. de la Fosse, 1897, p. 180-190.

10 Para os especialistas em medicina tropical, a taxa de siclemia indica a presença de hemoglobina S, gene da drepanocytose, que seria o resultado de uma mutação provocada pela presença da malária. Sua ausência entre os kru da floresta da África Ocidental mostra que eles ocuparam a floresta em uma época muito antiga, quando ela estava isenta da malária. Ver A. Schwartz, 1993.

11 C. Fyfe, 1964, p. 152-153; Y. Person, 1970.

Nordeste da Libéria[12]. A arqueologia e as pesquisas no campo da tradição oral mostram também a antiguidade do povoamento desta região. Ao Oeste do Bandama encontramos ferramentas pré-históricas nos vales aluviais da bacia do Sassandra e das cavernas muito antigas do interflúvio Bandama-Sassandra, testemunho de uma ocupação humana que remonta ao mesolítico. Um historiador da tradição oral, o costa-marfinense A. L. T. Gauze, revelou a existência de um antigo povo vindo do Norte, os magwe, os quais seguiram o rio Bandama até a sua desembocadura. Tal povo, ancestral dos bete-dida, propagou-se pela floresta ocidental, entre os rios Sassandra e Bandama, durante o primeiro milênio da era cristã[13].

Enfim, é preciso supor que as savanas pré-florestais, ao Norte da floresta da Costa do Marfim, da Libéria e da Guiné Conacri atuais, estavam ocupadas na mesma época pelos grupos mande do Sul : guerze, mano, toma, dã, guro, tura e gagou. Estes, no século XV, sem dúvida começaram a se aprofundar na floresta meridional, sobre a pressão dos mande do Norte (mandingo) vindos do alto Níger. A dinâmica de tal impulso Norte-Sul deve ter conduzido numerosos ilhéus kru à franja marítima da floresta.

Os movimentos de população de Serra Leoa à Costa do Marfim

Novamente, no século XVI, povos vindos do interior juntaram-se àqueles encontrados pelos portugueses na segunda metade do século XV. Tratava-se basicamente dos mande, impelidos a deslocarem-se em direção ao Sul , pelas rotas que os conduziram à floresta e ao litoral, em razão das dificuldades políticas e econômicas do Mali no século XVI. Tal expansão para a zona pré-florestal foi feita pelos guerreiros, mas também pelos mercadores:

> "sitiados em direção ao Norte, os guerreiros da savana aprofundaram-se no Sul, por meio de galerias florestais tão distanciadas que seus cavalos sobreviveram. Seguiam a marcha apressada dos mascates em busca de cola, levando, até as franjas da grande selva, a língua e a civilização mandingo, dos confins de Serra Leoa e das fontes do Níger, no Oeste, até as margens do Bandama[14]."

O primeiro movimento mande foi aquele dos kono-vai, vindos do alto Níger na virada dos séculos XV e XVI, sob a direção do clã mande dos camara. Eles alcançaram Bopolu, no Noroeste da atual Libéria, e ganharam a costa seguindo

12 C. Behrens, 1974, p. 19-38.

13 A. L. Y. Gauze, 1969 e 1982.

14 Y. Person, 1981, p. 624.

os rios Mano e Moa que correm em Serra Leoa e na Libéria. Segundo Holsoe *et al.*, os vai, desejosos de encontrar sal e de abrir rotas comerciais em direção ao interior, migraram para o litoral entre 1500 e 1550. No início do século XVII, eles ocupavam as desembocaduras destes rios, ao passo que seus parentes kono localizavam-se na hinterlândia imediata[15].

Na metade do século XVI, os mane-sumba, um grupo de invasores mande vindos do alto Níger, chegaram às costas de Serra Leoa e da Libéria. A origem desta migração ainda é imprecisa, mas Y. Person vê nisso um aspecto notável do movimento dos mande para o Sul e afirma que os mane seguiram o Níger até Kouroussa, ganharam o Konyan e depois a Libéria. Enfim, em 1545, os mane atingiram a costa em Cabo Mount, após terem seguido os rios Mona e Moa. Do Cabo Mount, seguiram a costa rumo ao Norte, esmagaram os povos autóctones de Serra Leoa e fizeram uma incursão rumo ao Futa Djalon através dos Scarcies. Impelidos pelos soso, aliados dos fulbe, tiveram que retornar para o litoral, que fora ocupado por eles, da Libéria às ilhas de Los, onde se fundiram aos primeiros habitantes.

A composição exata dos grupos que animaram esta corrente migratória não foi ainda esclarecida: quem são os mane? Quem são os sumba? Para J. D. Fage, os guerreiros mande (os mane) teriam recrutado auxiliares ou sumba dentre os povos kru e os povos oeste-atlânticos. Porém, Y. Person pensa que a invasão teria sido dirigida por uma aristocracia malinké, que havia engajado guerreiros mande do Sul , em particular, dos toma; esses últimos seriam os sumba. De qualquer modo, esta invasão teve importantíssimas consequências sociais e culturais para todos os povos desta zona e desta época – mandes do Sul , kru e "oeste-atlânticos" –, com a destruição do famoso reino dos sape, seguida da instauração de uma nova sociedade política dirigida pelos mande. Os povos desta costa foram divididos em quatro reinos, subdivididos, por sua vez, em chefias ou principados: o reino de Bulom (das ilhas de Los ao Cabo Tagrin); o reino de Loco (em torno de Port Loko); o reino de Bouré (do canal de Serra Leoa à ilha Sherbo) e o reino de Sherbo. Em seguida, houve a integração sociocultural de tais povos: tendo utilizado, ao longo de sua conquista, os bulom e os timne contra os limba, os soso e os fulbe, tal como os povos kru da Costa da Pimenta, contra os kissi e os bulom, os mane desencadearam um processo de cruzamento de raças que permitiu a instalação da influência mande nessa região; os loco, uma fração dos timne, adotaram a língua

15 C. Fyfe, 1964, p. 159; S. E. Holsoe, 1967; S. E. Holsoe, W. L. d'Azevedo e Gay, 1974.

Figura 13.2 Os movimentos migratórios dos povos da África do Oeste, do século XV ao XVIII (segundo C. Wondji).

mande; os timne preservaram sua cultura oeste-atlântica, porém, tiveram chefes mande; os kru conservaram sua língua kwa e sofreram a influência política dos mande. Enfim, os mane trouxeram inovações para o campo militar: armas, táticas, sítios e fortificações aumentaram o vigor guerreiro dos povos do litoral pelo aperfeiçoamento da arte da ofensiva e da defesa. No final do século XVI, os invasores pareciam ter sido naturalizados e, no começo do século XVII , não havia mais autênticos mane[16].

No século XVI, um grupo de mande do Sul , os malinké do clã camara do alto Níger, estabeleceu-se na Libéria e na parte ocidental da Costa de Marfim, e suscitou não só o avanço dos kono e dos vai, rumo às costas de Serra Leoa e da Libéria, mas também aquela dos toma, dos guerze e de grupos aparentados (galla, mano) para as florestas das atuais Repúblicas da Guiné e da Libéria. Ao mesmo tempo, os diomande, irmãos dos camara, rumaram para o Leste, instalaram-se em Touba (Costa do Marfim) e expulsaram de lá os dan-toura que ocupariam o setor de Man (Costa do Marfim), mais ao Sul . Avançando ainda mais ao Leste, os malinké penetraram no Worodougou (setor de Séguéla--Mankono, na Costa de Marfim) e provocaram o deslocamento dos guro para o Sul e Sudeste, até a floresta[17].

Tal avanço Norte-Sul e Noroeste-Sudeste dos mande do Sul exerceu uma pressão sobre os kru que penetraram mais profundamente na floresta, em direção à costa. Estudando o povoamento kru na Libéria, C. Berhens afirma que, na metade do século XVI, o movimento Norte-Sul já havia terminado, os kru tinham abandonado o Nordeste liberiano para se instalarem na costa. No setor costa-marfinense, os movimentos pareceram mais tardios. Notemos, entre os we, o exemplo dos nidrou de Toulepleu: primeiramente, eles viviam na savana, mas foram expulsos e entraram na floresta na metade do século XVI[18]. Na mesma época, os dida zehiri tiveram que deixar Divo pela desembocadura do Bandama, no atual país dos avikam (Grand Lahou)[19].

Os movimentos de população nos séculos XVII e XVIII

Em relação àquele dos séculos precedentes, o movimento dos povos que caracteriza os séculos XVII e XVIII afetou toda a zona costeira e subcosteira

16 J. D. Fage, 1969b, p. 37-39; Y. Person, 1964; C. Fyfe, 1964, p. 158-159.

17 Y. Person, 1964, p. 325-328.

18 A. Swartz, 1971.

19 M. Sékou-Bamba, 1978, p. 167-168.

e exprimiu-se em fluxos migratórios em várias direções: eles não só foram orientados do Norte para o Sul ou do interior para a costa, mas também Sul--Norte, Leste-Oeste e Oeste-Leste. O setor indo da Libéria a Tanoé foi o mais afetado. Segundo Warren L. d'Azevedo, tais movimentos de população foram, em grande parte, suscitados pelo desejo de controlar o tráfico de escravos que, por sua vez, provocou conflitos e, portanto, a formação de alianças militares e comerciais entre as etnias e no interior delas. Esta situação culminou no estabelecimento de estreitas ligações culturais entre diversos grupos étnicos da região[20].

Da Gâmbia à Serra Leoa

Em Casamansa e na Guiné-Bissau

Os séculos XVII e XVIII não presenciaram a chegada de novas comunidades nesta região, porém, com o avanço do tráfico negreiro, assistiu-se a uma mistura de povos, particularmente, em razão dos ataques devastadores dos mande, sustentados pela expansão do Kaabu (Gabu), então, em seu apogeu. O gosto pelas mercadorias europeias estimulava as razias de escravos que, por sua vez, suscitavam a resistência dos grupos agredidos. Daí as guerras intermináveis das quais nenhum povo escapou. No Rio Cachéu, no século XVIII, os bainuk, kassanga, papel, joola e os balante engajaram-se em tais guerras.

Certos grupos mostraram-se particularmente agressivos, tais como os bijago e os biafada das ilhas, que atacaram os nalu e os balante, povos de terra firme. Porém, os mande e seus vassalos kassanga, os mais ativos nas razias de escravos, perseguiram constantemente os bijago, os joola, os balante e os bainuk. Para escapar da pressão escravagista, numerosos povos procuraram refúgio nos inacessíveis pântanos da costa, deixando aos mande o domínio dos rios que conduziam ao interior[21].

Na Guiné-Conacri e em Serra Leoa

A crescente influência do comércio atlântico sobre os habitantes da zona sudanesa e a expansão do islã, que provocou a revolução fulbe do Futa Djalon

20 W. L. d'Azevedo, 1959 e 1962.

21 W. Rodney, 1970*b*, p. 1-15; J. Suret-Canale, ed. de 1976, p. 456-511.

no século XVIII, foram os fenômenos que constituíram o pano de fundo do movimento dos povos nesta área, nos séculos XVII e XVIII.

Os fulbe da guerra santa muçulmana desencadearam, no primeiro terço do século XVIII, o movimento dos povos do grupo tyapi para as costas da atual República da Guiné. Trata-se aqui da acentuação de um movimento muito antigo. De fato, já nos séculos XV e XVI, sob a pressão dos mande e dos fulbe, frações dos baga, nalu e landuma, provenientes do Futa Djalon, haviam ocupado a zona litorânea e foram encontrados pelos portugueses nas desembocaduras dos rios Nunez e Pongo. Porém, a revolução islamo-fulbe, ocorrida entre 1720 e 1730, expulsou-os definitivamente de seu antigo local de residência. Recusando a autoridade dos senhores da nova religião, perdendo duras batalhas para os baga, como aquela de Talansam (1725-1730), os últimos grupos deixaram o Futa Djalon para a costa: os landuma abandonaram o Mali pela bacia superiora do Nunez e os baga vieram de Labé, a fim de ocupar o litoral entre o Rio Pongo e os Scarciers[22].

Outro grande movimento foi aquele que trouxe à costa, através de sucessivas ondas, os soso-jalonke. Impelidos do Futa Djalon, os soso avançaram lentamente rumo ao litoral já ocupado pelos nalu e pelos baga. Contudo, o movimento atingiu sua maior amplitude em 1760, quando, sob a condução de Soumba Toumane, os soso invadiram os baga e criaram a chefia de Toumania, na hinterlândia imediata do cabo de Kaloum. Eles acolheram seus parentes jalonke, também expulsos da montanha do Futa pelos fulbe, e, no fim do século XVIII, dominaram o litoral entre o Rio Pondo e Serra Leoa[23].

Mas, nem todos os habitantes do Futa Djalon foram expulsos. Os povos do grupo tenda, situados nos contrafortes Noroeste do país, resistiram aos fulbe muçulmanos. Da mesma forma ocorreu com os koniagui e os bassari que escaparam à autoridade dos invasores desde o século XV, mesmo que alguns dentre eles tenham participado das incursões de Koly Tenguela no século XVI. Entretanto, operaram-se simbioses: os badiaranké resultavam de uma mistura de tenda e de malinké-sarakolé, ao passo que os fulbe conseguiram islamizar alguns grupos que se tornariam os tenda-boeni[24].

Outros agentes motores deste movimento dos povos, na Guiné e em Serra Leoa, foram os mandes do Norte, os quais deram origem às migrações toma, guerze e mano na Guiné florestal, àquelas dos mende, em Serra Leoa, e dos

22 Dr Méo, 1919.

23 J. Suret-Canale, ed. de 1976, p. 504-510.

24 A. Delacour, 1912; F. de Coutouly, 1912.

quoja, em Serra Leoa e na Libéria. É preciso distinguir aqui os movimentos ligados ao já antigo processo da descida dos malinké, em direção ao Sul e ao mar, daqueles provindos da expansão do islã, dos quais os malinké, tal como os fulbe, foram os agentes.

No primeiro caso, assinalamos que, no século XVII, o movimento dos malinké do Konyan, fez com que os toma (loma), os guerze (kpelle) e os mano (mani) passassem das savanas pré-florestais, no Norte de Beyla (setores de kerouane e bissandougou), para a floresta guineo-liberiana, continuando a penetrá-la ao longo desse século. Na mesma época, vindo do Leste, outros mande seguiram o mesmo itinerário que os mane, e penetraram Serra Leoa onde se misturavam aos kissi, aos bulom, aos loko, e aos timne, gerando assim, no fim do século XVII e no início do XVIII, o povo mende[25]. Este, por muito tempo, ficaria no interior das terras, só atingindo o mar no século XIX. No terceiro decênio do século XVII, outros mande, vindos do interior e misturados aos kru liberianos, engendrariam a hegemonia dos quoja e dos karou que dominaram o litoral desde o Cabo Verga até o Cabo Mesurado[26].

No segundo caso, os mande agiram como propagadores da religião. Dominando o comércio e o islã, criaram escolas corânicas (notadamente entre os bena-soso e os kouranko) e viveram em grupos, até o século XVIII, reunindo exclusivamente letrados e comerciantes no interior da população agrícola costeira. Porém, com o advento da revolução muçulmana no Futa Djalon, associaram-se aos fulbe para converter ou sujeitar os soso, os baga, os bulom e os timne. Também ocuparam a Mellacorée, no século XVIII, organizaram chefias mande muçulmanas e estiveram presentes em toda a costa da ilha de Matacong até o rio Saint Paul. Entretanto, no fim do século XVIII, houve resistência à islamização entre os soso e os povos "oeste-atlânticos", quando, através da aliança religiosa pullo-mandingo, o *almamy* do Futa Djalon esforçou-se em impor sua autoridade a toda região. Os baga, os bulom, e os timne recusaram-se a reconhecer tal autoridade, assim como o reino de Falaba, a Nordeste de Port Loko, dirigido por um grupo soso ferozmente oposto ao islã. Todavia, a sociedade dos rios da Guiné e de Serra Leoa não

25 K. Little, 1951; A. P. Kup (1961b) sugere que os mende são os descendentes dos guerreiros sumba e mane, os quais chegaram à hinterlândia da Serra Leoa no século XVI, pouco tempo depois da migração dos vai.

26 A propósito dos toma, guerze e manon, ver J. Suret-Canale, 1970, p. 169 e seg., e S. S. Bouet e L. Y. Bouet, 1911. A propósito dos mende, quoja e karou, ver C. Fyfe, 1965, p. 159 e O. Dapper, ed. de 1686, p. 256-274.

escaparia à influência do Futa Djalon nem àquela, mais política e cultural, dos comerciantes-marabutos mande[27].

Da Libéria ao Bandama

As migrações que contribuíram com a implantação dos povos deste setor, nos séculos XVII e XVIII, em primeiro lugar, é o prosseguimento dos movimentos Norte-Sul, ou seja, da savana para a floresta e para o litoral, iniciados nos séculos XV e XVI. Em seguida, elas são explicadas pelas perturbações do mundo akan, na virada dos séculos XVII e XVIII, bem como, pelo contexto, ao mesmo tempo atrativo e repulsivo, da costa nessa mesma época. Disso resultaram os fluxos migratórios de orientação diversa (Norte-Sul, Leste-Oeste, Sul-Norte, Oeste-Leste) que, por vezes, no meio florestal, deslocaram-se claramente de forma circular.

Os mande e os we

A invasão dos quoja-karou que se abateu sobre as costas de Serra Leoa e da Libéria mostra que o avanço mande ainda continuava, no século XVIII, agindo sobre os povos da floresta e do litoral. Os mande do Norte não haviam cessado sua progressão em direção ao Sul e ao Sudeste e, atravessando o rio Sassandra, atingiram o Bandama. Seu movimento acelerou aquele dos mande do Sul : os dã continuavam sua descida Sul-Sudeste, na Costa do Marfim (para Touba-Man), e Sul-Sudoeste (para Danané, na Costa do Marfim e na floresta liberiana); os guro e os gagou iam sempre em direção Sul-Sudeste, para o Bandama e mesmo para além (rumo a Bouaké, pelos guro, e para Tiassalé e Dabou, pelos gagou)[28].

Tal pressão mande para o Sul não ocorreu sem consequências para o movimento dos we que continuavam a sua progressão em direção à floresta, notadamente, dos we de Toulepleu na Costa do Marfim (para Nidru e Bewa), que se juntaram aos guilo na floresta, na metade do século XVII, e atingiram o rio Cavally entre o fim do século XVII e o começo século do XVIII. Atreladas à pressão akan e aos remanejamentos do mundo kru liberiano, outras migrações ocorreriam, no século XVIII, provenientes do Sudoeste (Zibiao), do Nordeste (Zarabaon) e do Norte (Sémien)[29].

27 Sobre o islã e os povos "oeste-atlânticos", ver W. Rodney, 1970b, p. 229-239; C. Fyfe, 1964, p. 162-164; J. Suret-Canale, ed. de 1976, p. 509-510.

28 A. Clérici, 1962, reed. de 1963, p. 24.

29 A. Swartz, 1971.

Os magwe-kru

Em se tratando do povoamento kru liberiano, C. Berhens pensa que os kru ocuparam a costa de Leste ao Oeste. Durante o século XVI, eles se subdividiram em bassa, krahn, grebo etc., depois, na metade do século XVII, ocuparam o território atual do Grande Bassa, após terem lutado contra os berkoma e os quoja na região do Cabo Mount. A hegemonia karou exprime, segundo C. Behrens, a vontade dos kru em controlar toda a Costa dos Grãos, da Libéria a Serra Leoa. Assim, os kru de Grande Cess, situados ao Oeste do Cabo Palmas, vieram do país Grebo, no fim do século XVII e no começo do XVIII. Um movimento Leste-oeste sucedeu, portanto, ao movimento Norte-Sul original[30].

No que tange ao povoamento kru da Costa do Marfim, parece que um movimento Oeste-Leste seguiu-se ao movimento Norte-Sul. Deste modo, os kru do Grand Béréby vieram da Libéria para a Costa do Marfim, após uma fragmentação de grupos guerré (we) vindos do Norte. Do Oeste (floresta de Tai-Grabo, vale do Cavally) proveio também à maioria dos bakwe e dos neyo, provavelmente, pertencentes à mesma corrente migratória.

Esta grande onda migratória conduziu importantes frações do grupo magwe (os bete, os godie e os dida) da bacia do Cavally, ao Oeste, para a bacia de Sassandra e para além, rumo ao Bandama. Ela alimentou o povoamento do interflúvio Sassandra-Bandama até o fim do século XVIII.

As mutações políticas e as mudanças socioeconômicas

A criação das rotas marítimas (fim do século XV – começo do XVII)

Aberto ao trânsito e ao comércio, o litoral desta região tornar-se-ia, do fim do século XV ao início do XVII, um polo de atração para os habitantes da costa ou do interior, bem como para os comerciantes sudaneses do interior. Tal abertura começou bem antes do século XV e da chegada das caravelas portuguesas, quando a expansão mande ligou o Sudão nigeriano à costa atlântica, da Senegâmbia até a Costa do Ouro. Iniciativas particularmente africanas, como o sabemos, precederam a descoberta portuguesa e explicam que, longe de ser uma verdadeira rua sem saída, a franja marítima da zona guineense apresentava, no fim do século XV, uma dupla abertura: para o interior e para o exterior do continente africano.

30 C. Behrens, 1974, p. 19-38.

Os fatores internos da abertura marítima

Colonização agrícola espontânea, conquista militar e política em direção ao Oeste, assim o Mali criava as condições para uma expansão comercial dos mande na zona costeira, nos séculos XIV e XV. A partir de 1312, de Casamansa até Serra Leoa, corporações de joola ligavam os países litorâneos ao eixo do Níger. De fato, transformados em províncias ocidentais do Mali, da Gâmbia e de Casamansa, trocavam seus produtos agrícolas (arroz, sorgo) e artesanais (tecidos de algodão) pelo ferro e outros metais, provenientes do interior do continente. Os centros comerciais de Kantor eram o núcleo destas trocas que utilizavam as vias de água, em particular, Gâmbia e Casamansa, cujas desembocaduras uniam-se em razão da intensa cabotagem. Do mesmo modo, um outro tráfico ia do eixo do Níger à região da floresta, onde os jula trocavam sal, cobre, tecidos de algodão e peixe pelas nozes-de-cola e, às vezes, pelo azeite de dendê. No século XV, a economia desta zona do Noroeste estava, pois, voltada para o interior e, os países kissi e timne já haviam sentido a influência malinké a partir do alto Níger (em Doma e Hamana)[31].

Além de Serra Leoa, entre a Libéria e a Costa do Ouro, é difícil precisar nesta época os pontos de ligação do comércio jula, mesmo se os nomes Monrovia e Grand Lahou são às vezes citados. Entretanto, é certo que, no século XVI, os jula traziam mercadorias a Elmina provindas do Arco do Níger, pois já foram assinalados em Begho desde a primeira metade desse século.

O espaço comercial dos mande apoiava-se em uma rede de rotas e paradas-mercado, cuja zona pré-florestal era abundantemente provida e prolongava-se rumo à costa pelos vales aluviais e pelos grandes eixos fluviais. É o que nota um observador português, V. Fernandes: “Eles (os malinké) traficam suas mercadorias muito longe para o interior e vão tão longe quanto nenhum outro povo desta região, e vão mesmo até o castelo de Mina passando pelo interior[32].”

Os fatores externos: as explorações portuguesas

Agora está fora de questão o fato de os portugueses serem os primeiros europeus a explorar as costas oeste-africanas no século XV, já que o desenvolvimento da caravela lhes permitiu dobrar o Cabo Bojador, em 1434. Eles estavam na ilha de Arguin, em 1443, no Senegal e na Gâmbia, entre 1445 e 1456, em Serra

31 D. Y. Niane, 1975*a*, p. 67-88.

32 Citado por D. Y. Niane, 1975*a*, p. 83.

Leoa e na Libéria, em 1460-1462. Entre 1462 e 1480, eles exploraram todo o Golfo da Guiné, atingindo a atual Costa do Marfim, em 1469-1470, e a Costa do Ouro, em 1470-1471[33].

De 1481 a 1560, as costas da África Ocidental sofreram, pois, a influência portuguesa. Os lusitanos, em busca de ouro e de especiarias, articularam seu império marítimo, que tomava corpo, com o espaço comercial mande, em pleno avanço graças à expansão do Mali, desde o século XIV. Não queriam eles ter acesso ao ouro do Galam, do Bambuk, do Bure, do Lobi e do Ashanti? A lenda deste ouro assombrara a Europa e a posse dele era necessária para a compra de especiarias e dos produtos do Oriente, muito valorizados nos mercados europeus.

Os documentos portugueses da época, tais como os registros meticulosamente retidos pelo tesoureiro da Casa da Guiné, fornecem-nos uma lista instrutiva das mercadorias que, salvo o ouro, constituíam a carga transportada para Lisboa pelas caravelas que voltavam de novos sítios descobertos na costa ocidental da África. Sobre tais mercadorias eram cobradas taxas alfandegárias. Dentre tais mercadorias, encontram-se o arroz, o copal, a civeta, esteiras e bolsas em fibra de palma, assim como objetos esculpidos de marfim, colheres, vasos e de olifante, notadamente. Este último grupo de artigos é particularmente interessante, pois que os espécimes que têm sido conservados – hoje, tratados como raros objetos pelos museus que os detêm em três continentes – e cujos exemplares mais belos são atribuídos, sem contestação, aos bulom da ilha de Sherbro, testemunham o alto grau artístico e a habilidade técnica atingidos pelos povos do litoral antes de terem entrado em contato com os europeus. Ademais, representam os primeiros espécimes conhecidos da escultura africana a terem sido introduzidos na Europa, fortemente apreciados pelos colecionadores ocidentais admirativos[34].

Durante todo o século XVI, os portugueses exerceram a supremacia marítima e comercial na costa oeste-africana, desde Arguin até Angola. Na Guiné Superior, eles utilizaram as vias fluviais para procurar o ouro do Sudão, notadamente, na Gâmbia, em Casamansa e na Guiné-Bissau. Praticaram comércio na costa e nas desembocaduras dos rios sem almejar a ocupação territorial. Na zona que constituía nesta época a porta oceânica do Mali, eles contribuíram com a intensificação das relações entre, de um lado, a Costa dos Rios e, de outro, a Alta Gâmbia, o alto Senegal e o alto Níger. As bacias auríferas do Bambuk e

33 R. Mauny, 1970; A. F. C. Ryder, 1964; A. Teixeira da Mota, 1975.

34 A. F. C. Ryder, 1964; A. Teixeira da Mota, 1975.

Figura 13.3 Saleiros esculpidos em marfim, do século XVI, provenientes da ilha Sherbro (bulom), Serra Leoa. Altura: 43 cm. [©Museu Luigi Pigori, Roma. Fotos: (à esquerda) Pelligrini, (à direita) Rossini.]

do Bure estavam também progressivamente desconectadas da bacia do Níger e do Saara, em proveito da franja marítima atlântica[35].

Assim, nos principais setores desta costa da Guiné, do Noroeste ao Sudeste, as rotas comerciais continentais jula conduziam, no século XVI, às posições ocupadas pelos portugueses no litoral. Portanto, o ouro sudanês ganhava Lisboa ao mesmo tempo em que a "pimenta falsa" ou malagueta, vendida a baixo preço nos

35 B. Barry, 1981.

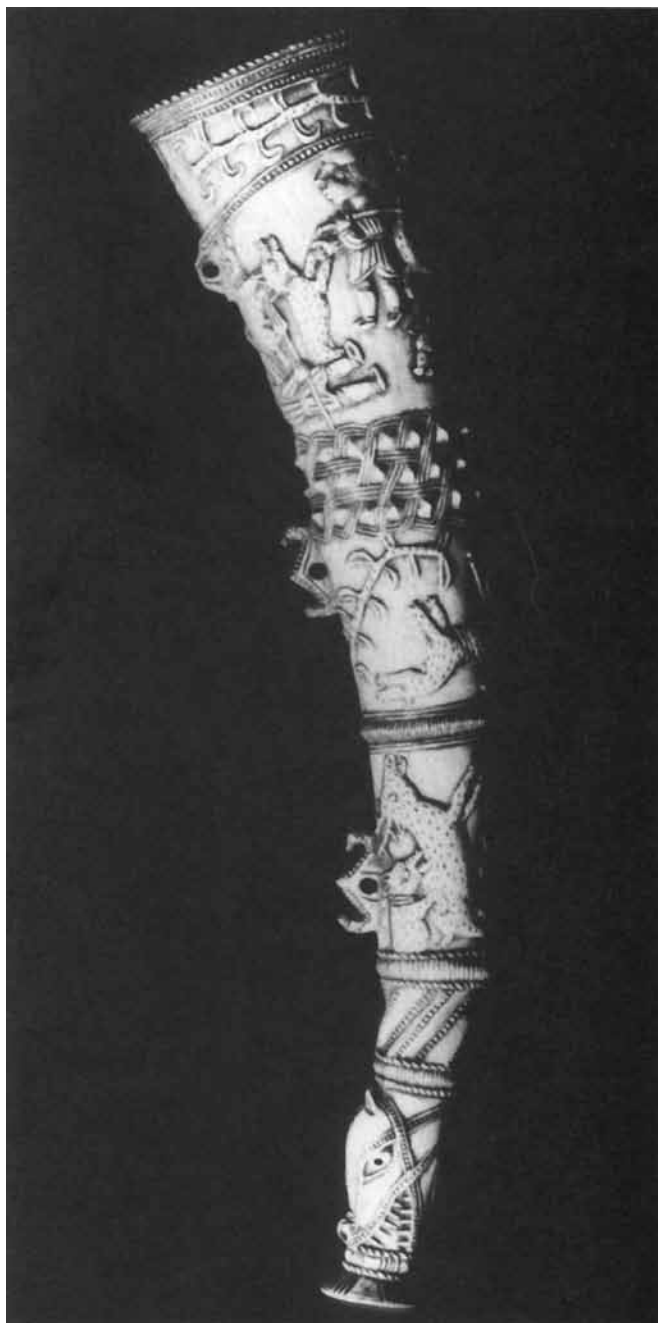



Figura 13.4 Corno de caça esculpido em marfim, do século XVI, proveniente da ilha Sherbro (bulom), Serra Leoa. Altura: 43 cm. [© Museu Luigi Pigorini, Roma. Foto: Rossini.]

mercados de Antuérpia, concorria com a verdadeira pimenta das ilhas[36]. Desta forma realizava-se a articulação dos espaços comerciais mandingo e europeu e encetava-se a preponderância econômica do tráfico saariano.

A navegação europeia e a abertura comercial

Entretanto, os portugueses passaram por dificuldades devido aos piratas franceses e ingleses que navegavam ao longo da costa da Guiné, a partir de 1530. Sua supremacia foi igualmente ameaçada pela concorrência dos Países Baixos. Senhores de Goreia (1621), de Elmina (1637) e de Arguin (1638), os holandeses arrancaram o monopólio da Guiné de um Portugal já enfraquecido pela anexação à Espanha, em 1580. No último decênio do século XVI, os barcos holandeses começaram a frequentar a África Ocidental e, dez anos mais tarde, os Países Baixos comerciaram mais do que a maioria das nações europeias reunidas: totalizando duzentas viagens entre 1593 e 1607, um pouco mais tarde, passaram a vinte viagens por ano. Em 1614, por exemplo, havia, simultaneamente, trinta e seis embarcações holandesas ao longo da costa de Elmina[37] soando a salva da supremacia portuguesa.

Porém, de uma supremacia a outra, a costa atlântica transformava-se em um novo tipo de fronte comercial oeste-africano e, no século XVIII, tornar-se-ia o lugar de um tráfico marítimo intenso. No início deste século, os portugueses tinham, entretanto, concluído a abertura comercial e implementado a estratégia que prevaleceria ao longo dos séculos seguintes.

As antigas formações sociais e o "Reino dos sape"

A civilização oeste-africana que se estendia de Casamansa, com os joola, a Serra Leoa, com os temne, se caracteriza pela sua adaptação ao meio ecológico das terras baixas e das águas estagnadas, daí a agricultura dos pântanos, a extração do sal, a rizicultura inundada e a utilização das vias de água para o transporte e as comunicações, nas embarcações chamadas *almadies*. Organizados em sociedades camponesas, sem escravos e nem castas, porém com classes de idade e associações de trabalho, os joola já tinham atingido a Idade do Ferro quando entraram em contato com os mande. Recusando o qualificativo

---

36 F. Braudel, 1946.

37 A. F. C. Ryder, 1965*b*, p. 217-236.

primitivo atribuído aos povos "oeste-atlânticos", W. Rodney[38] insiste sobre a engenhosa adaptação desses povos ao meio natural, mostra as relações de trocas existentes entre eles, percebe sua homogeneidade social e cultural através das línguas, das vestes e dos costumes. Não possuíam um Estado estruturado original, mas tinham uma unidade de civilização e de cultura. Rizicultura inundada e "Reino dos sape" são as expressões históricas desta unidade? O fato de saber se a cultura de arroz submerso é uma das invenções deles ou se fora emprestada dos mande é o centro de uma controvérsia entre certos historiadores, notadamente entre P. Pélissier e B. Davidson[39].

A organização social e política apresentam menos problemas do que a rizicultura inundada. Todos os autores reconhecem, de fato, que o regime das castas, a sucessão patrilinear e a estrutura de Estado são instituições de origem estrangeira. Assim, sob a influência mande veiculada pela expansão do império do Mali para o Oeste, os diferentes povos da costa estavam organizados em chefias e principados submissos à suserania do *mandi-mansa*, o imperador do Mali. No século XV, os portugueses observaram a existência destas "províncias ocidentais" (reino de Fogni, de Casa etc.), mas assinalaram a presença, em direção ao Sul , do "Reino dos sape". Este levanta um outro problema: ele era uma grande confederação englobando os povos baga, nalu, landuma, limba e timne, como pensa D. T. Niane? Seria um reino formado entre o Cabo Verga e o Cabo Sainte Anne, após o deslizamento, para o Sul , dos tyapi, landuma, baga e nalu, conduzidos por chefes mande, como o supõe J. Suret-Canale? No atual estado dos conhecimentos é difícil escolher entre essas duas hipóteses[40]. Mais importante ainda: abstenhamo-nos de aceitar cegamente o que parece ser uma explicação difusionista do conjunto das instituições e dos sistemas sociais e políticos da região, sobretudo no que concerne à sucessão patrilinear e às estruturas de Estado.

O Kaabu: da emancipação à hegemonia (do século XVI ao XVII)

Se a difusão das influências mande tivesse permitido a emergência das chefias e proto-reinados na Senegâmbia Meridional, o estabelecimento do comércio atlântico favoreceria, no século XVI, o nascimento de novos Estados sobre

38 W. Rodney, 1970*b*.

39 Para esta discussão, ver P. Pélissier, 1966, p. 42-44; B. Davidson, 1965, p. 132-135. O *Oryza glaberrima* é o arroz vermelho ou arroz africano, oposto ao *Oryza sativa*, ou arroz branco, de origem asiática.

40 Para esta outra discussão, ver F. Mahoney e H. O. Idowu, 1965, p. 141; D. Y. Niane, 1975*b*, p. 51; J. Suret-Canale, ed. de 1976, p. 507.

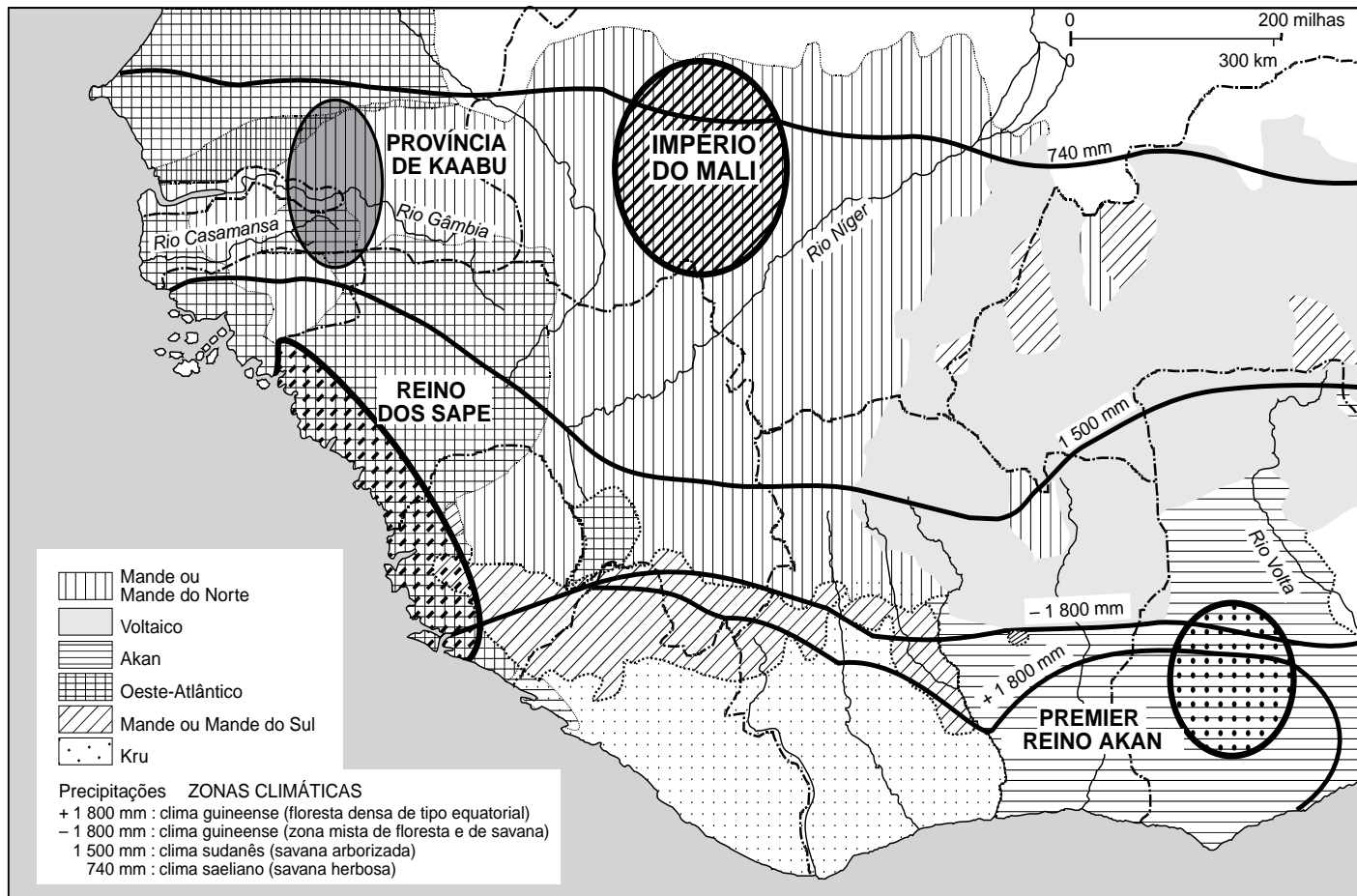



Figura 13.5 Os principais Estados da África do Oeste, antes do século XVI (segundo C. Wondji).

as ruínas da hegemonia maliana. De fato, a expansão do Mali para o oceano Atlântico, através da bacia da Gâmbia, no século XV, levou à implementação de estruturas político-militares situadas na margem ocidental do Império mande, tais como os pequenos reinos da Gâmbia, de Casamansa e da Guiné-Bissau. Seus soberanos pagavam um tributo ao *mansa* do Mali, por intermédio de seus *farba* ou *farim*. Porém, no século XV, era o *farim* do Gabu, situado ao Leste do rio Geba, que recebia o tributo dos chefes mande de toda a Gâmbia.

Situada entre a média Gâmbia, o Rio Grande e o Futa Djalon, a província maliana do Kaabu controlava o comércio do Kantor que negociava o ouro da Falémé e do Bambuk. No século XVI, o Kaabu anexou a província de Sankola, situada um pouco ao Sul da Alta Casamansa, e tornou-se uma província potente, ainda que dependente do Mali. Entretanto, o velho império enfraqueceu-se sob os golpes do Songhai, além disso, a maioria de suas províncias ocidentais livrou-se de sua tutela e os *farim* erigiram-se em reis independentes. Tal era o Kaabu em 1537.

Após sua emancipação, o Kaabu unificou todos os países mande situados entre a Gâmbia, a Alta Casamansa e o alto Geba, e ocupou o lugar do *mansa* do Mali nessa região. Em seguida, estendeu sua dominação aos povos kassanga, balante, joola (os flup) e biafada. Seu *farim* "era, entre eles, como um imperador", que exercia sua autoridade sobre toda a Senegâmbia Meridional e controlava o comércio dessa região, até os confins da Guiné e de Serra Leoa[41].

O comércio atlântico e os povos dos Rios do Sul

Enquanto os comerciantes lusitanos enfrentavam a concorrência e a oposição dos mande, atraíam para seus estabelecimentos do litoral os povos "oeste-atlânticos", e também estavam em contato direto com os joola, os balante, os papel e os kassanga.

Em Serra Leoa, os bulom, os timne e as comunidades vizinhas participavam ativamente deste comércio. Os bulom, que trocavam sal marinho pelo ouro vindo do Mali, agora vendiam esse ouro aos portugueses em troca dos tecidos de algodão, de sinetas de cobre e diversos utensílios metálicos. No fim do século XVI, os timne, desejosos de aproveitar do tráfico marítimo, atingiram o estuário de Serra Leoa, dividindo em dois o povo bulom.

No século XVI, tal região da Alta Guiné tinha se tornado irreconhecível. Não apenas os portugueses lá haviam instalado numerosas colônias mercantes,

41 S. M. Cissoko, 1972, p. 3-8; D. Y. Niane, 1975*b*, p. 49-51.

mas também cobriam totalmente os povos dessa costa graças aos pontos de contato que eles estabeleceram com os mande, nas bacias médias e superioras dos rios. Se as ligações com o interior encontravam-se tão intensificadas, aquelas entre o Norte e o Sul estavam consideravelmente reforçadas: os cabo-verdianos iam diretamente em direção aos rios de Serra Leoa, vendendo, pelo trajeto, seu algodão aos tecelões bainuk e kassanga; entre o Cachéu e o Nunez circulavam tecidos impressos; enfim, os produtos do artesanato costeiro chegavam até os Scarcies, seguindo a rota inversa do antigo comércio da cola[42].

A zona costeira: nova frente comercial oeste-africano (século XVII ao XVIII)

Ao abrir a costa oeste-africana ao comércio mundial, as grandes explorações europeias engajaram os países guineenses em um processo de desenvolvimento histórico sem precedentes: intensificação das trocas, movimentos da população do interior para a costa, surgimento de novas sociedades, tais foram, nos séculos XVII e XVIII, as principais mudanças. Estas provocaram a marginalização progressiva da zona sudanesa que, para sobreviver, teve que se ligar ao comércio atlântico conferindo uma nova impulsão às rotas que conduziam à floresta e ao mar.

A implantação e a consolidação do comércio europeu

Três traços caracterizam a evolução do comércio europeu nas costas oeste-africanas, nos séculos XVII e XVIII: a implantação definitiva, via a consolidação, deste comércio graças a uma organização sistemática das trocas; a crescente importância do tráfico negreiro que, no século XVIII, teve uma amplitude sem precedentes no conjunto das transações; a árdua concorrência, à qual se lançaram as nações europeias pela posse das bases na África do Oeste.

No século XVII, o comércio europeu estabeleceu-se definitivamente na região, com o desenvolvimento da potência marítima dos holandeses, os quais arremataram a organização do sistema mercantilista mundial pela instauração das companhias de carta. Ao passarem da condição de pequenas sociedades comerciais a uma organização de grande estilo, os holandeses criaram, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais. Dotada de uma carta que lhe assegurava durante vinte e quatro anos o monopólio sobre o comércio da América e da África, do trópico de Câncer ao Cabo da Boa Esperança, a Companhia dispu-

42 W. Rodney, 1970*b*, p. 71-94.

nha da garantia militar e naval do Estado e, por todo o século, continuou sua expansão comercial e colonial. Apoiando sua ação sobre os fortes, que serviam para proteger os abastecimentos, e as feitorias destinadas a trocar os produtos, a Companhia contribuiu com o avanço comercial da Holanda na primeira metade do século XVII. Trilhadores dos mares, os holandeses redistribuíam na Europa os produtos, importados por eles, da Ásia, da África e da América, em particular, grandes quantidades de ouro e de marfim, e também realizavam enormes lucros. Senhores dos oceanos, proviam de escravos às colônias americanas das outras nações europeias (Espanha, Portugal, França e Inglaterra), que lhes outorgaram, em 1641, o monopólio em toda a costa da Guiné.

A supremacia holandesa seria podada entre 1650 e 1672. Três fatores contribuíram para isso: o avanço das plantações americanas, dando um forte impulso à economia açucareira, exigia um abastecimento negreiro que se beneficiava com a escalada concomitante da indústria manufatureira na Europa Ocidental (armas de fogo, em particular); neste contexto, as nações europeias queriam extirpar-se da dependência holandesa. Assim a França e a Inglaterra engajaram-se na luta acirrada contra o monopólio da Holanda. Adotaram, portanto, neste período em que o comércio negreiro tornara-se altamente competitivo, os mesmos instrumentos de domínio de sua grande rival. Foi, então, o período de sucesso de suas companhias de carta, entre os ingleses, a *Company of Royal Adventurers* (1660), depois, a *Royal African Company* (1672) e, entre os franceses, a Companhia francesa das Índias Ocidentais (1664), em seguida, a Companhia da Guiné (1685). Houve também companhias suecas, dinamarquesas, portuguesas e brandeburguesas.

Todas as nações europeias imitaram, então, o sistema de organização inventado pelos holandeses, visto que mercadores isolados não podiam se lançar no comércio com a África Ocidental sem que fossem membros ou tivessem o apoio de uma companhia nacional. Somente poderosas companhias eram capazes de suportar os encargos da construção e da manutenção dos fortes. Entre 1640 e 1750, numerosos fortes e feitorias foram edificados nas costas africanas, mas mudaram constantemente de proprietários, de acordo com as lutas, nas quais se engajavam as nações escravagistas. Havia fortes e feitorias na Senegâmbia e, sobretudo, na Costa do Marfim, mas não entre as duas localidades. A luta contra a Holanda terminou por meio do Tratado de Utrecht, o qual, em 1713, concedeu o privilégio do *asiento* à Inglaterra.

Ao abrigo destes fortes e em torno das feitorias, os europeus empreenderam a exploração comercial da zona atlântica costeira. De Goreia à ilha Sherbro, em Serra Leoa, o comércio florescia, mas nenhuma companhia francesa ou

inglesa pôde lá impor seu monopólio por causa das numerosas ilhotas costeiras e ilhas do alto mar, onde todo e qualquer barco que desejava comerciar com os mercadores mulatos desse setor podia ancorar. Esta parte da costa foi, portanto, um terreno de livre caça para os negreiros de todas as nações que não estavam ligados às grandes companhias. No século XVIII, não havia nenhum sistema de fortes neste setor reivindicado por Portugal, cuja autoridade apenas era exercida nos arredores da feitoria de Cachéu. As companhias de carta não dispensaram nenhuma atenção à Costa dos Grãos e à Costa do Marfim nos séculos XVII e XVIII, pois a malagueta havia perdido seu prestígio no mercado mundial, o marfim passava igualmente por um período de declínio e as dificuldades na acostagem mantinham os barcos afastados da costa. Um forte francês foi construído em Assinie, no Sudeste da Costa do Marfim, no fim do século XVII, e, alguns anos mais tarde, foi abandonado. Todavia, por volta de 1700, a crescente demanda por escravos na América encorajou os mercadores individuais a se interessar por esse setor costeiro[43].

As mudanças no Sudão

Paralelamente à implantação do comércio europeu, as regiões do interior sudanês passavam por importantes mudanças que tiveram consequências decisivas na evolução da zona costeira compreendida entre Casamansa e a Bandama.

No Sudão, e em particular no mundo mande, o comércio atlântico dominado pelo escravagismo teve vários efeitos. No plano socioeconômico, as relações com a costa tiveram uma importância crescente e a influência do comércio era acompanhada da difusão das armas de fogo através dos mercadores jula. No plano sociocultural, tendo o islã perdido sua força com a queda dos grandes impérios, a classe dirigente cindiu-se em duas frações rivais: uma, praticando a religião tradicional e política e, a outra, constituída por marabutos e mercadores. Apoiando-se na cavalaria e nos fuzis que haviam comprado, a primeira se constituiu como aristocracia militar; sustentando os progressos do islã em direção aos países do Sul, a segunda, fomentou revoluções político-religiosas. Realezas militares bambara, no primeiro caso, revoluções islamo-fulbe, no segundo, tentariam resolver a crise social nascida do desmembramento dos impérios e da generalização do tráfico negreiro.

Após o esfacelamento político consecutivo ao declínio dos grandes conjuntos, hegemonias de substituição tentaram reestruturar, no século XVIII, as diferentes

43 J. D. Fage, 1969*b*, p. 65-73.

regiões do interior. No Norte e no Noroeste, o império do Grand Foul nasceu no século XVII sobre os escombros de Songhai, porém, cedeu o lugar ao império do Kaarta, na segunda metade do século XVIII. Ao longo do Atlântico, os países oriundos do desmembramento do Mali foram unificados pelo Kaabu (séculos XVII-XVIII), depois, pelo Futa Djalon (séculos XVIII-XIX). No centro, ao longo do Níger, o domínio ocorreu sob a égide dos bambara de Segu, no início do século XVIII, com Biton Koulibali. Porém, em direção ao Sul , do alto Níger ao Bandama e até o Leste, na zona voltaico-senufo, os jula aumentaram sua influência graças à sua riqueza e superioridade numérica: organizaram o império de Kong, no século XVIII, para garantir a circulação nas rotas comerciais que iam do médio Níger à floresta e à Costa do Ouro; ao Oeste do Bandama, criaram metrópoles mercantes, a fim de controlarem as vias que conduziam ao mar e à zona da floresta, onde cresciam as áreas de cola[44].

Do mesmo modo que o comércio transaariano havia, em uma larga medida, encorajado a hegemonia política sudanesa ao longo da faixa do Sahel, entre o século VII e o XVI, a intensificação do comércio com a Europa favoreceu a emergência de hegemonias políticas no litoral e no interior, no século XVII e XVIII. Paralelamente a tais mutações políticas, mudanças socioeconômicas (que foram o objeto de diversas interpretações) afetaram os povos das regiões do litoral de onde saíam as principais rotas comerciais conduzindo ao interior.

As hegemonias sublitorâneas do Noroeste: do Kaabu ao Futa Djalon

No século XVII, o Kaabu se afirmou como a grande potência do setor dos Rios do Sul, da Gâmbia até Serra Leoa. Organizado em doze províncias mande confederadas que recobriam encraves fulbe, tal como agrupamentos bainuk, balante e joola, o Kaabu era dirigido por um *mansa* supremo (residente em Kansala), que se apoiava na aristocracia de funcionários-soldados e na cavalaria permanente. Este reino, tornado império, controlou o comércio do vale da Gâmbia e dos rios da Guiné (Casamansa, Rio Cachéu, Rio Geba), às margens dos quais se encontravam as feitorias europeias (Cachéu, Farim, Zinguinchor, Bissau, Geba, Alfreda e Saint James). No fim do século XVII, Mansa Biram vendia 600 escravos por ano, comprava mercadorias variadas e recebia direitos alfandegários pelo intermédio de seus arrecadadores patenteados, os *alcali*[45].

44 Y. Person, 1981, p. 47-55.

45 S. M. Cissoko, 1972, p. 10.

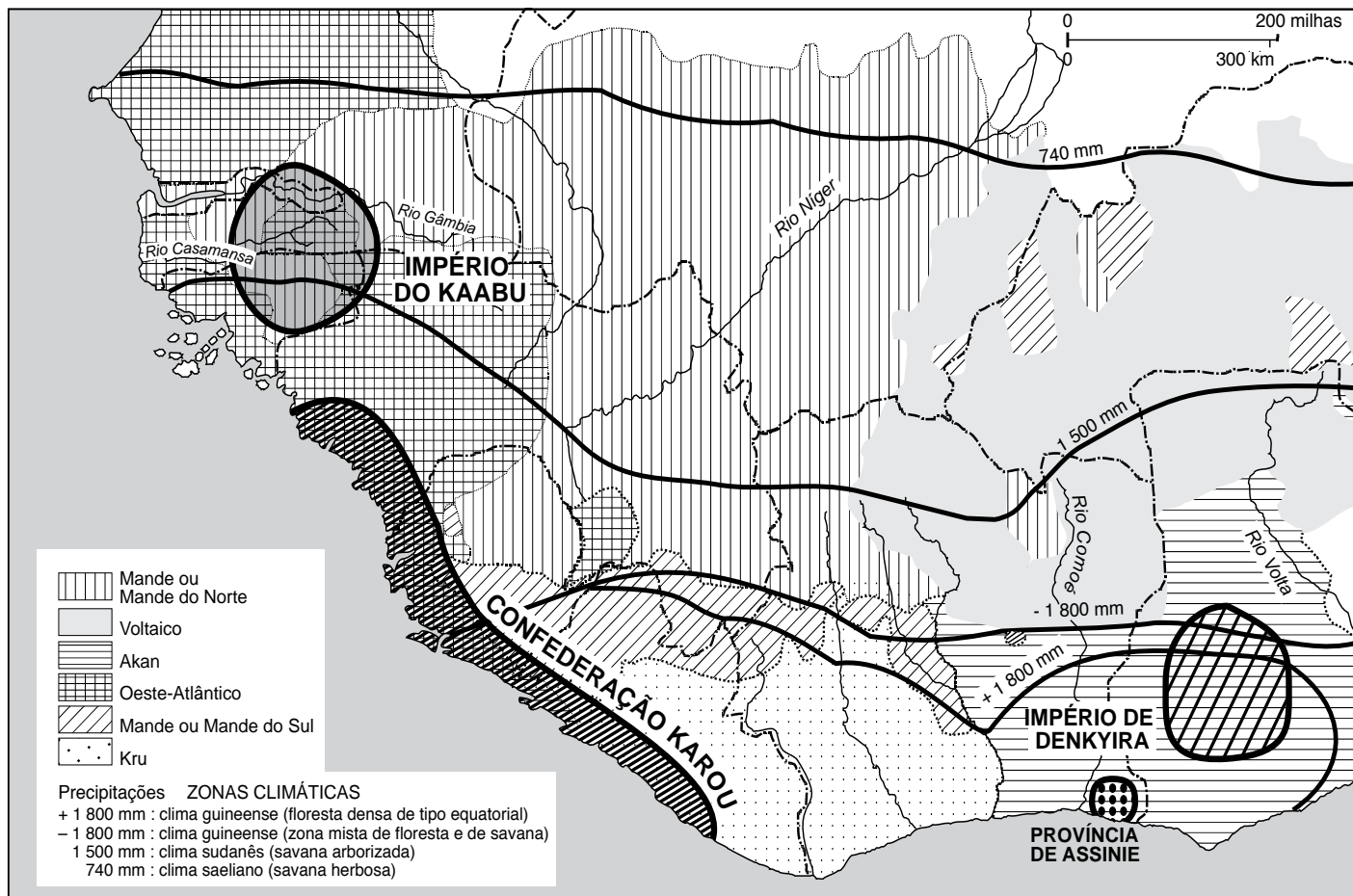



Figura 13.6 Os principais Estados da África do Oeste, no século XVII (segundo C. Wondji).

Paralelamente à hegemonia do Kaabu, afirmava-se, na segunda metade do século XVIII, a da confederação islamo-fulbe do Futa Djalon. Oriunda da revolução muçulmana que agitou o maciço guineo-sudanês por volta de 1725-1730, progressivamente, tal confederação tornou-se o centro das relações entre a Costa dos Rios e o interior. Situado na confluência dos rios do alto Níger que seguem em direção ao mar, o Futa Djalon travaria uma séria concorrência com os mande do Kaabu, combatidos por ele até a sua derrocada, no século XIX. Porém, antes de tal data, uma divisão das influências foi delineada lentamente entre estas duas hegemonias, no conjunto dos países costeiros e interiores, compreendidos entre a Gâmbia e Serra Leoa[46].

A hegemonia costeira dos Karou em Serra Leoa e na Libéria

A história dos karou foi escrita por O. Dapper. No princípio, o reino Quoja encontrava-se situado em torno do Cabo Mount que foi conquistado pelos povos vindos do interior: os karou e os folgia. Ora, os quoja tinham colocado seus povos de Serra Leoa (bulom, quiliga e carrodoboe) sob seu protetorado e haviam nomeado governadores de província que reinavam como vice-reis. O reino Quoja também exercia autoridade sobre os povos do Rio Sestos, dos galla do Leste e do Cabo Mesurado. Os karou, tendo conquistado o reino Quoja, dividiram-no em duas grandes partes: o *Quojabercoma* (país dos quoja) e o *Veybercoma* (país dos vai). Os dirigentes karou, aos quais diretamente estava submetido o território que se estende do Cabo Verga, ao Norte, ao Cabo Mesurado, ao Sul , eram chefes de guerra, cujos soldados endurecidos pelas guerras, armados de flechas envenenadas, frequentemente estavam acima dos povos da região. Reis absolutos, defensores e mantenedores do reino, sucediam-se de pai para filho. Eles tiveram que reduzir as revoltas das províncias conquistadas, repelir as agressões dos povos vizinhos (dago, gebbe, manou) e defender constantemente a integridade do império. Porém, não se furtavam à aliança com os folgia e os manou do interior, com os quais mantinham relações de vassalagem.

De fato, no interior de Serra Leoa e da Libéria, nas bacias superiores dos rios Moa, Mano e Saint-Paul, encontrava-se uma nebulosa de povos, provavelmente de origem mande, submetidos à suserania dos manou: folgia, karou, hondo, galla e quoja possuíam as mesmas estruturas e costumes, obedeciam às mesmas sociedades secretas e estavam ligados por uma crescente cadeia de vassalagem

46 J. Suret-Canale, ed. de 1976, p. 486-504; W. Rodney, 1970*b*, p. 223-239.

que subia da costa para o interior, até o *mandi-mani*, o senhor dos manou, o maior suserano de toda a região. E apesar de sua potência militar, os karou dependiam dos folgia que, por sua vez, dependiam dos manou, pois os povos costeiros descendiam de povos do interior, porém, dependiam da boa vontade deles para realizarem as trocas comerciais[47].

A hegemonia karou tinha por função a regularização de tais trocas entre os homens da costa e aqueles do interior. Seu sistema econômico baseando-se principalmente no comércio com os europeus, os karou realizavam importantes benefícios, pois que eram os únicos intermediários de trocas. Ademais, eles reivindicavam as mercadorias europeias para os seus vassalos e, para os europeus, aquelas de seus vassalos. Nestas condições, a dominação política e militar era necessária para a manutenção de tal sistema e a esfera karou surgia, antes de qualquer coisa, como um espaço comercial indispensável ao funcionamento do sistema negreiro mercantilista desta região, nos séculos XVII e XVIII.

O comércio europeu e os povos *compradores* do litoral

O avanço do comércio, nos séculos XVII e XVIII, suscitou entre os povos do litoral a formação de grupos mercantes, que desempenharam o papel de intermediários, entre os navios europeus e as sociedades africanas do interior. Tal foi o caso dos *mestizos* (mestiços) e dos crioulos (*creoles*) dos rios de Casamansa, Guiné e Serra Leoa.

Dos lançados portugueses aos mestiços e crioulos dos rios da Guiné e de Serra Leoa

Afro-portugueses, descendentes dos colonos portugueses dos séculos XV e XVI, ou anglo-africanos, descendentes dos mercadores britânicos dos séculos XVII e XVIII, os grupos mulatos constituíram uma população muito particular cuja influência foi determinante para a evolução histórica do litoral compreendido entre a Gâmbia e Serra Leoa.

Lançados e afro-portugueses

No princípio da influência portuguesa na África do Oeste, houve as migrações voluntárias, mas, sobretudo, os numerosos exilados que povoaram os Rios do Sul e as ilhas do Atlântico (principalmente Cabo Verde), a partir do século

47 O. Dapper, ed. de 1686, p. 252-274.

XV. Dentre eles, mercadores aventureiros e agentes das companhias comerciais: os lançados. W. Rodney definiu estes últimos como pessoas que se lançavam entre os negros a fim de fazer comércio. Quase sempre portugueses, os lançados, podiam também ser gregos, espanhóis, até mesmo indianos. Recrutavam grumetes africanos (auxiliares) e frequentavam os vales do Senegal, da Gâmbia, de Casamansa e dos pequenos rios da Guiné. Muito numerosos nos setores de Cachéu e de Geba (uma parte da atual Guiné-Bissau), encontravam-se também em Serra Leoa (Port Loko). No fim do século XVI e no começo do XVII, eles haviam penetrado o país Soso e operado uma junção com os comerciantes mande do interior.

Muito rapidamente, os lançados estabeleceram as bases de uma comunidade afro-portuguesa: estabelecidos nas cidades, viviam muito perto dos negros, esposavam mulheres ou possuíam amantes africanas. A língua portuguesa tornou-se uma língua franca local, quase tão falada quanto o mande. Os lançados também iriam assegurar a perenidade da presença portuguesa ao longo dos séculos seguintes, não obstante o declínio da metrópole.

Nos séculos XVII e XVIII, os lançados e seus descendentes dirigiam o comércio local na Alta Guiné. Mas a composição racial do grupo mudou de forma notável: sendo menos importante, no século XVII, a vaga de migrantes, o número dos portugueses de origem metropolitana tornou-se inferior àquele dos mulatos; a massa dos lançados foi cada vez mais compreendida por crianças de sangue misturado; esses filhos da terra dominaram, na metade do século XVII, o país Biafada e Port Loko. É preciso notar que a proporção dos africanos tendia a aumentar, apesar da alçada natural dos mestiços, que, cada vez mais, se tornavam negros e, muito pouco, se distinguiam dos africanos de origem.

No fim do século XVIII, a comunidade dos afro-portugueses era compreendida, portanto, por poucos brancos e muitos negros, porém, era dirigida pelos mestiços que lhe haviam imprimido seus principais caracteres socioculturais.

Nas costas africanas, os lançados originaram um novo grupo sociocultural. Falando a língua portuguesa, vestiam-se à moda europeia, moravam em casas retangulares de paredes brancas e com varandas, entretanto, aceitavam os costumes africanos, até mesmo as tatuagens e as marcas étnicas. Praticavam um catolicismo pouco autêntico: em que o porte da cruz se misturava à crença fervorosa nos gris-gris e a celebração dos santos cristãos não impedia a homenagem aos ancestrais.

Primeiramente, laços de amizade uniram os lançados aos povos da costa: Bibiana Vaz de Cacheu, por exemplo, cooperou estreitamente com os papel e

os bainuk e possuía uma propriedade em Farim, entre os mande. Ligações de parentesco integraram alguns deles à vida social, política e cultural dos povos africanos: neto de um rei mane de Serra Leoa, José Lopez de Moura frequentemente interveio na vida política desse setor. De fato, ele foi o maior fazedor de reis na segunda metade do século XVIII. Enfim, outros lançados eram simplesmente africanos europeizados, tal como Francisco Correia, mande do Geba, que falava muito bem o português, era muito instruído e elegantemente vestia-se à europeia[48].

Contudo, tal grupo afro-português extraia a sua potência da sua função de classe, ou seja, da condição de compradores. Seus membros não possuíam atividades produtivas, mas eram fornecedores de bens para as embarcações europeias e participavam de atividades comerciais sazonais, em relação às atividades agrícolas dos africanos autóctones. Também realizavam importantes benefícios, suportando os ataques das companhias comerciais europeias que tentavam ultrapassá-los.

Porém, ainda que a maioria deles dependesse dos navios europeus, alguns eram suficientemente ricos para não recorrer a tais embarcações. Tais eram as grandes famílias mulatas desta época: os Vaz, do Rio Cacheu e do Nunez; os Tomba Mendez e a família de Antonio Vaz, na Gâmbia; a de Sittel Fernando, do Rio Pongo e do Nunez, e a de José Lopez de Moura, em Serra Leoa. A família Bibiana Vaz era ilustre no setor de Cacheu, no século XVII: estabelecida em Cacheu, entre os papel, Bibiana possuía uma casa entre os bainuk e outra em Farim, entre os mande: ela tinha uma naveta, ou seja, um navio de dois mastros; seu irmão, Ambrosio, residia em Cacheu e seu sobrinho Francisco mantinha um comércio importante no Rio Nunez. Aquele que equivalia à "senhora" Bibiana Vaz era o "senhor" José Lopez de Moura, senhor de Serra Leoa e, na primeira metade do século XVIII, o homem mais rico dessa região.

Existiam múltiplas contradições entre esses ricos comerciantes mulatos e as companhias comerciais, em particular, aquela que opôs adeptos do comércio livre e sem entraves àqueles da regulamentação e dos monopólios. Estes intermediários tiveram de lutar contra as pretensões das companhias comerciais para desvencilhar-se de seus serviços, portanto, para diminuir seus lucros. Foi assim que de 1684 a 1685, Bibiana Vaz opôs-se ao capitão José Gonçalves Doliveira, major da Companhia de Cacheu, que recusava aos barcos estran-

48 Para todos os detalhes sobre os afro-portugueses, ver W. Rodney, 1970*b*, p. 200-222.

geiros a permissão de comerciar no setor, mesmo se eles tivessem pagado os direitos de ancoragem. Conduzidos por Bibiana Vaz, os mercadores afro--portugueses opuseram-se a esta medida, fizeram petições e entraram em acordo com os papel que obrigaram Doliveira a autorizar o comércio com os ingleses.

A vontade dos grupos de mercadores intermediários de se encarregar do destino econômico e político do litoral, preconizando a liberdade do comércio, em detrimento do monopólio das grandes companhias europeias, também manifestou-se em Serra Leoa, na luta conduzida por José Lopez de Moura contra a *Royal African Company*. Tal companhia britânica procurava, sobretudo, romper a aliança dos soberanos africanos com os mulatos, ou seja, suprimir o papel desses últimos como intermediários. Conduzidos por Lopez de Moura, os mulatos reagiram contra esse perigo que ameaçava sua existência e, no clímax da luta, destruíram a feitoria da companhia que jamais pôde retomar suas atividades em Serra Leoa.

Dos mercadores ingleses aventureiros aos anglo-africanos de Serra Leoa

Nesta região, um outro grupo de mulatos, aquele dos anglo-africanos de Serra Leoa, constituiu-se no século XVIII. Por volta de 1800, tal grupo reunia cerca de 12.000 pessoas, dentre as quais os Tucker, os Rogers, os Corker e os Cleveland eram as principais famílias.

Vindos da Inglaterra no século XVII, os Tuckers, os Rogers e os Caulker (em seguida tornados os Corker) primeiramente envolveram-se com o comércio das companhias inglesas. Casaram-se com mulheres africanas e penetraram na sociedade autóctone, no seio da qual, ligaram-se particularmente à classe dirigente. Os Rogers e os Corker encontravam-se aparentados à família real da ilha de Sherbro. A mãe de James Cleveland era kissi, o que gerou, como entre os afro-portugueses, a constituição de um grupo social e culturalmente híbrido, em que um homem como James Cleveland ocuparia uma posição eminente na sociedade secreta poro.

Servidores da companhia comercial, os ancestrais dos anglo-africanos primeiro efetuaram pequenos trabalhos nas feitorias: almoxarifados, carpinteiros e serralheiros. Porém, muito rápido tornaram-se intermediários comerciais e enriqueceram-se consideravelmente. Por volta de 1690, os Tucker dominavam a ilha de Sherbro e, na metade do século XVIII, Henry Tucker era o mais

importante representante da família. Na segunda metade do século XVIII, James Cleveland assentou sua influência em Serra Leoa[49].

Afro-portugueses e Anglo-africanos constituíam, portanto, no século XVII e no XVIII, um grupo social de funções econômicas precisas, um meio cultural em que os europeus e os africanos, os brancos e os negros se encontravam. Conscientes deste papel, eles conseguiram impor-se aos brancos e aos negros. Mais conscientes de seus interesses, exploravam os africanos, dos quais extraíam enormes lucros, sendo também agentes ao serviço do capitalismo mercantil europeu, ainda que tenham se revoltado contra o rígido monopólio das companhias comerciais.

O comércio e os povos da Costa dos Grãos à Costa dos Dentes

Para além do Cabo Mesurado e até o Cabo Lahou, o avanço do comércio europeu nos séculos XVII e XVIII não originou grupos mercadores muito dinâmicos no seio da população kru. Mal ligado ao interior sudanês, entretanto, tal setor costeiro constituía-se de numerosos vilarejos estabelecidos nas embocaduras dos rios e era abundante em produtos muito variados. Os barcos ingleses e holandeses aprovisionavam-se com malagueta no rio Sestos, no Cabo Palmas e em Cavally, com escravos em Bassa, Drewin e Saint-André. Compravam marfim em toda a parte.

Apesar de sua riqueza neste âmbito, o fraco dinamismo econômico da região explica-se, sem dúvida, pela crise da malagueta e pela mentalidade de seus habitantes, pobres e mais preocupados em receber presentes do que organizar relações comerciais com os europeus. Todavia, o país do rio Saint-André era uma exceção, oferecendo ouro, escravos e "dentes de elefantes", que pesavam mais de duzentas libras, aos barcos. Seus chefes "benévolos e dignos" eram cobertos pelas tangas como seus homólogos da costa dos quaqua.

Conclusão

Apesar das dificuldades inerentes à elaboração de uma síntese histórica digna desse nome, podemos contudo afirmar que os povos e os países desta região conheceram globalmente uma unidade de evolução entre 1500 e 1800. Eles passaram de um relativo isolamento a uma integração progressiva nos circuitos

49 *Ibidem*

de um mercado mundial, implementado pelas navegações europeias atlânticas desde as grandes descobertas; tal integração foi acompanhada de um movimento migratório do interior para a costa e de decisivas mutações sociais e políticas, ocorridas em toda parte e onde a população procurou tirar partido das oportunidades oferecidas pelo comércio europeu.

CAPÍTULO 14

Os Estados e as culturas da costa da Guiné Inferior

A. Boahen

Para os povos da costa da Guiné Inferior, ou seja, aqueles que vivem no território entre o Sul dos atuais Costa do Marfim e Benin, ou entre os rios Bandama e Mono, e, mais particularmente, para os akan, os ga e os ewe, o período de 1500 a 1800 provavelmente foi um dos mais revolucionários de sua história. Tal período assistiu, primeiramente, ao término das migrações desses povos, desde suas diversas terras de origem até as regiões onde atualmente estão estabelecidos, bem como assistiu à formação da maioria dos grupos etnolinguísticos que ainda hoje perduram. Em segundo lugar, essa época presidiu, por um lado, à intensificação das trocas comerciais e culturais entre esses povos e os do Sudão Ocidental, do Saara e do Magreb e, por outro, à abertura atlântica de uma via de comunicação e de comércio, inteiramente nova, primeiro, com a Europa e, depois, com as Américas. Em terceiro, foi nessa época que se manifestaram a tendência para uma centralização, cada vez maior, dos Estados e a evolução para entidades políticas – reinados e impérios – cada vez mais vastas. Verdadeiramente, pouco precisava para que toda a região acabasse, por ser organizada em torno de um só império sob o reinado de uma única dinastia. Por fim, este foi um período de transformação social e cultural radical e de formação de novas classes e novas religiões. Esses quatro temas constituem o assunto do presente capítulo.

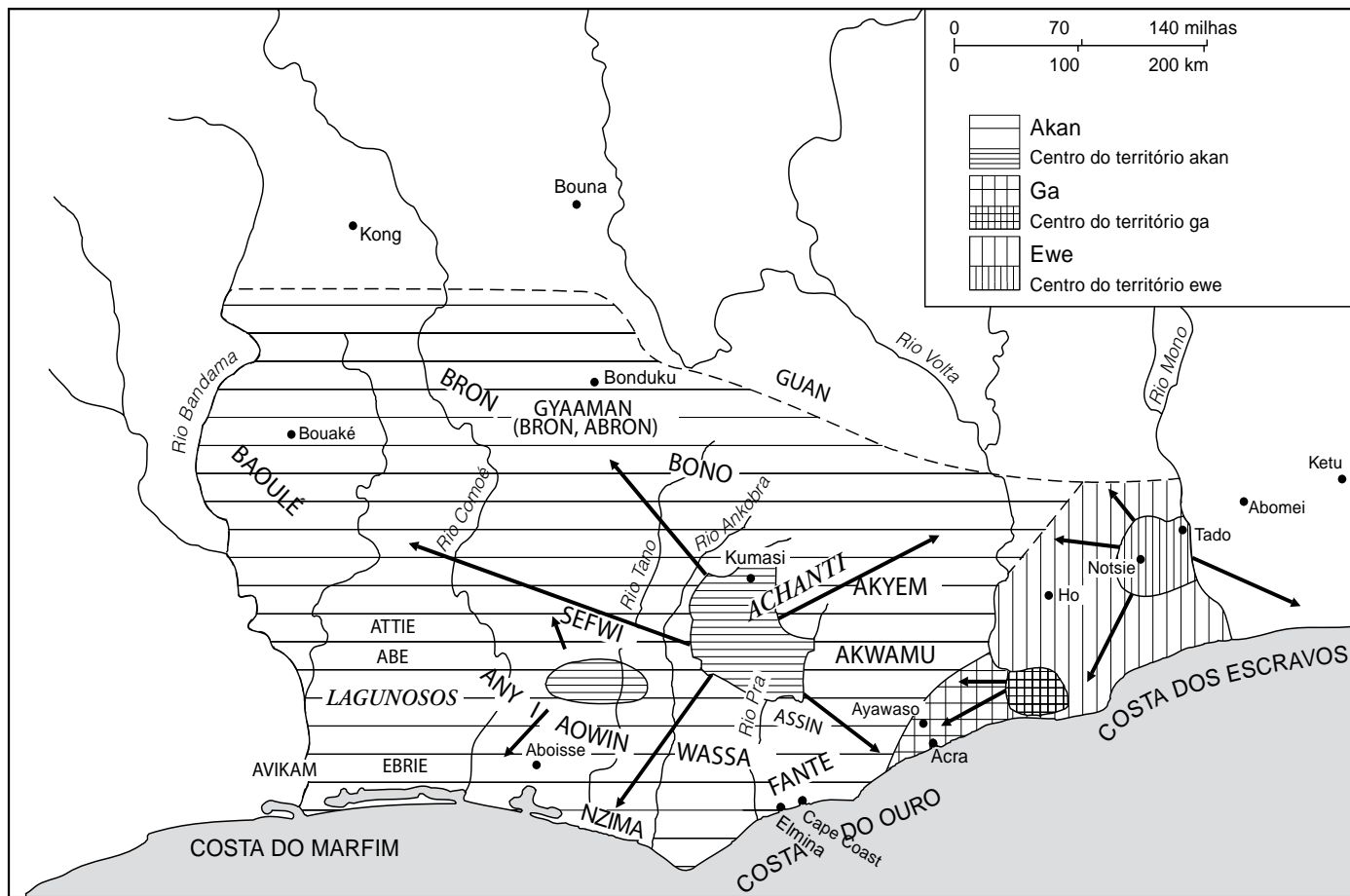



Figura 14.1 Os povos akan, ga e ewe (segundo A. A. Boahen)

As migrações e a formação de novos grupos etnolinguísticos

Por volta do ano de 1500, segundo as fontes orais e escritas das quais dispomos, pode-se dizer que se alguns destes povos tinham penetrado certas regiões onde hoje os encontramos e, se lá já estavam estabelecidos, a maioria deles ainda vivia concentrada em seus diversos berços. Alguns akan, por exemplo, aprofundaram rumo ao Sul, até a costa, nas regiões situadas a Sudeste da atual Costa do Marfim e a Sudoeste de Gana[1]. Mas, a grande maioria deles ainda vivia em sua região de origem, a da bacia Ofin-Pra, notadamente nas atuais regiões Adansi e Amanse, onde se dividiram em oito grupos de clãs matrilineares: os ada, os osudoku, os shai, os la, os ningo, os kpone, os gbugbla e os krobo.

Os ga-mashi, os nungua e os tema há muito tempo tinham rompido ligações com os adangbe, estabelecidos na bacia inferior do Volta, em torno das colinas de Lolorvor, e haviam fundado um grande número de comunidades nas planícies de Accra, ao Norte da região costeira onde vivem hoje[2]. Segundo o arqueólogo Ozanne, Ayawaso, considerado como o último desses estabelecimentos, foi fundado por volta do fim do século XVI[3].

Além disso, os ewe, dos atuais Togo e Gana, nem mesmo tinham começado suas migrações e estavam todos concentrados em seu terceiro foco ancestral de Nuatsie ou Notsie, no território atual do Togo, sendo os dois primeiros dos tado e dos queto[4].

A fase final de dispersão desses povos pelas regiões onde se encontram atualmente estendeu-se entre 1500 e 1800, em particular, no século XVII e nos primeiros decênios do XVIII. Por um lado, por razões econômicas (para explorar as regiões auríferas e ricas em cola, recentemente descobertas), por outro, por razões sociais (pressão demográfica), mas, sobretudo, por razões políticas, os povos akan, ga-adangbe e ewe começaram a se dispersar em todas as direções, em pequenos grupos de uma mesma linhagem e em clãs. Os akan, por exemplo, emigraram, no século XVI, primeiro para o Norte e para o Leste, nas atuais regiões de Kumasi, Mampong e Akyem, e para o Sul e Sudoeste, nas regiões de Wassa, Igwira, Sanwi e Assinie. No século XVII, mais akan deslocaram-se, em diferentes grupos constituídos de clãs matrilineares, para o Norte, nas atuais regiões ashanti

1 A. A. Boahen, 1977.

2 C. C. Reindorf, 1898, p. 6-12.

3 P. Ozanne, 1962, p. 69.

4 N. L. Gayibor, 1977, p. 11-15; H. W. Debrunner, 1965, p. 3-10; C. M. K. Mamattah, 1979.

e ashanti-akyem, e de Kwahu para o Noroeste, nas regiões de Kulango, e ainda, para o Sudoeste, nas regiões de Wassa, Sefwi e nas zonas das lagunas da Costa do Marfim. No espaço de meio século, de 1680 a 1730, houve, por razões basicamente políticas, uma considerável e persistente migração dos akan das regiões de Kumasi, de Anwianwia e de Denkyira em direção às atuais regiões nzima, aowin, sefwin, ahafo e bono do Norte, tal como para as regiões anyi e baoulé da Costa do Marfim. Aproximadamente na metade do século XVIII, parecia que o fluxo dos akan, emigrados de suas terras de origem e das regiões vizinhas, havia acabado.

Enquanto os akan propagavam-se para fora do berço de sua civilização, os ga continuavam a se dispersar rumo à costa, a partir das regiões do interior, atraídos, sobretudo, pela presença dos europeus e pelas perspectivas econômicas que tal presença inaugurava no litoral. Os ga-mashi, os nungua e os tema foram os primeiros a migrarem no século XVI. Foram seguidos, no século XVII, pelos povos osu e teshi. Seus parentes, os adangbe, também começaram a se propagar pelo Sul e pelo Norte, nas planícies de Accra, ao longo dos séculos XVI e XVII. Dentre estes, os que migraram para as regiões montanhosas do Nordeste tornaram-se os manya krobo de hoje. Outros, no século XVII, partiram rumo à costa e fundaram estabelecimentos como Ningo, Prampram e Ada.

Entretanto, as mais movimentadas de todas essas migrações foram, sem dúvida alguma, aquelas empreendidas pelos ewe. Por volta do final do século XVI ou durante a primeira metade do XVII, principalmente por razões políticas, em especial para escapar da tirania de seu rei Agokoli, eles deixaram Notsie cindidos em dois grupos, os ewe do Sul (dagboawo ou dzieheawo) e os ewe do Norte ou ewe do interior (demeawo ou numeawo) [5]. O grupo do Sul, tal como suas ramificações, que se dirigiu à costa era formado pelos anlo e pelos tongu, ao passo que os grupos do Norte que ocuparam a parte central e o Norte da atual região do Volta Meridional eram constituídos pelos asogli, hopke, akpini e awudome. Quando da sua chegada na região de destino, subgrupos e pequenos grupos apartaram-se e foram se estabelecer um pouco mais distante. Tal processo de fusão e difusão prosseguiu ao longo do século XVII e do XVIII, se bem que, por volta do final do período, o grupo anlo era composto por subgrupos anlo, afife, ave, xevi, veta, some, kliko, flawu (ou aflao), dodze e avenori; os tongu, por sua vez, compreendiam subgrupos agave, bakpa, bato, dofo, fievie, fodzoku, mofi, mefa, sokpoe, tefle, togome, volo e vume; por último, os asogli estavam subdivididos em ho, akoefe, hodzo, kpenoe, takla, adaklu, abutia, agotime, akoviefe etc.[6]

5 C. M. K. Mamattah, 1979, p. 121-122.

6 *Ibidem*, p. 147 e 155-158.

Contudo, os povos não apenas se dispersaram e migraram, mas também sofreram certas transformações etnolinguísticas. No que concerne aos povos ewe e ga-adangbe – que migraram para regiões que eram ou praticamente desabitadas ou povoadas de forma esparsa por comunidades antigas, tais como os grupos ditos togo remanescente, togo central e os guan –, tiveram a possibilidade de conservar sua pureza étnica e linguística. Por exemplo, a principal influência das comunidades guan sobre os ga foi a religiosa. Por outro lado, foram muitos os akan emigrados para as zonas que parecem terem sido muito densamente povoadas pelos habitantes falantes de diferentes línguas e possuidores de culturas e instituições distintas. Os anais portugueses dos anos 1480 a 1500 indicam que havia sete vilarejos na Costa do Marfim, a Leste do rio Bandama, e, por volta de 1500, Pacheco Pereira precisava: "Não sabemos nada das trocas comerciais que podem acontecer neste país, mas o que sabemos é que ele é densamente povoado[7]." Tais habitantes deviam ser os adisi, a Oeste, e os ewotre, os agwa, os kwompa e os mono, a Leste, e foi da mistura dos dois grupos e dos akan, vindos mais uma vez, que provieram os grupos mbalo, alladian, ebrie, eotile, avikam etc., conhecidos coletivamente pelo nome de grupos lagunares. De forma análoga, foi a mistura dos últimos migrantes akan e de certos povos preexistentes que originou os anyi, os baoulé e os sefwi. Em seguida, os akan cindiram-se para formar os dois grandes grupos, até hoje constituídos por eles, a saber, os akan do Leste e os akan do Oeste, entre os quais Diabate insiste que "não há inteligibilidade linguística imediata". Em função de tendências principalmente políticas, cada um desses grupos se subdividiu novamente em um certo número de subgrupos. Assim, os akan do Leste encontram-se hoje subdivididos em ashanti, akuapem, akyem, akwamu, bron (abron) ou gyaaman, wassa, kwahu, fânti, assin, denkyira e gomua, e todos falam praticamente a mesma língua, o twi, ao passo que os akan do Oeste são os anyi, os baoulé, os nzima, os ahanta, os sanwi (afema), os aowin e os sefwi, falantes de dialetos, permitindo-lhes uma compreensão mútua.

As instituições sociopolíticas de todos esses grupos em seus novos focos, no século XVI, fizeram surgir similitudes e diferenças. Os ga-adangbe e os ewe viviam em colônias independentes, dispersas em grupos oriundos de clãs e de patrilinhagens maiores e menores. Os adangbe, por exemplo, estavam subdivididos em nove clãs: asinodze, blaka, kpoku, la, lekpodze, lenodze, nangla, sepote e shalom. Em cada grupo, cada linhagem tinha seu próprio deus principal, cujos sacerdotes eram os chefes do grupo. Entretanto, aproximadamente no

7 Citado por T. F. Garrard, 1980, p. 48.

fim do século XV, os ga-mashi adotaram um rei cuja corte encontrava-se em Ayawaso.

Quanto aos akan, viviam em cidades governadas por um rei ou uma rainha e em vilarejos dirigidos por chefes, todos constituídos de famílias pertencentes aos oito clãs matrilineares, nos quais se subdividiam, a saber, os ekoona (asanwule, entre os nzima), os oyoko (anona, entre os fânti, ou alonroba ou nvavile, entre os nzima e anyi, e dwum ou dwimina, entre os fânti), os asenee, os agona e os bretuo (twidan, entre os fânti), os asakyiri, os aduana ou os atwea (aberadze, entre os fânti e asamangama ou akwea, entre os nzima) [8]. Cada família tinha um *abusuapanin* (chefe), da mesma forma que cada clã. Cada família ou clã tinha um ou mais deuses que lhes eram próprios, como em cada vilarejo ou centro de colonização; seus sacerdotes eram investidos de consideráveis poderes e, entre os ga e os ewe, agiam como chefes, não só religiosos mas também políticos. Em outras palavras, a sociedade já estava dividida em três grandes classes: uma aristocracia dirigente composta de sacerdotes e de reis, a massa dos cidadãos ordinários e os escravos domésticos, relativamente pouco numerosos. Todavia, após acontecimentos políticos e econômicos ocorridos entre os séculos XVI e XVIII, esse quadro social foi profundamente transformado.

As mudanças econômicas na costa da Guiné Inferior

No plano econômico, profundas mudanças, tanto internas quanto externas, sobrevieram entre 1500 e 1800 nos territórios da Guiné Inferior. No interior da região, as atividades econômicas já existentes continuaram e alcançaram uma amplitude considerável. Elas compreendiam a colheita, a agricultura, a criação de animais domésticos, a caça, a pesca, a extração do sal e a exploração das jazidas de ouro[9]. A colheita era uma atividade quase geral, concentrava-se na recolha das nozes-de-cola cujas árvores cresciam em estado selvagem nas regiões florestais da Costa do Ouro, em particular, naquelas que cobrem agora Ashanti, Ahafo e Akyem, pátria do povo akan do Leste. Essas nozes participavam da maioria das trocas entre os akan, os gur, bem como entre os povos de línguas mande e haussa da savana e das regiões ocidentais do Sudão.

Entretanto, enquanto a colheita prosseguia, a agricultura propriamente dita tornava-se cada vez mais importante, notadamente, com a cultura de tipos

8 A. A. Boahen, 1966*b*, p. 4.

9 K. B. Dickson, 1969, p.72-89.

variados de bananas, do inhame e do arroz. A essas culturas tradicionais vieram se juntar, nos séculos XVI e XVII, toda uma série de novas culturas introduzidas na costa da Guiné pelos europeus que as haviam importado da Ásia e das Américas: o milho, a mandioca, algumas espécies de inhame, o tomate, a cebola, a berinjela, o abacate, a batata-doce, os cítricos e o amendoim[10]. A rápida adoção dessas culturas pelos pequenos exploradores, evidentemente, teve como efeito a diversificação da economia agrícola das regiões da costa da Guiné e, certamente, muito contribuiu com o crescimento da população.

A criação de aves, carneiros, cabras e de porcos, tal como a pesca e a caça, faziam parte das atividades econômicas do país. A pesca era a principal fonte dos ewe, dos ga e de outros povos do litoral como os fânti, os ahanta, os nzima e os grupos lagunares. Quanto à caça, todos participavam dela, primeiramente, armados de azagaias, de cacheiras, de arcos e flechas, e mais tarde, de fuzis.

Sem dúvida alguma, foi entre 1500 e 1800 que duas destas atividades do setor primário, a extração do sal e do ouro, adquiriram uma extrema importância. O sal era produzido quase exclusivamente pelos habitantes do litoral[11]. Da mesma forma, a exploração aurífera era o domínio reservado da população das zonas florestais do interior, em particular, dos akan que viviam na região de Wassa e nas regiões mencionadas nos anais europeus dos séculos XVI e XVII sob os nomes Arcanie ou Akannie, ou ainda, Arcania, ou seja, as atuais regiões ashanti, kwahu e akyem[12], tal como as regiões brong, ahafo, abron ou gyaaman e baoulé. Eram as mesmas regiões produtoras da noz-de-cola, artigo principal do comércio com o Sudão Ocidental e Setentrional. A extração de ouro nessas regiões era feita de duas maneiras: de um lado, a peneiração dos solos aluviais retirados do leito dos rios ou do fundo de antigos vales aluviais e, do outro, o *nkoron* (extração em profundidade). Parece que a peneira era empregada desde tempos remotos, ao passo que a mina de fundo provavelmente foi introduzida entre os akan pelos mande por volta do século XIII ou XIV[13].

A exploração das minas de ouro era uma atividade submetida a um rigoroso controle do Estado e constituía a principal fonte de renda de seus dirigentes. Essa atividade atingiu o seu apogeu durante a segunda metade do século XVII, durante a qual foram produzidos cerca de 2 milhões de

10 J. P. Murdock, 1959, p. 21-24; D. G. Coursey, 1966.

11 Encontraremos uma impressionante descrição das diferentes maneiras pelas quais o sal era recolhido na costa da Guiné em W. Bosman, 1967, p. 308-309.

12 A. A. Boahen, 1973.

13 T. F. Garrard, 1980, p. 24-25; I. G. Wilks, 1962*c*, p. 166.

onças de ouro[14]. O monopólio da indústria aurífera, ao longo dos três séculos estudados, permaneceu sendo exclusivo dos akan e todos os esforços feitos pelos europeus, em particular pelos holandeses, para participar diretamente dessa indústria, chocou-se com uma indômita resistência[15].

Simultaneamente, e isto sempre mais com o passar dos anos, uma outra atividade econômica se desenvolveu, ou seja, o comércio, no qual os escravos iriam desempenhar um papel de primeira importância na condição de carregadores. Convém aqui fazer uma distinção entre o comércio interior e comércio exterior. O comércio entre os ewe, os ga e os akan é bem anterior ao século XVI. O peixe e o sal que os ewe, os ga e os fânti retiravam do mar, tal como as cerâmicas produzidas pelos adangbe, eram trocados pelo ouro, pelo *tweapea* (bastão para mastigar), pelo marfim e por outros artigos de ferro ou por outro metal fabricado pelos akan do interior. As tradições orais afinam-se às narrativas europeias da época ao indicar que tais atividades de comércio interno continuaram, durante o período estudado, alcançando uma amplitude e um volume crescentes, e que aconteciam nos mercados ou ao longo de itinerários locais e regionais. Bosman, falando sobre o comércio do sal entre a costa e o interior, escreveu:

> "É difícil imaginar as vastas riquezas que os negros obtiveram fervendo o sal e se eles (os fânti) estavam sempre, ou ao menos na maior parte do tempo, em paz; aqueles que se lançavam nessa atividade acumulariam em pouco tempo somas fenomenais, pois todos os negros do interior são obrigados a fazer vir seu sal do litoral, daí é fácil deduzir que tal produto deveria lhes custar muito caro[16]."

Ainda mais importante foi a evolução do comércio exterior. Este se dividia em dois setores: o mais antigo, voltado para as regiões da savana e do Sudão Ocidental, e o transatlântico, que, primeiramente, estabeleceu relações com a Europa e, depois, com as Américas. Esse comércio exterior destaca-se claramente nas fontes árabes, como a *Crônica de Kano*, nos anais portugueses, datando dos três últimos decênios do século XVI, mas também nas tradições orais, mostrando que, por volta de 1500, os ga, os ewe e os akan trocavam o ouro, nozes-de-cola, tecidos, escravos e sal com os guan e os gur, ao Norte de seus territórios, com os haussa, do Norte da Nigéria ao Nordeste, e com os mande, do Arco do Níger ao Nordeste. Entre o século XVI e XVIII, essas ligações foram reforçadas, notadamente graças aos akan que se lançaram em

14 T. F. Garrard, 1980, p. 166.

15 W. Bosman, 1967, p. 80.

16 *Ibidem*, p. 308.

um comércio ininterrupto com os mande e os haussa, ao longo do século XVI e do XVII[17]. Com a emergência e a expansão do Songhai, nos séculos XV e XVI, e com a ordem e a paz que se seguiram, o comércio entre os akan e os mande prosperou. Assim, foi para organizar o seu controle de forma eficaz que os jula estabeleceram um certo número de postos de comércio ou de etapas, tais como Bobo Dioulasso, Kong, Bondoukou, Buna e Begho entre o Arco do Níger e os países do Sul produtores de ouro. Um indício suplementar da vitalidade desse comércio foi a opulência, atestada por fontes escritas e vestígios arqueológicos, que as cidades Djenné e Begho, principais entrepostos do comércio do Noroeste, conheceram no século XVI. Nesses mercados, os akan trocavam sobretudo o ouro, nozes-de-cola e, mais tarde, artigos importados da Europa, por tecidos, cobertores, tapetes turcos, seda azul e riscada, marroquinaria, artigos de ferro e de latão, e sal[18].

Acreditou-se durante um tempo que a queda do Songhai, aproximadamente no final do século XVI, e a insegurança provinda daí tinham provocado a ruína do comércio nas rotas do Noroeste. Porém, mostrou-se de forma convincente que isso não ocorreu e que, ao contrário, o volume das trocas tinha mesmo aumentado ao longo do século XVIII[19]. Certamente foi com a intenção de tirar proveito disso que os ashanti dirigiram sua expansão neste sentido e conquistaram Gyaaman (ou Abron), Banda e Bono, ao longo dos primeiros decênios do século XVIII. Essas trocas continuaram nos novos mercados, tais como Ateboubou e Kintampo, até o século XIX.

O comércio dos akan com o país Haussa e o Borno continuou também durante estes três séculos. Ele já era ativo e relativamente importante no começo do século XVI, como atestam os dizeres de uma testemunha ocular, Leão, o Africano, que visitou Songhai e o país Haussa nessa época[20]. Tal comércio aumentou em volume e intensidade, sobretudo no século XVII e XVIII, com o progresso dos Estados mole-dagbane de Mamprusi, Dagomba, Namumba e Mossi, bem como do Estado Haussa. A melhor testemunha de seu êxito foi a prosperidade encontrada pelos exploradores e viajantes europeus do século XVIII e do XIX, em cidades como Kano e Katsina, no país Haussa, e, sobretudo, Salanga, ao Norte da Costa do Ouro, que era então o principal entreposto meridional do comércio do Nordeste.

17 Para detalhes precisos, ver A. A. Boahen, 1977.

18 V. Lamb, 1975, p. 86-92.

19 E. W. Bovill, 1968, p. 195; J. R. Willis, 1971; E. A. McDougall, 1980; C. C. Stewart, 1976.

20 Leão, o Africano 1956; N. Levtzion, 1968, p. 14-22.

Se o ouro dos akan era exportado no país Haussa ao longo do século XVI, parece que essa exportação particular cessou durante o século XVIII, provavelmente em razão da forte concorrência exercida nesse domínio pelos europeus. Porém, a noz-de- cola provinda dos territórios dos akan continuou sendo o principal artigo do comércio com o Nordeste ao longo dos três séculos. As nozes-de-cola eram reexportadas do país Haussa e de Borno até o Saara e os Estados berberes. Lucas encontrou em Trípoli, por volta de 1780, um xerife que lhe descreveu o comércio entre Trípoli e o Império Ashanti[21]. Estas nozes-de-cola eram transportadas por caravanas de bois, asnos, cavalos e escravos. Em troca, os akan importavam tecidos de algodão, cobertores, tapetes turcos, blusas, sandálias e outros artigos de couro, natrão, artigos de latão e pérolas de vidro vermelho. Entretanto, é certo que, durante três séculos, além dessa, uma outra corrente de trocas muito mais importante e muito mais volumosa se desenvolveu: o comércio entre os povos da costa da Guiné Inferior e os da Europa e das Américas, em outras palavras, o comércio transatlântico. Tal ramo nasceu quando os portugueses ancoraram diante da costa do atual Gana, em 1471. No século XVI, foram seguidos pelos franceses, ingleses e holandeses e, no século XVII, pelos dinamarqueses, suecos e brandeburgueses. Todavia, os representantes dessas últimas nacionalidades evacuaram a costa guineense, respectivamente, em 1661 e 1732. O comércio direto com as Antilhas começou em 1518 quando a primeira carga de escravos para lá foi enviada, diretamente da África do Oeste, a bordo de um navio espanhol. No que se refere ao continente norte-americano, tal comércio teve início em 1619, com o desembarque do primeiro carregamento de escravos oeste-africanos de uma fragata holandesa em Jamestown, no Estado da Virgínia[22]. E, aproximadamente na metade do século XVII, o comércio triangular, ligando a costa da Guiné, a Europa e as Américas, encontrava-se em pleno avanço.

Os artigos vendidos pelos povos da costa da Guiné Inferior aos europeus que vinham vê-los variaram de acordo com as regiões, bem como de um século a outro. Até por volta do fim do século XVII, os akan da região compreendida entre os rios Bandama e Ankobra vendiam-lhes, sobretudo, o marfim, ao passo que os akan e os ga que viviam entre o Ankobra e o Volta se especializavam no ouro. Parece que durante todo o século XVI, não houve, por assim dizer, nenhum comércio entre os ewe e os europeus na parte da costa compreendida entre o Volta e o Mono. Os portugueses evitavam esta zona na maior parte do tempo e velejavam diretamente da região de Accra para Uidá, no Daomé, e para

21 J. Beecham, 1841, p. 149-155.

22 A. A. Boahen, 1971, p. 315; ver também UNESCO, 1979, documento 12.

Figura 14.2 O forte de São Jorge, em Elmina, tal como era nos tempos dos portugueses. [Fonte: O. Dapper, ed. de 1686. © Fondation Dapper, Paris.]

Benin, na Nigéria[23]. Foi preciso esperar quase a metade do século XVII para ver os holandeses e os dinamarqueses estabelecerem ligações comerciais com esta região, sendo os escravos a principal mercadoria que aí era comprada.

Foi após essa especialização que a costa da Guiné Inferior foi dividida em três pelos comerciantes europeus dos séculos XVI e XVII: a Costa do Marfim, a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos. Contudo, não há dúvida de que até o final do século XVII o comércio do ouro foi muito mais importante do que aquele do conjunto de todas as outras mercadorias da costa da Guiné Inferior e tinha uma importância capital tanto para os europeus quanto para os africanos. Todas as nações europeias, sem exceção, se esforçaram para estabelecerem-se na Costa do Ouro, daí o inacreditável número de fortes e de castelos construídos no litoral entre o Ankobra e o Volta, ao longo dos três séculos estudados. Segundo Lawrence, no total foram 42 fortes e castelos construídos na África do Oeste, do Senegal até os Camarões, e não menos de 32 encontravam-se no litoral da única Costa do Ouro, ao passo que nenhum foi construído em toda a costa da Nigéria[24].

23 H. W. Debrunner, 1965, p. 21-23.

24 A. W. Lawrence, 1969, p. 12-13.

Contudo, durante a segunda metade do século XVII e durante todo o XVIII, o comércio de exportação dos ga e dos akan do Leste para a Europa conheceu uma profunda mutação. Os documentos do século XV e dos primeiros decênios do XVI mostram, de forma clara, que escravos eram então importados do Benin, de São Tomé e de Uidá, na Costa do Ouro, para serem utilizados nas minas de ouro. Em abril de 1529, 2.060 escravos foram importados do Benin, na Costa do Ouro e, em 1535, outros 80 de São Tomé para Elmina[25]. Mas, a partir da metade do século XVII, os ga e os akan da Costa do Ouro começaram a exportar escravos, e isso em número crescente, a tal ponto que, por volta de 1710, o comércio de escravos tomava o lugar daquele do ouro. Desde 1704, o representante dos Países Baixos em Elmina, William de la Palma, declarava que "os negros [...] agora se interessam mais pelo tráfico de escravos do que pelo comércio de ouro, pois o tráfico lhes rende mais[26]". William Smith, um inglês que visitava a costa fânti em 1726, destacava com desgosto: "Eu não sei por que essa região se chama Costa do Ouro[27]". O número de escravos daí exportados continuou aumentando com o passar da primeira metade do século XVIII. Segundo Daaku, no fim do século XVII, de 5.000 a 6.000 escravos eram exportados a cada ano dessa região, e o número passou de 6.000 a 7.000 no século XVIII. Se seguirmos P. D. Curtin, 474.000 escravos, no total[28], saíram da Costa do Ouro no século XVIII. Importa destacar que os números de P. D. Curtin suscitaram uma apaixonada controvérsia quanto a sua exatidão, mas em todo caso, todos reconhecem que ele certamente subestimou o número de escravos exportados da África do Oeste, sobretudo ao longo do século XVIII[29], em uma proporção situada entre 7,3 e 18,4%. Os territórios ewe também exportaram elevados números de escravos ao longo desse mesmo século, notadamente após 1730, época em que os akwamu chegaram à região.

Desde então, a questão que se coloca é saber por que, no século XVIII, o tráfico de escravos suplantou o comércio de ouro. Três grandes respostas podem ser dadas a essa questão. A primeira é que houve um crescimento considerável da demanda por escravos, após a introdução do sistema de *plantations* na cultura da cana-de-açúcar nas ilhas do Caribe e no continente americano, a partir de 1640, demanda

25 W. Rodney, 1969*a*.

26 Coleções Furley [F. C.], ver W. de la Palma, X, 31/08/1704. Ver também K. Y. Daaku, 1970*a*, p. 46-47.

27 W. Smith em T. Astley, 1745, vol. II, p. 138.

28 P. D. Curtin, 1969, p. 221.

29 J. E. Inikori, 1976; P. D. Curtin, R. Anstey e J. E. Inikori, 1976; R. Stein, 1978. Ver também o capítulo 3 acima.

essa que persistiu durante todo o século XVII e o XVIII[30]. A segunda razão não só reside na intensificação das guerras, mas também na crescente utilização das armas de fogo, a partir de 1650, gerando um aumento considerável do número de prisioneiros de guerra que, não podendo ser mantidos no lugar, eram, portanto, exportados. Não foi por mera coincidência que os trinta últimos anos do século XVII e a primeira metade do XVIII, os quais presenciaram o apogeu do tráfico de escravos, precisamente constituíram a época da emergência e da expansão dos impérios denkyira e akwamu e, depois, do império ashanti. Não menos significativo é o fato de que a maioria desses escravos eram prisioneiros de guerra ou cativos das razias[31]. A terceira razão, uma consequência da segunda, é o pagamento de um tributo em escravos aos três novos impérios, efetuado pelos Estados vassalos. Sabe-se que a maioria dos Estados vassalos dos denkyira, dos akwamu e, sobretudo, dos ashanti pagava seu tributo dessa forma. É preciso acrescentar que exatamente como a indústria do ouro, o fornecimento de escravos aos europeus, na Costa do Ouro, era um monopólio exclusivo dos próprios africanos.

Se os ewe, os ga e os akan do Leste começaram a exportar mais escravos do que o ouro a partir do fim do século XVII, os akan do Oeste, os quais viviam na Costa do Marfim, por sua vez, continuaram a exportar, em primeiro lugar, o marfim e o ouro, durante todo o século XVII e o XVIII.

Na Guiné Inferior, no decorrer do período estudado, as importações também sofreram transformações radicais, tanto no volume quanto na qualidade. Por volta do final do século XV e durante todo o XVI, tais importações comportavam principalmente artigos de vestuário, cuja maioria não era fabricada na Europa, mas, antes, nos Estados berberes, tal como na África do Oeste, no Benin e na Costa do Marfim[32]. As vestimentas dos Estados berberes, mencionadas nas primeiras fontes portuguesas escritas sob o nome de *lanbens*, *hallabens* e *aljaravais*, os estofos do Benin, tal como os tecidos quaqua da Costa do Marfim, já eram muito populares ao longo da costa do Ouro antes da chegada dos portugueses, que aproveitaram a existência dessa demanda para lançarem-se ao comércio de vestimenta. As exportações dos tecidos quaqua e do Benin certamente prosseguiram no século XVII. Além dos tecidos, os outros produtos de importação, segundo a lista dada por Pacheco Pereira, aproximadamente em 1500, eram compostos por braceletes de latão, lenços, corais e certas "conchas

30 J. E. Inikori, 1976, p. 4-5.

31 P. E. H. Hair, 1965; P. D. Curtin, 1969.

32 V. Lamb, 1975, p. 84-85.

vermelhas, às quais eles conferem um preço comparável àquele que damos às pedras preciosas; vinho branco e pérolas azuis, chamadas por eles de coris[33]."

No século XVII, a lista de produtos de importação aumentou consideravelmente. No começo desse século, podemos ler, pela pluma de Pieter de Marees, a descrição seguinte das mercadorias levadas pelos únicos holandeses:

> "Grandes quantidades de tecidos de linho leve são muito consumidos, pois eles se servem disso para se vestirem, em seguida, grandes quantidades de bacias de todos os tamanhos, utilizadas para a bebida, para a lavagem de roupas, como também, urnas funerárias; jarros, potes de couro vermelho, caldeirões; ferro para pontas de azagaia, facões; grandes quantidades de estofo de chita indiana vermelha, azul, amarela e verde, que eles carregam atados à cintura em torno do corpo para suspender suas facas, suas bolsas etc. Sarjas espanholas, facas holandesas, grandes quantidades de pérolas de Veneza de todos os tipos e de todas as cores, que eles quebram e dão polimento, depois, as enfiam nos cordões de cortiça para vendê-las, alfinetes transformados por eles em anzóis de pesca, lupas e pequenos potes de cobre para o leite. Porém, os artigos mais solicitados e utilizados entre eles são o tecido de linho, os objetos de cobre e de latão, as bacias, os caldeirões, as facas e os corais[34]".

De acordo com essa lista, é evidente que, a partir de então, as importações provinham sobretudo da Europa, notadamente os tecidos e as pérolas. Em seguida, é preciso observar que tal lista não menciona armas de fogo, sem dúvida porque as importações de fuzis e de pólvora para canhão, verdadeiramente, não começaram antes de 1640, data em que os ingleses e os comerciantes contrabandistas foram vistos vendendo armas na costa[35]. As armas alcançaram tamanho sucesso que em 1658, os holandeses declaravam que "somente os mosquetes vendem bem" e que "os nativos partem em campanha com milhares dessas armas[36]". A partir de 1660, os holandeses suprimiram o veto que haviam aplicado à exportação de armas de fogo e começaram a vendê-las em grandes quantidades na África do Oeste. Entre 1673 e 1704, a Companhia Real Africana expediu sozinha aproximadamente 66.000 armas de fogo e mais de 9.000 barris de pólvora de canhão na costa da África do Oeste, cuja maior parte foi vendida na Costa do Ouro. O volume do comércio de armas de fogo continuou em ascensão durante todo o século XVIII, ao longo do qual tal produto continuou sendo o mais requisitado na Costa do

33 D. P. Pereira, 1937.

34 P. de Marees, 1605, vol. VI. Edição inglesa, nota 34: P. de Marees, in S. Purchas, 1905, Vol.VI, pp 281-2.

35 R. A. Kea, 1971; K. Y. Daaku, 1970*a*, p. 148-152.

36 Coleções Fureley [F. C.]. Relatório de Valkenburgh XIV, junho de 1658.

Ouro e acabou constituindo a ossatura do comércio inglês com a África do Oeste. Segundo Inikori, de 1750 a 1807, um volume total de 49.130.368 libras de pólvora de canhão foi exportado da Grã Bretanha para a África do Oeste, a média anual sendo de 847.075 libras[37].

Calculou-se que o valor das exportações da África do Oeste para a Inglaterra, excluído o tráfico de escravos, entre 1750 e 1807 foi de 5.443.682 libras esterlinas (900.000 libras em valor ouro), ao passo que, sozinho, aquele referente aos escravos exportados pelos mercadores ingleses elevava-se a 53.669.184 libras esterlinas. Levando em conta que a parte da Inglaterra nesse último comércio era de 45%, o valor total das exportações da África do Oeste, ao longo da segunda metade do século XVIII, foi estimado em 131.361.920 libras esterlinas, sendo em média de 2.264.861 libras esterlinas por ano[38].

Os efeitos da evolução econômica

As condições econômicas na costa da Guiné Inferior mudaram completamente entre 1500 e 1800 e essas mudanças tiveram várias consequências. Uma delas caracterizou-se pela aparição de uma complexa rede de rotas comerciais principais e secundárias que, primeiramente, reuniu os povos da região entre si; depois, os colocaram em contato com os mole-dagbane e os haussa do Nordeste, os mande do Noroeste, os Estados berberes e com o mundo muçulmano, através do Saara. Por fim, pelo Atlântico, tal rede estendeu-se primeiro à Europa, em seguida, a partir do século XVI, às Américas. No centro dessa rede encontrava-se a cidade de Kumasi.

Tal multiplicação das rotas favoreceu a emergência de um certo número de centros urbanos, geralmente situados ao longo dos grandes eixos e servindo de entrepostos, de feiras ou de terminais, tais como Kong, Bobo Dioulasso, Buna, Begho e Bondoukou, a Noroeste; Salaga, Yendi e Sansanne-Mango, a Nordeste; Tiassalé, Sakasso, Yakasso, Krinjabo, Kumasi, Kete-Krachi e Akwamufie, a Sul.

Mesmo na costa, a presença dos europeus teve por consequência o crescimento das cidades do litoral em detrimento das do interior, as quais tinham sido, até então, as capitais dos Estados costeiros. No fim do período estudado, as primeiras haviam rompido com as segundas e transformaram-se em Estados

37 J. E. Inikori, 1977.

38 J. D. Fage, 1969*a*; W. Rodney, 1969*a*.

urbanos independentes. Assim, Mouri estava separada de Asebu; Cape Coast de Fetu; Elmina de Aguafo, e Anomabo de Mankesim.

Estas relações especiais mantidas com a Europa tiveram outra repercussão: a integração econômica da costa da Guiné Inferior, de um lado, no mais vasto sistema econômico formado pelos países da Europa Ocidental e da América, e, de outro, a integração no mundo mande-haussa-muçulmano. Entretanto, importa destacar que esse último laço enfraqueceu-se progressivamente, ao passo que iam se reforçando as relações com a Europa e as Américas.

Tal integração freou ou impediu o desenvolvimento econômico e industrial na Guiné Inferior. O mais destruidor, o mais ignóbil e inumano de todos os comércios, o tráfico de escravos, não só progressivamente ocupou o lugar do comércio de produtos naturais, mas também esvaziou a região da mão de obra necessária, assim como de seus artesãos e artistas de valor. Ademais, em vez de exportar mercadorias brutas para facilitar o crescimento das indústrias existentes e estimular os esforços criativos dos ewe, dos akan e dos ga, a Europa exportou quantidades de artigos de grande consumo a baixo custo, desmanchando, assim, o tecido industrial da região ou impedindo-o de se consolidar. Em suma, ao longo dos três séculos que nos ocupam, ainda que tivesse existido um crescimento da economia na Guiné Inferior, não houve nenhum desenvolvimento econômico e, pior ainda, como a Europa reinava com autoridade no domínio das importações e exportações, foi ela quem daí extraiu todos os benefícios. Tocamos aqui nas raízes do processo de subdesenvolvimento que, no século seguinte, iriam acentuar a abolição do tráfico de escravos e o advento do colonialismo na África.

A evolução política na costa da Guiné Inferior

As mudanças políticas sobrevindas entre 1500 e 1800 foram ainda mais radicais do que as mutações econômicas.

O processo de formação do Estado tinha começado desde o início do período e um certo número de Estados já se encontravam constituídos, tanto na costa quanto mais ao Norte, nas regiões da savana. Quando chegaram, os portugueses certamente encontraram os Estados costeiros de Ahanta, Shama Aguafo, Fetu, Asebu, Agona e Accra, bem como o aglomerado de Estados mole-dagbane – Mamprusi, Dagomba, Nanumba e Ouagadougou – e o Estado akan de Bono, na zona da savana[39]. Foi em meados do século XVI e no começo do XVII que

39 A. A. Boahen, 1966*b* e 1977.

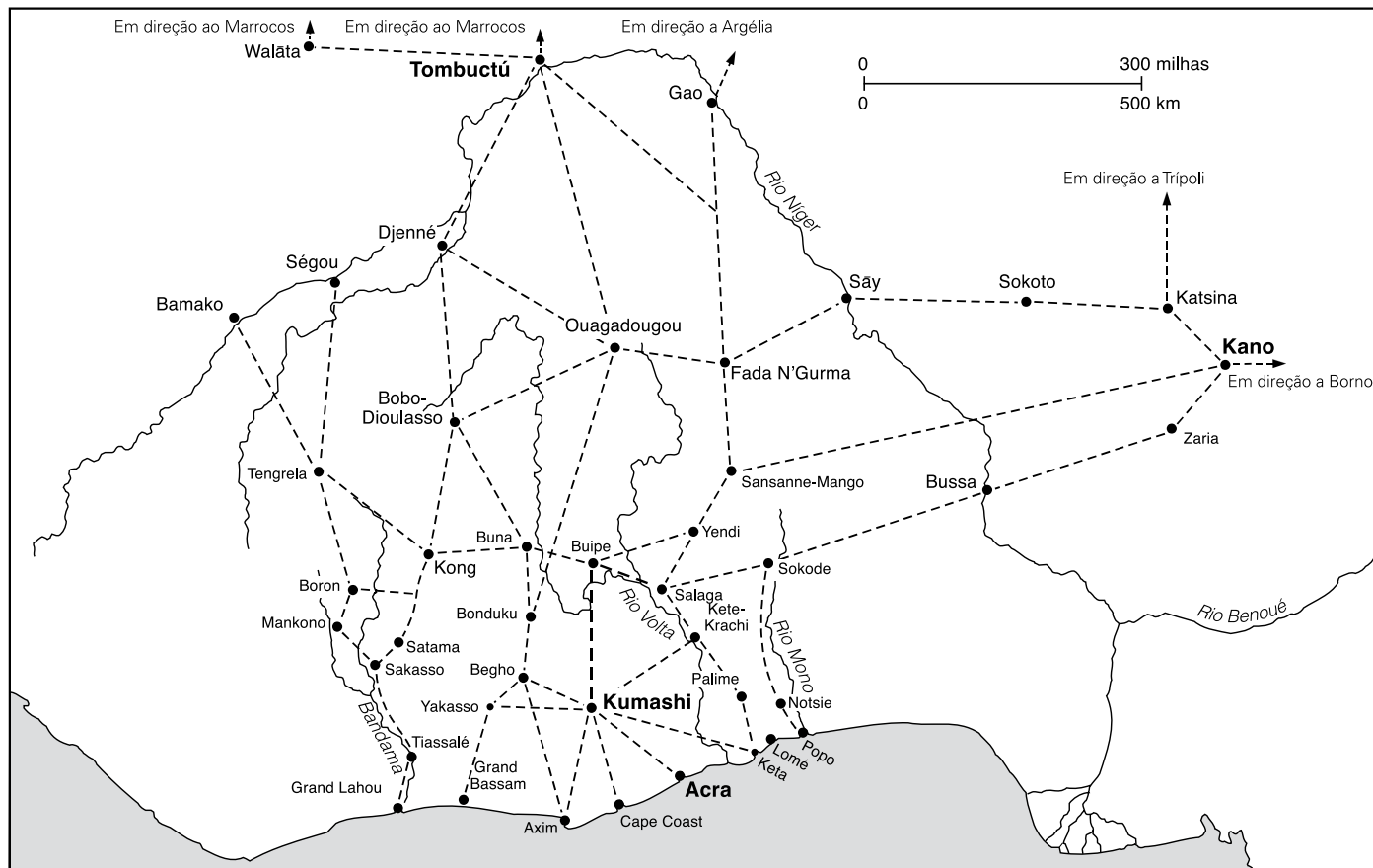



Figura 14.3 As principais rotas comerciais das bacias do Bandama, do Volta e do Mono (segundo A. A. Boahen).

Bono, o primeiro reino akan emergido na metade do século XV, atingiu o ápice de sua potência e glória, graças ao lucrativo comércio entre os mande e os akan, o qual tinha Begho como centro[40].

Ao longo do século XVI, os labadi e os osu juntaram-se aos ga-mashi, os nungua e aos tema nas planícies de Accra, e juntos fundaram um número crescente de centros de povoamento. Antes de 1300, os ga ignoravam os reis, mas tinham os sacerdotes como chefes. Por volta de 1600, entretanto, eles adotaram a função secular do rei, provavelmente emprestada de seus vizinhos akan e adangbe. Durante os primeiros decênios do século XVII, alguns ga abandonaram o interior para se estabelecerem na costa, atraídos, evidentemente, pela presença dos europeus. Os ga-mashi, os nungua e os osudoku foram os primeiros a emigrarem. Foram seguidos pelos la, os quais fundaram Labadi nas terras confiscadas dos nungua, ao passo que os osu conquistaram seu território às custas dos osudoku. O último principado ga a ser fundado na costa foi Teshi, construído em um território ofertado pelos nungua a um grupo que havia emigrado de Labadi. Contudo, todas estas cidades da costa reconheciam a suserania do *mantse* (rei) ga, que permanecia em Ayawaso, capital do reino até 1680, ano em que fora transferida para a costa.

Parecia que no plano político, ao longo do século XVI, formavam-se entre os akan um certo número de pequenas comunidades e de cidades-Estado ou chefias na bacia Pra-Ofin, interligadas não pela fidelidade a um mesmo soberano, mas por parentesco, ligações agnatícias e de clã, aliás, todas elas encontravam-se imbricadas à rede das rotas comerciais já mencionadas. Entretanto, segundo a tradição oral de Adansi, houvera, na metade deste século, uma operação de centralização conduzida, sob a influência do clã e dos Estados urbanos agrupados em torno de Fomena e de Akrokyere, pelo chefe Awurade Basa, rei de Fomena[41]. Se essa ação deu origem à confederação dos Estados adansi na região, também precipitou a emigração, precedentemente evocada, de certos povos akan rumo a Norte e a Sul. Todos esses emigrantes, por sua vez, nessas regiões, fundaram chefias, cidades-Estado e principados tais como Kwahu, Akyem Abuakwa, Akyem Kotoku e Akwamu; ou Wassa, Twifo, Igwira e Adom, mais a Sul e, enfim, Tafo, Suntreso, Kaasa e Amakom, que agora fazem parte da municipalidade de Kumasi[42].

O processo de formação do Estado parece ter-se acelerado entre 1580 e 1630. Ao menos é isso o que sobressai em um dos mapas mais reveladores dos Estados

40 C. K. Effah-Gyamfi, 1978.

41 K. Y. Daaku, 1969, p. iii.

42 K. Y. Daaku, 1966, p. 10-13.

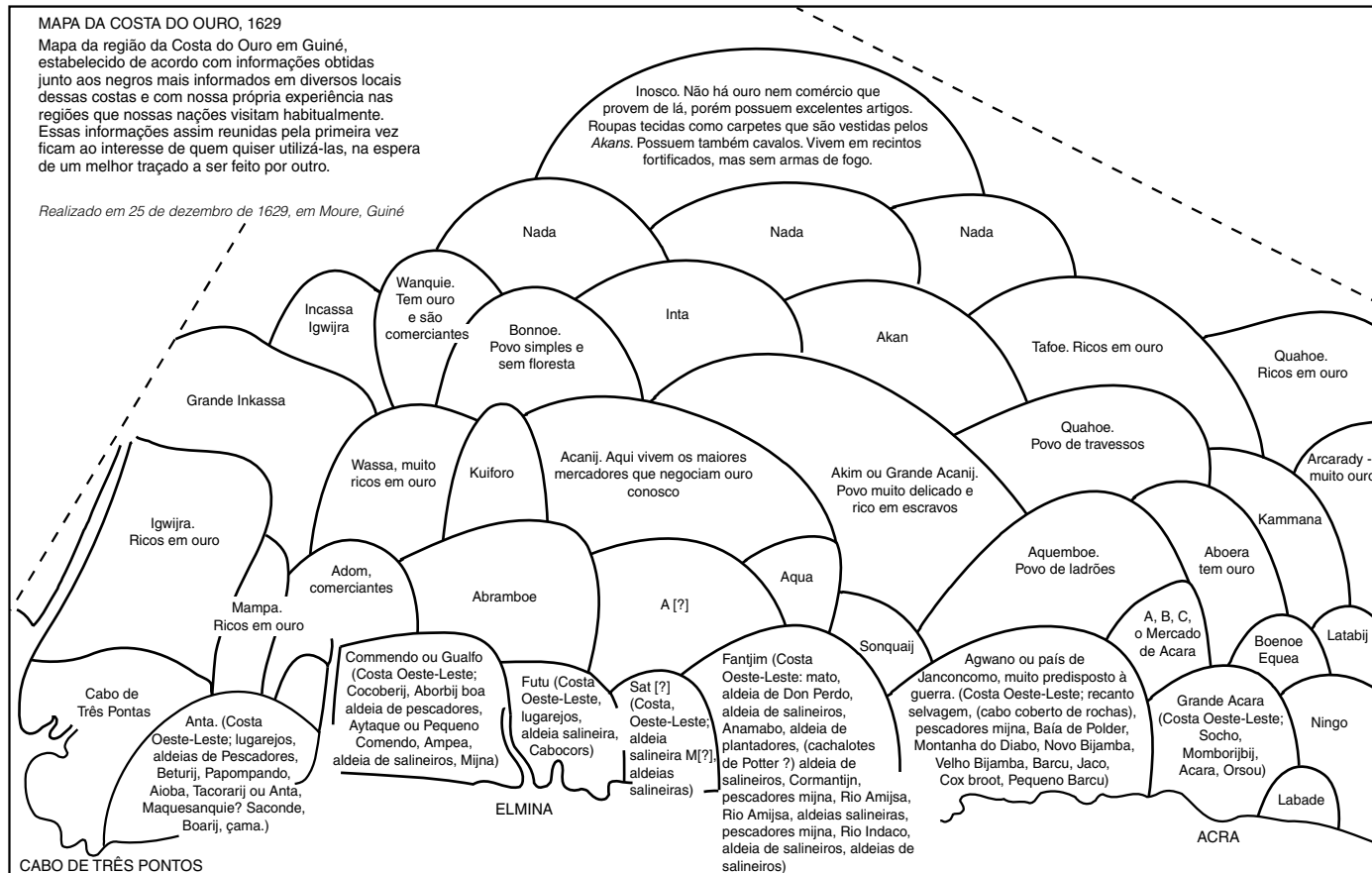



Figura 14.4 Reconstituição de um mapa da Costa do Ouro datando de 1629.

do Sul da Costa do Ouro, entre o Tano e o Volta, traçado por um cartógrafo holandês, aos 25 de dezembro de 1629, o qual mostra alguns 38 Estados e reinos. Todos, salvo dois deles, o Grande Incassa e Incassa Igwira[43], foram identificados depois e ainda existem nas mesmas regiões.

Tais Estados foram fundados pelos grupos de Ga e de Akan já mencionados. Dado que tamanho número de Estados nasceu em um espaço tão restrito, é evidente que eles só poderiam ser de pequeno porte. Na verdade, parecia que muitos deles tinham sido ou simples cidades-Estados ou pequenas chefias. Todavia, embora fossem de diversos tamanhos, provavelmente todos estavam organizados do mesmo modo. Cada um deles tinha a sua frente um único dirigente, ou um rei e uma rainha. Em certos Estados, como a Confederação adansi, as famílias reais dos diferentes Estados assumiam, alternadamente, o poder. Nos Estados unitários, conforme o princípio matrilinear, no caso dos akan, o rei era escolhido na família real do Estado, geralmente a primeira família ou o primeiro clã a ter chegado nestes lugares. Ele era cercado por um Conselho composto dos chefes das famílias ou dos clãs que constituíam o Estado e era, antes que um ditador, o primeiro dentre seus pares. Cada Estado tinha seus próprios deuses, dentre os quais alguns eram elementos naturais, como rios, lagos ou rochedos, e cujos sacerdotes exerciam uma considerável influência na sociedade.

O período que se estende de 1630 até por volta de 1670 foi marcado sobretudo por duas categorias de acontecimentos políticos nas regiões povoadas por Ga e por Akan. A primeira foi a consolidação e o crescimento regulares dos Estados constantes do mapa de 1629 e, a segunda, foi a emergência de novos Estados. De todo modo, é claro, segundo as fontes orais, que reinos como os de Akwamu, Denkyira, Accra ou Ga, Fânti, Wassa e Adom estenderam-se consideravelmente e, na maior parte dos casos, de forma pacífica. Os ga, por exemplo, expandiram seu reino a partir da costa e das planícies adjacentes para o Norte até incluir os principados guan situados abaixo das colinas de Akuapem, onde estabeleceram sua importante cidade-feira, Abonse (A, B, C, no mapa de 1629); e, para o Oeste, onde absorveram os principados guan de Awatu e de Senya. É certo que o reino alcançou a sua maior extensão territorial e o apogeu de sua potência sob o reinado de Okai Akwei, cuja duração aproximadamente foi de 1640 até 1677.

43 O Grande Incassa e o Incassa Igwira foram identificados por certos eruditos, como Fynn e Porter, como sendo os Estados sefwi, cuja emergência será estudada em seguida. Todavia, a hipótese é duvidosa, pois as tradições orais não fazem nenhuma menção a eles, nem fazem referência à mínima relação com tais Estados. Ver R. Porter, 1974, p. 37; J. K. Fynn, 1971.

Também foi durante esse período que o Estado aduana de Akwamu se transformou em um potente reino, ocupando as regiões hoje correspondentes a Asamankese, Kade e Nsawam, bem como a região de Akuapem, ao passo que o Denkyira, rompendo com a Confederação adansi após uma série de guerras ocorridas entre 1650 e 1670, implantava-se solidamente na região da confluência do Ofin e do Pra[44]. Os fânti da costa também expandiram seu território para o interior e as narrativas europeias da época estão cheias de alusões às guerras ocorridas entre eles e os povos etsi, mais a Norte[45]. Os territórios wassa e adom, a Sul e a Oeste, da mesma forma, alargaram suas fronteiras nessa época.

A guerra denkyira-adansi da metade do século (1650-1670) e a guerra bono aceleraram enormemente o andamento das migrações, para o Sul e para o Oeste, nas regiões florestais habitadas por povos mais antigos como os adisi, ewotre, agwa, kompa e os lagunares. Esses novos grupos foram os fundadores não só do Aowin, na região da atual Wassa Amanfi, tendo por capital Enyini Nsu, situada perto do vilarejo de Anwianwia[46], mas também fundaram os três Estados sefwi de Anwhiaso, de Bekwai e de Wiawso, no Sul, além de Estados como Assini, Abripiquem e Ankobra e numerosas cidades ao longo do litoral. Estabelecido em uma das mais ricas regiões auríferas e na borda da principal rota comercial que ligava as feiras do Norte, Begho e Bondoukou, à costa, Aowin tinha se tornando, por volta de 1670, um reino muito rico e potente[47].

Alguns dos migrantes das regiões denkyira-adansi partiram também para o Norte e foram eles os fundadores dos Estados oyoko de Kumasi, Kokofu, Dwaben, Nsuta e, mais tarde, de Bekwai, assim como dos Estados bretuo de Mampong e Afigyaase, todos em um raio de mais ou menos cinquenta quilômetros em torno de Kumasi. Outros fundaram ainda o Estado aduana de Gyaaman ou Abron, mais ao Norte, entre os gbin, os nkoran, os nafana, os fantara e os kulango que ocupavam essa região[48].

Segundo as indicações das quais dispomos, parece certo que todos os novos Estados nascidos durante esse período possuíam as mesmas estruturas daquelas já existentes. No caso dos Estados sefwi e aowin, por exemplo, companhias de *asafo* (guerreiros) reagrupadas em torno dos bairros de habitação sobrepuseram

44 I. G. Wilks, 1957; K. Y. Daaku, 1970*b*, p. 144-161.

45 A. A. Boahen, 1965, p. 175-180.

46 Comunicação pessoal de H. Diabaté (1977).

47 K. Y. Daaku, s. d.

48 E. A. Agyeman, 1965, p. 36-39; A. Clérici, 1962, p. 27-28.

à estrutura sociopolítica preexistente, o sistema de clãs muito evoluído dos akan e as instituições da realeza fundadas nas eleições matrilineares.

Contudo, entre 1570 e 1600, houve, nessas regiões, uma autêntica revolução política marcada não pelo nascimento de novos Estados, mas pela centralização daqueles que já existiam, o Aowin e o Denkyira, esses sendo, ao que parece, os primeiros a se engajarem nesse sentido. Entre 1670 e 1690, não somente o Aowin conquistou os Estados sefwi do Norte e do Oeste, mas também se estendeu muito longe para o Oeste, anexando cidades como Keteso, Yawu, Brako e Sikasso, todas na atual Costa do Marfim[49].

Justamente quando o Aowin estava em plena expansão para o Norte e o Oeste, o Denkyira lançava-se também nas conquistas territoriais, praticamente em todas as direções a partir de sua capital, Abankieso, situada na confluência do Ofin e do Pra. Por meio de uma série de brilhantes campanhas militares, os chefes agona do Denkyira conquistaram, a Norte, todos os Estados adansi bem como os Estados pré-ashanti da região de Kumasi e, ao Sul, Assin e Twifo. Entre 1686 e 1690, o Denkyira venceu o Aowin, além dos Estados sefwi e os Wassa, a Sudoeste, bem como os reinos costeiros de Adom e de Fetu[50]. Em 1690, dominava o Sudoeste da Costa do Ouro e certas partes da Costa do Marfim[51].

Na mesma época, o Akwamu impunha-se igualmente nas regiões do Sudeste. A partir de sua nova capital, Nyanoase, situada perto da atual Nsawan, os chefes akwamu laçaram seu primeiro ataque contra o Reino Ga, concluindo a conquista desse em 1681. A partir daí, voltaram-se para o Oeste e conquistaram o reino costeiro de Agona, em 1689. Suas últimas campanhas, entre 1702 e 1710, permitiram-lhes tornarem-se os senhores não apenas dos Estados adangbe, a Leste, e de Kwahu, a Norte, mas também submeter os Estados ewe de Peki, Ho e Kpandu, após terem atravessado o Volta[52].

Os dispositivos administrativos implementados pelos denkyira e pelos akwamu para governarem seus impérios eram praticamente os mesmos. O império dividia-se em dois: a região metropolitana e a região provincial. A primeira era constituída pelo território em torno da capital onde *amanhene* (rei) residia, reinando sobre todo o império. Sob sua autoridade havia toda uma série de dignitários ou de reis que desempenhavam um certo número de funções na corte, tais como o *batahene* (ministro do comércio), o *sanaahene* (ministro

49 K. Y. Daaku, s. d.

50 *Ibidem*, p. 156-160.

51 W. Bosman, 1967, p. 72-73.

52 I. G. Wilks, 1957; K. Y. Daaku, 1970*b*, p. 153-156.

das finanças), o *gyaasehene* (ministro do interior), o *akyeamehene* (ministro das relações exteriores e linguista-chefe) e o *sumankwaahene* (ministro dos assuntos religiosos). Para fins político-militares, cada Estado estava subdividido em asas: três, no caso do Denkyira, e cinco, no de Akwamu. As subdivisões denkyira eram o *akumatire* (asa direita), o kyeremfem (asa esquerda) e o *agona adontendom* (vanguarda) [53]. As asas akwamu eram o *bankum* (asa esquerda), o *nifa* (asa direita), o *adonten* ou *krontire* (vanguarda), o *kyidom* (retaguarda) e o *gyaase*. À frente de cada uma das asas encontrava-se o rei de uma cidade ou de um Estado da região metropolitana, até mesmo aquele da própria capital. Ele exercia o poder político nessa asa em tempos de paz e tornava-se o *osafohene* (chefe de guerra), em tempos de guerra. Todos os chefes de asa eram membros do conselho que instruía o *omanhene*. A parte provincial do império era formada por todos os Estados que haviam sido conquistados e anexados. Cada um deles continuava a ser governado por seu próprio rei, mas ou era colocado diretamente sob a autoridade do *omanhene*, ou sob a de um chefe de asa. Cada Estado devia pagar um tributo anual e combater na asa de seu chefe, em caso de guerra.

Dado que o Denkyira foi o primeiro Estado a formar um império e que possuía três asas, enquanto o Akwamu tinha cinco (das quais três eram idênticas às do primeiro), é evidente que o Akwamu emprestou do Denkyira o novo sistema político-militar imperial e limitou-se em melhorá-lo acrescentando mais duas asas, o *kyidom* e o *gyaase*.

Muitos historiadores remeteram a história política da Costa do Ouro quase exclusivamente àquela da ascensão do Império Ashanti. Porém, o curso dos acontecimentos políticos foi muito mais complexo que isso. Em primeiro lugar, o século XVIII assistiu ao nascimento e a imposição de um certo número de Estados diferentes do Império Ashanti. Em seguida, viu, de um lado, o renascimento, ainda que de curta duração, do Aowin e, de outro lado, a derrubada do Denkyira e do Akwamu, respectivamente pelo Ashanti e pelo Akyem. Depois, esse mesmo século testemunhou o apogeu do Reino Fânti em sua amplitude territorial e, por fim, a ascensão do Império Ashanti, notadamente reconhecido como o acontecimento mais brilhante de todos.

Tais são os Estados que se formaram no século XVIII: Nzima, os Estados aowin ou anyi de Sanwi, Ndenye, Diabe, Moronou e Bettie e os numerosos principados baoulé. Após terem sido derrotados pelos denkyira pouco depois de 1680, os aowin ou anyi abandonaram a região de Anwianwia sob a direção

53 J. K. Kumah, 1966, p. 33-35; K. Y. Daaku, 1970*b*, p. viii.

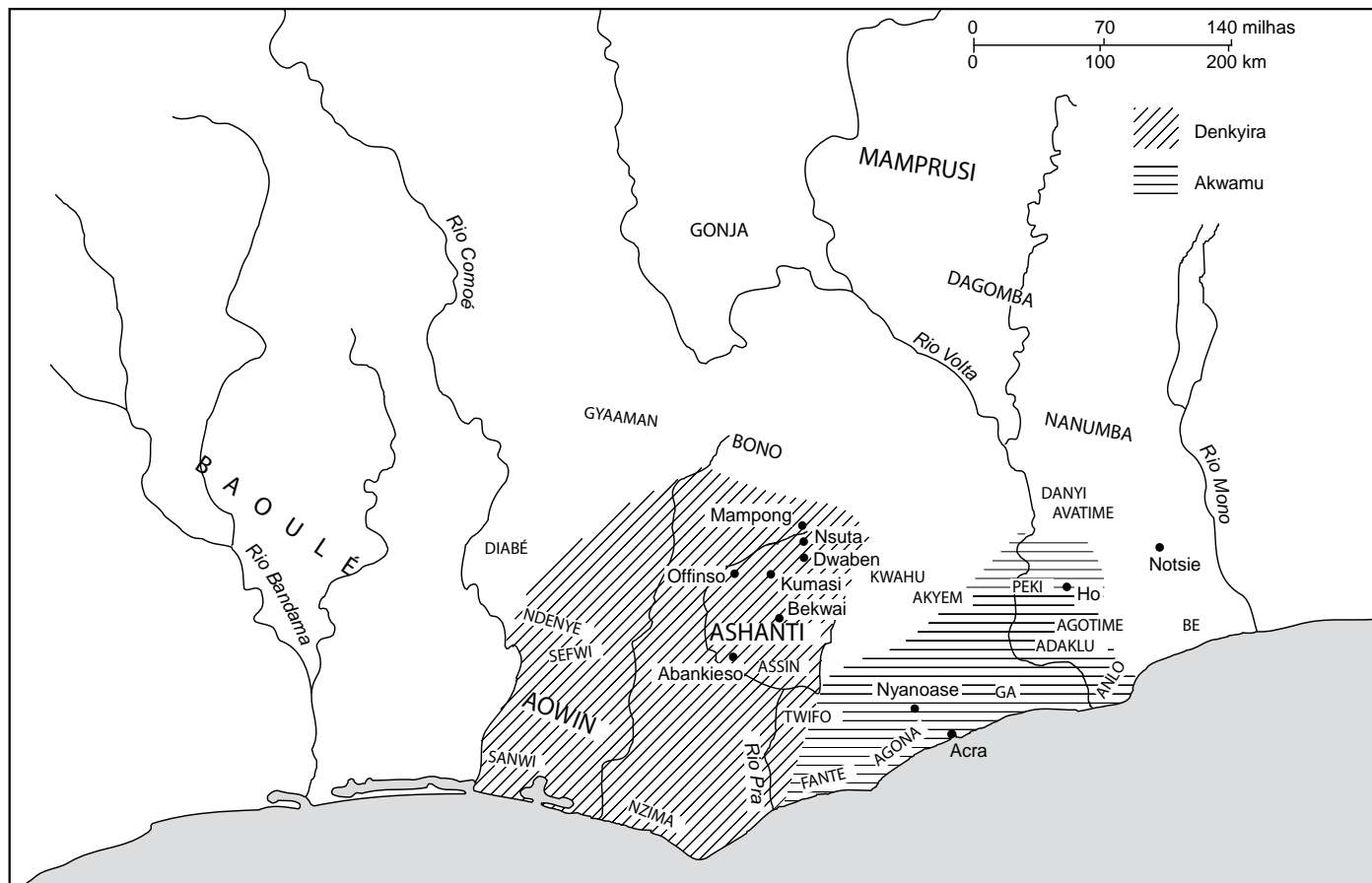



Figura 14.5 Os Estados da costa da Guiné Inferior em 1700 (segundo A. A. Boahen).

de seu chefe Amo Aseman e atravessaram o Tano, reconstituíram seu reino em torno de Enchi, após a conquista do Estado preexistente de Agwa (Sohié e Anabula). Ainda não o haviam consolidado plenamente quando foram atacados pelos ashanti, em 1715, os quais obrigaram alguns deles a emigrarem para o Oeste onde, conquistando os aqua, os aboisse, os abakulo e os ekuebo, depois os eotile, fundaram o reino Sanwi[54]. Tendo estabelecido sua capital em Krinjabo não tardaram a se apossarem de Assin, garantindo, deste modo, o controle das trocas entre o interior e a laguna de Aby.

No Norte de Sanwi surgiram os outros Estados anyi de Ndenye e Diabe, fundados, no mesmo momento que Sanwi, pela coluna de refugiados de Anwianwia, que se dirigiu para o Noroeste[55], até a região ocupada anteriormente pelos agwa, os abure e outros grupos lagunares. Até aproximadamente 1715, os anyi de Ndenye juraram fidelidade a Aowin, porém uma parte deles rebelou-se contra tal situação e fundaram o reino de Bettie. Uma fração dos anyi, os monfwe, atravessou o Camoé para criar o reino Moronou[56]. Se nada sabemos das relações existentes entre esses dois Estados, por outro lado, sabemos que Ndenye definitivamente submeteu-se à autoridade dos ashanti. Perrot e Gross concordam ao pensarem que Ndenye servia ao *ashantihene* por intermédio do Estado sefwi de Wiawso, porém estudos mais recentes confirmam que, como alega Daaku, esse intermediário era, de fato, o *bantamahene* de Kumasi[57].

No Noroeste dos anyi, entre os rios Comoé e Bandama, ao longo da primeira metade do século XVIII, também nasceu uma porção de principados e chefias baoulé. Destaca-se nas tradições orais sobre os fundadores desses Estados que eles chegaram através de duas levas distintas da Costa do Ouro[58]. A primeira trouxe os baoulé alaguira quase no mesmo momento que os anyi, aproximadamente em 1700, vindos do Denkyira que, em 1700-1701, havia sido vencido pelos ashanti. Primeiramente, estabeleceram-se na região do atual cantão de Agba e, a partir daí, alguns foram viver entre os guro e os koro, no Oeste.

A segunda leva, composta de Assabu, muito mais expressiva do que a primeira, chegou de Kumasi após o conflito de sucessão que estourou na morte

54 Comunicação pessoal de H. Diabaté, 1977. Ver também R. A. Horowitz, 1974, p. 330-379; H. Diabaté, 1977; A. Clérici, 1962, p. 27-31.

55 C. H. Perrot, 1970 e 1974.

56 A. Clérici, 1962, p. 27-31.

57 C. H. Perrot, 1970 e 1974; K. Y. Daaku, 1971.

58 J. P. Chauveau, 1979, p. 24-25; A. Clérici, 1962, p. 28-29; T. C. Weiskel, 1980, p. 5-8.

de Osei Tutu, em 1717. Segundo suas tradições orais, eles foram conduzidos por sua rainha Abla Poku, que sacrificou seu filho ao espírito do rio Camoé para permitir-lhes atravessá-lo, daí seu nome Baolé, que significa "a criancinha morreu". Depois disso, alguns foram direto para o Norte a fim de formarem o Ando, ao passo que outro grupo se dirigiu para o Sul e se estabeleceu em Grande Morié, entre os attie e os abe. O restante, sempre sob o comando de Abla Poku, rumou para o Sul, atravessando o Bandama, depois, continuou na mesma direção e se estabeleceu na região de Bouaké. O grupo que aí se fixou dividia-se em oito grandes famílias ou clãs: os faafuwe, os nzipri, os aitu, os nanafowe, os warebo, os saafowe, os agba e os ngan[59]. Tudo indica que Akwa Boni, que sucedeu Abla Poku soube impor sua autoridade aos baoulé, aos mande e aos malinké, os quais ocupavam a região de Warebo, mas, após sua morte, o reino retalhou-se em chefias independentes. Todos os novos invasores misturaram-se rapidamente aos guro, aos malinké, aos senufo e aos goli, para formarem o povo baoulé de hoje.

Foi nessa época que nasceu, na mesma região, o Reino Nzima, criado pelos três irmãos, Annor Blay Ackah, Bua Kpanyili e Amihere II. Estes conseguiram impor sua autoridade aos três Estados já constituídos, Jamoro, Abripiquem e Ankobra, graças à fortuna que haviam acumulado comerciando com os europeus. O mais célebre dos três irmãos, Amihere II, tornou-se extremamente rico nos anos 1760. Conseguiu expandir as fronteiras do novo reino, bem como aumentar a população favorecendo, deliberadamente, a implantação de estrangeiros. Conhecido nos anais europeus pelo nome de Apollonia, esse novo Estado dominou a extremidade Sudoeste da Costa do Ouro durante todo o século XVIII.

Alguns Estados preexistentes, tais como o Abron, o Sefwi, o Wiawso, o Aowin e o Fânti, aumentaram sua potência e sua influência. O Aowin, por exemplo, parece ter restabelecido sua independência do Denkyira durante o último decênio do século XVII e, consideravelmente reforçado pelo afluxo dos refugiados que fugiam das guerras ashanti-denkyira, foi capaz de estender sua dominação sobre os Estados sefwi e empreendeu a conquista das regiões do Norte produtoras de ouro e de marfim durante os dez primeiros anos do século XVIII. Tal Estado havia se tornado tão potente e conquistador que, sob o comando, de Ebri Moro, seus homens invadiram o Ashanti, em 1718-1719, atacaram e pilharam a capital Kumasi, retornando com um rico espólio de guerra e alguns cativos, dentre os quais havia alguns membros da família real ashanti[60].

59 A. C. Clérici, 1962, p. 28-29; J. P. Chauveau, 1974.

60 K. Y. Daaku, s. d.; J. K. Fynn, 1971, p. 43.

Igualmente, no princípio do século XVIII, os chefes do Estado de Abron conquistaram o Kulango, ao Sul, e uma parte do Nafana, ao Norte; estenderam sua autoridade ao Oeste até a margem do Camoé e, assim, tornaram-se senhores das rotas comerciais ligando Bondoukou a Kumasi e a Krinjabo. Ao mesmo tempo, o Abron transformou-se em um Estado muito particular, na verdade, único em seu gênero, pois era formado de elementos akan, kulango, nafana e mande. A posição política dominante era ocupada pelos invasores akan, que conservavam seus clãs e seu sistema matrilinear de herança, bem como seu sistema judiciário e certos aspectos de sua religião tradicional. Contudo, adotaram uma parte do folclore, dos cantos e das danças dos kulango e dos nafana, aliás, sem tocar nas estruturas sociais e na organização política deles, no nível rural e campestre. Ademais, alguns dentre esses três grupos adotaram a religião islâmica, introduzida pelos mande-jula, os quais também exerceram uma forte influência no sistema econômico do reino[61].

Foi também durante o primeiro decênio do século que os Akwamu empurraram os limites territoriais de seu império até a outra margem do Volta[62]. E em parte foi para replicar a essa expansão akwamu e, mais tarde, à de Ashanti e à de Akyem, das quais falaremos agora, que os fânti conquistaram também, por volta de 1730, os Estados costeiros vizinhos, Aguafo e Fetu, a Oeste, e o Estado de Agona, a Leste[63]. Tais conquistas conferiram-lhes o poder sobre a banda costeira, entre a desembocadura do Pra e a fronteira do Reino ga.

As mudanças políticas que sobrevieram nas regiões da floresta central, entre o Camoé e o Volta, entre 1500 e 1800, foram ainda mais surpreendentes. O primeiro desses acontecimentos políticos foi a derrota e a queda do Império Denkyira, pela jovem confederação de Estados ashanti, ocorrida no fim de uma série de guerras, entre 1699 e 1701. Tal derrota foi seguida da conquista de todos os Estados vassalos do Denkyira: os Estados sefwi (1701-1702), twifo (1712-1713) e wassa (1713-1726). Os ashanti não pararam por aí e conquistaram o Aowin (1715-1721), o Nzima (1715) e o Estado anyi de Ndenye (1715), a Sudoeste, bem como o Wendi (1711-1714), o Bono (1723-1724), o Estado abron (1731-1740) e o Gonja (1732), a Noroeste[64]. Assim, em 1730, a totalidade

61 M. Toure, 1974, p. 463-478.

62 I. G. Wilks, 1957.

63 A. A. Boahen, 1965, p. 180-182.

64 Para os detalhes sobre tais campanhas militares e conquistas, ver J. K. Fynn, 1971, p. 40-83; K. Y. Daaku, 1970, p. 173-181; I. G. Wilks, 1975, p. 18-29.

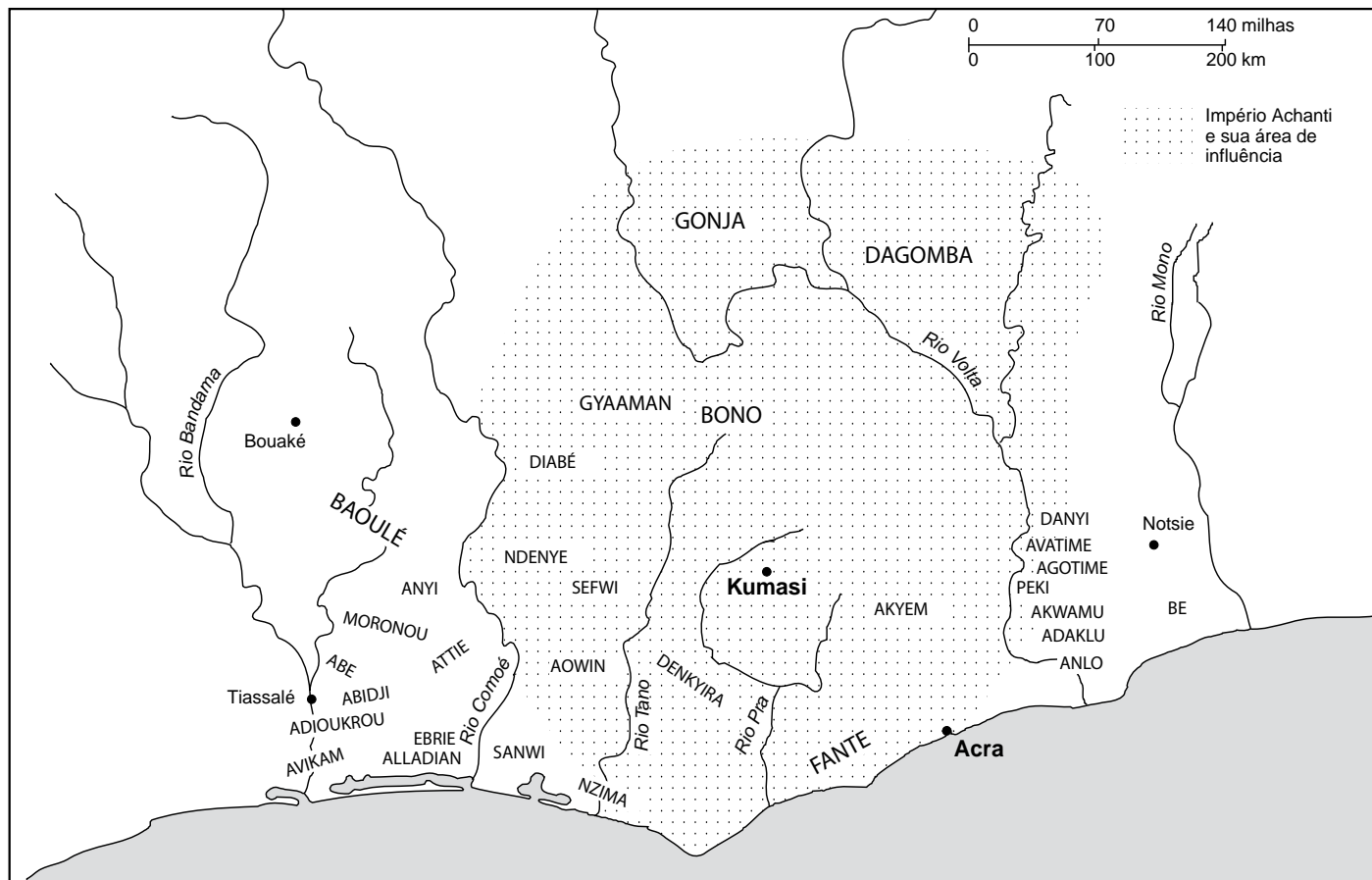



Figura 14.6 Os Estados da costa da Guiné Inferior em 1750 (segundo A. A. Boahen).

da região compreendida entre o Camoé e o Volta encontrava-se sob o controle ashanti.

O segundo acontecimento político da época foi a derrota do Akwamu pelos akyem abuakwa e seus aliados, os ga, os kotoku e os agona, em 1731[65]. Essa derrota ocasionou não só a expulsão dos chefes akwamu de seus territórios de origem – e foi do outro lado do Volta que eles fundaram sua capital atual, Akwamufie –, mas também a anexação da totalidade da bacia de Birim-Densu pelos akyem abuakwa. Desta forma, em 1733, toda a região compreendida entre o Camoé, a Oeste, e o Volta, a Leste, tinha sido partilhada entre os ashanti, os akyem e os fânti.

O último passo a ser dado para concluir o processo de centralização foi executado entre 1731 e 1750, quando os ashanti conquistaram não apenas os akyem kotoku e os akyem abuakwa (1742), e o Estado ga (1744-1745), ao Sul, mas também o Gonja oriental e o Estado dagomba (1744), a Norte do Volta, bem como os Estados krakye e bassa (1744-1745), a Nordeste[66]. Portanto, na metade do século XVIII, o Império Ashanti ocupava uma zona compreendida entre a metade interna do Camoé, a Oeste, e o Volta, a Leste, bem como para além do Volta, ao Norte, até o mar, ao Sul, salvo apenas o Estado fânti, situado diretamente no Sul de Kumasi. Os fânti mantiveram sua soberania ao longo do século XVIII, graças, notadamente, a sua habilidade diplomática, e, também, ao firme apoio, do qual se beneficiavam, da parte dos britânicos da costa, cuja política constituía em impedir os ashanti de estabelecerem sua dominação sobre o conjunto do litoral[67].

A estrutura e o governo desse império não eram fundamentalmente diferentes daqueles do Akwamu e do Denkyira. Como esses, dividia-se em duas partes: o Ashanti metropolitano e o Ashanti provincial ou, segundo os termos de Arhin, o Grande Ashanti. O Ashanti metropolitano não consistia simplesmente em uma cidade ou um Estado, como no caso do Denkyira ou do Akwamu, mas – e aí reside uma das diferenças mais marcantes entre esses dois impérios e ele – era formado por todos os Estados preexistentes em um raio de uns cinquenta quilômetros em torno de Kumasi, a saber, Dwaben, Kokofu, Bekwai, Nsuta, Mampong, Offinso, Asumenya, Denyasi, Adansi e Kuwamu. Todos eles reconheciam o *ohene* (rei) do Estado de Kumasi como seu *ashantihene* (rei supremo) e Kumasi como sua capital; viam no *Asomfo* (Tamborete de Ouro) a alma e o símbolo sagrado da unidade e da permanência da nação ashanti, e eram representados pelo seu próprio *omanhene* no Conselho do *asanteman*, órgão do governo, da

65 F. Addo-Fening, 1980.

66 I. G. Wilks, 1975, p. 18-29; J. K. Fynn, 1971, p. 57-80.

67 Para mais detalhes ver A. A. Boahen, 1965, p. 182-185, e 1974.

federação e de todo o Império. Por razões políticas e militares, o Ashanti metropolitano estava dividido, como o Akwamu, em cinco asas portando exatamente os mesmos nomes: *benkum*, *nifa*, *adontem*, *kyidom* e *gyaase*. Cada um dos Estados que o compunha organizava-se segundo o mesmo modelo.

A segunda parte do Império, o Grande Ashanti, era formada por todos os Estados conquistados e reduzidos pelos ashanti à condição de vassalos ou de dependentes. Esses Estados não possuíam representantes diretos no Conselho do *asanteman*, nem qualquer acesso direto junto ao *ashantihene*, mas cada um deles se submetia a esse último por meio de um intermediário, o *adamfo* ("Estado cliente"), se ele já não fosse um, representado por um dos reis ou um dos Estados membros da confederação, ou ainda por um dos chefes de asa do Estado de Kumasi, residindo habitualmente em Kumasi. Assim, o Krakye e o Bassa juraram fidelidade a Kumasi por intermédio do *dwabenhene*; o Gonja, do *mamponghene*; o Atpebubu e o Denkyira, respectivamente, do *adontehene* e do *akwamuhene* de Kumasi[68]. Salvo a sujeição a um desses reis, os Estados encontravam-se essencialmente livres para disporem deles mesmos e tudo aquilo que se esperava de sua parte era o pagamento do tributo anual e a participação nas guerras dos ashanti. Foi para reforçar esse sistema – aliás, muito liberal – da administração provincial que, durante os quarenta últimos anos do século, representantes ashanti foram chamados a permanecerem em certos Estados provinciais na qualidade de comissários regionais de distrito[69].

Portanto, as regiões florestais e costeiras da Guiné Inferior, entre 1670 e 1750, conheceram uma verdadeira revolução política, simultaneamente, física e estrutural. Os trinta e oito Estados constantes do mapa de 1629, primeiramente, cederam espaço aos três grandes impérios de Aowin, Denkyira e Akwamu que, desde 1750, encontravam-se reunidos em um único império, o dos ashanti.

A primeira razão do avanço desses impérios e da centralização dos Estados foi que os quatro impérios em questão tinham, ao mesmo tempo, a vontade de se expandir e o dinheiro necessário para comprar armas e munições: a produção de ouro estava concentrada em seu território e as nozes-de-cola, gêneros principais do comércio com o Norte, provinham principalmente do Akwamu e do Ashanti. Ademais, de acordo com sua situação geográfica, tais Estados desempenhavam o papel de intermediários comerciais entre as regiões da costa e as da savana.

Estendendo-se para o Norte e para o Sul, esperavam assegurar o domínio das principais rotas comerciais, mas também de outras regiões produtoras de

68 I. G. Wilks, 1975, p. 39 e 151.

69 A. A. Boahen, 1965, p. 342-344.

ouro e de noz-de-cola. A presença dos europeus na costa também os estimulou nesse processo. Na metade do século XVII, o comércio com os europeus de fato tornara-se muito mais lucrativo do que as trocas com as regiões da savana, e era irresistível o desejo de cada um dos países do interior de se estender até a costa para, assim, comerciar diretamente com os europeus e se enriquecer o quanto fosse possível. Não há nada de surpreendente nisso, pois mais cedo ou mais tarde, uns e outros, abriram um caminho, com o uso de armas, até a costa; o Aowin absorvendo as regiões constituintes do Apollonia; o Denkira empurrando suas fronteiras até o Ahanta e o Fetu; o Akwamu conquistando os reinos agona e ga do litoral e, os Ashanti, tornando-se finalmente os senhores do conjunto e entrando em contato direto com os europeus.

Os Estados que constituíram o Ashanti Metropolitano obedeciam a uma motivação não apenas econômica, mas também política. Além de todos terem sido conquistados pelo Denkyira, também foram submetidos a um tratamento tão tirânico e opressivo da parte de seus conquistadores, que somente esperavam pelos chefes que saberiam reunir suas forças e reverter o jugo denkyira. O fato de que os denkyira governaram os países conquistados como opressores é atestado não apenas pelas tradições orais dos Estados pré-ashanti, mas, também pelas fontes europeias da época. Deste modo, em 1701, o diretor geral da Feitoria holandesa de Elmina, J. Van Sevenhuysen, notava que: "Os denkyira, de longa data, mostraram-se muito belicosos, orgulhosos de suas vitórias e insuportáveis para com seus vizinhos." Bosman, outro observador contemporâneo, por sua vez assinalava: "O Denkyira, impelido por suas grandes riquezas e potências, adquiriu tanta arrogância que começou a ver todos os outros negros com um olhar de desprezo, estimando-os apenas como escravos; o que fez dele objeto do ódio comum, cada um desejava impacientemente a sua queda[70]." Faltava a estes Estados a possibilidade de se reagruparem atrás de um ou de vários chefes, encarnados por Osei Tutu e Opoku Ware, os fundadores do Império Ashanti.

Por outro lado, tais Estados encontravam-se, no princípio de sua empreitada expansionista, livres de toda ingerência em seus negócios interiores. Eis um fator essencial, pois explica porque os Estados akyem e aqueles do litoral, ainda que não desprovidos de dinheiro e de motivação, não conseguiram se constituir como impérios: os primeiros pressionados entre os Estados em expansão – o Denkyira, depois, o Ashanti, a Oeste, e o Akwamu, a Leste – permaneceram na

70 W. Bosnman, 1967, p. 74-75.

defensiva durante os séculos XVII e XVIII. Do mesmo modo, os Estados costeiros constantemente eram expostos às intervenções das nações europeias rivais presentes na costa, intervenções que, de tempos em tempos, desencadearam conflitos armados como aquele que opôs os komenda aos holandeses, após 1690. Na verdade, durante esses dois séculos, a linha de conduta política dos europeus foi principalmente a de impedir que um só Estado impusesse sua autoridade à costa. Eis aí um problema com o qual não sofreram os Estados de Aowin, do Denkyira, de Akwamu e do Império Ashanti; situados ao longe, no interior das terras, inicialmente poupados da ingerência direta dos europeus, conseguiram estabelecer suficientemente sua potência antes de entrar em contato com eles.

Todavia, para compreender o avanço dos três impérios é preciso levar em conta dois outros fatores: a adoção de uma nova técnica e o modo notável da gestão de seu governo. A partir da segunda metade do século XVII, os fuzis e a pólvora tornaram-se os gêneros europeus mais estimados; o ouro e as outras riquezas, das quais dispunham os dirigentes desses Estados, lhes permitiam comprar todas as munições de que havia necessidade. A aquisição de armas de fogo teve por efeito a aceleração considerável do processo de expansão. A forma tradicional de guerrear consistia, para os dois campos inimigos, em se alinhar frente a frente, em fileiras apertadas e combater com lanças, espadas, machados, facas, arcos e flechas e até mesmo, corpo a corpo. Esse modo de afrontamento foi modificado pela utilização dos fuzis: o corpo da tropa foi dividido primeiramente em três asas combatentes (Denkyira), depois, em cinco (Akwamu e Ashanti). Em seguida, tal nova formação militar sobrepôs-se à estrutura política tradicional, centrada no rei governando em torno do conselho dos chefes de clã e de linhagem. Se não fosse a qualidade dos seus chefes, esses Estados não teriam podido adaptar sua forma tradicional de combate e suas velhas estruturas políticas à nova técnica.

Atualmente, não sabemos muito a respeito dos reis aowin, mas tanto as fontes orais quanto os documentos europeus são unânimes em reconhecer que os soberanos do Denkyira, do Akwamu e do Ashanti eram excepcionalmente corajosos, sutis e competentes. Os reis denkyira em questão eram Werempi Ampem, Boadu Akafu Brempon e, em último lugar, o mais ilustre de todos, Boa Amponsem, ao passo que os Akwamu tinham à sua frente Ansa Saskrakru, Basua e Akwono, e os Ashanti, Osei Tutu e Opoku Ware[71]. Foram esses reis que, por meio de uma série brilhante de campanhas militares, empreendidas no

71 Encontraremos um estudo detalhado sobre o papel desempenhado pelos soberanos em J. K. Fynn, 1975; A. A. Boahen, 1965; K. Y. Daaku, 1970*b*; J. K. Kumah, 1966; I. G. Wilks, 1957.

momento oportuno e cuidadosamente coordenadas, converteram seus pequenos reinos nestes enormes impérios.

Numerosos historiadores acreditam que o crescimento da potência desses impérios resultou do tráfico de escravos. Fage, por exemplo, sustentou que

> "no conjunto, é provavelmente justo dizer que o tráfico de escravos, em seu funcionamento, tendeu a integrar, a reforçar e a desenvolver uma autoridade territorial militar, enfraquecendo, por outro lado, sociedades mais segmentares. Certamente, podemos discutir a fim de saber se isso foi bom ou ruim, porém do ponto de vista histórico, tal fato pode parecer como um movimento repleto de sentidos e, talvez, mais ou menos inevitável" [72].

Clérici e outros são da opinião de que "podemos até mesmo dizer que esses reinos (o Daomé e o Ashanti), que antes não existiam, nasceram do tráfico" [73]. Se isso é verdade em relação às outras partes da África do Oeste, não o é para a região que aqui nos interessa. Vimos que o tráfico de escravos na Costa do Ouro não se tornou verdadeiramente uma atividade econômica notável antes dos primeiros anos do século XVIII. Ora, os empreendimentos expansionistas dos quais falamos começaram entre 1670 e 1690. Em outras palavras, ao menos na Costa do Ouro, o tráfico de escravos foi a consequência e não a causa do processo de edificação dos Estados.

Nada comparável aos transtornos políticos que acabaram de ser evocados produziu-se nos territórios akan, a Oeste do Tano, nem nas regiões ewe, a Leste do Volta, foco dos grupos lagunares, dos anyi e dos baoulé. Nessa região, a situação política em 1800 era sensivelmente a mesma daquela de cinquenta ou cem anos antes, com uma organização em pequenos reinos ou principados, sendo que cada um era constituído de uma associação de grupos familiares, de ligações relativamente tênues, pertencentes a diversos clãs, cujas origens remontavam a um ancestral comum.

Em 1800, o território ewe encontrava-se ainda dividido em uma porção de *dukowo* independentes (divisões territoriais, ou aquilo que Amenumey chama de "chefias ou senhorias") de tamanhos variados, indo de Wodze, consistindo em uma só cidade, até Anlo, composto de 36 cidades e vilarejos, todos completamente independentes uns dos outros e dispersos em grandes superfícies[74]. Por volta de 1900, não havia menos de 120 *dukowo* no país Ewe. Cada um

---

72 J. D. Fage, 1969*a*.

73 A. Clérici, 1962, p. 67.

74 D. E. K. Amenumey, 1969; C. K. Nukunya, 1969.

deles era governado por um *fia* (rei) que era eleito patrilinearmente em uma ou duas linhagens das famílias fundadoras. Ele era assistido por um conselho de anciãos que devia ser consultado sobre cada decisão a ser tomada. Sob sua autoridade encontravam-se os chefes das aldeias do *dukowo* e cada uma delas era também composta de linhagens que, por sua vez, possuíam seu próprio chefe. No âmbito da aldeia ou da cidade, cada adulto do sexo masculino e de corpo sadio participava das reuniões públicas durante as quais eram discutidos os problemas que interessavam à aldeia ou à cidade, antes que uma decisão fosse tomada pelo chefe e pelos anciões. Várias razões explicam porque os akan do Oeste, da bacia do Tano-Bandama, e os ewe da bacia do Volta-Mono não reforçaram suas estruturas sociopolíticas. Primeiramente, as duas zonas continuaram acolhendo migrações do exterior ao longo dos séculos XVII e XVIII, ao passo que prosseguia também, até o século XIX, a tendência à divisão e à implantação de focos de povoamento cada vez menores. Aproximadamente em 1800, por conseguinte, tais povos ewe e akan do Oeste não se encontravam suficientemente fixados para se arriscarem nas guerras de expansão. Em segundo lugar, esses migrantes fugiam das hegemonias centralizadoras ou da conduta tirânica de seus antigos senhores. Portanto, verdadeiramente, eles não tinham pressa em recriar estruturas sociopolíticas das quais eles próprios haviam escapado. Em terceiro, no caso dos ewe, faltava uma motivação econômica para edificar um Estado. Para retomar os termos de Amenumey, "ao país ewe faltava um estimulante econômico que é o pré-requisito indispensável à evolução para entidades políticas centralizadas. É a produção de excedentes econômicos que fornece o primeiro motivo para a centralização" [75].

Sem ouro, sem marfim ou sem noz-de-cola, os ewe não podiam participar ativamente do antigo e lucrativo comércio atlântico Norte-Sul. Nos séculos XVII e XVIII, a principal exportação da região era a de escravos. Ora, vimos que esse comércio não era daqueles que garantiam a paz, a estabilidade e um governo ordenado, e também não podia estimular uma expansão política ou uma centralização.

Os akan do Oeste, por sua vez, possuíam ouro, marfim e noz-de-cola, mas, como as rotas comerciais para o Norte estavam nas mãos dos mande, dos senufo, dos kulango e dos akan do Leste, em particular, dos ashanti, extraíam um benefício reduzido do comércio desses produtos. Tampouco tomavam parte do comércio lucrativo efetuado no Nordeste com o país Haussa e o Borno. Na verdade,

75 D. E. K. Amenumey, 1969.

eles não dispunham de meios suficientes para se lançarem em uma aventura expansionista de grande envergadura.

Se não surgiu nessas regiões nenhum Estado ou Império centralizado de importância, foi também em razão de um outro fator, de ordem ecológica[76]. Primeiramente, durante os séculos que aqui nos ocupam, os europeus, repelidos pelas cercanias das zonas costeiras, notadamente, pelas lagunas, os evitaram e, consequentemente, os ewe e os akan do Oeste estabelecidos no interior das terras não tinham os mesmos motivos econômicos que os ga e os akan do Leste para se expandirem rumo Sul , até a costa.

Uma última razão, provavelmente a mais importante, foi a constante ingerência em seus negócios políticos, da parte de vizinhos mais potentes, a qual os habitantes dessas regiões tiveram de suportar. Os akan do Oeste tiveram que enfrentar as ameaças dos sefwi e, mais especialmente, dos ashanti, ao longo do século XVIII. De maneira análoga, os ewe sofreram constantemente, a partir de 1680, com a ingerência ativa em seus negócios internos, primeiro, dos reis do Grande e do Pequeno Popo, depois, dos akwamu e, no século XVIII, do Daomé, a Leste, e de todos os conquistadores ashanti, a Oeste.

Transformações sociais e culturais na Guiné Inferior

A mudança mais evidente gerada por estes três séculos no domínio social e cultural foi de ordem demográfica. A população da costa da Guiné Inferior aumentou consideravelmente nos séculos XVI e XVII, em razão da introdução de um grande número de culturas de subsistência – milho e certas variedades de inhame – originárias do Novo Mundo e da Ásia. Eis um fato incontestável que atestam as fontes europeias da época. Todavia, a partir daí, concordamos que, no século XVIII, especialmente em razão do tráfico de escravos, essa população permaneceu estacionária ou até mesmo diminuiu, como mostrou Inikori[77], e que atualmente ela seria bem superior ao que ela é se o tráfico transatlântico não tivesse existido.

Aliás, a estrutura social tornara-se mais complexa. Em, 1500, a sociedade comportava três classes: uma aristocracia dirigente composta de uma elite religiosa (os sacerdotes) e de uma elite política (os reis e as rainhas), os cidadãos ordinários e os escravos domésticos. No entanto, a elite religiosa que, no princípio, ocupava o cume da pirâmide social, no final do período considerado, tinha

76 C. Wondji, comunicação pessoal.

77 J. E. Inikori, 1979, p. 68-71.

cedido lugar à elite política, salvo entre os ga-adangbe e os ewe. Ademais, o fenomenal crescimento da atividade econômica, notadamente da exploração das jazidas auríferas e do comércio longínquo, bem como as numerosas guerras de expansão territorial e de dominação política, haviam ocasionado um aumento do número de escravos domésticos. Aqueles da Guiné Inferior tinham, nesta época, o direito de possuir bens e de esposar cidadãos livres. Alguns até foram nomeados para cargos de responsabilidade e podiam herdar bens de seus senhores. Na verdade, eles eram considerados membros da família. No momento em que se finda o período examinado, a maioria deles encontrava-se perfeitamente integrada à sociedade na qual viviam e não divulgar a sua origem era, notadamente entre os akan, uma regra sagrada.

Por fim, vimos se constituir, em particular, na costa entre o Tano e o Volta, sobretudo em razão do avanço do comércio e da presença europeia, três classes desconhecidas da sociedade tradicional: uma classe de assalariados; uma outra independente, de ricos comerciantes e de príncipes mercadores e um grupo mulato[78]. A primeira era composta de indivíduos empregados pelos europeus da costa, como operários, carpinteiros, pedreiros, intérpretes, escrivães, secretários, corretores de ouro, funcionários, embaixadores ou agentes de relações públicas. São abundantes as referências a respeito deles nos anais europeus da época. Alguns dentre eles eram instruídos e serviam de intermediários entre os europeus e os detentores do poder tradicional, bem como seus súditos.

A segunda classe era constituída por grupos ou indivíduos africanos que, através de seu trabalho na agricultura ou no comércio, granjearam riquezas fenomenais e um poder superior àquele dos dirigentes tradicionais. Classificam-se nessa categoria pessoas como John Ahenakwa e John Claessen, de Fetu; Asomani, de Akwamu; John Kabes, de Komenda; John Konny, de Ahanta e John Currantee, de Anomabo (também conhecido na tradição oral sob o nome de Eno Baisie Kurentsi), todos instalados no litoral da Costa do Ouro. No litoral oriental da Costa do Marfim, surgiram também, por um lado, os kosehirange e os essouma, que ocuparam as funções de intermediários ou de corretores entre os europeus e, por outro, os avikam, os eotile, os abouré, os sanwi, os aowin e os sefwi do interior. Na aurora do século XIX, os kosehirange, em particular, tornaram-se extremamente poderosos e, graças a sua riqueza e prestígio, desempenharam um papel determinante na escolha dos chefes de linhagem[79]. O comércio entre a costa e o interior era ativo e todos, tanto o povo quanto os

78 K. Y. Daaku, 1970*b*, p. 96-143.

79 Dados extraídos de uma comunicação de C. Wondji.

dirigentes tradicionais, podiam participar dele. Por fim, sobretudo os habitantes das zonas das florestas encontravam-se particularmente em uma situação lucrativa, pois, ao mesmo tempo, eram os intermediários das trocas Norte-Sul e produtores dos principais bens de exportação. Nessas condições, não é um despropósito supor que se não houve a formação de uma classe de assalariados ao menos deveria ter-se assistido à emergência de um grupo formado não só de chefes tradicionais afortunados, mas também de ricos príncipes mercadores independentes. Infelizmente, tanto as fontes europeias quanto as tradições orais nada dizem a esse respeito.

Quanto ao terceiro novo grupo, aquele dos mulatos, era o fruto de uniões entre negociantes europeus e mulheres africanas. Era disseminado ao longo da costa da Guiné Inferior. Ainda que alguns homens da época, como Bosman, tivessem traçado um retrato nada agradável dos mulatos, tratando-os de "malta de bastardos [...] feita de uma corja de celerados de maus modos, infiéis tanto aos negros quanto a nós[80]", alguns deles, como Geenlendonck, Bosman, Barter, Gordon e, sobretudo, os descendentes de Richard Brew, desempenharam um papel muito importante na vida comercial e política da região, nos séculos XVII e XVIII[81].

Outro fator modificaria consideravelmente a configuração social da Guiné Inferior: por um lado, a introdução do cristianismo e da educação ocidental e, por outro, do islã, respectivamente, devido aos europeus e aos comerciantes mande e haussa. Os holandeses e os ingleses criaram escolas primárias em seus castelos de Cape Coast, de Elmina e de Accra, ao passo que a *Society for the Propagation of the Gospel* enviou missionários a Cape Coast, por volta de 1750. Além do mais, alguns dentre os mulatos e filhos dos chefes tradicionais foram enviados ao estrangeiro para estudarem e alguns, como Christian Pedersen, Svane, Capitein e Philip Quacoe, retornaram ao país transformados em professores ou em missionários. Assim, aproximadamente em 1800, em certas cidades da costa, como Accra e Cape Coast, havia uma elite – restrita, é verdade – de pessoas instruídas e algumas convertidas ao cristianismo.

Bem antes do cristianismo, o islã e a cultura muçulmana foram difundidos ao longo dos itinerários comerciais do Norte, primeiramente, na parte setentrional, no Gana, no século XIV, depois, nos territórios ashanti e baoulé, em meados do século XVIII. No fim desse século, certamente existia em Kumasi um bairro muçulmano muito próspero, dotado de uma escola corânica e, segundo Wilks,

80 W. Bosman, 1967, p. 141-142.

81 M. A. Priestley, 1969.

o último *ashantihene* desse século, Osei Kwame (1777-1801), foi deposto em razão de sua adesão à religião muçulmana[82].

Todavia, importa destacar que no fim do período considerado, tanto a influência do cristianismo quanto à do islã, entre os povos da costa da Guiné Inferior, permaneceram, de forma geral, assaz limitadas, embora a leitura e a escrita do árabe e das línguas europeias houvessem sido firmemente implantadas.

As descobertas arqueológicas, que não cessaram de se acumular[83], mostram que, por volta de 1800, as sociedades da costa guineense dominavam perfeitamente as artes e os ofícios da cerâmica, da escultura (de madeira, marfim e argila), da tecelagem, da ourivesaria e da fundição de objetos (de bronze, cobre e ouro); sendo certos grupos especializados em domínios particulares. Sua música, a utilização do tambor e as danças não eram menos elaboradas.

A arte da cerâmica, sobre a qual se pode dizer que era uma das mais antigas praticadas pelo homem e que, no Gana, remonta ao neolítico superior (desde – 3.000 a.C) [84], tinha atingido um alto nível de aperfeiçoamento no princípio do século XVIII, notadamente entre os adangbe, que exportavam seus produtos até Bondoukou, na Costa do Marfim. Segundo Anquandah, foram os ashanti que elevaram tal arte ao mais alto nível, produzindo "algumas das mais belas peças polimorfas, ornamentadas com motivos extremamente complexos, como o *abusua kuruwa* (vaso clânico) e a jarra ritual para o vinho, *mogyemogye*, utilizada para as libações no Tamborete de Ouro[85]".

Durante este período, a gravura e a escultura de madeira, marfim e argila conheceram igualmente um avanço considerável, notadamente entre os akan que confeccionavam banquetas de madeira, tambores, cabos de sombrinha e cetros de linguista. Tal arte da escultura em madeira atingiu o mais alto nível de perfeição no século XVI, época em que, para citar Anquandah, os reis denkyira "elaboraram a ideologia política e cultural ligada ao tamborete adanse[86]". Os europeus que, como Bosman, visitaram a costa de Gana nos séculos XVII e XVIII, impressionaram-se com a beleza dos trompetes de marfim com abertura lateral, aí encontrados. Dentre os objetos mais conhecidos dessa arte figuram as *akuaba* (bonecas da fecundidade) de madeira e argila e os retratos esculpidos em argila, notadamente, de reis e rainhas falecidos.

82 I. G. Wilks, 1961 e 1966*a*.

83 J. Anquandah, 1982.

84 *Ibidem*, p. 53.

85 *Ibidem*, p. 40.

86 *Ibidem*

A arte da tecelagem também foi conduzida a um altíssimo grau durante esse período. Segundo um estudo, a tecelagem, notadamente nos teares horizontais e estreitos, provavelmente teria nascido no vale do Nilo, antes que no Magreb Ocidental, e a partir daí, estendera-se ao Sudão Ocidental, depois, às regiões povoadas pelos akan, ewe e ga[87]. Se é ignorado o período exato em que essa arte foi introduzida nas regiões florestais e costeiras da Guiné Inferior, é quase certo que isso foi antes da chegada dos portugueses. Nos séculos XVI e XVII, a tecelagem das roupas expandiu-se por toda a região. Brun e Barbot assinalam que peças de tecidos de seis faixas, confeccionadas na Costa do Marfim, eram exportadas para a Costa do Ouro. Segundo o mapa de 1629, Nsoko, o atual Begho, tornara-se um importante centro de tecelagem "onde são fabricados da mesma maneira que os tapetes, estofos vestidos pelos akan[88]". Os tecelões da região também fabricavam cobertores – chamados de *kassa*, *bomo*, e *nsaa* pelos akan –, ainda hoje muito estimados por eles. Mas, incontestavelmente, como Lamb muito claro o tem mostrado, foi no século XVIII que a arte da tecelagem atingiu entre os akan e os ewe a plena perfeição; é o que testemunham os tecidos multicoloridos *kente* dos akan, atualmente reputados, bem como os suntuosos estofos *adanudo* dos ewe, cuja origem remonta a essa época[89]. Os estofos *adinkra*, largos tecidos imprimidos de motivos e símbolos akan tradicionais, alcançaram renome na região de Brong e foram posteriormente copiados pelos ashanti.

Todavia, sem dúvida era no domínio da ourivesaria e da fundição, notadamente de objetos de ouro e latão, que os povos da costa da Guiné Inferior, em geral, exceliam de forma particular, sobretudo os akan. Os ourives, utilizando basicamente o método da cera perdida, produziam objetos de uma delicada fineza: cabos de sabres, anéis, berloques, correntes e diademas de ouro e prata, em especial. Convém assinalar que sua arte florescera desde antes da chegada dos europeus. No entanto, foi nos séculos XVII e XVIII que, aproveitando da habilidade de seus artesãos muçulmanos, primeiro os brong, depois os denkyira, e, mais particularmente, os ashanti, levaram essa arte a um grau de perfeição desde então inigualável. Os ourives akan fabricavam também milhares de pesos de ouro – para ser mais preciso, de latão –, geométricos e figurativos, que atraem em particular os turistas europeus e doravante encontrados em todos os grandes museus de arte do mundo[90]. Os fundidores também eram muito hábeis e fabri-

87 V. Lamb, 1975, p. 219.

88 S. Brun, 1624; J. Barbout, 1732.

89 V. Lamb, 1975, p. 91-99.

90 Encontraremos um estudo interessante sobre os pesos akan de ouro em T. F. Garrard, 1980, p. 171--363.

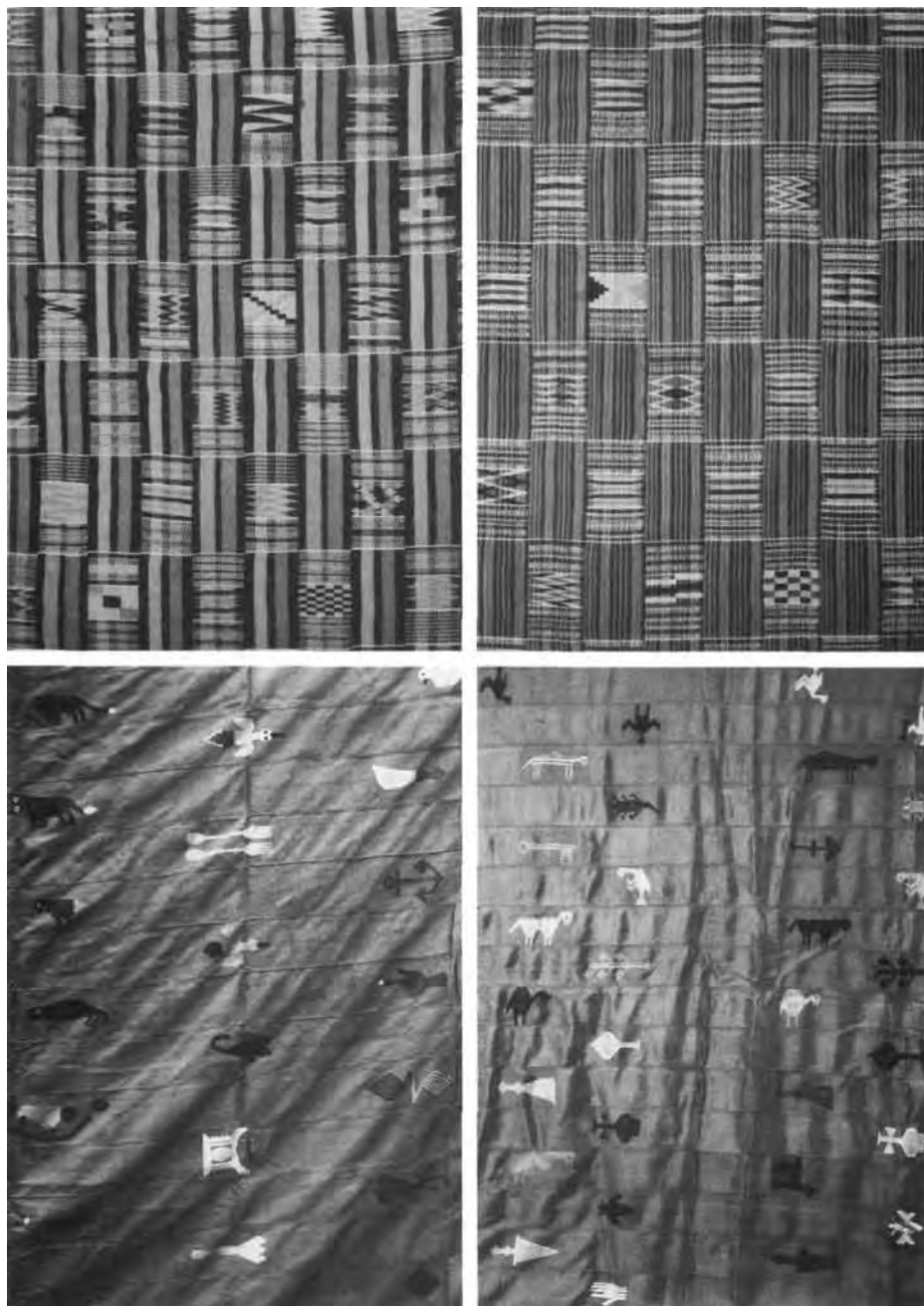



Figura 14.7 Tecelagem da África do Oeste. No alto, tecidos kente, sedas ashanti; embaixo, tecidos adanudo, sedas ewe. [Fonte: V. Lamb, 1975. Fotos: A. Lamb.]

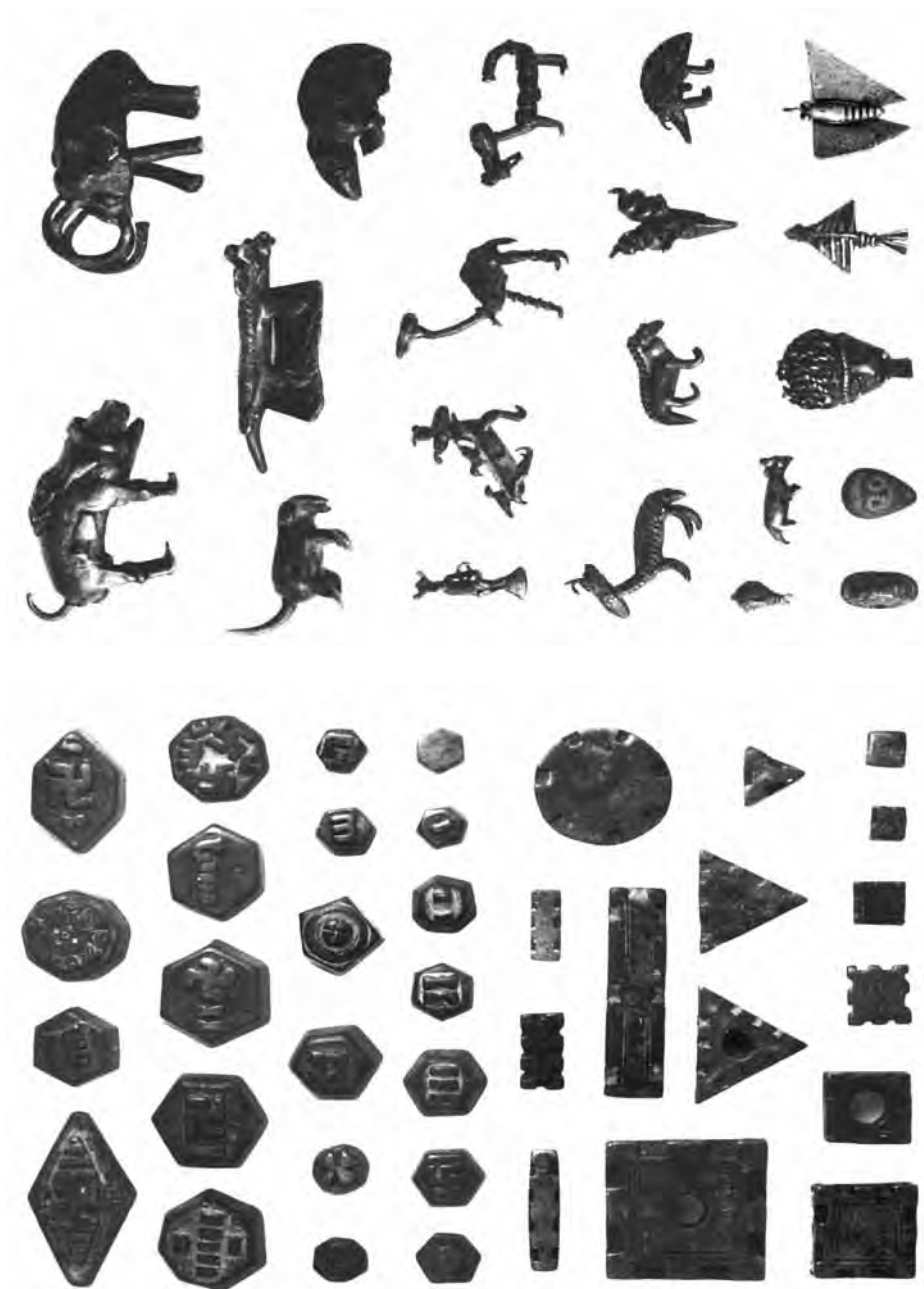



FIGURA 14.8 Peso de latão akan servindo para pesar o ouro em pó. As formas geométricas (acima) estiveram em uso a partir do século XV; as figurativas (a seguir), em uso a partir do século XVII, serviam também para ilustrar máximas e provérbios populares. [Fonte: T. F. Garrard, 1980, p. 280. Fotos utilizadas com a estimada autorização de T. F. Garrard.]

cavam objetos de grande refinamento, sobretudo de latão: cofre para o ouro em pó e recipientes para a manteiga de karité, por exemplo.

Todos os especialistas reconhecem que, no século XVIII, com a emergência do Império Ashanti, as artes e o artesanato da costa da Guiné Inferior atingiram o seu apogeu. Os reis ashanti dessa época não se limitaram em estender seu poder territorial e político, porém esforçaram-se por todos os meios para encorajar as artes e o artesanato. Após a derrota do Denkira, do Tekyiman e do Akyem, eles congregaram os melhores artesãos e ourives desses Estados e os enviaram para Kumasi[91]. Além disso, como sublinhou Anquandah "quando criaram a confederação ashanti, eles agruparam todas as artes e artesanatos na vizinhança da capital Kumasi[92]". Assim foi criado um certo número de centros especializados: Ahwiaa, para a fabricação de banquetas; Bonwire, para a tecelagem de estofos *kente*; Tafo, para a cerâmica; Fumesua, para o trabalho do ferro e Krofofrom, para a fundição do latão. Ademais, o *ashantihene* instalou, em Apagyafie, um grupo de ourives e de outros artesãos trazido de Denkyira e que tinha por tarefa talhar os adereços reais. Ele também instituiu o *Asomfo* (Tamborete de Ouro), cujo primeiro ocupante, Nana Tabiri, era o filho de um chefe denkyira[93].

Foi esta mistura de experiências, conhecimentos e tradições artísticas diferentes que permitiu, aos reis do século XVIII – essencialmente cuidadosos em fazer com que seu poder e majestade fossem "refletidos nas formas artísticas da mais alta qualidade" –, conduzir o desenvolvimento cultural do povo akan ao seu mais alto nível de excelência. Criaram aquilo que podemos descrever como uma cultura e uma civilização douradas, simbolizadas pelos adereços reais de grande refinamento, pelos suntuosos estofos *kente* multicoloridos, o protocolo assaz elaborado usado em sua corte e os pesos para pesar o ouro em pó, verdadeiros objetos de arte que fascinavam os europeus em visita a Kumasi, sua capital, no século XVIII e nos primeiros decênios do XIX. [94] Não obstante os avanços do colonialismo e os anátemas dos missionários cristãos iconoclastas, nos séculos XIX e XX, a arte dos ourives tem constantemente sobrevivido e os artesãos, sobretudo ashanti, continuam a fabricar esplêndidos adereços de ouro e prata.

91 *Ibidem*, p. 198.

92 J. Anquandah, 1982, p. 40.

93 T. F. Garrard, 1980, p. 299.

94 *Ibidem*, 1980, p. 47-48; M. D. McLeod, 1981, p. 72-76; J. Anquandah, 1982, p. 39-44, 100- 112.

FIGURA 14.9 Nana Otuo Siriboe II, omanhene do Estado dwaben, vestido com um rico tecido kente e portando algumas das insígnias reais de ouro. [Com a estimada autorização do rei Nana Otuo Siriboe II.]

Conclusão

O período que vai de 1500 a 1800 trouxe mudanças verdadeiramente revolucionárias na vida dos Estados e dos povos da costa da Guiné Inferior. Assistiu à evolução completa do processo político resultando em uma centralização cada vez maior. No plano econômico, viu-se produzir o eclipse do comércio do ouro e do marfim, suplantados pelo abominável tráfico de escravos, e o deslocamento dos centros de gravidade comercial e econômica do interior para as regiões situadas mais a Sul e no litoral, ao passo que foram forjadas ligações comerciais muito sólidas entre a costa da Guiné Inferior, as Américas e a Europa: tais foram os princípios da integração da economia local no sistema econômico internacional. Porém, esse foi, sobretudo, um período de mudanças sociais, caracterizado pela emergência de novas classes (ainda que, seguramente, o fenômeno estivesse muito limitado e localizado, sobretudo na costa); pela fase inicial da alfabetização; pela introdução da educação ocidental e do cristianismo; pelos progressos da religião muçulmana e pelo florescimento de culturas autóctones exprimindo-se, sobretudo, por meio da tecelagem e do trabalho em metais. Estes foram, incontestavelmente, séculos de um grande dinamismo para os povos da costa da Guiné Inferior, tanto que, ao se findarem, deixaram tais povos inteiramente senhores de seu próprio destino.

CAPÍTULO 15

Do delta do Níger aos Camarões: os fon e os ioruba

E. J. Alagoa

Este capítulo tem como tema a região que se estende do vale da Volta, a Oeste, ao rio Camarões, a Leste. Em sua maior parte, ela é recoberta por florestas tropicais, costeadas pela savana e pela mata, ao Norte. Sua parte ocidental é igualmente coberta por savanas, da fronteira da Nigéria até Volta. Pode-se também definir esta zona como o território compreendido entre a costa do Golfo do Benin e a Baía do Bonny (outrora, Biafra), no Golfo da Guiné. Os povos que viviam nesta parte da floresta guineense e na savana circundante eram os fon, ou aja, da atual República do Benin, os iorubas, as ijó, do delta do Níger ao centro, os ibo, a Nordeste do delta, os ibíbio e, diversas etnias dos Camarões Meridional.

Todas as línguas desta região pertenciam à família do nígero-congo, a maioria delas saídas da subfamília *kwa*. O efik/ibíbio e as outras línguas da região da Nigéria, situada na fronteira dos Camarões, tais como aquelas desse país, são estreitamente aparentadas ao banto da África Central, Oriental e Meridional. A parte oriental desta região é portanto, sob vários aspecto, uma extensão do grande conjunto linguístico-cultural banto da África Ocidental. Os povos e as culturas desta zona fronteiriça formam uma ligação entre a África Ocidental e a África banta. Dentre os grupos *kwa*, os iorubas e os ibo são os mais importantes do ponto de vista demográfico e da divisão geográfica, pois contam entre 8 e 12 milhões de indivíduos. O edo forma igualmente um vasto grupo que

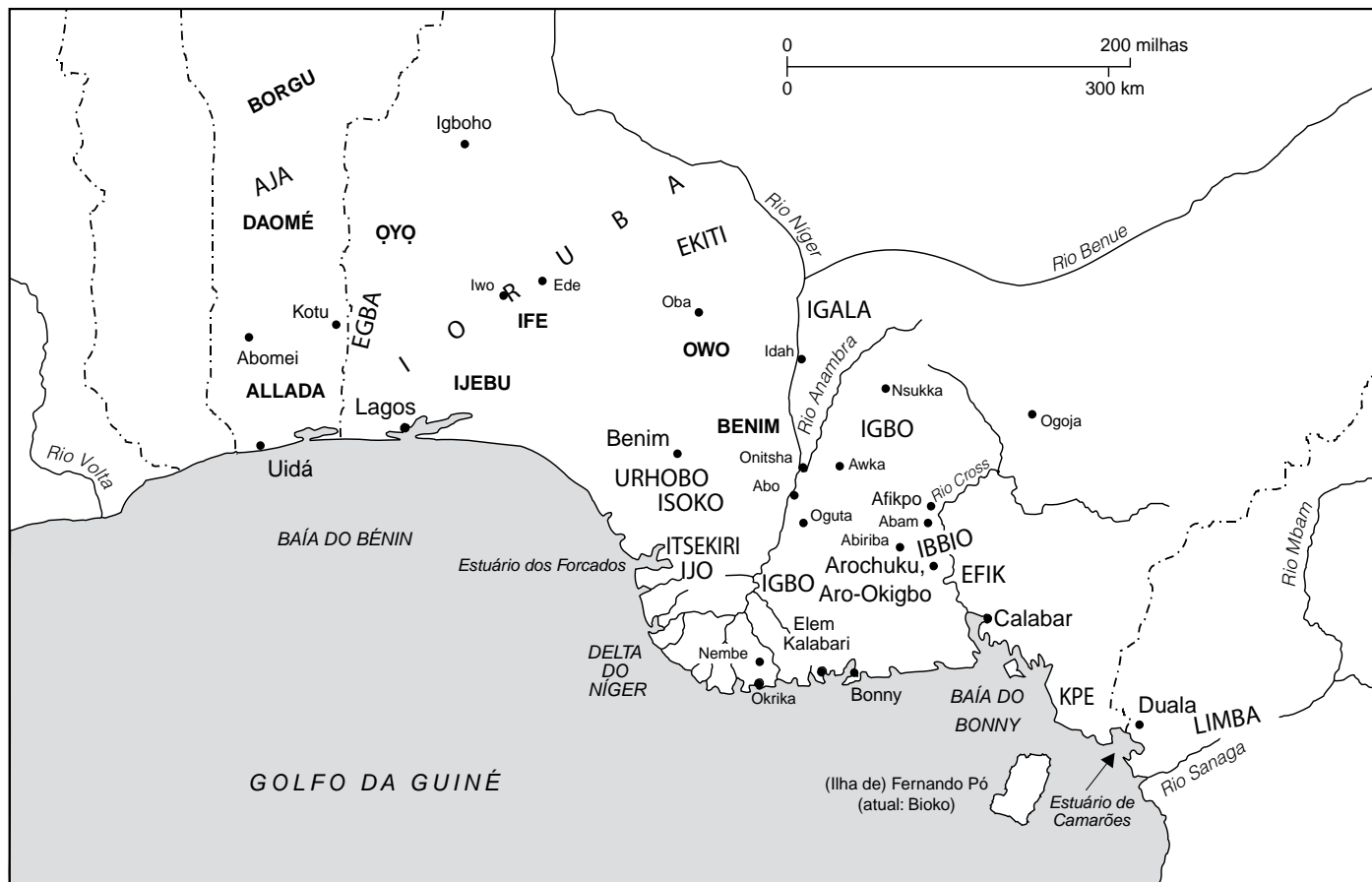



FIGURA 15.1 O delta do Níger e os Camarões, do século XVI ao XVIII.

compreende numerosos povos, estendendo-se do interior das terras ao delta e à sua periferia ocidental. Tal grupo inclui, entre outros, os isoko e os urhobo, da mesma forma que, ao Norte, etnias como os ishan (esan). Dentre as línguas *kwa*, o ijó é a língua que mais difere das vizinhas, a saber, ibo, edo e ioruba, no delta do Níger[1].

Tal diferença, relativamente grande, entre, de um lado, o ijó, e, de outro, o ibo, o edo e o ioruba, é em parte o resultado do longo período, ao longo do qual, ele foi uma língua totalmente independente das outras. Estimativas glotocronológicas mostraram que o ijó permaneceu por mais de 5.000 anos, sinal da estabilidade das comunidades linguísticas da região. O tempo necessário para a evolução de diversos dialetos, no núcleo do grupo ijó, entre o delta central e o oriental, por exemplo, é estimado em 1.000 ou 2.000 anos. A mesma estimativa de 2.000 anos foi feita para o ioruba e uma língua que lhe é aparentada, qual seja, o igala.

Esta longa continuidade na história da região deve ser considerada ao procurarmos avaliar as mudanças que foram produzidas com a chegada dos europeus na costa, no final do século XV. Pode-se notar que os desenvolvimentos predominantes, ocorridos na savana e no interior, impregnaram-se, durante muito tempo, nas comunidades dessa região e apenas foram suplantados há relativamente pouco tempo, através da influência europeia vinda da costa atlântica.

No século XVI, as atividades europeias começaram a adquirir uma certa importância nas baías do Benin e do Bonny. Os portugueses alcançaram o Benin em 1486 e estabeleceram relações com os *oba*. Também comercializaram com a população, em diversos pontos da costa. Ao longo dos séculos, a atividade comercial europeia orientou-se, pouco a pouco, do Norte ao Sul, e, assim, a costa tornou-se o cadinho de todas as mudanças.

Evidentemente, o tráfico negreiro constituiu o centro da atividade europeia do século XVI ao XVIII. A região aqui estudada constituiu, então, um dos principais mercados de escravos da costa da África Ocidental. Certos Estados, como o reino do Daomé, deveram grande parte de sua formação e de seu crescimento a este comércio. O desenvolvimento dos outros Estados, do delta do Níger aos Camarões, foi influenciado pelos benefícios daí retirados. Outras comunidades, notadamente as que estavam organizadas sob formas que não aquelas do Estado, foram as primeiras vítimas e constituíram reservas de escravos. De uma forma ou de outra, cada comunidade era marcada pelos tumultos, pelo despovoamento e pelas mudanças resultantes do tráfico negreiro.

1 K. Williamson, 1971.

Portanto, durante tal período, o tráfico negreiro teve como principal consequência a integração das comunidades africanas à economia mundial, como reservas de escravos destinados a trabalhar nas plantações americanas. O aumento do tráfico local ocasionou transformações sociais e políticas no seio das comunidades. A chegada dos africanos forçados também esteve na origem de uma importante evolução no Novo Mundo. Mas aquilo que transparece por meio das tradicionais narrativas orais das comunidades, é o efeito que o tráfico teve no destino das linhagens, dos grupos e das dinastias.

O Reino Fon do Daomé

O desenvolvimento político do reino do Daomé e dos Estados vizinhos de Allada, de Uidá, de Popo e de Jakin, em grande parte, esteve ligado às atividades, na costa, dos europeus – negociantes de escravos –, e à influência do reino Ioruba de Oyo, situado no Nordeste desses Estados. À luz do estudo de Akinjogbin[2] sobre esta região, percebe-se que os acontecimentos que lá se desenrolaram, antes do início do século XIX, remetem diretamente aos efeitos provocados pelo tráfico e às tentativas feitas pelo reino de Oyo, a fim de impor a sua autoridade.

Assim, as instituições tradicionais das pequenas comunidades e dos Estados desta zona foram enfraquecidas pela introdução do tráfico negreiro e, no final do século XVII, constatava-se um esvaziamento político. Foi em tais circunstâncias que os fundadores do reino do Daomé restabeleceram a ordem, criando uma nova forma de organização política a partir dos diversos grupos dos povos aja, compreendendo os egun (gun), os fon, os arada e outros povos da parte meridional da atual República do Benin. No início do século XVIII, o Daomé havia se tornado uma potência central da região. Entre 1724 e 1727, seu chefe Agaja, empreendeu a conquista dos pequenos Estados mais antigos que cercavam Abomé. Isto provocou uma intervenção do Oyo, que, entretanto, não quis impor seu próprio sistema. Após 1730, o Daomé submeteu-se à tutela política do Oyo e aceitou integrar-se à economia do tráfico, em cooperação com os negociantes europeus da costa. Porém, o estudo ao qual fazemos alusão concluiu que "a insuficiência desta economia" colocou um termo neste curto período de prosperidade. A crise que começou em 1767 culminou com a queda da dinastia agaja, em 1818, e com o advento da nova dinastia de Gezo.

2 I. A. Akinjogbin, 1967, p. IX, e 1976.

FIGURA 15.2 Cabeça comemorativa, do século XV ou do XVI, proveniente do Benin (Nigéria); bronze fundido com incrustações de ferro. Altura: 22 cm. [National Museum of African Art. Eliot Elisofon Archives, Smithsonian Institution, Washington, D. C. Photo: B. Fleisher.]

Esta se adaptou plenamente ao tráfico negreiro e a partir disso construiu os fundamentos de sua potência. Beneficiou-se da ruína do reino de Oyo e das guerras que dilaceraram o país Ioruba, no século XIX. Duas influências predominaram, então, no país Aja: os iorubas, notadamente os oyo, e o tráfico de escravos na costa.

Antigas e estreitas eram as relações entre as comunidades aja e os iorubas do Leste e do Nordeste. Mesmo as comunidades que haviam recentemente chegado

do Oeste, a tradição conta que eram oriundas de territórios situados no país Ioruba. A tradição de outras comunidades evoca uma migração direta a partir dos territórios Ioruba. Tais tradições orais não nasceram após as desavenças oyo-ioruba, tanto militares quanto política, que se desenrolaram do século XVII ao XIX. Na verdade, há nesta zona Estados de origem e cultura ioruba, e são fortes as suas afinidades culturais. Os diferentes reinos aja estão, por exemplo, ligados aos ketu, uma comunidade migrante de ioruba de Ilê-Ifé.

Os estados da região, em sua maioria, estavam organizados segundo um sistema semelhante àquele do ioruba. O reino "pai", nesse caso, era Allada, fundado por volta de 1575, que desempenhava o papel de Ilê-Ifé no país Ioruba. O progresso do Daomé, na condição de Estado centralizado, anexador de todos os outros e que se organizara de uma nova maneira, chocou-se com a tradição e provocou intervenções do Oyo. Tais intervenções romperam, até certo ponto, com as tradições militares. Se elas destinavam-se a limitar a potência guerreira do Daomé, não tiveram apenas efeitos negativos. A paz imposta pelo Oyo impediu o jovem Daomé de dissipar toda a sua energia nas aventuras militares, permitindo-lhe, por isso, reforçar sua estrutura política. Certos aspectos da organização oyo foram retomados, por exemplo, o sistema do *ilari*, introduzido por Tegbesu, o último membro da dinastia fundadora. Finalmente, foi a estabilidade deste regime interno que permitiu ao Daomé liberar-se da tutela do Oyo, no século XIX.

Quais foram os efeitos da chegada dos europeus e do tráfico na vida dos povos do país Aja? Importa destacar aqui que os Estados desta região ainda eram fracos no início do século XVI, momento em que o tráfico iniciava. Os sequestros e raptos dos mais fracos pelos mais fortes mostravam-se extremamente destruidores; é provável que eles tenham reduzido consideravelmente a força de trabalho agrícola e artesanal. A economia do país foi estrangulada e as regras sociais destruídas. A insegurança e a força prevaleceram sobre o respeito para com as autoridades, os anciões e a família.

As rivalidades provocadas pelo desejo de que junto a eles se implantassem centros comerciais europeus destruíram também o tipo de relações tradicionais existente entre os Estados. Desde o início do século XVII, os holandeses instalaram agentes em Assin, a capital de Allada, o estado "pai". Os franceses, que não puderam estabelecer missões cristãs nesse país, criaram um centro de comércio concorrente em Uidá, em 1671. Instaurou-se a rivalidade econômica entre os dois reinos e as ligações tradicionais, já enfraquecidas, alteraram-se ainda mais. É nessa atmosfera de cinismo face aos valores da sociedade, de insegurança e

de competição política e comercial que emigrantes vindos do Norte de Allada criaram o reino do Daomé.

Tais emigrantes instalaram-se em Abomé, fora do alcance dos europeus, aproximadamente em 1625, e tentaram implementar um novo sistema político capaz de escapar às tormentas da época. Rejeitaram a concepção tradicional do Estado, que era considerado como uma versão estendida da família, e a compararam, de preferência, a um pote perfurado, simbolizado pelo rei. Para que o pote perfurado pudesse conter a água, cada cidadão devia estancar um buraco com seu dedo, ou seja, devia fundir-se inteiramente em um Estado absoluto. Foi o obstinado desenvolvimento dessa ideia de um Estado forte e centralizado, com um monarca absoluto, ao qual se devia uma fidelidade igualmente absoluta, que distinguiu o Daomé dos outros Estados. E foi assim que tal reino pôde sobreviver ao tráfico, aos ataques do Oyo e, pouco a pouco, dominar os Estados vizinhos.

Importa observar aqui que o papel predominante atribuído ao tráfico negreiro na história do Daomé, tal como foi apresentado acima, foi colocado em questão por certas pesquisas modernas. Peukert[3] critica diretamente os dois pontos principais: que a história do Daomé tenha sido determinada pelo tráfico negreiro e que sua economia tivesse sido arcaica, na medida em que seu comércio exterior era monopolizado pela monarquia e que as trocas internas eram realizadas mais pela redistribuição do que pela lei do mercado. Em vez dessas duas velhas hipóteses, afirma-se que: o Estado daomeano não participava além de 20% do comércio exterior do reino, os 80% restantes estavam nas mãos dos pequenos negociantes; o comércio atlântico apenas representava um pouco mais de 2,5% da economia daomeana; mesmo em matéria de comércio exterior, os escravos e os fuzis não eram os principais artigos. Por exemplo, as importações de tabaco brasileiro eram mais importantes do que as dos fuzis.

Eis que tudo isso convida a uma revisão dos antigos esquemas e forma novas bases de pesquisas.

Os reinos iorubas

A história das comunidades ioruba do Sudoeste da Nigéria pode ser brevemente resumida.

Primeiramente surgiu o problema da concordância entre as tradições orais e os dados arqueológicos sobre as origens dessas comunidades. Tal problema

3 W. Peukert, 1978. Ver os relatos de P. Manning, R. A. Austen e A. van Dantzig, 1980.

FIGURA 15.3 Cabeça comemorativa, de latão, de um oba do Benin (Nigéria). Segundo relatos populares, o último rei da dinastia mítica dos ogiso, que reinava sobre o Benin antes da chegada do ioruba, foi destronado na ocasião de uma revolta. Ele foi substituído por um príncipe de Ifé, chamado Oranmiyan, filho do oni Oduduwa. Desde tal época, rezava o costume que o Oba do Benin fosse decapitado após sua morte, que seu crânio fosse enviado a Ifé, para lá ser enterrado no recinto sagrado (orun oba ado) e que, em troca, uma cabeça comemorativa de latão fosse enviada ao Benin e colocada sobre o altar dos ancestrais reais. No final do século XIV, o sexto oba, Oguola, teria proposto a vinda, ao Benin, de um fundidor de metal de Ifé para aí ensinar a sua arte. Dizem que o oni lhe enviou Ighehae. Tal mestre, que talvez seja mítico, hoje é venerado como o fundador do igun eromwon, a corporação dos fundidores, sendo-lhe dedicado um santuário. O sexo masculino desta cabeça comemorativa é indicado pelas três riscas verticais acima de cada olho (uma mulher teria quatro dessas ricas). O oba data da época chamada média, situada entre a metade do século XVI e o fim do século XVII. Desapareceram as incrustações verticais em ferro, características da época anterior; o pescoço e o queixo estão cobertos por vinte anéis de coral e o tratamento do rosto foi, a partir de então, mais desprovido de qualquer realismo. A maior espessura do metal deveu-se, talvez, à técnica de fundição tornada menos rigorosa, embora também possuísse uma justificação prática, pois o peso tornava a cabeça mais apta a portar as agulhas esculpidas em marfim que, segundo o costume, eram inseridas na abertura circular da abóbada do crânio. Altura: 23 cm. [Foto: J. Ploskonka.]

remete principalmente às tradições que fizeram de Ilê-Ifé o centro da formação e a origem de todos os reinos ioruba, o lugar onde chefes recebiam a coroa ornada de pérolas. Ifé, claro, mereceu uma atenção extrema por causa de sua incomparável arte naturalista (bronze e terracota), mundialmente conhecida desde que Frobenius declarou que ela atestava a existência de uma colônia grega no coração da África. Em seguida, é preciso ater-se ao avanço militar e político do Oyo, sobre o qual alguns estimam a coexistência com a autoridade espiritual dos *oni* de Ifé, sobre o conjunto do país Ioruba. O Oyo tornou-se o porta-estandarte do poder ioruba nas zonas setentrionais e ocidentais da região. É bem conhecido o seu papel principal nos negócios dos fon e de seu vizinho. O Oyo também manteve relações estreitas e diretas com os nupe e os borgu, respectivamente chamados pelos iorubas de tapa e ibariba, e, ao que parece, também mantinha relações com os haussas e, através desses, com o comércio transaariano. Enfim, é preciso considerar a natureza do desenvolvimento político, cultural e social das outras comunidades e reinos ioruba.

A primazia de Ifé na história ioruba vem de vários fatores. Seu fundador, Oduduwa, veio, dizem, do céu ou de Meca; seus filhos e netos criaram todos o outro Estado ioruba. Interpretações dessas tradições indicam que Oduduwa, ou um grupo de emigrantes, chegou à região há cerca de 1000 anos, mas que as terras já estavam ocupadas - talvez pelos ibo das tradições ifé[4]. Alguns nomes de lugares nas tradições orais indicam também a existência de mini-Estados e os nomes de algumas 400 divindades podem referir-se àqueles dos chefes desses Estados, antes de serem unificados. Ademais, a migração oriunda de Ifé não aconteceu uma única vez, mas em diferentes períodos. Aliás, sabe-se que nem todas as coroas foram obtidas diretamente em Ifé.

Os célebres bronzes de Ifé têm contribuído para confirmar as tradições que evocam as relações entre esse lugar (ou o país Ioruba) e o reino Edo do Benin, a Leste de Ifé. Porém, eles igualmente ligam Ifé a Nupe e às regiões circundantes do Níger. Evidentes semelhanças foram encontradas entre os grandes bronzes fundidos em Nupe e aqueles de Ifé. Da mesma forma parece que a "Meca" das tradições orais não remete a nenhum lugar do Oriente Médio, do Egito ou de Meroé, mas às regiões situadas além do Níger, ao Norte do atual território ioruba. Além disso, a arte de Ifé foi comparada às terracotas nok da Nigéria Central, apesar do intervalo de tempo que separa as duas culturas (de 900 a.C. a aproximadamente 200 d.C. para Nok, e de cerca de 900 a.C 1.300 d.C. para o apogeu da arte ifé).

4 A. Obayemi, 1976.

O Oyo não só se tornou o mais importante dos reinos ioruba, como também apresentou características particulares. Algumas dentre elas estão ligadas à proximidade geográfica do Nupe e do Borgu. Por exemplo, para a organização militar e social, o Estado apoiava-se mais nos funcionários de origem servil, o que não era comum nos outro Estado ioruba. No campo das forças armadas, a supremacia do Oyo devia-se, provavelmente, ao emprego de cavaleiros e arqueiros, inspirados pelos contatos muito precoces com o comércio trans-saariano e com os Estados do Norte, mais ou menos contemporâneos ao avanço de Songhai, no século XIV. O Oyo pôde, sem dúvida, conseguir cavalos, potassa (*kanun*), sal em pedra (*obuotoyo*), dentre outros produtos do Norte, exportando nozes-de-cola, manteiga de karité e outros produtos extraídos das palmeiras[5]. Tais contatos exteriores, da mesma forma que o fato de estar situado na savana, lhes permitiram modificar os conceitos partilhados com os outros reinos iorubas. Por exemplo, a instauração do Xangô (ou culto ao trovão), no seio do sistema religioso, é uma inovação que lhes é própria.

O nascimento do Oyo está ligado ao Ifé e ao Benin, pois que seu fundador, o legendário Oranyan (Oranmiyan) teria reinado simultaneamente no Ifé e no Benin antes de se voltar a Oyo. Porém, outros Estados já existiam nesta zona, tais como Iwo, Owo e Oba, na região ibomina, Ira, na região ibolo, Oyoko, Ikoyi e outros. Muitos deles foram Estados vassalos do Oyo, compreendendo Owu, ao Sul, e Ede, a Sudeste. A expansão de Oyo foi detida pelos ijesha, habitantes da floresta, pois a cavalaria não podia intervir em regiões cobertas pela mata. Os ijebu dos países escarpados dos ekiti (efik) escaparam também ao controle direto do Oyo. O Reino do Benin, a Leste, constituiu também uma barreira à expansão do Oyo e, segundo a tradição oral, os dois Estados estabeleceram uma fronteira de árvores, na cidade de Otun. O Oyo criou uma rota comercial até a costa, através do território dos egba e dos egbado, a Sudoeste do país ioruba e, por esta via, o domínio do Oyo se impôs ao Daomé.

Este poder se desenvolveu em condições difíceis: no século XV, os chefes do Oyo foram expulsos do antigo Oyo (Oyo Ilê ou Katunga). Refugiaram-se em Kasu, entre os borgu, depois em Igboho. Não se deixando abater em razão disso, o regime reorganizou seu exército e se lançou em uma nova política militarista. A cidade de Ikoyi tornou-se a residência destes guerreiros eso, que se consagravam ao "treinamento para o combate". No início do século XVI, o Oyo havia reconquistado seu território e rechaçado os nupe. A amizade inicial entre os oyo e os borgu deteriorou-se e os primeiros tentaram invadir os segundos.

5 I. A. Akinjogbin, 1976, p. 380.

FIGURA 15.4 Estatueta feminina ioruba consagrada ao culto de Obatalá, o orixá da criatividade. Ela é comumente vestida por um tecido branco, tal como os padres e os adoradores deste deus; porta uma pulseira de ferro e, aqui, um colar de pérolas brancas com um pingente. O recipiente que ela segura é destinado a receber a oferenda do sangue branco do caramujo, símbolo da paz e da calma. Representa o elemento feminino do orixá, e o masculino é figurado por uma estatueta segurando um leque e um enxota-moscas. Não se deve confundir esta portadora de vaso com o olumeye, ou vaso de noz-de-cola, representado por uma figura maternal muito maior, segurando um recipiente frequentemente dotado de uma tampa. Altura: 49 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

O Oyo permaneceu fora da esfera de influência europeia direta até o século XIX, podendo, assim, consolidar suas principais instituições e conduzir sua expansão de forma independente. Sua aventura no Daomé, talvez, tenha algo a ver com a participação do comércio da costa. Porém, segundo outras tradições orais, ele teria ficado à parte do trato escravocrata e teria evitado qualquer contato com os europeus, por causa da precoce experiência que havia tido com a duplicidade dos europeus: 800 mensageiros enviados à costa para saldar aqueles que se diziam amigos nunca retornaram. Em todo caso, uma das mercadorias europeias mais consumidas - os fuzis - só apareceram neste Estado no século XIX.

As zonas do país Ioruba, situadas fora da expansão de Oyo, a Leste e ao Norte, eram constituídas por pequenos Estados, na região de Ekiti, e por outros conjuntos, como aquele dos igala, que tinham tendência a ligar aquilo que acontecia no país Ioruba aos processos que se desenrolavam no vale do Níger-Benué.

Outros Estados, como aqueles dos owo e dos ijebu, parecem ter estado muito mais ligados ao reino edo do Benin do que ao Oyo. As obras de arte exumadas em Owo mostram que, no século XV, as formas plásticas dessa região já remetiam aos estilos de Ifé e do Benin, mas também apontam a existência de um terceiro estilo independente, formador, talvez, do protótipo das outras duas mais conhecidas.

O delta do Níger

A história do delta do Níger está ligada àquela de certas partes da região costeira, a Leste dos Camarões e ao Oeste das lagunas de Lagos. Assim, as rotas comerciais atravessavam a região de Norte a Sul e de Leste a Oeste, até o século XIX, até que as importações europeias, em diversos pontos da costa, vieram interrompê-las. Os tecidos fabricados na região de Ijebu (zona ioruba) eram vendidos no delta ocidental e parecem ter sido revendidos até Nembe, no delta oriental. O Reino Itsekiri (delta ocidental), por exemplo, atrelava-se aos Ijebu, como o mostra a semelhança de suas línguas, embora os itsekiri afirmassem igualmente que seus chefes tinham vindo do Reino do Benin e seu sistema político fosse, de fato, parecido com aquele do Reino Edo. Os itsekiri também tomaram emprestados alguns dos valores culturais dos ijó do delta ocidental, dentre os quais viviam e comerciavam (cerâmica, sal, tecido) com os Estados do delta oriental, particularmente, com Nembe.

Na parte ocidental do delta do Níger, o centro do poder político era Ode Itsekiri, a capital desse reino. Quando os portugueses chegaram nesta zona, entra-

ram em contato principalmente com os itsekiri e, simultaneamente, tentaram difundir o cristianismo em seu meio e estabelecer relações comerciais com eles. Já existia um outro centro de comércio no estuário dos Forcados, mas os portugueses, atravessando o delta ocidental, alcançaram terra firme em Ughoton; eles a utilizariam como base de contato com Benin, a capital do Reino Edo. No século XVIII, os itsekiri abandonaram, em parte, Ode Itsikiri para se estabelecerem no estuário do Benin, onde era possível e mais fácil dedicar-se ao comércio transatlântico[6]. Especialmente, era a partir destes novos centros, como Bobi, que eles serviam de agentes do reino do Benin e de intermediários para a exportação dos produtos dos povos do interior, como os urhobo, os isoko e os ibo do Oeste.

Os ijó da parte ocidental do delta do Níger estavam organizados, principalmente, em comunidades não estruturadas em torno do Estado e participavam do comércio do além-mar através de atos de pirataria. Os gbaramatu, do estuário dos Escravos, os ugulagha e os idwini, do estuário dos Forcados, parecem ter aproveitado deste sistema comercial. Os bronzes encontrados entre tais grupos, tal como entre os mei e os kabowei, podem ter sido sinais da prosperidade trazida pelo comércio interior e exterior, bem como pelos contatos com o Benin e outros centros do interior.

Os ijó do centro do delta formavam o núcleo grupo. As tradições orais evocam migrações desta zona para o Leste e o Oeste do delta, tal como destas últimas regiões para as periferias do delta.

Segundo as estimativas lexico-estatísticas da distância que separa o ijó e as línguas ioruba, edo e ibo, pode-se afirmar que os primeiros povoamentos do delta foram estabelecidos há cerca de 5.000 anos. Os estudos paleontológicos de um núcleo de povoamento encontrado perto de Nembe, no delta oriental, mostram que, há 3.000 anos, a vida humana era possível nesse lugar[7]. Entretanto, de acordo com as estimativas linguísticas e as tradições orais, as atuais comunidades do delta oriental estariam instaladas nestas zonas há, no mínimo, 1.000 anos. A datação com carbono 14 de objetos encontrados nos sítios de Ke e Saikiripogu (Ewoama) apenas permite afirmar que a região era habitada antes de 800 d.C.

As escavações feitas pelos doutores Anozie e Nzewunwa, na parte oriental do delta do Níger, que sucederam à pesquisa sobre as tradições orais efetuadas pelo professor Alagoa, abriram novas perspectivas sobre a história do delta do

6 P. C. Lloyd, 1963.

7 M. A. Sowunmi, 1978.

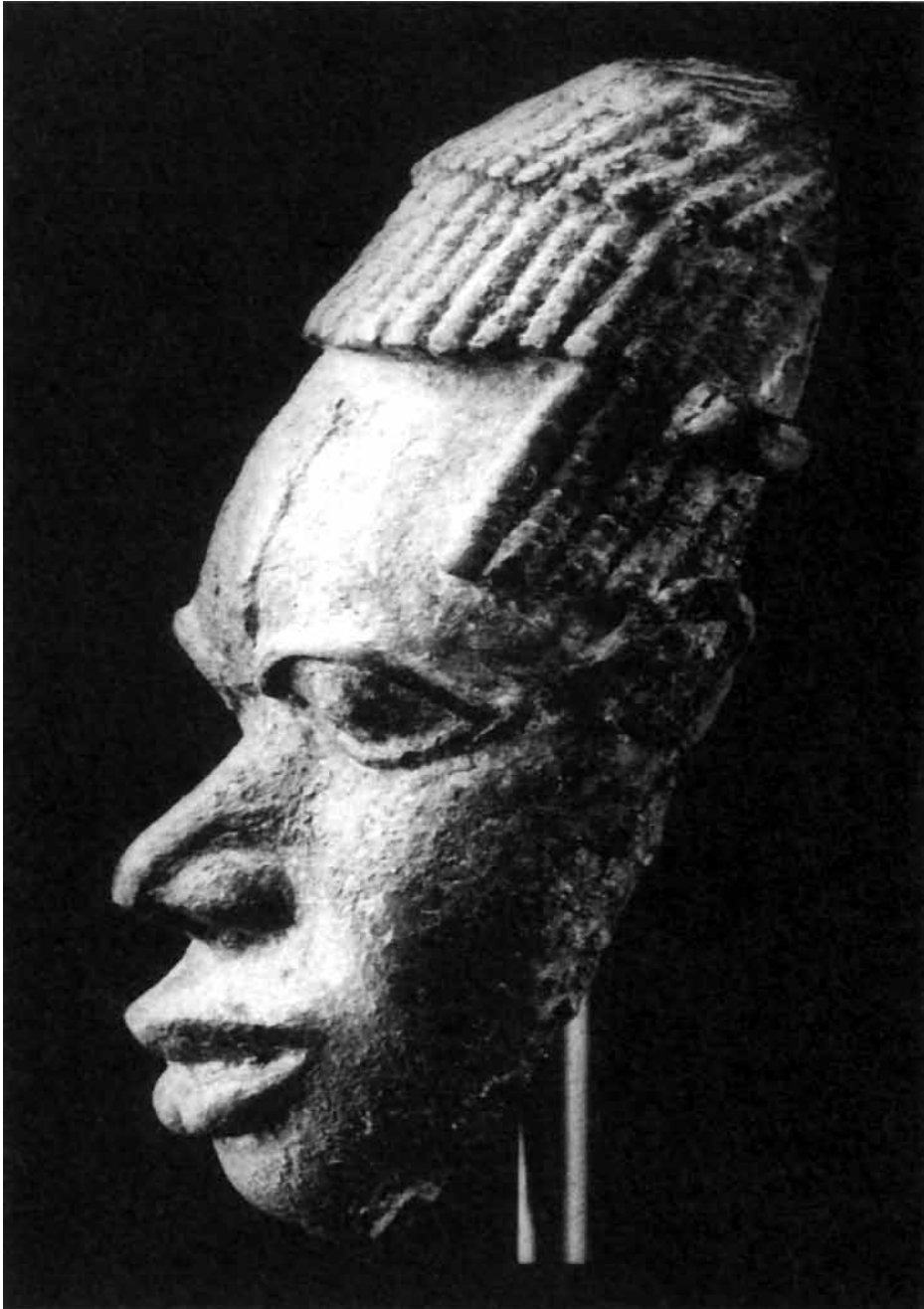



figura 15.5 Máscara de bronze do século XVII, usada na cintura, proveniente do Benin (Nigéria). Altura: 9,3 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

Níger[8]. Tais escavações mostraram que os primeiros habitantes sabiam explorar os crustáceos de água salgada do delta e que também criavam certos animais. A abundância de cerâmicas encontradas em sítios, como Onyoma, indica a existência de uma complexa economia, por um lado, agrícola – as tradições orais falam de tâmaras, de pimenta e de bananas – e, por outro, comercial, pois a maior parte dos produtos agrícolas provinha do interior. As escavações também descobriram traços de forjas, o que também permite inferir a existência dos contatos com o interior, em primeiro lugar, pelas matérias-primas, mas também pelos produtos finais. Encontramos numerosos objetos de latão ou de bronze, a céu aberto, nas inúmeras regiões do delta, porém um único objeto encontrado *in situ*, em Onyoma, foi uma oferenda funerária.

Os objetos artísticos do delta do Níger são, basicamente, constituídos por altares ou máscaras de dança, de madeira, sobre as quais são esculpidos os espíritos das águas ou dos ancestrais. As escavações revelaram um número restrito, mas significativo, de máscaras em terracota de Ke e de figurinhas antropomórficas de Onyoma. Dentre as terracotas nigerianas, estas são as únicas representações do gênero, porém uma das cabeças humanas de Onyoma tem traços que lembram as terracotas de Nok e de Ifé, pela modelagem dos olhos.

O tráfico negreiro e, anteriormente, o comércio interior de longa distância, desempenharam um papel importante na formação dos estados do delta oriental do Níger, como Bonny, Elem Kalabari (Novo Calabar), Okrika e Nembe. Segundo as tradições orais, parece que seus fundadores teriam vindo de zonas situadas nas regiões de água doce do delta central e teriam se adaptado à vida no delta oriental, cujas águas são salgadas, ou seja, que eles tivessem, entre outros, passado de um sistema econômico fundado na pesca e na agricultura para um outro, fundado na pesca, na exploração salina (por ebulição) e no comércio. Houve também toda uma adaptação sociopolítica e, a partir do século XVIII, instituições reais foram erigidas. O tráfico transatlântico acelerou o ritmo destas transformações e tem-se chamado esse tipo de Estado constituído no século XVIII de Estado-cidade ou Estado comerciante[9]. O tráfico de escravos trouxe a prosperidade em que se baseou o poder do *amanyamabo* (rei) e da elite dirigente também ocasionou a criação de um sistema de recrutamento de mão-de-obra e de aumento da população destinado a fornecer homens às forças armadas desses Estados.

8 E. J. Alagoa, 1972 e 1976; F. N. Anozie, 1976.

9 K. O. Dike, 1956; G. I. Jones, 1963.

FIGURA 15.6 Placa de bronze do século XVII, proveniente do Benin (Nigéria), que mostra um guerreiro portando uma vestimenta de coral matelassê e segurando uma lança e uma espada. Os dois guerreiros que o escoltam de cada lado carregam um escudo. Todos os três portam colares de dentes de leopardo e seus peitos são ornados com sinos. Encontram-se, entre eles, dois pequenos músicos. Altura: 39 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

O país Igbo

Um certo número de sítios remonta à Idade da Pedra, no coração do país Igbo, levando-nos a pensar que essa região foi povoada há muito mais tempo do que indica a sua cultura. Um abrigo rochoso, em Afikpo, revelou instrumentos de pedra e velhas cerâmicas de 5.000 anos. Sítios semelhantes foram descobertos na região de Nsukka. O doutor Anozie, da Universidade da Nigéria, estuda atualmente uma pedreira, também descoberta na região de Nsukka. Parece evidente que a agricultura existia nesta região há no mínimo 3.000 anos e, particularmente, a cultura de inhame. As outras culturas locais

compreendiam o óleo de dendê, o *okro*, o *egusi* e algumas variedades de noz-de- cola. Algumas culturas importantes, como a mandioca, o arroz, a taioba, a banana e a banana-da-terra, foram introduzidas por intermédio do trato transatlântico, tal como outras plantas originárias das Américas. A mandioca fez sua aparição no delta do Níger (primeiro em sua zona ocidental e em seguida rumo ao Leste) no século XVII, mas apenas foi introduzida no país Igbo dois ou três séculos mais tarde.

As tradições orais em lugares como Nri ligam a origem da agricultura aos pais fundadores. O artesanato do ferro também foi implantado muito cedo e a arte do bronze dessa região tornou-se mundialmente célebre graças às escavações de Igbo-Ukwu[10]. Os bronzes desta zona são oriundos de uma tradição diferente daquela de Ifé e do Benin. Sua beleza e sua qualidade não são menos excepcionais. Eles estão ligados à realeza divina e ao centro ritual de Nri. Os sacerdotes de Nri exerciam sua autoridade em vastas porções do país Igbo, tinham o poder de nomear os titulares dos cargos de *ozo* e de *eze*, e de lutar contra os sacrilégios. O *eze Nri* controlava também o *ifeijoku* (a "força do inhame"). Talvez seja o rendimento proveniente dos sacerdotes itinerantes que trouxe a prosperidade, permitindo, assim, assentar os fundamentos de tal arte do bronze.

Os sacerdotes de Nri desempenharam um papel vital no país Igbo, por causa da organização das comunidades em pequena escala, fundada no sistema dos títulos. Porém, alguns grupos igbo, a Oeste do Níger e na margem oriental do rio, adotaram as instituições reais e entraram em contato com comunidades detentoras de instituições similares. Assim, os reinos de Aboh, de Onitsha e de Oguta, com seu *obi*, aparentemente tomaram emprestado esse título ao *oba* real do Benin. Tais Estados eram formados por emigrantes vindos de zonas submetidas à influência do Benin, nos séculos XVI e XVII. Segundo as tradições orais desses grupos, parece que tais migrações foram produzidas sob o reinado do *oba* Esigie (por volta de 1517-1550), no Benin. Supõe-se que guerras ou tumultos, ocorridos nas regiões orientais do reino do Benin, obrigaram certos grupos a emigrar para o Leste e lá criarem Estados segundo o modelo daquele que haviam abandonado.

Outros Estados situados às margens do Níger, como Osomari, afirmam que seus ancestrais vieram do reino igala de Idah, no Norte. Porém, a influência igala provavelmente era mais pronunciada entre os igbo setentrionais do vale de Anambra e na região de Nsukka. Sabemos que houve ataques igala nessa zona,

10 T. Shaw, 1970.

ao passo que os nri afirmam ter um ancestral comum com os igala. Os Estados igbo situados nas margens do Níger foram os primeiros a participarem do tráfico negreiro, depois, no século XIX, do comércio de óleo de dendê, em colaboração com os Estados do delta do Níger. Os grupos igbo do Norte comerciavam com os igala e com outros grupos setentrionais.

O sistema sociopolítico igbo era concebido para regulamentar unidades mais vastas do que os vilarejos e as cidades. Um de seus mecanismos de controle consistia na sanção religiosa de um oráculo. Os oráculos estavam estabelecidos em diferentes lugares e em diferentes épocas, no país Igbo, como Kamalu (Etche), Igwe Kala (umunoha), Agbala (Awka), Ibini Okpube ou Long Juju (Arochukwu). Os dois últimos alcançaram uma maior influência porque outros setores da comunidade demonstraram sua crença neles. Deste modo, os ferreiros awka que trabalhavam nas feiras e estavam espalhados por todo o país Igbo e pelo delta do Níger, favoreceram a reputação do oráculo Agbala. Mas aquele de Arochukwu tornou-se ainda mais importante graças aos negociantes aro, os mais importantes traficantes de escravos, que falaram em alto e bom som sobre ele. A rede comercial aro se desenvolveu simultaneamente ao tráfico de escravos que passava pelo estuário do Cross River e pelo porto de Calabar. Os aro também conseguiram comercializar com os Estados do delta que se encontravam em pleno avanço desde o século XVII. Os mercados aro fundaram estabelecimentos comerciais e feiras em todo o país Igbo e utilizaram o oráculo para obterem escravos. Ao contrário dos sacerdotes de Nri, os aro eram inclinados à violência. Eles engajavam guerreiros de Abam, Edda, Ohafia, Abiriba e outras cidades com as quais partilhavam seu espólio.

As zonas do país Igbo, privadas de governos fortes e centralizados, provavelmente sofreram mais ataques destinados a capturar escravos. Sabe-se que, no século XVIII e no início do XIX, os portos do delta oriental do Níger eram os principais centros de exportação de escravos da África Ocidental. A maior parte dos escravos vinha do interior do país Igbo. Reinava, igualmente nessa zona, um clima de considerável insegurança, e a agitação encontrava-se, por sua vez, no seu auge entre as comunidades e as instituições.

O vale do Cross River e os Camarões

Os povos habitantes desta região possuem línguas e origens históricas semelhantes. Grande parte de suas línguas pertencem à família bantu e formam uma

FIGURA 15.7 Placa de bronze ornamental do século XVI, proveniente do Benin (Nigéria), que mostra um chefe portando suas insígnias: um enfeite de coral sobre o pescoço, um colar de dentes de leopardo, braceletes e anéis de tornozelo. Não se trata de um oba, pois ele sustenta sobre seus ombros um sino protetor de guerra, acessório não utilizado pelo rei. A cabeça de leopardo que decora a vestimenta de guerra serve para aterrorizar o inimigo. Ele está acompanhado por dois guerreiros tocadores, um, de uma trombeta e, o outro, de um sino duplo, além do servo que carrega sua espada cerimonial. Embora estejam próximas, essas três personagens são menores, sinal de um posto inferior. A representação dos portugueses, com seus chapéus de plumas, seus cabelos longos, suas barbas e seus gibões abotoados, permitem datar esta placa da época do oba Esigie. Em 1515, de fato, ele recebeu o reforço militar dos portugueses na guerra com o Ata dos igala. O motivo quadrifoliado gravado no fundo é conhecido sob o nome de owen iba ede ku [o sol não esquece um só dia]; ele é associado a Olokun, o deus da água. Centenas destas placas decoravam os grandes pilares retangulares que sustentavam as tendas estendidas em cima dos múltiplos pátios do palácio do Oba do Benin. Sua disposição era um reflexo da complexidade dos temas ilustrados. Altura: 45,7 cm. [Foto: J. Ploskonka.]

extensão, no Noroeste da África Ocidental, das grandes línguas bantu da África Central, Oriental e Meridional.

O maior grupo étnico do vale do Cross River, aquele dos ibíbio, está há tanto tempo estabelecido na região, que não mais possui tradições orais que evocam uma migração do exterior. Nas partes setentrionais do vale, a região de Ogoja está ocupada por uma vasta gama de povos cujas tradições orais evocam as migrações do vale do Benué, mais ao Norte, ou dos Camarões. Certas comunidades do grupo ibíbio, ou que lhe são estreitamente aparentadas, como os Andoni (na franja da parte oriental do delta do Níger) e os ibeno (ibuno), afirmam, igualmente, terem vindo dos Camarões. Ademais, as comunidades dos Camarões, como os isangele, são de origem ibíbio.

As comunidades desta região estavam, em grande parte, organizadas em sistema políticos descentralizados de uma complexidade extrema. As organizações por grupos etários, tal como as sociedades secretas, permitiam um eficaz controle social e político. Dentre os ibíbio, a sociedade *Ekpo* era largamente difundida. Porém, os *Mgbe* (Sociedade secreta do leopardo) do Norte do vale do Cross River e dos Camarões tornaram-se os *Ekpe* do Estado efik do estuário do Cross River. Tornaram-se, portanto, a sociedade secreta mais conhecida e a mais organizada dentre todas aquelas da região.

Os efik são estreitamente aparentados aos ibíbio, em função da proximidade de seu território, Uruan Ibíbio, na margem ocidental do Cross River. Segundo algumas tradições orais, anteriormente, eles teriam vivido em Ibom, perto de Arochukwu, no país Igbo. Teriam abandonado tal lugar por causa das guerras, das quais participavam grupos chamados akpa, talvez ligados às comunidades conhecidas sob esse nome no vale do Benué, como os jacum. Estes primeiros contatos dos efik são importantes porque seu estabelecimento definitivo em Ikot Etunko (Creek Town), Obutong (Old Town) e Atakpa (Duke Town), no início do século XVII, fez desses lugares os mais importantes centros do tráfico negreiro da região.

O Estado efik, situado na parte inferior do Cross River e agora conhecido sob o nome Calabar, exportava escravos do interior igbo a partir do centro de convivência de Arochukwu, que os capturava graças aos seus oráculos e aos seus mercenários. A maior parte dos escravos vendidos em Calabar eram ibíbio e membros de grupos do vale do Cross River, bem como de regiões vizinhas dos Camarões.

O problema colocado pelo trato, em parte, foi responsável pela reestruturação do *Ekpo* ibíbio e do *Mghe* ekoi em uma única sociedade, o *Ekpe*, em Calabar. Daí resultou uma sociedade organizada em classes, unificadora dos elementos aristocráticos livres e detentora do controle sobre os escravos e os pobres. Houve também um reforço das regras políticas e sociais, uma maior manutenção da

ordem e um sistema de impostos. Em razão das influências comuns do tráfico negreiro e das ligações transatlânticas, Calabar estruturou-se segundo organizações fundadas nas linhagens semelhantes às "câmaras" dos Estados do delta oriental. Porém, diferenciava-se desses, pois que possuía empresas agrícolas em terras arrendadas, nas quais a maioria dos escravos estava concentrada e isolada. Outro traço distinguia Calabar dos outros Estados: os escravos eram mantidos à parte de tudo, ao passo que, nos Estados do delta, eles eram integrados a uma sociedade de dançarinos mascarados, *Ekine* ou *Sekiapu*.

Os mais importantes grupos da costa dos Camarões constituíram-se pelas comunidades bantu do Nordeste: os kpe-mboko, os duala, os limba e os tanga-yasa. Tratava-se de pescadores, cultivadores e caçadores. A maioria deles estava organizada em pequenas unidades aldeãs, porém, no século XVIII, os Bubi, os Duala e os Isuwu criaram conjuntos políticos mais vastos, ou envolveram-se com o tráfico negreiro, ou extraiam benefícios dele. O rio Camarões tornou-se, portanto, um centro menor do tráfico dos escravos, em relação ao estuário do Cross River. Aliás, estreitaram-se as relações entre os dois centros.

A sociedade secreta constituía igualmente um eficaz meio de controle social e político. Entre os duala, os isuwu e os grupos vizinhos, o *Jengu*, baseado na adoração dos espíritos das águas, tornou-se a sociedade mais prestigiosa da região costeira do Camarões.

Conclusão

Do século XV ao XVIII, o tráfico negreiro foi o elemento exterior predominante na história desta região de pântanos costeiros e de florestas equatoriais. Porém, torna-se difícil estimar a influência que ele teve sobre os fatores de mudança interna que presidiram à evolução da região, bem antes de seu surgimento.

Nas tradições orais de numerosos povos, o tráfico é apresentado como uma atividade que trouxe prosperidade e crescimento demográfico. É o caso das comunidades costeiras, que desempenham, aqui, o papel de intermediários: elas não se lançavam à guerra ou à caça aos escravos a fim de capturá-los, porém compravam-nos de outros grupos para vendê-los aos negreiros ou para ficarem com alguns. Os Estados do delta do Níger e o Estado efik de Calabar pertenceram a esta categoria. O trato era, sobretudo, um fator de transformação econômica, social (integração e controle dos escravos) e política (modificações da base do poder em razão das diferenças no domínio da riqueza e da mão-de-obra).

O reino fon do Daomé ilustra um outro tipo de participação do trato, que consistia no ativo fornecimento de escravos aos negreiros. Os aro e seus aliados mercenários desempenharam um papel semelhante no país Igbo. Podemos caracterizá-los como caçadores de homens. Parece que tais comunidades beneficiaram-se com o trato, contudo, em detrimento de um desenvolvimento normal de seu sistema social, político e moral, arruinado face à violência provocada pelo tráfico dos escravos.

A terceira categoria de comunidades marcadas pelo trato constitui-se por suas vítimas. Trata-se daquelas comunidades, situadas em diversas regiões do país Ioruba, Igbo, Ibíbio, entre outros, de onde provinha a maior parte dos escravos vendidos na costa. Os ataques, os sequestros, as guerras, a generalização do desprezo pelo valor humano, tudo isso destruiu o sistema social e econômico dessas comunidades. Povoados foram destruídos ou dispersos, propriedades rurais abandonadas, as pessoas viviam no terror.

Diante deste quadro sinistro, tem-se, às vezes, sustentado que o tráfico negreiro tirou do isolamento tais regiões da África tropical. De uma existência obscura e distanciada dos centros civilizados do Norte, elas tornar-se-iam a vanguarda da cultura e entrariam em contato com o resto do mundo. Em uma só palavra, o tráfico negreiro teria integrado tais comunidades à economia internacional. Ademais, a introdução de culturas alimentícias como o milho, a mandioca, o arroz, etc., talvez tivesse restabelecido o equilíbrio, suscitando um ressurgimento da vitalidade demográfica. Trata-se apenas de hipóteses abstratas. Para os povos africanos da região, a época do trato é um pesadelo, geralmente oculto nos recantos mais obscuros de suas memórias.

CAPÍTULO 16

Os Estados Haussas

D. Laya

A região em foco no presente capítulo está espontaneamente associada, hoje, à ideia de riqueza. Às potencialidades resumidas no precedente volume, estima um autor que se devem acrescentar dois elementos: a complementaridade entre as outras regiões e o país haussa, em sua qualidade de produtor (cereais, couro, ferro) e de consumidor (ouro, cola); a integração da economia oeste-africana com os wangara, os haussas e os kanuri, na savana, e com os fante, os bini, os ijaw e os arochukwu, na floresta[1].

A documentação a respeito do desenvolvimento da região, entre 1500 e 1800, é muito desigual. No que concerne aos Estados haussas, as fontes encontram-se muito variadas. Em uma primeira categoria, podem-se classificar os testemunhos, as pesquisas e as obras de referência, ainda que os testemunhos estejam tão contestados quanto as pesquisas[2]. A essas publicações de caráter geral, facilmente acessíveis, devem ser acrescentadas as teses: embora sejam de nível acadêmico desigual, foram em sua maioria realizadas por pesquisadores oriundos da região[3].

---

1 UNESCO, *Histoire générale de l'Afrique,* vol. IV, pp. 324-325; M. Adamu (org.) s. d.*c.*

2 J. Tilho, 1911; Y. F. Urvoy, 1936; J. Léon l'Africain, 1956; al-Sa'di, 1964; E. Séré de Rivières, 1965; B. Hama, 1966; H. E. S. Fisher, 1975 e 1977; J. F. A. Ajayi e M. Crowder, 1971, 2ª ed., 1976; J. Ki-Zerbo, 1978; T. H. Hodgkin, 1979; O. Ikime, 1980; M. Ka'ti, 1913-1914; M. Hiskett, 1984.

3 B. Hama, 1966, 1967*a* e 1967*b*; M. Adamu, 1968; M. B. Alkali, 1969; M. H. Piault, 1970; A. Salifou, 1971; G. Nicolas, 1975; D. M. Hamani, 1975; N. Echard, 1975, pp. 34-97; M. Karimou, 1977; G. Na-Dama, 1977; M. Adamu, 1978; Y. B. Usmas, 1981; M. Saley, 1982.

Uma outra série de documentos é constituída pelos anais, quase sistematicamente publicados, dos seminários regularmente organizados, notadamente nas áreas da história e da arqueologia, e dos quais participam especialistas oriundos de diferentes países[4]. Por fim, o ponto de vista dos interessados[5] encontra-se exposto em documentos publicados em inglês ou em haussa. No que concerne por exemplo à *Crônica de Kano*, a versão inglesa, publicada há muito, foi corrigida pela versão haussa que, por sua vez, ainda comporta interpretações errôneas em relação ao texto original, assim como erros de impressão. Uma reedição de todas essas fontes nos mais curtos prazos é desejável. Porém, os debates em torno de tais fontes atestam sua excepcional qualidade. Eis uma prova da vitalidade e do rigor das pesquisas em curso: o permanente questionamento constitui a garantia de que as insuficiências atuais serão progressivamente corrigidas.

Encontram-se informações indiretas sobre o Nupe e o Kwararafa em algumas das publicações supracitadas. No que diz respeito ao Borgu, ainda não se pode fornecer muitos elementos novos, pelo menos até a publicação da tese do falecido Musa Idris[6].

O estado da documentação impõe um tratamento parcial das diversas entidades políticas, resultando do desenvolvimento desigual da pesquisa e, talvez, da posição relativamente periférica do Borgu, do Kwararafa e do Nupe no decorrer do período aqui considerado.

Os Estados haussas

A evolução política

Ao tratar da história do Sudão Central a partir do século XVI, costuma-se evocar o peso específico do Sudão Ocidental, ou seja, do Mali, do Songhai e do Império do Kanem-Borno, fato este legitimado em função da existência das inúmeras incertezas, particularmente em torno do século XIV[7]. O século XVI abre-

4 Y. B. Usman, 1979*b*; Y. B. Usman e M. Alkali, 1983; B. O. Barkindo, 1983; M. Amadu (org.) s. d.*c*; H. W. El-Hasnawi, 1982.

5 H. R. Palmer, 1967; M. A. al-Hajj, 1968; A. A. Dokaji, 1978; Y. F. Urvoy, 1978; R. M. East, 1979. Para os debates, ver M. Last, 1983 e M. Adamu (org.), s. d.*c*; M. G. Smith, 1983.

6 J. Lombard, 1965; O. Bagodo, 1978; D. M. Debourou, 1979. Quanto à tese de M. Idris, as expectativas são grandes, pois que a sua publicação foi colocada sob a responsabilidade de especialistas eminentemente renomados; ver M. Adamu, 1979, nota 89.

7 A extensão da autoridade do Mali sobre Tādmekka ou Takedda, defendida por Ibn Khaldūn, foi descartada por H. S. Fisher (1977, p. 265). Trata-se do lugar onde morreu o *mansa* Sakura, quando de sua volta de peregrinação; ver D. Lange, 1977, p. 73, nota 19(4). Da mesma forma, o nome Zaghai designa, de

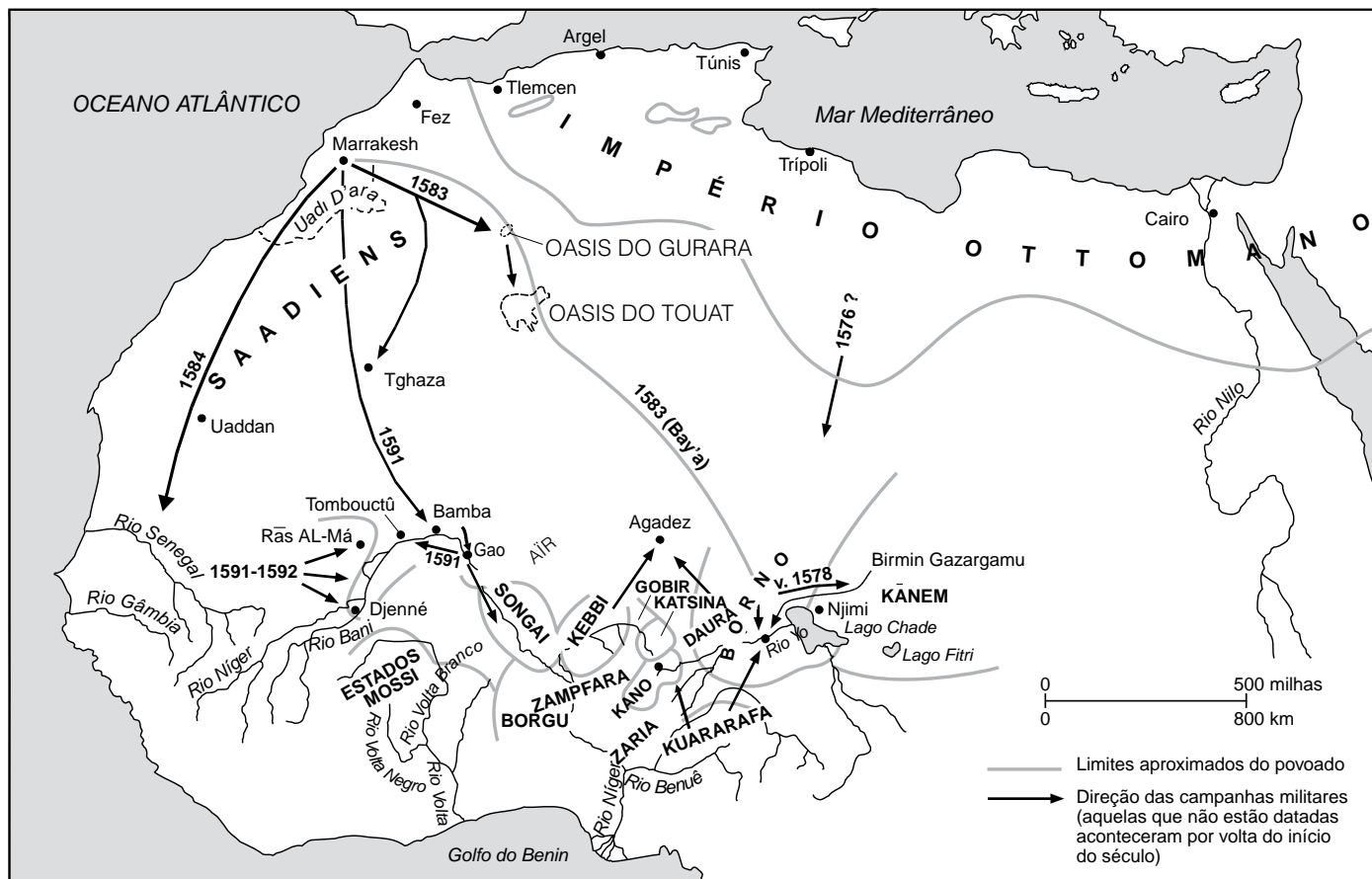



Figura 16.1 A África do Norte e o Sudão Central em 1600. [Fonte: segundo J. F. A. Ajayi e M. Crowder, 1976, vol. I, p.286. Mapa adaptado com a amável autorização de Longman Group UK Ltd.]

-se com a campanha do *askiya* Muhammad em Azbin: as pesquisas em curso[8] poderão explicar o fato de a região ter sido tão cobiçada em diversas ocasiões. Muhammad era também movido por um sentimento de nostalgia a respeito dos imperadores *sarakunan noma* (mestres das culturas)[9], ou seja, do *Mai* do Kanem, experimentando a cultura da cana de açúcar, e do *Mansa* do Mali, mandando cortar a cabeça do ladrão de *kafi*. De fato, a guerra revestiria uma outra dimensão e transformar-se-ia em uma empreitada cujo principal objetivo consistiria em "comer" o que o trabalho dos produtores permitiu acumular. Por fim, a última razão reside no fato da pouca atenção prestada, até então, às transformações do Sudão Central, principalmente em função de o Oeste e o Leste serem mais conhecidos. Ora, o Sudão Central seria rapidamente integrado à rede comercial e ideológica que unia as sociedades do Sudão Ocidental ao mundo muçulmano. Sua evolução política será aqui estudada através das relações com os Estados vizinhos, dos conflitos entre o Kano e o Katsina, assim como dos intermédios do Kebbi, do Zamfara e do Gobir.

O quadro cronológico aqui usado basea-se fundamentalmente em trabalhos que oferecem uma visão global muito sugestiva, apesar de algumas dificuldades e diferenças pontuais[10]. Podem-se distinguir os três períodos a seguir.

De 1500 a 1620, os Estados consolidaram-se, apesar dos fortes conflitos entre o Kano e o Katsina, permanecendo o Kebbi a potência dominante do Haussa Ocidental. Em suas relações com seus vizinhos, o Songhai foi definitivamente eliminado e o *Mai* do Borno só pôde indignar-se com o comportamento tão pouco aristocrático do *Sarkin* do Kano Muhammad Kisoki (1509-1565).

Entre 1620 e 1730, o Kano caminhava rumo à formação de um verdadeiro califado[11], no momento em que o Zamfara e o Gobir se reforçavam após o declínio do Kebbi. O Kwararafa, por sua vez, acentuava seus traços de Estado predador.

O período de 1730 a 1808 marcaria o desmoronamento do Zamfara e o apogeu do Gobir.

acordo com um informante de Ibn Khaldūn, o Takrūr. Tratando-se do nome do país onde se exportava, segundo Ibn Battūta, o cobre de Tādmekka, podemos identificá-lo com Songhai, Zaghāwa ou Zaghai, nome original de Birnin Katsina; ver J. M. Cuoq, 1975, pp. 319 e 343; M. Last, 1983, p. 73.

8 D. M. Hamani, 1975.

9 J. M. Cuoq, 1975, p. 209 (Kanem) e pp. 266-267 (Mali).

10 H. R. Palmer, 1967; M. B. Alkali, 1969; G. Na-Dama, 1977; D. Lange, 1977; Y. B. Usman, 1978 e 1981; I. Maïkassoua, 1982.

11 M. Last, 1983, pp. 67-91.

As relações com as regiões circundantes

Embora as relações do país haussa com seus vizinhos estejam cada vez mais conhecidas, controvérsias persistem quanto a sua interpretação pelos diferentes autores.

No que concerne ao Songhai[12], deu-se uma importância exagerada à potência do *askiya* Muhammad. Suas características econômicas e políticas podem ser analisadas à luz das fontes provenientes do Kano: ‘Abdullāh Barja (1438-1452) abriu a rota Gwanja-Kano-Borno, ao passo que os sunni organizavam a parte ocidental de seu império. Por conseguinte, pode-se admitir facilmente o ponto de vista de Kubbel, segundo o qual o *askiya* "apenas conhecia um meio" de se opor à intensificação das trocas pela rota oriental: controlá-la graças à conquista militar. A principal consequência de sua campanha em Azbin foi a emergência do Kebbi como Estado independente em 1516. O Songhai tentaria reconquistar seu domínio perdido sobre esse Estado[13]. O *askiya* Muhammad Benkan Kiriai (1531-1537) dirigiu uma expedição contra o Kebbi por volta de 1533: "O *Kanta* infligiu uma vergonhosa derrota a seu adversário que fugiu com todo seu exército [...]. O príncipe chegou a Kagho e, desde aquela época, nenhum *iskaya* organizou outra expedição contra o *Kanta*." Na verdade, outra incursão foi organizada em 1552 sob o reinado do *askiya* Dāwūd (1549-1583): um tratado de paz pôs fim ao conflito em 1553. Em seguida, o *kanta* Dāwūd (aproximadamente 1589--1613) acolheria e ajudaria a resistência songhai: apesar das ameaças do sultão do Marrocos, não cederia, confiando em sua potência militar e talvez desejoso de poupar o *gulma*, um dignitário de alto escalão que representava os elementos songhai partidários do primeiro *kanta*[14].

O Azbin[15] deu o pretexto ao enfrentamento entre o Kebbi e o Borno. Este último estendera sua influência graças à conquista de Agades por volta de 1532, à assinatura de tratados com diversos grupos tuaregues e à nomeação de um delegado. Em função das inúmeras incursões do Kebbi, a ajuda do Borno foi solicitada em 1561. De início vitorioso em Surame, o exército do Borno, composto por 100.000 combatentes, foi obrigado a se retirar: o *Kanta* venceu-o em

---

12 UNESCO, *Histoire générale de l'Afrique*, vol. IV, cap. 2, pp. 308-317; L. E. Kubbel, 1974, p. 97.

13 al-Sa‘di, 1964, pp. 146-147 e 168; J. O. Hunwick, 1971, p. 285. Sobre o contexto político por volta de 1590, ver Z. Dramani-Issifou, 1982, p. 186, 207, 218-219. A cronologia do Kebbi está sujeita a questionamentos; M. Alkali fixa em 1554 e al-Sa‘di em 1561 a data da morte de Kanta I; o autor do presente capítulo mantém essa primeira data.

14 M. B. Alkali, 1969, pp. 62-63.

15 J. O. Hunwick, 1971, pp. 283-284; H. S. Fisher, 1977*a*, p. 266; ver também o capítulo 17 a seguir.

Nguru, porém, no caminho de volta, morreu em um povoado do Katsina[16]. Em seguida, no fim do século, eclodiu uma crise dinástica em Azbin. Deposto por Muhammad ben al-Mubārak (por volta de 1601), Yūsuf solicitou o apoio do *kanta* Dāwūd que, por desejar ali manter sua influência, foi obrigado a ajudá-lo em duas ocasiões para que pudesse derrotar seu rival apoiado pelo Borno: tal sucesso pôs fim aos projetos de dominação do Azbin por parte dos *mai*[17]. O Azbin atingiu seu apogeu sob o reinado de Muhammad al-Mubārak (aproximadamente 1653-1687). Aproveitando-se dos incessantes conflitos entre o Gobir e o Haussa Oriental (Kano e Katsina), e entre o Zamfara e o Kebbi, Muhammad enviou, em 1674, uma expedição dirigida por seu filho Agabba, que conquistou o Adar, o que acelerou o declínio do Kebbi[18]. Desde então, coube ao Zamfara e ao Gobir reduzir a influência do Azbin na zona de Kwanni. Em 1675, o exército do Zamfara massacrou por volta de 700 tuaregues kel owi em uma emboscada. O Azbin vingou-se no mesmo ano, pois o Zamfara deixou mais de mil mortos no campo de batalha. Por volta de 1689, O Azbin atacou e derrotou o Gobir, que saqueava a mesma área. Por fim, em 1721, Agabba, ao se tornar sultão, marchou sobre Surame e matou o *kanta* Ahmadu. Em 1722, a corte do Kebbi recuou rumo ao Oeste. Contudo, o Azbin entrava em um período de crises dinásticas e de catástrofes, permitindo assim ao Zamfara e ao Gobir ocupar uma posição dominante.

Até 1561 estava em uma forte posição o Borno. O *Sarkin* do Kano, 'Abdullāhi (1499-1509), ao ser atacado pelo *Mai*, adotou uma atitude de humildade que levou o agressor a se retirar. É difícil descrever o contexto político do Kano. Pode-se apenas dizer que a rainha mãe Auwa conseguira conter uma rebelião instigada por um *dagaci* que ocupava funções importantes na corte. As razões que o levaram a agir não ficaram claras. Porém, seu sucessor, Muhammad Kisoki (1509-1565) investiu contra a cidade Nguru em Borno e ordenou que apenas se levassem cavalos e roupas. Surpreendido por tal ataque, o *Mai* decidiu atacar o Borno no ano seguinte, mas teve que se retirar mais uma vez[19]. Tais fatos foram comentados por dois historiadores[20]. Ao avaliarmos a situação

16 Y. B. Usman, 1981, pp. 31-32; ver capítulo 17 a seguir.

17 M. B. Alkali, 1969, p. 76; J. O. Hunwick, 1971, p. 283.

18 M. B. Alkali, 1969, pp. 78-84; R. A. Adeleye, 1971, pp. 585-586; D. M. Hamani, 1975, p. 91; G. Na-Dama, 1977, pp. 217-225.

19 H. R. Palmer, 1967, pp. 112-113. Há uma diferença entre o texto inglês e a versão haussa que deixa a entender, se não houver erro de impressão, que o *dagaci* estava prestes a se dirigir a Kagara (uma localidade).

20 Y. B. Usman, 1983, pp. 181-184; M. Last, 1983, pp. 68-74. A respeito da situação no Borno, ver D. Lange, 1977, pp. 79-81 e o capítulo 17 a seguir.

interna de ambos Estados, descobrimos que o Kano venceu um longo conflito com o Katsina, enquanto Idris Katakarmabe (aproximadamente 1497-1519) consolidava os frutos de sua vitória. A humilhação infligida por Kisoki foi o sinal da potência do Kano no momento em que o Borno sofria uma dissensão interna e sucessivos anos de fome: de qualquer modo, o segundo ataque contra o Kano teria acontecido antes de Idris Alawoma (1564-1594).

Não tardou o Kano a sofrer os ataques repetidos do Kwararafa: entre 1582 e 1618, seus habitantes foram obrigados a buscar refúgio em Daura. O soberano do Kano foi de novo expulso em 1653 e, em 1671, a população refugiou-se mais uma vez em Daura. De acordo com Palmer, o tratado de paz assinado entre o Kano e o Katsina (entre 1649 e 1651) foi inspirado pelo medo do Kwararafa, que seria derrotado pelo Borno em 1680[21].

Para ser objetivo, haverá de se levar em conta a situação política de cada um dos Estados implicados, já que não se encontravam na mesma fase de evolução. Esses conflitos sugerem, além da rentabilidade das atividades de saque, um equilíbrio instável entre potentes vizinhos.

A luta pela hegemonia

Leão, o Africano, apresenta Kano como uma cidade cujos "habitantes são artesãos civilizados e ricos mercadores". Por outro lado, o Katsina aparece como um reino rural e pobre. Vale lembrar aqui que a rota Gwanja-Kano-Borno foi aberta entre 1438 e 1452. Outrossim, no século XV, Agades suplantara Takedda como principal centro de caravanas, permitindo assim ao Katsina se tornar um ponto final da rota de caravanas trans-saarianas, bem como um entreposto para todo o país haussa[22].

De acordo com um artigo recente, é preciso reconsiderar a explicação dos conflitos militares entre os dois Estados à luz da concorrência pelo controle do ponto final transaariano, pois se ignora tudo da natureza e da amplitude dessas guerras, assim como do pano de fundo político e geral a elas subjacentes. Convém então se debruçar de novo sobre esses conflitos no intuito de informar, quando possível, as razões de seu surgimento, o nome do agressor e o lugar de encontro, sem esquecer de precisar a situação política interna e externa então prevalecente.

---

21 H. R. Palmer, 1967, pp. 83, 116 e 121-122.

22 J. Léon l'Africain, 1956, p. 2 e 476-477; H. R. Palmer, 1967, p. 109; J. O. Hunwick, 1971, pp. 275-276; R. Adeleye, 1971, pp. 562-563.

O primeiro conflito[23] estourou portanto sob o reinado de Rumfa (aproximadamente 1463-1499). Esse soberano acumulara tantas riquezas que ele foi o primeiro a ser escoltado por eunucos – em seus mais belos trajes quando da guerra contra o Katsina – e a confiar-lhes cargos oficiais. Não se conhecem as razões do conflito, porém, no Katsina, sucederam-se Korau, Ibrāhim Sura e Aliyu Murābit: diante de tais soberanos, não é de se surpreender que a guerra tenha durado onze anos, sem desenlace decisivo.

O segundo conflito ocorreu na época de Abū Bakr Kado (aproximadamente 1565-1573), quando do reinado de Ibrāhim Badankari (aproximadamente 1565--1573) no Katsina. Os katsinawa chegaram então às portas de Kano e acamparam em Salanta, venceram a batalha e retornaram a seus lares.

Certamente no intuito de vingar essa derrota, Muhammad Shāshiri (aproximadamente 1573-1582) organizou uma expedição contra o Katsina onde reinava Muhammad Wari (aproximadamente 1575-1587). A batalha ocorreu em Kankiya, não muito longe do Katsina. Diz-se que "os katsinawa venceram a batalha graças a sua superioridade numérica". Então estourou a guerra civil em Kano: após ter escapado da morte, o soberano foi deposto.

Esses três primeiros conflitos teriam tido causas políticas marcadas: sem que ainda se saiba por que, o Kano atacou sem lograr êxito; os katsinawa chegaram às portas de Kano para vencer a batalha, e em seguida, o Kano seria derrotado perto do Katsina. Desse ponto de vista, ao menos uma fonte do Katsina[24] afirma que este foi, em algum momento, dominado pelo Kano.

O conflito seguinte estourou[25] no decorrer do reinado de Muhammad Zaki do Kano (aproximadamente 1582-1618). No Katsina sucederam-se Muhammad Wari (aproximadamente 1575-1587), Sulaymān (aproximadamente 1587-1600) e 'Uthmān Nayinawa (aproximadamente 1600-1618). Há uma certa confusão sobre o que aconteceu em seguida. Como a cronologia é imprecisa, talvez tenha havido uma mudança de dinastia. Apesar de tudo isso, o Katsina era tão poderoso que o Kano temia eventuais ataques. Um autor destaca que antes de lançar o ataque, os guerreiros, seguindo os conselhos dos dignitários, adotavam *cokana* e *dirki* como talismãs, a fim de se proteger do inimigo. Entretanto, tal precaução não impediu a invasão do Kano pelo Kwararafa. Isso acarretou o enfraquecimento do Kano onde, pouco depois, Muhammad Zaki consultaria os *'ulamā'* e conseguiria

23 H. R. Palmer, 1967, pp. 111-112 e 115-116. A tese de 'Abdullāhi Mahadi sobre Kano não pôde ser consultada.

24 I. Dankoussou, 1970, p. 28.

25 H. R. Palmer, 1967, pp. 81 e 116-117; I. Dankoussou, 1970, p. 30; R. Adeleye, 1971, p. 580; Y. B. Usman, 1978 e 1981, p. 63.

um talismã a um preço muito elevado. Convenientemente protegido, o Kano atacou os acampamentos militares do Katsina. O agressor venceu essa batalha.

Assim que chegou ao poder, Muhammad Nazaki (aproximadamente 1618--1623) fez uma proposta de paz ao Katsina que, em vez de aceitá-la, lançou uma nova ofensiva: o encontro ocorreu em Karaye, não muito longe de Kano, e o Katsina foi derrotado. O *wambai* de Kano foi transferido em Karaye, de onde lançou contínuos ataques contra o Katsina[26].

Sob o reinado de Kutumbi (aproximadamente 1623-1648), o príncipe do Kano, Bako dan Kutumbi, continuou pressionando o Katsina: saqueou uma cidade com 90 cavaleiros vestidos com cotas de malha e seus 600 cavalos. Depois estourou outro conflito cujo pretexto foi o assassinato no Katsina de um escravo pertencente a uma representante do Kano então em missão. Kutumbi instalou um acampamento militar em Dugazawa, impondo assim ao Katsina um sítio prolongado. Organizou também uma segunda expedição, mas seu exército, surpreendido, foi derrotado e o próprio Kutumbi foi morto em Rumarawa, na fronteira entre o Katsina e o Kano. Seu sucessor, al-Hādjdji, foi destituído após oito meses de reinado e substituído por Shekarau (aproximadamente 1649-1651) que conseguiu firmar a paz depois de negociações com os *'ulamā'*. A potência do Katsina consolidou-se ainda com Muhammad Wari (aproximadamente 1631-1641), Muhammad Uban Yara (aproximadamente 1641-1671) e Muhammad Jan Hazo (aproximadamente 1671-1684), sem que houvesse ruptura do tratado de paz[27].

Houve portanto uma longa luta de caráter político pela hegemonia no país Haussa Oriental. O Borno e o Kwararafa, como já vimos, tiveram de se apoiar em seus vizinhos, mas a situação que prevalecia no Haussa Ocidental dependia de um outro dado cujo papel não pôde ser negligenciado.

Os intermédios

Até o fim do século XVI, o Kebbi não temia nenhum inimigo, nem mesmo o Marrocos. Dentre as condições particulares da consolidação desse Estado, certo autor citou a heterogeneidade de seu povoamento, a polarização dos protestos contra a dominação songhai e o interesse dos chefes militares em manter a independência. Todavia, nada comprova que o Kebbi tenha invadido a região ou tenha tido pretensões sobre o Songhai[28].

26 R. A. Adeleye, 1971, p. 581; Y. B. Usman, 1981, p. 33.

27 H. R. Palmer, 1967, pp. 118-119; R. A. Adeleye, 1971, p. 581.

28 M. B. Alkali, 1969, pp. 58-67.

Foi justamente a independência do Kebbi que modificou a situação política na bacia do Rima: integrou-se a seu território o nordeste do Zarma, reduzindo assim a zona de saques do Zamfara[29]. Daí decorreram enfrentamentos: depois de Taritu (por volta de 1531), foi a vez de Zartai de conduzir, em meados do século, uma série de ataques de desenlace incerto, levando à assinatura de um tratado de paz. O Kebbi desfrutou assim de mais tranquilidade e, após ter derrotado o Borno em 1561, ocupou um lugar central na vida política do Haussa: "Tornou-se rapidamente a mais formidável potência militar do mundo haussa[30]." Não se conhece a exata natureza de suas ligações políticas com os outros Estados. Para alguns autores, a maioria desses Estados pagava um tributo ao *kanta*, o que é contestado por outros: o Zamfara, por exemplo, foi atacado uma só vez pelo Kebbi, e nada permite afirmar que o primeiro tenha sido o vassalo do segundo. De qualquer maneira, ambos tiveram razão para temes o Gobir[31].

A capital do Gobir foi transferida do Azbin para o país haussa, precisamente em Birnin Lalle, no centro de uma zona bem irrigada e muito povoada, o Gulbin Tarka. Teria sido fundada por volta de 1450. O poder ali permaneceu até aproximadamente 1600, data em que um ataque lançado pelos tuaregues degenerou em massacre. Os gobirawa foram obrigados a prosseguir suas peregrinações mais ao Sul, rumo ao Kufan Kuturu e a Hisatau, no Gulbi Maradi (ali foi morto o último soberano do Hisatau[32], Muhammad Mai Gici, pelo soberano do Katsina, preocupado com os adentramentos em seu território e com a conservação do controle da rota Katsina-Tessawa-Azbin). Os gobirawa dirigiram-se então rumo ao Noroeste e fundaram a "nova" Gwazan Rama (entre 1685 e 1690). A partir dessa cidade, Uban Doro lançou ataques não somente contra o Kebbi, como também contra o país ioruba e o Gurma. Soba, seu sucessor, atacou o Adar, o

29 Os dados sobre o Zamfara foram extraídos de G. Na-Dama, 1977; a respeito de suas relações com o Kebbi, ver pp. 220-228.

30 D. M. Hamani, 1975, p. 83.

31 Encontram-se precisões sobre o sistema da *sarauta* do Gobir, dadas por Ibn Battūta, em J. M. Cuoq, 1975, p. 323. Citando uma testemunha ocular, o autor afirma que o soberano foi sepultado com alguns membros de seu entorno, escravos e 30 filhos e filhas de autoridades. É flagrante o caráter religioso de tal tradição, embora seu alcance político seja, contudo, evidente. As pesquisas arqueológicas encontrarão certamente o sítio da capital do Gobir. Os novos fatos, assim como a cronologia anterior a 1700, foram extraídos dos trabalhos de Maïkassoua. Esperam-se com maior interesse os resultados de suas pesquisas, já que o Gobir representa um caso intrigante para os pesquisadores, por exemplo J. E. G. Sutton, 1979, pp. 192-195, e G. Nicolas, em M. Amadu (org.), s. d.*c*.

32 I. Maïkassoua, 1982, pp. 39-45. As descobertas de J. Tilho (1911) e Y. B. Usman (1978 e 1981) sugerem que tais acontecimentos teriam ocorrido entre o início do reinado de Sulaymān (por volta de 1587-1600) e o fim do de 'Uthmān Tsagarana, o soberano do Katsina (aproximadamente 1600-1618).

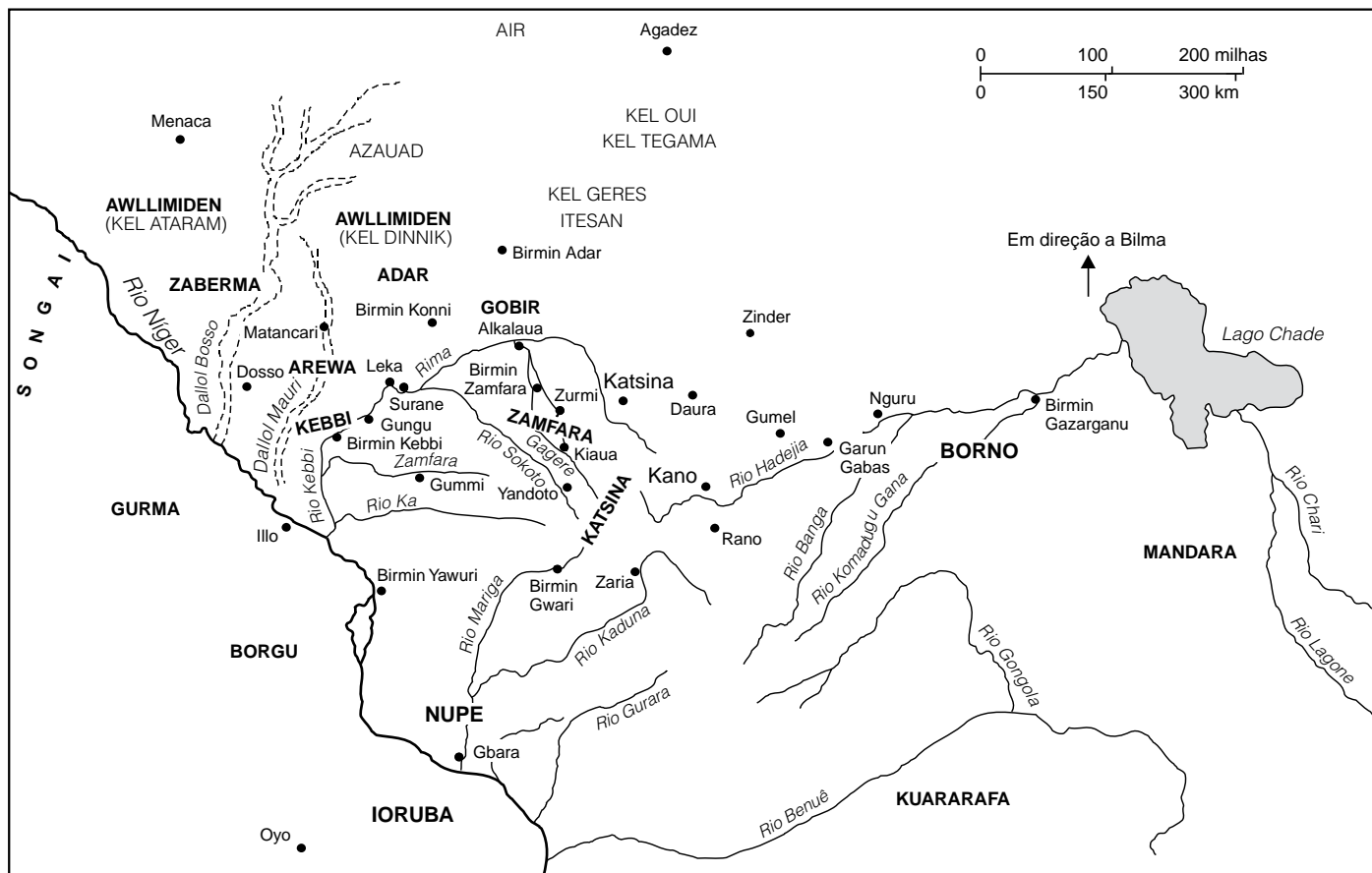



Figura 16.2 O país haussa antes de 1800. [Fonte: de acordo com J. F. A. Ajayi e M. Crowder, 1976, vol. I, p. 286. Mapa adaptado com a amável autorização de Longman Group UK Ltd.]

Kebbi e o Maradi. Ademais, atou relações amigáveis com o Zamfara, abrindo assim as portas de Alkalawa aos camponeses e comerciantes do Gobir.

Essa expansão progressiva do Gobir rumo ao Sul provocou uma nova modificação da situação política. O Kebbi, mantendo suas posições, enriqueceu-se e prosperou a ponto de "a velha aristocracia militar[...] (ser) substituída por uma nova aristocracia econômica[33]". Seu declínio iniciou-se no momento em que se confirmava a potência do Zamfara. Em meados do século XVII, este era dirigido por enérgicos soberanos apoiando-se no islã. O lugar por ele ocupado pode ser medido à partir de suas relações com o Katsina[34], aliás excelente até o dia em que um príncipe do Zamfara foi morto por Muhammad Uban Yara (aproximadamente 1641-1671). O *sarkin* zamfara Zaudai planejou vingar esse assassinato, porém enfrentou a oposição dos dignitários, em nome das boas relações entre os dois Estados. De qualquer forma, sua morte pôs fim ao projeto. Os grandes eleitores deram-lhe como sucessor seu irmão Aliyu, o primeiro soberano muçulmano do Zamfara. Sua política era, sem dúvida nenhuma, ligada ao desenvolvimento do islã no Katsina, já que ergueu mesquitas nas cidades. Desde então, Zamfara, deixando de lado suas incursões esporádicas, concentrou suas forças nas grandes cidades do Kebbi. Em 1674, Sulaymān organizou um grande ataque: o exército do Kebbi, composto por 6 000 combatentes e apoiado por um contingente do Adar, foi derrotado, e inúmeros soldados foram capturados. No mesmo ano, o Kebbi perdeu o Adar que, como vimos, lhe foi arrancado pelo príncipe Agabba. Estávamos diante de uma série de derrotas e não de uma ação concertada do Azbin, do Gobir e do Zamfara[35]. Após tal vitória, o Zamfara tornou-se a principal potência da zona; sua força é atestada pela vitória, em Yargana, do comandante de sua cavalaria, Yakubu dan Mazuru, contra o exército do Kano de Muhammad Shārif (aproximadamente 1703-1731); foi depois dessa derrota que este último mandou cercar várias de suas cidades com baluartes[36].

Então se reerguera o Zamfara após da derrota sofrida contra o Azbin. Porém, a potência militar do Gobir também crescia: "Sob seu reinado [o de Kumbari, por volta de 1731-1743], houve uma guerra feroz entre o Kano e o Gobir. O *sarkin* do Gobir chamava-se Soba. Toda vez que os gobirawa infligiam uma derrota aos kanawa, estes vingavam-se no ano seguinte. Tal situação prevaleceu

33 D. M. Hamani, 1975, p. 85.

34 G. Na-Dama, 1977, pp. 231-234; Y. B. Usman, 1981, p. 30-31.

35 M. B. Alkali, 1969, p. 78-79; D. M. Hamani, 1975, p. 91; G. Na-Dama, 1977, pp. 224-225.

36 H. R. Palmer, 1967, p. 123; G. Na-Dama, 1977, pp. 224-225.

por muito tempo[37].” Com efeito, o sucessor de Soba, Ibrāhim Babāri (aproximadamente 1741-1770), enviou uma delegação encarregada da assinatura da paz junto a al-Hādjdji Kabi (aproximadamente 1743-1753), mas este recusou. Um ano depois, Babāri tomou a iniciativa de atacar, e o encontro de Dumi transformou-se em total derrota para o Kano, “em razão do poder mágico de Babāri”. Os massacres, de todas as partes, só findariam com a morte de Kabi. Em pouco tempo, o Gobir sofreu diversas restrições impostas pelo *sarkin* zamfara, preocupado com esse turbulento vizinho. Contentou-se em retrucar, de início com algumas operações de assédio, e em seguida, aproveitando-se de uma crise dinástica, destruiu Birnin Zamfara por volta de 1762[38].

Essa evolução houve importantes repercussões sobre a situação política das regiões periféricas. No Leste[39], o Sultanato de Damagaram foi criado por volta do início do século XVIII, ao passo que os Estados tsotsebaki se reforçavam para, em seguida, se dividir. Essa zona fronteiriça entre o Borno e o país haussa era extremamente sensível às evoluções políticas e culturais.

No Noroeste[40], conhece-se melhor a história do Adar. Porém, suas ligações com o Kurfay permanecem obscuras, este último sendo nos relatos associado quer ao Adar, quer ao Borno, ainda que a proximidade com o Arewa favorecesse o Borno. A data de criação de um poder político nesta zona está sujeita a várias controvérsias, mas as diversas dinastias eram ligadas tanto ao Borno quanto a Daura.

Segundo as tradições dos zarma e dos gobirawa, as ligações do Zarma – ou seja, a região mais oriental do Império Songhai – com o país haussa datam da época em que o Gobir fazia parte do Azbin[41]. Na época, essa zona constituiu um elemento central das lutas entre o Kebbi, o Zamfara e o Gobir. Pensa-se que o Kebbi dali foi eliminado em 1722. Antes disso, contudo, seu papel político demonstrou-se determinante no Zarmatarey, onde o nome Kebbi está associado à cavalaria protegida pelos *lifidi* (caparazão) que alastravam o terror e a desolação.

A Oeste, enfim, e na margem *gurma* (direita) do Rio Níger, algumas dinastias gulmanceba reivindicaram uma origem sudano-central, bornoana ou haussa, e as

37 H. R. Palmer, 1967, pp. 124-125; G. Na-Dama, 1977, pp. 240-245.

38 G. Na-Dama, 1977, pp. 378-386.

39 A respeito do Damagaran, consultar A. Salifou, 1971, pp. 31-42. No que diz respeito aos Estados tsotsebaki, ver M. Saley, 1982, pp. 24-58.

40 No que concerne ao Adar, ver D. M. Hamani, 1975, pp. 25-125; N. Échard, 1975, pp. 34-97. No que tange ao Arewa, consultar M. H. Piault, 1970, pp. 49-124; M. Karimou, 1977.

41 Sobre as relações entre gobirawa e zarma, ver B. Hama, 1967*a*,1967b e 1968; B. Gado, 1980; I. Maïkassoua, 1982. Sobre a influência do Kebbi no Zarmatarey, ver M. B. Alkali, 1969, pp. 90-96.

pesquisas arqueológicas confirmariam essa tese, pelo menos no que diz respeito às zonas próximas à margem haussa à esquerda do Rio Níger[42].

No extremo Sul, na zona ocupada pelos kebbi, yawuri, nupe e borgo, o desenvolvimento e a implantação real dos zarma-songhai não foram claramente demonstrados: na mitologia desse povo, dentre as mais poderosas divindades encontram-se Manda Hausakoy, um forjador-pescador de Yawuri, e Dongo, um caçador do Borgu cujos atributos são exatamente os mesmos que aqueles de Xangô na cultura ioruba[43].

Entretanto, a situação havia se tornado muito mais estável após a derrota do Zamfara em 1762. Apesar de uma crise interna, o Katsina conseguiu derrotar o Gobir, ao passo que no Kano[44], Babba Zaki (aproximadamente 1768-1776) sentiu-se obrigado a aterrorizar seus colaboradores.

A organização política e administrativa

Dessa forma, apesar dos conflitos militares que tinham atingido uma intensidade preocupante, essa multidão de Estados conseguiu se manter. Após as severas derrotas que haviam sofrido, os soberanos do Kebbi e do Zamfara recolheram-se em um território de tamanho reduzido a fim de preservar seu poder. O processo de instauração e de transformação[45] do sistema da *sarauta*, tal como se desenvolveu no Sudão Central, pode, em grande parte, explicar esse fenômeno.

O sarki

À frente do Estado, que era, antes de mais nada um *kasa* (território), encontrava-se o *sarki*[46] cujo ancestral se apossara do poder político: no Kano, no Katsina e no Zamfara, havia sido arrancado das mãos de um grande sacerdote, ao passo que no Kebbi, foi um *magaji* (guerreiro) quem chegou ao posto de *sarki*.

42 G. Y. Madiega, pp. 30-41 (origem bornoana dos bemba) e pp. 50-54 (dinastias do Gobnangu e de Jabo). No que tange às pesquisas arqueológicas, ver B. Gado, 1980, pp. 35-119.

43 Ver Seminário da Fundação SCOA, 1981, p. 45-109.

44 H. R. Palmer, 1967, p. 126; R. A. Adeleye, 1971, pp. 588-593; Y. B. Usman, 1981, pp. 92-93.

45 Uma síntese foi realizada por A. Mahadi em M. Adamu (org.), s. d.*c*; consultar também M. B. Alkali, 1969, pp. 43-62; G. Na-Dama, 1977, pp. 80-89; Y. B. Usman, 1981, pp. 5-19; o ponto de vista sociológico foi abordado por N. Perchonock em M. Adamu (org.), s. d.*c*. O esquema geral lembra as informações fornecidas pelas fontes escritas relativas ao Sudão Ocidental; ver J.M. Cuoq, 1975, p. 99 (floresta sagrada do Gana), p. 108 (refeição do *Kanda* em Kāw-Kāw), p. 122 (pedra mágica dos amima), etc.

46 As discussões sobre o significado do termo continuam; deve-se notar que a irmã do soberano carrega, no Zamfara, o título de *asarki*; ver G. Na-Dama, 1977, p. 345.

Cabia a um colégio eleitoral a designação, dentre os príncipes, do sucessor ao trono. No Katsina, tal colégio comportava quatro membros[47]. Para o Kebbi, fica difícil afirmar ou negar sua existência na época, porém apareceu mais tarde. No Zamfara, no Gobir e em Kano, tomou o nome de *Tara* (os Nove[48]), seguido pelo nome do Estado. Os títulos e funções dentro desses colégios eleitorais eram variáveis, mas se pode, contudo, distinguir uma autoridade de função muito antiga, que caiu no esquecimento, o *basace*, no Zamfara; governadores de cidades e regiões importantes, cinco no Zamfara e sete no Gobir, a diferença resultando do fato de que esse último acrescentara dois adjuntos à lista do Zamfara; altos funcionários, três no Zamfara, dois no Gobir e nove em Kano.

O colégio eleitoral comportava representantes de dinastias depostas, tais como os Durbi em Katsina, ou no poder (os Ubandoma no Gobir).

A escolha de um sucessor devia contar com a aprovação unânime dos grandes eleitores. Uma vez designado, realizava-se o ritual de entronização. O colégio eleitoral era também o Conselho do *sarki*, e era corriqueiro que, por uma ou outra razão, o Conselho se opusesse ao *sarki* ou este excluísse um dos membros[49].

O governo

O *sarki* exercia sua autoridade por intermédio de três grupos de responsáveis: os membros da dinastia, os funcionários e os governadores de cidades e regiões. Os membros da dinastia eram encarregados de funções importantes. Tratando-se de diferentes gerações de homens, os irmãos e filhos do soberano portavam, na maioria dos casos, títulos atestando de seu cargo administrativo. A variedade no número e na função dos títulos não facilita o estabelecimento de uma lista única[50].

A irmã do soberano desempenhava um papel político de primeiro plano, ainda que por meio do culto tradicional. No Zamfara, chamava-se *asarki* ou

47 *Galadima, kaura, durbi e yandaka*; ver Y. B. Usman, 1981, p. 78.

48 No Zamfara: *danau, basace, sarkin rafi, sarkin tudu, sarkin bazai, sarkin kaya, magajin gari, ubandawaki* e *galadima*; ver G. Na-Dama, 1977, pp. 86-87. No Gobir: *ubandawaki, ubandoma, sarkin rafi babba* e *karama, sarkin tudu babba* e *karama, magajin kukuta, sarkin bazai, sarkin kaya*; ver I. Maïkassoua, 1982, pp. 47-48. Para Kano, os dicionários dão a seguinte lista: *galadima, madaiki (madawaki?), wambai, makama, sarkin dawaki maituta, sarkin D. tsakanin gida, sarkin bai, giroma* e *dan iya*. Embora todos pertencessem à nobreza, cumpriam algumas funções administrativas e/ou militares, mas tal composição parece muito recente, pois que personagem tão importante quanto o *dagaci*, o *barde* e o *santuraki* não aparecem.

49 Ver abaixo o que aconteceu em Zaudai, no Zamfara. No Kano, Kisoki nomeou seu irmão Dabkare dan Iya no Conselho dos Nove, no lugar do *barde*; ver H. R. Palmer, 1967, pp. 112-113.

50 Sobre Maradi, ver P. H. David, 1969, pp. 657 e 665-666. Sobre o Damagaram do século XIX, ver A. Salifou, 1971, pp. 117-133. Sobre o Zamfara, ver G. Na-Dama, 1977, p. 348.Hhh

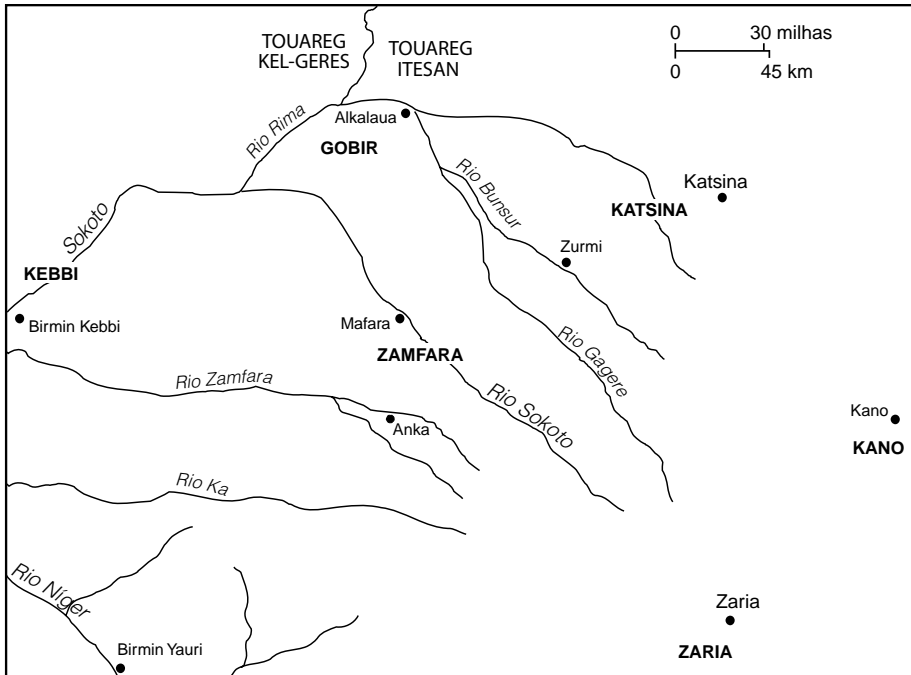



Figura 16.3 Os Estados haussas no século XVIII. [Fonte: de acordo com P. E. Lovejoy, 1980, p. 55.]

inna[51], este último nome sendo também usado no Gobir. A história de Kano foi marcada pela presença de princesas célebres; sem a intervenção enérgica da *madaki* (rainha mãe), Auwa 'Abdullāhi (1499-1509) teria provavelmente sido expulso por um levante. Seu filho Kisoki governou a cidade com o apoio de *madaki* Auwa, sua avó, de Iya Lamis, sua mãe e de Gulli, o irmão de Auwa. Sob o reinado de Shārif (aproximadamente 1703-1731), um dignitário de Kano mandou trazer instrumentos musicais de Yawuri. Conservou-os três meses e entregou-os a *madaki* Maryama "porque foi até o limite do poder: não havia nada igual nos sete Estados haussas[52]".

O que se pode considerar como o governo central comportava diferentes categorias de funcionários.

Em primeiro lugar, os dignitários da corte cuidavam dos assuntos ligados ao palácio e à cidade. Seu número e suas tarefas variavam de um Estado ao

51 G. Na-Dama, 1977, pp. 345-348.

52 H. R. Palmer, 1967, pp. 112-113 e 123; R. M. East, 1979, p. 38.

outro, mas cumpriam antes de mais nada funções administrativas. No Katsina destacavam-se principalmente o *galadima* (que representava o *sarki*), o *ajiya* (tesoureiro), o *turaki* e o *shantali* (chefes do protocolo) e o *madawaki* (oficial encarregado dos estábulos reais)[53]. Eles podiam desempenhar o papel de intermediários entre o *sarki* e os governos regionais. No Kebbi, a segurança interna incumbia ao *magajin gari*, ao *galadiman gari* e ao *doka*; o *magajin baberi* parecia encarregado dos assuntos externos, e o *maishanu* juntava o rebanho devido ao Estado[54].

Em segundo lugar, os representantes das corporações eram nomeados no seio de cada profissão, tais como os forjadores, os tecelões, os tintureiros, os curtidores, os pedreiros, os açougueiros e os caçadores. Cabiam a eles as relações com as diferentes categorias socioprofessionais, e mais especificamente, a arrecadação das taxas destinadas ao Estado. Por vezes, os forjadores e os caçadores, por exemplo, forneciam contingentes ao exército.

Em terceiro lugar, os grupos autóctones tinham seus próprios representantes. O povoado de Sarkin Naya e a região de Sarkin Mazum conservaram seus títulos depois do estabelecimento pelo Gobir de sua capital em Hisatau[55]. Os maguzawa do Kano foram dispersos mediante uma ordem de Bugaya (aproximadamente 1385-1390), mas foram chamados de volta por Kukuna (aproximadamente 1652-1660) que os deixou praticar, durante três semanas, seu esporte favorito, os cobriu de riquezas e confirmou em seu posto o patriarca deles, Zanko, de quem esperava todo ano um tributo em jornadas de trabalho[56]. Podemos nos perguntar se alguns Estados não teriam imposto o estatuto de escravo ou de tributário a alguns dos autóctones.

Em quarto lugar, os inúmeros imigrantes podiam ter seus próprios representantes. No Gobir, o *sarkin azbin* ocupava-se das relações com os tuaregues vivendo no território, da mesma forma que o *sarkin fullani* dos fulbe (Gobir, Zamfara, Katsina, Kano) e o *sarkin sillubawa* dos sillube (Kano, Katsina). Desse ponto de vista, a situação dos fulbe no Kebbi é rica em ensinamentos[57]. Os títulos de *galoji* e *magajin sangeldu* apenas podiam ser conferidos a um fulbe em contato com os pastores; por outro lado, o título de *dikko*, criado no século XVIII, foi usado pela primeira vez por um fulbe cuja mãe era a filha do soberano.

53 Y. B. Usman, 1981, p. 80.

54 M. B. Alkali, 1969, pp. 73-107.

55 I. Maïkassoua, 1982, p. 48.

56 H. R. Palmer, 1967, pp. 107 e 120-121.

57 M. B. Alkali, 1969, pp. 34-35 e 113.

Em quinto lugar, a comunidade islâmica estava presente em todo lugar com seus *mallamai* (eruditos). Tratando-se do governo regional ou, mais precisamente, do controle territorial, existiam quatro categorias de funcionários:

- os governadores de algumas cidades gozavam de uma legitimidade independente da dinastia; era o caso de Rano, Gaya, Dutse, Karaye (no Kano), Maska, Samri, Dugui (no Katsina) e Zurmi, Kiawa, Tunfafi, Bakura (no Zamfara). Suas relações com o soberano podiam ser muito difíceis pois, afinal de contas, tinham um estatuto de vassalo. Aqueles de Kano estavam prestes a se levantar, e Dadi (aproximadamente 1670-1703) foi obrigado a matar Farin Dutse, o governador de Gaya[58];
- os governadores de outras cidades e regiões eram ou nobres – cujos ancestrais haviam se aliado à dinastia sem perder sua própria legitimidade – ou funcionários. O Zamfara ilustrava o primeiro caso: o *danau* devia seu título ao nome de sua cidade de residência, um importante centro comercial de onde vigiava as estradas que levavam ao Sul e ao Oeste do Kebbi[59]; o governador de Bazai residia no Norte, ao passo que o do Kaya passara de Kayatau, no Norte, a Maradun, no centro do território. No Kebbi, o *inname* vigiava a fronteira ocidental[60]. No Katsina[61], o *marisa* (literalmente o "demolidor") residia em Gwiwa – de onde vigiava a fronteira oriental – ao passo que o *gatari* (literalmente "o machado") de Ruma, zelava a fronteira do Noroeste. Existiam no Zamfara dois títulos singulares: o *sarkin tudu* (o governador das colinas) que controlava a parte oriental do território, e o *sarkin rafi* (o governador dos vales) que cuidava dos povoados situados na confluência dos rios Bunsuru e Gagare. Seria a própria topografia que deu origem a tais títulos?
- os outros governadores transformaram-se em meras engrenagens administrativas. Os imigrantes mantinham uma hierarquia local, o *ardo* ou o *rugga* junto aos fulbe, por exemplo;
- alguns títulos, enfim, decorrem da evolução histórica da região. No Kebbi, o *kokani* foi encarregado das relações com a população depois da conquista de Kwanni; por volta de 1650, criou-se o cargo de *sabaru* a fim de garantir a segurança das estradas de Kwanni e do Azbin, frequentemente atacadas pelo Zamfara e pelo Gobir[62].

58 H. R. Palmer, 1967, p. 122.

59 G. Na-Dama, 1977, pp. 86-87.

60 M. B. Alkali, 1969, p. 108; inicialmente, o título era conferido a um dignitário de origem servil.

61 Y. B. Usman, 1981, p. 80.

62 M. B. Alkali, 1969, pp. 73-74 e 108-109; não se sabe onde residia o *kokani*.

Todos esses dignitários, nobres, plebeus ou escravos, exerciam funções civis, mas, quando necessário, transformavam-se em valentes guerreiros e recrutavam seu próprio exército.

A organização militar

A fundação do Kebbi resultou do crescente papel dos chefes militares na condução dos assuntos do Estado[63]. Os primeiros companheiros do *Kanta*[64] eram oriundos das grandes famílias do país. Em seguida, porém, os elementos que haviam participado da luta pela independência obtiveram o direito a dois representantes, um deles, o *kunduda*, sendo o chefe militar do Kebbi. No sudoeste do Katsina, a proximidade do Zamfara, do Kebbi e do Katsina atrapalhava a formação de um grande Estado em torno de Kwiambani, Birnin Gwari, Koriga etc. Os numerosos imigrantes katsinawa queriam que a zona próxima ao Katsina fizesse parte dele, mas, por ser constantemente cobiçada por seus vizinhos, aconteceu de se contentar com uma dependência em relação ao Katsina[65].

Como vimos, a necessidade de se proteger contra os vizinhos, ainda que longínquos como o Azbin, o Borno e o Kwararafa, de zelar pela segurança das fronteiras e das estradas reforçou o papel dos chefes militares cujo número aumentou, ao passo que se instaurava uma hierarquia, tornando-os assim mais eficientes. O título mais elevado variava de acordo com os Estados: *kunduda* (no Kebbi), *kaura* (no Katsina), *ubandawaki* (no Zamfara e no Gobir); no Kano, tudo indica que tenha se tratado do *galadima*.

A estratégia e a tática modificavam-se à medida que as armas se aperfeiçoavam. Em caso de mobilização, recrutavam-se diferentes categorias socioprofissionais, tais como os caçadores e os forjadores. Os homens combatiam com sabres, lanças e facas. Usavam também arcos e flechas e protegiam-se com escudos (feitos com pele de oryx no Zamfara). O exército compreendia dois grandes corpos, a infantaria, dividida em arqueiros e lançadores, e a cavalaria. Ademais, o Kebbi dispunha de uma frota fluvial[66].

---

63 Ver J. P. Smaldone, 1977, para um estudo geral. M. B. Alkali, 1969, G. Na-Dama, 1977, Y. B. Usman, 1981, e A. Salifou, 1971, dão informações sobre o Kebbi, o Zamfara, o Katsina e o Damagaram do século XIX.

64 UNESCO, *Histoire générale de l'Afrique*, vol. IV, pp. 305-306. O *Kanta* estava cercado pelo Magajin Kulalo, o Magajin Leka, o Galandu, o Mayalo, o Lelaba e o Takwamba (nomes de pessoas); juntaram-se a eles o *gulma* (para o elemento songhai) e o *kunduda* (para o elemento kwararafa); ver M. B. Alkali, 1969, pp. 59, 61, 72 e 114.

65 Y. B. Usman, 1981, pp. 83-84.

66 M. B. Alkali, 1969, p. 11. Não se sabe a relação que possa existir entre "a pequena canoa feita de um só tronco cavado", usada por Ibn Battuta para ir a Tombuctu, e as "pequenas barcas estreitas, feitas

O cavalo, essencialmente proveniente do Azbin e do Borno, era objeto de cuidados especiais. O soberano importava-os e construía estábulos, como os do *Kanta* do Kebbi, em três localidades diferentes. O papel militar do cavalo transparece também no número e no posto dos títulos a ele referentes: *ubandawaki*[67], *madaki/madawaki* (comandante da cavalaria e/ou comandante-em--chefe do exército), *sarkin dawaki* (general da divisão de cavalaria). Tal papel também se explica pela inovação que constituía a aquisição de *sulke* (cotas de malha) e a fabricação do *lifidi* (caparazão): *sarkin lifidi* (general da cavalaria pesada) e *lifidi* (comandante-em-chefe) constituíam as mais elevadas patentes.

O fuzil fora introduzido no Kano[68] por um príncipe bornoano, sob o reinado de Dauda (1421-1438), mas haveria de esperar três séculos, ou seja, o reinado de Kumbari (aproximadamente 1731-1743) para que ele fosse importado de Nupe: Babba Zaki (aproximadamente 1768-1776) seria o primeiro soberano a constituir um corpo de fuzileiros para sua guarda pessoal. O Borno adotou o fuzil enquanto o Songhai[69], que pudera avaliar a eficácia de tal arma em seu detrimento, não se preocupou em resgatar os fuzis abandonados durante meio século (de 1591 a 1640) pelos soldados marroquinos. O Haussa parece ter ignorado deliberadamente uma arma que suas riquezas lhe permitiam adquirir, embora, como sugerimos, o Borno tenha tentado se opor a tais aquisições. Ora, o Songhai e o Haussa não podiam orgulhar-se de ter venerado o cavalo mais do que o Borno, tampouco de ter usado o trabalho servil e participado do tráfico negreiro mais do que o Borno e os mande.

A tática militar utilizada consistia em realizar ataques surpresas, organizar emboscadas, combater corpo a corpo e sitiar o inimigo. Justificava-se também a crescente fortificação das cidades pelo uso corriqueiro do sítio e do incêndio. As

com a metade de um tronco de árvore oco", observadas por Leão, o Africano, em Djenné. Com tais embarcações, podemos duvidar da eficiência da frota de Sonni 'Ali Ber, e o sultão do Marrocos certamente não pediu ao *kanta* do Kebbi para lhe a enviar. L. E. Kubbel (1974, p. 87) pergunta com razão se os *abara*, pirogas monóxilas do Haussa (Kebbi e Nupe), não teriam chegado até a região de Tombuctu-Djenné.

67 Convém evitar confundir o significado do título com as funções correlatas; ver A. Salifou, 1971, p. 124; encontra-se um glossário dos títulos militares em J. P. Smaldone, 1977, pp. 216-219. A. Salifou cita, por ordem de seus qualificativos, nove raças de cavalos, conhecidas no Damagaram do século XIX, pp. 153-154.

68 H. R. Palmer, 1967, pp. 109, 124, 126

69 No decorrer de uma emboscada, Ibnou Bentsi massacrou 400 fuzileiros marroquinos, mas tudo indica que ele descartou seus fuzis no rio; M. Ka'ti, 1981, pp. 294-295. Até 1640, os songhai do Dendi tiveram a oportunidade de recuperar os fuzis, mas não há menção disso nas tradições até hoje recolhidas.

campanhas militares eram minuciosamente preparadas, e os eruditos frequentemente rezavam pela vitória do exército.

Nesta região de rápido desenvolvimento econômico, o aperfeiçoamento da arte militar levou a uma intensificação da pilhagem. Não é fácil diferenciar a guerra de conquista ou de consolidação, a repressão de uma rebelião, a guerra de intimidação e o espólio. O Gobir, em sua qualidade de Estado, foi obrigado a lutar constantemente para assegurar sua sobrevivência: sua duração, depois da aquisição de um território relativamente rico e povoado, merece que se continue a indagar o significado de sua existência. Assim como o mostra claramente a *Crônica de Kano*, a aristocracia política, administrativa e militar praticava o espólio. Assim sendo, ela enriqueceu e começou a fazer doações aos soberanos e aos eruditos. No Kano, em dois séculos, ou seja, entre 1573 e 1768, tal aristocracia tornou-se muito poderosa. Incentivava a guerra, participava de complôs, exibia suas riquezas e sua generosidade e acabou por preocupar o soberano: Kukuna obrigou Madawaki Kuma a dar a volta da cidade em cima de um burro conduzido por duas domésticas; Babba Zaki divertia-se constantemente às custas de seus colaboradores, aterrorizando-os e humilhando[70].

O número total de dignitários variava de um Estado a outro: 22 no Gobir (13 nobres e 9 plebeus) e 46 no Katsina (16 nobres e 30 plebeus)[71].

Os recursos

O Estado haussa tinha desenvolvido um sistema muito criativo de cobertura territorial e de taxação, provendo assim as finanças públicas dos recursos necessários a seu funcionamento. Havia quatro fontes de renda.

Impostos, taxas e direitos alfandegários

Os impostos, taxas e direitos alfandegários constituíam a mais regular fonte de renda e comportavam:

- o *kudin kasa* (contribuição fundiária), pago pelos cultivadores. Tudo indica que a unidade considerada era o *gandum gida* (campo familiar). No Kano, Naguji (aproximadamente 1197-1247) foi o primeiro a ter fixado o valor do imposto devido por cada agricultor em 1/8 da safra. Incidiam taxas

70 H. R. Palmer, 1967, pp. 120 e 126.

71 J. Tilho, 1911, pp. 519-521. Para o Damagaram do século XIX, uma lista detalhada de comprimento impressionante (mais de 50 titulares) nos é fornecida por A. Salifou, 1971, pp. 117-136.

tanto nas culturas de planície quanto nas outras, tais como o indigo e o amendoim[72];

- o *kudin sana'a* (contribuição profissional), pago pelos artesãos e os comerciantes. No Kebbi, cada salineiro dava ao *Kanta* um pote de sal por ano[73]. Com o avanço do artesanato e do comércio, mas também graças à criação de corporações, essas contribuições podiam constituir uma renda substancial para o Estado;
- o *kudin hito* (direito alfandegário), cobrado sobre alguns produtos entrando no território. No Kebbi, além desse direito de entrada, as caravanas circulando do Dallol Fogha ao Haussa e ao Nupe-Gwamja deviam pagar outra taxa, assim como aquelas que iam do Haussa ao Gwanja; ademais, o sal exportado para o Zarmatare e o Arewa era submetido a uma taxa específica;
- o *jangali* (imposto sobre o rebanho)[74], pago pelos criadores de rebanho, notadamente pelos fulbe. No Kano, foi cobrado pela primeira vez por Kutumbi (aproximadamente 1623-1648): 280 animais fornecidos por 4 agrupamentos, certamente em função da importância de seu rebanho. Foi nesta ocasião que foi criado o cargo de *sarkin shanu* (arrecadador do imposto sobre o rebanho). No Kebbi, os nômades fulbe pagavam o *kudin haki* (direito de pastagem), ao passo que um dignitário, o *nono*, recolhia o leite e a manteiga destinados ao soberano.

As doações

Governadores, dignitários e outras autoridades mandavam um *gaizuwa* (presente feito a um superior) ao soberano. Qualquer seja o aspecto considerado, tratava-se de um ato político pelo qual o interessado homenageava o *sarki*, no intuito de atrair as boas graças deste último. O valor do presente era proporcional ao posto de quem o fazia e, em contrapartida, o soberano[75] não perdia a ocasião de manifestar quer sua satisfação, quer seu descontentamento. O espólio constituía um meio corriqueiro para conseguir o que comporia o *gaizuwa*. Aqueles que eram nomeados a cargos elevados também precisavam presentear o *sarki*.

72 Y. B. Usman, 1981, p. 83; H. R. Palmer, 1967, p. 101.

73 M. B. Alkali, 1969, pp. 103-106.

74 O autor pensa que esse substantivo se formou a partir de *jaba*, pegar, arrancar, e subentende a ideia de extorsão. Porém, a forma correta é *jab(u) ngal, janngal*. Sobre o Kano, ver H. R. Palmer, 1967, pp. 118--120 e 123-124; a primeira menção do *sarkin fullani* surgiu sob Shārif, um século mais tarde, mas nada nos permite pensar que o título não existia antes disso.

75 Nazaki ficou muito satisfeito com o presente de Wambai Giwa, ao passo que Kutumbi, seu sucessor, não gostou do gesto do *sarkin* Dawaki Mar. Ver H. R. Palmer, 1967, pp. 117-118.

O espólio

O saque permitia conseguir escravos, cavalos, rebanho e bens diversos. Estes últimos eram rapidamente consumidos enquanto os cavalos e seus equipamentos aumentavam a capacidade de combate. A *Crônica do Kano*[76] destaca o valor dado ao cavalo entre 1582 e 1623. Vencedores dos katsinawa em Garaya, "os kanawa apoderaram-se de 400 cavalos e 60 caparazões; não se sabe nada do número de mortos e prisioneiros". Pouco depois, o *wambai* constituiu para si, certamente em detrimento do Katsina, uma equipe de cem cavaleiros vestidos de cotas de malha, assim como uma reserva de mil cavalos. Os escravos, por sua vez, eram vendidos ou divididos entre os grandes domínios reais, dos quais o Kano oferecia o mais perfeito exemplo: com ciúmes do *sarkin* Dawaki Magari, Kutumbi realizou uma incursão que lhe permitiria deixar, quando de sua volta, 500 escravos em Indabo, domínio a ele reservado.

Os outros recursos

O *sarki* tinha a seu dispor uma infinidade de medidas para encher os cofres do Estado, Em quase todo lugar, quando o soberano perdoava uma ofensa, o beneficiário devia pagar o *kudin laifi* (taxa de perdão). Graças à *Crônica do Kano*, podemos acompanhar o processo de criação dos impostos, taxas e outras contribuições em proveito do Estado. Shārif (aproximadamente 1703-1731) instaurou sete taxas, consideradas opressivas, dentre as quais uma contribuição sobre o casamento de qualquer menina. Seu sucessor, Kumbari (aproximadamente 1731-1743), aumentou de tal forma a taxa paga pelos negociantes da feira de Kasuwa Kurmi que esta pereceu. O ano seguinte, exigiu uma taxa dos eruditos: os árabes deslocaram-se para o Katsina e os talakawa espalharam-se pelo país.

Considerações gerais

Em função das necessidades de edificação e de administração do Estado, o desenvolvimento do sistema da *sarauta* levou os plebeus e os escravos que gozavam da maior confiança a ocuparem os mais altos cargos. Assim, na região, os escravos reais, e principalmente os eunucos, chegaram a constituir um elemento imprescindível do Estado.

Criou-se assim uma oposição entre o *mai sarauta* (dirigente) e os *talakawa* (dirigidos). Tal oposição acentuou-se a ponto de se dizer do *sarkin* Kano Kumbari (aproximadamente 1731-1743) que ele "amava seus conselheiros e odiava o povo".

---

76 *Ibidem*, pp. 117 e 123; R. M. East, 1979, p. 28.

Os governadores de cidades e regiões também constituíam potenciais oponentes ainda que em menor grau. As frequentes rebeliões fomentadas pelos governadores de Gaya e de Dutse exemplificam as inúmeras rixas entre soberano e vassalos na história do Kano.

A aristocracia política, administrativa e militar formava um grupo homogêneo que enriqueceu graças a diversos métodos de exploração que iam da taxação das rendas do espólio ao presente político, quase obrigatório. Essa aristocracia adotou um estilo de vida à altura de seus meios, cercou-se de uma pompa indispensável a seu prestígio, ao mesmo tempo em que se tornou de difícil controle, em razão da venalidade e da corrupção. Tal mistura permitiu o advento de uma ideologia que queria negar sua essência aristocrata, sem poder dissimular a capacidade de opressão do sistema, admiravelmente traduzida pelas diversas acepções da palavra *iko* (o poder).

Diagne[77] considera esse sistema como uma monarquia oligárquica, caracterizada por uma estreita interdependência entre o monarca e os oligarcas. Por sua vez, ao criticar a noção de cidade-Estado, Usman afirma que a principal característica do Estado haussa consiste na "existência de vários centros urbanos, constituindo os componentes de uma comunidade política à qual os imigrantes de diversas origens eram integrados para tornarem-se katsinawa, kebbawa ou kanawa, cada centro mantendo sua personalidade jurídica e certo grau de autonomia diante da capital e dos outros[78]".

As relações econômicas

Um rápido panorama de algumas áreas da produção e da distribuição mostra-se indispensável para um melhor entendimento das relações sociais.

A agricultura e a pecuária

No decorrer do período considerado, o país haussa permaneceu antes de mais nada uma região de *manoma* (camponeses). Estes exploravam de forma judiciosa as potencialidades agrícolas do país graças a diferentes técnicas (adubo, rotação e associação das culturas). Suas ferramentas eram tão numerosas quanto em qualquer outro lugar da África, com uma grande variedade de enxadas adaptadas à natureza do solo e ao uso delas feito. A maior parte da mão

77 P. Diagne, 1967, pp. 244-252.

78 Y. B. Usman, 1981, p. 53.

de obra provinha da *gida* (família extensa) e do *gayya* (sistema de ajuda mútua). Convém destacar aqui a tradição do *bukin duku* (a festa dos Mil): tratava-se de comprovar que se podia alcançar uma produção de mil maços de milhete ou de sorgo. Era feita uma cuidadosa preparação técnica, material e psicológica para a tentativa. Quem conseguia atingir tal meta era nomeado *sarkin poma* (mestre das culturas)[79].

O camponês cultivava milhete, sorgo, arroz, milho, amendoim, feijão, mas também algodão, índigo, hena, tabaco e cebola. Também se produzia karité, tamarindo, *nere* e mel. A pesca e a caça constituíam atividades amplamente difundidas. O almíscar de civeta (*jibda*), por sua vez, era usado em perfumaria.

Não se pode subestimar a criação de animais em escala doméstica: ao passo que se degolavam as cabras na ocasião de algumas cerimônias, os burros eram usados como meio de transporte, principalmente pelos comerciantes. Porém, o país haussa há séculos atraía inúmeros fulbe[80], azbinawa e árabes shuwa, pastores. Tuaregues kel-geres, itesan e kel-tegama transumavam rumo ao Norte e ao centro do Zamfara para que seus rebanhos de camelos, de cabras e de carneiros pudessem pastar durante a estação seca, e alguns dentre eles ali fixaram sua residência. Os fulbe implantaram-se, com seus bovinos e ovinos, em algumas regiões do Katsina (na confluência do Karaduwa e do Bunsuru), do Kebbi (em Gulbin Kebbi, Dallol Boso, Fogha, Mauri) e do Zamfara (região banhada pelos rios Bunsuru, Cagare e Sokoto). Criou-se um forte vínculo entre a agricultura e a pecuária, e encontravam-se verdadeiros centros de economia agro-pastoral, por exemplo na região de Ingawa, no Katsina[81].

O artesanato

Na época de Leão, o Africano[82], a variedade e o nível técnico do artesanato já haviam alcançado um notável grau de desenvolvimento, notadamente no que diz respeito ao trabalho da madeira, do ferro e do couro, à cestaria e à olaria.

---

79 A respeito dessa tradição, ver G. Nicolas, 1975, pp. 114-117 e 297-299; G. Na-Dama, 1977, pp. 91-101.

80 No que concerne às migrações de uma parte dos fulbe para o Borno e o Haussa, ver M. Idrissou, 1979. Entretanto, B. Hama (1968, pp. 92-96) afirma que alguns fulbe vieram diretamente do Saara ao Sudão Ocidental e ao médio Níger, passando pelo Azawad. As pesquisas arqueológicas realizadas na região de In Gall-Tegiddan Tesemt trouxeram à luz esqueletos de bovinos; apenas se dispõe de uma data, 1435 (ver F. Paris, 1984, pp. 1-75). A discussão permanece portanto aberta.

81 M. B. Alkali, 1969, pp. 34-35, 73 e 113-114; G. Na-Dama, 1977, pp. 110-120, 169-184 e 197-199; Y. B. Usman, 1981, pp. 64-67 e 73-75.

82 Y. B. Usman, 1981, pp. 472-479.

Quanto à tecelagem e à tinturaria, houve um desenvolvimento espetacular. Era abundante a matéria prima – principalmente o ferro e o algodão – e uma forte demanda acarretou o melhoramento da qualidade dos produtos artesanais. A especialização reforçou-se de forma notável: tudo indica que a marroquinaria teria se diferenciado da sapataria, ao passo que a fiação, a tecelagem, a tinturaria, a costura e o bordado tornaram-se completamente distintos. Criou-se um sistema de corporações[83], cada uma delas tendo um representante encarregado da defesa de seus interesses e das relações com o Estado.

Nota-se também uma tendência para a especialização dos grupos. No Kebbi, a tecelagem e a tinturaria estavam nas mãos dos kebbawa; o Zamfara atraiu tecelões e tintureiros do Kano. Porém, no Kebbi e no Zamfara, os zoromawa[84], vindos do Macina no século XVI, eram especializados na joalheria de prata, assim como na olaria; no Kano, esta última permaneceria nas mãos dos bambadawa.

Havia uma grande variedade de objetos fabricados. Exportavam-se couro, sandálias, arreios e selas. As jas, consideradas produto de luxo, eram compradas pelos ricos. A qualidade das roupas (túnicas e cangas) gozava de uma excelente reputação. No que tange à tecelagem e à tinturaria, o país haussa encontrava-se entre as melhores regiões de produção.

O comércio

O estereótipo do *bahaushe* (negociante)[85] impora-se e não se pode minimizar sua integração às redes comerciais da África Ocidental e à classe dos comerciantes internacionais (wangara, jula, mossi, kanuri) da savana. Todavia, foram os abundantes excedentes agrícolas e um artesanato florescente, oferecendo um leque variado de objetos, que deram origem à atividade comercial do país haussa.

A zona de influência das feiras era bastante variável. Algumas, de importância local, ofereciam característica tanto sociais como econômicas: os dias de feira traziam, além das trocas, uma intensa vida social feita de trocas de informações, de jogos etc. O mercado regional era mais importante: ali se vendiam os pro-

83 As mais citadas são as corporações de pedreiros, forjadores, tecelões, tintureiros, tanoeiros, curtidores e sapateiros; os barbeiros e os açougueiros não são de fácil classificação. O representante dos tanoeiros do Kebbi, nomeado pelo soberano, chamava-se *sakke*, nome este muito difundido em toda savana do Sudão Ocidental.

84 Trata-se dos jawambe (um grupo dos fulbe) que os malinke chamavam de jogorame; ver P. J. Shea, 1983, p. 111.

85 Ver H. E. S. Fisher, 1975, pp. 84-92 e 1977, pp. 269-287; e, sobretudo, M. Adamu, 1978 e 1979, pp. 60-104.

FIGURA 16.4 Canga haussa chamada goranka da nono, literalmente “há leite na tua cabaça”. [Foto: M. Addo.]

FIGURA 16.5 Vestido haussa, usado pelos homens, que manifesta uma forte influência islâmica. Feito de algodão azul tingido com índigo e ornado de bordados de seda. [© Werner Forman Archive, Londres, Coleção Wallace.]

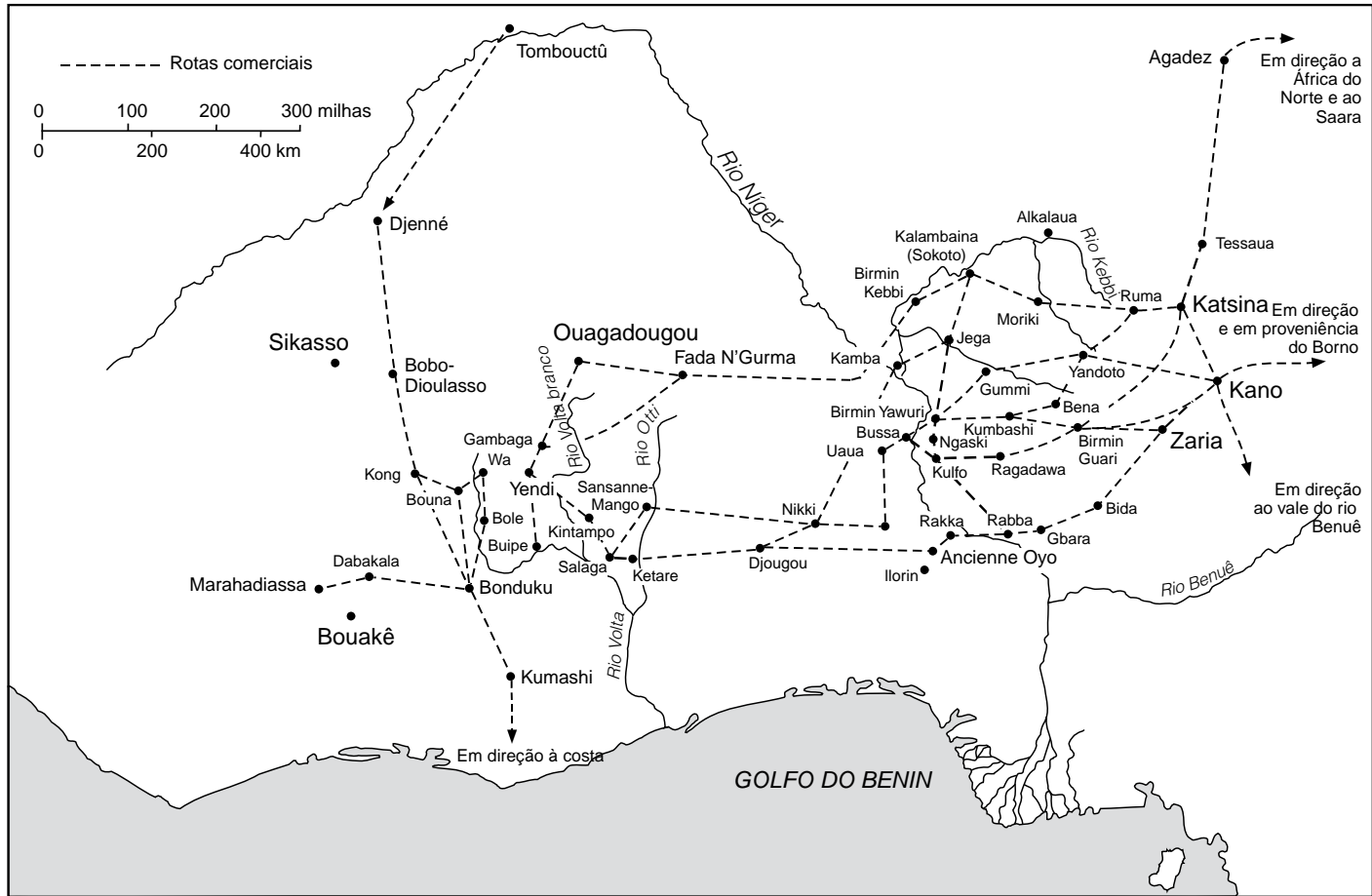



FIGURA 16.6 As rotas comerciais entre o país haussa e a bacia do Volta. [Fonte: segundo M. Adamu, 1978, p. 58.]

dutos locais e se compravam os objetos importados de primeira necessidade. Localizava-se por vezes numa rota comercial, na qual ocupava uma posição privilegiada: por exemplo, o Kebbi zelava pelo Kwanni, e o Katsina pelo Tessawa. No interior do Zamfara, as feiras do Norte e do Nordeste (Baje, Fahai, Birnin, Zamfara etc.) forneciam algodão, índigo, tabaco, cebola e rebanho, enquanto as do Sul (Kiawa, Jata, Tsohuwar, Barrago etc.) eram ricas em grãos. O alto Kebbi exportava fios, tecidos e escravos para o baixo Kebbi que, por sua vez, entregava redes, arpões, peles e *abara* (grandes pirogas monóxilas)[86].

Não recebeu a devida atenção o crescimento do comércio interno como consequência e fator de desenvolvimento do país haussa. Contudo, o desenvolvimento comercial aumentou os recursos do Estado em função da arrecadação de diversas taxas e dos inúmeros *gaisuwa* devidos pelos comerciantes.

O comércio externo permanecia nas mãos do país haussa, mas alguns azbinawa, árabes, kanuri e wangara nele tomavam parte. Ao evocá-lo se impõe a imagem das caravanas. Fosse o *azalai* do Kawār a Gao, o *ayari* do Azbin ao país haussa ou ainda o *fatake* do Kano ao Gwanja, a primeira preocupação deles consistia em tomar as disposições necessárias à realização de sua missão[87]. Já foram evocadas as medidas de segurança que cada soberano devia tomar em seu território para proteger as caravanas que pagavam taxas ao Estado atravessado.

Antes de apresentar a situação global dos Estados haussa, convém assinalar algumas variantes regionais[88]. No Zamfara, o *karfi* juntava toda a arrecadação efetuada pelos *sarakunan rafi* (arrecadador do imposto sobre as pastagens). Nesse Estado, o sal e o natrão de Nguru, recolhidos nas margens do Lago Chade, haviam sido comercializados antes do sal de Bilma e o do Dallol Fogha. Da mesma maneira, o cavalo *dan Bahar*, procedente do Bahr al Ghazal e muito apreciado em todo país haussa, era usado na cavalaria e para o acasalamento com as espécies locais. Quanto ao Kebbi, exportava sal para Nupe, Ilorin e Gwanja, de onde recebiam em troca túnicas e nozes-de-cola.

Várias feiras internacionais localizavam-se no interior e na periferia da região. No Norte, Agades e Bilma permaneciam os centros de ligação com a África do Norte; no centro, o Katsina e o Kano serviam como elo nas relações Norte-Sul e Leste-Oeste; no Sul, Zaria, Birnin Gwari e Birnin Yawuri permitiam às diferentes redes comerciais estender-se até o Ioruba, o Nupe, o Borgu e o Gwanja

86 G. Na-Dama, 1977, pp. 137-142; M. B. Alkali, 1969, pp. 41-42.

87 Para mais detalhes, consultar H. E. S. Fisher, 1977, pp. 267-269; G. Na-Dama, 1977, pp. 149-151.

88 G. Na-Dama, 1977, pp. 253-254; M. B. Alkali, 1969, p. 42.

(e até Tombuctu para Yawuri). A quantidade de mercadoria que transitava pelo país haussa era impressionante.

O Saara e o Azbin para ali enviavam produtos árabes e europeus, notadamente espelhos, papel, mas sobretudo cavalos (da raça *dan Azbin*, também chamada *bagazam*, do Azbin), camelos, tâmara, hena, sal (*balma*, daí o nome da cidade de Bilma), espadas etc. Parte do sal e das espadas apenas transitava rumo ao Sul. Em contrapartida, o país haussa abastecia essas duas regiões em escravos, roupas, tecidos, milhete, couros e peles, ferro, pó de ouro e nozes-de-cola do Gwanja.

O Borno oferecia cavalos (*dan Bahar* ou *Bhargazal*), natrão e sal. Recebia em troca objetos metálicos, pó de ouro e nozes-de-cola do Gwanja.

Com destino ao Gwanja, ao Borgu, ao Nupe e ao Ioruba, o país haussa exportava sal, espadas, condimentos, couros, peles, roupas e tecidos, escravos e cavalos; recebia deles diversos produtos europeus, ferro produzido localmente, antimônio, escravos e eunucos, fuzis de Nupe (no Kano) e nozes-de-cola do Gwanja para todos.

As relações sociais

No país haussa, apesar da forte imigração, o critério étnico perdera seu significado. O próprio critério religioso estava tão pouco firme que a derrota de Muhammad Alwāli foi atribuída à profanação do *dirki*[89]. Por isso distinguiremos três categorias sociais fundamentais.

Os produtores de bens materiais

Dentre eles, os camponeses, constituíam a mais importante categoria social. Notáveis mudanças seriam introduzidas pela intensificação e pelo melhoramento relativos à exploração das terras, fenômenos estes dissimulados pela importância dos ritos agrários, porém bem sublinhados pela celebração da festa dos Mil. Até o século XV, a mão de obra era principalmente constituída pela família extensa. Ora, fica claro que algumas populações foram submetidas a um estatuto parecido com o dos hilotas: os mazumawa perderam sua independência quando da chegada do Gobir na região de Birnin Lalle. Ademais, a dispersão dos magazuwa, por ordem de Bugaya, e sua reunião por Kukuna[90] parecem

89 H. R. Palmer, 1967, p. 127.

90 *Ibidem*, pp. 107 e 121.

Rota a : tornou-se importante depois do século XVIII

Rota b : a rota da kola, que ligava o país HAUSSA e a região do Volta. Esta rota cresceu após o surgimento de Salaga como um centro de comércio de kola no século VXIII

Rota c : ligava Kankan, fundada no final do século XVII graças à rota da kola, com Jenne no Arco do Níger

Rota d : a antiga rota de Cirenaica ao Kufra, se estendeu até o Wadai no final do século VXIII, ligada assim a estrada do Sudão

Rota e : Estrada do Sudão, uma rota leste-oeste que ligava o vale no Nilo com os reinos da savana de Darfur, Wadai e Bagirmi e através de Borno e Aïr ao Marrocos

Rota f : a partir do Cairo através de Dunkula na Núbia a Darfur

FIGURA 16.7 Representação esquemática das principais ligações comerciais e rotas de caravanas através do Saara e do Sudão Ocidental e Central, por volta de 1215. [Fonte: segundo M. Hiskett, 1984, p. 321. Adaptado com a amável autorização de Longman Group UK Ltd.]

mostrar uma mudança de estatuto, já que Zanku, seu patriarca, não era eleitor, ao passo que o *sarkin* Mazum devia ser consultado, nem que seja de maneira apenas formal; os maguzawa de Fankui eram coletivamente dependentes, portanto submetidos, mas suas relações com o Estado diferenciavam-se daquelas que ligavam o soberano, o *sarkin* Kano, ao seu vassalo, o *sarkin* Gaya. A última categoria de mão de obra era constituída por escravos.

Do lado dos camponeses havia a grande variedade dos artesãos. Sua especialização permitira alcançar os níveis de qualidade acima mencionados. Inúmeros escravos exerciam profissões artesanais, a pedido e em proveito de seus senhores, pelo menos no início.

Grande parte dos criadores de animais sedentarizara-se e empregava escravos tanto na produção de cereais quanto para cuidar do rebanho. Esse processo acelerou sua integração à comunidade política.

Independente de os produtores serem livres, dependentes ou escravos, eles faziam parte de uma comunidade política e suas relações com o Estado eram codificadas. Apareceu progressivamente uma diferenciação em função da riqueza e da proximidade com o aparelho do Estado.

Os comerciantes

No século XV, o Gwanja ligava-se ao Borno pelo Kano; alguns anos mais tarde, os azbinawa levavam sal até o Gobir, ao passo que os comerciantes do Gwanja iam até o Katsina, onde se instalavam kanuri e árabes. Mais tarde ainda, os kambarin barebari, oriundos do Borno, iriam se destacar no comércio de longa distância, mas a documentação atual não evidencia especializações relativas a cada grupo étnico. Contudo, os comerciantes dividiam-se em várias categorias, do atacadista engajado no *fatauci* (comércio de distâncias médias e grandes) até o revendedor que organizava o *kasuwanci* (comércio de varejo)[91].

Constituíra-se um grupo de *attajirai* (comerciantes ricos) dentre os quais figuravam certamente os mercadores de escravos, de cavalos, de noz-de-cola e de roupas. No Zamfara[92], aristocratas e comerciantes valorizavam seus *gandaye* graças ao trabalho de seus escravos. Faltam-nos informações sobre a produção de cereais e as culturas industriais (como o algodão). Por outro lado, as ligações entre comerciantes e eruditos sempre pareceram muito estreitas.

---

91 *Ibidem*, pp. 109-111; M. Adamu (org.), s. d.*c*; UNESCO, *Histoire générale de l'Afrique,* vol. IV, p. 323.

92 G. Na-Dama, 1977, pp. 147-148.

Os interesses comuns conseguiam o principal fator de unidade entre os comerciantes. Uma eventual especialização baseada no fator étnico apenas podia se instaurar se permitisse aumentar os lucros. Os comerciantes ofereciam produtos de luxo à aristocracia e não hesitavam em emigrar quando se achavam tributados em excesso. Alguns árabes deixaram o Kano para o Katsina, pois o Kumbari aumentara a pressão fiscal[93].

Segundo Ki-Zerbo[94], entre 1500 e 1800, os diferentes subgrupos wangara e os haussa conseguiram ligar entre eles as redes comerciais de toda África Ocidental e formar a burguesia das principais cidades. Os comerciantes continuaram a afirmar-se como classe, ao mesmo tempo em que aperfeiçoavam suas técnicas e propagavam a fé islâmica em seu proveito.

A aristocracia

A classe dirigente reunia os *masu sarauta*, ou seja, todos aqueles que exerciam, a qualquer título que fosse, uma parcela do poder político. Subdividia-se em várias categorias.

O *sarki* encontrava-se à frente da nobreza. Esta compreendia as famílias principescas, as famílias controladoras das cidades semi-autônomas e das províncias vassalas, assim como os representantes das diversas nacionalidades, particularmente dos azbinawa, dos árabes shuwa e dos fulbe. Ao exercer diversas funções no aparelho do Estado, a nobreza tendia a se tornar um grupo homogêneo cujos laços matrimoniais reforçavam a coesão: ‘Abdullāh Barja (1438-1452) foi o primeiro soberano do Kano a casar com uma filha do *sarkin* Dutse, uma do *sarkin* Shira, uma do *sarkin* Kano e uma do *galadima*[95].

Todos os dignitários nomeados pelo *sarki* para garantir o funcionamento do Estado formavam a segunda categoria. De origem pleb ou servil, sua posição dava-lhes acesso à riqueza e à consideração, em razão dos presentes que recebiam, mas sobretudo graças a incursões de saque. Por vezes, cumpriam funções militares essenciais[96]. O *wambai* Giwa, quando ampliou a cidade de Kano a fim de agradar Nazaki (aproximadamente 1618-1625), “vinha todo dia visitar as obras com mil pratos de comida e cinquenta bois até a conclusão da construção”, mas foi destituído pelo próximo *sarki*. Essa categoria da aristocracia acabou

93 H. R. Palmer, 1967, p. 124.

94 J. Ki-Zerbo, 1978, p. 175.

95 H. R. Palmer, 1967, p. 110.

96 *Ibidem*, p. 117 (Kano); D. M. Hamani, 1975, p. 85 (Kebbi); G. Na-Dama, 1977, p. 351 (excessos).

controlando o Estado. Levou, por exemplo, Muhammad Nazaki a se rebelar contra o Katsina e opor-se ao ataque contra o Katsina planejado por Zaudai. O declínio do Kebbi iniciou-se quando os dignitários exercendo funções militares, por terem enriquecido demais, desinteressaram-se dos assuntos do Estado.

A aristocracia – em primeiro lugar os príncipes e os escravos reais – confiscava os bens dos *talakawa*, principalmente quando o soberano mostrava sinais de fraqueza.

Dois aspectos parecem-nos dominar a questão das relações sociais: a venda de negros por parte de alguns soberanos e a participação do Kawār e do Zawila no tráfico de escravos, já destacadas por al-Ya'kūbi em 891. Ademais, pode-se ler a respeito do *mai* do Kanem, Arku (aproximadamente 1023-1067): "Certo dia, ao pensar na abundância de escravos, instalou 300 deles em Dirkou, 300 na mesquita de Saguedine e 300 em Zaylan." São os primeiros indícios[97] da exportação e do uso interno de escravos na região. No Kano[98], Tsamia (aproximadamente 1307-1343) recusou 200 escravos que os adeptos da religião tradicional lhe ofereceram, mas o Kwararafa foi obrigado a entregar cativos a Yaji (aproximadamente 1349-1385) e a seu filho Kanajeji (aproximadamente 1390-1410). O *galadima* Dawuda pediu a 'Abdullāh Burja (aproximadamente 1438-1452), prestes a partir para a guerra, para combater em seu lugar: "cada dois meses ele enviava um milhar de escravos ao *sarkin* de Kano que, por sua vez, mandava-lhe diariamente cavalos, roupas e caparazões". No fim da campanha, ele juntara 21.000 escravos divididos em 21 vilas, todas batizadas *indabo*. Ao contrário da opinião de um especialista[99] que interpretou tal fato como um deslocamento de população, estamos aqui diante de uma verdadeira expedição, bem organizada e rentável. Comprova essa assertiva o surgimento da categoria dos indabawa (Rumfa sequestraria suas filhas), distinta dos maguzawa: deve-se mesmo dizer que o termo *indabo* assemelha-se ao soninke *debe*, o fulfude *debeere* e o songhai *dabey*. Os *indabo* dedicaram-se a atividades de produção artesanal e sobretudo agrícola. No Katsina, a cidade de Tsagero constituía um domínio real onde se mantinha um grande número de escravos. Até príncipes foram enviados em Tsagero[100]. As cidades da zona de Gozaki, no Sul, intensificaram suas relações com Kano e Zazzau (Zaria): a cultura do algodão nos grandes domínios da região acabaram por depender dos escravos importados de Zazzau, e parte do algodão era exportada para o Kano.

97 J. M. Cuoq, 1975, p. 49; D. Lange, 1977, p. 67.

98 H. R. Palmer, 1967, pp. 103-112.

99 M. Hiskett, 1984, pp. 101-102.

100 Y. B. Usman, 1981, pp. 43-49; P. E. Lovejoy, 1983, p. 113.

Fosse ele mercadoria, servente, alto funcionário ou produtor dependente, o escravo desempenhou um papel importante no desenvolvimento da economia e na edificação do Estado na região. Entretanto, a questão da exportação deve ser estudada em função da origem da demanda na Europa, e também no Oriente, antes de o comércio atlântico começar a reinvindicar sua parte. Compreender-se-á melhor a contribuição da escravidão para a prosperidade da região se discriminarmos todas as outras formas de dependências. Desse ponto de vista, a passagem do estatuto de *bawa* (cativo) ao de *bacucane* (escravo nascido em casa) encontra-se em outras regiões da savana: o *woloso* (mandinga), o *forso* (songhai) e o *dimaajo* (fulfude) correspondiam ao segundo termo haussa. A pesquisa deveria interessar-se pela evolução da escravidão no decorrer deste período em que o desenvolvimento das relações mercantis simplificou a estratificação social. Já existem alguns elementos de resposta e pode-se dizer que o destino do escravo era melhor do que o do *talaka*[101].

Pode-se considerar que os *masu sarauta* (aristocratas) opunham-se aos *talakawa* – produtores livres mas sem nenhum poder político. À medida que a aristocracia, os letrados e os comerciantes se enriqueceram, a distinção tornou-se de cunho econômico, entre os *masu arziki,* ou *attajirai* (os ricos) e os *talakawa* (os pobres). O *bawan sarki* (escravo real) cessou de ser um *talaka* tanto no plano político quanto no econômico. Disso resultou uma clarificação da situação, já que as diferenças étnicas e religiosas, doravante no segundo plano, deixavam frente a frente os detentores do poder e os cidadãos de segunda categoria.

A cultura e a religião

A evolução política e econômica acarretou inúmeras transformações no âmbito da cultura. No plano material, por exemplo, a arquitetura aprimorou-se, e as cidades demonstram até hoje uma grande variedade de estilos. Na área da música, alguns instrumentos impuseram-se (*kakaki*, *algaita*), ao passo que as orquestras eram integradas ao cerimonial real: só se pode agradecer aos letrados por haverem mencionado alguns *kirari* (cantos de louvor) dedicados a soberanos e personalidades do Kano. Neste domínio, o país haussa caracterizava-se por sua riqueza e sua unidade culturais, procedentes de uma

101 F. Cooper, 1979. Ver também a bibliografia indicada por P. E. Lovejoy, 1983. Uma atenção especial foi dedicada ao Império Songhai por L. E. Kubbel, 1974; suas reflexões dizem respeito a toda savana. Convém assinalar a presença do termo *talaka* em várias línguas africanas (tamajak, kanuri, haussa, fulfulde, songhai, gulmanceba, moore, etc.). Corresponde mais ou menos ao *badolo* do Takrūr. Ademais, tanto no Takrur quanto no Kebbi, duas expressões sublinham o lugar da agricultura na economia da savana: os *samba remooru* e os *bakabban kumbu* são todos camponeses voltado para a terra.

homogeneização que fez do guber, sob o nome de *hawsa*, uma das maiores línguas francas africanas[102].

No que diz respeito à religião, no início do século XVI, a islamização limitava-se aos comerciantes e à elite política que a usava para consolidar o poder central. No entanto, o fim do período seria marcado por uma acentuação da luta aberta entre a aristocracia política e os eruditos[103]: a *Crônica de Kano* e a *Crônica dos Wangarawa* permitem acompanhar por dentro, a evolução de suas relações.

Houve uma forte e regular afluência de sábios no Kano[104]. Sob o reinado de Kisoki (1509-1565) chegaram muitos eruditos. O primeiro, Shaihu Ba-Tunashe, trouxe o livro *Ashafa* e acolheu no ano seguinte um estudante do Zazzau que se tornaria seu principal discípulo. Outrossim, pediu e obteve a construção, pelo soberano, de uma mesquita destinada ao sermão da sexta-feira para os rumawa. O segundo, Dan Gwarandume, instalou-se onde Abū Bakr Kado, o sucessor de Kisoki, lera o livro supracitado. O terceiro, Shaihu Abdussalami, introduziu três livros. Abū Bakr foi o primeiro a ler o Alcorão e obrigou os príncipes a estudá-lo. Em seguida chegou um grupo de três irmãos vindo do Borno: Shaihu Kursiki recusou o cargo de *kādi* que seu irmão Magume aceitou, permanecendo Kabi, por sua vez, um simples erudito. Três outros, Watasanu, Buduru e Kudu chegaram depois. Sob o reinado de Abū Bakr Kado (aproximadamente 1565-1573) imigrou um segundo grupo de eruditos composto por Tama, Malam Shārif, Gesto e Wuri; vinham do Baguirmi (ou, segundo outras fontes, de Lagumi) e residiram de início no Katsina, antes de instalarem-se em Godiya onde Tama, o líder, se casou. Muhammad Zaki (aproximadamente 1582-1618) casou com uma das filhas de Tama e instaurou o culto do cokana e do dirki antes de atacar o Katsina. Foi graças aos eruditos que os katsinama não destruíram o Kano. Entretanto, este último atacou de repente, numa manhã em que se comemorava a festa de *Ramādān* e saiu vitorioso. Finalmente, entre 1648 e 1651, os eruditos negociaram a paz entre o Kano e o Katsina. O Kano ocupava portanto um lugar privilegiado na época e atraía inúmeros eruditos, dos quais pelo menos um terço vinha do Borno. Muitas vezes, esses letrados haviam viajado bastante e traziam livros consigo. Um deles, Kursiki, manteve-se afastado do poder, ao passo que outro, Tama, se tornou o sogro do soberano.

102 J. Léon l'Africain, 1956, vol. I, p. 16.

103 H. E. S. Fisher, 1975, pp. 92-97; R. A. Adeleye, 1971, pp. 596-601; S. A. Balogun, 1980; M. Hiskett, 1984, pp. 68-109.

104 H. R. Palmer, 1967, pp. 112-116 e 120-122.

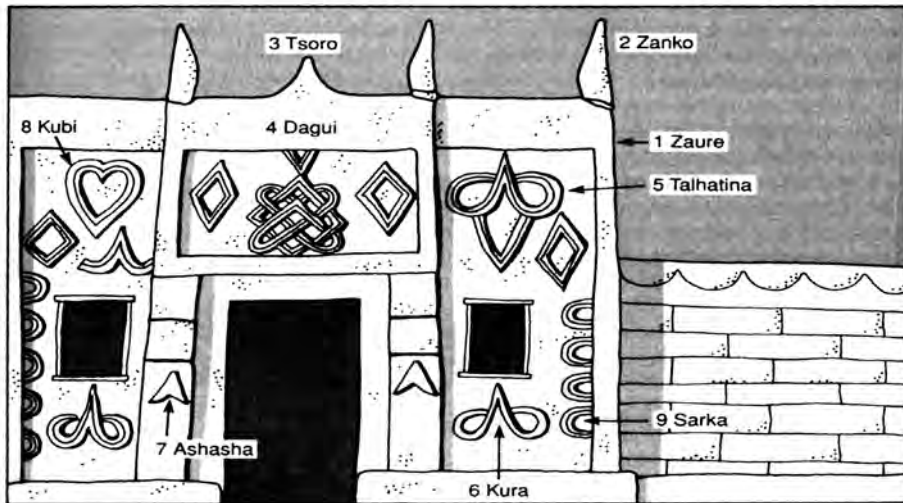



FIGURA 16.8 Fachada decorada de uma casa de birni em Zinder.

Significado da decoração "falante" segundo as explicações do mestre artesão de Zinder, Dandibi, recolhidas por seu sobrinho, Cheffou Malam.

O vestíbulo: *zaure.*
As cantoneiras: *zanco (crista do galo) é o nome de um tipo de trança feito de cabelos de mulher.*
O frontão: *tsoro, a trança do lutador (à qual se amarra seu talismã) que assusta o inimigo.*
O entrelaço da fachada: *dagui é o termo usado para designar os bordados das vestimentas masculinas haussa – o rastro do leão –, marca das esperanças de grandeza.*
A cruz de Agades: *talhatina, essa já dos ourives haussa a serviço dos mestres tuaregues seria interpretada como um símbolo de fecundidade por Jean Gabus.*
O sinal colocado abaixo de cada janela: *kura (a hiena) representa a argola à qual se suspende um recipiente.*
A lâmina da espada, ashasha, de cada lado da entrada, é colocada sobre pilares chamados dogari, os guardas do príncipe.
Kubi: *símbolos procedentes dos jogos de baralho – contribuição pessoal de Dandibi.*
Padrão de bordado conhecido sob o nome de sarka, um dos principais temas da decoração tradicional (como se pode ver no palácio do sultão em Daura, berço do povo haussa). Chama-se também durgusum taguwa, ou tiras de fios.

Em Birnin Katsina[105], podia-se distinguir diferentes grupos descendentes de Wāli Abū 'Abdullāhi b. Masāni, de Malam Buhāri (que recusara um convite para se instalar na capital), de Malam 'U<u>th</u>mān (vindo do Borno) etc. Em outras cidades viviam inúmeros letrados que se diferenciavam por seus antecedentes, sua etnia e sua origem geográfica. Tal *intelligentsia*, espalhada em um território

105 Y. B. Usman, 1981, pp. 71-76.

cuja população e dirigentes se consideravam islamizados, não assumia nenhum cargo de alta responsabilidade no governo: consciente de constituir um grupo a parte, mantinha distância do poder.

A peculiaridade do Zamfara[106] residia no fato de o islã ter ali se implantado tardiamente, provavelmente porque a maioria de seus centros urbanos era afastada das grandes cidades e das rotas de caravanas do Sudão Central. Todavia, é provável que os eruditos kanuri tenham participado da conversão do soberano ao islã. Ao contrário dos outros Estados, o imame de Anka possuía um verdadeiro feudo; sua residência era um santuário e um lugar de refúgio para qualquer um que se encontrasse ameaçado pelos dirigentes. Aos eruditos cabiam três outras

FIGURA 16.9 Páginas decoradas de um Alcorão haussa em miniatura, fim do século XVII-início do XVIII. [© Werner Forman Archive, Londres, coleção particular.]

funções: o *limanin ciki* era responsável pela educação da família real, ao passo que o *dan kodo* e o *dan dubal* eram conselheiros para os assuntos religiosos, guardiões da história do Zamfara e encarregados de orar para a vitória do exército. O primeiro soberano muçulmano reinou a partir de 1670, e Babba (por volta de 1715) ordenou uma oração coletiva de 100 letrados no intuito de garantir a vitória do Zamfara sobre o Kebbi.

106 G. Na-Dama, 1977, pp. 185-187 e 320-326.

No que diz respeito a seus rendimentos, os eruditos contavam com a generosidade da aristocracia que participava de seu conforto material e certamente lhes ofereciam dinheiro. Contudo, é difícil contestar a objetividade dos letrados, mesmo se tratando de sua própria situação. Dessa forma, o *shaykh* ‘Abd al-Rahmān Zagaiti[107] rezou para que seus descendentes fossem poços de ciência e pudessem se tornar os conselheiros do soberano; Rumfa deu a cada um dos dois filhos do *shaykh* dois domínios, ao passo que o *wambai*, residente em Karaye, gratificou Habibullāhi, o terceiro filho, com um feudo, a fim de recompensá-lo por suas bênçãos. Disso pode-se concluir que, ao menos no Kano, os eruditos podiam usufruir os rendimentos de grandes domínios.

Seu espírito crítico reflete-se também na *Crônica do Kano*[108]. Muhammad Shārif (aproximadamente 1703-1731) instaurara sete medidas ligadas ao *zalunci* (injustiça), dentre as quais o aumento constante da taxa de imposição, o imposto sobre o casamento das meninas etc. Seu sucessor, Kumbari (aproximadamente 1731-1743), exigiu dos eruditos que pagassem um imposto. Em função disso, os árabes foram para o Katsina (onde reinava paz e prosperidade) e os *talakawa* abandonaram a cidade.

Os frequentes deslocamentos dos eruditos e a introdução dos livros já foram invocados para explicar o despertar intelectual da região. Porém, é forçosamente à existência de centros de ensino e, sobretudo, ao uso do *ajami* em Kano e no Katsina, no século XVI, que se deve tal despertar. De fato, uma *madrasa* fora criada em Katsina após a vinda de al-Balbali[109], e é provável que o uso do *ajami* não tivesse ainda vigorado no início do século XVI, embora tivesse sido introduzido, segundo alguns, sob o reinado de Rumfa. Os eruditos escreviam em árabe, fulfulde e haussa. Ora, entre 1500 e 1800, o pertencimento à mesma comunidade política, a urbanização, o desenvolvimento econômico, os movimentos populacionais e o avanço do ensino e da literatura aceleraram a simplificação das relações sociais. Os exemplos do Kano, do Katsina e do Zamfara demonstram que o lugar de origem dos eruditos é de mais fácil determinação do que seu grupo étnico: o Leste (Borno) ocupava o primeiro lugar no Kano e no Zamfara, ao passo que o Oeste (Malle *lato sensu*) predominava no Katsina. Quer rezando pela vitória militar ou consultados a respeito de questões jurídicas, quer à margem do poder ou conselheiros respeitados, os eruditos começaram a

107 M. A. al-Hajj, 1968, pp. 11 e 14. O Professor Hunwick foi o único a tentar encontrar o Wangara (Diakhite?) do qual o cronista queria transcrever o nome; ver J. O. Hunwick, 1971, p. 278.

108 H. R. Palmer, 1967, pp. 123-125. A versão haussa traz importantes correções.

109 M. Hiskett, 1984, pp. 80-83.

influir de modo determinante na vida social, notadamente através dos *wa'azi* (sermões). Alguns nomes merecem destaque. No Zamfara[110], dentre os mais famosos, citaremos Ramadān b. Ahmadu (de Fezzan), Hashimu Bazanfane (um dos mestres de Shehu 'Uthmān), Maman Tukur dan Binta e al-Mustafa Gwani, um kanuri que enfrentou 'Uthmān, de passagem pelo Zamfara, a respeito da presença simultânea de homens e mulheres durante os sermões.

No Katsina destacam-se dois nomes[111]: Abū 'Abdullāhi b. Masāni b. Muhammad al-Barnāwi al-Kashinawi (aproximadamente 1595-1667), nascido em Katsina de pais bornoanos, e aquele que as tradições locais consideram como seu aluno, Muhammad al-Sabbāgh al-Kashinawi, mais conhecido sob o nome de Dan Marina, muito ativo em torno de 1650. Ambos deram origem a um verdadeiro renascimento intelectual que se expressaria no poema composto por Dan Marina em homenagem ao *mai* 'Ali, vencedor do Kwararafa por volta de 1680. Deve-se mencionar também Muhammad al-Kashinawi (falecido por volta de 1741) de quem subsistem várias obras, assim como Muhammad b. 'Abd al-Mahman al-Barnāwi (falecido por volta de 1755) cujos trabalhos inspiraram 'Uthmān.

Entretanto, foi incontestavelmente Malam Djibril dan 'Umaru que mais se destacou no conjunto[112]. Nascido e falecido no Adar, várias vezes peregrino em Meca, esse erudito de saber enciclopédico estava preocupado com a reforma do islã no Sudão: após um fracasso junto aos tuaregues do Adar, dirigiu-se aos príncipes haussa e atraiu para si a hostilidade deles. Teve como alunos 'Uthmān ('Usmān) e 'Abdullāhi dan Fodio. Apesar de suas críticas relativas a alguns posicionamentos de Djibril, 'Uthmān considerava-se seu discípulo e continuador. A segunda metade do século XVIII foi marcada por borbulhante atividade intelectual e discussões entre eruditos, como forma de contestação da ordem estabelecida pelos *masu sarauta*.

Conclusão

Às vésperas da *jihād*, as relações entre Estados haviam se apaziguado consideravelmente. O Kebbi e o Zamfara haviam sido derrotados, mas os outros

110 G. Na-Dama, 1977, pp. 252 e 325.

111 I. Dankoussou, 1970, pp. 38-52; Y. B. Usman, 1981, pp. 71-72 e 1983, pp. 199-200; M. Hiskett, 1984, pp. 81-82; A. M. Kani, em M. Adamu (org.), s. d.*c*.

112 D. M. Hamani, 1975, pp. 136-141; A. M. Kani, em M. Adamu (org.), s. d.*c*.

se viram também confrontados com graves dificuldades. No Kano, a paz e a estabilidade alternaram com duas graves disputas entre o *sarki* e os dignitários: estes últimos proibiram Babba Zaki (aproximadamente 1768-1776) de residir em Takai, ao passo que Muhammadu Alwāli (aproximadamente 1781-1807) se recusou a dar-lhes os 40 bovinos destinados ao *dirki,* a quem mandou matar a machadadas. No Gobir, Bawa (aproximadamente 1777-1789) instaurou pela primeira vez um imposto sobre determinada variedade de milho, e alguns criadores de animais desse Estado tiveram que pagar o *jangali* várias vezes no mesmo ano. Duas crises dinásticas abalaram o Katsina em 1767 e 1796. Observam-se portanto em todo lugar riscos de instabilidade procedentes da resistência dos dignitários, uma tirania amplificada e uma oposição latente dos *talakawa*. O poder político atingira um grau de opressão que não poupava os eruditos; porém, estes eram os únicos a ousar desafiar abertamente a ordem estabelecida[113].

A historiografia do Sudão Central pouco a pouco se afasta da apologia da *jihād* a fim de se interessar pelas transformações ocorridas no decorrer dos períodos anteriores.

No plano econômico, exagerou-se o aparente imobilismo que teria caracterizado o período de 1600 a 1790. É notório que a roda e o moinho de vento não eram usados e que os fuzis eram desprezados. Porém, já por volta de 1582-1586, os "takrurianos" de Gao brigavam com os "sudaneses" que alegavam que Kano era mais importante e maior do que Gao[114]. E, apesar das inúmeras catástrofes naturais[115], a região passou por um desenvolvimento impressionante, muitas vezes explicado apenas pelo comércio. Porém, este se intensificou graças à intervenção do Estado sob diversas formas. Não se deve tampouco subestimar os progressos realizados nas áreas da produção e da transformação. Em função de tais progressos, a reputação da região despertou o interesse dos europeus que enviaram para ali várias missões, sob o pretexto da pesquisa científica (problemas do curso do Nilo e do Níger, por exemplo).

No plano político, apesar dos conflitos armados, nenhum Estado desapareceu no decorrer do período. O Gana, o Mali e o Songhai enfraqueceram, talvez pelo fato de serem impérios; o Kanem-Borno, também um império, conheceu, por sua vez, uma notável longevidade. Por sua vez, o sucesso econômico do país haussa

113 H. R. Palmer, 1967, pp. 126-127; R. M. East, 1979, pp. 42-43; G. Na-Dama, 1977, pp. 396-402; M. A. al-Hajj, 1979; Y. B. Usman, 1981, pp. 84-99.

114 Acerca do imobilismo, ver H. E. S. Fisher, 1975, pp. 66-67. A respeito da discussão relativa a Kano e Gao, ver M. Ka'ti, 1981, p. 262.

115 Entre 1539 e 1564, 1639 e 1688, 1697 e 1715, 1729 e 1750, por exemplo; ver J. Maley, 1981, pp. 57-81; P. E. Lovejoy, 1983, pp. 69-70.

ocultou a grande estabilidade do Estado como instituição. Seu caráter burocrático e opressivo destacou-se pelas medidas introduzidas por Shārif em Kano. Uma delas foi chamada *kwaro*, e muitos ignoram a tradução dessa palavra. Se a ortografia for correta e a leitura boa, trata-se de um termo antigo significando "trocar moedas por cauris": estes últimos foram introduzidos no país haussa sob o reinado de Shārif que teria imposto seu uso. Certo autor interpretou erroneamente a palavra *kwaro* (certamente em razão de um erro de impressão): ele pensou que se tratava de um imposto sobre os produtos da colheita, pago no Damagaram, por exemplo. Qualquer seja a interpretação escolhida, destaca-se a meticulosidade da gestão do Estado haussa. É o que atesta a clarividência de Muhammadu Alwāli que acumulara em seu palácio reservas alimentícias em previsão das turbulências e das fomes, não podendo ele impedir estas últimas[116]. Na verdade, o aparelho do Estado era eficiente, e poucas modificações foram feitas pelos regimes a seguir.

116 H. R. Palmer, 1967, p. 125; R. M. East, 1979, pp. 37-38.

CAPÍTULO 17

O Kanem-Bornu: suas relações com o Mediterrâneo, o Baguirmi e os outros Estados da bacia do Chade

*B. M. Barkindo**

No século XIII, o Estado muçulmano do Kanem era um dos mais extensos do *Bilād al-Sūdān*. O poder dos *mai* (reis) sefuwa abrangia um vasto território compreendido, do Norte ao Sul, entre as margens orientais do Lago Chade e os oásis do Fezzān, mas tal expansão não foi acompanhada por medidas econômicas e políticas adequadas. A formação, por diferentes grupos étnicos, de entidades mais ou menos autônomas e distintas da principal dinastia sefuwa no poder impediu a instauração de um sistema político centralizado. Ademais, o Kanem, em maior parte desértico ou semidesértico, carecia das matérias primas indispensáveis à viabilidade de um conjunto tão grande.

Uma grave crise levaria, no fim do século XIV, ao desmoronamento do Estado do Kanem. O *mai* 'Umar b. Idris (1382-1387) partiu, à frente dos magumi (cuja família real constituía uma linhagem) e de seus partidários, para o Borno, a Oeste do Lago Chade, região com abundantes riquezas naturais e onde a dinastia já estabelecera vassalos. Na realidade, um grande número de imigrantes do Kanem havia precedido os sefuwa e ali haviam se instalado, particularmente no Sul e no Oeste[1].

* Eu gostaria de agradecer ao Professor Philip Shea e John Lavers por seus úteis comentários e sugestões a respeito da primeira versão do presente capítulo.

1 Consultar a esse respeito B. M. Barkindo, 1971.

Quando de sua chegada no Borno, os sefuwa parecem ter almejado, antes de mais nada, a criação de uma forte economia regional, capaz de sustentar um sistema político bem organizado, do qual eles seriam o elemento dominante. Todavia, no decorrer do século que seguiu a sua implantação, enfrentaram várias dificuldades, colocando por vezes sua própria existência em perigo: incessantes disputas internas, crises dinásticas, ataques regulares dos bulala e potência excessiva de alguns dignitários[2].

O *mai* 'Ali Gaji e a fundação do Califado de Borno (por volta de 1465-1497)

O advento de 'Ali ibn Dunāma, mais conhecido como 'Ali Gaji, colocou fim às dissensões internas, o que lhe permitiu consolidar seu poder no seio do ramo da dinastia no poder a que pertencia. Quando, por volta de 1471, os bulala vieram pilhar de novo o Borno, 'Ali Gaji enfrentou-os e venceu-os, sem contudo buscar aproveitar-se de tal vitória.

Por volta de 1472, 'Ali Gaji mandou edificar a fortaleza de Birnin Gazargamu no confluente do Yobe e do Gana[3]. Ela tornou-se a capital dos sefuwa e o permaneceria quando da dominação do Borno por estes. Outros estabelecimentos fortificados foram provavelmente fundados na mesma época em vários outros lugares[4].

'Ali Gaji é considerado um renovador do islã, pois que tentou eliminar, pelo menos no seio do grupo dominante, as tendências sincretistas cada vez mais afirmadas dos sefuwa. Esforçou-se também para implantar um autêntico Estado islâmico. Conforme a tradição instaurada por seus predecessores e de acordo com o fervor islâmico de sua época, cercou-se de '*ulamā*' (letrados muçulmanos) junto aos quais pedia conselhos antes de qualquer decisão importante. Convém citar, dentre esses conselheiros, Ahmad b. 'Abd al-Kuwwata, o *kādi al-kabir* (supremo juiz), e Masbarma 'Umar b. 'Uthmān, *wasir* e primeiro imame do reino[5].

Vários dignitários perderam parte de suas prerrogativas, principalmente aqueles que gozavam de um poder excessivo e, mais especificamente, o *kai-*

2 *Ibidem.*

3 *Brief Diwān.*

4 O panegírico de 'Ali Gaji apresenta-o como "aquele que detém as altas cidades e as longas lâminas".

5 H. R. Palmer, 1936, pp. 21-22 e 23-28.

gama e o *yerima* que, em situação de crise, faziam e desfaziam os *mai* a seu bel-prazer[6]. Foi talvez na época de 'Ali Gaji que se implementou o harém real, com as quatro esposas e um certo número de concubinas tituladas[7]. Outrossim, o cargo do *chiroma* (herdeiro presuntivo) foi provavelmente criado na mesma época.

No decorrer de sua peregrinação a Meca, aproximadamente em 1484, 'Ali Gaji teria sido investido na função de *khalifa* do Takrūr pelo pretendente abássida 'Abd al-Azis b. Ya'kūb[8]. Desde então, os soberanos do Borno proclamaram-se *khalifa*, título este que lhes reconheceram finalmente numerosos letrados e dirigentes do *Bilād al-Sūdān*[9].

Fatores propícios ou desfavoráveis à expansão do Califado de Borno (1497-1564)

A política de 'Ali Gaji prosseguiu com seu filho e sucessor Idris b. 'Ali (aproximadamente 1497-1519), conhecido como Katakarmabe, que consolidou o regime e tentou expandir o reino. Entretanto, durante uma boa metade do século, Katakarmabe e seus sucessores tiveram de enfrentar várias ameaças que os desviaram dos objetivos por eles fixados.

O primeiro problema com o qual se defrontaram os sefuwa foi a retomada, após a morte de 'Ali Gaji, dos ataques dos bulala, aparentemente decididos a atrapalhar as mudanças econômicas e políticas em curso no Borno[10]. Logo após sua ascensão ao poder, Katakarmabe já teve que repelir uma de suas ofensivas. Não somente conseguiu derrotá-los como também retornou vitorioso para Ndjimi, antiga capital dos sefuwa, que todavia nunca foi reocupada. Após a conclusão de um acordo com os bulala, Idris voltou ao Borno, mas a trégua foi curta, pois as hostilidades retomaram intermitentemente e prosseguiram até o reinado de Idris Alawoma (1564-1596).

Os *mai* sefuwa enfrentaram igualmente outra dificuldade: o advento, nesta época, de vários Estados na bacia do Chade e em outras partes do Sudão, o que os obrigou mudar ou modificar seus objetivos, a fim de solucionar seus problemas com cada um dos novos Estados.

6 H. Barth, 1965, vol. II, p. 589.

7 H. R. Palmer, 1967, p. 158.

8 *Brief Diwān*, pp. 5-9.

9 J. E. Lavers, 1971, p. 32.

10 B. M. Barkindo, 1971.

No início do século XVI, a bacia do Chade abrigava uma constelação de jovens e pequenos reinos estabelecidos ao longo das fronteiras meridionais do Borno – Baguirmi, Mandara, Estados de Kotoko, Bolewa do Norte de Daniski, Yamta e Margi, entre outros[11]. Os perigos de tal situação não escaparam aos *mai*. Alguns desses Estados foram atacados e obrigados a reconhecer, de uma forma ou outra, a hegemonia dos sefuwa. Porém, de forma geral, estes tentaram criar relações pacíficas com vários desses novos Estados. Desde cedo, todos aqueles acima citados cooperaram com os sefuwa. Os *mai* buscavam, sem dúvida, aproveitar-se desses jovens principados no intuito de implantar uma economia regional, já que incentivaram-nos a desenvolver a economia local em suas respectivas zonas, bem como a estabelecer relações comerciais regulares com o Borno. Graças a tal associação, os jovens principados adotaram inúmeros traços culturais do Borno, o que permitiu favorecer seu avanço[12].

Vários outros Estados também surgiram na mesma época no país haussa. Katsina e Kano tornar-se-iam logo os pontos finais da pista trans-saariana, assim como entrepostos na estrada Oeste-Leste pela qual transitavam rumo a Borno o ouro e a noz-de-cola provenientes do país dos akan[13]. Mais ao Norte, a rota trans-saariana foi ligeiramente desviada, na época em que Agades se desenvolveu e suplantou Takedda como entreposto.

O Borno foi certamente obrigado a reagir diante dessas mudanças. A nova rota comercial que o ligava ao país haussa se tornaria logo pouco segura para os viajantes, em função das razias praticadas pelos ngizim, bedde e bulalas. Sem dúvida, consideráveis esforços foram feitos para proteger tal rota, porém foi preciso esperar o advento de Idris Alawoma para que esse problema começasse a ser solucionado. A insegurança da rota comercial, assim como a luta pelo controle dos novos estabelecimentos implantados ao longo da estrada, provavelmente avivaram os conflitos que opuseram o *mai* Idris Katakarmabe a dois soberanos do Kano, ʻAbdullāhi (aproximadamente 1499-1509) e Muhammad Kisoki (por volta de 1509-1564)[14].

Ao que tudo indica, o Borno foi também obrigado a se adaptar ao novo traçado da rota trans-saariana. Não somente mantinha com Takedda relações de longa data, como também devia almejar o controle do novo entreposto de Agades. A empreitada tornava-se cada vez mais urgente, pois, na mesma época,

11 Para obter mais detalhes a esse respeito, consultar B. M. Barkindo, 1980, pp. 204-241.

12 *Ibidem.*

13 H. R. Palmer, 1967, p. 109; P. E. Lovejoy, 1978, pp. 185-186; Y. B. Usman, 1981, p. 16.

14 H. R. Palmer, 1967, p. 113.

o Songhai estava também no auge de sua potência e, em 1501 e 1515, o *askiya* Muhammad (aproximadamente 1493-1528) lançara campanhas militares contra Agades, no intuito de incluir a região na esfera de influência do Império[15]. Faltam informações sobre os detalhes de tais lutas: por volta de 1532, o Borno teria realizado uma campanha militar e conquistado a cidade[16]. Todavia, o fortalecimento do Kebbi sob o domínio Muhammadu Kanta (aproximadamente 1516-1554) arruinou os esforços do Songhai, bem como os do Borno. Agades permaneceu uma fonte de preocupação para os *mai* sefuwa durante quase todo o período em que assumiram o poder.

Entre 1480 e 1520, aproximadamente, o *Bilād al-Sūdān* passou por um período de intensa islamização. Ao Leste, o sultanato funj, fundado por volta de 1504, converter-se-ia logo ao islã. A Oeste, inúmeros letrados oriundo do Mali, da África do Norte, do Egito e dos oásis saarianos, vieram ao país haussa e contribuíram em islamizá-lo. Mais a Oeste, o Império Songhai atingiu seu auge na época do *askiya* Muhammad, cujo reinado foi marcado por um forte desenvolvimento do fervor muçulmano na região. Vale destacar que no decorrer de sua peregrinação a Meca (por volta de 1496-1498), esse soberano foi investido na função de califa do Takrūr[17], exatamente da mesma forma que o *mai* 'Ali Gaji, dez anos mais cedo.

O fervor islâmico característico da época ofereceu novas possibilidades aos *mai* do Borno. Os soberanos sefuwa eram muçulmanos desde o século XI; 'Ali Gaji fora elevado à dignidade de califa dez anos antes do *Askiya* que, ao que tudo indica, foi o único a contestar abertamente o título de 'Ali Gaji; por fim, os dirigentes do Borno cercavam-se tradicionalmente de '*ulamā*' respeitados: todos esses elementos contribuíram em proporcionar aos *mai* uma vantagem sobre os outros soberanos. As crônicas redigidas por Masbarma 'Umar b. 'Uthmān a pedido de Idris Katakarmabe e a do imame Ahmad b. Fartūwa, consagrada ao reinado de Idris Alawoma, surgiram como tentativas de legitimação das pretensões dos *mai* ao título de califa. Finalmente, o declínio e a queda do Império Songhai, no fim do século XVI, permitiu-lhes obter tal primazia.

O Borno tornou-se também um grande centro intelectual, frequentado por letrados do *Bilād al-Sūdān* e de outras partes do mundo muçulmano[18]. O

15 J. O. Hunwick, 1971, p. 221.

16 *Ibidem.*

17 J. O. Hunwick, 1962. O *askiya* buscava certamente reforçar sua posição no Império e desafiar o Borno, a única grande potência da região.

18 J. E. Lavers, 1971.

reconhecimento, por parte de vários *'ulamā'*, das pretensões dos *mai* do Borno contribuiu muito em assentar a influência cultural do Borno sobre uma grande parte desses Estados. No país haussa, tal evolução contribuiu certamente na instauração de um tributo (*gaisuwa* ou *tsare* em haussa) regularmente pago pelos dirigentes muçulmanos dessa região ao califa do Borno[19].

A partir do reinado de Idris Katakarmabe, documentos começaram a atestar as relações diplomáticas e comerciais entre os sefuwa e as diferentes entidades do litoral norte-africano. Por volta de 1512, Idris enviou uma missão diplomática e comercial aos espanhóis, recém ocupantes de Trípoli, a fim de reatar os laços comerciais com essa região. Essas relações foram mantidas por seus sucessores, quaisquer que fossem os detentores do poder em Tripolitânia[20]. Quando do estabelecimento dos otomanos no Magreb, Dunāma b. Muhammad enviou-lhes, por volta de 1555-1556, uma embaixada que firmou com Tighūrt Pasha um tratado "de amizade e de comércio", renovado por seus respectivos sucessores[21]. É provável que laços firmes tenham também sido atados com o Egito. De fato, além de encontrar-se na rota da peregrinação a Meca, tudo indica que o Egito mantinha também relações comerciais com o Borno[22], ainda que apenas disponhamos a esse respeito de indicações fragmentárias.

Os descendentes de Idris Katakarmabe deram continuidade a sua política diante das incursões dos bulala e dos problemas colocados pelo surgimento de novos Estados. Ademais, por volta de 1561, uma guerra opôs o Kebbi ao Borno para o controle de Agades, conflito este que o Borno parece ter perdido.

A implementação de uma forte economia regional e de um sistema político centralizado. A ascensão dos kanuri (por volta de 1564-1677)

A maioria dos especialistas concorda em situar o apogeu do Borno durante o reinado de Idris b. 'Ali (1564-1596), conhecido após sua morte como Alawoma. Os doze primeiros anos de seu reinado são relatados no panegírico a

19 H. R. Palmer, 1967, pp. 9-10 e 83; A. Hassan e A. S. Naibi, 1952.

20 D. Girard, *L'histoire chronologique du royaume de Tripoli*, Bibliothèque nationale, Paris, ms français (ancien fonds) 12219, 12220.

21 *Ibidem.*

22 J. E. Lavers, 1982.

ele consagrado por seu imame, Ahmad ibn Furtūwa[23]. No que tange à política interna, Idris b. 'Ali era considerado um inovador nos planos militar e administrativo, assim como um propagador do islã. Em termos de política externa, ele demonstrou ser um diplomata tão eficaz quanto os principais soberanos muçulmanos da época.

Ao chegar ao poder, seu principal objetivo pareceu ser a realização do sonho de seus ancestrais: prover seu país de um potente sistema econômico e político. Foi o primeiro *mai* a tentar consolidar seu poder no conjunto da província metropolitana. A cavalaria, peça-chave de seu exército, foi reorganizada. Esta integrava também um corpo de mosqueteiros turcos, cujo efetivo já fora reforçado por seus predecessores. Tudo indica que embarcações de dimensões acrescidas foram construídas, no intuito de atravessar os rios com mais facilidade. Tal exército levou Idris a lançar-se em novas conquistas.

A maioria dos grupos hostis que os *mai* não conseguiram assujeitar de um outro modo foram atacados sem trégua até a sua rendição. Foi notadamente o caso dos ngafata, dos talata, dos dugurti, dos maya, dos ngizim e dos bedde. Alguns, tais como os mukhulum, após terem sido derrotados, foram obrigados a pagar um tributo em trigo a fim de poder conservar seus lares[24]. Outros, tais como os ngafata, os talata e os dugurti, considerados irredutíveis, foram expulsos para fora da metrópole[25].

Para substituí-los, outros grupos, oriundos na sua maioria, assim como o veremos, do Kanem, vieram se instalar no Borno. De fato, a ampla transformação demográfica assim provocada por Idris Alawoma na metrópole foi uma de suas maiores contribuições à história do Borno. Esse método, assim como os inúmeros casamentos mistos com mulheres cativas presas durante as hostilidades ou trocadas com Estados satélites, como o Mandara e o Baguirmi, contribuíram de forma substancial ao avanço e à propagação do grupo kanuri na metrópole.

No Sul do país, vários *ribāt* (postos avançados fortificados) foram construídos a fim de conter os ataques de grupos insubmissos, tais como os gamergu, e o Borno firmou, com os soberanos dos Estados satélites, acordos solenes relativos à organização conjunta de expedições militares contra esses elementos rebeldes[26].

23 A. ibn Furtūwa, 1862.

24 *Ibidem*, p. 238.

25 *Ibidem*, p. 219. Os dugurti emigraram para o Kanem.

26 B. M. Barkindo, 1980, capítulo 5.

A resolução definitiva dos problemas colocados pelo Kanem

Após a pacificação e a integração da maior parte da metrópole, Idris Alawoma concentrou sua atenção no Kanem com vistas a acabar, uma vez por todas, com a ameaça que este representava para o Borno. Fixaram-se aparentemente três objetivos: o total aniquilamento da força militar e do poder político dos bulala, a mais completa possível destruição das estruturas econômicas do Estado do Kanem e a transferência para o Borno do maior número possível de comunidades.

Alawoma liderou algumas expedições no Kanem onde derrotou os bulala, perseguindo-os sem trégua[27]. Com a mesma falta de piedade, atacou outros grupos – como os kananiya que apoiavam os bulala – até conseguir enfraquecê-los[28]. No decorrer de uma dessas expedições, três dos mais fertis vales do Kanem foram devastados, algumas de suas mais importantes cidades, tais como Ikima, Aghafi e Ago, foram destruídas e sua população veio se instalar no Borno[29].

Os tubu, os koyam, os kulu e os árabes shuwa (choa) faziam parte desses grupos oriundos do Kanem e obrigados a estabelecerem-se no Borno. Os dois últimos grupos, donos de rebanho, foram disseminados ao longo da margem meridional do Lago Chade, assim como nos territórios situados a Oeste da metrópole[30]. Incentivaram-se os tubu e os koyam a lançarem-se no comércio, tanto no próprio Borno, quanto nas regiões vizinhas do país haussa e do Fombina[31]. Quanto aos koyam que eram cameleiros, uma parte dentre eles foi servir na camelaria criada como unidade de transporte do exército[32]. Inúmeros grupos foram igualmente instalados na região situada ao Norte do lago, por onde os bulala costumavam passar para atacar o Borno. Outros, particularmente os tubu, foram estabelecidos à beira do deserto, não somente por razões estratégicas, mas também para participar da produção e da venda do sal de Bilma e de Muniyo. Certamente houve outros grupos também empregados para fins econômicos ou militares e sobre os quais ainda não dispomos de nenhuma informação.

27 H. R. Palmer (1967, p. 14) sugere que essas expedições tenham ocorrido por volta de 1571-1575.

28 *Ibidem*, pp. 64-66.

29 *Ibidem*, p. 49.

30 No que concerne os kulu, *ibidem*, p. 49. No que tange aos Shuwa, consultar J. C. Zeltner, 1979, p. 22.

31 H. Barth, 1965, vol. II, p. 31; G. Nachtigal, 1881, vol. II, p. 148; B. M. Barkindo, 1980, pp. 164 e 286-290.

32 H. R. Palmer, 1967, p. 55.

Durante os vinte últimos anos do século XVI, Idris Alawoma já atingira a maior parte dos objetivos por ele fixados, e o Kanem foi partilhado, de comum acordo, entre o Borno e os bulala que aceitaram uma tutela bastante flexível do Borno[33].

As reformas internas

Foi provavelmente por volta de 1571 que Idris Alawoma realizou sua peregrinação para Meca[34]. Em sua volta, ele tentou introduzir um certo número de reformas visando alinhar seu país aos outros países islâmicos. No plano político, esforçou-se, aparentemente sem sucesso, para separar o poder judiciário do poder executivo[35]. Todavia, teria conseguido instituir uma corte de apelação na qual "letrados e imames debatiam frente ao emir 'Ali dos pontos litigiosos da lei e do dogma[36]".

O *mai* Idris teria construído mesquitas de tijolos no lugar dos antigos edifícios de junco. A corte atraiu um grande número de letrados da África do Norte, conferindo-lhe assim um caráter cosmopolita.

A ascensão de uma potente economia regional

As conquistas de Idris Alawoma, as mudanças demográficas por ele provocadas, assim como suas outras reformas levaram à criação de uma potente economia regional, tendo como base os 20.000 km^2 da metrópole. Tudo indica a emergência de três grandes centros de comércio, o primeiro completamente ao Leste, o segundo no extremo oposto e o terceiro a meio caminho entre os dois primeiros, nos arredores de Birnin Gazargamu[37].

No Leste, os buduma e os kānembu[38] pescavam de forma quase industrial nas margens do Lago Chade, ao passo que as ricas pastagens atraíam um grande número de criadores de animais nômades kānembu, <u>sh</u>uwa e fulbe[39]. Os kānembu e os buduma sedentários produziam também *kilbu* (natrão) e *manda*

33 J. E. Lavers, 1980, p. 199.

34 H. Barth (1965, p. 596) acredita que a peregrinação de Idris teria ocorrido durante o nono ano de seu reinado, ou seja, em 1571, o que coincide com a data informada por H. R. Palmer para o início das expedições no Kanem (ver nota 27). Tais datas corroboram a cronologia de D. Lange (1977) que seguimos aqui.

35 J. E. Lavers, 1971, p. 37.

36 H. R. Palmers, 1936, pp. 33-36. Elsami devia, 170 anos mais tarde, dar-lhe o nome de *burguram*; ver S. W. Koelle, 1968, p. 276.

37 M. N. Alkali, 1983, pp. 64-69.

38 P. M. Redmond, em M. Adamu (Org.) s. d.*c*.

39 M. N. Alkali, 1978, p. 158.

(sal)[40]. O crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico permitiram o rápido crescimento de importantes centros urbanos na região, dentre os quais Munguno, Kauwa, Burwa e Ngurno.

A extremidade ocidental do país era também rica em amplos jazidos de natrão explorados pelos manga e pelos tubu[41], enquanto no Sul, importantes comunidades de agricultores, tais como os ngizim e os bedde, reagrupavam-se. Consequentemente à política conduzida por Idris Alawoma e seus sucessores diretos, a população imigrada dessa zona foi mais heterogênea que aquela da zona oriental. Uma grande parte dos centros urbanos que ali se criaram na época – Nguru Ngilewa, Mashina Kabshari e Maja Kawuri – tiveram de fato um caráter cosmopolita mais acentuado do que as cidades do Leste.

Birnin Gazargamu e seus arredores formavam o terceiro grande centro de atividades. Situado na rota comercial que atravessava o país de Leste ao Oeste, tal centro gozava de um acesso direto e fácil às duas outras regiões. Duas vias navegáveis, o Yobe e o Gana, serviam particularmente ao transporte do peixe, e o rebanho era encaminhado do Leste para o Oeste ao longo de suas margens. Ademais, Birnin Gazargamu encontrava-se no final da pista de caravanas Borno-Kawar-Trípoli, assim como da principal estrada ligando a região ao país haussa. A cidade constituía assim o verdadeiro centro nervoso da economia do país e sua imensa feira acolhia inúmeros negociantes estrangeiros[42]. O fértil vale do Yobe – que se beneficiou de obras de irrigação – abrigava um grande número de kanuri, grupo em plena expansão que se estabelecera em Birnin Gazargamu, bem como em vários outros centros urbanos. Sob o reinado de Idris Alawoma, os kanuri começaram a espalhar-se, atingindo e ultrapassando as margens do Gana, no Sul, e do Garu Kime, no Norte.

O Borno buscou também reforçar o controle exercido sobre o Estados satélites. Obteve assim do Mandara o fornecimento regular de ferro e escravos, ao passo que o Kotoko e o Baguirmi abasteciam-no em peles, marfim e escravos.

O surgimento das indústrias de base acarretou o desenvolvimento de atividades auxiliares, tais como a cerâmica, a tecelagem, o trabalho do couro, o tingimento e os transportes[43].

O comércio do natrão e do sal estendeu-se até a costa atlântica, o país haussa, a bacia da Volta e, rumo ao Norte, até Azbin e Adrar. O peixe desidratado cons-

40 P. E. Lovejoy, em M. Adamu (Org.) s. d.*c.*

41 *Ibidem.*

42 M. S. Ibn Ishāku, 1929, pp. 544-547.

43 M. N. Alkali, 1978, p. 152.

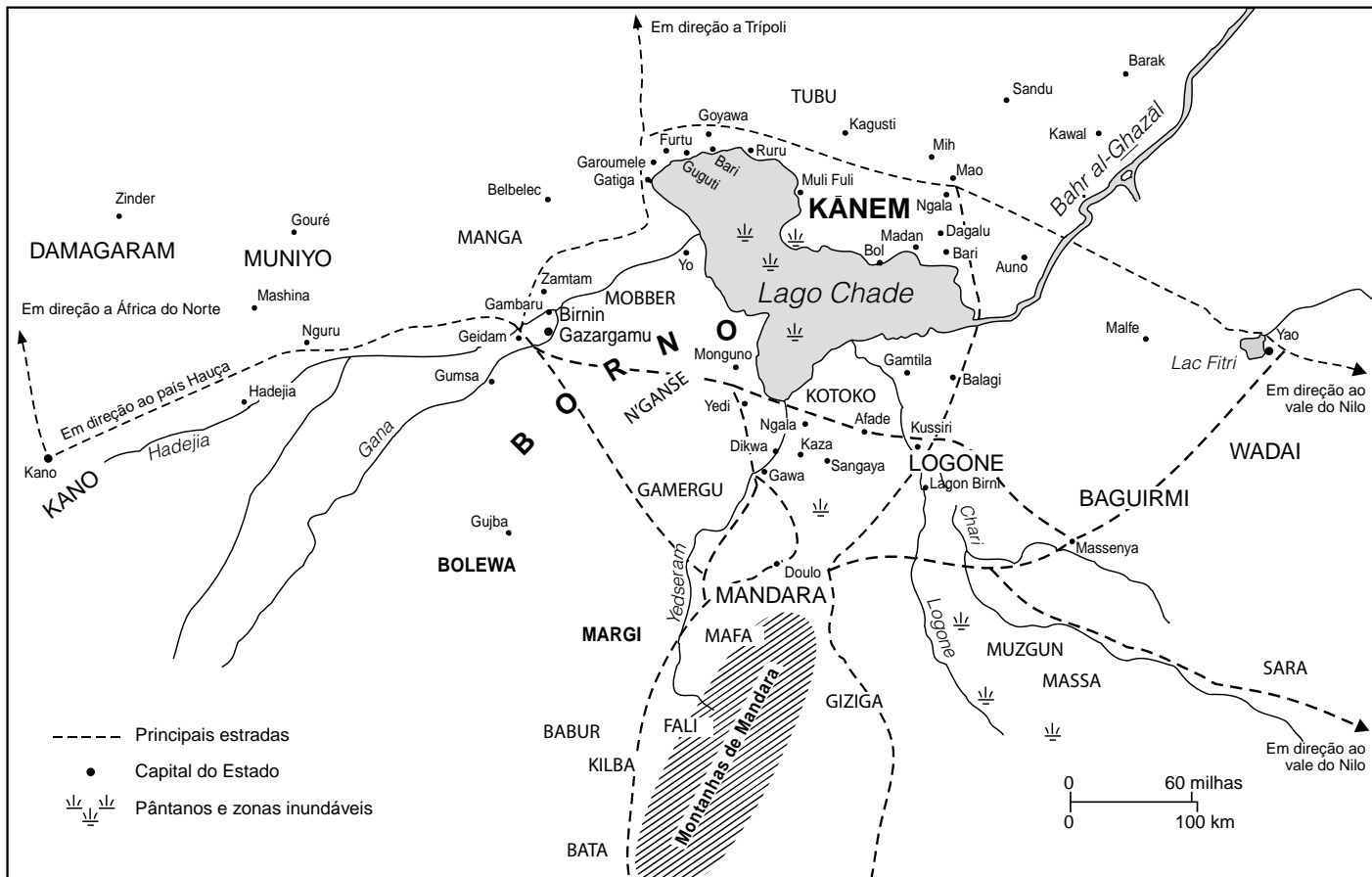



FIGURA 17.1 O Borno, o Kanem e seus vizinhos, no século XVIII. [Fonte: adaptação de um mapa desenhado por John F. Antwi, Departamento de Geografia, Universidade Bayero, Kano, segundo B. M. Barkindo.]

FIGURA 17.2 Tecelão do Borno fabricando faixas de algodão (gabaga) que serviam para a elaboração de roupas. [© A. von Duisburg, Im Lande des Chegbu von Borno, Berlim, D. Reimer Verlag, 1942.]

tituía um dos principais produtos no quadro do comércio interno da metrópole e das trocas com o Mandara, o país haussa e os oásis saariano. Escravos, eunucos, peles, marfim, perfumes, couros e ouro faziam parte das mercadorias encaminhadas através do Saara até a África do Norte e o Egito, de onde chegavam, em troca, cavalos, arreios, armaduras, cobre, bronze e diversos outros produtos enviados da Europa e da África do Norte para serem redistribuídos no Borno, assim como em outras partes do *Bilād al-Sūdān*.

A partir do reinado de Idris, tudo indica que os sefuwa incentivaram diferentes etnias das margens da bacia do Chade a praticarem atividades comerciais. Vimos a situação dos tubu e dos koyam. Os kotoko e os mandara, por sua vez, parecem ter ido até Kano[44], comerciantes komboli do Baguirmi estabeleceram-se no vale de Zamfara[45], ao passo que os tubu se instalaram em Zaria sob o *kadella*[46]. É notável que todos esses povos eram considerados

44 Anônimo, 1967, pp. 112-114.

45 P. E. Lovejoy, 1973*b*. *Komboli* é a forma kanuri da palavra baguirmi *umboli* significando comerciante.

46 A. Smith, 1970, pp. 88-89. No que diz respeito ao título de *kadella* e a sua difusão no Borno e na regiões vizinhas, ver B. M. Barkindo, 1980, p. 179.

oriundos do Borno[47], do qual, sem dúvida, haviam contribuído a difundir a cultura nascente no país haussa e outras regiões. Graças a sua economia regional, ao controle exercido sobre as trocas comerciais e a sua posição de líder do islã na região, o Borno desempenhou um papel preponderante no *Bilād al-Sūdān* desta época.

Os *mai* pouco intervieram nas atividades comerciais propriamente ditas, limitando-se a garantir a segurança ao proteger as estradas dos rapinantes, tais como os ngizim e os tuaregues, e fechar acordos com os regimes no poder do Saara e da África do Norte, no intuito de assegurar a livre circulação das mercadorias entre os Estados, assim como entre as pessoas[48]. Os dirigentes sefuwa preocuparam-se mais com a organização de feiras, afim de incentivar o afluxo de comerciantes e, naturalmente, arrecadar as taxas correlatas. Na capital e em outros grandes centros, os *wasili* (comerciantes da África do Norte) eram considerados os convidados das autoridades. Um *wasiliram* (bairro especial) lhes era reservado e o *zanna arjindama* (um dignitário) zelava por seus interesses[49]. Nas feiras, o *mala kasuube* controlava as operações ao verificar a equidade e idoneidade das mais importantes transações. Cada profissão, cada ramo do artesanato nomeava a sua frente um representante, reconhecido pelas autoridades, para auxiliar o *mala kasuube* na administração da feira e na arrecadação das taxas.

As relações diplomáticas de Idris Alawoma com os sultões da Turquia e do Marrocos

A descoberta de alguns documentos chamou a atenção de vários especialistas[50] sobre as relações diplomáticas mantidas por Idris Alawoma com os otomanos e os saadianos. Nosso entendimento dessas relações permanece todavia limitado. De fato, apenas dispomos de documentos unilaterais, essencialmente relativos às respostas feitas às cartas enviadas por Idris. A mais comum hipótese, segundo a qual o maior objetivo de Idris consistia em conseguir armas para conduzir suas guerras, não parece mais fundada.

Vale lembrar que o Borno atara relações com os otomanos desde a chegada destes no Magreb. De aproximadamente 1549, data em que tomaram o Fezzān,

47 Anônimo, 1967, pp. 112-114.

48 J. E. Lavers, 1980, p. 206.

49 M. N. Alkali, 1983, p. 72.

50 Ver por exemplo B. G. Martin, 1972, e M. A. al-Hajj, 1983.

até por volta de 1570, tais relações apareceram cordiais. A situação mudou em 1571, quando as autoridades otomanas aumentaram repentinamente o tributo anual do Fezzān de 1140 a 3000 *mitḫkal* de ouro[51]. Essa decisão autoritária coincidiu com um período de fome, e uma boa parte da população teve que emigrar no país haussa e no Borno. As autoridades otomanas do Fezzān obrigaram aqueles que haviam permanecido, dentre os quais inúmeros idosos, a pagar a diferença. Lançaram expedições contra várias fortalezas dos oásis saarianos, sob o pretexto de prender aqueles que se subtraíam ao imposto, mas tratava-se na realidade de mera rapinagem. Até os peregrinos vindos do país haussa e do Borno foram retidos e submetidos ao imposto, e se morressem durante a viagem, seus bens eram confiscados[52].

Foi provavelmente durante esse período que Idris fez a peregrinação de Meca, permitindo-lhe assim tomar pessoalmente conhecimento da situação. Teria então se dirigido ao Kawār para receber a submissão e as queixas do povo de Jado, decerto outra vítima dos otomanos[53].

Os interesses do Borno no Fezzān[54], assim como a necessidade de uma rota segura, quer para as peregrinações, quer para o comércio, foram sem dúvida os motivos que levaram ao envio por Idris, por volta de 1574, de uma embaixada de seis membros a Istambul. A estes incumbiam a entrega de três requerimentos precisos: a garantia da segurança das pessoas e dos bens de todos os viajantes provenientes do Borno que atravessavam o território otomano; a boa gestão ou, em caso contrário, a cessão ao Borno de todas as fortalezas recém-adquiridas no Sul do Fezzān, inclusive Guran; a cooperação entre as duas potências contra as ações dos tuaregues e de qualquer outro povo que ameaçaria a paz nesta zona. Aparentemente, não foram pedidas nem mencionadas armas[55].

Em sua resposta datada do dia 5 de maio de 1577, o sultão Murād III atendeu a todos esses pedidos, salvo aquele relativo a cessão da fortaleza de Guran, para a qual todavia prometeu uma boa gestão no futuro[56]. Missivas foram enviadas aos governadores gerais da Tripolitânia e do Egito, assim como ao

51 C. Orhanlu, 1969. Agradeço John Lavers por ter me fornecido a tradução em inglês deste documento.

52 *Ibidem.*

53 A. ibn Furtūwa, 1862, p. 203.

54 Sobre os interesses do Borno no Fezzān, ver B. G. Martin, 1969; J. E. Lavers, em M. Adamu (org.), s. d.*b.*

55 Encontra-se uma reprodução do projeto de resposta de Murād a Idris em C. Orhanlu, 1969, e em M. A. al-Hajj, 1983.

56 C. Orhanlu, 1969.

administrador do distrito do Fezzān, informando-os dos requerimentos de Idris e exigindo deles que fossem atendidos[57]. Em seguida, as relações comerciais e diplomáticas entre as duas potências prosseguiram, sob o signo do entendimento cordial e da vantagem mútua.

Quanto à embaixada enviada, aproximadamente em 1583, por Idris ao sultão al-Mansūr do Marrocos, talvez não tivesse como único objetivo pedir-lhe armas, como foi muitas vezes sustentado.

A vitória do Marrocos em Kasr al-Kabir (Ksar al-Kébir) em 1578 foi geralmente saudada como uma vitória ideológica do islã sobre a cristandade[58]. Não somente o Borno, como também as principais potências muçulmanas – Argel, os otomanos e o Songhai – enviaram delegações para parabenizar o sultão do Marrocos[59]. Além da postura diplomática corriqueira, Idris também se preocupava com os projetos de expedição conjunta dos otomanos e dos saadianos visando os oásis saariano e talvez até o Sudão[60]. Com um sentido agudo da diplomacia, ele tentou aparentemente descartar essa possibilidade ao propor, em seu lugar, uma intervenção conjunta do Borno e do Marrocos na mesma região, pouco segura na época. Segundo fontes marroquinas, tal embaixada levou a aceitação dos pedidos do Borno que, em contrapartida, devia reconhecer al-Mansūr como sendo o califa da época[61].

Ao contrário da opinião de alguns autores, as negociações foram provavelmente extremamente satisfatórias para as duas partes. No que tange ao Marrocos, o reconhecimento de seu califado por uma das grandes potências do Sudão representava uma vitória ideológica e reforçava sua posição diante do Songhai[62]. Para Idris, o preço a pagar não era tão elevado, já que se livrava do perigo de uma ação conjunta – suposta ou real – do Marrocos e dos turcos contra o Borno ou qualquer outra região onde mantinha interesses.

Os acontecimentos que marcaram os quinze últimos anos do reinado de Idris Alawoma permanecem mal conhecidos. O *mai* teria se empenhado para consolidar suas reformas e suas inovações no Borno. No fim de seu reinado, uma de suas principais preocupações foi certamente o crescimento rápido dos Estados

---

57 *Ibidem.*

58 D. Yahya, 1981, p. 105.

59 *Ibidem.*

60 *Ibidem*, p. 112. Em 1581, os otomanos propuseram ao Marrocos uma ação conjunta "para melhorar a situação".

61 *Ibidem*, p. 150-151. Yahya recomenda a prudência no que diz respeito a aceitação, por parte de Idris, do pagamento do *bay'a* a al-Mansūr.

62 Na época, al-Mansūr já pensava em invadir o Songhai, o que ele acabou fazendo em 1591.

do Mandara e do Baguirmi. Não somente o Mandara desistiu de participar das expedições conjuntas contra o Gamergu, apesar de ter se engajado nesse sentido junto a Idris, como também favoreceu a criação de zonas tampões entre suas fronteiras e o Borno. Idris foi forçado a enviar ali algumas expedições, mas sobretudo sofreu derrotas[63]. No Baguirmi, ‘Abdullāh b. Lubetko (aproximadamente 1561-1602) – que provavelmente deveu sua ascensão ao trono à ajuda do Borno – começou a criar dificuldades. Idris acabara de lançar uma campanha contra ‘Abdullāh quando teria sido morto por um gamergu.

Ao contrário da opinião de alguns autores, a morte de Idris Alawoma não acarretou a queda do Império do Borno. De fato, foi mais provavelmente sob o reinado de seus quatro sucessores diretos (por volta de 1596-1677) que as conquistas de Idris foram consolidadas e que o aparelho administrativo do Império tomou sua forma definitiva. Foi também nesta época que os kanuri se afirmaram enfim como uma etnia dotada de uma cultura própria.

A sociedade e a cultura kanuri

A palavra kanuri começou a ser empregada provavelmente no começo do século XVII[64]. Designava a etnia dominante do Borno, na qual se apoiaram os *mai* sefuwa para assentar seu poder. Os kanuri são o produto da mestiçagem dos magumi, vindos do Kānem, com autóctones de língua chadiana do Borno, assim como da fusão de suas respectivas culturas, processo este que, como o vimos, acelerou-se sob o impulso da política de Idris Alawoma. O próprio grupo ramificou-se em vários distintos subgrupos, os quais não cabe estudar aqui em detalhes. A cultura kanuri formava a base da civilização do Borno, tal como foi difundida além das fronteiras da metrópole graças às viagens dos kanuri, ou por ter sido adotada por outros grupos a eles politicamente ou economicamente submetidos ou associados, ou ainda por eles islamizados.

A maioria dos kanuri vivia em povoados. Suas casas redondas, feitas de uma estrutura de madeira ou de muros de barro cobertos de um telhado cônico de sapê, eram agrupadas dentro de vários cercados, frequentemente rodeados por *sugedi* (caniçado). Nas aglomerações mais importantes, casas e mesquitas eram geralmente construídas com barro, e as habitações dos mais ricos habitualmente protegidas por altos muros, eles também de barro[65].

63 B. M. Barkindo, 1980, capítulo 5.

64 Apareceu pela primeira vez em um poema satírico de Muhammad al-Tahir b. Ibrāhim al-Fallati (falecido em 1776), retomado por M. Bello, s. d.

65 A. von Duisburg, 1942, pp. 92-95.

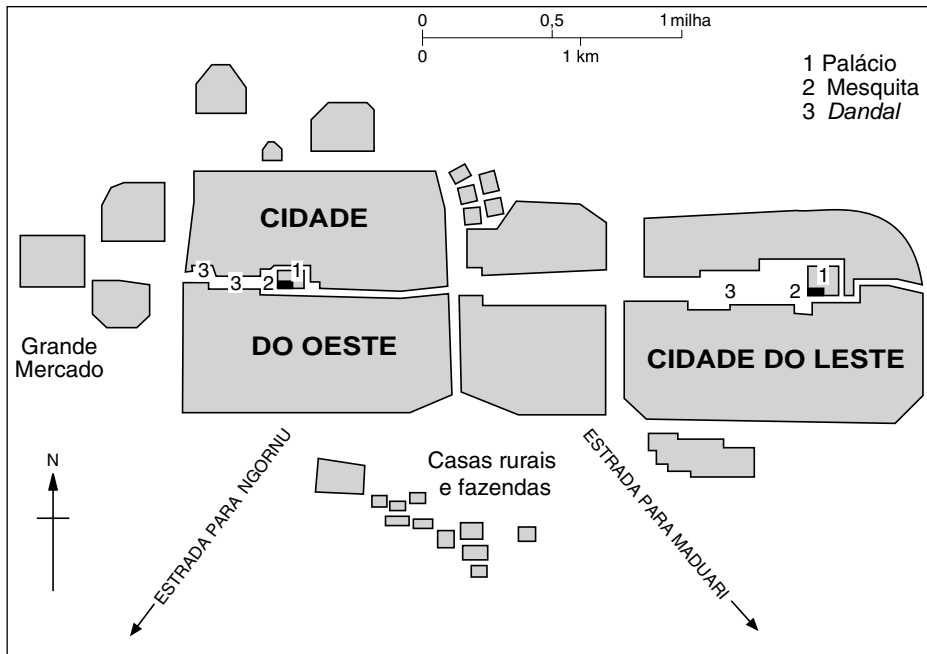



FIGURA 17.3 Mapa de Kukawa, capital do Borno no século XIX, construída segundo uma planta dobrando a forma tradicional das cidades kanuri. [Fonte: segundo H. Barth, 1857, vol. II, pp. 50-51. Adaptação realizada com a amável autorização de Longman Group UK Ltd.]

A maioria das cidades e dos povoados kanuri seguia uma planta em forma de U no centro da qual corria o *dandal*, a rua principal, orientado ao Oeste e levando até o palácio do governador local no qual se encostava a mesquita principal.

Em Birnin Gazargamu e algumas cidades grandes como Nguru, Mashina e Gambaru, as habitações eram geralmente retangulares com espessos muros de barro e um telhado plano. Os palácios reais, notadamente aqueles de Birnin e de Gambaru, as grandes mesquitas dessas duas cidades e as residências dos mais altos dignitários, assim como aquelas do *galadima* de Nguru e do *mashinama* de Mashina, eram cercados por impressionantes muralhas de tijolos cozidos[66] que, da segunda metade do século XVI até o início do século XVIII, permaneceriam, ao que tudo indica, um dos traços mais característicos da cultura kanuri[67]. O uso de tais muros foi certamente introduzido na época em que as conquistas e a

66 A. D. H. Bivar e P. L. Shinnie, 1960.

67 H. R. Palmer (1936, p. 253) menciona um palácio construído com tijolos por Muhammad b. Hamdūn (aproximadamente 1729-1744)

FIGURA 17.4 Muro do palácio de verão do mai em Gambaru, construído entre 1570-1580. [Fonte: H. R. Palmer, 1967. Com a amável autorização da Royal Geographical Society, Londres.]

insegurança tornaram necessária a edificação de fortificações. Birnin Gazargamu e todas as cidades de alguma importância encontravam-se igualmente cercadas por um *garu* (baluarte de terra) e por um *belaga* (trincheira) que reforçavam seu sistema de defesa.

Os kanuri distinguiam-se por sua língua e por sua aparência física. Homens e mulheres apresentavam marcas verticais características sobre cada bochecha. Os cabelos das meninas eram dispostos em uma *kela yasku*, ao passo que os das mulheres casadas eram penteados em *jurungul* (coroa)[68].

As mulheres mastigavam nozes-de-cola e tingiam seus dentes com a *gorongo* ou *fure* (flor de tabaco)[69], coloriam suas mãos e seus pés com o *nale* (hena) e ornavam uma de suas narinas com uma pérola de coral ou um prego de metal. Vestiam habitualmente *gimaje* (longos vestidos de algodão tingido), e as das classes superiores cobriam suas cabeças com um *kalaram* (turbante).

Os homens vestiam o *tobe* (amplas túnicas abertas de algodão cru ou tingido de azul). Os membros das classes superiores possuíam um grande número dessas túnicas, fabricadas com custosos tecidos importados, e no fim do século XVIII,

68 D. Denham, 1826, vol. II, nota da página 144; G. Rohlfs, 1875, vol. II, p. 7; R. E. Ellison, 1936, p. 529; I. Imam, 1969, p. 514. No Borno, os arranjos dos cabelos mudaram algumas vezes de estilo, por isso se torna difícil determinar o estilo das épocas mais longínquas (Usman Geidam, Amina e Jakingi Mala, comunicação pessoal).

69 O tabaco foi introduzido no Borno no século XVII. Tal costume vem provavelmente dessa época.

passaram a usar enormes turbantes incômodos, costume que teriam herdado dos otomanos do século anterior[70].

Os ritos nupciais kanuri apresentavam traços culturais específicos cuja análise adequada traria à luz as inúmeras fontes de inspiração: ritos islâmicos, elementos de cultura magumi e de diferentes culturas pré-islâmicas do Borno[71]. O *nyia* (contrato de casamento) conformava-se ao rito islâmico, mas vários outros rituais que o precediam ou o seguiam denotavam influências múltiplas, tal como o *kalimbo barata* no decorrer do qual as amigas da noiva iam à mata para cortar os ramos espinhosos de *kalimbo*, usados para bater no noivo e em seu padrinho. Vale citar também o *kalaba*, a cerimônia final do casamento que comportava uma leitura do Alcorão e cujos alguns elementos pareciam ter retomado ritos iniciáticos pré-islâmicos[72].

A sociedade kanuri era altamente hierarquizada e formada por duas grandes classes por sua vez divididas em subclasses: a *kontuowa* (classe dirigente ou nobre) e o *tala'a* (os plebeus). Cada classe e subclasse diferenciava-se por sua linguagem, seus trajes, sua moradia, seu estilo arquitetônico e sua mobília. A posição social dependia do pertencimento a tal ou tal etnia, das atividades exercidas, do nascimento, da idade e do lugar de residência. Existiam possibilidades de elevação na escala social, tais como o enriquecimento, as relações mantidas com a classe dirigente ou o exercício de uma profissão prestigiosa[73].

Um dos mais notáveis aspectos do sistema sociopolítico kanuri consiste na importância dessa hierarquia entre as duas classes. Em público, o indivíduo de classe inferior devia sempre mostrar sinais de respeito às pessoas de condição mais elevada. Era também obrigado a efetuar as *nona* (visitas de cortesia) junto a seu pai social que podia encarregá-lo, nesta ocasião, de qualquer missão[74]. Em contrapartida, o pai social zelava a satisfação de suas necessidades básicas e defendia seus interesses na sociedade. Segundo Cohen, o mais precioso trunfo de que podia dispor um kanuri no plano socioeconômico e político era talvez o fato de ele ter um grande número de pessoas dependendo dele ou sendo-lhe subordinado[75].

70 D. Denham, 1826, vol. I, ilustração em frente à página 230.

71 R. E. Ellison, 1936, pp. 531-532; I. Imam, 1969, p. 515.

72 O *kalimbo barate* e alguns elementos do *kalaba* teriam sofrido a influência do povo sao que os magumi teriam encontrado quando de sua chegada no Borno e com os quais teriam se mesclado.

73 R. Cohen, 1970.

74 *Idem*, 1965, p. 363.

75 *Ibidem*, p. 364.

Vale lembrar que o islã constituía um dos fundamentos da cultura kanuri. Profundamente enraizado na vida quotidiana do homem comum, impregnava também as tradições populares. Inúmeros termos próprios do islã foram assimilados pelos kanuri, a ponto de perder seu sentido original. Foi assim que a palavra *kasalla* que designava qualquer operação de lavagem, aplicando-se até aos animais, derivou do termo árabe *sallah* que significa orações[76].

Nesta época, o Borno tornou-se um centro intelectual e atraía numerosos estudantes e letrados do *Bilād al-Sūdān*, da África do Norte e do Oriente Médio. Havia se especializado na prática do *tafsir* (comentário do Alcorão) redigido em kānembu[77]. De fato, tudo indica que o costume de escrever a língua do Borno em caracteres árabes se estabeleceu no século XVII[78].

Dois tipos de letrados coexistiam. Os primeiros ocupavam funções religiosas oficiais: os imames, os *kādi*, o *mainin kinendi* (conselheiro religioso e jurídico do *mai*), o *talba* (chefe da polícia e magistrado), o *k͟hazin* (tesoureiro) e o *wazir* eram os grandes '*ulamā*' que ajudavam o *mai* a governar segundo os preceitos islâmicos. Seus cargos eram hereditários e reservados a algumas grandes famílias de letrados. Tudo mostra que eles eram eruditos e, em sua maioria, espíritos piedosos, porém o caráter institucional de seus cargos, ao associá-los ao poder temporal, afastou-os cada vez mais dos letrados independentes da corte que criticavam a propensão a aprovar as *bid'a* (inovações religiosas) e as *ada* (tradições nacionais) em função de um mero oportunismo político[79].

Os mais austeros letrados viviam longe da corte e das cidades, nas *malamti* (famílias de eruditos) estabelecidas em zonas rurais onde ensinavam e propagavam a religião. Ao longo da história dos sefuwa, a maioria desses letrados gozou do apoio e da proteção dos *mai* que outorgaram os *mahram*[80] a vários dentre eles. Tal classe de letrados contribuiu na expansão do islã nas regiões rurais da metrópole, assim como nos Estados vizinhos. Porém, foi também ela que deu origem ao primeiro movimento de contestação contra o regime dos sefuwa.

Vale acrescentar que os *mai*, em sua maioria, esforçaram-se para aumentar seu poder não somente ao protegerem os '*ulamā*', mas também ao mostrarem

76 S. W. Koelle, 1968, p. 114. Para obter mais detalhes, consultar J. E. Lavers,1971

77 A. D. H. Bivar e P. L. Shinnie, 1960, pp. 199-205.

78 *Ibidem*.

79 M. Bello, s. d.

80 Os *mahram* são documentos com os quais os *mai* outorgavam privilégios a algumas famílias de letrados e a alguns grupos de comerciantes, isentando-os de imposto e de serviço militar. Os diferentes tipos de *mahram* são descritos em H. R. Palmer, 1936 e 1967.

sua piedade de forma ostentatória e ao tornarem-se, por sua vez, letrados. Esse método, que parecia destinado a reforçar as crenças pré-islâmicas atribuindo poderes sobrenaturais[81] aos dirigentes – o detentor do saber tinha a reputação de ter acesso a forças ocultas –, foi adotado por soberanos de vários Estados vizinhos cujo sistema religioso e político usava o do Borno como modelo[82].

A organização política

O *mai* era o chefe da casa real, o chefe supremo do Estado e o *larde kangema* (proprietário nominal do conjunto das terras). Ele simbolizava a unidade e a continuidade do Estado. Em sua qualidade de *amir al-mu'minin* (comandante dos crentes), liderava todos os muçulmanos e exercia a função de juiz supremo para todos os litígios, quer de direito privado, quer de direito público[83].

Uma grande parte dos atributos sagrados dos *mai* da época pré-islâmica, tais como foram brilhantemente descritos por al-Muhallabi no século X[84], parecem ter sobrevivido à islamização. O *mai* continuava recluso, apenas aparecendo em público no *fanadir* (gaiola), e não se podia a ele dirigir a palavra diretamente[85]. Os letrados muçulmanos teriam acentuado, sob vários aspectos, a aura sagrada do *mai*. Por isso o autor de *Idara* proclamou que Deus "escolheu alguns como reis e aperfeiçoou as qualidades dos escolhidos [...][86]".

No século XVI, Ibn Furtūwa ecoou as convicções professadas por vários muçulmanos em outras partes do mundo quando afirmou que "há de preferir um país onde reina um mau sultão a um país que não tenha sultão[87]".

O *mai* era escolhido entre os *maina* (príncipes) cujo pai reinara, mas a sucessão nem sempre acontecia sem conflitos. À oposição manifestada, no interior do país, por outros ramos da dinastia real acrescentavam-se, no exterior, as rebeliões de Estados vassalos para os quais o interregno podia aparecer como um período propício a um levante. Por isso sempre foi necessário nomear o novo *mai* nos mais curtos prazos. Entretanto, a instituição do *chiroma*, criada, como vimos,

81 'Ali b. 'Umar era assim considerado um homem instruído, pio e dotado de poderes miraculosos. Realizou o *hadjdj* cinco vezes e morreu próximo do Cairo ao voltar de sua quinta peregrinação.

82 No que tange, por exemplo, ao Mandara, ver B. M. Barkindo, 1979, p. 44.

83 M. N. Alkali, 1985.

84 J. F. P. Hopkins e N. Levtzion, 1981, p. 171.

85 R. Cohen, 1970.

86 Muhammadu Yanbu, em J. F. A. Ajayi e B. Ikara, 1985.

87 A. ibn Furtūwa, 1862.

nos primeiros tempos da dinastia, não parece ter funcionado corretamente[88]. Na verdade, desde o *mai* Idris b. 'Ali (aproximadamente 1677-1696), e talvez ainda mais cedo, os *mai* só chegavam ao trono depois de ter eliminado os pretendentes rivais, prática aparentemente emprestada à cultura otomana[89].

Os outros membros da casa real – as quatro esposas oficiais do *mai,* cuja primeira tinha o título de *gumsu*, as concubinas, assim como os príncipes e as *mairam* (princesas), aos quais se juntavam a *magira* (rainha mãe) e a *magram* (irmã oficial do rei) – eram submissos ao rei. A *gumsu* era encarregada da administração do palácio. A *magira*, por sua vez, possuía a maioria dos feudos do reino e podia neles conceder o asilo. A *magram* controlava habitualmente a preparação das refeições do *mai*.

As esposas reais eram geralmente escolhidas nas famílias dos principais representantes do Estado[90], ao passo que as princesas eram dadas em casamento aos grandes dignitários religiosos e a alguns *torwe* (detentores de títulos expressamente designados)[91]. Os príncipes residiam em geral fora do palácio, e suas atividades eram estreitamente controladas. Alguns, porém, recebiam feudos. O *chiroma* (herdeiro presuntivo) e o *yerima* (governador das províncias do Norte) eram os mais importantes dentre eles. O *yerima*, por ser sempre neto de um *mai* anterior, não podia pretender ao trono.

No topo do aparelho do Estado, o *majlis*, habitualmente presidido pelo *mai*, compunha-se das principais autoridades militares e religiosas do reino, que teriam sido doze, ainda que esse número varie com as fontes. A maioria dos conselheiros muçulmanos já mencionados também participava do *majlis*, assim como os principais chefes militares: o *yerima*, o *kaigama* e o *galadima*. Outras fontes mencionam também a participação dos escravos influentes do *mai*, sendo alguns dentre eles eunucos. A *noguna* (corte do *mai*), composta por todas as autoridades presentes na capital, reunia-se a cada dia.

As cidades, aldeias e comunidades étnicas encontravam-se agrupadas em *chidi* (feudos), controladas por grandes dignitários do Estado, em qualidade de *chima* (feudatário). Tinham ali a responsabilidade da ordem e da segurança de seu domínio, assim como da arrecadação de impostos e da mobilização de tropas para o exército. Todos, exceção feita do *galadima*, residiam na capital e delegavam seus poderes a seu *chima gana* (sub-vassalo). O *mai* podia confiscar,

88 Dessa forma, o *chiroma* do próprio Idris Alawoma, Biri, não foi seu sucessor imediato.

89 B. M. Barkindo, 1979, pp. 41-42.

90 G. C. Lethem, 1919.

91 J. C. Petterson, 1920.

FIGURA 17.5 Recepção da missão Denham-Clapperton pelo mai do Borno, entre 1820 e 1830. [Fonte: D. Denham, 1826. © Royal Geographical Society, Londres.]

submeter ou redistribuir os feudos a seu bel-prazer. Em nível local, o povo tinha seus próprios dirigentes, os *mbarma* ou *bulala*.

Durante o período estudado, os sefuwa conseguiam notadamente seus recursos através do *zakāt* (esmolas), do *dibalram* (pedágios rodoviários), dos *kultingo* (tributos), assim como dos espólios de guerra. Todas as pessoas envolvidas na arrecadação de impostos separavam um certo montante para eles, e os grandes feudatários guardavam um boa parte do valor arrecadado, encaminhando o resto como tributo ao *mai*. Todavia, esperava-se do soberano e de seus vassalos a redistribuição da maior parte de sua renda sob a forma de presentes para seus subordinados que, por sua vez, deviam agir da mesma forma.

A idade de ouro do Borno

É no século XVII, e não no século precedente, tal como o dizia a tradição, que é preciso situar a idade de ouro do Borno. As conquistas de Idris prosseguiram e consolidaram-se, ao passo que novas reformas eram implantadas para facilitar a administração de um império sempre mais vasto. Sob o reinado de ʻUmar b. Idris (entre 1619-1639) foram instituídos o *galadima* de Nguru e o *alifa* de Mao no Kānem. Eram vassalos, gozando de uma relativa autonomia, encarregados respectivamente da administração das extremidades ocidentais e orientais do território[92]. Foram criados Estados tampões em Muniyo e Mashina (depois, no século seguinte, em Gaskeru, Tunbi e Damagaram) nos limites do deserto, no intuito de defender a metrópole dos ataques tuaregues[93].

Nesse período, ʻAbd al-Karim b. Jame (aproximadamente 1616-1639) que estudara no Borno fundou o Wadai, sem dúvida com o aval do Borno. Com efeito, o surgimento desse Estado permitiu conter durante certo tempo o expansionismo do Baguirmi no que era considerado um território borno. Da mesma forma que outros Estados vizinhos, o Wadai encontrava-se na órbita política, cultural e comercial do Borno[94].

As relações diplomáticas e comerciais com o litoral mediterrâneo entraram então em uma fase particularmente dinâmica. As trocas comerciais desenvolveriam-se com uma amplitude tal que, por volta de 1636, Muhammad Sakizli (aproximadamente 1633-1649), o paxá de Trípoli, escreveu ao *mai* ʻUmar

92 A. Benisheikh, 1983, p. 41; J. E. Lavers, 1980.

93 J. E. Lavers, 1980, p. 209.

94 G. Nachtigal, 1874, p. 50.

para propor-lhe que os dois países partilhassem o monopólio de tal comércio com o sultão do Fezzān[95] – projeto este que, depois de alguns anos, se revelou irrealizável. Também as relações com o Egito pareciam boas, não somente pelo fato da existência de trocas comerciais, como também em função da situação de tal país na rota de Meca. Foi provavelmente nessa época que novas culturas provenientes da bacia mediterrânea, e em particular do Egito, tais como o milho, o tomate e a melancia, foram introduzidas no Borno[96].

No século XVII, mais especificamente durante o reinado de ʽAli b. ʽUmar (aproximadamente 1639-1677), o Borno tornou-se a primeira potência do *Bilād al-Sūdān*, não somente como centro intelectual e cultural, como também em sua qualidade de detentor de todas as minas de sal facilmente exploráveis de Muniyo, de Bilma e das margens do Lago Chade. Suas ligações comerciais estreitas com o litoral mediterrâneo permitiram-lhe desempenhar um papel preponderante na redistribuição dos produtos importados de tal região para os Estados de Sudão Central[97]. O Borno gozava, dentro de suas fronteiras, de uma próspera economia local. Reconhecia-se ao *mai* o papel de chefe incontestável dos Estados islâmicos da região, sendo o Borno considerado o quarto sultanato do islã[98]. A maioria desses Estados teria se subordinado por vontade própria ao califa, no intuito de obter sua *baraka* (benção) e sua proteção, além dos produtos de que necessitavam. Foi o abalo desse equilíbrio que acarretou o declínio e a queda dos sefuwa.

Os *mai* que se sucederam durante o fim do século XVII e a primeira metade do século XVIII esforçaram-se para preservar, aparentemente com êxito, o sistema herdado. O Borno da idade considerada clássica pelas tradições orais confunde-se essencialmente com a organização implementada pelos sefuwa, tal como existia no século XVIII.

As crises do final do século XVIII

A partir do reinado de ʽAli ibn Dunāma (aproximadamente 1742-1792), pode-se dizer que o Borno sofreu um período de crises que atingiria seu auge com a *jihad* do século XIX.

95 D. Girard, *op. cit.*, ms 12219.

96 Os termos usados em kanuri, assim como nas outras línguas das margens do Lago Chade e dos Estados haussa, para designar o milho (*masara*, ou seja, egípcio) e a melancia (*bambus massarabe*, ou seja, melão do Egito) deixam poucas dúvidas quanto à origem egípcia de tais culturas.

97 P. E. Lovejoy, 1978.

98 M. Ka'ti, 1913-1914, p. 65. Pelo fato do *Ta'rikh* ter sido remanejado em várias ocasiões, o trecho citado pôde ter sido redigido em qualquer momento entre 1591 e 1655.

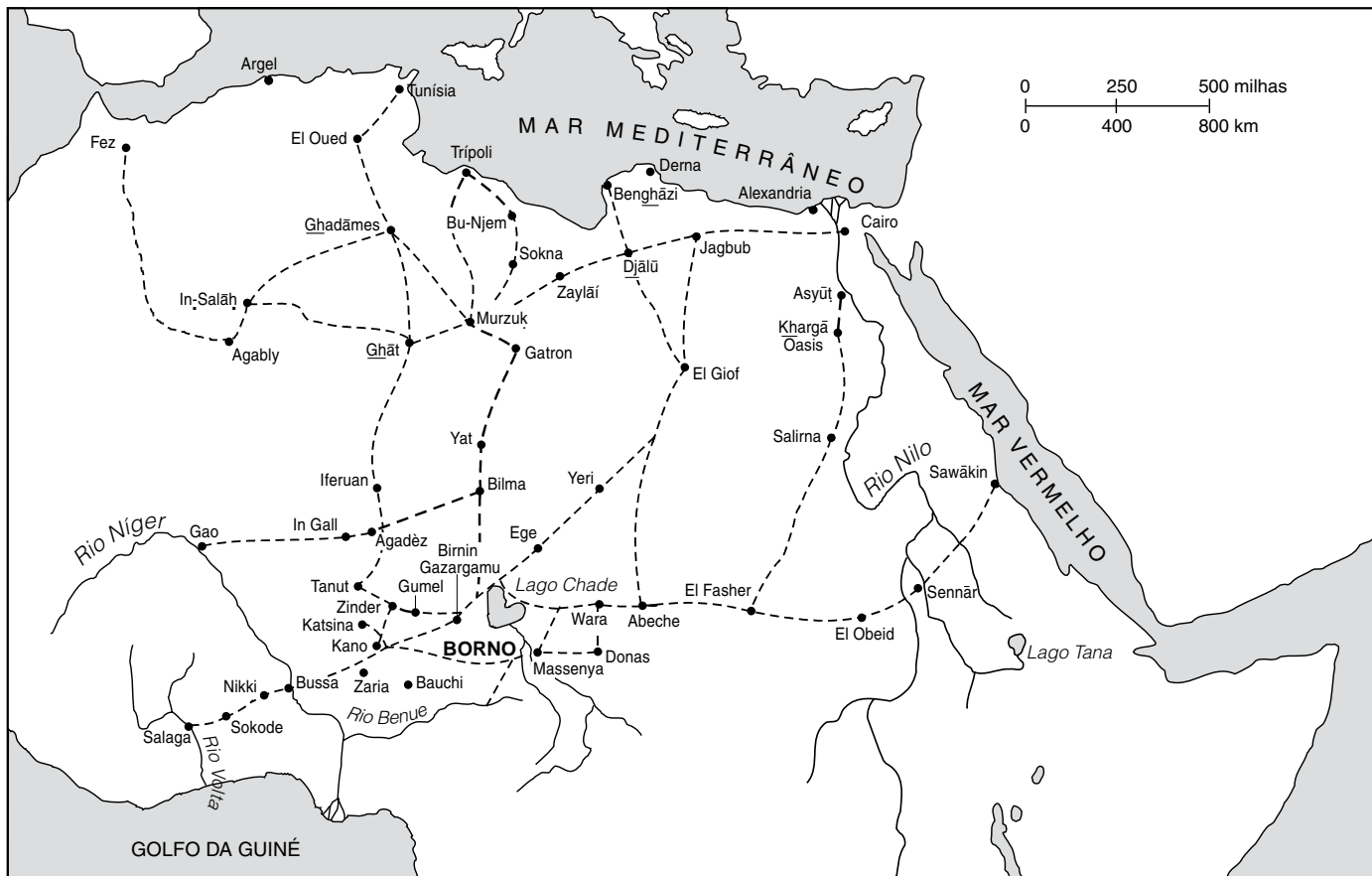



FIGURA 17.6 Rotas das caravanas ligando, no século XVIII, o Borno à África do Norte e ao vale do Nilo. [Fonte: Adaptação de um mapa estabelecido por John F. Antwi, Departamento de geografia, Universidade Bayero, Kano, segundo B. M. Barkindo.]

No Oeste, os bedde intensificaram seus ataques nas rotas comerciais que conduziam ao país haussa, ao passo que no Norte se multiplicaram as incursões dos tuaregues de Agades, levando finalmente, por volta de 1759, à perda das importantes minas de sal de Bilma e, em seguida, ao abandono de várias cidades nas margens do deserto[99]. Tais acontecimentos precipitaram a emigração rumo ao Sul do grupo manga que se estabeleceu no país haussa, nos Estados sosebaki e na província de Ngazir.

No Baguirmi, Muhammad al-Amin (aproximadamente 1751-1785) rejeitou a suserania do Borno e deu início a uma série de ataques contra suas fronteiras orientais, ao passo que, por seu lado, o Wadai liderado por Jawda (aproximadamente 1747--1795) prosseguia sua política expansionista em direção ao Bahr al Ghazal[100]. Esses ataques desencadearam as migrações dos tubu, dos kānembu e dos árabes shuwa no Kānem e no interior do Borno metropolitano[101], grupos estes que disputaram então as pastagens no decorrer de conflitos exacerbados por longos períodos de fome.

Por volta de 1781, o Mandara se revoltou, e após várias batalhas, derrotou severamente as forças do Borno[102]. Levantaram-se em seguida os Estados sosebaki[103], e por volta de 1785, os do Gobir[104].

Diante da insegurança, da fome e da dificuldade em encontrar pastagens, inúmeros nômades fulbe abandonaram o Borno metropolitano para o país haussa, o Mandara e o Fombina, sem contudo encontrar em lugar nenhum a paz e a segurança que almejavam[105], o que provavelmente explica em parte o papel preponderante por eles desempenhado na *jihad*.

Os ‘*ulamā*’ independentes da corte e os simples muçulmanos atribuíram a crise à crescente corrupção dos dirigentes sefuwa e à impotência dos *mai* diante do desenvolvimento do sincretismo entre o povo. Os ‘*ulamā*’ da corte foram também censurados por terem tolerado a religião cada vez mais degenerada de seus dirigentes. Outros letrados, tais como os *karabiwa mallam*, tentaram afastar-se totalmente da sociedade que consideravam corrupta. Quando a *jihad* estourou, os Estados vassalos haussa pediram ao *mai* o cumprimento de suas obrigações

99 J. E. Lavers, 1980, p. 208.

100 G. Nachtigal, 1874, pp. 100-101; J. E. Lavers, 1980, p. 208.

101 Anônimo, s. d.

102 B. M. Barkindo, 1980, pp. 390-391.

103 I. Landorein, 1910-1911, pp. 427 e 429.

104 A. ibn Mustafā, em particular ms 49, f. 46 e 76.

105 No que diz respeito ao país haussa, consultar Y. B. Usman, 1981; no que tange ao Mandara, ver B. M. Barkindo, 1980; quanto ao Fombina, ver A. Sa‘ad, 1977.

de califa e de protetor, para que os ajudasse. O fato de não tê-lo conseguido e de ter sido expulso de sua própria capital marcou o fim da hegemonia dos *mai*.

Cabe, entretanto, ressaltar que, apesar da *jihad* ter acarretado para os sefuwa a perda de seus Estados vassalos e o fim de sua dominação, o sistema administrativo e socioeconômico edificado pelos *mai*, mais especificamente no Borno metropolitano, subsistiu, ainda que modificado, bem além do início do século XX.

CAPÍTULO 18

Das savanas de Camarões ao alto Nilo

E. M'Bokolo

Essa parte da África correria o risco de sofrer muito ao ser comparada com as outras regiões cujos conhecimentos históricos das épocas consideradas aqui são mais abundantes, mais coerentes e mais seguros. Essa particularidade não decorre apenas do fato de a pesquisa ter se interessado tardiamente por essa área e de maneira pouco sistemática. Isso se explica também pelo fato de, para os períodos anteriores ao século XIX, os próprios meios da pesquisa parecerem ser muito limitados. Onde as organizações políticas tomaram a forma de Estados, estes se constituíram, na maior parte dos casos, bastante tardiamente, nos séculos XVIII e XIX. As tradições históricas orais dessas populações, fracamente hierarquizadas, também parecem pouco explícitas e raramente excedem a algumas gerações, cinco a seis, no melhor dos casos. Quando elas existem, elas se referem frequentemente à história individual dessa ou daquela linhagem e provocam, além dos difíceis problemas habituais de interpretação, o de sua articulação e o de sua integração a uma visão global da evolução do conjunto da região. Qualquer síntese fundamentada nesse primeiro tipo de fontes é então necessariamente provisória. Mas as outras fontes tampouco são abundantes. Alguns relatos de viagem existem a partir do século XVI sobre as áreas mais frequentadas pelos estrangeiros, tal como a costa atlântica, relativamente bem descrita, enquanto faltam no que diz respeito à margem setentrional próxima ao mundo muçulmano, explorada de fato por viajantes muçulmanos apenas no

século XIX. Enfim, as pesquisas da arqueologia, da linguística histórica e da etnolinguística estão apenas no início.

Além do mais, não existe elemento algum ligando entre si as diferentes partes dessa região. A floresta é certamente o elemento físico preponderante, principalmente porque, do século XVI ao XVIII, ela devia cobrir uma maior superfície do que hoje, porém a savana já dominava amplamente a região há muito tempo. A fraca densidade populacional parece constituir um outro traço comum, contudo, ontem como hoje, ela não teria como mascarar a existência de alguns núcleos de densidade relativamente elevada, particularmente na savana e ao longo dos cursos de água. Quanto aos diferentes povos, suas línguas, seus modos de vida e suas formas de organização são muito heterogêneos. Essas diversidades e as inevitáveis desigualdades no conhecimento levam a privilegiar a abordagem por regiões.

A margem setentrional

A parte setentrional dessa região, dos planaltos do Camarões Central, a Oeste, até o Nilo, a Leste, é a área da qual mais faltam conhecimentos históricos. É significativo, por exemplo, as melhores cronologias das quais dispomos atualmente proporem muito poucos fatos além de 1800[1]. Antes do início do século XIX, o historiador se encontra, segundo a bela fórmula de E. M. Chilver, "no domínio da conjectura razoável", com essas conjecturas só podendo ser formuladas no interior de quadros geográficos relativamente restritos. Com efeito, a tendência tomada pelos trabalhos etnológicos e históricos de se fechar a princípio nos quadros muito estreitos das etnias, e mais recentemente, nos dos Estados contemporâneos, torna mais difícil e muito aleatória toda síntese ao nível da área. Parece então, mais razoável tentar definir microáreas apresentando uma relativa homogeneidade cultural ou, na pior das hipóteses, uma relativa comunidade de destino no período que nos interessa.

Os planaltos do Camarões Central

Essas pradarias relativamente férteis tiveram provavelmente um povoamento muito antigo, em todo caso anterior aos movimentos de população cujas consequências são ainda visíveis e que remontam aos séculos XVI e XVII[2]. Ao menos

1 Ver, por exemplo, P. Kalck, 1980; E. M. Chilver, 1981.

2 C. Tardits, 1981, p. 14 e 459-484; T. Eyongetah e R. Brain, 1974, p. 34.

dois indícios testemunham essa antiguidade. Em primeiro lugar, a vegetação, composta hoje de savana arborizada, era outrora uma floresta densa. Contudo, essa modificação ecológica, cuja cronologia não é estabelecida e cujos mecanismos parecem muito complexos, poderia tanto ser atribuída à ação lenta e progressiva de comunidades humanas compactas quanto à ação, brutal, de uma população pouco numerosa de imigrantes, ou até mesmo a influências climáticas. O outro indício é constituído pela presença de numerosas ferramentas de pedra atestando uma ocupação humana duradoura anteriormente à difusão da metalurgia do ferro, que teria ocorrido nesta área provavelmente na segunda metade do primeiro milênio. Continua entretanto impossível identificar esses antigos habitantes. Trataria-se de caçadores pigmeus dos quais subsistem alguns descendentes nas margens do Mbam? Estaríamos lidando com povos falantes das línguas protobantas ainda não dominantes da metalurgia? Tampouco poderíamos descartar a hipótese de movimentos e misturas antigas de povos bastante diferentes.

Os fatos começam a se apurar apenas a partir do século XVI. Os movimentos de população aos quais se referem às tradições mobilizaram massas de homens muito heterogêneas: grupos de parentes ou aliados, comunidades compactas e imponentes, mas também indivíduos isolados. Tudo parece indicar que os migrantes eram pouco numerosos: se conseguiram dominar politicamente os povos encontrados no local (demonstração de superioridade técnica), abandonaram sistematicamente sua língua de origem para adotar a do país de chegada. Não se exclui que um mesmo fenômeno tenha ocorrido com as instituições políticas. As tradições revelam igualmente as inúmeras razões desses movimentos: querelas internas; busca de minério de ferro e de madeira para trabalhá-la; procura de novas terras, provocada talvez pela introdução do milho ou o impulso da cultura da palmeira de óleo; comércio do sal e pressão de invasores do Norte. O fator nortista, particularmente as incursões de invasores fulbe, bem conhecido no século XIX, começou a ocorrer mais cedo, desde meados do século XVIII, talvez mesmo antes: o célebre livro preparado sob a demanda e o controle de Njoya, rei do Bamum, *Histórias e costumes dos Bamum*, refere-se a invasores a cavalo numa época correspondente ao século XVIII. Além disso, a língua mbum falada nos planaltos do Camarões Central comporta, em seu vocabulário e em sua sintaxe, numerosos empréstimos do fulbe (variante do adamaua). Tudo indica que os fulbe empurraram os mbum para o Sul, provocando consequentemente a migração dos beti e dos fang.

Essa incessante oscilação, mantida durante vários séculos, acompanhada de constantes misturas e de empréstimos em todos os sentidos, foi um dos prin-

cipais fatores a dar conta de uma notável homogeneidade da população do Camarões Central[3]. Todos os seus povos componentes falam línguas bantoides ou semibantas. As instituições políticas e sociais apresentam numerosas semelhanças: as comunidades são organizadas em chefias, às vezes em reinos, nos quais o chefe goza de um poder sagrado e dirige um corpo mais ou menos considerável de funcionários, com a ajuda de uma princesa de alto escalão (a rainha mãe ou a irmã do rei) e a metade masculina da sociedade se divide entre as numerosas associações – sociedades secretas e/ou grupos militares – tendo funções rituais ou de manutenção da ordem. As técnicas são frequentemente comparáveis, principalmente na metalurgia do ferro e do cobre. Em todas essas sociedades, o forjador deteria, além de sua habilidade, poderes mágicos e figura em boa posição nas narrativas mitológicas e nas tradições históricas. Essa homogeneidade, bem estabelecida por volta de 1800, constituíra-se progressivamente no decorrer dos séculos anteriores.

Dentre esses múltiplos povos, três merecem receber uma atenção particular. O primeiro é o dos tikar, cuja importância se destaca pelo fato de vários outros povos dos planaltos camaroneses acreditarem ser seus descendentes ou haver sofrido fortes influências deles[4]. Esses tikar teriam tido por ancestral um comerciante oriundo do Borno, tendo se estabelecido e fincado raízes entre os mbum. As diferentes tradições dos tikar fixam seu ponto de partida no Nordeste de Camarões (Tibati, Bânio, Kimi, Ndobo). O termo *tikar* era no início o apelido do primeiro grupo dos mbum a trocar seu país pela região dos planaltos: ele acabou por ser aplicado a todos os mbum imigrados e aos povos conquistados por eles. O essencial dessa grande migração situar-se-ia no século XVII e teria sido provocado por pressões fulbe, cismas internos e a busca de novas terras. Ao chegar na região de Bamenda, os tikar encontraram os tumu, acabando por dominá-los após se aliarem a eles. Mas, em contraparte da vitória, adotaram a língua dos vencidos e suas instituições, particularmente os títulos políticos e as sociedades secretas. Vários grupos dentre os vencidos, por sua vez, preferiram emigrar rumo ao Oeste e ao Noroeste. Os tikar fundaram vários Estados, notadamente o reino de Nso, cujas características se transmitiriam às outras monarquias da região: realeza sagrada; culto dos reis defuntos; hierarquia político-social rígida; detenção exclusiva de determinados títulos ou funções pelos príncipes e princesas; existência de uma importante nobreza palaciana; organização, no nível de cada vila, de sociedades secretas masculinas.

3 T. Eyongetah e R. Brain, 1974, p. 36-38; M. McCulloch *e al.*, 1954, p. 11 e seguintes.

4 C. Tardits, 1980, p. 80-89; T. Eyongetah e R. Brain, 1974, p. 38-41.

A fundação do Reino bamum resulta de um grupo de emigrantes aparentados à dinastia real dos tikar de Nso[5]. A cronologia precisa desses eventos é de difícil reconstituição. Notemos apenas que em *História e costumes dos bamum*, enumeram-se dez reis desde o fundador Ntchare até Kuotu, cujo reinado precedeu imediatamente ao de Mbuembue, datando da primeira metade do século XIX. Ntchare foi, de acordo com algumas tradições, expulso de Rifum e, de acordo com outras, emigrou voluntariamente com vários companheiros para ir se instalar onde vivem atualmente os bamum. Foi no início um conquistador que esmagou cerca de dezoito soberanos de cujos povos, alguns fugiram, enquanto outros se aliaram a Ntchare. Os bamum devem a ele a fundação de sua capital, Fumban, na época chamada Mfomben (de *fom*, ruínas, e *mben*, os antigos moradores vencidos). Ntchare se encarregou também de dotar o reino de instituições políticas inspiradas, em sua maioria, nas dos tikar: ele criou um importante grupo de dignitários, dentre os quais os *kom ngu* (conselheiros do reino) com os quais ele partilhou as terras então disponíveis; ele formou duas sociedades secretas das quais uma, o *ngiri*, reunia apenas os príncipes, e outra, o *mitngu*, era aberta ao resto da população sem distinção de nível social (descendentes dos povos conquistados, grandes servidores do Estado, conselheiros do reino etc.). Contudo, os bamum abandonaram o tikar para adotar a língua dos vencidos, o mben. Os nove reis sucessores de Ntchare foram muito pouco valorizados pela tradição codificada dos bamum, dizendo de cada um deles que "viveu muito tempo sem nada fazer, vivendo dos que as mãos de Ntchare fizeram". De fato, não foram conquistadores: a expansão territorial começaria apenas no início do século XIX, sob o reinado de Mbuembue. O reino até mesmo sofreu, além das cisões internas, a séria ameaça de invasores vindos do Norte (chamba e fulbe), principalmente no século XVIII. Contudo, esse período foi marcado por uma evolução significativa. A forte extensão da poligamia real contribuiu para a multiplicação das linhagens principescas (sessenta e uma no fim do século XVIII). A nobreza palaciana também cresceu sensivelmente (vinte e sete linhagens de grandes servidores formadas nessa época); o rei recrutava seus servidores preferencialmente entre os gêmeos e os filhos de princesas. A evolução material e social permanece pouco conhecida. No fim do século XVIII, o reino comportava talvez de 10.000 a 12.000 habitantes, dentre os quais os escravos – reduzidos a essa condição por infrações ou dívidas – eram pouco numerosos. A economia, essencialmente agrícola, era aberta a trocas externas,

5 Essa história foi completamente revista por C. Tardits, 1981, p. 83-126.

visto que os Bamum importavam, desde muito cedo, sal, ferro, pérolas, peças de algodão e objetos em cobre.

Quanto aos bamileke, sua história antiga é muito estreitamente ligada à dos dois grupos precedentes[6]. O termo em si, cuja origem e significado sempre são discutidos, foi incorretamente aplicado a vários grupos (uma centena de chefias) compartilhando certamente uma cultura comum, mas não se qualificando eles próprios de bamileke. Todos vinham do Norte, da região hoje ocupada pelos tikar. Sua migração rumo ao Sul teria começado no século XVII e deveria ser colocada em relação aos movimentos de população tikar e as pressões fulbe. Constante na época e tendo ocorrido em várias ondas sucessivas, ela foi a razão de várias categorias da população. Esses migrantes ocuparam o atual país bamum, onde eles tiveram o tempo de fundar várias vilas antes de serem, em sua maior parte, expulsos pelos bamum e estes assimilaram os que ficaram. Dentre os diferentes grupos bamileke, os baleng foram os primeiros a atravessar o Num, sem dúvida no início do século XVIII, seguidos logo depois pelos bandeng, os bapi e os bafussam. O estabelecimento desses grupos em seu habitat atual continuaria até o século XIX. As diferentes chefias apresentavam traços comuns com as sociedades políticas dos planaltos camaroneses (existência de um chefe, importância dos conselhos, papel das associações). Distinguiam-se delas de um lado, por sua enorme independência de umas para com as outras bem como pela existência de numerosas subchefias relativamente autônomas e, de outro lado, pela enorme mobilidade de seus habitantes, aparentemente antiga, parecendo ter sido ligada a um crescimento demográfico bom o bastante e ao sistema de heranças que transferia a totalidade dos bens a um único herdeiro, obrigando os outros filhos a obter uma terra da parte do chefe ou ir se estabelecer alhures.

As regiões do Uele e do Ubangui

Olhando de perto as hipóteses e as conclusões presentes, provamos do sentimento persistente de o conhecimento das regiões do Uele e do Ubangui, ao menos nos períodos anteriores ao século XIX, não ter progredido desde os trabalhos dos primeiros antropólogos, particularmente os de Hutereaux, de Calonne-Beaufaict e Lagae[7]. Entre os pesquisadores contemporâneos, voltam constantemente as mesmas expressões traduzindo o caráter muito aproximativo tanto dos conhecimentos ("verossimilhanças", "ciência conjetural", "conclusões

6 T. Eyongetah e R. Brain, 1974, p. 43-46; C. Tardits, 1981.

7 A. de Calonne-Beaufaict, 1921; A. Hutereaux, 1922; C. R. Lagae, 1926.

provisórias") quanto da extrema complexidade dos fenômenos estudados ("confusão", "miscelânea de raças", "quebra-cabeças").

A questão mais árdua é indiscutivelmente a do povoamento dessas regiões. Apesar das divergências menores, relativas aos qualificativos mais adequados para designar os grupos humanos, todos os trabalhos concordam em reconhecer três tipos de povoamento: as populações neolíticas, os bantos e os sudaneses. As principais dificuldades aparecem quando se quer compreender rigorosamente as peripécias e as modalidades do povoamento, bem como o conteúdo e as formas sucessivas das relações entre esses diferentes povos.

Tradicionalmente, mais por comodidade do que por escolha, distinguiam-se dois subconjuntos, o do Ubangui e o do Uele[8]. A região do Ubangui, hoje povoada essencialmente por sudaneses – os banda, os ngbaka e os ngbandi, falantes das línguas da família do adamaua oriental – teria sido ocupado até o século XVII por bantos que tomaram eles mesmos sua posse às custas de populações pouco conhecidas das quais restam hoje apenas ferramentas neolíticas. Esses bantos não são de forma alguma mais conhecidos na medida em que a maioria dentre eles se aculturaram com os sudaneses. Estes teriam começado a se introduzir na região no século XVII ou no início do XVIII, procedendo do Darfur e do Cordofão, primeiramente com os que formariam o grupo ngbandi, seguidos pelos banda e os ngbaka. A sucessão de povoamentos na região do Uele, hoje dominada pelos povos zande e "zandeizados" e pelos mangbetu, parece sensivelmente diferente. Até o século XVI, e até mesmo no início do século XVII, as bacias do Uele, do Mbomu e do Aruwimi teriam sido ocupadas por comunidades neolíticas cujos sobreviventes atuais seriam os momvu, os logo e os makere. Esses habitantes, de tamanho pequeno, usariam ferramentas de madeira, osso e, principalmente, de pedra polida (machados, mós, pedras de funda). Nesse cenário vieram se instalar dois grupos de populações tradicionalmente representados como invasores. Essas migrações originais aconteceram do século XVI ao XVIII. Houve, de um lado, os sudaneses a partir dos quais se constituiriam os povos mangbeto, ngbandi e zande: um primeiro movimento levou-os no sentido Norte-Sul até o Ubangui e ao Mbomu e, daí, seguiram no sentido Oeste-Leste. O século XVII viu, por outro lado, a chegada dos bantos, vindos do Sul e subindo os cursos de água. Os grupamentos étnicos-políticos se formaram nessa época (do século XVII ao início do XVIII).

8 J. Vansina, 1966*b*, p. 27-52; A. de Calonne-Beau-Faict, 1921, p. 135-149 ; E. de Dampierre, 1968, p. 156.

FIGURA 18.1 Cabeça em tufo vulcânico, Uele, data desconhecida [Museu Rietberg, Zurique. © Foto: Wettstein e Kauf (Coleção Von der Heydt)].

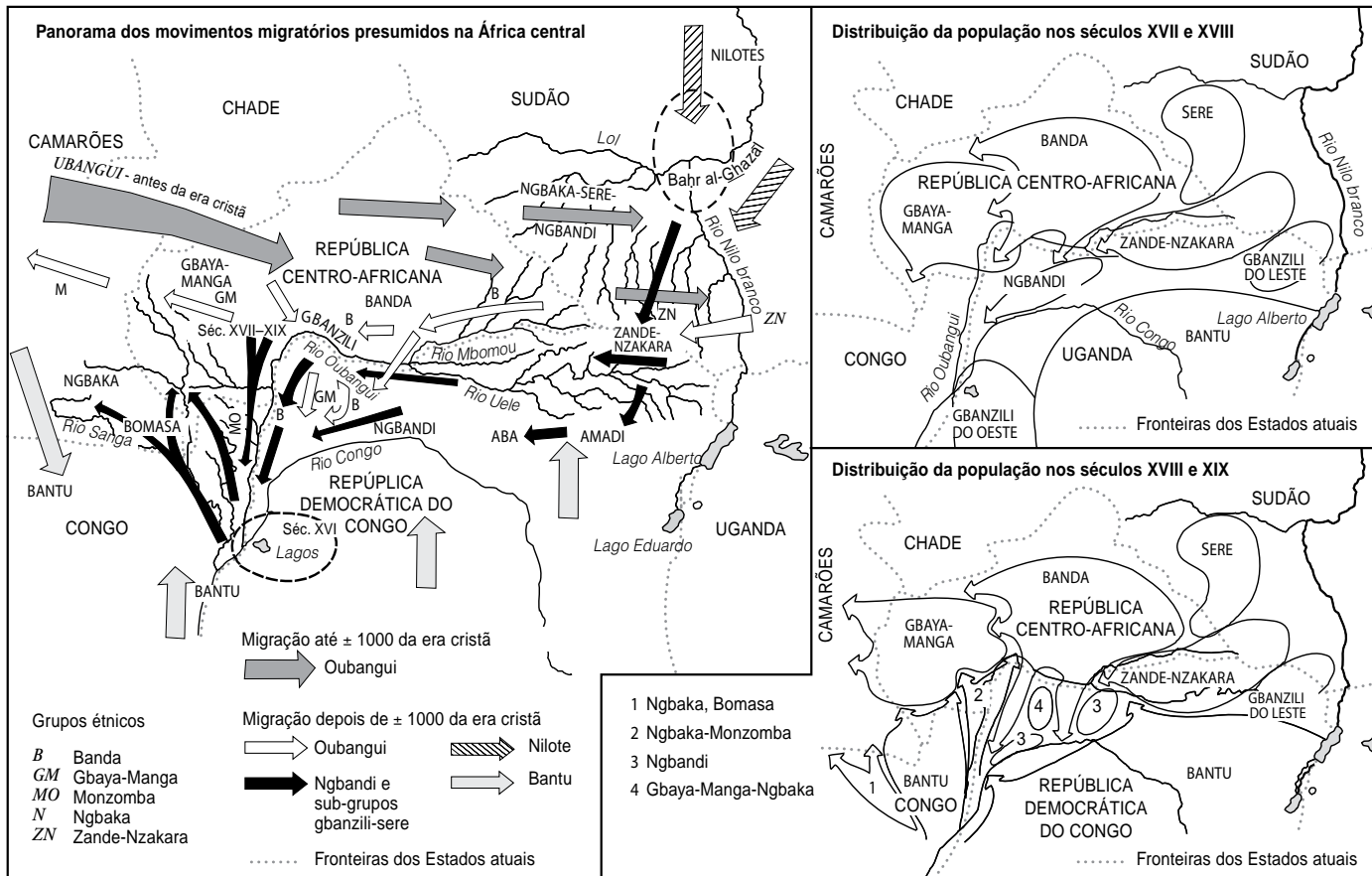



FIGURA 18.2 Migrações de população nas regiões do Uele e do Ubangui [Fonte: de acordo com L. Bouquiaux e L. Hyman, 1980, p. 811 e 821].

Outros pesquisadores propuseram uma síntese cobrindo o conjunto das regiões do Ubangui e do Uele[9]. Sua argumentação apoia-se essencialmente em dados linguísticos e etnolinguísticos, e distingue três grandes fases de povoamento. Teria havido, inicialmente, no decorrer do primeiro milênio a.C., um movimento de grande amplitude, orientado de Oeste a Leste e levando os protoubanguianos até o Nilo: os gbaya-manga estabeleceram-se a Oeste, os banda no centro, os ngbaka-sere-ngbandi no triângulo formado pelo Bahr al Ghazal e o Nilo branco e os zande-nzakara no Sul entre o Uele e o Nilo. Essas populações encontravam-se ainda nessa distribuição por volta do ano 1000 d.C. quando se produziu um impulso nilótico vindo do Norte que teve a princípio por efeito o desmembramento do grupo ngbaka-sere-ngbandi e o deslocamento de vários de seus elementos para o Sul, notadamente os ngbandi no interflúvio Ubangui-Zaire, onde eles encontraram os pigmeus e os bantos. Essa investida nilótica , repeliu os zande-nzakara também para o Oeste, nas regiões irrigadas pelo Uele e o Mbomu. A terceira fase de povoamento, começado no século XVIII, corresponde ao empurrão dos bantos, vindos do Sul, fugindo dos efeitos do comércio negreiro.

Essa síntese é sedutora, ainda que levante duas ressalvas fundamentais. Por um lado, parece difícil falar de migrações, se essa noção tiver de corresponder a grandes massas de população em movimento: nos casos mais bem conhecidos, o dos zande e dos mangbetos, os processos em ação são mais de ordem política do que demográfica, visto que os invasores representavam uma elite, notoriamente organizada nos planos técnico e político, contentando-se em agrupar as populações locais em chefias e em reinos. Por outro lado, seria falacioso sugerir que os Estados e os grupos étnicos, cuja história conhecemos no século XIX, tenham desde sempre existido. Ora, todas as tradições, particularmente as genealogias dos clãs maiores, mostram que foi somente no decorrer do século XVII que “conglomerados de povos” (de acordo com E. de Dampierre) se formaram a partir de diferentes ondas de migrações: os nzakara, de língua aparentada ao zande, os baza de língua ngbandi e os mbomu de língua zande. Na mesma época, alguns clãs começaram a emergir: os vu-kpata entre os nzakara, os bandia entre os bangbandi (singular: mongbandi), os bakunde e os vungara entre os mbomu. Os desenvolvimentos posteriores, datando provavelmente do século VXIII, permitiram a dois clãs, os vungara e os bandia, de se imporem às custas dos outros. Instalados a princípio no Shinko, um dos afluentes do Mbomu, os vun-

9 L. Bouquiaux e L. Hyamn, 1980.

gara fizeram-se reconhecer como os únicos chefes dos mbomu, eliminando os bakunde. Começou então sua longa migração para o Leste e o Sul, que duraria até o fim do século XIX e no decorrer da qual eles venceriam, se subordinariam, assimilariam ou se aliariam aos povos mais heterogêneos. Foi principalmente sua habilidade em organizar politicamente essas populações que constituiu o cimento da sociedade zande: esta se assemelhava, mais na época do que hoje, com "um extraordinário quebra-cabeça de clãs e de linhagens desenraizadas" (de acordo com E. de Dampierre) ligados por sua comum lealdade à aristocracia dirigente dos vungara. Quanto aos bandia, seu ponto de partida foi o alto Ubangui, na parte inferior dos confluentes do Mbomu e do Uele. Sua expansão teve um forte momento no século XVIII graças a Ngubenge que conquistou o país nzakara e contribuiu para empurrar os vungara para o Leste[10].

A civilização material desses povos é pouco conhecida. As informações bastante numerosas disponíveis sobre o século XIX só podem ser aplicadas com muita cautela aos séculos anteriores[11]. Parece contudo provável as aristocracias conquistadoras terem praticado a caça de longa data e de forma eficiente. Entre os zande, foi uma atividade nobre: ainda que eles tenham adquirido suas perícias de agricultores junto às populações conquistadas seja lá qual tenha sido o interesse de seus príncipes na agricultura, os trabalhos no campo permaneceram o apanágio das mulheres, subordinados e escravos. O trabalho do ferro era mantido em alta estima e, em alguns grupos, como o dos ngbandi, os forjadores se reuniam no seio de associações profissionais muito fechadas. A importante rede fluvial formada pelo Ubangui, o Uele e o Mbomu, o Aruwimi e seus múltiplos afluentes esteve na base de um comércio ativo: as feiras regulares aconteciam a cada cinco ou sete dias e trocavam-se aí principalmente produtos artesanais (facas e lanças de ferro), víveres e animais (peixes, cabras, cães) bem como escravos. Esse comércio receberia um espetacular impulso na medida em que as trocas realizadas pelos europeus na costa do Atlântico provocavam efeitos cada vez mais longe, rumo ao interior das terras.

As sociedades costeiras e o comércio transatlântico

Os séculos XVI, XVII e XVIII correspondem, para os países florestais da África Central, à implementação e ao desenvolvimento numa grande escala

10 E. de Dampierre, 1968, p. 156-173; E. E. Evans-Pritchard, 1971, p. 267-278 e 414-435.

11 Além dos autores anteriormente citados, ver P. Denis, 1961, p. 7-20.

do comércio costeiro, restringindo-se muito cedo ao tráfico negreiro. A faixa costeira, que testemunhou todas as formas de reviravolta suscitadas por essas trocas de um tipo novo, constituiu apenas o último elo de uma cadeia comercial que avançou cada vez mais longe no interior do continente. Assim, no fim do século XVIII, essa cadeia chegava até o alto Mungo, nos *grasslands* (terras ricas) do Camarões, no alto Ogwê e ganhava, pelo rio Congo (Zaire), o Ubangui.

Os povos

O estado da população e das sociedades na área costeira no início do século XVI permanece pouco conhecido e continua alimentando controvérsias entre os especialistas. É provável que, por situar-se imediatamente ao Sul do ponto de partida original da dispersão dos povos bantófonos e a meio caminho entre os dois centros de eclosão de sistemas estatais, tais como a costa da Guiné e o reino do Congo, essa região tenha passado por uma evolução complexa tanto em seu povoamento quanto em sua organização política, social e cultural cujas maiores fases permanecem obscuras. Assim, por exemplo, as tradições relativas às origens e migrações se revelam bem poucas: para as populações Douala e aparentadas, só é possível retraçar as rotas precisas das migrações a partir do vale do Sanaga; para os mpongwe do Gabão, bem como para os mitsongo e os okanda, o único ponto de partida identificado é o alto Ivindo. Os escritos dos navegadores e dos comerciantes europeus não trazem maiores detalhes. Provenientes de homens preocupados com a utilidade e a rentabilidade dos países frequentados por eles, esses textos nomeiam lugares , descrevem recursos, indicam os modos de povoamento, mas não detalham a identidade dos grupos humanos. Eles mostram contudo que o conjunto da região era ocupado, mesmo não sabendo ainda por quem. Assim, segundo o *Esmeraldo de Situ Orbis*, escrito por volta de 1505 por D. Pacheco Pereira, "todo o litoral, desde (a) Serra de Fernam do Poo até o cabo de Lopo Gonçalves, possui uma densa população. [...] Esse país fica muito perto do Equador, que os antigos declararam como inabitável, mas a experiência mostrou o contrário[12]". A *Relação do Reino do Congo e dos países vizinhos*, publicada em Roma em 1591, confirma esse antigo povoamento: "A ilha de São Tomás mantém um comércio com as pessoas que moram no continente, as quais comumente se reúnem nas fozes de seus rios[13]."

12 D. P. Pereira, 1937.

13 F. de Pigafetta, 1591.

FIGURA 18.3 Vista de face e viés de uma estatueta real kuba, sentada diante de uma prancha de máscara [British Museum, Londres. Reproduzido com a amável autorização de The Trustees].

Quem eram essas pessoas? Para a própria costa, dispomos de dois tipos de fontes complementares. As relações de viagem e, particularmente, a *Descrição da África*, de O. Dapper, contendo uma lista dos números usados pela população da costa, permitem afirmar que, por volta de 1660, esta era indiscutivelmente de língua banta[14]. Essas mesmas fontes escritas permitem datar o reinado de vários soberanos citados nas tradições orais. Assim, o apogeu do reinado de Mulobe, terceiro rei histórico dos Douala, pode ser situado por volta de 1650: essa precisão autoriza a empurrar para o século XVI os feitos e gestos de seu avô Mbedi e além do século XVI os do legendário Mbongo, aos quais se referem os Douala e os povos aparentados[15].

Se podemos então admitir um povoamento banto da costa desde o início do século XVI, estamos ainda reduzidos a conjecturas para as regiões vizinhas do interior. Assim, para a região de Minlaaba e o país Beti, pudemos estabelecer, sem indicação cronológica, seis níveis de povoamento dos quais o mais antigo seria constituído pelos pigmeus, seguidos pelos caçadores-coletores, como os ola, depois por diferentes grupos bantos – maka, muumbo, beti, basa – cujas migrações se prolongaram até o século XIX[16]. Mais ao Sul, no atual Gabão, o quadro é muito mais preciso. No fim do século XV, os portugueses encontraram, na região do estuário, populações mpongwe que haviam chegado à costa numa data desconhecida e encontraram aí os pigmeus. Ao redor desses mpongwe talvez já vivessem os akele e os seke. Os territórios do baixo Ogwê (cabo Lopez e laguna Fernán Vaz) não comportavam ainda populações bantas cujo estabelecimento na região foi posterior ao desenvolvimento do comércio com os europeus: o povoamento era aí sem dúvida dominantemente negroide. O único Estado organizado se encontrava no estuário do Gabão. De acordo com a descrição tardia dela deixada por Dapper no século XVII, o rei portava o título de *mani pongo*: a palavra *mani*, de origem congo, pode sugerir uma influência direta ou indireta do modelo político do Reino do Congo, a menos que ele fosse aplicado por comodidade a essa monarquia pelos comerciantes europeus habituados ao Congo[17]. No extremo Sul, o Reino do Loango estava bem estabelecido por volta de 1500, visto que todos os relatos de navegação do início do século XVI se referem nominalmente ao Mani Loango e a Mbanza Loango. As únicas incertezas, difíceis de remover, concernem a sua fundação e sua extensão. Algumas tradições

14 O. Dapper, 1668.

15 E. Ardener, 1956 e 1968; Mdoumbe-Moulongo, 1968; H. Ngoa, 1969.

16 P. Laburthe-Tolra, 1977, p. 77-413.

17 J. A. Avaro, 1981, p. 23-30 e 39-59; E. Mbokolo, 1981, p. 11-28; K. D. Patterson, 1975, p. 1-25.

fazem do Loango um Estado derivado do reino do Congo, cujo fundador teria sido um parente do primeiro rei do Loango. De acordo com outras tradições, a fundação do Reino de Loango decorreu de processos internos da sociedade vili. É possível que o Loango tenha mantido relações estreitas com o Congo, talvez de vassalagem, até por volta do fim do século XV. Quanto a sua extensão, o Loango fez sentir sua influência, de uma maneira geralmente descontínua, até o cabo Santa Catarina e, talvez, até o cabo Lopez. Como em muitos Estados da África Central, o rei tinha principalmente funções rituais. Fundada por uma família de ferreiros, a instituição da realeza era ligada ao culto do fogo: em sua coroação, cada *maloango* acendia o *ntufia* (fogo sagrado) que devia queimar até sua morte; vários castiçais acesos nesse fogo eram transportados religiosamente para as capitais de província e, de lá, para os lares das linhagens. Um outro ritual importante pelo qual o rei era responsável diz respeito à chuva. Todo ano, no início da estação das chuvas, um grande festival acontecia na capital. O povo, após ter agradecido ao rei por sua proteção, suplicava-lhe para fazer chover. Uma vez as festividades terminadas, o rei, erguido em seu trono, atirava uma flecha para o céu e, relata um testemunho, "havia neste dia um grande regozijo, porque frequentemente chovia". O mais notável nessa sociedade era sem dúvida a organização muito complexa da economia. A agricultura de subsistência era muito dinâmica, juntamente com um artesanato muito diversificado: fabricação de tecidos de ráfia destinados à vestimenta e a servir de moeda; trabalho do marfim, do cobre e da madeira de tintura; produção de sal. Escoados nos mercados locais, notadamente o de Buali, a capital do reino, esses produtos ganhavam também mercados externos ao reino. Uma rede comercial, fundamentada na aliança entre os chefes vili de Loango e os dos povos vizinhos, permitia atingir o estuário do Gabão, o país Kunyi e o Pool Malebo, dominado pelos teke[18]. O comércio atlântico não foi então criador nessa região, ele deu apenas uma intensidade e uma amplidão novas a um sistema de trocas já bem estabelecido.

O comércio atlântico

A história local do comércio atlântico nessa parte da África é ainda pouco conhecido: os livros de conta dos comerciantes europeus, dos quais muitos não foram encontrados, são frequentemente fragmentários. Nos séculos XVII e XVIII, várias descrições da África Central se apresentam como originais e algu-

18 P. M. Martin, 1972, p. 1-32; R. Gray e D. Birmingham, 1970, p. 141-146.

mas das informações são de segunda, quiçá de terceira mão. É possível contudo adiantar desde já alguns fatos apurados.

O comércio foi a princípio monopólio de Portugal, cujos navegadores Fernão do Pó e Lope Gonçalves chegaram respectivamente à ilha de Formosa e ao Gabão em 1472 e em 1473. Ele só começou a ganhar corpo depois de 1500, quando os portugueses se estabeleceram definitivamente na ilha de São Tomé: esta precisava de escravos para suas próprias plantações de cana-de-açúcar e servia também de entreposto para os carregamentos com destino às Américas. As ilhas de Príncipe e de Annobom, desertas antes da chegada dos portugueses, foram igualmente povoadas por escravos capturados em costas vizinhas. O comércio parece ter sido relativamente muito pouco importante. No fim do século XVI, revoltas de escravos, das quais as mais importantes ocorreram em São Tomé em 1574 e 1586, arruinaram o comércio português na região. Os holandeses entraram em cena depois de 1598: eles criaram novos centros de trocas na foz do Wuri (Douala), no estuário do Gabão e no cabo Lopez, e eliminaram os portugueses do Loango. Uma nova etapa foi vencida por volta de 1660: o comércio negreiro teve desde então um desenvolvimento maciço a se prolongar até meados do século XIX. A França e a Grã-Bretanha tornaram-se as principais potências mercantis na região, mas a atividade dos portugueses, dos holandeses e dos dinamarqueses conseguiu manter uma situação de concorrência, tendo por efeito o aumento regular do preço dos escravos e a multiplicação dos pontos de venda na costa.

A importância dessas trocas é difícil de medir. Até um certo ponto, a posição desses países, no fundo do golfo da Guiné, constituía um obstáculo a seu impulso. Com efeito, os barcos negreiros seguiam frequentemente a "pequena rota", obrigando-os a parar em diferentes estações negreiras da costa atlântica, da Senegâmbia a Calabar, antes de atingir Camarões, Gabão e Loango: esses três pontos se situavam assim no fim do caminho, quando o carregamento dos barcos já estava quase completo. A outra rota, a "grande rota", permitia evitar essas paradas intermediárias e, tirando delas o melhor partido dos ventos e das correntes marinhas, chegar diretamente ao Sul do cabo Lopez e começar o tráfico em Loango ou nos portos vizinhos. Os capitães negreiros preferiam também os escravos comprados em Loango e mais ao Sul, "a flor do tráfico, dóceis e tranquilos, habituados à servidão [...], sempre contentes de sua sorte", enquanto os do Gabão e de Camarões tinham a reputação de não aguentar os efeitos físicos e as privações da escravidão[19].

19 L. Degrandpré, 1801, citado por E. Mbokolo, 1981, p. 17.

Assim chegamos a estas nuanças. Na costa de Camarões, as trocas entraram em sua fase mais ativa por volta de 1750[20]. O estuário do Wuri e, mais particularmente, Douala, eram seus principais centros. Aí vinham essencialmente navios holandeses, ainda que de 1732 a 1759, das 153 expedições comerciais organizadas pela *Middleburgshe Comercie Company* para a África, 10% apenas dentre elas tenham sido destinadas a Camarões[21]. Mas ignora-se sempre o número de navios holandeses pertencentes a outras companhias e o dos barcos ingleses que tudo indica serem numerosos na região. Douala abastecia-se essencialmente no Norte e no Nordeste; nenhuma relação mercantil foi atestada nessa época com o Sul. Rumo ao Norte, o Mungo dava acesso aos *grasslands*, onde as guerras chamba forneceram, a partir de 1759, numerosos escravos. Rumo ao Nordeste, o Wuri conduzia ao país Nun-Mbam. No estado atual dos conhecimentos, toda estimativa numérica desse tráfico seria arriscada.

Essa incerteza conduziu alguns historiadores a minimizar as exportações de escravos em favor de outros produtos, particularmente o marfim, do qual os holandeses levaram grandes quantidades no século XVIII. No Gabão, o principal centro de trocas foi a região do estuário, o Cabo Lopez começou a participar ativamente do comércio atlântico somente sob o reinado de Reombi-Mpolo (por volta de 1790-1810). Aqui ainda, apesar da raridade dos dados numéricos, o comércio negreiro foi de alguma importância se a julgarmos pela gravidade do conflito que opôs os portugueses aos holandeses acerca da posse do Gabão no início do século XVIII e pelo número de navios enviados a essa região pelo porto francês de Honfleur: aos escravos vinham se juntar grandes quantidades de marfim, cera e madeira de sândalo.

Esses últimos produtos eram fornecidos pelos caçadores e coletores kele e fang da região vizinha. Os escravos vinham do médio Ogwê, fornecedor também do cabo Lopez. O comércio do Loango é, hoje, definitivamente o mais conhecido. O comércio negreiro propriamente dito durou relativamente pouco tempo em relação à Costa dos Escravos ou de Angola: começado em uma larga escala por volta de 1670, era quase inexistente em 1780. Até meados do século XVII, o Loango fornecia principalmente marfim, madeiras de tintura e tecidos de ráfia, muito procurados em toda África Central como moeda: assim, dois ou três navios portugueses de Luanda vinham anualmente buscar de 6000 a 7000 peças de tecido com os quais os portugueses pagavam seus soldados. O número de escravos exportados pela costa do Loango (Loango, Malemba, Cabinda),

20 E. Ardener, 1968; J. Bouchaud, 1952, p. 79-104.

21 R. A. Austen e K. Jacobs, 1974, p. 7.

FIGURA 18.4 Máscara fang usada por um membro da sociedade Ngil, associação de homens organizada em função de determinadas iniciações e cujos membros mantinham a ordem na comunidade e a protegiam contra diversos males. Altura: 70 cm [Coleção Museu do Homem, Paris. © Foto: D. Destable].

passou de 100 por ano por volta de 1639 a 12.500 por ano para o período de 1762-1778 e a 13.000-14.000 por ano entre 1780 e 1790[22]. Os livros de contas dos capitães negreiros deixaram indicações preciosas sobre a origem étnica dos escravos comprados pelos europeus em Loango. Os vili de Loango figuravam muito raramente dentre esses escravos destinados aos mercados exteriores. Três grupos dominavam: os mayombe, vizinhos imediatos dos vili, os monteque (teke do Pool Malebo) e os quimbangue (bubanguis e "povos da água" dos rios Congo e Ubangui). Esse último nome mostra que, em sua máxima extensão, o tráfico atlântico atingira o coração do continente. Por volta de 1780, Loango perdeu sua importância em proveito de Apomanda no cabo Lopez e de Malemba e Cabinda, portos respectivos de dois pequenos Estados, Kacongo e Ngoyo, outrora vassalos do *maloango*.

Dinamismos complexos

Para uma região tão restrita, a análise dos efeitos desse sistema de trocas intensas e prolongadas deve ser conduzido com rigor e fineza. Uma das tendências (relativamente antiga) da pesquisa privilegia os efeitos destruidores do comércio atlântico[23]. As perdas demográficas, resultantes das exportações de escravos mas também das guerras para capturá-los e das doenças vindas da Europa e das Américas, ganham, nessa perspectiva, uma importância crucial. Walter Rodney, apoiado no exemplo do Loango, esclareceu a estagnação técnica provocada pelas importações maciças de mercadorias europeias e americanas e a ruína dos artesanatos metalúrgicos e têxteis locais[24]. Uma outra tendência (mais recente) da pesquisa seria antes levada a atenuar as perdas mensuráveis sofridas pelas sociedades africanas. Assim, para Philip Curtin, as "três migrações transatlânticas" (exportação dos escravos da África para as Américas e, em outro sentido, disseminação de doenças desconhecidas e de novas plantas alimentícias) talvez tenham visto seus efeitos se equilibrarem[25]. O debate continua aberto. Contentar-nos-emos aqui em sublinhar, com relação a essas trocas, os dinamismos de todas as ordens e as mutações de longa duração que afetaram tanto a organização social e as estruturas políticas quanto o povoamento e as mentalidades.

22 R. Gray e D. Birmingham, 1970, p. 149.

23 R. F. D. Rinchon, 1929; W. Rodney, 1972.

24 W. Rodney, 1972, p. 103-123.

25 P. D. Curtin, 1969, p. 270-271.

Em importância, uma das primeiríssimas mutações foi a introdução de culturas alimentícias originárias das Américas: milho, mandioca, amendoim, feijão, tabaco[26]. A partir de mais ou menos 1600, bastarão dois séculos e meio para ver essas culturas substituírem e, às vezes, eliminarem antigas plantas, como bananas, sorgo, milho-painço, inhames. A difusão dessas culturas não se limitou à área costeira, ganhando rapidamente o interior das terras, às vezes margeando as rotas mercantis, às vezes independentemente delas. A mandioca obteve o sucesso mais fulgurante. Presente na costa do Loango desde 1608, ela já era cultivado em países teke no fim do século XVII. Esse impulso se explica por vários fatores. Seu rendimento era nitidamente superior ao dos inhames. Ela oferecia também uma grande segurança contra os imprevistos climáticos e as desordens sociais porque sua raiz podia ficar na terra, sem sofrer danos, por no mínimo dois anos. Planta de usos múltiplos, suas folhas eram comestíveis, enquanto sua raiz se prestava a várias técnicas de transformação e de conservação: uma delas permitia fabricar um pão famoso (*chikwangue* entre os congos) conservável durante cerca de seis meses. No decorrer do século XVIII, a mandioca se expandiu por toda a bacia congolesa seguindo o curso do rio Congo (Zaire) e de seus múltiplos afluentes. Mais lentamente sem dúvida e de maneira menos espetacular, o milho, cuja presença na costa é atestada antes de 1600, substituiu o sorgo. As outras culturas foram progressivamente integradas nos diferentes sistemas de afolhamento. A amplidão e a rapidez dessas mutações foram tamanhas que J. Vansina falou, acertadamente, de uma verdadeira "revolução agrícola". Elas testemunham a princípio uma enorme capacidade de inovação técnica das comunidades campesinas da África Central. Continua contudo difícil interpretar seus efeitos. Teriam elas contribuído, como frequentemente se sublinha, para uma alimentação mais segura e mais diversificada, para uma maior resistência física da população e para um crescimento demográfico mais forte? Nada é menos certo. O valor nutritivo da mandioca é medíocre, e constam, ao menos no século XIX, sinais graves de desnutrição entre os povos que mais a utilizaram, como os tio e os mboshi. De uma maneira mais geral, os vastos desmatamentos necessitados por essas culturas tenham talvez facilitado a multiplicação dos mosquitos e a disseminação da malária e da febre amarela. No nível social, essa revolução agrícola contribuiu, assim como o próprio comércio, para a criação de uma nova divisão do trabalho: as numerosas tarefas agrícolas – desmatamentos, culturas, condicionamento dos produtos – foram progressivamente abandonadas pelos homens, pois eles

26 J. Vansina, 1978*b*.

preferiam se consagrar ao comércio, mais rentável, e confiadas às mulheres e aos escravos. A intensificação da escravidão doméstica e de outras formas de dependência foi uma consequência direta dessas mutações agrícolas.

Nas regiões mais próximas da costa, submetidas aos contatos diretos com o comércio estrangeiro, as transformações revestiram-se de uma enorme complexidade. Nos séculos XVII e XVIII o povoamento se estabilizou e começou um processo de redistribuição que só terminaria no século XIX. Esses movimentos de população foram particularmente complexos em Camarões e no Gabão: o século XVII viu a ocupação do estuário do Gabão por novos clãs mpongwe e o século XVIII, a chegada dos orungu ao cabo Lopez e dos nkomi em Fernán Vaz[27]. No decorrer do século XVIII, começou a lenta dispersão dos fang em algum lugar a partir da margem direita da Sanaga e em direção ao mar[28]. Quanto às estruturas políticas, o comércio costeiro teve incidências bastante contraditórias[29]. Em apenas um caso, dentre os orungu do cabo Lopez, ele determinou a constituição de um Estado forte, centralizado, cujo clã real – Abolia ou Alombe – detinha o monopólio exclusivo do comércio com os europeus. A formação ou o reforço desse Estado aconteceu bastante tarde, na época em que o tráfico atingia seu pico, sob o reinado de Rwombi-Mpolo (por volta de 1790-1810). Em todas as outras partes da costa, operou um mecanismo inverso, ou seja, o espalhamento dos centros de autoridade e o esfacelamento do poder político. Nesse caso, a organização do comércio, do lado africano, não foi monopólio do Estado: a concorrência beneficiou alguns indivíduos, príncipes, plebeus, até mesmo ex-escravos, formadores de uma nova aristocracia, ciumenta de seus privilégios e ávida por poder político. Em Douala, a rivalidade se cristalizou entre a família de Bela ("King Bell") e a de Ngando ("King Akwa") para chegar a uma ruptura definitiva no início do século XIX. No Gabão, a margem direita do estuário era controlada pelos dois ramos do clã aguezaka e a margem esquerda pelos clãs asiga e agulamba. No Loango, homens novos – plebeus, comerciantes, caravaneiros e demais intermediários – obtiveram a maior fortuna, tendo os meios de comprar a terra junto ao rei e de trazer para sua assessoria numerosos subordinados livres ou servis: cita-se, no fim do século XVIII, o exemplo de plebeus possuindo a bagatela de 700 subordinados a guerrear ou cultivar a terra por conta própria.

27 H. Bucher, 1977, p. 149-170; J. A. Avaro, 1981, p. 97-146 e 175-193.

28 P. Alexandre e J. Binet, 1958, p. 13-17; P. Laburthe-Tolra, 1977, p. 410-411.

29 J. A. Avaro, 1981, p. 143-146; J. R. Brutsch, 1950, p. 213-216; P. M. Martin, 1972, p. 158-174; E. M'Bokolo, 1981, p. 19-28.

FIGURA 18.5 Máscara de estilo nguni do Gabão. Usada por um dançarino sobre pernas-de-pau, representa o espírito de uma bela moça de volta à terra após sua morte para tomar parte de uma cerimônia fúnebre como membro da comunidade dos vivos. Altura: 26 cm [Coleção Museu do Homem, Paris. © Foto: M. Delaplanche].

Em função disso, o Maloango teve de vender altos cargos do Estado a esses novos ricos. É certo que em Douala, no Gabão, assim como no Loango, a condição do povo se degradava. Um fato social significativo é o vocabulário antigo dessas sociedades ser assustadoramente rico em termos para designar as numerosas formas de dependência e os diferentes graus de servidão. As mentalidades coletivas sofreram também inflexões maiores, ainda que, nessa área ainda negligenciada pela pesquisa, seja necessário avançar com cautela. Vêem-se aparecer ou se desenvolver no século XVIII novas práticas mágicas e novas concepções da doença cujo centro é o indivíduo, e não mais o grupo familiar, e o objetivo principal é assegurar a proteção contra múltiplas agressões[30]. Essa evolução está sem dúvida ligada a uma insegurança maior como mostra muito nitidamente o caso do Loango: no reino tradicional, qualquer pessoa podia recorrer à justiça real; bastava que ela fosse à capital, tomando estradas especiais, *nzila si nzambi* (caminhos de deus) ou *nzila ivanga nzambi* (caminhos criados por deus), assegurando uma completa imunidade; ora, no século XVIII, as tradições abundam de exemplos de violação flagrante dessa imunidade.

O eixo do rio Congo e o grande comércio congolês

Evocando o rio Congo (Zaire) como "uma linha de partida", o geógrafo Gilles Sautter sublinhou notavelmente o papel do majestoso rio da África Central:

> "O Congo não é apenas, por seus canais e suas grandes ilhas, um mundo original justaposto às áreas [vizinhas]. Ele representa também, para essas últimas, um fator de coordenação e de integração regional. Sua influência é ao mesmo tempo direta, como fonte reguladora de água, e indireta, como grande via navegável, oferecida às iniciativas humanas[31]."

Com efeito, até a colonização, o rio serviu como poderoso traço de união entre os diferentes povos da imensa bacia congolesa. Esse papel não concerne apenas ao rio em si, em sua parte navegável, rio acima do Pool Malebo; é igualmente devido a seus múltiplos afluentes, particularmente o Alima, o Likuala, o Sangha, o Ubangui, na margem direita e o Kwa, o Ruka, o Ikelemba e o Lulonga na margem esquerda. Desde tempos visivelmente muito antigos, organizou-se um notável sistema de trocas, sem parar de aumentar em tamanho e complexi-

30 J. M. Janzen, 1979; E. M'Bokolo, 1983.

31 G. Sautter, 1966, p. 231.

dade e de moldar a maioria das sociedades humanas ribeirinhas do rio Congo e de seus afluentes.

Uma antiga economia de trocas

Numerosos indícios testemunham essa antiguidade. Certamente, por razões evidentes, as tradições não chegam sequer além de cerca de quinze gerações, e o povoamento da região continua difícil de ser retraçado em suas etapas cronológicas e no detalhe de suas orientações. É contudo possível, com o auxílio da linguística, distinguir dois movimentos principais. O primeiro e mais antigo é um movimento de grande amplitude que conduziu esses povos de língua banto a essa região a partir de seu lar original de dispersão: esse movimento parece ter sido orientado do Noroeste para o Sudeste. Com efeito, a maior parte desses povos pertence, na classificação de Guthrie, à área C. Algumas línguas apresentam hoje ainda fortíssimos parentescos com certas línguas nigero-camaronesas: é o que ocorre com o bobangui, com o tunen e o jawara[32]. Esses elementos levam a pensar que uma migração tenha ocorrido diretamente da área original nigero--camaronesa rumo ao habitat atual seguindo os cursos de água, particularmente o Sangha, constituindo as rotas mais cômodas nessa região pantanosa e de floresta densa. Desde o fim do século XV e o início do XVI, os escritos portugueses citam vários povos, notadamente os bolia, os boma e os tio, em sua localização atual[33]. É preciso notar, ao lado desse primeiro movimento, movimentos de fraca amplitude, provavelmente mais tardios e orientados de Leste para Oeste, conduzindo progressivamente à estabilização e à individualização de alguns grupos. Assim, no "país dos rios", atravessado pelo Likuala-Massaka e seus afluentes, todos os povos situam sua origem no Leste, do outro lado do rio[34].

Esses últimos movimentos contribuíram indubitavelmente para criar as condições ou para ampliar as bases de uma economia de trocas, repartindo a população em áreas ecológicas complementares, frentes de água, terras inundáveis e, mais raramente, terras secas. Com efeito, as atividades agrícolas e a pesca eram praticadas concomitantemente durante a estação seca, que era também a estação das estiagens do rio e de seus afluentes. A população teve então de escolher, os povos da água privilegiaram a pesca, cujos produtos eram tradicionalmente

32 J. H. Greenberg, 1963, p. 35-38; J. D. Fage e R. A. Oliver, 1970, p. 131-140.

33 J. Vansina, 1965, p. 78, 80, 81, e 1973*b*, p. 439-446; G. Sautter, 1966, p. 363.

34 G. Sautter, 1966, p. 212, 243-247.

dotados de um grande valor e não havia problemas em trocá-los por víveres ou produtos do artesanato.

Felizmente a arqueologia vem em apoio a essas assertivas. A princípio, é perceptível que todos os estratos conhecidos da pré-história zairo-congolesa se encontram ao redor do Pool Malebo, testemunhando assim uma rara continuidade tanto na densidade do povoamento quanto na diversidade das atividades humanas. Tratando-se mais particularmente das trocas, dois sítios são muito reveladores. No primeiro, situado em Kingabwa, perto de Kinshasa, à margem direita do Pool Malebo, exumaram vários tipos de cerâmica dos quais um, de decoração muito refinada, foi encontrado em outros sítios menores da região de Kinshasa e ao longo do rio, até o lago Mai Ndombe. Datadas de 1450 a 1640, essas cerâmicas são os melhores indícios de relações comerciais muito antigas ao longo do Congo (Zaire) e de seus afluentes. No segundo sítio, em Mafamba, perto do confluente do Kwa e do Congo, foram descobertos vários cachimbos de argila, de estilos muito variados, cuja maior parte não foi usada, sugerindo ser Mafamba um centro de produção ou um entreposto distribuidor dessa mercadoria na região.

As cerâmicas e os cachimbos estão longe de esgotar a gama das mercadorias trocadas. Tudo indica que dois produtos devem ter dominado as trocas de longa distância: o camwood, ou pó vermelho, como cosmético, e o cobre extraído de jazidas do Baixo Congo. Em contrapartida, seu fraco valor de troca e os custos elevados de transporte restringiam a trocas locais, num raio restrito, os produtos de matéria-prima relativamente fácil de encontrar e de técnica de produção bastante rudimentar, tais como o sal, os tecidos, as esteiras e os cestos[35]. Essas trocas, já florescentes antes do século XV, seriam particularmente ativadas pelo desenvolvimento do comércio na costa atlântica.

A implantação do comércio atlântico e suas consequências

Essa implantação se deu em várias fases[36]. Num primeiro momento, do fim do século XV até por volta de 1560, o Reino do Congo desempenhou o papel essencial. A partir de 1529, os documentos de origem portuguesa indicam ter sido a região do Pool Malebo um dos principais fornecedores de escravos, graças às rotas ligando-a a Mbanza Congo (São Salvador) e a Mpinda. Em meados do século XVI, os anziques (tio, teke do Pool) formavam importantes contingentes

35 P. de Maret, F. van Noten e D. Cahen, 1977, p. 495, 497-498 ; R. Harms, 1981, p. 20-23.

36 R. Harms, 1981, p. 24-28.

da população servil do Peru, da Colômbia e do Brasil. Esses escravos eram então encaminhados junto com as cargas de marfim, de tecidos de ráfia e de madeira vermelha. Em sentido inverso, o Pool passou a receber *nzimbus* (conchas servindo de moeda no Reino do Congo), pérolas, tecidos e álcoois europeus. O período 1560-1750 corresponde a um declínio do comércio do Congo, sem isso acarretar, no Pool e em seus anexos, uma redução das trocas dos produtos destinados à exportação. Com efeito, enquanto o Congo sofria com a concorrência crescente de Angola e com as turbulências internas provocadas notadamente pelos jaga, esses mesmos jaga se instalaram nas regiões compreendidas entre o Pool e a costa, controlando o reino de Bungu, a província Congo de Nsundi e as minas de cobre de Minduli. Consequentemente, o declínio das rotas ligando o Pool à costa pelo Congo foi amplamente compensado pelo dinamismo novo do eixo Pool-Loango. Uma terceira fase foi aberta por volta de 1750, prolongando-se até meados do século XIX: a bacia do Congo e de seus afluentes tornou-se então o principal provedor de escravos para as Américas, uma rede de rotas de caravanas particularmente densa ligava-a a uma multidão de portos situados de uma parte e de outra da foz do rio, fosse Loango, Cabinda, Boma, Ambrizette, Ambriz e Luanda.

Ao longo dessas três fases, o Pool Malebo, lugar de ruptura da carga entre as pistas e as rotas terrestres contornando as corredeiras não navegáveis do Congo e as vias fluviais situadas rio acima, foi também o ponto de junção entre o grande comércio congolês e o comércio atlântico. O efeito de acarretamento dele sobre a economia regional repousa em mecanismos fáceis de entender: o comércio de exportação mobilizava mercadorias de altíssimo valor, o que teve por efeito rentabilizar os transportes de longa distância pelo Congo e seus afluentes. Imediatamente o comércio dos produtos de uso local, mesmo transportados por longas distâncias, tornou-se por sua vez rentável, estimulando as especializações regionais. O grande comércio não foi então uma simples sobreposição, mas uma articulação complexa de um sistema de trocas voltado para o mundo exterior e de um outro sistema voltado para a satisfação das necessidades regionais. Cada um repousava contudo em produtos, regras e estruturas específicas.

A área geográfica correspondente a esses níveis de trocas não parou de se expandir a partir de 1500 aproximadamente. Por volta de 1690, o Pool Malebo mantinha relações comerciais permanentes e ativas com o Baixo Kasaï e os países do Alima. Um século mais tarde, o Ubangui estava perfeitamente integrado a esse espaço comercial assim como todos os outros rios intermediários e seus afluentes, Alima, Likuala, Sangha na margem direita, Lulonga, Ruki, Mfimi, lago Mai-Ndombe, Kasaï e Kwango na margem esquerda. A única incerteza diz

respeito à profundeza da penetração comercial ao longo desses diferentes cursos de água. Foi apenas no século XIX que a fronteira comercial teria alcançado o confluente do Ubangui e do Uele.

Ao longo dessas vias aquáticas e, notadamente, de seus confluentes, existiam numerosos mercados cuja contagem completa deveria ser permitida pela arqueologia. Os mais volumosos se encontravam evidentemente no cruzamento dos caminhos mais importantes, ou seja, o Pool Malebo onde se contavam quatro deles desde o século XVIII e talvez antes: Ntamo e Kinshasa, na margem esquerda, Mpila e Mfwa, na margem direita. De acordo com as estimativas dos observadores do século XIX, cada uma dessas quatro feiras abrigava permanentemente de 3000 a 5000 habitantes, aos quais é preciso acrescentar as pessoas passageiras, numerosas principalmente durante a estação comercial. Esta correspondia à estação seca, de abril/maio a setembro, com uma fortíssima concentração dos negócios em agosto. Durante a estação das chuvas, assistia-se a uma desaceleração das atividades, mas as mercadorias destinadas ao estrangeiro continuavam a ser exportadas e as pequenas feiras situadas rio acima do Pool continuavam abertas.

Por falta de estatísticas, é muito difícil ter uma ideia exata do volume de trocas. Raros indícios estão contudo disponíveis. No século XIX, a piroga padrão, cujas dimensões não pareciam ter mudado desde meados do século anterior, media 15 metros de comprimento por 80 a 90 centímetros de largura e podia transportar de 1,5 a 3 toneladas de mercadorias. A capacidade média de um remador era da ordem de 65 a 90 quilos, transportados por aproximadamente 80 quilômetros diários descendo o rio e 50 quilômetros subindo. No século XIX, enquanto o comércio dos escravos desaparecera, estimava-se passarem pelo Pool no mínimo uma tonelada de mercadorias por dia e até 40 toneladas no pico da estação comercial[37].

O sistema de trocas voltado para o mundo exterior baseava-se principalmente em duas mercadorias: os escravos e o marfim. Os escravos, cujo comércio teve um verdadeiro boom após 1750, provinham principalmente de quatro regiões: a bacia do Lulonga, os países do Alima, o país Boma, situado entre a confluência do Congo e do Kwa e o lago Mai-Ndombe, e a bacia do Ubangui. A título de exemplo, o tráfico negreiro no vale do Lulonga revela a extrema complexidade dessas trocas: ao redor da principal feira, Basankusu, existiam numerosas vilas onde os escravos se dedicavam à agricultura enquanto não eram vendidos; uma

37 J. Vansina, 1978 *a*, p. 255-258.

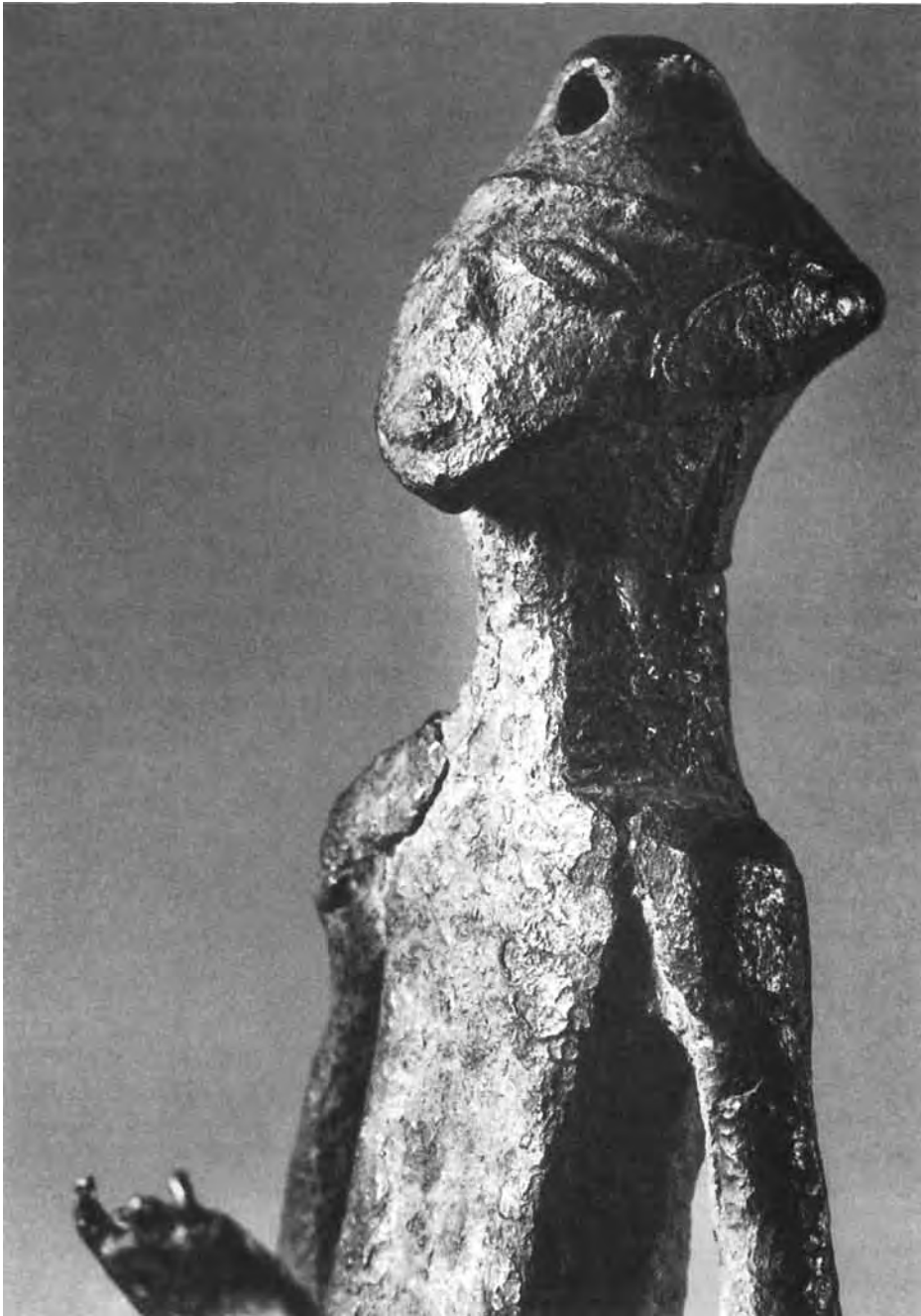



FIGURA 18.6 Estatueta kuba em ferro forjado, por volta de 1515. Altura: 18,7 cm [Etnografisch Museum, Antuérpia].

parte dos escravos vendidos seguia o curso do rio para ser exportada; outra parte subia o curso do Ubangui para ser vendida aos loi em troca de marfim destinado aos mercados do Pool e da costa atlântica[38]. Isto é: os escravos, mercadoria de exportação por excelência, também serviam localmente. Essa situação era devida não apenas às mutações da agricultura, já assinaladas, mas também às necessidades de trocas e às transformações das estruturas sociais e políticas. Assim, os povos ribeirinhos do Kwa compravam dos bomas escravos encarregados de transportar suas mercadorias até o Pool e vice-versa.

Entre os tio, a escravidão doméstica era tão desenvolvida que a palavra *mboma* (homem da etnia boma) veio designar toda pessoa estúpida ou de condição inferior. Com o impulso do comércio negreiro, viu-se multiplicarem os mecanismos de servidão. Entre os bobangui, o principal povo comerciante da bacia do Congo, fazia-se uma distinção entre *montonge*, escravo capturado, e *montamba*, escravo vendido por seus pais, indicando a que ponto os valores sociais foram revirados pelo comércio negreiro. Ele era visto em toda a região como um comércio de luxo e um tráfico vergonhoso: comércio de luxo porque beneficiava apenas a uma ínfima minoria, os chefes de linhagem e de vila, bem como os intermediários bobangui; tráfico vergonhoso porque, nas negociações, repugnavam-se ao usar a palavra "escravo", preferindo a ele o eufemismo alusivo de "cachorro".

A segunda mercadoria de exportação, o marfim, aparece nos textos portugueses desde o século XVI como um dos produtos mais rentáveis. O uso local do marfim era antigo porque faziam dele braceletes e alfinetes de cabelo. Mas parece que, comparado ao cobre, usado também para fabricar jóias e enfeites, seu valor de troca tenha permanecido bastante fraco na região.

A densidade das manadas de elefantes era alta em área florestal, particularmente na bacia do Sangha e no vale do Lulonga e de seus afluentes, o Lopori e o Maringa. A caça ao elefante era um quase monopólio dos pigmeus, mas a rede dos direitos sobre os animais abatidos era tão complexa que os caçadores definitivamente tiraram pouco proveito dela: entre os likuba, os chefes ficavam com as duas presas, deixando para o caçador apenas a carne; entre os tio e os mboshi, os chefes pegavam por direito o marfim que havia tocado o chão quando da queda do elefante; além disso, entre os tio, o resto do marfim era dividido em três partes: a primeira para o caçador, a segunda para o senhor da terra e a terceira para o chefe político. Até o fim do século XVIII, o marfim seguiu as mesmas rotas e passou pelas mesmas mãos que os escravos, estes repre-

38 R. Harms, 1981, p. 30-31.

sentando, em valor, o essencial das trocas. A relação entre as duas mercadorias só se inverteria após 1830. A gama de produtos recebidos em troca e procedentes da costa, limitada a princípio ao sal, às conchas *nzimbu* de Luanda, aos tecidos

FIGURA 18.7 Bigorna kuba. Altura: 28 cm [Instituto dos museus nacionais da República Democrática do Congo.]

e pérolas, ampliou-se em meados do século XVII com a introdução de objetos metálicos, particularmente facas, e de espelhos. O século XVIII viu um aumento espetacular dos fuzis e da pólvora, dos produtos à base de cobre e de estanho, e das bebidas alcoólicas.

A circulação desses objetos na bacia do Congo é pouco conhecida. A própria organização das trocas, o valor relativo dos produtos de acordo com os lugares e a diversidade dos gostos teriam impedido sua igual distribuição. Até cerca de 1750, estivemos diante de um "comércio fracionado", cada grupo étnico controlando uma porção do rio ou de seus afluentes: esse sistema facilitou o confisco de alguns produtos fortemente valorizados, tais como os espelhos e a porcelana. A velocidade de circulação dessas mercadorias é também o objeto de especulações desde que Stanley estimou, por volta de 1880, que a média de tempo levada para transportar um artigo europeu da costa até o Ubangui era de cinco anos.

O comércio dos produtos de uso estritamente local cobria a mesma área, ou uma área apenas maior, do que o comércio das mercadorias de exportação. Assim, os países do alto Ogwê produziam objetos de ferro com destino à área do rio por intermédio dos kukuya e dos tio. Não era raro ver indivíduos ou grupos engajarem-se nos dois comércios ao mesmo tempo: ao longo do Kasaï e de seus afluentes, os nunu e os ntomba produziam, desde o século XVIII, cerâmicas, sal e álcool de cana de açúcar para a feira do rio Congo ao mesmo tempo que marfim e goma, destinados à costa; o mesmo ocorria com os bobangui, intermediários privilegiados em toda a região, que fabricavam produtos diversos, essencialmente de origem artesanal, destinados às feiras locais.

Esse comércio local se relacionava a dois tipos principais de mercadorias. Os produtos alimentícios se beneficiavam de um enorme mercado porque, a partir do século XVIII, o nível elevado e incessantemente crescente da demanda exterior levou várias vilas a se especializarem no comércio. Era particularmente o caso do Pool, nos vales do Alima, do Likuala-Massaka e do Shanga bem como nos centros comerciais da área florestal não mais capazes de autossuficiência alimentar. A mandioca, cultivada e transformada pelas mulheres era um dos produtos mais procurados. A palmeira de óleo fornecia produtos variados: o óleo de consumo, cujos proveitos da venda eram partilhados entre o proprietário da árvore, o homem que a escalara para cortar o cacho e a mulher que extraíra seu óleo e o vinho de palmeira, produzido exclusivamente pelos homens. O sal representava um outro produto de importância vital, fosse o sal-gema vindo do país Mboshi ou sal vegetal fabricado principalmente pelos povos ribeirinhos das vias aquáticas. Esses mesmos povos forneciam várias espécies de peixes, frescos

ou defumados, de acordo com técnicas muito finas. Por fim, encontravam-se tabaco e álcoois locais.

O artesanato contribuiu igualmente para alimentar esse comércio. Ele era obra de especialistas: nas sociedades de agricultores, as mulheres se encarregavam da produção agrícola enquanto o artesanato era o apanágio dos homens; em contrapartida, nas sociedades pesqueiras, a captura dos peixes cabia aos homens, liberando as mulheres para trabalhos de artesanato. As fabricações mais procuradas eram as seguintes: as esteiras, uma especialidade dos "povos da terra", em oposição aos "povos da água"; o camwood, ou pó vermelho, produzido pelas mulheres; os tecidos de ráfia pelos quais os tio eram muito famosos; as ferramentas de ferro; a cerâmica, fabricada na maioria das vilas, mas de acordo com técnicas e decorações diferentes, o que estimulava sua troca; as pirogas enfim, de todos os tamanhos, as grandes, destinadas ao comércio medindo até 20 metros ou mais, enquanto as pequenas, da ordem de 3 metros de comprimento, serviam para deslocamentos em curtas distâncias entre as vilas de pescadores[39].

As diferenças eram então grandes entre os dois tipos de trocas. O comércio orientado para o estrangeiro baseava-se em uma economia de destruição – migrações forçadas e caça – pouco preocupada com a reprodução das riquezas sobre as quais ele se baseava: só beneficiavam uma minúscula minoria. O comércio dos produtos locais era fundamentado numa economia de produção, que não parou de crescer no decorrer dos séculos e contribuiu seja para a manutenção seja para a melhoria das técnicas rurais: os beneficiados com isso foram as pessoas simples, tanto homens quanto mulheres, cada um de acordo com o volume de sua produção.

Sociedades muito diversificadas

Essas trocas, de longa duração, agiram como um fator de unificação progressiva dos diferentes povos da bacia do Congo, apesar dos obstáculos tendendo a preservação de particularismos. Dentre esses obstáculos figurava a própria organização do comércio – o comércio fracionado – e permanecendo assim até meados do século XIX: o rio e seus afluentes eram divididos em esferas de influência, controladas cada uma por um grupo étnico, por exemplo, os sakata e os nunu no Kwa e no Mfimi, os likuba no Alima e os loi no baixo Ubangui. Foi apenas no decorrer do século XVIII que os bobangui passaram a reinar no conjunto do eixo Congo-Ubangui. A desconfiança reinou por muito tempo

39 G. Sautter, 1966, p. 272-278; J. Vansina, 1973*b*, p. 276-281; R. Harms, 1981, p. 51-69.

nas relações entre os diferentes parceiros e as pilhagens não eram raras. Para se preservar delas, as expedições comerciais eram imponentes, reunindo 10 grandes pirogas ou mais, movidas cada uma por 30 a 60 remadores. Os conflitos de inte-

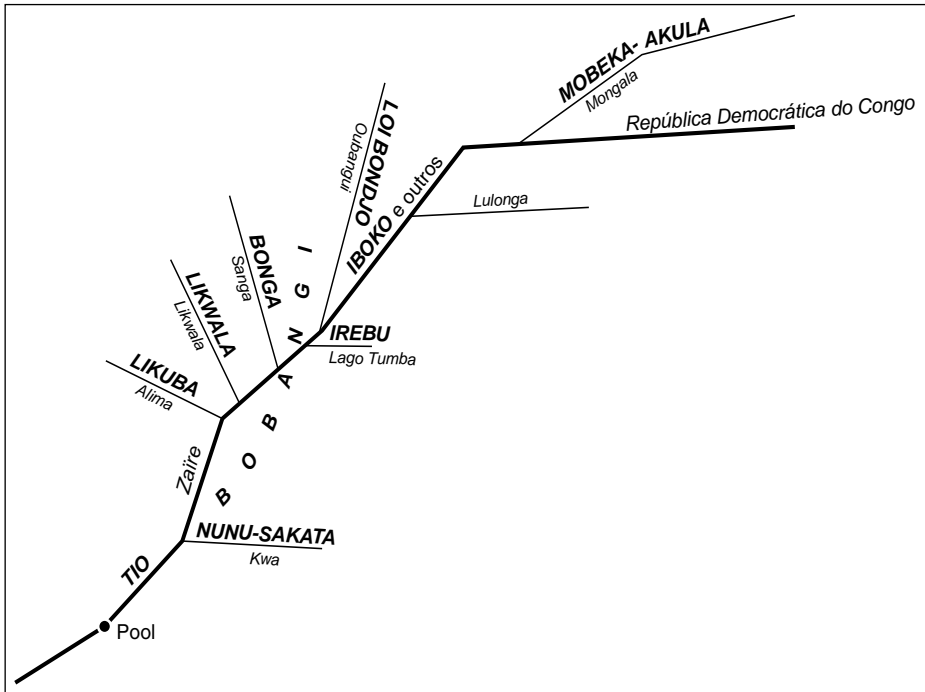



FIGURA 18.8 Povos e áreas de influência ao longo do eixo Congo-Zaire [Fonte: de acordo com R. Harms, 1981, p. 76.]

resses desembocavam às vezes em verdadeiras guerras: foi o caso entre os dois grupos mais engajados nas trocas, os bobangui e os tio, que só alcançaram um acordo durável no início do século XIX. Dentre os vários fatores de unificação, é preciso que nos detenhamos nas técnicas comerciais em si. Assim, a partir do século XVIII, o conjunto da região passou a adotar as mesmas moedas para as transações – tecidos de ráfia, *nzimbu*, cauris, moedas de cobre –, moedas estas em concorrência local com moedas de uso mais restrito. Da mesma forma, a prática muito expandida do crédito criou longas cadeias de solidariedade em toda a área comercial. A conduta lucrativa do comércio exigia também o desdobramento de estratégias de amplas alianças: alianças matrimoniais e, principalmente, fra-

ternidades de sangue a criarem entre os parceiros várias obrigações (proteção e hospedagem, solidariedade financeira em caso de dívida, ajuda militar, apoio moral e financeiro quando do luto). O comércio do rio funcionou assim como um caldeirão, misturando os povos, difundindo as mesmas práticas e crenças, facilitando o acesso à hegemonia do bobangui, língua das trocas por excelência. Essa comunidade de civilização, cuja formação acelerou-se no século XVIII, desabrocharia entre 1850 e 1880.

Essa unidade progressiva se conjugava com uma certa diversidade, ligada em parte às múltiplas formas de inserção e de adaptação dos povos ao grande comércio congolês.

Com efeito, nem todos exerciam o comércio. Nessa região dominada pela onipresença da água, a pesca, uma das mais antigas atividades da população banta da bacia congolesa, permaneceu sendo a base de vários grupos. As sociedades de pescadores caracterizavam-se a princípio por sua enorme mobilidade no espaço, determinada pelas variações da altura das águas e os deslocamentos regulares dos cardumes de peixes: os homens moravam, de acordo com a estação, em vilas fixas ou acampamentos de pesca construídos durante a estiagem e abandonados quando da cheia do rio. No plano social e político, existia uma defasagem muito nítida entre as unidades políticas e as unidades econômicas. A unidade política de base continuava sendo a vila: a autoridade do chefe, de essência mais ritual e religiosa, era exercida exclusivamente nesse quadro estreito; vários aspectos na vida das vilas fugiam ao seu controle, particularmente o vai e vem incessante dos pescadores entre a vila e os acampamentos de pesca e a atividade das efêmeras equipes de pescadores. As unidades econômicas de base eram precisamente essas equipes de estruturas extremamente flexíveis: elas se pareciam com associações voluntárias, baseadas na iniciativa de um pescador famoso, agrupando alguns de seus parentes aos quais se acrescentavam indivíduos voluntariamente engajados durante a campanha de pesca. Assim, as células familiares nas quais eram baseadas as vilas desfaziam-se em função das necessidades da pesca. Se esse sistema encorajava um certo individualismo, ele garantia também um alimento regular em cada família, pois o azar eventual de alguns familiares era sempre compensado pelo sucesso dos que participavam de equipes mais afortunadas[40].

Os exemplos são vários dessas sociedades da bacia do Congo, integradas certamente à economia de troca, mas aproveitando dessa nova situação econômica

40 R. Harms, 1981, p. 111-125.

para desenvolver suas atividades produtoras. Esse particularismo econômico explica sem dúvida, ao menos em parte, a permanência de estruturas políticas originais dos numerosos grupos mongo, cuja história continua ainda muito pouco conhecida[41].

Quanto aos povos que se especializaram em atividades mercantis, sua evolução se revelou muito heterogênea como mostra aquela, contrastada, dos bobangui e dos tio. Os detalhes da longa migração dos bobangui desde o médio ou o baixo Ubangui até o Pool Malebo são muito difíceis de reconstituir. De acordo com os primeiros administradores coloniais, escrevendo por volta de 1885, seu estabelecimento no rio Congo datava de duas ou quatro gerações, ou seja, somente do início do século XIX. Ora, as fontes europeias citam vários escravos quimbangue na costa no século XVIII, enquanto o *Diário Congolês 1690-1701*, de Fra Luca da Caltanisetta, evoca a chegada de imigrantes não identificados no Pool no decorrer do século XVII[42]. Certamente, essa sociedade inicialmente de pescadores se converteu muito rapidamente ao comércio, que se tornou o fundamento exclusivo de toda a vida social. Houve doravante confusão entre unidade política e unidade econômica. A sociedade bobangui baseou-se em firmas comerciais pertencentes a ricos comerciantes que não se apoiavam nos laços de parentesco, pois cada um deles esforçava-se mais para adquirir subordinados, mulheres e escravos, sobre os quais sua autoridade era maior do que sobre parentes e privilegiados. Era uma sociedade amplamente aberta, apresentando uma grande mobilidade social: bastava ser ativo e feliz nos negócios para enriquecer e obter assim o meio de aumentar o número de subordinados, chegar ao poder e pretender títulos políticos, dos quais o mais elevado, o de *mokondzi* (chefe), reforçava a posição de seu detentor à frente de sua empresa, facilitando-lhe a conclusão de alianças em toda a região e o fazia participar dos conselhos encarregados de regular os diferentes problemas ligados ao comércio.

Quanto aos tio, eles tinham a sorte única de estarem instalados no mais importante cruzamento de rotas comerciais e no principal ponto de ruptura de carga da rede comercial congolesa. Aparentemente, o comércio não tinha conseguido revirar as estruturas políticas do Reino. Este, apesar do sentimento de origem comum e de uma identidade cultural, era muito amplamente descentralizado. Na base do edifício se encontravam chefias bastante autônomas: o chefe detinha prerrogativas rituais importantes, mas atribuições políticas limitadas; ele não podia proibir a instalação de recém-chegados em seu território nem se opor, em caso de

41 G. Van der Kerken, 1944; G. Hulstaert, 1972.

42 G. Sautter, 1966, p. 243-245; P. M. Martin, 1972, p. 124.

dissensão grave, à partida definitiva de seus súditos descontentes. Essa situação encontrava-se também no nível mais alto da hierarquia: o *ôkoo* (o rei, deformado pelos europeus em *makoko*), tinha principalmente um papel espiritual; a realidade do poder temporal pertencia a alguns altos dignitários como o *ngaailiino*, encarregado de receber o tributo e de dirigir a administração, e o *muidzu*, juiz supremo do país. Contrariamente às chefias, a dignidade do *ôkoo* não era hereditária: o rei era eleito dentre os chefes mais importantes do Reino e por seus pares, reunidos em um colégio de onze eleitores presidido pelo *ngaailiino*. Essa estrutura muito antiga conservou o essencial de suas características até a colonização. No nível social se manifestaram insidiosamente as modificações mais duráveis. Houve a princípio uma dissociação cada vez mais nítida entre os ribeirinhos, pois reservaram para si as atividades comerciais, e os tio do interior, especializados na produção agrícola para o mercado do rio (mandioca e tabaco). Esses trabalhos agrícolas intensivos exigiam uma mão de obra sempre mais numerosa, contribuindo para o acúmulo de mulheres e a aquisição de escravos em número crescente. Dentre os ribeirinhos, os que mais aproveitaram o comércio foram os chefes, notadamente no Pool, pois souberam bem explorar seu direito exclusivo de vender os homens e o marfim. Por outro lado, os chefes e dignitários estabelecidos longe do Pool, como o rei, residente em Mbe, a mais de cem quilômetros ao Norte, participavam apenas incidentalmente do comércio, enviando para lá seus subordinados: detentores do poder político, eles tinham um poder econômico inferior ao dos ribeirinhos.

Essas economias mercantis dos bobangui e dos tio não se tornaram capitalistas. Realizavam-se aí lucros importantes, mas estes não podiam ser investidos no setor produtivo. Não se podia comprar a terra nem a força de trabalho senão sob a forma servil. A moeda, aceita em algumas transações, não era "um equivalente universal" permitindo comprar de tudo: acumulada sob diversas formas, ela até proporcionava empréstimos, mas frequentemente sem juros; alguns bens, serviços sociais e rituais, tais como as multas e o dote, sempre escaparam da domínio monetário.

O quadro assim desenhado das populações e das sociedades da África Central mostra de uma maneira claríssima sua indiscutível diversidade, bem como suas incontáveis aptidões para inovar, mesmo em situações muito restringentes. Ele indica também, pelas próprias lacunas do conhecimento, as direções as quais os pesquisadores deveriam tomar urgentemente: de uma parte, a de uma vasta pesquisa, com grandes meios, destinada principalmente à coleta de novos materiais (arqueologia, tradições orais) e, de outra parte, a de uma elaboração teórica inclinada notadamente para o estudo das estruturas sociais, para a evolução cultural e para a história das mentalidades.

CAPÍTULO 19

O Reino do Congo e seus vizinhos

J. Vansina
(a partir de uma contribuição de *T. Obenga*)

A parte ocidental da África Central, ao Sul das florestas equatoriais, é habitada por povos falantes de dialetos da língua kikongo e de línguas estreitamente aparentadas[1]. Tal unidade linguística encontra-se reforçada por uma profunda unidade cultural. Esse grupo etnolinguístico ocupa um território que se estende do Gabão meridional ao planalto de Benguela e do Oceano Atlântico até muito além do Rio Cuango. No Nordeste, esse complexo sempre beirou uma área teke centrada nos planaltos bateke e, no Sul, uma área ovimbundu no planalto de Benguela. A história dessa região está bem documentada a partir do século XVI. No que concerne o período de 1500 a 1800, estima-se em mais de meio milhão o número de páginas escritas na época contemporânea, número este nunca alcançado para qualquer outra parte do continente de tamanho comparável.

Desde mais de um século, inúmeros textos e guias foram publicados[2], ao passo que uma escola historiográfica se desenvolveu desde o século XVII[3]. É

1 M. A. Bryan, 1959, pp. 56-62; T. Obenga, 1969 e 1970.

2 Panorama das fontes contemporâneas: A. Brasio, 1952-1971; T. Filesi e E. de Villapadierna, 1978; L. Jadin, 1961 e 1975; e os trabalhos de A. Felner, L. M. Jordão, J. Cuvelier e F. Bontinck. Bibliografias em W. G. L. Randles, 1968; J. K. Thornton, 1983*b*. Dentre os autores do passado, os mais importantes são: G. Cavazzi, 1965 (1687); O. de Cadornega, 1940 (1681); O. Dapper, 1668; L. Degrandpré, 1801; F. de Pigafetta, 1591; A. Proyart, 1776; E. de Silva Correa, 1937 (1782)

3 J. K. Thornton, 1983*b*, pp. XVII-XX, para a historiografia recente.

evidente que esse capítulo apenas poderá ser uma introdução, na qual até a bibliografia mais recente teve de ser seletiva.

Nos séculos XVI e XVII, o movimento histórico dessas terras foi muito diferente do que se tornaria depois. De fato, foi nessa época que o homem organizou os grandes espaços e utilizou estruturas políticas para formar Estados. Porém, após cerca de 1665, esses espaços foram reorganizados pelo homem em um escala ainda maior (os Estados tornando-se menos importantes) em virtude dos imperativos de uma estrutura econômica particular, procedente do tráfico intensivo de escravos. Por isso abordaremos os primeiros séculos privilegiando a história dos reinos. Apenas nos debruçaremos sobre o comércio de escravos a partir do momento em que a dinâmica deste começou a provocar o declínio de tais reinos.

As potencialidades dessas regiões são condicionadas pela orografia e pelo regime de chuvas. As terras férteis encontram-se nos vales cuja estação seca é de curta duração. Porém, essa estação varia de dois a seis meses segundo a latitude e o afastamento da costa, esta última sendo mais seca. O caráter geralmente montanhoso dos territórios explica o fato de a população, em sua busca de um habitat melhor, ter sido desigualmente repartida, regiões povoadas, do tamanho de um pequeno distrito ou de um centro provincial, alternadas com desertos. A região mais favorecida pela diversidade dos ambientes situava-se Ao Norte do Rio Zaire/Congo, a partir da costa até a região chamada de Mayombe. Ademais, ali se encontravam interessantes jazidas minerais (cobre, chumbo, ferro). Foi aí que nasceram os dois maiores Estados da costa: os reinos do Congo e do Loango.

Desde pelos menos 400 a.C., agricultores falantes de línguas bantas ocidentais estavam instalados Ao Norte e ao Sul do baixo Zaire, ali cultivando inhames, legumes e palmeiras. Entre os séculos II e V, tal povoamento foi reforçado pela chegada, pelo Leste, de comunidades falantes de línguas bantas orientais. Essas comunidades cultivavam cereais e criavam bovinos onde a mosca tsé-tsé o permitia, principalmente em Angola. Antes dessa chegada, a metalurgia do ferro penetrara na região a partir do ano 100, ou talvez mais cedo. Por fim, a cultura da banana veio completar o sistema de produção, talvez no decorrer do século VI[4].

Desde então, as organizações sociopolíticas tornaram-se mais complexas, e chefias formaram-se entre o oceano e o rio, a montante do Pool. Foi na zona

4 J. Vansina, 1984*b*.

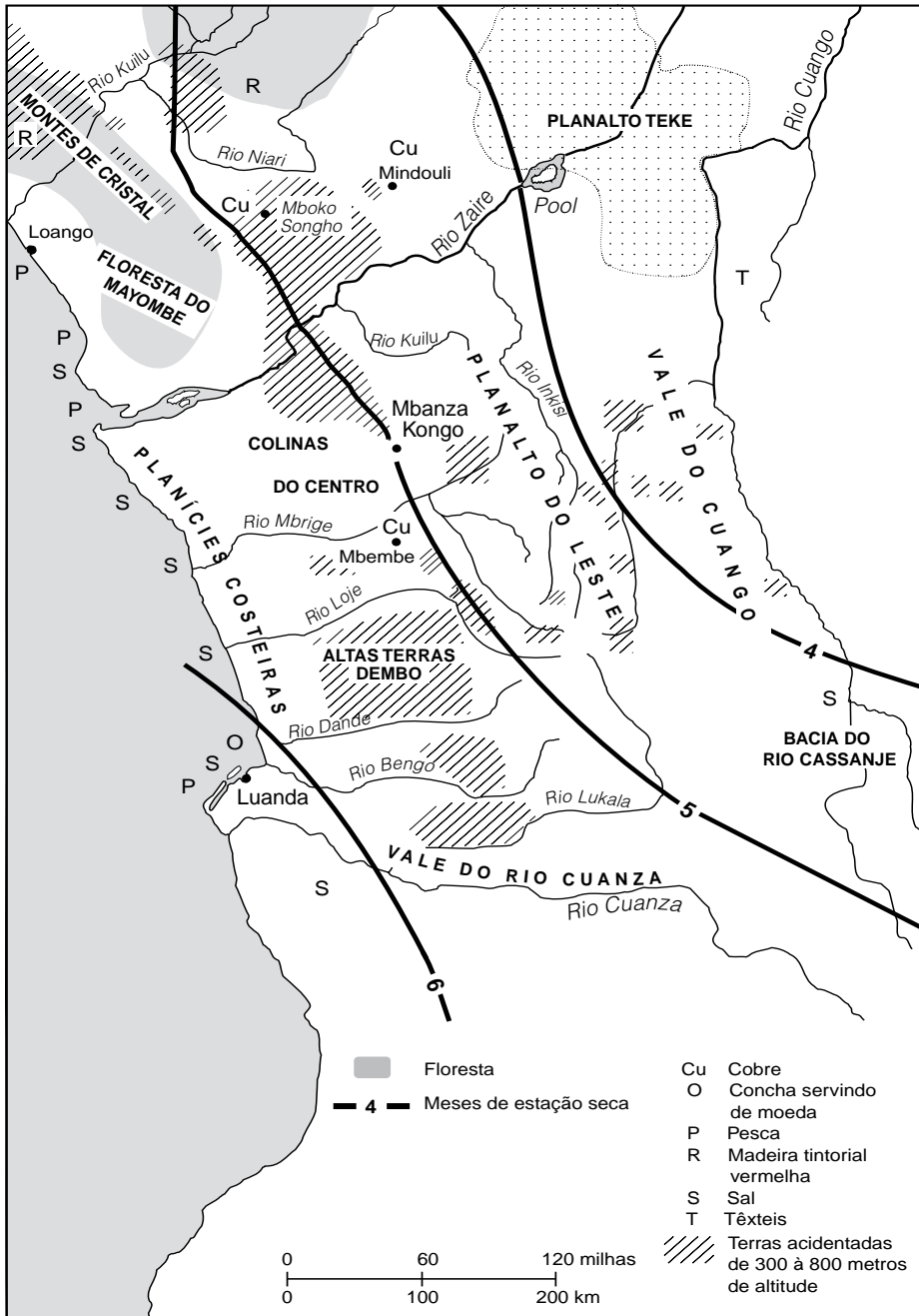



FIGURA 19.1 Topografia e recursos naturais do Congo (segundo J. Vasina).

mais rica, Ao Norte do baixo Zaire, na região de Mayombe, que a divisão do trabalho regional foi a mais avançada. Por volta de 1500, os habitantes da costa forneciam o sal e o peixe e haviam convertido a planície costeira de Loango, nos arredores do estuário do Zaire, em um imenso palmeiral produzindo óleo de palma. Os ribeirinhos do estuário eram ceramistas e, no interior das terras, produziam-se cobre e chumbo, de Mboko Songho até Mindouli, assim como ferro, na região de Manyanga (Nsundi). Mais Ao Norte, perto da borda da floresta, cultivava-se a palmeira ráfia e produzia-se tecidos em grandes quantidades. Enfim, ali e no cerne da floresta, produtos florestais tais como a madeira tintorial vermelha eram trocados por produtos da savana. Foi ali que nasceu a civilização conga. Por sua vez, a civilização teke desenvolveu-se nos planaltos a partir de empréstimos a outros grupos da borda da floresta, vizinhos dos grupos congos, assim como de aportes – ao menos de cunho político – provenientes do médio Zaire/Congo. O reino teke, mencionado a partir de 1507, talvez seja o mais antigo de todos, assim como se pensava pelo menos no século XVII[5].

O Reino do Congo teve origem na chefia vungu, Ao Norte do rio[6]. Nessa época, chefias, pequenos reinos e conglomerados de chefias cobriam todo o país rio abaixo, tanto ao Norte quanto ao Sul. O pai do Reino do Congo, Nimi Lukeni, fundou Mbanza Kongo na localização atual de São Salvador e seu reino constituiu-se tanto por aliança com o chefe local, o *kabunga*, e com o rei que, mais ao Leste, dirigia o Mbata, no vale do Inkisi, quanto pela conquista de outros territórios rumo ao mar e ao baixo vale do Inkisi. Não se conhece a data de formação do reino. Alguns autores chamam a nossa atenção sobre um processo que começaria, segundo um raciocínio analógico, no século IX[7]. Outros se limitam à data em si da fundação desse reino, ou seja, entre 1300 e 1400[8].

Os estudiosos concordam em pensar que a criação do reino tio seja mais antiga, embora esse consenso não se sustente em nenhum dado irrefutável. Quanto ao reino do Loango, criado nas proximidades de Vungu, no Norte do rio, alguns pensam que teria chegado a seu auge no século XVI, ao passo que outros, em função do fato de ele não ter chamado a atenção da metrópole portuguesa antes de 1576, sustentam que, nesta data, não era muito desenvolvido nem muito antigo. No Sul do Congo, o Estado de Ndongo cujo rei carregava o título de *ngola* (que deu origem à palavra Angola), estava em formação por

5 O. Dapper, 1668, p. 219 (tradução alemã, 1670).

6 J. Vansina, 1963.

7 Para esse raciocínio, ver M. M. Dufeil, 1980-1981.

8 W. G. L. Randles, 1968, p. 18.

volta de 1500. Contrariamente ao Congo ou ao Loango, que eram coligações de grandes províncias, o Ndongo constituiu-se pela conglomeração de um grande número de pequenas chefias, confirmando assim a tendência para uma organização estatal de origens muito menos profundas do que no Congo e no Loango. Além disso, por volta de 1520, ainda dependia parcialmente do Congo, assim como as chefias dembo que o separavam do Congo propriamente dito.

FIGURA 19.2 Cerâmica yombe. Altura: 37,5 cm. [Instituto dos museus nacionais do Zaire/RDC.]

Uma hegemonia: o Reino do Congo

Nos séculos XV e XVI, o Congo era o único Estado capaz de exercer sua hegemonia sobre toda a região, entre o planalto de Benguela e os planaltos bateke, e desde o mar até além do rio Cuango. Por volta de 1500, as fronteiras do Estado beiravam o rio Zaire, do estuário até sua confluência com o Inkisi e, em alguns lugares do Norte, estendia-se além do rio, notadamente no Manyanga. Incluía a bacia do Inkisi e todas as terras do Sul, até o Loje. Expandia-se em direção ao Sul, e talvez rumo ao Cuango. Ademais, influenciava todas as entidades políticas, exceto o reino tio, e por vezes arrecadava tributos delas. O reino propriamente dito era muito povoado, mas apenas dispomos de estimativas muito aproximativas para determinar o número de seus habitantes. A maioria dos especialistas aceita uma estimativa em torno de 2 milhões. Porém, certo autor sustenta que teriam sido 4 milhões, e talvez até 8 milhões, ao passo que outro se recusa a ultrapassar meio milhão[9]. As regiões influenciadas pelo Reino do Congo tiveram, no máximo, uma população de mesmo tamanho. A do reino tio devia ser muito baixa, a não ser nos arredores do Pool Malebo.

Visto o papel crucial do Congo na evolução histórica da região, convém apresentar o esquema de sua organização. De início, era dividido entre uma grande cidade, a capital Mbanza Kongo, e o campo. Ali coexistiam três camadas sociais bem definidas. A nobreza, os aldeãos e os escravos diferenciavam-se por seu estatuto legal, suas atividades e seu estilo de vida. A própria língua expressava essas diferenças graças a uma terminologia que opunha as noções de "civilização" e de "educação", ligadas à vida urbana, ao conceito de "rusticidade", própria do campo. O mesmo vocábulo significava "escravo" e "cativo de guerra", indicando assim a procedência dos escravos[10]. A nobreza constituía a ossatura do reino, e a cidade a corrente de transmissão. Os nobres viviam nas cidades, exceto quando deviam ocupar cargos de comando nas províncias. A alta nobreza compunha-se dos parentes do rei ou de um de seus predecessores. Constituía-se em casas bilaterais ligadas entre elas por alianças matrimoniais e pelo fato de alguns indivíduos pertencerem simultaneamente a várias casas. Frente às aldeias a nobreza formava um bloco. A matrilinearidade determinava o acesso às terras,

9 J. K. Thornton, 1977*a*; W. G. L. Randles, 1968, pp. 146-148.

10 J. K. Thornton, 1983*b*, pp. 17 e 21-22; J. van Wing e C. Penders, 1928: *kifuka* (urbanidade), *kifuka kia utinu* (corte do rei), *uvata* (rusticidade), *vata* (cultivar), *evata* (aldeia). Esse dicionário, de 1650-1652, foi certamente estabelecido por Reboredo, cônego e primo do rei, e permanece uma das principais fontes para o estudo das mentalidades.

o lugar de residência e a sucessão à frente da aldeia[11]. A coesão social era muito mais fraca entre as aldeias do que no seio da nobreza. O rei nomeava seus parentes próximos para os cargos chave do governo das províncias, da magistratura superior e da administração fiscal. A realeza baseava-se em eleições: o conselho real comportava 12 membros – dos quais 4 eram mulheres – que representavam, segundo Hilton, os clãs dos avós do rei[12]. Apesar dessa instituição, as lutas de sucessão eram corriqueiras. Depois de uma dentre elas, opondo os senhores do Norte aos da capital e do Sul, Nzinga Mbemba, conhecido como Afonso I, sucedeu a seu pai, Nzinga Nkuwu, em 1506[13].

Os reis, por serem grandes polígamos, tinham vários filhos, e sua casa alcançava rapidamente grandes proporções. Após vinte e cinco anos de reinado, Afonso já tinha 300 netos e bisnetos[14], e certamente o mesmo número de sobrinhos em primeiro e segundo graus. A esposa principal do rei devia ser a filha ou a irmã do governador de Mbata, província esta em que o governo era hereditário dentro do parentesco matrilinear dos Nsaku Lau. O príncipe reinante ali se casava, por sua vez, com uma parente próxima do rei. O dignitário religioso supremo do reino, o *mani kabunga* (senhor) de Mbanza Kongo era oriundo de um ramo de parentesco deste príncipe, os Nsaku Vunda. Tal dignitário era responsável pelo culto do espírito territorial da região da capital. Os dois senhores dos Nsaku coroavam o rei. Vê-se então claramente como se constituiu o reino em sua origem.

O Reino do Congo, apesar de ser governado por uma rede de parentes do rei, permanecia fortemente centralizado. O rei nomeava os governadores territoriais, à exceção daquele de Mbata e, após 1491, daquele do Soyo onde se encontrava o porto do reino, em Mpinda. Podia demitir os governadores e outros funcionários a seu bel-prazer. A nobreza não tinha cargos hereditários e vivia no esquecimento em Mbanza Kongo: a cada geração, sua hierarquia era redefinida em relação aos novos reis. A centralização era ainda reforçada pela existência de uma moeda cuja emissão o rei controlava. Tratava-se de conchas de *olivancilaria nana*, chamadas de *nzimbu*, procedentes das pescarias de uma ilha que fazia parte do reino, a de Luanda. A centralização também era perceptível em nível

11 A. Hilton, 1985, dá uma série de indicações; a prova vem de J. van Wing e C. Penders, 1928: *unguri* (parentesco), *unguri ankana* (senhoria, título ainda em uso por volta de 1900 entre os suku do Sul) e *nguri* (mãe). O prefixo *u-* indica o abstrato, e a expressão traduzida por "senhoria" indica que se percebia o território como um parentesco alargado, *unguri* significando "o princípio da mãe".

12 A. Hilton, 1985, p. 194.

13 L. Jadin e M. Dicorato, 1974, pp. 54-64.

14 *Ibidem*, p. 181.

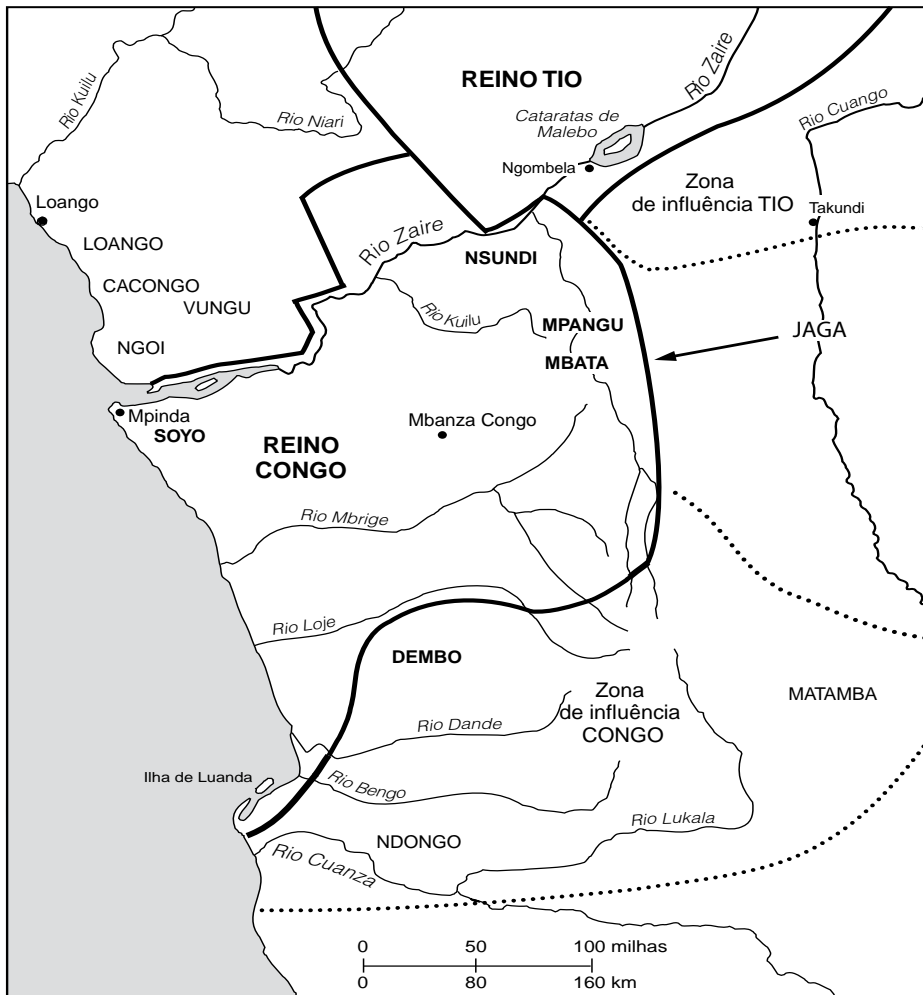



FIGURA 19.3 O Reino do Congo e seus vizinhos no século XVI (segundo J. Vansina).

militar. Cerca do fim do século XVI, a guarda real era composta por 16.000 a 20.000 escravos[15] e constituía a única força armada permanente do reino. Em caso de guerra no exterior, o recrutamento dos camponeses organizava-se em unidades territoriais. Cada casa de nobres, organizada em torno de um grande

15 F. de Pigafetta, 1591, p. 120; A. Hilton, 1985, p. 196.

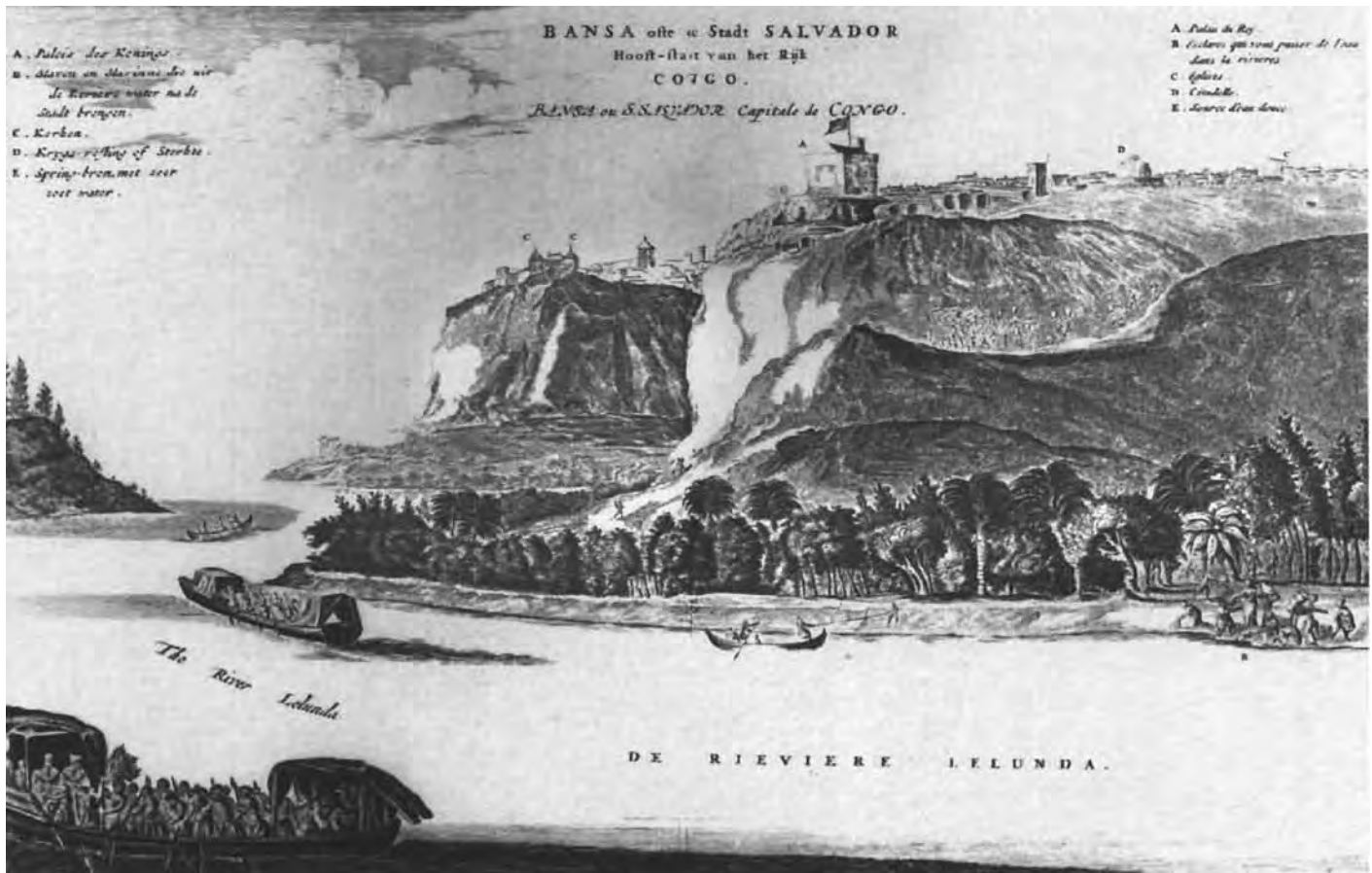



FIGURA 19.4 São Salvador, capital do Reino do Congo, no sítio de Mbanza Kongo. [Fundação Dapper, Paris.]

homem, também tinha seus próprios homens (subordinados e escravos), e a casa real disponha, além do mais, de escravos enviados por toda a nobreza.

FIGURA 19.5 Vaso nzimbu. [Museu universitário de Kinshasa, Zaire/RDC.]

A ideologia da realeza (*nkisi*) decorria das concepções religiosas gerais. Três cultos importantes nela desempenhavam um papel: o dos antepassados cujo lugar sagrado era o bosque do cemitério real, o dos espíritos territoriais (o espírito de Mbanza Kongo era zelado pelo *mani kabunga*, o clero encarregado dos espíritos, tanto no nível da aldeia quanto do reino) e o dos sortilégios reais. Essa noção de *nkisi* era fundamental. Os cristãos retomaram esse termo com o sentido de "sagrado". Chamavam a igreja de "casa do *nkisi*", a bíblia de "livro do *nkisi*",

o sacerdote de *nganga* do *nkisi*[16], *nganga* sendo por sua vez o termo consagrado para desgelar um especialista em religião, principalmente em *nkisi*. Atribuíam-se as doenças e desgraças aos *ndoki* (feiticeiros), estes últimos podendo ser descobertos pelos *nganga ngombo* (adivinhos), por vezes com a ajuda de ordálios. O emprego de oráculos, inclusive o do veneno na administração da justiça, assim como a eterna suspeita de que o rei seria um feiticeiro, remetiam a essa noção de *nkisi*. A realeza era sagrada. Endereçava-se ao rei chamando-o de *Nzambi Mpungu* (criador supremo). Esse caráter sagrado expressava-se pela etiqueta e pelas cerimônias da corte, principalmente a cerimônia de investidura. Ao dar sua *tumba* (benção), o rei protegia os oficiais reais e, em geral, garantia a fecundidade, principalmente graças a seu poder sobre o regime das chuvas[17]. Quem representava o *nkisi* do país, no sentido real e profundo do termo, era o próprio rei.

As estruturas dos reinos vizinhos eram diferentes, mas sua ideologia quase idêntica. Esses reinos eram menos centralizados do que o do Congo. No Loango, as casas nobres não haviam suplantado os grupos matrilineares e, como classe, eram bem menos coerentes do que no Congo[18]. O Ndongo não tinha estrutura territorial acima da pequena aldeia tribal, fraqueza esta compensada por seu sistema militar[19].

A vitória de Afonso I marcou o início do mais longo reinado do Congo, ou seja, de 1506 a 1543. O papel desse rei foi fundamental abriu o país a Portugal, acarretando assim uma considerável reorganização política e econômica, bem como uma assimilação voluntária de elementos do cristianismo que acabou por se implantar ali de forma definitiva. Cristão desde 1491 e protetor dos raros missionários antes de 1506, esse chefe de facção, uma vez rei, transformou rapidamente a Igreja católica em religião de Estado. Seu filho Henrique, como bispo consagrado em Roma, esteve à frente da Igreja do Congo de 1518 a 1536. Em seguida, o controle do bispado caiu nas mãos dos portugueses. O tráfico negreiro intensificou-se a partir de 1514. Da mesma forma que o soberano de Portugal, Afonso I quis controlar o tráfico graças à organização de monopólios reais antes de tentar aboli-lo em 1526. Não funcionou e os monopólios reais foram constantemente desrespeitados pelos afro-portugueses de São Tomé e os

16 F. Bontinck e D. Ndembe Nsasi, 1978: *nzo amuquissi* (p. 269), *nganga* (p. 269), *muquissi mucanda ua ucua* (p. 268), *unganga* (p. 271), *uquissi* (santidade, p. 271); J. van Wing e C. Penders, 1928: *mukisi* (malefício, sortilégio, crime de envenenamento), mas *ukisi* (santidade, divindade, vontade divina) e *kia ukisi* (santo, sagrado).

17 O. Dapper, 1668, p. 583. A respeito de *tumba*, ver a comunicação pessoal de T. Obenga.

18 Em geral, ver P. M. Martin, 1972, e O. Dapper, 1668, que descrevem detalhadamente o Loango.

19 Sua estrutura é descrita por B. Heintze, 1970 e 1977 (para o Kisama).

FIGURA 19.6 Nobres congos do reino do Loango vestindo aventais de pele de gato. [Fonte: O. Dapper, 1686. © Fundação Dapper, Paris.]

vizinhos do reino, tanto na costa do Loango quanto no Ndongo, e até mesmo em Luanda, parte integrante do reino. O rei usou os recursos obtidos com o tráfico de escravos e com o comércio de marfim e de tecidos de ráfia para trazer técnicos e, sobretudo, missionários portugueses. Antes do fim de seu reinado, a vida sociopolítica transformara-se completamente. A diferença entre nobreza e os plebeus acentuara-se, à medida que a nobreza se tornava letrada e cristã, além de tomar parte no tráfico de escravos. As pessoas comuns eram duramente exploradas[20]. A casa real foi reforçada pela importação de escravos do Pool e de outras regiões para a guarda real, assim como pelo crescimento da descendência de Afonso, a ponto de comprometer sua sucessão. Todos os reis a seguir seriam descendentes de Afonso, oriundos de uma ou outra de suas três principais filhas. O número sempre crescente de pretendentes ao trono levou a uma cisão da casa real em casas inimigas e, por fim, após 1665, a uma guerra civil que destruiu o reino tal como era antes dessa data. A presença de portugueses na cidade introduziu uma nova dimensão política. Ligados por casamento a diversas casas nobres, eram divididos entre afro-portugueses e enviados metropolitanos que

20 L. Jadin e M. Dicorato, 1974, p. 179: "Zelai também para que os grandes de seu reino não infligam maus tratos ao povo humilde" (fim de 1529).

animaram partidos opostos na corte até 1665 e intervieram em todas as lutas de sucessão.

O comércio intercontinental, muito fraco até 1506, intensificou-se com o tráfico de escravos. Este foi mal organizado de 1515 a 1526, ano em que foi efetivamente regularizado. Desde então, apenas estrangeiros, vindos principalmente do Pool e talvez do vale do Cuango, e criminosos podiam se tornar escravos. Já antes de 1529, a comunidade mulata da capital enviava ao Pool seus pombeiros, palavra procedente de *pombo*, nome dado às pessoas do Pool em kikongo. A origem primária desses escravos permanece desconhecida. Muitos eram bateke, mas alguns eram certamente oriundos de outras regiões, donde eram encaminhados pelos rios rumo ao Pool. As exportações totalizavam por volta de 4000 a 5000 escravos por ano até cerca de 1540 e de 6000 a 7000 após essa data[21]. As importações eram certamente mais importantes a partir do Pool. De fato, havia um grande número de escravos em Mbanza Kongo, não somente formando a guarda real, mas também trabalhando nas explorações agrícolas que cercavam a capital. Outros também trabalhavam no porto de Mpinda e no séquito dos nobres das províncias. Além desse comércio controlado, um tráfico clandestino levado a cabo pelos habitantes de São Tomé surgiu após 1526 (fim das exportações do reino do Benin), nos confins setentrionais e meridionais do reino, mas não chegou a ser realmente importante, com exceção de Luanda onde as guerras de expansão de Ndongo permitiram a captura de um grande número de escravos.

Portugal interessou-se muito pelas riquezas minerais do país e quis dominá-las. No decorrer do século XVI, os portugueses acreditaram que o Congo estava repleto de minas de ouro, das quais almejaram controlar a exploração. O rei do Congo, por sua vez, buscava conservar o controle total da exploração do cobre de Bembe e da fabricação do ferro em Mbanza Kongo. Os diferentes reis que se sucederam nunca permitiram a prospecção mineira e frearam as exportações de cobre que, antes de 1506, haviam despertado a cobiça portuguesa. Por seu lado, o soberano português proibiu a venda de navios ao Congo e opôs-se às tentativas do reino para estabelecer seu próprio sistema de transporte rumo a São Tomé ou a Europa. Os portugueses continuaram controlando o comércio e fizeram deste um instrumento de trocas a eles favorável. A corte do Congo usava os rendimentos desse comércio para pagar os técnicos e os missionários portugueses, assim como para que os nobres do país pudessem estudar em Por-

21 *Ibidem*, p. 203 (1536); P. E. Lovejoy, 1983, pp. 37-38.

tugal. Desde o início, uma boa parte desses rendimentos foi também absorvida pela importação de tecidos, de vinho e de objetos de luxo que o rei redistribuía à nobreza. Tais produtos de importação tornaram-se rapidamente uma necessidade ostentatória para a nobreza, e a partir do fim do reinado de Afonso I, a totalidade dos rendimentos servia para sua aquisição.

Sob os sucessores de Afonso I, e apesar das tentativas de Diogo I para limitar os efeitos da incursão europeia, as mesmas tendências prevaleceram. A potência relativa do Reino do Congo diminuiu, principalmente em relação ao Ndongo que, por sua vez, fortalecia-se graças, notadamente, ao tráfico clandestino com São Tomé. Em 1561, o Reino do Congo isolou-se quase totalmente de Portugal. Porém, em 1566 e 1567, o falecimento sucessivo de dois reis durante uma guerra contra os tio do Pool acarretou uma situação desesperadora que se tornou uma verdadeira catástrofe com a irrupção de guerreiros provenientes do Leste, os jaga.

Três Estados: 1575-1640

Os jaga derrotaram as forças reais, e a corte foi obrigada a se refugiar em uma ilha do baixo Zaire. Inúmeros refugiados foram vendidos como escravos aos habitantes de São Tomé. O rei do Congo teve de apelar para Portugal, e este enviou um corpo expedicionário que reconquistou o país de 1571 a 1573. Porém, as tropas não se retiraram antes de 1575 ou 1576. A hegemonia do Congo na região estava aniquilada, já que, em 1575, foi fundada a colônia de Angola, o que levou um grande número de portugueses a comerciar em Loango a partir do mesmo ano.

A identidade dos invasores do Reino do Congo nunca foi estabelecida[22]. O nome jaga (em kikongo: yaka) é usado nas fontes como sinônimo de bárbaro e aplicado a uma série de guerreiros mais ou menos nômades. Os primeiros jaga apareceram ao Leste do Mbata, ou no Sul do Pool, e daí ganharam as margens do Cuango. A invasão há de ser ligada às guerras congo-tio e, provavelmente, à interrupção de qualquer tráfico após 1561. Pensa-se que muitos habitantes das zonas rurais, exasperados com a exploração da nobreza, vieram se juntar às fileiras dos invasores. Desejavam certamente pegar sua parte da riqueza gerada pelo tráfico, pois que, uma vez vitoriosos, retomaram por conta própria a venda

22 O último artigo de um debate que incluiu D. Birmingham, J. Vansina, J. C. Miller, J. K. Thornton, F. Bontinck e A. Hilton (de 1963 a 1981!) foi escrito por A. Hilton, "The Jaga reconsidered", e propõe que eles sejam os ancestrais dos yaka do Cuango.

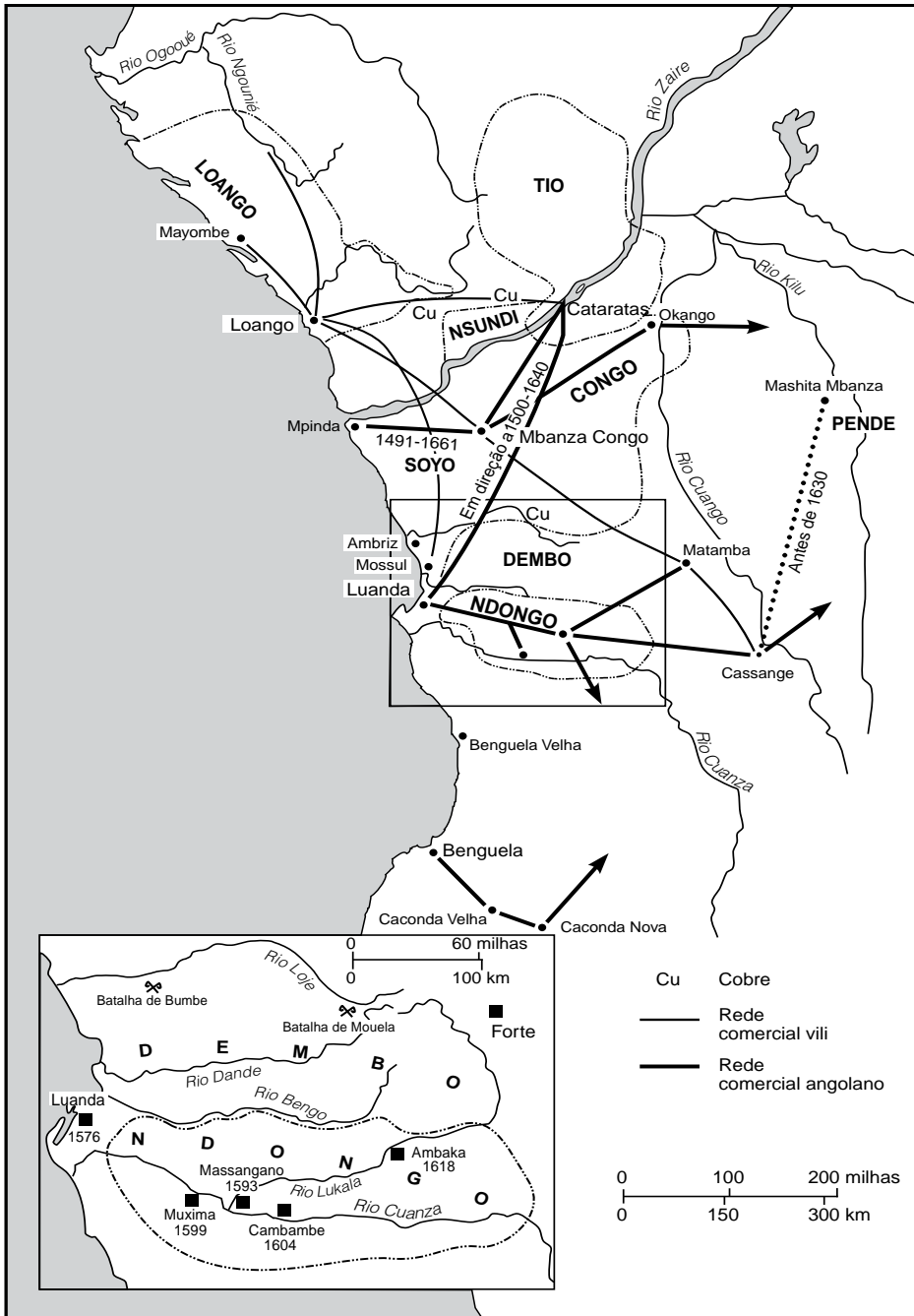



FIGURA 19.7 Os reinos e o comércio na região do Congo no século XVII, com o mapa do Ndongo ampliado no quadro abaixo (segundo J. Vansina).

de escravos na costa. Nenhum dado, mesmo que indireto, permite sustentar que uma seca levou os jaga a invadir o Reino do Congo.

Paulo Dias de Novaes empenhou-se tão bem quando da sua estadia na corte do Ndongo que obteve da corte de Portugal um contrato de conquista e de colonização. Essa colônia receberia o nome de Angola, nome este inspirado do título do rei do Ndongo. Paulo Dias chegou em 1575 e fundou Luanda no ano seguinte.. Ali se consagrou ao tráfico de escravos e tentou sobrepujar uma comunidade de afro-portugueses oriunda de São Tomé que o havia precedido na região. Esse grupo cedeu-lhe o lugar e instalou-se na corte do *ngola*. Porém, em 1579, pressões metropolitanas obrigaram Dias a executar seu contrato. O rei do Ndongo, após ter sido informado de tal fato, mandou massacrar preventivamente todos os portugueses de sua corte e forneceu assim o pretexto para uma guerra que iria durar quase um século, até 1671. No início, a situação militar variava muito já que as alianças locais se dividiam entre os adversários. Entretanto, os portugueses conseguiram, não sem esforço, erguer algumas fortificações no interior das terras. A partir de 1612, contudo, uma aliança se criou entre os portugueses e os mbangala (chamados jaga), comunidades de guerreiros nômades que já viviam de rapina na região antes de 1600. Com a ajuda deles, e principalmente a dos jaga kasanje, os portugueses ocuparam uma boa parte do reino de 1617 a 1621, e o rei se refugiou no Leste do país. Os aliados arrasaram a região conquistada, causando a ruína de todo o país. Mesmo o tráfico de escravos se interrompeu e a fome se alastrou[23]. Um tratado de paz foi então elaborado em 1622 e 1623, sendo o *ngola* representado por sua irmã, Nzinga Mbande, que foi batizada em Luanda com o nome de Anna. Todavia, colocou-se à frente de um partido antiportuguês. O rei morreu no início do ano de 1624 (homicídio ou suicídio?), Nzinga tornou-se regente, e depois rainha em 1626. Enquanto isso, os jaga kasanje ocupavam sempre a melhor parte do Ndongo. Portanto, a partir de 1626, os portugueses retomaram a guerra contra Nzinga, mas também contra Kasanje, e tentaram impor um rei fantoche. No decorrer das operações, Kasanje fundou uma base no vale do Cuango em 1626, a partir da qual edificou o Estado imbangala na década de 1630, ao passo que Nzinga conquistou o reino de Matamba que ela transformou em um formidável centro de oposição ao regime português[24]. Quando os holandeses ocuparam Luanda, Nzinga aliou-se a eles contra Portugal.

23 D. Birmingham, 1966, pp. 30-89.

24 B. Heintze, 1977; J. C. Miller, 1975*a* e 1976, pp. 151-264.

A colônia de Angola, dirigida por um governador nomeado a cada três anos por Lisboa era dividida entre a cidade de Luanda e alguns presídios. Luanda era regida por um conselho municipal e um governador, ao passo que capitães militares administravam os territórios circundando seus presídios. A estrutura administrativa era de tipo feudal, no sentido restrito do termo, e decorria legalmente de contratos de vassalagem que ligavam os *sobas* (chefes subalternos) à corte portuguesa mediante a ligação deles com os amos (senhores portugueses), e, mais tarde, mediante o contrato de vassalagem com os governadores e os capitães. Os rendimentos do Estado e de seus representantes provinham das exações feudais, todas pagáveis em escravos, sejam elas devidas em bens ou em corveias. Tal regime apenas foi alterado no século XVIII graças à introdução de um imposto de capitação e à redução das relações de vassalagem a um instrumento legal justificando os direitos soberanos de Portugal[25].

Enquanto isso, o Congo recuperou-se. Apesar do esfacelo de sua hegemonia e das lentas mutações na estrutura da classe nobre, o reino permaneceu firme e expandiu-se em direção ao Leste. Porém, seu território reduziu-se no Sul, sobretudo em 1622, com a perda das pescarias da ilha de Luanda e de terras do interior da cidade de Luanda. Um importante exército congo, de origem provincial, foi derrotado em Bumbe pelos angolanos, aliados aos jaga, mas a guerra terminou aí, principalmente em função de uma mobilização geral conga. O Congo conseguiu também repelir outras tentativas de colonização portuguesa graças a uma aliança diplomática com o Vaticano e ao contrapor Portugal à Espanha, conseguindo até opor estes dois últimos países aos Países Baixos. A mais séria perda do reino foi a da província marítima de Soyo, com o porto de Mpinda. Após 1636, essa província tornou-se independente, embora seu príncipe tenha conservado o direito de intervir na eleição do rei do Congo. No mesmo ano, a casa nobre dominante perdeu a eleição em proveito de uma casa rival. Os eleitores enfraqueceram-se a tal ponto que, em 1641, Garcia II, com o apoio de sua casa, tomou o poder sem precisar deles[26].

Já antes de 1600, o Loango tornara-se uma grande potência. Seu território estendia-se da laguna Fernán Vaz até o Sul de Pointe-Noire e incluía provavelmente a maior parte do vale do Ngounié e uma parte da planície do Niari. Ademais, sua influência cultural, transmitida pelo comércio, estendia-se muito

25 B. Heintze, 1970.

26 J. K. Thornton, 1983*b*, p. xiii; J. Vansina, 1965, pp. 101-104, 107-109, 130-134 e 138-142.

FIGURA 19.8 A corte do rei do Loango, 1668. [Fonte: O. Dapper, 1686. © Fundação Dapper, Paris.]

além. Encontram-se vestígios dessa cultura até o Norte do estuário do Gabão. Porém, quase nada se sabe da evolução política do Loango antes de 1700[27].

O Loango praticava o comércio de marfim, produzido entre outros pelos pigmeus, de peles, de madeira vermelha, de tecidos de ráfia, mas exportava relativamente poucos escravos. Esse tráfico dava-se com afro-portugueses que cabotavam frutuosamente entre a costa do Benin, São Tomé, Loango e Luanda. Os tecidos de ráfia do Loango tornaram-se a moeda usual em Angola onde, a partir de 1600, começaram a entrar em concorrência com os do Leste do Reino do Congo[28]. Ademais, os holandeses chegaram no Loango e no Soyo na mesma época. O Loango, por não ser católico, ao contrário de Mpinda, oferecia-lhes

27 P. M. Martin, 1972, pp. 1-32; D. Ngoie Ngalla, 1978 e 1982.

28 P. M. Martin, 1972, pp. 33-52.

uma base comercial melhor, e, desde o início, o rei colaborou com eles[29]. Os navios holandeses traziam mercadorias de melhor qualidade a um preço mais vantajoso do que os portugueses. Também compravam cobre e vendiam fuzis e pólvora. Disso resultou que os comerciantes da costa do Loango, os vili, organizadores do tráfico de caravanas rumo ao interior, estenderam sua redes de uma forma impressionante. Já em 1626, encontravam-se no Sul do Dande[30] e, por volta de 1650, comerciavam em Mbanza Kongo e também no Matamba e no Kasanje. Sua rota principal conduzia ao Pool, passando pelas jazidas mineiras do Nsundi, onde os vili extraíam ferro e, talvez, cobre. Ao longo da costa, chegaram ao Gabão, até a confluência do Ngounié com o Ogooué.

Nesta época, a rede vili concorria com as redes existentes, não somente no que diz respeito à venda de marfim ou de tecidos, como também no que concerne o tráfico de escravos. A rede do Congo e de Angola foi abalada pela criação de Luanda que, de início, já exportava mais escravos do que Mpinda: as primeiras exportações oscilaram entre 12.000 e 13.000 escravos, principalmente prisioneiros de guerra[31]. Em 1625, o total de escravos exportados legalmente chegou a 11.000, número este que diminuiu de 1618 a 1640, sem, contudo, baixar muito aquém de 10.000 por ano. Logo após o início do tráfico, os escravos começaram a ser cada vez mais comprados no interior, quer no Pool (sem passar por Mbanza Kongo), quer na feira de Ocanga, no rio Cuango. Dali, uma rota de caravana atravessava o Cuango rumo ao Kwilu[32]. Enfim, a partir de 1630, escravos vindos de além do Cuango começaram a chegar em Luanda, por Matamba e Casange, a capital do Kasanje.

Esses acontecimentos desfavoreceram o Congo, já que sua capital não constituía mais o entreposto obrigatório das mercadorias e dos escravos, continuando contudo a traficar escravos, porém em menor escala. Ademais, sua moeda depreciou-se muito, pois os portugueses haviam importado outras conchas além do *nzimbu*. Em 1619, este perdera dois terços de seu valor, e o rei dois terços

29 *Ibidem*, pp. 42-45.

30 B. Heintze, 1977; P. M. Martin, 1972, pp. 69-70.

31 B. Heintze, 1977.

32 No que tange a Ocanga, L. Jadin e M. Dicorato (1974, p. 175, nota 9) pensam que, já em 1529, o plural de *pumbo* se referia a essa feira. Mencionado como reino a partir de 1584 e, depois, como ponto de partida de uma rota de caravanas, Ocanga é regularmente citada até cerca de 1640. Sabe-se que por volta de 1680, a feira e a estrada do Kwilu foram abandonadas pelos mercadores. Influências congas e europeias certamente penetraram por essa estrada até o país kuba (J. Vansina, 1978, pp. 187-191). O famoso sítio de Mashita Mbanza encontrava-se talvez ao longo desse caminho, não muito longe do Kwilu (Kodi Muzong, 1976, pp. 179-183).

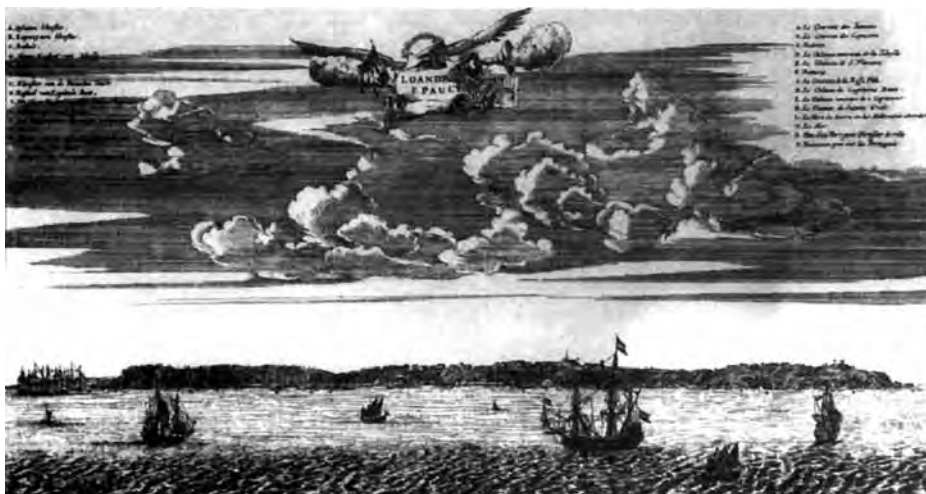



FIGURA 19.9 O porto de Luanda no século XVII. [Fonte: O. Dapper, 1686. © Museu Nacional de Angola, Luanda.]

de seus rendimentos[33]. Mas ele conseguiu reverter a situação e a moeda voltou gradualmente a seu antigo valor. Finalmente, os rendimentos do rei e da nobreza sofreriam muito mais com o desvio da rota comercial para Luanda e Loango.

Nesta época foi introduzida a cultura do milho (entre 1548 e 1583) e, depois de 1600, a da mandioca, do tabaco[34] e provavelmente do feijão, do amendoim e de outras plantas americanas, à exceção dos cítricos que já podiam ser encontrados na costa antes de 1600. O porco é mencionado a partir de 1583[35] e tratava-se certamente de um animal importado. Propagou-se principalmente no Congo e em Angola central.

No século XVII, as plantas importadas do Novo Mundo transformaram a agricultura, notadamente a partir de 1650, pois elas permitiram aumentar os rendimentos e, graças à mandioca, evitar a carestia durante as eventuais secas ou em tempos de guerra. A mandioca acabou por ser cultivada ao longo das rotas comerciais, já que garantia também o abastecimento dos escravos. Em função disso, o nível geral de nutrição melhorou. Porém, desde 1560, a varíola, importada da Europa, apareceu e tornou-se um flagelo recorrente.

33 J. Cuvelier e L. Jadin, 1954, pp. 306-312.

34 J. Vansina, 1978, pp. 11-13.

35 B. Heintze, 1977, p. 773; A. Brasio, 1952-1971, vol. II, p. 510.

A primeira metade do século XVII viu portanto evoluir as condições nutricionais e sanitárias e marcou o surgimento do tráfico de escravos. Tudo isso acarretou inevitavelmente uma nova dinâmica demográfica da qual ignoramos os detalhes. Pensa-se contudo que a população de Angola teria diminuído[36].

Rumo a uma nova ordem: 1641-1700

Os holandeses tomaram Luanda em 1641 e ocuparam uma grande parte da colônia angolana até a chegada de uma frota, armada no Brasil, que os expulsaria em 1648[37]. Desde então, os brasileiros dominaram o comércio de Angola, totalmente até 1730 e parcialmente depois dessa data. Também em 1641, Garcia II tornou-se rei do Congo e, da mesma maneira que Nzinga, aliou-se aos holandeses. A Restauração deixaram-nos frente a um importante exército português com o qual tiveram de negociar. O Kasanje, que não se envolveu com as guerras, assinou um tratado de amizade com os portugueses e tornou-se seu

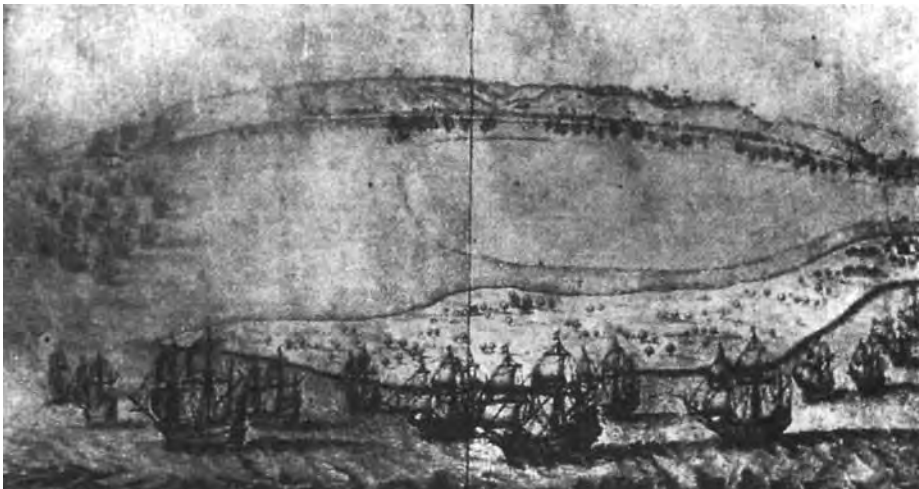



FIGURA 19.10 A baia e a cidade de São Paulo de Luanda durante a ocupação holandesa, por volta de 1640. [© Museu nacional de Angola, Luanda.]

36 Mesmo J. K. Thornton (1981*b*), cujo modelo nos parece otimista demais (p. 685, um quarto em vez de um terço de mulheres dentre os escravos e omissão das crianças mais novas), concluiu por um declínio da população no século XVIII (p. 713).

37 C. R. Boxer, 1952; A. da Silva Rego, 1948.

aliado durante mais de um século. Enquanto isso, a partir de 1645, chegara no Congo um afluxo de missionários capuchinhos italianos, o que ajudou Garcia II a tratar com os portugueses. A nova afluência missionária no Congo e, depois, em Angola traria 400 missionários – quase todos durante o século XVII – e aceleraria o processo de cristianização de inúmeras regiões rurais do Congo, mesmo quando do desmoronamento do reino, já que as desavenças a respeito do tratado provocaram sua invasão pelos angolanos. Antônio I, do Congo, declarou a guerra, juntou todos seus nobres e foi derrotado na batalha de Mbwila em 1665, sem dúvida a maior batalha do século[38]. Ele foi morto junto a numerosos nobres. Porém, em 1670, um segundo exército português foi tão desastrosamente derrotado no Soyo que Angola pôs fim a suas tentativas de conquista do Congo. Em 1671, o último vestígio do Ndongo foi conquistado e, por volta de 1680, a paz fora imposta ao Matamba (Nzinga), ao Kasanje e aos chefes do Sul do médio Kuanza. A conquista chegava a seu fim.

O Reino do Congo não se recuperaria da batalha de Mbwila. A sucessão real acarretou logo uma guerra civil entre casas nobres. O conflito degenerou, provocando a primeira destruição de Mbanza Kongo, em 1666, e seu completo abandono, em 1678. Já que a cidade constituía o pivô do sistema político, o conjunto desmoronou. Quando, por fim, um rei único retornou em Mbanza Kongo em 1709, seu reino não era mais uma entidade centralizada, mas um conjunto de principados muitas vezes ainda dilacerados por lutas internas entre pretendentes. Tudo se desfez, com exceção do Soyo que, todavia, teve as maiores dificuldades para permanecer unido, obrigando-o a abandonar alguns distritos. A nobreza, após ter abandonado Mbanza Kongo entre 1666 e 1678, teve que se adaptar à vida rural e lutou para reconquistar o poder. Durante e depois desse período, uma boa parte dentre ela atravessou o rio rumo ao Norte e foi fundar ali pequenos principados, no Mayombe e entre os rios Zaire e Niari.

Foi um total e completo transtorno que derrubou os próprios fundamentos da sociedade e abalou sua visão do mundo, a tal ponto que surgiram profetisas. Em 1704, Dona Beatriz Kimpa Vita, tal Joana d'Arc, começou a pregar um cristianismo renovado, chamado de antonionismo. Ela rejeitava os missionários e os brancos, mas exortava sobretudo os pretendentes ao trono a abandonarem essa luta, a restaurarem um rei e a repovoarem Mbanza Kongo. Obteve um grande sucesso popular (ela pertencia à pequena nobreza) e convenceu um candidato ao trono a se estabelecer em Mbanza Kongo onde lhe cobriu a cabeça com a

38 C. R. Boxer, 1960*a*; J. K. Thornton, 1983*b*, pp. 73-83.

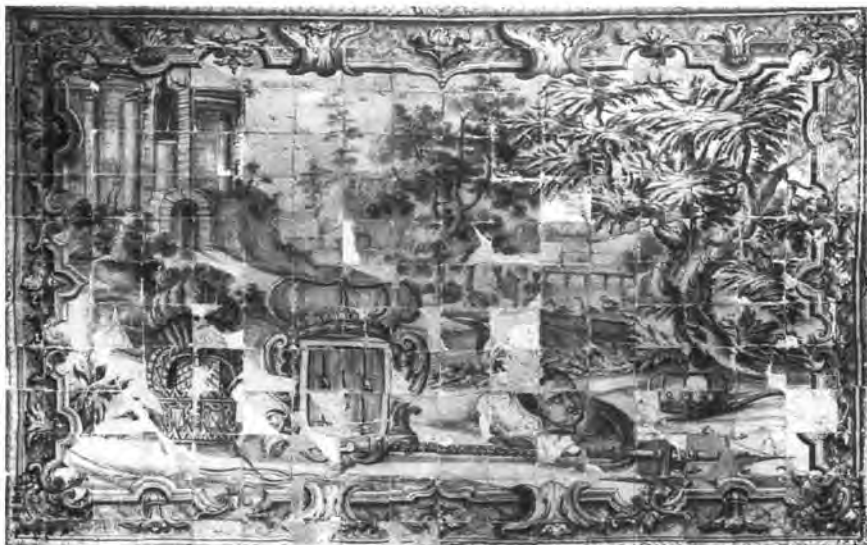



Figura 19.11 Painel decorativo de azulejos da fachada principal da igreja Nossa Senhora de Nazaré, em Luanda, 1665. [© Museu Nacional de Angola, Luanda. Foto: D. Wade.]

Figura 19.12 Detalhe do painel precedente representando a cabeça do rei Antônio I, sepultado na igreja. [© Museu Nacional de Angola, Luanda. Foto: D. Wade.]

coroa negra antoniana. Porém, em 1706, foi capturada pelo pretendente Pedro II e queimada como herege. Seu movimento perdurou ainda alguns anos[39]. Pedro II restaurou o reino e repovoou Mbanza Kongo sem contudo conseguir apagar os efeitos de uma evolução política de quarenta anos.

Com o Reino do Congo desapareceu a organização de um grande território. Seu quadro estrutural, tal como aquele de Angola, tornou-se doravante econômico, sendo sua ossatura formada pelas rotas comerciais e seus pivôs pelos lugares de transbordamento. Angola, apesar de haver se expandido por volta de 1680, encontrou-se também enfraquecido. Os governadores e a Câmara de Luanda não conseguiram mais se impor frente aos *quimbares* e aos *ovimbali* (afro-portugueses) que fizeram então sua aparição nas fontes documentárias, tampouco frente aos comerciantes brasileiros. O controle da colônia escapava-lhes cada vez mais. No Loango, o Estado ainda parecia forte. Entretanto, quando o rei faleceu em 1701, uma "irmã" de vinte cinco anos ocupava a regência e seu conselho governava. Foi preciso mais de um ano para eleger um novo rei[40]. Em um reino tão voltado para o comércio, esperava-se que os membros do conselho de regência fossem também dirigentes de empresas comerciais e que a realeza, apesar de todo o seu prestígio religioso, começasse a ser repensada no que diz respeito à sua autoridade sobre o comércio.

Na periferia das zonas de tráfico de escravos, alguns Estados fortaleceram-se graças a um comércio em plena expansão controlado por eles ou, pelo menos, permaneceram firmes enquanto o controlavam. O Kasanje tornara-se uma grande potência no rio Cuango, pois controlava, após 1648, um crescente fluxo de escravos, dos quais uma parte, por volta de 1680, provinha do longínquo Lunda. Ao edificar seu reino a partir de elementos muito diversos a partir de 1630, deslocou uma parte da população original, os pende, que tiveram que emigrar para o outro lado do Cuango[41]. Por medo de serem saqueados, os pende partiram rumo ao Nordeste, em direção a Mashita Mbanza, um município próximo ao Kwilu, e depois rumo ao Leste, até o médio Kasaï, onde formaram chefias[42]. No Norte, o reino tio manteve-se aparentemente sem grandes mudanças, mas mencionam-se outros reinos na mesma região, entre os quais alguns certamente se formaram no século XVII[43].

39 A. C. Gonçalves, 1980.

40 P. M. Martin, 1972, pp. 162-163.

41 Kodi Muzong, 1976, pp. 91-169.

42 *Ibidem*, pp. 170-267.

43 Notadamente o reino boma de "Giriboma", ver E. Sulzmann, 1983.

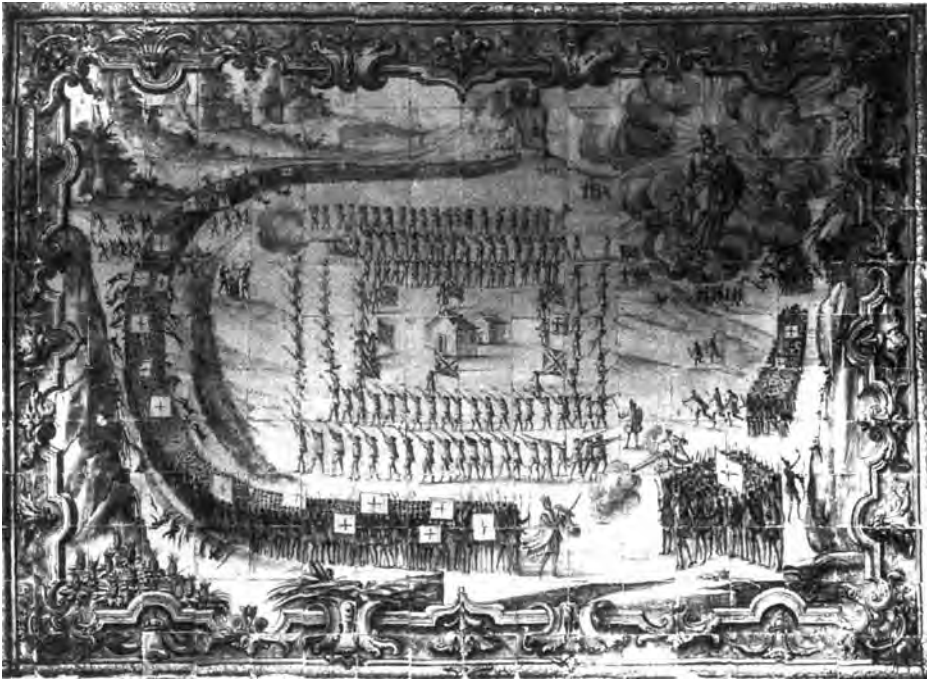



Figura 19.13 Painel decorativo de azulejos da igreja Nossa Senhora de Nazaré, em Luanda, representando a batalha de Mbwila. [© Museu Nacional de Angola, Luanda. Foto: D. Wade.]

A conquista holandesa e a Restauração acarretaram efeitos econômicos importantes. Moedas, tecidos e *nzimbu* foram depreciados. A peça de ráfia, de 12 réis em 1640, caiu para 5 réis em 1649. Apesar dessa queda, o governo não conseguiu introduzir uma moeda de cobre e a cotação do tecido subiu de novo. Em Soyo, em 1813, a peça negociava-se por 10 réis. O *nzimbu*, por sua vez, caiu de 2000 réis o *cofo* (unidade) em 1640 para 1600 em 1649. As guerras civis aceleraram essa queda até 800 réis, em 1698, e, após essa data, houve uma estabilização em torno de 1000 réis[44]. Tais evoluções não se deram unicamente em função do movimento político, mas começaram a refletir uma transformação econômica que se tornaria radical.

Em Angola, essa transformação consistiu na reorganização do tráfico de escravos pelos brasileiros. Estes forneciam capital, navios e mercadorias europeias, e agiam, por intermédio de seus agentes de Luanda e de Benguela, em

44 J. Cuvelier, 1946, pp. 309-312.

colaboração com os organizadores de caravanas, ou seja, os escravagistas afro-portugueses. Os capitais portugueses eram investidos no Brasil, e não diretamente em Angola, pelo menos até 1730. Como havia falta de escravos em Angola, os comerciantes incentivavam a guerra, pois esta gerava cativos para a compra. As grandes firmas de Lisboa calculavam que os lucros procediam das mercadorias e não dos escravos e, por isso, tentavam possuir o menor número possível de cativos. Importavam mercadorias compradas dos capitães e dos afro-portugueses em troca de letras de câmbio que eram convertidas em açúcar do Brasil ou em marfim local[45], sendo o Brasil o principal parceiro comercial delas.

A situação da costa de Loango era totalmente diferente. Em virtude de uma insaciável demanda de escravos procedente das colônias antilhanas, os navios ingleses e franceses apareceram na região a partir dos anos 1660-1665 e iniciaram uma feroz concorrência com os holandeses, que começaram também a comprar grandes quantidades de escravos. Aqui, o comércio triangular era organizado por companhias financiadas na Europa. O tráfico de escravos, inicialmente favorecido pelas convulsões do Congo, desenvolveu-se, em seguida, essencialmente graças às compras e não mais graças às capturas. O fornecimento regular de escravos pelas caravanas vili, que os compravam em feiras tão longínquas quanto as do Pool ou de Casange, era bem superior ao provimento constituído pelos prisioneiros de guerra. Foi nessas condições que se iniciou o verdadeiro tráfico de escravos, chegando este a seu auge no século XVIII.

As transformações sociais e culturais dos séculos XVI e XVII

Trataremos aqui principalmente do Congo, já que dispomos de mais informações a esse respeito. A divisão em três camadas sociais, a dos *mwisikongo* (nobres), a dos *babuta* (camponeses; singular: *mubata*,) e a dos *babika* (escravos; singular: *mubika*,), subsistirá até o período compreendido entre 1666 e 1678, cada camada com suas próprias estruturas sociais. Uma mudança geral ocorreu em primeiro lugar na nobreza e, em seguida, no mundo rural. A primeira, assim como os termos que a designavam, desapareceram por volta de 1700.

O termo *ekanda* (cuja raiz é *kanda*), atestado a partir dessa época, significa hoje "matriclã" ou "matrilinhagem". Ele designava então a "família" – certamente matrilinear[46] –, mas também "a tribo, a família, a república", ou seja, qualquer

45 J. C. Miller, 1979, 1983, pp. 134-135, e 1984.

46 A maioria dos autores tem tendência a atribuir a essa época as instituições sociais conhecidas nos séculos XIX e XX, o que não se justifica. Mesmo A. Hilton não escapou completamente desse defeito.

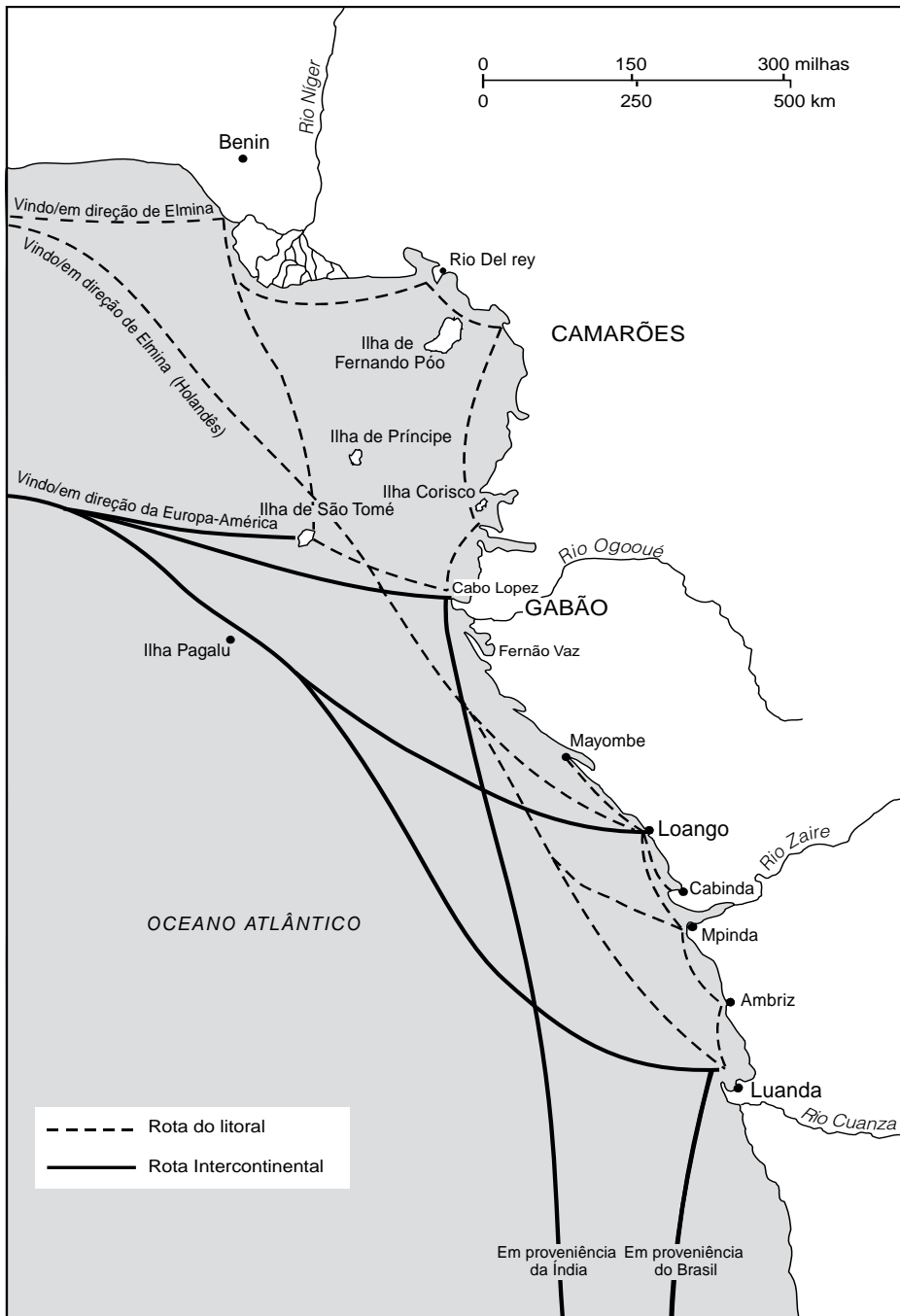



FIGURA 19.14 As rotas marítimas da África Central, nos séculos XVII e XVIII (segundo J. Vansina).

comunidade. Os habitantes de uma aldeia constituíam um *ekanda*, assim como um grupo matrilinear no seio da aldeia ou a comunidade de cristãos. A aldeia era concebida como pertencente a um grupo de parentesco matrilinear descendente de seu fundador, o qual era representado pelo líder da aldeia, o *nkuluntu* (literalmente "o velho"). Na verdade, visto que as mulheres seguiam seu marido e que os filhos não iam sempre morar na aldeia de seu tio, o grupo aldeão, sempre pequeno no Congo antigo, era unido por um laço territorial, embora o *nkuluntu* levasse em conta os diferentes ramos dos clãs diferentes do seu na direção de seu mundo. Em outras palavras, pedia-lhes conselho. A aldeia possuía os direitos sobre a terra, e o espírito que vivia nesta terra era perpetuado pelo *kitomi* da aldeia. Ideologicamente, tais direitos pertenciam a matrilinhagem do fundador, mas em prática, a aldeia estava unida. Podemos constatá-lo com a existência de associações tais como os *khimba*, *nzo longo* ou *kimpasi*, que eram cultos de iniciação de meninos ou cultos terapêuticos, diferentes em função das regiões. O casamento definia a linhagem e o parentesco em geral. Preferiam-se casamentos entre primos e de forma geral, não se pagava dote, à exceção de alguns presentes para a própria mulher[47]. Resta-nos ainda saber se os ramos matrilineares eram ligados entre si de aldeia em aldeia, formando assim grandes clãs com seções nobres e camponesas. Pensamos que não foi o caso. De fato, as aldeias eram bastante isoladas uma das outras, apesar da rede formada pelos casamentos.

No decorrer do tempo, o poder da matrilinhagem e da aldeia enfraquecera. Por volta de 1525, os habitantes das zonas rurais já eram muito explorados. Talvez tenham se revoltado junto aos jaga em 1568, e levantes ocorreram sob o reinado de Garcia II. Nesta época de repressões e calamidades naturais, o *kimpasi* – culto destinado a eliminar o *mpasi* (o sofrimento, a indigência, a necessidade, a calamidade ou a aflição) – gozava de alta popularidade. A vida dos camponeses tornou-se cada vez mais precária à medida que a intervenção da nobreza, mesmo nesse nível, aumentava: os nobres encontravam suas concubinas nas aldeias e faziam vigiar a aldeia pelos filhos dessas uniões. Foi o estatuto da mulher rural em geral que mais se degradou, e a distinção entre esposa e escrava (pessoa sem linhagem) apagou-se paulatinamente, já que a esposa se tornou aos poucos uma pessoa sem parentesco local para defendê-la. No século XVII, até homens se refugiaram como *fuku* (subordinados) nas casas nobres, e alguns

47 A. Hilton, 1985. A reconstrução aqui proposta é feita a partir de uma série de pequenas indicações e também por analogia com o que se conhece das organizações aldeãs recentes. Trata-se de um modelo que não é invalidado pelas fontes.

aldeãos marcavam seus filhos com ferro quente (e não seus sobrinhos) a fim de poupá-los da escravidão[48].

As casas nobres bilaterais cresciam em tamanho e importância, segundo o modelo da casa real. Empregavam um grande número de escravos. Seus dirigentes possuíam grandes haréns cujas mulheres provinham de outras famílias nobres ou rurais. Eles pagavam dotes elevados para sua esposa principal, assegurando-se assim a propriedade dos filhos a vir, já que o dote era destinado à mulher. Desta maneira, as damas nobres viram aumentar sua importância política e econômica. Tal importância ainda cresceu quando das cisões nas maiores casas e graças à subsistência de uma ideologia matrilinear residual. Por exemplo, a grande divisão da casa fundada por Afonso I deu-se em função da descendência de três de suas filhas. A mulher primogênita constituía o estandarte de uma casa bilateral.

Todavia, a posição dos descendentes patrilineares – dos filhos – ganhou importância. Os bens móveis adquiridos graças ao comércio pertenciam aos filhos que, após 1550, não usavam mais o nome do pai, mas um sobrenome português simbolizando sua casa. Entretanto, as heranças eram menos fartas do que se pensa. Qualquer bem adquirido no exercício de funções públicas (tributos, multas, dádivas) voltava para o rei após a morte ou a demissão do titular. Pensa-se que o mesmo costume prevalecia no escalão inferior para as funções de que dispunham os grandes senhores.

Após 1666, as casas sofreram dois tipos de evoluções diferentes. No Soyo, o caráter patrilinear da casa reinante acentuou-se, negligenciando cada vez mais os sobrinhos em proveito dos filhos, inclusive os filhos de mãe escrava. Finalmente, no século XIX, a totalidade do Soyo, rural ou não, adotou a ideologia patrilinear. No Congo, porém, os nobres, após terem perdido sua cidade, tiveram que criar para si um novo papel no mundo rural. Muitas das grandes casas desapareceram e, por volta de 1700, seu lugar foi tomado por grandes conjuntos matrilineares, os *mvila* (clãs). O governo havia se descentralizado e ruralizado[49].

Os escravos, de início cativos de guerra, e em seguida colocados para trabalharem nos campos da capital ou no serviço doméstico, não formaram por muito tempo uma única camada social. Uma nova distinção essencial surgiu: escravo a venda e escravo doméstico, que não se podia mais vender. Estes últimos eram ligados às casas nobres, e alguns grupos, tais como os escravos reais (da guarda e outros) e os das missões, tornaram-se grupos autônomos e localmente poderosos

48 A. Hilton, 1985, p. 203 (filhos). *Fuku* de *fuka*: cobrir, abrigar; *mfuka*: dívida; *mfuku*: utilidade, proveito; *kifuka*: urbanidade, educação, ou seja, o comportamento de um cliente.

49 Não há ocorrência registrada dos *mvila* antes do século XIX.

até o século XIX. Devido ao fato de os escravos a venda serem exportados, esses desafortunados jamais formaram grupos coerentes. No século XVII, a mobilidade social era maior para os escravos domésticos do que para os camponeses. Eram membros de uma casa nobre, a manumissão era corriqueira e os filhos de mulheres escravas, mas de pai nobre, eram quase iguais aos nobres de mesmo posto que seu pai. Na aldeia, apenas o filho de pai nobre com uma concubina de pés pequenos podia esperar uma promoção social. No decorrer do tempo, viu-se assim, no Congo, as três categorias sociais reduzirem-se para duas que se estabilizaram: a nobreza, que se beneficiava de suas relações com a mão de obra, e os súditos explorados. Entretanto, assim como o comprovou Thornton[50], convém destacar também os estilos de vida diferentes dessas duas categorias estáveis. A nobreza urbana e letrada, que exibia de bom grado sua fé católica, alojava-se, vestia-se, comia e distraía-se de uma forma totalmente diferente dos rurais.

Em Angola, a estrutura social autóctone, parecida com aquela do Reino do Congo, formando a nobreza, contudo, um corpo único menos unido, era dominada pela classe dos portugueses. Mas aqui, como em qualquer outro lugar da África Central, o surgimento de uma categoria afro-portuguesa – comerciantes mestiços, de cultura e língua tanto angolanas ou congas quanto portuguesas – complicava a situação. Esse grupo formara-se em primeiro lugar em São Tomé, ao se miscigenar com nobres congos, e espalhara-se rumo à capital do Reino do Congo e a Luanda. Após 1575, um grupo se formou na capital do Ndongo, mas uma parte permaneceu em Luanda e, daí, em 1615, emigrou em Benguela e no interior, próximo às capitais de presídios. Por volta de 1680 existiam dois grandes grupos, um em torno da fortaleza de Ambaka e outro em Cacunda Velha fundado em 1680. Nesta mesma época apareceram os termos *quimbares* e *ovimbali* que designariam essa categoria social durante os dois séculos seguintes. Foi sobretudo no planalto de Benguela que esses grupos se espalharam durante o século XVIII. Não eram chefes nem tampouco vassalos de ninguém e representavam uma população flutuante de caravaneiros e de comerciantes que trabalhavam junto aos chefes africanos e se casavam no seio da nobreza local[51].

A história das religiões e das ideologias foi marcada, em superfície, pelo surgimento do catolicismo no Reino do Congo, onde se difundiu de início junto à nobreza urbana e nas capitais de província. A estrutura eclesiástica permaneceu sobretudo portuguesa até 1645, data em que os missionários capu-

50 Ao falar do reino do Congo.

51 J. L. Vellut, 1972, pp. 94-99; J. C. Miller, 1983, pp. 132-135.

chinhos italianos empreenderam uma cristianização intensa que prosseguiu no Congo até os anos 1700. Uma grande parte da população foi batizada e a religião expandiu-se até as mais longínquas aldeias. Em Angola, o catolicismo, imposto pelos conquistadores, não progrediu além da colônia, à exceção do Matamba, e também não se propagou no Loango, apesar da conversão de um rei em 1663[52].

A evolução das ideias e das práticas religiosas no Reino do Congo mostra que a doutrina cristã influenciou a antiga religião, sem deixar de coexistir com ela. A. Hilton reuniu documentos sobre a existência de crenças em um grupo de espíritos celestes diferentes daqueles ligados ao sol e à lua. Eram concepções totalmente desconhecidas em outras partes da África Central. Ademais, as formas de pensamento da antiga religião foram retomadas nas pregações católicas, assim como o comprova o catecismo de 1624[53]. A noção de *nkadi ampemba* constitui um exemplo antigo desse fato[54]. *Nkadi* designa um espírito ancestral perigoso e *mpemba* (o além) reforça a noção de antepassado. A terminologia cristã provém do domínio dos *nkisi*, dos *ndoki* e dos *nganga*, o *nkisi* tornando-se "o sagrado" e "a graça". Os missionários combateram os ritos do *kitomi*, da feitiçaria, do culto dos antepassados e das associações terapêuticas (*kimpasi*, *marinda*), mas toleraram a medicina praticada pelos *nganga*. Os capuchinhos usaram as procissões e as respectivas orações para substituir os ritos de fecundidade e podiam praticar o exorcismo. As crenças e práticas da antiga religião diferiam nos detalhes de acordo com a região, e tais elementos locais não encontraram contrapartida no catolicismo, com exceção daqueles de Mbanza Kongo.

A partir do século XVI, pode-se falar de uma única religião em que elementos cristãos e antigos haviam se misturado, ao menos junto aos nobres, e tal religião difundiu-se sobretudo no século XVII, fato este que explica o papel de Garcia II, ao mesmo tempo defensor do catolicismo e dos *kitomi*. Foi até alcunhado "O Feiticeiro"[55]. Essa nova religião deu origem ao vodu haitiano.

Diferentes movimentos religiosos já eram conhecidos por volta de 1630, época em que houve a primeira tentativa para estabelecer uma igreja autóctone[56]. As primeiras confrarias de Mbanza Kongo e a chegada dos capuchinhos

52 J. K. Thornton, 1983*a*.

53 F. Bontinck e D. Ndembe Nsasi, 1978.

54 Mencionado por E. Lopes em 1583 (*ncariampemba*) – ver F. de Pigafetta, 1591 – e em 1624; F. Bontinck e D. Ndembe Nsasi, 1978, p. 269; A. Wilson, 1978.

55 W. G. L. Randles, 1968, p. 110.

56 L. Jadin, 1967.

provocaram uma recrudescência dos ritos *kimpasi* e uma maior influência dos *kitomi* na corte. Junto à nobreza, o culto dos antepassados declinara desde a época de Afonso I, e um ritual de inumação nas igrejas, ligado às confrarias, implementou-se. É provável que a adoração dos santos, notadamente de São Francisco e de Santo Antônio, tenha desempenhado, em parte, o antigo papel do culto dos grandes antepassados. Por fim, na Reforma introduzida pelos holandeses e combatida pelos reis congos houve uma certa influência a respeito da qual ainda dispomos de poucas informações.

Em 1704, Dona Beatriz pregou em favor de uma reforma profunda que não pode se explicar apenas em função da situação política. Ela propunha uma africanização radical. Pelo fato de ela alegar uma relação direta com o céu, era considerada uma *munaki* (profetisa). A Santa Família era negra e oriunda de Mbanza Kongo, os símbolos que ela empregava, evocadores da região, estavam ligados à água, ao solo e à vegetação local, lembrando notadamente aqueles dos cultos terapêuticos dirigidos por mulheres. Talvez fosse também influenciada por certos aspectos da Reforma. Porém, ela reconhecia o papa, apesar de seu desejo de expulsar os missionários brancos que falsificavam a revelação. Em outras palavras, sua visão era ainda mais sincrética do que a religião praticada em sua época[57].

Disse-se erroneamente que o Reino do Congo teria rejeitado o catolicismo após 1700. Na verdade, os missionários cristãos do fim do século XIX, mergulhados em um ambiente colonialista, não admitiam o catolicismo autóctone, doravante parte integrante da religião conga. Porém, ao examinar o vocabulário kikongo moderno, encontramos a mesma terminologia religiosa e a continuidade é óbvia.

As artes são o reflexo da cultura, mas nada sobrevive das artes de representação, tais como a música, a dança e a arte oral[58]. Em contrapartida sobreviveram objetos de arte conga, assim como inúmeros textos correlatos. Fabricados para simbolizar diferenças de classe (arte do vestuário, por exemplo)[59], noções políticas (emblemas, objetos de cerimônia) e conceitos religiosos (arte cristã, objetos de adivinhação, estátuas de antepassados e espíritos, máscaras), esses objetos eram encomendados pela corte, pela Igreja católica, por dirigentes de aldeias e de cultos aldeãos, e até por chefes de família.

57 A. C. Gonçalves, 1980, L. Jadin, 1961, e J. Cuvelier, 1953, informaram as fontes conhecidas.

58 T. Obenga, 1981.

59 Baixos-relevos e pictogramas foram encontrados sobre espadas de cerimônia e tampas de utensílios de cerâmica da região do Norte do rio.

FIGURA 19.15 Ruínas do antigo palácio do bispo de Mbanza Kongo (São Salvador), de 1548, fotografadas em 1955. [© Museu Nacional de Angola, Luanda.]

Embora o estudo das artes congas de um ponto de vista histórico seja muito recente, já conseguiu mostrar uma nítida continuidade de estilo, aliada a um dinamismo das formas que assimila as diversas influências europeias. Dessa forma, podemos encontrar decorações geométricas entrelaçadas de ângulos agudos sobre um emblema real de antes de 1553 (uma trompa de marfim), sobre tecidos de 1650 a cerca de 1800, e sobre cestos, tambores e esteiras do século XIX, e até do XX. Ou ainda, um motivo característico da escultura oitocentista já aparece no brasão congo do começo do século XVI. A influência europeia foi muito forte e se manifestou com a introdução de uma arquitetura de pedra (igrejas e palácios), de símbolos do poder (espadas, coroas, bandeiras, roupas) e, sobretudo, de objetos religiosos (medalhas, Ágnus-dei, estátuas, crucifixos e pinturas – um pintor espanhol trabalhou no Reino do Congo antes de 1650). Atribuíram-se quase todas as características das artes congas, sobretudo a estatuária e as artes gráficas, à influência europeia. Porém, tanto na escultura, quanto nas artes gráficas, tais asserções permanecem sem fundamento, os dados tendendo a provar o contrário.

Negligenciou-se assim até agora as manifestações da arte gráfica antiga, das quais sobreviveram desenhos rupestres de diferentes períodos. No século

XVII, ao lado de desenhos estilizados, encontramos uma série de pictogramas manifestamente derivados da escrita e que representam, ao que tudo indica, uma expressão da cultura popular. As letras foram empregadas como símbolos e transformadas. Tal uso do pictograma perdurou e se misturou à produção decorativa geométrica. Temos aqui elementos nitidamente inspirados pela introdução da escrita. Porém, ao lado desses desenhos, uma tradição figurativa mais variada continuava existindo, assim como testemunham os baixos-relevos narrativos e as pinturas murais dos séculos XVIII e XIX.

A escultura produziu em primeiro lugar inúmeros objetos cristãos, em particular crucifixos e cabos de bengala, mas também estátuas de santos, nas quais se encontram elementos do cânone das proporções europeias. Porém, a estilização, assim como o realismo congo, manifestou-se desde o início. No decorrer do tempo, o cânone europeu voltou-se gradualmente para um cânone que também se encontra na escultura comum e cujo mais antigo exemplo conhecido data de antes de 1694.

Os artistas empregavam uma grande variedade de materiais (cobre, marfim, madeira, pedra, fibras, tecido) e aplicaram sua arte sobre os mais diversos objetos, inclusive utensílios de cozinha. As primeiras crônicas já elogiavam os tecidos de ráfia congos, bordados ou aveludados. Até o clero os usava para os trajes sacerdotais, em complemento àqueles que importava da Itália e nos quais se inspiraram os artistas congos. A escultura de objetos do culto da antiga religião foi proibida e combatida. Obras foram destruídas em diferentes épocas, notadamente sob os reinados de Afonso I e Garcia II, assim como por Kimpa Vita. Mas a demanda por tais objetos, notadamente pelo *kimpasi* durante o reinado de Garcia II, jamais enfraqueceria. A maior parte das esculturas cristãs foi realizada antes de 1700, e várias dentre elas chegaram até nós. A influência europeia fez-se sentir também na fundição de espadas de cerimônia e na fabricação de estandartes bordados com brasões e símbolos.

Do século XVI ao XVIII, a arte conga difundiu-se rumo ao Norte e ao Leste. A difusão das máscaras "brancas" do Gabão teve sua origem nas máscaras do Congo do Norte e certamente acompanhou a expansão do Loango, sobretudo no século XVII. A técnica de fabricação do veludo de ráfia espalhou-se ao Leste pela rota do Okango e deu origem aos "veludos do Kasaï", manufaturados notadamente pelos kuba. Tudo indica que elementos de arte conga também chegaram às Américas[60].

60 R. F. Thomson e J. Cornet, 1982, pp. 141-210.

As regiões setentrionais no século XVIII

O século XVIII viu modificar-se completamente a organização da África Central Ocidental: as redes comerciais tornaram-se mais importantes do que os próprios Estados. O declínio dos Estados coincidiu com o das antigas classes dominantes, ao passo que uma classe de mercadores as substituiu ou as completou. Já mostramos a coexistência de duas redes de tráfico de escravos: uma primeira, portuguesa, estendendo-se de Angola ao Brasil, e uma segunda, ao Norte, domínio de outras potências europeias, na qual a parte terrestre do comércio permanecia firmemente nas mãos dos africanos.

Esse comércio das regiões setentrionais, na costa do Loango, era sustentado por companhias que financiam a integralidade do comércio triangular. Os neerlandeses, por exemplo, eram representados pela Companhia das Índias Ocidentais, cujos capitais provinham de todos os Estados dos Países Baixos, da Alemanha Setentrional e dos países bálticos. A cada estágio desse comércio intercontinental, uma concorrência feroz opunha as nacionalidades e as companhias europeias umas às outras, fazendo subirem os preços, mais ainda do que a crescente demanda de escravos nas Antilhas e na América do Norte. Isso acarretou uma expansão do comércio e das rotas comerciais, já que os escravos eram exportados cada vez mais longe. De 1665 a cerca de 1755, essa demanda progrediu de forma regular para depois crescer de maneira desmedida e atingir sua intensidade máxima entre 1755 e 1797, data em que as guerras europeias puseram fim, ainda que provisoriamente, ao tráfico de escravos[61].

O primeiro centro do comércio situava-se de início em Loango e, depois de 1750, deslocou-se em Malemba. Por volta de 1780, Cabinda era o porto mais frequentado, mas, após 1800, foi superado por Boma, no estuário do Zaire. Os comerciantes europeus alugavam entrepostos nos portos e trocavam ali suas mercadorias por escravos, por intermédio de corretores, os mercadores de 1700 que, depois, carregariam títulos locais, tal como o de *mafouk*[62]. Haja vista a pluralidade dos sistemas monetários e a necessidade de estabelecimento de valores de câmbio, os corretores eram mais do que indispensáveis. Para tal, estabelecia-se uma unidade de mercadoria, o pacote, correspondente a uma unidade de valor em escravos, sendo o escravo padrão um adulto de sexo masculino. Em primeiro lugar, discutia-se o valor do pacote e sua composição. Esta se dividia em três

61 P. D. Curtin, 1969; J. C. Miller, 1983, pp. 146-151; P. E. Lovejoy, 1983, pp. 46-54.

62 Para casos concretos, ver R. F. D. Rinchon, 1929 e 1964; quanto aos mercadores, ver N. Uring, 1928, pp. 26-28.

FIGURA 19.16 Máscara ndongo do Loango. [Rijkmuseum voor Volkenkunde, Leyde.]

partes: a primeira era composta por fuzis e pólvora, a segunda por tecidos e a terceira por mercadorias diversas, sobretudo de metal (cutelaria, bacias de cobre etc.). Uma vez conseguido um acordo a respeito do pacote, negociava-se a troca de pessoas, avaliadas em relação ao escravo padrão, por mercadorias, avaliadas em relação ao valor do pacote padrão. Podia-se substituir, de comum acordo, um tipo de mercadoria por outro, por exemplo uma parte dos tecidos por pérolas ou espelhos, ou uma qualidade de tecido por outra. O europeu calculava em função do preço de compra das mercadorias em moeda europeia. O corretor calculava em função das moedas em curso na costa e no interior. A moeda de ráfia, ainda em vigor por volta de 1700, foi substituída por uma moeda de tecido importado no decorrer do século XVIII. Todavia, no interior, esta última não era aceita para todos os tipos de mercadorias. As pérolas, por exemplo, eram objetos de adorno em Loango, moeda de troca em Manianga e moeda complementar no Pool. Além das despesas da própria compra, o mercador europeu devia pagar taxas e oferecer presentes ao rei local e à autoridade responsável pelo comércio europeu. O corretor, por sua vez, ganhava uma importante comissão sobre o preço dos cativos, pago aos donos de escravos por intermédio do chefe de caravana.

Aproximadamente 1 milhão de escravos e pequenas quantidades de marfim, de cobre e de cera foram exportados no século XVIII[63], ao passo que tecidos e armas constituíam a maior parte das importações. No decorrer da segunda metade do século, estima-se em 50.000 o número de fuzis importados cada ano, com a pólvora correspondente. A quantidade de alnas de tecidos devia ser ainda superior[64].

As caravanas eram dirigidas por guias que mantinham relações institucionalizadas (como "camaradas") com os dirigentes dos centros comerciais situados ao longo das estradas. Eram excelentes negociadores em matéria de direitos de passagem e tinham um profundo conhecimento das grandes feiras do interior, tal como a do Pool. As caravanas eram compostas por esses guias e uma multidão de guardas armados e de carregadores. Elas iam às vezes muito longe, viajando durante vários meses, e, por vezes, no caminho da ida, consagravam toda a estação de chuva à agricultura de subsistência. Não somente transportavam produtos europeus, como também sal, peixe salgado e desidratado, e mercadorias

63 Segundo os números de P. D. Curtin, 1969, e de P. E. Lovejoy, 1983, 982.000 escravos foram embarcados entre 1660 e 1797.

64 P. Martin, 1970, p. 153. Essa estimativa, comparada com os cálculos de van Alstein, parece um pouco elevada, mas os números permanecem, contudo, na ordem de dezenas de milhares por ano (ver R. F. D. Rinchon, 1964).

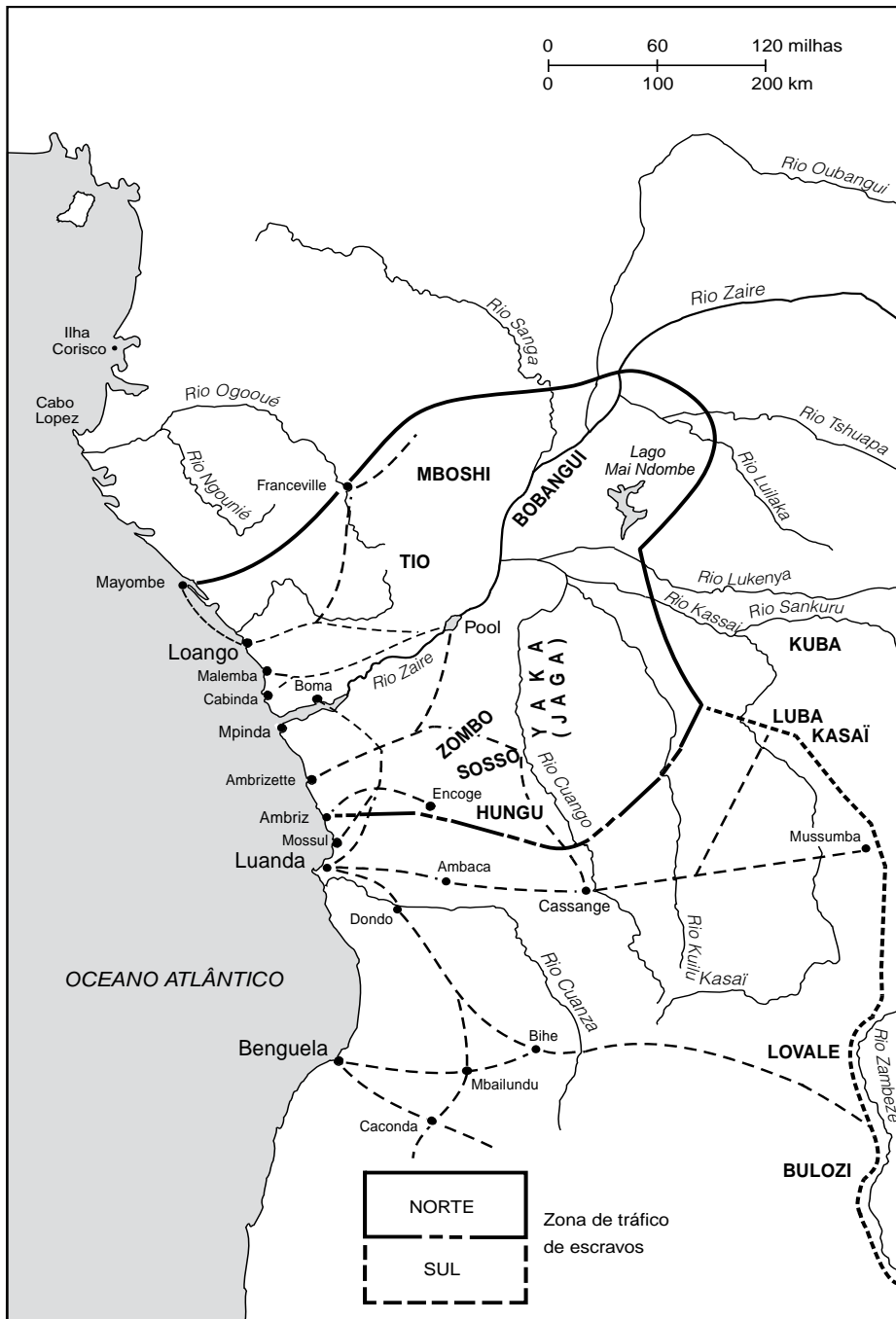



FIGURA 19.17 O tráfico de escravos na África Central do século XVIII (segundo J. Vansina).

produzidas localmente, tais como as joias de Loango. No decorrer do percurso, podiam comprar outros produtos locais a fim de revendê-los alhures, praticando assim uma espécie de cabotagem terrestre.

A rota principal ligava os portos ao Pool onde desembarcavam os escravos provenientes do rio e de seus afluentes. Transportadores especializados chegaram a formar etnias, sendo a mais conhecida a dos bobangui que abandonaram a pesca para o comércio e cuja rede comercial se estendia do Oubangui ao Kwa, a partir de meados do século XVIII. Tais transportadores fluviais participavam também amplamente do comércio de outros produtos, pois que a navegação fluvial permitia embarcar proveitosamente mercadorias pesadas de valor reduzido. Dessa forma, o rio e seus afluentes foram o palco de um intenso comércio de cerâmicas, peixes, esteiras, gêneros alimentícios, cerveja, madeira vermelha e outros produtos comprados aqui e vendidos ali, favorecendo assim as especializações regionais. Essa zona de tráfico de escravos alcançara o Oubangui, o baixo Tshuapa e as regiões vizinhas do lago Mayi Ndombe bem antes de 1800[65] e continuou sua expansão de acordo com o crescimento da demanda de escravos. Não se sabe nada a respeito de sua extensão ao longo do Lukenye, do baixo Kasaï e do Kwilu, mas tudo indica que esses rios não foram verdadeiramente afetados pelo tráfico, sem que se saiba exatamente por que. Uma encruzilhada da rota do Pool seguia rumo ao Norte do Congo, passando pela atual Franceville, até os países mbeti e mboshi. Em matéria de tráfico de escravos, esse traçado concorria com a rota fluvial que subia o Ogooué. Outras rotas de caravanas percorriam o Reino do Congo até Matamba e Casange, no Alto Cuango, sofrendo aqui os vili a concorrência de transportadores regionais, cujos mais conhecidos foram os zombo e os soso. A partir de cerca de 1750, a capital do novo Estado yaka do Cuango tornou-se um pivô do tráfico de escravos onde chegavam os cativos procedentes das incessantes campanhas militares realizadas pelos yaka além do Cuango[66].

O tráfico de escravos nas regiões setentrionais era muito mais lucrativo do que aquele de Angola e empurrou o limite do tráfico angolano em direção a Luanda e Casanje, o que acabou provocando operações militares portuguesas contra o porto de Mosul (mais tarde Ambriz) e levando à ocupação de Encoge

65 R. Harms, 1981; E. Sulzmann, 1983. Entre Ruki, Mayi Ndombe e Mbomboyo, encontraram-se vestígios sob a forma de canecos provenientes do Westerwald (na Alemanha Ocidental), datando do século XVIII.

66 Sobre os yaka, ver M. Plancquaert, 1971; J. K. Thornton, 1981*a,* pp 5e 8; D. Birmingham, 1966, pp. 148-152.

(1759), no Congo Central, assim como de Cabinda em 1783. Os portugueses dali foram expulsos por uma esquadra francesa apoiada por forças locais. Em suma, as soluções militares não conseguiram impedir a progressão do tráfico ao longo da costa do Loango.

Apenas começamos a conhecer os efeitos do tráfico de escravos e ignoramos ainda quase tudo de seu impacto demográfico: 1 milhão de escravos significa talvez por volta de 2 milhões de pessoas arrancadas de seus lares[67], cujo um terço é de mulheres[68]. Embora proviessem de uma área imensa, é verossímil que tenha ocorrido uma verdadeira queda demográfica no antigo Congo e no Mayombe, ainda de difícil avaliação. Em outras regiões, foi sobretudo o crescimento demográfico da população que se reduziu.

Por outro lado, conhecemos melhor os efeitos econômicos do tráfico. No Norte do Zaire, uma ampla parte do território constituiu-se em um conjunto de especializações regionais complementares. Aqui se produzia ráfia ou tabaco, ali vinho de cana-de-açúcar ou marfim, lá produtos alimentícios, objetos de ferro, cerâmicas, canoas etc. Isso provocou um empobrecimento técnico em cada uma dessas partes. Por exemplo, os tio abandonaram a fundição do ferro, a fabricação de canoas e, em parte, a tecelagem e a cerâmica, pois achavam mais vantajoso importar esses produtos das regiões vizinhas. Entretanto, a vitalidade econômica do conjunto crescia, notadamente graças ao desenvolvimento da indústria do transporte fluvial.

Os efeitos sociais e políticos do tráfico de escravos foram espetaculares. Os corretores e as autoridades responsáveis por esse tráfico adquiriram uma importância sempre maior nas cortes de Loango, de Ngoyo e de Kakongo, e cercaram-se de uma comitiva numerosa graças às riquezas acumuladas, substituindo assim a antiga nobreza ligada a casa real. Os poderes reais foram afetados por essa evolução. No Loango, o conselho real deu origem à substituição da nobreza de extração por essas novas autoridades, já que o rei vendia os títulos a quem mais lhe oferecia. O sistema de sucessão sofreu alterações[69], e os conselheiros

67 Por causa da mortalidade no caminho e nos barracos. Os números relativos a Angola fornecidos por J. C. Miller, 1979, p. 103, nota 90, indicam uma mortalidade de dois terços antes do embarque. Esses números são superestimados e o tráfico era mais letal em Angola do que na costa setentrional, notadamente nas estradas. Dobrar os números das exportações não seria exagerado e permaneceria certamente abaixo da realidade.

68 H. S. Klein, 1972, p. 914. Isso se aplica ao tráfico em geral, mas vale para Angola no século XIX e para o conjunto do tráfico neerlandês. Os números relativos às crianças (pp. 903-905) eram de aproximadamente 5% para essa zona.

69 P. Martin, 1970, e F. Hagenbucher Sacripanti, 1973, confirma-o e dá detalhes, ainda que de forma confusa.

passaram a eleger o rei e a favorecer longos períodos de regência. Dessa forma, por volta ou antes de 1750, findou-se a linhagem real. Seis facções disputaram o trono, mas o *kitomi* real conseguiu finalmente impor um rei neutro, em contrapartida de um enfraquecimento radical de seu poder. Pouco depois, a nova linhagem real cindiu-se, e a realeza tornou-se tão fraca que, após 1787, não se nomeava mais o rei. Ademais, as províncias afastadas, tais como o Mayumba, fizeram secessão a partir de 1750.

O reino tio sofreu também certas dificuldades. Os grandes senhores comerciando por conta própria haviam se enriquecido e adotaram uma nova ideologia que legitimava sua secessão. Esse poder espiritual, baseado em um talismã, o *nkobi*, podia exercer-se sem o apoio dos espíritos terrestres. A partir de aproximadamente 1780, o Estado tio sofreu uma guerra civil e apenas conseguiu recuperar-se por volta de 1830. A ideologia *nkobi* serviu como justificativa para uma série impressionante de novos chefes que tomaram o poder ou incorporaram à sua jurisdição a região estendendo-se de Makoua, a Oeste dos planaltos teke (kukuya), até Tsayi, uma região situada nas proximidades da rota de Loango ao Pool.

Na bacia do médio Zaire, a expansão do tráfico de escravos reavivou os movimentos populacionais, ainda que de forma limitada, e acarretou uma retomada das hostilidades, tanto na região do Mayi Ndombe quanto mais ao Norte, ao passo que fortes concentrações populacionais começaram a se formar nas margens do rio, no lugar dos pontos de passagem obrigatórios, para se transformarem em cidades comerciais no século XIX[70]. Entre Loango e o Pool, uma imigração de nobres kongore suplantou as aldeias teke, notadamente na região das minas de cobre de Mindouli. Porém, simultaneamente a pequenas chefias, multiplicaram-se sobretudo as aldeias autônomas do eixo Loango-Pool. Essas aldeias entenderam-se para co-gerir os mercados graças à instituição do tribunal do mercado, sendo os juízes oriundos de diferentes aldeias. A associação *lemba* reforçou suas alianças.

No Reino do Congo, a doutrina cristã e, principalmente, a Ordem do Cristo à qual pertenciam os dirigentes, formaram a base da ideologia do poder gravitando em torno do rei, que não era mais do que um *nkisi* supremo. A Ordem também criou as antigas missões, dirigidas por seus antigos escravos. As unidades territoriais fragmentaram-se de forma contínua (síndrome congo)[71], por vezes no âmbito da própria aldeia. Ao Leste de Mbanza Kongo, viram-se os trans-

70 J. Vansina, 1983*b*, pp. 112-113.

71 S. Broadhead, 1971, 1979 e 1983.

portadores zombo adotarem o sistema dos juízes de feira ou ainda admitirem o princípio de uma rotação entre as principais famílias no governo das pequenas chefias, apenas compostas por algumas aldeias. Entretanto apareciam grandes clãs, os *mvila*, estruturados em linhagens territorializadas. Essa rede de clãs tornou-se o fundamento das relações entre as aldeias autônomas, oferecendo-lhes assim um espaço tanto de colaboração quanto de competição.

Essas transformações acompanharam-se de importantes mudanças culturais. Cresceu o papel dos grandes antepassados ligados aos clãs. Ampliaram-se os cemitérios e as igrejas, notadamente em Mbanza Kongo. Desenvolveu-se a noção de *zombi*, espécie de morto vivo[72], assim como a confusão entre santos e grandes antepassados. Por volta de 1700[73], o enterro das pessoas importantes ainda era relativamente simples, mas logo ganharia em magnificência.

A mortalha sumiu e foi substituída por um empacotamento de tal tamanho que foi preciso abrir caminhos e usar carretas a fim de levar o corpo ao cemitério, ao menos perto da costa. No século XIX, o corpo assim empacotado começou a assemelhar-se com um boneco gigante, e um pequeno relicário fez sua aparição. No século XVIII, as cabeças ou os bustos de madeira colocados sobre essa espécie de caixão foram substituídos por estátuas de madeira ou de pedra, ou ainda por monumentos de cerâmica a ornar os túmulos onde se colocavam também um número sempre maior de objetos importados e quebrados[74]. Foi a região de Boma e do Mayombe que deu origem a tal evolução. Ao Sul do rio, as lápides funerárias de Ambriz dela constituíram o símbolo[75].

Os cultos terapêuticos coletivos ganhavam cada vez mais adeptos. O *lemba* aparentava-se com os já antigos *nkisi* do Loango, ainda que transformados. Constituía um *nkisi* de proteção para as elites que podiam pagar os elevados direitos de entrada. Quando adoecia um homem importante, o sacerdote *lemba* vinha curá-lo. A fim de obter a cura, o doente devia tornar-se um membro iniciado da associação, assim como sua primeira esposa. A ideologia do culto sacralizou as alianças entre famílias da elite (o casamento, os membros da célula *lemba*), assim como legitimou os juízes e chefes de linhagem iniciados e, de forma indireta, os tribunais de feira. Após 1700 desenvolveram-se diferentes formas do *lemba*, uma delas em Haiti onde o *lemba* Petro era o quarto vodu[76].

72 Já mencionado em 1701 por N. Uring, 1928, p. 47.

73 *Ibidem*, pp. 35-36.

74 R. F. Thompson e J. Cornet, 1982.

75 Museu de Angola, Luanda, 1955, n° 137-146 (Ambrizette), pp. 86-87.

76 J. M. Janzen, 1982.

Figura 19.18 Farmácia portátil lemba (nkobi) em casca de árvore, com tampa ornada por um motivo de pétalas característico, proveniente de Ngoyo. Altura: 24cm. [Fonte: J. M. Janzen, 1982. Com a amável autorização da Seção de etnografia, Museu Real da África Central, 1980, Tervuren, Bélgica.]

O cristianismo se manteve e evoluiu. A escassez de sacerdotes locais ou estrangeiros favoreceu as iniciativas dos antigos ajudantes dos missionários, de seus escravos e do séquito do rei. Os baixos-relevos de Ambriz mostram-nos cenas de crucificação nas quais a lança se tornou um píton, lembrando Mbumba ou Bomba, ligado ao tráfico e às riquezas, ao passo que tamborileiros acompanhavam a cena. A estatuaria cristã foi certamente fabricada no Soyo e em Mbanza Kongo, assim como os crucifixos (emblemas de autoridade e, nesse papel principalmente judiciário, emblemas do *nkangi*, o salvador). Outros tipos de cruzes foram criados, tal como o *santu*, que representava os sortilégios ligados à adivinhação pela caça, usados para descobrir a causa de infortúnios coletivos. Tais eram as duas facetas de um mesmo culto oficial.

A Angola no século XVIII

Como vimos, o tráfico de escravos em Angola começou a crescer bem antes daquele do Norte. Voltado principalmente para o Brasil, o sistema era extremamente fracionado, se comparado ao do Norte[77]. De fato, antes de 1730 já estavam envolvidos no sistema angolano o mercador exportador de Portugal, os corretores do Brasil, os transportadores marítimos e os mercadores de escravos de Luanda ou Benguela, os caravaneiros afro-portugueses, os senhores e comerciantes africanos que vendiam escravos nas feiras. A mesma companhia podia controlar vários desses elementos, mas era excepcional que os controlassem todos, mesmo no caso daqueles situados em Portugal ou no Brasil. Cada um tentava maximizar os lucros e evitar os riscos, o maior dentre eles sendo o risco dos escravos, ou seja, o de ver os escravos morrerem de desnutrição, de doenças não curadas e de maus tratos. Tais causas de mortalidade resultavam apenas da falta de investimentos na comida, na qualidade dos cuidados medicais e na competência dos guardas. Cada parte do sistema tentava minimizar a sua responsabilidade e, portanto, atribuir o direito de propriedade dos escravos a uma parte mais fraca do que ela. As companhias portuguesas e brasileiras estavam bem colocadas, sendo os mais fracos os transportadores marítimos, os mercadores de Luanda e Benguela, bem como os caravaneiros. Foram estes que tentaram diminuir as despesas às custas dos escravos, acarretando assim uma elevada taxa de mortalidade entre os cativos. J. C. Miller[78] dá a seguinte esti-

77 Ver H. S. Klein, 1972 ; J. C. Miller, 1975*b*, 1979 e 1984.

78 J. C. Miller, 1979, p. 103, nota 90.

mativa da taxa de mortalidade: teria sido da metade dos escravos entre a feira de compra e o porto de embarque, e depois, de 40% em Luanda, na espera do embarque. Tais números podem parecer exagerados, sendo seu autor o homem de uma companhia pombalina concorrente desse sistema entre 1770 e 1780, mas permanecem plausíveis. As perdas no mar, que variavam de acordo com o estado de saúde dos escravos embarcados e do grau de amontoamento, oscilavam entre 10 e 15% do total embarcado[79].

O pacote, chamado *banzo* em Angola, era fornecido de forma adiantada ao caravaneiro, ligando-o a seu financiador que, dessa forma, podia calcular seu abastecimento em escravos. Esse pacote era principalmente composto por tecidos de Goa ou da Europa, aguardente do Brasil, sal local, pérolas e, por vezes, algumas armas. As despesas dos caravaneiros (principalmente para os carregadores, que eram recrutados no interior pelos funcionários do Estado, e para a comida) eram elevadas e os riscos envolvidos muito altos (espera na feira africana, principalmente, fuga e morte de cativos); encontravam-se logo endividados e, destarte, totalmente dependentes de seu credor. Porém, a partir de cerca de 1760, os caravaneiros começaram a vender seus escravos para qualquer mercador de Luanda ou Benguela e tentaram recuperar a sua situação financeira com as mercadorias assim obtidas. O financiador sofria então uma perda total[80].

Após 1730, as companhias metropolitanas portuguesas retornaram a Luanda para ali vender as mercadorias europeias, retirando-se os brasileiros até Benguela. A concorrência provocou a chegada de grandes quantidades de mercadorias e estimulou o tráfico de escravos. Os navios trouxeram também inúmeros imigrantes pobres, condenados de direito comum e aventureiros que buscavam enriquecer com o tráfico negreiro, principalmente como caravaneiros. Uma luta obstinada desencadeou-se entre *quimbares* e recém-chegados. Estes últimos, como mercadores, tinham o apoio total das altas autoridades de Luanda, mas os *quimbares* gozavam do amparo das autoridades provincianas e, em geral, dos chefes africanos das feiras do interior. Estes lutavam contra os novos mercadores graças ao contrabando de escravos que revendiam aos franceses, ingleses ou holandeses, e contra os novos caravaneiros fazendo-os pagar preços exorbitantes para seus carregadores, víveres, transbordos fluviais etc., até o momento em que os recém-chegados se juntavam a eles, geralmente após terem abandonado seu financiador. Os brasileiros e os quimbares conseguiram não somente manter-se em Benguela, como também aumentar suas exportações de escravos até um

79 P. E. Lovejoy, 1983, p. 47.

80 E. da Silva Correa, 1937; J. C. Miller, 1979, pp. 90-91.

patamar igual ao de Luanda. Todavia, as companhias portuguesas conseguiram eludir o "risco escravos" graças a seus capitais e aos apoios administrativos de que gozavam. Elas não compravam escravos, mas marfim ou letras de comércio pagáveis no Brasil[81].

No começo do século, os governadores apoiavam os brasileiros. Mais tarde, sobretudo depois das reformas do marquês de Pombal na metrópole, eles preferiram-lhes as grandes companhias de Lisboa. Os jesuítas, aliados dos brasileiros, foram expulsos em 1660, e com Francisco Innocencio de Sousa Coutinho (1664-1672)[82], a metrópole esforçou-se vigorosamente para restabelecer sua hegemonia em Angola. De Sousa Coutinho tentou retomar o controle dos postos administrativos do interior, impor regulamentos para o tráfico de escravos nas feiras do interior e diversificar a economia do país. Nem ele, nem seus sucessores, obtiveram êxito nessa empreitada. Os afro-portugueses emigraram mais uma vez, principalmente em direção ao planalto de Benguela onde, a partir de 1772, campanhas militares de grande envergadura apenas conseguiram acelerar a emergência de dois grandes reinos, o Mbailundu e o Bihé. Este último se tornaria um excelente ponto comercial para os *quimbares*. Ali foi criada uma nova cabeça de ponte do comércio rumo ao interior do país e, antes de 1794, as caravanas alcançaram o alto Zambeze, no país Lozi. Os cativos eram encaminhados até Benguela sem passar por Luanda que, por sua vez, continuava captando seus escravos por intermédio do Reino de Kasanje. Os imbangala partiam de caravana rumo ao Nordeste, atingindo o médio Kasaï e os luba que ali moravam antes de 1755. Mas seu eixo principal era a rota de Casanje a Mussumba, capital do Império Lunda.

Pois o Império Lunda constituiu-se durante este século. Incessantes campanhas militares trouxeram grandes quantidades de escravos, ao passo que das regiões dominadas afluíam para a capital os tributos em cativos. Após 1750, o império chegou a criar o Reino de Kazembe no Luapula e a abrir vias de comunicação com Tete e Zumbo, em Moçambique. Antes dessa data a expansão rumo ao Oeste alcançara o Cuango. Um capitão fundou ali o Reino Yaka entre 1740 e 1760, o que acarretou a fuga de milhares de hungu no Reino do Congo de 1761 a 1765[83]. Este grande Estado yaka ocupou uma boa parte do vale do

81 J. C. Miller, 1983, pp. 141-151.

82 R. Delgado, 1948-1955.

83 1.032.000 escravos, também segundo os números de D. Birmingham, 1966, P. D. Curtin, 1969, H. S. Klein, 1972 e P. E. Lovejoy, 1983. Ver também J. C. Miller, 1975*b* e 1979. Nesse caso, 2 milhões constituem certamente uma subestimação. O número real poderia ser mais próximo de 3 milhões. Para a demografia, ver J. K. Thornton, 1977*a*, 1977*b*, 1980 e 1981*b*. Ele admite (1981*b*, p. 713) uma diminuição

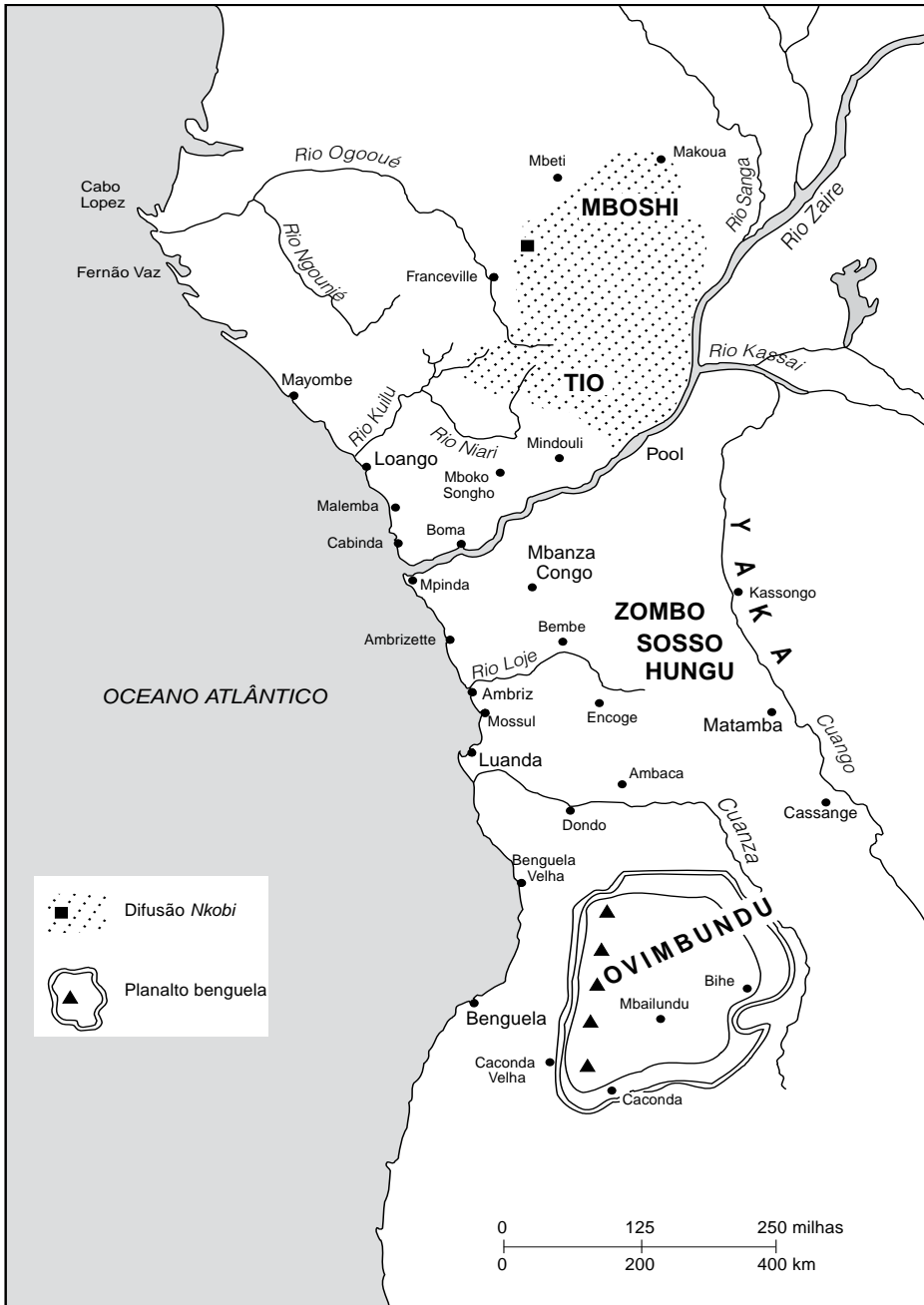



FIGURA 19.19 A África Central Ocidental no século XVIII (segundo J. Vansina).

Cuango a jusante do Kasanje e ampliou seu território de conquistas rumo ao Leste, em direção ao Kwilu, donde inúmeros cativos foram trazidos para serem vendidos aos zombo, aos soso e aos vili, mas também aos imbangala e às caravanas passando por Nkoje. Tais conquistas e saques provocaram , no fim do século XVIII e sobretudo no século XIX, importantes movimentos populacionais do Cuango ao Kwilu, pois as pessoas fugiam do Yaka.

Em Angola, o domínio do tráfico de escravos chegou a tal ponto que, apesar dos esforços de Sousa Coutinho e de outros, o país não conseguiu diversificar seu sistema econômico, em virtude da falta de capitais procedentes de fontes que não fossem ligadas ao tráfico. A colônia continuou dependendo economicamente do Brasil e, por volta de 1800, ainda 88% de seus rendimentos provinham do tráfico de escravos com o Brasil e um pouco menos de 5%, do marfim enviado a Portugal.

---

da população, mas seu modelo subestima o número de mulheres (segundo ele um quarto, e não um terço) e de crianças (segundo ele, nenhuma teria sido embarcada). Esses números são cruciais em matéria de demografia.

CAPÍTULO 20

O sistema político luba e lunda: emergência e expansão

Ndaywel è Nziem

A história dos luba retraça o itinerário de um mesmo e único sistema político emergido em Shaba, na atual República Democrática do Congo, antes de alcançar uma grande parte da savana meridional, praticamente do rio Cuango ao rio Zambeze[1]. Assim, as evoluções individuais de uma série de sociedades foram tecidas a partir dos mesmos impulsos; de saída, pode-se afirmar que tal fato constitui uma forma de demonstração da capacidade de unificação dos povos africanos que já existia na idade pré-colonial.

A expressão do que aproxima e do que diferencia os Estados Luba e Lunda é entendida por meio de seus próprios nomes, os quais mais designam duas redes político-culturais, no seio das quais surgiu uma multiplicidade de referências étnicas distintas, do que fatos étnicos precisos. Deste modo, a história luba, quando evocada, recobre tanto as realidades concernentes aos luba atuais do Shaba (os luba shankadi) e do Kasaï (os luba lubilanji), quanto às relativas aos songye, kanyok, kete, sala, mpasu, bindji e lulua; a história lunda, por sua vez, invoca tanto agrupamentos rund (os lunda, no sentido restrito) quanto agrupamentos lozi, ndembo, luena, imbangala etc. (os lunda, no sentido amplo)[2].

1 Este sistema político alcançou três países da África Central: República Democrática do Congo, Angola e Zâmbia.

2 Existe uma abundante documentação sobre tais povos, incluindo antigos trabalhos etnográficos: H. A. Dias de Carvalho, 1890; C. van Overbergh, 1908; R. Colle, 1913; E. Verhulpen, 1936; L. van den Byvang,

No mais, a classificação linguística da qual as línguas luba e lunda são objeto, revela estas relações entrecruzadas. Se M. Guthrie classifica todas elas na zona L, as línguas lunda pertencem ao grupo 50 e diferenciam-se assim da classe das línguas luba, formadoras do grupo 30. Portanto, isso testemunha claramente e simultaneamente analogias e diferenças existentes entre esses dois fenômenos linguísticos[3].

Todos concordam em atribuir aos ancestrais dos luba os objetos descobertos graças às escavações arqueológicas efetuadas na depressão de Upemba, em Sanga e alhures[4]. Insígnias do poder, mais tarde corriqueiras entre os luba, apareceram após o século XIII, ao mesmo tempo em que provas atestam a formação de duas chefias em Katomba e em Sanga. Contudo, essas duas chefias não foram precursoras diretas do Reino Luba Nesse caso, apenas podemos remontar, sem risco de nos enganarmos, para além de 1700, na cronologia fundada na tradição oral. Tudo o que sabemos é que o grande reino luba, como muitos outros, nasceu e se desenvolveu antes da formação do Estado rund, quando se originou o Império Lunda. A formação do Estado Rund[5] não pode ser datada através da tradição oral mas ao menos é citado pelas tradições por volta de 1680. Desde quanto tempo ele existia? Eis uma questão a qual não podemos responder.

A emergência dos Estados Luba e Lunda

O Shaba e as regiões da Zâmbia e de Angola são cobertos por florestas, os solos são pobres e a estação seca é muito longa. Em geral, as melhores terras situam-se nos vales fluviais e sua qualidade diminui do Norte para o Sul e do Leste para o Oeste, as piores encontrando-se em Angola Oriental. Quanto mais se vai para o Norte, diminuem os ricos de seca. Porém, a parte meridional

1937; P. Denolf, 1954; E. d'Orjo de Marchovelette, 1950-1951; L. Duysters, 1958; W. F. Burton, 1956; mas, também, trabalhos mais recentes, essencialmente teses inéditas de doutoramento. Ao se considerar a história da região a partir dos materiais bemba (A. D. Roberts, 1973), luba (T. Q. Reefe, 1977; J. C. Yoder, 1977) ou lunda (J. C. Miller, 1972*b*; J. L. Vellut, 1972; W. F. Pruitt, 1974; R. E. Schechter, 1976; J. J. Hoover, 1979), chegamos à mesma problemática daqueles que tratam essas culturas como um conjunto (S. A. Lucas, 1968; L. de Heush, 1972; B. Crine-Mavar, 1973; S. K. N'dua, 1978; R. J. Papstein, 1978).

3 M. Guthrie, 1948, p. 54. Na opinião dos linguistas de Tervuren, os dois grupos de locutores coabitaram tardiamente (A. Coupez, E. Evrard e J. Vansina, 1976).

4 UNESCO, *História geral da África*, vol. IV, cap. 22; J. Vansina, 1984*a*, p. 564-570.

5 Todas as tentativas feitas neste sentido repousam na suposta emigração dos kinguri da capital rund para Angola. Agora sabemos que se trata aqui de uma elaboração mais tardia da tradição, remontando a 1700 ou mais; ver J. K. Thornton, 1981*a*.

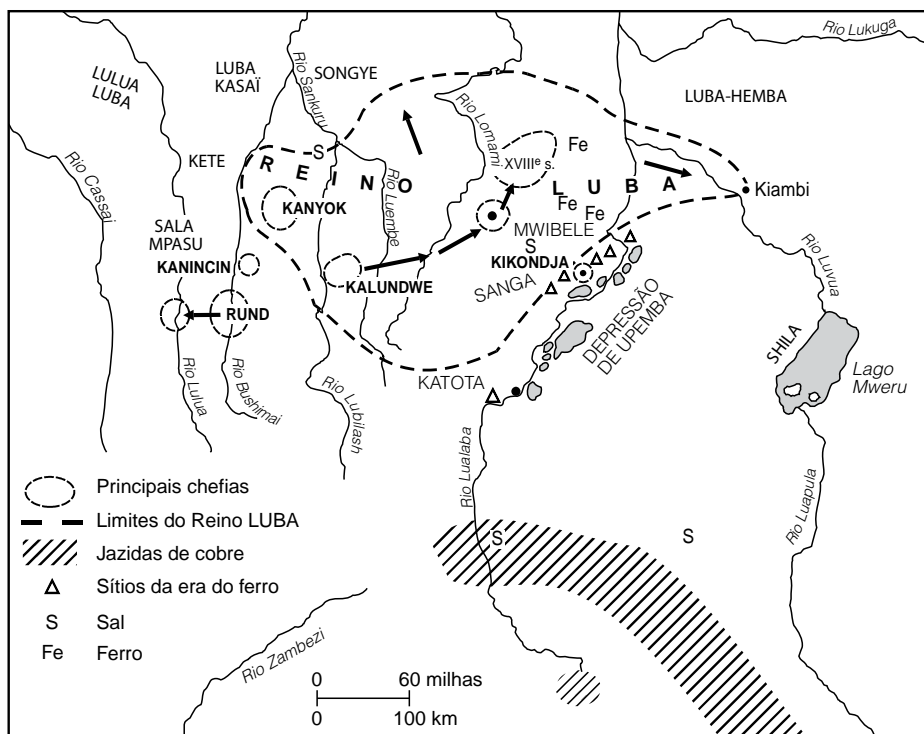



FIGURA 20.1 Os Estados do Shaba antes de 1700 (segundo J. Vansina).

semiárida do país, sobretudo o Sudeste, continha imensas riquezas minerais (cobre, ferro e sal).

Nessas condições, não é de se admirar que a população vivesse dispersa nos enclaves de terras férteis, próximas ou não das grandes jazidas; vastidões quase inabitadas separavam esses enclaves e eram utilizadas principalmente para a caça. Esta distribuição da população explica a posição das primeiras organizações territoriais, pequenas chefias correspondendo cada uma a uma pequena ilha de povoamento. Assim, o grupo de estabelecimentos sanga tornou-se a chefia kikondja, ao passo que a montante, Katota, na outra extremidade do sistema lacustre do Lualaba, formava uma outra chefia. Nessas duas zonas, a população era composta de pescadores e agricultores. Além dessas, ainda havia muitas outras chefias, todas elas situadas, sobretudo, nos vales dos principais cursos de água, onde os habitantes eram basicamente agricultores; tratava-se, notadamente, de Kalundwe, Kanyok, Kanincin, Nsanga, Mpimin, da chefia rund, no seu princípio, e de diversas chefias bemba.

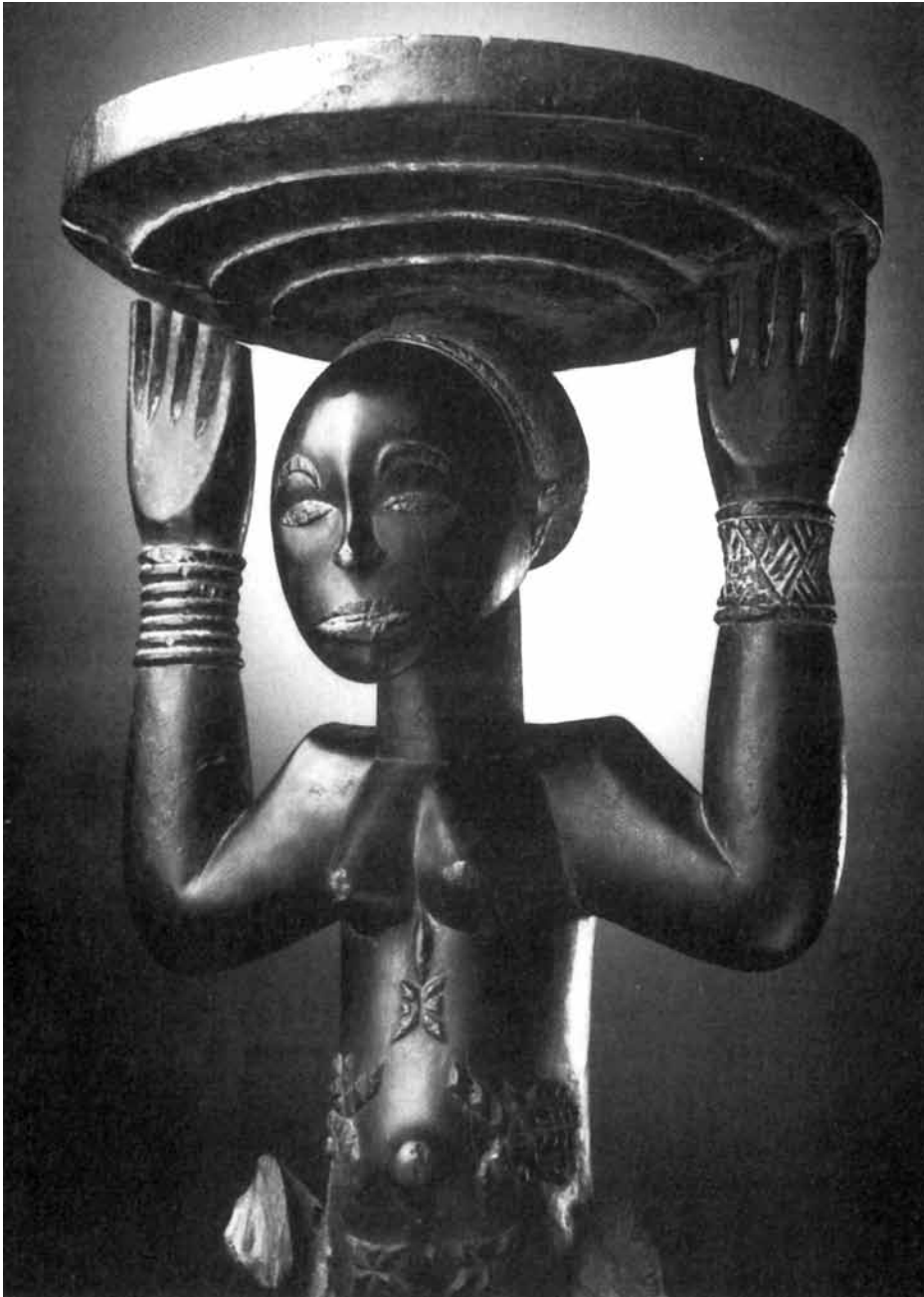



FIGURA 20.2 Hemba, Zaire: assento (cariátide única), cujo pedestal foi destruído pelo uso. Notam-se as escarificações proeminentes e a qualidade dos braceletes. Altura: 35 cm. [© G. Berjonneau, ART 135, Boulogne--Billancourt.]

Nenhum desses agrupamentos de população vivia isolado. Eram ligados pelo comércio e, provavelmente, também pelos casamentos. Do Norte vinham a ráfia e o óleo de palma; do Lualaba, o peixe; do Sul, o cobre e o sal, e do centro para o Sul, o óleo de *mbafu*. Salvo o cobre, o trânsito dos produtos seguia, em geral, um eixo Norte-Sul, desde os confins da floresta equatorial, ao Norte, até a Zâmbia Central. Nada atesta a existência de um importante comércio Leste-Oeste precoce. As trocas eram suficientemente importantes para que se começasse a utilizar moedas o mais tardar no ano 1000. Por volta de 1300, a moeda da depressão de Upemba era a cruz de cobre,. Em 1500, essas cruzes tiveram seus pesos normalizados e, em 1600, seus tamanhos foram reduzidos consideravelmente. Assim, podiam ser utilizadas tanto nas pequenas quanto nas grandes transações. Porém, uma tal redução pode também ser interpretada como o sinal de uma desvalorização. Após 1700, essas cruzes desapareceram e, no século XIX, foram as pérolas importadas que serviram como moeda[6].

Foi nesse contexto que se desenvolveu a ideologia política que, mais tarde, constituiria os fundamentos do grande reino luba. Ela repousava em dois princípios imbricados: o *bulopwe*, teoria relativa ao caráter sagrado da realeza, e o princípio do governo pelo intermédio de uma associação fechada. Na porção mais ao Norte da região, no país Songye, e ao Leste, esse último tipo de governo tornou-se dominante, porém, no centro do reino, estabeleceu-se um equilíbrio entre os dois princípios, ainda que aquele de caráter sagrado da realeza se destacasse visivelmente.

Segundo certas tradições, o pequeno reino Kalundwe, fundado entre os rios Luembe e Lubilash por uma colisão de três clãs, foi o precursor do Reino Luba[7]. Sua capital localizava-se na região de Cifinda. Um de seus reis, Kongolo ("Arco--íris") deixou-a para fundar uma outra nas planícies de Mwibele, não longe do lago Boya, no coração da região que se tornaria o Estado Luba. Segundo outras narrativas, Kongolo vinha de outro lugar. A epopeia conta, de maneira pitoresca, como ele foi vencido e morto por Kalala Ilunga – Ilunga, o Caçador, um estrangeiro vindo do Leste –, que transferiu sua capital para Munza, mais perto de um distrito rico em minério de ferro e das salinas. Kalala, na condição de *mwine Munza* (mestre de Munza), representa o pai fundador correspondendo à ideia que os luba tinham de seu rei. É bem provável que Kongolo não fosse um personagem autêntico, mas não deixam de ser aceitáveis as tradições relativas

6 P. de Maret, 1981, p. 139-143.

7 Para um exame crítico das tradições, ver T. Q. Reefe, 1977 e 1981; para as notações das tradições históricas, ver H. Womersley, 1984.

à posição das primeiras capitais. Ora, elas nos ensinam que, contrariamente ao que se passou no caso de quase todas as outras chefias, a capital do Reino Luba não estava situada no vale fluvial, mas no coração das grandes planícies que se estendiam ao Norte da depressão de Upemba. Diferente dos outros, tal reino dominou – talvez, desde seus primórdios – os kalundwe, a Oeste, e os kikondja, ao Sul. Além disso, controlava as principais rotas comerciais Norte-Sul. Entretanto, permaneceria relativamente pequeno até o final do século XVII.

Durante este tempo, mais a Oeste, outras unidades políticas constituíram-se. A principal dentre elas, Nkalany, situava-se no vale de Mbuji Mayi e resultava da fusão de meia dúzia de pequenos territórios dirigidos pelos *tubung* (mestres da terra). No Norte, seus vizinhos kete possuíam uma organização similar, ao passo que, no Noroeste, os sala mpasu, que lhes eram os mais próximos pela linguagem e pela cultura material, tinham um sistema político muito diferente, por um lado, fundado na idade, e, por outro, permitindo o monopólio do poder às personalidades mais fortes. Os sala mpasu rejeitavam a sucessão no âmbito político (transmissão de funções), impedindo assim a formação de uma aristocracia.

Nada levava a prever que os territórios rund um dia pudessem constituir um império. De fato, as terras que se estendiam mais ao Norte comportavam uma população mais densa, os solos eram melhores, a agricultura era muito mais avançada e, além disso, encontravam-se mais bem situadas em relação às rotas comerciais Norte-Sul. Entretanto, em dado momento, os *tubung* do Norte encontraram-se unidos sob a autoridade de um homem dos territórios rund. Porém, apenas formaram uma pequena chefia situada no braço de um rio. A tradição conta porque o chefe Nkond cedeu o poder a sua filha Rweej (Rueji), que esposou Cibinda Ilunga, Ilunga, o Caçador, o qual vinha da corte luba. Rweej, por seu turno, cedeu-lhe as insígnias do poder. O episódio do caçador é, evidentemente, um mito encontrado em outras partes da região[8]. A história conta que Cibinda Ilunga organizou a corte segundo o modelo luba. Mesmo nesse ponto, a tradição apenas pode estar parcialmente certa, pois os historiadores descobriram que os rund e os luba influenciaram-se mutuamente[9].

Convém também expor um outro elemento das tradições. Segundo Carvalho, o poder, após a fase da conquista, passou ao primeiro filho de Rweej, Yav, que se tornou *mwant Yav* (o senhor Yav), cujo nome iria constituir um título político para qualificar a aristocracia desta nova corte. Na ocasião de sua morte,

8 H. A. Dias de Carvalho, 1890; P. Pogge, 1880. O episódio em que Nkond amaldiçoa seus filhos lembra aquele de Noé sob a árvore e foi certamente inventado mais tarde.

9 T. Q. Reefe, 1981, p. 75-78.

o poder passou ao seu irmão, Naweej, que mostrou ser o verdadeiro organizador do Império. Porém, as versões recolhidas mais recentemente apresentam-nos uma Rweej estéril. A fim de não comprometer a sucessão, ela deu a seu marido uma segunda esposa, Kamonga, que lhe concedeu filhos. Tal situação justifica a existência institucional de dois dignitários femininos na corte de *mwant Yav*: a *swan murund* ou *swana mulunda*, a mãe simbólica da sociedade, que é a perpetuação do papel desempenhado por uma Rweej estéril, porém fundadora do Império, e a *rukonkesh* ou *lukonkeshia*, a rainha mãe, cujo papel foi desempenhado por Kamonga e por todas aquelas que depois encontraram-se nessa mesma situação.

Mais comumente fala-se da existência da mãe do lado direito (*swan murund*), que deve ser diferenciada da mãe do lado esquerdo (*rukonkesh*). Foi dessa última que nasceu o sucessor.

Esses testemunhos são necessários para se compreender as diferentes instituições que tomaram forma após a intervenção do caçador luba: primeiramente, a criação de duas aristocracias femininas – uma, simbolizando a fecundidade social e, a outra, a fecundidade biológica –; em seguida, a elaboração de um título de realeza baseado no título de *mwant* (chefe), ao qual foi acrescentado o nome do primeiro rei.

Os luba: organização interna e expansão até 1800

Como no caso de *mwine Munza*, um Estado se formou nas planícies sob o efeito de influências oriundas da margem oriental do Lualaba. Ele englobava, ao Sul da depressão de Upemba, o Reino Kikondja e, a Oeste, o Reino Kalundwe. Na mesma época, ou um pouco mais tarde, estendeu-se mais ainda para o Sudeste até o curso inferior do Luvua.

A fundação do reino e o início de sua consolidação engendraram perturbações na região: um certo número de emigrantes abandonaram o curso inferior do rio Luvua para fundar um Estado shila na margem oeste do lago Mweru e ao longo do curso inferior do rio Luapula[10]. É provável que essa narrativa só concerna, na verdade, ao grupo que dirigia o Shila antes de 1750 e não à maioria de seus habitantes. É até mesmo concebível que tais chefes não fossem de forma alguma originários do Reino Luba; ter-se-ía lhes dado essa prestigiosa origem quando eles vieram de Kiambi, no baixo Luvua. Da mesma forma, aprendemos

10 M. Musambachime, 1976, p. 15-32.

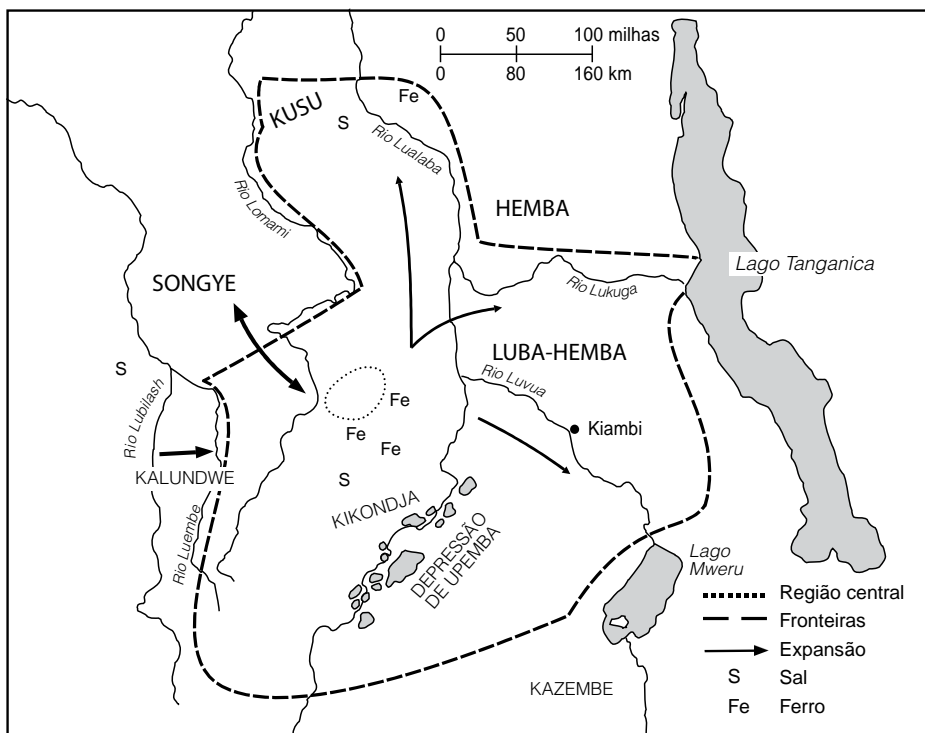



FIGURA 20.3 O reino luba nos séculos XVIII e XIX (segundo J. Vansina).

que os kanyok, no Nordeste, foram sujeitados por imigrantes luba que organizaram (ou fundaram) um reino no território deles. Mais tarde, no início do século XIX, os kanyok rejeitaram o jugo luba[11].

Mas, segundo as narrativas, a emigração mais importante aconteceu em direção ao Norte. Após as perturbações que acompanharam a fundação do Reino Luba, as guerras de sucessão e a fome, grupos de luba kasaï abandonaram o Shaba no sentido Norte e dispersaram-se pelas margens do Lubilash, onde encontraram terras mais irrigadas[12]. A fome, em numerosas tradições, apresentou-se como um dos motivos principais do deslocamento de grupos aparentados do Kasaï. Dizem as tradições que ela explica não só a fuga do Shaba, mas também o fato de eles terem abandonado o Lubilash, no Kasaï, para

11 J. C. Yoder, 1977 e 1980, p. 88 e 90.

12 P. Denolf, 1954; M. Kalanda, 1959, p. 83; Kabongo Mukendi, 1973, p. 48-50; L. M. Mpoyi, 1966, p. 34-36.

emigrarem rumo ao Oeste, em direção ao rio Lulua. As tradições destacam o caráter realmente dinâmico dos movimentos de população. Mas não podemos admitir que todos os luba kasaï tenham deixado o Shaba em uma ou duas levas. Por outro lado, é provável que a cada carestia de gêneros, um certo número de habitantes do Sul tenha emigrado para o Norte e que esse fenômeno tenha continuado pelo menos até o início do século XIX[13]. O cibuba, assim como as línguas e os dialetos aparentados falados na região, difere, muito claramente, do kiluba falado no Shaba. Isso significa que o Kasaï Central foi ocupado durante centenas de anos por grupos falantes dessa língua, da mesma forma que o Norte do país, entre o Lubilash e o Lualaba, fora ocupado pelos songye, cujo falar constitui um outro ramo da família das línguas luba.

Se no Sul, nos países Shila e Kanyok, uma variante do sistema político luba do Shaba foi implantado, isso não se produziu no Kasaï. Nessa região, ou a organização política era limitada ao vilarejo e às terras que lhe pertenciam, ou o poder era concedido, de forma vitalícia ou mesmo por um período limitado, a quem mais pagava, sistema esse que encontramos geralmente em certos grupos songye. Os luba kasaï tomaram emprestado aos kanyok certas insígnias e práticas políticas. Todavia, a maior parte dos grupos songye estava organizada de forma muito diferente. Por volta de 1880, e, verossimilmente, desde vários séculos, os songye viviam em amplos centros agrícolas, verdadeiras cidades, dirigidas pela associação Bukishi, com taxas de adesão muito elevadas e submissas à autoridade de chefes e de alguns notáveis titulados[14]. Tal modelo político igualmente diferia daquele existente no grande Reino Luba.

A organização do Estado era concebida como uma pirâmide de pirâmides. No escalão do vilarejo, as ligações entre as famílias eram patrilineares. Além disso, as relações entre os vilarejos eram concebidas segundo o modelo das relações entre linhagens, ainda que cada um deles tivesse seu próprio chefe, oriundo de uma certa família que detinha a autoridade em virtude de suas relações com um *vidye* (espírito) local. No escalão superior, o reino era governado da capital (percebida como um cume nas expressões que a ela se referem), cujo próprio traçado refletia essa estrutura: residência real, residências dos funcionários titulados dos dois sexos, separados segundo a função (militar, civil). Em seu centro, distinguia-se facilmente o lugar reservado ao *bulopwe* (cargo real). Em seguida, o traçado da cidade revelava, ainda que menos claramente, a presença do *bam-*

13 Os luba entraram em contato com os kuba por volta de 1750 e emigraram (os bena coofa) nos primeiros anos do século XIX.

14 N. Fairley, 1978, p. 118-160.

FIGURA 20.4 Kuba, centro do Zaire: taça ritual cefalomorfa destinada às libações de vinho de palma, portando incrustações de cauril no pescoço e na alça, e de latão na boca, nas têmporas e atrás da cabeça. Altura: 18 cm. [© G. Berjonneau, ART 135, Boulogne-Billancourt.]

FIGURA 20.5 Luba, Sul do Zaire: cabo de uma bengala cerimonial, em forma de cabeça humana ornada de um penteado muito alto, sobrepujada por duas personagens segurando-se pela cintura. Comprimento total: 164 cm. [© G. Berjonneau, ART 135, Boulogne-Billancourt.]

FIGURA 20.6 Luba, Zaire: arma cerimonial, cujo cabo coberto de latão espiralado termina em uma cabeça esculpida. Lâmina de ferro cinzelada. Comprimento: 37 cm. [© M. Aeschiman, Genebra.]

budye, a associação fechada que ajudava o rei a governar. Presumia-se que o rei não tivesse linhagem nem clã, embora a função se transmitisse geralmente de pai para o irmão ou o filho. Porém, os luba viam isso como uma rotação do poder entre diferentes linhagens, as das mães dos reis. Assim, o rei encontrava--se, ao mesmo tempo, acima do combate político e ligado por parentesco a uma quantidade de diferentes chefes. Ele encontrava-se no cume da pirâmide das

pirâmides do parentesco. O título de *mulopwe* significa a indivisibilidade do poder, o poder que não pode ser partilhado[15]. Os ritos da investidura (o incesto real, por exemplo) e as insígnias do poder sublinhavam o caráter único e a supremacia do soberano, bem como sua condição de simples titular do cargo: o *mulopwe* era apenas um rei de uma linhagem de reis. Aqueles que o precederam eram poderosos ancestrais, com seus lugares de devoção, e exprimiam-se pela voz das mulheres ligadas a esses lugares.

O *mulopwe* era cercado por uma família de funcionários. Primeiramente, havia seu harém, que refletia as verdadeiras alianças políticas, assegurando a coesão do reino. Os funcionários controlavam o pagamento do tributo em forma de *mingilu* (corveia), *milambu* (impostos pagáveis em alimentos ou em produtos locais, tais como sal, ráfia, cestos etc.) ou de presentes oferecidos na ocasião da investidura de *kugala* (dignitários). A administração territorial estava nas mãos dos *bilolo* (singular: *kilolo*), cada um deles sendo responsável por uma *kibwindji* (região). Eles eram escolhidos pelos habitantes da região em questão, no interior da família dirigente do distrito, e suas funções eram confirmadas pela corte. Porém, às vezes, eles eram impostos por esta, principalmente quando se tratava de um parente próximo do rei. A administração central supervisava a coleta do tributo, organizava o exército (encarregado de recolher esse tributo pela força) e aconselhava o rei por intermédio do *tshidie* (conselho dos notáveis) e do *tshihangu* (corte de justiça). Os principais funcionários eram o *twite* (que substituía o rei nas questões do domínio secular), o *nabanza* (guardião das insígnias reais e supervisor dos ritos), o *lukunga* (primeiro juiz), o *mwana mwilamba* (chefe do exército), o *mwine lundu* (guardião da tradição e, notadamente, da constituição não escrita), o *fumwa pamba diyumbi* (o feiticeiro, mas, também, o adivinho do rei), a *ndalamba* (a rainha mãe, que tinha um papel ritual)[16].

Ademais, esses funcionários, provavelmente assim como os outros, participavam das reuniões do *Bambudye* que possuía ramificações em todos os lugares. Não sabemos exatamente como essa associação funcionava, já que seus segredos não foram revelados. Mas seu papel consistia em exercer o controle, ao mesmo tempo religioso e secular, do país e, até mesmo do rei, exaltando continuamente a ideologia luba e a do Estado[17].

Na prática, as cortes locais organizavam-se segundo o mesmo modelo da capital, e os chefes locais, detentores de certos objetos sagrados, mantinham

---

15 J. van Avermaet e B. Mbuya, 1954; S. K. N'dua, 1978, p. 337; T. Q. Reefe, 1975, p. 11.

16 J. Vansina, 1965, p. 57-58; K. Y. Tundu, 1981, p. 83-99.

17 T. Q. Reefe, 1981, p. 46-48.

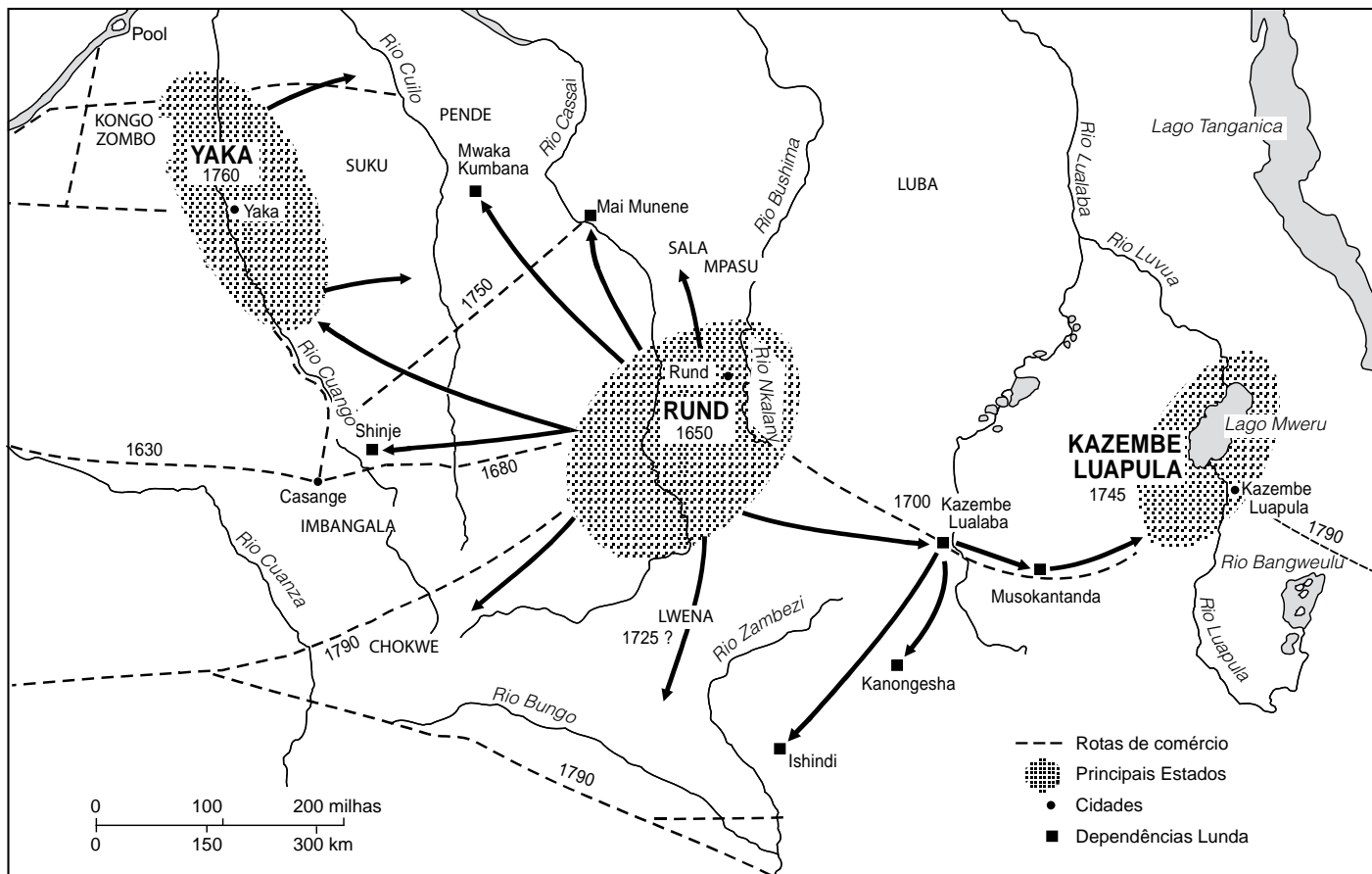



FIGURA 20.7 O império lunda no século XVIII (segundo J. Vansina).

ligações com os cultos territoriais locais, frequentemente voltados aos espíritos de seus próprios ancestrais. Deste modo, no Reino, as forças centrífugas eram sempre potentes. Os guerreiros do rei constituíam a força coerciva concreta, assegurando a unidade do país. Mas não havia um exército permanente, de forma que era muito importante a força ideológica representada pelo *Bambudye*. Isso também significava que um pesado tributo (e numerosas tradições falam disso) só podia ser cobrado quando os distritos centrais estavam dispostos a apoiar o rei em sua luta contra um deles ou contra outros.

Em virtude dessa situação, não é de se surpreender que o Reino não se tenha expandido rapidamente. Dispomos de poucos dados sobre a história do território até cerca de 1700[18] e até o reinado do rei Kadilo. Nessa época, no Norte, aconteceram campanhas militares contra as cidades songye vizinhas "mas, no fim das contas, Kadilo venceu. Após isso, uma aliança foi acertada com certas cidades songye e, no final do século, quando houve uma crise de sucessão, a influência songye se fez sentir nos negócios do Estado[19]". A verdadeira expansão do reino aconteceu no vale do Lualaba, em toda extensão do Luvua (Kiambi) e no Sul da depressão de Upemba. Tal expansão acentuou-se na ocasião da grave crise de sucessão desenrolada aproximadamente de 1780 a 1810. Naquele momento, os kanyok livraram-se da dominação luba, e a influência política e cultural songye alcançou o seu apogeu, assim como é ilustrado pela introdução da sociedade buka-sandji. Em seguida, a expansão retomou o sentido leste, com a conquista das terras compreendidas entre o rio Luluaba e o lago Tanganyika, e o sentido norte, com uma incursão militar em toda a extensão do Luluaba até Buli[20]. As explicações dadas a respeito dessa expansão[21] não são totalmente convincentes. Mais vale reconhecer que a lógica interna desta dinâmica nos escapa, do que, antes, querer a todo custo explicá-la pela vontade de ter acesso às rotas comerciais e às matérias-primas, das quais hoje não sabemos quase nada.

Os lunda: organização interna e expansão até 1800

O Reino Rund transformou-se em império lunda no século XVIII. Não sabemos tudo sobre a maneira como, no princípio, ele estava organizado, todavia,

18 *Ibidem*, p. 107-124 e p. 58-59 para as datas.

19 N. Fairley, 1978.

20 T. Q.. Reefe, 1981, p. 124-128.

21 A. Wilson, 1972.

conhecemos alguns dos títulos portados pela corte. Também sabemos que essa organização tinha um caráter militar muito menos marcado do que o do Reino Luba, mas sobretudo, conhecemos muito bem os princípios sociais e políticos que a regiam.

A transmissão do título de *tubung* era matrilinear, porém, a do título de rei e dos títulos portados pela corte era bilateral. A representação imaginária da sociedade era fundada na sucessão em matéria de funções e no parentesco perpétuo. Isso significa que se esperava que cada detentor de um cargo – de um título, por exemplo – se transformasse em seu predecessor: tomava o nome, as mulheres e os filhos de seu predecessor, tal como sua personalidade e sua família. O parentesco era, portanto, perpétuo. Por exemplo, se o primeiro detentor de um título fosse o neto do rei, o sobrinho de um outro dignitário e o tio de um *mwant a ngaand* (chefe do distrito local), cinco gerações depois, o detentor do mesmo título seria ainda o neto do rei, o sobrinho de um certo dignitário e o tio do *mwant a ngaand*. As devastações do tempo eram negadas.

Com esses princípios, era possível imaginar o Estado como uma organização governada por uma única família, cujo chefe era o imperador, o *mwant Yav*. Sempre era possível incorporar novos chefes, dando-lhes uma ligação de parentesco (genro, por exemplo, após um casamento) e assegurando-lhes uma função estável no Império. Os historiadores têm sublinhado, com justeza, o fato de a sucessão no âmbito de funções e o parentesco perpétuo terem fornecido o mecanismo permitindo a integração de vastos territórios. Ademais, a organização do império, baseada no modelo familiar, tinha automaticamente por efeito a regulação das relações entre funcionários. A divisão fundada na noção de geração era rigorosa[22]. Assim, todos os "filhos" e "sobrinhos" deviam obediência a todos os "pais" e a todos os "tios"; e todos os "netos" eram os aliados de seus "avós". Uma divisão ligada à ascendência direta ou a uma situação que pudesse engendrar uma afinidade juntava-se à precedente. Os "enteados" eram os subordinados de seus "padrastos" e, assim, os "filhos da irmã" tinham uma posição ambígua frente aos seus "tios maternos".

Deste modo, para os rund, o Estado constituía uma família muito ampla, pois que o Império acabou por se estender do Cuango para além do Luapula. Porém, era uma família de guerreiros, que prosperava graças à escravidão. Por volta de 1700, os guerreiros lunda submeteram a população que vivia na periferia

22 Tal modelo é claramente aparentado àquele dos sala mpasu, os quais nem se encontravam organizados em chefias. Porém, os grupos etários e os "homens fortes" da sua organização correspondem às categorias etárias e aos títulos que encontramos entre os rund. Ver W. F. Pruitt, 1973.

do Império, assegurando a integração dela e, depois, continuaram seu caminho. Aproximadamente em 1750-1760, poderosos reinos se constituíram a partir do país Yaka, no Cuango, até o país Kazembe, no Luapula, ao longo de um eixo Leste-Oeste onde eram encontrados os recursos minerais do Shaba e que permitia o acesso aos mercados portugueses no Zambeze. Ali desembocavam também as rotas comerciais que iam do país Rund ao território imbangala, no Cuango.

As malhas da administração eram folgadas. O Império era constituído por um reino central e por reinos periféricos, cujos chefes limitavam-se, às vezes, a pagar um tributo à corte[23]. No centro do Império, no escalão mais baixo da organização territorial, encontrava-se o cantão governado pelo *mwant a ngaand*, que continuava a herdar essa função de acordo com as regras de sucessão matrilineares. Acima dele encontrava-se o *cilol*, designado pela capital e governador de um distrito. No centro, os *tubung* e os funcionários titulados assistiam ao rei.

Porém, para controlar os *bilolo*, o rei criara funcionários especiais, os *tukwata* (singular: *kakwata*), que andavam pelo país com um destacamento militar a fim de obrigar os *bilolo* a pagarem um tributo. Fora dessas forças, existia uma importante organização militar dirigida por um *kazembe* (general). Já antes de 1700, os *kazembe* foram designados para dirigirem os corpos expedicionários enviados às regiões longínquas. O próprio título era conferido a qualquer guerreiro sanguinário que tivesse matado um inimigo perigoso[24]. O *kazembe* tinha todos os poderes em seu próprio terreno de operações, fora do centro do Império. Mas, uma vez os territórios integrados ao Império, ou ele perdia suas prerrogativas, ou se tornava um chefe de pleno direito, um *kilolo* do imperador.

A *mussumba* (capital) era conhecida como o acampamento de um exército instalado para passar a noite, com uma linha de frente, uma vanguarda, asas e um centro. O coração era ocupado pelo palácio real, onde residia o *mwant Yav* (imperador), a *swan murund* (rainha mãe simbólica chamada Rweej), a *rukonkesh* (rainha mãe encarregada dos problemas "logísticos" da corte) e os dignitários, entre os quais figuravam, em primeiro lugar, chefes militares como o *kalala*, comandante da vanguarda, e o *swan mulopwe*, presumido herdeiro e comandante-em-chefe. O poder era detido pelo imperador; seu título, *mwant Yav* (senhor da víbora), fazia referência à distância existente entre o rei e os outros homens, mas também evocava sua ambivalência, pois que representava ao mesmo tempo a paz e a guerra, a prosperidade e a destruição.

23 J. L. Vellut, 1972, p. 70.

24 Ainda aqui, revela-se o paralelo com o "caçador de cabeças" dos sala mpasu; W. F. Pruit, 1973.

FIGURA 20.8 Luba, Zaire: botão do punho de uma bengala, em forma de mulher escarificada, portando um colar de pérolas. Comprimento total: 160 cm. [©H. Dubois, Bruxelas.]

FIGURA 20.9 Luba, Zaire: botão do punho de uma bengala, em forma de mulher escarificada, com as mãos nos ombros. Comprimento total: 80 cm. [©H. Dubois, Bruxelas.]

O papel do imperador lunda era muito menos ritualizado e seu poder mais despótico que esse parentesco permitiria supor. Há pouco tempo, ainda se pensava que a expansão do Império Lunda começara com a emigração de guerreiros para o Cuango. Mas pesquisas têm mostrado que as tradições concernentes a essa pretensa onda migratória eram apenas interpolações tardias devidas aos contatos comerciais entre os imbangala e os rund[25]. De fato, a expansão começou antes de 1700. A primeira conquista aconteceu no sentido Sudeste, em direção às salinas do Lualaba, perto da atual cidade de Kolwezi; daí, por volta de 1700, um grupo dissidente pertencente à geração seguinte e dirigido por Musokantanda e Kanongesha partiu para o Sul, rumo à atual Zâmbia, e após ter assimilado uma parte dos autóctones mbwela e ter expulsado uma outra parte deles para o Sul, fundou um Estado no país Ndembu[26]. Perguntamo-nos se os lunda não teriam participado ainda mais cedo da formação do Reino Lozi. Os historiadores admitem que, ainda cedo, eles poderiam ter exercido uma influência sobre os bulozi, mas ainda não temos a prova de que eles tivessem entrado em contato com esses últimos. Dado que a expansão lunda para o Sul começou após 1700, é provável que o Reino Lozi já estivesse constituído quando a influência lunda começou a se fazer sentir na região[27].

Na ocasião de uma nova campanha militar, os generais lunda foram para o Sul, das salinas do Lualaba em direção às minas de cobre, e atingiram o vale mais rico do Luapula. A armada lunda impeliu um ataque luba e sujeitou os chefes do Shaba (dos quais um deles portava o nome Katanga), bem como o Estado shila do Luapula. Este Estado se desenvolveu e na segunda metade do século XVIII, o *kazembe* do Luapula era o senhor de um vasto reino com bases sólidas[28]. Pouco depois de sua instalação, os lunda do Reino kazembe entraram em contato com os portugueses de Sena e de Tete. De 1798 a 1799, uma missão conduzida por Lacerda visitou o novo reino[29]. Ficaram impressionados com o poderio militar do Kazembe e também com a severidade das medidas coercivas que continuavam a ser tomadas pela corte contra os habitantes. Esta missão portuguesa inaugurou um período de intensas relações comerciais entre o Kazembe e o baixo Zambeze. A autonomia do Kazembe diante da capital (*mussumba*) reforçou-se

25 J. K. Thornton, 1981*a*.

26 R. E. Schechter, 1980, p. 113-124, e 1976.

27 M. Mutumba, 1973, p. 213-214.

28 E. Labrecque, 1949-1951, p. 27; M. W. Kolungwe, 1974, p. 50.

29 J. Vansina, 1965, p. 133.

a tal ponto que o pagamento do tributo, efetuado regularmente nos anos 1970, transformou-se nos anos 1830 em uma troca equitativa de presentes[30].

Em direção ao Norte a ao Oeste, a expansão lunda encontrava-se estreitamente ligada ao desenvolvimento do comércio de escravos em Angola. As relações com o tráfico de escravos angolano datam, no mais tardar, dos anos 1670[31] e foram intensificadas após 1730[32]. Os imbangala criaram um sistema de comércio por caravanas graças ao qual importavam para sua capital lunda produtos europeus (vestimentas, pérolas e vasilhas) percebidos pela aristocracia local como objetos de luxo, tornando-se emblemas do poder. Os lunda não aceitaram os fuzis, preferindo continuar fiéis ao seu sabre, o *mpok*[33]. Ao retornarem, exportavam escravos a princípio capturados nas únicas regiões setentrionais e orientais do Império Central Rund, precisamente no Sala, Mpsau, Kete, Kanincin e mesmo no Kanyok. Mais tarde, cativos mbwela originários do Norte da Zâmbia e do Leste de Angola foram, por sua vez, integrados a esse tráfico. Durante esse tempo, aumentava a demanda por escravos no interior do Império Lunda. Eles eram destinados aos trabalhos dos campos nas cercanias da capital e à cultura da mandioca ao longo das principais rotas do país, em lugares isolados; também serviam como atravessadores ou carregadores nas caravanas que atravessavam os grandes espaços desérticos estendendo-se do rio Cuango ao Nkalany e ao rio Lualaba[34].

Pouco depois de 1700, também ocorreram expedições militares no sentido Oeste e em torno de 1750, chefes lunda atingiram o rio Cuango. Angola Oriental, país dos lwena, era o principal objetivo deles. Vários pequenos Estados foram criados, notadamente por Kiniama. Nessa região, os chefes lunda reuniram sob sua autoridade as grandes organizações locais, cuja estrutura repousava em uma filiação matrilinear muito antiga. No princípio, o *mwangana lunda* (chefe) desempenhou o papel de árbitro no regulamento das contendas, e a população local também aceitou a crença nos supostos grandes poderes sobrenaturais desses emissários lunda. Se aceitarmos a genealogia, a chegada dos primeiros chefes lunda na região remontaria aproximadamente a 1750, mas o processo foi certamente iniciado uma geração mais cedo, uma vez que nessa data, já

30 J. Vansina, 1966*b*, p. 165-174; F. J. M. de Lacerda e Almeida, 1944, p. 175-261; A. C. P. Gamitto, 1960, vol. II, p. 9-130.

31 O. De Cadornega, 1940, vol. III, p. 219.

32 Provavelmente após 1665 ; J. K. Thornton, 1981*a*, p. 6.

33 M. Leitão Correia, 1938, p. 25.

34 J. L. Vellut, 1972.

se encontravam chefes lunda na margem oriental do Cuango[35]. Ao Oeste do Lwena, diversas chefias chokwe, minungo e songo também foram criadas pelos lunda em condições análogas, exceto no país Shinje, onde já existia um reino[36]. Em seguida, dentre esses povos, os chokwe revelar-se-iam os mais importantes. Mesmo no século XVIII, eles foram úteis ao Império como metalúrgicos, escultores e caçadores. Os lunda do centro faziam com que suas armas e objetos esculpidos viessem dessa região, pois eram metalúrgicos e escultores lastimáveis[37].

Os invasores lunda capturavam escravos na ocasião de suas conquistas. Construíram grandes campos fortificados providos de fosso e de paliçadas[38]. No vale do Cuango, encontraram chefias yaka, suku, e talvez ainda outras em Okango, organizadas segundo o modelo kongo. Tornaram-se senhores delas. Numerosos habitantes fugiram, mas as estruturas não foram destruídas. Os lunda preferiram instalar *bilolo* (chefes) superiores ou equivalentes àqueles já empossados. Isso resultou em um complexo sistema político de três níveis no qual mesmo a ideologia do Estado reconhecia a existência tanto dos "autóctones" quanto dos invasores lunda. Porém, o chefe dos yaka, o *kiamku* (palavra derivada de um título imperial *Yav*) não pôde controlar todos os seus homens. Um Estado semi-independente, o Estado do Pelende, formou-se no Norte, ao passo que um grupo (os sonde-luwa) emigrou para o Leste do Médio Cuango, para lá fundar suas próprias chefias[39].

Uma vez estabelecidos, os reis yaka começaram a fazer expedições em direção ao Kwilu, a fim de capturar escravos, vendidos por eles aos mercadores angolanos, kongo e vili. Seguiram-se importantes distúrbios. O reino suku resistiu vitoriosamente, mas, em outros lugares, a população fugiu para o Nordeste, daí as intensas densidades de população observadas no século XIX ao longo do quinto paralelo sul[40].

Uma última impulsão ocorreu do Oeste do rio Kasaï ao Norte, provavelmente ao longo do vale do Tshikapa. Nessa região, os lunda fundaram dois

35 C. M. N. White, 1962, p. 15-18; J. K. Thornton, 1981*a*, p. 5 e nota 29 (Shinje e Malonda).

36 As provas trazidas pela tradição lunda e pelo estudo estilístico da arte praticada na corte lunda referem-se a um período mais tardio (século XIX), mas podem muito bem ser válidas (em todo caso, no que concerne ao metal) para a segunda metade do século XVIII. A escultura dos chokwe dessa época testemunha a influência estilística da Renascença e do Rococó português.

37 M. Leitão Correia, 1938, p. 25. Encontramos fortificações desse tipo no Império central, junto aos kanyok e no país Luba. A técnica militar expandiu-se por toda a região.

38 *Ibidem*.

39 M. Plancquaret, 1971; J. K. Thornton, 1981*a*.

40 Os grupos étnicos hoje chamados mbala e ngongo emigraram para o Norte após as incursões yaka.

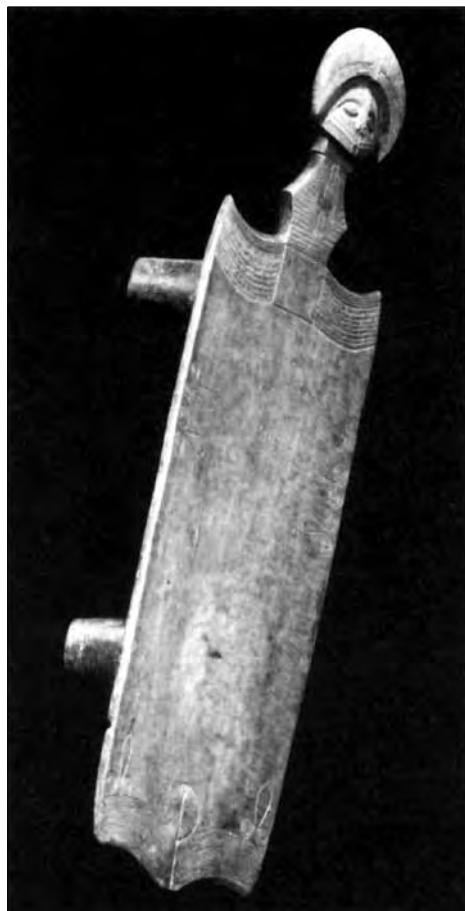



FIGURA 20.10 Chokwe, Angola e Zaire: cama ritual (?) de madeira com quatro pés, prolongada por uma cabeça portando um típico penteado chokwe e decorada com esculturas lembrando os brincos chamados ukulungu. Comprimento: 131 cm. [© G. Berjonneau, ART 135, Bolonha-Billancourt.]

pequenos Estados: o primeiro, situado perto das grandes quedas do Kasaï, tinha por capital Mai Munene e rapidamente se tornou um importante mercado para as caravanas provenientes do Cuango; o outro era Mwaka Kumbana, no Luange. Nessas duas zonas, os lunda misturaram-se de um lado com imigrantes recentes, os pende etc., e, de outro lado, com os autóctones. O sistema político resultante dessa fusão assemelhava-se muito menos à organização do Rund Central do que aos sistemas instaurados em outros Estados lunda. Isso se deveu à influência

política exercida pelos pende na região e do fato de chefias pende independentes subsistirem nos arredores[41].

Conclusão

Em 1800, a ação conjugada da expansão luba e lunda permitira a estruturação do conjunto das savanas da África Central, ao Leste do rio Cuango. Em toda essa zona, os diferentes povos haviam difundido uma cultura comum, ou seja, uma visão de mundo, rituais, emblemas e símbolos comuns. Alguns objetos, como o diadema de chifres lunda, encontram-se do Cuango ao Lualuba. Certas instituições, como os *mukanda* de meninos, que existiam aproximadamente desde 1650 a Oeste do Cuango, foram generalizadas, primeiramente graças ao Pende, e depois, através dos lunda, ao passo que, no Norte, foram introduzidas entre os kuba pelos pende[42]. Tal difusão foi em parte facilitada pela existência de rotas comerciais, mas também pelas incursões. A mobilidade da população, muitas vezes ligada aos casamentos, era surpreendentemente forte. Pelo fato de as mulheres irem viver com seu marido e de os nomes de clã serem transmitidos pela mãe, a difusão dos nomes era considerável. Deste modo, encontramos os mesmos nomes do Cuango ao Kasaï e do Kasaï ao Luapula.

Por outro lado, a expansão lunda provocou grandes devastações. Não se deve subestimar a natureza militarista dos Estados lunda, nem a amplitude da caça aos escravos tal como ela era praticada. Se é bem provável que as baixas densidades de população constatadas no Sul do Cuango e a Leste de Angola estejam, em parte, imputáveis a essas atividades, é certo que, por outro lado, a concentração da população observada ao longo do quinto paralelo, entre o Cuango e o Kwilu, foi a consequência direta disso. Esse aspecto, atrelado à presença de uma cultura política comum do Cuango ao Luapula, continua sendo o legado desses séculos para os habitantes dessa vasta região.

41 Kodi Muzong, 1976, p. 268-342.

42 J. Vansina, 1983*a*, p. 332-333, e 1978, p. 204-205; Kodi Muzong, 1979, p. 136 e 163.

CAPÍTULO 21

A Zambézia do Norte: a região do Lago Malaui

K. M. Phiri, O. J. Kalinga e *H. H. K. Bhila*

A região estudada neste capítulo é limitada ao Sul pelo Zambeze, ao Norte pelos rios Songwe e Rovuma, a Oeste pelo Luangwa e a Leste pelo Oceano Índico. A parte sul dessa região era dominada pelo grupo linguístico dos chewa e por seus subgrupos, os manganja do baixo vale do Shire e os nyanja, instalados na extremidade sul do Lago Malaui. A Oeste do território chewa viviam os nsenga e a Leste o grupo linguístico lolo-makua-lomwe bem como os yao. A parte setentrional, a Oeste do Lago Malaui, era compreendida entre a zona periférica dos chewa-tumbuka, situada ao Sul dela, e o rio Songwe, mais ao Norte. Três famílias linguísticas ocupavam essa zona: os tumbuka, os ngonde-nyakyusa e os sukwa-lambya-nyiha. Em 1500, os habitantes da zona sul e os tumbuka do Norte pertenciam todos a esse "conjunto matrilinear falante do banto central", estendendo-se do Sul do rio Zaire, a Oeste até o Oceano Índico, a Leste. No decorrer dos séculos seguintes, os tumbuka adotaram contudo o sistema patrilinear. Os ngonde-nyakyusa e os suka-lambya-nyiha tinham, por sua vez, uma estrutura patrilinear datada dos primórdios de sua tradição histórica. A região compreende hoje o Leste da Zâmbia, a totalidade do Malaui e o Norte de Moçambique.

Durante o período que nos interessa, a zona sul foi dominada, no decorrer do século XV, pela chegada dos maravi e pelo impulso de seus Estados cuja expansão continuou, no século XVI e XVII, até envolver os nsenga no Oeste e os lolo-

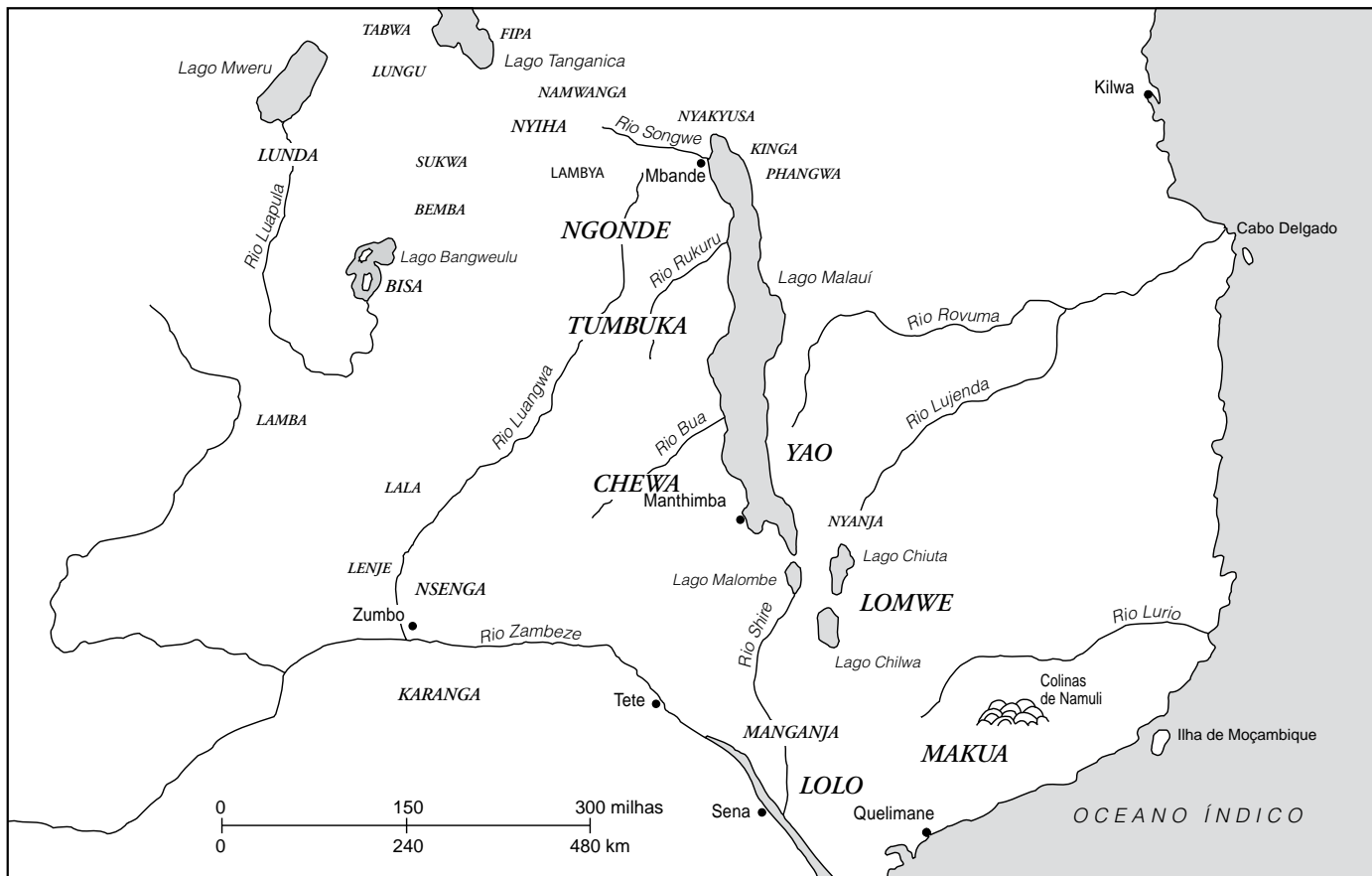



FIGURA 21.1 Etnias da região norte do Zambeze no século XVIII. [Fonte: de acordo com A. D. Roberts, 1973, p. XXV. Mapa adaptado com a amável autorização de Longman Group UK Ltd].

-makua-lomwe no Leste. No século XVI, a população do Norte era organizada em pequenos grupos de clãs autônomos, exceto pelas chefias simbowe e mbale, situadas respectivamente na planície Karonga e na região montanhosa de Phoka. Por volta do fim desse século, contudo, um grupo de imigrantes – os nguluba – fundou os Estados de Lambya, Ngonda, Chifungwe, Sukwa e várias outras chefias nyakyusa. Durante o mesmo período, a expansão dos maravi no interior da zona periférica dos tumbuka-chewa acarretou a instauração de novas chefias chewa – notadamente as de Kanyeda, Kabunduli, Kaluluma e Chulu – que impuseram sua lei à população tumbuka: assim nasceram, em essência, o povo e a língua tonga. No século XVIII, o comércio do marfim constituía um fator de primeira importância em ambas as zonas. A zona sul foi então marcada pelo declínio dos Estados maravi e pela expansão dos yao que, expandindo-se no interior para comerciar, acabaram por fundar seus próprios Estados. Um grupo de imigrantes da região de Nyamwezi – os balowoka – veio se estabelecer entre os tumbuka, criando esferas de influência econômica que se transformaram em entidades políticas com o tempo. Os Estados antigamente instalados no Sul do Songwe permaneceram contudo afastados desses novos movimentos comerciais até meados do século XIX.

Muito tempo antes do século XVI, a região passara por ondas sucessivas de imigração na idade do ferro e, notadamente, algumas trouxeram os primeiros ancestrais de seus modernos habitantes bantófonos. A arqueologia nos esclareceu muito sobre essa questão. Ela nos mostra, por exemplo, o fato de a região ter sido a princípio ocupada por uma população que se servia do ferro, produzia alimentos e talvez falasse banto desde 300 d.C. Até o século XI, esses habitantes da idade do ferro se distinguiam pela fabricação de cerâmicas tão estreitamente parecidas umas com as outras quanto às dos mwavarambo e dos mwamasapa no Norte, dos kanepi, dos nkope e dos longwe no Sul[1]. No século XII, contudo, essas primeiras tradições de cerâmica começaram a dar lugar a novos estilos tais como os da cerâmica mawudzu e luangwa, cuja aparição foi associada à chegada dos primeiros ancestrais dos povos bantófonos modernos[2].

Parece então que a chegada e instalação da atual população de língua banta tenha ocorrido a partir do ano 1200. Os recém-chegados vinham do Norte em clãs ou grupos de clãs; uma vez na região, eles expulsaram ou assimilaram os agricultores e os caçadores-coletores aí encontrados.

---

1 G. Y. Mgomezulu, 1981, p. 450-451; K. R. Robinson, 1966, p. 183-188; K. R. Robinson e B. Sandelowsky, 1968.

2 G. Y. Mgomezulu, 1981, p. 450-451.

No Malaui setentrional, os primeiros habitantes bantos formavam principalmente uma população sem Estado, em outros termos, pré-dinástica. Ela compreendia, entre outros, os clãs dos sikwese, chilima, silumbu, simwayi, namwenes (da planície de Karonga), chiluba, mzembe, luhanga, nyanjagha, nyirongo, kanyinji e mtonga, cuja organização em Estados foi mais ou menos bem-sucedida nas mãos de imigrantes posteriores mais poderosos.

Na Zâmbia Oriental, no Leste do Luangwa, os ancestrais dos atuais habitantes bantófonos eram, dizem, os katanga. Mais ao Leste, no Malaui Central, eles compreendiam um certo número de clãs designados sob o vago termo de "protochewa", notadamente aplicado aos clãs banda, mbewe e zimba, que reivindicavam serem oriundos dessa zona. Na tradição oral, os protochewa são às vezes chamados de *kalimanjira* (os que abrem o caminho) por terem livrado o país dos seminômades anteriormente ocupantes, os batwa e os kafula. Em alguma parte central do Malaui, seu nome é também associado a um mito de criação local segundo o qual o homem e todos os pássaros malauianos ao seu redor teriam sido criados na montanha de Kapírintiwa, na fronteira do Malaui e do Moçambique Ocidental[3].

Em contrapartida, não é possível ser tão afirmativo no que concerne às origens e à formação das comunidades lolo-makua-lomwe e yao do Moçambique Setentrional. Nenhuma tradição indica claramente a maneira como elas ocuparam os territórios pertencentes a elas hoje. Sem dúvida, isso se apoia no fato de terem criado seu país há vários séculos, perdendo há muito tempo a lembrança de suas origens exatas. No início do século XVI, os lolo já ocupavam o Sudoeste do Moçambique Setentrional, enquanto os makua e outros grupos de língua lomwe habitavam a costa frente à ilha de Moçambique bem como o interior até as altas terras do Oeste. O país dos yao se encontrava no Noroeste daquele dos makua, entre o rio Rovuma ao Norte e o Lujenda, ao Sul[4].

Na zona norte, os primeiros habitantes falantes do banto moderno, cujos traços permanecem até hoje, se estabeleceram num território compreendido

3 As principais fontes concernindo às interações entre os ancestrais dos bantos da época atual e os primeiros habitantes dessa região são as seguintes: H. L. Vail, 1971, 1972*a* e *b*, 1974; H. W. Langworthy, 1969*b*; K. M. Phiri, 1975*b*; A. J. William-Myers, 1978*b*.

4 A história oral do Moçambique Setentrional não pôde fazer pesquisas em campo antes de 1975 em razão das lutas de libertação nacional que aí ocorriam. O estado das coisas é provavelmente diferente hoje, o Centro de Estudos Africanos de Maputo trabalha atualmente para avaliar a situação. Além disso, as tradições históricas dos yao do Malaui foram o objeto de um recenseamento sistemático. Ver K. Lapukeni, P. Rashid, N. Kumwembe e J. B. Webster, 1978; K. M. Phiri, M. Vaughan et D. Makulini, 1978; R. B. Misomali, G. Mkondiwa e H. K. Rhila, 1978; Y. B. Abdallah. 1919*a*; L. D. Soka, 1953; E. A. Alpers, 1975*a*. Os yao, segundo suas próprias tradições provinham da região do "monte Yao", entre os rios Rovuma e Luambala. Alpers afirma que os makua se expandiram em outras regiões do Norte do Moçambique a partir dos montes Namuli, situados no coração do Moçambique Setentrional.

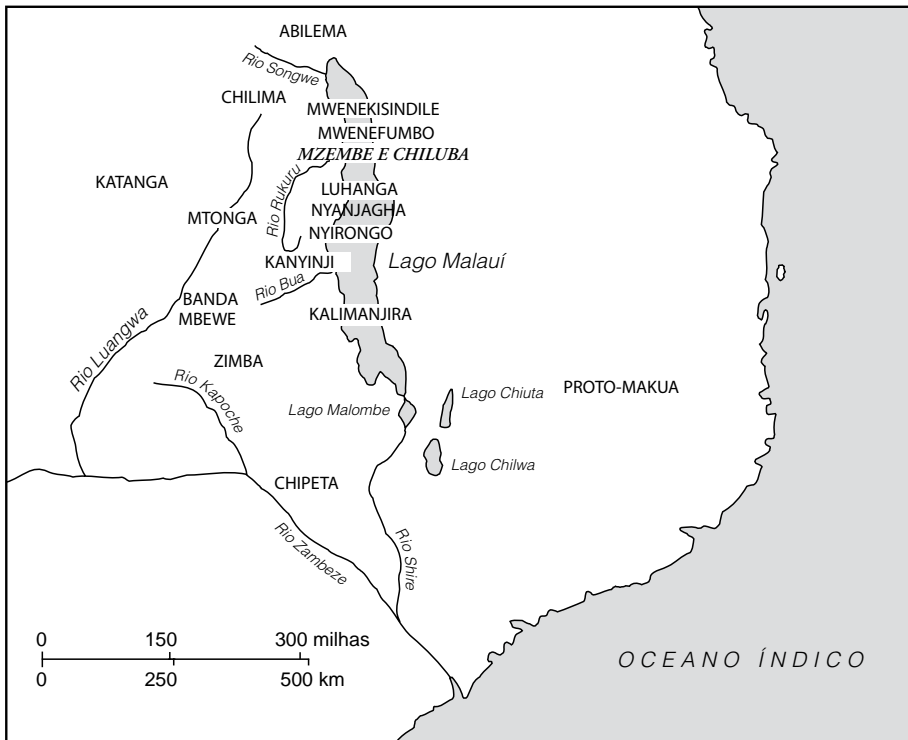



FIGURA 21.2 Grupos pré-dinásticos do Zimbábue Setentrional (de acordo com K. M. Phiri e O. J. M. Kalinga).

entre o rio Songwe e o curso meridional do Rukuru. Eles eram compostos por clãs sikwese, chilima, mwenekisindile e mwenefumbo, instalados nas planícies de Chipita e de Karonga, bem como clãs mzembe e chiluba da região montanhosa de Phoka, no Sudeste de Karonga. Eles provinham, afirmam as tradições, da margem noroeste do Lago Malaui e talvez sejam parentes dos abilema dos quais se pensa terem vivido no Unyakyusa antes de aí se estabelecer a linhagem dos lwembe[5]. Contudo, pouco tempo depois, grupos de recém-chegados, na maioria das vezes mais poderosos do que os clãs já instalados, começaram também a se infiltrar na região. Eles compreendiam, notadamente, os simbowe, ocupantes da planície de Karonga e os mbale, fixados na região de Phoka. Os mbale também

5 M. Wilson, 1958. Para um resumo das tradições concernindo às migrações da população de língua banta moderna rumo às planícies de Chipita e de Karonga, ver O. J. M. Kalinga, 1985.

vinham do Norte, afirmam ter partido de uma zona situada no Sul do Lago Vitória para emigrar à região do Lago Malaui.

Provavelmente a migração dos mbale rumo às terras altas de Phoka se deu no século XIV. Os novos imigrantes eram excelentes fundidores de ferro e não tiveram dificuldade alguma em estabelecer boas relações com os autóctones mzembe e chiluba, dos quais se tornaram dependentes para o aprovisionamento em gêneros agrícolas e, ainda que em parte, em carvão, do qual precisavam para seus fornos. Ao seu lado, os mzembe e os chiluba dependiam dos mbale para a fabricação de armas e de ferramentas agrícolas de ferro[6]. Parece então ter havido uma migração geral rumo ao Sul seguindo principalmente o corredor separando o Lago Tanganyika do Lago Malaui. É até mesmo provável uma parte desses migrantes ter avançado mais ainda rumo ao Sul, no centro do Malaui ou na zona de língua chewa.

Entre a região de Phoka, no Norte, e a dos chewa, no Sul, viviam diversos clãs de língua tumbuka. A planície de Nkamanga bem como os vales de Henga e de Kasitu tinham por principais ocupantes os luhanga, os kachali, os nyirongo, os mtika e os nyanjagha. Alguns desses grupos pareciam ter se expandido, rumo ao Leste, tão longe quanto as margens do lago e, rumo ao Oeste, até o vale do Luangwa, nesse setor do Leste da Zâmbia, chamado hoje de distrito de Lundazi[7]. Os nsenga, habitantes atuais dessa região, parecem ter se cristalizado em "tribos" sob o efeito de influências recíprocas entre as linhagens tumbuka, chegando do Leste, e imigrantes parentes dos luba-lunda vindos do Oeste. Eles usam uma língua próxima do tumbuka e compartilham nomes idênticos de clãs com os habitantes da Tumbucândia. Nos séculos XVIII e XIX, eles serviram de alguma forma de ponte entre os tumbuka no Leste e os bisa no Oeste.

Assim então, antes de uma data situada por volta de 1500, toda a região que se estende do rio Songwe, no Norte, até o Zambeze, no Sul, se encontrava, exceto por alguns enclaves, dotada de uma organização política em que predominavam as comunidades de pequeno porte. Cada um dos diferentes grupos era composto de chefias territorializadas, com a autoridade repousando em uma hierarquia de dois níveis. O pivô dessa forma de organização política era o chefe local, representante da autoridade suprema num dado setor. Munido desses poderes, ele exercia sua autoridade sobre um grupo de aldeias estreitamente aparentadas entre si e estruturadas em função da linhagem, com a dele próprio sendo genealogicamente a mais antiga. Na comunidade das aldeias ao seu redor, o chefe prestava serviços de ordem religiosa, judiciária ou militar, e em troca recebia fidelidade e submissão de todos os seus.

6 K. Msiska, 1978a et e b.

7 H. L. Vail, 1972b.

Ainda que politicamente e às vezes fisicamente dividida em esferas de influência ligadas às etnias ou aos clãs, a região do Lago Malaui gozava de um certo grau de coesão social e religiosa. Notadamente, o pertencimento religioso assegurava a coesão no seio dos diferentes grupos sociolinguísticos e entre eles. Com efeito, na maior parte dessa região, a atividade religiosa se manifestava tão bem no nível local quanto no nível territorial. Enquanto no nível local seu papel era assegurar o bem-estar moral e material de toda a população, no nível territorial, ele deveria favorecer a cooperação cultural e ecológica[8].

Para a maioria dos habitantes dessa parte da África, a vida religiosa implicava, além da veneração dos ancestrais e da posse pelos espíritos, a arte de fazer chover e a prática da feitiçaria. Entre os povos de língua chewa, por exemplo, o papel da sociedade secreta Nyau era extremamente importante, pois permitia expressar e encenar os mitos étnicos da criação, o código moral etc. Durante uma representação nyau, encenava-se notadamente a interdependência entre o mundo natural e o do espírito, bem como o mito chewa da criação segundo o qual no início de tudo, homens, animais e espíritos viviam em harmonia. Mas a principal manifestação da vida religiosa territorial era constituída pelos cultos da chuva. Cobrindo vastos setores, um certo número desses cultos era consagrado a um deus ou a um espírito reconhecidos em toda superfície do território e dependiam de uma elite composta de padres e de funcionários. Os cultos chikha-n'gombe e chisumphe, próprios dos tumbuka e dos chewa, pertenciam a essa categoria.

Foi demonstrado que havia um considerável grau de interação e de sobreposição entre os diversos cultos religiosos territoriais no interior da região de estrutura matrilinear estendendo-se da zona periférica dos tumbuka-chewa, no Norte, até o vale do Zambeze, no Sul. De um extremo a outro dessa região, a divindade era representada da mesma maneira. Entre os tumbuka e os chewa, por exemplo, ela tinha a configuração física de uma serpente, era assimilada à potência masculina e gozava dos serviços de várias esposas. Da mesma forma, os funcionários devotados a seu serviço ficavam em estado de possessão e eram isolados, em toda parte de forma idêntica, em função de seu papel singular no interior da sociedade. Notando essas semelhanças de estruturas entre os diversos cultos da chuva no Norte do Zambeze, Schoffeleers emitiu a hipótese de os diferentes cultos do Malaui, do Moçambique e do Zimbábue procederem talvez de um tronco cultural comum[9].

8 Essa teoria é firmemente defendida por T. O. Ranger, 1973, e por M. J. Schoffeleers, 1979a, p. 6-23.

9 M. J. Schoffeleers, 1979*a*, p. 22-23. Ver igualmente H. L. Vail, 1979; M. J. Schoffeleers, 1979*b*. Sobre os aspectos religiosos do Nyau, ver M. J. Schoffeleers, 1976; N. E. Lindgren e M. J. Schoffeleers, 1978.

FIGURA 21.3 Máscara usada pela sociedade secreta Nyau, instituição mais reverenciada dos povos chokwe e maravi. [© K. M. Phiri.]

Seja como for, a religião permaneceu constituindo então um importante meio de comunicação e de interação entre povos outrora politicamente divididos.

Entre os chewa e os povos parentes da zona sul, as vagas estruturas políticas a prevalecerem antes de 1500 foram consideravelmente transformadas ou modificadas pela emergência dos Estados maravi, no início do século XVI, e por sua expansão até o decorrer do século seguinte[10]. Nos séculos XVI e XVII, os maravi dominaram então a história política da Zambézia do Norte, assim como o Estado mutapa dominava a da Zambézia do Sul nos séculos XV e XVI.

Todos concordam hoje em pensar terem sido os maravi um grupo de imigrantes originários da região de Luba, no Sudeste do Congo, e terem penetrado no Malaui Central a partir do Oeste, após atravessarem o imenso planalto do Nordeste da Zâmbia. Tendo atingido a extremidade sul do Lago Malaui, eles aí se estabeleceram e não tardaram a impor sua lei à população protochewa ocupante da região. Após terem aí se assentado, eles se lançaram numa campanha de expansão territorial, apropriando-se de toda a metade inferior da região do Lago Malaui. Eles instauraram assim uma confederação de Estados incluindo, a partir do início do século XVII, a maior parte da Zâmbia Oriental, o centro e o Sul do Malaui bem como o Norte do Moçambique. Assim eles acabaram por exercer uma influência política e militar em uma vasta região.

A aparição do Estado maravi permanece contudo sendo um fenômeno que os historiadores da Zambézia do Norte estão longe de esclarecer por completo. Ninguém pode dizer exatamente como esse Estado se constituiu, nem graças a quais fatores ele se impôs na região.

De acordo com uma hipótese, os maravi invadiram o país já estruturado em grupos e, como eles dispunham de todos os símbolos do poder organizado, usaram essa vantagem em seu proveito para se impor como classe dominante no que devia ser então uma população autóctone sem organização estatal[11]. Essa teoria, insistente nas origens exteriores da realeza e das instituições políticas

10 A única prova permitindo datar a chegada dos maravi na região do lago Malaui é de natureza arqueológica. As datas fornecidas pelo carbono 14 usado nos sítios de ocupação maravi vasculhados se situam entre 1420 e 1480, permitindo pensar que esse povo apareceu no século XV. Ver K. R. Robinson, 1972, p. 61-63; M. J. Schoffeleers, 1973, p. 48-53. M. D. D. Newitt (1982, p. 47-48), contudo, é da opinião que os maravi não ocuparam as margens do Baixo Zambeze antes do início do século XVI.

11 Essa teoria foi apresentada pela primeira vez por R. A Hamilton (1955*a*, p. 21). Um estudo sério das tradições orais chewa o levou à conclusão de ter havido uma grande transformação política no século XIV ou XV e que um grupo de invasores politicamente estruturado e conhecido como o clã de Phiri, ter se sobreposto, então, a uma população implantada há muito tempo, mas insuficientemente organizada. Desde então, essa teoria foi retomada por vários autores, dentre eles, M. G. Manvick, 1963, p. 377-378; M. J. Schoffeleers, 1972*a*, p. 96-99.

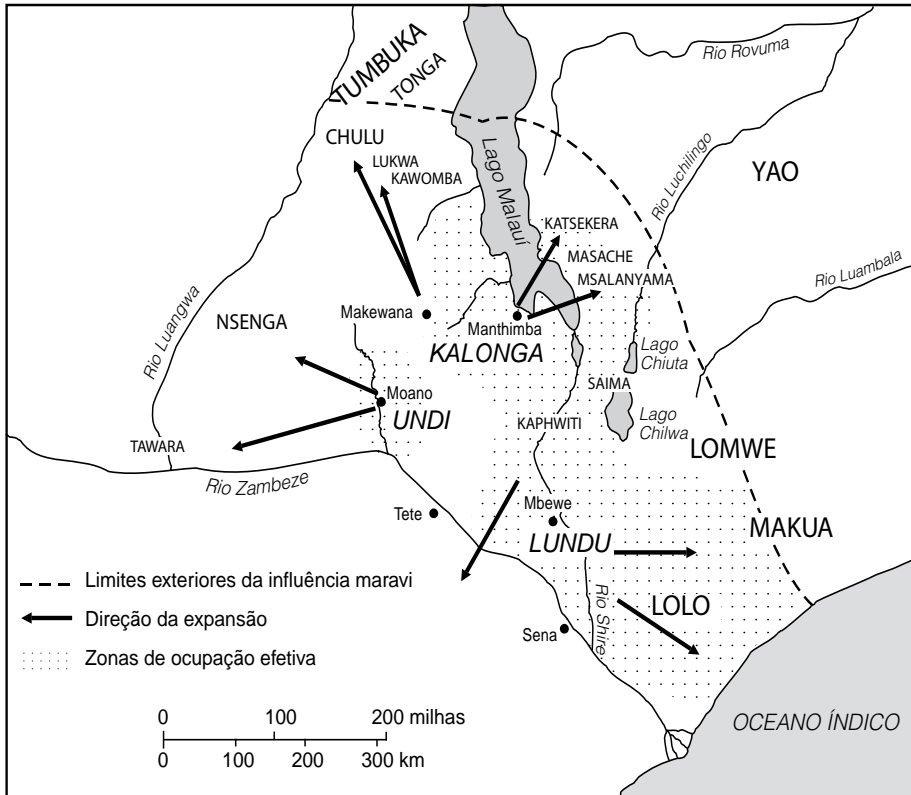



FIGURA 21.4 A expansão maravi por volta de 1650 (segundo K. M. Phiri).
- Limites exteriores da influência maravi
- Direção da expansão
- Zonas de ocupação efetiva

maravi, minimiza talvez a imbricação complexa das ideologias e das práticas respectivas dos autóctones e dos imigrantes, bem como as possíveis consequências desse fenômeno na formação dos Estados da região. Andrew Roberts, por exemplo, sustenta que mesmo se em algumas partes da África tropical as invasões e as conquistas pudessem ter sido momentos decisivos na criação dos Estados, resta também aos historiadores se interrogarem, a respeito da tomada do poder pelos recém-chegados, sobre o papel desempenhado pelas técnicas e ideias trazidas com eles[12]. E imaginar o que teria acontecido numa sociedade

12 A. D. Roberts, 1976, p. 84.

social e economicamente diferente, na qual um grupo dispondo de ideias e de técnicas podendo servir à exploração eficaz do meio-ambiente ou à resolução de antigos conflitos ou de querelas ancestrais teriam se encontrado, em função disso, em posição de dominar os outros.

Outras teorias tiveram o aval de diversos autores. Uma delas evidencia o papel dos fatores demográficos. Agnew, por exemplo, fala de uma dinâmica geográfica – fertilidade do solo, pluviosidade adequada, subsistência garantida – atraindo para a margem oeste do Lago Malaui desde os tempos mais antigos, uma concentração de população mais forte do que nas regiões vizinhas situadas no Leste ou mais ao Oeste. Esse crescimento da população e o caráter excedente da produção teriam favorecido a instauração e o desenvolvimento do poder dinástico[13].

Uma outra hipótese põe em cena o fator comercial, sustentando que a formação de um Estado no século XV ou XVI na extremidade meridional do Lago Malaui teria respondido à necessidade de ter um poder capaz de controlar o impulso do comércio do marfim, emprestando as vias navegáveis da rede Shire-Zambeze entre a margem sul do lago e a costa leste da África. O argumento consiste no fato de os *kalonga* (nome dado aos chefes supremos maravi) terem exercido seu controle sobre o crescimento desse comércio e aumentado seu poder[14].

Enfim, há a hipótese controversa segundo a qual o Estado maravi seria o produto, fora de qualquer dialética, da interação entre o grupo dos recém-chegados maravi-phiri e os habitantes autóctones protochewa. A respeito disso, as tradições orais chewa detalham em particular como, após uma fase inicial de conflito, foram estabelecidas as modalidades de uma relação aceitável, segundo a qual os invasores maravi-phiri teriam exercido o poder no país enquanto os protochewa teriam sido os "proprietários da terra"[15]. Quanto ao que poderia ter levado os autóctones a aceitar a submissão à autoridade dos imigrantes, é possível supor ter sido talvez a força da organização maravi, baseada em laços de parentesco. Nas épocas posteriores, com efeito, ela permitiu consolidar a unidade das diversas subdivisões maravi quando de sua dispersão.

A tradição oral, principal fonte de informação sobre a história antiga da região, é bastante escassa sobre as circunstâncias exatas da criação do Estado maravi. Ela simplesmente relata a fundação do primeiro reino dos maravi ao

13 S. Agnew, 1972, p. 32-33.

14 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 46-49.

15 M. J. Schoffeleers, 1973, p. 47-60; K. M. Phiri, 1975*a*, p. 47-51; M. J. Schoffeleers, 1979*a*, p. 147-161.

redor de Mankhamba e de Manthimba, no Sudoeste do Lago Malaui, sob a regência do *kalonga* Chidzonzi, então cabeça da linhagem real phiri mais antiga. O *kalonga* instalou seu quartel-general em Manthimba ou Maravi e escolheu a vila de Mankhamba (provavelmente já existente antes da chegada dos maravi) como centro religioso do reino. Além disso, ele se cercou de funcionários para assisti-lo na administração do Estado, notadamente do comandante do exército, *khombe*, do carrasco público, *mkomba*, e do responsável pela partilha de terras, *mgawi*. Além disso, de acordo com as fontes escritas portuguesas, Manthimba teria se tornado um centro comercial e político importante, o mais tardar, no século XVII. De acordo com um testemunho, tal centro era, em 1624, um lugar bastante povoado, a menos de três quilômetros do lago, de relações comerciais frutíferas estabelecidas com mercadores portugueses de Tete, uma cidade no Zambeze[16].

A tradição oral constitui também o único testemunho dos mecanismos institucionais a assegurar a coesão do Estado do *kalonga*. Um dentre eles era o culto do *mlira*. Uma vez por ano, por volta do mês de setembro, chefes de várias linhagens reais phiri eram convidados a Mathimba para a veneração ritual de Mlira, o espírito do grande *kalonga* Chinkhole, condutor de seus ancestrais ao país de migração provenientes do Norte. Essa cerimônia terminava com a queima da relva de Marimba, estendendo-se consideravelmente ao longo do lago, de Mankhamba, no Sul, até os pastos da Chilua, no Norte. Estima-se que esse ritual fosse uma manifestação exterior do culto da realeza e um fator de importante integração no interior do Estado maravi. Um outro elemento também fundamental para a unidade do reino era a maneira como os cargos públicos eram atribuídos. Dizem que o *kalonga* nomeara alguns chefes de clãs para altas funções em seu Estado: os banda, um grande clã protochewa, eram os guardiões (*amatsano*) do santuário do *kalonga* em Mankhamba, enquanto os mwale, sob a liderança do *khombe*, comandavam os guerreiros do *kalonga*. As tradições a esse respeito sublinham claramente a influência dos chefes de clãs não phiri ou não maravi nas decisões concernentes à propriedade fundiária, à distribuição das riquezas e à guerra[17].

A capacidade do *kalonga* de conduzir pessoalmente os negócios de seu reino começou talvez a diminuir por volta do último quarto do século XVI, quando a expansão do Estado começou. Ela foi realizada por chefes de jovens linhagens

16 Trata-se de Luiz Marianno, residente português de Sena, em 1624. Suas observações sobre o estado do "Império Maravi" nesta época estão resumidas em J. Batalha-Reis, 1889.

17 I. Linden, 1979, p. 188-193; K. M. Phiri, 1975a, p. 52-55; S. J. Nthara, 1968 (1a ed. 1948), p. 17-24.

phiri enviados para fora da região de Manthimba-Mankhamba, rumo a territórios vizinhos. Mpinganjila foi destacado para o Leste, nas terras contíguas à margem leste do alto Shire. Nyangu partiu rumo ao Sul para ocupar o país situado na margem oeste do alto Shire. Changamire tomou a região correspondente ao atual Kirk Range, ao Oeste de Manthimba e Chauma instalou-se no Noroeste de Mankhamba, enquanto Chinsamba tomou posse do país ao Norte da região de Manthimba-Mankhamba. O conjunto dos territórios controlados pelo *kalonga* e seus chefes subordinados formaram o núcleo central da confederação maravi ao longo de toda a sua evolução, no século XVII.

A expansão dos maravi se fez também mediante o envio dos parentes mais velhos do *kalonga* rumo a terras distantes no Sul e no Sudeste dessa região. Esse destacamento era talvez um gesto calculado da parte dos primeiros *kalonga* a fim de afastar eventuais pretendentes ao trono de Manthimba. Kaphwiti e *lundu* emigraram para o vale do Baixo Shire e o colonizaram. Kaphwiti, o mais velho dos dois, teve, a princípio, todo o vale sob sua autoridade, depois perdeu uma grande parte de seu poder em proveito de *lundu*. Portanto, a supremacia de Kaphwiti foi de curta duração. Ela ficara misteriosamente abalada a partir de 1572, pois se relatou, então, que *lundu* governava a maior parte do vale, da catarata de Mamvera (ou Murchison), no Norte, até o confluente do Zambeze e do Shire, no Sul. O desejo de controlar o comércio do marfim de Sena com os portugueses explica provavelmente a ampliação da zona de influência de *lundu*, assim como pode ter levado ao declínio dos kaphwiti, cortados em seguida desse comércio[18].

Após ter-se imposto no vale do Baixo Shire, o *lundu* organizou a expansão dos maravi rumo ao Leste, nos países Lolo e Makua. Sua penetração nessa parte do Norte do Zambeze começou em meados do século XVI. De acordo com análise linguística da história de Nurse, os maravi ou chewa presentes nessa região no Norte do Moçambique e os lolo e os makua teriam começado a se confrontar uns aos outros o mais tardar por volta de 1560[19].

A invasão e a conquista maravi do país lolo-makua se devia a princípio em grande parte ao fanatismo dos guerreiros do *lundu*, identificados por alguns historiadores da África oriental com os célebres saqueadores zimba do fim do

18 Para relação das posições relativas ocupadas pelo *Kaphwiri* e pelo *lundu* na vida política pré-colonial do vale do baixo Shire, ver H. H. Bhila, 1977. A expansão do reino do *lundu* é o objeto de um estudo exaustivo em J. dos Santos, 1901. Ver igualmente E. A. Alpers, 1968, p. 20-22; M. J. Schoffeleers, 1968, p. 143-159.

19 G. T. Nurse, 1977, p. 126.

século XVI[20]. Se eles estiverem certos, o *lundu* deve ter alistado um exército mercenário composto de habitantes violentos da região situada no Oeste do vale do Baixo Shire[21]. De acordo com dos Santos, os Zimba vieram a esta região antes de partir para Sena onde dispersaram os portugueses e seus aliados africanos, em 1592. Eles atravessaram em seguida o Moçambique do Norte e saquearam a cidade de Kilwa e Mombaça. Eles apenas foram vencidos quando de sua chegada a Malindi, no Norte da costa queniana, por uma aliança entre os habitantes suaílis da cidade e os segeju, um povo do interior do país que estava em bons termos com o sultão de Malindi[22].

Além do mais, o sucesso dos guerreiros do *lundu* no Leste vinha também do fato de os grupos lolo e makua não terem Estado. Foi dito dos lolo, em particular, que "nunca foram brilhantes ou importantes e nem pareciam desejar sê-lo". Seu sistema político estava esfacelado. As funções governamentais eram assumidas por chefes de aldeia assistidos por conselhos de anciãos. Juntos, eles tomavam decisões concernentes a todos os negócios militares, judiciários e religiosos de suas coletividades. Como os lolo, os makua eram igualmente dotados de um sistema político pouco coerente, mas de linhagens pertencentes a um mesmo clã, reunido às vezes, nos momentos difíceis, sob a liderança da autoridade mais poderosa da linhagem. Sob esse impulso e consequentemente à pressão exercida pelos portugueses, chefias importantes se formaram no seio dos makua da costa, no fim do século XVI[23].

Contudo, os guerreiros do *lundu* venceram os lolo e os makua e os reuniram num Estado vassalo chamado de "Bororo" pelos habitantes portugueses do Baixo Zambeze. Nesse Estado conquistado, sobre o qual estamos mais bem informados do que qualquer outro aspecto da história dos makua-lolo antes de 1800, os maravi criaram várias chefias para governar seus súditos, dos quais alguns se tornaram vassalos de segunda classe. Politicamente era recomendado para muitos makua reivindicar origens maravi. Culturalmente, contudo, uma ampla síntese de costumes e tradições dos maravi e dos makua ocorreu principalmente na região de Quilimane[24].

---

20 N. J. Hafkin, 1973, p. 10-14.

21 Schoffeleers (1980, p. 15-19), contudo, sugere que os Zimba poderiam ter vindo da margem meridional do Zambeze de onde as guerras de expansão colonial portuguesas os teriam dispersado entre Sena e Tete.

22 J. dos Santos, 1901, p. 290-304.

23 Encontraremos a melhor descrição do sistema político dos lolo e dos makua no século XVI em J. dos Santos, 1901, p. 308. Maviamuno e Mauruka são exemplos de poderosos chefes makua surgidos na época; suas relações com os portugueses são estudadas exaustivamente por E. A. Alpers, 1975a, p. 14-85.

24 N. J. Hafkin, 1973, p. 15-22.

Assim, no início do século XVI, o *lundu* governava um vasto território no Norte do Zambeze, indo do Baixo Shire, no Oeste, quase até o Oceano Índico, no Leste. Não apenas passava ele a ser "a pessoa mais poderosa no Império Maravi depois do *kalonga*", como também seus guerreiros desciam de tempos em tempos até a zona makua da costa para pilhar colônias portuguesas[25].

O *lundu* garantia a coesão de seu vasto reino com a ajuda de generais e de vassalos leais, saídos de jovens linhagens no seio de seu clã real. Além disso, seu Estado possuía uma base econômica, uma vez que os diferentes povos que o compunham viviam do sal, do ferro e dos tecidos de algodão (*machila*) produzidos pelos súditos manganja do *lundu*, no vale baixo do Shire. A religião dos manganja constituía um outro fator de unificação do Estado. Fundada no culto de Mbona, cujo santuário principal ficava em Khulubvi, no vale baixo do Shire, sua teologia compreendia vários elementos tradutores da indignação do povo diante do abuso do poder real e de suas prerrogativas. O culto oficial da soberania do *lundu* encontrou então vários adeptos através de um grande território que se estende do berço do reino do *lundu*, no vale baixo do Shire, ao delta do Zambeze, na costa oriental[26].

O considerável prestígio do qual gozava o *lundu* na parte oriental da confederação maravi não foi unanimemente reconhecido. O *kalonga*, senhor de um vasto território ao Sudeste do Lago Malaui e ao Leste do alto Shire, começou a sentir nítidas inquietações diante de seu crescente poder. Assim, entre 1620 e 1640, a expansão dos maravi no Leste foi entravada por violentas rivalidades internas advindas entre o *kalonga* e o *lundu*[27]. Mais tarde, as conquistas maravi se deslocaram do Leste para o Sudoeste. Nessa região, Undi estabeleceu seu próprio reino, ampliando-o em seguida, como o fizera o *lundu* no Baixo Shire e mais ao Leste.

De acordo com uma versão das tradições relativas à criação do Reino do Undi, o *kalonga* teria enviado o fundador ocupar as planícies arenosas vizinhas do país Nsenga. Uma outra interpretação sugere contudo a partida de Undi rumo ao Sudeste ter sido provocada por um conflito importante no seio do clã phiri no poder em Manthimba[28]. A segunda versão parece mais confiável, pois a maior parte das tradições sobre o assunto querem que o Undi tenha deixado Manthimba com um grande número de companheiros após uma querela com

25 M. Barreto, 1899, p. 475; E. Axelson, 1960, p. 132-133.

26 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 25-26 ; E. C. Mandala, 1977, p. 39-41; M. J. Schoffeleers, 1972*b*, p. 76.

27 R. A. Hamilton, 1954; E. A. Alpers, 1975b, p. 517

28 H. W. Langworthy, 1969a, p. 148-163; K. M. Phiri, 1977, p. 9.

o *kalonga*, suscitada notadamente por questões de sucessão política e partilha de tributos.

No Oeste, Undi e sua gente conseguiram colonizar a região margeando o rio Kapoche, um afluente do Zambeze. A partir daí, eles estenderam em seguida os limites de seu novo reino até a confluência do Zambeze com o Luangwa. Aí, os guerreiros de Undi entraram em conflito com os tawara, no Zambeze, e com os nsenga, na margem do Luangwa Inferior. Contudo, as opiniões se dividem sobre a extensão exata do domínio dos maravi sobre os nsenga nessa época.

Os historiadores dedicados à questão do ponto de vista do Malaui afirmam em geral que o primeiro evento importante da história dos nsenga foi essa invasão de seu país por Undi e seus guerreiros, em meados do século XVII. Esse ataque teria sido liderado por Chimwala, o sobrinho classificatório de Undi, e teria por primeiro objetivo submeter Mundikula, então à frente do maior e mais importante clã nsenga, o dos Mwanza. Contudo, de acordo com William-Myers, um dos raros pesquisadores a ter encarado a questão do ponto de vista zâmbio, cerca de três quartos dos nsenga da margem leste do Luangwa se encontraram, num certo momento do início de sua história, em uma posição de dependência *vis-à-vis* de Undi. É possível concluir daí que durante suas fases de expansão, o Estado de Undi agrupava frequentemente várias chefias nsenga, mas mesmo então, esse fenômeno não atingia os nsenga em geral. Nenhuma tradição menciona, por exemplo, os nsenga do Sudoeste, perto de Feira, na Zâmbia, terem participado do "império" de Undi[29].

Seja como for, resta saber como e até que ponto Undi pôde garantir um poder político sobre os nsenga. A tese tradicional sustenta o recurso à violência por meio de seus subordinados e a criação de relações de parentesco perpétuo, segundo as quais os chefes nsenga vencidos eram tratados como "filhos" ou "sobrinhos" dos chefes maravi. Entretanto, uma tese mais convincente foi lançada: o comércio e a fome sem dúvida desempenharam um papel crucial na extensão da influência de Undi sobre os povos vizinhos. Provou-se que ele gozava de uma grande autoridade junto a mercadores portugueses de Tete, permitindo-lhe ter, indiretamente, um cento domínio sobre os negociantes dos Estados vizinhos. Além disso, as chefias nsenga ao longo do vale do Luangwa sofriam de uma fome endêmica, e seus habitantes iam frequentemente pedir ajuda no território de Undi, mais fértil do que o deles. O controle, bem como a

29 Dentre as fontes que mostram o ponto de vista maravi, citamos E. H. Lane-Poole, 1934, p. 39-41; H. W. Langworthy, 1969a, p. 215-216. Uma opinião muito interessante sobre o assunto é a de A. J. William--Myers, 1978a.

regulamentação do comércio e do socorro às vítimas da fome colocava Undi em uma posição extremamente forte em relação aos povos dos Estados vizinhos[30].

Além do mais, tudo leva a crer que Undi e seus parentes reais permitiram aos chefes nsenga sob seu controle gerir os negócios de seus clãs e de suas regiões, contanto que enviassem um tributo sob forma de marfim e escravos para os quartéis generais de Undi em Kapoche. Contudo, a partir da época da conquista, os maravi adotaram o sistema nsenga de chefias e o adaptaram a seus próprios costumes. Isso explica as principais linhagens dos mundikula (ou kalindawalo), chimfombo e chifuka afirmarem Undi tê-los outrora nomeado chefes.

Os maravi e seus associados chewa emigraram também para o Norte, até o país Tumbuka. Dentre os chefes principescos de origem maravi emigrados nessa direção, pode-se citar Chulu, Kaluluma, Kanyenda e Kabunduli. Sua presença nessa região acarretou a criação de grupos sociolinguísticos mistos, dentre os quais os tonga dos distritos de Khota-Khota e da Nkhata-Bay são os mais característicos.

Chulu e Kaluluma, por exemplo, penetraram na região do Sul do Tumbuka, conhecida sob o nome de Chimaliro, e nas planícies circunvizinhas. Eles encontraram aí um grupo tumbuka independente do ponto de vista econômico, mas pouco organizado no plano das instituições. A cooperação política ou militar entre os diferentes clãs tumbuka – zimba, kanyinji, nyirongo, mtonga etc. – era reduzida. A forma como Chulu e Kaluluma tomaram o poder sobre uma população essencialmente falante do tumbuka é, contudo, objeto de interpretações divergentes nas tradições orais dos chewa e dos tumbuka. As lendas chewa afirmam terem os tumbuka acolhido bem a Kaluluma, bem como a seus companheiros. Mais tarde, eles decidiram todavia se insurgir contra ele, mas foram esmagados na consequente batalha. Por outro lado, a versão dos tumbuka é mais detalhada. Ela relata o fato de os chefes tumbuka terem dado a permissão a Kaluluma para se instalar na região como homem do povo. Contudo, pouco tempo depois, ele se pôs a percorrer as vilas tumbuka, obrigando todos a reconhecerem-no como chefe, forçando por fim os chefes tumbuka a ajudá-lo a carregar a mó (*mphelo*) na qual seu tabaco de mascar preferido era moído. Em sinal de protesto, os tumbuka tentaram expulsá-lo, mas ele resistiu e os venceu[31].

Essas tradições sugerem que os tumbuka, ignorando a instituição do chefe territorial, quiseram resistir às primeiras tentativas feitas pelos maravi de as

30 G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 480-481; J. D. Clark, 1965, p. 276-280.

31 H. L. Vail, 1971; T. C. Young, 1932, p. 186; S. S. Murray, 1922, p. 224.

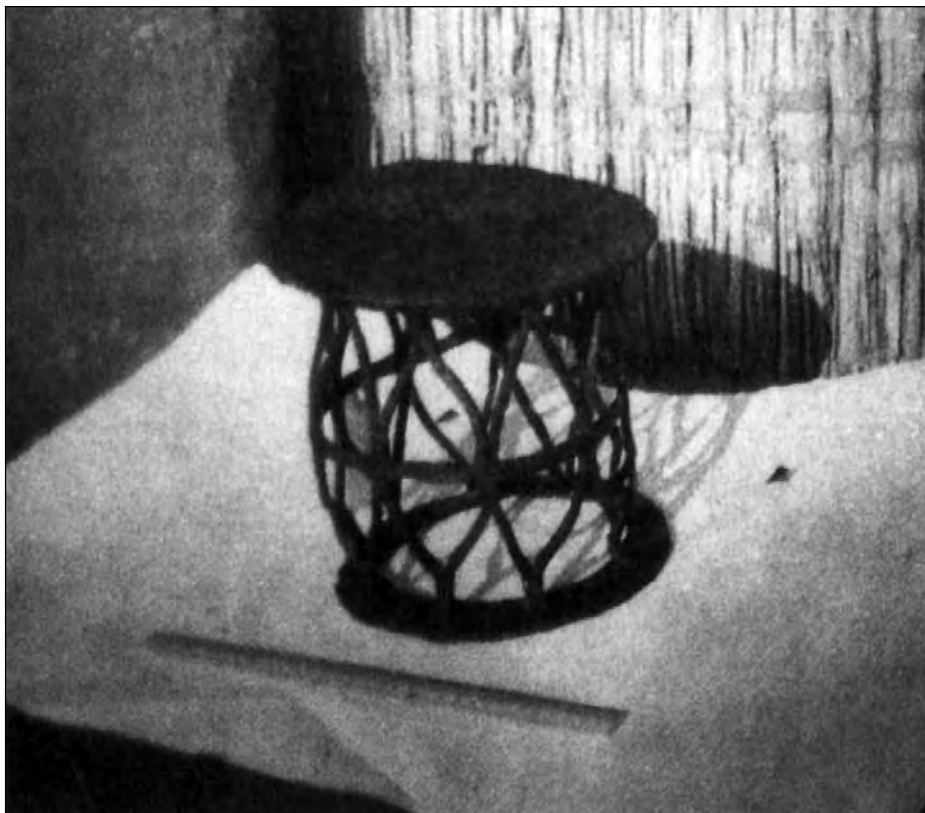



FIGURA 21.5 O tamborete real de ferro do chefe Kanyenda de Khota Khota, no Malaui Central, provavelmente do século XVII. [Museu de Malaui, Blantyre.]

impor a eles. É possível também o conflito ter tido uma origem econômica. Com efeito, como os chewa eram imigrantes ainda sem base econômica sólida, eles talvez tenham esgotado enormemente as reservas de seus anfitriões tumbuka.

Kanyenda e Kabunduli emigraram para o que viria a ser o país Tonga. Ambos eram originários do coração do Império Maravi, próximo ao curso de água Linthipe, no Sul. Eis como chegaram em Khota Khota, no meio da margem ocidental do lago. Lá, Kabunduli se separou de Kanyenda e continuou rumo ao Norte, até o atual país Tonga, passando por Chimaliro, no Oeste. Ele ficou rapidamente famoso por ter unido ao redor de si os grupos tonga outrora dispersos, visivelmente por ele vencidos e submetidos à sua autoridade. Com o aumento da sua reputação, ele foi seguido por várias famílias chewa provenientes do centro

do Chewa, como, por exemplo, os Kapunda Banda, saídos (afirmam eles) da região de Chauwa para chegar na atual parte leste de Lilongwe[32].

Essa miscigenação dos maravi com os habitantes originários do Tonga explica as particularidades presentes hoje na sociedade tonga. O chitonga, a língua da região, é um intermediário entre as línguas tumbuka e chewa. Além do mais, os tonga constituem o único grupo do Malaui Setentrional no qual a descendência e a herança efetuam-se ainda pela linha materna. Do ponto de vista histórico, isso mostra que o grupo tonga teria agido como uma ponte entre o conjunto matrilinear chewa do Sul e o conjunto patrilinear tumbuka-phoka do Norte.

Para os povos chewa-maravi, o século XVII foi uma "era de ouro": graças a sua expansão territorial, eles se distinguiram como as potências com as quais era preciso contar no Norte do Zambeze. Mesmo os portugueses, aquartelados como estavam em suas colônias ao longo do rio, tiveram de cooperar com eles. Isso porque os maravi não limitaram suas empreitadas à zona situada no Norte do Zambeze. Entre mais ou menos 1590 e 1640, eles intervieram ativamente na então zona de influência portuguesa no Sul do Zambeze. Eles tinham interesse nas ricas minas de ouro e de prata dos domínios do *Monomotapa* (ou *Mwene Mutapa*) e puseram-se a exercer um certo controle sobre as trocas realizadas ao longo do Zambeze[33].

Durante duas gerações, no início do século XVII, os portugueses, de Angoche, na costa leste, à Tete, subindo o Zambeze, usaram os maravi como parceiros em suas campanhas contra os karanga ou os shona, no Sul do rio, e contra os inimigos locais na vizinhança imediata de seus estabelecimentos no Zambeze. Em 1608, por exemplo, os moradores portugueses de Tete receberam 4000 homens da parte do *kalonga* Muzula para seus combates contra os inimigos locais do *Monomotapa* Gatsi Rusere, então aliado dos portugueses. Seis anos mais tarde, em 1614, os portugueses de Sena pediram ajuda ao *lundu* para formar uma expedição armada em direção a Chicoa, no Nordeste de Tete, a fim de procurar prata. A assistência do *kalonga* foi ainda solicitada pelos portugueses em 1623. Dessa vez, ele enviou milhares de guerreiros do outro lado do Zambeze para ajudar os portugueses a eliminar alguns chefes karanga provocando distúrbios em seu país após a morte de Gatsi Rusere. Mais tarde, os homens do *kalonga* se retiraram de seu lado do rio, carregando seu butim de ouro e gado. Em 1635 ainda, os guerreiros do *lundu* assistiram aos portugueses para esmagar uma

32 F. Kwaule e E. J. Chakwera, 1978; J. van Velsen, 1959; C. Z. Mphande, 1969; F. R. Mkandawire, 1978.

33 D. N. Beach, 1980a, p. 125-128; M. D. D. Newitt, 1982, p. 158-160.

sublevação de chefes suaílis no distrito de Angoche (Quelimane), no Norte do delta do Zambeze[34].

Ademais, alguns fatos indicam que os portugueses teriam cooperado com os maravi por necessidade mais do que por escolha. Até o fim do século XVII, os habitantes portugueses de Sena e Tete temiam os maravi e consideravam-nos "péssimos vizinhos", ao contrário dos lolo e dos makua, pois estes não lhes causavam nenhum aborrecimento[35].

A expansão maravi teve várias consequências. Particularmente, a criação do Estado do *lundu* ao Leste do vale do Baixo Shire permitiu estender a influência do culto Mbona aos manganja, de forma mais eficaz do que em qualquer outra ocasião. Ela teve talvez também repercussões significativas nos planos econômico e cultural. No século XVII, o comércio do marfim tornou-se próspero no interior do território pertencente à confederação maravi. A região ao Norte do Zambeze passava, então, por um considerável desenvolvimento econômico. É possível o "Império Maravi" ter também contribuído a uma maior similaridade cultural entre as diferentes populações matrilineares dessa província, visto que elas têm os mesmos nomes de clã e um sistema comum de descendência[36].

Enquanto os maravi ampliavam sua influência através da zona meridional no decorrer dos séculos XVI e XVII, o Norte era invadido pelos imigrantes ngulube vindos do Nordeste. Como a chegada dos maravi no Sul, a dos ngulube constituiu um evento maior na história da zona setentrional[37]. Além disso, sua aparição permite ter datas bastante precisas, já que as listas reais e as genealogias completas remontam à época de sua chegada. Apesar da relativa confiabilidade das listas reais, o único problema consiste em determinar o número de reinados por geração dinástica, pelo fato de os informantes nem sempre explicarem claramente o modo de funcionamento do sistema de sucessão. A lista real dos kyungu reinando no Ugonde, por exemplo, contém 15 nomes até por volta de 1940, representando um mínimo de nove gerações dinásticas. A lista dos Mwaulambya, soberanos de Ulambya, contém 16 nomes antes de 1940, representando um máximo de 12 gerações dinásticas[38]. É interessante observar também que os soberanos fundadores do Ugonde, do Ulambya e do Uyiha eram mais ou menos

34 A. Gomes, 1959, p. 183; G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 395; E. A. Alpers, 1975*a*, p. 54-56.

35 G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 480; M. D. D. Newitt, 1973, p. 80.

36 E. A. Alpers, 1975a, p. 56-58. Alpers estima, igualmente, que se tornou cada vez menos rentável para a maioria dos povos da África Central do Leste participar desse comércio. A semelhança existente entre as instituições sociais das diferentes etnias da região foi revelada por J. B. Webster, 1977, p. 4-5.

37 O. J. M. Kalinga, 1985, p. 41-63.

38 *Id.*, 1975 e 1978, p. 57-61.

contemporâneos, tendo certamente os fundadores do Ulambya precedido os outros apenas em algumas gerações.

O *Mwaulambya*, pioneiro da migração ngulube, atravessou o rio Songwe, ao Sul dos montes Misuku, e penetrou no que se tornaria o Ulambya. Ele aí encontrou os clãs sikwese e chilima. Ele exerceu sua autoridade política por meios mais pacíficos do que o *Kyngu*, que em breve invadiria a planície de Karonga. Isso se explica em parte pelo fato de os companheiros do primeiro serem provavelmente mais numerosos do que os do segundo. Consequentemente, o *Mwaulambya* era mais complacente do que o *kyungu*, cujos conselheiros próximos eram escolhidos exclusivamente dentre os que o acompanharam durante ao menos uma parte da migração. Em contrapartida, os funcionários principais do *Mwaulambya* eram provenientes das famílias locais que compartilhavam o prestígio e o poder político com os novos dirigentes[39]. Da mesma forma, os msukwa governaram os clãs simwayi e silumbu sem ter muita necessidade de recorrer à força. Tanto o Ulambya quanto o Misuku foram fundados sob um compromisso.

Hoje, a situação linguística reflete em uma certa medida a força numérica dos diferentes grupos de imigrantes criadores de chefias, bem como os meios pelos quais eles tomaram o poder e, mais tarde, governaram o povo. O cilambya e a língua de Kameme são dialetos procedentes do nyiha autóctone, enquanto o kyagonde e o kinyakyusa são dialetos da língua dos povos ngulube. Em outros termos, o *Mwaulambya*, Kameme e sua gente foram integrados no plano linguístico, ao passo que no Ugonde e no Unyakyusa, os autóctones foram assimilados pelos imigrantes. O cisukwa moderno é um dialeto do ndali (uma entidade linguística no Norte do Songwe), compreendido pelos que falam o nyiha e relativamente mais fácil de aprender para os ngonde do que o próprio nyiha. O cisukwa é então um intermediário entre as línguas nyiha e ngonde.

O *kyungu*, Kameme e seus companheiros migraram rumo à planície de Karonga passando pelo Unyiha, o Uiwa e o Unamwanga e, depois, no Oeste, pelo Ulambya e o Misuku. Ainda que as tradições da corte ngonde afirmem seus ancestrais terem estabelecido um poder político no Unamwanga e no Uiwa, as tradições dessas regiões contestam esse fato e citam Ubisa e, principalmente, o país Luba como pátria de origem de sua atual linhagem de soberanos. Em todo caso, pouco tempo depois de sua chegada a Karonga, Kameme voltou para se instalar na região imediatamente ao Oeste do Ulambya. Ele aí estabeleceu sua dominação sobre a população, essencialmente de origem nyiha, ainda que um

39 *Id.*, 1978, p. 55-66, e 1977.

grande número de mambwe e de namwanga tenha ulteriormente imigrado para as chefias de Kameme. A maneira pela qual esse último criou seu Estado não é clara. Manifestamente, ele era menor que o de seu irmão, o *kyungu*, que fundou seu reino num Estado já existente e governado pelo clã simbowe.

Simbowe é o nome de um clã e alguns elementos sugerem ter sido um título usado por uma longa dinastia. Esse clã vinha de Unyiha, na atual Tanzânia, e se instalara no monte Mbande, na parte centro-oeste da região à beira do lago, perto de Karonga. Os fundamentos do poder do clã simbowe são pouco conhecidos, mas parece ter sido um clã de mercadores fazendo parte de uma rede comercial estendendo-se até a costa leste. Escavações arqueológicas efetuadas por Robinson em Mbande e na região ao redor permitiram encontrar objetos modelados, notadamente contas de vidro, porcelana e conchas. Robinson chega à conclusão de esses objetos datarem do período que se estende do século XV ao XVI e pertencerem provavelmente à época pré-portuguesa, durante a qual o poder e a influência comercial árabes estavam em seu apogeu[40].

As relações do clã simbowe com a população local não parecem ter sido cômodas. Quando da chegada do *kyungu* e de sua gente, este formou uma aliança com os mwenekisindile, os guardiões de um importante santuário religioso associado a um culto da serpente. Com efeito, os mwenekisindile parecem ter ajudado o *kyungu* a preparar e lançar o ataque contra o clã simbowe. Em Mbande, o *kyungu* tomou o poder pela força e, pouco a pouco, conseguiu restabelecer a ordem. Uma vez instalados, o *kyungu* e sua gente conservaram sua supremacia sobre seus novos súditos criando um centro ritual consagrado ao culto de seus ancestrais reais. O *kyungu* não frequentava o centro, mas dava sua bênção a Mulwa, um alto funcionário que o acompanhara e se tornou o responsável por esse novo lugar de culto. Além disso, adultos do reino assistiam a uma cerimônia anual no decorrer da qual se apagavam todos os fogos para em seguida acender outros, a partir do fogo central do pátio real. Durante essa cerimônia, a população reafirmava sua fidelidade para com o *kyungu*[41]. Os súditos deviam também lhe pagar regularmente um tributo e trabalhar nos jardins reais. O *kyungu* e seus funcionários estabeleceram-se mais solidamente na região, unindo-se por casamento com as famílias locais.

Antes da chegada do clã kyungu, a população parece ter prestado um culto ao deus supremo mediante espíritos intermediários, como a serpente divina. Os

40 A passagem seguinte é inspirada em O. J. M. Kalinga, 1979*a*.

41 Para mais detalhes, ver R. J. Mwaipape, *History and social customs of the Ngonde of Northern Malawi* (manuscrito inédito concluído em 1982).

kyungu se serviram de seus ancestrais como médiuns para adorar seu próprio deus supremo, Ngulube, introduzindo e promovendo assim a veneração dos ancestrais reais. Na medida em que a população aceitava esse culto, ela adotava também a divindade do *kyungu*. Este último tornou-se sacerdote-rei e comunicava com os abstrais reais. Para os ngomde, tornou-se o representante vivo de deus. Sua saúde determinava o bem-estar e prosperidade deles e, a fim de conservá-los, ele devia permanecer em sua residência. Ao menor sintoma de doença, ele era imediatamente asfixiado por seus conselheiros, os *makambala*. Quando a veneração dos ancestrais adquiriu mais popularidade na região, o culto da serpente, associado ao clã kisindile, perdeu sua influência.

Esses acontecimentos ocorreram sob os reinados de quatro príncipes *kyungu*, entre 1600 e 1720 aproximadamente. Pouco tempo após a morte do terceiro *kyungu*, seu filho e sucessor, Mwakalosi, renunciou ao trono, temendo ser morto pelos *makambala* se ele ficasse doente. Ele recusou também que todos os seus filhos, à exceção de um, fossem mortos. Esses dois costumes tinham por objetivo evitar qualquer conflito sucessório. Os *makambala* protegiam também sua própria posição cuidando para que o soberano fosse escolhido por eles. A crise aberta pela recusa de Mwakalosi de subir ao trono acabou quando os *makambala* fizeram de seu irmão Magemo o novo *kyungu*.

As chefias de Kameme, Mwaulambya e Msukwa encorajaram também a veneração dos ancestrais reais. Mas elas se aproximaram mais dos nyiha pelo espírito e pela língua, e os costumes de asfixiar o monarca, restringir seus deslocamentos e assassinar os filhos reais nunca fizeram parte de sua história. Contudo, todas essas chefias testemunham a introdução na região de uma nova forma de organização política, que reuniu a religião e a política sob a autoridade de chefes tendo uma maior elevação espiritual e mais prestígio do que anteriormente, e fundamentou as relações entre os cidadãos em laços mais políticos do que de parentesco[42].

Uma crise mais profunda ainda sobreveio ao Reino Ngonde com a morte do *kyungu* Magemo, cujo sucessor, Mwangonde, era jovem demais para assumir o trono. O filho de sua irmã, Kasyombe, tomou então o lugar. Ora, o pai desse último, Ndali, governava uma pequena região na parte noroeste da planície de Karonga. Quando seu filho chegou ao poder, por volta de 1750, essa província foi então incorporada em um reino ngonde ampliado.

A ascensão de Kasyombe ao trono acarretou uma outra mudança importante: o enfraquecimento dos poderes dos *malambala* em proveito do *kyungu*.

42 O. J. M. Kalinga, "*Ngonda and Lambya historical texts*".

Kasyombe fora educado em Ngana, no Norte do Reino. Ele quis pessoalmente promover uma reviravolta em seu país e pôs fim ao costume de matar os filhos homens do *kyungu*. O número de príncipes começou a aumentar, provocando um novo reforço dos poderes do monarca, particularmente após alguns de seus sucessores, tais como Mwangonde (por volta de 1785-1839), terem cedido porções de território a alguns príncipes, garantindo assim a influência dos *kyungu* através de toda a região[43]. Ainda em 1800, o Reino Ngonde tinha certamente solidez suficiente para começar a fazer valer suas visões nos negócios políticos concernentes ao conjunto da região sul do Songwe.

Assim, entre meados do século XIII e do XVIII, a região situada ao Sul do Songwe estruturara-se em várias etapas. A rede original de santuários religiosos ligados ao culto da serpente deu lugar a uma combinação de clãs preponderantes e, finalmente, tanto no Norte quanto no Sul, vários Estados foram fundados: o Ulambya, o Kameme, o Misuku, o Ugonde e o Mwaphoka Mwambale, no Norte, e o Kanyenda, o Kubumduli, o Kaluluma e o Chulu, no Sul. No Norte, os fundadores ngonda e nyakyusa introduziram o kyangonde como nova língua, enquanto no Sul, a fusão das populações e das línguas tumbuka e chewa criava a língua chitonga. O centro da região era dominado pelos tumbuka. Seus clãs de origem, o luhanga e vários ramos dos mkandawire foram reunidos pelos munthali, provenientes dos montes Ndali ao Norte do Songwe. Mais a Oeste, na região do Luangwa, os clãs tumbuka compreendiam os zolokere, os mwanvintiza, os goma e outros. Esses grupos tumbuka não possuíam governo centralizado. Sua história antiga é extremamente difícil de estabelecer, pois suas genealogias têm poucas fontes e eles conhecem muito pouco de sua organização antes do século XVIII. Os acontecimentos mais significativos da região no século XVIII ocorreram contudo no país Tumbuka. Esses serão posteriormente estudados.

As mudanças de ordem religiosa ocorridas nas margens do lago, perto de Karonga, após a criação do Estado ngonde foram sentidas na zona de influência dos maravi. A confederação maravi compreendia uma série de santuários pré-maravi ou protochewa consagrados à chuva e situados em Msinja, na atual parte oeste de Lilongwe. Cada um dos criadores de um Estado maravi tentava exercer sua autoridade sobre o santuário sob sua jurisdição. Eles desejavam desempenhar um papel na designação dos funcionários responsáveis por esse lugar santo, garantindo-lhe sua assistência e proteção e, geralmente, efetuavam uma peregri-

43 O. J. M. Kalinga, 1985, p. 180-250; R. J. Mwaipape, 1982, p. 34-41.

nação anual ao local. Dessa forma, o *kalonga* e Undi ambos tentaram controlar o santuário de Msinja, enquanto no vale do Shire, o *lundu* conseguia assentar firmemente sua autoridade sobre o de Mbona, em Nsanje. Dado esse grau de participação dos soberanos nos negócios concernentes aos cultos da chuva, sua teologia tornou-se progressivamente sincrética. Ela começou a adaptar a veneração dos espíritos ancestrais reais, enquanto mitos de criação puramente chewa, como os que prevaleciam em Nyau, foram suprimidos[44].

Contudo, a mudança religiosa mais marcante desse período ocorreu onde as dinastias não conseguiram controlar os cultos da chuva preexistentes. Elas criaram então frequentemente seus próprios cultos, tentando rivalizar com os outros. Tratava-se de cultos reais, e sua função consistia notadamente em desafiar a família real. Por essa razão, postulou-se que seu laço com o povo era bastante fraco. O rei ou seu substituto presidia as cerimônias destinadas a fazer chover e outros ritos.

Por volta de meados do século XVIII, enquanto no Norte os ngonde preocupavam-se pelo equilíbrio do poder no seio de facções internas e entre as instituições religiosas, a Confederação maravi começou a enfraquecer. O declínio se concretizou principalmente por secessões diante da supremacia do *kalonga*, do *lundu*, e de Undi, ou por revoltas contra eles. Vários chefes da região de Lilongwe do Malaui moderno se rebelaram contra o *kalonga*. No decorrer do mesmo período, Undi confrontou-se igualmente às sublevações lideradas por Biwi e seus outros subordinados, enquanto no Leste, os lolo e os makua se revoltavam também contra a soberania do *lundu*[45].

Porém, os fatores na origem do declínio desses reinos, poderosos no século XVII, não são evidentes. No que concerne Undi, os portugueses, invasores de seu reino quando da corrida do ouro entre 1740 e 1760, desempenharam um papel mínimo no enfraquecimento de sua autoridade. Postulou-se também que a autoridade de Undi e do *kalonga* foi solapada pela repugnância crescente da *makewana* (administradora do santuário central dos chewa em Msinja, no Lilongwe) em usar seu poder ritual em benefício das dinastias dirigentes do *kalonga* e de Undi. Com efeito, contrariamente aos médiuns *svikiro*, fiéis servidores da causa do Estado mutapa, ao Sul do Zambeze, a *makewana* e seus subordinados, invocadores das divindades da chuva, nem sempre exerciam sua autoridade de maneira a sustentar a realeza maravi[46]. Notemos que as antigas

44 M. J. Schoffeleers, 1979*b*, p. 152-160; I. Linden, 1979, p. 188-193.

45 K. M. Phiri, 1975*a*, p. 78-79; A. F. Isaacman, 1972*b*, p. 14-15.

46 A. E Isaacman, 1972*b*, p. 15.

makewana haviam desempenhado um papel determinante para a unidade religiosa dos reinos do *kalonga* e de Undi. Elas eram encarregadas da execução das cerimônias religiosas das quais os soberanos dependiam pelo bem-estar dos seus. Além disso, as *makewana* do século XVIII manifestaram também ambições seculares. Elas forjaram para si sua própria esfera de influência nos reinos do *kalonga* e de Undi, e elas até enviaram uma vez guerreiros atacarem as terras do *kalonga*. Como a *makewana* e seus acólitos pertenciam aos clãs protochewa dos banda e dos mbewe, sua resistência ao *kalonga* e a Undi traduzia provavelmente uma tentativa dos protochewa de reafirmar sua autonomia. Qualquer defecção da *makewana* significava que o *kalonga* e Undi estavam privados das sanções místicas infligidas até então a seus súditos por intermédio dela.

Enfim, a aparição de um nacionalismo makua-lolo no século XVIII foi determinante na diminuição da influência do *lundu* ao Leste do Shire. De acordo com Hafkin, os makua ficaram, nesta época, extremamente interessados no poder, para a surpresa dos observadores contemporâneos que até então subestimaram sua capacidade militar[47]. Seu nacionalismo era antes de tudo dirigido contra os portugueses. Os makua do litoral, particularmente, eram repelidos pelo "dividir para conquistar", inspiração da política portuguesa, bem como pelas práticas comerciais caprichosas de alguns deles. Quando começaram a obter armas de fogo dos mercadores franceses e brasileiros de escravos, os makua provocaram impunemente os portugueses. Sob a liderança de chefes poderosos como Mauruka e Murimuno, eles conduziram uma guerra de fundo implacável contra esses estrangeiros e seus aliados africanos, de 1749 até o fim do século. O desafio lançado pelos makua do litoral ao imperialismo português na costa do Moçambique certamente incentivou os makua e os lolo do interior a lançar campanhas semelhantes contra a dominação estrangeira. Mas, nas regiões interiores, foram os maravi, mais do que os portugueses, os responsáveis pela hostilidade dos makua-lolo. A autoridade maravi começou então a ser abalada, de Quelimane, no Leste, até o monte Murambala no Shire, no Oeste[48].

Durante o período estudado, os povos do Norte do Zambeze foram também profundamente influenciados pelas relações econômicas crescentes mantidas com o mundo exterior[49]. Tais relações remontavam à época anterior a 1500, a da dominação comercial árabe e suaíli na costa leste e ao longo do Zambeze. A frequência desses contatos era contudo bastante limitada antes da chegada

47 N. J. Hafkin, 1973, p. 23-26.

48 A. Rita-Ferreira, 1966, p. 34; E. C. Mandala, 1977, p. 43-44; E. A. Alpers, 1975a, p. 104-113.

49 Esse assunto é bem estudado por E. A. Alpers, 1975a, Introdução.

dos portugueses e, particularmente, antes de seu estabelecimento nas margens do Zambeze, em meados do século XVI. Com efeito, a partir deste momento, os mercadores portugueses subiram regularmente o Shire a partir de Sena para trocar com os Manganja objetos de ferro, tecidos de *machila*, sal e marfim com peças de tecido, pérolas e objetos de cobre trazidos da Europa. Com alguns desses produtos manganja, como os artigos de ferro e os tecidos *machila*, os portugueses fizeram outros negócios no território do Monomotapa, ao Sul do Zambeze[50]. Um pouco mais acima no rio, os portugueses instalados em Tete estabeleceram relações comerciais com o reino de Undi e com o centro da Confederação maravi, até o alto Shire e à margem sul do Lago Malaui. Com a criação, em 1716, de uma feira em Zumbo, os portugueses tiveram acesso ao mercado do marfim em várias sociedades, chegando assim mais a Oeste, até a Zâmbia central[51]. Foi contudo a criação e a extensão dos *prazos* zambezianos que desempehnaria um papel decisivo na expansão comercial portuguesa ao Norte do Zambeze.

Os *prazos* apareceram quando um certo número de colonos portugueses ou goeses instalaram-se como chefes políticos em terras inicialmente pertencentes aos povos africanos autóctones. O fenômeno teve sua origem ao redor de Sena no fim do século XVI e, pouco a pouco, no decorrer do século XVII, ele estendeu-se a outras partes do vale do Baixo Zambeze[52]. De acordo com Axelson, a atribuição dos *prazos* a colonos portugueses importantes era considerada pela Coroa de Lisboa como um meio de encorajar a iniciativa privada no processo de colonização do vale do Zambeze. Além disso, ela esperava que, com a perspectiva de adquirir terras, os imigrantes seriam atraídos para o Zambeze, onde sua vinda era necessária para aumentar o povoamento português.

No século XVIII, os *prazos* dominavam toda a região do Baixo Zambeze, desde o delta do Luabo ou do Zambeze no Leste até Chicoa, a meio caminho entre as cidades de Tete e de Zumbo, no Oeste. Nessa época, havia duas maneiras comumente estabelecidas para adquirir essas terras. Uma era pela conquista: em geral, o conquistador branco se apropriava da terra explorando as divisões existentes entre seus ocupantes africanos. A outra consistia em pedir terras em compensação de um serviço particular prestado a um chefe local.

---

50 G.M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 480-481; E. A. Alpers, 1975*a*, p. 25-27; E. C. Mandala, 1977, p. 41.

51 N. Sutherland-Harris, 1970; M. D. D. Newitt, 1973, p. 75-79; T. I. Mathews, 1981, p. 23-31.

52 Para uma análise completa do fenômeno, ver A.E. Isaacman, 1972b; M. D. D. Newitt, 1973; E. Axelson, 1960.

Os grandes *prazos* eram mais do que meras propriedades privadas. Eles correspondiam a zonas de jurisdição no interior das quais os proprietários, comumente conhecidos pelo nome de *prazeros*, "tinham um poder absoluto de justiça, declaravam guerra, impunham tributo e se tornavam frequentemente culpados por grandes crueldades". Dentre as várias questões concernentes a esses *prazeros* e que apresentam um interesse para o historiador, dois têm um destaque especial: por um lado, as relações complexas mantidas com os Estados africanos vizinhos e, por outro lado, seu impacto econômico no resto da região ao Norte do Zambeze.

Os *prazeros* eram conhecidos pela brutalidade com que tratavam os africanos de sua convivência, servidores voluntários ou submetidos. Além do mais, a maioria dentre eles estabeleceu relações diplomáticas e militares com os Estados africanos vizinhos com o objetivo confesso de explorar seus recursos humanos. Os chikunda, por exemplo, trabalhando como servidores junto aos *prazeros*, eram recrutados em diferentes sociedades africanas ao Norte e ao Sul do Zambeze. Dessa forma, os *prazeros* tinham acesso à mão de obra entre os makua, manganja, sena, kalanga, tonga, tawara, nsenga, tumbuca e outros.[53]

Pelo interesse que eles tinham no comércio do ouro e do marfim, os *prazeros* desempenharam um papel importante no desenvolvimento das trocas ao Norte do Zambeze. Usando alguns de seus servos chikunda (*vashambadzi*) como mediadores, eles estabeleceram uma rede de relações comerciais com os diferentes povos africanos da região: manganja, chewa, nsenga, lenje e lunda do Sul. Esses habitantes do interior da província forneceram a seus parceiros comerciais cobre, marfim, cera e escravos em troca de tecidos, pérolas, objetos de cobre, bebidas alcoólicas e sal importados. A partir de aproximadamente 1740, os *prazeros* participaram também da extração e do comércio do ouro ao Norte do Zambeze, particularmente no reino de Undi. Aí, *bares*, ou minas, foram abertos em Michonga, Maano (a capital do país de Undi), Java e Muchinga. Os mineiros portugueses ou goeses de Tete esforçaram-se para ser os únicos proprietários das jazidas e de todos os meios de produção essenciais. Em troca desse privilégio, ofereciam presentes e ganhos simbólicos a Undi e seus subordinados. Nesse sistema de produção, cerca de 3500 onças e ouro foram extraídas anualmente até os anos 1780, época na qual os recursos começaram a diminuir[54].

Infelizmente para os *prazeros* e a comunidade portuguesa do Zambeze em geral, essa corrida do ouro os fez perder o comércio do marfim. As jazidas

53 A. E Isaacman, 1972*a*.

54 *Id.*, 1972*b*, p. 70-71; M. D. D. Newitt, 1973, p. 79-84.

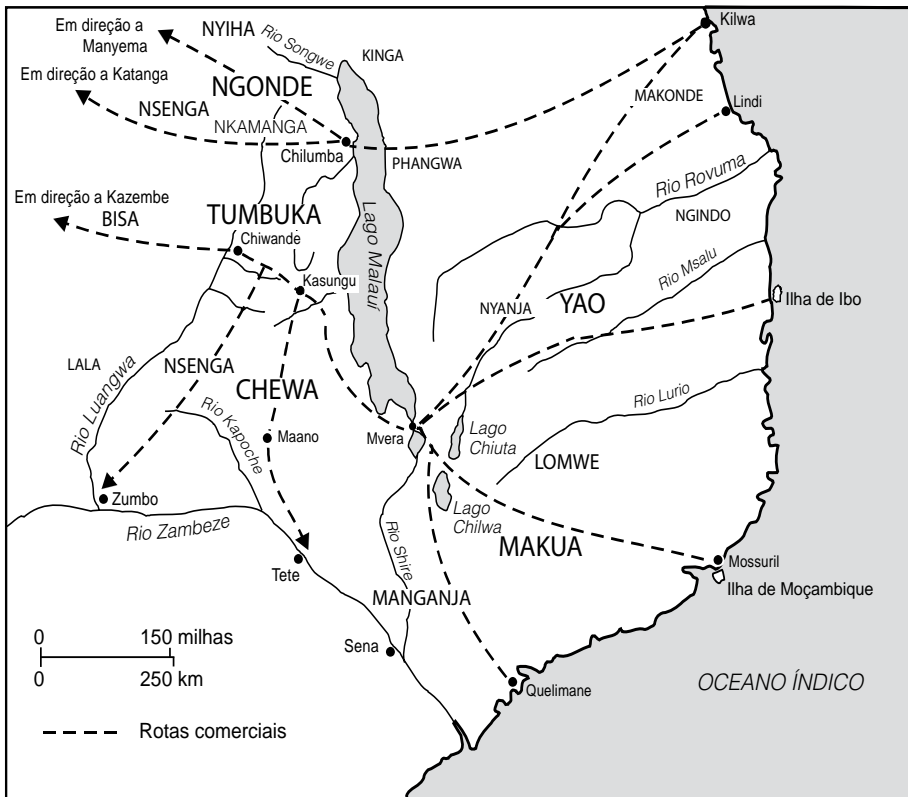



FIGURA 21.6 Rotas do comércio do marfim na África Central Oriental no século XVIII. [Fonte: de acordo com E. A. Alpers, UCLA.]

suscitaram um interesse desmedido com relação à sua produtividade. Durante esse tempo, o comércio do marfim caiu cada vez mais nas mãos de concorrentes interessados em seu mercado no Norte, neste caso os yao, povo que participou de forma singular das trocas comerciais com regiões distantes através de toda a África Central e do Oeste.

Os yao apareceram como nação comercial dominante no fim do século XVII e no início do XVIII. A maneira pela qual eles adquiriram essa posição e esse estatuto é objeto de duas interpretações muito próximas. Abdul Sheriff postula que a orientação dos yao para o comércio com destino à costa era devida a uma reação em cadeia. Em outros termos, é possível eles terem simplesmente sido sensibilizados pelas influências comerciais que, a princípio, alcançaram seus vizinhos ngindo e makua-lomwe, mais próximos da costa. Webster postulou

que o espetacular na reação dos yao diante dos contatos comerciais da costa era o fato de eles habitarem um país montanhoso onde nem a agricultura nem a caça eram rentáveis. Seus vizinhos nyanja ou chewa, no Oeste, eram melhores cultivadores, e os lomwe, no Leste, eram melhores caçadores[55].

De acordo com a tradição oral yao, tal como relatada por Yohanna B. Abdallah, os chisi foram os pioneiros do comércio com destino à costa. Dizem que eles tiravam seus meios de subsistência de sua habilidade no trabalho do ferro e do comércio local dos objetos de ferro. É possível então que, uma vez o país Yao suficientemente abastecido de artigos de ferro, os chisi tenham transportado suas mercadorias mais longe, até estabelecer relações com a costa. Vencida esta etapa, o desenvolvimento posterior das atividades comerciais dos yao foi facilitado pela formação, entre 1635 e 1698, de um mercado estável do marfim em Kilwa. Durante esse período, os portugueses, após terem conquistado a costa da África Oriental até Malindi, entraram em uma fase de prosperidade e de paz. Por isso Kilwa atraiu uma grande parte do comércio procedente das regiões interiores. Após 1698, quando o mercado do marfim de Kilwa faliu em consequência de conflitos entre os habitantes de Omã e os portugueses, os yao encontraram um outro mercado em Mossuril, em frente à ilha de Moçambique. O comércio parece então ter se tornado indispensável ao modo de vida dos yao. Eles transportavam seu marfim a Moçambique ou a Kilwa, de acordo com as circunstâncias[56].

No interior da região, a Oeste de sua própria pátria, os yao dispunham de uma fonte abundante de marfim no país Maravi. No mais, a partir de 1750 aproximadamente, eles começaram a receber mais dos bisa, no Nordeste da Zâmbia, do que conseguiam ganhar em Kilwa. Os bisa, negociando assim com os yao, começaram sua carreira comercial como empreendedores a serviço de Kazembe, o rei do Lunda, cuja capital, no curso de água Luapula, era geralmente o ponto de chegada de um itinerário tomado pelos mercadores vindos das costas leste e oeste. É certo em todo caso que em 1775 os bisa adquiriram a fama de serem uma das nações mais voltadas para o comércio na região[57].

Para os bisa, o comércio representava sem dúvida um meio de sanar sua fraqueza econômica e política interna: a produtividade agrícola de seu país, situado ente o Luapula e os montes Muchinga, era limitada e, no plano político, estavam presos entre as forças expansionistas dos Reinos lunda e bemba. O comércio e

55 A. M. H. Sheriff, 1971, p. 208-217; J. B. Webster, 1977, p. 3-6.

56 E. A. Alpers, 1975*a,* p. 58-62 e 70-81; J. B. Webster, 1977, p. 7-10.

57 F. M. Thomas, 1958, p. 26; R. F. Burton, 1873, p. 95; J. Vansina, 1966*a*, p. 171-172.

as viagens constituíam então um modo de acesso essencial às trocas comerciais com o estrangeiro. Em sua tentativa de explorá-las, os bisa abriram um grande número de novas rotas comerciais entre a região do Luapula, no Nordeste da Zâmbia, e na costa leste. Entre 1790 e 1830, eles tentaram também intensificar as trocas entre o reino lunda e os portugueses no Zambeze. Nos dois casos, eles desempenharam o papel de mediadores. Eles procuravam marfim, cobre e escravos no interior da África Central e encaminhavam-nos para as colônias da costa ou do Zambeze, para trocá-los por tecidos, pérolas, fuzis e pólvora preta.

Seu comércio com a costa leste teve também por consequência o deslocamento de suas próprias aldeias rumo ao Leste, no vale do Luangwa e além. Essa migração era inicialmente devida à fome e ao desejo de explorar o comércio de marfim entre o vale do Luangwa e o Lago Malaui. Assim, várias aldeias bisa foram criadas nesse vale nos anos 1760 e, no fim do século XVIII, encontravam-se outras na parte oeste do Malaui Central. Esse deslocamento das comunidades bisa rumo ao Leste acentuou-se entre 1820 e 1840, época na qual os bemba passaram a atacá-los periodicamente na região dos montes Muchinga[58].

Assim, durante ao menos quatro décadas antes do fim do século XVIII, os bisa mantiveram estreitas relações com a população do Leste. Sua presença, particularmente entre os chewa, contribuiu para o reforço do poder de várias chefias, notadamente as de Mwase Kasungu e de Mkanda. Os imigrantes bisa eram frequentemente mais leais para com a família soberana do que seus súditos locais.

Quanto aos portugueses, o fracasso da exploração aurífera e a perda do mercado do marfim em favor dos yao e dos bisa obrigaram-nos a participar ativamente do comércio de escravos. Isso provocou, no fim do século XVIII, uma outra mudança notável na natureza do comércio de longa distância no Norte do Zambeze. Os escravos tornaram-se progressivamente a principal mercadoria a ser exportada da região, em lugar do marfim. Essa reviravolta, embora longe de ser completa, foi suficientemente pronunciada para possibilitar, a justo título, a identificação do século XVIII com o comércio do marfim e do século XIX com o dos escravos. A participação portuguesa neste último foi bastante importante nos anos 1780, período durante o qual escravos do Norte do Zambeze foram exportados para a colônia francesa da ilha da Reunião, no Oceano Índico[59].

Como o comércio dos escravos tornava-se cada vez mais lucrativo que o do marfim, aos portugueses que dele participavam se juntaram os yao e os bisa. De

58 A. C. P. Gamitto, 1960, p. 55-56 e 161-192; A. D. Roberts, 1973, p. 104-167.

59 R. F. Burton, 1873, p. 81-87; E. A. Alpers, 1975a, p. 201-219; A. F. Isaacman, 1972b, p. 85-94.

FIGURA 21.7 Restos de um forno para fundir o ferro (ng'anjo) tumbuka. A fama de forjadores dos tubuka só era igualada pela dos Phangwa, na margem leste do Lago Malaui. [© K. M. Phiri.]

acordo com Abdallah, os yao converteram-se a esse tipo de trocas porque os negociantes da costa demandavam mais escravos do que marfim. Com efeito, o mercado de Kilwa para o qual os yao transportavam suas mercadorias a partir do interior da região começou a ser dominado pelo comércio de escravos a partir dos anos 1770[60]. Com o senso do comércio que os caracterizava, os yao puseram-se provavelmente a substituir o marfim pelos escravos em seus comboios vindos do interior.

Toda a zona setentrional da província foi igualmente puxada para essa rede de comércio exterior. Até o início do século XVIII, nenhuma parte da região

60 Y. B. Abdallah, 1973, p. 29-37; G. S. P. Freeman-Grenville, 1965, p. 43-48.

FIGURA 21.8 Enxada de ferro de fabricação tumbuka. Esse espécime foi fabricado no Vipya, distrito de Mzimba, no Malaui setentrional, nos anos 1940. [© K. M. Phiri.]

fora implicada nessas atividades, embora já existisse um comércio local vigoroso perto das margens do Lago Malaui, bem como entre o país tumbuka, de um lado, e o país Nsenga e o Norte da região chewa, por outro lado. Durante as quatro primeiras décadas do século XVIII, a zona tumbuka era ligada a uma rede comercial estendendo-se do Katanga, no Noroeste, até Kilwa, no Leste. Os responsáveis por essas mudanças eram os chefes de família conhecidos sob o nome de *balowoka* – os que atravessaram o lago –, cuja chegada na região estendeu-se por um período de trinta a quarenta anos.

O mais célebre desses recém-chegados era Kakalala Musawila Gondwe, provavelmente um Nyamwezi de influência yao, participante do comércio com destino à costa leste durante algum tempo. Como ele procurava marfim, atravessou o lago em Chilumba e instalou-se na planície de Nkamanga, perto do vale do Luangwa

onde, nessa época, abundavam os elefantes. Ele entrou em contato com o chefe do clã luhanga, Chilundanya Luhanga, que apreciou as mercadorias – pérolas, *mphande* (conchas) e tecidos – que o recém-chegado trouxera. Mais tarde, Gondwe contraiu laços matrimoniais com os luhanga e suas outras famílias influentes, implantando-se assim solidamente na sociedade tumbuka. Para explorar plenamente os recursos da região, ele distribuiu turbantes, como os que ele mesmo usava, aos diferentes chefes locais, como símbolos da autoridade que emanava dele[61].

Outras famílias de imigrantes provenientes do Leste do lago estabeleceram-se nas terras vizinhas ao Nkamanga. No distrito hoje conhecido pelo nome de Hewe, Katumbi Mulindafwa Chabinga empreendera organizar um Estado menor porém mais viável do que o de Gondwe. Ele também vinha do território nyamwezi e atravessara o lago em Chilumba, mas, contrariamente a Gondwe, ele penetrou na região montanhosa próxima dos montes Misuku e do planalto do Nyika e instalou-se em Chigoma, no Nthalire[62]. Também como Gondwe, ele distribuiu turbantes a chefes locais a fim de simbolizar o reconhecimento de sua autoridade. A partir de Chigoma, Katumbi desenvolveu suas relações comerciais no Oeste rumo a Malambo, no vale do Luangwa, rico em marfim. Mais tarde, seus descendentes estabeleceram-se a algum quilômetro mais ao Sudoeste, no atual Hewe, onde a chegada dos europeus marcou uma virada em sua história.

Um outro mercador, Katong'ongo Mhenga, originário da região de Ubena-Uhehe, atravessou o lago pouco tempo depois de Gondwe e Katumbi se instalarem. Katong'ongo não era um comerciante no mesmo sentido que Katumbi e Gondwe. Ele procurava por uma terra para se estabelecer com a família e a encontrou no vale do Henga. Ele tinha várias perícias: sabia caçar, fabricar braceletes decorativos e, principalmente, sabia extrair o sal. Essa última qualidade mostrou-se das mais úteis porque ele logo teve de gerir os excelentes poços salobros de Kamembe. Ele entrou também por aliança nas famílias locais das quais algumas, notadamente os Munthali, os Mzumara e os Mkandawire, estavam bem implantadas no vale do Henga. Pouco a pouco, sua influência cresceu e ele ficou conhecido pelo nome de Mwahenga, proprietário da região do Henga. Ele contraiu relações comerciais com os súditos de Mwaphoka Mbale e com os Nkamanga de Gondwe[63].

61 Essa passagem foi inspirada em H. L. Vail, 1972b e 1974; H. K. Msiska, 1978a.

62 O Estado do Nthalire foi fundado no século XVIII pelos Kawonga, originários do Sul da Tanzânia. Eram caçadores que tinham feito aliança com os kyungu de Karonga e foram esses últimos que lhe sugeriram se instalar no que seria mais tarde chamado Nthalire

63 O. J. M. Kalinga, 1979*b*.

As três famílias de imigrantes, os Muswila Gondwe, os Katumbi Mulindafwa Chabinga e os Katong'ongo Mhenga, começaram a dominar o comércio na maior parte da região ao Sul do Songwe e ao Leste do vale do Luangwa, e foi difícil eles não entrarem em conflito. Gondwe se sentia particularmente ameaçado porque Katumbi controlava o acesso à região rica em marfim. Além disso, era importante para ele poder usar livremente, senão controlar, a barca de Chilumba, a fim de transportar seu marfim para a costa leste. Para atingir seus objetivos, ele começou a intervir na crise se sucessão advinda da morte de Katumbi e conseguiu fazer aceitar como chefe um candidato influenciável. Depois, ele concluiu um acordo com Mwahenga, segundo qual este último se comprometia em não atrapalhar seu comércio e recebia em troca tecidos e outras mercadorias de valor. Gondwe negociou arranjos similares com os soberanos ao Leste do vale do Henga, notadamente Mwafulirwa, Mwamlowe, Mwankunikila e Kachulu. Em 1800, Gondwe ficou em condições de monopolizar o comércio na região compreendida entre o Luangwa e a margem oeste do Lago Malaui. Como ele se tornara senhor da planície de Nkamanga, acabou por estender seu império comercial. Para tanto, a tarefa do Chikulamayembe foi facilitada pelo fato de certas famílias, essencialmente os Msiska e os Nyirenda, provavelmente também mercadores do Unyamwezi, terem tomado o poder na região governada pelo Mwaphoka, pondo assim termo a um longo período de supremacia mbale nessa terra. O país Phoka, entre o Nkamanga e o vale do Henga, de um lado, e a barca de Chilunga, do outro, constituíram por um longo tempo a encruzilhada do comércio local.

Entidades políticas mais restritas foram criadas no século XVIII por famílias vindas do lado do lago, um grande número de seus fundadores sendo, como Gondwe e Katumbi, mercadores de marfim. Logo ao Sul do Ugonde, a família de Mwafulirwa fundou o Estado fulirwa na região outrora dominada pelo clã mkanbdawire. Mais tarde, um parente de Mwafulirwa, Mwendamunjila Mushani Kaira, dirigiu-se ao Oeste e estabeleceu-se finalmente em Zibang'ombe, a alguns quilômetros a Oeste dos montes Mwafulirwa. Ele derrotou os autóctones simwaka, pertencentes aos nyiha, e começou a construir o Estado wenya. No fim do século XVIII, este espandiu-se rumo ao Norte, até as fronteiras sul do Ulambya. Por volta da mesma época, a região sudoeste do Wenya caiu nas mãos de uma família mlowoka, os Mughogho. Essa zona, o Uyombe, hoje formadora de uma parte do distrito de Isoka, na Zâmbia, era rica em elefantes e, alguns anos mais tarde, atraiu um grande número de caçadores. Os Mughogho contraíram boas relações com os administradores mais antigos de Chifungwe e de Utambo, perto da fonte do Luangwa, uma região também rica em elefantes.

Outras famílias atravessaram o lago mais ao Sul e instalaram-se não longe do atual *boma* Nkata-Bay. Algumas dentre elas estão na origem do Mankhabira moderno. Essas famílias de caçadores deixaram seu país por volta de 1720, sem dúvida atraídos pela possibilidade de encontrar marfim em abundância ao longo da margem oeste do Lago Malaui. Eles venceram os dirigentes phiri e, em uma geração, tornaram-se as famílias dominantes da região[64].

No século XVIII, a zona tumbuka foi então, a princípio, dominada por caçadores de marfim, depois por mercadores que, por controlarem as riquezas, exerceram um certo poder político. A descentralização administrativa permitiu aos chefes mercadores tomarem o poder. Os caçadores e os comerciantes escolheram essa região porque, para terem sucesso nas atividades comerciais, uma certa influência política era necessária. Ora, esta não podia ser obtida nos Estados setentrionais, pois estes ficaram afastados da rede comercial continental durante quase um século depois de os tumbuka terem sido incorporados a ela. No século XVIII, o Império Maravi se desintegrou e os Estados da zona marginal do Tumbuka Chewa, no Sul, encontraram-se senhores de seus próprios negócios. Contudo, mesmo no seio das chefias como a de Kanyenda, as tendências separatistas que frequentemente acompanharam o comércio do marfim começaram a se fazer sentir. O terreno estava então preparado para os acontecimentos que levaram à hegemonia de Makhambira na região. Após 1800, todos os Estados e povos foram engajados na era comercial do marfim, depois na de escravos, com consequências inquietantes, quiçá desastrosas.

O período sobre o qual se abre este volume não coincide com o recorte cronológico da história dessa região. Uma página da história começa por volta de 1400 na zona sul, com a chegada dos maravi, e uma outra, por volta de 1600, na zona norte, com a migração dos ngulube. Mas a data na qual a obra termina é adequada porque novos temas dominam a historiografia de toda essa terra no século XIX: por exemplo, a passagem do comércio do marfim ao de escravos, a participação de toda a região de um comércio manipulado do exterior, a implantação de toda uma série de chefias yao nos territórios inicialmente governados pelos maravi e, enfim, a chegada de um conjunto de novas comunidades – nguni, suaíli, kilolo e europeus – que, finalmente, procuraram tomar o poder político, quaisquer que tenham sido os diferentes motivos de sua vinda.

64 Este parágrafo foi em parte inspirado em O. Y. Kaira, 1970-1971, e em J. B. C. Nkhoma, 1978.

CAPÍTULO 22

A região ao Sul do Zambeze

H. H. K. Bhila

Dispomos de poucos documentos históricos sobre a região situada ao Sul do Zambeze, do período que vai de 1500 a 1800. É preciso remeter-se essencialmente às narrativas dos viajantes e comerciantes portugueses que penetraram na região ao longo do primeiro decênio do século XVI. Portanto, este capítulo tratará de três entidades em particular, a saber, o Império Mutapa, o Império Rozwi e os Estados orientais shona. Os Estados mutapa e rozwi são oriundos da cultura do Grande Zimbábue (1200-1450), cujas origens e o desenvolvimento serão tratados em outra parte[1].

O declínio do Grande Zimbábue começou a partir da metade do século XV[2], com a queda da produção de ouro no planalto do Zimbábue. Assistiu-se, primeiro, ao surgimento de um Estado obscuro, portador do nome Torwa ou “Butwa”, segundo as fontes portuguesas[3]. Esse Estado teve uma primeira capital em Khami, depois, uma segunda em Danangombe[4]. A primeira, provavelmente fundada em meados do século XV, foi destruída por um incêndio no decorrer da segunda metade do século XVII[5]. Segundo sua arquitetura e sua cerâmica, o

1 UNESCO, *História Geral da África*, vol IV, cap. 21.

2 P. S. Garlake, 1973; I. R. Phimister, 1974 e 1976; T. N. Huffman, 1972.

3 P. S. Garlake, 1982, p. 30-31.

4 *Ibid*.

5 D. N. Beach, 1984, p. 26, 82, notas 60 e 61.

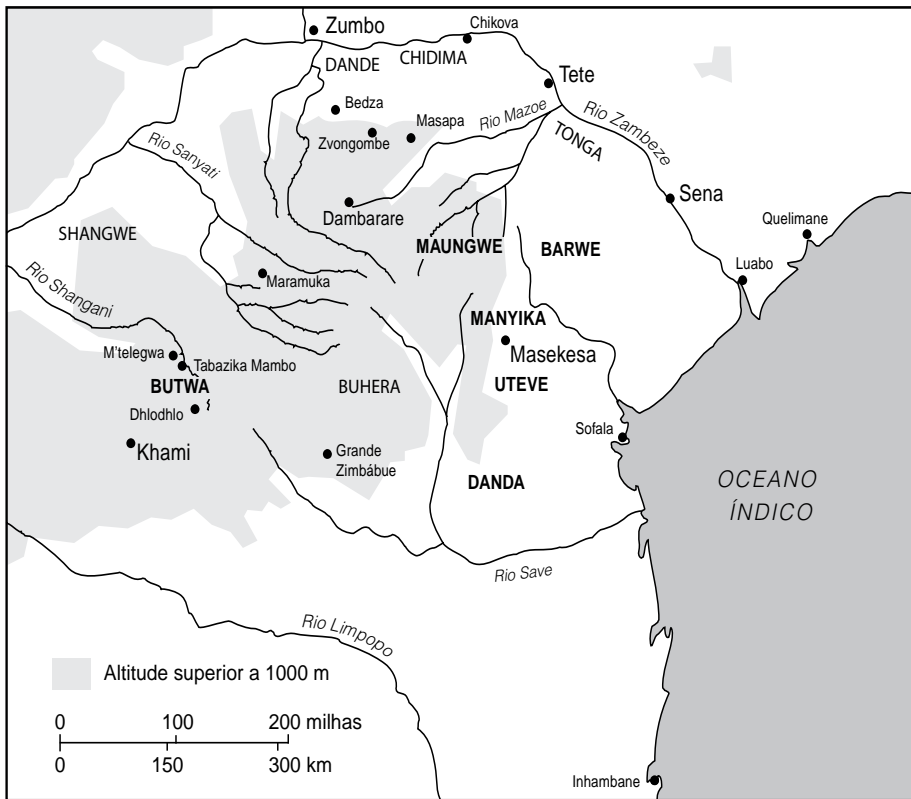



FIGURA 22.1 A África Central e do Sudeste sob os Estados mutapa e torwa. [Fonte: segundo S. I. Mudenge, A political history of Munhumutapa c. 1400-1902, Harare, Zimbabwe Publishing House, 1988; e Zimbabwe Epic, publicado pelos Arquivos nacionais do Zimbábue, Harare, p. 47.]

Estado de Torwa era uma réplica do sítio de Zimbábue. A segunda capital era muito menor do que a primeira. Os vestígios arqueológicos indicam duas coisas: primeiramente, que a quase-totalidade dos prestigiosos edifícios de pedra foram erigidos, no Estado de Torwa, antes de 1650 e, em segundo, que a dinastia rozwi dos *changamire*, que anexou o Estado de Torwa nos anos 1690, não realizou nenhuma construção desse tipo[6].

O segundo importante acontecimento político, após o declínio do Grande Zimbábue, foi a emergência do Império Mutapa que, no início do século XVI, já havia assumido o controle das terras agrícolas férteis do planalto e de "uma parte

6 *Ibid.*, p. 27.

das terras áridas do vale do Zambeze, comandando também algumas das vias comerciais[7]". O Império era composto de um conjunto de comunidades heterogêneas, que falavam karanga. Teoricamente, estendia-se dos confins meridionais do Zambeze até o Oceano Índico, mas, na realidade, a autoridade dos chefes mutapa era muito limitada fora do planalto. Certas indicações nos fazem pensar que os Reinos de Manica, Uteve, Barué e Dande se separaram do Império no século XVI, porém continuaram a cumprir suas obrigações rituais e tributárias até a ascensão de Dombo Changamire, no final do século XVII[8]. Apesar das poucas provas de que dispomos a esse respeito, parecia que, por muito tempo após a ascensão ao poder de Dombo Changamire, os reinos "rebeldes" tinham continuado a pagar um tributo aos soberanos mutapa. Pensamos que, os próprios *changamire*, por vezes, pagaram um tributo aos imperadores mutapa, ao longo do século XVIII[9]. Porém, aqueles que traziam o tributo rozwi eram "recebidos com as honras outorgadas aos embaixadores dos reis[10]". Uma evolução comparável se produziu no Baixo Zambeze, onde os chefes tonga e sena resistiram a todos os esforços empregados pelos imperadores mutapa na tentativa de imporem sua hegemonia política. Assim, o Império foi reduzido a sua mais simples expressão, ou seja, à região dos territórios dande e chidima.

Provavelmente, o Império Mutapa continuou a construir prestigiosos edifícios de pedra até o século XVI. Algumas das mais antigas ruínas, em particular, o sítio de Zvongombe, correspondem às primeiras capitais dos soberanos mutapa. Mais tarde, reconheciam-se essas cidades em função de seus palanques de vários metros de altura. Antônio Bocarro, nos anos 1620, descreveu de uma forma muito expressiva a capital e os modos de vida dos soberanos mutapa. Segundo ele, a capital era muito vasta e composta de uma multiplicidade de casas cercadas por uma barreira de madeira, no interior da qual havia três habitações: uma para a rainha e outra para os serviçais, seus agregados. Três portas davam em um grande pátio, sendo uma a serviço da rainha, e além da qual não era admitido nenhum homem; uma outra, para a cozinha do rei: os únicos que a podiam transpor eram os cozinheiros, duas pessoas jovens escolhidas dentre os principais nobres do reino, os parentes do rei em quem ele confiava, e os rapazes, também nobres, de quinze a vinte anos de idade, que serviam na cozinha. Também tinham por tarefa servir as refeições ao rei, dispondo o alimento diante dele,

7 *Ibid.*

8 Vasco Fernandes Homen à Luys da Sylva, em E. Axelson, 1940, p. 269.

9 L. F. de Carvalho Dias, 1954.

10 *Ibid.*

FIGURA 22.2 Ruínas na região de Matendere. [© Queen Victoria Museum, Harare.]

FIGURA 22.3 Ruínas do tipo mutoko. [© Queen Victoria Museum, Harare.]

no chão, sobre um tapete ou uma esteira coberta com musselina. Ofereciam ao soberano um grande número de carnes diferentes, todas elas assadas ou cozidas, como galinhas, pombos, perdigões, capões, carneiro, animais de grande porte, lebres, coelhos, boi, ratos e outros tipos de caça. O rei, após se servir, dá uma parte destas carnes aos seus serviçais, os quais são sempre providos do alimento da mesa do rei[11].

Entretanto, na primeira metade do século XVIII, os mutapa perderam o controle direto do planalto e o centro do Império deslocou-se para as terras baixas do Zambeze, entre Zumbo e Tete. Tal perda da hegemonia política representava o resultado de um longo processo de desintegração encetado em 1629, com a derrota de Mamvura Mutapa pelos portugueses[12], terminando em 1917, com o desaparecimento do Estado mutapa. O enfraquecimento da dinastia mutapa incitou grupos shona vizinhos a se apropriarem das terras, como os budya, que se estenderam em toda a região do Baixo Zambeze. Os soberanos mutapa também encorajaram outros grupos a se estabelecerem no coração do Império[13].

No plano administrativo, o enquadramento do Império era feito em três níveis: a capital, a província e a aldeia. Os mutapa delegavam sua autoridade aos chefes da aldeia e da província. Entretanto, parece que os detentores desses cargos variavam de acordo com as circunstâncias políticas. Nos primeiros anos do Império, apenas parentes mais ou menos próximos dos mutapa eram investidos nas funções de chefe da aldeia ou da província. Por exemplo, rezava o costume que um presumido príncipe e herdeiro fosse colocado à frente dos territórios dande. Ele era o portador do título de *nevanje* primogênito. Na segunda posição da ordem de sucessão ao trono vinha um outro príncipe, chamado *nevanje* caçula[14]. Além dos membros da linhagem real, aqueles, que, embora não aparentados aos mutapa, tinham contribuído com a conquista, eram promovidos a cargos de grandes responsabilidades. Com o tempo, os mutapa sentiram-se mais confiantes e seguros de si; por isso, no século XVII, autorizaram as aldeias e as províncias a elegerem seus próprios chefes. Na capital, eram assistidos por dignitários de alto escalão, os quais recebiam terras em troca de seus serviços. Obrigações precisas eram igualmente destinadas a cada uma das esposas do imperador[15].

11 A. Bocarro, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 356-357.

12 G. M. Theal, 1899-1903, vol. V, p. 290-292.

13 D. N. Beach, 1980*a*, p. 164-165.

14 W. G. L. Randles, 1979, p. 58; A. P. de Miranda, em A. A. Andrade, 1955, p. 307-308.

15 *Ibid.*; A. Bocarro, em G. M. Theal, 1892-1903, vol. III, p. 356-357.

FIGURA 22.4 Ruínas do tipo musimbira. [© Queen Victoria Museum, Harare.]

As crenças e os métodos de controle administrativo

Os mutapa dispunham de vários mecanismos para manter a autoridade no Império, como a obrigação, incumbida aos chefes territoriais, de vir a cada ano reacender os seus fogos reais na chama original[16], sendo para eles uma forma de reafirmar a lealdade ao poder central. Uma vez por ano, os soberanos mutapa davam ordens a esses chefes para apagarem seus fogos reais e de rumarem imediatamente para o palácio do Mutapa a fim de reacendê-los. Esse ritual de fidelidade era igualmente repetido na ocasião da entronização de cada novo monarca mutapa. Quando da morte de um soberano mutapa, a ordem dada aos chefes territoriais era de apagar seus fogos reais até que um sucessor fosse escolhido, ao lado do qual deveriam vir reacendê-los.

Aquele que faltasse nesse ritual era assimilado a um ato de rebelião e, portanto, era severamente punido. Recorria-se, então, a um exército eficaz, cujos efetivos foram diversamente estimados em "100.000 homens na linha de combate[17]", 30.000 soldados de profissão, no século XVI, e 3.000 homens no século

16 G. M. Theal, 1899-1903, vol. I, p. 96, vol. III, p. 130, vol. VI, p. 170.

17 Vasco Fernandes Homen à Luys da Sylva, em E. Axelson, 1940, p. 274.

XVIII[18]. Tais números nos levam a pensar que antes do declínio do Império, os soberanos mutapa podiam mobilizar, se preciso fosse, um grande número de camponeses e alistá-los no exército, porém, quando o Império caiu em decadência e entrou no caos, no século XVIII, era bem mais difícil realizar essa mobilização. As estatísticas fornecidas por observadores portugueses contemporâneos são muito pouco confiáveis.

Os mutapa utilizavam-se também da religião para manterem a autoridade sobre seus súditos, através da estreita relação entre a monarquia e os médiuns espíritas, os quais eram possuídos pelos espíritos ancestrais dos próprios imperadores ou por "antigos representantes dos primeiros proprietários fundiários[19]". Além de suas outras tarefas, presumia-se que o imperador mantivesse um contato estreito com os mortos poderosos, em nome da nação. Era ele quem conciliava o espírito nacional e intercedia em nome de seus súditos. O culto das sepulturas reais também contribuía para consolidar a imagem e o prestígio do imperador e, por fim, a reforçar sua autoridade sobre o seu povo. Esperava-se que ele fosse até a tumba de seus ancestrais antes de toda expedição militar importante.

Os proprietários da terra, como Dzivaguru, eram os fazedores de chuva e celebrantes dos rituais no palácio real mutapa. Esse sistema religioso era retomado nos diversos níveis da administração. A religião constituía um importante mecanismo de controle social, em particular em uma economia dominada pela agricultura. A participação do imperador nos ritos da chuva era considerada essencial para a prosperidade econômica do Império. Ele organizava, para seus ancestrais, danças "mensais da lua nova[20]" e grandes festas anuais para apaziguar seus espíritos ancestrais. Também encontramos referências a músicos que "atraíam a atenção dos espíritos para a necessidade de fazer com que chovesse[21]".

A religião desempenhava um papel crucial de mecanismo social em matéria de controle político. De fato, os médiuns espíritas gozavam de um estatuto mais elevado do que o dos imperadores; e por isso eram (e ainda são) chamados *mhondoro* (leões) e tinham por função aconselhar o imperador sobre todos os assuntos do Estado[22].

18 W. G. L. Randles, 1979, p. 60.

19 T. O. Ranger, 1979, p. 19.

20 R. Gray e S. Marks, 1975, p. 388.

21 *Ibid.*

22 Anônimo, 1890, p. 223; D. P. Abraham, 1969; G. K. Garbett, 1966. Ver também E. G. Parinder, 1967, p. 61.

FIGURA 22.5 Gravura do Mutapa (século XVIII) refletindo a riqueza, a glória e a potência do imperador. [© Queen Victoria Museum, Harare.]

Porém, o instrumento de controle político mais corrente era o tributo, cobrado pelos imperadores mutapa, e que podia tomar a forma de produtos agrícolas, peles de leão e de leopardo, penas de avestruz, caça de pequeno e grande porte, peitoral de qualquer animal morto e, no caso de um elefante, da presa do lado que o animal caiu ao morrer[23]. O tributo também podia ser pago com trabalho. Segundo João de Barros:

> Todos os oficiais e servos de sua corte, bem como os capitães dos soldados, cada um com seus homens, deviam ajudá-lo a cultivar seus campos ou fazer qualquer outro trabalho, e isso, sete a cada trinta dias. E os nobres ao receberem do imperador uma terra, na qual se encontravam vassalos, recebiam o mesmo deles. Ás vezes, quando havia necessidade de um serviço particular, ele enviava uma ou duas vacas para as minas, onde se cavava para encontrar o ouro, segundo o número de pessoas que lá havia, para que elas as repartissem entre si, como um sinal de amor. Em troca desse serviço, cada uma dava um pouco de ouro, por um valor de cinco centavos de réis. Também nos mercados, em vez de serviços, os comerciantes davam uma certa soma. Caso não fosse pago o tributo, não se incorria a qualquer sanção, mas perdia-se então o direito de aparecer frente ao *benomotapa*, o que era considerado uma grande desgraça[24].

A prática do pagamento pelo trabalho foi igualmente adotada pelos chefes vassalos, os quais parecem tê-la aplicado de forma diferente. Em vez de enviar pessoas para trabalharem nos campos do imperador, a população das aldeias e dos lugarejos de Uteve cultivava um "grande campo de sorgo para o rei: todos os habitantes do lugar deveriam aí trabalhar por alguns dias do ano, anteriormente fixados [...]". Todavia, a colheita era feita por "intendentes recrutados para esse fim"[25].

No momento da abertura de uma nova mina, os soberanos mutapa, geralmente, enviavam os seus mais infalíveis agentes para coletarem o tributo. Aqueles que procuravam ouro erigiram um abrigo para alojar os arrecadadores e armazenar o tributo. Esse era avaliado como equivalente "ao produto de um dos trajetos efetuados cotidianamente por cada minerador, entre a mina e a água[26]". Como veremos mais adiante, para extrair, em particular, o ouro do minério, era preciso lavar esse último em um rio ou em um poço. Tal sistema tributário

23 J. de Barros, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. I, cap. I; J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, cap. 15; A. P. de Miranda, em L. F. de Carvalho Dias, 1954, vol. VII, p. 135.

24 G. M. Theal, 1899-1903, vol. VI, p. 271.

25 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, cap. 15, p. 222.

26 W. G. L. Randles, 1979, p. 66.

não parece ter fundamentalmente evoluído até o desaparecimento do Império Mutapa, no início do século XX.

Poderíamos dizer que estes diversos mecanismos de controle contribuíram parcialmente para preservar um império centralizado, em uma época em que as distâncias eram tamanhas que era impossível exercer uma vigilância estreita sobre os chefes dos diferentes territórios. A incapacidade do exército em sufocar as rebeliões nas regiões recuadas do Império, as conspirações políticas internas, das quais se aproveitavam os comerciantes portugueses, e as guerras civis são fatores que explicam o declínio gradual e a queda do Império Mutapa.

O fator português

Embora a chegada dos portugueses a Sofala remonte a 1506, somente foi de 1550 a 1630 que eles tentaram verdadeiramente submeter o Império Mutapa. Até 1540, o comércio entre portugueses e shona foi oficioso. Nessa data, as relações comerciais entre os negociantes portugueses, os monarcas mutapa e os seus súditos foram, entretanto, regularizadas e oficializadas[27] através da abertura de uma missão diplomática e comercial no palácio real mutapa. Tal missão foi colocada sob o comando de um oficial nomeado capitão das portas. Ele era eleito vitalício pelos portugueses que comerciavam no Império, mas sua nomeação devia ser confirmada pelos imperadores mutapa. Suas principais funções consistiam em transmitir aos soberanos mutapa as ofertas, os requerimentos e as queixas dos comerciantes portugueses e vice-versa[28]. As relações entre a comunidade portuguesa e os soberanos mutapa eram essencialmente de natureza tributária: os portugueses pagavam um tributo, a *curva*. Cada vez que um novo capitão assumia as suas funções na fortaleza portuguesa de Moçambique, era

> obrigado a pagar ao *monomotapa* o equivalente a 3.000 cruzados em estofos e em pérolas pelos três anos do exercício de seu cargo. Ele, então, podia abrir as terras a todos os mercadores, cristãos ou mouros. Todos negociavam tecidos obtidos com o capitão acima referido, e a maior parte do ouro extraído destes rios encontrava-se nas mãos do capitão de Moçambique[29].

27 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, cap. 9; Fr. Monclaro, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 186.

28 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 271.

29 *Ibid.*, p. 272.

Em troca deste tributo, os imperadores mutapa outorgavam aos negociantes o direito à livre circulação por todo o Império, para aí venderem seus estofos e pérolas. Segundo João dos Santos, missionário jesuíta:

> Nunca ouvimos falar de cafres ladrões atacando portugueses na rota ou agredindo--os para roubá-los, a menos que o próprio *monomotapa* ordenasse isso, o que às vezes acontecia para se vingar de uma ofensa cometida, ou pretensamente cometida contra ele pelos portugueses, em particular, quando um capitão recém nomeado em Moçambique não efetuou (ou adiou por um ano) o pagamento em estofos, o qual se costuma pagar no ano que segue ao início das funções[30].

Nesse caso, o imperador ordenava o embargo, sem indenização, de toda a mercadoria em seu império. Isto realmente aconteceu em 1610, quando Gatsi Rusere decretou a *mupeto* (confiscação pela força) da mercadoria dos comerciantes portugueses, o que acarretou, contra esses últimos, uma série de ataques e de mortes[31]. Além do tributo pago pelo capitão português aos imperadores mutapa, os mercadores portugueses e árabes-suaílis deviam ceder uma peça de estofo por vinte peças introduzidas no Império[32]. Além dos tecidos e das pérolas que eram largamente difundidas, os portugueses ofereciam aos imperadores mutapa artigos de luxo importados, tais como sedas, tapetes, objetos de cerâmica e de vidro, utilizados por eles para realçar seu prestígio no quadro de um sistema de patronagem.

Tal regime de relações tributárias se perpetuou praticamente sem mudança até a segunda metade do século XVI. Em seguida, os portugueses começaram a passar à frente dos monarcas mutapa, após múltiplas guerras de agressão, por eles conduzidas no Sul do Zambeze, entre 1569 e 1575. Estas lhes permitiram implantarem-se nos reinos orientais de Uteve e de Manica. No término de várias batalhas, os portugueses acordaram, em 1575[33], com o rei de Uteve, um tratado estipulando que o capitão de Sofala e seus sucessores deviam pagar aos chefes teve um tributo anual de 200 peças de estofos[34]. Em troca, os negociantes portugueses obtiveram o direito de circular livremente em todo o território do Reino de Manica, no qual eles acreditavam ter muito ouro, contrariamente ao

30 P. B. de Rezende, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 414-427 e 429. O valor da *curva* teria sido de 15.000 ou 16.000 cruzados todos os três anos. Esse montante parece um pouco exagerado.

31 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 272.

32 Fr. Monclaro, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 202-253.

33 R. Gray e S. Marks, 1975, p. 390.

34 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 219.

que a sequência dos acontecimentos mostrou. Ademais, os habitantes da fortaleza portuguesa de Sofala tinham o direito de penetrar livremente no interior das terras, seguindo o curso do rio Sofala, para comprar provisões. Da mesma forma que com os imperadores mutapa, todo comerciante português que queria atravessar Uteve para chegar em Manica, por vinte peças introduzidas no reino devia ceder ao chefe *teve* uma peça de estofo. Todavia, os mercadores africanos que negociavam "tecidos, pérolas e outras mercadorias com os portugueses", deviam "ao rei três peças a cada vinte".[35] Não se sabe muito bem porque os comerciantes africanos deviam pagar mais do que os comerciantes portugueses, porém pensa-se que, provavelmente, era para impedir o avanço de uma classe mercantil potente, que poderia contestar a autoridade política do rei. Um tratado similar foi concluído com o rei de Manica, em 1573[36].

Este limitado sucesso incitou os portugueses a tentarem outras incursões no Império Mutapa. As rebeliões, que lá explodiram entre 1590 e 1607, forneceram-lhes a oportunidade de mergulhar na complexidade da política mutapa. Um chefe mutapa, Gatsi Rusere, apelou para os portugueses e com eles assinou um tratado de assistência militar. Em troca, prometeu ceder todas as suas minas de ouro, de cobre, de ferro, de chumbo e de estanho[37]. Certamente, o tratado conferia aos portugueses o prestígio da propriedade, mas eles não possuíam nem a mão de obra nem os conhecimentos técnicos necessários para explorar os metais. Na verdade, o tratado teve pouco valor porque os portugueses deixaram Gatsi Rusere afrontar sozinho as guerras civis, que não cessaram até sua morte em 1624. A sucessão de Gatsi Rusere coube ao seu filho, Nyambu Kapararidze, cuja legitimidade do trono real mutapa foi contestada por seu tio Mamvura. Na guerra que se seguiu entre os dois rivais, Mamvura solicitou a assistência militar dos portugueses, obtendo-a em 1629. Após ter extorquido de Mamvura um certo número de promessas, os portugueses aliaram-se a ele contra Kapararidze. Tais promessas incluíam, notadamente, um tratado de vassalagem e a alienação das minas de ouro e de prata. Como Gatsi Rusere em 1607, Mamvura subiu ao trono com o apoio militar dos portugueses. O tratado acertado com eles o obrigava a consentir aos mercadores portugueses o direito de circular livremente em todo o Império, de expulsar os mercadores árabes-suaílis de seu território e de autorizar os missionários dominicanos a pregarem sua religião. Mamvura comprometia-

35 G. M. Theal, 1899-1903, vol. VIII, p. 222.

36 *Ibid.*, p. 218.

37 *Id.*, vol. III, p. 367-370.

-se também a suprimir a *curva*, paga pelos portugueses aos chefes mutapa, aproximadamente, desde a metade do século XVI, e a pagar, a partir de então, um tributo a esses últimos. Após a assinatura deste tratado, era cada vez mais numerosa a quantidade de comerciantes e de aventureiros portugueses que chegavam ao território do Império Mutapa. Mamvura e sua mulher foram ambos batizados e, respectivamente, ganharam os nomes Domingos e Luiza[38]. Esse tratado de 1629 encorajou aventureiros portugueses a se apossarem de terras, as quais, mais tarde, foram reconhecidas pela Coroa portuguesa sob o estatuto de *prazos* (terras da Coroa). Até então hóspedes dos chefes africanos, os mercadores portugueses tornaram-se praticamente os senhores dos territórios. Mas seu individualismo e desprezo pela lei desencadearam um período de caos e de anarquia. Sobre a penetração dos portugueses no Império Mutapa, poderíamos dizer que ela o conduziu à desintegração e deu à luz o que chamamos de sistema do *prazo*, bem como uma nova entidade, o Império Rozwi.

O sistema do **prazo**

A partir deste momento, a aquisição de terras por aventureiros portugueses prosseguiu praticamente sem freios: foi desta forma que se constituíram numerosos *prazos* da coroa[39], pertencendo a funcionários, mercadores, ordens religiosas e a pioneiros portugueses.

O regime do *prazo* era uma síntese de dois sistemas socioeconômicos. O primeiro era aquele dos shona, cuja sociedade dividia-se em uma oligarquia dirigente e camponeses produtores. O segundo, que se sobrepunha ao precedente, era o dos *prazeros*, reinando como classe dominante sobre os *chikunda* (exércitos de escravos). Em outras palavras, os *prazeros* perpetuaram o sistema sociopolítico encontrado por eles ao chegarem à região do Zambeze. O chefe africano continuava a exercer as funções tradicionais, porém, "sem deter, a partir de então, a autoridade absoluta[40]", o *prazero* atribuindo a si próprio o título de suserano. Nesse sentido, sua relação aparentava-se àquela existente entre o chefe e o subchefe no Império Mutapa.

As relações de produção nos *prazos* eram basicamente de ordem feudal. O chefe africano pagava um tributo em gênero ao *prazero*: manteiga, estofos tecidos localmente, mel, tabaco, açúcar, gado de grande e de pequeno porte,

38 Para o texto integral do tratado, ver J. Coelho, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. V, p. 290-292.

39 A. F. Isaacman, 1972*b*, cap. 2; M. D. D. Newitt, 1973, cap. 4.

40 A. F. Isaacman, 1969.

FIGURA 22.6 O padre Gonçalo da Silveira que introduziu o cristianismo no Império Mutapa em 1560. Foi morto sob as ordens do imperador quando se propagou o rumor de que Silveira havia conduzido uma missão de reconhecimento de invasores portugueses. [© Queen Victoria Museum, Harare].

marfim e ouro em pó[41]. Na condição de chefe *de facto*, o *prazero* adotava as práticas sociais africanas no domínio da religião e esposava mulheres pertencentes às famílias dos chefes, a fim de dissimular sua usurpação do poder tradicional africano, realçar sua imagem junto aos africanos e ultrapassar a sua principal fraqueza, a saber, a sua falta de legitimidade na política africana tradicional. Tais considerações conduziram o professor Isaacman a propor uma teoria da africanização, segundo a qual o *prazo*, como sistema fundiário português, foi tão transformado e adaptado à situação africana que se tornou completamente africano[42]. Esse processo de africanização teria começado na virada do século XVII.

Todavia, a teoria de Isaacman é dificilmente sustentável quando é sabido que o sistema do *prazo* esteve sempre mais ou menos ligado ao capitalismo mercantil. Como o próprio Isaacman sublinha, os *prazeros* serviam de intermediários no comércio entre Moçambique e a Índia e, finalmente, a Europa, pois, no século XVIII, exportaram sobretudo marfim e escravos para o Brasil e para as ilhas francesas do arquipélago Maurício. Assim, o sistema do *prazo* conservou suas ligações econômicas com a Europa e, então, podemos dizer que a sociedade dos *prazeros* guardou, mesmo em sua fase decadente, algo de não africano. Além disso, a organização interna dos *prazos* comportava certos aspectos que dificilmente poderíamos qualificar de africanos, em especial, a coexistência do colono e da *chikunda* (exército de escravos). Mesmo no ápice da pretendida mutação em instituição africana do sistema do *prazo*, um processo inverso estava em curso, aquele da desafricanização das sociedades tradicionais africanas nos *prazos*. Como o sistema do *prazo* atendia a uma demanda interna de escravos, os *prazeros* reduziram seus vizinhos africanos à escravidão e os vendiam, oprimindo colonos e escravos. Daí o surgimento de um sistema de *aringas*, onde a vida dos colonos foi tão perturbada que se tornou tênue a distinção tradicional entre colono e escravo.

Tem-se afirmado que "no que concerne à administração cotidiana dos colonos, a posição do *mambo* ficou praticamente inalterada[43]". É certo que o *mambo* gozava de um certo prestígio e era obedecido por seu povo em virtude de sua relação com as linhagens fundadoras. Como destaca Isaacman, "quando um *mambo* entrava em uma aldeia, todo trabalho parava; ele era acolhido por uma chuva de aplausos, sinal tradicional de respeito e de deferência para com um

41 W. F. Rea, 1976, p. 102.

42 A. F. Isaacman, 1972*b*, p. 56-63.

43 *Id.*, 1969, p. 158.

soberano[44]". Mas isso eram apenas signos exteriores. Na verdade, era o *prazero* quem detinha a última palavra em matéria do julgamento dos litígios e das desavenças ou da nomeação do próprio chefe africano. O marfim, sobre o qual o elefante caía, não mais cabia por direito ao *mambo*, nem tampouco os "pedaços escolhidos dos outros animais mortos nas terras dele[45]". Mesmo o direito de distribuir a terra havia sido usurpado pelo *prazero*. É, pois, impossível sustentar que "a chegada do *prazero* não tenha ocasionado a destruição ou a modificação do sistema político tradicional[46]". Sem dúvida ele não foi destruído, mas consideravelmente modificado. No momento da primeira fase da colonização de Moçambique por Portugal, os *prazos* eram reservas de exploração política e econômica da região pelos mercadores portugueses, implicando, necessariamente, uma modificação das instituições políticas e sociais africanas.

A expansão geográfica dos prazos

Os *prazos* encontravam-se disseminados dos dois lados do rio Zambeze. Entretanto, havia diferenças notáveis entre os do Norte e os do Sul[47]. Esses últimos eram propriedade da Coroa portuguesa (terras da coroa), o que não era o caso dos primeiros. Os *prazeros* que estavam à frente das terras da Coroa deviam cumprir obrigações devidamente especificadas. Teoricamente, uma terra da coroa não podia ser detida por mais de três gerações e apenas podia ser transmitida pelas mulheres: não podia exceder a três léguas de comprimento e seu detentor devia pagar um aluguel anual. Os detentores dos *prazos* do Norte não eram submetidos a nenhuma dessas condições e adquiriam sua terra em virtude de um acordo direto com o chefe local. Tais divergências ocasionaram grandes diferenças de valor constatadas entre *prazos* de mesmas dimensões. Além disso, era preferível estar à frente de um *prazo* do Norte, mais próximo da feira do Zumbo, bem como, no século XVIII, das explorações auríferas dos *bares*.

O sistema do *prazo* baseava-se no trabalho de diversas categorias de escravos. O escravo de posto mais elevado era o *chuanga*[48]. Ele era "os olhos e os ouvidos" do *prazero* e, portanto, suas funções dependiam de sua lealdade. Cada aldeia tinha o seu *chuanga*, cuja função primeira era espionar os chefes tradicionais

44 *Ibid.*

45 *Ibid.*

46 *Ibid.*

47 W. F. Rea, 1976, p. 88-89.

48 A. P. de Miranda, em A. A. Andrade, 1955, p. 266-270.

e cobrar taxas e marfim. O *prazero* contava com ele para recolher informações sobre a população africana local e recrutar na vizinhança chefes africanos descontentes. O efetivo da população africana nas suas terras tinha uma importância capital para o *prazero*, que, de fato, dependia dele para a produção do ouro, para o comércio, o tributo, recebido em gênero e, frequentemente, para suas guerras de expansão territorial. A fim de ter sua autoridade respeitada, ele recorria a *chikunda*, cuja função principal era comportar-se como a polícia da população local, velar pelas leis dos *prazeros*, bem como aniquilar os atos de rebelião. Em geral, a *chikunda* podia contar com 20 a 30 homens, nos pequenos *prazos*, e até com milhares, nos grandes. A *chikunda* era dividida em *nsaka* (grupos de 10 homens) colocados sob o comando de um *sachikunda*, esse, por sua vez, sob as ordens de um *mukazambo* (chefe de escravos). Podia ter até 20 ou 30 chefes de escravos em um *prazo*, principalmente, encarregados da resolução dos litígios e da administração do *mwavi*, a prova do veneno destinada a estabelecer a culpabilidade ou a inocência de um indivíduo acusado de feitiçaria.

Em seu relatório de 1766 sobre a costa africana, Antônio Pinto de Miranda descreveu os principais métodos capazes de permitir a captura de escravos. Segundo ele, os caçadores de escravos roubavam crianças que eram vendidas em seguida aos comerciantes portugueses, aos mercadores árabes-suaílis e aos agentes africanos. No período de fome, conseguia-se que pessoas fossem vendidas como escravos ou empenhadas. Enfim, criminosos reconhecidos como culpados, prisioneiros de guerra e devedores inadimplentes tinham a mesma sorte[49]. A imagem extraída de outras fontes portuguesas é a de uma servidão voluntária.

Todavia, indicações suficientes nos levam a pensar que alguns deles que haviam sido vendidos tinham a impressão de "não serem realmente escravos, mas de servirem tal como um servo europeu que combina um salário com seu senhor sem, portanto, tornar-se seu escravo[50]". Também acontecia de terem de vender suas próprias crianças para pagarem o tributo devido aos *prazeros*; nesse caso, a criança só poderia ser resgatada em troca de um escravo. De todo modo, alguns chefes e colonos não tiveram outra escolha, senão vender seus dependentes.

O declínio do sistema do prazo

Por várias razões, o sistema do *prazo* declinou ao longo da segunda metade do século XVIII. Primeiramente, a autoridade do *prazero* era mal delimitada em

49 *Ibid.*

50 *Ibid.*

FIGURA 22.7 Os prazos do baixo vale do Zambeze [Fonte: segundo M. D. D. Newitt, 1973, p. 59. Adaptado com a estimada autorização de Longman Group UK Ltd.]

relação à do chefe africano tradicional[51]. Frequentemente, o *prazero* aproveitava disso para abusar de seu poder e obrigar os camponeses africanos a lhe venderem, com exclusividade, seus produtos agrícolas, a preços artificialmente baixos; ele os submetia também a pesados impostos, os torturava e cometia "centenas de atrocidades sangrentas e ferozes, e assassinatos cruéis, dos quais as autoridades governamentais nunca ficaram cientes[52]". Os colonos reagiram violentamente revoltando-se contra sua autoridade e até mesmo exilando-se. Miranda chama a nossa atenção para as tentativas de revoltas de escravos e para os *mussitos* (bastiões de escravos fugitivos), por volta do final do século XVIII. Essas revoltas e partidas trouxeram consigo o declínio da produção agrícola, a fome e a seca[53]. O *prazero* e seus exércitos de escravos contavam, para se alimentarem, com a produção dos camponeses; a *chikunda* usava da força para lhes extorquir víveres, e os colonos, mais uma vez, deixaram os *prazos* para procurarem alimentos e segurança em outro lugar.

O tráfico de escravos foi um outro fator que contribuiu para o declínio do sistema do *prazo*. O tráfico marítimo de escravos conheceu uma recrudescência nos anos 1640, após a ocupação de Angola pelos holandeses[54]. O abastecimento de escravos angolanos no Brasil foi interrompido e Lisboa foi obrigada a se voltar para a África do Sudeste. Em seguida, nos anos 1730, a implementação da economia de *plantation* nas ilhas francesas Mascarenhas criou uma demanda suplementar por escravos. Entretanto, malgrado todas essas novas demandas, o número de escravos "exportados" desde o Sul do Zambeze era relativamente modesto em 1752: 300 provenientes do Zambeze e 200 de Sofala. Um missionário alemão que viveu na região em 1758-1759 também observou que: "poucos escravos eram enviados além-mar e tal destino era julgado tão abominável que os condenados preferiam se suicidar para se livrarem dele[55]." Todavia, por volta do fim do século XVIII, o tráfico de escravos tomou tal amplitude que os *prazeros* do vale do Zambeze viram nisso uma oportunidade para se enriquecerem. Organizaram verdadeiras incursões nos territórios chewa, nsenga e manganja, de onde levaram caravanas inteiras de escravos. Também começaram a vender os escravos de suas propriedades, minando, assim, o próprio fundamento do sistema do *prazo*. Entretanto, o restante da região do Zambeze, salvo o vale, foi pouco

51 *Ibid*.

52 A. F. Isaacman, 1969, p. 170.

53 A. P. de Miranda, em A. A. Andrade, 1955, p. 266-270.

54 *Ibid*.

55 W. F. Rea, 1976, p. 117-118.

tocado pelo tráfico de escravos. O declínio dos *prazos* do Sul do Zambeze foi antes precipitado pelo crescimento, na segunda metade do século XVII, de uma nova entidade: a dinastia rozwi dos changamire.

O Império Rozwi

As origens do Império Rozwi permanecem obscuras, e o problema complica-se pelo fato de o nome changamire, associado ao fundador desse império na segunda metade do século XVII, ser mencionado desde o século XV[56]. Foram encontradas algumas referências pontuais sobre uma dinastia changamire no século XVI e "a última vez que ouvimos falar desses primeiros changamire foi na ocasião de sua derrota em 1547-1548[57]". Todavia, parece existir um certo consenso em quatro pontos[58]: primeiramente, os rozwi eram parte integrante dos históricos karanga, do Império Mutapa, até terem se apartado, no século XVII, e adquirido uma identidade separada; em segundo lugar, "o termo rozwi primeiramente tem sido empregado para designar uma parte destes históricos karanga, ligados à ascensão, entre 1684 e 1695, do *changamire* Dombo I[59]"; em terceiro, a criação do Império Rozwi foi obra desse último; em quarto, a denominação rozwi, derivada do verbo shona *kurozva* (destruir), ou foi adotada pelos "partidários de Dombo [...] por vaidade[60]", após as destruições cometidas por eles durante suas guerras de conquista, ou lhes foi conferida, como apelido, por suas vítimas.

Entre 1684 e 1695, Dombo Changamire aos poucos subiu ao poder no Nordeste[61], sob condições ainda obscuras. Era um pastor dos imperadores mutapa, que se rebelara dirigindo-se com seus partidários, primeiro, ao Estado de *Torwa*, no Sudoeste, depois, aos Reinos de Manica e de Uteve, no Leste[62]. Os comerciantes portugueses, ao mesmo tempo em que se encontravam conquistando estas regiões, foram expulsos do Reino de Maungwe, em 1684, da zona dos planaltos, em 1693, e do Reino de Manica, em 1695. Refugiaram-se no Zumbo,

56 D. de Alcacova ao rei, Cochin, 20 de novembro de 1506, em *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central*, 1497-1840, vol. I, p. 393.

57 D. N. Beach, 1980*a*, p. 228.

58 S. I. Mudenge, 1974*a*.

59 *Ibid.*

60 *Ibid.*

61 D. N. Beach, 1980*a*, p. 228-231.

62 *Ibid.*

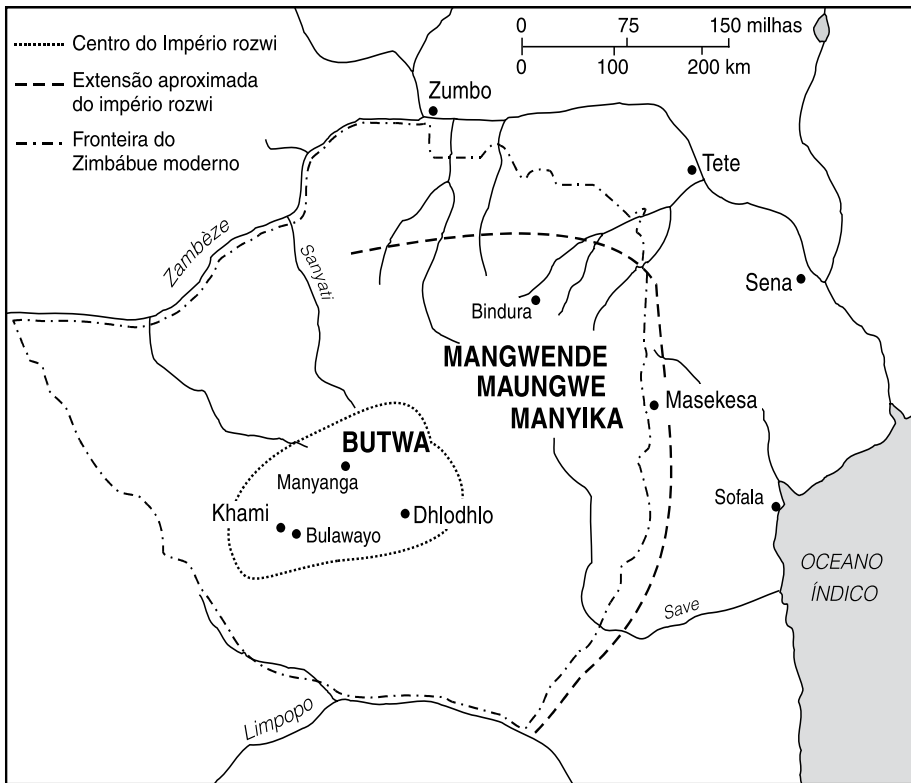



FIGURA 22.8 O Império Rozwi [Fonte: segundo D. N. Beach, 1984, p. 38.]

onde fundaram um novo estabelecimento em 1710, depois, retornaram ao seu antigo centro de Masekasa, no Manica. Mas já haviam entendido tacitamente que estavam sob a autoridade dos *changamire*, chefes supremos rozwi. Assim, os dirigentes rozwi puderam criar um império que se estendia até Buhera, Bocha, Duma, e as altas terras do Sudeste. No Noroeste, o Império era circunscrito pelo *veld* arenoso, no Norte, pelos solos sódicos e, no Sudoeste, pelo baixo *veld*[63]. Seu núcleo central, provavelmente, era o mesmo que o dos ndebele, que lhes sucederam por volta de 1840. Sua capital foi primeiramente instalada em Danangombe, mas parece que, posteriormente, os imperadores rozwi teriam vivido por vezes em Khami e em Natetale.

63 *Ibid*., p. 236.

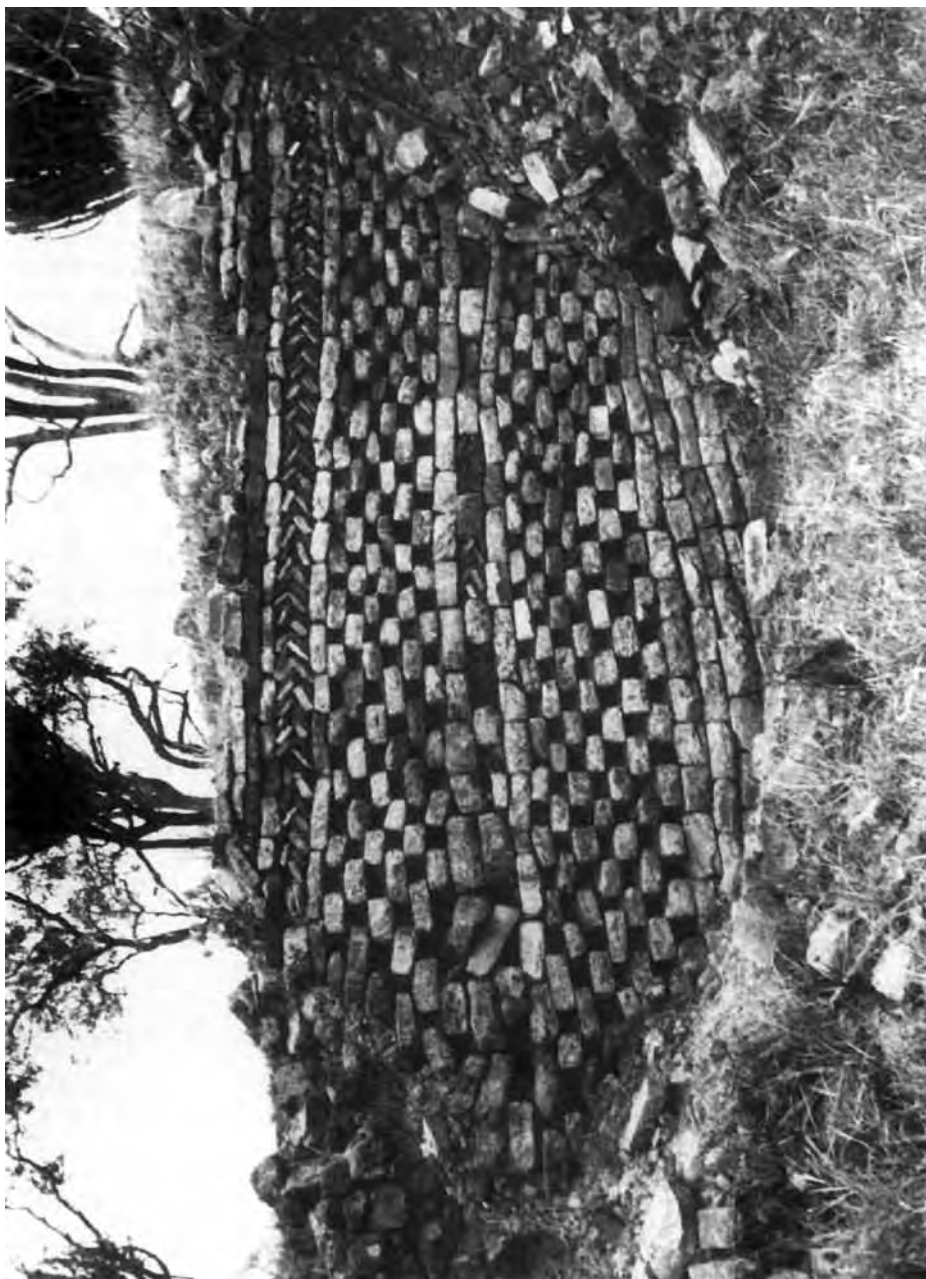



FIGURA 22.9 Muro decorativo em Danangombe, cidade provavelmente construída no século XVII para ser um dos centros do Estado de Torwa. Aproximadamente em 1630-1640, tornou-se capital, após o incêndio que destruiu Khami. Sua população é estimada em cerca de 2.000 habitantes. [© Queen Victoria Museum, Harare.]

Uma narrativa do século XIX nos permite imaginar a capital rozwi[64], mas, provavelmente, ela não mudara muito nos séculos XVII e XVIII. Segundo tal descrição, o palácio real era constituído de três grandes casas de pedra, cada uma delas contendo numerosos cômodos onde o imperador rozwi armazenava seus bens. As casas eram cercadas por muros feitos de presas de elefante. O *changamire* rozwi possuía numerosos fuzis, adquiridos juntos aos mercadores portugueses de Sena. Ele criava "porcos e cachorros de raça"; além disso, ele

> não come nenhum alimento fresco, apenas comida envelhecida e bebe sozinho o seu *pombe*. Certos dias, ele sai para caçar com seus cortesãos; outras vezes, envia seus caçadores. Quando de sua morte, ele é enterrado em sua casa e não há nem lamentações nem luto, pois a partir do dia seguinte ao seu falecimento, suas mulheres apresentam aos anciões um novo *changamire* escolhido por elas, e a primeira esposa o coroa com dois toques [...] [65].

Os rozwi conservaram sua identidade de elite estrangeira em meio a um povo que partilhava o mesmo totem *moyo* (coração), tendo sido seus aliados durante as guerras de conquista das populações de língua kalanga, bem como durante aquelas do Estado de Torwa.

A administração provincial

A fim de preservarem o império, os imperadores rozwi empregaram os mesmos métodos que os mutapa. Notadamente, recorreram à atribuição de terras, ao tributo, à religião e ao treinamento de um exército eficaz.

Distribuíam terras aos chefes recentemente instalados e lhes cobravam um tributo. Também manipulavam a classe sacerdotal na ocasião da instalação dos chefes, das práticas de libação e de diversos cultos dos espíritos. Introduziram um certo número de inovações, em matéria de religião e da coleta do tributo. Sob o reinado dos imperadores mutapa, vimos que os chefes tributários tinham o hábito de encaminhar o tributo diretamente ao palácio real. Ao contrário, os imperadores rozwi tiveram um sistema de tributo organizado em forma de pirâmide hierárquica, cuja base era a aldeia e o cume, o palácio. O principal oficial e comandante do exército, o *tumbare*, vigiava a coleta do tributo em todo o Império, despachando brigadas especiais de arrecadadores nas províncias e

64 A. H. U. Lisbon Moc. Caixa 2, João Julião da Silva, Sofala, 8 de agosto de 1844. "Memória respectiva a villa de Sofala" (1836-1847).

65 A. H. U. Moc. Caixa 7, "Descrição corográfica do reino de Manhica, seus costumes e leis" (1794).

nas aldeias. A arrecadação do tributo era, portanto, uma função especializada da administração geral do Império. Certos arrecadadores beneficiavam-se do apoio do exército.

Os rozwi estabeleceram um sistema religioso completamente diferente daquele do *mhondoro* (médiuns espíritas) dos shona do Norte e do Leste. O culto rozwi de Mwari, a "divindade dos oráculos", era fundado na crença em um deus supremo que se manifestava por intermédio de fenômenos naturais, tais como o raio ou os terremotos. Os principais celebrantes do oráculo Mwari eram a Boca, a Orelha, o Olho, cuja missão primeira consistia na recolha das informações. Os imperadores rozwi manipulavam o culto de Mwari para fins políticos.

A eficácia proverbial do exército rozwi pede um certo número de esclarecimentos. No século XVIII, os observadores portugueses não cessaram de elogiar a disciplina e a eficácia que aí reinavam; os soldados eram geralmente bem equipados de arcos e flechas, facões, zagaias, machados de guerra e cacheira. Sua organização parecia muito com a do exército de Shaka, rei zulu do século XIX[66]. Como os zulus, os rozwi dividiram seu exército em regimentos e adotaram uma formação de combate em meio círculo. Todavia, em algumas circunstâncias, acontecia-lhes de abandonar esse método. Um caso típico foi o da batalha de Maungwe, em 1684, que assistiu a vitória do hábil e astucioso Dombo Changamire sobre os portugueses, enganados "por seus estratagemas[67]". O exército rozwi, como os da maior parte das sociedades pré-coloniais africanas, praticava certos ritos para investir-se de ardor, bravura e confiança, antes da hora da batalha. Os portugueses passaram a acreditar que o imperador rozwi "tinha um óleo mágico que lhe permitia matar quem quer que fosse pelo simples toque[68]". Sem dúvida, essa crença e outras parecidas desempenharam um papel importante nas vitórias militares rozwi.

As qualidades guerreiras desse exército podem ser explicadas pelo treinamento intensivo ao qual os soldados eram submetidos, comportando exercícios militares e práticas de tiro ao alvo. As características do seu treinamento e da sua hierarquia conduziram certos historiadores a evocarem a organização e a terminologia do exército romano[69]. Entretanto, como já indicamos, é mais

66 S. I. Mudenge, 1974*b*, p. 378.

67 *Ibid.*, p. 379.

68 *Ibid.*

69 *Ibid.*, p. 377.

provável que elas se assemelhem mais às do exército zulu, ndebele e sotho, do começo do século XIX.

Uma outra característica do exército rozwi, que foi um tanto exagerada, é a sua lendária invencibilidade. A vitória sobre os portugueses no fim do século XVII é frequentemente citada como exemplo. Mas, se esquece de alocar esses sucessos militares no contexto do conjunto da presença portuguesa na África Central e Oriental ao longo deste período. Para sobreviverem ao longo da costa leste-africana, os portugueses conduziram, então, um combate que, aproximadamente, durou de 1650 a 1729, ano da destruição de sua fortaleza de Mombaça pelo sultão de Oman[70]. Este, tendo se instalado na ilha de Paté, lançou infrutíferas expedições militares contra Mombaça e Moçambique, respectivamente, em 1661 e 1670. Em março de 1696, uma frota de Mascate, reforçada em Paté, sitiou o Forte Jesus, em Mombaça. O Forte caiu, marcando então o fim do domínio português na costa leste da África, ao Norte do Cabo Delgado[71]. Em outros termos, o que os *changamire* rozwi encontraram na região Sul do Zambeze não representava a totalidade da potência militar portuguesa organizada. De fato, os portugueses tentavam, então, restabelecer sua hegemonia na costa oriental da África. Por consequência, nesta época, a derrota dos portugueses frente aos rozwi dificilmente pode ser tomada como um indício da eficácia do exército rozwi.

Na verdade, o empenho militar luso ao Sul do Zambeze apoiava-se basicamente nos *prazeros*, os quais se encontravam dilacerados por interesses econômicos assaz contraditórios. Os *prazeros* tinham também semeado a discórdia na maioria das sociedades africanas, em particular, nas terras mutapa e no Reino de Uteve. Se tais fatores forem esquecidos, torna-se fácil exagerar a eficácia da máquina de guerra dos rozwi, ao se avaliar a glória e a potência deste Império.

A Economia

A agricultura

Os principais setores de atividade nas sociedades shona eram a agricultura, a criação de animais domésticos, a colheita, a pesca e o trabalho dos metais, aos quais se juntava o comércio longínquo e inter-regional. Os shona cultivavam

70 C. R. Boxer e C. de Azevedo, 1960.

71 *Ibid.*, G. S. P. Freeman-Grenville, 1963, p. 141-142.

três cereais principais: o milhete vermelho, o milhete perolado e xerófilo, além de diversas variedades de sorgo[72]. A unidade de produção era constituída pela família restrita e não há provas incontestáveis de que a divisão do trabalho era estritamente estabelecida em função do sexo, como certos autores têm dado a entender[73]. Certos testemunhos existentes nos fazem pensar que a situação variava de uma sociedade para outra. Em algumas, como o observou Barber, "os homens adultos da comunidade eram encarregados da construção dos abrigos, do arroteamento e da preparação das novas terras[74]", ao passo que as mulheres semeavam e cultivavam os campos. Juntos, homens e mulheres coletavam. Em outros termos, os homens cumpriam as tarefas mais pesadas do ciclo agrícola, deixando as mais leves para as mulheres; tudo isso era mais animado por um espírito de cooperação do que por uma estrita divisão do trabalho. Todavia, no quadro de outras sociedades, como a dos hlengwe do baixo *veld*, havia uma certa divisão do trabalho: os homens adultos consagravam o essencial de seu tempo à captura da caça, ao passo que os jovens cuidavam do gado e as mulheres cultivavam os campos.

A estação de sulcagem ia de setembro a novembro e o instrumento de base era a enxada. Dados os limites inerentes a esse instrumento agrícola, era preciso praticar a agricultura itinerante, ou seja, abandonar a terra exaurida e arrotear novas. Era preciso, então, "arrotear a mata, queimá-la e deixar as cinzas fertilizarem a terra[75]". Repreendeu-se essa técnica da queimada por destruir o solo. Porém, como lorde Hailey observou no seu *African survey*, não se tratava "de uma técnica bárbara, mas de uma concessão feita à natureza do solo[76]." A agricultura shona, como a maioria das economias agrárias pré-coloniais, estava adaptada às condições locais e, portanto, adotava numerosas técnicas da agricultura itinerante.

O período de 1500-1800 foi o da introdução progressiva, ao Sul do Zambeze, de novas culturas importadas da Europa e da Ásia, sobretudo, ao longo da costa e nas regiões onde os portugueses estavam instalados. Em Sofala e no Baixo Zambeze, na região situada entre o Tendaculo e o Luabo, os camponeses africanos cultivavam o arroz e os inhames, sem que jamais tais produtos tivessem

72 D. N. Beach, 1977, p. 41.
73 W. J. Barber, 1964, p. 46.
74 *Ibid.*
75 *Ibid.*, p.45.
76 *Ibid.*, 1964, p. 45.

constituído a base de sua alimentação[77]. Também cultivavam a cana-de-açúcar e comiam esse produto em vez de produzirem o açúcar, pois não possuíam nem os conhecimentos nem o material necessário para isso. Do mesmo modo, plantavam numerosas árvores frutíferas, da Índia e de Portugal, que lhes davam figos, abacaxis, goiabas, mamão e laranjas; também colhiam melões, pepinos, batatas-doces e limões. Alguns desses frutos cresciam espontaneamente na mata, como observou João dos Santos em 1596:

> Em dois lugares ao longo do rio Sofala, há duas moitas cheias de laranjeiras e de limoeiros que não pertencem a ninguém e das quais podemos colher os frutos livremente; os limões são tão abundantes que os cafres [africanos] enchem barcos inteiros disso. Descem o rio para vendê-los por quase nada, em Sofala. Os habitantes da fortaleza os salgam em barris e em potes que são enviados à Índia, onde os limões são muito estimados e consumidos com arroz[78].

Portanto, parece que a cultura destes frutos exóticos fora principalmente estimulada pela demanda dos comerciantes estrangeiros. Outras indicações nos fazem pensar que, em abril e maio, se cultivava o trigo no Reino de Manica. Segundo o padre Gaspar Macedo, o rendimento era bom, pois um só grão de trigo dava "cinquenta espigas[79]". Desde 1778, ter-se-ía começado a cultivar o amendoim no Manica[80].

Além dos cereais e dos frutos, "dois legumes secos eram cultivados em todos os lugares, notadamente, o *voandzou* ou ervilha bambara (*Voandzeia subterranea*) e o niébé (*Vigna unquiculata*) [81]". Como já havíamos indicado, nenhuma das culturas importadas da Europa ou da Ásia jamais constituiu o regime de base dos shona. Por outro lado, o milho, introduzido na região do Sul do Zambeze, no decorrer do século XVIII, aos poucos alcançou o milhete e o sorgo, tornando-se, no século XX, um dos alimentos de base dos shona, sobretudo nas cidades.

O Nyanga

A economia agrária das regiões do Nyanga e do baixo *veld* apresentava numerosas diferenças em relação à do planalto. As terras altas do Nyanga eram

77 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 269.

78 *Ibid.*, p. 190.

79 G. Macedo, 1890, p. 150.

80 J. Baptista Moutaury, em A. A. Andrade, 1955, p. 362.

81 W. G. L. Randles, 1979, p. 49.

caracterizadas pela presença de solos pobres e de grandes vertentes. A maior parte do Norte do Nyanga era constituída por terraços, feitos de muretas de pedra secas, contendo cerca de um metro de altura. Eram construídos no flanco da encosta para "simplesmente conservar o solo e se livrar das pedras[82]". Em outras palavras, a construção de terraços era uma forma de vencer um meio precário, empregado, ao menos, por três séculos, até 1880. É possível que esses múltiplos terraços "correspondam, na verdade, a numerosos anos, ao longo dos quais os camponeses praticaram uma agricultura de pequena escala[83]". Alguns indícios nos levam a pensar que se recorria a um pouco de irrigação, mas unicamente de forma acessória, pois a região do Nyanga se beneficiava, geralmente, de uma boa pluviosidade anual. É mais provável que, na estação seca, a irrigação das plantações de legumes, milho e de bananas, atualmente ainda praticada nessa região, venha de uma tradição agrícola que remonta ao século XVIII. Deste modo, o corte de terraços abaixo das vertentes e a prática das culturas de acordo com as curvas de nível nos vales da região do Nyanga, provavelmente também vêm desta tradição. Segundo Roger Summers, os tonga-sena praticavam esse tipo de agricultura antes de serem absorvidos pela sociedade manica, no século XVIII[84].

O baixo veld

A economia do baixo *veld* era diferente. Aqui, uma população local, os hlengwe, dedicava-se principalmente à caça, à colheita, à pesca e, de maneira secundária, à agricultura[85]. Visto a fraqueza das precipitações anuais, a colheita desempenhava, e desempenha ainda hoje, um papel importante na economia da região. Os frutos colhidos eram principalmente aqueles dos quais se obtinham bebidas, notadamente, o *nkanyi* (*Sclerocaryacaffra*); o *mahanga* (*Hiphaene natalenis*), cuja seiva era usava na fabricação de um vinho inebriante chamado *njemani* ou *chemwa*; a árvore do *kwaka* (*Strychnos madagascariensis*) e o fruto do baobá. Eles eram colhidos pelas mulheres e crianças, ao passo que os homens caçavam animais de grande porte. Os primeiros matavam ratos e apanhavam larvas prateadas nas árvores, bem como gafanhotos.

82 J. E. G. Sutton, 1983, p. 12.

83 *Ibid.*

84 *Ibid.*

85 J. H. Bannerman, 1981.

Os hlengwe sempre foram excelentes caçadores. A propósito do baixo *veld*, muito rico em numerosas espécies de animais, fala-se que era "o paraíso dos caçadores[86]". A pesca era igualmente uma atividade importante. Os rios do baixo *veld* transbordavam de peixes, o que, aliás, continua acontecendo até hoje. De mesmo modo que a caça, a pesca era praticada principalmente pelos homens durante todo o ano. O meio mais eficaz para se conseguir uma grande quantidade de peixe consistia na utilização de redes de caniço, engenhosamente colocadas na confluência dos regatos. Também se pedia aos jovens e, às vezes, às mulheres que marchassem nas águas, rio abaixo, para obrigar o peixe a refluir às redes. Entretanto, é preciso notar que a diferença entre a caça e a pesca, praticadas pelos hlengwe e pelo resto dos povos que viviam na região do Sul do Zambeze neste período, era apenas uma questão de grau, pois essas duas atividades eram exercidas tanto nos planaltos quanto nos reinos costeiros. A propósito da pesca, no fim do século XVI, João dos Santos notou que "no inverno, quando o rio Sofala sobe, frequentemente acontece de ele sair de seu leito e inundar os campos; os poços deixados por ele ao se retrair ficam então cheios de peixes[87]". Em seguida, ele descreve os diferentes tipos de peixes: a região do Nyanga era, e até hoje continua sendo, reputada por sua truta. Tanto no passado quanto no presente, pescava-se em todos os cursos de água, grandes ou pequenos, no Sul do Zambeze.

Tal como no caso da pesca, os hlengwe do baixo *veld* não eram os únicos a caçarem para garantir a sobrevivência. Em diversos lugares do Império Mutapa, os homens perseguiam inúmeras espécies de animais, tais como o leão, o tigre, o leopardo, o rinoceronte, o elefante, o búfalo, a vaca selvagem, o alce e o gnu, para citar apenas alguns. Podia-se matar qualquer animal para a alimentação. Na mata, nas cercanias dos campos, encontravam-se centenas de galinhas-d'angola. Os caçadores profissionais utilizavam armadilhas e armas tradicionais (lanças, cacetes, arcos e flechas) para matar suas presas. Todavia, com a chegada das armas de fogo, introduzidas pelos portugueses no início do século XVI, tornaram-se mais eficazes.

Seria incorreto dar uma falsa impressão perpetuando o "mito segundo o qual os hlengwe eram apenas caçadores[88]". A capacidade de diferenciar vários tipos de solo mostra que, tal como os shona, localizados alhures, no Sul do Zambeze, eles atribuíam a mesma importância à agricultura. Os solos eram diferenciados

86 *Ibid.*

87 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 264.

88 J. H. Bannerman, 1981, p. 19.

basicamente em função de sua propensão para reter a umidade[89]. Os solos arenosos sobre os quais construíam suas habitações eram chamados de *nthlava*. Esse tipo de solo era propício para a cultura do pepino, da abóbora, do niébé, do *voandzou* e dos amendoins. Nele também cultivavam o milho e o sorgo, porém nos vales ou nas cercanias, onde, dada a irregularidade das precipitações, a abundância de orvalho favorecia consideravelmente o crescimento do sorgo. Os hlengwe chamavam os solos basálticos de *tsovolo*. Era um tipo de solo fértil no qual cultivavam o milho e vários tipos de legumes. Em relação aos outros tipos de solo, em uma região irrigada de forma irregular, este possui a vantagem de reter a umidade por muito tempo após as chuvas fortes – elemento essencial para a cultura do milho, por precisar muito de água. Numa região irregularmente regada, parece que nunca faltaram terras aos hlengwe e que a irregularidade das precipitações fora o único problema encontrado. Nos bons anos, os camponeses produziam excedentes de cereais que, "talvez nem sempre têm sido o suficiente para atravessarem os anos das vacas magras, mas certamente têm contribuído para melhorar a situação[90]".

Opiniões diversas vêm sendo expostas quanto à eficácia das economias agrárias das sociedades shona entre 1500 e 1800. Em 1569, o padre Monclaro repreendeu os camponeses africanos por "sua falta de previdência, pendendo-os para o desperdício, e sua tendência para rapidamente dispensar o fruto das novas colheitas nas festas e bebidas[91]". Todavia, em 1648, Antônio Gomes observou que eles produziam excedentes que duravam até o ano seguinte; além disso, "nunca viam o fundo de seus cofres de grãos[92]". Inversamente, em 1667, Manuel Barreto sustentou que os africanos "não tem e não podem ter a menor provisão de um ano para o outro[93]". Em 1696, Antônio da Conceição observou que, no Império Mutapa, as pessoas

> têm sua própria propriedade rural e o rei tem uma propriedade cultivada por seus cafres, estendida ao infinito e da qual, às vezes, ele cuida pessoalmente, mas de maneira solene. Ele recolhe tantos alimentos que pode viver na abundância e, até mesmo, no luxo, tal como suas mulheres.

89 *Ibid.*, conversa com minha mãe, Pertenia Kwatini Bhila (cerca de 67 ou 68 anos), 19 maio 1985, Borrowdale.

90 J. H. Bannerman, 1981, p. 19.

91 Padre Monclaros, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 231.

92 A. Gomes, 1959, p. 220.

93 M. Barreto, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 478.

Aprendemos igualmente com o padre Julio César, recebido no palácio mutapa em 1620, que o imperador atribuía muita importância à agricultura. Relatou que os mutapa não menosprezavam os agricultores, ao contrário: ele nos mostra ter se despedido rapidamente, porque o imperador queria "estar disponível para suas atividades agrícolas, pois era a época das semeaduras[94]".

Tais contraditórias declarações dos observadores portugueses sublinham claramente a necessidade de se atentar às datas e aos lugares ao se discutir a eficácia da agricultura pré-colonial a Sul do Zambeze. Os testemunhos supracitados, que se aplicam a alguns anos bem precisos e a determinados lugares da região, não poderiam justificar as generalizações. O problema da fome e da seca também deve ser alocado em seu contexto temporal e geográfico. Como mostraremos mais adiante, as guerras de agressão, conduzidas por Portugal ao longo do século XVII, provocaram a carestia de alimentos, obrigando os camponeses a abandonarem suas terras. Possivelmente, Barreto se refere a um lugar do reino de Maungwe onde, em 1667, os portugueses e os árabes-suaílis disputavam a supremacia comercial. Do mesmo modo, o autor anônimo do século XVIII pensava sobretudo na situação do Reino de Manica ou, provavelmente, na fome que castigou uma certa região do reino. É necessário nos determos um pouco sobre o tema das frequentes carestias de alimentos e da imprevidência dos camponeses africanos, à medida que as narrativas portuguesas sobre esse tema – do período entre 1500 e 1800, e mais tarde – têm conduzido certos historiadores, como David Beach, a abusarem das generalizações sobre a fome, a Sul do Zambeze, antes da (e durante a) colonização.

Beach qualificou a agricultura shona pré-colonial de "útil, porém perigosamente estática[95]". Ele explica essa situação pelo fato de não existir "nenhum mecanismo de seleção das culturas e dos solos, nem nenhuma capacidade de prever a *shangwa* (fome), a fim de evitar estes desastres, quer eles sejam causados pelo clima, pelos gafanhotos ou por outros flagelos[96]". Além disso, o historiador afirma que os celeiros para os grãos não podiam "conter suficientemente os cereais para nutrir a população por todo o período das *shangwa* mais terríveis[97]". Primeiramente, é preciso notar que as próprias sociedades shona não eram "estáticas". Elas mantinham contatos entre elas e com outras sociedades africanas vizinhas; com os árabes-suaílis, desde o século X, até mesmo antes,

94 A. da Conceição, p. 66.

95 D. N. Beach, 1984, p. 40.

96 *Ibid.*

97 *Ibid.*

e com os portugueses, a partir do início do século XVI. Entre os shona esses contatos significam uma vontade de modificar suas condições de vida material através do escambo e da troca. Como já notamos, os camponeses shona adotaram novas culturas durante todo o período compreendido entre 1500 e 1800. Por consequência, dificilmente se pode falar de uma economia agrária estática na época pré-colonial. Aliás, quanto à natureza estática das economias agrárias africanas, os mitos já foram desmentidos por A. G. Hopkins, no caso da África do Oeste. Como ele observou com toda razão "no período pré-colonial, a história agrícola é feita antes de inovações que de estagnações. O postulado de uma economia estática, congelada desde a origem da história africana, é dificilmente defensável e o eterno conceito de sociedade 'tradicional' deve ser manejado com precaução ou, melhor ainda, decididamente abandonado. Ainda que os contatos com outros continentes tenham ocasionado a introdução de algumas ervas daninhas, como a grama-de-ponta, é indubitável que, afinal de contas, a África do Oeste beneficiou-se largamente com a importação de sementes e plantas. As novas culturas ofereceram aos africanos os meios para melhorarem a alimentação, para reduzirem o risco da fome e para a sobrevivência de uma população mais numerosa[98]".

A ideia de que os camponeses shona eram vítimas impotentes das secas e das carestias de alimentos tornou-se obsoleta. O Dr. Richard Mutetwa mostrou que, por exemplo, o povo duma, no Sudeste, "dispunha de vários métodos para prever as secas[99]". Tal povo também possuía vários meios de lutar contra a fome, notadamente, o escambo do sal, da carne, de presas de elefante, tapetes, potes, cestos, lanças, flechas ou joias, em troca de cereais ou, às vezes, a mendicância. No período de escassez, os shona também conseguiam cereais pelo sistema chamado de *mukomondera*[100], o qual lhes permitia tomar emprestados os cereais, sendo entendido que os reembolsariam sem juros na boa estação seguinte. Em situações difíceis, um homem empenhava sua filha. Não se deve esquecer que os outros setores de produção, em especial, a caça, a pesca e a colheita, não haviam desaparecido após a introdução das novas culturas; encontravam-se adaptados à nova economia agrária, permitindo-lhes consideravelmente a lutarem contra a seca e a fome.

Em seu estudo, Mutetwa também mostrou de maneira convincente que a estocagem dos gêneros alimentícios não implicava sérios problemas, pois o pro-

98 A. G. Hopkins, 1983, p. 31.

99 R. G. Mutetwa, 1976, p. 138-239.

100 *Ibid.*

duto das três culturas básicas dos shona, a saber, o milhete, o milhete perolado e o sorgo, podia perfeitamente ser estocado por mais de três ou quatro anos[101]. Observando que a umidade aumentava nos cofres de grãos na estação das chuvas, o que fazia apodrecerem os cereais ou favorecia a penetração das brocas, Beach não se deu conta o suficiente das precauções tomadas pelos camponeses shona para preservarem seus cereais. De fato, seus cofres eram cuidadosamente estucados "no interior e hermeticamente selados[102]" para impedir qualquer entrada de ar. Eram colocados sobre rochedos descobertos para ficarem fora do alcance das térmitas, ou, se não havia isso, sobre potes suficientemente altos para que a presença das térmitas fosse detectada antes que tivessem tempo de causar estragos. Talvez fosse arriscado, como Mutetwa justamente o observou, "conferir muita importância aos anos da seca, em detrimento dos anos normais ou acima da média, e, pode-se acrescentar, sem levar em conta datas e lugares[103]". Se traçarmos paralelos com aquilo que se passava alhures na África, quanto à eficácia da agricultura pré-colonial, somos levados a pensar que não mais se justifica falar da incapacidade da agricultura shona em responder às necessidades dos camponeses. Como sustentou Walter Rodney, na maioria das sociedades africanas, a cultura das terras intensificou-se, não obstante as periódicas carestias de alimentos[104]. Em um outro contexto histórico, Miracle observou: "Temos muito que aprender sobre as economias tribais da África tropical, porém cada vez é mais manifesto que devemos rever um certo número de estereótipos atuais a respeito delas[105]". Tal advertência sobre a agricultura camponesa pré-colonial é mais válida para a região dos shona do que para qualquer outra parte.

A criação de animais domésticos

A criação de animais domésticos, notadamente de carneiros, cabras e bovinos, era um componente importante da produção, tanto no Império Mutapa quanto no Império Rozwi. O peso econômico dos bovinos nas sociedades africanas tem fortemente atraído a atenção dos historiadores da economia. Estes animais forneciam a carne, o leite e o adubo, que eram utilizados ou vendidos pelos

101 *Ibid.*, p. 236-237.

102 *Ibid.*

103 *Ibid.*

104 *Ibid.*, p. 240-241. *Apud* R. G. Mutetwa, 1976

105 *Ibid.*, p. 241. *Apud* R. G. Mutetwa, 1976

agricultores[106]. A posse do gado preenchia uma função social, pois conferia ao homem um certo estatuto social. Quanto mais importante fosse seu rebanho, mas ele era respeitado "não por seu apego cego a dados valores, mas por sua aptidão, em gerenciar um recurso de grande importância[107]". Em uma região comumente exposta a graves secas, os bovinos "tinham a vantagem de durarem por muito mais tempo do que os estoques de cereais[108]". Talvez seja essa a razão de o valor da troca ter sido expresso em cabeças de gado nas sociedades shona. Documentos portugueses sublinham o papel central dos bovinos na economia dos impérios Mutapa e Rozwi; seus amplos rebanhos encontravam-se, em particular, no alto *veld*, onde não eram ameaçados pela mosca tsé-tsé[109]. Tudo leva a crer que os dirigentes mutapa e *changamire* rozwi transumavam o gado. Em geral, a transumância era composta de três fatores[110]. Primeiro, importava o tamanho do rebanho: quanto maior ele fosse, mais os proprietários necessitavam de terras. As ameaças que pesavam sobre o rebanho, da época do Grande Zimbábue (século XIII-XV) até o fim do XVIII, impeliam os pastores a empreender um deslocamento anual entre o alto e o baixo *veld* durante a estação seca, a fim de procurarem os melhores pastos[111]. Conduziam seus rebanhos no alto *veld* no início da estação das chuvas, pois, alhures, tal época fazia-se acompanhar da doença trazida pela mosca tsé-tsé. Em seguida, a transumância dependia do grau de concentração dos animais em um mesmo ponto. A água e o sal eram raros e os pastos, durante a estação seca, eram frequentemente pobres e pouco abundantes no alto *veld*. Era preciso mais uma vez deslocar o rebanho para o baixo *veld.* Em outros termos, a distribuição natural dos alimentos de base determinava os deslocamentos sazonais do gado. Enfim, a transumância baseava-se em objetivos comerciais. De fato, os cultivadores e os pastores necessitavam de seus respectivos produtos e a transumância lhes fornecia a oportunidade de trocar produtos animais por cereais. Por conseguinte, às vezes essa situação gerava a explosão de conflitos entre pastores e cultivadores, quando o gado destruía as culturas. Esse fenômeno ocasionou, por sua vez, um deslocamento dos locais de transumância ou de migração para zonas completamente novas e foi assim que os pastores tornaram-se colonos.

106 W. J. Barber, 1964, p. 47.

107 A. G. Hopkins, 1983, p. 42.

108 D. N. Beach, 1984, p. 42.

109 W. G. L. Randles, 1979, p. 51.

110 Para a teoria geral da transumância, ver A. G. Hopkins, 1983, p. 41.

111 Para a prática da transumância no Sul do Zambeze, ver P. S. Garlake, 1978.

Beach cuidadosamente documentou a maioria desses movimentos de população a partir do final do século XVII e os novos estabelecimentos criados no Norte, no Leste e no Sul do planalto shona[112]. Todavia, ele explicou tais fenômenos por meio do fator demográfico. É possível que as pressões demográficas, por ele destacadas, também estivessem relacionadas à influência dos rebanhos de bovinos e à penúria dos pastos. Jeffy Guy atraiu nossa atenção para uma situação análoga no Zululândia, no último decênio do século XVIII, e sobre a importância da ecologia, do clima e da vegetação para a história[113].

Poder-se-ia dizer que a prática da transumância permitiu aos mutapa e aos rozwi a posse de grandes rebanhos. Na verdade, havia dois tipos de raças bovinas: a raça pequeno porte, criada no Nordeste e na região montanhosa do Nyanga, e a raça de porte maior, encontrada no Noroeste[114]. Contudo, a arqueologia e os documentos portugueses não nos fornecem muitas informações sobre a gestão do gado e sua distribuição entre o século XVI e o final do XVIII. As fontes portuguesas sempre mencionam o fato de o Sul do Zambeze ser "rico em bovinos e outros animais", e que os africanos "cozinhavam a carne no leite e não na água[115]". No último caso, trata-se de um exagero, não obstante; sublinha a abundância do gado na região. Um certo número destas cabeças de gado era trocado por estofos ou por outros artigos exóticos. Assim, no século XVI, os torwa de Khami comumente exportavam bovinos para o vale do Zambeze[116].

Vários testemunhos atestam o papel central da criação de bovinos na economia rozwi, entre o século XVI e XVIII. No início de 1500, Diogo de Alcacova notou que um tributo de 4.000 vacas sem chifres fora pago a um soberano mutapa por um monarca do Butwa, no Sudoeste[117]. Em 1569, o padre Monclaro comparou o tamanho dos bovinos do Butwa com o dos grandes bois da França[118]. No século XVI, o padre João dos Santos atribuiu o fraco volume da produção de ouro ao fato de os camponeses africanos dispensarem muitos esforços na lida com seus rebanhos, "que se encontravam em grandes números nestas

112 D. N. Beach, 1980*a*, cap. 8; J. Guy, 1979; J. M. Gray, 1979, cap. I

113 D. N. Beach, 1980*a*, cap. 8.

114 W. G. L. Randles, 1979, p. 51.

115 A. Gomes, 1959, p. 189.

116 D. N. Beach, 1984, p. 42.

117 Diogo de Alcacova ao Rei, Cochin, 20 de novembro de 1506, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. I, p. 64.

118 Padre Monclaro, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 237.

terras[119]". Em 1648, Antônio Gomes relatou, com um certo exagero, que as vacas do Butwa eram tão grandes que era preciso estar em pé para ordenhá-las[120].

Além dos bovinos, os camponeses africanos criavam cabras, carneiros e galinhas, que eram consumidos ou trocados. Como João dos Santos constatou no Uteve, em 1595:

> A carne que eles consumiam era a de galinhas, frequentemente inumeráveis. Os cafres criavam-nas para vendê-las aos portugueses. Em Sofala davam-lhes doze galinhas por um estofo de algodão preto, que lá vale dois tostões, no máximo, e se o comprador se desloca até eles, subindo o rio, dão dezesseis ou dezoito galinhas pela mesma peça de estofo. Há também muitos porcos domésticos criados nas casas, muitas cabras, vacas e uma abundância de carnes de caça, de porcos selvagens [...] [121].

A exploração dos metais: o ferro e o cobre

Grandes quantidades de ferro, de cobre e de chumbo foram extraídas nos impérios Mutapa e Rozwi, embora os textos disponíveis deem a impressão de que os camponeses africanos só se interessavam pela extração do ouro. Ora, eis o reflexo dos interesses dos comerciantes portugueses e árabes-suaílis. Os camponeses africanos extraíam o ferro, utilizando-o para fabricar objetos, como enxadas, zagaias e machados[122]. Os njanja de Wedza eram reputados fabricantes de enxadas[123], que eram vendidos até o Manica, em Bocha, em Bubera e no país Ndau. Também exploravam o cobre, com o qual faziam braceletes, usados no braço e no tornozelo, por homens e mulheres. Testemunhos do século XVIII nos fazem pensar que o cobre provinha de Duma, onde era encontrado em abundância. Certamente, seus habitantes não produziam grandes quantidades de cobre, porém é provável que exportassem o pouco do minério extraído: um levantamento geológico de 1952 mostrou que quatro quintos da produção total do cobre do Zimbábue provinham daí[124]. Entretanto, Urungwe, no Noroeste, também produzia quantidades consideráveis[125].

---

119 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 274.

120 A. Gomes, 1959, p. 197.

121 J. dos Santos, *op. cit.*, p. 190.

122 A. Gomes, 1959, p. 186-188.

123 J. M. Mackenzie, 1975.

124 H. H. K. Bhila, 1982, p. 40.

125 P. S. Galarke, 1983, p. 27.

O sal

A indústria do sal ocupava um lugar de grande importância na economia shona, entre 1500 e 1800, sobretudo nas regiões que não se beneficiavam suficientemente com as chuvas para desenvolver as atividades agrícolas e a criação de animais domésticos, como as do curso médio do Save, onde os trabalhadores das salinas trocavam sal por cereais[126]. Essa região era igualmente rica em argila, que fora aproveitada pelos habitantes do local para se especializarem na fabricação de cerâmica. Como no caso do sal, os potes eram trocados por cereais, em particular durante os anos de fome.

O tecido

A produção de tecidos era uma outra importante atividade econômica para os camponeses shona ao Sul do Zambeze. A cultura e a tecedura do algodão estavam em florescência, sobretudo na margem oriental do Zambeze[127]. Tal cultura também era encontrada, em menor escala, no Nordeste do alto *veld*. Os shona teciam este algodão, bem como a cortiça do baobá. A região cotonicultora do baixo *veld* era complementar a do alto *veld*, onde os bovinos abundavam. Isso determinou largamente as correntes de trocas inter-regionais.

O ouro e a prata

A existência de jazidas de prata e sua exploração, do século XVI ao XVIII, suscitaram múltiplas conjecturas da parte das autoridades portuguesas, tanto em Lisboa quanto no Sul do Zambeze, mas, ao longo do período estudado, e mesmo depois, nenhuma mina de prata foi localizada na região. Na verdade, a prata era um subproduto da exploração das jazidas de ouro, abundantes no alto *veld*, no Butwa, no Sudoeste, e em Manica e no Uteve, no Leste.

No século XVI, a quantidade de ouro presente na região do Sul do Zambeze foi assaz exagerada pelos portugueses. Em 1633, Gaspar Macedo ouviu de camponeses africanos que ninguém, até então, tinha cavado para encontrar ouro no Estado de Torwa, pois bastava apanhá-lo nos cursos de água e nas angras e trocá-lo por estofos na feira de Masekesa, no Manica. Disseram-lhe que o tesouro do rei consistia em “barras de ouro, cada uma pesando sete ou

126 H. H. K. Bhila, 1982, p. 39.

127 A. Gomes, 1959, p. 203 e 222.

oito arráteis[128]". Falava-se também que "todo o 'Mocaranga' não era mais do que uma vasta mina de ouro onde bastava cavar para encontrar o metal precioso[129]". Enfim, apesar desses exageros, é fato que o Império Mutapa continha importantes quantidades de ouro e, o que quer que tenham dito, os portugueses tiveram suas esperanças amplamente realizadas neste domínio, do início do século XVI até a segunda metade do XVII.

As referências históricas à exploração mineira dos shona nos fazem pensar que ela era sazonal. Todavia, no Reino de Manica, a Leste, a extração do ouro era feita durante todo o ano, basicamente porque lá os rios eram (e ainda são) perenes[130]. É possível que os camponeses tenham prospectado o ouro para satisfazer a demanda da aristocracia por produtos com um valor mercantil, ou para o seu próprio proveito[131].

Os shona limitavam a exploração mineira aos meses de agosto, setembro e outubro, a fim de conciliá-la com o arroteamento dos solos[132]. A agricultura era "a matriz de todas as outras atividades econômicas indígenas": um camponês podia combinar a agricultura com outros empreendimentos econômicos, como o comércio ou a exploração aurífera, que continuavam sendo atividades subsidiárias. Frequentemente, a venda do excedente dos produtos agrícolas financiava outros projetos. Uma outra razão da exploração mineira acontecer durante os meses secos do ano provinha do fato de os mineradores poderem cavar poços relativamente profundos, pois era a época da baixa do lençol freático. Além disso, era então fácil encontrar os depósitos aluviais do verão precedente, antes que eles fossem levados pelas inundações da estação seguinte.

As operações mineiras eram calcadas no modelo predominante em grande parte da África Austral. As ferramentas de base utilizadas para quebrar e extrair o minério eram o martelo grande e a picareta[133]. Esse último permitia aumentar as fissuras e as cavidades; utilizavam-no também como uma cantoneira para rebentar a rocha. Os mineradores serviam-se também de uma espécie de alavanca, constituída de um pedaço de ferro inserido em uma pesada cacheira, provavelmente engastado como o de uma enxada e utilizado como uma pica-

128 G. Macedo, 1890, p. 151.

129 A. Gomes, 1959, p. 186.

130 H. H. K. Bhila, 1982, p. 46.

131 P. Sinclair, 1977.

132 I. R. Phimister, 1976, p. 5.

133 *Ibid.*

reta[134]. Também utilizavam pás para juntar, sem riscos de perder uma parte do valor, todos os estilhaços da rocha destruída. O fogo era empregado para explorar o ouro do veeiro, como podemos deduzir através das grandes quantidades de carbono de madeira encontradas por Roger Summers em muitas minas antigas[135]. Em uma delas, ele também descobriu espécies de cubas contendo carvão, posicionadas verticalmente diante da veia. Segundo Summers, tratava-se de tipos de fornalhas que serviam para concentrar o calor contra a parede de pedra. Resfriando rapidamente a rocha quente, os shona conseguiam estilhaçá-la. Controlavam o fluxo de água fria, que era despejada com a ajuda de um vaso de argila, concebido especialmente para obter um estilhaçamento máximo da rocha. Em seguida, os mineradores usavam um recipiente de madeira para trazer o minério à superfície, onde utilizavam machadinhas para soltar os pedaços de quartzo aurífero, que eram então empilhados sobre uma fogueira e queimados. Depois, o quartzo calcinado era triturado e o ouro separado através da lavagem.

No caso do ouro aluvial, o processo de extração era organizado em torno da aldeia[136]. Durante a estação mineira, grupos de 400 ou mais mineradores reuniam-se com mulheres e crianças em um local escolhido, sob a direção de seus respectivos chefes de aldeia. A lavagem das aluviões era feita nas bacias de madeira e o ouro daí extraído era estocado em haste de caniço ou de madeira esvaziados, prontos para a troca. Os camponeses preferiam apanhar as palhetas de ouro existentes nos rios ou nas terras auríferas à extração do ouro do veeiro, pois o trabalho não necessitava de grandes profundidades e era fácil alcançar as camadas ricas em ouro; a lavagem do ouro era de baixo custo, pois os mineradores não necessitavam da enxada para quebrar a rocha e nem comprar ou procurar madeira para as fogueiras. Além disso, o trabalho que consistia na recolha das palhetas, acima mencionado, não necessitava nem da trituração nem do abrasamento das rochas e não mais expunha os mineradores aos perigos dos túneis cavados em solos frágeis, que regularmente desmoronavam.

Os imperadores mutapa e rozwi exerciam um controle estrito da produção de ouro em seus respectivos territórios[137]. Estima-se que, aproximadamente, a metade do ouro extraído no Império Mutapa era diretamente confiscada pela

134 *Ibid.*

135 *Ibid.*

136 M. Barreto, 1899, p. 491.

137 A. Gomes, 1959, p. 186; G. Macedo, 1890, p. 148-149; J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 280-281.

elite no poder. Aquele que descobria por acaso uma jazida devia cobri-la imediatamente e avisar ao chefe local. Em 1648, Antônio Gomes escreveu sobre isso: “O que quer que lhes tenha sido prometido por um português, eles jamais revelariam o local da jazida e apesar de sua insistência nenhum português, conseguiu até hoje obter a menor indicação[138].” Aquele que transgredia a essa regra, era punido com a morte[139]. Os soberanos mutapa e rozwi não queriam que os portugueses que negociavam com seus impérios conhecessem a localização das minas de ouro, pois isso poderia lhes despertar veleidades de conquista. Além disso, o controle das minas permitia-lhes impor aos seus súditos melhores termos para a troca.

O declínio da produção de ouro no século XVII

Os perigos inerentes à exploração aurífera explicam não só a fraqueza da produção, mas também o seu declínio no século XVII[140]. Por vezes, a água inundava os poços e afogava os mineradores. Ademais, nesse século, os mineradores shona já tinham alcançado o lençol freático e apenas teriam podido cavar mais profundamente com o auxílio de uma nova técnica que lhes permitiria aspirar, simultaneamente, a água e a lama[141]. A terceira razão deste declínio vem do fato de o preço do ouro, fixado pelos comerciantes portugueses, não ser suficientemente alto para incitar os camponeses a arriscarem suas vidas.

O impacto da guerra relativa à produção do ouro é um aspecto que não foi examinado detalhadamente. A primeira metade do século XVII marcou o ponto culminante das agressões portuguesas contra o Império Mutapa. A ingerência dos portugueses nos assuntos internos dos shona engendrou conflitos entre os próprios dirigentes mutapa, bem como entre estes e seus vassalos. Tais guerras provocaram migrações temporárias ou definitivas e carestias de alimentos em razão da desordem da produção agrícola, mesmo nas regiões favorecidas pelo clima e onde contavam com inúmeros recursos. Em 1683, por exemplo, a anarquia reinava no Macaranga, onde o país estava “despovoado [...] e, por conseguinte, desprovido de minas[142]”, de forma que “os portugueses vivem do que podem esgravatar nas margens dos rios ou do ouro que aflora à superfície

138 A. Gomes, 1959, p. 185.

139 *Ibid.*

140 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 219.

141 I. R. Phimister, 1976, p. 22-23.

142 Anônimo, 1683, Descrição dos rios de Cuama, Biblioteca d’Ajuda, Lisboa, 51-VII-43 e 51-VII-44.

da terra[143]". Na segunda metade do século XVII, guerras dos Changamire, ainda mais devastadoras, explodiram, resultando em uma nova distribuição da população nos vários Estados.

Portanto, podemos dizer que foi a guerra que perturbou a produção do ouro na Shonalândia durante o século XVII, da mesma forma que uma catástrofe natural abala a agricultura, reduzindo a superfície das terras disponíveis. Até o presente, os historiadores têm negligenciado esse aspecto, privilegiando "os obstáculos fundamentais impostos por um meio hostil e inconstante que restringia consideravelmente as possibilidades de exploração pelos shona[144]".

Além disso, por meio dos métodos adotados por eles, os comerciantes portugueses perderam o contato com os camponeses que asseguravam o essencial da produção de ouro. Os chefes africanos protestaram contra o fato de os portugueses insistirem para que os camponeses e seus chefes comercializassem seus produtos apenas com eles. Segundo o capitão Francisco Figueira de Almeida, de Sena, as relações começaram a se degradar quando os portugueses modificaram os seus métodos comerciais. No início do século XVI, os camponeses africanos estavam habituados a levar diretamente seus produtos às feiras portuguesas do interior. Mas, ao longo do século, os portugueses enviaram intermediários para o interior das terras, os quais levavam a mercadoria "em pequenos balotes envolvidos em esteiras de palmeira selvagem trançada, correspondendo ao peso que um homem pode carregar nas costas", até as portas dos camponeses[145]. De Almeida também relatou que um comerciante português viajava habitualmente com 300 a 500 camponeses do lugar que, segundo ele, "roubavam tudo aquilo que encontravam, de forma que os aldeões partiam para outra parte a fim de não se submeterem a tamanha humilhação[146]". Os portugueses também cometeram o erro de vender mercadorias a crédito para os camponeses africanos; esses, frequentemente, não honravam as suas dívidas. Isso obrigava o comerciante português a enviar entre 20 e 30 camponeses a seu mando para cobrá-la. Se o devedor não cumprisse a sua dívida, tornava-se escravo "dos comerciantes e, com a mesma tranquilidade, ia com sua mulher e seus filhos e começava a fazer como os outros[147]". Um negociante português podia também contar com muitas centenas de intermediários dominados. Como um chefe africano sublinhou:

143 *Ibid.*

144 I. R. Phimister, 1976, p. 22-23.

145 A. Gomes, 1959, p. 192.

146 *Ibid.*

147 *Ibid.*

> Os portugueses prejudicavam enormemente, e se eles quisessem vender tecidos aos africanos, deveriam ter-lhes entregado e eles próprios os teriam vendido àqueles que possuíssem os meios para comprá-los; ao contrário, alguns fogem, outros são presos pelos portugueses e, assim, as aldeias despovoam-se[148].

Na metade do século XVII, o rei de Uteve ordenou aos súditos que não mais extraíssem o ouro, mas, que "trabalhassem a terra e cultivassem produtos alimentícios para se enriquecerem e, também, terem paz e tranquilidade[149]". Portanto, considerações de ordem social provavelmente desempenharam um papel mais importante do que o clima ou os fatores geológicos no declínio da produção de ouro, ao longo do século XVII.

O comércio

Os documentos comerciais também trazem um testemunho histórico da diversidade das economias camponesas shona. Embora o objetivo principal dos camponeses fosse produzir bens de consumo em vez de bens de troca, essa produção de base inevitavelmente ocasionou trocas entre os próprios camponeses e entre eles e os artesãos, favorecendo o surgimento de um comércio regional. As considerações a seguir mostram as grandes redes tecidas nesse âmbito.

Os negociantes suaílis tinham estabelecido vários bazares no Império Mutapa. É difícil dizer exatamente em qual momento eles foram instalados, mas, um aventureiro português encontrou bazares em 1514-1515, quando viajava no interior das terras, a partir de Sofala[150]. Portanto, podemos supor, sem arriscar grandes erros, que os primeiros bazares em Sofala e nos arredores imediatos foram fundados ao longo do século X, quando os comerciantes árabes-suaílis, os quais necessitavam dos gêneros alimentícios vendidos pelos camponeses africanos, começaram a comercializar com esses últimos, no Império Mutapa[151]. Os bazares aconteciam às segundas[152], neles os camponeses africanos trocavam os seus produtos agrícolas e o seu ouro em pó por pérolas, estofos e outros artigos exóticos. Pouco sabemos sobre o volume e a organização desse comércio, mas,

148 *Ibid.*

149 *Ibid.*, p. 193.

150 H. Tracey e A. Fernandes, 1940, p. 20-30; ver também a narrativa de Gaspar Veloso em *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, vol. III, p. 181-189; H. Quiring, 1949; W. A. Godlouton, 1945.

151 *Archaeologia e conhecimento de passado*, 1980, p. 4-6.

152 Notas tomadas por Gaspar Veloso, clérigo da feitoria de Moçambique e endereçadas ao rei (1572), *op. cit.*, p. 183.

com razão, podemos pensar que a demanda dos árabes-suaílis por alimentos deve ter incitado os camponeses a aumentar sua produção de cereais, de legumes diversos, e da criação de animais, de pequeno ou de grande porte. A demanda por gêneros alimentícios seguramente aumentou quando os portugueses construíram em Sofala, em 1506, uma fortaleza que se transformou em entreposto comercial, onde os comerciantes portugueses e os camponeses africanos vinham trocar seus produtos.

A edificação dessa fortaleza deve ser alocada no contexto das atividades comerciais portuguesas a partir de 1498, data em que Vasco da Gama fez sua famosa viagem à Índia. Foi nesta época que os portugueses tomaram conhecimento da presença de minas de ouro em Sofala e no interior, e, portanto, o rei Emanuel ordenou a construção de uma feitoria em Sofala. O objetivo principal de Portugal neste momento era ocupar todos os pontos estratégicos ao longo do Oceano Índico. As fortalezas de Sofala e de Kilwa foram erigidas em 1506 para protegerem o comércio de ouro, ao passo que outras três, em Quilon, Angediva e no Mar Vermelho, foram construídas para controlarem o negócio da pimenta do reino. Assim, Sofala foi integrada à rede comercial portuguesa e as condições, para que ainda se intensificassem as trocas entre negociantes africanos e portugueses, foram reunidas. Como havíamos dito, os portugueses, ao chegarem em Sofala, em 1506, encontraram os comerciantes árabes-suaílis já bem estabelecidos, daí o surgimento de uma certa rivalidade, matizada por vários afrontamentos militares entre os dois grupos[153]. Porém, os portugueses levaram vantagem e os árabes-suaílis fugiram para o Norte, em direção a diversos pontos estratégicos do Zambeze a partir dos quais continuaram minando as atividades mercantis portuguesas ao longo da rota comercial deste rio, bem como nos itinerários que conduziam ao interior das terras. Os portugueses reagiram prontamente expulsando-os da maior parte destes lugares e fazendo, em 1531, de Sena e Tete seus principais centros comerciais. Assim, as atividades mercantis portuguesas deslocaram-se para o Norte, contribuindo com a redução da importância comercial da região de Sofala[154].

A derrota dos suaílis em 1512 e a ocupação de Sena e de Tete pouco depois de 1530 – que conferiu aos portugueses o monopólio do fornecimento das mercadorias – colocaram um fim nas atividades comerciais independentes dos árabes-suaílis. Porém, como os portugueses não tinham nem competências nem

153 Para os detalhes desta rivalidade, ver. A. Lobato, 1954*a*.

154 *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, vol. III, p. 237-248; A. Lobato, 1954*a*, p. 19 e 103.

mão de obra necessárias, e como os árabes-suaílis desejavam continuar negociando na região, uma aliança comercial natural, embora difícil, foi travada entre eles. Durante todo o século seguinte, os árabes-suaílis foram os principais agentes do comércio português no interior das terras. Os *vashambadzi* (negociantes) africanos, bem antes da chegada dos portugueses, já tinham servido como intermediários aos árabes-suaílis e seu papel foi oficializado no quadro desta aliança. Esses últimos continuaram a comercializar, ainda que na clandestinidade, no interior do Torwa, até o fim do século XVII. No início do século XVIII, eles haviam perdido uma grande parte de sua cultura islâmica e adotado a cultura lemba e venda[155].

Com a derrota dos árabes-suaílis, os portugueses não mais tinham maiores concorrentes ao longo da rota comercial do Zambeze e no interior do país. Primeiramente, a Coroa portuguesa havia se fixado com o objetivo de monopolizar a totalidade das trocas ocorridas em Sofala e no interior das terras. Porém, tal objetivo não foi alcançado, pois a cupidez conduziu os comerciantes a fecharem acordos independentes com os chefes africanos. Assim como que já foi notado, em 1541, havia tantos negociantes portugueses no interior das terras que era preciso formalizar e regulamentar suas atividades no Império Mutapa.

Da mesma forma que com os comerciantes árabes-suaílis, os camponeses africanos trocavam seus produtos com os portugueses por toda uma série de artigos exóticos. As escavações arqueológicas realizadas por Peter Galarke nos sítios das feiras de Luanze, de Dambarare e de Rimuka indicam que as pérolas de adorno eram o artigo mais procurado no início do século XVI[156]. As pérolas negras, amarelas, verdes e azuis, as mais correntes, eram mais ou menos apreciadas segundo as regiões, porém aquelas de maior sucesso em todos os reinos eram as vermelhas e as negras, conhecidas pelo nome de pérolas de Cambay. Quando os portugueses chegaram à região, tentaram em vão controlar o mercado dessas pérolas, cujo preço era determinado por um conjunto de crenças encontradas entre os shona[157]. Estes últimos acreditavam de fato que os portugueses as colhiam nas árvores. Pensavam que as pérolas negras ganhavam cor pelo fato de as terem deixado muito tempo na árvore, para que elas se transformassem em negras ao se petrificarem. As pérolas verdes tinham sido colhidas antes de alcançarem a maturidade, ao passo que as amarelas tinham sido apanhadas maduras, antes que o sol as queimasse e as enegrecesse. Havia também diversos tipos de

155 D. N. Beach, 1984, p. 32.

156 P. S. Garlake, 1954.

157 A. Gomes, 1959, p. 196.

pérolas de importação, notadamente, as pérolas de "coral, de cristal, de estanho, de jade, de âmbar e de vidro azul de Veneza[158]", mas elas não faziam muito sucesso. Ao contrário, uma variedade de pérolas de fabricação local, conhecidas pelo nome de *caracoes* (pequenas pérolas de pedra), além disso, isentas de monopólio real do comércio das pérolas, inundou o mercado entre 1516 e 1518. Estima-se que elas eram sete vezes mais populares do que as pérolas importadas da Europa. O tecido ocupava igualmente um lugar importante nas trocas comerciais, em particular os estofos coloridos, medidos em cúbitos.

Em troca desses artigos, todos os dias, os shona levavam à feira da fortaleza sorgo, milho, niévé, *voandzou*, cestos, esteiras, potes, galinhas, ovos, mel, caça, de pelos ou penas, apanhadas com armadilhas, e toda uma gama de legumes e de frutos selvagens. Este tipo de comércio também acontecia nas feiras e provavelmente continuou após o desaparecimento delas, no final do século XVII. Podemos pensar que existia, como nos mercados da África do Oeste[159], uma certa segregação entre os mercadores, segundo os produtos vendidos por eles e, também, segundo o sexo do vendedor; em outras palavras, mulheres e homens, sem dúvida, ofereciam artigos diferentes. A maioria dos ferreiros e outros artesãos, do mesmo modo que os mineradores, trocavam seus produtos entre si ou com os mercadores portugueses. Quanto aos camponeses, eles tinham, obviamente, um mercado para os bois, cabras, carneiros e porcos. A fortaleza de Sofala e as feiras do interior implantaram-se profundamente na sociedade shona e tornaram-se um elemento essencial da vida econômica e social.

As feiras *do país Shona*

Entre 1575 e 1684, assistiu-se a uma modificação do comércio entre camponeses africanos e negociantes portugueses. Estes últimos consolidaram sua vitória militar e comercial sobre os árabes-suaílis, modificando o sistema dos bazares para transformá-los em feiras. Os terrenos onde eles aconteciam eram cedidos pelos chefes africanos locais. Com o tempo, as feiras tornaram-se as matrizes do comércio entre africanos e portugueses. Tratava-se de vastos recintos cercados com muretas feitas de paliçadas curtas de toras, com algumas cabanas de taipa, próximas das zonas de exploração aurífera[160]. Cada feira possuía sua fortaleza, sua guarnição de 10 a 15 soldados, teoricamente, sua igreja com um padre e seu

158 P. S. Garlake, 1954, p. 43.

159 E. P. Skinner, 1964, p. 86.

160 P. S. Garlake, 1954, p. 49.

capitão-mor. Algumas feiras eram administradas pelo Estado dos Rios de Sena, outras eram propriedades privadas. Os capitães-mores, cujo papel e posição no comércio português, nos Rios de Sena, foram claramente definidos ao longo do século XVIII, apresentavam uma certa semelhança com os guardas das feiras medievais portuguesas. Seu estatuto, no Manica, no Butwa e no país Karanga, era comparável àquele do capitão-mor dos banianes, da Ilha de Moçambique e àquele de outros representantes análogos de mercadores, às vezes, organizados em guildas. Seu soldo era considerado subsidiário e os administradores portugueses tinham como política nomear a esses postos apenas pessoas abastadas, originárias da colônia portuguesa de Sena. Na Ilha de Moçambique, o capitão-mor dos banianes era geralmente o mais afortunado dos mercadores indianos de Diu. Assim também era o caso do *capitão-mor dos muros*, menos conhecido, de Moçambique, que era frequentemente um rico armador.

Os capitães-mores eram encarregados da tarifação, do controle dos preços e da arbitragem entre comerciantes portugueses e africanos. Também tinham por missão outorgar as licenças, proteger as caravanas, recrutar soldados e fazer cumprir as leis, em matéria de pesos e medidas[161]. Suas funções e seus poderes podiam variar consideravelmente em função dos chefes africanos com os quais eles negociavam. A feira foi institucionalizada e regulamentada por uma série de instruções endereçadas em 1531, pela Coroa portuguesa a Vicente Regado, capitão-mor de Sofala e de Moçambique[162]. Tais instruções tratavam da circulação das mercadorias, dos direitos indiretos, dos dízimos, da abertura das lojas, da outorga de licenças autorizando a venda de mercadorias, e das modalidades dos procedimentos judiciários.

As principais **feiras**

A feira de Dambarare tinha a reputação de ser a melhor de todas as feiras dos Rios de Sena. A maioria dos ricos e poderosos mercadores de Sena encontrava-se nela e, de lá, partiam separadamente para outros lugares como Chitomborwizi, Rimuka, Luanze e Matafuna. Dambarare era um centro administrativo e só perdia em importância para o quartel geral do capitão das portas, em Massapa. A feira de Dambarare encontrava-se a três dias de viagem daquela

161 M. D. D. Newitt, 1973, p. 43.

162 J. J. Botelho, 1936, p. 146.

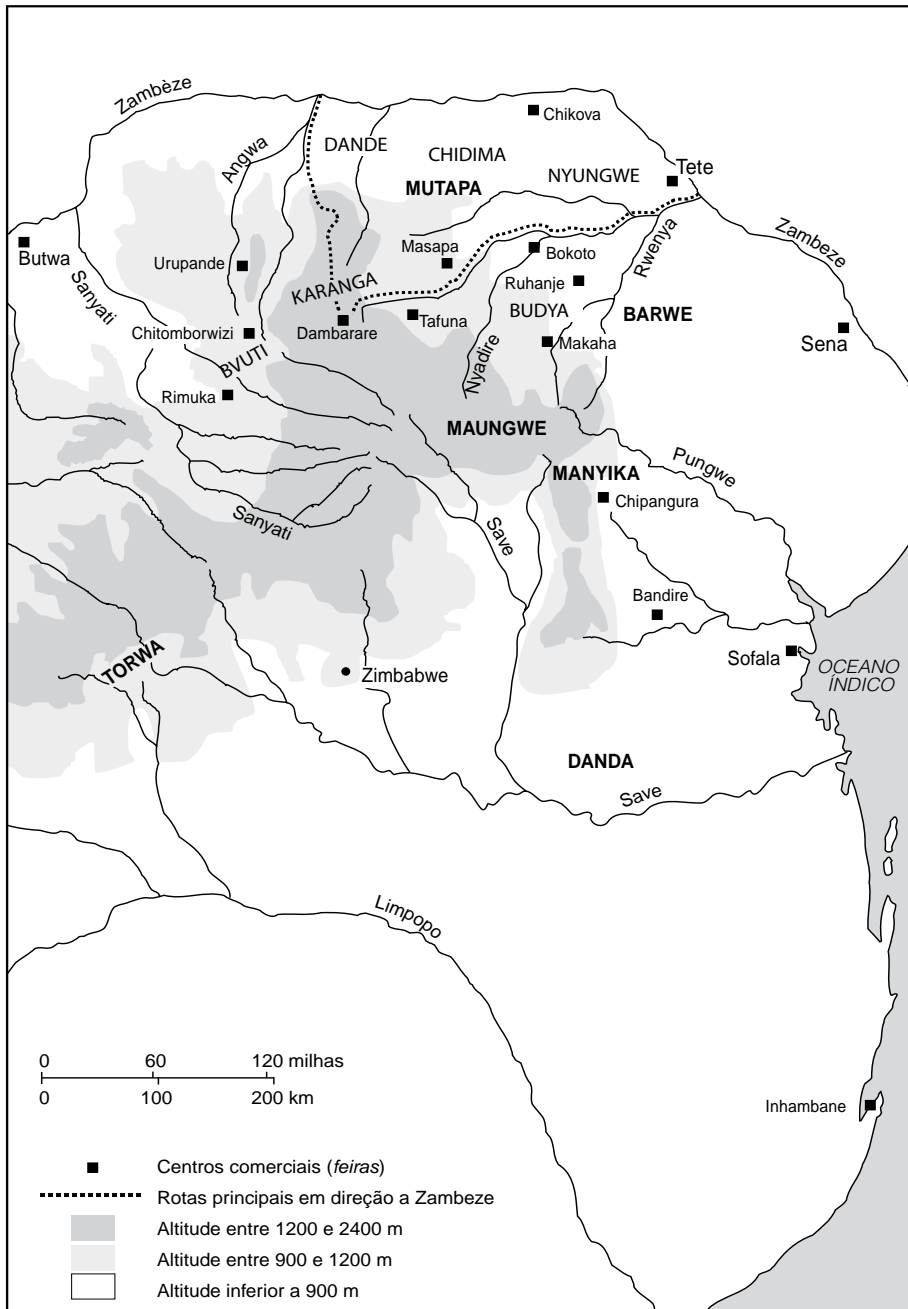



FIGURA 22.10 As principais feiras nos séculos XVI e XVII. [Fonte: segundo o mapa nº 3 de H. H. K. Bhila, 1982. Adaptado com a estimada autorização de Longman Group UK Ltd.]

de Angwa, onde havia muito ouro, mas poucos habitantes, pois era distante de Sena e de Tete[163].

Havia uma situação similar em Uteve, onde os portugueses mantinham uma feira anual em Bandire para comprar artigos provenientes do interior[164]. Tal feira funcionou a partir do século XVI até o momento em que as autoridades *teve* levaram-na ao fim, no início do século XVIII. Os portugueses protestaram, alegando que o direito de manter a feira de Bandire lhes havia sido outorgado pelo *monomotapa* em 1580. Talvez teoricamente, mas, nessa data os mutapa tinham, por assim dizer, perdido toda a autoridade sobre seus feudos inclusive sobre aquele de Uteve. A feira anual, como o prosseguimento de sua história mostrou, era sustentada e controlada pelos reis *teve*. Os métodos empregados por eles para controlar o comércio português eram ligeiramente diferentes daqueles das outras sociedades shona. No Manica, por exemplo, a feira era inspecionada, tanto pelos próprios reis, que por vezes visitavam o capitão-mor com seus conselheiros, quanto pelo príncipe ou pela princesa da região onde a feira acontecia. Porém, em Uteve, ela era gerada em grande parte por um *inyamasango* (chefe de aldeia), sob a jurisdição do qual se estabelecia a administração de Bandire[165]. Ele devia pagar ao *sachiteve* um tributo anual, comportando uma túnica turca, uma peça de estofo, um barrete, roupas de cama e mesa, uma rola e uma certa quantidade de musselina de Bengala. Ao que parece, presumia-se que todos esses artigos fossem da cor amarela, a fim de simbolizar a abundância de ouro em Bandire. Tal abundância fora atestada por Renato Baptista que prospectou a região em 1890. Não parece que os portugueses tenham criado feiras ao Norte do Zambeze antes do início do século XVIII, época em que foram estabelecidas as feiras do Zumbo e de Michonga[166]. Duas razões poderiam explicar a implantação tardia das feiras: a descoberta de *bares* ao Norte do Zambeze, ao longo do século XVIII, e o fato de os portugueses necessitarem abrir outros territórios ao comércio, após terem sido expulsos do país Shona pelo imperador rozwi, Changamire Dombo, entre 1693 e 1695.

Após Changamire tê-los expulsado das feiras, os portugueses foram obrigados a retomarem os seus métodos comerciais do século XVI. Quando aban-

163 Para uma discussão sobre as diversas feiras, ver "*Extracts from the decade written by Antonio Bocarro of the performances of the portuguese in the East*", em G. M. Theal, 1899-1903, vol. III, p. 354; "*Brief account on the rivers of Cuama*", pelo padre Philipe de Tssumao, biblioteca de Ajuda, Lisboa, 51-VII-40.

164 J. dos Santos, em G. M. Theal, 1899-1903, vol. II, p. 380-381.

165 R. Baptista, 1892, p. 14.

166 A. Lobato, 1954*b*, p. 43 e seg.; H. Capello e R. Ivens, 1886, vol. II, p. 306.

donaram as feiras de Macaranga, abriram uma outra no Zumbo, entre 1710 e 1788, na confluência do Luangwa e do Zambeze, e chegaram a depender dos *vashambadzi* para suas relações comerciais com o Império Rozwi[167]. Entretanto, conseguiram restabelecer a feira de Masekesa, no Manica, em 1719, mas, não puderam reavivar nenhuma em Uteve. O sistema, que consistia em confiar a um oficial o cargo da coordenação das relações entre portugueses e chefes africanos, não era mais possível com os imperadores mutapa, pois, verdadeiramente, não mais havia autoridade política central entre os chefes africanos. É, pois, necessário rever brevemente as relações mantidas pelos portugueses, ao longo do século XVIII, com alguns importantes dirigentes africanos.

No Leste, o rei de Uteve não permitia aos portugueses a exploração do ouro dos *bares* do seu reino. Todavia, seus súditos eram autorizados a comprar estofos e pérolas dos colonos portugueses em Sena. Mesmo no quadro deste comércio, os negociantes portugueses acusavam o rei e os príncipes de causarem "um prejuízo considerável", de "roubar" e de arruinar a mercadoria portuguesa, e dispensavam grande parte dos benefícios extraídos para garantir a sua segurança. No decorrer do século XVIII, a política *teve* era claramente antiportuguesa[168]. No Reino Manica, os comerciantes portugueses haviam recebido o direito de circular livremente em todo o território, porém suas atividades mercantis eram estritamente regulamentadas pelos dirigentes manica, aos quais eles pagavam regularmente um tributo, tal como o capitão-mor.

Do mesmo modo, para proteger a feira do Zumbo e a rota comercial que levava ao Butwa, os comerciantes portugueses pagavam regularmente um tributo a Changamire, o que representava grandes somas, pois Changamire tinha o costume de enviar emissários à feira do Zumbo para reclamar presentes, em geral, que custavam seis *pastas*, acrescentados ao habitual tributo[169]. O incidente ocorrido em 1757, quando o príncipe Chirimba do Dande apoderou-se das mercadorias destinadas ao Butwa, ilustra os perigos da rota comercial entre o Zumbo e o Butwa, via Dande. A partir desse momento, e durante sete anos, Changamire, seus soldados e os produtores de ouro do Butwa atacaram-no sem

167 O termo Zumbo designa os três estabelecimentos sucessivamente criados, e depois abandonados, pelos portugueses na confluência do Luangwa e do Zambeze, ao longo do século XVIII. O primeiro foi provavelmente fundado em 1710 na ilha de Chitacativa, no Zambeze; o segundo, fundado em 1715, estava no ângulo moçambicano da confluência entre o Zambeze e o Luangwa; o terceiro, conhecido pelo nome de Mucariva, hoje marcado nos mapas zambianos pelo simples nome de Feira, foi fundado em outubro de 1788. Para um estudo completo, ver S. I. Mudenge, 1977.

168 X. Caetano, em A. A. Andrade, 1955, p. 155.

169 H. H. K. Bhila, 1982, p. 119.

cessar, a ponto de arruinarem o comércio do Butwa, próspero até então. O célebre ataque conduzido por Changamire em 1756-1757, durante o qual ele confiscou bens por um valor de 1.000 *pastas* (800.000 cruzados), é um perfeito exemplo disso[170]. O comércio do Zumbo foi também comprometido pelas guerras civis e pela fome dos anos 1760. Entretanto, apesar dos ataques contra os portugueses, os changamire mantinham relações comerciais com eles. Para proteger a feira do Zumbo dos ataques dos chefes africanos da vizinhança, os chefes rozwi enviaram, por três vezes, forças expedicionárias, em 1743, 1772 e 1781, a fim de proteger a feira do Zumbo dos ataques dos chefes africanos dos arredores. Além das pérolas, os chefes rozwi se interessavam muito particularmente pelos guarda--chuvas, pelas conchas, pelos rosários de coral falso, pela porcelana, pelos sinos de latão, pelas tesouras e pela aguardente[171]. A natureza das relações entre os mutapa e os portugueses parece ter evoluído pouco no decorrer do século XVIII. Os portugueses tinham sempre uma guarnição composta de vinte soldados, um capitão-mor, um tenente, um capitão geral e um frei dominicano, no recinto do palácio real mutapa. Parece também que "o antigo costume, que consistia no batismo dos chefes mutapa, fora mantido, mesmo se tais chefes não possuíssem nada de cristão, pois, em geral, eles tinham mais de um milhar de concubinas[172]". Eis um outro hábito do século XVI que sobreviveu até o XVIII:

> A cada três anos, este rei envia um emissário ao general de Sena que o encontra em Tete, sempre no primeiro ano de seu mandato, e os dois homens discutem sobre o prosseguimento da velha aliança entre o Estado e o rei e sobre alguns outros assuntos concernentes aos comerciantes do Zumbo, que devem, obrigatoriamente, atravessar o seu território; se qualquer outra questão for colocada fora dessa visita trienal, novos emissários são enviados por uma das partes[173].

Não obstante estes acordos, o volume do comércio entre os portugueses e os dirigentes mutapa continuou a diminuir no século XVIII. Tal declínio foi explicado por meio de três evoluções sobrevindas no Sul do Zambeze durante esse século. Primeiramente, houve a corrida pelo ouro, no Norte do Zambeze, durante a qual aventureiros portugueses descobriram *bares* e começaram a prospectar o ouro, por conta própria. Em segundo lugar, a produção do ouro cessou quase completamente no século XVIII. Em terceiro, tanto os comerciantes afri-

170 *Ibid.*, p. 119-120.

171 *Ibid.*

172 Anônimo, 1683, *Descrição dos rios de Cuama*, biblioteca de Ajuda, Lisboa, 51-VII-43.

173 *Ibid.*

canos quanto os portugueses começaram a caçar elefantes, por causa do marfim, em uma ou outra margem do Zambeze.

O comércio do marfim desempenhou um papel importante no Império Mutapa. Uma narrativa portuguesa do século XVI diz-nos que os elefantes "vão em hordas inteiras, quase como tropas de vacas" e que "a cada ano, morrem 4.000 ou 5.000 elefantes, o que confirmam as importantes quantidades de marfim enviadas daí para a Índia[174]." A caça ao elefante tinha a vantagem de ser menos suscetível à vigilância dos chefes africanos do que o ouro, pois era praticada habitualmente em regiões recuadas. Todavia, pouco se sabe sobre a sua organização e certas indicações levam-nos a crer que, no século XVIII, tal caça era praticada sobretudo em Buhera e em Rimuka[175].

Conclusão

A penetração dos portugueses no Sul do Zambeze ocasionou uma erosão do poder da classe dirigente autóctone e facilitou formas diretas de exploração dos camponeses pelo capitalismo mercantil português e, mais tarde, pelo capitalismo industrial britânico. A convergência das redes comerciais regionais com aquelas do comércio longínquo gerou uma classe mercantil africana, os *vashambadzi*. Com a chegada dos comerciantes árabes-suaílis, no século X, e dos portugueses, no início do século XVI, africanos foram recrutados para servirem como intermediários entre os negociantes estrangeiros e os produtores agrícolas africanos.

Os mercadores portugueses se interessavam basicamente pelo comércio do ouro e do marfim, o que explica o fato de os principais produtos negociados em escala regional, como o ferro, o sal e o cobre, terem sido relegados ao segundo plano. Desde 1530, os mercadores portugueses já haviam penetrado o interior do Império Mutapa, havendo uma convergência entre o negócio do sal, do cobre e do ferro, e aquele do ouro e do marfim. Os dois fluxos comerciais estimulavam-se mutuamente, daí o surgimento de uma classe mercantil africana. Para que o comércio longínquo prosperasse, eram necessários o ouro, o marfim e carregadores, gêneros alimentícios para nutrir estes últimos, enxadas para cultivar os campos e ferro para fabricar tais instrumentos agrícolas. Os *vanshambadzi* não só transportavam o marfim e o ouro, mas também sal e enxadas de ferro, os quais,

174 G. M. Theal, 1899-1903, vol. VI, p. 266.

175 D. N. Beach, 1984, p. 35.

no caminho, eram trocados por alimentos. Os cultivadores africanos que viviam próximos das rotas comerciais evoluíram aos poucos, à medida que passaram a produzir mais, a fim de venderem o excedente agrícola aos comerciantes e aos carregadores. É inútil dizer que os camponeses, cuja maioria ignorava o valor internacional dos produtos de base vendidos, foram impiedosamente explorados pelos mercadores portugueses.

CAPÍTULO 23

A África Austral

D. Denoon

Entre 1500 e 1800, grande parte da África Austral transformou-se. Novas comunidades estabeleceram-se na região e numerosas outras que já se tinham instalado mudaram seu modo de vida, seu modo de vida, sua localização, ou ambas.. As relações, por sua vez, tanto no seio dessas comunidades como entre elas, tomaram um aspecto radicalmente diferente daquele que existia antes. Muitas destas transformações fundamentais resultaram das mudanças ocorridas nas relações da África Austral com o exterior. Quando o primeiro Europeu, Vasco da Gama, cruzou o Cabo da Boa Esperança em 1407, os laços que a África Austral mantinha com o resto do mundo eram extremamente tênues, mas, lá por 1800, a região estava inserida na densa rede mundial de relações comerciais e estratégicas. Cumpre, pois, lembrar a evolução da situação internacional antes de tentar avaliar as consequências que advieram à região.

Em 1500, as maiores concentrações populacionais do mundo se achavam sobretudo nos contornos do Mediterrâneo e na Ásia. Nem a África subsaariana nem a América mantinham relações regulares com o resto do mundo. O comércio internacional envolvia principalmente a Europa e a Ásia e se realizava quase unicamente por via terrestre, o que o tornava muito oneroso[1]. O objetivo da missão de Vasco da Gama era abrir uma rota marítima que permitisse redu-

1 F. Braudel, 1981, cap. 1.

zir os custos do comércio internacional e frear a avidez dos intermediários que enriqueciam às custas das caravanas. Na visão dos portugueses, que foram os primeiros a utilizar esta rota marítima, assim como dos holandeses, dos ingleses e dos franceses que lhe seguiram os passos, a África Austral não era senão um perigoso escolho para a navegação. O mapeamento do litoral da África pôs um fim progressivo ao isolamento em que esta região se encontrava. Entretanto, o fato de os comerciantes árabes e europeus terem persistido no seu desinteresse justifica determo-nos por um momento.

No fim da idade do ferro, os climas temperados do hemisfério austral eram pouco atrativos. Com instrumentos rudimentares era difícil, mesmo nas regiões agrícolas, produzir regularmente excedentes alimentares e não era nada fácil estocar os excedentes eventuais nem utilizá-los em um novo ciclo de produção. A densidade demográfica nas regiões temperadas do hemisfério sul (incluindo a Australásia e a extremidade meridional da América do Sul) era bem menor que nas regiões tropicais vizinhas, onde era relativamente alta e permitia assim uma produção agrícola excedente e um forte grau de especialização. Não nos surpreende, portanto, que as regiões temperadas tenham atraído pouco a cobiça dos negociantes internacionais. Estas não produziam senão irregularmente mercadorias susceptíveis de exportação, situação que só melhorou em data recente, quando se pôde investir significativos capitais, recorrer à técnica moderna e melhorar os transportes[2]. Os árabes, cujo comércio era florescente ao longo da costa oriental da África, não sofriam a tentação de se aventurar mais ao Sul, porque o ouro, o marfim e os escravos que enchiam os porões de seus navios se encontravam mais facilmente ao longo das costas tropicais do que na extremidade temperada do continente. Do mesmo modo, os europeus continuaram a contornar o Cabo da Boa Esperança durante um século e meio antes de se interessarem pela região. Os nomes dados pelos portugueses a suas escalas (Algoa e Delagoa) mostram que seu objetivo era ir a Goa e de lá voltar, e que eles não se interessavam tampouco pelo potencial comercial da própria África Austral.

Se eram insignificantes os contatos marítimos, também os contatos por via terrestre não eram tão importantes. Numerosas comunidades do Sul tinham laços históricos e linguísticos com o Norte, mas eram laços com pouca incidência sobre a vida cotidiana. Os khoi khoi, que criavam animais, pescavam e colhiam frutos da natureza ao longo da franja costeira meridional, quase não tinham contato com o Norte. O mesmo acontecia com os san que praticavam a caça e a

2 D. Denoon, 1983.

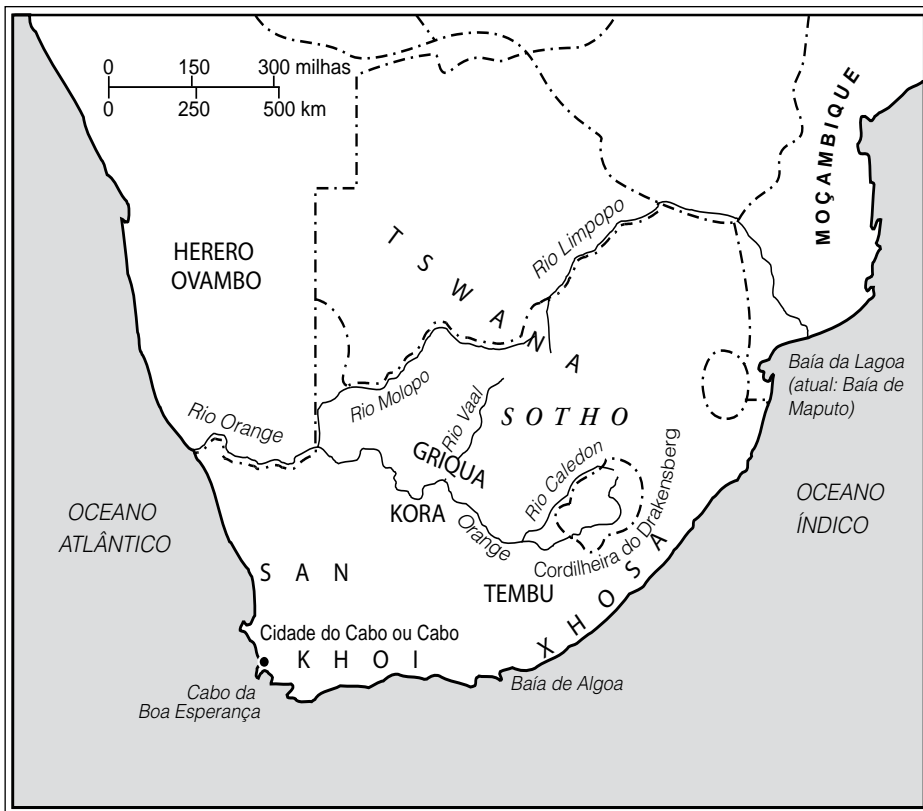



FIGURA 23.1 A África Austral do século XVI ao XVIII.

coleta no interior. As populações falantes das línguas nguni (vivendo sobretudo ao Leste da cadeia montanhosa que dividia em duas a região) não tinham, em 1500, senão escassos contatos com seus vizinhos do Norte. Na extremidade oeste da região (a atual Namíbia), os herero e os ovambo tinham estreitos laços linguísticos tanto entre eles como com seus vizinhos do Norte, enquanto os tswana e os sotho, que habitavam o Centro, tinham certamente relações comerciais ocasionais com o Norte. Contudo, quando o comércio existia, era de um volume reduzido, e das mercadorias que o constituíam (em especial o cobre, o ferro e o *dagga*) nenhuma era indispensável à sobrevivência dos povos envolvidos[3]. Ainda em 1500, relacionamo-nos com sociedades que são totalmente independentes

3 M.Wilson, 1969a.

do resto do mundo: suas relações exteriores são esporádicas, ocasionais e secundárias. As frotas europeias, que deitavam âncoras eventualmente ao longo da costa para se abastecer de água doce e de víveres, não deviam atentar para esta autarcia durante um século e mesmo depois.

Se os Europeus levaram muito tempo para se interessar pela região, quando começaram a fazê-lo, foi de maneira muito forte. Na metade do século XVI, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que continuava a considerar a África Austral como uma etapa na rota para o Oriente, fixou uma nova comunidade no Cabo. Ainda em 1800, "O Cabo era uma comunidade que olhava para o mar, um caravanserai na rota do comércio mundial das especiarias[4]"; ela se apresentava como uma "sede administrativa, por seu espírito mais próxima da Ásia que do continente africano onde estava situada[5]". O estabelecimento da colônia do Cabo teve, entretanto, consequências regionais muito mais importantes do que o haviam imaginado os dirigentes da Companhia. O conjunto da região ficou solidamente religado à Europa e à Ásia, e isto quando ainda não era tão clara a questão de saber quem desempenharia o papel principal: os holandeses que ocuparam o Cabo de 1652 a 1795, ou os britânicos, que se apoderaram do Cabo em 1795. A nova comunidade do Cabo era e deveria ficar como uma dependência extremamente sensível a toda nova pressão ou incitação externa e, à medida que esta dependência estendia sua influência no interior, deveria instaurar, em todas as regiões, novas e duráveis relações, caracterizadas pela dominação e submissão. O desenvolvimento da pequena colônia marcou o advento das relações capitalistas de produção, bem como do colonialismo e do imperialismo, que deveriam transformar a África Austral de maneira brusca e mais profunda que qualquer outra região da África subsaariana. São estas transformações que constituem o objeto principal deste capítulo.

É possível reconstituir as condições e os acontecimentos do século XVI, mas é difícil fazê-lo, um pouco que seja, objetivamente. Sobretudo quando, ao longo dos dois últimos séculos, comunidades de caçadores e de colhedores se confrontaram com outras de cultivadores e foram destruídas. Os cultivadores sobreviveram em número suficiente para prender a atenção dos historiadores, mas os nômades não tiveram tal chance. A destruição geral dos aborígenes da Austrália, dos índios da América, dos *gauchos*, das sociedades nômades da Sibéria e da África Austral reforçou teorias para as quais a história avança por estágios sucessivos em função dos quais consideramos ordinariamente o passado e o

4 R. Elphick e R. Shell, 1979, p. 161.

5 *Ibid.*, p.126.

presente, a tal ponto que certos pesquisadores mal podem esconder sua impaciência de ver findar a "evolução" dos nômades que os transforme em cultivadores e finalmente em membros do proletariado industrial[6]. Os índios da América pelo menos deixaram atrás de si bastantes vestígios a permitirem reconstituições muito fantasiosas e às vezes românticas[7]; quanto aos nômades da África Austral, foram eliminados ou assimilados muito cedo e de modo por demais completo para permitir este gênero de criação literária[8].

Se conseguirmos nos desvencilhar da ideia de um processo histórico irresistível, torna-se lícito descobrir que as relações sociais na África Austral apresentavam, no século XVI, características muito interessantes. É assim que as diferenças ecológicas permitiam às comunidades especializarem-se em certa medida. Estas sociedades especializadas influenciavam-se mutuamente, mas tais interações não prejudicavam a permanência dos meios de subsistência de cada uma. Os caçadores não "evoluíam" para tornarem-se criadores nem os criadores para transformarem-se em cultivadores; havia antes coexistência, apesar das hostilidades que às vezes marcavam suas interações. Merecem essas interações um momento de atenção, nem que seja porque seu estudo pode nos preparar para o estudo das relações que se estabeleceram em seguida.

A metade ocidental da África Austral, que compreende os atuais Botswana e Namíbia, tem precipitações anuais inferiores a 400 milímetros. Algumas regiões desta zona se beneficiam de melhores médias anuais, mas o solo poroso retém mal a água. A única exceção importante a essa regra geral é o interior da península do Cabo, que se beneficia de precipitações invernais muito abundantes e regulares. Com efeito, no conjunto da metade ocidental, as precipitações não são somente insuficientes, mas são também muito irregulares[9]. Não temos nenhuma razão para supor que as condições tenham sido muito diferentes no século XVI, o que explica que os habitantes desta zona não pudessem cultivar os solos, ainda mais que as técnicas de retenção de água e de estocagem de produtos alimentícios lhes eram desconhecidas. Aliás, toda a técnica do século XX em si não teve quase influência nesta região, senão que permitiu a construção de barragens para facilitar a criação de animais. Os habitantes da região não podiam, por isso, exercer a atividade agrícola, mas o fato de se terem consagrado à caça e à coleta ou à criação prova que eles tinham bom

6 R. L.Meek, 1976.

7 P. Farb, 1969, cap. 7, 8 e 14.

8 J. Wright, 1977.

9 N. C. Pollock e S. Agnew, 1963.

senso e que sabiam adaptar-se, não que eram “atrasados” como são acusados, muitas vezes implicitamente.

A origem e a história dos san, grupos de caçadores-colhedores, mergulham no mito e no mal-entendido. A grande diversidade de línguas por eles faladas no século XVI prova que sua adaptação na metade ocidental da África Austral se estendeu por vários séculos[10]. A caça e a coleta não eram então tão aleatórias como o são na atualidade. Pouco carregados, conhecendo perfeitamente seu território, sua flora e fauna, e raramente aventurando-se além de um domínio que lhes era familiar, os membros de um bando caçavam provavelmente com toda a segurança enquanto se manteve um equilíbrio entre a densidade populacional e os recursos ecológicos[11]. Parece que os grupos se compunham de 50 a 70 pessoas. Durante o tempo em que vastas superfícies foram isentas de agricultura e de criação intensiva, a caça permaneceu abundante. Com a caça e a coleta, os san tinham meios de subsistência seguros, o que os tornava independentes das outras sociedades, mesmo que eles tenham tido relações com outras populações. Às vezes, um grupo de caçadores se ligava, como cliente, com criadores para obter produtos leiteiros em troca de carne e de ensinamentos sobre o deslocamento dos animais selvagens. Mas, mesmo então, os criadores não deviam comportar-se como dominadores, uma vez que os san tinham sempre a possibilidade de retomar sua atividade de caçadores especializados e independentes. Alguns grupos de caçadores habitavam também fora da parte centro-oeste do interior e alguns dentre eles continuaram mesmo a viver nos contrafortes do Drakensberg até um período avançado do século XIX, completando de tempos em tempos suas presas com incursões sobre os rebanhos dos cultivadores-criadores da região[12]. Este modo de vida se fundava em uma perfeita mobilidade. Como esta teria sido comprometida pela presença de elementos muito velhos ou muito jovens ou de outros incapazes de se deslocar facilmente, nós podemos supor que ela, por si, vinha limitando um crescimento dos grupos que teria comprometido o crescimento entre população e recursos. Esta mobilidade absoluta impunha também uma outra dificuldade: toda acumulação de bens podia somente diminuir o nível de vida do grupo, tornando mais lentos seus movimentos.

Em seu magistral estudo sobre as origens dos khoi, Elphick julga que muito provavelmente, bem antes de 1500, os grupos san, depois de terem conseguido bovinos e ovinos, se teriam aventurado pelo interior do país, seguindo os rios

10 R. Elphick, 1977, cap. 1 e 2.

11 M. Sahlins, 1972 (ed. de 1974).

12 J. Wright, 1971.

para por fim atingirem a franja costeira meridional, onde viajantes europeus iriam constatar sua presença no século XVI[13]. Já que possuíam animais, os khoi deviam contentar-se com zonas bem irrigadas e não podiam explorar regiões áridas, o que permitiu à população em geral e ao efetivo de cada grupo aumentar progressivamente. Como os bois podiam transportar bagagens, os khoi puderam fazer tendas e levá-las consigo em vez de terem que construir novos abrigos cada vez que se deslocavam. Do mesmo modo, a presença de indivíduos muito jovens, muito velhos e de pouca mobilidade deixava de constituir o mesmo embaraço de outrora. Nessas condições, os khoi tiveram como acumular bens em pequena escala (e até em grande escala no que toca ao rebanho), o que acarretou certa estratificação nas sociedades pastoris, diferentemente do que se passava com os san, que eram mais igualitários e não conheciam a propriedade privada. Para reger sua sociedade, os khoi não tiveram necessidade de criar uma verdadeira estrutura política, mas alguns deles exerciam uma relativa autoridade sobre seu clã e, quando começaram a se efetuar trocas esporádicas com os navios europeus, alguns indivíduos adquiriram um poder pessoal considerável e se tornaram proprietários de muitas cabeças de gado.

A criação permitiu indubitavelmente, mais do que a caça nas épocas propícias, elevar o nível de vida, mas os rebanhos podiam ser dizimados pela seca e pelas epidemias, ou mutilados pelo roubo e confiscos em tempos de guerra. Quando um desastre deste tipo os atingia, os khoi deviam muitas vezes caçar para assegurar sua subsistência, pelo menos até o momento em que tinham conseguido reconstituir seus rebanhos. As técnicas e os conhecimentos necessários à criação não eram muito diferentes dos que a caça exigia, de modo que os khoi podiam reencontrar sua condição de san sem muita dificuldade caso necessário[14]. Criadores da península do Cabo, onde as possibilidades de caça eram limitadas, tendo perdido a posse de seus rebanhos, fixaram-se no litoral para aí viverem da pesca dos peixes e crustáceos até o momento de reconstituir novos rebanhos ou se ligarem como clientes a criadores mais bem sucedidos. Todas essas transformações aconteciam sem sobressaltos, uma vez que não havia fosso linguístico ou cultural a separar os diferentes grupos. Se a existência era instável, não era miserável. Os raros khoi, levados para algum país estrangeiro em uma daquelas embarcações que se abasteciam de água doce no Cabo, não acharam nenhuma razão para deplorar as condições de vida deles[15].

13 R. Elphick, 1977, cap. 1.

14 *Ibid.*

15 *Ibid.*, cap. 4.

As relações entre os khoi e os nguni, na borda oriental do território khoi, se estabeleceram com fronteiras culturais e técnicas bem definidas. A região onde os khoi e os xhosa se encontravam era rica em pastagens, mas de pouco interesse para a agricultura, já que as precipitações mal ultrapassavam os 400 milímetros anuais. Não poderia haver fronteira ecológica clara entre estes dois povos, pois seus modos de subsistência eram igualmente possíveis. De fato, tudo indica que houve muitas vezes interpenetração[16]. Alguns xhosa abandonavam a agricultura sedentária e passavam a se dedicar à criação e por vezes à caça. Toda vez que os khoi eram vítimas de uma crise, tinham a possibilidade de tornar-se clientes dos xhosa estabelecidos nas proximidades, pelo fato de que, depois de um período de carestia, a produção agrícola volta mais rapidamente a seu nível normal que a criação. Certas comunidades tiveram que passar da criação nômade para a agricultura mista, e vice-versa, e, se geralmente estes movimentos eram de pouca importância, às vezes foram impressionantes. É o que Robert Ross demonstra no que se refere aos gonaqua, os gqunukhwebe e os ntinde: eram todos, segundo ele, antigos khoi que se voltaram para a agricultura mista e se integraram em massa à sociedade dos xhosa, adotando sua língua e suas tradições. Entretanto, não se trata de uma simples passagem da criação para a agricultura. Fisicamente os gonaqua se assemelhavam mais com os xhosa do que os khoi. Por isso pode-se pensar que eles tinham passado porventura por várias transições (passando da agricultura à criação e vice-versa) antes do século XVIII. A maior parte das informações em nosso poder remontam ao século XVIII, quando os khoi estavam submetidos a tensões consideráveis, mas não podemos deduzir disso que os xhosa tenham conhecido uma expansão constante no decurso dos séculos precedentes nem que o território khoi tenha parado de diminuir, como uma ortodoxia histórica desvalorizada queria nos fazer crer[17]. Não é senão *a posteriori* que o pastoralismo khoi aparece como um modo de vida transitório e ultrapassado. Durante a maior parte do período que nos ocupa, os khoi tiveram relações muito ativas com outras sociedades, mas sem renunciar por enquanto a seu próprio modo de vida.

Durante muito tempo, o estudo das comunidades que praticavam a agricultura mista na metade oriental da África Austral foi falseado por causa da importância excessiva que os historiadores atribuíam a uma questão única, qual seja, a de saber em que época estas comunidades tinham emigrado em massa do

16 R. Ross, 1978.

17 G. M. Theal, 1910.

FIGURA 23.2 Um caçador gonaqua (griqua). [Fonte: Travels from the cape of Good Hope into the interior parts of Africa, traduzido por M. Vaillant, Londres, William Lane, 1970, vol. II, p. 3. © Royal Commonwealth Society Library.]

Norte tropical para o Sul[18]. Parece agora que a questão estava mal colocada e que tinha sido suscitada pelo desejo que os colonos brancos tinham de legitimar suas aquisições de terras. As implantações estáveis e os deslocamentos de pequenos grupos a curtas distâncias eram muito mais comuns que os movimentos de população massivos e rápidos.

Para empregar a linguagem da arqueologia, pode-se dizer que a última fase da idade do ferro, em 1500, estava firmemente estabelecida entre os Nguni e os Sotho, o que significa que o ferro era grandemente utilizado e que se sabia trabalhá-lo por toda parte, mas que todos os instrumentos e todas as armas não eram feitos de metal. A importância do ferro nas comunidades que praticavam uma agricultura mista requer uma explicação. As sociedades de caçadores e de criadores (como os khoi e os san no século XVI) não tinham dele senão uma necessidade limitada e podiam contentar-se, para o fabrico de seus instrumentos ou de seus utensílios, com pedra, osso, madeira e fibras. O ferro era prático e as necessidades dos khoi neste domínio foram satisfeitas depressa, desde as primeiras trocas ocasionais com os barcos que se abasteciam de água no Cabo[19]. Em princípio, as comunidades de sistema agrícola misto podem perfeitamente abrir mão do ferro: é assim que na Melanésia os habitantes puderam conduzir com sucesso uma agricultura complexa durante 5.000 anos antes da introdução de instrumentos de aço, embora esta tenha permitido sensíveis economias de mão de obra[20], e, na África Austral, por 1.000 anos, em certas comunidades de agricultura mista, o emprego do ferro foi quase nulo. A abundância deste metal no final da idade do ferro não trouxe uma renovação completa dos modos de produção, mas devia facilitar as atividades existentes e torná-las mais produtivas. O agricultor tem um rendimento bem melhor quando dispõe de instrumentos de ferro para limpar e roçar o terreno e para revolver a terra para o plantio, o que lhe proporciona mais tempo para trabalhos de artesanato, como a olaria, e para a criação extensiva. As escavações arqueológicas levam a pensar que o número de animais domésticos e de olarias cresceu no fim da idade do ferro[21], o que implica uma elevação do nível de vida e uma divisão do trabalho mais significativa em cada comunidade.

Os escritos de viajantes relativos à vida das sociedades nguni ao Leste da cadeia montanhosa entre 1500 e 1800 são de interesse irregular e pouco obje-

18 *Ibid.*

19 R. Elphick, 1977, cap. 4.

20 R. F. Salisbury, 1962; D. Denoon e C. Snowden, 1981.

21 G. M. Hall, 1976.

tivos[22]. Para reconstituir este período, é preciso acima de tudo apelar para o estudo dos vestígios materiais, completando-o com aquele das tradições orais que sobreviveram[23]. Os cereais e os rebanhos constituíam os principais elementos de subsistência. O tradicional sorgo foi suplantado, no século XVIII, pelo milho, que tinha rendimento superior, mesmo apresentando o inconveniente de adaptar-se menos às regiões de baixas precipitações[24]. Tal superioridade de rendimento pode ter contribuído para o crescimento da pecuária, mas a melhor maneira de chegar a isso consistia em combinar as pastagens fixas com a transumância para tirar proveito das diferentes qualidades dos prados. Os obstáculos com que se defrontava este tipo de agricultura mista foram indubitavelmente reforçados pelas variações climáticas sugeridas por Hall para o conjunto da zona costeira oriental[25]. É assim que a primeira metade do século XVIII teria sido caracterizada por uma diminuição das precipitações e que seu final teria sido marcado por uma grave seca, o que teria intensificado a luta pela ocupação das pastagens utilizáveis mesmo nos períodos secos.

As densidades populacionais parecem ter sido muito inferiores às que agora estamos habituados. Peires estima em 100.000 o efetivo das comunidades de língua xhosa em 1800, e isso embora tivessem absorvido um grande número de khoi durante o século ou os séculos precedentes[26]. Se estes números são característicos da zona costeira oriental, não deve aí jamais ter havido, portanto, pressão demográfica grave entre 1500 e 1800, apesar dos métodos de agricultura e de criação extensivos da época. Esta consideração geral é um elemento importante do contexto em que nos é preciso examinar os sistemas políticos dos nguni, cujos vestígios permanecem. O elemento constitutivo essencial destes sistemas políticos, e sua menor unidade viável, era a família formada por um pequeno número de pessoas que possuíam animais e cultivavam a terra. No que concerne à maior parte das necessidades cotidianas, a família podia se comportar como uma unidade independente, trocando mercadorias e mulheres com outras famílias em uma liberdade quase total. Na prática, cada família era ligada pela via patrilinear a uma linhagem e, por intermédio desta, a um clã. Desde a época de Tshawe, os xhosa, por exemplo, estavam unidos de modo muito débil por uma obrigação de fidelidade comum ao clã real dos descendentes de Tshawe. No entanto, o chefe

22 M. Wilson, 1969*b*.

23 J. B. Peires, 1981.

24 G. M. Hall, 1976.

25 *Ibid.*

26 J. B.Peires, 1981.

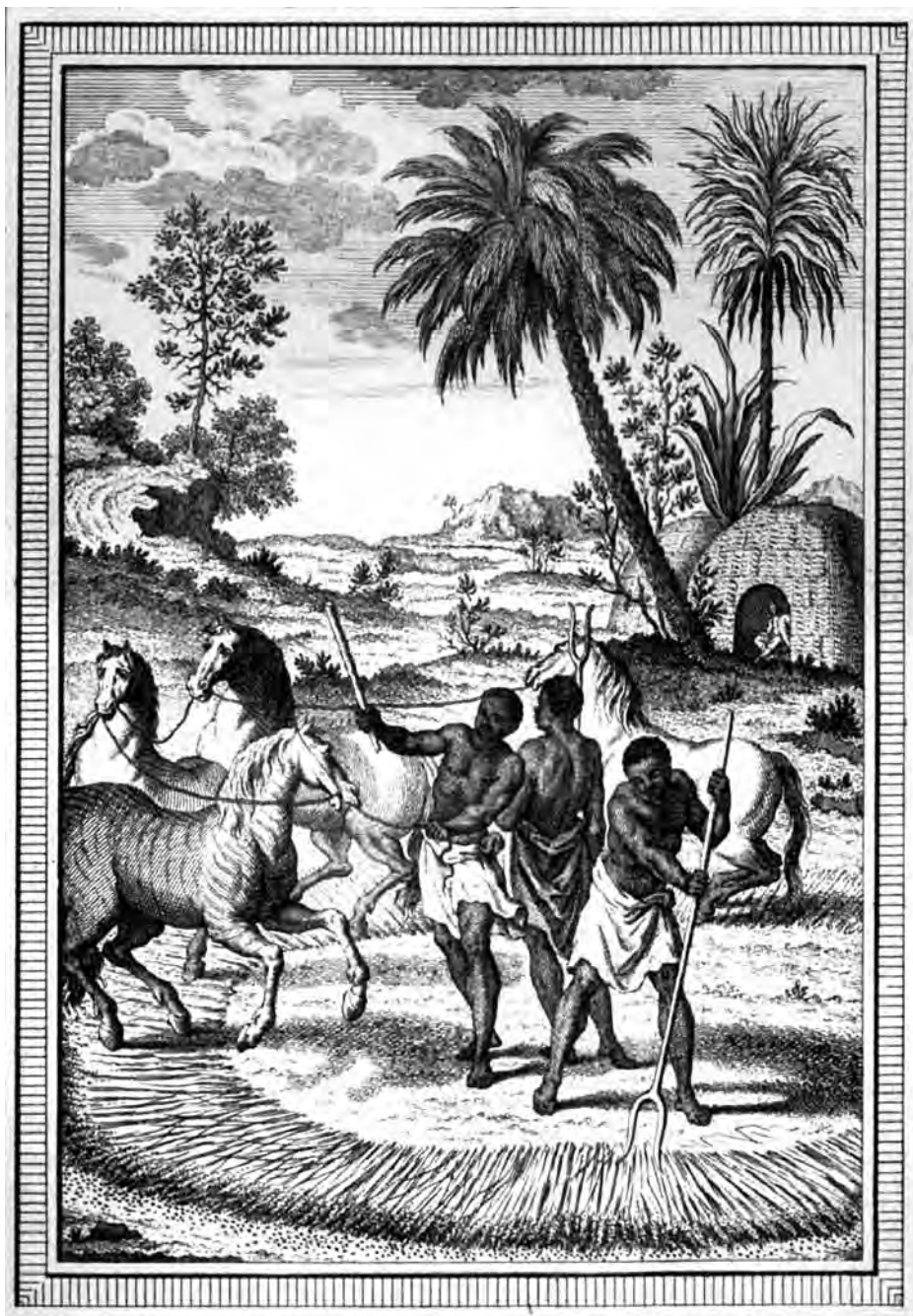



FIGURA 23.3 Agricultores khoi khoi fazendo a batedura dos cereais. [© The Mansell Collection, Londres.]

do clã real dispunha apenas de alguns meios para impor sua autoridade sobre as outras comunidades de língua xhosa, agindo sobre as alianças matrimoniais e distribuindo presentes, a fim de que outros clãs (inclusive os que não eram compostos de xhosa, como os vizinhos khoi) se tornassem devedores seus. Em última instância, a possibilidade para a família real de distribuir esposas, presentes e terras dependia de sua capacidade de produzir mais que outras famílias e clãs. O chefe tinha em geral mais esposas (e, por isso, mais unidades de produção) que os outros, mas nada se opunha a que um homem comum adquirisse grande número de cabeças de gado ou de esposas[27], de sorte que a margem de superioridade do chefe não era sempre muito grande. E, frente às ambições centralizadoras dos chefes, as pessoas comuns tinham as suas ambições próprias e, sobretudo, o desejo de viver livre das exigências dos chefes o quanto fosse possível. As lutas incessantes que dilaceravam os principais clãs xhosa, bem como provavelmente outras sociedades nguni, eram, sem dúvida alguma, encorajadas por homens do povo mais decididos que se esforçavam para paralisar a autoridade central, levando-a a dilacerar-se por si mesma. Estes obstáculos à instauração de uma administração de tipo despótico duraram até o final do século XVIII. Até então, a vida cotidiana parece ter sido pacífica e ordinariamente assaz fácil. É certo que os raros banidos brancos que, tendo-se refugiado em famílias nguni, deixaram relatos de suas aventuras, não pareciam muito impacientes em se reintegrar à sua sociedade estritamente hierarquizada e fortemente controlada[28].

Sabe-se ainda menos sobre os povos sotho e tswana que viviam no Oeste dos montes Drakensberg, onde as precipitações menos abundantes eram mais propícias à criação (aliada à agricultura) do que no Leste desta cadeia de montanhas. No século XVI, pesava sobre eles a ameaça de um ataque provindo do Norte do rio Limpopo[29]. No século XVIII, a ameaça se tornou mais clara: provinha de novas comunidades que se deslocavam para o Norte subindo os vales do Orange e do Caledon. Neste mesmo tempo, os sotho e os tswana deviam ter relações com os khoi, os san, os nguni e os shona, uma vez que havia trocas comerciais limitadas em todas estas direções[30], mas no estado atual dos conhecimentos pouco mais poderia ser dito.

Como os san e os khoi, as comunidades bantas do sul também estabeleceram relações com outras comunidades de características próprias, mas não

27 *Ibid.*

28 *Ibid.* M. Wilson, 1969*a*.

29 M. Wilson, 1969*a*.

30 R. Elphick, 1977; J. B. Peires, 1981; M. Wilson, 1969*a*.

FIGURA 23.4 Uma família namaqua. Gravura do século XVII. [© The Mansell Collection, Londres.]

foram transformadas por esses contatos, não mais do que elas influenciaram as sociedades com as quais mantiveram relações. Peires cita fontes que se referem a alianças entre os chefes xhosa e grupos khoi, como os chainouqua no século XVII, vendo aí uma prova da subordinação de certos khoi a dirigentes xhosa[31]. Entretanto, em se considerando a dificuldade com a qual os chefes xhosa exerciam sua dominação sobre os xhosa sedentários, cabe mostrar-se um pouco cético neste ponto, pois os grupos khoi parecem ter considerado estas alianças como uma segurança em longo prazo antes que uma prova de subordinação permanente. Em todo o caso, mesmo admitindo que tal subordinação existia, a história das interações entre os dois grupos atesta a permanência da especialização de cada um deles. Os diferentes grupos africanos eram, ao que parece, capazes de coexistir durante longo período sem que um impusesse ao outro seu modo de produção.

A historiografia da África Austral é dominada pela história da colônia holandesa da Cidade do Cabo e de sua expansão, história que transformou a vida de todos os habitantes da região. Na verdade, os portugueses não tinham sido apenas os primeiros navegadores a contornar o Cabo da Boa Esperança, tinham

31 J. B. Peires, 1981, p. 22-24.

sido também os primeiros europeus a criar uma colônia permanente na região. Ser-nos-á mais fácil compreender o caráter fundamentalmente inovador da colônia holandesa, se a comparamos à colônia portuguesa que a tinha precedido, e cuja duração, mas não a influência, foi mais importante.

No século XVI, Portugal era um Estado feudal, pequeno e pobre. Sua expansão além-mar foi organizada pela monarquia como um monopólio do comércio com a Índia e sustentada pela Igreja que, na ausência de qualquer outra fonte de mão de obra instruída, exercia uma profunda influência sobre o estilo e a própria substância da administração. Em 1510, a dominação colonial tinha Goa como centro e a rota marítima era protegida por fortes que comandavam o canal de Moçambique, desde a baía Delagoa até a atual Tanzânia[32]. Detendo uma superioridade em termos de frota e de armas de fogo, Portugal não teve dificuldades para conquistar os portos árabes e suaílis, mas a supremacia militar não era suficiente para a administração da região. A segurança dos portugueses ao longo da costa africana e sobretudo em Moçambique, que deveria tornar-se seu quartel geral na região, estava garantida por fortalezas que comandavam o interior, mas nem sempre relacionadas com ele. Tratava-se de um império essencialmente feudal em que cargos importantes e lucrativos eram vendidos pela Coroa mediante uma renda anual. O império era povoado por criminosos portugueses, negociantes não-portugueses e pequenos aventureiros. O lucro deveria provir do comércio do ouro e do marfim, e depois do de escravos; este comércio reconhecia a autoridade dos chefes africanos e suscitou neles o mais antissocial dos comportamentos. No fim do século XVI, o império português do Oceano Índico fora abalado pelas potências comerciais rivais: os árabes tinham recuperado suas possessões da África Oriental, enquanto os holandeses, os ingleses e os franceses se haviam implantado solidamente nas Índias. O canal de Moçambique perdera sua importância estratégica com a abertura de rotas mais diretas ligando a Europa à Ásia, passando pelo Cabo ou pela ilha Maurício, ou mesmo sem escala alguma.

A exploração de Moçambique foi ineficaz. Em vez de introduzir novos modos de produção, os negociantes portugueses e indianos esforçaram-se por tornar-se intermediários. As terras, que foram divididas em *prazos* e arrendadas a *prazeros*, constituíam mais domínios feudais onde se praticava uma agricultura de subsistência do que explorações destinadas a produzir bens comercializáveis. Os produtos de exportação (marfim, ouro e escravos) eram recolhidos pelos

32 M. V. Jackson-Haight, 1967; R. Elphick, 1977.

indígenas. Este tipo de exploração não poderia, aliás, subsistir sem o concurso de sociedades autóctones. Por este motivo, o próprio Cabo, com sua população dispersa e sua pouco abundante produção, não oferecia nenhum interesse para os portugueses. Mesmo em Moçambique, na ausência de um governo eficaz que poderia ter zelado pelos interesses a longo prazo dos negociantes, o comércio se transformou em pilhagens de curto alcance. O capitalismo mercantil sem capital e a colonização sem colonizadores tiveram como efeito perturbar o equilíbrio da África do Sudeste, mas não puderam provocar uma transformação durável das sociedades existentes.

A longa luta contra o monopólio comercial de Portugal foi marcada, em 1602, pela criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que agrupou todas as pequenas sociedades comerciais holandesas que se interessavam pelo comércio com a Ásia. Como as empresas comerciais inglesas da época, esta companhia fora fundada, com o apoio da Coroa holandesa, por negociantes cujo objetivo era obter o monopólio nacional (e se possível internacional) do comércio entre determinadas regiões. Ela estava livre de todo zelo religioso e era independente das igrejas reformadas, pois os agrupamentos religiosos não tinham mais o monopólio da educação na Europa da Reforma. Os "dezessete Senhores" que constituíam o Conselho Administrativo da Companhia nos Países Baixos podiam, portanto, permitir-se perseguir sem nenhuma ambiguidade seu objetivo único, que era a busca do lucro. Elemento também de fundamental importância, a Companhia podia permitir-se remessas de fundos consideráveis que não recuperaria senão em longo prazo. O estabelecimento de uma colônia-guarnição no Cabo foi exatamente um investimento deste tipo, isto é, de um gênero que só uma sociedade próspera, atenta e previdente podia conseguir[33]. Como os franceses em Maurício e os portugueses em Moçambique, os "dezessete Senhores" consideravam a guarnição do Cabo como um ponto estratégico para a continuidade do comércio com a Ásia. Dela fizeram igualmente um posto de abastecimento e de saúde, sendo a guarnição encarregada de comprar carne fresca dos khoi, de cultivar legumes e de abastecer assim as frotas holandesas que içavam vela para Batávia ou dali voltavam. Por isso, era mais que indicado que o primeiro comandante da colônia fosse Jan van Riebeek, que era cirurgião. Quando se verificou que nem os khoi nem os empregados da Companhia podiam produzir víveres suficientes, a Companhia recorreu a um tipo modificado de produção capitalista: deu a seus empregados o estatuto de

33 G. Schutte, 1979.

"burgueses livres" que produziam por sua própria conta e se reservou o controle da comercialização. Seus objetivos e seus procedimentos eram tão genuinamente capitalistas quanto os dos portugueses tinham sido feudais; por isso ela colheu os frutos desta organização metódica.

Como as outras potências europeias que colonizaram zonas de pastagens de clima temperado e de população esparsa, os holandeses descobriram que a dinâmica de sua nova colônia era muito diferente da de suas possessões tropicais. Durante mais de um século, até que mantiveram relações com os agricultores--criadores sedentários, sua experiência foi semelhante à dos espanhóis nos pampas e à dos britânicos nas campinas da América do Norte e da Austrália do Sudeste[34].

O elemento determinante da história da colônia do Cabo talvez tenha sido a extrema lentidão do progresso da agricultura. Durante os primeiros quarenta anos de sua história, a colônia teve que importar uma grande parte dos produtos alimentícios de que precisava, e isto apesar dos conhecimentos muito avançados que os colonos tinham adquirido na Europa Ocidental[35]. A maneira mais compensatória de utilizar a terra era a criação, que deveria ter um caráter extensivo. O segundo elemento determinante foi a impossibilidade de recrutar mão de obra autóctone. Ao passo que os holandeses tinham conseguido levar numerosos indonésios a se dedicar às culturas comerciais, manipulando suas estruturas sociais, foi-lhes impossível transformar os khoi em agricultores que produzissem para exportação, sem destruir com isso a sociedade khoi. Os raros khoi que sobreviveram e permaneceram no território da colônia se fundiram com outros elementos para fazer nascer uma nova comunidade, a dos hotentotes, que deviam ser o fulcro da comunidade dos mestiços do Cabo. A Companhia não podia utilizar os khoi como mão de obra e teve que trazer escravos de outras regiões da África e das Índias Orientais. Estas relações afastavam de vez os khoi ou os san, salvo alguns, dos meios de produção. Para usar da terminologia dos estudos sobre o desenvolvimento, o capitalismo centrado na criação não se articulava com outros modos de produção, antes os eliminava.

Esta característica da nova sociedade poderia ter sido pouco importante se não viesse acompanhada de um expansionismo contínuo. Neumark estima que o avanço da criação foi provocado sobretudo pelo crescimento da demanda exterior de carne fresca[36]. Guelke e Ross preferem ver o principal motor da

34 D. Denoon, 1983.

35 A. J. Boeseken, 1969.

36 S. D. Neumark, 1957.

expansão no próprio dinamismo da sociedade[37]. Como nos ensina a experiência, uma organização capitalista deve desenvolver-se ou morrer: talvez seja supérfluo nos perguntar se as incitações foram externas ou internas. No Cabo, a mão de obra era rara e cara, enquanto era barata e abundante a terra, de tal forma que a maneira mais lógica de assegurar a expansão capitalista consistisse não somente em cultivar os solos de modo intensivo, mas sobretudo em lançar-se à expansão territorial. A extensão geográfica da colônia teve como consequência, muito curiosamente, a reprodução do esquema de exploração das terras por uma população dispersa que caracterizara a sociedade khoi. Com efeito, a criação comercial se limitava essencialmente a fazer pastar mais ou menos os mesmos bovinos e os mesmos ovinos nas mesmas terras de antes, algumas vezes até empregando khoi como pastores. Não é, portanto, a utilização dos solos, mas, antes, o sistema de relações sociais que foi transformado pelo novo regime. Nos confins da colônia, era especialmente difícil para os colonos holandeses exercer um controle sobre sua mão de obra, pois era muito fácil para os trabalhadores descontentes fugir para o Leste ou para o Norte, para escapar de condições penosas de trabalho. A escravidão não constituía senão uma solução parcial, uma vez que os escravos custavam caro e podiam também eles fugir. A Companhia também se esforçou para dominar a situação, estabelecendo com os chefes khoi uma série de tratados, pelos quais os escravos fugitivos deveriam ser devolvidos à colônia.

No curso do século XVIII, as exigências da criação comercial fizeram nascer uma série de relações sociais que estão mais próximas das que se acham no pampa sul-americano e na Austrália do século XIX do que das que se acham no resto da África. O Cabo era o principal entreposto, o foco de todas as relações comerciais e ponto de encontro das culturas e das ideias internacionais. Os representantes da Companhia não se limitavam a administrar a colônia, faziam também comércio por sua conta, infração que permanecia impune desde que não fizesse a Companhia perder dinheiro[38]. Eles se aliavam aos proprietários fazendeiros, aos comerciantes e estalajadeiros mais prósperos da cidade e dominavam um contingente numeroso de escravos, submetido a uma rígida disciplina. Também se sentiam superiores aos criadores que vinham de tempos em tempos à cidade para vender carne, peles e sebo. Falando um holandês muito grosseiro, mal sabendo ler e escrever e usando vestimentas práticas mas bem pouco elegantes, os criadores eram evidentemente pouco habituados às sutile-

37 L. Guelke, 1979; R. Ross, 1975.

38 G. Schutte, 1979.

FIGURA 23.5 Família khoi khoi fazendo pastar seu rebanho, com vista para a montanha da Mesa e para a Cidade do Cabo. [© The Hulton-Deutsch Collection, Londres.]

zas da vida urbana e corriam o risco de serem enganados pelos negociantes de carne da cidade. Tinham também certa tendência a maltratar sua mão de obra porque viviam muitas vezes longe demais das forças de repressão que vigiavam as cidades. Entretanto, por mais desajeitados que fossem, constituíam a força de sustentação da economia colonial. O efetivo de escravos era constantemente reforçado por meio de importações, mas o contingente de criadores também aumentava tão depressa, em função da imigração somada ao crescimento natural[39]. Cento e cinquenta anos após sua fundação, a colônia contava com 20.000 "burgueses livres" e com mais de 25.000 escravos[40].

A expansão territorial da colônia tendia a dispersar os khoi e os san que se achavam na parte ocidental do interior. Ao mesmo tempo, por causa do rigor de sua hierarquia e de sua disciplina, a nova sociedade manifestava uma tendência a excluir os escravos e os antigos khoi mais vigorosos e independentes. Ocorria às vezes que colonos brancos fugissem em direção à fronteira, ora para escapar à lei, ora para procurar fortuna e ora por estas duas razões ao mesmo tempo. Alguns desses fugitivos estavam armados e muitos deles eram eméritos cavaleiros, de tal forma que, como os gaúchos cujo movimento foi engendrado mais ou menos pelas mesmas forças sociais no pampa sul-americano, constituíam uma comunidade de seres endurecidos e violentos[41]. Três possibilidades se lhes ofereciam. De início, podiam tentar se fazer recrutar pelo Estado, como agentes de segurança nas fronteiras; esta opção foi regularizada, no final do período de que nos ocupamos, com a formação do corpo dos hotentotes em 1795[42]. Em seguida, podiam tentar instalar-se e levar uma vida sedentária entre os colonos brancos da fronteira, seja como trabalhadores assalariados (como o desejavam os brancos), seja como criadores independentes (como eles mesmo desejavam). Embora este fosse um objetivo sedutor, era muito difícil atingi-lo, porque a reintegração das terras da colônia e a proteção da propriedade fundiária privada deixavam os habitantes mestiços da fronteira passíveis à expropriação. Os khoi não podiam senão raramente adquirir títulos de propriedade fundiária em seu próprio nome e a expansão do regime colonial tornava os criadores brancos muito ousados para que se disputassem suas terras aos proprietários de fato que eram. Era, portanto, a terceira possibilidade a mais promissora: tratava-se

39 R. Ross, 1975.

40 *Ibid.* W. M. Freund, 1979.

41 S. R. Duncan-Baretta e J. Markoff, 1978.

42 W. M. Freund, 1979.

de haver sempre um pouco de avanço no que se refere à progressão territorial dos colonos brancos.

Foi nas vastas regiões secas que se estendiam ao Norte dos territórios ocupados pela Companhia, na bacia do Orange e de seus afluentes, que vieram a se implantar novas sociedades como as dos kora, dos griqua e dos nama, que raras vezes foram importunadas pelas autoridades da Companhia entre 1730 e 1780, aproximadamente[43]. Seus títulos de propriedade não eram expressamente reconhecidos pelos brancos, mas também não eram contestados. A fim de assegurar sua subsistência, estas pequenas sociedades novas capturavam, criavam e vendiam animais, utilizando armas de fogo e pólvora que compravam na colônia. Consequentemente, o papel de dirigente voltava aos fronteiriços que podiam falar a língua dos brancos e das autoridades da Companhia (bandidos brancos como Bloem ou descendentes de escravos como a família Kok). Muitos sabiam e se lembravam que descendiam de bandos khoi (por isso os griqua, cuja origem remontava a uma comunidade chariguriqua, tomaram o nome de khoi). No entanto, não eram eles simplesmente refugiados que tinham fugido do território da Companhia, eram também a vanguarda. Teriam querido, com efeito, ascender ao estatuto de criadores comerciais independentes, de que os brancos já se beneficiavam, e não simplesmente ter acesso à cultura e à condição de pastores nômades, cuja época estava claramente ultrapassada. Entretanto, suas aspirações pessoais de quase nada valiam. Dependentes das armas de fogo provindas da colônia e obrigados a ter sempre um pouco de vantagem sobre seus rivais brancos, era-lhes impossível tornar-se sedentários por muito tempo. A segurança precária que chegavam a gozar não poderia ser adquirida senão pela ação de desapossar alguns outros. Constituíam-se como uma zona de sombra e de violência que era um dos elementos essenciais da nova economia e da nova sociedade que os criadores comerciais formavam. Quando a fronteira foi finalmente “fechada” no século XIX, ao mesmo tempo por razões ecológicas e porque a administração colonial se havia fortalecido, teve fim a era dos griqua. Este fim estava inscrito nas relações existentes no século XVIII e, se podia ser adiado, não poderia ser evitado.

A fronteira setentrional da colônia foi o ambiente típico da implantação das novas sociedades multirraciais, mas a situação evoluiu de modo análogo na fronteira oriental, onde o curso dos acontecimentos foi contudo mais rápido e seu resultado, por volta de 1790, mais dramático, uma vez que envolveu não

43 M. Legassick, 1979; R. Ross, 1976.

somente os criadores brancos, as autoridades do Cabo e os grupos de refugiados, mas também os bantos que viviam mais ao sul. Havia, nos limites do território xhosa, uma zona de insegurança que se parecia à que havia nas proximidades da fronteira dos criadores brancos. A vida tornou-se perigosa quando estas duas zonas de insegurança se sobrepuseram.

Phalo conseguiu talvez exercer certo controle sobre a maior parte das etnias de língua xhosa, mas sua morte, em 1775, desencadeou um conflito entre seus dois filhos mais importantes, Rharhabe e Gealeka[44]. A morte de Gealeka, três anos depois, dividiu as forças de seus partidários e aconteceu o mesmo com a de Rharhabe, em 1782 (em uma guerra contra os tembu), uma vez que seus partidários engrossaram o campo seja do regente Ndlamba, seja do jovem herdeiro Ngqika. Cada uma dessas duas facções aspirava dominar toda a comunidade de língua xhosa, bem como os vizinhos khoi que foram envolvidos como aliados. Do ponto de vista de cada uma destas facções, os criadores brancos surgiam, a exemplo dos criadores mestiços, como potenciais aliados e eventuais clientes dos xhosa ricos. A prática da transumância, que fazia os rebanhos de bovinos percorrerem distâncias consideráveis, fez com que os brancos, khoi e xhosa entrassem logo em contato em pequenos grupos. Os xhosa precisaram de uma geração para entender o caráter particular da criação comercial com sua necessidade ilimitada e sempre crescente de novas pastagens. Durante este tempo, comportaram-se como se os criadores brancos representassem apenas uma ameaça secundária.

O fato de que repugnava à Companhia gastar dinheiro de seus acionistas e as dificuldades que advinham da administração de uma região distante e fracamente povoada levaram os criadores brancos a encontrar por eles mesmos os meios necessários a sua proteção e a sua expansão. A Companhia remunerava um magistrado residente, o *landdrost*, nos grandes centros, mas ele não podia sozinho manter a ordem. Nas suas funções judiciais, os *landdrost* eram assistidos por burgueses que tinham o título de *heemraden* e que, para as questões militares, resolviam sempre mais as coisas por conta própria. Cada adulto de sexo masculino em idade de combate era um proprietário fundiário em potencial, o que contribuía, grosso modo, para colocar todos os adultos de sexo masculino em pé de igualdade, apesar das diferenças de riqueza cada vez mais marcantes que surgiam entre eles. Ele era, pelo menos em princípio, o patriarca de uma pequena comunidade que compreendia sua família, seus escravos e seus empregados, e cada célula patriarcal geria a maior parte de seus negócios fora da esfera judicial

44 J. B. Peires, 1981.

oficial. Quando um combate era iminente, os patriarcas elegiam um comandante *ad hoc* e formavam um comando que se dispersava após a partilha do butim. Era, portanto, tão difícil para esta sociedade de frágil estrutura quanto para os xhosa no seu Estado dividido adotar uma estratégia de longo prazo. Quando os brancos se tornaram mais numerosos no final do século XVIII, os burgueses começaram a querer libertar-se da tutela da Companhia. Em 1795, quando ela vivia seus derradeiros dias, eles recusaram formalmente sua autoridade e proclamaram duas repúblicas independentes de patriarcas brancos, as efêmeras repúblicas de Swellendam e de Graaf Reinet[45].

Nessa época, uma rebelião muito mais grave se preparava. A expansão territorial dos criadores brancos tinha levado fatalmente à expropriação de comunidades khoi, bem como de certos criadores comerciais khoi, como Klaas Stuurman[46]. Aos olhos dos brancos, era normal que os khoi se contentassem em ser trabalhadores agrícolas e não exploradores independentes. Aos olhos dos chefes das facções xhosa, era normal que os khoi se contentassem em ser clientes dos xhosa ricos. Quanto aos próprios khoi, evidentemente, estavam descontentes com a condição de "Hotentotes" a que a Companhia os condenava, bem como com a condição de cliente que os xhosa lhes propunham. Em 1799, muitos deles se revoltaram com o apoio dos khoi armados que estavam a serviço da nova administração britânica. Diferentemente dos burgueses republicanos que queriam manter o *status quo*, mas romper o jugo da Companhia, os trabalhadores agrícolas, soldados e exploradores khoi queriam rejeitar o *status quo* na fronteira. Para os primeiros, tratava-se de uma revolta, para os segundos de um começo de revolução.

Durante as guerras da Revolução Francesa, a marinha britânica, desejosa de consolidar o domínio dos mares, apoderou-se de certo número de guarnições no mundo inteiro. Uma delas era a do Cabo, que foi ocupada em 1795 depois de breve escaramuça. Nada nos leva a pensar que os oficiais do exército e da marinha britânicas que a ocuparam se interessavam muito pelo interior, salvo para fazer aí reinar a ordem. Ora, como é em geral o caso neste gênero de conquista, o meio mais simples de manter a ordem era reconhecer a hierarquia local dos poderes estabelecidos. Por isso, se as repúblicas dos burgueses foram rapidamente eliminadas, os britânicos confirmaram os direitos destes sobre suas terras. Entretanto, a revolta dos khoi não poderia ser reprimida de maneira tão simples. Não tendo suficientes tropas para uma longa campanha na fronteira, o general Dundas se limitou a acalmar os espíritos. Terras foram distribuídas

45 H. Giliomee, 1979*b*.

46 *Ibid.*

a alguns khoi, especialmente a Stuurman e a seus irmãos; outros khoi foram encorajados, mas sem serem obrigados a retomar seu emprego ou a reintegrar o corpo dos hotentotes. É assim que o descontentamento continuou a incubar durante alguns anos para irromper novamente no começo do século XIX[47].

O Cabo, da forma como os Britânicos o ocuparam no final do século XVIII, já adquirira muitas das características que deveriam marcá-lo no século seguinte. A cidade, que contava apenas com 15.000 habitantes, continuava a ser sobretudo uma guarnição e um entreposto para o comércio asiático e europeu, mas tinha se tornado o porto de saída de uma economia de exportação baseada no interior, e o abandono dos velhos acordos de monopólio comercial iria provocar um crescimento massivo da produção destinada à exportação durante o século que acabava de começar. No conjunto da colônia, havia em torno de 22.000 "cristãos", sendo em sua maior parte brancos, com exceção de alguns negros alforriados. O número dos khoi e dos san elevava-se à cerca de 14.000 e o dos escravos a 25.000[48]. Como o mostra a terminologia dos recenseamentos, o Cabo compreendia uma série estritamente definida de castas, cada uma das quais se distinguia por suas possibilidades de acesso aos meios de produção. Só os "cristãos" podiam possuir terras, mesmo se os khoi não tivessem sido de todo expropriados, e só os escravos eram inteiramente privados de direitos civis, embora, também nesse caso, os khoi tivessem ficado em uma situação ambígua que variava segundo as condições locais e segundo seu número.

Os khoi foram cada vez mais reduzidos a uma posição intermediária entre a colônia, de um lado, e os xhosa, os sotho e os tswana, de outro. No fim do século XVIII, este papel de intermediário terminara na fronteira oriental, do que resultou a explosão da revolta, mas devia prosseguir ainda durante duas ou três gerações na fronteira setentrional que era mais aberta. Porque foram os khoi (que se tornaram khoi, griqua, nama e kora) que sofreram o maior peso do choque da expansão dos criadores da parte ocidental do Cabo, a maior parte das comunidades de agricultura mista da região não foi então atingida senão de modo débil. Nós vimos que os xhosa podiam tratar os criadores brancos como se eles fossem simplesmente khoi de pele clara. Mais ao Norte, entre os nguni do Norte, o aparecimento de confederações poderosas, que deveriam desembocar na formação do Estado zulu, foi inteiramente independente dos acontecimentos do Cabo. Entretanto, em longo prazo, é a criação de rebanho em caráter comercial, agente de transformação resultante por sua vez da transformação capitalista da Europa e da Ásia, que havia de revelar-se a força social mais duradoura do século XIX.

47 W. M. Freund, 1979.

48 *Ibid.* R. Ross, 1975.

CAPÍTULO 24

O chifre da África

E. Haberland

Os séculos XVI e XVII são os mais dramáticos da história da África do Nordeste. O poder político e militar e a notável cultura do império cristão da Etiópia ruíram aos pedaços. As invasões inimigas dizimaram parcelas inteiras da população cristã e privaram a Etiópia, por longos anos, de algumas províncias. Durante um certo tempo, o *magest egzi ʿabhērāwit* ("Santo Império"), assediado por todos os lados, não foi mais do que a própria sombra. A autoridade do Estado parecia existir somente quando o próprio imperador enfrentava o inimigo à frente de seu exército, pois caso contrário ele era reduzido a nada; e essas tribulações políticas exteriores eram agravadas por desordens espirituais também muito destrutivas incessantemente colocando em perigo a unidade do Império, do povo cristão e da Igreja Ortodoxa. A notável influência de alguns missionários portugueses ganhou para o catolicismo um número crescente de convertidos, entre os quais o próprio imperador que, em 1630, abraçou a nova fé e a elevou ao estatuto de religião oficial do Estado. Guerras civis de uma violência inigualável varreram o Império enfraquecido até o momento em que a crença estrangeira e seus adeptos foram finalmente expulsos.

Até o fim do século XVII, assistiu-se em seguida a um período de reafirmação do Império e de restauração da fé tradicional e da cultura da Etiópia cristã, que refloresceram, embora com menos exuberância do que antes. Depois, a partir de 1700, começou um período de esfacelamento do Império, que, segundo o

exemplo do Antigo Testamento, foi chamado de “Era dos Príncipes (ou Juízes)”. A anarquia crescente só terminou em 1855, momento em que Teodoro II inaugurou a idade dos grandes soberanos, aos quais o Império Etíope deveu sua restauração e sobrevivência à era colonial.

Todavia, a África do Nordeste não compreende apenas o império cristão da Etiópia. Por volta de 1500, a cultura islâmica atingia seu apogeu no Leste e no centro do subcontinente, e o belicoso islã não tardaria a obter suas vitórias mais retumbantes. Guiado pelo espírito da *jihad* (guerra santa), Ahmad ibn Ibrāhim al-Ghazi, brilhante chefe militar e defensor da fé, apelidado de Grañ (o Canhoto) nas crônicas da Etiópia cristã, obtinha vitória sobre vitória. A cada ano, durante a estação seca, seus exércitos percorriam o Amahara e o Tigre, ocupados em destruir e submeter, forçando províncias inteiras a se converterem ao islã, ainda que temporariamente. Mas finalmente, as forças que mantinham essas atividades políticas e civilizadoras eram insuficientes. Elas se esgotaram e, com o desaparecimento do chefe, tudo ruiu. O império cristão começou a contra-atacar. Por fim, as migrações do grande povo oromo (galla), dispondo de forças inesgotáveis, destruíram as comunidades de culturas florescentes dos povos muçulmanos da Etiópia Central, não deixando praticamente nenhum vestígio delas.

Então apareceram em cena dois povos importantes, os oromo e os somalis, que desempenhariam doravante um papel determinante na história da África do Nordeste. Eles evoluíram de maneira completamente diferente. Os oromo dispersaram-se em todas as direções, no decorrer de diversas migrações totalmente independentes umas das outras, rumo ao Oeste, ao centro, ao Leste e mesmo ao Norte da Etiópia. Eles invadiram regiões despovoadas por guerras de religião, submeteram e assimilaram outras populações, adaptando-se ao mesmo tempo às culturas superiores de outros povos. Eles também não criaram para si uma verdadeira cultura nacional.

O mesmo não ocorreu aos somalis. A participação de vastos grupos na guerra santa de Grañ e a influência sempre crescente do islã, que os distinguia da maioria dos povos da África do Nordeste, contribuíram fortemente para forjar neles uma consciência nacional bem afirmada. Ainda que subdivididos, de acordo com a genealogia, em vários grupos étnicos, os somalis perceber-se-iam, ao menos a partir dessa época, como um único povo tendo uma única cultura e uma única religião. A expansão, que, entre 1500 e 1700, continuaria em direção ao Sudoeste até Juba e talvez além, não sustentava-se apenas em sua força militar e seu crescimento em número, mas também em seu poder de assimilação.

Enquanto os acontecimentos políticos e culturais do Norte, do centro e do Leste da região eram conhecidos pelos historiadores, até recentemente a história do Oeste e do Sudeste permanecera bastante obscura. Sabemos agora que esse período viu o desabrochar de uma cultura que, por sua criatividade e seu dinamismo, constitui um dos fatos mais interessantes da história da África. Exercida a partir do Norte, a influência direta do império cristão que, desde 1300 senão mais, procurara englobar o Sul do país em sua esfera de influência, criou grandes Estados de culturas refinadas que chegaram até as fronteiras naturais das altas terras do Sul. É preciso destacar particularmente a fundação dos Estados de Enarya: Boša, Kaffa, e Chekko (Šekko), bem como a de Wolayta, de Dauro e dos pequenos Estados do planalto gamo.

O império cristão da Etiópia por volta de 1500

Por volta de 1500, o império cristão da Etiópia atingira no plano político, cultural e, de fato, em todas as outras áreas, um nível que não voltaria a encontrar durante séculos[1].

No que concerne à política externa e ao poder militar, ele exerceu uma hegemonia incontestada no Nordeste da África. O Sudão ainda não era islamizado. Grupos cristãos – tudo o que restava do Estado de Sōbā – subsistiam ainda nas regiões situadas na confluência do Nilo Branco com o Nilo Azul e não tardariam a ser ocupadas pelos fundj. As cidades islâmicas das margens do Mar Vermelho – a Eritreia atual – eram de pouca importância política. Mesmo a costa dos arredores de Massawa – a ilha e sua cidade eram árabe-islâmicas – fazia incontestavelmente parte do Império Etíope e se encontrava sob o jugo do governador das províncias situadas ao Norte do Bahr Nagaš (rio Mareb), habitadas pelos tigrenses[2].

O poder dos vários pequenos territórios e Estados islâmicos da Etiópia Oriental e Central fora reduzido pelos ataques destruidores dos imperadores etíopes do século anterior, particularmente do imperador Zara Yakob (1434--1468). A maioria dentre eles era obrigada a pagar um tributo ao império cristão e colônias militares eram estabelecidas no local. Esses contatos foram reforçados

1 É uma realidade histórica geralmente admitida e que pode ser igualmente deduzida de todos os fatos conhecidos. Ver T. Tamrat, 1972, p. 206 *et passim*; F. Alvares, 1961, *passim*. Para as pinturas, ver J. Leroy, 1967; J. Leroy, S. Wright e O. A. Jäger, 1961. Para a literatura, ver E. Cerulli, 1968, p. 81.

2 F. Alvares, 1961, vol. 1, p. 54.

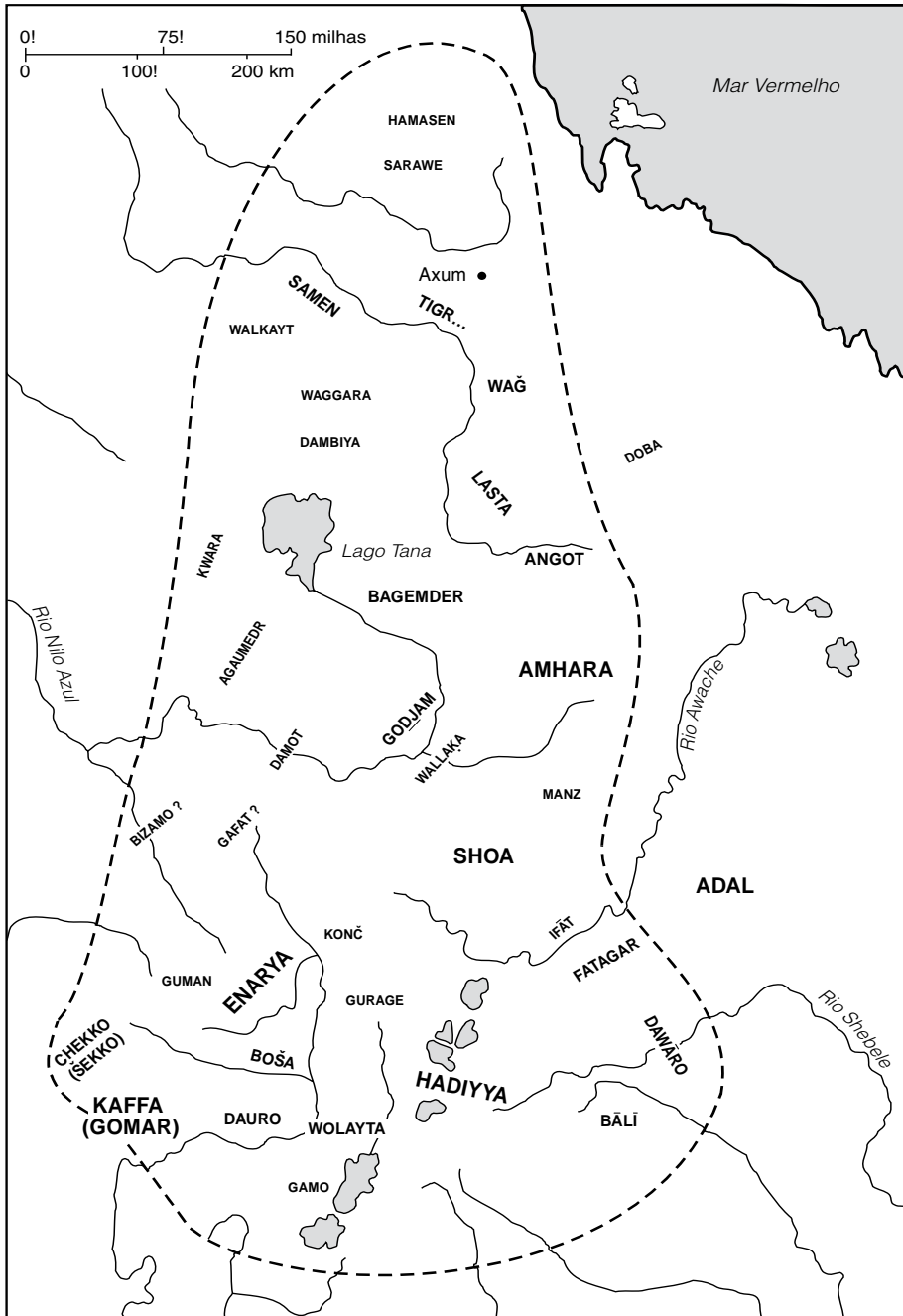



FIGURA 24.1 O império etíope e suas dependências, por volta de 1550 (segundo E. Haberland).

por laços matrimoniais entre as classes dirigentes do império cristão e as das zonas limítrofes islâmicas – a imperatriz Helena, filha de um chefe hadiyya, foi, durante duas gerações, um dos personagens mais influentes da corte etíope[3].

A influência do Estado cristão e sua expansão cultural e militar eram ainda mais marcantes no Sul e no Sudoeste. Surgiram novos estados com uma classe dirigente cristã e os povos e Estados até então independentes foram levados pela força, diplomacia e ação missionária a reconhecer a supremacia política e cultural do império do Norte[4]. Esse imperialismo e essa busca pelo poder encontravam sua justificativa moral na carta do Império Etíope, o *Kebra Nagast* (Glória dos Reis[5]).

Essa obra deve ter sido redigida por volta do ano 1300, pouco depois do que se chama a restauração da dinastia que, até 1974, foi chamada de dinastia salomoniana. Ela congrega lendas populares e tradições bíblicas, talmúdicas e alcorânicas, e as associa a uma missão divina de salvação. Para a Etiópia, o *Kebra Nagast* teve também uma importância comparável apenas à da *Eneida*, na qual foi definida, na mesma veia profética, a missão de Roma. A rainha de Sabá – aqui assimilada à Etiópia – deslocara-se até Jerusalém para instruir-se com a sabedoria de Salomão. Dele, ela concebeu Menelik, que ela deu à luz tão logo chegou à Etiópia, tornando-se seu primeiro rei. Mais tarde, após ter visitado seu pai em Jerusalém, Menelik trouxe a Arca da aliança, o símbolo sagrado mais importante do mundo, e o levou à Etiópia. Ela foi consequentemente conservada na célebre catedral de Axum, onde eram coroados os imperadores etíopes. O livro termina com o anúncio da partilha espiritual do mundo entre os dois grandes impérios sagrados – Roma e Etiópia – que devem realizar o advento do Reino de Cristo. Tudo o que podia servir para exaltar o povo cristão da Etiópia e a dinastia etíope encontra-se congregado no livro com muita arte: a filiação dos imperadores, advindos de Salomão e de Davi – o profeta e o salmista –, e, consequentemente, o laço com Jesus Cristo, enfim, a transferência da Arca da aliança, símbolo da presença real de Deus no seio da humanidade, para a Etiópia. Os etíopes cristãos tornavam-se assim o povo eleito do Antigo e do Novo Testamentos, pois, diferentemente dos judeus, eles aceitavam o Evangelho: “O povo eleito pelo Senhor é o povo etíope, pois este é o lar de Deus, a Jerusalém celeste [...] Fiz aliança com meu povo eleito; meu servo Davi, jurei assim: preservarei tua linhagem pela eternidade e conservarei teu trono para todo o sempre”.

3 J. Perruchon, 1893, p. 125 e 176; T Tamrat, 1972, p. 289.

4 U. Braukämper, 1980, p. 91.

5 C. Bezold, 1905; E. Haberland, 1965, p. 25.

O fato de essa "ilha cristã no meio de um mar pagão" ter podido resistir a várias tempestades, notadamente às do século XVI, deveu-se antes de tudo à situação geográfica particular dessa terra montanhosa. Todavia, o sentimento de ser o novo povo eleito deve ter sido, além do mais, um dos elementos espirituais que deram ao Império Etíope a força para estender seu domínio pela maior parte da África do Nordeste.

No plano interno, o Império gozava na época de uma paz total. Isso é notável nos relatórios de Francisco Álvares que, de 1520 a 1526, acompanhou como capelão a missão portuguesa de Massawa ao Shoa e percorreu o país todo[6]. A ordem e a segurança reinavam por toda parte, as instruções do governador eram respeitadas, a autoridade do imperador era absoluta em todo esse país de ao menos 1000 km de extensão de Norte a Sul. Certamente, as províncias e os distritos beneficiavam-se de uma certa autonomia, certamente o relevo acidentado dos planaltos etíopes prejudicava um pouco as comunicações, particularmente durante a estação das chuvas, mas a unidade do Estado estava firmemente constituída. O princípio do Santo Império cristão, os direitos incontestáveis da casa de Salomão, enfim, a fé cristã e a cultura comum aos dois povos que formavam esse Estado, os amhara e os tigrenses, formavam laços sólidos e reais. A cultura e a língua desses dois povos tinham um poderoso efeito de assimilação em outros grupos étnicos que entrassem em contato com eles. A história desse período é igualmente a da crescente influência de outros grupos étnicos associados aos dois povos majoritários. Isso é evidente com os agaw, povos autóctones do centro e do Norte da Etiópia, totalmente assimilados pelos amhara e os tigrenses. O processo de assimilação se reforçou durante o século XVI e atingiu seu apogeu na integração dos grupos da Etiópia Setentrional, parentes dos agaw no plano linguístico e cultural, mas adeptos do judaísmo, particularmente nas províncias de Samen, Dambiya e Waggara. Seus remanescentes formam desde então uma espécie de casta de párias (os falasha) e se dispersaram por todo o Norte e o centro da Etiópia[7]. Igualmente no Sul, nas regiões da província do Shoa, habitadas hoje principalmente pelos oromo, não apenas o cristianismo, mas igualmente a língua e a cultura amharianas certamente desenvolveram-se às custas de outros grupos étnicos locais, particularmente dos membros das Hadiyya.

Os esforços do imperador Zara Yakob para centralizar a organização política do Império e substituir os chefes das províncias e dos distritos (que pertenciam a

6 F. Alvares, 1961, vol. 1, *passim*.

7 W. Leslau (1951, p. IX-XIII), apesar de sua brevidade, continua sendo a melhor introdução ao problema dos Falasha.

famílias influentes da região e eram constantemente trocados) por pessoas escolhidas por ele por um período limitado acabaram fracassando[8]. Porém, os imperadores continuaram a exercer um poder absoluto mesmo após 1500. Segundo as crônicas, nem sempre eloquentes a esse respeito, podemos supor que no que concerne à autonomia das diversas províncias e ao regime fundiário correlato, a situação era muito parecida àquela ainda reinante nos séculos XIX e XX[9]. A maior parte das terras continuava propriedade dos grandes grupos étnicos e familiares que decidiam sua partilha entre seus membros. A Igreja também era um importante proprietário de terras, ainda que a sua parte tenha sempre sido superestimada. Ela podia assim fornecer meios de subsistência a uma casta de padres seculares camponeses que, em troca, deviam assegurar o serviço divino. Enfim, havia terras imperiais, concedidas pelo imperador a súditos, por curto ou longo prazo, a título de recompensa ou com fins precisos. Essa terra feudal – se a expressão europeia for aplicável no contexto africano – era denominada *gult*. Esse termo designa também o direito conferido pelo imperador ao beneficiário de um ofício em uma dada região de impor tributos e serviços à população. Essa dependência não significava um risco para o direito de propriedade dos habitantes.

O extraordinário dinamismo da sociedade etíope, cujo ideal era o *tellek saw* (grande homem), constantemente obrigado a comprovar suas qualidades e a obter sucessos, não era propício à aparição de uma nobreza. A princípio, os cargos eram acessíveis a todo homem livre pertencente a uma família respeitável. Na assembleia popular de seu distrito, ele podia então ser eleito para este ou aquele cargo, bem como podia perdê-lo. O imperador etíope participava desse processo "democrático", já que lhe incumbia, como autoridade suprema, confirmar ou infirmar a eleição. Assim, o poder monárquico e a eleição democrática se completavam e impediam a formação de uma nobreza hereditária beneficiada por privilégios políticos que teriam atribulado a unidade do Império. Isso ocorreu após 1700, em função do enfraquecimento do poder imperial que levou em seguida a falar de feudalismo, fenômeno originalmente atípico da Etiópia[10].

As estradas eram seguras nessa época e os viajantes não tinham problemas. Os albergues imperiais abundavam na mesma medida que grandes feiras semanais[11]. O bem-estar geral – e não somente o das classes dirigentes – superava tudo o que as gerações seguintes conheceram. Das províncias e Estados tributários afluíam

8 J. Perruchon, 1893, p. 95, 102 e 112.

9 E. Haberland, 1965, p. 200; B. Abbebe, 1971; A. Hoben, 1973.

10 M. Perham, 1948, p. 267 e 273.

11 A descrição que Alvares faz da sua viagem de Massawa ao Shoa é muito instrutiva sobre esse ponto.

impostos *in natura* para a corte imperial, de onde se fazia a redistribuição – até 1636, quando Gondar se tornou a residência permanente, essa corte era apenas um grande acampamento de tendas itinerante. Apesar da ausência de dinheiro e de correspondência comercial, as trocas comerciais internacionais eram intensas: vários bens de consumo eram importados da Índia ou do Oriente Médio – o sal era transportado de uma extremidade a outra da Etiópia, assim como artigos de luxo, como as joias e os tecidos preciosos.

A Etiópia, mais tarde isolada, tinha então relações estreitas com regiões tão distantes quanto a Europa, não apenas no plano econômico, mas igualmente no plano cultural. É impossível aplicar a esse período o juízo célebre e frequentemente citado de Edward Gibbon: "Cercados de todos os lados por inimigos de sua região, os etíopes adormeceram durante quase um milênio, esquecendo do mundo e esquecido por ele"[12]. Os mosteiros etíopes de Jerusalém e de Chipre mantinham contatos ativos com a Europa[13]. Os monges etíopes – os principais disseminadores da educação, da arte e da ciência – eram formados no Egito e participavam tanto da vida cultural copta quanto muçulmana[14]. Ainda que a produção literária fosse limitada a duas áreas – religião e historiografia – ela floresceu até 1650 ao menos. Além disso, as artes gráficas – das quais nos restam principalmente iluminuras – foram estimuladas pela influência do Oriente cristão e da Europa: eles retomaram os principais temas da pintura religiosa para enriquecê-los. Esses contatos são comprovados por algumas alusões das crônicas à presença de artesãos e artistas italianos e espanhóis na Etiópia. A existência de ruínas de igrejas e de palácios ainda desconhecidos testemunha igualmente a riqueza e a criatividade artística desse período[15].

Estados e culturas islâmicas: a *jihad*, os somalis e os hadiyya

Por volta do ano 1300, senão mais cedo, a cristandade realizava, por meio de seus monges e padres seculares, uma atividade missionária enérgica no centro e

12 E. Gibbon, 1556, vol. V, p. 69.

13 E. Cerulli, 1943-1947 e 1947 ; T. Lefèbvre, 1845-1854.

14 Parece que as crônicas de Galawdewos e Sartsa Dengel, bem como a História dos Galla, foram escritas por monges formados em parte no Egito ou em algum lugar no Oriente. J. Perruchon, 1894 e 1896; C. Conti Rossini, 1907; A. W. Schleicher, 1893.

15 S. Chojnacki, 1969.

no Sul da Etiópia. Como religião oficial do Império Etíope, o cristianismo podia sempre contar com o apoio do Estado – em caso de conflito armado. Em contrapartida, a expansão do islã no Nordeste da África não era o resultado de atividades missionárias nem da intervenção do Estado, mas o fruto da cultura árabe e, ao menos neste país, das trocas comerciais e das vias de comunicação. A influência árabe-islâmica sobre a costa da África do Nordeste data de tempos imemoriais. As trocas comerciais entre a península arábica, a costa da Etiópia e a costa somali são anteriores à época islâmica, quiçá à época cristã. Essas trocas criaram cidades de populações mistas, mas cujo elemento árabe era predominante. Os centros mais importantes eram, partindo do Norte, Massawa, as ilhas Dahlak, Assab, Obock, Ta<u>dj</u>ūra, Djibuti, Zaylā‘ (Zeila), Berberā, Obbia, Mogadíscio, Merka e Brava (onde começa a costa da África Oriental propriamente dita, marcada por uma forte influência suaíli). O vigor e a direção da expansão da cultura árabe--islâmica a partir desses centros mostram muito claramente em que ponto esta era dependente das relações comerciais com o interior do país, de sua riqueza, de sua produção e da densidade de sua população. O mapa da expansão do islã no decorrer dos séculos XV e XVI revela que ela se concentrou de um lado e do outro do Rift Valley (Vale da Grande Fenda) – ao longo da grande artéria comercial que levava para o coração da Etiópia Central. Na borda meridional alinhavam-se um certo número de cidades islâmicas, cujas ruínas imponentes ainda são visíveis, e Estados estendendo-se em direção a região do lago Zwai, no Sul, até o Shebele[16]. A cidade de Harar é a única existente em nossos dias. Partindo da costa, existiam os seguintes Estados: Adal, o maior, estendendo-se de Zaylā‘ (Zeila), no Oceano Índico, até o Harar atual, no Oeste, e ao oásis Awssa, na direção norte, no território dos Afar, Dara, Dawāro, Bālī, Arabanī (ou Ar'en), Šharna e Hadiyya[17]. É provável que a influência islâmica tenha se estendido além do Rift Valley, rumo ao Oeste, pois certas tradições, bem como os relatórios sobre a origem árabe da casta *nagado* (mercadores) do Kaffa[18], interpretam o nome do antigo reino de Yamgor (comumente chamado de Djinjero, ou ainda Ğanğero) no médio Gibbe, como significando Terra do Iêmen. Ao Norte do Rift Valley, nos contrafortes meridionais do Shoa, encontram-se os Estados islâmicos gêmeos de Ifāt e de Fatagar (Fata<u>dj</u>ar) com uma população ainda conhecida em nossos dias sob o nome de Argobba. Uma grande parte dos habitantes desses Estados deve

16 F. Azaïs e R. Chambard, 1931, p. 129 e 203, pranchas LXIII e LXIV; C. Conti Rossini, 1942; E. Cerulli, 1941; R. e H. Joussaume, 1972.

17 G. W. B. Huntingford, 1965, p. 53; al-Makrizi, 1790.

18 F. J. Bieber, 1920-1923; H. Straube, 1963, p. 274.

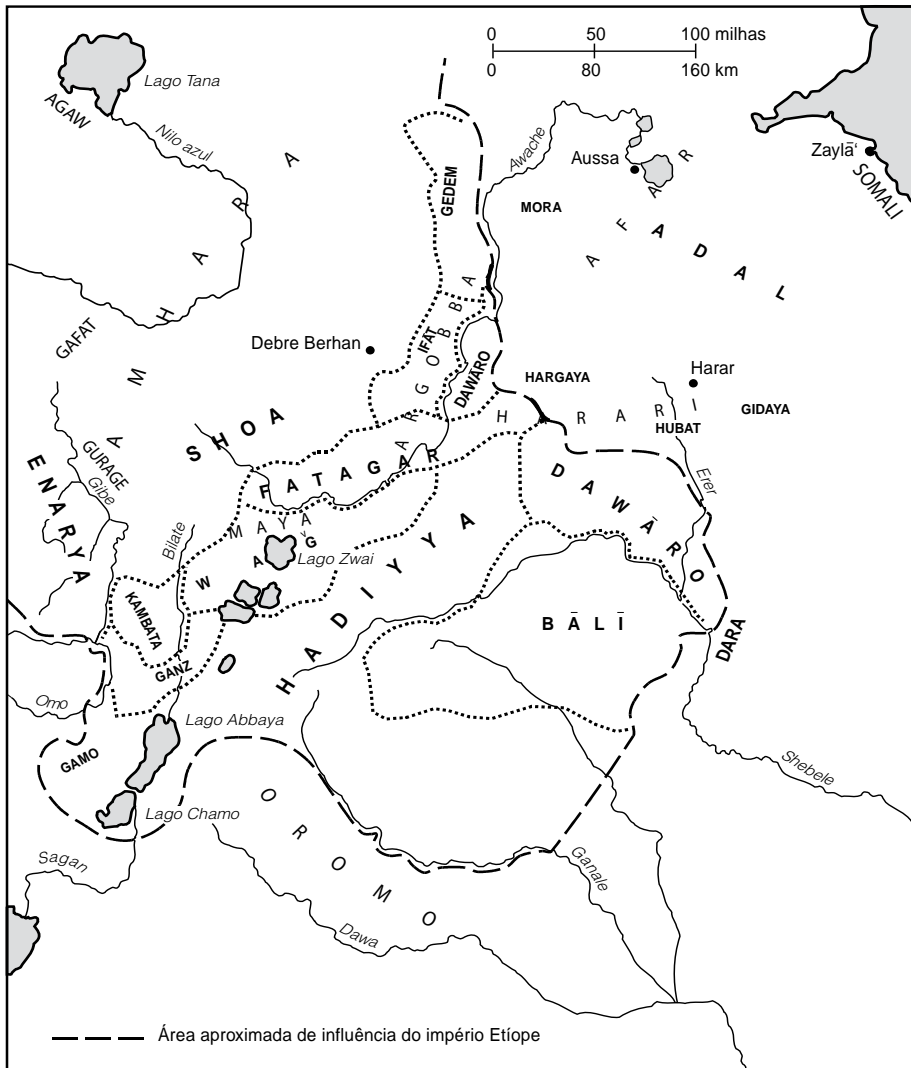



FIGURA 24.2 O Sudeste da Etiópia por volta de 1500 (segundo E. Haberland).

ter falado línguas semíticas, propagadas paralelamente aos cuchíticos falados originalmente na região e posteriormente sobrepujadas – principalmente os dialetos da família linguística hadiyya-sidama. As únicas subsistentes atualmente são as dos povos do Harar, dos gurage do Leste e dos argobba[19].

19 P. V. Paulitschke, 1888; V. Stitz, 1974; W. Leslau, 1963 e 1979.

A fundação de todos esses Estados foi marcada pela influência da cultura árabe-islâmica vinda da costa. Os elementos culturais perpetuados até a atualidade após a destruição desses Estados também são árabe-islâmicos. O exemplo mais evidente dos estabelecimentos urbanos outrora dominantes na região é o de Harar, a única cidade realmente antiga implantada em solo etíope. Convém mencionar aqui as cidades fortificadas dos argobba do Sudeste do Harar e da margem oriental do Shoa, bem como as moradias urbanas de um ou dois andares de pedra, de teto chato e de belo mobiliário interior, testemunho da influência árabe, ou ainda o grande número de túmulos cercados por paredes. Em toda parte onde essa influência se fez sentir, também deixou traços na área agrícola com a introdução da horticultura entesava (culturas em terraços e redes de irrigação), ainda existente, e de várias plantas então desconhecidas dos etíopes: laranjas, limões, pêssegos, vinha, bananas, cana de açúcar[20]. Essa influência se manifestou ainda na cultura do algodão e no consumo do café e do gat (chāt ou kāt), até pouco tempo não adotados pela Etiópia não islamizada. Em toda a Etiópia Central propagaram-se vários conceitos, ritos e termos religiosos provenientes do árabe, mesmo que os antigos adeptos do islã tivessem abandonado em seguida essa religião[21].

Desde o início, a expansão do islã e de sua cultura para o Oeste deve ter provocado choques com o império cristão, principalmente nas regiões onde tal expansão atrapalhava o avanço político e religioso imperial rumo ao Sul. Isso ocorreu principalmente na Etiópia Central, na atual província do Shoa e ao Leste dela. Essa região foi igualmente o palco de conflitos sangrentos entre os dois poderes, repetidos durante várias centenas de anos e cuja saída ficou indecisa até meados do século XV ao menos. O império cristão permaneceu incontestavelmente o poder dominante da região, impondo um tributo à maioria dos Estados islâmicos mencionados acima, mas não conseguiu – por razões essencialmente geográficas – eliminar nem aniquilar esses Estados islâmicos, mesmo sendo eles insignificantes em tamanho ou população em relação a ele[22].

A pergunta sempre será feita – como frequentemente é o caso em matéria de história – para saber o que pôs termo a essa paralisia e transformou em "guerra santa" (*jihad*) a luta – até então de cunho principalmente político – entre os

20 H. Straube, 1963, p. 292 e 301.

21 Gostaria de mencionar palavras como *Sayh* (chefe religioso), *djinn* (espírito), *al-hayr* (bem estar, forma de saudação), *ibbis* (demônio), *awbiya* (santo), *jawm* (jejum) e *halika* (criação), frequentemente encontradas sob uma forma corrompida em um grande número de línguas do Sul da Etiópia Central.

22 G. W. B. Huntingford, 1965; U. Braukämper, 1980, p. 91.

Estados comerciantes islâmicos e o império cristão, e a razão pela qual a autoridade política detida pelos sultões de Adal, os Walasma, foi transferida para os chefes religiosos (*imān*). Também nunca se saberá o que permitiu aos exércitos islâmicos – verdadeiro mosaico de grupos étnicos – atingir o nível de coesão e de fanatismo necessário para levar o poderoso império cristão à beira da derrota. Todavia é indubitável o fato de o brilhante personagem Ahmad ibn Ibrāhīm al-Ghazi (Ahmad Grañ), saído da sombra para se tornar o líder carismático da *jihad*, ter desempenhado nisso um papel primordial[23]. De fato, quando de sua morte, em 1543, a impetuosidade islâmica não tardou a se sufocar, mesmo que seu hábil e ousado sucessor, o emir Nūr, tenha se empenhado, não sem sucesso no início, a continuar a luta contra os cristãos. Não há mais dúvidas também de que, na época, o islã, mantendo firmemente a Somália sob seu jugo, oferecesse a seus exércitos na Etiópia um potencial de recrutamento muito superior à população relativamente fraca dos pequenos Estados islâmicos.

Aparentemente, uma guerra com o Estado de Adal, provocada pelos cristãos, e engajamentos bem-sucedidos na região do Tchertcher, sob o reinado do fraco imperador Lebna Dengel (1508-1540) a quem faltavam, parece, todas as qualidades de um chefe, nada mais anunciavam além de um novo conflito mais ou menos indeciso entre os dois adversários. Mas, bruscamente, a guerra tomou um caminho diferente. Na batalha decisiva de Sembera Kure (1529), na borda ocidental das montanhas do Tchertcher, o Império Etíope perdeu não apenas um exército inteiro, mas também uma parte considerável de sua elite dirigente. "Até então os países (cristãos) nunca tinham sido devastados nem invadidos pelo inimigo", escreve o cronista etíope nos anais imperiais, dividido entre o orgulho e a tristeza[24]. A barreira estava rompida e as consequências seriam terríveis. Até 1543, como uma avalanche, os exércitos islâmicos varreram, todo ano no decorrer da estação da seca, os planaltos etíopes tanto no Sul como no Norte, vencendo e subjugando sistematicamente uma província depois da outra. No Sul e no Leste, por exemplo no Hadiyya e no Bālī, os habitantes vinham diante dos muçulmanos agitando bandeiras, pois eles eram frequentemente seus correligionários e os acolhiam como libertadores vindos para salvá-los do jugo e da dominação cristã. O mesmo não ocorreu com as velhas províncias cristãs, particularmente nas regiões habitadas pelos amhara e os tigrenses. Nesses lugares, os que não aceitassem o islã eram passados a fio de espada. Dessa forma, distritos

23 A melhor fonte sobre esse ponto é a história das guerras de Ahmad ibn Ibrāhim, escrita por seu lugar-tenente Sihāb al-Din; ver R. Basset, 1897.

24 R. Basset, 1882, p. 103.

inteiros se converteram. Igrejas e mosteiros foram impiedosamente pilhados e devastados, seus tesouros entregues aos exércitos islâmicos, se fossem de ouro, prata ou tecidos preciosos, ou então sistematicamente destruídos. No caso de tesouros literários e pinturas etíopes (miniaturas de manuscritos ou pinturas murais), a destruição foi sistemática. Os vestígios por sorte salvos da destruição dão-nos apenas uma vaga ideia do que fora realizado durante séculos de criatividade e trabalho. Cada novo ano testemunhava a conquista e destruição de uma nova província. Em 1531, duas grandes províncias muito populosas do Sudeste e do centro dos planaltos etíopes, Dawāro e Shoa, foram subjugadas. Em 1533 foi a vez de duas províncias do centro, Amhara e Lasta. Em 1533, igualmente, o lugar santo mais importante da Etiópia, Axum, com Santa Maria de Sião, sua catedral, na qual eram coroados os imperadores e onde estavam conservadas as Tábuas da Lei do monte Sinai, foi completamente arrasada (As Tábuas foram salvas e mais tarde trazidas de volta a Axum, onde se encontram ainda hoje).

Mas mesmo nas situações mais desesperadas, a determinação do povo cristão e a força do conceito do santo império etíope eram manifestos. Os convertidos à força ao islã abandonaram sua nova fé tão logo os exércitos islâmicos se retiravam – a Igreja etíope organizou em seguida um rito de penitência e de reintegração para esses apóstatas temporários. Assim também as províncias conquistadas não tardaram a se revoltar contra seus novos senhores. Mesmo o fraco imperador Lebna Dengel, incessantemente assediado, recusou-se a se submeter quando foi forçado pelo general islâmico vitorioso a tomar uma grave decisão:

> Mahammad Grañ enviou um mensageiro para dizer ao imperador: dai-me vossa filha em casamento e façamos um pacto de amizade. Se vós não me seguirdes, em breve não haverá mais ninguém para acolher-vos em vossa fuga. O imperador refundiu-lhe: Não dar-vos-ei minha filha, pois vós sois um infiel. Mais vale depositar sua confiança no poder do Senhor do que em vós, pois Seu poder é tão grande quanto sua misericórdia. Ao fraco, ele concede a força na medida em que enfraquece os fortes. Assim, o imperador foi perseguido pela fome e pela espada. Ele foi atingido por infortúnios que não teríamos como imaginar.

Lebna Dengel morreu em 1540, fugitivo acuado, no impenetrável mosteiro--cidadela de Dabra Damo, no Tigre. Porém, poucos anos após sua morte produziu--se uma mudança política absolutamente imprevisível: a subida ao trono do imperador Galawdewos (Claudius), uma das figuras mais excepcionais da história da Etiópia, foi imediatamente seguida pela excepcionalmente rápida restauração do império etíope, com a chegada do corpo expedicionário português (e, com ele, da missão portuguesa) e, enfim, pela total derrota dos muçulmanos.

No século XVI, Portugal atingira o apogeu de sua expansão imperialista. O Oceano Índico e suas margens tornaram-se um mar português. Fortalezas portuguesas, que nunca foram totalmente vencidas, erguiam-se ao longo das costas: Hormuz, Omã, Socotra, Mombaça etc. Como a Espanha, sua rival na conquista do mundo, Portugal atravessava então sua era de ouro e encontrava-se no zênite de seu desenvolvimento cultural – que não duraria. As riquezas de três continentes afluíam para Portugal, mas elas eram adquiridas à custa da submissão de um número incalculável de pessoas, da destruição de culturas inteiras e de assustadores derramamentos de sangue dos quais os portugueses só se recuperariam após várias gerações. Eles haviam superestimado suas próprias forças[25].

Foi um acidente histórico, mas de efeitos consideráveis e prolongados, a entrada, em 1541, da frota portuguesa em Massawa, na época ainda pertencente ao Império Etíope, e o engajamento de soldados portugueses à causa etíope. A Etiópia não era então de forma alguma desconhecida dos europeus. Desde o século XIV, identificavam-na com o lendário império do Padre João, soberano cristão da "terceira Índia", cuja existência continua um mito até hoje. Durante séculos houve esforços repetidos para encontrá-lo e fazer dele um aliado contra os inimigos orientais da cristandade, os mongóis, árabes ou turcos[26]. Missões portuguesas oficiais estiveram por duas vezes na Etiópia na esperança de concluir uma aliança entre o imperador, a quem sem fundamento algum, batizaram de Padre João, e a Coroa portuguesa. Os membros da primeira missão (1487) não foram autorizados a retornar para sua pátria, mas Francisco Alves, capelão da segunda expedição (1520-1526), deixou um notável relatório a esse respeito que não tardou a ser traduzido para várias línguas europeias, de maneira a deixar toda a Europa bem informada sobre o império cristão[27].

Em 1540, uma frota portuguesa de Goa (Índia) foi enviada ao Mar Vermelho para lutar contra a expansão dos turcos que, após a conquista do Egito, avançavam sobre a Arábia e mesmo o Sudão. Uma parte da frota ancorou em Massawa na primavera de 1541. Pouco depois, o *bāhar nagāš* (literalmente o "regente do mar"), ou seja, o governador da província do Nordeste do Império Etíope, apresentou-se munido de cartas solicitando apoio em favor do Estado cristão em luta para sobreviver. Em julho de 1541, 400 portugueses voluntários, comandados por Cristóvão de Gama, um dos mais jovens filhos do famoso Vasco, invadiram os planaltos etíopes. Sua tática moderna de combate e, prin-

25 C. Verlinden, 1971, p. 86 e 114 ; H. Kellenbenz, 1971, p. 123.

26 F. Zarncke, 1876-1879.

27 A melhor edição é a de C. F. Beckingham e G. W. B. Huntingford, em F. Alvares, 1961.

cipalmente, suas armas de fogo de excelente qualidade fizeram deles temíveis adversários para as tropas muçulmanas ocupantes do Norte da Etiópia. Um número crescente de voluntários etíopes juntou-se aos portugueses, infligindo duas grandes derrotas ao exército até então invencível do *imām* Ahmad Grañ. Invocando a *jihad* e a causa comum do islã, o *imām* conseguiu contudo garantir a decisiva assistência do comando turco no Iêmen, que lhe forneceu novos tipos de artilharia e atiradores de elite. Antes de os portugueses se juntarem ao exército do imperador, tiveram de enfrentar uma terceira batalha, sendo nela derrotados. Seu chefe foi capturado e, recusando-se a aceitar a religião islâmica, executado. Contudo, a sorte sorriu para os cristãos: o exército imperial e o resto do exército português uniram-se e, em 1543, o exército muçulmano foi destruído a Leste do lago Tana. O *imām* foi morto por uma bala portuguesa e suas tropas despedaçadas. É difícil dizer se foi a ajuda dos portugueses que fez pender a balança em favor dos cristãos nessa interminável guerra. De um ponto de vista estritamente militar, foi esse o caso nas últimas batalhas, pois sua tática e armas restabeleceram um certo equilíbrio estratégico. Todavia, o que mais influenciou a Etiópia foi a missão católica que se estabeleceu após a chegada dos soldados portugueses. De qualquer forma, as forças muçulmanas eram indubitavelmente fortes o bastante para subjugar militarmente a Etiópia em um primeiro momento, mas elas eram fracas demais para manter sob domínio permanente os dois grandes povos tigrenses e amhara, particularmente porque eles não conseguiram impor o islã aos cristãos. Após 1543, estes saíram vitoriosos do combate e, no decorrer das décadas que se seguiram, o Império conseguiu reconquistar os territórios perdidos. O poder do islã estaria destruído por séculos[28].

Os oromo (galla)

"Mas – lamenta o cronista etíope, tal como o profeta Joel – o que a minhoca poupou, o gafanhoto comeu, e o que os muçulmanos pouparam, os galla destruíram". A partir do século XVI, elementos do grande povo oromo, até então habitualmente conhecidos sob o nome de galla, como os chamavam seus vizinhos, penetraram no centro, no Leste e no Oeste da Etiópia, cada vez mais numerosos, a ponto de criarem um fenômeno de migração. Sua chegada, sua instalação e suas diferenças com outros grupos a eles precedentes nos locais tiveram grandes

28 Após as últimas guerras homicidas, ocorridas entre cristãos e muçulmanos durante o reinado de Galawdewos (1550-1559), os Estados muçulmanos não são mais mencionados nas crônicas imperiais.

consequências, tanto no plano político quanto no plano cultural, e provocaram mudanças radicais para o conjunto do Nordeste da África. O Império Etíope sofreu sobremaneira e mais longamente com esse fato do que com os muçulmanos, perdendo definitivamente um grande número de províncias. Apenas por volta de 1700 houve uma certa estabilização, o que não bastou para pôr termo no avanço da cultura oroma. Os oromo tornaram-se o grupo étnico mais importante em número do Nordeste da África. Todavia, diferentemente dos amhara e dos somalis, só muito recentemente formou-se neles uma consciência nacional unificadora. No mais, cada grupo oromo era submetido a influências culturais e políticas diversas.

Na África há poucos grupos étnicos sobre cujas origens culturais tenha-se escrito tantas coisas falsas[29]. Se ainda não se sabem as razões exatas que provocaram as grandes migrações oromas, é certo elas não terem sido iniciadas, contrariamente ao que às vezes se diz, para escapar das pressões exercidas por outros povos. As tradições oromas dizem apenas que essas migrações foram originalmente ditadas pela busca de novas pastagens para o gado de uma população crescente. Os somalis, acusados de terem exercido pressões sobre eles, não tinham sequer contatos com eles naquele momento. Além do mais, é pouco verossímil que os somalis, divididos em um grande número de grupos autônomos, tivessem constituído uma potência militar forte o suficiente para preocupar os oromo que, nessa época em que ainda eram unidos, faziam fugir os exércitos regulares dos amhara e aniquilavam os Estados islâmicos do Sudeste da Etiópia.

Apesar dos relatos fantásticos dos autores amharianos e europeus, que situam a pátria dos oromo, antes de sua grande migração para Madagascar, em Mombaça ou na Somália setentrional, trata-se de um autêntico povo etíope. Toda sua cultura e suas tradições o provam. Originários dos amenos planaltos cercando a província atual de Bālī, eles também emigraram em grande número não apenas até o coração dos planaltos etíopes, mas também em direção ao Sul, até o Quênia atual e até o Oceano Índico.

Todas as descrições dos oromo contêm também inúmeros erros: são muitas vezes qualificados como *barbariores barbari* (selvagens) ou criadores primitivos. Isso se deve em primeiro lugar ao fato de os historiadores amharianos e, de fato, os amhara de forma geral, orgulhosos de sua própria cultura, descreverem os oromo como bárbaros não-cristãos (e não-muçulmanos), sem organização social refinada, sem escrita, sem monarquia. Além do mais, se os oromo

29 E. Haberland, 1963; A. Legesse, 1973; E. Cerulli, 1922.

foram, erroneamente, qualificados como criadores primitivos, foi em função de haver entre eles, em um grau desconhecido no restante da Etiópia, um culto ao gado – eles mantinham com os animais adorados relações afetivas estreitas que transcendiam os interesses meramente econômicos – e de ser-lhes impossível cultivar a terra no decorrer de suas grandes migrações. Nos lugares onde se fixavam, eles expandiam sua cultura em todo seu esplendor, e por onde quer que fossem, adotavam voluntariamente um grande número de elementos culturais dos habitantes que os precediam, pois, longe de exterminá-los, eles entravam em simbiose com estes.

Os oromo eram e continuam sendo um povo que força a admiração de seus vizinhos por sua cultura extremamente desenvolvida e refinada. Não há como explicar de outra forma seu sucesso político, sua expansão maciça e seu poder de assimilação. Este sucesso se mede pelo fato de, atualmente, a maioria dos que se consideram oromo não o serem realmente de origem, mas pertencerem a comunidades encontradas e assimiladas pelos oromo. Sua expansão provém em parte de uma espécie de reação em cadeia: diante de sua superioridade militar e de sua organização social muito admirada, outros grupos étnicos se uniram a eles. Foi evidentemente o caso dos membros do grande grupo étnico hadiyya, originalmente povoadores de toda a região situada entre Harar e Gurage, e dentre os quais praticamente todos se ligaram aos oromo. Apenas o nome de seu grupo e algumas tradições constituem traços de seus antepassados. Vários hadiyya tornados oromo instalaram-se na província de Walaga, por exemplo[30].

A cultura oromo caracteriza-se por múltiplos traços específicos, entre outros pela relação estreita entre o homem e os animais já mencionada. O gado era não apenas seu principal meio de existência, mas também objeto de suas preocupações de ordem emotiva e ritual. Esse culto do gado, com seu lado moral, impregnava toda essa cultura, a ponto de a carga emocional da atividade agrícola ficar comparavelmente insignificante. Esse fenômeno tem suas raízes no próprio mito da criação, pois, ao criar os homens, Deus exclamou: "*Eh, kota, abba loni!*" (Aparecei, senhores do gado!)[31].

Como os somalis, os oromo compunham-se de uma multidão de grupos e clãs genealogicamente ligados que, conforme a população aumentava, foram levados a se separar para constituir novos grupos independentes no plano político. Borana e Barentu (ou Baraytu) eram dois personagens míticos, ancestrais e fundadores dos dois grandes grupos portadores de seus nomes. Quando as

30 U. Braukämper, 1980, p. 152.

31 J. L. Krapf, 1858, vol. 1 I, p. 267.

migrações começaram, eles se subdividiram em vários subgrupos parentes entre si. Os barentu estabeleceram-se principalmente no Leste e os borana (não confundir com os boran, da fronteira do Quênia), no Sul, no centro e no Oeste. Por volta do fim do século XIX, quando os oromo foram vencidos pelo imperador Menelik e integrados ao Império Etíope, eles de dividiram em mais de 80 grupamentos politicamente independentes e de tamanho diverso[32].

Na organização sociopolítica dos oromo, o sistema *gada*, espécie de classificação por grupos de idade, baseado em um princípio numérico abstrato, tinha uma importância maior. Era uma instituição central que regulava toda a existência dos oromo com um exclusivismo sem igual junto a qualquer outro povo da terra. Qualquer coisa era prevista em suas regras: nascimento, batismo, casamento, circuncisão, emancipação da autoridade paterna, autorização de conceber e criar filhos, conscrição militar e convocação para caça, obrigação de fazer sacrifícios, "morte civil" por exclusão do sistema, ritos funerais, assim como adornamento, penteado, mobiliário, acessórios de enfeite, agenciamento das casas e do kraal, e outras. O *gada* representava a totalidade das leis que regiam a vida dos oromo. Quarenta anos depois de seu pai, qualquer que fosse a sua idade, o oromo entrava na classe das crianças e, teoricamente, devia passar por dez classes de oito anos cada uma no decorrer de sua existência. Todos os que entrassem ao mesmo tempo em uma determinada classe formavam um grupo *gada* tornando-se uma comunidade guerreira indissolúvel para o resto da existência de seus membros. O pertencimento a uma classe comportava direitos e obrigações bem precisos e cada classe tinha atividades – independentemente das regras sociais e religiosas – adaptadas ao grupo de idade correspondente. As classes cinco e seis constituíam respectivamente as classes dirigente e guerreira. Por ser uma comunidade de homens livres e iguais, não havia hierarquia hereditária. O chefe do grupo étnico, habitualmente nomeado *abba gada*, era eleito pelos membros da classe cinco (*gada ou luba*). Era secundado pelos juízes (*hayu*), escolhidos igualmente nessa classe e por outros dignitários. Fato essencial para o dinamismo militar dos oromo, uma regra *gada* prescrevia ao menos uma expedição guerreira no decorrer dos oito anos da classe dirigente. O ideal do herói, matador e caçador de elite, era comum a todos os povos do Nordeste da África. Apenas aquele que se distinguira como valoroso guerreiro e caçador e tinha massacrado seus inimigos ou grandes feras (leões, elefantes, búfalos, rinocerontes) podia ocupar uma posição eminente na comunidade. Para isso, o oromo estava pronto para arriscar

32 Ver o mapa, em E. Haberland, 1963, no fim da obra.

sua vida em lugares selvagens em busca dos cobiçados troféus. O guerreiro tinha direito a certos privilégios, tais como o porte de enfeites reservados aos matadores: penteado untado de manteiga e ornamento fálico sobre a fronte. Contudo, em parte alguma da África o culto do matador foi tão integrado ao sistema local quanto ao dos oromo. Como o sistema exigia que cada classe dirigente *gada* fizesse uma expedição guerreira com matanças, os oromo atacavam, a cada oito anos, os povoados vizinhos que permaneciam desconcertados e impotentes diante desses episódios cíclicos, até o dia em que eles acabaram por entender o sistema *gada*. Um grande número deles – os sidama, darasse, burgi e todos os membros do grupo konso[33] – deu-se conta de que o sistema *gada* reforçava o poderio militar e o adotaram, modificando-o um pouco.

A religião dos oromo tinha um caráter muito solene. Sua crença em um deus ao mesmo tempo criador e pai celestial tomava formas que lembram o Antigo Testamento. Eles possuíam um rico patrimônio literário transmitido pela tradição oral, tanto sagrado quanto profano, composto de invocações dirigidas à divindade, mas também de poemas de amor líricos, testemunhando seu talento poético.

Durante o primeiro período de sua migração, o progresso dos oromo foi favorecido, além de seu valor militar, em função dos territórios nos quais eles penetraram e que se tornaram quase desertos ou muito pouco povoados após as guerras carnífices travadas entre muçulmanos e cristãos durante cerca de quinze anos. Foi evidentemente o caso da Etiópia Central, a atual província do Shoa, atravessada todos os anos por exércitos islâmicos a caminho do Norte. Assim, o centro do Shoa, outrora muito populoso, tornara-se um deserto e assim permaneceu quase até 1800. Após 1530, os guerreiros do grupo *gada* mudana atravessaram o rio Wabi; após 1538, os membros do grupo kilole devastaram a parte adjacente ao Norte, onde se encontrava o país Dawāro, principalmente povoado por muçulmanos, e ainda mais rumo ao Norte, as planícies do Awache. Após 1546, os bifole invadiram a província de Fatagar e, após 1554, os mesale destruíram a maior parte do Estado islâmico de Adal. Os oromo descobriram então o cavalo e não tardaram em se tornar excelentes cavaleiros[34].

Enquanto isso, as guerras entre cristãos e muçulmanos continuavam. O emir Nūr, valoroso e talentoso sucessor do *imām* Ahmad Grañ, engajou-se em uma última tentativa, certamente heroica mas vã, para reiniciar a *jihad* contra os

33 Para o sistema *gada*, ver A. E. Jensen, 1936, p. 315-382; E. Haberland, 1963, p. 167- 223, 308-321, 380--397 e 451-475; A. Legesse, 1973; S. Stanley e D. Karsten, 1968; C. R. Hallpike, 1972, p. 180-221.

34 A. W. Schleicher, 1893, p. 20.

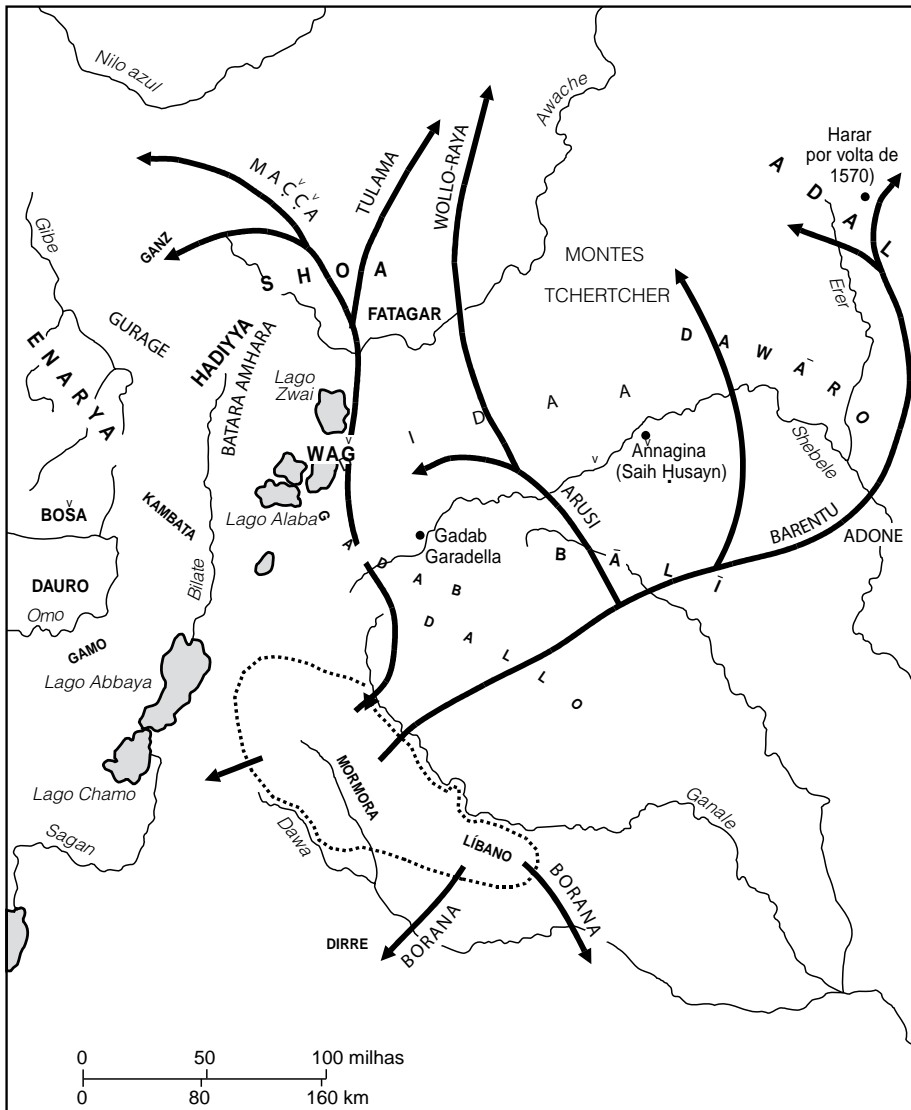



FIGURA 24.3 As migrações oromas no século XVI (segundo E. Haberland).

cristãos e, apesar da morte do imperador Galawdewos em uma batalha na qual os cristãos estavam mal preparados, o declínio do islã iniciaria-se logo.

Os ataques do grupo harmufa dos oromo (1560-1570) foram catastróficos tanto para os cristãos quanto para os muçulmanos. Os oromo invadiram as províncias do próprio coração do Império Etíope, recém-saído das devastações

da *jihad*, Angot, Amhara e Bagemder, onde enfrentaram os exércitos do novo imperador Minas. Ao mesmo tempo, outros grupos oromo atacaram novamente Adal, vítima da fome e da peste, da qual morreu o próprio emir Nūr. Exceto por alguns pequenos grupos que fugiram rumo ao oásis Asswa, no deserto dos Afar, e habitantes de Harar, protegidos por suas grandes muralhas, os muçulmanos desapareceram dessa parte da África por vários séculos. Quando o imperador Minas morreu, os oromo ocupavam definitivamente um terço do Império Etíope[35].

Mas sua expansão não parou por aí. Mesmo antes de 1500, outros grupos já haviam deixado as altas terras de Bālī para penetrar nas imensas savanas do Sul e, sempre em busca de novas terras para seu gado, eles acabaram por chegar ao oceano Índico, na embocadura do Tana. Tratava-se dos guği, dos boran e dos orma. No centro, os arussi estabeleceram-se próximo do antigo Estado de Bālī e ampliaram suas fronteiras cada vez mais rumo ao Oeste, para finalmente chegar ao rio Bilate em 1880. Os barentu expandiram-se pela região dos antigos Estados islâmicos do Fatagar, do Dawāro e do Adal. A cidade fortificada de Harar e – graças à tolerância religiosa dos oromo – o célebre centro de peregrinação de Šaih Husayn foram preservados, formando ilhotas islâmicas. Vários pequenos grupos de oromo tulama estabeleceram-se no Shoa. Os ahmara só tinham condições de resistir nas planícies quentes, fáceis de defender, nas gargantas dos grandes rios e em alguns elevados planaltos (bolsos de Moret, Marhabete, Tagulat, Wagda, Manz, Gueche, Efrata, Gedem etc.). Do Shoa, eles subiram progressivamente rumo aos elevados planaltos e empreenderam, por volta de 1700, a reconquista dos antigos feudos cristãos sob Nagasi, descendente de um ramo colateral da dinastia salomônica. Os oromo wollo e yeğğu expandiram-se pelas férteis províncias de Angot e Amhara, outrora ocupadas por cristãos refugiados, em seguida, no Amhara Saynt. Os oromo não tardaram a adotar a língua amhariana da população local, mas acabaram por se tornar inimigos jurados dos cristãos por causa de sua conversão ao islã. Outros oromo ocuparam as ricas planícies da borda oriental dos planaltos etíopes e se consagraram à criação: os karayu, os ğile, os artuma, os rike, os raya e os azebo[36].

Enfim, no início do século XVII, uma última onda de oromo, compreendendo vários grupos pertencentes principalmente à grande família mačča, seguiu para o Oeste até as atuais províncias de Wallaga e de Ilubabor, parando apenas nas encostas ocidentais do planalto etíope. Sabemos muito pouco sobre a história antiga da parte ocidental dessa região. Ela foi indubitavelmente fracamente

35 V. Stitz, 1974, p. 80. Ver figura 24.3

36 Ver o mapa, em E. Haberland, 1963, no fim da obra.

povoada por pequenos grupos de cultivadores sudaneses, cujos remanescentes atuais são os gunza-gumuz, e por membros do grupo gonga, dos quais hoje restam os mao-afillo e os šinaša. A situação era totalmente diferente no Leste e no Sul da região. Os oromo encontraram nesse lugar reinos bem estruturados, densamente povoados, mantendo laços estreitos com o Império Etíope ao Norte e cujos habitantes eram parcialmente evangelizados. Apoiados em uma certa medida pelo Império Etíope, opuseram-lhe uma obstinada resistência. Mas diante da expansão sempre crescente dos oromo, as comunicações entre o Império e suas dependências do Sudeste reduziram-se na medida em que ele declinava. Assim, Boša e Guman desapareceram do mapa político ao se tornarem as posses oromas de Jimma (Gimma) e Gumma. O substrato autóctone resistiu tão vigorosamente nesse local que os oromo adotaram uma grande parte de sua cultura, notadamente a organização política e a monarquia, deixando progressivamente desaparecer o sistema *gada*. Enarya, célebre por seus tesouros, foi o último dos Estados a sucumbir, vencido pelos oromo limmu. Após 1700, seu rei fugiu para o Sul, onde os outros reinos gonga de Kaffa e Chekko e vários reinos ometo conseguiam resistir aos oromo, graças às defesas naturais do território, e até mesmo, em uma certa medida, se expandirem.[37] (ver abaixo).

Os somalis

A penetração e a expansão dos oromo no centro, Leste e Oeste da Etiópia são mencionadas por textos etíopes e europeus. Simultaneamente, senão anteriormente, começou a expansão de um outro grande povo, os somalis, que teve um alcance comparável à dos oromo em vastos setores da parte ocidental do chifre da África. As fontes escritas são praticamente mudas sobre a ascensão dos somalis que, incentivados pela *jihad* do *imām* Ahmad Grañ, puseram-se então a desempenhar um papel ativo na história da África do Nordeste[38].

Considera-se habitualmente que o berço dos somalis se encontra ao Norte da região atualmente ocupada por eles. Desse local eles progrediram – provavelmente a partir do século XI – rumo ao Oeste. Desde o século XIII, os geógrafos

37 F. J. Bieber, 1920-1923; H. Straube, 1963, p. 274; W. Lange, 1980.

38 Infelizmente nós ainda sabemos muito pouco sobre a história desse importante povo nessa época – notadamente no interior do chifre da África. Um melhor conhecimento das tradições orais e dos fatos históricos ligados às genealogias seria certamente muito útil. A pesquisa histórica impõe-se com toda urgência para a Somália. As melhores obras ainda são as de E. Cerulli, 1957-1964, e de I. M. Lewis, 1955, p. 11-55, e 1961, p. 1-30.

árabes falam de implantações dos somalis na região de Merka, ao Sul da atual cidade de Mogadíscio. Pastores nômades, os somalis eram levados pela pressão demográfica a procurar novas pastagens em direção aos planaltos etíopes. Eles chegaram, por volta de 1500 provavelmente, aos contrafortes orientais do planalto do Harar onde entraram em contato com os Estados islâmicos. Os nomes e dados genealógicos deixados pelo cronista Šihāb al-Dīn levam a crer que eles trouxeram um importante apoio à *jihad* do *imām* Ahmad Grañ.

Até hoje, o efeito estimulante e unificador da influência árabe-islâmica exercido pelas cidades das costas setentrional e oriental do país somali e pelos Estados islâmicos do Sudeste da Etiópia (Adal, Dawāro etc.) foi muito mais sensível junto aos somalis do que entre qualquer outro povo do Nordeste da África. O islã tornou-se parte integrante da cultura dos somalis, contrariamente ao que aconteceu com outros povos cuchíticos culturalmente parentes, tais como os oromo e os hadiyya. Sua fé intensa encontrava-se constantemente reforçada pelos missionários provenientes da Arábia. Esses homens santos foram os pais fundadores do povo somali, tal como o célebre Ismael Gabarti, de quem descende um grande número de somalis.

A influência da cultura árabe-islâmica deu igualmente aos somalis um sentimento de superioridade cultural e reforçou sua capacidade de assimilação com relação a outros grupos parentes da imensa região situada entre o Ogaden e o lago Turkana. Nesse local, toda uma série de grupos étnicos diferentes, de língua e cultura culchíticas principalmente, e vivendo todos da criação de bovinos, constituíra-se muito cedo. Como o mostra a existência dos rendile, os somalis, antes de sua grande migração nordeste-sudoeste, participaram desse processo decorrido desde antes do advento do islã. É muito refutável essa região ter sido ocupada por um povo negroide, eventualmente banto. É mais provável os grupos racialmente diferentes dos somalis, tais como os adone no curso superior do Shebele, os shebeli e os makana no curso médio desse rio e os gobawin no curso superior do Juba, deverem sua existência a processos históricos isolados. Nós sabemos de maneira confirmada que os gosa do baixo vale do Juba descendem de antigos escravos da África Oriental agrupados no local para formar comunidades livres[39].

É excepcionalmente difícil identificar com precisão os diversos estágios da expansão dos somalis e de outros grupos étnicos por eles assimilados, pois vários foram os que, após serem anexados à nação somali, apagaram qualquer traço de sua antiga

39 V. L. Grottanelli, 1953.

origem e adotaram uma genealogia somali. Os principais grupos que se fundiram dessa maneira foram os sab (digil, rahanwein etc.) e, talvez, alguns hawiyya. Além disso, existe ainda, no limite das áreas somalis e oroma, toda uma série de grupos étnicos que se declaram somalis, mas eram outrora considerados oromo (gurra, garri, gabra, sakuya). Eles oferecem um exemplo interessante de transferência cultural e de assimilação. Atualmente, uma única árvore genealógica une todos os membros do povo somali e cada grupo tem seu lugar na genealogia comum[40].

Sob a influência do islã, toda a cultura dos somalis se transformou, particularmente no Sul (no Norte, a dos issa, por exemplo, contém ainda vários traços emanando do patrimônio cultural dos cuchitas orientais). Assim, os somalis diferenciaram-se mais do que qualquer outro grupo da grande família dos povos africanos do Nordeste, ligados entre si por vários fatores comuns de ordem histórica, cultural e geográfica. A influência exercida pelo meio geográfico não deve de forma alguma ser subestimada. Exceto pelos afar que, em sua terra desolada, não tinham sequer a possibilidade de se desenvolverem de um ponto de vista cultural, os somalis são os únicos habitantes da África do Nordeste cujo território é exclusivamente composto de savana seca e de semideserto. Seu meio ecológico conduziu-os a elaborar um tipo de cultura absolutamente diferente do da maioria dos outros povos dessa área, habitantes dos planaltos. Assim, o sistema *gada*, tão importante para a maioria dos cuchitas do Leste nunca criou raízes entre eles ou foi abandonado sob a influência do islã.

O Império Etíope e sua luta pela sobrevivência entre 1529 e 1632: o episódio português e a restauração do Império após 1632

Entre 1529 (início da *jihad*) e 1632 (início da Restauração), o Império Etíope lutou por sua sobrevivência. Foi um período terrível não apenas por causa dos acontecimentos políticos e militares pelos quais ele passou, mas igualmente por causa dos intensos conflitos intelectuais e culturais que o agitaram: a Etiópia foi invadida pelas ideias vindas de um outro continente, desencadeando a revolta e a guerra civil, mas estimulando também a cultura nacional e a Igreja etíope. Com relação ao século de completa estagnação intelectual e política decorrido entre 1755 e 1855, esse período parece excepcionalmente ativo e vivo.

40 I. M. Lewis, 1961, p. 127-195.

O império cristão – ou melhor dizendo, seus dois grandes povos, os amhara e os tigrenses – demonstrou uma força e uma capacidade de sobrevivência surpreendentes frente aos inimigos tanto do interior quanto do exterior. Precisamente durante o reinado do imperador Sartsa Dengel (1563-1597), o conceito de santo império manifestou todo seu poder espiritual quando o Império era mais uma ficção do que uma realidade política, como foi o caso nos últimos anos do reinado de Lebna Dengel. Os turcos reforçaram seu poder nas margens do Mar Vermelho, tomando todos os portos etíopes e penetrando muito adiante nas altas terras até o Tigre; na províncias centrais do Bagemder e do Samen, uma guerra civil feroz era movida contra os etíopes de credo judeu; os oromo não apenas conquistaram e destruíram os Estados tributários do Sudeste, como também isolaram o Império de suas dependências do Oeste e do Sudoeste. Outrossim, eles invadiam periodicamente Bagemder e Godjam (Gojjam, Gojam) e se fixaram de maneira permanente nos bastiões cristãos como Angot, Wallaka, Amhara e Shoa. Mesmo que o poder real do Estado se reduzisse ao território efetivamente ocupado pelo imperador com suas tropas, a imortalidade do "império evangélico" aparentemente nunca foi questionada. É o que se encontra nas crônicas imperiais, nossa principal fonte de informação. A mesma ideologia devia impedir o Império de se desintegrar no decorrer de um século de total anarquia (1755-1855).

Além do mais, no que tange à sobrevivência política do Império, é difícil superestimar a importância do desaparecimento dos Estados e da cultura islâmicos na Etiópia Oriental e Central após das terríveis turbulências da *jihad* e, principalmente, depois da migração dos oromo. O islã não representaria mais uma séria ameaça nos séculos posteriores.

Certamente o Império sofreu grandes perdas, tanto territoriais quanto humanas, nessa luta pela sua sobrevivência. A partir da restauração de 1632, o grande movimento para o Sul, base de toda a política imperial dos séculos precedentes, findou-se quase totalmente, ainda que não tenha sido abandonado oficialmente. Na medida em que o poder imperial declinava, procurou-se principalmente garantir a estabilidade no centro e nenhuma ação política ou militar de grande envergadura ou impacto foi executada. A transferência da residência do imperador para Gondar, em 1636, é um indício desse recuo. Até então, os imperadores – em um país em que as cidades eram desconhecidas – mudavam de lugar de uma a duas vezes por ano. Era uma regra absoluta, respeitada mesmo quando nenhuma consideração política ou militar impunha expedições ou mudança de residência. Segundo as palavras do cronista etíope, "os imperadores se desloca-

vam de província em província até a hora do último sono"[41]. De toda forma, não se tratava de uma caminhada permanente de um extremo a outro do Império. Muito frequentemente, a residência imperial permanecia durante longos períodos na mesma região, ou seja, no próprio coração do Império, excetuando-se alguns deslocamentos limitados. Assim, os soberanos da dinastia zagwe (séculos XII e XIII), na sequência dos reis axumitas, estabeleceram suas residências no Wağ e no Lasta. O primeiro imperador da dinastia salomônica, Yekuno Amlāk (1270-1285), residiu principalmente na província de Amhara; o imperador Zara Yakob (1434-1468) preferiu o Nordeste do Shoa (Debra Berhan); o imperador Lebna Dengel (1508-1540) implantara seu acampamento no Sudeste do Shoa quando da chegada da missão portuguesa; o imperador Galawdewos (1540--1559) acabou por ter uma importante residência em Munesa, no distrito de Wağ do atual Arussi. Finalmente, quando, em 1636, terminadas as grandes guerras civis de religião, Falasidas mandou construir um castelo em Gondar, não se tratava de uma mera ruptura com a tradição, mas de um abandono simbólico da política de movimento, cara a seus predecessores. Gondar permaneceria o centro do que restava da Etiópia cristã até 1855[42].

Assim, entre 1529, início da *jihad*, e 1597, data da morte do imperador Sartsa Dengel e do começo das guerras civis, a política imperial foi centrada na defesa contra os inimigos do interior e do exterior. O imperador Galawdewos liderou com sucesso a luta contra os muçulmanos, particularmente os do Estado de Adal-Harar. Vastas regiões do Sul (Dawāro, Wağ) foram reintegradas ao Império (na verdade para logo cair nas mãos dos oromo). O antigo contato com o Sudoeste foi reatado, a influência da cultura cristã-amhariana voltou a ser percebida nessa região e os oromo foram ao menos temporariamente repelidos. Sob o impulso do sucessor de Ibrāhīm Grañ, o emir Nūr ibn Muğahid, apesar de uma fome e das epidemias que devastaram uma população já dizimada, os muçulmanos de Adal-Harar afrontaram mais uma vez o império cristão. O exército etíope, mal preparado, foi vencido no decorrer de um ataque contra Adal, em 1559, e o imperador Galawdewos caiu no campo de batalha, mas era o fim do poderio islâmico, pois em algumas décadas, os Estados e a cultura islâmicos desapareceriam do cenário da região. Restaram apenas a cidade fortificada de Harar e o pequeno sultanato de Awssa, no oásis deltaico do Awache, protegido pelas terras desertas à sua volta[43]. O imperador Minas (1559-1563), sucessor de

41 J. Perruchon, 1893, p. 149.

42 Monti della Corte, 1945.

43 P. V. Paulitschke, 1888; E. Cerulli, 1931, 1936 e 1942; E. Wagner, 1979.

FIGURA 24.4 O castelo de Gondar, a capital etíope construída pelo imperador Fasilidas. [© Werner Forman Archive, Londres.]

Galawdewos, teve de combater principalmente os turcos que, de suas bases no Mar Vermelho (Massawa, Sawākin), tentaram várias vezes submeter os planaltos etíopes. O filho de Minas, Sartsa Dengel (1563-1597), coroado ainda criança, passou sua breve existência e seu reinado relativamente longo a liderar incessantes campanhas em todas as direções. Os oromo, sempre mais numerosos e mais fortes, apesar de não constituírem uma ameaça tão grave quanto os exércitos da *jihad*, nunca concederam trégua ao Império[44].

Verdadeiras cruzadas de uma violência assustadora foram promovidas para aniquilar os etíopes de credo judeu das regiões do planalto setentrional, princi-

44 A crônica do imperador Sartsa Dengel dá conta apenas das guerras. C. Conti Rossini, 1907.

palmente Samen, Waggara, Dambiya, Belasa, Sallam e Sagade, onde outrora eles viveram sob a conduta de seus próprios chefes, gozando de uma certa autonomia. Seus ancestrais foram provavelmente convertidos por missionários judeus desde antes da introdução do cristianismo. Diferentemente dos judeus de outras regiões do mundo, eles estavam completamente integrados à cultura do ambiente, a ponto de seus livros sagrados (o Antigo Testamento, por exemplo) não serem escritos em hebraico, mas em gueze, a língua literária e litúrgica da Etiópia.

Não se sabe porque essa guerra religiosa eclodiu na mesma época em que o Império enfrentava inimigos externos. Os judeus tiveram de escolher entre o cristianismo ou o extermínio. A descrição dessas guerras, como a da aniquilação dos cristãos da geração anterior pelos exércitos muçulmanos da *jihad*, é um dos capítulos mais sombrios da história etíope. Apesar de sua coragem heroica, os adeptos do judaísmo foram praticamente exterminados, a maioria recusou-se à conversão e muitos preferiram matar-se. Os poucos sobreviventes, privados de seus direitos civis e arrancados de suas terras, tiveram de mudar de profissão. Assim, a palavra Falasha, usada para designar os etíopes de religião judaica, tornou-se sinônimo de ferreiro, oleiro, carpinteiro, tecelão e, de forma geral, trabalhador especializado. Apesar da importância de sua profissão, esses homens foram marcados por um estigma em uma sociedade em que o ideal era o homem livre e independente, jamais trabalhando para outrem em troca de um salário. Assim, a decadência social ia de mãos dadas com a perseguição religiosa[45].

Surpreende constatar que o Império Etíope, ocupado por combates furiosos e incessantes durante três gerações, encontrou a força não apenas para enfrentar os turcos no Norte, os muçulmanos de Adal no Leste e os oromo no Sul e no centro, mas ainda para obrigar, por maciças campanhas no Sudoeste, os grandes Estados de Enarya, Boša e Kaffa (Gomar) a aceitar mais do que um reconhecimento simbólico de sua soberania e a renovar seus laços com a Igreja etíope e a cultura da Etiópia Setentrional. O autor da *História dos Galla* (provavelmente capelão na corte do imperador Sartsa Dengel), ao fazer a crônica das guerras de tão grande consequência para a evolução futura do Sudoeste etíope, se limita a assinalar que no decorrer de uma campanha, o imperador não conseguiu atrair os oromo dawe para o campo de batalha porque eles se retiraram.

“Por falta de inimigos de carne e osso, o imperador decidiu combater o Diabo e capturou as almas dessas pessoas chamadas de inariya (enarya), boša, gomar. Diante da injunção: ‘Tornem-se cristãos!’, eles obedeceram e receberam

45 W. Leslau (1951) dá uma bibliografia completa sobre os Falasha. Ver J. M. A. Flad, 1869.

o batismo[46]". Assim sendo, o autor das crônicas imperiais consagra um grande número de páginas a esse importante acontecimento, o batismo coletivo. Essa testemunha ocular expõe de maneira muito viva a que ponto os amhara se convenceram de sua missão, e de sua superioridade, enquanto disseminadores da fé cristã e do conceito imperial. Sartsa Dengel ofereceria a redução do tributo devido pelos enariya à metade se eles todos se tornassem cristãos. Pressionado pelo imperador e esperando também o apoio necessário contra os oromo, cuja força não parava de aumentar, o rei Badančo de Enarya decidiu deixar-se batizar. A cerimônia foi organizada com grande solenidade pelo rei e todo seu povo ao mesmo tempo. O próprio imperador da Etiópia "o novo apóstolo, o novo Constantino, que fecha os templos dos idólatras e abre as igrejas", foi o padrinho do rei de Enariya e seus anciãos foram os padrinhos dos nobres de Enarya. Os mais altos dignitários eclesiásticos da Corte etíope oficiavam. O cronista, em sua condição de monge, não faz um simples panegírico quando exclama:

> Oh, quanta alegria o imperador cristão teve naquele dia pelas almas dos crentes que receberam o batismo nesse mesmo dia! Vamos dar na alegria essas palavras de louvor a nosso imperador Sartsa Dengel: Tu que ensinas os povos, tu que obedeces à lei cristã, não por medo do gládio, mas na esperança de entrar no reino dos céus[47].

Após a pompa solene do batismo e a oferenda de vestes e enfeites aos enarya, o imperador fixou as leis eclesiásticas e deu ao país "mestres ortodoxos", os padres e diáconos que participaram da Igreja fundada pelo rei Badančo, doravante nomeado *Zamaryam* (devotado a Maria). Pouco tempo depois, o rei dos boša, vizinhos dos enarya, foi batizado por sua vez e recebeu o nome de Jorge. Esses episódios, bem como outros análogos, sobrevindos pouco tempo antes de 1600, representam o canto do cisne da expansão imperial, que nunca mais se reproduziria dessa forma. Apesar de sua corajosa resistência, os enarya foram conquistados pelos oromo em 1710, com seu rei fugindo com uma parte da população para Kaffa, mais ao Sul. As tradições orais que ainda sobrevivem nos povos etíopes do Sudoeste permitem concluir que os contatos estabelecidos no reinado de Sartsa Dengel tiveram um efeito excepcionalmente durável e estimulante no país e em sua civilização. A Etiópia do Sul foi o palco do último triunfo do expansionismo imperial e o teatro de frutíferas trocas culturais.

É preciso tratar agora de um episódio muito mais importante para o Império do que todos os fatos políticos e militares dos quais o Estado cristão saiu vito-

46 C. Conti Rossini, 1907, p. 140; A. W. Schleicher, 1893, p. 31.

47 C. Conti Rossini, 1907, p. 144.

rioso, o acontecimento ideológico decorrido aproximadamente por um século (de 1542 a 1632) em solo etíope: o conflito com a Igreja católica.

A criação da Companhia de Jesus (os jesuítas), em 1540, deu à Igreja católica um instrumento extremamente eficaz para conduzir a Contra-Reforma na Europa, mas igualmente para converter os "pagãos" e trazer para seu domínio as igrejas cristãs "heréticas", fora do dogma e da autoridade de Roma. Além das missões na Índia, na China e no Japão sob a conduta do ilustre São Francisco Xavier, a reintegração da Igreja do Padre João foi considerada uma tarefa importante. Desde antes de 1540, houve trocas epistolares entre os reis portugueses e os imperadores etíopes. Esses contatos foram aproveitados após essa data. O elemento determinante foi, evidentemente, a presença de membros do corpo expedicionário português com suas famílias na Etiópia. Houve a princípio o extraordinário episódio de um certo João Bermudez que, após ter participado da segunda missão portuguesa (1520-1526), na qualidade de barbeiro segundo alguns, apresentou-se novamente no país alegando que o papa o ordenara patriarca romano da Etiópia. Depois, em 1557, Andrea da Oviedo foi consagrado bispo e enviado à Etiópia com outros jesuítas portugueses para preparar a reintegração, ou seja, a união da Igreja ortodoxa com Roma. Seus intercâmbios com o clero etíope e, principalmente, com o imperador Galawdewos serviram pouco à causa da fé católica na Etiópia, mas deram ao soberano a ocasião de fazer uma brilhante exposição da religião etíope, conhecida na história como "a confissão de Galawdewos" (*haymanota* Galawdewos).

Era a primeira vez na África que uma voz se levantava para fazer observar que o cristianismo é uma religião sem limites temporais nem espaciais e que nenhum povo de continente algum poderia alegar ser sua própria interpretação a única verdadeira. Ao mesmo tempo cheio de segurança e de tolerância, eis que o cristão africano afronta seu correligionário europeu. Ele o coloca em seu lugar quando, por exemplo, demonstra que certos costumes e práticas da Igreja etíope não são nem "pagãos" nem "judeus", mas têm sua origem na cultura popular etíope, da mesma forma que cultura europeia se expressou na cristandade europeia:

> No que diz respeito à circuncisão, nós, os etíopes, não nos circuncidamos como os judeus, pois sabemos que Paulo, essa fonte de sabedoria, disse sobre ela [...]. A circuncisão é praticada entre nós muito simplesmente como um costume de nosso país, exatamente como os núbios entalham o rosto ou os indianos furam as orelhas. Nós seguimos aqui então, não a lei de Moisés, mas um costume humano. [...] Sobre o consumo do porco (mais exatamente sobre a proibição de comê-lo), acha-se que

> podemos observar a lei de Moisés como os judeus fazem. Não desprezamos os que comem, não os consideramos impuros, mas se tiver alguém que não coma, tampouco o forçamos a comer [...] Alguns preferem o peixe, outros as aves, outros ainda não comem carneiro. Que cada um escute seu coração, ainda que as inclinações e os desejos dos homens sejam diferentes. [...] Para os puros, tudo é puro, e como diz Paulo, aquele que crê de verdade, pode comer de tudo.

O mesmo texto explica também como os cristãos da Etiópia seguem o sabá, celebrando nesse dia a Santa Comunhão por meio de uma ágape (*mahabbar*), uma "festa do amor" associada à Ceia[48].

Sob o reinado do imperador Sartsa Dengel, os jesuítas receberam um centro em Fremona, perto de Adwa, no Tigre. Eles foram autorizados a viver no lugar em total liberdade e a empreender – não sem sucesso – atividades missionárias. Oviedo morreu em 1577 e seu sucessor só foi nomeado após muitos anos, pois os turcos controlavam os portos do Mar Vermelho e prendiam todos os portugueses. Por fim, em 1603, um espanhol, Pedro Paez, veio encabeçar a missão após uma perigosa viagem de vários anos. Esse missionário, sem dúvida alguma o mais notável da época, era também um homem de rara tolerância. Os etíopes também se engajaram em discussões teológicas extremamente estimulantes: a controvérsia forçava a Igreja etíope a sair de seu torpor. Esses anos de debates contam entre os mais vivos de sua história. Para estar ao alcance do povo, a Igreja chegou até a conduzir e transcrever os debates teológicos em língua ahmariana. Essa inovação acabou após a Restauração de 1632, quando foi reintroduzida a língua oficial da Igreja, o gueze, tão pouco conhecido das massas etíopes quanto o latim pelos camponeses europeus da época. Os efeitos benéficos dessas trocas não tiveram futuro e o debate construtivo logo se transformaria em hostilidade aberta entre as facções ortodoxa e católica[49].

Nessa época, a literatura da Etiópia conheceu uma notável renovação e os escritos de então, de caráter teológico e histórico principalmente, são considerados dentre as criações mais importantes da produção etíope em geral. As obras teológicas que podemos mencionar são: *Fekkare Malakot* [A explicação da Divindade], tratando do problema do conhecimento de Deus; *Mazgaba Haymanots* [O tesouro da fé], resumindo, assim como *Sawana Nafs* [O refúgio da alma] os argumentos do clero ortodoxo em favor da doutrina monofisita, ou

48 H. Ludolf, 1681, vol. III, cap. 1.

49 A crônica abreviada observa com laconismo durante o reinado de Susenyos : "ele se revoltara pelos francos" (ou seja, pela fé católica), "o povo pereceu no Wağ por causa dos francos" ; "ele pereceu por causa dos francos" etc. Ver R. Basset, 1882, p. 129.

Haymanota Abaw [A fé dos Pais], coletânea universal traduzida do árabe copta e tendo o mesmo assunto. Um dos testemunhos mais importantes dessa época turbulenta é a obra que conta, de um modo muito vivo, a história e os sofrimentos da religiosa Wallata Petros, morta em 1644 após uma existência quase inteiramente consagrada à luta contra o dogma católico. Para a reintegração dos cristãos que haviam adotado a fé islâmica, foi escrito o *Mashafa Keder* [Livro da impureza], que trata dos ritos de expiação enquanto o *Mashafa Nesseha* [Livro da penitência] era traduzido do árabe[50].

É preciso destacar um eminente autor, Enbakom (Habacuc), árabe muçulmano convertido ao cristianismo que, na hierarquia da Igreja etíope, foi elevado ao nível de abade no célebre mosteiro de Dabra-Libanos e tornou-se *eččage*, chefe supremo do clero etíope. É de sua autoria a notável obra intitulada *Ankasa Amin* [A porta da fé], defesa do cristianismo contra o islã, na qual ele cita constantemente o Alcorão para provar a verdade da fé cristã. Além disso, ao traduzir *Barla'am e Josafat*, Enbakom deixou uma importante obra da literatura oriental ao alcance do povo etíope. Talvez tenha sido ele também a adaptar para o etíope *Zena Eskender* [Canto de Alexandre] cuja influência sobre a Etiópia em geral é muito mais considerável do que geralmente se crê[51].

Os três relatos (anais) dos reinados dos imperadores Galawdewos, Sartsa Dengel e Susenyos e a breve *História de Galla*, do monge Bahrey, constam igualmente dentre as mais importantes produções literárias desses períodos. O mesmo monge talvez tenha também escrito a crônica de Sartsa Dengel. Essas obras caracterizam-se por uma apresentação viva, um estilo pessoal e um engajamento marcado, pois o escritor (ou os escritores) tinha consciência de representarem o império[52].

O imperador Sartsa Dengel designara, para sucedê-lo, o filho de seu irmão, Za Dengel, então maior de idade, pois seu próprio filho Ya'ekob ainda era uma criança; mas sua viúva, com a ajuda de dignitários influentes, conseguiu colocar este último no trono. Uma revolta e uma guerra civil estouraram em seguida. Finalmente, Za Dengel venceu, mas cometeu a imprudência de concluir precipitadamente uma aliança com a missão católica e os portugueses, ainda influentes no país, e de declarar sua submissão ao papa, o que levou o *abuna* (ou arcebispo da Igreja etíope) a desligar os sujeitos de seu sermão de fidelidade e a excomungar o imperador. A guerra civil eclodiu novamente, Za Dengel morreu em

50 E. Cerulli, 1968, p. 145.

51 *Ibid,* p. 125; L. Ricci, 1969-1971 e 1971.

52 J. Perruchon, 1893; C. Conti Rossini, 1907; A. W. Schleicher, 1893.

combate e Ya'ekob, restabelecido no trono, reinou até o dia em que, graças a sua superioridade política e militar, um sobrinho-neto de Sartsa Dengel, Susenyos, conseguiu fazer-se proclamar imperador e restabelecer a paz.

A sagração de Susenyos (1607) marcou o início da fase final da rivalidade entre a Igreja ortodoxa etíope e a Igreja missionária católica. Durante os cinco primeiros anos de seu reinado, Susenyos eliminou, graças a uma série de campanhas vitoriosas, os inimigos mais perigosos do Império, tanto nacionais quanto estrangeiros: os poucos falasha ainda existentes foram exterminados, os agaw (população autóctone da Etiópia Central e ocidental que, até o momento, beneficiaram-se de uma certa autonomia) foram definitivamente submetidos e, por fim, os oromo passaram por tantos reveses que se mantiveram sossegados por muito tempo. Os talentos excepcionais do chefe da missão jesuíta, Pedro Paez, teólogo, pregador, professor e arquiteto, abriram-lhe o acesso à corte imperial e, sob a efígie dessa forte personalidade, o imperador tendeu cada vez mais rumo ao catolicismo. Essa tendência ficou ainda mais nítida quando seu influente irmão, o ras Se'ela Krestos, tornou-se oficialmente católico em 1612 e criou uma missão católica na província de Godjam. Desprezando as admoestações do *abuna*, que o ameaçou de excomunhão, o imperador adotou também a religião católica em 1622. Pedro Paes morreu pouco tempo depois[53].

A luta entre as duas doutrinas e as duas civilizações, conduzida até então com armas intelectuais e dentro do respeito mútuo, voltou-se para a guerra aberta. Alphonso Mendez, o novo bispo espanhol, despachado pelo papa, era exatamente o oposto de seu predecessor, tão tolerante e cheio de compreensão. Seu sectarismo e sua arrogância suscitaram inevitavelmente uma reação hostil em um país que preza a liberdade e que, no decorrer dos séculos, mantivera laços estreitos com sua própria Igreja nacional. Sob a proteção do imperador, com a lógica e a intolerância obstinadas próprias aos jesuítas dessa época, Mendez tratou de recolocar a Igreja etíope naquilo que era, a seu ver, o caminho certo. Todos os padres etíopes tiveram de sofrer uma nova ordenação e todas as igrejas uma nova consagração. As decorações interiores dos edifícios religiosos foram modificadas de acordo com o modelo europeu. O calendário foi europeizado, a circuncisão proibida e um novo batismo foram impostos a todos os etíopes. "Tudo foi feito para não apenas contrariar o clero, mas também o simples fiel"[54].

Dois incidentes provocaram uma hostilidade particular: Mendez mandou expulsar do mosteiro de Dabra Libanos os restos mortais de um abade muito

53 P. Pais, 1945-1946; J. Lobo, 1728; B. Sellez, 1710.

54 A. H. M. Jones e E. Monroe, 1978, p. 97.

venerado, sob o pretexto de que o corpo de um cismático era uma profanação, e uma mulher foi acusada de bruxaria, à moda europeia (até então a Etiópia ignorava o processo de bruxaria, flagelo da Europa no início dos tempos modernos).

Contra a nova igreja detestada multiplicaram-se as revoltas, que se tornaram particularmente violentas nas províncias centrais do Bagemder, do Lasta e de Wağ. O imperador, outrora tão amado, a quem o país devia a paz, devia agora domar seus súditos com guerras sangrentas agravadas ainda mais pelo fanatismo dos jesuítas. Em 1632, uma nova grande batalha ocorreu, saindo dela vitorioso o imperador, com pesadas perdas para ambos os lados. O príncipe herdeiro Fasilidas, cavalgando ao lado de seu pai, apontou os corpos dos rebeldes e disse: "Eram outrora teus leais súditos!" O imperador, cujas dúvidas aumentaram, ficou abatido e abdicou, fazendo a seguinte proclamação:

> Ouvi, ouvi! Nós vos demos a princípio esta fé, crendo-a certa. Mas inúmeros homens pereceram [...], e agora estes camponeses. Em razão disso, nós vos restituiremos a fé de vossos ancestrais. Que o antigo clero retorne às igrejas, que ele restaure seus altares, que siga sua própria liturgia. E regozijai-vos[55].

Abatido, Susenyos morreu pouco tempo depois. Era o fim da missão católica. Os que adotaram a nova religião voltaram em massa para a fé tradicional. O novo imperador, Fasilidas, mandou deportar os jesuítas e qualquer um que tenha ficado no país apesar do decreto imperial foi morto. Os etíopes, e seus chefes mais destacados, dentre eles o *ras* Se'ela Krestos, foram executados. Esforçando-se para consolidar o Império e eliminar toda influência estrangeira, Fasilidas chegou até a concluir com o governador turco de Massawa um acordo segundo o qual os turcos deviam executar, em troca de recompensa, todo missionário europeu que chegasse a Massawa. Assim acabou, por culpa dos europeus, um contato entre a África e a Europa que durara cem anos, inicialmente enriquecedor, depois meramente negativo. Os irmãos cristãos de além-mar, a princípio acolhidos como amigos confiáveis, doravante só seriam evocados pelos etíopes como "os lobos do Oeste"[56].

O Império Etíope isolou-se então deliberadamente do resto do mundo e iniciou voluntariamente uma política de estabilização que, no fim do século, levou à estagnação. A instalação de uma residência imperial permanente em Gondar, no centro militarmente protegido do Império, inscreveu-se nesse pro-

55 R. Basset, 1882, p. 132; A. H. M. Jones e E. Monroe, 1978, p. 98.

56 H. Ludolf, 1681, vol. III, cap. 13.

cesso. Ainda que as vastas campanhas militares e as grandes migrações oromas cessassem progressivamente e que um grande número deles fosse assimilado à civilização da Etiópia cristã, não foi mais possível continuar uma política dinâmica e conquistadora a partir de Gondar. Não há então grande coisa a dizer da atividade política da Etiópia cristã no decorrer da segunda metade do século XVII. Durante o reinado do imperador Yohannes (1667-682), os raros etíopes católicos que restaram foram obrigados a aceitar a fé ortodoxa ou a deixar o país. Chegou-se a um certo *modus vivendi* com os muçulmanos: os adeptos do islã vivendo na Etiópia cristã – principalmente *gabarati* (mercadores) – eram autorizados a praticar sua religião sem restrição, mas deveriam viver em lugares exclusivos.

Iyasu I (1682-1706) foi o último desses grandes imperadores que puderam exercer o poder sem restrição. Ele fez uma última tentativa – infelizmente vã – para reaver o contato com a Etiópia do Sudoeste e chegou a ir até Enarya. O Império não tinha então, nem no país, nem fora de suas fronteiras, inimigos capazes de ameaçá-lo. O importante porto de Massawa, teoricamente uma possessão turca colocada sob o controle de um governador bēdja (*nā'ib* de Arkiko), permanecia aberto ao comércio com a Etiópia. Mas após a morte de Iyasu I, as fraquezas internas acarretaram a desintegração do Império, que degenerou em anarquia total por volta de 1755[57].

No decorrer desse período, a vida cultural e intelectual foi, por uma última vez, florescente. Foi principalmente o patrocínio da Corte imperial de Gondar que estimulou as artes e as ciências, levando-nos a falar agora do período gondariano da arte etíope. Mais do que nunca, eles se revelaram ser o apanágio de uma elite restrita, uma superestrutura dominante da cultura popular camponesa. No quadro do presente capítulo, não nos é possível dar totalmente conta dos diferentes aspectos da vida intelectual da época – evidentemente porque a riqueza extraordinária das realizações culturais não foi suficientemente reconhecida nem, por conseguinte, divulgada. Limitaremos nossas observações à pintura.

Com relação ao grande século precedente, a literatura não tem originalidade, tomando um caráter edificante ou cortês, e compondo-se principalmente de traduções do árabe copta. Dois escritos são dignos de serem mencionados: o *Faws Manfasawi* [A medicina espiritual], livro de devoção sobre as penitências, e o *Fetha Nagast* [A jurisdição dos monarcas], coletânea de leis e de instruções tiradas do direito eclesiástico, civil e constitucional e destinadas às comunidades

57 O período seguinte, que vai até 1855, ano da coroação de Teodoro, é consequentemente chamado de "era dos príncipes/juízes" (*Zarnana Masafent*), por alusão ao Livro dos Juízes, do Antigo Testamento.

coptas do Egito. Não apenas a tradução era excepcionalmente crivada de erros e de imprecisões, mas as instruções desse códice eram inaplicáveis na Etiópia. Enfim, esse período foi o da criação de um grande número de hinos sagrados em louvor à Santa Trindade, a Jesus Cristo, à Virgem Maria, aos santos e anjos. Seus nomes diferem de acordo com a métrica ou com a origem do poema: *degwam kene, malke'e* ou *salam*[58].

As artes gráficas também foram marcadas pela influência da corte. As famosas igrejas colossais, que figuram entre as criações mais importantes e mais originais da civilização da Etiópia cristã, continuavam a ser entalhadas na rocha no fim do século XV, não apenas nos principais centros de Wağ, Lasta e Geralta, mas igualmente nas várias províncias mais meridionais. Não se sabe ainda o número exato dessas igrejas, tampouco delas possuímos uma descrição precisa. Esse tipo de construção foi definitivamente abandonado após 1500, provavelmente em razão das guerras religiosas[59]. Após 1632, apareceu, principalmente em Gondar e muito pouco alhures, um tipo diferente de construção: imensos castelos, bibliotecas, capelas e anexos dos palácios para os imperadores e membros da família imperial. O formato desses edifícios revela com frequência que modelos estrangeiros foram seguidos. A maioria dentre eles foi provavelmente construída por pedreiros indo-portugueses vindos de regiões próximas a Goa, sob influência portuguesa, e que vieram à Etiópia no âmbito da missão portuguesa. O declínio progressivo do Império, a destruição da cidade de Gondar por theodoros e os dervixes, bem como vários séculos de abandono, despojaram completamente esses edifícios de sua ornamentação arquitetônica e de sua preciosa decoração interna. Tudo o que subsiste atualmente são paredes nuas ou ruínas que não dão a menor ideia do nível de civilização da época[60]. Durante toda a restauração, os contatos culturais com a Índia devem ter sido numerosos, mas não se sabe muita coisa a respeito. Assim, por exemplo, nas imagens religiosas, o imperador etíope aparece vestido com traje da corte dos Grandes Moghols de Déli[61].

A pintura etíope expressou-se principalmente sob duas formas: pinturas murais de igreja e iluminuras de livros sagrados (com relação a essas produções, as poucas pinturas em madeira dos retábulos móveis – de grande qualidade, é fato – têm pouca importância quantitativa). No que foi conservado até nossos dias, poucas pinturas murais feitas diretamente sobre pedra ou tela de algodão

58 E. Cerulli, 1968, p. 162.

59 R. Sauter, 1963.

60 Monti della Corte, 1945.

61 Por exemplo, em vários ícones do Instituto de Estudos Etíopes na universidade de Addis-Abeba.

fixada nas paredes são anteriores ao século XVII. Em contrapartida, dispomos de um grande número de manuscritos que remontam até o século XIV, de maneira que se possa seguir facilmente a evolução da iluminura. A pintura etíope sempre se caracterizou por dois traços: o cuidado em adotar modelos e motivos estrangeiros e a habilidade em transformá-los em criações tipicamente etíopes. Cada uma das grandes épocas da história etíope criou estilos verdadeiramente característicos[62].

Por volta de 1500, a iluminura atingira seu apogeu, correspondendo simultaneamente à da civilização da Etiópia cristã e do Império Etíope. Os personagens extremamente estilizados das pinturas da época são imbuídos de uma majestosa dignidade e revelam igualmente uma excepcional profundidade de sentimento. Independentemente do texto que ela ilustrasse, essa iconografia visava comover pelo vigor de sua representação e reforçar no devoto as suas crenças. Embora submetidos a um cânone, seus pintores gozavam de uma grande liberdade artística de execução que deixava transparecer sua personalidade sem dificuldades[63]. As pinturas da segunda metade do século XVI e do início do XVII são de natureza muito diferente. Elas refletem a multiplicidade das influências estrangeiras penetrando a Etiópia e constituem as testemunhas mudas de um intenso conflito intelectual. O modo de representação da Crucificação adotado pelos vários pintores etíopes disso é um exemplo eloquente: é uma cópia da famosa gravura em madeira do pintor e ilustrador alemão Albrecht Dürer, uma das cenas da *Pequena Paixão*. Em 1591, o escritório da Propaganda Fide em Roma imprimira um *Envangelium arabicum* para apoiar o trabalho missionário católico no Oriente e o ilustrara com várias gravuras em cobre, das quais algumas já muito antigas, de Dürer. Exemplares chegaram à Etiópia quando da missão portuguesa e tornaram-se os principais objetos de inspiração dos miniaturistas[64]. Todas as pinturas dessa época mostram a que ponto os etíopes sabiam integrar os modelos estrangeiros à sua própria cultura. Elas são também a expressão viva de uma época turbulenta, marcada por um conflito com formas estrangeiras que não concordavam realmente com a arte etíope tradicional.

Por sua elegância refinada e a graça de suas formas, as pinturas da restauração, do período gondariano, ultrapassam, afinal, todas as outras (muitas são inspiradas também em modelos europeus). Elas refletem os esplendores eva-

62 J. Leroy, S. Wright e O. A. Jäger, 1961; J. Leroy, 1967; O. A. Jäger, 1957.

63 Refiro-me às miniaturas não publicadas dos manuscritos de Birbir Maryam (Gamu) ou às pinturas reproduzidas em J. Leroy, 1967 (pl. VI-XV).

64 H. Buchthal, 1960.

FIGURA 24.5 Pintura copta sobre tecido representando a Virgem e a Criança, Gondar. [© Werner Forman Archive, Londres. Museu de Addis-Abeba.]

FIGURA 24.6 Pintura copta sobre tecido representando São Jorge e o dragão, Gondar. [© Werner Forman Archive, Londres. Museu de Addis-Abeba.]

nescentes do Império e dirigem-se a uma sociedade de cortesãos apaixonados por suas formas elegantes e cada vez mais convencionais. Elas são a obra de artistas integrados à vida da corte. Quadros como *Cristo no monte das Oliveiras* representam o pico da pintura desse período: personagens artisticamente encampados, cores cuidadosamente equilibradas, amor pelo detalhe. No que se chama o segundo período gondariano, começando por volta de 1700, a criação artística enfraqueceu-se cada vez mais e degenerou finalmente em um cânone de simples formas repetitivas[65].

O Sudoeste etíope: a aparição de uma nova cultura e de novos Estados

Os textos cristãos e islâmicos nos informam bem sobre as relações do império cristão com o Sudeste etíope entre 1500 e 1700, mesmo em épocas mais antigas (ver abaixo). Desde a primeira metade do século XIV, os hadiyya, na época ainda habitantes dos montes do Tchertcher e de seus flancos meridionais, aparecem nominalmente na lenda imperial, o *Kebra nagast*. As crônicas dos imperadores Amda Seyon (1314-1344) e Zara Yakob (1434-1468) narram conflitos com os Estados islâmicos do Leste e do Sudeste[66]. As fontes escritas são muito mais pobres sobre o Oeste e o Sudoeste, correspondendo às atuais províncias de Wallaga, Ilubabor, Kaffa, Gamo-Gofa, e às regiões do Oeste e do Sudoeste do Shoa e do Sidamo-Borana. É verdade que os célebres cantos em louvor a certos imperadores do século XV mencionam os nomes de povos e Estados, então pagantes de tributo ao Império Etíope. Mas será possível identificá-los como sendo os povos e homônimos do século XIX? Os nomes mudam, as migrações os levam para regiões distantes. Lembremos-nos dos povos mais importantes: os enarya, os boš(a), os djindjero, os kambat(a), os ennamor, os cucha (kučča), os zergo, os walamo, os gamo, os halaba, os gudela, os wağ e, por fim, os damot e seu rei Motolomi (ou Motilami)[67].

Os textos não permitem precisar a influência exata exercida nessa região da Etiópia cristã, além da dominação puramente política e a extorsão de tributos. Será atribuído um interesse particular à história semimítica de santa Takla Haymanot (início do século XIV) que conta em detalhes como esta chegou a Damot

65 O. A. Jäger, 1957, pl. 17 e 18; J. Leroy, 1967, p. LIX e LX; E. Hammerschmidt, 1977, p. 121-127 e 138-155.

66 G. W. B. Huntingford, 1965, *passim*; J. Perruchon, 1893, *passim*.

67 E. Littmann, 1914.

FIGURA 24.7 Pintura mural do século XVIII, na igreja de Dabra Birhan, Gondar. [© Werner Forman Archive, Londres.]

FIGURA 24.8 Afresco copta do século XVIII representando o inferno e o diabo, na igreja de Dabra Birhan, Gondar. [© Werner Forman Archive, Londres.]

para batizar o "rei Motolomi". É possível que a palavra rei não tenha sido um verdadeiro título, e o verdadeiro posto de Damot ainda não foi determinado com exatidão. Talvez fosse Walamo (Wolayta) como quer a tradição oral. Mas Damot é o nome de vários distritos e de várias montanhas do Sul da Etiópia[68]. O que resta dos anais do imperador Zara Yakob não diz quase nada sobre suas campanhas militares e missões religiosas no Sul etíope. Todavia, seu nome sobreviveu nas tradições orais da região onde, por vezes, deformado em *Zerako*, tornou-se sinônimo de imperador. A Crônica do imperador Galawdewos menciona muito brevemente o que aconteceu no Sul. Lembraremos, por fim, o notável relato da expedição de Sartsa Dengel a Enarya (ver acima).

Quais foram as verdadeiras consequências desses contatos militares, religiosos e culturais entre o Norte e o Sul? As tradições orais ainda vivas no Sul da Etiópia são uma mina de dados históricos e, infelizmente, ainda não foram todas recolhidas. Os estudos genealógicos, as análises culturais e as descobertas arqueológicas constituem, igualmente, preciosas chaves para a interpretação desses acontecimentos e de suas consequências. Eles mostram que a influência do Norte sobre o Sul foi profunda o suficiente para criar uma nova cultura.

Na ausência de outras possibilidades, é somente pelo estudo da cultura contemporânea dos grupos étnicos, vivendo à margem do ecumenismo etíope e tendo escapado da influência do Norte, até uma época recente, que se pode deduzir a situação cultural da Etiópia do Sul antes do século XV, ou seja, antes de o Norte começar a exercer sua influência: esses grupos se encontram, por exemplo, entre os povos guimirra, ari ou dizi, que nem sempre constituíram Estados ou dotaram-se de instituições políticas elaboradas. Alhures, apenas o impulso crescente do império cristão do Norte, pôde provocar mudanças determinantes. Antes dessas transformações, um grande número de grupos de clãs pequenos, quiçá minúsculos, deve ter vivido lado a lado no Sul, tendo por ligação, apenas, a comunidade da língua e da cultura, o reconhecimento de uma genealogia comum e, enfim, a eventual veneração de um grande sacerdote ou de um ancião, que encarnasse o conjunto das afinidades religiosas do grupo étnico. Esse personagem era envolto por uma certa aura religiosa, por descender do fundador do grupo, cujo nascimento fora acompanhado de felizes prenúncios. Atribuíam-lhe poderes sobrenaturais, principalmente, sobre as coisas mais importantes no mundo camponês, como, por exemplo, o poder sobre a chuva e sobre as plantas, e a promessa de ricas colheitas. Ao lado dessa função religiosa

68 A oeste do Godjam, no Wolayta, o Gangero, o Basketto e o Koyša (Kaffa).

essencial, parece que as funções políticas desse dignitário foram insignificantes e até mesmo, frequentemente, quase nulas. Muitos dos que ocuparam esse posto teriam tido as maiores dificuldades em aplicar sua vontade e impor sanções – é significativo o fato de palavras como ordenar, punir e decretar, não figurarem ainda na língua corrente de vários grupos do Sul da Etiópia. Esses dignitários representavam, incontestavelmente, suas comunidades, mas os verdadeiros detentores do poder político eram os chefes de clãs e os próprios clãs, unidades originalmente autônomas e independentes. Eles tomavam as verdadeiras decisões concernentes à guerra e à paz, ao bem e ao mal[69].

Com sua concepção rígida do Estado e da realeza, os conquistadores do Norte dominaram esse mundo camponês pouco evoluído. A anexação e a assimilação ocorreram de maneira frequentemente bastante pacífica, com o Sul reconhecendo a superioridade cultural do Norte. Assim, a conquista do que se tornaria mais tarde o importantíssimo Estado de Wolayta teria se desenrolado da seguinte maneira: em 1600, um nobre tigrense, de nome Mika'el, foi para o Sul em função de uma das últimas campanhas do imperador etíope Sartsa Dengel. Ele era acompanhado por cavaleiros armados e sacerdotes cristãos. De acordo com a lenda, ele atravessou uma impetuosa torrente dividindo as águas com a ajuda de seu cajado, tal como Moisés, e chegou no que era ainda o pequeno país de Wolayta, onde desposou a filha do chefe. Com a morte deste, ocorrida pouco tempo depois em circunstâncias, das quais seus descendentes falam desfavoravelmente, Mika'el usurpou o trono. Os wolayta se revoltaram e, ainda que Mika'el fosse valoroso e se servisse da cavalaria, até então desconhecida dos wolayta, ele teria sido vencido se não tivesse recorrido a um ardil, ilustrando perfeitamente a superioridade intelectual e a engenhosidade política dos invasores. Nas diferentes batalhas, as pessoas do Norte, em lugar de lançar zagaias, lançavam contra seus adversários colares e pedaços de carne, assim como tecidos, pois esses desconheciam a tecelagem. E os wolayta exclamavam-se: "Se vocês são ricos e poderosos a ponto de jogarem tais tesouros, então sejam igualmente nossos mestres!" Foi assim que os invasores tomaram posse de um país que, sob sua influência, não tardou a mudar radicalmente de caráter, deixando de ser uma terra rural e insignificante para se tornar um Estado dinâmico e agressivo[70].

Admitiu-se frequentemente sem discussão que os Estados monárquicos, mais bem armados e dispondo de uma cavalaria, a princípio desconhecida no

69 H. Straube, 1957.

70 E. Haberland, 1965, p. 260.

Sul, eram superiores às comunidades de organização democrática. Alguns grupos teriam até mesmo cedido aos invasores e aceitado seus chefes como novos senhores. Parece ter havido povos que imploravam a vinda de um príncipe que criaria uma nova dinastia e fundaria um novo Estado[71].

Foi dessa maneira que nasceu toda uma série de novos Estados, grandes ou pequenos, que se lembrariam para sempre de seus laços com o Norte, cujas classes dirigentes cultivariam e desenvolveriam, fielmente, as tradições do Norte e cuja organização e estrutura geral seriam até hoje a cópia desse grande modelo.

Além das formas puramente exteriores da organização estatal e da vida na corte, o mito do Império Etíope deixou igualmente sua marca. Ele associava duas pretensões: ser o povo eleito e o reino da verdade, subjugar e assimilar todos os povos vizinhos. A história da Etiópia do Sul tal como contam quatro séculos de tradições orais é a de uma vasta expansão desses jovens Estados, que ampliaram seu domínio em detrimento de pequenos grupos independentes ou organizados de maneira democrática ou pouco sistemática, e que contribuíram muitas vezes para a fundação de novas dinastias junto a seus vizinhos. Esse processo acarretou uma reação em cadeia. Assim, segundo a tradição oral, o primeiro Estado gonga, Enarya (ou Hinnaro), foi fundado antes de 1500 por um imigrante do Tigre (Kaba Seyon). Foi mencionada anteriormente a conversão de Enarya ao cristianismo sob o imperador Sartsa Dengel. De fato, os fundadores desse Estado foram provavelmente cristãos e seus súditos aceitaram apenas temporariamente a religião dos dirigentes. Enarya manteve seus contatos com o império cristão por tanto tempo quanto possível e permaneceu cristão até seu desmoronamento provocado pela constante tensão ininterrupta exercida pelos oromo. Nos séculos XVI e XVII, membros da dinastia busaso de Enarya fundaram outros domínios: Boša, que foi integrado ao reino oromo de Jimma no século XIX, Kaffa, que permaneceu por gerações como o Estado mais importante e poderoso de todo o Sudeste da Etiópia e, enfim, Chekko (Močča) na floresta virgem da margem ocidental dos altos planaltos etíopes. Outros grupos gonga ou sua elite dirigente expandiram-se na direção do Norte, onde fundaram provavelmente Bizamo, agora desaparecido, no Wallaga. Seus vestígios podem ser encontrados entre os afillo-busase, que vivem ao Norte de Dembidollo e entre os sinaša estabelecidos ao longo do Abbay[72].

As tradições orais relatam que o reino de Djindjero foi fundado por imigrantes islâmicos vindos da Arábia, daí o seu verdadeiro nome *Yam gor* (Iêmen).

71 *Id.*, 1959, p. 197.

72 W. Lange, 1980; V L. Grottanelli, 1940 e 1941.

Em seguida, uma dinastia originalmente cristã de Gondar assumiu o poder. Sobrevivem narrativas idênticas a respeito da região ocupada pelos ometo: no Dawāro, um outro grupo de migrantes, gabando-se de sua origem gondariana, conseguiu após anos de luta reunir várias pequenas comunidades locais num Estado poderoso.

Por volta de 1600, o Wolayta foi conquistado pelos descendentes de um certo Sum Tamben do Tigre. Outros Estados, grandes e pequenos, tais como o Kučča, o Uba, o Zala, o Dorze, o Amarro e o Eli, têm tradições análogas. Membros da dinastia gošanaa, provavelmente também originários do Norte da Etiópia, fundaram no total dez domínios (Gofa, Doko, Balta, Basketto, Oyda, Gayla, Abba Malo, Konto e Koyša). Por volta de 1800, um membro dessa dinâmica família, os Gobe, conseguiu ainda fundar o Reino konta no *no man's land* entre o Kaffa e o Dawāro e algumas das antigas famílias regentes de Dizi (Mağı) do extremo Sudoeste podem igualmente remontar até os imigrantes do Tigre[73].

Se a estrutura social da Etiópia Meridional se caracterizava originalmente pela coexistência e a aceitação mútua de membros livres e iguais de um povo no seio do qual apenas os chefes religiosos, tais como os anciãos dos clãs ou os sacerdotes da chuva e os heróis guerreiros, gozavam de alguns privilégios, que nada tinham de excessivos, a situação mudou radicalmente nos novos Estados sob influência dos conceitos hierárquicos do Norte cristão. A igualdade foi substituída por um sistema hierárquico complicado. No topo encontrava-se o venerado rei, inacessível e muitas vezes invisível para seus súditos, e que concentrava rituais especiais. Os membros de sua família, santificada, que gozavam de privilégios especiais como na alta Etiópia, ocupavam frequentemente os empregos oficiais mais importantes, por exemplo, os de governadores de distrito ou de grande juiz. A pompa e o cerimonial excessivos das casas reais, não raro em flagrante desproporção com as fracas dimensões do país ou o pequeno número de súditos, lembram a megalomania dos príncipes europeus da época barroca que tentaram reproduzir Versalhes em miniatura. No Amarro (Amhara), um dos reinos mais meridionais, cuja população total nunca passou de alguns milhares de habitantes, contavam-se centenas de cargos públicos e de cargos na corte representando apenas títulos honoríficos. Esses títulos, tais como *abeto* (alteza), *mikireččo* (conselheiro real) *gabireččo* (pajem), são sem exceção empréstimos do amhariano. Na medida em que os reinos se estenderam, as casas reais ganharam importância, tornando-se poderosas instituições independentes compostas

73 E. Haberland, 1980.

por centenas de membros, contrastando violentamente com a instituição dos grandes sacerdotes e dos chefes de clãs de outrora, que viviam de seu próprio trabalho, do de sua família e das doações de outrem.

As dimensões que podia atingir uma corte real são ilustradas pelo exemplo de Wolayta, no Norte do lago Abbaya. A corte real não era nesse lugar apenas o centro da vida política, ela se tornara igualmente um distrito sagrado, protegido por uma multidão de regras rituais e cerimoniais. Se o rei aparecesse em público, o faria a uma distância conveniente da multidão ou cercado por seu séquito. A proteção da corte real com suas três muralhas e suas três portas, cada uma triplamente reforçada (de acordo com o modelo clássico da alta Etiópia), era confiada aos membros de certas castas (caçadores, oleiros, curtidores, forjadores) que vigiavam as entradas, iam buscar água e lenha, guardavam as prisões e os tesouros, dia e noite, tocando grandes instrumentos (tambores e trombetas) reservados ao rei, para anunciar ao mundo que o sol e o soberano tinham despertado ou adormecido. Assim, durante o dia, a entrada era aberta sem restrições a qualquer pessoa de aparência honesta, à noite, todos, salvo o rei, suas mulheres e seus pajens, deviam sair do bairro consagrado. Os dignitários e os servos da corte se retiravam para seus aposentos que se encontravam encostados nas muralhas do cerco real. Da mesma forma que apenas o rei podia matar (ou seja, abater animais) sobre o solo de sua residência consagrada, era proibido a qualquer um, menos ao rei, exercer o que era o segundo direito por ordem de importância para todos os etíopes: a atividade sexual, em todas as suas manifestações. Os pajens ocupados diretamente com a pessoa do rei, lavavam suas roupas, preparavam sua comida e serviam-no à mesa. Eram meninos virgens, a quem também era tão estritamente proibido quanto aos pajens do imperador da Etiópia cristã deixar a corte real e entrar em contato com outros indivíduos. Essas pseudocrianças, de boa família, eram substituídas assim que atingiam a idade em que sua pureza se tornasse contestável. A corte real era um lugar santificado a ponto de toda relação sexual entre um homem que não fosse o rei, senhor da casa, e uma mulher teria provocado a morte dos contraventores e a transferência do palácio para uma nova localização.

Não eram apenas o palácio, os cargos, os escalões e o cerimonial que tomavam uma dimensão e um aspecto absolutamente novos sob a influência do Norte: mesmo as insígnias reais, na posse das quais ficava-se associado à dignidade real, se transformaram. Originalmente simbólicos, mas simples quanto aos materiais e à forma estes objetos (por exemplo, a espada sagrada, o garfo de dois dentes, a corda de relva etc.) foram substituídos por anelares, principalmente alianças e braceletes, fabricados nos dois materiais preciosos, o ouro e a prata, marcas da

FIGURA 24.9 Antigo sino de igreja do Tigre (?), datando do século XIV, usado por um chefe dizi, no Sudoeste da Etiópia, como sino sagrado de boi. [© Instituto Frobenius, Frankfurt.]

FIGURA 24.10 Os muros de Wolayta, na Etiópia Meridional. [© Instituto Frobenius, Frankfurt.]

realeza na alta Etiópia, e conhecidos em toda parte com seus nomes amharianos: *wark* (ouro) e *birr* (prata).

A influência da alta Etiópia não se limitava à introdução de novos cargos e instituições, mas tinha também profundos efeitos sobre o conjunto da estrutura social. Ainda que a esmagadora maioria dos povos da Etiópia do Sul fosse membro de uma classe única, que poderíamos chamar de camponeses livres, desenvolveu-se nessas sociedades relativamente homogêneas um sistema hierárquico complicado, calcado no modelo da Etiópia do Norte, sistema que encontrou sua expressão mais sensível no culto do valor, estendido à toda Etiópia. Nessa sociedade dinâmica, o valor não podia ser transmitido por herança como um patrimônio ou um nome respeitado (ainda que estes tivessem sua importância): cada indivíduo devia ganhá-lo por si mesmo, se quisesse ter um lugar publicamente reconhecido na sociedade, sendo soldado valoroso quando das guerras, um bom caçador de grande presa e assumindo a obrigação de matar dada ao guerreiro. As capacidades políticas de juiz ou de chefe, ou os bens (pessoalmente adquiridos) só eram considerados secundariamente. Apenas aquele que se tornasse valoroso assim podia aspirar a um dos inúmeros cargos eletivos que determinavam a posição do indivíduo. Nome e posto social eram muitas vezes designados pela mesma palavra, e ser sem nome era sinônimo de fracasso

social. Todo homem de valor fazia questão de possuir um cargo ao menos uma vez na vida, mesmo sendo por um curto período (os cargos eletivos eram anuais). Ele conservava o nome de seu posto social, ou seja, o título, mesmo quando o cargo era passado para outras mãos[74]. Aqui também, a influência do Norte é evidente, pois os nomes dos postos sociais são empréstimos do amhariano ou do tigrense, por exemplo *dana* ou *dayna* (juiz, do amhariano *danya*), *guda* ou *goda* (senhor, do amhariano *geta* ou do tigrense *goyta*), *rasa* ou *erasa* (cabeça, chefe, do amhariano, *ras*). Quanto mais longe do Norte, mais as formas reconhecíveis do culto do valor atenuam-se para desaparecer completamente dentre os mais meridionais dos últimos grupos vivendo ainda nas altas terras etíopes, quase intocados pela influência cultural do Norte[75].

Os camponeses livres eram seguidos, na hierarquia, pelos artesãos que eram membros de castas particulares e que ocupavam um nível relativamente baixo. A despeito de sua grande importância econômica – eles teciam as roupas, produziam objetos em cerâmica, fabricavam as ferramentas, as armas e os ornamentos, curtiam as peles –, eles eram, entretanto, objetos de um certo desprezo. Eles não podiam possuir terras, ficavam submetidos a regras difamatórias e seu contato físico era considerado uma imundície para as pessoas de bem[76].

No escalão mais baixo encontravam-se os escravos que, em vários países, representavam mais de um terço da população total. Eles viviam, geralmente, como uma espécie de servos atrelados às terras de seu senhor, mas tinham como propriedade bens móveis e imóveis. Seu trabalho e sua produtividade tornaram possível a formação da classe dominante rica que, no Wolayta, por exemplo, foi o elemento motor das grandes guerras de conquista.

Todos esses Estados eram geridos por administradores cultos, eleitos pelo povo e confirmados em suas funções pelo rei. Os Estados eram divididos em comunidades, distritos e províncias eram dotados de mercados públicos controlados pelo Estado e de uma boa infraestrutura rodoviária. Nas cidades eles eram protegidos do inimigo exterior por imensas fortificações e muralhas de portas cuidadosamente guardadas.

Inúmeros foram os elementos do progresso material que o Norte deu ao Sul a partir do século XIV. Coisa curiosa, a charrua, principal instrumento agrícola no Norte, nunca foi aceita no Sul. Vários povos conheciam bem seu princípio, mas não a usavam. Todavia, a agricultura deve ao Norte um número considerável

74 *Id*, 1965, p. 187; H. Straube, 1957.

75 A. E. Jensen, 1959.

76 E. Haberland. 1964*b*.

de culturas importadas no decorrer dos séculos. Ao que tudo indica, foi apenas após o século XIV ou XV que a ervilha (*Pisum sativum*), as favas (*Vicia faba*), o grão-de-bico (*Cicer arietinum*), as cebolas (*Allium cepa*), o alho (*allium sativum*) foram implantados no Sul. Seguiram-se as lentilhas (*Ervum lens*) e diversas oleaginosas – linhaça (*Linum humile*), gergelim (*Sesamum indicum*), cártamo (*Carthamus tinctorius*) e nogo (*Guizotia abyssinica*) – procedentes do Oriente Médio, mas esses produtos ocuparam na alimentação da maioria um lugar tão negligenciável quanto os frutos do Oriente importados da Arábia, via Harar, unicamente para os centros especificamente islâmicos: limões (*Citrus limonium*), banana (*Musa paradisiaca*) e pêssego (*Prunus persica vulgaris*). Em contrapartida, algumas plantas do Novo Mundo trazidas da América para a África, na época pós-colombiana, provavelmente pelos portugueses, tornar-se-iam essenciais, principalmente a pimenta vermelha (*Capsicum conicum*), o milho (*Zea mays*) e o tabaco (*Nicotiana tabacum*). Parece difícil imaginar hoje em dia que a Etiópia Meridional pôde viver sem eles, enquanto a abóbora (*Cucurbita maxima*), a batata doce (*Ipomoea batatas*), a batata (*Solanum tuberosum*) e o tomate (*Solanum lycopersicum*) tiveram menos sucesso[77].

Ainda hoje, as técnicas usadas pelos descendentes dos artesãos vindos do Norte trazem a marca do impulso dado por eles a esse setor: tecelagem em tear de pedal (associado à cultura do algodão), trabalho do ouro e da prata com instrumentos aperfeiçoados (as pedras eram usadas para o trabalho da forja e ainda o são), uso da agulha no trabalho do couro e, enfim, aplicação de técnicas de marcenaria para a fabricação de folhas de portas, pratos e grandes tigelas de madeira. O torneamento da madeira, ou mesmo o emprego de tornos para todo trabalho artesanal, por exemplo a olaria, era desconhecido tanto no Norte quanto no Sul até uma data recente. Por fim, é preciso citar o cavalo que, mesmo não tendo importância econômica, era usado unicamente para o combate e como símbolo de prestígio.

Voltemos-nos agora para a influência do cristianismo: era ele realmente forte o bastante para exercer um efeito permanente no Sul e criar motivações duradouras ou tratava-se de estruturas efêmeras condenadas a desaparecer após a partida do imperador e de suas tropas, do bispo e de seus missionários? Ainda atualmente, é fácil constatar a força de seu impacto cultural, seus vestígios se encontrando até as fronteiras do Quênia e do Sudão, senão além. Independentemente de suas manifestações externas tangíveis, o cristianismo teve uma influ-

77 W. Kuls, 1958, p. 32; H. Straube, 1963, p. 26 e 288.

ência considerável sobre o sistema moral das diversas culturas populares, sobre os usos e costumes e sobre a vida espiritual em geral. Esse tipo de transformação só é observável, na maioria dos casos, com muita dificuldade.

Os monumentos cristãos mais marcantes dessa região, que não eram de forma alguma obras duradouras, são os vários bosques sagrados encontrados principalmente nas colinas e nos picos das montanhas para marcar os locais de antigas igrejas cristãs como seus nomes o indicam: *Kitosa* (Cristo) *Mairamo* (Maria) ou *Gergisa* (Jorge). Uma pesquisa realizada pelo autor mostra que o Sudoeste do país era outrora pontilhado por uma multidão de igrejas cristãs. Em razão do caráter perecível dos materiais utilizados para sua construção, todas elas desapareceram, mas seu local original ainda é considerado sagrado, e os descendentes dos antigos sacerdotes cristãos, tornados membros de clãs não cristãos, continuam a sacrificar ao deus do céu e ao deus da criação, e a celebrar cerimônias variantes do sacrifício da missa. Durante os séculos turbulentos que se seguiram à implantação da missão cristã na Etiópia Meridional, as novas gerações de padres não puderam ir ao Norte para serem ordenados pelo único bispo etíope, o *abuna*. A expansão dos oromo constituiu um obstáculo intransponível entre o império do Norte e os territórios coloniais do Sudoeste e progressivamente o Sul ficou completamente isolado.

Ainda não foram feitas pesquisas aprofundadas para saber em que medida o cristianismo como entidade religiosa e não como simples soma de ritos influenciou a essência real da ética religiosa da Etiópia do Sul. Também não houve estudo realmente satisfatório sobre a representação que o cristianismo etíope tem de si mesmo. Não se trata do dogma oficial que inspirou tantos escritos, mas da ideia que os camponeses e o clero do campo tinham de sua fé. Seria preciso igualmente estudar a questão do papel excepcionalmente importante de Maria, que deixa Jesus quase (senão completamente) em segundo plano. Tanto no Norte quanto no Sul da Etiópia, Maria é uma divindade prestativa e misericordiosa, particularmente bem disposta a respeito das mulheres.

No que concerne às formas exteriores dessa religião, um número espantoso de vestígios das leis e cerimônias cristãs sobreviveu no Sul até que a Igreja ortodoxa etíope retomasse a atividade missionária. A observância de alguns dias de jejum (senão de todas as quartas e sextas-feiras, como no Norte), ou seja, da abstenção de todas as espécies de comida até o meio do dia, depois de toda comida de origem animal (incluindo-se o leite, a manteiga e os ovos) até meia-noite, sobreviveu, assim como a do sabá, consistindo por exemplo a proibição de todos os trabalhos agrícolas, ao menos aos sucessores dos antigos padres cristãos. A semana cristã foi conservada e regula a frequência dos mercados

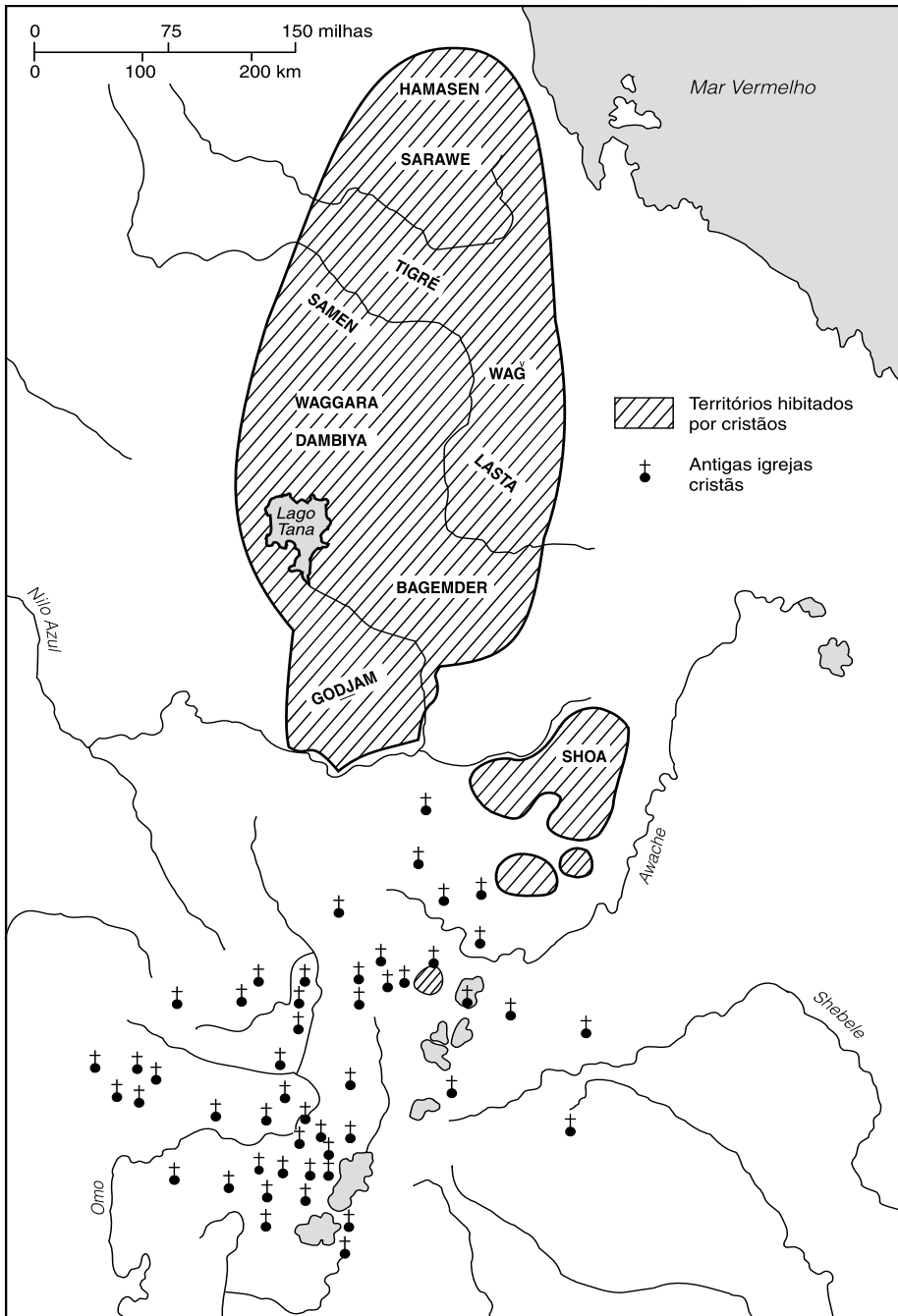



FIGURA 24.11 A cristandade na África do Nordeste por volta de 1700 (segundo E. Haberland).

(originalmente, a semana era de quatro dias no Sul). O domingo cristão é agora feriado público, durante o qual os *kessiga* (sucessores dos padres cristãos) reúnem a comunidade e, no decorrer de um ritual truncado, invocam a Deus, a Cristo e a Maria, fazem o sinal da cruz, queimam cereais no lugar de incenso e usam todo vestígio disponível das pompas cristãs. Dentre as grandes festas cristãs que não caíram no esquecimento, a festa da Santa Cruz (27 de setembro) tornou-se a do Ano Novo, na qual ocorre o exorcismo dos demônios e um grande festival popular exuberante no decorrer do qual cada um recebe de presente carne e roupas novas. O Natal e a Epifania, tão importantes no Norte, só são celebrados por alguns grupos no Sul. O dia de Páscoa, coisa notável, tornou-se o da grande caça ritual.

CAPÍTULO 25

A costa oriental da África

A. I. Salim

O período que se estende do século XVI ao XVIII inaugurou-se com a chegada dos portugueses[1] na extensão da costa oriental da África e chegou ao fim com as tentativas dos árabes omanis em estabelecer uma espécie de hegemonia no litoral. Entre estas importantes datas históricas, as cidades e os povos da costa conheceram mudanças consideráveis, e mesmo radicais, nos planos econômico, social e político. Algumas cidades que haviam atingido o ápice da opulência periclitaram, outras passaram da obscuridade à glória, muitas desapareceram, e raras foram as que atravessaram todo esse período conservando, sem cessar, a sua importância. As vicissitudes de sua história podem ser atribuídas a vários fatores, sendo a intervenção portuguesa, por mais importante que ela seja, apenas um elemento dentre outros.

A costa no início do século XVI

Em 1500, a costa vivia ainda uma idade de ouro. As ruínas subsistentes e os vestígios da cultura material, que remontam aos séculos XV e XVI, testemunham isso. Prósperas, tais cidades construídas com pedra eram cada vez mais

1 Para as fontes originais portuguesas, que são numerosas, consultar C. R. Boxer e C. de Azevedo, 1960; R. Oliver e G. Mathew, 1963; E. B. Martin, 1973; E. A. Alpers, 1975*a*.

povoadas, "com seu sistema sanitário aperfeiçoado e seus pátios estreitos; nelas, as pérolas de vidro eram estimadas e a porcelana era correntemente usada[2]."

Eis uma impressão genérica. Um exame mais aprofundado revelaria diversos graus do bem-estar econômico e material. Na véspera da intervenção portuguesa, Kilwa, se ainda não havia declinado, parou de se desenvolver, como no século XV[3], quando grande parte de seu avanço deveu-se ao monopólio do comércio do ouro de Sofala, detido por ela após tê-lo arrancado de Mogadíscio, no final do século XIII ou no início do XIV. Antes da chegada dos portugueses, o comércio de Kilwa se voltava antes para o mar que para o continente. Não existe nenhum documento ou vestígio arqueológico indicando que Kilwa Kisiwani fora ligada por rotas comerciais terrestres ao Sul da Zambézia, onde se encontravam minas de ouro[4].

Parece que antes da chegada dos portugueses, este Estado insular apenas havia comercializado produtos alimentares com o continente. No final do século XV, Kilwa perdeu o controle de Sofala. De um ponto de vista político, sua influência diminuía também na costa norte, da qual muito necessitava para seu comércio. A rápida sucessão de seus soberanos – treze, em pouco mais de meio século, entre 1442 e 1498 – traduzia um mal político interno que minava sua potência e vitalidade, ao passo que suas más relações com Zanzibar refletiam uma fraqueza crônica das cidades suaílis: dissensões internas favoreciam a intervenção de forças externas. Este fenômeno devia reproduzir-se frequentemente em outras cidades da costa, facilitando, sobretudo, a intervenção e a hegemonia portuguesa, e mais tarde, omani.

Em 1454, Zanzibar tentava instalar o seu candidato no trono de Kilwa. Entretanto, no início do século XVI, Zanzibar não era, política e economicamente falando, uma das principais cidades da costa. A ilha de Zanzibar, por sua vez, encontrava-se dividida em pelo menos cinco territórios, possuindo cada um deles um chefe. Por outro lado, em 1550, Mombaça era consideravelmente desenvolvida e contava, com Kilwa e Melinde, dentre as cidades-Estados de maior opulência. Ibn Baththūtha relatou, em 1331, que ela não se estendia no continente e que não produzia cereais, embora bananas e cítricos fossem cultivados. Porém, quando Vasco da Gama a visitou em 1498, ela se tornara "um grande centro comercial com numerosas lojas[5]". Os seus mercadores desempe-

2 G. Mathew, 1963, p. 121-122.

3 *Ibid.*, p. 124.

4 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 41.

5 Citado por E. B. Martin, 1973, p. 31.

FIGURA 25.1 A bacia ocidental do Oceano Índico (segundo A. I. Salim).

nharam um importante papel no comércio da costa meridional até Angoche. A cidade, situada na ilha, também estabeleceu relações comerciais com o interior, extraindo daí o mel, a cera e o marfim. Tal comércio explica, talvez, o notável e repentino avanço de Mombaça, "a mais potente cidade-Estado da costa[6]", quando da chegada dos portugueses.

Melinde, a grande rival de Mombaça, também era uma próspera cidade no início do século XVI. O seu comércio baseava-se principalmente na exportação de marfim e, de forma secundária, na exportação de produtos como o ouro de Sofala, a cera de abelha, o âmbar-gris e o copal. Já no século XVI, ao contrário da maior parte dos outros centros de povoamento da região, Melinde possuía vastas plantações onde escravos cultivavam o arroz e o milhete[7]. Os primeiros portugueses que a visitaram ficaram impressionados com a disposição da cidade e com a grande variedade e a qualidade dos frutos, dos legumes e das carnes encontrados. Talvez esta seja uma das principais razões de eles terem estabelecido boas relações com a cidade; de fato, seus navios foram assegurados com um abastecimento regular de água e de gêneros alimentícios.

Mais ao Norte, o arquipélago Lamu encontrava-se retalhado em pequenos sultanatos – existiam até mesmo três em uma só ilha: Pate, Siyu e Faza. Em conflito quase permanente, eles não puderam resistir conjuntamente ao novo invasor português. No início do século XVI, Lamu ainda não havia alcançado a época de sua maior prosperidade, ao passo que sua vizinha, Manda, conhecera o apogeu muito antes, no fim do século IX. Na metade do século XIV, a cidade de Lamu já existia no espaço atualmente ocupado por ela e, como Kilwa, provavelmente foi fundada por imigrantes vindos da parte médio-oriental do império muçulmano[8].

Além destes importantes centros comerciais, havia uma miríade de pequenas aglomerações que, frequentemente, sofriam a influência de ambas as grandes cidades-Estados. Assim, as ilhas Máfia dependiam, em certa medida, de Kilwa, bem como Mtangata e Vumba dependiam de Mombaça. As grandes cidades eram mais voltadas ao comércio marítimo internacional, ao passo que as pequenas viviam da agricultura e da pesca. O número de centros de povoamento criados na costa oriental da África, entre a costa de Banadir e as bocas do Zambeze,

6 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 45.

7 E. B. Martin, 1973, p. 30. Nada nas fontes portuguesas indica a existência de um verdadeiro tráfico de escravos no Sul da costa da Somália, durante a presença dos portugueses. Vespucci, sobre quem Martin se apoiou para afirmar a existência de escravos em Melinde, afirma que esses eram oriundos da Guiné.

8 J. de V. Allen, 1981, p. 1; E. A. Alpers, 1975*a*, p. 40.

do século IX ao XX, foi estimado em 173[9]. Sem pretender ser definitiva ou rigorosamente exata, tal estimativa dá uma ideia da evolução e das tendências gerais, além de confirmar que o período, do século XIII ao XVI, em que esses centros proliferaram (foram criados mais de uma centena), constitui certamente a "idade de ouro" da costa.

É mais difícil avaliar a superfície destas aglomerações e o número de seus habitantes, mas, em alguns casos, dispomos de informações que nos facilitam a tarefa. Por exemplo, tudo indica que, na época, Melinde ocupava uma superfície menor que a de hoje; a cidade fortificada não podia se estender por mais de 600 metros de Norte a Sul, ao longo da praia, e por mais de 240 metros do litoral para o interior das terras[10]. Em 1498, a população, calculada na base de 1.000 casas de pedras ocupadas, foi estimada por volta de 3.500 habitantes[11]. Evidentemente, este número não compreende a mão de obra que trabalhava nas plantações da cidade e que, provavelmente, vivia em cabanas feitas de taipa, nem os cidadãos mais pobres. Portanto, os números avançados só podem ser muito aproximados, e mesmo hipotéticos. Mombaça e Lamu foram as cidades com construções de pedra que sobreviveram por mais tempo, e sem interrupção, ao passo que todas as outras conheceram eclipses temporários ou desapareceram[12].

A fragmentação política da costa era assaz compensada pela homogeneidade religiosa e cultural existente desde o início do século XVI. A justaposição ou a mistura, segundo proporções variáveis, de etnias africanas, árabes e shīrāzī tendeu à constituição de um novo grupo cultural que seria chamado em seguida de suaíli, ou seja, o povo da costa. Isto posto, os suaílis apenas adotaram esse nome genérico tempos depois. Naquele tempo, simplesmente formavam grupos urbanos, cujas elites e famílias dirigentes, embora oriundas de misturas étnicas, frequentemente por razões de prestígio, atribuíam-se uma origem árabe ou shīrāzī contestável, ou adotavam nomes que referenciavam às regiões da costa de onde eram originários, tais como os wachangamwe, os wafaza, os wapate etc.[13].

Se do ponto de vista político a costa encontrava-se retalhada e se os seus habitantes pertenciam a diferentes grupos, com diversas alianças locais, to1davia, certos fatores de sua evolução contribuíram para forjar uma cultura quase homogênea ao conjunto desses povos. Dentre os mais importantes destes fato-

9 *Ibid.*, p. 320-321.

10 E. B. Martin, 1973, p. 19-20.

11 *Ibid.*, p. 28. Em 1502, Vasco da Gama avaliou a população de Kilwa em 12.000 habitantes.

12 J. de V. Allen, 1974.

13 Ver, por exemplo, F. J. Berg, 1968, p. 35-36, e 1971.

res figuravam os elementos africanos que lhes eram comuns, notadamente o kiswahili, que em breve se tornaria a língua veicular dos povos da costa. O islã e, em menor medida, a influência árabe igualmente desempenharam um papel importante, ainda que essa última apenas tenha prevalecido no século XIX. A introdução de elementos árabes e shīrāzī em uma sociedade basicamente africana, muito provavelmente banta, certamente contribuiu com a diferenciação étnica, depois, cultural dos povos da costa e com o avanço do islã.

A cultura islâmica incontestavelmente exerceu uma profunda influência nesta região. Eis o que disse J. de V. Allen: “A introdução do islã provocou na cultura suaíli um efeito profundo e duradouro. É certo que ela conferiu ao conceito de urbanização toda uma série de novas dimensões culturais e religiosas; os habitantes das cidades, ou ao menos, uma parte deles, desde então distinguiram-se dos outros por um certo número de características, como sua religião, [...] aliás, sem que a influência do islã se limitasse ao domínio religioso. Entre os séculos X e XV ou o começo do XVI, a filosofia, as ciências, as técnicas, sobretudo aquelas da arquitetura, e a civilização em geral atingiram, no universo muçulmano, um grau de perfeição inigualável no mundo. Fosse de forma precária e intermitente, a costa suaíli encontrava-se agora, por assim dizer, enxertada nessa profusa fonte de criatividade intelectual; recebia periodicamente a visita de letrados, como Ibn Battūta, de artesãos, artistas e muitos outros que contribuíram com o avanço da cultura suaíli[14]”.

Na verdade, a cultura suaíli é uma modalidade regional da cultura muçulmana; regional porque marcada pela própria cultura da África Oriental, que foi assimilada pela suaíli em larga medida. O kiswahili tornou-se a língua veicular dos povos da costa, constituindo, ainda que tenha emprestado do árabe um grande número de palavras ao longo dos séculos, o principal bem africano para a cultura suaíli. Há outros, também de certa importância, dentre os quais podemos citar: os rituais praticados na ocasião dos nascimentos, dos casamentos, dos funerais e da investidura dos chefes; a crença nos espíritos e as danças tradicionais. A cultura suaíli resulta “do cadinho constituído pelo meio urbano dos valores e dos costumes de vários povos originários tanto da África quanto de outras regiões na borda do Oceano Índico[15]”.

Algumas cidades da costa conheciam, no início do século XVI, uma opulência particularmente notável. Os dirigentes habitavam palácios e os membros da elite moravam em casas de pedra, frequentemente de vários andares, construídas em

14 J. de V. Allen, 1976*c*, p. 17-18.

15 *Ibid.*

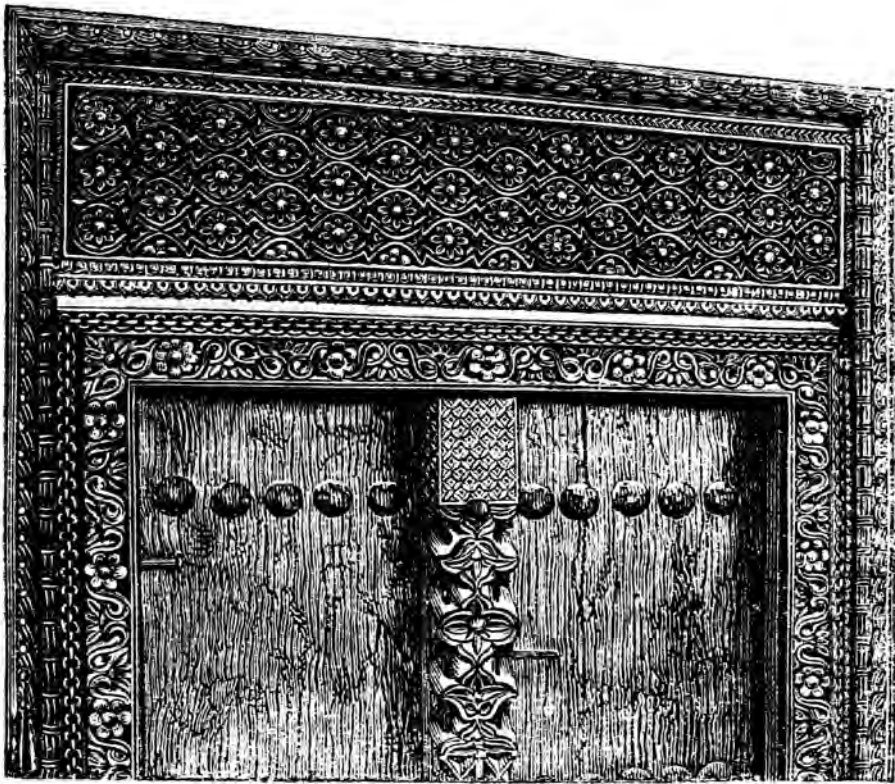



FIGURA 25.2 Porta esculpida, Zanzibar. [Fonte: D. Livingstone, Last journals, Londres, John Murray, 1874, vol. I, p. 30. © Royal Commonwealth Society Library.]

torno de cortes centrais. "As habitações mais ricas eram ornadas com estas portas de madeira, esculpidas delicadamente, que constituíam uma das mais emblemáticas características da antiga cultura suaíli[16]". Os objetos de luxo importados utilizados pelos citadinos refletiam o alto nível de vida: damasco, seda e cetim; objetos de cobre; porcelanas da China; recipientes de vidro e pérolas de vidro do Oriente Médio. Os mercadores de Kilwa, de Melinde e de Mombaça iam para além de Malaca a fim de venderem os produtos da África Oriental – ouro, marfim, copal, âmbar-gris – e trazerem tecidos de algodão, seda e cetim, os quais eram, em seguida, expedidos para uma vasta rede de trocas comerciais.

16 C. R. Boxer e C. de Azevedo, 1960, p. 16.

Entretanto, certamente nem todos viviam no luxo. Contrastando com a ínfima minoria de ricos que moravam nas altas casas de pedra, uma maioria de pobres e de escravos alojava-se nas cabanas de taipa, encontradas, muito provavelmente, no interior e no exterior de cada cidade.

Tais cidades eram povoadas em sua maioria por africanos e por alguns árabes, cujas classes, todavia, aumentaram sensivelmente nos séculos XVIII e XIX. Nelas também se encontravam os mestiços, cujo número devia ser sempre crescente. Mesmo se os dirigentes portassem legitimamente o nome das dinastias árabes (al-Nabhānī, al-Bā-'Alawī), todos, sem exceção, eram mestiços ou, frequentemente, negros[17]. A cor da pele não tinha importância social ou política. O que valia era a *ukuoo* (a linhagem); ela constituía o critério distintivo, determinando a pertença e o lugar ocupado por cada um na sociedade, e, portanto, o seu estatuto social.

A intrusão dos portugueses

Como seus vizinhos espanhóis da Península Ibérica, os portugueses empreenderam grandes viagens de "descoberta", em uma época em que as batalhas contra os muçulmanos ainda se faziam presentes em todas as memórias. Os espanhóis somente expulsaram os últimos infiéis da Península Ibérica em 1492, apenas cinco anos antes de Vasco da Gama ter alcançado a costa oriental da África. Através de suas expedições, os portugueses procuravam prejudicar o islã nos planos comercial, político, militar e religioso, ou seja, desmantelar o monopólio mameluco (depois, otomano) das rotas comerciais em direção à Ásia e à China, aliando-se a outros cristãos para colocar um fim à dominação muçulmana em todos os lugares onde ela era exercida. Além disso, almejavam, em última instância, apoderar-se dos territórios muçulmanos, pois se presumia que os não-cristãos não tivessem direito algum à propriedade. Os papas Martin (1417-1431) e Nicolau (1452) haviam endereçado suas bulas aos soberanos espanhóis e portugueses, pois estavam persuadidos de que as expedições serviriam também à cristandade.

Visando prejudicar os muçulmanos, o príncipe Henrique, instigador do plano português, era também Grande Senhor da Ordem de Cristo e, sob tal bandeira, combateu os muçulmanos no Marrocos, no início do século XV. Graças às suas expedições magrebinas, notadamente, os portugueses aprenderam que os árabes

17 G. S. P. Freeman-Grenville, 1963, p. 143.

foram pelo mar até a África Oriental; portanto, podia-se contornar a África, travar a ação dos muçulmanos e suplantá-los no exercício do comércio[18].

Também, uma série de expedições foi organizada. Em janeiro de 1498, a frota de Vasco da Gama atingiu a ponta meridional da costa suaíli, na embocadura do rio Quelimane, onde, pensava-se, havia uma colônia de povoamento afro-árabe que mantinha relações com os cobiçados territórios do leste. Tais presunções confirmar-se-iam quando da chegada dos portugueses frente à Ilha de Moçambique, onde descobriram que a cidade caira sob a influência de Kilwa. O *shaykh*, ricamente vestido, ofereceu-lhes uma boa acolhida até o momento em que descobriu que eles não eram muçulmanos. A suspeita, instalada de ambas as partes, não tardou a piorar, levando portugueses e muçulmanos da costa às primeiras escaramuças. Já que os ventos foram contrários, Vasco da Gama não viu Kilwa durante esta viagem. Foi mal recebido em Mombaça, onde o comportamento dos portugueses em Moçambique já era conhecido. Por outro lado, o *shaykh* de Melinde o acolheu de braços abertos: era isso a vontade, ditada pela sabedoria, de granjear um potente aliado contra Mombaça ou a manifestação de uma *real-politik*, igualment sábia, guiada pelo instinto de conservação? Foi assim que o *shaykh* de Melinde apropriou-se de Mombaça com a ajuda dos portugueses, no fim do século XVI, e enviou, a bordo de uma dos navios português retornado das Índias, um de seus súditos como embaixador em Portugal[19].

Esta primeira viagem de Vasco da Gama foi um sucesso, pois lhe permitiu alcançar as Índias. Em relação à costa suaíli, essa viagem forneceu aos portugueses preciosas informações sobre o comércio muçulmano; as escalas em Moçambique, Mombaça e Melinde fizeram-lhes descobrir a riqueza das cidades suaílis, impressionando-os. Essa viagem, que tinha sobretudo um caráter de reconhecimento, anunciava vindas ulteriores. Em 1501, os portugueses puderam ter uma ideia da importância de Kilwa e de seu comércio, mas não conseguiram convencer o *shaykh* Ibrāhīm em colaborar com eles a fim de estabelecer uma feitoria em Sofala. Entenderam que somente a força poderia fazê-lo mudar de opinião.

Portanto, recorreram a ela no ano seguinte: "acompanhados de incessantes salvas que deviam espalhar o terror e desmoralizar a população"[20], os navios de Vasco da Gama entraram no porto de Kilwa. Sob a ameaça de ver sua cidade destruída, Ibrāhīm aceitou pagar um tributo anual e se tornar vassalo do rei

18 J. Strandes, 1968, p. 2.

19 *Ibid.*, p. 28.

20 *Ibid.*, p. 40.

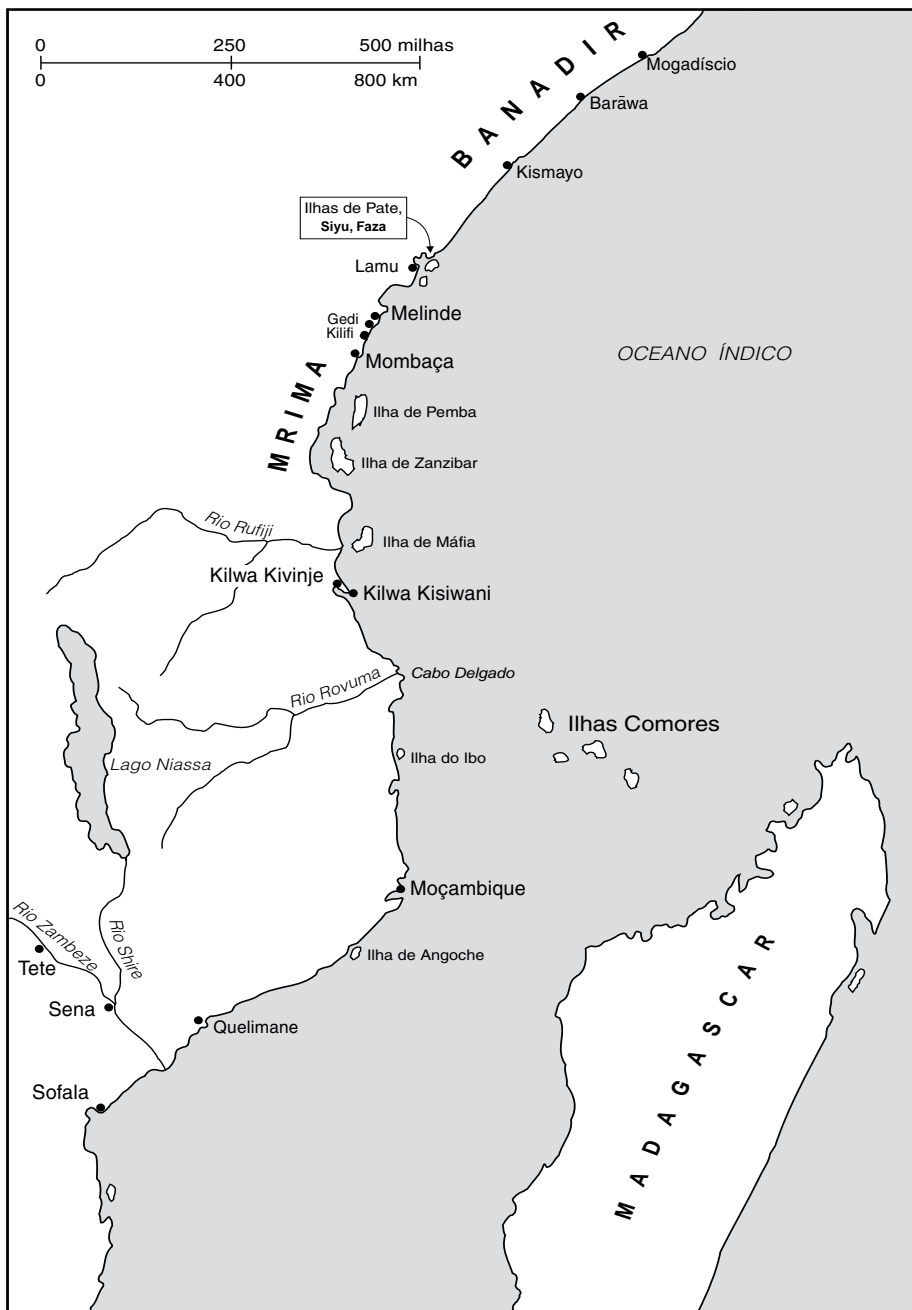



figura 25.3 A costa da África Oriental (segundo A. I. Salim).

de Portugal[21]. Em 1503, Ruy Lourenço Ravasco lançou-se, sem escrúpulos, à pilhagem e à pirataria em Zanzibar e nas cercanias, apoderando-se de um espólio considerável (cereais, marfim e prata) a bordo dos navios que cruzavam as paragens antes de desembarcar em Zanzibar e impondo um tributo pela força. Em 1505, sob o pretexto de que a cidade não pagara o tributo em tempo, nem içado a bandeira portuguesa em sinal de lealdade, Dom Francisco de Almeida, futuro vice-rei das Índias, atacou Kilwa. Explorando as rivalidades e as intrigas das diversas facções, ele instalou no poder um idoso fiel aos portugueses e obrigou a cidade a pagar a construção do primeiro forte português da costa suaíli.

Em 1498, Mombaça já havia manifestado sua hostilidade para com Vasco da Gama. Nada de espantoso, quando de sua chegada, em 13 de agosto de 1505, a frota de Almeida ter sido recebida pelas balas de um canhão recuperado nos escombros de um navio português. Ainda que um dos navios dos portugueses tivesse conseguido acertá-lo e fazê-lo calar, o rei de Mombaça e seu povo opuseram uma resistência não menos furiosa. Respondendo corajosamente aos tiros dos trabucos e dos mosquetes com uma saraivada de pedras e flechas, os habitantes de Mombaça, apoiados por centenas de aliados africanos, defenderam-na, passo a passo, das ruelas até o palácio do rei. Porém, finalmente, este teve que se render devido ao assalto dos portugueses, os quais haviam cercado seu palácio. A cidade foi saqueada e queimada antes da partida da frota; Almeida não deixou nenhuma guarnição. Como nota Strandes[22], parece que os portugueses queriam desmantelar a potência e destruir a prosperidade de Mombaça para aumentar as de Kilwa, que se tornaria a fortaleza deles.

No ano seguinte, em 1506, Hoja (ou Oja), que pensamos ser Ungwana, e que então mantinha relações com o Egito dos mamelucos, decidiu submeter-se para não sofrer a mesma sorte que Mombaça. Por outro lado, Brava (Barāwa) resistiu com obstinação, antes de ser vencida por um exército português de aproximadamente mil homens e pilhada de forma selvagem. Segundo a crônica, as perdas dos dois campos foram as mais substanciais de todas as que os portugueses provocaram na costa suaíli até então.

Signo do caráter deliberadamente punitivo e destruidor das intervenções portuguesas, Mombaça foi atacada novamente e ocupada por quatro meses, aproximadamente em 1528. Como os lusitanos não possuíam um plano a longo prazo destinado à cidade e não sabiam o que fazer com ela (o rei de Melinde não menos estava tentado a torná-la sua), arrasaram-na mais uma vez antes de

21 *Ibid.*, p. 43.

22 *Ibid.*, p. 64.

partirem. Esta breve ocupação, tendendo à destruição da cidade, somente valeu para a expedição portuguesa a perda de boa parte de seus homens, mortos nos combates e pelas doenças[23].

Dezesseis anos antes, os portugueses tiveram que abandonar o forte de Kilwa, pois haviam embarcado nos conflitos internos, abertos com a morte de Ankoni, pela sucessão desse último. Perceberam que o valor do tributo pago pela cidade (por mais elevado que seja) nem bastava para cobrir o custo de manutenção de uma guarnição. Enquanto esperavam monopolizar o comércio do ouro de Sofala, que permitiu que a cidade e regiões da costa enriquecessem, eles apenas conseguiram desorganizá-lo através de inábeis intervenções e de regulamentações comerciais. Em 1506, dizimada pelas doenças, a guarnição de Sofala não mais se encontrava em operação. Em 1512, a de Kilwa foi transferida para as Índias.

A situação comercial de Kilwa melhorou consideravelmente após a partida dos portugueses, ainda que o chefe da cidade permanecesse como vassalo da Coroa portuguesa. A estrutura de suas trocas sofreu uma modificação interessante. Os mercadores de Kilwa desde então evitaram Sofala, que dependia dos portugueses, e, tal como os de Mombaça e os de Melinde, esforçaram-se para nutrir relações mais estreitas com a costa de Angoche, no Sul de Moçambique. Esta, há muito tempo, mantinha relações comerciais com o interior formado pela bacia do Zambeze. O objetivo dessas relações parece ter sido o enfraquecimento da dominação dos portugueses em Sofala, e foi para mantê-la que esses últimos, se aventurando no interior das terras, se estabeleceram em Sena e em Tete.

Kilwa, que não dispunha de muitos produtos locais de exportação, muito dependera, até então, do comércio do ouro e do marfim. Tais produtos eram buscados no Zimbábue por seus mercadores, que transitavam, em larga medida, por Sofala[24]. Após ter perdido esta cidade, Kilwa teve que estabelecer relações comerciais com o interior do continente e o marfim se tornou seu principal produto de exportação. Após 1530, quando os portugueses, de fato, privaram Kilwa de todo o acesso ao ouro do Zimbábue, os mercadores muçulmanos de Kilwa esforçaram-se para aumentar o comércio do marfim, até então pouco importante, com o interior da cidade[25]. Esta reorganização do comércio coincidiu com a expansão dos maravi e dos yao. O conflito que opunha dois chefes dos maravi, o *kolonga* e seu suposto subordinado, o *lundu*, teve por consequência

23 *Ibid.*, p. 110.

24 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 46.

25 *Ibid.*

a independência dos zimba, que, como veremos, desferiram um golpe fatal em Kilwa no fim do século XVI.

Podemos concluir que os portugueses não tiveram uma clara política de ocupação ou de administração na costa suaíli. Tinham apenas o desejo mercenário de dominar, senão monopolizar, todo o comércio. Tal objetivo foi apenas parcialmente atingido. Como a presença dos portugueses tornou-se muito limitada na costa (uma vez Kilwa evacuada, um quarto de século depois de sua chegada, eles se encontravam apenas em Moçambique e em Melinde), as cidades suaíli conseguiram conservar uma verdadeira atividade comercial. Assim, os navios vinham de Cambay, trazendo-lhes diversas mercadorias, dentre as quais o algodão e as pérolas, que eram em seguida transportados pelas frotas locais de Mogadíscio, Brava, Pate, Lamu e Mombaça e trocados no Sul, notadamente na região de Sofala[26]. As medidas tomadas a fim de colocar um fim nesse comércio de contrabando foram aplicadas sem zelo e sem sucesso.

Frequentemente defendeu-se que além da costa africana, os portugueses sempre estiveram interessados pelo Oriente. Tal argumento é às vezes invocado para explicar o fracasso da implantação portuguesa nesta parte do litoral africano. Portanto, a costa suaíli era considerada como um apêndice do Estado da Índia, cujo centro era Goa, residência do vice-rei português. Entretanto, os portugueses nomearam um "capitão do mar de Melinde" que, na ausência de uma ocupação efetiva, devia patrulhar a rota oriental da África com algumas embarcações colocadas à disposição, outorgar licenças (*carataze*) aos navios e administrar a feitoria portuguesa de Melinde. A fundação dessa feitoria prova que os portugueses se interessavam pelo comércio africano. A feitoria importava principalmente das Índias algodão e pérolas, que eram trocados por produtos regionais, como o copal, o âmbar-gris, o marfim e a fibra de coco. O capitão português do posto de Melinde desempenhou um papel importante no comércio de Kilwa. Ele tinha, na ilha de Máfia, ainda sob influência política de Kilwa, um agente encarregado de adquirir fibra de coco e piche.

São insuficientes as informações de que dispomos concernentes à história da costa suaíli até a chegada das expedições turcas, ao longo do último quarto do século XVI. De maneira geral, parece que as circunstâncias impuseram um compromisso político-econômico. As cidades suaílis permaneciam independentes quando nenhum conflito de interesse as opunha aos portugueses e, em caso de conflito, eram colocados entraves ao comércio, sem que esse fosse interrom-

26 J. Strandes, 1968, p. 100.

pido completamente[27]. Algumas cidades sofreram mais do que outras. Mombaça conseguiu se recuperar das destruições infligidas pelos portugueses como represálias. Em 1569, o padre Monclaro a descreveu como uma cidade "grande e populosa[28]". Em contrapartida, ele deve ter encontrado Kilwa praticamente deserta, embora ela continuasse comercializando o marfim com os Comores e com o interior do continente. Já havia se manifestado um fator cujos efeitos são ainda mais difíceis de avaliar do que os da intervenção portuguesa: trata-se dos movimentos de população do interior, com todas as repercussões provocadas nas cidades suaílis. Zanzibar teria entrado em conflito com invasores vindos do continente. Melinde encontrava-se parcialmente em ruínas sob efeito das agressões dos sageju[29]. Segundo J. Kirkman[30], Gedi periclitava antes da chegada do Sultão turco, o emir ʻAlī Bey, que colocaria a presença portuguesa em perigo.

Desde a sua aparição na região do Oceano Índico, os portugueses suscitaram a hostilidade não só dos suseranos muçulmanos locais, mas também dos dirigentes da superpotência muçulmana cuja influência e supremacia comercial eram incontestáveis: os mamelucos do Egito. Após a vitória dos otomanos sobre esses últimos, em 1517, foi o Sultão turco de Constantinopla quem encabeçou a luta contra o invasor português. Várias batalhas navais ocorreram entre a costa ocidental da Índia e o Golfo Pérsico. Em 1570-1571, uma insurreição explodiu na fortaleza portuguesa de Hormuz, cujos habitantes haviam pedido socorro aos otomanos. Porém, o levante foi reprimido.

O exemplo de Hormuz foi seguido por outras cidades, tanto que as embarcações turcas atormentavam periodicamente os portugueses. Os turcos já fizeram incursões até as cercanias de Melinde, mesmo antes da chegada do emir ʻAlī Bey. Se tais operações restavam sem grandes consequências, também não deixavam de inquietar os portugueses. O próprio rei sentiu a necessidade de convidar o vice-rei, estabelecido em Goa, a tomar medidas para por um termo nos excessos praticados por administradores portugueses, dos quais os *shaykh* suaílis tinham se queixado. De fato, receavam que caso os *shaykh* fossem incitados ou obrigados a buscar ajuda junto aos turcos, a fim de se libertarem do jugo português.

27 C. R. Boxer e C. de Azevedo, 1960, p. 18-19.

28 R. Oliver e G. Mathew, 1963, p. 136. Para E. A. Alpers (1975a, p. 45), o restabelecimento e a vitalidade de Mombaça são explicados em parte pelas trocas com o interior.

29 *Ibid*. Entretanto, a presença dos segeju na região teria gerado boas consequências, pois ajudaram Melinde a se recompor da ofensiva zimba.

30 Citado por G. S. P. Freeman-Grenville em R. Oliver e G. Mathew, 1963, p. 137.

Os acontecimentos justificariam tais receios. Em 1585, o emir 'Alī Bey, vindo com uma só galera e portador de uma mensagem de libertação, foi acolhido calorosamente por todas as cidades suaílis situadas entre Mogadíscio e Kilwa, com exceção de Melinde. Após ter acumulado um espólio e ter transformado uns cinquenta soldados portugueses de Lamu em prisioneiros, o emir partiu prometendo retornar com reforços. Os portugueses replicaram com uma expedição punitiva, dirigida, sobretudo, contra Faza e Mombaça. Faza resistiu obstinadamente e seus habitantes infligiram grandes perdas aos portugueses antes de serem vencidos por esses últimos. A cidade foi arrasada e a cabeça de seu *shayk* foi enviada a Goa para lá ser exposta. Os habitantes de Mombaça decidiram proceder a um recuo tático até a partida dos portugueses, porém a cidade foi saqueada.

Fiel à palavra empenhada, o emir 'Alī Bey retornou, em 1588, com cinco navios e, ainda desta vez, obteve o apoio da maioria das cidades, exceto Melinde que resistiu simbolicamente. 'Alī Bey começou a executar o projeto para transformar Mombaça em uma base turca. Os portugueses reagiram com o envio de uma frota reforçada que velejou rumo à África Oriental em janeiro de 1589.

A ameaça de represálias portuguesas coincidiu, desta vez, com a chegada de hordas antropofágicas zimba, vindas do continente, que ameaçavam submeter Mombaça a mesma sorte de Kilwa[31]. Os habitantes da cidade e seus libertadores turcos encontravam-se presos entre dois inimigos diferentes. A destruição da frota turca pelos portugueses permitiu aos zimba ter acesso à ilha, rapidamente saqueada por eles. Cerca de 200 pessoas – habitantes de Mombaça e turcos – refugiaram-se a bordo dos navios portugueses. Os zimba dirigiram-se para o Norte, destruindo tudo à sua frente, e foi apenas devido à presença dos segeju, os quais contribuíram para deter a progressão dos primeiros, que Melinde não sofreu o mesmo destino de Mombaça. Durante este tempo, a expedição portuguesa velejava para o Norte e saciava sua sede de vingança sobre Lamu, que pagou caro pelo apoio dado aos turcos. O *shaykh* e vários outros notáveis foram conduzidos à Pate e decapitados na presença dos sultães dessa ilha, de Faza e de Siyu, para os quais, provavelmente, tal exemplo deveria servir de lição. Manda, a ilha vizinha, foi atacada e Tarkwa, sua capital, pilhada.

31 Como indicamos mais acima, os zimba eram originários dos guerreiros do *lundu*. Nos anos 1580, um de seus chefes encabeçou uma expedição guerreira contra os seus vizinhos do leste. Por volta de 1588, sempre mais numerosa, a expedição atingiu Kilwa, massacrou a maior parte dos habitantes, deixando-a deserta, e dirigiu-se depois para o Norte até Mombaça. Ver também J. dos Santos, 1609, vol. I, p. 65-71; R. Avelot, 1912.

É difícil determinar em que medida as destruições cometidas pelos zimba ou, em seguida, pelos oromo conduziram certas cidades suaílis ao despovoamento e ao declínio. Primeiramente, Kilwa foi aniquilada, mas, em seguida, se restabeleceu graças à determinação de seus habitantes, ao agente comercial do capitão português em Mombaça e às relações comerciais estabelecidas com os yao, por volta do fim do século XVI[32]. Parece que Mombaça encontrava-se enfraquecida o suficiente para que seu inimigo de sempre, Melinde, a conquistasse com a ajuda dos segeju. Deste modo, chegou ao fim o reino da dinastia shīrāzī, que resistira incansavelmente à hegemonia portuguesa. A sucessão foi assegurada pelo sultão Ahhmad, chefe da cidade rival, Melinde, também recompensada por sua indefectível fidelidade para com os portugueses. Mas, por fim, a transferência para Mombaça do capitão da guarnição portuguesa e da residência real marcou, em Melinde, o início de um declínio que continuaria até a segunda metade do século XIX[33].

Merece destaque o papel desempenhado por Kilifi, cidade situada entre Mombaça e Melinde, ao longo deste período da história. As fontes geralmente fazem pouco caso da rivalidade entre Kilifi e Melinde. Parece que os soberanos dessas duas cidades eram parentes. Logo após o ataque zimba, Kilifi teria disputado Mombaça com Melinde, talvez em virtude das ligações de parentesco entre as dinastias ou por mera ambição. Em todo caso, às vésperas da tomada de Mombaça por Melinde, as relações entre esta última e Kilifi estavam longe de serem amigáveis. Melinde se queixava das incursões e dos repentinos ataques dos habitantes de Kilifi. Foi assim que as batalhas ocorridas entre ambas permitiram a Melinde acabar simultaneamente com as provocações de Kilifi e com os objetivos dessa cidade em relação a Mombaça. Kilifi parece ter sofrido, em seguida, um irreversível declínio. As ruínas atestam a existência, em uma colina, de uma cidade dominada por um palácio cercado de algumas casas e de uma mesquita onde versículos do Alcorão encontram-se admiravelmente gravados em torno do *mihrab*.

As duas expedições turcas revelaram a fragilidade da implantação portuguesa na costa. A fim de reforçar sua posição e de se preparar para novos ataques, os portugueses decidiram construir uma fortaleza e instalar uma guarnição em Mombaça. O Forte Jesus foi construído em 1593-1594 por pedreiros vindos das Índias e por trabalhadores de Melinde, dirigidos por um arquiteto italiano[34].

32 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 58-62.

33 E. B. Martin, 1973, p. 40-41.

34 Para mais detalhes sobre a construção do forte, ver C. R. Boxer e C. de Azevedo, 1960, p. 87-117.

FIGURA 25.4 Forte Jesus (Mombaça) construído pelos portugueses em 1593-1594. [Fonte: Cultural Atlas, p. 57. © Spectrum Picture Library.]

Uma guarnição de 100 homens lá foi instalada, sob as ordens de um capitão, cuja autoridade sobre este território se estendia de Barāwa, no Norte, ao Cabo Delgado, no Sul.

Convém sublinhar que o reforço da presença portuguesa em Mombaça não ocasionou nenhuma mudança sensível no que concerne à administração da costa suaíli em seu conjunto, onde os portugueses eram pouco numerosos. Tudo o que eles demandavam dos soberanos das cidades era o pagamento do tributo. A única vantagem da guarnição de Mombaça era que ela permitia uma reação mais fácil e mais rápida às eventuais tentativas de resistência e de revolta. Portanto, a proximidade dos portugueses não intimidava a todos. Assim, em 1603, o soberano de Pate tomou as armas, sendo então julgado e executado. Porém, a impiedosa atitude de seus inimigos não impediu nem Pate, nem outras cidades de se levantarem.

A dispersão dos grupos humanos e o repovoamento do litoral

No século XVII, muitas coisas mudaram. Os holandeses e os britânicos surgiram no Oceano Índico, eles tentaram desapossar os portugueses. Além disso,

as relações entre esses últimos e os novos soberanos de Mombaça, sempre seus aliados, se deterioraram. No mais, populações se dispersaram e se reinstalaram ao longo da costa, suscitando o surgimento de novos grupos humanos.

O aumento da insegurança, devido em grande parte às agressões dos oromo (gala) e, sem dúvida, em certa medida, às mudanças do meio ambiente, incitou grupos suaílis do Norte a se dirigir para as cidades do Sul. Foi assim que a Ilha de Pemba e a cidade de Mombaça acolheram imigrantes vindos dos centros do Norte. Basicamente, foi nesta época que os ancestrais das Nove Nações (Miji Kenda) de Mombaça fixaram-se na ilha. Quando, no Norte, alguns centros declinavam ou esvaziavam-se, outros, no Sul, desenvolviam-se e, ainda mais abaixo, alguns até mesmo nasciam, como Mrima, na costa tanzaniana[35]. Vumba Kuu prosseguia seu desenvolvimento e, no século XVII, se tornou um Estado independente.

Também foi importante a dispersão, a partir de Shungwaya (ou Singwaya), de grupos que ganharam o Sul e, em seguida, se tornaram os miji kenda e os pokomo. Parece difícil sustentar que Shungwaya fora pura e simplesmente um Estado mítico[36]. A julgar pelas tradições orais miji kenda (e aquelas dos grupos de língua kiswahili, tais como os bajuni)[37], mais parece que o local realmente existiu, embora seja difícil determinar se ele foi uma colônia de povoamento ou um Estado. Só recentemente que o estudo da evolução dos grupos que se tornaram os miji kenda vem sendo empreendido, preenchendo, assim, uma lacuna importante na historiografia da costa[38]. Resumindo, diferentes grupos partiram de Shungwaya para o Sul e instalaram-se nas aldeias fortificadas (*makaya*, no singular, *kaya*), nas colinas que sobrepujavam as cidades suaílis, entre Melinde e uma região situada logo ao Sul de Mombaça. A fortificação dessas aldeias realmente favoreceu a coesão e a solidariedade. Com o tempo, os *makaya* tornaram-se mais que simples refúgios contra os oromo (e mais tarde, contra os masaï), ocupando um lugar central na vida social e religiosa dos miji kenda e conservados muito além da época das aldeias fortificadas. Grupos miji kenda encetaram relações comerciais e culturais com as cidades suaílis vizinhas. Assim, os digo (e os segeju) estabeleceram relações socioculturais e econômicas com Vumba

35 G. S. P. Freeman-Grenville, 1963, p. 146-149.

36 R. F. Morton, 1972.

37 J. de V. Allen, 1977b. Ver também V. L. Grottanelli (1955 e 1975), que identificou, em um sítio arqueológico vizinho da moderna Bur Kavo (Port Durnford), os vestígios da Shungwaya histórica.

38 T. T. Spear, 1974. As Nove Nações, ou grupos miji kenda, são os digo, os giriama, os rabai, os ribé, os kambé, os kauma, os duruma, os chonyi e os jibana.

Kuu[39]. Cada um dos *makaya* dos miji kenda formou uma associação particular de caráter econômico e político com uma das Doze Nações que, no século XVIII, haviam acabado de se estabelecer em Mombaça.

O conflito entre os portugueses e Mombaça

As relações amigáveis entre os portugueses e o sultão Ahhmad não duraram mais de três anos após a transferência do poder para Mombaça. Logo, tornou-se claro que o capitão de Mombaça não cumpria as ordens de Goa, que o intimava a se manter em bons termos com um aliado de longa data, e não respeitava os acordos administrativos e fiscais firmados com Ahhmad . O Sultão se queixava dos obstáculos com os quais se chocavam o comércio e o tráfico marítimo de Mombaça e – fato revelador – pediu a Lisboa que dispensasse outras cidades do tributo que lhes havia sido imposto após as expedições turcas. Também pediu que sua autoridade fosse reconhecida em Pemba, que ele teria conquistado através de seus próprios meios, porém os portugueses preferiam vê-la nas mãos de um soberano fantoche, pertencente à classe dirigente. Finalmente, o sultão Ahmad obteve Pemba, mas somente como arrendamento, mediante o pagamento de 300 a 500 sacos de arroz por ano.

Após a morte do sultão Ahhmad, em 1609, seu filho al-Hasan encontrou-se, por sua vez, em litígio com o novo capitão português, Manuel de Mello Pereira, tanto sobre a questão de seus direitos e privilégios relativos a Mombaça, quanto sobre a de Pemba. Considerando suas más relações com o capitão, também envenenadas pelas intrigas de seu tio, o Sultão preferiu se refugiar em Arabaja (provavelmente Rabai) a submeter-se a uma decisão do vice-rei, tendendo a julgá-lo em Goa. Primeiramente, sendo bem acolhido entre os muzungulo[40], em seguida, foi traiçoeiramente assassinado por eles, em troca de um certo número de peças de tecidos ofertadas pelos portugueses.

Não estando envolvida nesta traição, Lisboa insistiu, a título de reparação, para que Yūsuf, o filho do Sultão, após ter estudado em Goa, sucedesse ao pai no trono. Lá, Yūsuf foi convertido ao cristianismo e casou-se com uma mulher de ascendência portuguesa e asiática. Também serviu à bandeira portuguesa no Golfo Pérsico, distinguindo-se por seus talentos de soldado e artilheiro. Porém,

39 A. I. Salim, 1973, cap. I; W. F. Mckay, 1975.

40 As fontes portuguesas contam de forma pontual sobre este grupo. Sem dúvida, tal grupo foi absorvido por grupos de imigrantes vindos de Shungwaya – talvez pelos ancestrais dos rabai, um dos grupos miji kenda.

ao retornar a Mombaça em 1630, com o nome de Dom Jerônimo Chingulia, que lhe fora dado pelos cristãos, ele se chocou com graves problemas, pois foi rejeitado tanto pelos habitantes de Mombaça quanto pelos portugueses. Os membros de sua família não aceitavam a sua conversão e o baniram da coletividade. Paralelamente, os administradores portugueses não manifestavam o respeito que lhe era devido e não lhe dispensavam nenhum reconhecimento pelos serviços prestados à Coroa portuguesa.

Em agosto de 1631, o capitão português Pedro Leitão de Gamboa considerou que o hábito de Yūsuf, qual seja, orar segundo o rito muçulmano na tumba de seu pai assassinado, constituía uma apostasia que confinava à traição e planejou enviá-lo de novo a Goa para ser julgado. Como seu pai, Yūsuf decidiu não se entregar ao julgamento, porém, ao contrário de al-Hasan, escolheu lutar.

A história da chegada surpresa de Yūsuf e de seus partidários, em 15 de agosto de 1631, no Forte Jesus, durante a celebração feita pelos portugueses da festa de Assunção, e do massacre quase geral que se seguiu, tem sido frequentemente relatada[41]. Aos olhos de Yūsuf, esse retorno espetacular ao islã deveria marcar o início de uma *jihad* destinado a expulsar os portugueses de toda a costa. Mas, seu apelo não foi tão bem ouvido como aquele do emir 'Alī Bey, há alguns decênios antes: nenhuma outra cidade concedeu-lhe apoio. Entretanto, com a ajuda de centenas de partidários suaílis e africanos, conseguiu infligir grandes perdas à primeira expedição punitiva lançada contra ele, em janeiro de 1632, obrigando-a a bater em retirada. Yūsuf decidiu não esperar uma outra expedição. Talvez desencorajado em razão de seu isolamento, ele partiu para a Arábia, provavelmente para garantir o apoio dos turcos.

Embora estes últimos não lhe tenham ajudado, Yūsuf pôde retornar e suscitar tumultos na costa até a data de sua morte, em 1637. A região mais agitada era o arquipélago de Lamu. Em 1636-1637, foi preciso organizar uma expedição punitiva – que se revelou muito longa – para dominar Faza, Lamu, Manda e Pate. A porta do Forte Jesus foi coberta por uma inscrição realizada em 1635, proclamando a vitória da Coroa portuguesa sobre os rebeldes da costa.

A intrusão dos ingleses e dos holandeses

Contudo, a fortuna dos portugueses no Oceano Índico tinha começado a se alterar. O primeiro dos três fatores mencionados mais acima, a saber, o surgi-

41 Para um estudo deste acontecimento, ver G. S. P. Freeman-Grenville, 1980.

mento dos holandeses e dos ingleses na região, já havia contribuído para o declínio da supremacia portuguesa, no momento da revolta de Yūsuf bin al-Hhasan. Os holandeses foram integrados ao comércio com o Oriente na condição de agentes e de transportadores para o resto da Europa dos produtos coloniais que chegavam a Lisboa. Mas, no momento da união entre Espanha e Portugal, em 1580, o rei da Espanha procurou repeli-los, pois, desde 1566, combatiam para se libertar da tutela espanhola. Foi então que os holandeses decidiram alcançar o Oriente através de seus próprios meios. No fim do século XVI, seus navios sulcavam o Oceano Índico, afrontando os portugueses. Em 1607, embarcações holandesas sitiaram a cidade de Moçambique por vários meses; embora o estado de saúde dos homens os obrigasse finalmente a deixar o lugar, os holandeses tinham se estabelecido no Oceano Índico e estavam fortemente decididos a permanecer aí.

Quanto aos ingleses, eles haviam se lançado, a partir dos anos 1580, em expedições piratas contra os navios espanhóis. Dado que as duas potências ibéricas se encontravam unidas a partir de então, os interesses portugueses no Oceano Índico tornavam-se alvos legítimos. Antes do fim do século, os navios ingleses tinham dobrado o Cabo da Boa Esperança e, em 1591, um deles fez escala em Zanzibar, antes de continuar a sua rota rumo às Índias. Em 1608, encontrava-se outro em Pemba. Desde então, os portugueses passaram a conduzir uma luta inútil contra estes intrusos vindos da Europa e os combates se desenrolaram, sobretudo, no Golfo Pérsico, ao longo da costa indiana de Malabar, no Sri Lanka e no arquipélago malásio. Nem os holandeses, nem os ingleses procuraram ocupar o lugar dos portugueses através da ocupação desta ou daquela cidade da África Oriental. Eles só paravam em Zanzibar e em Pemba para se abastecerem de víveres e de água.

Entretanto, os ataques e os ataques anglo-holandeses colocaram muito as forças de Portugal a uma rude prova. O vento parou definitivamente de soprar a seu favor no dia em que os ingleses foram vistos ajudando a população local a combater os portugueses. Ademais, até a costa oriental da África começou a sentir os efeitos das derrotas lusitanas no Golfo Pérsico.

Ainda que a Inglaterra, oficialmente, estivesse em paz com a Espanha e com Portugal, vários navios ingleses ajudaram, em 1622, o Xá da Pérsia a expulsar os portugueses do posto de Hormuz[42], fazendo desaparecer também a principal fonte de renda do Estado das Índias. Os portugueses limitaram-se, então,

42 S. B. Miles, 1919.

a Mascate, cidade da costa de Omã tomada por eles desde o início do século XVI e cujos habitantes, a exemplo dos suaílis, sofreram numerosas espoliações. Mascate se tornou a omani equivalente de Mombaça. Como em Mombaça, os portugueses haviam construído um forte pouco depois dos ataques surpresa turcos de 1588, com a intenção de instalar aí uma base para reconquistar Hormuz e criar um entreposto para o comércio entre as Índias e o Golfo Pérsico.

O fim da supremacia portuguesa na África Oriental

Pouco depois da queda de Hormuz nas mãos dos persas, em Omã assomou ao poder uma dinastia nova e dinâmica que estava bem decidida a libertar o país do jugo português, ou seja, a dos ya'rubi, cujo fundador e primeiro imām foi Nāsir bin Murshid. Senhores de seu litoral, os soberanos de Omã puderam aproveitar da experiência marítima da população para constituir uma importante força naval que começou a desafiar os portugueses além do golfo. Considerando as ligações que uniam o seu país à África Oriental nos planos social, cultural e comercial, esta região não poderia deixar de interessar aos dirigentes ya'rubi.

Retomando Mombaça após a revolta de Yūsuf, os portugueses decidiram permanecer, a fim de governarem diretamente a cidade. Como já vimos, revoltas explodiram periodicamente, sobretudo em Pate que, provavelmente, havia liderado a luta de libertação. Parece que a cidade conhecera nesta época um período de prosperidade que incitou os portugueses a criar aí, em 1633, uma repartição das alfândegas. Porém, uma vez que o comércio tornava Pate rica e poderosa demais, os portugueses decidiram intervir e as relações entre os dois pioraram. Durante este tempo, as queixas suscitadas nas outras cidades – Siyu, Pemba, Otondo – pelos maus-tratos infligidos aos habitantes pelos portugueses chegaram não só a Lisboa, mas também aos novos dirigentes de Omã, cuja ajuda fora invocada.

Portanto, a segunda metade do século XVII foi marcada por longas lutas entre os portugueses e os árabes omanis ao largo da África Oriental. Em 1652, estes últimos, encorajados pelos soberanos locais, atacaram os portugueses em Zanzibar e mataram um certo número deles. Os portugueses replicaram a isso levando consigo a rainha de Zanzibar e seu filho, o soberano de Otondo, por ter se recusado a pagar o tributo e encorajado os árabes omanis. Em 1660, uma frota armada por Omã e Pate desembarcou em Mombaça e saqueou o bairro português, aparentemente sem encontrar uma forte resistência. Os árabes omanis conseguiram ir para o Sul, até Moçambique (em 1669). Em agosto de 1678,

o vice-rei em pessoa liderou uma grande expedição contra "Pate, a arrogante". O soberano de Faza, cidade vizinha, juntou-se a ele. A expedição só teve sucesso em parte: tiveram que retornar ao largo quando surgiram os navios omanis, em janeiro de 1679; entretanto, os aliados tiveram tempo de capturar os soberanos de Pate, Siyu, Lamu e Manda, que, junto com várias autoridades, foram decapitados. Parece que Pate não se deu por vencida, pois foram necessárias outras intervenções: em 1687, ela foi invadida, pilhada e seu novo soberano foi capturado e enviado a Goa, bem como onze conselheiros.

Tentou-se firmar um acordo, em virtude do qual o *shaykh* de Pate permaneceria no trono – em vez de ser trocado por seu inimigo, o soberano de Faza – em troca de que ele reconhecesse a autoridade portuguesa. Mas o acordo provisório fechado em Goa foi rejeitado por Lisboa, pois o rei queria colocar um fim na independência de Pate e recompensar Faza por sua "notável lealdade" [43]. Neste ínterim, Pate caiu nas mãos dos omanis, e no Natal de 1688, seu soberano cativo e seus conselheiros foram mortos, ao tentar escapar de Panjim, onde estavam detidos.

Uma guerra civil obrigou Omã a interromper, por alguns anos, seus ataques contra as posições portuguesas da África Oriental. Ao serem retomados, os ataques foram dirigidos contra Pemba, da qual dependia a revitalização de Mombaça e que havia se levantado contra os portugueses. Entretanto, em 1694, estes conseguiram organizar uma expedição que lhes permitiu reprimir a revolta e a expulsar os árabes omanis .

Mas, no o ano seguinte, Omã se lançava em operações de uma amplitude sem precedentes. Em março de 1696, sete navios omanis com 3.000 homens e o *shaykh* de Lamu a bordo, desembarcaram em Mombaça e, sem dificuldade, ocuparam a cidade e a ilha antes de sitiar o Forte Jesus até dezembro de 1698, data de sua rendição. Os defensores portugueses tinham o apoio de seus aliados de Melinde e de Faza. A história do cerco atesta não só o heroísmo destes homens, como também a incapacidade insigne, quiçá covardia, dos comandantes portugueses, por várias vezes enviados em socorro dos sitiados e que sempre se limitaram a abastecer a fortaleza sem se engajarem no combate com os sitiantes. Os omanis conseguiram convencer os miji kenda vizinhos a interromperem o abastecimento dos defensores da fortaleza, que foram dizimados pelas doenças e pela fome. Quando a expedição saída de Goa em novembro de 1698 com a missão de travar batalha com o inimigo chegou em Mombaça, a bandeira vermelha de Omã já tremulava no alto do forte.

43 C. R. Boxer e C. de Azevedo, 1960, p. 51.

Os portugueses fizeram uma breve reaparição em Mombaça de 1728 a 1729, aproveitando, por um lado, da fraqueza da presença omani na costa após a queda da cidade e, por outro, do descontentamento da população suaíli de certos centros em relação aos árabes; estes, dizia-se, maltratavam os ricos e interferiam no comércio local. É bem possível que os rumores sobre tal assunto tivessem sido amplificados em Goa por autoridades suaílis desapossadas, como o príncipe de Faza. Seja o que for, as relações entre a guarnição árabe da cidade e o soberano de Pate não eram, incontestavelmente, boas. Tal fato, somado ao surgimento de uma facção a ele oposta e apoiada pelos omanis, incitou-o a solicitar o apoio de Goa no fim do ano de 1727. De Pate, a expedição portuguesa marchou para Mombaça, onde a guarnição omani do forte havia aproveitado da ausência de seu comandante para se rebelar, solicitando a ajuda do rei de Pate contra as outras guarnições árabes dos pequenos fortes da ilha. Mombaça e seu forte renderam-se às forças aliadas de Portugal e de Pate. Os soberanos de Wasini [*sic*], Vumba, Pangani, Mtangata, Tanga, Zanzibar e Pemba foram intimados a vir a Mombaça para reafirmarem a sua lealdade.

O retorno dos portugueses e sua aliança com Pate deviam ser de curta duração. Em seu desvairado desejo em garantir uma ajuda contra os seus rivais e os partidários árabes destes, o rei de Pate prometera mais do que podia cumprir: notadamente, ele se comprometeu a pagar um tributo aos portugueses e a lhes outorgar o monopólio do comércio do marfim. Seis meses após seu retorno a Pate, o rei entrou em conflito com os portugueses, acusando-os de abusos em relação ao monopólio do marfim e queixando-se de outras restrições comerciais. Persuadidos, após um incidente militar, de que era preferível abandonar Pate, os portugueses a deixaram em junho de 1729.

Nesta época, eles também enfrentavam dificuldades em Mombaça. Um exército composto de habitantes da cidade e de africanos do continente (os muzungulo), e comandado por uma autoridade local que recentemente tinha ido a Goa para solicitar o retorno dos portugueses, atacou as posições portuguesas da cidade antes de sitiar a pequena guarnição do forte. Em novembro de 1729, esta, quase morrendo de fome, se rendeu e foi autorizada a se refugiar em Moçambique. Outras cidades, em especial Zanzibar, Pemba e Máfia, seguiram o exemplo de Mombaça, matando ou expulsando os portugueses que lá se encontravam.

Assim, é interessante notar que foram as próprias cidades suaílis que expulsaram definitivamente os portugueses. Pouco depois da partida destes últimos, Pate e Mombaça deixaram mais uma vez os omanis ocupá-las. A costa suaíli entrava em uma nova era de sua história.

A derrota portuguesa foi atribuída a toda uma série de fatores: a fraqueza, a imperícia e a anarquia do sistema colonial; a indecisão, a imprudência, a incapacidade e a cupidez de inúmeros administradores que pensavam, sobretudo, em encher seus bolsos, alienando a simpatia da população suaíli; os estragos causados pelo clima e as doenças, que dizimaram uma população portuguesa já pouco considerável; as facções locais, cujas lutas serviram, durante um certo tempo, aos interesses dos portugueses, mas que não tardaram a se voltar contra eles. Aproximadamente no final do período estudado, os portugueses encontravam-se no fim dos seus recursos (mesmo Goa, por exemplo, fora deixada sem defesa em janeiro de 1730, na ocasião de um derradeiro e desesperado esforço a fim de retomarem a sua parte na África Oriental. Tal esforço foi mal sucedido, pois só conseguiram, com grande pena, constituir um corpo expedicionário.

Simultaneamente a esta atividade militar, importantes acontecimentos políticos, econômicos e culturais ocorreram ao longo do litoral. Na extremidade meridional, as trocas entre os yao e os kilwa, limitados inicialmente às peles, aos objetos de ferro e aos gêneros agrícolas, intensificavam-se, pois, no final do século XVII, o marfim era, entre eles, o objeto de um "comércio florescente e bem organizado[44]". Tal comércio conheceu um declínio temporário nos primeiros decênios do século XVIII, depois de os portugueses, cujo capitão comprava uma grande parte dos produtos exportados por Kilwa, terem perdido Mombaça para os omanis. De fato, estes últimos não conseguiram suscitar uma demanda suficiente para estes produtos, nem para os tecidos e as pérolas trocados por Kilwa com o interior do continente pelo marfim e outros artigos. Os yao tiveram então que vender seu marfim em Moçambique e não mais em Kilwa. Mas o advento da dinastia dos Būsa'idi em Omã, por volta da metade do século XVIII, trouxe de volta, por algum tempo, a prosperidade de Kilwa.

Mais a Norte, Vumba Kuu, cujo soberano adquirira o título de *dīwān*, tinha fortalecido sua posição. A família de xerifes que reinava neste Estado, os Bā-'Alawī, tinha adotado os costumes locais. O *dīwān* portava sempre um sobrenome banto. A cerimônia da investidura misturava ritos bantos, não muçulmanos, aos do islã. Os segeju e um dos grupos miji kenda, os digo, estabelecidos nas redondezas, nutriram estreitas relações com Vumba Kuu, fornecendo-lhe as bases de sua economia e, durante todo o século XVIII e mesmo depois, participaram da nomeação dos *dīwān*, bem como das querelas de sucessão. A influência religiosa das famílias de xerifes que reinavam em Vumba Kuu con-

44 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 63.

tribuiu de forma decisiva para converter ao islã os digo e os segeju da costa, os quais usavam poderes espirituais e eram capazes de fazer chover.

No arquipélago de Lamu, Pate alcançou o seu apogeu no século XVII e durante uma parte do XVIII. Conheceu, então, uma grande prosperidade e sua influência se estendeu, no Sul, sobre uma parte da costa. Vimos que Pate desempenhou um papel essencial na libertação deste território. Sua prosperidade baseava-se no comércio marítimo, do qual ela se beneficiava em uma época em que outras cidades, como Melinde, Mombaça e Kilwa, acabavam de sofrer ataques de povos vindos do interior do continente, como os zimba. Pate estabeleceu relações profícuas com os gatunos oromo, os quais lhe forneciam peles para exportação. Também comerciava o marfim oriundo do continente[45]. Os objetos desta época que foram recolhidos e conservados mostram que esta cidade alcançara um alto grau de riqueza e de civilização. As fontes históricas não explicam de forma satisfatória o declínio, aparentemente rápido, conhecido por Pate na segunda metade do século XVIII.

O fator omani na África Oriental

O declínio de Pate é o assunto de um dos maiores *tenzi* (poemas épicos) escritos em kiswahili, *Al-Inkishafi*. O autor deste poema, Sayyid ʿAbdallāh bin ʿAlī bin Nāzir, pertencia à elite dos xerifes de Pate. Um dos seus ancestrais, o *shaykh* Abū Bakr bin Sālim, era o santo venerado de ʿInāt, em Handramawt, que, no século XVI, havia orado, a pedido do soberano de Pate, para que a cidade fosse libertada de seus inimigos (não sabemos se tratava dos portugueses ou dos oromo). Os *shārīf* se estabeleceram definitivamente em Pate, adotaram os costumes locais e acabaram por desempenhar, com os *shārīf* de Lamu, um papel determinante na tradição literária e religiosa dos suaílis. Foram os xerifes vindos do Sul da Arábia que, antes mesmo da chegada dos portugueses, estabeleceram o domínio da doutrina (*madhhab*) *shafiʿī* entre os muçulmanos da costa.

Esses descendentes do profeta Muhhammad, que se estabeleceram não somente no arquipélago de Lamu, mas também em diversos outros pontos da costa, constituíram o essencial da *intelligentsia* religiosa. Sua herança cultural compreende os métodos e os manuais empregados para o ensino do islã, o culto dos santos, a veneração dos *shārīf*, bem como a forma e o conteúdo da poesia. No século XIX,

45 A. Nāsir, 1977, p. 17-18; J. de V. Allen, 1974.

FIGURA 25.5 Ornamento proveniente de uma mesquita de Vumba Kuu. [British Institute in Eastern Africa, Nairobi.]

relações culturais ligavam a Arábia do Sul aos banadir, à costa meridional, até Moçambique, e às ilhas: arquipélago de Lamu, Zanzibar, Pemba, Máfia e Comores. As cidades do Hadramawt (‘Ināt e Tarīm, por exemplo), Meca e Medina, por vezes, o Cairo e, na ocasião, Istambul contribuíram para a formação dos sábios muçulmanos do leste africano: estudantes do país foram para Hedjaz, no Hadramawt e, às vezes, para o Egito a fim de estudarem sob a direção de reputados sábios. Após adquirirem um *idjāza* (certificado), eles ensinavam a língua árabe, a exegese corânica, o *hadīth*, a *sharī‘a*, etc., em uma mesquita ou em seus próprios domicílios. Tal sistema de ensino fez surgir um poderoso corpo de *‘uloma’*, dentre os quais os soberanos *būsa‘idi* nomeavam os seus *kādi*[46].

Os omanis contribuíram de forma importante para a reabilitação econômica de Kilwa. O tráfico de escravos desempenharia um papel essencial nesse sentido e, junto com o comércio de marfim, dominaria a história econômica da costa oriental durante a maior parte do século XIX. No princípio, ele se desenvolveu principalmente para fornecer aos franceses os escravos que eram necessitados para

46 A. I. Salim, 1980, p. 885-891.

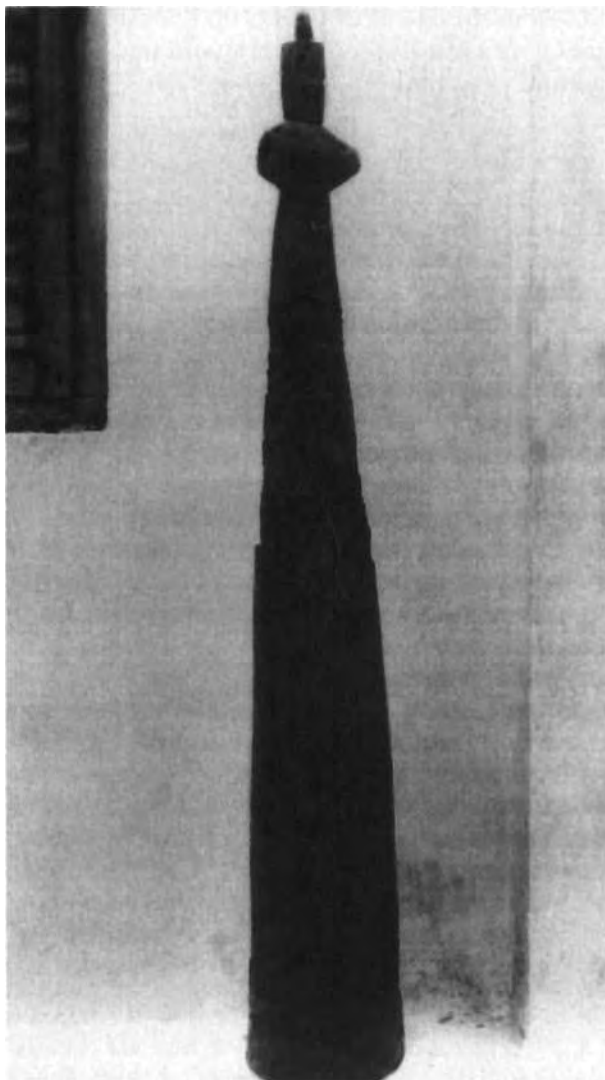



FIGURA 25.6 O grande Siwa de Mwinyi Mkuu, Zanzibar. [British Institute in Eastern Africa, Nairobi.]

a exploração, a partir de 1735, das plantações de suas colônias nas ilhas Mascarenhas: Ilha de França (Ilha Maurício) e Ilha Bourbon (Reunião). Deste modo, Kilwa e Zanzibar encontravam-se fortemente incitadas a adquirir escravos. No começo, os franceses compravam os seus em Moçambique e nas Ilhas Kerimba, sob o controle dos portugueses, pois esses queriam a qualquer custo impedir os

franceses de comprar "ilegalmente", ou seja, comprar diretamente escravos e marfim dos macua, dos yao e dos mercadores suaílis estabelecidos no continente.

Contudo, aproximadamente na metade do século XVIII, o papel preponderante de Moçambique neste comércio começou a declinar, por um lado, devido aos conflitos entre os portugueses e os macua no interior, dificultando assim as trocas, e, por outro, por causa da concorrência dos mercadores suaílis e árabes, cuja atividade aumentou na costa após a dinastia dos Būsa'idi ter fortalecido sua posição no trono de Omã. Ao mesmo tempo, os novos soberanos de Omã, que fizeram de Zanzibar o seu principal bastião na costa, encorajaram os negociantes indianos a aumentarem os investimentos na ilha. Na costa de Kilwa, a atividade comercial dos árabes e dos suaílis tornou-se ainda mais intensa durante os anos 1760. A cidade veio a ser um importante polo de atração dos mercadores do continente, os quais comerciavam escravos e marfim, para o desespero dos portugueses que, conscientes da possibilidade da economia de Moçambique ser arruinada pelos mercadores árabes e suaílis, esforçaram-se de todas as formas, militares e outras, para estancar esta concorrência, porém sem sucesso.

Em 1785, a dominação exercida por Moçambique no comércio de marfim do centro-leste da África tinha praticamente terminado. Por outro lado, Moçambique continuou a se beneficiar do tráfico – pois que as colônias francesas do Oceano Índico necessitavam constantemente de escravos[47] –, não sem se chocar lá também com a concorrência das feitorias suaílis situadas na costa do continente, como Ibo, onde os franceses se abasteciam cada vez mais em escravos. Simultaneamente a isso, os mercadores yao vendiam mais escravos e marfim em Kilwa, onde, nesse momento, havia grandes quantidades de produtos de origem omani ou indiana, como o pano de Surat. Este novo avanço de Kilwa conduziu um aventureiro francês, o negociante Jean-Vincent Morice, a assinar, em 1776, um tratado com Kilwa, que se comprometia com o fornecimento de 1.000 escravos por ano às colônias francesas das ilhas Mascarenhas[48]. Por volta de 1780, mercadores suaílis ou aparentados se aventuraram pelo interior do continente, para além do lago Malawi, abrindo novos itinerários comerciais; um deles chegava a Kilwa, e outro, na costa suaíli, próximo a Bagomoyo, o que atesta "a reabilitação comercial da costa suaíli na segunda metade do século XVIII[49]". Outras rotas foram ainda abertas ligando pela primeira vez os povos à costa, tais como os bolowoka, os bisa e os ngonde.

47 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 127, nota 8.

48 Para um estudo detalhado do comércio francês em Kilwa, ver G. S. P. Freeman-Grenville, 1965.

49 E. A. Alpers, 1975*a*, p. 161.

De um lado havia a política, e do outro, o comércio e o lucro: assim, os árabes omanis comerciavam com Kilwa, ainda que o sultão dessa cidade defendesse vigorosamente sua independência em relação a Omã. Entretanto, em 1784, o novo *imām* de Omã, Sa'īd bin Ahmad, tentou dominar pelas armas um certo número de cidades da costa, dentre elas Kilwa, que havia aceitado servir de base ao rebelde Saif bin Sa'īd, tio de Sa'īd. O sultão de Kilwa, Hasan Ibrāhīm, muito idoso, só pôde oferecer uma resistência simbólica. Ele teve que reconhecer a suserania do *imām*, lhe ceder mais da metade dos seus direitos de alfândega e aceitar a presença de um governador e de uma guarnição omani em Kilwa. Mas estas peripécias políticas, reforçando a estabilidade e incitando os negociantes indianos a aumentarem seus investimentos, só favoreceram o renascimento comercial da costa de Kilwa[50]. Deste modo, é certo que a situação beneficiava ainda mais a Mascate. Em 1804, o governador omani de Kilwa enviou a seu *imām* 6.000 piastras por ano e, pelo menos, o dobro desta soma em 1811[51]. Zanzibar, que já era a mais estável, a mais leal e lucrativa das possessões būsa'idi na África Oriental, pagou ao Tesouro de Oman 40.000 piastras em 1796, e quase 60.000 em 1811.

Assim, no fim do século, os būsa'idi tomaram consciência do interesse econômico de alguns pontos da costa onde eram representados. Essas vantagens, acrescidas de diversas considerações políticas e estratégicas, incitaram o Sayyid Sha'īd bin Sultan (1804-1856) a estender a autoridade de sua dinastia pela costa e, depois, a estabelecer sua capital em Zanzibar[52].

Conclusão

O período tratado no presente capítulo foi fértil em transtornos para a costa oriental da África. As cidades suaílis, até então independentes, sofreram a invasão portuguesa, aliás facilitada por suas intrigas e rivalidades – ainda que, em certos momentos, as tentativas dos portugueses para explorar estes últimos trouxeram-lhes desvantagens.

Esta invasão foi violenta e impiedosa: os portugueses resolveram atacar os muçulmanos em todas as frentes, se apoderar de suas terras, suplantá-los no exercício do comércio e, se possível, convertê-los ao cristianismo, tal como aos outros povos adeptos da religião tradicional africana. Na realidade, o impacto

50 *Ibid.*, p. 166.

51 R. Oliver e G. Mathew, 1963, p. 156; E. A. Alpers, 1975a, p. 177.

52 UNESCO, *História Geral da África*, vol. VI, cap. 8.

religioso foi pouco importante. Salvo raras exceções (Yūsuf bin Hasan ou certas mulheres, por exemplo), os muçulmanos foram refratários ao cristianismo. É certo que nada restou da evangelização após a partida dos portugueses.

No que concerne às trocas e ao tráfico comercial no Oceano Índico, os portugueses apenas obtiveram um sucesso parcial. As cidades suaílis puderam conservar uma atividade comercial relativamente importante. Entretanto, a regulamentação introduzida pelos portugueses neste domínio – monopólios e *carataze*, por exemplo –, prejudicou as trocas. No entanto, a cupidez e a incompetência dos administradores locais estiveram na origem do declínio de certos comércios, como o do ouro de Sofala. Apenas considerada como secundária em relação à Ásia, a costa permitiu contudo o enriquecimento, se não da Coroa portuguesa, ao menos dos seus representantes.

As cidades suaílis conheceram diversas fortunas. Graças a sua vitalidade, Mombaça – vítima de várias destruições de grande escala como represálias dos portugueses – sempre conseguiu se reestruturar. Kilwa suportou bem menos a adversidade, embora, aproximadamente no final do século XVIII, o tráfico de escravos com a Ilha de França lhe tivesse permitido prosperar. Todavia esta recuperação devia ser de curta duração, pois que, no começo do século XIX, a cidade fora eclipsada por Kilwa Kivinje, situada no continente. Outras cidades da costa desapareceram para sempre ou tornaram-se simples aldeias. O declínio delas não foi obra dos portugueses; ele se relaciona, mais verdadeiramente, à ação dos povos, como os oromo e os zimba, conjugada às modificações do meio ambiente. Pate é a exceção à regra: ela apenas tornou-se próspera nos séculos XVII e XVIII, e isso provavelmente explica o motivo de os portugueses tanto tentarem destruí-la. Mas, no final do século XVIII, ela declinou mais uma vez, como relata o grande poeta da cidade, Sayyid 'Abdallāh, no *Al-Inkishafi*. Somente novas pesquisas permitirão responder às inúmeras questões que ainda são colocadas a respeito das cidades suaílis, de suas dimensões e dos fatores que estiveram na origem de seu avanço, florescimento e decadência.

CAPÍTULO 26

A região dos Grandes Lagos, de 1500 a 1800

J. B. Webster, B. A. Ogot e *J. P. Chrétien*

Esse período pode ser dividido em três partes: de 1500 até aproximadamente 1580; depois, de 1580 a 1680, um século marcado por secas e fomes; e enfim, a época da formação e da expansão do Estado, que vai de aproximadamente 1680 a 1800. Antes de 1580, a principal preocupação das regiões meridionais e centrais era a consolidação dos Estados que sucederam ao Império Bachwezi, sendo a do Norte a interação entre as famílias linguísticas decorrentes da primeira irrupção dos povos falantes do nilótico oriental, na região dos Grandes Lagos.

O segundo período (aproximadamente 1580-1680) foi dominado pelas secas e fomes. Ocorreu nele também o deslocamento de população mais maciço já ocorrido na região em mil anos. Houve vastas migrações a partir de Baar, com a dispersão dos luo de Pubungu, enquanto maciças invasões de Banyoro, no Sul, ameaçavam a hegemonia pastoril e atingiam zonas tão distantes quanto Ruanda e Usukuma. No Leste, a seca foi ligada à aparição dos nilotas centro-orientais que entraram em contato com os povos da região, como os luo, bem como a um grande movimento de população rumo ao Sul.

O terceiro período, que vai de 1680 a aproximadamente 1800, foi em primeiro lugar marcado pela proliferação e a expansão das estruturas estatais. Ele começou com uma crise dinástica no Bunyoro, assinalando o declínio desse império e provocando, por intermédio dos paluo, a criação de Estados que vão dos planaltos superiores de Alur às montanhas da fronteira Acholi-Karamoja.

Os príncipes banyoro criaram uma série de Estados ao longo das zonas fronteiriças meridionais. Os Estados nyanza luo, basoga, bakongo, kakwa, banyagoma e babinza multiplicaram-se. O Estado mpororo, uma vez fundado, fragmentou-se. O período acabou, no Sul, com o impulso e a expansão de Buganda e Ruanda, as duas "superpotências" da região dos Grandes Lagos e, no Norte, com um primeiro esboço do conjunto moderno das etnias nilóticas centro-orientais, como os iteso, os jie, os luo orientais, os lango omiro e os kumam.

As regiões do Norte e do Centro

A formação de novos grupos e de novas sociedades

Antes do ano 1000, os sudaneses do centro eram provavelmente o povo predominante em toda a região dos Grandes Lagos. Eles se dividiam em vários grupos, compreendendo os ancestrais de grupos étnicos como os lendu, os kebu e os moro. A palavra muru era o termo luo para designar todos esses povos autóctones; ela será usada quando a identidade étnica de um povo do Sudão Central não é conhecida, bem como para diferenciar os primeiros povos da região dos imigrantes madi posteriores, que eram sudaneses do centro e provavelmente os primeiros habitantes conhecidos de Baar. A maioria dos povos centro-sudaneses era organizada em linhagens segmentárias e gerontocráticas. Como agricultores, eles adoravam um deus da terra e usavam pedras da chuva ou uma mistura de óleo e água para fazer chover. Seu sistema totêmico era complexo e eles enterravam seus mortos em tumbas afastadas. Os imigrantes que se seguiram, conheceram-nos principalmente como mineiros (pelo ferro), fundidores e ferreiros. Em 1500, eles foram assimilados pela cultura banta ao Sul da linha de partilha das águas Nilo-Kyoga, mas eram ainda onipresentes no Norte, nos planaltos superiores de Alur até as montanhas Karamoja

Por volta do ano 1000, o conjunto nilótico luo de Dog Nam se fragmentou[1]. Um grupo foi para Tekidi e, deste local, um subgrupo emigrou e instalou-se em Pakwack-Pawir. Deste último saíram os importantes ramos linguísticos dos alur, abwor, padhola, nyanza luo e, talvez, dos babito do Bunyoro. De Dog Nam, um outro grupo estabeleceu-se em Wipac (Rumbek), resultando no shilluk, no Acholi Ocidental e, talvez, nos dialetos paluo. Em 1500, devia haver uma nítida diferença

1 Ver as contribuições de J. M. Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster, 1976; A. M. Garry, 1976; R. S. Herring, 1976. Ver igualmente R. S. Anywar, 1954 (ed. de 1969); L. Okech, 1953 (ed. de 1968); J. P. Crazzolara, 1950-1954; V. Pellegrini, 1963 (ed. de 1972); A. Malandra, 1947 (ed. de 1971).

dialetal entre os dois grupos. Nos três enclaves luo, uma forma de dominação hereditária associada ao totem cefalófio fora instaurada bem antes de 1400[2].

O período 1400-1580 foi consagrado à consolidação interna dos Estados sucessores do Império[3] e marcada pelas manobras diplomáticas das duas potências bahinda e babito. Os novos chefes recompensaram seus colaboradores confiando-lhes cargos elevados e reconheceram alguns chefes locais, especialmente os de Bwera e de Buyaga. Houve poucas querelas sucessórias. Os babito criaram um novo culto pelo qual eles veneravam o Cwenzi deposto, o que representava uma ameaça potencial para os novos dirigentes.

Os babito e os bahinda eram os principais pretendentes ao supremo poder hegemônico. A tradição afirma que o Kitara ajudou militarmente o chefe autóctone de Kiziba quando um Muhima da corte de Buganda tentou derrubá-lo. Os exércitos banyoro invadiram Buganda, mataram o rei muhima, Nakabinge, e o substituíram por um chefe das ilhas Sessa, um homem pertencente ao totem do leão e do leopardo, da primeira dinastia kintu. Vários membros da nova dinastia de Buganda ganharam Nyanza, no Sudoeste, onde a população batundu, temendo a expansão dos babinda, aceitou-os como chefes. Essa foi a fundação do clã babinza, também pertencente ao totem do leão e do leopardo[4]. Os banyoro mataram o muhima aspirante ao trono de Kiziba e para lá enviaram Kibi, que tomou o poder. Além disso, de acordo com as tradições orais, os banyoro incentivaram o clã balisa a fundar, por volta de 1523-1550, Buhweju e Buzimba, estados-tampão na fronteira meridional, destinados a protegê-los das ameaças dos Estados bahima. Eles igualmente venceram Nkore, mas um eclipse solar, em 1520, provocou a debandada de seu exército, fazendo fracassar seus planos.

No Norte da linha de partilha das águas Nilo-Kyoga, o ano de 1500 ganha uma importância particular porque coincide talvez com a primeira aparição maciça do grupo setentrional dos nilotas orientais ou do conjunto bari desses últimos. Afirmou-se que esse grupo deixara sua terra natal e imigrara rumo às terras fronteiriças etíopes[5] em três ondas, cuja primeira (aproximadamente 1490-

2 UNESCO, *História Geral da África*, vol. IV, cap. 20.

3 Obras publicadas a respeito desses Estados: J. W. Nyakatura, 1947 e 1971; P. Bikunya, 1927; H. K. Karubanga, 1949; A. G. Katate *e al.*, 1955; K. N. Nganwa, 1948; F. X.. Lwamgira, 1949 e s.d; H. Rehse, 1910 e Sra. Denne, s.d.

4 Sobre o Buganda, ver M. S. M. Kiwanuka, 1971*a*; A. Kaggwa, 1908/1949 e 1971; M. B. Nsimbi, 1956; C. E. S. Kabuga, 1963. Sobre os Sukuma, ver B. Itandala, 1979.

5 Esse grupo setentrional dos nilotas orientais foi pouco estudado: M. Loro, 1971; J. B. Baba, 1972. L. E Nalder, 1937, é uma fonte útil. J. P. Crazzolara, 1950-1954, p. 337 e 342-343; J. M. Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster, 1976, são igualmente úteis, o último particularmente no que tange às datas. Existem contudo vários trabalhos sobre o grupo central dos nilotas orientais: J. E. Lamphear, 1976 e s.d..; R. S. Herring, s.d.

-1517) compreendia talvez ancestrais dos pajulu; a segunda (aproximadamente 1517-1544) ancestrais dos bari-kakwa-kuku; e a terceira (cerca de 1544-1571), ancestrais dos lotuho. Essas migrações certamente não foram diferentes e os grupos das duas últimas ondas estabeleceram-se entre os pajulu. Tentou-se datar essas ondas a partir de gerações durante as quais os nilotas orientais do Nordeste atacaram Tekidi. Naturalmente, duvidou-se muitas vezes da exatidão das listas reais de Tekidi a partir das quais as datas são calculadas e, exceto pela última invasão, a dos lotuho, a tradição oral de Tekidi não fornece nenhuma precisão sobre a identidade dos imigrantes. Mas essa divisão é, contudo, parcialmente corroborada pelas genealogias – publicadas – do grupo setentrional dos nilotas do Leste. Cada grupo atacou sucessivamente Tekidi até que a comunidade luo fosse deslocada pelos lotuho.

Considerando a carência dos dados históricos sobre o grupo setentrional dos nilotas do Leste, o esquema proposto aqui deve ser considerado como uma simples tentativa. Entre os contrafortes do Tukana e os montes Agoro, o grupo parece ter-se dividido em duas colônias: uma seguiu pelo Oeste através do Sudão Central (Muru e Lukoya) até o Nilo, em Baar, o país dos madi; o outro, rumo ao Sul, atravessou Karamoja e sua chegada provocou a partida dos povos kalenjin da parte setentrional dessa região[6]. Os dados disponíveis parecem indicar que os nilotas introduziram entre povos sudaneses do centro sua organização por faixa etária, a cerimônia do fogo, o deus do céu, a lança e o escudo, a lança sagrada da chuva, a longa enxada reta e penteados muito elaborados. Em várias zonas, seus contatos com os povos sudaneses favoreceram provavelmente a criação das chefias e sua língua tornou-se uma nova língua franca.

As segundas invasões dos nilotas do Leste foram talvez marcadas pelos oromos (galla) que deixaram sua terra natal, ao Norte do Lago Turkana (1517-1544 aproximadamente), e atacaram Tekidi no mesmo momento em que realizavam a invasão da Etiópia Meridional[7]. Os ancestrais dos kakwa modernos faziam talvez parte dessa migração. A tradição oral kakwa transmite a figura de Meme, que vivia em Kapoeta (agora no país Toposa). A mesma tradição oral nos fornece uma genealogia de Jaki, que viveu nas colinas de Korobe, longe no Oeste, ponto de partida para vários clãs dirigentes dos pajulu e dos kakwa. Jaki tornou-se, para os kakwa, um herói ancestral. Eles admitem também serem ligados a um

6 J. E. Lamphear (s.d.) apresenta as tradições jie junto aos kalenjin. C. Ehret (1971) trata também de sua partida.

7 H. S. Lewis (1966) fixa o início do movimento oromo em 1530-1538 graças a dados documentais. A data 1517-1544 é calculada a partir da genealogia de J. M. Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster, 1976.

subgrupo dos iteso, e a presença precoce de um grupo setentrional dos nilotas do Leste em Uganda Oriental é revelada, entre outras coisas, por variantes da palavra kakwa do Acholi Oriental entre os luo do Quênia Ocidental.

O país de Baar tornou-se uma região de intensa mistura entre os nilotas do Leste e os madi. Diversos tipos de chefias hereditárias foram provavelmente estabelecidas, mas, para aqueles que se dirigiam a Oeste do Nilo –, os pajulu, os kakwa e os kuku – os chefes eram geralmente nilotas do Leste e súditos dos madi. Os que se dirigiam rumo ao Sudeste, rumo a Agoro, eram provavelmente nilotas do Leste comandados por madi ou por luo. Quanto aos que ficaram no país de Baar, eles criaram uma chefia hereditária (liderada por um fazedor de chuva) supostamente de origem madi, onde se falava um dialeto nilótico do Leste. Entre os pajulu, os kakwa e os kuku, as novas sociedades teriam adotado, uma língua nilótica oriental e combinaram o deus do céu e a lança nilóticos com o deus da terra e com os túmulos e as flechas dos sudaneses. Eles parecem ter abandonado a organização por faixa etária dos nilotas do Leste e ter adotado as roupas, as práticas funerais e as pedras da chuva dos madi. Os chefes seculares eram geralmente nilotas do Leste, ao passo que, os especialistas dos rituais eram madi. Os pajulu, os kakwa e os kuku eram culturalmente sudaneses e linguisticamente nilotas orientais.

Os processos de fusão, entre os bari, foram parecidos, com uma influência nilótica um pouco mais marcada. Um dos traços essenciais da sociedade bari e kuku era o *dupi*, ou a classe servil, por vezes fisicamente diferente da dos homens livres. Na sociedade kakwa e pajulu, os *dupi* eram mais clientes do que servos. Na medida em que eles exerciam mormente função de ajudantes nos rituais da chuva e em que eram mineiros e forjadores reputados, é possível que tenham sido de origem muru e não madi. Essa hipótese apoia-se no fato de os modernos madi, que aparecem mais tarde nas tradições orais luo, serem o resultado de uma miscigenação de vários povos sudaneses, compreendendo os moro e, talvez, os muru. Para os luo, de uma forma geral, todos os povos sudaneses acabaram por ser chamados de madi e eles gozavam de uma sólida reputação em matéria de trabalho do ferro. Mas os madi rejeitam essa afirmação e insistem que eram os povos autóctones com os quais eles viviam – subentendem-se aqui os muru, os moro, os lendu ou obeku – que trabalhavam o ferro. Esses três últimos povos ainda existem e afirmam terem sido mineiros e forjadores aos quais concedia-se um estatuto especial na sociedade madi[8].

8 Nenhuma das tradições madi foi colhida em seu lugar de origem, o país de Baar. As únicas que possuímos vêm da região de Uganda. Em toda parte, nas zonas nilóticas orientais e ocidentais do norte da Uganda, as enxadas associadas a grupos falantes do sudanês do centro são chamados de enxadas madi.

A última invasão do grupo setentrional dos nilotas do Leste é associada, na tradição oral de Tekidi, aos lotuho. Estes invadiram a zona de povoamento luo de Tekidi, cujo rei, Owiny Rac Koma (1544-1571 aproximadamente), fugiu de Pakwac-Pawir com a maior parte de seus súditos, para se instalar junto aos luo. Tudo indica que os didinga e os dongotono-murle sobreviveram às invasões, defendendo firmemente suas posições nos altos planaltos. É provável que um grupo de centro-sudaneses, os okarowok, tenha adotado como língua o nilótico oriental sob a influência dos lotuho. A primeira parte desse grupo, os koriuk, foi colocada sob a tutela linguística, cultural e, finalmente, política dos lotuho; a segunda parte, os ilogir, foi submetida à sua influência linguística e cultural, mas escapou do seu poder político; quanto à terceira parte, composta pelos lokoya (ou oxoriuk), ficou de fora, adotando o nilótico oriental. Ainda que não esteja de forma alguma provado que os oxoriuk tenham se tornado os okarowok (um importante clã nilótico oriental em Uganda), tudo parece indicar que assim tenha sido.

Aparentemente, os lotuho integraram os pequenos clãs okarowok aos seus quatro grandes clãs e tomaram para si as proibições totêmicas dos okarowok. Eles introduziram a cerimônia do fogo, a organização por faixa etária e, provavelmente, por causa da insegurança reinante, construíram vilas populosas e estreitamente fechadas em si próprias em uma zona anteriormente caracterizada por um tipo de habitat disperso. A difusão ulterior dos clãs totêmicos e das pedras da chuva rumo ao Leste indica talvez a extensão dos povoamentos centro-sudaneses nessa direção.

Enquanto um grupo dos primeiros luo foi forçado pelas incursões dos nilotas orientais a se deslocar rumo ao Tekidi, um outro grupo se dirigia rumo ao Norte, para Wipaco Dwong', no Rumbek, deixando-o mais tarde, entre 1382 e 1418, para partir rumo ao Oeste, em direção ao Nilo, e estabelecer-se às margens do rio. Mais tarde ainda, ele se dividiu em dois; os primeiros shilluk e seus aliados foram para o Norte e lá se estabeleceram entre 1490 e 1517 após terem vencido os fung, ao passo que os patiko e os padibe se dirigiram rumo ao Sul do Baar e chegaram na região de Pakwac-Pawir. As irrupções dos luo no país de Baar, pelo que parece, obrigaram os panyimur, os Attyak e os koc-pagak – liderados pelos madi – a imigrar para o Sul, perto do monte Kilak. Madi e luo brigaram então pelo poder em Pakwak-Pawir. Na chefia de Attyak, uma profecia anunciou que o filho da princesa Nyilak (1517-1562 aproximadamente) assassinaria o rei, seu pai, e tomaria o trono. O rei então isolou sua filha, mas um viajante luo (de acordo com a tradição oral, tratava-se de Keeno, o rei de Patiko) engravidou Nyilak, cujo filho, como se previra, matou o rei madi. Dois Estados

constituíram-se sem dúvida a partir de então: Attyak (chamado mais tarde de Okoro), governado pelos luo, da linhagem real da qual nascera Nyipir, e Attyak (Acholi), governado pelos madi. A história de Nyilak é um esquema – cujos personagens variam segundo cada narrativa – destinado a explicar como os luo, no Norte, e os bantos, no Sul, puseram fim a dominação sudanesa[9].

A luta dos madi e dos luo pela hegemonia em Pakwac-Pawir tornou-se muito mais aguerrida quando a grande onda migratória luo atingiu a região, sob o reinado do rei Owiny (tekidi). Anteriormente à queda de Tekidi, e sob o reinado de seu último monarca, Owiny Rac Koma, a casa dirigente payera fora fundada por Ayera, uma filha do povo falante do luo, cuja mãe era uma nilota oriental e o pai um mercador muru. Essa origem mestiça é totalmente típica da miscigenação étnica que posteriormente caracterizou o Estado payera. Os filhos de Ayera, que partiu do Oeste rumo ao Nilo, foram antes de tudo criados como muru; eles conseguiram os serviços de vários madi. Por volta de 1560, os lotuho afundaram Tekidi cuja maioria dos habitantes fugiu com o rei para Pakwac--Pawir. Outros fugiram para as colinas depois retornando temporariamente para casa após a partida dos lotuho. A principal chefia constituída a partir desse último grupo foi a de Puranga[10]. Esse grupo luo, ao qual amalgamaram-se, no decorrer dos séculos, novos imigrantes de Anywa e de outros lugares, mas que era, sobretudo, muito influenciado pelos nilotas do Leste, pode ser denominado como grupo dos luo orientais. Ele era majoritário na população do Acholi do Leste, de Labwor, de Nyakwai e de Lango e, com os nilotas orientais, teve uma influência decisiva sobre os dialetos falados nessas regiões.

A época das secas e das fomes

Nenhuma parte da região dos Grandes Lagos, nem mesmo da África Central e Oriental, escapou do desastre climático que foram as secas e as fomes que elas provocaram, no fim do século XVI e no início do XVII. Durante esse período, as precipitações nas regiões do Norte e do centro foram normais por apenas dois anos. Os quatro períodos de seca mais graves foram sem dúvida os de 1588--1590, de 1601-1602, de 1613 e de 1617-1621. Em 1621, o curso estival do Nilo

9 J. P. Crazzolara, 1950-1954, p. 180-183; R. J. Ocamali, 1970; A. W. Southall, 1954; R. S. Anywar, 1954; A. Malandra, 1947 (ed. de 1971). Encontra-se uma tradição banta similar na *Abakama* de Nyakatura.

10 Nós seguimos aqui a tradição luo, tal como relatada por J. M. Onyango-ka-Odongo *e al.* (1976). Essa importante tradição, que trata em grande parte dos primórdios da história luo, merece muito mais atenção crítica dos especialistas do que recebeu até agora. Ela fornece um útil corretivo às tradições orais luo, cuja maioria, até pouco tempo, tratava principalmente dos luo do Oeste.

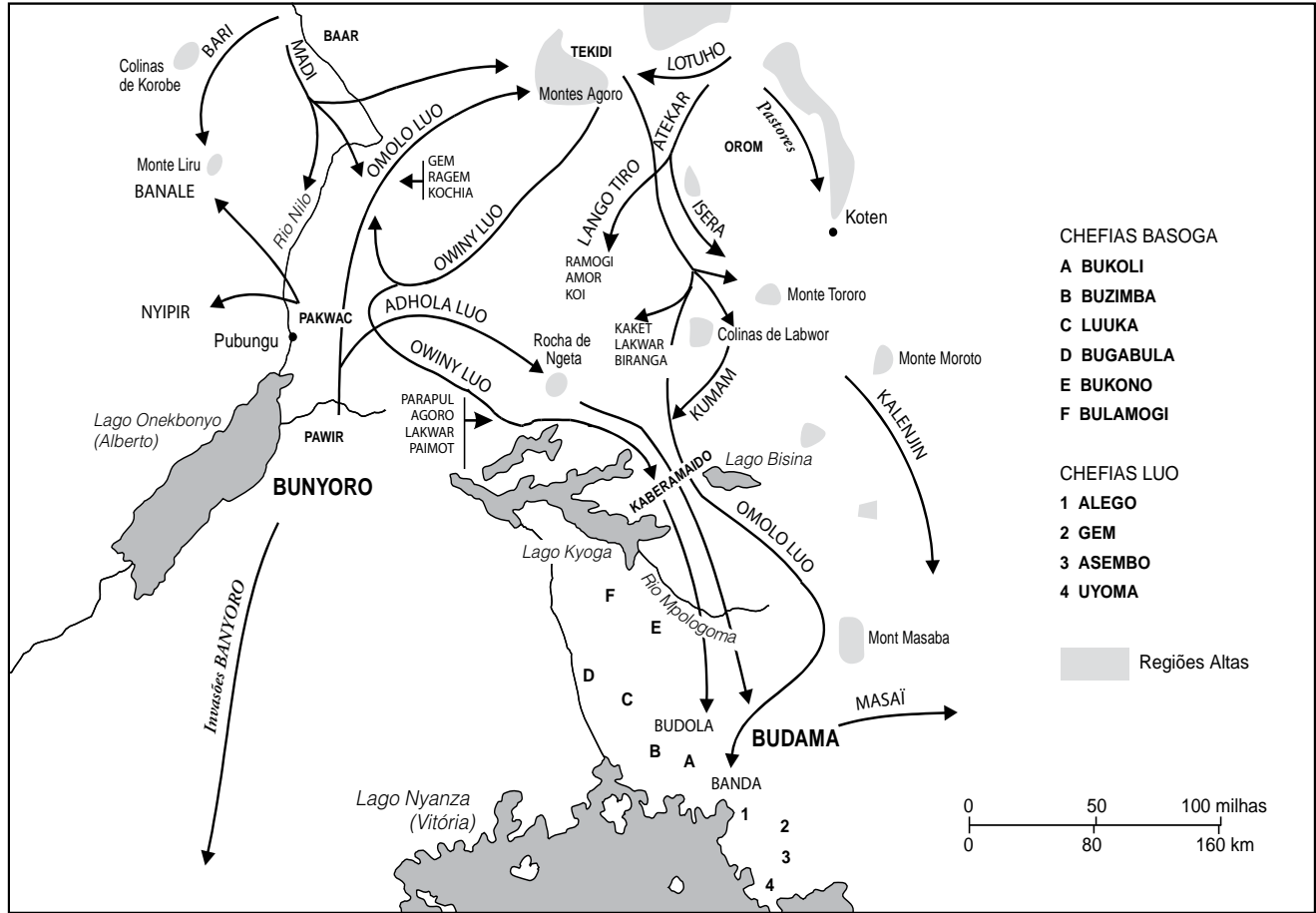



FIGURA 26.1 O nyarubanga e a fragmentação dos luo entre aproximadamente 1570 e 1720 (segundo J. B. Webster).

atingiu seu mais baixo nível desde 622 – ano em que anais foram estabelecidos pela primeira vez. Relatos da época indicam que durante esse longo período de seca, as coletas foram normais duas vezes, inexistentes durante onze anos e insuficientes ou nulas durante vinte e quatro anos. Qual não deve ter sido a taxa de mortalidade, de acordo com as normas de conduta civilizada e de dignidade humana, no decorrer dessas secas?

Na Uganda Setentrional, todo esse período foi designado pela palavra luo *nyarubanga*, que significa "enviado por Deus", porque se tratava do pior desastre natural da história dos luo. Ele se encerrou com a grande fome de 1617-1621, acompanhada de uma doença que dizimou o gado.

O espectro da fome geral é evocado por todas as tradições. As histórias egípcias são particularmente assustadoras: o canibalismo tornou-se coisa comum e cerca da metade da população morreu de fome. A realidade do Egito era provavelmente a mesma para a maior parte da região dos Grandes Lagos, especialmente das zonas setentrionais.

Se a metade da população pereceu, a maioria dos sobreviventes foi obrigada a emigrar ou fugir para outras regiões. Eles se reuniram perto dos rios e dos lagos, ao longo do rio Nilo, às margens do Lago Vitória e do conjunto de lagos estendendo-se, na direção sul, no centro da África. Foram recolhidos doze grandes relatos de migração a respeito desse período e a maioria deles evoca deslocamentos rumo a grandes rios e lagos. Algumas dessas migrações tomaram um caráter militar: a invasão nkanda do país Sukuma, o movimento dos "lomukudit" que se expandiram no país de Baar ou a invasão banyoro que atingiu, no Sul, no mínimo, Buzinga. Outros relatos evocam a seca do Nilo Albert, do Nilo Vitória e do Smith Sound – o que, nesse último caso, deve ter provocado uma baixa considerável do nível das águas do Lago Nyanza.

O *nyarubanga* reestruturou a geografia étnica e política de uma grande parte da região dos Grandes Lagos e, talvez, de uma parte maior ainda da própria África. Ele aplicou provavelmente um golpe fatal no tipo de poder fundamentado no controle das forças sobrenaturais, particularmente naquele que afirmava ter poder sobre os fenômenos atmosféricos. Ele levou à aparição de uma nova forma de governo, à frente do qual encontravam-se frequentemente os chefes das migrações cujas capacidades de comando, de guerra e de caça permitiram a sobrevivência de grupos numericamente grandes. Quando o choque passou, os chefes dos sobreviventes criaram novas unidades políticas em novas regiões provavelmente desabitadas ou muito pouco povoadas ou que não tinham, em todo caso, estruturas políticas que os recém-chegados tivessem de enfrentar. Não é apenas pelo desejo de seus descendentes de afirmarem seus direitos sobre essas

terras, que as tradições relatam estarem vazias. Elas provavelmente o eram (ou quase) em certas zonas.

Não é de surpreender também que quando os imigrantes encontravam habitantes, estes fossem caçadores; o chefe dos recém-chegados, no mais, é frequentemente definido como um caçador pelas narrativas tradicionais. Os animais também emigraram e se acumularam ao redor de pontos permanentes de água. Por fim, não há nada de espantoso no fato de os relatos darem a impressão de que, a partir de 1600 aproximadamente, houve um novo começo. Na maioria das regiões, havia novas miscigenações étnicas, novos ambientes e novos chefes. Não é pelo fato de os relatos anteriores a 1600 serem pobres e vagos que os historiadores devessem considerar que eles não refletem precisamente as condições de vida existentes na época: o *nyarubanga* destruiu as tradições orais, aniquilou seus mecanismos de transmissão, bem como, provavelmente, a maior parte das velhas gerações que as guardavam. O pior desastre climático de toda a história da região dos Grandes Lagos provocou rapidamente movimentos migratórios, deslocou Estados, derrubou dinastias e abalou até as bases de sociedades pastoris normalmente habituadas a longos períodos de seca[11].

As migrações do país de Baar aceleraram-se muito durante o *nyarubanga*. Os madi opei, os palabek e os padibe foram a Agoro. Os Attyak, os koc-pagak, os aliba, os laropi, os parabongo, os alero e os paleru estavam dentre os madi que vieram se agrupar em Pakwac-Pawir. Os povos falantes do nilótico do Leste se dirigiram, ao Sul, rumo às colinas de Korobe e ao monte Liru, onde um certo número de famílias dirigentes afirma descender de Jaki, de seus filhos e de seu séquito. Trata-se das principais famílias de Nyagilia, de Obula e de Midia (todas falantes do kakwa), de Yemele e de Paranga (que fala o madi). Um grupo dirigiu-se para o Leste, até o Nilo, onde seu estabelecimento permitiu a criação de um cinturão de população falante do nilótico, distinguindo assim os madi moyo e os meta dos madi do Sul, mais tarde conhecidos sob o nome de lugbara.

Foi também durante esse período que Pakwac-Pawir ganhou sua reputação de grande centro de emigração luo. Como os grupos falantes do luo tinham vivido nessa zona bem antes da conquista do Bunyoro-Kitara pelos babito e como eles ficaram fiéis partidários dos babito, esses últimos naturalmente interessaram-se pelo que acontecia na região. Ela adquiria um interesse muito particular, pois atraía igualmente imigrantes do Norte que não eram luo e que os babito queriam submeter. Seu interesse por essa zona é bem ilustrado pela história de Omukama

11 Sobre esta seca, ver J. B. Webster, 1979.

Cwa Nyabongo e de Daca: pouco antes do início do *nyarubanga*, Cwa reuniu seu exército, atravessou o Nilo Vitória (usando uma ponte, o que indica talvez o baixo nível das águas), combateu e matou o rei madi de Koc-Pagak, um chefe importante dessa zona, que não era um luo. Parece que ele nomeou um outro madi, Abok, que vivera em Kitara, para governar Koc-Pagak, sob o controle de uma de suas rainhas paluo, chamada Daca. Agindo assim, ele tentava aparentemente fazer mais do que submeter um vizinho turbulento: recorrer a mulheres da família real para exercer uma espécie de governo indireto, teria sido típico da maneira de gerir territórios exteriores da primeira dinastia babito. Mas enquanto essa política era geralmente coroada de sucesso, ela fracassou nesse caso em particular, na medida em que pelo menos três filhos do chefe madi conseguiram constituir os Estados pagak, paboo e pawoor. Todavia, tal política teve uma certa influência, pois permitiu a Cwa e a seus agentes femininos desempenharem um papel importante na zona durante o *nyarubanga*.

Parece evidente que o cataclismo climático transformou Pakwac-Pawir em uma zona de refúgio para uma multidão de povos famintos e desesperados, e cujas línguas e culturas eram diferentes: os owiny luo de Tekidi, os omolo e os paluo, os luo-madi, os madi falantes do nilótico do Leste e os luo de Baar, misturados com os nilóticos orientais. O afluxo desses povos aparentemente destruiu a posição dos paluo no Norte do Nilo e colocou-se de forma aguda a questão de saber quem controlaria os luo e esses outros grupos. Isso provocou um conflito entre Cwa Nyabongo (bem como seus agentes) e Nyipir, evocado na tradição da lança e da pérola. Se os elefantes representam os madi (Abok pertencendo ao totem do elefante) e a *min lec*[12] Daca, essa narrativa mostra como esta última serviu às ambições de Nyipir. Nyipir e Tifool (talvez ambos luo de Baar), cujos partidários eram em grande parte luo owiny, rumaram para o Oeste do Nilo e deixaram o país de Cwa; Nyipir, segundo a tradição oral, cravou um machado no leito seco do Nilo em sinal de separação eterna. Chefe de Attyak, ele fundou o reino alur de Okoro, enquanto Tifool criava um Estado que se dividiu em duas partes: Nyiganda e Angal. A maior parte dos owiny dirigiu-se aparentemente para o Sudeste, passou ao Norte do Lago Kyoga e juntou-se aos acampamentos budola no Busoga Oriental. Os omolo, cujos deslocamentos permanecem mais discutidos, poderiam ter se dirigido para Agoro e, de lá, ter ganhado a mesma região para Karamoja.

12 *Min lyec* significa “rainha dos elefantes”. Essa parte de nosso estudo segue a análise de R. A. Sargent, 1979. Ver também A. Apecu, 1972. Visto que os detalhes da narrativa da lança e da pérola foram bastante publicados e ficaram muito conhecidos, nós os omitimos aqui.

De acordo com as narrativas tradicionais jonam, os luo que ficaram, liderados por Daca, derrubaram Abok e o Estado koc dividiu-se em três. O primeiro Estado, Koc Ragem, foi governado por Cua, um filho de Daca e de Cwa Nyabongo. Ele se tornou o maior dos Estados jonam situados a Oeste do Nilo. O segundo, Koc Labongo, foi fundado por Kaladua, um filho de Daca e de Abok, e encontrava-se a Leste do Nilo. Quanto ao terceiro, Koc Paluo, foi dominado pelos madi. Situado na esfera de influência de Pawir, era controlado por uma mulher da família real munyoro[13]. Foi talvez a partir dessa divisão de Koc que Kakaire apareceu para liderar a migração pakoyo, que ocorreu na última parte do século XVII e levou esse grupo do Sul do Lago Kyoga ao Norte de Busoga.

O luo, fundador da chefia terego dos lugbara, poderia também ter aparecido após a dispersão dos luo de Pakwac-Pawir. Banale e seu sobrinho Raule, vindos do Leste do Nilo, chegaram ao país Madi num estado de miséria total. Banale fora expulso de sua terra natal porque a fome o impelira, assim como a outros na época, ao canibalismo. Ele estava acompanhado de uma mulher madi leprosa. Quando suas relações clandestinas foram descobertas, um conselho de anciãos madi decidiu tomá-lo como chefe; ele fundou então Terego, a mais vasta chefia dos lugbara ou madi do Sul. Na mesma época, Jaki e seus filhos, muito ambiciosos, estendiam seu domínio sobre o país Madi vizinho e é bem possível que o conselho dos anciãos madi tenha preferido tomar Banale como chefe a ser absorvido pelo grupo de Jaki, falante do nilótico oriental[14].Com essa decisão, eles preservaram sua língua e puderam continuar sendo culturalmente madi.

O *nyarubanga* e a difusão da lança e da pérola em Pubungu provocaram três migrações luo rumo ao litoral sudeste de Nyanza – zona que já fora percorrida por grupos luófonos como os joka jok do Quênia Ocidental. Uma grande parte dos clãs adhola deixou Pakwac-Pawir e juntou-se aos owiny em Kabemaraido. Amor era um de seus chefes. O clã Amor apareceu mais tarde em Padhola tendo, como sinais característicos, um tambor real, uma lança sagrada e o totem do cefalófio. O conjunto adhola contava igualmente com os famosos clãs dos Ramogi (que provavelmente faziam parte, originalmente, do conjunto joka jok), dos bwobo e de seus próximos, os koi. Esses últimos eram parentes de Olum Panya, o segundo rei bwobo (de Acholi), que os conduziu a Ngeta Rock (rocha de Ngeta), onde os koi se separaram do principal grupo bwobo e juntaram-se aos

13 Nós adotamos aqui a interpretação de Sargent. Ainda que controversa, ela é muito estimulante e relata um certo número de acontecimentos até aqui tratados separadamente nas narrativas tradicionais dos Madi, dos banyoro e dos luo.

14 O. J. E. Shiroya, em J. B. Webster s.d.*a* e em D. Denoon, s.d.*b*.

adhola em sua marcha rumo ao Sudeste. Os grupos adhola e owiny dirigiram-se rapidamente rumo ao Sul e montaram acampamentos em Budola, no Busoga Oriental. Um outro conjunto de clãs – os gem, os ragem e os kochia, que faziam parte do grupo omolo e eram de origem luo-sudanesa – deixou Pakwac-Pawir para rumar a Tekidi pelo Nilo, ao Norte, e ao monte Elgon por Otuke, ao Sul. É possível que os kaket, os lakwar e os biranga tenham se unido ao grupo omolo no Leste. Os biranga são talvez um ramo do clã real de Purango, pois se encontram nos dois grupos especialistas dos rituais consagrados aos oráculos de uma deusa da terra e cujo papel possuía uma importância particular[15]. Os luo fixaram-se então progressivamente no Uganda Oriental; depois, provavelmente quando da chegada dos refugiados do *nyarubanga*, eles se dividiram em dois grupos.

Em 1600, os primeiros habitantes e os clãs imigrados uniram-se para formar, pelo menos, quatro grupos: o grupo omolo, nos acampamentos banda; o grupo owiny-adhola, nos acampamentos budola; um grupo que compreendia os dois futuros clãs adhola (os ramogi e os lakwar), nas florestas do Budama Ocidental; um grupo que daria os futuros clãs basoga, ao Norte do Mpologoma. Entre 1598 e 1650 aproximadamente, os acampamentos budola e banda dispersaram-se, provavelmente por causa da terrível miséria dos anos 1620, que marcou o fim do *nyarubanga*. Os owiny dirigiram-se, por Samia-Bugwe, para a região Alego, no distrito Siaya no Quênia Ocidental. Uma parte dos omolo os seguiu e os dois grupos entraram em conflito. Os clãs adhola foram os últimos a deixar os acampamentos budhola e a unir-se a seus irmãos no Budama Ocidental.

Dentre os que continuaram a falar o luo no Oeste do Quênia, alguns criaram chefias (por exemplo Alego, Gem e Kadimo). Eles teriam agido assim, em parte por causa de sua situação anterior, em parte porque eles precisavam de uma estrutura política para poder assimilar os primeiros habitantes bantos e, enfim, em parte porque eles frequentemente pelejavam entre eles e com seus vizinhos. A maioria deles, contudo, agiu como os padhola, instalando-se numa zona desocupada e contentando-se com um sistema político acéfalo mantenedor da paz entre os trinta e um clãs. A unidade étnica foi favorecida pelo mito segundo o qual todos os clãs descendiam dos filhos e dos netos de Adhola, o chefe que liderara sua grande migração de Kaberamaido ao Budama Ocidental[16]. Assim, integrando completamente grupos como os amor, possuidores de insígnias reais, e afirmando ter ancestrais reais, os padhola puderam decidir não ter chefes.

15 J. M. Onyango-ka-Odongo *e al.*, 1976; R. S. Anywar, 1954 (ed. de 1969); B. A. Ogot, 1967.

16 B. A. Ogot, 1967.

Eles exploraram progressivamente as terras situadas ao Sul e ao Leste de sua terra de origem. Eles entraram em conflito com os bagisu depois concluíram com eles uma paz durável. Após 1650 (aproximadamente), eles também combateram os masai na região tororo. Estes últimos voltaram-se para o Leste e Tororo tornou-se um *no man's land* (terra de ninguém) até que os iteso se instalassem no lugar no fim do século XVIII.

Oito clãs pertencentes aos conjuntos owiny e omolo deixaram os acampamentos budola pelo Busoga[17]. Todos eles pertenciam ao totem do cefalófio e tinham tradições de caça e pecuária, mesmo que o grupo owiny tenha tido igualmente uma tradição agrícola. Os clãs de origem owiny eram os mudola, os ngobi, os naminha e os kibiga. Os de origem omolo eram os bandha, os wakoli, os kiruji e os kiranda. Todos os clãs owiny, bem como os wakoli do conjunto omolo, tornaram-se clãs dirigentes no Busoga. O clã mudola tomou inicialmente o poder em bukoli, depois em mukama (dele proveniente), dirigiu-se para o Oeste, no Busoga Setentrional, atraindo para si uma grande clientela. Seus filhos e netos, do clã ngobi, fundaram as chefias de Luuka, Buzimba, Buzaaya e Bugabula. Uma segunda onda migratória, vinda dos povoamentos luo do Norte do Mpologoma, fundou as chefias de Busiki, Bukono e Bulamogi. Os omolo, de tradição pastoril, hesitavam em fixar-se e apenas um de seus clãs tornou-se dominante.

Pouco depois ocorreram as migrações pakoyo, a partir de Pawir, no Sul do Lago Kyoga, que resultaram na fundação das chefias de Bagweri e Bugaya. Em seu desejo de unificação étnica, os basoga quiseram fazer de Mukama o chefe de todas essas migrações e realizar para ele o que as tradições padhola fizeram por Adhola. As migrações luo reuniram muitos clientes graças aos laços matrimoniais estabelecidos entre os diferentes grupos e à tomada dos principais santuários, futuros centros rituais ou locais de peregrinação real. Em todo lugar onde os luo chegavam, eles adaptavam-se muito rapidamente aos rituais existentes e às estruturas religiosas. Essa capacidade de adaptação espiritual constituía uma de suas maiores armas políticas.

Em 1750, os nove Estados anteriormente citados estavam fundados. No fim do século XIX, eles eram divididos em quase trinta Estados, sendo o clã ngobi (ou do cefalófio) majoritário em quase vinte deles. Esses Estados, onde a sucessão se dava de pai para filho e que empregava administradores de origem popular como o Luuka e o Bugabula, não passaram por secessão e poucas

17 D. W. Cohen, 1972.

foram as guerras civis. Além disso, aqueles onde a transmissão do poder era feita entre irmãos e que confiavam aos príncipes reais cargos estatais, sofreram repetidas querelas em função do trono e passaram por várias guerras civis. O Buzimba dividiu-se em oito Estados independentes, o Busiki e o Bugweri em quatro e o Bukoli, em dois. O Bunyoro e o Buganda passaram ambos por tipos administrativos de resultados semelhantes. As dinastias ligadas aos príncipes de origem luo eram mais estáveis do que as que adotaram os princípios de sucessão de seus súditos bantos.

O *nyarubanga* e o movimento – a ele associado – da lança e da pérola marcaram consideravelmente a história dos luo porque determinaram sua repartição geográfica moderna. O *nyarubanga* provocou igualmente uma invasão maciça dos bunyoro do Sul, majoritariamente dos bahima-batutsi, e incentivou as classes rurais a libertarem-se da tutela dos povos pastoris. A primeira fase da invasão foi trazida por hordas desorganizadas e famintas, que se alimentavam de folhas de bananeira e de talos de sorgo. Essas hordas não aplicavam especialmente uma política elaborada na corte real de Kitara. Por causa da fome, elas se expandiram em toda a região meridional. Alguns invasores instalaram-se no Buzinza, no Burundi e mesmo além. Isso provocou outras migrações, seguindo as cadeias de lagos da África Central .

Na medida em que a seca se prolongava, o gado era atingido por doenças e as tropas reais do Kitara foram dizimadas. Isso levou Cwa II (e não Cwa Nyabongo) à liderança de seus exércitos rumo ao Sul para recompor suas tropas e reforçar a autoridade imperial. Os grupos pastoris eram o alvo direto dos banyoro e os agricultores, aliados naturais de Cwa. Seguiu-se uma luta cujas circunstâncias são narradas logo baixo, na seção tratando dos reinos agropastoris do Sul.

O *nyarubanga* trouxe igualmente para o palco histórico da região dos Grandes Lagos o grupo central dos nilotas do Leste[18]. Historicamente esse grupo composto essencialmente por karamojong-teso era dividido em dois: os isera, agricultores que também criavam um pouco de gado, e os koten, pastores que tinham algumas atividades agrícolas secundárias. Ainda que os isera e os grupos pastoris encontrassem-se em todos os povos do grupo central dos nilotas do Leste, os primeiros geraram as etnias – de dialetos semelhantes – dos iteso, dos toposa e dos dodos, e os segundos, as dos karamojong, dos jie e dos turkana.

18 J. E. Larnphear, s.d.; R. S. Herring, 1979; J. B. Webster *e al.*, 1973; J. P. Crazzolara, 1960; R. Ogwal, 1969; J. A. Otirna, s.d.; D. H. Okalany, s.d.; P. Odyomo, s.d.; J. Weatherby, 1979.

Ademais, todo o grupo central moderno dos nilotas do Leste continha elementos luo. O primeiro dos problemas surgidos para os historiadores era explicar por que, apesar de terem praticamente os mesmos nomes de clãs, as mesmas organizações rituais e de faixa etária, os mesmos ambientes e as mesmas tradições migratórias, os lango omiro, os acholi do Leste e os kumam passaram a falar o luo, por volta de 1830 e os iteso, a falar o nilótico do Leste. O segundo problema concerne três pequenos grupos luófonos – os joabwor, os joakwa e os kumam – que se assemelhavam culturalmente ao grupo central dos nilotas do Leste e aos quais consagrou-se uma atenção quase excessiva por se pensar que sua história podia contribuir para esclarecer o enigma dos lango omiro e dos iteso. O grupo nyangiga (composto por nyangiga, tepe ou sor, teuso e didinga) habitante das zonas montanhosas do Leste, traz um terceiro problema. Do ponto de vista das origens dos clãs, 90%, ou quase eram de ascendência centro-nilótica ou luo e, no entanto, trata-se de um grupo cuja língua e a cultura permanecem muito diferentes.

Os okarowok (ikarebwok) formam um clã muito importante no grupo central dos nilotas do Leste. Como se observou mais acima, eles parecem ter aparecido na região Agoro quando os lotuho impuseram sua língua e seus costumes a uma população muru, os lukoya. Agoro era um importante centro de dispersão dos isera-omiro. Os emigrantes reutilizavam, onde quer que estivessem, os nomes dos lugares de seu Agoro natal: Magoro, Mukongoro, Itengor, Ngora, Bokora e Igoria.

As grandes migrações dos luo rumo ao Sudeste, associadas às dos owiny e dos omolo, estavam igualmente imbricadas às dos isera. É particularmente o caso dos omoro que desceram o corredor agoro-karamoja na direção do Sul. Os owiny deixaram atrás de si focos de povoamento onde se falava o luo, no que se tornou mais tarde o país Lango Omiro, em Amac, às margens setentrionais do Lago Kyoga, e perto das cataratas do Karuma. Uma grande parte dos povos finalmente considerados como omolo estava talvez na origem dos nilotas do Leste. Os que chegaram ao Quênia Ocidental eram conhecidos dos luo sob o nome de omia, sendo os lomia um dos quatro grandes clãs dos lotuho. Omiya Anyiima e Omia Pacua são testemunhos de sua presença no Acholi Oriental. A última onda de migrantes chegando em Siaya compreendia também grupos vindos do Leste de Uganda, sendo os mais importantes os owila (o clã dominante de Uyoma), os matar (o clã dominante de Sakwa) e os bayuma (o clã dominante de Wanga). Eles eram provavelmente todos isera-omino, descendentes dos bako, estes, por sua vez, de origem etíope.

Além dos elementos centro-sudaneses e dos membros do grupo setentrional dos nilotas do Leste, os isera eram formados por clãs de origem luo e etíope. E independentemente dos luo deixados para trás pelos owiny e pelos omolo, eles contavam igualmente entre eles os puranga de Tekidi que sobreviveram. A todos esses grupos uniram-se migrantes vindos certamente de Anywa, ou Pari, de Baar e de Pakwac-Pawir. Os grupos mais importantes dessa última categoria eram formados pelos patiko, pelos payera e os paluo (estudados logo depois). No mais, alguns imigrantes "etíopes" puderam penetrar na região em seguida à invasão oroma[19].

Nos séculos XVII e XVIII, esses grupos de migrantes reuniram-se para formar núcleos de povoamento definidos por seu lugar de habitação e, às vezes, por um certo grau de autoidentificação. Os maiores deles eram o dos bako, no Jie Central, o dos okii (ou miro), na zona do monte Moroto e do Omanimani (no Karamoja Central), o dos abwor, nas colinas de Labwor, os dos kumam, no Teso Ocidental, e o que podemos chamar dos iworopom-iteso no centro e no Sul do Karamoja. Todos esses conjuntos compreendiam ao mesmo tempo luo e nilotas do Leste, ainda que em proporções diversas, e o bilinguismo era corrente no local, no século XVIII. O conjunto iworopom-iteso destacava-se dos outros porque parece ter sido o mais coerente: sua população falava uma língua aparentada ao nilótico centro-oriental e/ou ao kalenjin. Os iworopom tinham grandes rebanhos bovinos.

Os pastores e os agricultores

Na região dos Grandes Lagos, os historiadores e os antropólogos têm o hábito de dividir as sociedades em dois compartimentos estanques: os pastores e os agricultores. Eles normalmente representam duas categorias econômicas distintas que se encontram em todas as sociedades da região. Assim tentaram identificar alguns grupos étnicos a empreendimentos econômicos determinados. Eis aí uma simplificação ultrajante do que foi uma situação muito complexa, dinâmica e fluida. Na Uganda Setentrional e Oriental, por exemplo, a relação entre agricultores e pecuaristas evoluiu ao longo de todo o nosso período. Todos os grupos, agricultores, pastores semi-agricultores, pescadores, caçadores e coletores fizeram várias tentativas para melhorar seu sistema econômico, formar

19 Acreditamos que esses imigrantes "etíopes" compreendessem talvez os grupos bako de Lango (ver os bako na Etiópia), os ober de Lango (ver o clã wober entre os Bako) e os oromos, erroneamente chamados de galla. Nenhuma tradição oral liga explicitamente esses grupos à Etiópia e o laço que estabelecemos deve ser considerado como uma simples hipótese.

comunidades estáveis e quando, por vontade própria ou não, eles emigravam, planejavam racionalmente seus deslocamentos. Esses deslocamentos de população e outros fenômenos de desmembramento social aproximaram uns grupos dos outros cujas ideias e os hábitos sociopolíticos, religiosos e econômicos eram frequentemente diversos. Os indivíduos, movidos pelo desejo de constituir comunidades estáveis, foram desde então obrigados a misturar seus patrimônios culturais, alienando-os um pouco. Durante todo o período estudado, diversos grupos linguísticos de cultivadores e de pastores fundiram-se para formar novas sociedades relativamente homogêneas. A maioria dessas sínteses culturais foram as bases sobre as quais constituíram-se os novos grupos étnicos surgidos na região no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Demonstramos logo abaixo alguns exemplos que ilustram essa transformação social.

Ainda que uma minoria de grupos pastoris nilóticos centro-orientais tenha podido se unir aos isera bastante cedo[20] e que outros (os lokoriktak) tenham ficado em Dodoth quando de sua emigração a partir do Sudão, a maioria estabeleceu-se na região do monte Koten e das colinas de Magos, no Nordeste do Karamoja. Aparentemente, esses povos kotem-magos (como eram chamados) já tinham uma vocação pastoril antes de vir para o Sul. Isso ocorreu porque, ao chegarem no Karamoja na condição de refugiados possuidores de apenas um magro rebanho, eles desenvolveram rapidamente uma economia mista baseada na pecuária, na agricultura, na caça e na coleta, mais bem adaptada ao clima da região do que as economias dos grupos mais agrícolas. Os resultados dessa evolução tornaram-se evidentes entre 1680 e 1830, quando os grupos Koten-magos chegaram a seus territórios atuais e quando os grupos agrícolas ou se misturaram a eles e adotaram seu sistema econômico ou partiram para o Oeste.

Esse processo começou entre 1680 e 1750, com a expansão dos grupos pastoris em quatro direções: o primeiro grupo, o dos ngimonia, espalhou-se ao longo do Tarash e formou o essencial dos turkana; o segundo, o dos korwakol, rumou para o Oeste, na direção do Longiro, obrigando uma grande parte dos bako a deixar Jie, e tornou-se o grupo mais importante dessa região; o terceiro, formado pelos futuros karimojong e dodos, rumou para o Sul, na direção do Apule; quanto ao quarto, o dos ngikora, ele imigrou para o Norte, para Dodoth, onde constituiu o núcleo do grupo toposa. As últimas etapas desse processo foram possivelmente influenciadas por uma seca advinda nos anos 1720, provocando uma grande fome (*nyamdere*), pois as tradições orais dos camponeses indicam

20 R. S. Herring, 1974.

que uma grande parte deles deixou Jie e Labwor por causa da fome e seguiu para o Acholi Oriental e para a zona de Ngeta Rock (rocha de Ngeta, Lango). Alguns grupos instalados no Acholi Oriental voltaram para trás e instalaram-se na zona central e setentrional de Jie, onde se uniram finalmente aos korwakol e formaram o conjunto rengen de Jie.

A situação pareceu então, estabilizar-se por algum tempo. Mas a combinação de pressões sobre as terras, exercidas nas zonas controladas pelos grupos pastoris, e de secas nos anos 1780 e 1830, reiniciaram os movimentos migratórios. A maioria dos grupos abwor e bako de Labwor seguiram para o Lango e, em alguns casos, rumo ao Teso, no Sul (onde alguns se juntaram aos kumam). Da mesma forma, uma grande parte do povo okii trocou o Karamoja Central pelo Nyakwai, o Labwor, o Lango e o Norte do Teso, enquanto vários grupos agrícolas do Karamoja Meridional chegavam, pela região de Magoro, ao centro e ao Sul do Teso[21]. Outros grupos, vindos das duas regiões, uniram-se aos sor. A maioria dos grupos que foram para o Nyakwai, o Labwor, o Acholi Oriental e o Lango eram no mínimo bilíngues: falavam um dialeto luo e, como foram todos misturados a elementos luófonos vindos do Oeste, as sociedades formadas por eles adotaram a língua luo. O mesmo aconteceu com os grupos que se uniram aos kumam[22]. Aqueles que se deslocaram para o Teso, contudo, compreendiam poucos elementos luófonos e os iteso adotaram como língua o nilótico oriental.

Esse fluxo de refugiados agrícolas vindos do Oeste – particularmente no decorrer de suas últimas etapas – acelerou-se ainda mais em função de uma nova expansão dos povos pastoris. Nos anos 1780, os primeiros grupos dodos do Apule rumaram para o Norte na direção de Dodoth, onde se aliaram aos lokoriktuk para obrigar a comunidade toposa, que vivia no lugar, a emigrar rumo ao Norte, para os territórios atualmente ocupados por ela. Os pastores dodo e toposa integraram um certo número de grupos isera e adotaram um tipo de economia mais centrada na agricultura do que a de seus irmãos do Sul. Depois, nos anos 1820, os korwakol e os rengen jie aliaram-se para destruir uma grande comunidade agrícola, a dos poet, que vivia às margens do rio Kapoeta. Enfim, no mesmo período, os primeiros grupos karimojong do Apule penetraram, pelo Sul,

21 De acordo com a tradição, karamojong significa "os velhos deixados para trás" que, temendo a morte de seus jovens, diziam aos mensageiros: "Velem seus atesin (tumbas)", daí a origem da palavra Teso. Enquanto a maioria dos grupos etários era designada por nomes de animais, kangarak significa "Os que foram na frente".

22 J. E. Ekadu, 1961 (ed. de 1971). Para uma análise, ver A. B. Eilu, 1976; D. H. Okalany, s.d.; J. B. Webster, s.d.*a*.

nos territórios das últimas comunidades okii e iteso-iworopom, absorvendo-os ou forçando-os a partir. No caso dos iworopom, isso implicou lutas violentas, provavelmente porque eles possuíam grandes rebanhos de bovinos e eram, então, rivais diretos dos grupos koten-magos. Em todos os casos, esses movimentos provocaram, com a seca dos anos 1830, as últimas grandes migrações dessa zona rumo ao Oeste.

O caso do Bunyoro-Kitara ilustra ainda melhor as inter-relações entre os pastores e os agricultores. O estudo de Edward I. Steinhart evidencia a estreita "correlação entre, de um lado, a seca e a fome e, de outro, a expansão da pecuária, o desmembramento da agricultura e a formação do Estado no Kitara e em suas planaltos meridionais[23]." Entre aproximadamente 1760 e 1783, o Bunyoro perdeu, em favor do Buganda, boas terras de pastagem no Kooki, no Bwera e nos planaltos meridionais do Kitara. Além disso, a autonomia crescente das sociedades pastoris de Nkore, Buhweju e Buzimba teve por efeito restringir ainda mais a superfície do Estado de Bunyoro, limitando-a às terras essencialmente agrícolas. Desde então, os pastores kitara infiltraram-se ao mesmo tempo na dinastia bito e nas terras agrícolas. Apareceu um novo sistema de classes a partir do qual constituiu-se progressivamente uma nova estrutura estatal. O poder político baseou-se na terra e não mais no gado, e os chefes formadores da nova elite foram recrutados dentre os bahuma sedentarizados, os membros do clã bito e os agricultores bairu. Esses três grupos casaram-se muito frequentemente entre si e deles saíram os chefes e os proprietários de terras, que recebiam o tributo junto ao povo por conta do *omukama* (rei). Assim, diz Steinhart, um novo Estado nyoro, "baseado na formação de um campesinato sujeitado e submetido ao tributo", constituiu-se pouco a pouco no século XVIII[24].

As instituições sociais e políticas

Não apenas a língua e a economia distinguiam os grupos pastoris dos grupos isera, e essas duas comunidades daquelas que falavam o luo. Os primeiros aperfeiçoaram sua organização por faixa etária para fazer disso um instrumento de controle gerontocrático e ela originou instituições sociopolíticas chaves de sua sociedade. Esse tipo de organização existia igualmente entre os isera e as sociedades influenciadas por eles, mas sob uma forma truncada. O papel de suas principais instituições sociais e políticas – agrupamentos rituais de vários

23 E. I. Steinhart, 1981, p. 132.

24 *Ibid.*, p. 135.

clãs, chamados *etogo* no Lango, *otheme* (singular: *othem*) em Labwor e *itemwan* (singular: *etem*) no Teso e em Kumum – consistia em resolver as querelas e em celebrar as cerimônias religiosas. Quanto mais miscigenadas as origens desses grupos, mais essas instituições eram poderosas[25].

Na região ao Norte da partilha das águas do Nilo, do Kyoga e do Bisina, que era um caldeirão cultural e étnico, a chefia hereditária era uma noção de origem luo. Na medida em que a maioria dos luo do Leste era de origem nilótica-oriental ou fortemente influenciada pelas concepções dos nilotas do Leste, esse tipo de poder hereditário era bem pouco aceito e até mesmo renegado pelas pessoas de mais idade. Todavia, ele exerceu um certo impacto sobre as instituições políticas não apenas de vários grupos luófonos, mas também de certos grupos isera e, por seu intermédio, sobre grupos como os jie e os dodo. Dentre os luófonos, os que seguiam chefes tenderam a partir para o Acholi Oriental, onde suas concepções encontraram-se reforçadas quando alguns grupos paluo uniram-se a eles entre 1680 e 1760. Mas mesmo nessa época, os luo ocidentais consideraram os acholi orientais, que tinham guardado suas próprias características, mais como lango do que como luo, e isso até a segunda metade do século XIX. No Labwor, no Lango, no Nyakwaic e no Kumam, a população geralmente rejeitava a ideia de uma chefia hereditária e preferia o poder ritual e gerontocrático em seu lugar.

Certamente, isso não significa que esses grupos não tivessem, às vezes, chefes possuidores de uma sólida autoridade secular. As tradições orais dão a impressão de ter havido, nos séculos XVIII e XIX, um crescimento das atividades bélicas entre os luo orientais e os nilotas centro-orientais. Isso aumentou a influência dos chefes militares e de seus conselhos, bem como a dos jovens, igualmente, às custas da gerontocracia, pois se desenhava entre os jovens e os mais idosos uma linha divisória potencial nessas sociedades organizadas por faixa etária. Assim, no Lango, poderosos chefes de guerra formaram amplas confederações militares para conquistar o país, atacar seus vizinhos e recrutar importantes exércitos de mercenários que combateriam no Bunyoro, no Toro e no Buganda. Confederações semelhantes formaram-se no Teso Setentrional, no Sebei (monte Elgon), no Kumam e no Padhola, mas, nessas regiões, os chefes eram *emuron* (videntes), indivíduos cujos papéis parecem ter sido emprestados dos kalenjin, provavelmente por intermédio dos iworopom. Graças a seu determinante papel militar, esses homens tiveram uma influência política considerável, mas nenhum

25 Sobre a organização dos grupos de idade dos jie, ver J. E. Lamphear, 1979. Sobre o *etem*, ver D. H. Okalany, s.d.

dentre eles pôde garantir um estatuto de dirigente para sua própria família. Assim, a instituição dos *emuron* criou um novo poder rival ao dos conselhos de guerra e da gerontocracia. Contudo, esse novo poder não conseguiu integrar-se à instituição das chefias.

Os iteso estabelecidos na "coxa da vaca", uma região excepcionalmente fértil de Ngora e Kumi, bem como nas zonas como Serere e o Sul de Soroti, colonizadas a partir daquela, aproximavam-se mais dos primeiros isera. Eles não tinham organização por faixa etária, nem *etem* ritual, nem *emuron*. Eles dependiam de três grandes clãs assimiladores – os atekok, os ikarebwok e os irarak – que desempenhavam o papel de instrumentos de coesão social. Mais miscigenados na origem do que os precedentes, os iteso do Norte e os de Bukedea eram dotados de todas as instituições de que tratamos anteriormente. Seus *etem* organizavam frequentes migrações que permitiram ocupar o Teso Ocidental três vezes, e um dentre eles, o dos isolata, deu seu nome ao Soroti. Vários iteso infiltraram-se em terras luo e bantas, no Sul, como colonos ou mercenários. Eles foram particularmente bem acolhidos em alguns Estados busoga, pois fizeram contrapeso à pressão militar e política exercida pelo Buganda. No Bugwere, por exemplo, os primeiros colonos iteso, liderados por Laki, do clã irarak, instalaram-se no lugar entre 1706 e 1733. Eles enriqueceram, atraíram clientes e o filho de Laki dividiu o reino e tornou-se o chefe de uma parte dele após a fome de Laparanat[26]. Em Bulamogi, um etesot exerceu temporariamente o poder. É provável que os maiores mercenários tenham sido os etesot, sendo eles os oguti vivendo entre os padhola.

Na região central, o Buganda contrastava fortemente com o Bunyoro. Sem clã real nem rebanho – mas com um rei que podia nomear responsáveis sem ter de prestar contas ao costume, à tradição ou à hereditariedade, e que frequentemente o fazia –, o Buganda do início do século XIX tinha apenas poucas instituições de classe e caracterizava-se por uma mobilidade vertical pouco comum e uma desigualdade social mais marcada do que no Bunyoro, mas menos forte que em Ruanda. Cada um de seus habitantes inscrevia-se numa relação dual de superioridade e de subordinação. Os laços sociais e econômicos eram mais verticais do que horizontais.

Política e socialmente falando, o Bunyoro-Kitara situava-se a meio caminho. Do ponto de vista de um nilota do Norte, era um Estado despótico regido pelo sistema de classes; do ponto de vista do buganda, ele parecia caracterizado por

26 R. R. Atkinson, s.d. Sobre os iteso de Padhola, ver B. A. Ogot, 1967.

uma organização flutuante e uma forte consciência de classe. O clã real babito era, inicialmente, formado por agricultores praticantes da pecuária, mas a dinastia adquiriu um caráter pastoril cada vez mais marcado. Contudo, os ramos não reais do clã bito, que, no decorrer do período que nos interessa, tornou-se o grupo clânico mais numeroso e mais amplamente espalhado no Kitara, encontravam-se em todos os níveis da economia. Muitos não tinham riquezas nem poder, mas mantinham o mito de seu pertencimento a um clã reinante. Esses clãs plebeus bito contraíram vários casamentos com outros grupos sociais ou que lhes eram aparentados, o que contribuiu para dar à dinastia uma imagem homogênea de escala nacional.

Além disso, essa imagem nacional foi ainda reforçada pela nomeação de representantes de outras camadas sociais e de grupos aparentados a diversas funções da corte e do Estado. Pouco a pouco, esses cargos adquiriram um caráter hereditário e assim constituiu-se uma classe permanente de privilegiados cuja fortuna e ambições imbricavam-se nas da dinastia real bito.

O *mukama* do Bunyoro era muito menos rico e poderoso do que o *kabaka* do Buganda. Este conservava uma maior parte das riquezas que recebia do que o *mukama*, o qual obrigava a corte real a realizar uma redistribuição da riqueza e dos excedentes. No Bunyoro, o poder era menos concentrado do que no Buganda, a maioria das funções era hereditária, o *mukama* apenas referendava o candidato escolhido. Em consequência, poucos camponeses ocupavam postos altos. Os clãs do Bunyoro não tinham a coesão dos do Buganda e seus chefes não tinham o estatuto dos chefes bugandeses. Diferentemente do Buganda, onde os trinta clãs eram teoricamente iguais (na prática, seu estatuto subia ou descia de acordo com sua fortuna política), existia no Bunyoro uma nítida distinção entre os clãs de estatuto inferior e superior.

Dentre os nilotas luo, havia os organizados em Estados e os acéfalos. As estruturas estatais eram menos elaboradas do que no Bunyoro ou no Buganda e os reis luo exerciam alguma influência, mas pouco poder real. A detenção de um título era quase exclusivamente hereditária e o rei não podia opor-se à escolha de uma família ou clã por um candidato. Essas diferenças provinham da evolução histórica, geográfica e econômica, bem como de processos culturais. Ainda que algumas linhagens reais tivessem vários séculos e fossem tão antigas quanto as do Sul e do Oeste, a maioria dos Estados luo constituiu-se apenas muito tardiamente. Além disso, as repetidas secas provocaram tantas migrações, deslocamentos e novas formações sociais que vários Estados luo datam apenas de 1680 ou ainda mais tarde. As mesmas secas atingiram, com certeza, duramente o Sudoeste, mas nunca desencadearam o deslocamento geográfico de um

Estado, como ocorreu na Uganda Setentrional, onde Padibe, um dos Estados luo mais antigos e mais desenvolvidos do século XIX, acabou por vir a se situar a mais de 800 quilômetros de seu lugar de origem.

Da mesma forma, nenhum Estado luo possuía a sólida base agrícola do Buganda, de Ruanda ou dos Estados bahima, nem as ricas jazidas de ferro e sal da zona de Bunyoro e Busongora. Antes do *nyarubanga*, parece que os luo possuíram numerosos rebanhos bovinos. Todavia, por volta de 1800, estes foram aniquilados e parece no mínimo provável que os acholi, de todos os povos pecuaristas da região dos Grandes Lagos, foram os que menos tinham gado. Ora, sem gado, nem ricas terras agrícolas, nem produtos comerciais, era difícil acumular riquezas. Consequentemente, as disparidades de fortunas ou a consciência de classe que caracterizavam os Estados do Sudoeste não existiam nos Estados luo. Em contrapartida, os nilotas orientais eram muito influentes no local: quanto mais se avançava de Oeste para Leste, mais forte era sua presença e mais eles eram majoritários na população do Acholi Oriental. Os nilotas do Leste tinham concepções políticas e sociais extremamente igualitárias. Deve ter sido difícil convertê-los às noções de chefia, hierarquia, classes e hereditariedade. Nas regiões do Leste, os reis luo apareciam cada vez mais como presidentes e porta-vozes dos conselhos de anciãos característicos dos nilotas orientais.

Nos Estados luo, no século XIX, teoria e prática diferiam no que concernia às classes sociais. A teoria poderia remeter a uma prática anterior ao *nyarubanga*, quando os luo distinguiam-se pelo fato de possuírem gado. De acordo com essa teoria, os luo dividiam-se em duas classes: o grupo real e as pessoas comuns. Mas por volta de 1800, uma outra distinção impôs-se: a classe dos indivíduos de origem luo e a dos indivíduos tendo uma outra origem. Muito frequentemente, o grupo real era identificado com os luo e o grupo das pessoas comuns com o das que não o eram. O clã real era geralmente o mais importante. O fato de pertencer-lhe dava apenas um prestígio bastante modesto, a não ser que fizesse parte da própria família real. No pensamento popular, as pessoas comuns que não fossem luo viam-se classificadas de acordo com o grau de integração de seus ancestrais à sociedade luo. Todavia, um membro do clã real separado por dez gerações da linhagem real propriamente dita, era tratado quase da mesma maneira e não tinha mais poder sobre o controle das riquezas do que um estrangeiro integrado há dez gerações à sociedade luo. Nos Estados acholi, o clã real era exogâmico e os estrangeiros eram rapidamente assimilados.

Os Estados luo tinham uma maneira mais realista de considerar as classes. Graças aos compromissos políticos concluídos no decorrer dos séculos, vários clãs não-luo chegaram a ocupar posições ou funções rituais que deram às linha-

gens dos detentores desses títulos mais prestígio (e às vezes o direito de recolher tributos) do que o clã real. Se existia uma classe superior, era a das famílias nucleares do rei, de seus conselheiros, dos proprietários da terra, dos especialistas em rituais – incluindo o fazedor de chuva e os *jagos* (subchefes territoriais).

Os luo e os nilotas centro-orientais que não tinham estrutura estatal também não tinham classes institucionalizadas. Não existiam chefes nem cargos hereditários. Os indivíduos eram raramente classificados de acordo com seu clã ou o nome de seu lugar de habitação, como era o costume entre os nilotas. As pessoas raramente lembravam-se de seus ancestrais além de seus avós. Os clãs eram imensos, mas as famílias, de tipo quase nuclear. As gerontocracias eram governadas pelos anciãos, agrupados no *etam* ou no *etogo*, e acreditava-se que suas decisões eram sancionadas pelos ancestrais. Elas formavam frequentemente vastas confederações militares nas quais um ilustre chefe guerreiro e seus subordinados eram reconhecidos e apoiados por um *emuron* (um vidente) e seus ajudantes, consultando os espíritos acerca da oportunidade de uma guerra e presidindo os preparativos rituais e aconselhando essa ou aquela estratégia. Além do mais, o *emuron* era, na maioria das vezes, um fazedor de chuva. Os chefes guerreiros e os especialistas em rituais eram geralmente muito prósperos. Nas gerontocracias, tensões e clivagens potenciais produziam-se entre os anciãos, que detinham o poder, e os jovens guerreiros. Os anciãos exerciam sobre eles um controle minucioso, quiçá opressivo, monopolizando ao mesmo tempo as mulheres e o gado, atrasando o momento do casamento e de independência econômica dos jovens que, às vezes, emigravam para vencer tais frustrações[27].

As sociedades luo e nilotas do Leste acéfalas apresentavam frequentemente grandes disparidades econômicas. No Teso, por exemplo, uma família média possuía de 3 a 5 cabeças de gado e as 10% mais ricas possuíam de 500 a 1000. Os anciãos confortáveis podiam falar mais frequentemente e ser escutados com mais deferência no *etem* do que os outros, mas, mesmo tendo mais influência, não tinham mais poder por isso. A riqueza acarretava o respeito e despertava a esperança de uma hospitalidade pródiga sem criar desigualdade social. Era possível elevar-se na hierarquia social criando várias filhas cujo dote em gado fosse garantido e poucos filhos pelos quais era preciso pagar um dote; adquirindo glória e gado graças a seus talentos de guerreiro; e, finalmente, sendo um pecuarista experiente. De fato, o sistema de dotes presidia à repartição do gado. No Sudoeste, o mesmo costume do dote era tão carregado de regras e de

27 Para o estudo da estratificação social, nós seguimos o esquema de M. L. Perlman, 1970; A. W. Southall, 1970.

preconceitos que tornava difíceis os casamentos entre clãs e impedia os bairu e os bahutu de tornarem-se proprietários de gado.

A modificação do equilíbrio do poder: o declínio do Bunyoro e o crescimento do Buganda

Após o *nyarubanga*, acontecimento mais marcante da história dos territórios do Norte e do centro da região dos Grandes Lagos foi a crise vivida pelo Bunyoro, que desencadeou seu declínio, e os processos internos que levaram o Buganda à sua expansão. Essas duas situações modificaram radicalmente o equilíbrio de forças. A crise começou no Bunyoro com a morte de Cwa quando da invasão do Sul consecutiva ao *nyarubanga*. O filho único de Cwa, Winyi II, foi capturado e viveu em Ihangiro[28]. O Kitara foi governado por uma regente, a irmã de Cwa, Mashamba. Cwa não tinha tido filho de uma esposa luo, que teria podido sucedê-lo segundo as leis reais. Quanto ao jovem mais tarde encontrado em Ihangiro, talvez não fosse seu filho e pertencesse ao clã babito. Winyi II assassinou Mashamba e tomou o trono. Depois, a velha tradição segundo a qual o herdeiro devia ter saído de uma mãe luo ou paluo tornou-se mais exceção do que regra. A candidatura ao trono ficou aberta a todos os filhos do rei e as querelas de sucessão tornaram-se então, mais frequentes, mais ásperas e mais prolongadas.

Sob a primeira dinastia, a chefia de Pawir ocupara uma prestigiada posição no seio da hierarquia imperial. O curso dos acontecimentos na capital do Império provocou distúrbios generalizados em Pawir. Uma série de reis, chamados pelos paluo de "reis bantos", procurou tirar proveito dos distúrbios, encorajando tendências separatistas, tanto que a subchefia de Pawir, unificada em 1650, esfacelara-se em seis pequenas chefias em 1750[29]. Sob o reinado de Isansa, elas foram colocadas sob a autoridade de um chefe de divisão. O país Paluo perdeu seu estatuto semiautônomo e foi integrado ao Bunyoro Metropolitano. Os paluo emigraram para o Norte e Leste, por causa do fechamento do horizonte político, da perda de seu estatuto e das perseguições. A frequência das querelas de sucessão, unida à dissidência paluo, solapou o poder central de Kitara. O rei Isansa (1733-1760 aproximadamente) subiu ao trono apesar de uma forte oposição dos paluo. Uma vez no poder, liderou contra eles uma campanha de perseguição muito dura, acelerando suas migrações.

28 J. B. Webster, s.d.*b*.

29 A. Adefuye, 1973, 1979 e s.d.

O resultado mais imediato da crise no Bunyoro foi o êxodo dos paluo-pakoyo[30] para Acholi, no Norte do Busoga, em Alur e até mesmo em Padhola e no Quênia Ocidental, a Leste do lago. O primeiro êxodo foi dirigido por Labongo, Kakaire e Atiko, os dois primeiros pretendendo ser ligados à família real da primeira dinastia babito. Eles não eram agentes do imperialismo banyoro, mas tinham os tambores e a ideologia política dos babito. Ambos sofreram a influência desses últimos, fundando chefias onde elas não existiam e aumentando o papel político onde elas já existissem. Enquanto a língua dos paluo se expandia no Norte, os pakoyo integraram-se linguisticamente à sociedade basoga.

No Norte, a forma mais importante de organização política era representada pelas gerontocracias ou por pequenas chefias. Os paluo popularizaram o tambor real, destacaram a dignidade de seu chefe e integraram pequenas unidades a Estados mais vastos, permitindo-lhes conservar seus dirigentes hereditários. Eles fundaram novos Estados, como Lira, Paluo e Paimol, aumentaram e reestruturaram outros, como Padibe, Patongo, Alero e Koc. Puranga (controlado pelos paluo) e Payera, mantendo seus chefes tradicionais, inspiraram-se em teorias paluo e integraram um certo número de unidades subordinadas nesse processo de expansão. Atiko era muito influenciado pelas concepções políticas paluo; ele deslocou seu grupo, então insignificante, para o Leste e fez dele uma chefia maior e mais importante. A despeito do fato de ele ser o duodécimo na linhagem do fundador, sua contribuição foi tão essencial que seu nome foi dado ao Estado. Os que imitavam os métodos paluo eram frequentemente mais felizes do que os próprios paluo: das vinte chefias situadas a Oeste do rio Aswa em 1800, apenas três tinham monarcas paluo; das nove principais chefias acholi em 1900, apenas Lira Paluo e Puranga eram governadas por paluo.

A integração aos luo fez-se, por um lado, pela assimilação e, por outro, pela fragmentação e proliferação das unidades políticas. Lira Paluo é um exemplo de assimilação; Alur, de proliferação e de divisão. Os paluo penetraram na região lapono e convenceram uma gerontocracia não luo, dois pequenos chefes luo e a grande chefia de Lira a unirem-se a eles. Após uma certa expansão, eles criaram dois postos de governadores reais. Não sendo mais possível a expansão, Lira Paluo formou uma confederação com os pequenos chefes vizinhos que se tornaram pouco a pouco seus clientes. Esse processo foi acompanhado pela popularização da língua e da cultura luo.

30 A respeito desse exílio, ver J. B. Webster, s.d.*a*; R. R. Atkinson, 1976; A. M. Garry, 1976; J. B. Webster, 1976*a*.

Em Alur, as coisas aconteceram diferentemente. Antes de 1680, existia apenas uma chefia alur, Okoro, dentre os povos centro-sudaneses dos altos planaltos. Os imigrantes luo deixaram Okoro, estabeleceram laços matrimoniais com outros clãs, expandiram sua língua e sua cultura e finalmente convidaram um príncipe de Okoro para governá-los. Esse processo efetuou-se com o apoio quase total da população local e colocou vários kebu, lendu e madi sob a tutela dos luo de Alur. Os Estados de Alur multiplicaram-se então. Panduru foi fundado entre 1670 e 1700 aproximadamente, Paidha, Padiya, Padel e Acer Paluo, entre 1700 e 1790 e Ucego entre 1820 e 1850. O conjunto desses novos Estados constituiu o grupo dos Estados alur[31].

O *omukama* Isansa desempenhou um papel tão essencial no declínio do Bunyoro quanto o *kabaka* Mawanda no crescimento do Buganda. A carreira de Isansa é marcada por uma estranha mistura de sucessos militares e fracassos políticos. Já fizemos alusão aos erros de sua política no Norte. No Sul, ela foi ainda mais desastrosa para o futuro econômico do Bunyoro. A campanha que ele lançou na região era destinada a mostrar, mais uma vez, o seu poderio militar. Durante as operações, ele incentivou os príncipes reais a tomarem a frente dos Estados kooki, kitagwenda e busongora de Kisaka e de Bugaya e ajudou um favorito do clã bamooli no Kiyanja. Como era previsível, todos, exceto o de Kitagwenda, rejeitaram sua lealdade ao Império uma geração após sua morte[32]. Isansa arruinou uma política de administração dos territórios exteriores que funcionara muito bem durante três anos, provavelmente para se livrar da multidão de pretendentes ao trono, que sua nova política, em matéria de sucessão no seio de sua dinastia, fizera aparecer.

O maior erro da política de Isansa foi seu ataque contra o palácio de Wamara, o chefe do culto cwenzi em Bwera. A primeira dinastia babito mantivera relações com esse culto, com mais sucesso do que os Estados bahinda. Enquanto os babito reverenciavam Wamara, os bahinda nada tinham a ver com esse culto, adotado no entanto por seus súditos. Wamara opôs-se provavelmente à segunda dinastia babito porque esta violara as regras tradicionais de sucessão. Os reis, em contrapartida, pararam de enviar seu tributo à corte de Wamara. Isansa decidiu então, por uma intervenção militar. Foi o mais grave erro da história de Kitara.

O sacrilégio fora tamanho que as árvores "sangraram" e Wamara amaldiçoou Isansa, profetizando que o Buganda tomaria Bunyoro. A realização dessa

31 J. B. Webster, s.d.*a*.

32 A. Wheeler, s.d.; E. R. Kamuhangire, s.d.; S. Lwanga-Lunyiigo, 1972-1973.

profecia constituiu um processo histórico maior, que continuaria até o meio do século XX. O erro de Isansa não concernia apenas o Buganda, mas também todos os territórios fronteiriços do Sul, onde a autoridade do Bunyoro baseava-se em parte no apoio trazido pelo culto cwenzi. Um novo lugar de culto foi instalado no palácio imperial, mas sua influência – e com ela, a autoridade do Bunyoro – deixaram de ser exercidas nas zonas fronteiriças meridionais. Consequentemente, os novos Estados principescos rejeitaram a tutela do Bunyoro sem constrangimento, bem como os antigos Estados tributários do Buhweju e do Buzimba. A sorte do império mudou por volta de 1830, com a secessão do Toro e do país Paluo[33]. A profecia de Wanara mostrou-se exata: o Buganda tomou uma grande parte do Bunyoro e os pequenos Estados meridionais não puderam permanecer isolados. Eles se tornaram presas ideais para as ambições imperiais do Buganda, do Nkore e do Mpororo.

O crescimento do Buganda

Enquanto os reis do Bunyoro dedicavam-se a desmantelar um sistema político que assegurara sua dominação durante três séculos, os monarcas baganda corrigiam uma grande parte dos males políticos que paralisaram o Buganda desde sua formação[34]. O Buganda era marcado por três problemas ligados entre si. O primeiro vinha do poder crescente da monarquia e de sua burocracia, que se opunha aos chefes de clã ou aos dirigentes bataka cujos (muitas vezes pretensos) laços de parentesco eram usados para reforçar as alianças de clãs e transformar estes em facções políticas dotadas de coesão. O segundo problema tinha a ver com a multidão de príncipes reais ambiciosos – exercendo cargos ou não – à procura de uma ocasião para manipular as facções políticas e tomar o trono. Nos lugares onde a burocracia era essencialmente hereditária, e assim protegida de cada mudança de monarca, as disputas acerca do trono eram menos ásperas e os fazedores de reis mais desinteressados e mais inclinados aos compromissos. Mas no Buganda, o novo controle exercido pelo rei sobre a burocracia significava que todo príncipe pretendente tinha uma potencial clientela de funcionários para quem os resultados das querelas de sucessão acarretariam prestígio e posição social, ou o esquecimento e até mesmo o exílio. Os compromissos tornavam-se difíceis porque os candidatos aos cargos mais altos do Estado procuravam não apenas realizar sua ambição, mas também colocar em primeiro plano o clã

33 J. E M. Wilson, s.d.*a* e *b*.

34 M. S. M. Kiwanuka, 1971*a*, cuja interpretação é retomada aqui.

que eles gostariam de representar. O terceiro problema consistia nas sangrentas querelas e guerras de sucessão que se seguiram à morte da maioria dos reis e aos vários assassinatos de membros da família real. Essas querelas foram ainda mais desastrosas no Buganda do que no Kitara. No Kitara, a luta pelo trono podia ser acirrada, mas uma vez o rei escolhido e coroado, era raro ele ser assassinado ou derrubado. O mesmo não ocorria no Buganda, onde um monarca podia ser morto ou destronado durante seu reinado. E, de fato, um certo número de reis baganda nunca conseguiu, realmente, exercer sua autoridade sobre o reino, sendo seus reinados apenas uma sangrenta série de guerras civis entre irmãos e filhos. No mais, no Kitara, os irmãos dos reis não o sucediam, exceto em raríssimas circunstâncias. No Buganda, três irmãos podiam suceder-se no trono enquanto todos os seus filhos brigavam pela sucessão.

O Buganda tinha uma melhor posição geográfica e climática do que os outros grandes Estados da região dos Grandes Lagos. A seca não é mencionada em suas longas e detalhadas tradições orais. Era mais uma região onde se procurava refúgio. Sua economia não foi abalada duas vezes por século nem ocasionalmente destruída, como durante o *nyarubanga*. O Buganda gozava de um setor agrícola sólido e diversificado que, diferentemente dos outros grandes Estados, permitia à sua população masculina consagrar-se à guerra e à política. A demais, situado às margens do Nyanza, ele fazia comércio por vias aquáticas – provavelmente bem antes de meados ou do fim do século XVIII, data na qual esse fator é geralmente mencionado para dar conta de sua expansão. Ele produzia tecidos vegetais, gênero muito apreciado pelos povos vizinhos. No decorrer de sua expansão, ele assegurou-se do controle das jazidas de minério de ferro, recurso de que não dispunha inicialmente. Talvez, à exceção aos Estados basoga meridionais, nenhum outro Estado da região dos Grandes Lagos possuía um quadro geográfico e econômico tão favorável quanto o seu.

Diferentemente de outros Estados da região, o Buganda não tinha clã real. Cada príncipe pertencia ao clã de sua mãe, enquanto a população obedecia a regras patrilineares. Todo clã tinha consequentemente a possibilidade de fornecer um monarca. Esse sistema dava a todos a sensação de participar da monarquia, mas incentivava cada clã a dar uma esposa ao novo *kabaka*, o que acarretava a multiplicação dos potenciais herdeiros reais. Os reis do Buganda eram obrigados a ser mais polígamos que a maioria dos outros chefes. O contraste era grande com o sistema acholi, no qual o rei, uma vez coroado, recebia uma esposa do Conselho dos anciãos e no qual também o futuro herdeiro só podia ser escolhido dentre os filhos desta rainha. Além disso, o rei baganda, entre os chefes bataka, era apenas um *primus inter pares*. Os distritos exteriores eram governados por um

sistema de controle direto no qual os chefes locais tornavam-se novos bataka e eram empregados como os agentes locais do rei. Seu cargo era hereditário e o monarca não podia destituí-los.

Nos séculos XVI e XVII, o Buganda era apenas um pequeno Estado como vários outros no Busoga, que toleravam a sucessão fraternal e baseava-se nos administradores reais. Ele era instável e minado por intermináveis guerras civis. Todavia, o nacionalismo baganda (que desenvolvera-se à sombra do imperialismo banyoro) era forte o suficiente para impedir as secessões e as divisões, diferentemente, por exemplo, do Estado basoga de Buzimba, que se desintegrou e se esfacelou em oito chefias independentes. Todavia, a recusa a qualquer secessão significava mais que a luta pelo trono e era ainda mais árdua onde a sucessão constituía uma possibilidade.

O *kabaka* Tebandeke (1644-1674 aproximadamente) reforçou o poder real ao atacar vitoriosamente os funcionários religiosos, cujas práticas de extorsão pesavam imensamente sobre a monarquia e o povo, reduzindo muito seu poder. O Buganda foi desde então o único país banto indiferente às forças sobrenaturais. O fato de ele ter sido bem-sucedido naquilo em que Isansa fracassara remete à organização religiosa diferente dos dois reinos. No Kitara, o culto cwenzi era uma instituição centralizada, ao passo que no Buganda, cada oficial do culto ritual era aparentemente independente dos outros.

A expansão territorial do Buganda está ligada a três reis excepcionais do século XVIII. Mawanda (1674-1704 aproximadamente) tomou Singo, invadiu Kyaggwe e arrancou Bulamogi do Bunyoro. Este, preocupado com os problemas internos relativos à mudança da dinastia, não se consagrou com firmeza à proteção de seu território. Considerando o imenso ganho que essa conquista representava, Mawanda sabiamente abandonou o velho sistema de dominação indireta e seus favoritos – cuja maioria, de origem popular, era chamada de "homens do rei" – foram designados para administrar os novos territórios. Eles se tornaram mais influentes do que os chefes bataka. Mawanda nomeou e até mesmo demitiu chefes bataka. Em tese, todos os cargos tornaram-se doravante nominativos. Esse monarca excepcional não era apenas um gênio militar, mas também um imaginativo homem de Estado: consideram-no, a justo título, como o pai do moderno sistema de governo do Kiganda. Junju e Kamanya, entre 1734 e 1794, estenderam mais ainda as fronteiras do Reino. Junju anexou Buddu, forçou Kooki a pagar-lhe um tributo e demonstrou o poderio militar do Buganda ao marchar sobre Kiziba e ao atingir Karagwe. Junju recolhia os frutos da "carta meridional" de Isansa que datava de uma geração. Kamanya arrancou Buwekula

do Bunyoro. Em 1800, o Buganda estabelecera definitivamente sua supremacia sobre o Bunyoro.

Semakokiro, em meados do século XVIII, voltou sua atenção para o problema dos príncipes reais. Ele inaugurou a prática consistindo em executar rivais descontentes e mesmo filhos de rei, se necessário. Ele expulsou os príncipes da administração para impedi-los de usar a sua posição para conspirar contra o trono. Isso deu um imenso poder ao rei e abriu caminho à monarquia absoluta constituída no século XIX. Por uma ironia do destino, enquanto Semakokiro procurava atenuar o caráter destruidor das querelas de sucessão, controlando o número de pretendentes e afastando-os dos cargos oficiais, Isansa dava a todos os filhos do rei o direito de pretender o trono. Não é de espantar que esse tipo de querela tenha se tornado realmente problemático no Bunyoro, mas não no Buganda – diferentemente do que acontecera durante os séculos precedentes. Considerando o caráter atribulado da vida política do Buganda durante todos esses séculos, é tentador subestimar os grandes *kabaka* do século XVIII, que trabalharam como centralizadores, e fazer deles arautos de uma "era de ouro". Mas é bom lembrar que o despotismo só pode ser imposto a um alto preço: longas rebeliões, oposição violenta aos *kabaka*, gravíssimos choques políticos, número crescente de exilados nos Estados vizinhos. Pode-se até mesmo defender que o século XVIII foi ainda mais violento que os precedentes.

Durante séculos, o Buganda existira à sombra do imperialismo banyoro. Ele começara por ser um peão desse império. Mas no fim do século XVIII, ele estava pronto para enfrentá-lo. O Buganda desenvolvera um intenso nacionalismo, permitindo a seus reis aumentar seu poder e constituir uma máquina administrativa e militar eficaz, na qual as energias das pessoas estavam voltadas para a realização de sua ambição pessoal e para a obtenção de favores do *kabaka*. Todo homem se consagrava à política e muitos não hesitaram em espionar e fazer chantagem para obter seus favores. Os grandes reis puseram-se inteiramente a serviço do Estado e da nação. Apesar da existência de um vago *establishment* dos clãs mani, lungfish e monkey, o Buganda era, por volta de 1800, uma sociedade altamente competitiva, mais móvel e mais secularizada do que todas as da região dos Grandes Lagos.

Os reinos agropastoris do Sul

O que chamamos de "cultura interlacustre" desde quase um século no quadro da etnologia africanista foi frequentemente inspirado nas observações feitas sobre a metade meridional da região, particularmente sobre a monarquia ruan-

desa considerada por vários autores o padrão ideal[35]. A formação desse complexo cultural foi situada em um período relativamente recente, indo do século XVI ao XVIII, ou seja, o período aqui estudado. Há cerca de vinte anos, os trabalhos dos historiadores consistem em desmistificar o imaginário fornecido por essa etnologia europeia e situar em sua dimensão histórica real, mais ampla, mais bem equilibrada e definida com mais rigor, dos povos cujo passado mergulha suas raízes em uma antiga idade do ferro, remontando, no mínimo, ao início da era cristã. O século XVI é uma reviravolta, o tempo das lendas em que se constituem as bases socioculturais de sua história.

Um espaço geocultural

As restrições naturais e a herança cultural da região dão uma paisagem física e humana contrastada. No Oeste, a cadeia da Kibira, uma gigantesca cadeia montanhosa (de mais de 2000 metros), prolongada ao Norte pelos vulcões Virunga, domina a depressão do Lago Tanganyika (menos de 800 metros de altitude) e a bacia do Lago Kivu.

Rumo ao Leste, desce-se progressivamente das altas colinas do Burundi e de Ruanda até os planaltos escalonados que margeiam o Lago Vitória (a cerca de 1200 metros acima do nível do mar). A mais de 1000 quilômetros do oceano Índico, do qual depende o clima da região, esses relevos contrastados determinam variações pluviométricas muito sensíveis entre as altas terras do Oeste e as margens do Lago Vitória, onde caem mais de 1500 milímetros de chuva por ano, e o estreito vale da Kagera, que recebe menos de 1000 milímetros. Esses números e, principalmente, a data de chegada das chuvas (por volta de setembro--outubro) são muito irregulares de um ano para o outro. Os acidentes climáticos que parecem ter particularmente marcado o período considerado aqui, como veremos, atingem muito desigualmente as diferentes zonas, acarretando toda vez remodelagens ecológicas e movimentos demográficos no seio da região.[36]

A repartição linguística apresenta a mesma heterogeneidade relativa. Duas zonas de língua banta constituem esses paises: no Oeste, de acordo com a classificação Guthrie, a zona D agrupa o conjunto kinyarwanda-kirundi-giha e as línguas da província congolesa atual do Kivu; no Leste, a zona E, representada pelo kizinza, o ruhaya e o runyambo, corresponde também à área bantófona da Uganda. É possível se entender sem dificuldade dos vulcões Virunga até o Baixo

35 J. J. Maquet, 1954; L. de Heusch, 1966.

36 P. Gourou, 1953; W. T. W. Morgan, 1969; J. P. Chrétien, 1983; J. B. Webster, 1979.

FIGURA 26.2 O Sul da região dos Grandes Lagos no fim do século XVII.

Malagarazi, de um lado, e do Lago Lutanzige (ou Onekbonyo, ex-Albert) até o Sul do Lago Vitória, do outro: os países onde o "rei" será chamado respectivamente *mwami* e *mukama* ou *mugabe*. Mas essas clivagens geográficas e culturais de longa duração complicam-se a partir do século XVI, com a cristalização desses reinos.

As tradições escritas e orais

As datações arqueológicas e as hipóteses da linguística são confirmadas, para a história dos cinco últimos séculos, pelas fontes orais. A riqueza desse patrimônio cultural original foi infelizmente contaminada desde os primeiros contatos com os europeus, no fim do século XIX, por sua aplicação obsessiva da teoria hamítica. Uma tradição colonial escrita constituiu-se, incessantemente criando armadilhas para as interpretações históricas. De um ponto de vista metodológico, seus grandes traços devem ser lembrados. A nova definição do *hamita* no sentido de africano de raça superior, oposto ao "negro propriamente dito" (terminologia vulgarizada por Seligman), elaborada em meados do século XIX, foi aplicada desde as primeiras "explorações" às categorias hima e tutsi, a partir de impressões estéticas e considerações políticas estereotipadas. Toda a civilização dos Grandes Lagos foi atribuída a uma migração "hamito-semítica" de origem oriental, que teria trazido a vaca, a realeza e mesmo elementos de monoteísmo[37].

A hipótese, lançada por Speke a partir de 1863, de uma invasão oroma chegada entre os séculos XVI e XVIII, e que teria feito da região uma segunda Etiópia, impregnou as descrições dos viajantes e dos oficiais alemães entre 1890 e 1914 (Emin Pasha, Franz Stuhlmann, o conde von Goetzen, Hans Meyer) e as várias publicações dos Padres Brancos, combinando o fruto de suas pesquisas locais com as sínteses antropológicas dos autores britânicos e alemães (as de H. H. Johnston sobre Uganda, de Friedrich Ratzel, Jan Czekanowski e Hermann Rehse)[38]. Isso marcou profundamente as fontes clássicas da história dos reinos meridionais até uma data recente, tais como os *District books* do território do Tanganyika, escritos por Hans Cory, os artigos do padre Edmond Césard e do padre H. van Thiel, referindo-se respectivamente aos bahaya e aos bazinza, os

37 E. Sanders, 1969; J. P. Chrétien, 1977; J. L. Amselle et E. M'Bokolo s.d.

38 Emin Pasha, 1891; E Stuhlmann, 1894; G. A. von Goetzen, 1895; H. H. Johnston, 1902; H. Rehse, 1910; H. Meyer, 1916; J. Czekanowski, 1917; F. Ratzel, 1885, p. 451-478. Sobre os Padres Brancos, ver a revista *Missions d'Afrique des Pères Blancs* e J. M. van der Burgt, 1903.

trabalhos dos padres Albert Pagès e Louis de Lacger sobre Ruanda e do padre Julien Gorju sobre o conjunto da região e sobre o Burundi[39].

As próprias tradições orais puderam ser recuperadas pelas mitologias modernas em função da cultura e dos contatos de seus detentores. A questão coloca-se especialmente no caso das informações juntadas pelos primeiros letrados da região, catequistas, auxiliares administrativos ou chefes costumeiros, por muito tempo considerados os únicos tradicionalistas dignos de serem escutados. Apollo Kagga e John Nyakatura tiveram seguidores. Por exemplo "as tradições haya", citadas pelos historiadores, foram frequentemente reduzidas à obra de um só homem, Francisco Rwamugira (ou Lwamgira): esse aristocrata, íntimo do rei Mutahangarwa do Kiziba, sucessivamente intérprete do residente alemão von Stuemer e secretário do conselho dos "chefes" em Bukoba sob os ingleses, escreveu no início do século XX uma *História do Kiziba* (*Amakuru ga Kiziba*) que alimentou o livro de Rehse, um artigo de César, o *District book* de Bukoba e a síntese do padre Otto Mors, *A História dos bahaya*.[40] Poder-se-ia igualmente citar a influência do chefe Pierre Baranyanka e do conselheiro Joseph Rugomana na historiografia do Burundi ou, enfim, o papel excepcional de mediador desempenhado por Alexis Kagame na história de Ruanda, pois ele foi ao mesmo tempo um íntimo do rei Mutara Rudahigwa, um padre formado nesse plano pelo cônego de Lacger e um autêntico pesquisador em busca de informações[41].

Essas crônicas resumindo tradições depuradas e interpretadas de acordo com os critérios de uma etno-história ocidental, circularam em seguida junto aos alunos das escolas, aos leitores de jornais em línguas africanas (tais como *Munno* em Uganda, *Mambo Leo* no Tanganyika *Rusizira Amarembe* no Burundi ou *Kinyamateka* em Ruanda) e a todos aqueles que frequentavam as missões e os centros administrativos[42]. Vários notáveis puseram-se a situar a origem de

39 *Distinct books* de Bukoba, Biharamulo, Mwanza, Kasulu, Kibondo, Kigoma, H. Cory, s.d. (é possível obter exemplares junto à *School of Oriental and African Studies* - SOAS - de Londres). Muitos dados também nos artigos de Cory conservados na biblioteca universitária de Dar es-Salaam. E. César, 1927, 1935,1936 e 1937; P. César 1931; H. van Thiel, 1911; A. Pagès, 1933; L. de Lacger, 1939 (ed. de 1959); J. Gorju, 1920 e 1938. Sobre a mesma ideologia a respeito dos Banyamwezi, ver F. Boesch, 1930; a respeito do leste do Zaire (Congo) ver A. Moeller, 1936.

40 Sobre o papel de F. Lwamgira, ver H. Rehse, 1910, p. 237; O. Mors, 1957; R. A. Austen, 1968, p. 89-90; J. P. Chrétien, 1986. O texto de Langwamira está reproduzido integralmente em E. César, 1937, p. 32-57.

41 A. Kagame, 1943-1947; J. Rugomana, 1957; P. Schumacher, 1949, usa P. Baranyanka, assim como J. Gorju, 1938 e J. P. Chrétien, 1981*a* e *b*.

42 Sobre as redes de transmissão dessas tradições no início do século XX, ver o *District book* de Bukoba (cópias junto à SOAS, Londres), vol. VII, p. 5-6, em que figuram traduções de trechos de J. Gorju, 1920, de H. Rehse, 1910, e referências a F. Lwamgira; ver também o *District book* de Biharamulo, History *of migrations*, 1931. Podemos assinalar que os alunos da missão de Kome conhecem essa história melhor que as pessoas do país.

seu clã no Egito (*Misri*) ou na Etiópia (*Bisinya*)[43]. Pesquisas orais mais amplas e mais rigorosas multiplicaram-se desde o fim dos anos 50. Elas permitiram relativizar as tradições da corte, valorizando as das famílias mais humildes e, principalmente, a diversidade das variantes regionais e a riqueza dos testemunhos recolhidos fora da pequena camada de letrados. As coletas de gravações, a transcrição fiel de textos orais e bases linguísticas sérias permitiu fazer progredir o conhecimento histórico da região[44].

A marca de Ruhinda e dos bachwezi

Os Estados do Sul ter-se-iam originado do deslocamento de uma mais antiga monarquia fundada entre os séculos XVI e XVIII por um conquistador chamado Ruhinda. Ao menos é a visão prevalecente até os anos 50. Esse "império de Ruhinda" no qual incluíam-se todos os territórios haya (exceto o Kiziba) e zinza, mas também às vezes o Burundi, e mesmo Ruanda, aparecia como o prolongamento meridional do "império dos bachwezi" e como a criação de uma nova onda de expansão dos pastores bahima. Hoje o acontecimento, se tivesse ocorrido, situar-se-ia mais anteriormente, por volta do século XV e, principalmente, o que se pode chamar de "lenda de Ruhinda" aparece como multiforme segundo as tradições. Ao passo que no Bunyoro e no Nkore esse herói é descrito como o bastardo de Wamara, o último "rei" cwenzi, e da serva Njunaki, no país Haya e no Zinza atribuem-lhe frequentemente como pai Igaba ou Bugaba, uma das denominações locais da divindade suprema. Às dinastias hinda do Nkore, do Karagwe, do Kyamutwara, do Ihangiro e do Buzinza davam-se como respectivos fundadores um irmão, ou um filho, ou um neto de Ruhinda, que, a cada vez lhes teria confiado um país e um tambor. Essas tradições ligam-se essencialmente a dois focos, entre os quais o cadáver do herói teria sido dividido quando de sua morte: rumo ao Norte, o conjunto Nkore-Karagwe, onde sua lembrança é principalmente associada por um lado às regiões do Isingiro e do Bugara e, por outro lado, ao Kagera; rumo ao Sul, o conjunto buzinza-ihangiro, em que ele aparece como o companheiro ou mesmo o filho do forjador Kayango. As tradições dos diferentes reinos hierarquizavam-se com relação a esses dois focos, não sem interferências: no Kyamutwara, Nyarubamba, filho ou neto de Ruhinda, vinha do Karagwe; em Ihangiro, o fundador era

43 H. Cory et M. M. Hartnoll, 1945/1971.

44 J. Vansina, 1961, 1971 e 1972; A. Kagame, 1972; C. W. Newbury, 1976; E. Mworoha, 1977; L. Ndoricimpa, 1984; . I. K. Katoke, 1975; P. Schmidt, 1978. Útil também sobre as realezas do sul, o estudo de R. Karugire, 1971. Um importante colóquio internacional ocorreu em Bujumbura em 1979; ver *Centre de civilisation burundaise*, 1981. Ele foi seguido de uma reunião análoga em Bukavu em dezembro de 1982.

apresentado como um filho de Nyarubamba, mas carregava o nome de Ruhinda Kayanga, segundo o modelo zinza. Quanto à suposta odisseia de Ruhinda, do Bunyoro até o extremo Sul da região, ela segue dois itinerários diferentes dependendo da tradição: tanto um caminho continental pelo Karagwe, tanto uma via navegável, pelos lagos, terminando no Buzinza de onde o herói teria subido por via terrestre rumo ao noroeste[45].

Tudo acontece como se a referência a Ruhinda correspondesse ao encontro de duas ondas de tradições, ligadas a duas grandes configurações clânicas, Bahinda e Bayango, que adotaram também a mesma proibição, a do macaco *nkende* (um cercopiteco cinza)[46]. Quanto à fundação das dinastias hinda, as tradições revelam que ela só se efetuou de fato durante uma ou mais gerações após a do suposto conquistador. O fato histórico sem dúvida mais interessante continua sendo a permanência de uma tradição, fonte de legitimidade política, bem além do século XVI. Ruhinda pôde ser invocado, no século XVIII no Kyamutwara, contra os usurpadores do clã hima dos Bankango ou ser associado, no século XIX, com a lembrança de uma grandeza perdida (no Karagwe) ou de uma unidade rompida (no Buzinza); durante aquele século, ele foi também usado, tanto no Bunyoro quanto no país Haya, para levantar o povo contra o mesquinho imperialismo dos Baganda[47].

As diferenças entre as versões da corte e as versões populares[48] refletem a persistência tenaz de um ciclo de tradições de formato lendário. Na maioria dos casos, a difusão de um modelo de poder é então mais verossímil do que as façanhas de um único conquistador. No Gisaka, a dinastia dos Basegera Basirankende (referente à proibição do *nkende*) colocava em suas origens Nyakecende (ou Nyiragakende), filha de Ruhinda ou de um de seus sucessores

45 Além dos títulos já citados, ver os artigos de Cory, especialmente o número 69 (*Chronology of the Bahinda*) e os números 413 e 416 (notas de A. M. D. Turnbull de 1925 e 1926 sobre a história do Buzinza). Ver também os *District books* de Bukoba et e de Biharamulo e, por fim, nos arquivos da *Maison généralice des Pères Blancs*, vários manuscritos, dos quais: J. B. Lapioche, *Le Buhava et son histoire*, 1938; A. D. Kakaira, *Histoire d'Uzinza*, 1930.

46 L. de Heusch (1966, p. 50-51) acreditou poder falar de uma antiga rivalidade entre os dois clãs, de acordo com a oposição inexata por ele estabelecida entre os macacos *nkende* e *tumbili* (citados em H. Cory e M. M. Hartnoll, 1945/1971), quando se trata do mesmo animal nomeado respectivamente em ruhaya e em kiswahili.

47 Esse funcionamento ideológico aparece em: Emin Pasha, 1891, p. 353-355 (no Bunyoro); F. Stuhlmann, 1894, p. 713-715 (no Kyamutwara); *District book* de Bukoba, exemplar disponível no SOAS de Londres, p. 42-43 (no Karagwe); A. Brard, *Rapport sur les tribus insulaires du Nyanza méridional.* Archives des Pères Blancs, janeiro de 1897; A. E. Kitching, "*Tribal history and legends of the Wazinza*", 1925, no *District book* de Biharamulo (no Buzinza).

48 Ver as tradições coletadas no Maruku por P. César d, 1931.

no Karagwe. No Kiziba, a dinastia bito identificava Kibi, seu fundador, com Nyakiru, irmão de Ruhinda, com os dois irmãos brigando para tomar o poder de sua mãe. O clã dos bahinda tinha por função traçar os limites administrativos. A dinastia silanga do Bukerebe, vinda do Ihangiro por volta do fim do século XVII, pretendia na verdade remontar a Ruhinda. A disseminação da cultura hinda manifesta-se até o Buha, no Sul, seja na titulação real (no Heru e no Bushingo), seja na referência ao *nkende* (proibição dos reis do Bujiji)[49]. Rumo ao Oeste, em contrapartida, as narrativas valorizavam outros heróis: em Ruanda, Gihanga, verdadeiro herói civilizador, era erigido também ao posto de pai de todos os reinos vizinhos. No Burundi, Ntare Rushatsi, um nome que parece ter sido portado pelos fundadores de duas dinastias nos séculos XVI e XVII, só se liga a Ruhinda em escritos europeus[50].

As tradições sobre Ruhinda tiraram sua força dos laços existentes entre essa figura lendária e a proeza dos Bachwezi. Qualquer que tenha sido a realidade, a extensão e a duração do "Império do Kitara", esse modelo político-religioso nasceu manifestamente na zona dos planaltos da Uganda Ocidental. Mas, no Sul, Isimbwa, Ndahura ou Mulindwa só são evocadas nas narrativas recolhidas mais ou menos recentemente. O papel essencial é desempenhado aqui por Wamara, Mugasha e Ryangombe. Uma mitologia particular desenvolveu-se nessas narrativas: por exemplo, a maneira pela qual Wamara, acompanhado de Mugasha e de Irungu, traz da terra de Kintu, o terrível, não apenas gado e sementes, como também a morte; ou ainda conflitos com Mugasha, a quem ele recusou sua filha, desencadeando a tempestade (uma versão ruandesa transpondo essa situação para Ryangombe), e com Kagoro, que acaba por queimar o curral onde se encontrava sua bela vaca Kitare[51]. Essas divindades são apenas as mais importantes de um panteão de aproximadamente trinta espíritos, incessantemente enriquecido em função das circunstâncias. Associam-se cada um deles a uma área de atuação: Wamara aos mortos, Mugasha às águas, à chuva e aos lagos, logo também à pesca e à agricultura (particularmente à bananeira), Irungu à selva, logo à caça e às viagens, Kagoro ao raio, Ryangombe ao gado e à caça.

49 Artigo de Cory, n. 413 (anotado por A. M. D. Turnbull em 1925); G. W. Harnvig, 1972; *District book* de Kigoma (cópia SOAS), vol. VII, p. 203; J. P. Chrétien, 1975.

50 As tradições hinda aparecem em Ruanda nas narrativas mostrando Ruganzu Ndori "voltando" do Karagure acompanhado de Morango. No Burundi, Ntare Rushatsi opõe-se a um rei do Bushingo chamado Ruhinda e é J. M. van der Burgt (1903) que insistiu em colocar Ruhinda "o Grande" nas origens desse reino, tese imprudentemente admitida nas sínteses de Roland Oliver.

51 E. Césard, 1927; manuscrito de J. B. Lapioche, 1938; A. Arnoux, 1912.

Se Wamara, cujo grande santuário era em Masaka, no Bwera (em Uganda), era muito ligado às tradições do Kitara, do Nkore e do Karagwe, Mugasha parece ter irradiado a partir das ilhas Sesse, no Lago Vitória[52]. Por sua vez, Ryangombe estava presente principalmente no Oeste, de Ruanda ao Lago Tanganyika, sendo sua origem colocada tanto no Ndorwa, quanto por assimilação com Kiranga, no Burundi (ele teria morrido de fato em uma região dependendo então do Bugesera) ou mesmo no Leste do atual Congo. Kiranga, herói caçador, é associado igualmente à agricultura por meio dos espíritos Nyabashi e Serutwa[53]. Longe de se reduzir às instituições da monarquia, esses cultos parecem ser muito antigos, anteriores à fundação das dinastias modernas. As tradições populares veem em Wamara o protetor dos antigos clãs dirigentes tais como os Basita ou os Bayango, e evocam ao mesmo tempo os conflitos que o opuseram a seu "doméstico" Ruhinda. Mugasha teria renovado com Kabambo o roteiro da tempestade evocado mais acima: uma subida das águas do Lago Vitória teria forçado o rei do Buzinza a ceder-lhe sua filha. Ryangombe, por sua vez, ridicularizou o rei de Ruanda, Ruganzu Ndori[54].

Essa religião cwenzi (ou dos imandwa) tinha sua autonomia tanto no plano cultual quanto no plano dos mitos. No Leste (país Haya e Zinza), a função de médium era hereditária em determinadas famílias que, além disso, eram as guardiãs dos santuários. No Oeste (Ruanda, Burundi, Buha), a iniciação ao *kubandwa* era muito amplamente disseminada. A simbologia e o vocabulário pareciam associar o culto à realeza tanto do país Haya quanto do Nkore, enquanto a veneração expressa à sombra da eritrina, árvore sagrada de Ryangombe, no Kiranga, parecia mais popular. Mas em todo caso, tratava-se de práticas iniciáticas de adivinhação e de cura, oferecendo um recurso contra as ameaças emanadas de ancestrais próximos ou contra os abusos de poder[55]. As explicações mecanicistas e étnicas desse fenômeno cultural[56], por uma espécie de evemerismo primevo, lançaram um véu quase opaco sobre a profunda ruptura existente entre a história específica dessa religião, da qual veremos novos aspectos, e o fim de um antigo poder no Kitara[57].

52 Sobre o conjunto da questão, ver I. Berger, 1973; F. Richter, 1899; artigo de Cory, n. 79; D. W. Cohen, 1968; C. C. Wrigley, 1958.

53 F. Geraud, 1972; P. Smith, 1981.

54 F. Boesch (1930) dá uma versão vinda do Karagwe; O. Mors, 1957; H. van Thiel, 1911; A. Coupez e T. Kamanzi, 1962, relato n. 13. Esses elementos levaram L. de Heusch (1966) a propor a tese de um movimento essencialmente anti-hinda.

55 Além dos títulos já citados, ver: B. Struck, 1911; A. Vix, 1911; H. Rehse, 1910; H. Meyer, 1916 ; B. Zuure, 1929.

56 Exemplo de debate sem saída: L. de Heusch, 1964; C. Vidal, 1967.

57 J. P. Chrétien, 1981*a* e *b*.

Deve-se falar de clãs ou de castas?

Frente a uma tradição escrita que privilegiou o esquema das oposições de castas, quiçá de raças, entre "senhores hima e tutsi" e "servos iru e hutu", a historiografia dos anos 70 deu mais atenção à estrutura clânica[58]. Apesar de sua onipresença na cultura oral (as pessoas idosas identificam-se essencialmente por esse pertencimento), o clã (*umuryango* em kirundi e giha, *ubwoko* em kinyarwanda, *uruganda* em runyambo e ruhaya) não tem a simplicidade orgânica de um grupo de parentesco, ainda que às vezes seja vivido como tal. As linhagens, no sentido estrito do termo, são reagrupadas em entidades classificatórias caracterizadas por um nome coletivo, por um ou dois tabus (*imiziro*), às vezes por tradições referentes às origens ou pela proteção de uma divindade do panteão cwenzi (especialmente no país Haya), mas sem unidade territorial[59]. Observam-se às vezes subdivisões em subclãs (*amashanga* em Ruanda, *amahiga* no país Haya), mas o sistema não é segmentário. Alguns clãs inscrevem-se na história de vários dos reinos da região dos Grandes Lagos, por exemplo, os bayango do Nkore no Buzinza, os bakimbiri do Nkore no Buha do Sul ou os basita do Bunyoro no Bukerebe. Os tabus podem concernir grupamentos maiores ainda: o sapo é respeitado em Ruanda pelos bega, pelos bakono e pelos baha (três grandes clãs dos quais vieram as rainhas mães); a difusão do *nkende* é conhecida, o Kiziba dele sendo o modelo mais espantoso, pois o clã dinástico dos babito e dos bahinda compartilham-no, enquanto o *ngabi*, habitualmente ligado aos babito, foi adotado pelo antigo clã real dos bakuma. Alguns clãs atribuem-se filiações de alhures, variáveis de acordo com as épocas: em Ruanda, os banyiginya foram associados tanto aos basindi quanto aos bahondogo.

A dimensão histórica dos clãs é nítida em Ruanda: como no Nkore (quatro unidades), esse país apresenta uma estrutura excepcional reduzida a dezoito grandes clãs reunindo todos os bahutu, batutsi e batwa[60]. Ora, no Oeste, estudos sobre os ribeirinhos do Lago Kivu[61] mostram que há dois séculos, essas "corporações de clãs" não estavam ainda acabadas. Além disso, no Burundi, no Buha, no Karagwe e nos países vizinhos ao Lago Vitória, existiam várias centenas de clãs, mas, em cada caso, com formas de associação diferentes, fosse em unidades

58 D. W. Cohen, 1972; M. d'Hertefelt, 1971; G. W. Hartwig, 1976; C. Buchanan, 1974.

59 H. Cory e M. M. Hartnoll, 1945/1971.

60 Os batwa constituem uma pequena minoria em Ruanda, no Burundi e (sob o nome de bakiko) no Buha. Especialistas em caça, pesca e olaria, eles são mantidos à distância por várias proibições. Foram definidos como "pigmoides" ainda que este termo seja contestável.

61 C. W. Newbury, 1976; D. S. Newbury, 1981.

FIGURA 26.3 O bosque sagrado de Bunywankoko, no Nkoma. [© J. P. Chrétien.]

exogâmicas (entre os bahaya), fosse em associações baseadas na troca de brincadeiras ou de juramentos (os *endahiro* dos bakiga, no Norte da atual Ruanda). Frequentemente, a identidade era estreitamente ligada ao exercício de funções políticas ou religiosas mais ou menos antigas. O pertencimento a um clã definia o estatuto social. As tradições mais antigas atestam a multiplicidade dos poderes locais geridos por esse ou aquele clã, sem que isso significasse obrigatoriamente que o povoamento de cada um desses principados tivesse sido homogêneo. Foi assim que os basita, associados aos antigos poderes cwenzi no Bunyoro e no Nkore, teriam reinado sobre o antigo Kyamutwara, sucedendo por sua vez à dinastia dos bahunga, a do rei Kashare, e eles são às vezes associados aos baheta, formadores do clã do rei Nsansama no Buzinza.

O Ihangiro deveria seu nome a um antigo rei do clã dos bayango (pertencente ao grupo mais amplo dos forjadores barongo). Os bahutu (um clã muito poderoso) ter-se-iam oposto sucessivamente aos bayango e aos bahinda, na pessoa de Nkumbya ou Mukumbya. Este último, apresentado tanto como um rei quanto como um fazedor de chuva, tem diferentes destinos de acordo com as tradições: morto por Ruhinda, exilado junto a Kashare, foragido no Bukerebe com Katobaha, ou ainda ancestral de Ntumwa ou rei da dinastia dos bukuma,

morto por Kibi no Kiziba[62]. Em Ruanda, discernem-se também várias entidades políticas prenyiginya: os bazigamba no Murabi e no Cyingogo; os bagesera no Gisaka, no Bushiru e no Busozo; os badanda no Nduga, no Bwanamwali, no Buhoma e no Bukonya; os basindi no Busigi e no Ruhengeri; os bacyaba no Bugara; os basinga no Burwi e além (antigas dinastias renge); os bongera no Bumbogo, no Buriza e no Bwanacyambwe; os batsobe no Rukoma etc. Várias dessas linhagens conservaram funções rituais de *biru* na da Ruanda moderna[63]. No Burundi também, a guarda dos tambores e os papéis religiosos detidos por clãs como o dos bajiji, dos bashubi e dos bahanza remetem provavelmente a antigos poderes. Todos esses principados clânicos foram progressivamente absorvidos, entre o século XV e XVII (às vezes mais tarde), por novas dinastias, como nós veremos. Mas, além dessas mutações e dessas interferências regionais (devidas a migrações de linhagem ou à circulação de ideias e de narrativas), cada uma das pequenas entidades sub-regionais guardou suas próprias características até o século XX. O estudo dos *ibihugu* (países) de Ruanda e do Burundi, o dos bayoza do Kyamutwara e dos bahamba do Kyanja (grupos pré-existentes quando da cisão do grande Kyamutwara ou Bumbwiga no fim do século XVIII) continua por ser feito[64].

Neste contexto, a clivagem entre pastores e agricultores não se apresenta mais como uma evidência que embasaria as hipóteses (geralmente elaboradas sob a influência das graves crises políticas de meados do século XX) de invasões ou de conflito O caráter misto de alguns clãs existe também fora de Ruanda e chega a 20% nos clãs do país Haya[65], a mais de 10% entre os bahutu, a mais de 50% entre os batutsi e a 90% entre os batwa do Burundi[66]. Outros clãs estão em situação intermediária ou indeterminada, qualificados como *bairu* (enobrecidos), como os bayango, ou como *bahutu* (de boa família), como os bajiji. Os basita são descritos tanto como pastores (especialmente em Ruanda) quanto como

62 Ver as fontes já citadas, principalmente O. Mors, 1957. Sobre o Bukarebe, ver E. Hurel, s.d. Os bahutu ou baitira (H. Cory et M. M. Hartnoll, 1945/1971, p. 282) são confundidos, em J. B. Webster (1979, p. 14), com a categoria hutu de Ruanda ou do Burundi. Existe também, no país Haya, um clã hima dos batwa, sem relação com os oleiros batwa. O relato publicado por H. Rehse (1910, p. 286) sobre os massacres consecutivos da morte de Kashare, antigo soberano do Kyamutwara, concerne às crueldades do rei hinda Karemera, principalmente com sua própria família e não trata de forma alguma de um "*pogrom* de represálias contra os agricultores".

63 M. d'Hertefelt, 1971; A. Kagame, 1954; F. Nahimana, 1981.

64 O termo bahaya, antes de ser aplicado sob a colonização a todos os habitantes do distrito de Bukoba, designava apenas os ribeirinhos do lago Vitória, na região de Maruku.

65 Inclusive o Karagwe.

66 F. M. Rodegem, 1964.

agricultores-forjadores, tendo renunciado a seu tambor dinástico para se consagrar à cultura cerealista[67]. Os bajiji são geralmente catalogados como bahutu no Burundi e batutsi no Bujiji (Buha). Ainda que as hipóteses relativas a um antigo encontro de grupos de língua banta com grupos de línguas sul-cuchítica e centro-sudanesas[68] seja interessante, elas remetem a um período por demais recuado (primeiro milênio) para dar conta da situação no século XVI, dada a fusão cultural desses povos. Como vimos, as diferenciações étnicas operam então em bases regionais, clânicas ou políticas recortando as categorias hima/tutsi e iru/hutu. Ademais, seria arriscado definir exatamente o que representavam essas categorias há quatro séculos. Um só fato parece se destacar: a importância do fenômeno pastoril nos planaltos médios indo do Nkore ao Buha, pelo Karagwe, o Gisaka e o Bugesera. A conquista hamítica tão frequentemente evocada nesse período apresenta-se de fato como uma remodelagem, no espaço regional e nas relações político-econômicas, das relações entre os setores de dominação pastoril e os de dominação agrícola entre os séculos XVI e XVIII.

A formação dos reinos modernos: um estudo geopolítico

O problema geral da cronologia

A riqueza das fontes orais não torna menos complexa a reconstrução da cronologia regional. As listas dinásticas e as genealogias principescas apresentam numerosas variantes, especialmente antes do século XVII. Alguns cronistas tentaram valorizar a ancianidade de seu reino ao compilar fontes externas. A duração média de uma geração, fixada em 33 anos por Alexis Kagame, parece mais se situar em 27 ou 28 anos. Dois eclipses solares evocados nas tradições oferecem marcas inegáveis, mas sua identificação foi discutida. Por um lado, no que concerne à batalha de Biharwe, opondo Ntare Nyabygaro (Nkore) a Olimi Rwitamahanga (Bunyoro) e determinando as datações do Buganda e de Ruanda, trata-se provavelmente do eclipse de 1520. Por outro lado, o eclipse coincidente com a coroação de Mibambwe Sentabyo (Ruanda) seria o de 1792. O corpo do *mwami* desse país, exumado em 1968-1969 pela equipe de F. van Noten e datado da primeira metade do século XVII, pode, dada a imprecisão das pes-

67 As tradições orais, mesmo quando podem remontar até cerca de quinze gerações, não esclarecem por si só as origens mais distantes do povoamento, ou então se trata de "tradições" influenciadas, através das redes citadas mais acima, com as ideias de Speke, de Emin ou de Gorju: por exemplo, as hipóteses etíopes sobre a origem dos basita apresentadas no estudo de C. Buchanan, 1974, p. 98-99.

68 C. Ehret, 1973.

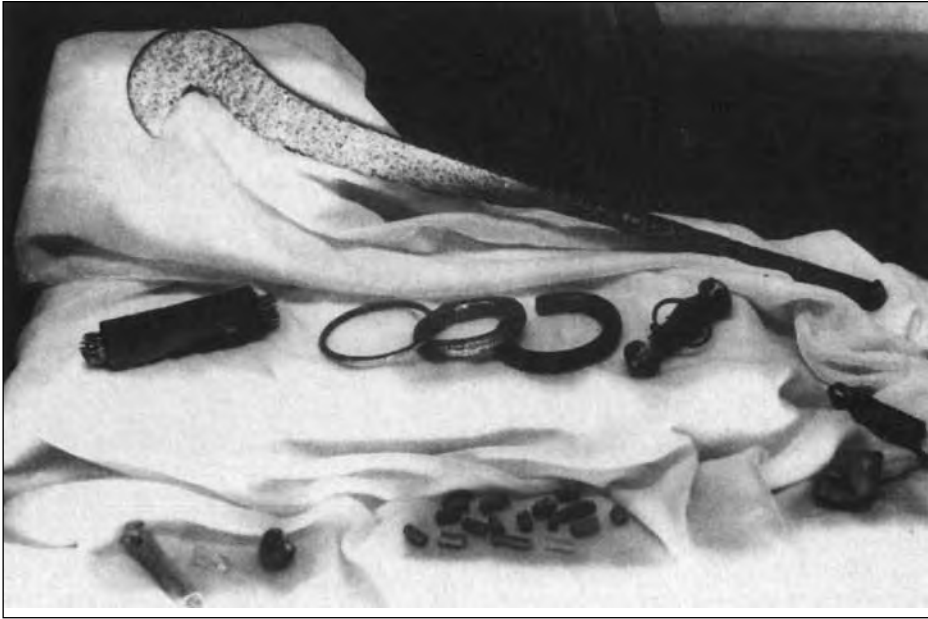



FIGURA 26.4 Objetos encontrados no túmulo de Cyirima Rujugira, mwami de Ruanda. [© B. Nantet, Paris.]

quisas orais acerca do fato, ter sido tanto o de Mutara Semugeshi quanto o de Cyirima Rujungira. Apesar do ceticismo de autores como D. Heinge, é possível chegar a probabilidades suficientes. Utilizando todos os elementos condizentes oferecidos pelas fontes e seguindo as sínteses já propostas por D. Cohen e J. B. Webster, nós propomos uma cronologia (ver quadro abaixo)[69].

As "invasões" organizadas rumo ao Sul pelos soberanos bito do Bunyoro apareceram também como um elemento de ligação entre os diferentes reinos. Mas as tradições recolhidas em cada um deles situam o acontecimento em períodos diferentes. Na verdade, os Bunyoro devem ter lançado várias incursões para capturar gado. Além disso, a repetição nas listas dinásticas de nomes como Cwa (Bunyoro), Ntare (Nkore), Ntare e Karemera (Karagwe), Magembe (Kiziba) ou Nyarubamba (Ihangiro) levou a confusões cronológicas[70]. Contudo, é possível distinguir três grandes ondas de expedições.

69 A primeira tentativa de síntese das listas dinásticas figura em J. Czekanowski, 1917. Ver igualmente A. Kagame, 1959; J. Vansina, 1962*a*, 1962*b* e 1967; S. R. Karugire, 1971; D. Henige, 1974; D. W. Cohen, 1970; J. B. Webster, 1979*a*; F. van Noten, 1972.

70 Por exemplo, em O. Mors, 1957, Ntare Ktabanyoro do Karagwe teria entrado em conflito com Magembe Kitonkire e Magembe Kagaruki, dois reis do Kiziba, cujos reinados são separados por um século.

A primeira remontaria à primeira metade do século XVI. Após sua vitória, em 1520, no Nkore, os banyoro teriam invadido duas vezes Ruanda sob a liderança do príncipe Cwa, o filho de Nyabongo, o sucessor de Olimi. Os *bami* Kigeri Mukobanya e Mibambwe Mutabazi tiveram de fugir, um para o Oeste do Nyabarongo, o outro até o Bushi. O rei do Bugesera, Nsoro Sangano, teria sido igualmente morto durante essa invasão. O movimento só se reverteu com a morte de Cwa.

A segunda invasão dataria da primeira metade do século XVII. O pequeno reino bito do Kiziba teria sofrido com as incursões de seu protetor, o Bunyoro, durante todo o século, especialmente sob o reinado de Magembe Kitonkire. No mesmo momento, o Karagwe (sob os reinados de Ntare e de Ruhinda) era igualmente atingido.

Quanto à terceira invasão ou incursão, ela teria acontecido no decorrer da primeira metade do século XVIII. Atribuída a um *mukama* chamado tanto de Cwa (Cwamali) quanto de Kyebambe, é a mais célebre de todas. Após ter devastado durante anos todos os territórios haya, esse soberano teria sido vencido e morto pelo rei Nyarubamba Kicumbu, em Ihangiro. Seus guerreiros, na sua retirada, teriam sido esmagados pelo *mukama* Ntare Kitabanyoro do Karagwe, na volta do Buha para onde sua mãe o tinha levado no exílio. Na mesma época, um outro grupo Banyoro fora vencido por um *mugabe* do Nkore, também chamado Kitabanyoro (o Matador de Banyoro). Os reinos do Sul estavam desde então definitivamente livres dos babito, que deixaram no lugar uma lembrança ao mesmo tempo terrível e imprecisa, mas imprimiram-lhes sem dúvida a sua marca, especialmente em matéria de organização militar[71].

Os Estados dos planaltos do Kagera

Em virtude das facilidades de circulação que ela oferecia do vale do Katonga até o do Malagarazi, essa zona de planaltos herbosos sempre representou um eixo geopolítico importante. Infelizmente, sua história política é a mais desconhecida da região, por causa das dificuldades que assolaram seus diferentes reinos desde o século XIX, levando até a seu deslocamento ou a seu desaparecimento e desencadeando a rápida erosão de suas tradições. Nenhum estudo existe sobre o Bushubi, nem tampouco sobre o Busegera, e o que foi publicado

71 D. Henige, 1974; A. R. Dunbar, 1965; S. R. Karugire, 1971; E. Césard, 1927; I. K. Katoke, 1975; O. Mors, 1957; H. Rehse, 1910; A. Kagame, 1972. Essas expedições devem ser distinguidas da instalação, mais antiga, de uma dinastia bito no Kiziba e não garantem de forma alguma a hipótese de uma origem luo do movimento hinda sugerido por L. de Heusch, 1966.

	BUHA (SUL)	BURUNDI	RUANDA	GISAKA	KARAGWE	KIZIBA	KYAMUTWARA	IHANGIRO	BUZINZA
			RUGANZ U	KIMENYI					
			Bwimba						
			CYIRIMA		RUHINDA	KIBI	RUHINDA		KAYANGO
1500 –			Rugwe	KABUNDA					
					?	?			
			KIGERI						
		NTARE	Mukobanya		NTARE	ISHAMURA	?		?
		Karemera	/MIBAMBWE	KIMENYI	Mihingoeta				
			Mutabazi	Shumbusho	yomba				
			YUHI			WANNUMI			
			Gahima		RUHINDA		NYARUBAMBA	NYARUBAMBA	
				MUTUMINKA					RUHINDA
			NDAHIRO		NTARE			RUHINDA	
			Cymatare (C)			MATWI	KAREMERA	Kayango	
1600 –	KIMENYI				KAREMERA				NTARE (C)
		NTARE	BUGANZU		Ndagara		BWOGI		Muganganzara
		Kibongora	Ndori	NTAHO		MAGEMBE			
	NTARE				RUHINDA	Kitonkire	KAREMERA	NTARE	
		MUTANGA	MUTARA	?					KABURA
		Nyamubi	Semugeshi (C)		NTARE	MUZIN GA		?	
	?					Nyakashoke	RUKAMBYA		KABAMBO
			KIGERI	KIMENYI	RUSATIRA	MWIGARA	Gihume (C)		
			Nyamuheshera	Rwahashia					KATOBAHA
	RUHINDA	?			MEHINGA	BURUNGU	RUGOMORA		/KINWA
			MIBAMBWE	KWENZI			Mahe	MURAMIRA	
	MAZIGA		Gisanura					Kikongera	KYENDANZIGU
1700 –		NTARE				MAGEMBE	KAHIGI		/NYAMURASA (C)
		Rushtasi	YUHI	RUREGEYA		Kagaruki	Kasita	BUTO	
	MASIMBA		Mazimpaka						KABURA
		MWEZI			KAREMERA		NKWENGE	NYARUBAMBA	Nyabureza
	KIVUNANGOMA		KAREMERA	BAZIMYA	Bwirangenda	MBONEKO (C)	/KARUMUNA	Kicu mbu	
			Rwaka		RUZENGA	Hangi	Rugomora		KYENDANZIGU
	NTARE	MUTANGA	/CYIRIMA	KIMENYI	/NTARE			MUGUNDA	Kisamba
		Senyamwiza	Rujugira (C)	Getura	Kitabanyoro	NYARWANGU	MBOGI	/KAHIGI	
	KANYONI				(C)	/RUHAGARANZI	Mpangukano		KAKARAZA
		MUAMBUTSA	KIGERI					NYARUBAMBA	
		Mbariza (C)	Ndabarasa						
									MHIHAHABI
1800 –			MIB AMBWE	?	RUHINDA				
	RWASA		Sentabyo			RUTAJWAHA	KAREMERA		
		NTARE	YUHI				Mwiru		NTARE
	NTARE	Rugamba	Gahindiro						Muhire
			MUTARA		NDAGARA	BURUNGU (C)			RUHINDA
			Rwogera			Kakindi	KINYONI	RUHINDA	Muhangakiro
					RUMANYIKA	/KIBI	KAJURUNGA		
	KANYONI		KIGERI					NTARE	RUSIMBYA
		MWEZI	Rwabugiri			RUHAGARANZI	RUGOMORA		
		Gisabo	† 1895		KAYENJE				ISEKANYERE
		† 1908						NYARUBAMBA	
	NTARE RWASA				NDAGARA	MUTATEMBWA	KAHIGI	† 1906	MANKORONGO
	†1906/1907				† 1892/1893	† 1903	† 1916		† 1885/1890
	Heru						Maruku		Buzinza
	Bushingo						Kyarja		Rusubi

N. B. As fontes estão mencionadas nas notas. Consideramos as fontes mais documentadas e não apenas listas estereotipadas. As mais precisas são as de Ruanda e de Kiziba. A incerteza é muito grande antes do século XVII.

Legenda

/ Soberanos de uma mesma geração (irmãos ou primos)

==== Alianças históricas

† Data atestada da morte (fim do século XIX/início do XX)

(C) Calamidades (secas e fomes)

Quadro sincrônico das dinastias (séculos XV a XIX)

sobre o antigo Gisaka ou sobre o Buha é lacunar ou superficial. Apenas a parte setentrional, compreendendo o Mpororo, o Nkore e o Karagwe, é relativamente mais bem conhecida.

O Karagwe, apesar de suas prestigiadas origens (dinastia sita, foco maior do complexo ruhinda), afirmou-se principalmente a partir do século XVII, em favor do primeiro refluxo da influência nyoro (crise de sucessão levando ao advento de Winyi, sucessor de Nyabongo). Sabe-se muito pouca coisa dos ntare e dos ruhinda que se sucederam então, senão que eles eram mais poderosos do que seus vizinhos do Leste: um ataque contra o Kiziba terminou com a morte de um filho do rei Magembe Kitonkire. Eles mantinham melhores relações com o Gisaka e Ruanda, entre outras coisas graças a alianças matrimoniais. A crise aberta no século XVIII pela invasão nyoro resultou em um novo crescimento, atribuído a Ntare Kitabanyoro, e que consolidou em seguida a abertura de relações comerciais com o Buganda e os habitantes do Nyamwezi.

O Mpororo, ou Ndorma, era o herdeiro de uma rica tradição de poderes clânicos: os bakimbiri teriam sido governados pelo Ryangombe em pessoa e os baishekatwa teriam dado Kitami como rainha, primeira encarnação do espírito Nyabingi, tido como muito poderoso até o século XX. O conjunto foi dominado por uma dinastia hima do clã dos bashambo, que se aproveitou do vazio deixado pela derrota dos banyoro em Ruanda. Os bashambo ataram laços matrimoniais com os bahinda do Nkore, então menos poderosos do que eles: em meados do século XVII, o rei Gahaya, filho de Ishemurari, atacou o Gisaka e preocupou Ruanda. Eles atingiram seu apogeu no início do século XVIII, mas, cinquenta anos mais tarde, com a morte de Gahaya Rutindangyezi, o príncipe Ndabarasa, filho do *mwami* ruandês Cyirima Rujugira, ocupou todo o Sul do país. O reino foi dividido em principados rivais e o tambor Murorwa foi escondido perto do Lago Bwinyoni, na cadeia ocidental de montanhas.

A dinastia do Gisaka reivindicava uma dupla origem étnica: a dos bagesera e a do grupo totêmico do *nkende* (os bazirankende). No fim do século XV, o rei Kimenyi ameaçou absorver o minúsculo território do *mwami* ruandês, Ruganzu Bwimba. Em meados do século XVI, Kimenyi Shumbusho aproveitou-se do ataque nyoro para ocupar o coração do antigo Ruanda, o Buganza e o Bwanacyambwe, recuperados por esse país apenas um século mais tarde. Aliado do Ndorwa e de vários rebeldes ruandeses, o Gisaka tentou tomar sua revanche sob Kimenyi Getura em meados do século XVIII, mas foi vencido pelos guerreiros de Cyirima Rujugira. O filho desse último, Kigeri Ndabarasa, ocupou também o Mubari, um antigo reino governado pelos bazigaba e cujo centro se situava nas ilhas do Kagera.

O Bugesara podia igualmente apresentar-se como um precursor das potências políticas que iam se disseminar nas montanhas do Oeste. A dinastia dos bahondogo parece tão ligada à dos banyiginya dos primórdios de Ruanda que Jan Vansina sugeriu esses últimos serem oriundos dela. Casamentos e alianças militares marcaram a história dos dois países do século XVI ao XVIII. Ruganzu Ndori interveio contra o Burundi, e Yuhi Mazimpaka recebeu o rei Nsoro Nyabarega que estava em dificuldade. Até o fim do século XVII, o Bugesera ocupava um imenso território compreendido entre os rios Kanyaru e Ruvubu (toda a terça parte norte do Burundi atual) e era totalmente representativo, com seus bebedouros e rituais, do universo pastoril por excelência. As dificuldades surgiram com o impulso da dinastia dos baganwa no Burundi, mais favorável ao Gisaka. O século XIX se abriria com uma divisão do país.

Mais ao Sul, a bacia do Malagara presidiu à criação de vários reinos. Desde o século XVI, um "Buha do Norte" teria englobado o Buyungu, o Muhambwe, o Ruguru e o Buyogoma (no Leste do Burundi atual), até mesmo o Bushubi. O *mwami* ruandês, Mibambwe Mutabazi, teria encontrado uma esposa neste lugar. A dinastia dos bahumbi (a dos reis Ruhaga, Nkanza e Gihumbi) continuou muito poderosa até o século XVIII: ela ofereceu hospitalidade ao rei Ntare do Karagwe fugitivo dos Bunyoro, venceu o *mugabe* Kakaraza do Buzinza e estendeu-se aos territórios sumbwa. Mas, ao Sul do rio, o Ruguru tornou-se desde cedo o centro de um segundo Estado, incluindo o Heru e o Bushingo, liderado pela dinastia dos bakimbiri (a dos reis Ntare, Ruhinda, Rwasa e Kanyoni) que, com o principado dos bajiji no Nkarinzi, voltou-se mais para as montanhas dominando a margem leste do Lago Tanganyika. O declínio e o desaparecimento correlato do Buha só ocorreram por volta do século XIX[72].

Os Estados ribeirinhos do Lago Vitória

Mais populosos que os precedentes, esses países eram constituídos por planaltos herbáceos e planícies, bem como por vales férteis e úmidos banhados por águas cheias de peixes. As sociedades e os Estados foram marcados por essa dualidade que explica em parte o desmembramento do Kyamutwara e do Buzinza no século XIX.

O Kiziba, encurralado entre o Lago Vitória e o Kagera, era, por sua vez, dividido entre seus laços tradicionais com o Kitara-Bunyoro (seus reis foram

72 I. K. Katoke, 1975; J. Freedman, 1979; E Geraud, 1972; S. R. Karugire, 1971; J. P. Chrétien, 1975 e 1984; A. d'Arianoff, 1952; A. Kagame, 1972; J. Vansina, 1962*a* e *b*.

enterrados nesse lugar até o fim do século XVII e seus príncipes educados nessa corte estrangeira) e os com as ilhas Sesse (de onde vinha o fogo ritual das coroações). Além disso, ele estava em conflito incessante com seus vizinhos do Sudoeste, o Kyamutwara e o Karagwe, que souberam tirar partido de uma sequência de conflitos. A ameaça nyoro foi debelada, no fim do século XVIII, pelos ataques dos baganda. O rei Burungu Kakindi apelou para o *kabaka* Semakokiro em sua luta contra os príncipes rebeldes que, por sua vez, receberam o apoio do pretendente ao trono, Kamanya.

No Kyamutwara, parece ter sido o próprio rei Karemera quem definitivamente estabeleceu a supremacia hinda no século XVII. Sua crueldade demente tê-lo-ia levado a mandar cegar seu filho Mukanbya. É possível questionar se o sucessor desse último, vindo após uma longa regência garantida por Kayango, não era de fato o fundador de uma nova dinastia. Trata-se de Rugomora Mahe que, após um longo périplo efetuado de Ihangiro às ilhas Sesse e ao Kitara, surgiu como herói civilizador. Ele e seus descendentes exploraram as fraquezas do Kiziba e do Ihangiro, ao menos até o fim do século XVIII, quando o Kyamutwara foi por sua vez enfraquecido por dissidências internas. O *mukama* Karemera Mwiru eliminou seu predecessor, Bwogi Mpangukano, com a ajuda dos baziba e dos baganda. Seus filhos, Kajurunga e Kinyoni, compartilharam então o poder hinda, o que acarretou a formação, no século XIX, dos principados de Maruku e de Kyanja. Além disso, duas linhagens hima do clã dos Bankango, vindas do Buzinza sob o reinado de Kahigi Kasita (que teria desposado a irmã dos dois fundadores, Karamagi e Mutashaba), adquiriram uma influência militar e política crescente no decorrer do século XVIII. No início do século seguinte, elas governavam de forma independente o Bugabo e um pequeno "Kyamutwara", implantados às margens do Lago Vitória, lugar onde os alemães fundaram Bukoba em 1890.

Geograficamente, o Ihangiro dividia-se nitidamente em um país lacustre plano, dito Ihaya, e em um planalto interior, chamado Mugongo. No fim do século XVIII, as querelas de sucessão, especialmente sob Muramira, favoreceram as intervenções no planalto dos reis do Kyamutwara, do Rugoma e do Kahigi. O parentesco dinástico podia justificá-lo. Reencontra-se aqui, com Buto, o tema do rei cegado por seu pai e é possível questionar-se também sobre uma ruptura com o reinado de Nyarubamba, o vencedor dos Banyoro. No fim do século XVIII, Nyarubamba II apelou aos Baganda para recuperar o planalto ocupado por um príncipe rebelde. Em toda a costa oeste do Lago

Vitória, viu-se desde então se desenhar o que se poderia chamar, no século XIX, um imperialismo ganda[73].

Com o Buzinza, nós abordamos um outro espaço cultural e étnico onde se cruzam as influências dos baha, dos basukuma, quiçá dos nilotas tatoga. É também o principal lar dos forjadores barongo, cujos laços com o clã yango já foram evocados. As três principais fontes sobre a história política desse reino[74] dão listas dinásticas contraditórias quanto a sua extensão e a sua classificação, permanecendo a mais precisa delas a de van Thiel. Após os reinados inspirados na lenda de Ntare Muganganzara e do primeiro Kabambo, produziu-se, de alguma forma, uma segunda fundação desse Estado sob Kabambo Kinwa, nascido, ele também, do incesto cometido por um príncipe cego. No século XVIII, o *mugabe* Kakaraza teve de resistir a ataques dos baha no Oeste e dos tatoga no Leste. Seu filho Mwihahabi foi o último soberano de um Buzinza unificado: a guerra de sucessão resultou na separação do Rusubi sob Ntare Muhire e de todas as regiões costeiras sob Ruhinda Muhangakyaro, no início do século XIX.

A história de Bukerebe combina de maneira particularmente complexa as influências regionais. Esse país, composto por uma ilha e uma península, situa-se culturalmente no conjunto zinza. Mas a dinastia silanga reivindicava, no século XIX, seu pertencimento ao clã de Ruhinda (quiçá dos banyoro), ao passo que seu fundador, Katobaha, teria vindo do Ihangiro no século XVII. Destarte, essa dinastia tinha como tabu o *enfunzi* (uma espécie de cambaxirra), igual ao dos bahutu e dos baitira, um clã cujos conflitos com os bayango e os bahinda (sob o rei Nkumbya, no fim do século XVI) já vimos. No século XVIII, os reis (*bakama*) impuseram-se pouco a pouco frente aos clãs sita e kula, mas a ameaça tatoga obrigou-os a implantar sua capital na ilha. O grande comércio de marfim foi notavelmente explorado por esse principado no início do século XIX[75].

Os Estados das montanhas do Oeste

Ao passo que, na direção do Leste, a dinâmica de um modelo de realeza caminhava junto ao desmembramento, na direção do Oeste, assistiu-se mais a uma concentração em proveito de duas potências, Ruanda e Burundi, que reuniam cada uma mais de um milhão de habitantes no fim do século XIX.

73 H. Rehse, 1910; E. Césard, 1927; O. Mors, 1957; P. Schmidt, 1978. *District book* de Bukoba, *passim*.

74 H. van Thiel, 1911; O. Mors 1957; P. Betbeder, 1971.

75 G. W. Hartwig, 1972 e 1976; E. Hurei, s.d.

O pequeno principado ruandês, nascido no século XIV ao Sul do Lago Mohazi (no Buganza) à sombra do Busegera e do Gisaka, conseguiu implantar-se ao longo do rio Nyabarongo durante o longo reinado de Cyirima Rubwe, que anexou as terras dos bongera. Mas as graves crises do século XVI desestabilizaram o equilíbrio desse reino. As duas invasões nyoro, que fizeram fugir os reis Kigeri Mukobanya e Mibambwe Mutabazi rumo ao Oeste, resultaram em um deslocamento do centro de gravidade política rumo ao Nduga, enquanto o território inicial (Buganza e Bwanacyambwe) foi conquistado pelo Gisaka. Após o reinado belicoso de Yuhi Gahima, que lançou expedições em todas as direções, a guerra de sucessão entre seus filhos, Juru e o *mwani* Ndahiro Cyamatara, foi explorada pelos bashi, os bahavu e os habitantes do Bugara, no Oeste. O rei foi morto e o tambor dinástico Rwoga tomado. Apesar da piedosa tradição contando que o príncipe legítimo fora escondido na casa de sua tia no Karagwe e apesar da pretensão dos banyiginya relativa a uma continuidade dinástica ininterrupta desde as origens do país (remontando ao mítico Kigwa e ao lendário Gihanga), é muito provável que Ruganzu Ndori tenha fundado, no início do século XVII, uma nova dinastia, a do tambor Kalinga. Ele reocupou o Nduga e, de lá, ele e seus sucessores estenderam o reino até o Lago Kivu e às margens do Kanyaru, retomando completamente o Bwanacyambwe (região de Kigali) no Leste. O impulso de uma nova dinastia no Burundi bloqueou expansão ruandesa no fim do século, mas ela recomeçou no século XVIII graças à organização militar excepcional empregada por Cyirima Rujugira e Kigeri Ndabarasa: o Burundi e o Gisaka tiveram de recuar, o Ndorwa desmembrou-se, o Mubari foi ocupado e a colonização das margens do Lago Kivu ganhou o Kinyaga. No fim do século XVIII, O Bugesera, um velho aliado, foi dividido entre Ruanda e o Burundi, sob Mibambwe Sentabyo. A expansão continuou no século XIX, especialmente rumo ao noroeste e ao Sudeste, mas as antigas potências hutu e tutsi mantiveram por muito tempo sua autonomia sob uma espécie de protetorado dos Banyiginya[76].

A história do Burundi é muito menos conhecida nesse período. No início do século XVI, uma primeira dinastia criada por Ntare Karemera parece ter se implantado nas montanhas do noroeste, na fronteira do poderoso Bugesera. Os *bami* Mutara Semugeshi, filho de Ruganzu Ndori, e Mutaga Nyamubi teriam estabelecido uma espécie de aliança consolidada por trocas de rituais pastoris.

76 A. Kagame, 1972; J. Vansina, 1962*a* e *b*; J. K. Rennie, 1972.

Depois, no fim do século XVII, no Nkoma, Ntare Rushatsi ou Rufuku fundou, em parceria como o Buha do Sul, a dinastia dos Baganwa, que unificou o Sul (onde o Burundi, chamado de Nyaburunga, enfraquecera-se por causa da luta contra o Nsoro e o Jabwe) o centro e o Norte, amalgamou antigos poderes clânicos (Bahanza, aos quais teriam pertencido Ntare, Bajiji, Babibe e Bashubi) e levantou-se contra o Bugesera, cujo rei, Nsoro Nyabarega, teve de fugir para se refugiar em Ruanda. O Burundi estendeu-se então até o Sul da atual Ruanda: foi a derrota de Mutanga que determinou a fronteira sobre o Kanyaru. Foi preciso esperar pelo longo reinado de Ntare Rugamba, durante a primeira metade do século XIX, para que o reino se expandisse a Oeste até Rusizi e a Leste, até a bacia do Malagarazi (às custas do Buha do Norte)[77].

Mais a Oeste, ao redor do Lago Kivu, os bashi de um lado, os bafuriru da planície do Rusizi e os bahavu da ilha de Ijwi ou da margem oeste do outro lado, atribuíam-se uma origem comum, vinda da região nyindu (Lwindi). A instituição política do *mwami* estaria ligada à instituição sociorreligiosa do *bwami*, que estruturava as sociedades bembe e rega. Tradições atestam também a antiguidade das relações entre esses pequenos reinos e o Burundi ou Ruanda. Elas apenas foram ocultadas pela difusão do esquema hamítico das "invasões etíopes" e pelo recorte das fronteiras coloniais desde o fim do século XIX[78].

Os Estados, as economias e as sociedades

Essa história política e belicista não deve ocultar os movimentos demográficos, a evolução das paisagens e das produções, as mutações institucionais, até mesmo ideológicas.

A evolução das relações entre pecuária e agricultura

As condições naturais determinaram inicialmente a especialização do espaço: o pastoralismo nos planaltos do Kagera e a agricultura às margens do Lago Vitória e nas montanhas do Oeste. O período estudado aqui se caracteriza por uma integração crescente das duas atividades no conjunto da região e segundo modalidades variadas. A oposição nunca foi radical de fato: a associação da cultura dos primeiros cereais, eleusine e sorgo, à criação de vacas parece ser

77 J. Vansina, 1961 e 1972; E. Mworoha, 1977; J. P. Chrétien, 1981*a*, 1981*b* e 1984.

78 C. Bishikwabo, 1982; D. S. Newbury, 1978 e 1979.

muito antiga, tanto em matéria de produção quanto de consumo (carne e leite)[79]. Segundo as tradições, o antigo Karagwe era famoso não apenas pelo seu rebanho, mas também por suas culturas e por sua cerveja de sorgo[80]. Os bovinos não se reduziam apenas à raça sanga, de chifres compridos, e sua presença na região era muito mais antiga do que se pensava. Relatos do tempo passado mencionam o uso do adubo, cuja importância em uma agricultura intensiva de duas colheitas anuais nas regiões mais irrigadas foi por demais negligenciada. Essa complementaridade é particularmente nítida em países como o Kiziba ou o Kyamutwara, em que a bananeira ocupou progressivamente o mesmo lugar que no Buganda, onde apenas alguns bahima se instalaram e onde as hierarquias sociais se fundamentaram em relações fundiárias e não em contratos relativos ao gado. A fama de Rugomora Mahe no século XVII (ou a de Katobaha no Bukerebe) deve-se essencialmente à introdução da bananeira e da palmeira de ráfia, a ele atribuídas, e a suas relações com Mugasha, deus da água e das culturas[81].

Mas, particularmente na direção oeste, outros fatores, além do cálculo agronômico, puderam nessa época estender a influência dos pecuaristas. Trata-se das secas e das fomes. Uma análise precisa das fontes orais disponíveis nos referidos países revela uma multiplicação de tais calamidades na primeira metade do século XVII (Ruanda, Kyamutwara, Buzinza) e na segunda metade do século (Burundi, Ruanda, Kiziba, Karagwe), o que corresponde a várias hipóteses apresentadas por R. S. Herring e J. B. Webster de acordo com os dados sobre o antigo regime do Nilo e as tradições dos nilotas de Uganda. Ora, como E. I. Steinhart bem o demonstrou no caso do Nkore e dos principados originados do Ndorwa, essas crises ecológicas e de subsistência tiveram um efeito particularmente desastroso sobre os agricultores, obrigados então a apelar para a ajuda dos pecuaristas, que puderam, graças à transumância, assegurar a sobrevivência de seu rebanho. O deslocamento, observado no século XVII, dos centros de gravidade política das margens do Kagera e do Malagarazi rumo às alturas arborizadas do Kibira dominando os Lagos Kivu e Tanganyika não se explica apenas por expedições ou mudanças dinásticas, mas também pela expansão de um sistema de tributos favorável aos grupos pastoris e a seus valores. A "civilização dos bebedouros" do Bugesera é perceptível nas tradições históricas mais antigas de Ruanda e do Burundi. No fim do século

79 J. P. Chrétien, 1982.

80 O. Mors, 1957; manuscrito de J. B. Lapioche, 1938, nota 51.

81 A. O. Anacletti e D. K. Ndagala, 1981. Sobre o papel sociopolítico da bananeira, ver C. P. Kottak, 1972, e sobre Rugomara Mahe, um belíssimo relato publicado par P. Schmidt, 1978.

XVII, o culto devotado pelo *mwami* Yuhi Mazimpaka às mais belas vacas de seu rebanho ilustra isso[82].

Porém, em Ruanda ou no Burundi (como no Nkore), é possível observar que os beneficiários dos regimes estabelecidos há 300 anos representam apenas uma parte dos proprietários de rebanhos: os ricos batutsi e os meios dirigentes ligados à realeza (por exemplo, os príncipes de Baganwa no Burundi), ou seja, os que conseguiram garantir, pela introdução da vaca ou por seu uso simbólico, um controle político sobre a produção agrícola, fonte de meios suplementares de ganhos e de trabalho para uma mão de obra prestadora. A agricultura pouco interessou aos etnólogos, entretanto seu peso é visível nos rituais e mesmo na ideologia da realeza. No Burundi, por exemplo, a festa anual do *muhanuro*, no decorrer da qual a autoridade real e os tambores que a simbolizavam eram renovados, celebrava a semeadura do sorgo e fixava a melhor data para tanto, em um país cuja estação das chuvas é longa. Além disso, no plano da subsistência, a introdução de plantas de origem americana (batata doce, milho, feijão), que teria ocorrido na região desde o século XVII (de acordo com as referências ao tabaco nas tradições orais), ofereceu novas possibilidades de expansão aos agricultores. Além de fornecer proteínas de origem vegetal (por causa do feijão), essas novas culturas facilitaram a dupla colheita anual[83].

A relação entre pastores e cultivadores não apresenta a imutabilidade e a universalidade sustentadas pelos estereótipos sociobiológicos. Mesmo supondo que os cultivadores barundi, banyawanda ou bahaya tenham sido qualificados, no início de nosso período, de bahutu ou de bairu, as mutações econômicas, políticas e territoriais operadas entre os séculos XVII e XIX fizeram evoluir as relações hima-iru ou tutsi-hutu de uma situação de trocas locais a uma relação hierárquica mais global, mais ou menos flexível de acordo com os Estados e as épocas[84].

A consolidação dos poderes monárquicos nos séculos XVII e XVIII

---

82 Ver a indicação "C" trazida no quadro. J. B. Webster, 1979, cap. 1, 2 e 7; E. I. Steinhart, 1981, p. 115--156; J. P. Chrétien, 1984; P. Schumacher, 1958. Sobre a mesma evolução no Ruha, ver J. E Mbwiliza, 1981.

83 J. P. Chrétien, 1979; M. Bahenduzi, 1977; L. Ndoricimpa, 1984; E. Mworoha, 1977; C. Vidal, 1974. Apesar de um abuso da terminologia feudal e de uma tendência a subestimar o impacto da colonização, Claudine Vidal teve o mérito de valorizar importância da terra no Ruanda clássico. Observar-se-á também que o *mwami* se refere à frutificação (*hwama* em kirundi), enquanto *mukama* significa "aquele que ordenha", um contraste revelador.

84 A colonização deu em seguida um caráter étnico a essa oposição, fazendo dessas duas categorias castas de substrato racial.

FIGURA 26.5 O santuário de Banga, no Mugamba (Nordeste do Burundi). [© J. P. Chrétien.]

Antes da colonização, cada Estado apresentava um sistema de tributos cujas modalidades variavam segundo a situação ecológica, o equilíbrio entre as diferentes forças produtivas, as configurações clânicas e as formas institucionais. Em toda parte, o soberano controlava diretamente as terras próximas às suas residências e, nas terras mais distantes, nomeava chefes (*bakungu*, *batware*), muitas vezes príncipes de sangue real (*balangira* no país Haya, *baganwa* no Burundi) ajudados por delegados geralmente oriundos das linhagens mais influentes do lugar (cultivadores ou pecuaristas). Tributos eram pagos a essas cortes, fosse sob forma de trabalho, fosse em produtos (cabeças de gado, cestos de alimentos, gêneros particulares como sal, mel ou armas). A aristocracia dirigente podia também estender sua influência ao redistribuir esses produtos, pois o luxo era muito relativo (as roupas eram de pele ou de corcha, os palácios construídos em material vegetal)[85]. No entanto, especialmente a partir do século XVIII, os poderes reais afirmaram-se de quatro maneiras.

Primeiramente, pela recuperação dos laços de clientela. As relações chamadas *ubugabire* ou *ubuhake* foram cada vez mais desviadas de seu papel particular rumo a um uso mais político – proteção garantida a uma família em troca de

85 E. Mworoha, 1977 e 1981; O. Mors, 1957; A. Nsanze, 1980.

FIGURA 26.6 Os antigos tambores reais conservados no santuário de Banga, no Mugamba (Nordeste do Burundi). [© J. P. Chrétien.]

novas obrigações. Em Ruanda, o *buhake* serviu especialmente à sujeição das influentes linhagens hutu das regiões periféricas conquistadas pelos banyiginya, principalmente a partir do reinado de Yuhi Gahindiro, no final do século XVIII. Na mesma época apareceu a instituição fundiária do *gikingi*, ou seja, da atribuição privativa a grandes pecuaristas de zonas de pastagem, com direitos administrativos sobre as famílias residentes no local. Essa rede de privilégios que levou vários autores a falar de feudalismo coincidia, em Ruanda, com a extraordinária multiplicação do gado desencadeada pelas conquistas do século XVIII[86].

Em segundo lugar, pela organização militar. Com base no modelo dos *emitwe* do Nkore, Ruanda elaborou, principalmente a partir do reinado de Cyirima Rujugira, um sistema de exércitos permanentes hereditários, reunindo jovens de determinadas linhagens em acampamentos situados nas fronteiras ameaçadas. Essas milícias guardavam também o rebanho real ou que estivesse sob sua proteção. Elas contavam em suas fileiras tanto com bahutu quanto com batutsi, e mesmo estrangeiros, especialmente refugiados vindos de reinos vencidos por

86 J. P, Chrétien, 1974; A. Ndikuriyo, 1975; C. W. Newbury, 1976; J. Rwabukumba e V. Mudandagizi, 1974; L. Meschi, 1974.

Ruanda (o Ndorwa, o Gisaka, o Burundi). No século XIX, o papel dessa instituição reduziu-se essencialmente à coleta de impostos, função conhecida como "do arco" (*umuheto*), em favor de grandes chefes que, hierarquicamente, estavam acima dos "chefes da terra" e dos "chefes das pastagens". A importância do fator militar era igualmente sensível nos outros reinos no fim do período[87].

Em terceiro, pelas virtualidades comerciais. Até uma data recente, as trocas institucionalizadas e o escambo local desempenharam um papel comercial mais importante do que o comércio especializado. No entanto, produtos regionais como o sal (o de Katwe no Busongora, ou o de Uvinza), os objetos de ferro (enxadas dos bazinza ou dos bashi) ou braceletes de ráfia (*amatega*) eram vendidos há muito tempo. De acordo com os objetos encontrados na tumba do *mwami* ruandês falecido por volta de 1635 ou com as tradições relativas a Yuhi Mazimpaka, objetos vindos da costa do oceano Índico, especialmente pérolas de vidro ou conchas ornamentais, parecem ter penetrado progressivamente na região desde o século XVII. Cobre (vindo do Shaba atual?) teria circulado também desde o século XVIII no Burundi, no Karagwe e no Buganda. Mas é preciso esperar pelo século XIX para assistir, como no Buganda, a tentativas de controle desse comércio de luxo pelos dirigentes do Rusubi, do Karagwe e de Ruanda[88].

Em quarto, pelo controle ideológico. As mutações desencadeadas na sociedade pelas crises agrárias e pelas guerras de conquista dos séculos XVII e XVIII, bem como os deslocamentos de população em busca de comida, terras mais bem irrigadas ou pastagens mais ricas favoreceram cisões de linhagens e reagrupamentos clânicos de caráter político. Compreende-se o sucesso da religião cwenzi no século XVII (por exemplo, o surgimento de Ryangombe ou de Kiranga em Ruanda e no Burundi), pois ela oferecia uma espécie de recurso diante dessa instabilidade. Em uma ampla medida, as novas realezas enraizaram sua legitimidade nesse movimento religioso, como atestado por mitos e rituais. Mas os iniciados podiam também inspirar reações populares subversivas ou entravar a ação real: não foi o *mukama* Wannumi do Kiziba enlouquecido pelo médium de Wamara, de quem ele tomara as vacas?

No longo prazo, as monarquias, apoiadas pela classe dirigente e encorajadas por seus sucessos bélicos, tencionaram controlar e usar a seu propósito essa religião ambígua: no Kiziba, o culto prestado aos reis defuntos relativizava o poder dos espíritos cwenzi; no Kyamutwara, a realeza, desde Rugomora Mahe,

87 D. S. Newbury, 1979; A. Kagame, 1963.

88 R. Gray e D. Birmingham, 1970; J. E. G. Sutton e A. Roberts, 1968; D. S. Newbury, 1980; F. van Noten, 1972.

apoiava-se no culto de Mugasha; em Ruanda, um "rei dos Imandwa" foi instalado na corte a partir do reinado de Cyirima Rujugira. Na mesma época, a monarquia ruandesa suscitou a elaboração de um corpus oficial de poesias panegíricas e de narrativas históricas. Essa literatura oral era difundida por meio dos exércitos. O *ubwiru* (código sagrado) fixou os rituais reais e a genealogia dinástica integrou as linhagens tutsi aliadas (as das rainhas mães).

O caráter excepcional da documentação oral ruandesa reflete o caráter excepcional de sua centralização política, enquanto, em outros Estados, os diferentes estratos da sociedade haviam conservado uma autonomia maior até a véspera da colonização[89].

Conclusão

O fim do século XVIII assistiu ao surgimento das configurações etnográficas e linguísticas modernas da região dos Grandes Lagos. A maioria dos grandes deslocamentos de população ocorridos na região estava terminada e os contornos dos últimos grupos étnicos a se formarem no lugar – os bakiga, os iteso e os lango omiro – estavam se desenhando de acordo com um processo que chegaria a seu fim por volta de 1830. A maior parte das terras natais dos habitantes de hoje já estava ocupada por seus ancestrais. Além disso, com raras exceções, a fase de formação do Estado findou-se quando Ruanda se afirmou como o Estado mais poderoso do Sul da região. Na zona central, o declínio do Bunyoro continuaria até a secessão, em 1830, do Toro e do país Paluo, que encerraria uma longa sequência de acontecimentos da história da região dos Grandes Lagos, cujas ramificações se estenderam dos montes Otuke e Elgon, a Leste, até o Alur e as terras altas do Kigezi, a Oeste, e de Agoro, a Norte, até as planícies onduladas do Usukuma, a Sul. No início do século XIX, o Buganda adquirira sua dimensão de Estado preponderante na zona central. Doravante, a preocupação principal do historiador deslocar-se-ia do crescimento do poder central para os esforços dos chefes no intuito de exercer um controle sobre o poder do monarca e fixar-lhe limites. Durante todo o século XIX, a história da região dos Grandes Lagos seria assim dominada por uma multiplicidade de temas novos[90].

89 J. P. Chrétien, 1981*b*; A. Kagame, 1981; J. Vansina, 1962*a* e *b*; P. Schmidt, 1978; J. N. Nkurikiyimfura, 1983.

90 UNESCO, *História Geral da África*, vol. VI, cap. 10.

CAPÍTULO 27

O interior da África do Leste: os povos do Quênia e da Tanzânia (1500-1800)

W. R. Ochieng

O ano de 1500 é geralmente considerado como o marco entre os dois principais tipos de fontes a que se referem os estudos históricos da África do Leste: a arqueologia e a linguística histórica, por um lado, e as tradições orais, por outro. Para o período anterior ao século XVI, os historiadores se apoiam sobretudo no primeiro tipo. A partir do século XVI, as tradições orais constituem seu principal recurso, completado, no século XIX, pelas fontes escritas[1]. No entanto, quer sejam orais, quer sejam escritas, as fontes de que dispomos são insuficientes para conhecer bem ou para reconstituir o período que aqui estudamos. Assim como para o período anterior ao século XVI, a qualidade desigual dos documentos e, às vezes, sua ausência põem um problema maior. Os historiadores, por exemplo, pouco estiveram inclinados, até mesmo nada, para a sorte de certas sociedades do interior, como os gorowa, os zigua, os gogo, os turkana, os masaï e a maior parte dos grupos kalenjin, para só citar alguns. Muito lentamente, eles vêm preenchendo esta lacuna, mas nosso conhecimento da história dessa região nesta época não fica menos comprometido, dadas as enormes disparidades das fontes de que dispomos. Precisamos, portanto, atenuar o alcance de nossas afirmações mais legítimas, lembrando-nos que muitos acontecimentos continuam

1 A maior parte da obras históricas sobre a África Oriental, que tratam do período pré-colonial apoiando--se especialmente nas tradições orais, não remonta a um período anterior ao século XVI. Ver G. Muriuki, 1974; H. A. Mwanzi, 1977; W. C. Ochieng', 1974*a*.

FIGURA 27.1 Os diferentes grupos étnicos do Quênia e da Tanzânia. [Fonte: adaptação de um mapeamento estabelecido por M. Kivuva, Quênia, apud W. R. Ochieng'.]

desconhecidos para nós. Como os professores Alpers e Ehret destacaram muito bem, seria bem possível que a pesquisa futura resgate temas de peso igual ou superior ao das principais interpretações de ordem social e econômica extraídas dos materiais que nos são atualmente conhecidos[2].

Os séculos XVI, XVII e XVIII viram aparecer sociedades e sistemas sociais e econômicos que, ainda hoje, continuam caracterizando o interior do Quênia e da Tanzânia. A diversidade das experiências é talvez o traço distintivo da história desta região, ao longo desse período. O centro da cena estava ocupado pelos masaï, os chagga, os pare, os shambaa, os gogo e os hehe. Na costa leste viviam os kikuyu, os kamba, os miji-kenda, os zigua e os zaramo. No Noroeste , se achavam os territórios dos abaluyia (luyia), dos kalenjin, dos luo, dos abagusii (gusii) e dos abakuria (kuria), enquanto, no Sudoeste, habitavam as comunidades tanzanianas como os sukuma, os iramba, os nyamwezi, os zinza e os kimbu.

Todos esses povos – com exceção das sociedades implantadas no litoral – estavam ainda isolados da costa e podiam resolver seus problemas sem levar em conta fatores econômicos e outros que viriam do litoral no século XIX. Nenhum documento indica que os árabes ou os suaílis tenham penetrado no interior antes do século XVIII e "nenhum dos sítios arqueológicos, anteriores ao século XVII e situados no interior, a Norte do Zambeze, mostrou ainda o menor sinal de um conjunto substancial de objetos importados[3]". A partir de meados do século XVII, entretanto, aparecem as primeiras chefias e modos de organização política estruturados (embora muitas vezes descentralizados) e se delineia uma evolução orientada para a generalização de um modo de produção tributária. Era a expressão de uma tendência deliberada a realizar uma integração social e política no seio de comunidades econômicas e políticas cada vez mais extensas, de cujos membros os soberanos tiravam o tributo que sustentava sua família e seu séquito. As tradições orais descrevem esta evolução como um movimento de conquista e de assimilação pelas populações migrantes mais poderosas que os autóctones. Pode-se também supor que estes neutralizaram e fixaram progressivamente as atividades que perturbavam comunidades até então nômades ou migrantes.

Por definição, toda história é transição de um estágio para outro. Ao longo dos séculos que decorreram após 1500, as sociedades do interior do Quênia e da Tanzânia participaram do processo de formação dos diferentes grupos étnicos que conhecemos hoje, com suas características linguísticas e culturais específicas.

2 E. A. Alpers e C. Ehret, 1975, p. 470.

3 R. Oliver, 1977, p. 621.

A atividade econômica predominante era sem dúvida a agricultura. Em todas as comunidades agrícolas sedentárias, as pessoas observavam as peculiaridades do meio ambiente e esforçavam-se por encontrar técnicas para adaptar-se a ele e utilizá-lo de modo racional. "Os homens, como diz John Iliffe, se conformavam às exigências da terra[4]." Certas regiões aplicavam métodos evoluídos como a cultura em terraços, a rotatividade de culturas, os adubos verdes, a cultura mista e a drenagem dos pântanos.

Se a maioria dos africanos do Leste eram agricultores, havia também os que, como os masaï, os pokot e os turkana, eram sobretudo guardadores de rebanhos que levavam seus animais dos pastos até os poços de água pelas planícies centrais da Tanzânia e do Quênia. Em nenhum momento, como se há de ver, os agricultores ou criadores procuraram a exclusividade ou a especialização econômicas. Cada atividade econômica se fundava insensivelmente em outra e todas estavam sujeitas à flutuação e às mudanças[5]. Muitas vezes, os agricultores, como os luo e os abagusii, possuíam também importantes rebanhos, enquanto os criadores, como os samburu e os masaï arusha, cultivavam também a terra. Os baraguyu, os kalenjin e os akamba (kamba) eram semiagricultores e semicriadores.

Os sanies, os okiek, os sandawe e os hadapi viviam sempre da colheita de bagas, de legumes e de frutas e da caça aos animais selvagens de pelo e plumagem, mas, mesmo entre este povos de caçadores e colhedores, podia-se observar um leque cada vez mais amplo de meios de subsistência[6]. Os okiek, por exemplo, trocavam mel por produtos agrícolas, enquanto os caçadores dorobo e athi entregavam-se a longos percursos para o tráfico de marfim e, no final do século XIX, começaram a adquirir gado. Henry Mwanzi nos informa que, no século XIX, quando as caravanas de comerciantes suaílis alcançaram o país dos kipsigi, era esta população de origem okiek a mais hábil em obter o que vinham buscar, isto é, marfim. Sobrepujava os povos vizinhos por suas técnicas de caça e por seu conhecimento do percurso dos elefantes. Os kipsigi "desempenhavam um papel de intermediários, caçando o elefante e vendendo o marfim às caravanas[7]". Durante a maior parte dos séculos XVII e XVIII, os agricultores, bem como os criadores, viviam disputando as pastagens e os

4 J. Iliffe, 1979, p.6.

5 E. A. Alpers e C. Ehret, 1975, p. 469-511; A. M. H. Sheriff, 1980; R. M. A. van Zwanenberg e A. King, 1975, p. 79-109.

6 R. H. Blackburn, 1976 e 1982.

7 H. A. Mwanzi, 1977, p. 155-166.

planaltos mais ricos e irrigados, invadindo ao mesmo tempo os domínios dos caçadores e dos colhedores, o que terminava na absorção, no extermínio e no isolamento destes.

A evolução econômica

No começo do século XIX, a agricultura e a criação de gado eram as duas principais atividades econômicas do interior do Quênia e da Tanzânia. A fome, diz-nos John Iliffe, era então a maior calamidade que o homem tinha que afrontar[8]. Sobrevinha por causa da pobreza dos solos da África do Leste e da irregularidade das chuvas, que constituía uma ameaça tanto para as culturas quanto para o gado.

O suplício da fome não poupava sequer as regiões mais favorecidas. Sem dúvida, os bananais brotavam por toda a parte no Usambara, mas as tradições dos shambaa nos contam a ocorrência de fomes pelo menos a cada quinze anos. "Livrai-nos da morte pela fome", oravam os homens das terras férteis de Unyarkyusa, nas margens do lago Malawi[9]. As tradições dos haya, dos miji-kenda, dos hehe e dos kamba têm abundantes narrativas que atestam frequentes períodos de carestia, e a fome é a principal explicação das migrações e das transformações sociais na maior parte das tradições quenianas e tanzanianas. Grande parte dos antigos clãs do Sul de Usambara afirmam ter-se estabelecido nesta colina fértil para fugir das fomes que flagelavam Zigua: "Eles se beneficiavam, nas montanhas, de chuvas abundantes e de viçosos bananais[10]." O Usambara foi, em 1899, atingido por uma fome terrível: "Os homens comiam as raízes das árvores e a casca das bananas, várias centenas se tornaram cristãos para saciar sua fome[11]". Quando as chuvas não vinham, os homens tinham duas possibilidades:

> Alguns partiam em busca de alimentos pelo mato. A habilidade para a caça e para a coleta era então um talento da maior importância, e os que possuíam este dom, como os sandawe, eram menos frequentemente dizimados do que seus vizinhos. Uns se voltavam para as reservas que seus rebanhos representavam, não para comê-los

8 J.Illife, 1979, p. 6-9.

9 *Ibid.*, p. 13.

10 S. Feierman, 1968, p. 12.

11 *Ibid.*, p. 14.

mas para trocar animais por grãos com grupos mais afortunados que eles ou para explorar laços sociais criados pelas trocas anteriores de gado[12].

Entretanto, a primeira arma de que o cultivador dispunha contra a fome era mesmo seu *savoir-faire* agrícola. O período posterior a 1500 foi um imenso campo de experimentação das culturas que tinham sido introduzidas muito mais cedo pelos bantos e pelos nilotas. Nas regiões arborizadas e bem irrigadas, a agricultura era pouco voltada para o sorgo, a eleusine e o milho, e baseava-se principalmente nas plantações, especialmente de bananas e tubérculos. Depois de 1500, muitas plantas europeias e americanas foram introduzidas pelos portugueses na África do Leste, em especial o milho, o amendoim, a batata doce e a mandioca, desde então todas clássicas na região. Embora sejam de introdução recente, conhece-se mal o modo como elas se alastraram. Parece, no entanto, que seja em função do tipo de meio que cada planta requeria. Pensa-se, por exemplo, que a mandioca atingiu pela primeira vez a região dos Grandes Lagos na África do Leste, provindo ao mesmo tempo do Congo e de Zanzibar[13], enquanto o caminho pelo qual chegou o milho na mesma região era talvez o do Leste, através da Etiópia[14]. Outros recursos alimentares, compreendendo sobretudo todo tipo de ervilha, de feijão e de nozes, foram e acendo são cultivados na região.

Como quer que seja, o cultivador leste-africano experimentou todas estas culturas no seu ambiente, procurando obter as colheitas mais abundantes possíveis.

> Como as vias de comunicação e as feiras eram relativamente pouco numerosas, o cultivador devia semear um grande número de espécies vegetais com características muito diversas, a fim de poder sobreviver a quaisquer que fossem as variações climáticas e de não ser pura e simplesmente aniquilado. Estabelecendo-se em uma só zona ecológica, tendo uma compreensão global de toda sua complexidade, de que o ocidental não faz ideia, elaborando uma linguagem rica e sutil, abundante em termos que serviam à apreensão da ecologia local, praticando dezenas de culturas às quais o meio estava particularmente adaptado, o cultivador se esforçava para vencer a fome e enganar a morte[15].

Quando, em meados do século XVIII, os abagusii, vindos das planícies que circundam o golfo de Winam, se estabeleceram nas montanhas do Sul do Quê-

12 J. Iliffe, 1979, p. 13.

13 M. D. Gwynne, 1975, p. 268-270; B. W. Langlands, 1966, p. 12.

14 A. C. A. Wright, 1949, p. 80; M. D. Gwynne, 1975, p. 253.

15 S. Feierman, 1974, p. 19.

nia, o fracasso imediato de suas culturas provocou uma fome que dizimou a população. Foram obrigados a cultivar em menor quantidade as numerosas variedades de sorgo e as outras plantas que faziam brotar nas planícies, e aumentar sua produção de milhete e de raízes alimentícias que estavam muito bem adaptadas a seu novo meio[16]. Somente uma longa experiência podia proporcionar esse tipo de capacidade, na qual se assentava a autoridade da idade[17]. No século XVIII, as regiões do interior do Quênia e da Tanzânia comportavam vários sistemas agrícolas diferentes.

Dissemos que os habitantes de todas as comunidades observavam as particularidades de seu próprio meio ambiente e se esforçavam em pôr em prática técnicas que lhes permitissem utilizá-las de modo racional. A cultura após a queimada, muito difundida, era habitual e permitia a cultivo de novas terras por várias estações. Quando os solos ficavam esgotados, o agricultor se deslocava para que eles pudessem se recuperar. De acordo com as poucas indicações de que se dispõe, parece que no conjunto das regiões do interior do Quênia e da Tanzânia todos os sistemas agrícolas se apoiavam na força de trabalho de explorações equipadas das mesmas ferramentas simples: machados, enxadas, *panga* e venábulos.

A criação de aves, de ovelhas e de cabras continuou sendo uma atividade econômica e cultural essencial no interior de África do Leste, em particular nas regiões relativamente secas e pouco povoadas do vale do Rift, no Quênia, e nos grandes planaltos herbosos da Tanzânia Central. As cabeças de gado eram, como o observou Abdul Sheriff, uma forma de riqueza mais fácil de estocar que matérias alimentícias vegetais[18]. O estrume animal desempenhava um papel importante na intensificação das culturas. O gado fornecia vestes e alimentos, armas e ferramentas. Entre os criadores, como os masaï e os turkana, a criação determinava o desenrolar da vida cotidiana e as relações de parentesco; a riqueza de uma família e a segurança individual se mediam pela posse de gado[19]. Mesmo entre os povos de agricultores sedentários e nas sociedades mistas agrícolas e pastoris, a posse e manutenção de gado de grande porte e de outros animais domésticos tinham um grande valor econômico e social. Em numerosas sociedades sobretudo agrícolas, entre os kikuyu e os abagusii, por exemplo, a aquisição e a posse de gado eram tidas como sinais evidentes de fortuna e prestígio, "e

16 M. H. Y. Kaniki, 1979, p. 14.

17 R. W. July, 1974, p. 180.

18 M. H. Y. Kaniki, 1979, p. 14.

19 R. W. July, 1974, p. 180.

suas relações com os povos vizinhos, masaï e akamba, estabeleciam-se nesse contexto[20]". Os turkana, os luo, os kalenjin e os masaï tomavam emprestado e emprestavam gratuitamente o gado que, aliás, formava o dote das mulheres. Assim, o rebanho de cada família se dispersava entre um grande número de amigos ou de parentes que muitas vezes viviam em regiões distantes, o que era de proveito tanto para os indivíduos quanto para a sociedade em seu conjunto. "A dispersão de seu rebanho diminuía para cada um o risco de ver seus animais dizimados por uma catástrofe: epidemia, incursões ou seca[21]." Ao emprestar gratuitamente seu gado, um indivíduo aumentava o número de seus amigos, de seus parentes ou simplesmente daqueles com que poderia contar em caso de necessidade.

A riqueza dos povos predominantemente pastoris não se limitava à posse dum rebanho, era também fundiária. Grupos como os oromos, os somalis e os masaï desdobravam sua atividade sobre vastos territórios da África do Leste. "Com sua mobilidade natural, sua coesão política e graças à saúde e ao vigor que lhes proporcionava em geral seu regime alimentar rico em proteínas à base de leite, de sangue e carne, os pastores nômades dominavam militarmente uma grande parte da África do Leste[22]."De fato, dar-se-ia uma imagem adequada da geografia econômica do interior do Quênia e da Tanzânia, em meados do século XVIII, apresentando-a como um "mar" de economia pastoril banhando algumas "ilhas" de produção agrícola. Definitivamente, os pastores, em virtude de seu *status* social, de sua riqueza, da extensão de seu território e de seu poderio político e militar, impunham seu modo de produção e de vida, e eram invejados.

A caça era uma atividade complementar da agricultura e da criação de gado, tanto como fonte nutricional quanto para a proteção das culturas. Muitas tradições leste-africanas evocam sua importância, em especial entre os povos pobres em gado e, por conseguinte, em proteínas animais. As histórias, particularmente dos luo, dos shambaa, dos pare e dos abakuria, explicam que, muito comumente, os movimentos migratórios eram façanha de caçadores que, ao perseguir um animal, descobriam um lugar que lhes convinha e onde decidiam se estabelecer. A origem mítica do Reino de Shambaa nos é revelada pela história de Mbegha, um caçador ngulu que matava os porcos selvagens que destruíam as culturas dos shambaa, e distribuía gratuitamente a carne assim conseguida. "Os shambaa, para testemunhar sua admiração e seu reconhecimento, lhe deram

20 R. M. A. van Zwanenberg e A. King, 1975, p. 80.

21 R. W. July, 1974, p. 180.

22 R. M. A.van Zwanenberg e A. King, 1975, p. 80.

mulheres e o fizeram rei de todo o Usumbara[23]." O fundador da dinastia dos Muyinga, que reinou sobre os hehe, viera, segundo se diz, de Ikombagulu (em Usagara) durante uma expedição de caça[24]. Diz-se também que os fundadores das chefias sumbwa, zinza, tongwe e bende eram "caçadores originários de Buha, do Burundi, de Rusuubi ou de Ruanda"[25]. Portanto, a caça era uma atividade importante e respeitada.

Os homens caçavam os animais por sua carne, a fim de completar seu regime alimentar vegetal. As terras cultivadas e os animais domésticos precisavam ser protegidos contra os animais selvagens e os pássaros. Impedir os herbívoros e os roedores de destruir as culturas era a tarefa dos homens; eles se empenhavam em cavar trincheiras e alçapões, preparando armadilhas e caçando com dardos e arcos, e com cães.

A importância atribuída pela tradição à criação, à agricultura e à caça contrasta com o pouco caso, ao que parece, com relação à pesca, salvo entre as comunidades que viviam nas margens dos lagos Turkana, Vitória, Baringo, Eyasi e no litoral do Oceano Índico. Diversas espécies de peixes se pegavam com linha, redes, cestos e nassas. O peixe secado era e é sempre vendido aos habitantes distantes dos lugares de pesca.

As tradições da maior parte dos povos da África Oriental atestam a antiguidade de seu conhecimento do trabalho do ferro, seja quanto à fundição, seja quanto à forja. Os arqueólogos e os linguistas estabeleceram da mesma forma que as técnicas da metalurgia foram introduzidas na África do Leste pelos bantos, provavelmente seis séculos antes de nossa era. Os mais velhos sítios da idade do ferro na África Oriental se acham ao redor do lago Vitória (Buhaya, Rwanda, Nyanza e Chobi). Os de Buhaya remontam ao século V ou VI antes de nossa era, e os que estão na margem do golfo de Winam e no Norte da Uganda datam do século III ou IV de nossa era[26]. "Estes sítios se caracterizam por fornos de fundição altos e cilíndricos, por olarias de um estilo particular chamado urewe, pela densidade populacional dos vilarejos e pela prática da agricultura[27]." Um outro conjunto de sítios do começo da idade do ferro (século II ou III antes de nossa era) acha-se em Kwale, em Pare, na região do Kilimanjaro e em Usambare. "Estes sítios se caracterizam por olarias de estilo kwale;

23 A. D. Roberts, 1968*a*, p. 5.

24 *Ibid.*, p. 39.

25 *Ibid.*, p. 120.

26 H. N. Chittick, 1975, p. 18; T. T. Spear, 1981, p. 12.

27 T. T. Spear, 1981, p. 12.

FIGURA 27.2 Ferreiros fabricando uma enxada. [Fonte: D. Livingstone, Last journals, Londres, John Murray, 1874, vol. I, p. 146. © Royal Commonwealth Society Library].

descobriram-se aí vestígios de um *habitat* sedentário e de atividade agrícola[28]." Geralmente, a metalurgia do ferro era a ocupação exclusiva de um pequeno número de grupos, era muito prestigiada e, por vezes, possibilitava enriquecer-se. Para os nyiha, a fundição do ferro era cercada de uma grande cerimônia, durante a qual era absolutamente proibido às mulheres aproximarem-se do forno[29]. Muitas tradições ugweno dão conta que, lá pelo começo do século XVI, certas famílias eram especializadas na fundição e forja do ferro. A principal, a família Washana, detinha o poder político no país. Foi mais tarde destruída pelos

28 *Ibid.*, p. 12-13; D. W. Phillipson, 1977. Para maiores esclarecimentos, ver UNESCO, *História geral da África*, vol. II, cap. 23.

29 R. Brock, 1968, p. 75.

wasuya que transformaram aquilo que havia sido até então um ritual de iniciação clânica em uma instituição política complexa dotada de poderes coercitivos ilimitados[30]. No Oeste do Quênia, os abagusii pretendem ter trabalhado o ferro desde o século XVI. Seus ferreiros, segundo eles, teriam enriquecido de modo considerável com a venda dos produtos por eles fabricados[31]. Entre os luo, ao Norte do golfo de Winam, os principais ferreiros eram os walowa de Yimbo[32]. Fabricavam enxadas, pontas de flecha, ornamentos, agulhas, machados, lanças, facas e navalhas. A exploração das minas de sal e o artesanato, assim como a fabricação de tambores, a olaria e a construção de canoas tinham também sua importância. A tradição fazia destas atividades as especialidades exclusivas de determinados clãs. O ofício de cesteiro e a construção de casas, pelo contrário, não eram apanágio particular de especialistas, antes eram empreendidas por todos os que tinham tempo para se dedicarem a isso.

Afinal de contas, não se poderia destacar o suficiente como, entre 1500 e 1800, a produção de víveres foi incessantemente um fator primordial para a sobrevivência e a expansão da sociedade, uma vez que ela permitiu um crescimento regular da população. À medida que as explorações agrícolas extensivas e as pastagens cobriam a maior parte da África do Leste e que a produção permitia satisfazer as necessidades essenciais, o homem podia desviar o seu olhar do imediato para dirigi-lo a outros objetivos. Sabia conservar e estocar alimentos e podia assim empregar o tempo livre a outros fins além da procura dos meios de subsistência. Estava em condições de começar um processo de especialização, desobrigando determinados indivíduos da tarefa de produzir alimentos para que se consagrassem a outros objetivos, tais como a produção de mercadorias, a condução da guerra, o serviço do Estado, a arte, a religião, a medicina, a filosofia e o progresso técnico.

O comércio

Até o final do século XVIII, a maior parte das sociedades do interior do Quênia e da Tanzânia desenvolvia-se independentemente das forças globais externas. Eram política, econômica e socialmente independentes. Conforme afirma Sheriff, "sua economia era simétrica e integrada, isto é, elas produziam o que consumiam e o excedente era conservado no interior da coletividade para

30 I. N. Kimambo, 1969, p. 45-64.

31 W. R. Ochieng', 1974*a*, p. 213.

32 *Idem*, 1970, p. 8.

favorecer o avanço de ofícios não-agrícolas e a diferenciação social[33]". A troca de vários excedentes chama-se comércio.

O comércio, troca de bens entre indivíduos para vantagem mútua, é um hábito humano universal que se encontra mesmo entre as comunidades mais simples. Embora sejam correntemente consideradas como economias de subsistência autossuficientes, frequentemente se encontra um comércio no sentido de uma série regular de atos de troca, inclusive entre os que vivem da caça e da coleta. A necessidade do comércio decorre do simples fato de em nenhum momento a natureza dotar todos os grupos e todas as regiões de meios e recursos semelhantes. As pessoas puseram-se a fazer comércio, porque seus vizinhos possuíam bens essenciais que lhes faltavam, mas de que tinham igual necessidade seja para viver, seja para seu prazer.

Tomemos como exemplo a relação entre pastores e agricultores. Há, evidentemente, a ideia falsa que consiste em considerar a vida pastoril como historicamente separada, e essencialmente antagônica, da agricultura. O fato é que a produção literária colonial criou a imagem de uma perpétua luta entre pastores e agricultores. É verdade, pode-se falar de contrastes entre os dois, mas sem esquecer tudo o que incitava à cooperação: pastores e agricultores trocavam seus produtos.

Muito se escreveu sobre as relações comerciais existentes há séculos entre a África do Leste e o Oriente. Com efeito, mesmo antes do estabelecimento do comércio longínquo que, no século XIX, iria tornar-se a espinha dorsal das trocas comerciais entre a África do Leste e os países de ultramar, tais trocas já existiam entre a África do Leste e os Estados asiáticos[34]. Importa, porém, sublinhar que as relações comerciais de alguma importância na África do Leste não se limitavam às trocas meramente comerciais com os mercados estrangeiros, porque havia laços comerciais internos importantes entre as diferentes regiões culturais e ecológicas.

O comércio africano foi de há muito estimulado pelos contatos entre regiões ecológicas distintas e culturas ao mesmo tempo distintas e complementares. Poder-se-ia até afirmar que é aquele comércio que verdadeiramente contava para os povos africanos, porque constava de artigos correspondentes a carências essenciais, muitas vezes determinadas por fatores ecológicos e climáticos. O comércio interno africano obedecia a motivações e a uma dinâmica diferentes das do comércio árabe ou europeu. Em certas regiões, por exemplo, vencer a fome era um dos principais objetivos

33 A. M. H. Sheriff, 1980, p. 36.

34 Ver o capítulo 25.

do comércio africano. Em consequência, era irregular e esporádico. Era também um meio de enriquecer-se pelo acúmulo de gado e produtos alimentícios.

Examinemos alguns exemplos desse comércio. As tradições dos kikuyu falam de ligações comerciais antigas entre eles e seus vizinhos, os akamba e os masaï. A economia kikuyu possuía variados recursos. Os kikuyu eram, com certeza, principalmente agricultores, mas convém lembrar que certos grupos, como os kikuyu de Tetu e os mathira em Nyeri, estavam em tal medida influenciados pelos seus vizinhos masaï, que haviam evoluído para uma economia semipastoril e viviam quase como os masaï. No outro extremo, havia a facção athi dos kikuyu que se especializara na caça, na exploração de produtos da floresta e na coleta da cera de abelha e do mel. Aos masaï, os kikuyu ofereciam diversos produtos manufaturados e tantos produtos agrícolas – potes, cabaças, lanças e espadas, mas também mel, tabaco, crinas de elefante e ocras –, todos produtos que os masaï pagavam com gado, com magia, com leite, com peles e com capas de couro.

Os territórios kikuyu foram também excelentes mercados para os akamba após 1760. Os negociantes akamba buscavam, junto às comunidades kikuyu de Muranga e Nyeri, os produtos agrícolas básicos que faltavam em parte no seu país: certa espécie de feijão que podia ser conservada (*nzavi*), uma variedade de inhame (*ikwa*), a maranta arundinácea que crescia nos poços de água do interior (*nduma*), um feijão muito comum entre os kikuyu (*njaki*), o milho clássico (*mwembe*) e, às vezes, um legume verde de que os akamba muito gostavam (*ndulu*). Pagavam essas mercadorias com peles de animais (*mbua*) e certo tipo de cerveja (*uki*) que fermentava mais do que aquela das comunidades vizinhas e, oportunamente, trocavam seu trabalho no momento das colheitas em troca de uma parcela dos produtos recolhidos[35].

Mais a Oeste, na margem oriental do lago Vitória, uma vasta rede de relações comerciais ligava as diversas comunidades entre si. Os principais parceiros das trocas eram os abagusii e os luo. Os primeiros vendiam aos segundos produtos agrícolas e artigos de ferro, como machados, lanças, navalhas e pontas de flechas, assim como esteatito e peles de leopardo e de babuíno. Tudo isso era trocado por diversas mercadorias que os luo ofereciam, principalmente gado, mas também sal para o gado, peles, manteiga clara, leite, peixes, louça e bebida. O comércio entre os masaï e seus vizinhos do Nyanza era de pouca monta, ainda que as lanças de ferro largo dos masaï, assim como sua magia, fossem muito prezadas pelos abagusii e pelos luo. Os masaï recebiam em paga produtos alimentícios[36].

35 K. Jackson, 1976.

36 W. R. Ochieng', 1974, p. 68-69.

Quando se desce para o Sul, na Tanzânia, as tradições do Unyamwezi Ocidental e do Uvinza falam de grupos de migrantes vindos do Norte antes de 1800 e que trocavam cereais por potes com os primeiros habitantes da região, "pescadores que viviam até então nas margens dos cursos d´água e não faziam senão agricultura[37]". Entre os nyamwezi, produtos da floresta – tecidos de fibra de casca de árvores, caixas de cascas e hastes de lanças, mel e cera de abelha – eram também o objeto de um comércio entre vilarejos e eram especialmente procuradas pelos países do Norte, onde viviam os iramba, os sumbwa e os sukuma. Em Unyakyusa, a maior parte das mulheres fazia potes de barro, mas as regiões vulcânicas, que não possuíam argila, tinham que esperar pela passagem de especialistas como as mulheres kisii das margens do lago Nyasa que, trocando seus vasos de barro, iam de casa em casa nas aldeias nyakyusa, ou dos habitantes de Ngaseni que vendiam suas grandes bilhas para cerveja ao longo da via que serpenteava pelos altos aclives do Kilimanjaro[38].

O ferro e o sal constituíam provavelmente os dois principais artigos, os mais importantes nos primeiros tempos do comércio na Tanzânia Central. A principal região de extração e de trabalho com ferro se achava no Norte, no país dos ha e dos zinza. A escassez geral do ferro encorajava demais sua comercialização. Fosse na Tanzânia Central, Ocidental ou Setentrional, era utilizado de formas muito diversas: ferros de enxadas para a cultura, lâminas de facas e ferros de machados para a construção e outros trabalhos artesanais, ferros de lanças e pontas de flecha para a caça, a pesca e a guerra. Numerosos eram os comerciantes do Norte e do Sul que se dirigiam ao país dos ha e dos zinza para comprar esses artigos de ferro e revendê-los em seu país mediante lucro. Os nyamwezi do Norte introduziram as enxadas de ferro entre os nyatura. Andrew Roberts nos explica que aquelas do Norte eram trabalhadas novamente para fazer ferros de lanças, não somente entre os pescadores sukuma e wakiko do Baixo Malagarasi, mas também entre os masaï do Oeste do Baraguyu[39]. No Nordeste, os chagga e os masaï obtinham produtos de ferro junto a fundidores de Pare e, pelo final do século XVIII, o principado mamba se tornou o centro do trabalho com ferro para uma grande parte da região do Kilimanjaro. No Sul, os ferreiros fipa trocavam o produto de seu trabalho pelos tecidos produzidos no vale do Rukwa, enquanto os nyakyusa enfrentavam os montes Livingstone para trocar produtos alimentícios por produtos saídos das fundições kinga. O ferro era um

37 A. D. Roberts, 1970*c*, p. 43.

38 J. Iliffe, 1979, p. 18.

39 A. D. Roberts, 1970*c*, p. 45-46.

bem raro e precioso. Precisava ser rico para possuir enxadas de ferro. As que eram utilizadas na região do Kilimanjaro pelo final do século XVIII tinham apenas alguns centímetros de largura e os sandawe que se serviam delas as gastavam até o cabo[40].

Outro produto central das trocas regionais era o sal, necessidade vital dos homens, cuja alimentação era essencialmente à base de vegetais. A maior parte das pessoas conseguiam produzi-lo em pequenas quantidades, queimando erva ou raspando depósitos superficiais, mas raras eram as reservas de boa qualidade. Os principais poços salinos encontravam-se em Ivuna, em Kanyenye, em Ugogo, na margem do lago Balangida, em Singida e nas margens do lago Eyasi, bem como em Bukuna e Bulungwa, no Sul de Kahama, e as mais importantes reservas de água salgada se localizavam em Buha e em Uvinza. O comércio de todo esse sal era geral, mas ele se efetuava "particularmente em direção ao Norte e ao Sul[41]". As reservas de Uvinza, em especial, parecem ter sido exploradas desde o primeiro milênio de nossa era[42]. A indústria salineira de Vinza foi depois estimulada pela fundação da primeira chefia vinza em 1800, "que ampliou o leque dos contatos sociais e criou um grupo social que se beneficiava diretamente, com a aplicação de uma taxa, do crescimento da produção de sal[43]".

O comércio entre os miji-kenda do Sudeste do Quênia e do Nordeste da Tanzânia começou a tomar uma importância substancial a partir de meados do século XVIII. É ao longo deste período que a maioria dos miji-kenda, que antes se haviam entrincheirado nas aldeias fortificadas construídas no topo das colinas situadas além das planícies costeiras, começaram a sair de seu território. A seguir, tendo sua população crescido de modo considerável, lançaram-se em uma série de novas migrações que os conduziram às partes baixas menos férteis de seu país cheio de vales, onde tiveram choques frequentes com os oromos e os masaï[44].

Os miji-kenda eram essencialmente cultivadores de milhete, de arroz e de frutas. Durante todo o século XVIII, foram os aliados indefectíveis dos mazrui e abasteceram regularmente numerosas aldeias do litoral de todo tipo de produtos, como marfim, goma arábica, mel, cera de abelha, tabaco, cereais, produtos alimentícios e madeira para a construção de veleiros. Em troca, os negociantes miji-kenda

40 J. Iliffe, 1979, p. 19.

41 A. D. Roberts, 1970*c*, p. 47.

42 J. Iliffe, 1979, p. 19.

43 A. D. Roberts, 1970*c*, p. 47.

44 T. T. Spear, 1976 e 1978.

obtinham sal, pérolas de vidro, tecidos, enxadas de ferro e outros artigos. Se cremos em John Lamphear, desde 1750, senão mais cedo, os miji-kenda eram intermediários do comércio suaíli e árabe[45]. Suas caravanas ligavam a costa ao interior do país, percorrendo uma rota rumo ao Norte e ao Noroeste . No primeiro rumo, os mercadores miji-kenda atravessavam o país dos oromos e dos borna, de quem obtinham especialmente gado em troca de tecidos e pérolas. No rumo noroeste, penetravam no país akamba e chagga, onde obtinham marfim, mel e cera de abelha[46]. Mas o domínio dos miji-kenda sobre o comércio interior foi de curta duração e, na segunda metade do século XVIIII, foram suplantados pelos akamba.

As considerações precedentes nos levam a pensar que o comércio das regiões interioranas do Quênia e da Tanzânia, em 1700 ou mesmo antes, talvez originasse trocas de longa distância. É claro, entretanto, que foi somente por volta de 1800 que o interior da África do Leste começou a participar do comércio distante e, portanto, a ser ligada aos sistemas econômicos que o sustentavam.

A atividade social e política

As instituições e organizações sociais e políticas desempenhavam um papel importante na manutenção da coesão social e na proteção da propriedade e do comércio. É preciso notar que, nessa época, a sociedade do interior da África Oriental estava longe de ter adquirido sua fisionomia definitiva. Se bem que o mapeamento linguístico da África Oriental estivesse então em via de tomar o aspecto que ele tem hoje em dia, importantes migrações internas continuavam a se produzir rumo às regiões menos povoadas ou desabitadas. Punham, às vezes, em contato populações que falavam línguas ou dialetos diferentes ou que não tinham a mesma organização política e econômica. Os conflitos se multiplicavam no interior das sociedades africanas na medida em que os clãs se estendiam e cresciam. Achar uma maneira de resolver os conflitos de modo eficaz tornava-se uma necessidade. Quando uma querela entre clãs surgia, as partes procuravam a arbitragem de indivíduos respeitados por sua sabedoria. Em certas regiões, por exemplo Shambaa[47], Yimbo[48], Nandi[49] e Unyiha, grupos ou

45 J. E. Lamphear, 1970; W. R.Ochieng', 1975*b*.

46 W. R.Ochieng', 1974*a* e *b*.

47 S. Feierman, 1968, p. 1-8.

48 W. R. Ochieng', 1975*c* e 1976.

49 *Idem*, 1977, p. 58-76; B. J. Walter, 1970.

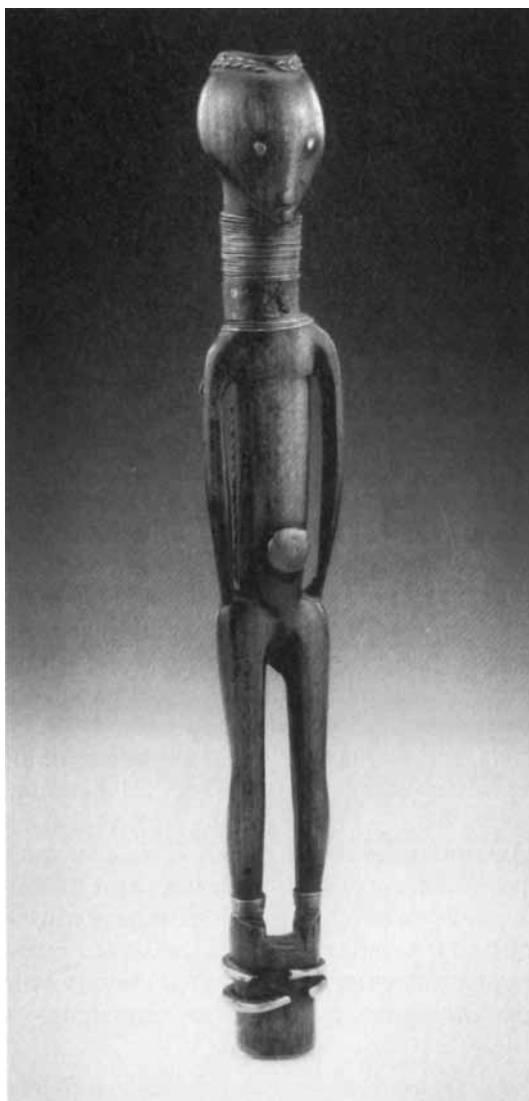



FIGURA 27.3 Estatueta kamba representando uma figura feminina; madeira tendo uma pátina natural clara. O pescoço e os tornozelos ostentam numerosos anéis de cobre e os olhos, o umbigo e os cabelos incrustações de metal. Altura: 26,5 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

famílias de migrantes impuseram sua dominação política sobre as comunidades autóctones. Alhures, eles foram assimilados pelas instituições da sociedade local. Nos dois casos, as migrações interiores desencadearam processos de integração cultural e política que prosseguiram no período colonial.

Em outras palavras, os séculos XVI, XVII e XVIII foram marcados, do ponto de vista político e cultural, por uma tendência a uma centralização política maior e pela constituição de grupos linguísticos e sociais cada vez mais importantes. Alguns fatores conspiravam para uma passagem a uma escala política mais vasta. Era necessário, por exemplo, pôr em prática meios de defesa mais eficazes que aqueles que o clã ou a aldeia podiam oferecer e alargar os espaços da atividade econômica. Diversos modos de organização social passaram a existir no interior da África Oriental, sendo que o contraste mais evidente, no entanto, era o que opunha os criadores aos cultivadores[50].

Os pastores eram, assim como os caçadores, parasitas que viviam às expensas dos herbívoros. Como os caçadores, eles levavam uma vida errante, deslocando--se por muito longas distâncias para procurar pastagens. Seguiam muitas vezes um esquema mais ou menos regular de migração que lhes permitia descobrir os terrenos de pastagem mais ricos e mais irrigados, segundo as estações do ano. Acima de tudo, tinham que proteger seus rebanhos contra os inimigos carnívoros, que podiam ser animais ou outros homens. Este tipo de vida não podia existir sem uma forma organizada de comando. Importava que houvesse uma autoridade hierarquizada claramente identificada para determinar as rotas a seguir e para tomar o comando da comunidade toda em caso de urgência, quando os inimigos tentavam introduzir-se nas pastagens tradicionais da comunidade ou furtar os animais de seus rebanhos[51].

Em certo sentido, a história política do interior do Quênia e da Tanzânia foi a de uma oscilação entre a superioridade numérica tornada possível pela agricultura e a organização político-militar disciplinada que a vida pastoril exigia. O equilíbrio balançava ora em favor de um, ora em favor de outro destes modos de vida, segundo as flutuações da organização e da coesão sociais e em função do progresso técnico. Em 1800, os pastores começavam a perder seu poder econômico e militar em benefício dos cultivadores que melhoravam rapidamente suas instituições políticas graças à integração social e ao aperfeiçoamento de suas capacidades agrícolas. Durante todo o século XIX, as doenças que destruíam o gado, as epidemias e as guerras civis acarretaram, por exemplo, o declínio militar

50 B. Brock, 1968.

51 R. M. A. van Zwanenberg e A. King, 1975, p. 79-87.

e econômico dos criadores masaï[52]. Seria possível, portanto, dizer que a evolução sociopolítica das regiões do interior do Quênia e da Tanzânia se acelerava com a multiplicação das organizações sociais e das migrações.

Havia, no princípio do século XVIII, dois tipos de formações sociopolíticas nesta zona. De um lado, havia sociedades desprovidas de toda forma de administração tradicional centralizada, como as dos kikuyu, dos miji-kenda, dos kamba e dos masaï, que formavam comunidades dispersas e independentes compostas de famílias patrilineares e de clãs de importância variável. Entretanto, a descentralização não era sinônimo, como veremos, de desorganização nem de falta de coesão política e social. Essas sociedades descentralizadas tinham conselhos de família, de aldeia e de distrito. No nível mais elevado, os membros do conselho de governo eram escolhidos entre os anciãos que formavam os conselhos de clã ou de distrito. Os membros de cada família, de cada clã e de cada setor estavam unidos por relações que determinavam e regiam o comportamento dos indivíduos e estabeleciam entre eles direitos e obrigações recíprocos. Entre os kikuyu, as iniciativas pessoais, consideradas como egoístas, eram combatidas, "enquanto se tinha por uma virtude essencial o senso de solidariedade e de esforço coletivo[53]".

Por outro lado, existiam sociedades centralizadas (ou centralizadoras) como as dos shambaa, dos pare, dos nyamwezi e dos wanga, cujo sistema administrativo rudimentar era o instrumento de enquadramento sociopolítico. No final do século XVIII, alguns desses grupos, especialmente os shambaa e os pare, eram governados por reis poderosos e despóticos ou por chefes supremos assistidos por diversos conselhos, ministros e chefes distritais.

Vejamos de mais perto certos exemplos desta evolução. Antes de 1300, a Tanzânia Central era habitada por uma população esparsa de agricultores bantos sedentários, de pastores sob influência cuchítica, os mbugu, os gorowa, os burungi, os alagwa e os aramanik, e de caçadores-colhedores, os sandawe e os hadzapi. Eles viviam em aldeias de que se acham vestígios, particularmente as de agricultores bantos, espalhadas por todo o país. Essas primeiras aldeias autogovernavam-se segundo uma organização familiar, estando a autoridade centralizada nas mãos de duas ou três famílias influentes. De fato, parece que a maior parte das comunidades tanzanianas, quando se estabeleceram em seus respectivos territórios, tenha compreendido a importância de elas se organizarem de uma forma ou de outra. Mas por serem suas migrações ato de indivíduos ou

52 G. S. Were e D. A. Wilson, 1972, p. 89-96.

53 R. W. July, 1974, p. 177-178.

de pequenos grupos, os laços de parentesco desempenharam também um papel fundamental em sua organização. Cada um dos grupos definidos por esses laços continha os germes de uma organização política.

Junto aos Pare, o primeiro estágio de organização política foi atingido quando cada clã se estabeleceu em um território e se submeteu à autoridade de um chefe ritual e hereditário. As necessidades religiosas da comunidade estavam, por isso, no cerne de sua evolução política[54]. Uma vez fixado em um território, cada grupo construía, por etapas, um santuário (*mpungi*) que lhe permitia entrar em relação com os ancestrais fundadores e cujos membros se reuniam periodicamente para aí praticar seu culto. Com o crescimento da população, tornou-se necessário unificar os diferentes clãs. A época em que se produziu essa unificação é cercada de mitos, mas, de acordo com Isaria Kimambo, vários clãs ugweno reconheceram como chefe um ferreiro washana, "há aproximadamente dezesseis gerações". Os washana foram, em seguida, derrubados pelos wasuya, que, a partir da organização política rudimentar já existente, fundaram um Estado centralizado. Este golpe de Estado foi obra de Angovi, mas foi seu filho Mranga que consolidou o Estado ugweno. Isaria Kimambo considera Mranga como um dos grandes reformadores políticos da Tanzânia:

> Ele transformou o que havia sido até então um ritual de iniciação clânica em uma instituição política complexa dotada de poderes coercitivos ilimitados. Organizou uma hierarquia de conselhos, rodeou-se de numerosos dignitários que dependiam somente dele e estendeu seu reino a todo o Norte do planalto de Pare, confiando a seus filhos o governo de alguns distritos[55].

No apogeu de seu poder, o Estado ugweno era dirigido por um chefe supremo (*mangi mrwe*), que governava com a ajuda de um conselho de ministros e de *wamagi* (chefes de distritos).

Mostramos que o crescimento demográfico, ligado ao aparecimento dos chefes rituais e dos ferreiros especializados, conduziu, em Ugweno (e mais tarde no conjunto dos montes Pare), à unificação dos clãs no interesse político e econômico de toda a comunidade. Desse modo, a parte norte do planalto de Pare formava um território geograficamente unificado, o que favorecia a concentração da população. Além disso, a riqueza e os pretensos poderes sobrenaturais de chefes decididos atraíram partidários na sua esteira.

54 I. N. Kimambo, 1969, p. 4.

55 *Idem*, 1968, p. 19.

Buboka era outra região da Tanzânia onde se haviam estabelecido, desde o início do século XVI, sólidas instituições centradas na função de chefe e onde diversas linhagens dirigentes se tinham formado no seio de comunidades agrícolas, compreendendo o Karagwe, os Estados buhaya, o Buzinza e os Estados ha. Seu sistema político, mais centralizado que todos os outros Estados tanzanianos, se apoiava no controle da terra e dos rebanhos, de tal forma que seu sistema de tributo era também mais pesado. Estes Estados se achavam na região dos Grandes Lagos[56]. Mais ao Sul, por volta de 1600, as chefias que se haviam multiplicado por toda a Tanzânia se pareciam sob muitos aspectos. Por exemplo, cada uma era formada por um pequeno grupo de aldeias e de setores colocados sob a autoridade de um único chefe que os aldeãos escolhiam no seio da linhagem dirigente, e que se chamava *ntemi* ou *mtemi*. Ele presidia os conselhos e a corte suprema da chefia, era o detentor de certos ornamentos especiais, símbolos da supremacia, como as lanças sagradas, e conservava o fogo real, com o qual se supunha serem acendidos todos os fogos de seu pequeno reino.

A semelhança surpreendente que a organização destas chefias e as insígnias dos chefes apresentavam conduziu, em certa época, historiadores como R. Oliver e J.D. Fage a lançar a hipótese de uma origem comum, situada por eles em Uganda, em Ruanda, no Burundi e, voltando ainda mais no tempo, no vale do Nilo[57]. Contudo, especialistas da história política da Tanzânia refutaram essas teorias difusionistas que, em alguns casos, são marcas de racismo[58]. I. N. Kimambo, particularmente, sustentou que a explicação das semelhanças entre entidades políticas da África, seja em escala regional, seja em escala continental, deveria ser procurada entre os povos de agricultores e que as diferenças de grandeza entre estas entidades se explicavam pela adaptação ao meio e a certos fatores externos.

Andrew Roberts afirma, por exemplo, que as numerosas chefias nyamwezi provavelmente não eram oriundas de um único processo de migração ou difusão, mas do meio onde viviam os nyamwezi. "Muito cedo, mas não sabemos com exatidão em que época, certos homens foram respeitados por seus poderes mágicos, porque eles sabiam fazer cair a chuva, desmatar as florestas ou arbitrar os conflitos[59]". É ao redor destes homens que nasceram as chefias nyamwezi. "Os chefes nyamwezi (*ntemi*) tinham poderes tanto rituais quanto administra-

56 Ver o capítulo 26.

57 R. Oliver e J. D. Fage, 1962, p. 44-52; I. N. Kimambo, 1969, p 1-10.

58 C. G. Seligman, 1957, p. 85.

59 ª D. Roberts (org.), 1968, p. 18.

tivos quase semelhantes aos dos outros chefes da África Oriental e Central[60]". Mas, contrariamente ao que se passou em Upare, que tendia a se centralizar, as pequenas chefias nyamwezi tendiam a se multiplicar, "por causa não somente das migrações, mas também da fragmentação das chefias". O Unyamwezi não conheceu uma rápida centralização senão no século XIX, com "a extensão do comércio" e o aparecimento de negociantes e de organizadores temíveis como Mirambo.

Entre os fipa do Sudoeste da Tanzânia, os mitos mais antigos sobre a origem se ligam à fundação do Reino milansi. De acordo com uma versão transmitida por Roy Willis, "o primeiro homem, que se chamava Ntatakwa, caiu do céu no começo do mundo e fundou a linhagem dos chefes milansi[61]". Os primeiros habitantes de Ufipa foram cultivadores que viviam agrupados dentro das aldeias, o que os incitou a organizar sua defesa comum e, finalmente, a construir fortificações. Os membros da família reinante, provavelmente oriunda da região do lago Mweru, teriam obtido seu poder da sua habilidade de trabalhar o ferro. "O fato de o chefe milansi atual exercer a função hereditária de ferreiro – diz-nos Willis – confirma a hipótese segundo a qual os próprios fundadores da chefia eram ferreiros[62]." As tradições milansi dão conta de que seu primeiro chefe, Ntatakwa, enviou seu filho para fundar aldeias e governar outras partes do país. O Reino dos fipa parece ter sido uma confederação de circunscrições cujos chefes eram aparentados.

Mais tarde, no século XVIII, o regime político dos fipa mudou após uma invasão de criadores vindos do Norte, que introduziram no Reino ideias políticas análogas àquelas que eram correntes em Buganda, em Bunyoro e em Ankole. O novo governo não se baseava mais nas relações dos "chefes pais" com "os chefes filhos", mas no laço de fidelidade pessoal que unia um soberano a certo número de seus partidários por ele nomeados para postos de comando nas fronteiras do Reino. Não havia relação de parentesco entre esses homens e o rei. Tudo indica que um golpe de Estado destituiu a dinastia tradicional, a dos milansi, e trouxe ao trono a dos twa. Certos chefes vassalos, que continuaram fiéis à dinastia milansi, tiveram sem dúvida que ser submetidos pela força. O reino dos twa, porém, esteve longe de ser pacífico, porque Ufipa foi novamente invadido pelo final do século XVIII, desta vez pelos nyiha, que queimaram as aldeias milansi. No início do século XIX, a paz ainda não fora restabelecida: a guerra civil se encarniçava entre dois pretendentes ao trono.

60 *Ibid.*, p. 119.

61 R. G. Willis, 1968, p. 82-83.

62 *Ibid.*, p. 84.

Um número muito grande de chefias *ntemi*, mais ou menos extensas e centralizadas, apareceu então na Tanzânia entre o século XVI e o século XVII. Respondiam a necessidades humanas, políticas e econômicas, e foram moldadas pelo meio físico e humano. A maior parte dos Estados tanzanianos tinham por objetivos a centralização e a expansão econômica, mas o processo de construção das nações se revelou muitas vezes difícil. Às vezes, como no caso dos nyamwezi, estes Estados tiveram que enfrentar divisões e secessões ou, como no caso dos fipa, golpes de Estado e guerras civis. As dificuldades que encontraram se assemelham, em muitos aspectos, àquelas que enfrentaram os Estados africanos modernos no processo de construção nacional.

No Oeste do Quênia, parece que os luo desenvolveram seu sistema de parentesco, seus cultos ancestrais e a transmissão hereditária do poder, o que fez com que tivessem a tendência de formar comunidades fundadas no direito e que eram organizadas em um modo ritual em torno de clãs proprietários das terras (*weg-piny*) e de seus chefes hereditários designados. Quando chegaram em Nyanza, criaram preferencialmente entidades sociopolíticas que eram mais centralizadas e mais estratificadas que todas as comunidades que tinham existido antes. E, embora os clãs e as linhagens dos luo fossem quase iguais, a existência de grupos dirigentes, de grupos de sacerdotes e de grupos plebeus atestava, no entanto, um grau de desigualdade que era raro encontrar na maior parte das sociedades do Quênia.

A melhor análise da maneira como o sistema sociopolítico dos Luo funcionava em Nyanza nos tempos pré-coloniais é aquela que devemos a Peter C. Oloo em seu estudo sobre o ramo alego dos luo[63]. Ele concorda com B. A. Ogot ao dizer que, no mais alto nível de organização política, os luo estavam subdivididos em doze ou treze *ogendini* (subgrupos étnicos) de perfil diferente. Para ser membro deles, precisava passar pela intermediação do *gweng'* (plural *gwenge*), uma unidade territorial e política semiautônoma. Em princípio, o *gweng'* era habitado pelos membros de um clã, mas, muito frequentemente, certas partes eram concedidas a linhagens e a clãs estrangeiros (*jodak*) "seja porque estes tinham tomado parte da conquista do território, seja por meio das condições estipuladas pelo clã dominante que se julgava possuir todo o terreno da unidade territorial. A sociedade *gweng'* tendia a se tornar, portanto, uma sociedade plural[64]".

A mais alta assembleia política de todo *gweng'* era o conselho dos anciãos (*buch judong gweng'*). Em Alego, estavam habilitados a fazer parte dele todos os chefes de linhagem do clã dominante; quanto às comunidades dos *jodak*, elas

63 P. C. Oloo, 1969; B. A. Ogot, 1963.

64 P. C. Oloo, 1969.

não podiam estar representadas senão por alguns de seus anciãos escolhidos em função de sua capacidade. No Yimbo, outra chefia luo, essa discriminação não existia[65]. O conselho do *gweng'* era o guardião do território do clã. Ele admitia ou rejeitava os estrangeiros recém-chegados e servia de corte de apelação de última instância nos litígios que diziam respeito ao *gweng'*. Exercia também as cerimônias rituais e declarava a guerra a outros *gwenge* ou negociava a paz. Uma decisão do *buch jodong gweng'* tinha força de lei para todas as pessoas. Os que infringiam seus regulamentos e não respeitavam suas decisões podiam ser amaldiçoados. A maldição do *judongo* consistia em infligir a *chira*, doença incurável que os ancestrais, conforme se suponha, atraíam sobre o condenado e todos os seus descendentes. O conselho do *gweng'* podia também banir do território os criminosos reincidentes e sua família. Condenava também a castigos corporais e a multas os que eram reconhecidos como culpados de diversos crimes.

Acima do conselho *gweng'* mantinha-se o *buch piny* (conselho do subgrupo étnico) cujos membros eram os chefes dos diversos conselhos do *gweng'*, além dos adivinhos, dos curandeiros, dos fazedores de chuva e dos guerreiros renomados. Era ordinariamente presidido pelo *ruoth* (ou *won piny*). O conselho debatia as principais questões políticas, judiciárias e econômicas que criavam problemas no *piny* (território do subgrupo) – como os homicídios, os roubos de gado, os conflitos de fronteiras, as fomes, as epidemias, as invasões, a defesa, as trocas comerciais e os conflitos entre clãs e entre *gwenge*. Em alguns *pinje* centralizados, como no Yimbo, o *buch piny* era um instrumento de controle e coerção muito eficaz. Em outros lugares, como em Sakava ou Asembo, onde a centralização ainda não se completara, tendia a ter poderes limitados e a ver seu papel reduzido à arbitragem dos litígios internos.

Os kalenjin, que viviam há séculos nos altiplanos do Oeste do Quênia, eram o exemplo típico de sociedade descentralizada. As pesquisas de B. E. Kipkorir nos mostram que, até o século XIX, seu sistema político era igualitário e descentralizado[66]. A autoridade era monopolizada pelos anciãos e pelos representantes influentes de diversas especialidades. A eloquência, a habilidade de formular sempre opiniões aceitáveis nos conselhos e o conhecimento das precedências e dos costumes eram consideradas como qualidades importantes para todo dirigente político. Mas, acima disso tudo, um homem deveria inicialmente distinguir-se como alguém feliz em sua vida familiar e gozando de boa reputação social como membro de um clã ou de uma comunidade local para se ver merecedor do abraço

65 W. R. Ochieng', 1975*c*.

66 B. E. Kipkorir, 1974.

dos chefes. Entre os nandi, que são um ramo dos kalenjin, parece evidente que, entre o século XVIII e o século XIX, uma nova dimensão foi introduzida no governo da sociedade com a adoção de um chefe espiritual denominado *orkoiyot* (plural *orkoik*). H. A. Mwanzi afirma que, sem modificar na essência a estrutura sociopolítica da sociedade nandi, na qual o clã e os conselhos territoriais assentavam as bases da vida social e política, o *orkoiyot* tinha transformado o *oganda* dos nandi em uma teocracia, da qual ele mesmo era o soberano[67].

Em um dado momento, o *orkoiyot* esteve em condição de exigir uma parte do butim de guerra e de impor sua autoridade sobre os conselhos de aldeia e de distrito por meio de um sistema de delegados que eram seus representantes pessoais junto de cada um deles. Esta intervenção na política criou laços poderosos entre os guerreiros dos diferentes setores e os *orkoik*, mas, em muitos outros domínios, o poder e a influência que exerciam diretamente os *orkoik* eram muito limitados. Certas indicações levam, no entanto, a pensar que, lá por 1890, os *orkoik* dos nandi, bem como os *laibon* dos masaï, começavam a pretender uma autoridade política que ultrapassava em muito aquela que seus predecessores tinham se preocupado em ter. Essas pretensões estavam sendo encorajadas pelos conselhos regionais que se beneficiavam do *savoir-faire* do *orkoiyot* e tinham concebido uma crença irracional em seus atributos sobrenaturais.

Desse modo foi criada entre os nandi uma categoria especial de personagens oficiais que eram encarregadas de manter a comunicação entre os conselhos e o *orkoiyot*. Estes dignitários acompanhavam os chefes guerreiros em suas campanhas para obter do *orkoiyot* a permissão de lançar as incursões que projetavam. Tinham também o papel de agentes secretos do *orkoiyot*, mantendo-o informado dos acontecimentos e da opinião pública na sua região. Estas disposições tiveram como efeito centralizar gradativamente a sociedade nandi na segunda metade do século XIX[68].

Conclusão

Por volta de 1800, um número incrível de diferentes comunidades de língua cuchítica, nilótica e banta se espalhava por todo o território do Quênia e da Tanzânia. A região dos Grandes Lagos da África do Leste era a única onde

67 H. A. Mwanzi, 1973.

68 W. R. Ochieng', 1977, p. 58-76.

se desenvolveram Estados e reinos de certa dimensão[69]. No interior do Quênia e da Tanzânia, a entidade sociopolítica padrão era pequena e organizada em clãs. A maior parte das pessoas de língua banta eram agricultores, o que não os impedia, onde fosse possível, de criar seu próprio gado, ao qual eles atribuíam um grande valor. Os pastores, como os turkana, os oromos e os masaï, que viviam em sociedades mais agressivas, eram senhores de extensões consideráveis entre as terras agrícolas bantas.[70] Ao longo da costa se achavam as cidades-Estado suaílis, dominadas pelas oligarquias árabes locais. A população destas cidades litorâneas era misturada, falava principalmente o suaíli e vivia em um ritmo muito diferente daquele do interior da região.

O fim do século XVIII marcou o término do crescimento independente da África do Leste, o fim de uma longa era – a da idade do ferro – durante a qual os habitantes do interior, na sua maior parte, não tinham quase sido tocados pelos comportamentos do resto da humanidade. Pouco depois de 1800, os povos independentes do Quênia e da Tanzânia tiveram que enfrentar fatos carregados de um sentido novo e muitas vezes terrível. Umas após as outras, as grandes ondas das invasões árabes e europeias vieram quebrar-se nas suas tranquilas margens. Grande parte da civilização tradicional foi gravemente danificada, quiçá submersa por uma maré de violência. Numerosos costumes e crenças ancestrais desapareceram, como foram abandonadas tantas antigas formas de manter a ordem e a paz cívica.

Ora, nesta época, a África do Leste estava em más condições para enfrentar este assalto tão brutal quanto súbito das forças externas. Frente às enormes potências do resto do mundo, a África estava doravante muito atrasada na sua capacidade de produzir, fosse para guerra, fosse pela paz. A Europa, após 1500, tinha entrado em uma era de descobertas e de desenvolvimento mecânico e científico de larga escala. O interior da África, ao contrário, não conhecia nada disso. Seus habitantes tinham prosseguido em um ritmo regular, porém lento, o desenvolvimento de sua própria civilização[71]. Esta civilização da idade do ferro tinha numerosos êxitos a seu favor. Tinha progredido muito e tinha inventado muitas coisas nas artes da vida comunitária, na cultura de novos produtos agrícolas, na aquisição e difusão de técnicas de trabalho do metal, no desenvolvimento das trocas comerciais e, mais importante ainda, nos métodos de autogoverno e nas maneiras de manter a paz. Estavam aí aquisições de indiscutível importância,

69 Ver o capítulo 26.

70 R. M. A. van Zwanenberg; A. King, 1975, p. 79-109.

71 W. Rodney, 1970*a* e 1972; W. R. Ochieng', 1975*d*.

mas que não pesavam diante da potência crescente das grandes nações industrializadas da Europa. Em 1800, a capacidade técnica dos europeus era bem maior que a dos africanos[72]. Em 1900, o fosso tornara-se imenso entre suas respectivas potências. A acentuação dessa desproporção já contém uma grande parte do que adveio à África após 1800, especialmente as obras do imperialismo. É este fenômeno de desequilíbrio que explica, em grande medida, a crise que se abriu a partir de 1800 e, embora não se fizesse sentir diretamente antes de 1850, houve um efeito indireto sobre os povos do interior muito tempo antes desta data.

72 E. A. Alpers, 1973; A. M. H. Sheriff, 1980.

CAPÍTULO 28

Madagascar e as ilhas do Oceano Índico

R. K. Kent

Madagascar

O perfil moderno de Madagascar deve-se essencialmente ao século XIX, quando os merina, povo do interior da ilha, estabeleceram sua supremacia política e impuseram a inúmeras outras populações uma mistura de características que lhes eram próprias ou que haviam importado da Europa, tornando-se assim virtualmente os únicos malgaxes aos olhos dos estrangeiros. O período colonial, que começou com uma derrota militar dos merina, devia ainda reforçar sua presença no século XX. Contudo, além do impacto de acontecimentos relativamente recentes, a história de Madagascar comporta também um outro passado, cujo alcance é mais amplo e no qual os três séculos a se findarem em 1800 destacam-se de forma particular. É quase certo que a maioria dos habitantes de Madagascar tenha se juntado nesse período para formar os principais grupos sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos que compõem o povo malgaxe atual: os antankara, os antandroy, os atambahoaka, os antanosy, os antemoro, os antesaka, os antefasy, os bara, os betsimisaraka, os betsileo, os bezanozano, os merina, os mahafaly, os sakalava, os sihanaka, os tanala e os tsimihety[1].

1 Visto que os nomes étnicos nunca foram padronizados, outras ortografias também são usadas. Em geral, o prefixo *an-* (ou *ant-*) significa "povo de", mas se encontra escamoteado pelo falar usual (assim, antanosy = "Tanus", já que "o" se pronuncia "u" em malgaxe); *bé-* et *-bé* significam "numerosos" ou "grandes" e denotam portanto a importância; *tsi-* ou *-tsi* marcam a negação. Os makua, que representam por volta

FIGURA 28.1 Os grupos étnicos de Madagascar. [Fonte: segundo R. K. Kent, 1970. © Holt, Rinehart e Winston, Inc. Adaptação realizada com a amável autorização da editora.]

A chegada no país de imigrantes que, ao se misturar aos autóctones, formavam novas populações, findou-se a partir de meados do século XVI. Alguns habitantes de Madagascar já haviam entrado em contato com os europeus, notadamente portugueses, e pelo menos uma das maiores e mais influentes famílias reais, a dos Maroserana, já começara a se formar. No começo do século XVII, Madagascar constituía um mosaico de reinos, em sua maioria pequenos e autárquicos. Antes de 1700, a maior parte do Sudeste da ilha aliou-se ao império sakalava, ao passo que vários reinos apareciam nos altos planaltos, onde viviam povos tais como os betsileo e os merina; no Sudeste, onde viviam os antemoro, os antesaka, os antefasy e os antanosy; no extremo sul, onde viviam os antandroy; no Sudoeste, onde viviam os mahafaly; e na parte meridional do interior, onde viviam os bara. No decorrer desse mesmo século, o contato com os europeus começou a se multiplicar em diferentes pontos da ilha e as trocas intensificaram-se, uma vez que as companhias das Índias orientais da Holanda, da Inglaterra e da França se interessavam cada vez mais pela grande ilha africana. A exportação de escravos que, até então, apenas ocorria rumo à África Oriental e à Arábia a partir de três pontos de embarque vizinhos situados a Noroeste, voltou-se para o Cabo, as Mascarenhas e o Novo Mundo, multiplicando assim os pontos de embarque ao longo das costas de Madagascar. As armas de fogo começaram a se espalhar e, ainda que não em grandes quantidades, as consequências no plano político foram evidentes. O Império Sakalava e, em particular a sua parte setentrional, o Reino Iboina[2], atingiu seu apogeu no século XVIII, ao passo que uma parte da costa oriental, do lado oposto, se unia pela primeira vez no seio da Confederação betsimisaraka. Antes do fim do século, a potência dos sakalava do Norte e dos betsimisaraka declinara irremediavelmente em virtude de acontecimentos ocorridos na própria ilha e no exterior. Pelo contrário, o Imerina, outrora fraco e desunido, conseguiu aumentar sua produção alimentar, acrescentar sua população e levar a cabo um renascimento político que ofereceu aos merina uma base sólida para sua futura expansão.

Os recém-chegados e as coligações

Antes do século XIX, os antemoro haviam adquirido um certo prestígio, pois formavam o único grupo capaz de escrever o malgaxe (usando o alfabeto árabe)

de 70.000 descendentes africanos importados através de Moçambique durante a primeira metade do século XIX, não figuram na lista acima. Foi sustentado erroneamente que alguns dos principais nomes de etnias teriam se formado sob a hegemonia dos merina.

2 Nos topônimos, o prefixo *i-* significa “lugar”. Também serve para caracterizar os nomes de indivíduos ou de grupos. Trata-se de uma sobrevivência africana.

e possuíam habilidades específicas nas áreas de magia e de religião. Os especialistas ainda não chegaram a um acordo quanto à data e ao lugar de chegada de seus antepassados em Madagascar, a sua origem, seu grau de islamização e sua influência na ilha. Os autores mais antigos tendiam a situar seu desembarque no Noroeste da ilha por volta de 1400 e a considerá-los como árabes vindos da Arábia[3]. Mais recentemente, a influência real do islã na cultura passada e presente dos antemoro foi completamente revisada[4]. Gustave Julien foi o primeiro especialista a pensar que seriam originários de África Oriental[5], tese esta que, desde algum tempo, tem sido sustentada por vários elementos. Outrossim, os primeiros antemoro teriam tido uma formação religiosa e uma organização islâmica, mas não as teriam conservado por serem totalmente isolados do mundo muçulmano[6]. Sabemos que os antemoro não formaram nenhuma sociedade, tampouco um Estado, em Madagascar antes da chegada de seus antepassados nas margens do Matitana, no Sudeste do país. Foi somente após terem se miscigenado com os *tompon-tany* (os mestres da terra, os primeiros habitantes da ilha) que surgiram tal sociedade e Estado. É contudo possível datar com bastante precisão seu estabelecimento nas margens do Matitana, uma vez que três navegadores portugueses visitaram a região no momento oportuno, entre 1507 e 1514. Os dois primeiros, com um ano de intervalo, não falaram em "mouros", mas assinalam que a população local tem o costume de comerciar com eles[7]. Quanto ao terceiro, ele foi mandado diretamente na região para ali implantar uma fábrica. Nesta época, existia no vale do Matitana "uma cidade povoada por inúmeros mouros". Após terem manifestado durante cerca de seis meses sua oposição à presença comercial portuguesa, tais mouros foram obrigados pelos *tompon-tany* a deixar definitivamente o Matutina[8]. Haja vista que os antepassados dos antemoros são, nesse caso, os únicos a poderem ser chamados de "mouros", infere-se que seu estabelecimento ao longo do Matitana teria ocorrido entre 1509 e 1513.

---

3 A. Grandidier (1908-1928, vol. IV, parte I, p. 156) supõe que alguns dos antepassados dos antemoro haviam permanecido na África Oriental, mas não constatou nenhuma influência cultural africana levando-o a alterar suas ideias sobre sua origem árabe inicial.

4 J. Faublée (1958, p. 71) segue A. van Gennep (1904, pp. 4-11) que questiona os fatos atestando suas origens islâmicas. É. de Flacourt (1661, p. 171) deu indicações sobre a hierarquia muçulmana no Sudeste da ilha.

5 G. Julien, 1929, p. 75.

6 R. K. Kent, 1970, p. 108-114.

7 Ver A. Grandidier *e al*. (1903-1920, vol. I, p. 18-19 e p. 48-49) a respeito das visitas de Ruy Pereira e Diego Lopes de Sequeira (que era muito mais do que um mero navegador) em 1507 e 1508.

8 *Ibid.*, p. 53; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África central, 1497-1840,* 1962-1975, vol. III, p. 508, no que tange à viagem de Luis Figueira.

Os documentos escritos pelos antemoros relativos ao período de formação de sua sociedade ("quando ainda não havia sete aldeias no Matitana") e aos séculos seguintes não apenas relatam acontecimentos do passado, mas constituem também elementos de um processo de introspecção. De forma geral, eles narram o encontro dos antemoro com as comunidades que habitavam no litoral sudeste antes de sua chegada. Também evocam a oposição entre as concepções patrilineares dos recém-chegados e as concepções matrilineares dos autóctones. Mencionam não apenas uma, mas várias chegadas de "protoantemoro" no Matitana, assim como descrevem os inúmeros conflitos entre os próprios recém-chegados[9]. O primeiro antepassado, Ramakararube, foi o único a permanecer alheio a esses conflitos, pois havia retornado a "Maka" (Meca)[10]. Para ser mais preciso, foi no decorrer dos três primeiros quartos do século XVI que os antemoro evitaram ser incorporados em um ou mais grupos *tompon-tany* e formaram uma sociedade articulada em torno de quatro clãs aristocráticos e de quatro clãs sacerdotais. De fato, a maior parte do que se sabe da história interna dos antemoro, até muito depois de 1800, resume-se a conflitos entre os clãs aristocráticos anteoni, antemahazo, anteisambo e zafikazimambo, cada um dispondo de seu próprio território no reino[11]. O *andrianoni*, rei supremo de todos os antemoro, podia ser oriundo de qualquer um desses quatro clãs (por vezes chamados coletivamente de anteoni). Ao mesmo tempo, os clãs sacerdotais rivalizavam para ocupar o primeiro posto nas funções religiosas e culturais. Dessa forma, os tsimeto, os zafimbolazi, os anakara e os anterotri buscavam ser os guardiões dos manuscritos sagrados (*sorabe*) dos antemoro, os grandes sacerdotes do reino ou os mais próximos a um *andrianoni* e a seu clã[12]. Como previsível, os aristocratas almejavam controlar os aspectos religiosos da sociedade antemoro, ao passo que os antalaotra pretendiam gozar do poder temporal. Essas divisões desfaleceram-se no século XIX, quando o clã dos anakara monopolizou o poder religioso e político em suas mãos. Tal supremacia permaneceu incontestada até que revoltas populares, ainda que reprimidas por tropas estrangeiras vindas do Imerina, começassem a abalá-la[13].

9 G. Julien, 1929, pp. 1-23, e 1933, pp. 57-83; G. Mondain, 1910, p. 50-191 (textos árabo-malgaxes e traduções francesas).

10 G. Mondain, 1910, p. 51; G. Ferrand, 1891-1902, vol. II, p. 57.

11 No século XVII, esses quatro territórios foram reduzidos a três. Os anteoni e os antemahazo ocupavam o baixo e o médio Matitana. Ivato era a capital do *andrianoni*. Vohipeno era o centro dos clãs sacerdotais, conhecidos sob o nome coletivo de Antalaotra. H. Deschamps, 1961, p. 93 e mapa p. 110.

12 G. Ferrand, 1891-1902, vol. I, p. 1-41, e vol. II, p. 69-72; H. Deschamps e S. Vianès, 1959, p. 41-45.

13 G. Huet, 1901.

Ao se estabelecerem na costa oriental de Madagascar, os antemoro encontraram ali, além de alguns grupos *tompon-tany*, outras comunidades exógenas que haviam chegado antes deles[14]. Encontrando-se principalmente entre os atambahoaka, vizinhos dos antemoro no Norte, os descendentes de Raminia, os zafindraminia, estavam também disseminados no centro e no Sul da costa oriental. Seus grandes antepassados também se originariam de "Maka". Diversas origens foram atribuídas a Raminia e a seus companheiros[15], mas há um consenso em considerar que eles teriam chegado em Madagascar o mais tardar antes do século XV. Uma das raras tradições a ter sobrevivido de outra forma que nos textos antemoro deixa entender que, independentemente do país de origem de Raminia, a África Oriental teria sido uma importante escala no caminho rumo a Madagascar[16]. No momento em que os antemoro chegaram, os zafindraminia gozavam, no conjunto, de posições privilegiadas entre os *tompon-tany*, em grande parte graças ao costume em vigor naquela época (*sombili*), segundo o qual apenas um descendente de Ramania podia matar os animais domésticos. Assim como se podia prever (aliás, seus próprios textos o confirmam), os antepassados dos antemoro buscaram casar com mulheres zafindraminia. Houve até rivalidades a respeito dessas mulheres, mas tais uniões permaneceram "estéreis"[17]. Finalmente, os conflitos polarizaram-se entre as duas levas sucessivas de recém-chegados e provocaram uma grande insegurança. Certas tradições orais dos *tompon-tany* mencionam esses enfrentamentos como sendo uma luta entre dois "gigantes" (Darafify e Fatrapaitanana)[18]. A mais aguda fase desse conflito generalizado coincidiu com a emergência dos aristocratas zafikazimambo que, em torno de 1550, se tornariam os novos e poderosos senhores da região. Apesar de algumas dificuldades, os textos antemoro consideram o fundador dos zafikazimambo (Zafikazimambobe) como um descendente de Ramarohala, o antepassado imediato das aristocracias anteoni, que representa a terceira geração autóctone e do qual dois filhos (de um total de dezessete) fundaram as aristocracias antemahazo e anteisambo[19]. Esses textos genealógicos mostram que o processo de

14 Nos textos antemoro são citados treze nomes de grupos de *tompon-tany*, dos quais os mais importantes eram os antemanampatra e os manankarunga. Um pequeno número de imigrantes mais antigos que os antemoro, conhecidos como os onjatsy (pronunciar *undzatse*), manteve alguns de seus privilégios sob o reinado dos novos mestres, alguns dos quais casaram com mulheres onjatsy.

15 Entre outras, javanesa, shīrāzī e indiana.

16 G. Ferrand, 1902, p. 219-222.

17 G. Mondain, 1910, p. 52-55. A "ausência de prole" é uma afirmação simbólica.

18 Essa tradição é evocada por A. Grandidier, 1908-1928, vol. IV, parte I, p. 135 e nota 1.

19 G. Mondain, 1910, p. 56-59. Os outros filhos fundaram pequenos grupos locais.

assimilação linguística e cultural se estendeu durante várias gerações, mas eles atestam também a preocupação em assegurar a coesão da sociedade, uma vez que consideram os zafikazimambo como descendentes dos anteoni, dando-lhes assim uma origem aristocrática e local adequada. Sabemos contudo, graças a um observador independente de meados do século XVII que conhecia bem o Sudeste de Madagascar, que os zafikazimambo foram os últimos imigrantes de além-mar a se instalarem nas margens do Matitana e que seu nome provém do de uma mulher *tompon-tany* casada com um deles[20]. Na época, eram todos considerados sacerdotes (*ombiasa*) e escribas enviados de Meca um século e meio antes do relato de de Flacourt (1658), no intuito de instruir os habitantes do país[21]. A partir de 1550, os zafikazimambo exerceram uma influência decisiva sobre a sociedade antemoro. Atribuíram-se, em detrimento dos zafindraminia, o monopólio ritual do *sombili* e usaram-no de maneira rígida como instrumento econômico e político. Reduziram as liberdades do povo e fizeram da religião o centro da vida política. Resolveram também os conflitos entre antemoro e zafindraminia ao matar o maior número possível de descendentes masculinos de Raminia e ao isolar suas mulheres e filhos em guetos[22]. Pode-se dizer que os zafikazimambo criaram o primeiro reino forte dos antemoro no Matitana e deram-lhes dois *andrianoni* de grande habilidade: Rabesirana (aproximadamente 1580-1615) e Andriapanolaha (aproximadamente 1630-1660)[23].

A agitação sofrida pelo país dos antemoro teve repercussões além de suas fronteiras. Suscitou por exemplo uma tendência à expatriação que se tornou uma característica permanente dessa sociedade[24]. Visto que os clãs sacerdotais engendravam mais especialistas do que o necessário para as diversas subdivisões do reino antemoro, eles costumavam se espalhar entre os outros povos a fim de oferecer seus talentos específicos a quem deles precisava[25]. Esses *ombiasa*[26] tornavam-se assim itinerantes ou fixavam-se em algum lugar, geralmente para servir a um chefe. Não existe estimativa cronológica satisfatória que permita medir a influência dos expatriados antemoro sobre as outras comunidades entre meados do

20 É. de Flacourt, 1661, p. 17. Convém notar que os títulos mambo e kazi encontram-se no centro-sudeste da África.

21 *Ibid.*

22 *Ibid.* de Flacourt situa tal *pogrom* nos anos 1630.

23 R. K. Kent, 1970, p. 98-99.

24 B. F. Leguével de Lacombe, 1823-1830, vol. II, p. 187.

25 Ver G. A. Shaw, 1893, p. 109, para um exemplo de expatriação antemoro.

26 Foneticamente, *oumbias* (plural e singular) é muitas vezes traduzido por sacerdote, feiticeiro, médico. Os *ombiasa* desempenhavam várias funções e subdividiam-se, junto aos malgaxe, em várias categorias.

século XVI e o fim do século XVIII. Todavia, não há dúvida de que participaram de um processo primordial de evolução política: a passagem de um mosaico de pequenos territórios isolados, submetidos a um chefe e sem pretensões territoriais, para uniões políticas mais amplas e ambiciosas. Talvez fossem, nesse sentido, os primeiros pró-malgaxes. De Flacourt relata que os *ombiasa* do Matitana (ele não conhecia a palavra antemoro) não somente eram os mestres dos *ombiasa* de outras regiões do Sudeste, como também formavam especialistas religiosos estrangeiros, dos quais alguns desempenharam talvez um papel central em suas sociedades de origem. O fato de o Matitana estar em constante efervescência levou também alguns membros da aristocracia a exilarem-se. Outrossim, o pogrom organizado pelos zafikazimambo contra os zafindraminia adultos de sexo masculino certamente impulsionou rumo ao interior de Madagascar um número substancial de migrantes involuntários. Os zafirambo, chefes dos tanala ou ikongo[27], descenderiam talvez desses exilados, assim como alguns dos antepassados dos nobres da futura Imerina[28] ou que os zafindramínia entre os antanosy.

Segundo de Flacourt, os zafindraminia fixaram-se junto aos antanosy no fim do século XVI[29]. Outros autores sustentam que ocorreu muito mais tarde, por volta de 1625[30]. A primeira data nos parece melhor e, além disso, é provável que os primos dos zafindraminia fugindo do Matitana tenham também se juntado aos antanosy. Uma genealogia zafindraminia-antanosy, ainda que pouco confiável do ponto de vista cronológico, indica que uma "linhagem real" existia desde a dezessete gerações[31]. Na verdade, relatos escritos por residentes europeus entre 1614 e 1680, assim como uma pesquisa[32], mostram claramente que os zafindraminia não conseguiram fixar-se junto aos antanosy. Introduziram o *sombili* na região, exceliam na construção de casas de madeira, acumulavam rebanho (principal fonte de riqueza, mesmo em uma sociedade agrícola), tinham uma boa noção das ligações de parentesco e uma vontade de poder afirmada, bem como conseguiram garantir para si uma posição privilegiada junto aos antanosy. Porém, seu instinto de posse, suas rivalidades internas e sua incapacidade

27 H. Deschamps, 1965 (2a edição), p. 55 (manuscrito 13, Biblioteca Nacional, Paris).

28 Um texto antemoro um pouco suspeito (ou, antes, um texto de influência antemoro) do século XIX parece indicar que alguns dos primeiros zafindraminia teriam emigrado para Imerina.

29 É. de Flacourt, 1661, p. 5. Em seu prefácio, de Flacourt situa a chegada dos zafindraminia em Madagascar uns 500 anos antes de sua época.

30 Por exemplo, A. Grandidier hesitava entre as duas datas.

31 Biblioteca Nacional, Paris, Fundo francês, manuscrito 20181, f. 146 v-147; É. de Flacourt, 1661, p. 48-53; L. Mariano, *Relations*, 1613-1614, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 49.

32 R. K. Kent, s.d.

em encontrar símbolos que transcendam as necessidades de um determinado *rohandrian* (nome que designava o posto mais elevado entre os zafindraminia) e capazes de unificar todos os antanosy impediam a criação de um Estado único governado pelos reis zafindraminia. Em vez disso, desenvolveram-se duas sociedades paralelas, copiando os zafindraminia a hierarquia *tompon-tany*. Quando, em 1643, os franceses fundaram Fort-Dauphin no país Antanosy, as duas sociedades haviam se misturado, não somente em virtude da prática da exogamia, mas também pelo fato de os escalões superiores, de ambos os lados, terem evoluído rumo à centralização política. Porém, os trinta anos de existência de Fort-Dauphin (1643-1674) bastaram para aniquilar totalmente esse processo, fazendo com que a unidade política permanecesse fora de alcance[33].

Os zafindraminia não costumavam edificar reinos e os antemoro constituem um dos raros exemplos de recém-chegados a terem fundado sua própria sociedade e seu próprio Estado. Porém, os maroserana destacam-se como a mais importante família predinástica da história política de Madagascar. Afinal, os maroserana forneceram soberanos aos mahafaly, aos sakalava do Menabe e do Boina, assim como a parte dos antandroy e dos bara. Uma vez formado seu grupo, os maroserana (assim como os rafindraminia e os antemoro) não podiam mais ser considerados estrangeiros em Madagascar, nem constituíam mais um grupo não assimilado que teria conservado uma língua e uma cultura próprias. Assim como para outros recém-chegados, a origem e a fase de gestação do grupo permanecem controversas. Em primeiro lugar, as tradições orais mahafaly e sakalava não concordam a respeito do primeiro ancestral maroserena, tampouco a respeito do lugar de origem dos "protomaroserena". As narrativas orais recolhidas na época em que a maioria dos sakalava ainda era independente dão-lhes, simultaneamente, duas origens muito diferentes: andrianalimbe, vindos do interior de Madagascar, e andriamandazoala, vindos de além-mar[34]. A questão ainda se complica pelo fato de o fundador dos maroserana ser, segundo algumas tradições, Rabaratavokoka[35]. Os mahafaly do Sudoeste de Madagascar, entre os quais os maroserana apareceram no século XVI, indicam que sua família real foi fundada por Olembetsitoto[36].

33 *Ibid.* Ver também abaixo.

34 C. Guillain, 1845, pp. 10-11.

35 L. Thomassin, 1900, p. 397, onde esse nome está ortografado Rabavavatavokoka. Outras tradições dão-lhe também um pai.

36 C. Poirier, 1953, pp. 34-35. Na verdade, "Andriamaroserana" é o nome genérico do primeiro soberano maroserana cujo crânio, chamado Andriamaro, se tornou o protetor de todos os mahafaly (ver abaixo). As dificuldades levantadas pelas genealogias mahafaly têm como origem um fator político: quatro Estados foram criados nesse grupo do Sudoeste, o que torna complicadas as versões da primeira árvore genealógica real.

Tais contradições contribuíram para explicar as teses de alguns autores segundo as quais os maroserana proviriam, por exemplo, do Sudeste de Madagascar e seriam indianos que haviam desembarcado perto do atual Fort-Dauphin, por volta do ano 1300, para se dirigir ao Norte e fundar a família real dos antesaka, os Zarabehava. Daí, teriam seguido rumo ao Oeste, fornecendo famílias reais aos antnadroy do extremo sul (os Zafy Manara), aos bara do centro-sul (os Zafy Manely) e, mais tarde, aos mahafaly e aos sakalava[37]. Interpretou-se o termo *maroserana* como sendo "aqueles que tinham vários portos" – "nome dado principalmente aos príncipes de sangue que Radama I enviou como governadores nos diferentes portos marítimos onde estabeleceu alfândegas[38]" –, o que permite pensar que o controle do litoral era o objetivo de uma estratégia antiga. Todas essas teses sofreram algumas modificações no decorrer dos últimos anos, baseando-se sobretudo nas primeiras fontes de que dispomos[39]. Assim como o indicam as tradições orais antesaka, os reis zarabehava constituíam um ramo dos sakalava da costa ocidental, que atravessaram o Madagascar entre 1620 e 1650[40]. Tal deslocamento também foi confirmado por outras provas[41]. Por conseguinte, a dinastia maroserana não se deslocou do Leste para o Oeste, e não existem mais dúvidas de que essa família se constituiu no Sudoeste de Madagascar. Os Zafy Manely, família real do Ibara, partiram do Sudoeste para se dirigirem rumo ao interior meridional (e não o contrário), e nada confirma a suposta origem indiana: mesmo no plano linguístico, nunca se encontraram sobrevivências indianas no vocabulário dos reis maroserana. O fato de aproximadamente 250 anos terem separado a suposta data de chegada (1300) da aparição dos maroserana (1550) contradiz também a ideia de uma influência política indiana. Por fim, há mais de 150 anos, Charles Guillain demonstrou *in loco* que um título criado no começo do século XIX pelo rei merina Radama I (1810-1828), a fim de fortalecer seu controle dos portos, não tinha o mesmo significado no Sudoeste de Madagascar por volta de 1840[42].

37 A. Grandidier, 1908-1928, vol. IV, parte I, p. 127-128 (nota 1), p. 168, 212, 214, 278-280 (nota 4).

38 A. Abinal e V. Malzac, 1888, p. 557.

39 R. K. Kent, 1969.

40 Marchand, 1901, pp. 485-486; H. Deschamps, 1936, p. 162-164, *passim*, e 1965, p. 94.

41 J. Boto, 1923, pp. 252-253. Ademais, os sakalava travaram um certo número de guerras no decorrer de sua viagem pelo interior do país, guerras estas que marcaram as memórias.

42 C. Guillain, 1845, p. 11, nota 1. Disseram-lhe, perto de Tuléar, que o termo *maroserana* significava "inúmeras trilhas", em virtude do costume segundo o qual os primeiros reis maroserana do Mahafaly instalavam suas residências no centro das outras moradias e abriam várias trilhas ao redor, conduzindo às aldeias vizinhas. Contudo, Guillain não achou satisfatória tal explicação. Ele conhecia também o significado desse termo no Imerina.

As duas tradições divergentes dos sakalava não são contraditórias. Andriamandazoala e Rabaratavokoka significam respectivamente "o Senhor que murchou a floresta" e "Nobre Junco Inclinado". Pelo fato de os mahafaly e os sakalava darem nomes póstumos a seus monarcas e em virtude da interdição do uso da palavra "morto" para se referir aos reis falecidos (esse tabu linguístico era chamado *anaratahina* entre os mahafaly e *fitahina* junto aos sakalava), a ideia de um junco "inclinado" (o termo junco representando um conceito análogo ao *uthlanga* dos zulus)[43] leva a pensar que Rabaratavokoka seria provavelmente um *fitahina* para Andriamandazoala. Tal tese encontra-se também sustentada pela ausência de túmulo para Rabaratavokoka e pela afirmação da existência do de Andriamandazoala (embora tenha sido encontrado vazio quando foi aberto)[44]. O túmulo de Olembetsitoto situa-se em país mahafaly[45]. Além do mais, recém-chegados oriundos do interior (talvez expulsos por outros recém-chegados), representados pelo Grande Senhor 'Alī (Andrianalimbe)[46], e aqueles vindos de ultra-mar, representados por Andriamandazoala, aproximaram-se uns aos outros graças a um processo de coligações e conflitos, segundo um esquema clássico para os recém-chegados a Madagascar. É muito provável que alguns dos antepassados dos maroserana tenham chegado no Sudoeste de Madagascar por via marítima. O ramo dos maroserana que reinava junto aos sakalava era conhecido sob o nome de Zafivolamena (Filhos do ouro), ao passo que os túmulos dos reis maroserana no país ainda se chamam *volamena* (ouro, literalmente "prata vermelha"). Existem também tradições segundo as quais uma grande quantidade de ouro teria sido desembarcada nas proximidades da atual Tuléar pelos antepassados dos sakalava-maroserana[47]. Por não se encontrarem ouro nem minas de ouro em toda metade sul de Madagascar (no século XVI, marinheiros portugueses exibindo ouro foram observados com indiferença pelos habitantes do litoral), as tradições indicando que esse metal foi importado não podem ser errôneas em sua essência. O fato de o *volamena* ter se tornado um metal sagrado (*fady*, *faly*) reflete também a vocação pandinástica daqueles que o trouxeram. Se levarmos em consideração a proximidade das importantes minas de ouro de Rodésia, a existência de homens capazes de levar o metal para Madagascar em

43 C. Callaway, 1870, p. 2-3 e nota.

44 Segundo E. Birkeli, 1926, p. 32.

45 M. A. Marion, 1971.

46 Andrianalimbe: "nobres por dezenas de milhares" (*andriana* = senhores, nobres + *ali*, de *alina* = 10.000, e *mbe/be* no sentido de numerosos, vários) seria obviamente uma melhor tradução. Andriana não deve ser interpretado como um título funcional aplicável aos titulares de determinados cargos.

47 Tovonkery, 1915, p. 7.

uma só travessia (os comerciantes afro-árabes ou mesmo exilados voluntários portugueses que detinham grandes quantidades de ouro, mas não sabiam para onde ir), a presença de algumas palavras e costumes similares em Madagascar e na Rodésia, dificilmente se pode descartar a probabilidade de ligações entre maroserana e mwene mutapa[48].

Algumas tradições extremamente interessantes, recolhidas e publicadas por um sakalava no início do século XX, esclarecem os princípios da história dos maroserana. Elas indicam que as primeiras tentativas desses recém-chegados no Sudoeste para se afirmar politicamente foram infrutíferas: suas inúmeras tentativas de então não obtiveram nenhum êxito. Revelam que os primeiros sucessos políticos maroserana apenas se tornaram possíveis ao se estabelecerem laços de parentesco entre eles e as famílias de chefes locais, cujo nome era o de uma floresta vizinha, Analamahavelona[49]. Mostram também que a aptidão em inovar representou um importante trunfo dos primeiros maroserana: tinham o sentido da expansão territorial, começaram a edificar as primeiras fortificações e a construir nas alturas; empregavam tropas de mercenários; arbitravam as disputas; sabiam atrair seguidores distribuindo comida e rebanho (a primeira capital chamava-se Itsororobola, nome que sugere um fluxo abundante e constante de bens); começaram a consultar adivinhos encontrados localmente sobre os negócios do Estado[50]. Eles procederam de forma similar com os mahafaly, junto aos quais alianças com famílias de chefes enfraquecidas por vários anos de conflitos, os Andriantsileliky, garantiram-lhes a supremacia política. Entretanto, as famílias de chefes conservaram inúmeros privilégios importantes e não foram desapossados de seus bens[51]. Tudo indica que o efeito conjugado de uma taxa de natalidade elevada entre os maroserana e da vontade de aplicar o princípio da primogenitura quando das sucessões reais tenha produzido um número ilimitado de ramos colaterais e de príncipes sem direito a reinar. Os textos sakalava (por vezes "ao fazer remontar" a genealogia dos maroserana no tempo) chamaram essa bifurcação da árvore genealógica em reis legítimos e colaterais de fase dos *volamena* e dos *volafotsy* ("prata branca"). Foi provavelmente para resolver

48 R. K. Kent, 1970, passim. Contudo, essas ligações talvez não seriam diretas no que tange aos costumes e a origem rodesiana de alguns antepassados dos maroserana permanecerá controvertida, pelo menos até que novas pesquisas, realizadas dos dois lados do canal de Moçambique, evidenciem um número suficiente de paralelismos para dissipar todas as dúvidas.

49 O Analavelona era uma crista do vale do Fiherenana, parcialmente paralelo à costa ocidental, entre os rios Fiherenana Mangoky.

50 Firinga, 1901, pp. 664-669.

51 E. Mamelomana, s.d., pp. 1-3.

esse problema que se iniciou a busca ativa para novas terras (*orin-tany*), o que contribuiu para ampliar a esfera de influência, aldeias inteiras começando a ser governadas por membros da família real. Porém, o problema ainda se colocava no século XIX, levando de vez em quando ao exílio voluntária de colaterais (eram então chamados de *longo'mpanilo* ou *vohitsy mananila*), à aliança destes com opositores aos maroserana ou, ainda, à constituição de dinastias rivais como os Andrevola, reis do vale do Fiherenana que muito atrapalharam os maroserana.

Os estrangeiros e sua influência

Os relatos dos europeus que visitaram Madagascar antes do período colonial têm o mérito cumulativo e durável de contribuir de maneira inestimável para o conhecimento do passado da ilha[52]. Não se pode contudo referir-se a uma visão monolinear no que concerne à influência que a Europa tinha na ilha por volta de 1800[53]. De forma geral, os portugueses tiveram, no século XVI, uma influência negativa sobre o comércio dominado pelos muçulmanos e seus estabelecimentos à beira do Oceano Índico[54]. No alvorecer do século XVI, havia quatro destes estabelecimentos em Madagascar: um perto da cidade de Vohemar, no Nordeste, e três no Noroeste, não longe da atual Majunga. As feitorias do Noroeste encontravam-se em pequenas ilhotas das baías de Mahajamba, Boina e Bombetock. Eram controladas e habitadas por comunidades de língua kiswahili que exportavam essencialmente arroz e escravos para a África Oriental e a Arábia. Quanto à do Nordeste, chamada Iharana, ela era diferente sob vários aspectos. Os habitantes de Iharana viviam na grande ilha, exportavam muito menos grãos e homens que as feitorias do Noroeste e sua cultura, de origem local, era antiga e centrada no polimento da pedra e nas técnicas de construção[55]. Segundo fontes portuguesas do início do século XVI, Iharana teria sido fundada por "mouros" de Malindi. Não há muitas dúvidas de que seu declínio apenas tenha começado no momento em que a Europa se ingeriu no comércio dos muçulmanos através

52 Um grande número desses relatos constam das *Collections des ouvrages anciens concernant Madagascar* (1903--1920), obra publicada sob a égide de seus dois principais organizadores, Alfred e Guillaume Grandidier. A série não vai além de 1800 e ainda não existe nenhuma coleção comparável para o século XIX.

53 A mais dura e radical condenação de todos os europeus vindos a Madagascar até 1800 foi formulada pelos Grandidier, que forma sem dúvida os mais importantes especialistas de Madagascar. Ver A. Grandidier, 1908-1928, vol. IV, parte II, p. 106-108.

54 J. Strandes, edição de 1961, p. 12-155.

55 Para uma ideia geral das obras existentes a respeito de Iharana, ver P. Vérin, 1971, p. 225-229; P. Gaudebout e E. Vernier, 1941, permanecem a referência de base de todos os trabalhos.

do Oceano Índico. Em 1700, já não era mais do que a sombra dela mesmo e sua cultura desvaneceu-se sem deixar o menor rastro tangível na ilha. Em 1506, os portugueses atacaram a principal feitoria suaíli do Noroeste, Lulangane, situada na ilhota de Nosy Manja, na baía de Mahajamba. Eles tentaram destruir Boina em vão e pouparam totalmente Bombetock, cujo shaykh adotara uma atitude amigável para com os lusitanos[56]. Mais a Norte, na baía de Anorontsanga, estes descobriram também uma densa colônia de africanos composta de aproximadamente 2000 homens que se juntaram na praia, armados de arcos e flechas (armas estas que sumiram de Madagascar depois desse episódio), assim como de lanças e escudos. Mas mudaram de ideia antes da batalha e sumiram no interior da ilha. Suas casas foram queimadas e foi como se "a montanha inteira estivesse em chamas". Entretanto, tal colônia específica não fazia parte da rede comercial muçulmana. Tratava-se de escravos que haviam fugido de Malindi, Mombaça e Mogadíscio[57].

Contudo, após esses primeiros contatos belicosos, os portugueses instalados em Moçambique mudaram sua atitude e puseram-se a enviar cada ano no Noroeste de Madagascar um navio que dali trazia rebanho, âmbar cinza, tecido de ráfia e escravos[58]. Do Couto relata que em meados do século XVI, seus conterrâneos haviam se tornado os mais ativos compradores de escravos de todos os intermediários do Noroeste[59]. Ao fazer aumentar a demanda por produtos de exportação, os portugueses contribuíram para a emergência de um certo número de pequenas uniões políticas no Noroeste da ilha, não longe das feitorias suaílis. Cinco conjuntos desse tipo constituíram-se ao longo do litoral e, parcialmente, no interior das terras, entre 14 e 16 graus de latitude sul[60]. Um deles tornou-se rapidamente importante sob a direção de um chefe, portador do título de *tingimaro*, chamado, não sem exagero, "o rei mais poderoso da ilha". Ele estava "continuamente em guerra com seus vizinhos[61]". Meio século mais tarde, em junho de 1614, o Tingimaro recebeu a visita do padre Luis Mariano, da ordem de Jesus em Moçambique. Este último fez três viagens de ida e volta até Cuala, capital do Tingimaro, distante de aproximadamente 25 quilômetros da costa, no intuito de obter que religiosos (e os leigos portugueses) pudessem implantar

56 Albuquerque e de Barros, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 15, 20-21 e 24-31.

57 *Ibid.*, p. 22.

58 J. dos Santos, 1609 (edição de 1891), vol. II, cap. 19, p. 332-333, e 1901, p. 332.

59 Do Couto, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 100.

60 *Ibid.*

61 *Ibid.* Os prisioneiros de guerra eram vendidos aos intermediários do litoral.

um primeiro estabelecimento em um Estado que os intermediários do litoral começavam a temer[62]. Após um dos súditos do Tingimaro ter passado pelo teste do veneno a fim de conhecer as intenções do padre Mariano, este foi bem recebido, mas o Tingimaro recusou-se a assinar um tratado com os portugueses e não aceitou nenhuma atividade missionária dentro de suas terras[63]. O Tingimaro era um buque (do kiswahili *wa-Buque*), nome adotado pelos portugueses para distinguir os que falavam malgaxe dos cafres de Madagascar, que falavam idiomas bantos, mas usado pela comunidade de língua kiswahili para designar todos os habitantes da grande ilha[64]. Como o Tingimaro acabou por controlar também a baía de Anorontsanga, tudo indica que a colônia de escravos que fugiram da costa suaíli da África tenha sido absorvida pelos buque no decorrer de aproximadamente cinco gerações.

No fim dos anos 1580, os mouros de Mazalagem (os nomes de "Velho" e "Novo" Mazalagem foram dados às feitorias das baías de Mahajamba e de Boina pelos europeus, com diversas grafias) recusaram o comércio com os portugueses, e um dominicano que queria converter os autóctones foi morto[65]. A guerra só foi evitada em virtude de ordens procedentes de Lisboa[66], após uma demonstração de força e retaliações contra os mouros fora de Madagascar[67]. Em 1590, o Noroeste de Madagascar foi integrado à zona comercial da ilha de Moçambique[68]. Entre 1614 e 1620, houve tentativas, em particular por parte do dinâmico padre Mariano, para construir uma igreja no Noroeste de Madagascar. Como atesta um diário, isso não serviu à causa da cristandade. Os muçulmanos locais, relativamente permissivos e pouco voltados a frequentar a mesquita, foram assim levados a tornar-se mais rigorosos e a estreitar seus laços com os muçulmanos sunitas vindos da África Oriental e da Arábia[69]. Aproximadamente meio século mais tarde, em 1667, o padre Manuel Barreto escreveria que havia frequentemente ouvido Bartholomew Lopes, homem de grande juízo [...] dotado de uma

62 Samamo, rei suaíli do Novo Mazalagem, disse a Paulo Rodrigues da Costa, em 1613, que o Tingimaro o obrigou, assim como seu tio, a abandonar o Velho Mazalagem e que ele temia também uma tentativa de anexação do Novo Mazalagem.

63 A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 66-70.

64 É só no Noroeste que Madagascar era chamada Ubuque, e a distinção entre Buque e Cafres no "Diário" de P. R. Costa (1613) e nos relatos de Mariano era intencional.

65 J. dos Santos, 1609 (edição de 1895), vol. I, p. 286.

66 *King to Meneses*, 6/2/1589, *BFUP*, I, 302.

67 J. dos Santos, 1609 (edição de 1895), vol. I, p. 286-287.

68 Fazendo parte da zona comercial de Goa.

69 P. R. da Costa, 1613 (edição de 1970), p. 61-72, comparar com a carta de Mariano a de Medeiros, 24 de agosto de 1619, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 303-311.

grande experiência das viagens a Madagascar, dizer que se o rei [de Portugal] quisesse dar-lhe seis navios armados com soldados portugueses a bordo, ele iria à ilha com a sua canoa e outros barcos com alguns kaffir de outra raça e impediria qualquer navio mouro proviniente de Meca, Brava e Mogadoxo de fazer escala na ilha para ali praticar o tráfico dos buque, que eles transformavam em mouros, em um ritmo de 3500 por ano, pois os xeiques que residem em diferentes portos a este fim compram-nos e doutrinam-nos ao longo do ano para a maior desonra dos cristãos[70].

Em 1613, os portugueses assinaram também alguns tratados com os reis do litoral ocidental de Madagascar e, em 1616 e 1617, uma missão jesuíta foi enviada ao reino de Sadia, próximo ao rio Manambolo. Essa missão provocou uma guerra civil latente há algum tempo[71] cujas consequências influenciariam fortemente a fundação do reino sakalava do Menabe. Em 1641, os portugueses anexaram oficialmente o Oeste de Madagascar conforme os termos de um tratado lusitano-holandês[72], mas apenas se tratava da expressão de um desejo do principal parceiro comercial de Madagascar no Moçambique. Por volta de 1700, com efeito, o Noroeste de Madagascar era dominado pelos sakalava-maroserana e, exatamente meio século mais tarde, os malgaxes atacariam não somente os navios portugueses encontrados no canal de Moçambique, mas também suas bases das ilhas de Querimba e Ibo[73]. É certo que alguns portugueses naufragados tinham ido ao Sul de Madagascar entre 1510 e 1550, e de Flacourt[74] relatou acontecimentos em que eles estavam associados a grandes quantidades de ouro. Um grupo desses portugueses estabeleceu-se em Antanosy, onde se encontrou um pequeno forte de pedra (*trano-vato*) portando inscrições. Alguns zafindraminia afirmaram que casamentos haviam unido suas famílias a portugueses que assim foram assimilados sem deixar quase nenhum rastro de sua presença nesta parte da ilha[75].

Tudo indica que no início do século XVII, os portugueses tomaram menos escravos em Madagascar do que seus concorrentes da África e da Arábia. Ademais, eles tinham que pagar um preço muito mais alto para comprar os cativos.

70 M. Barreto, 1899, p. 503-504 (suplemento).

71 L. Mariano, "Letter", 24 de maio 1617, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 236.

72 G. M. Theal, 1898-1903, vol. I, p. 407. O tratado foi ratificado em Portugal e na Holanda em 1641 e 1642.

73 E. de Froberville, 1845.

74 É. de Flacourt, 1661 (edição de 1920), p. 32-33.

75 L. Mariano, "Relation", em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 41-48; É. de Flacourt, 1661 (edição de 1920), p. 32-34.

Durante esse mesmo período, as ilhas Comores tornaram-se o centro desse comércio, onde eram juntados os escravos e as mercadorias de Madagascar a serem em seguida enviadas para Malindi, Mombaça, Mogadíscio e Arábia (principalmente no Golfo de Aden). Por exemplo, os comerciantes de Domoni obtiveram "inúmeros" escravos no Noroeste de Madagascar "em função de incessantes guerras civis" travadas entre os reis da região. Em 1614, um escravo era comprado em Madagascar por 9 ou 10 piastras e revendido aos portugueses por 100 piastras[76]. Já que nesta época vários mercadores de Domoni falavam razoavelmente o português, eles teriam se voltado comercialmente para os Comores. Ainda em 1614, relatou-se que Anjouan estava repleta de escravos dos dois sexos trazidos de Madagascar, na espera de serem enviados na Arábia em troca de algodão indiano e de ópio[77]. Aproximadamente trinta anos mais tarde, viu-se em Anjouan um barco proveniente da baía de Boina (Novo Mazalagem) transportando 500 escravos, em sua maioria crianças e jovens, comprados por "2 a 4 moedas de um oitavo de real". Em Anjouan, o preço já havia quadruplicado. Decuplicaria em Malindi para dobrar de novo ao atingir as margens do Mar Vermelho[78]. Barcos de Shihir, no Golfo de Aden, iam também diretamente a Madagascar para comprar arroz, milhete e jovens dos dois sexos[79]. Fica claro que os portugueses estavam perdendo fôlego em Madagascar em proveito dos compradores tradicionais. Após aproximadamente 1620, tudo indica que eles se desinteressaram totalmente da grande ilha.

No início da segunda metade do século XVII surgiram novos compradores que não se limitaram a atuar no Noroeste da ilha. Sabemos que, de 1639 a 1647, pelo menos oito navios abasteciam os holandeses da ilha Maurício com arroz e escravos de Madagascar. Atuavam principalmente a partir da baía de Antonil[80]. Um tratado assinado com o rei de Antongil em março de 1642 obrigava-o a fornecer escravos apenas à Companhia Holandesa das Índias Orientais. Em 1646, o terceiro governador da ilha Maurício encarou a possibilidade de construir e equipar um forte nessa baía, mas ordens vindas de Batavia puseram fim aos esforços de implantação partindo de Maurício[81]. Confrontos frequentes

---

76 Visita de Walter Peyton em Mohéli, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 84.

77 Visita de Pieter van den Broecke nas ilhas Comores, *ibidem*, p. 93.

78 Smart em Kynnaston, 23 de junho 1646, *ibidem*, vol. V, p. 515 e 518.

79 P. van den Broecke (1614).

80 Ver a tabela provisória estabelecida por G. Grandidier e R. Decary, 1958, vol. V, parte III, seção 1, p. 208.

81 Para o texto do tratado, ver *Corpus Diplomaticum Neerlando-Indicum*, erste deel (1596-1650), A Haia, 1907, pp. 360-362.

(por vezes muito violentos) opuseram os holandeses aos habitantes do Leste de Madagascar até 1655, ano em que os primeiros começaram a vir na ilha a partir do Cabo. Eles participaram também de conflitos locais. Porém, em seu conjunto, a costa oriental era desunida e não se pode dizer que a presença comercial dos holandeses ou sua participação ocasional em guerras civis tenha tido um impacto durável. No século XVIII, todavia, os holandeses se juntaram a outros europeus para exercer uma considerável influência comercial em várias regiões de Madagascar, notadamente na costa ocidental.

Navios ingleses acostaram em Madagascar centenas de vezes entre 1600 e 1800, geralmente na costa ocidental e notadamente na baía de Santo Agostinho, que chegou a receber simultaneamente oito embarcações. O pidgin inglês, a língua do comércio, impôs-se na região e alguns autóctones adotaram nomes e títulos ingleses[82]. Em 1645, puritanos ingleses foram enviados a essa baía para fundar uma colônia. Cinco anos mais tarde, houve outra tentativa de implantação colonial em Nosy Be, uma ilhota do Noroeste. Embora Madagascar tenha sido apresentada aos futuros colonos como um paraíso terrestre, essas tentativas fracassaram e o número de vítimas foi considerável[83]. Ao contrário dos portugueses e dos holandeses, os ingleses não criaram bases em Madagascar. Mesmo assim, eles se tornaram os mais ativos exportadores de escravos malgaxes rumo ao Novo Mundo, particularmente para Barbados e Jamaica. Segundo um recenseamento efetuado em Barbados no fim do século XVII, a ilha tinha 32.473 escravos cuja metade vinha de Madagascar[84]. Inúmeros piratas americanos e ingleses participaram do tráfico de escravos entre 1688 e 1724. Eles visitaram todas as zonas de tráfico de Madagascar e implantaram também colônias em Diego-Suárez, na baía de Antongil e na ilhota oriental de Santa-Maria. Piratas participaram das guerras locais e contribuíram assim para a insegurança propícia a um abastecimento constante em cativos destinados à exportação[85]. Foi no decurso dessa "era dos piratas" que ocorreram duas mudanças importantes no que diz respeito ao comércio e às mercadorias. Em primeiro lugar, como os europeus entraram em concorrência diante dos mesmos fornecedores, os chefes costeiros tenderam, na maioria dos casos, a aumentar cada vez mais os preços. Em seguida, e talvez como consequência, os europeus começaram a trocar os

82 A título de exemplo, ver A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. V, p. 255.

83 *Ibid.*, vol. III, p. 44-64, 69-183, 184-187 e 221-258. Existe também um certo número de ensaios a respeito desse tema.

84 G. Grandidier e R. Decary, 1958, vol. V, parte III, seção 1, p. 213.

85 H. Deschamps, edição de 1972, permanece a obra de referência sobre essa questão.

escravos que eles almejavam por armas defeituosas ou obsoletas. Como disse um médico inglês em 1754, as armas vendidas aos habitantes de Santo Agostinho eram de péssima qualidade e muitas vezes explodiam, mutilando ou matando seus usuários[86].

Entre os países europeus desejosos de se instalar duravelmente em Madagascar, a França foi a única a obter um modesto sucesso com Fort-Dauphin, feitoria fortificada a Sul da ilha por ela dominada durante um pouco mais de trinta anos, de 1643 a 1674. Às vezes, os franceses pareciam ocupar uma posição intermediária entre "estrangeiros" e "recém-chegados". Em Fort-Dauphin, muitos homens casaram-se com mulheres locais. Entre os casos mais conhecidos consta o de Pronis, o primeiro governador de Fort-Dauphin, que se casou com uma *rohandrian* zafindraminia, e o do soldado francês apelidado "La Case" que chegou na feitoria em 1656 e casou uma herdeira presuntiva da parte setentrional do país antanosy, onde ele se tornou um herói militar[87]. Alguns franceses também disponibilizaram suas armas de fogo (que lhes conferiam uma grande vantagem, já que os autóctones tinham poucas) para diversos reis da região. Étienne de Flacourt, o mais instruído e duradouro governador de Fort-Dauphin (1648-1658), autor de duas obras fundamentais a respeito de Madagascar[88], tornou-se um potentado local obrigado a se defender sozinho, sem muito apoio da França. De fato, durante a metade do tempo em que ele ocupou o cargo de governador, nenhuma embarcação francesa atracou em Fort-Dauphin.

De forma geral, subestimou-se a influência de Fort-Dauphin. Esta foi sensível não somente em nível local, como também em um nível mais amplo. Os antanosy, por exemplo, estavam quase chegando à união política com os zafindraminia sob a direção de Dian Ramack, antigo príncipe da subdivisão dos matikassi que tinha ido a Goa. Fort-Dauphin constituiu um obstáculo a tal união. Na época em que nenhum navio ali acostava (1650-1654) estourou uma luta encarniçada pela supremacia entre os *rohandrian* recém-chegados e os soldados franceses, ao passo que a maioria dos simples cultivadores fugia para a selva para escapar da crescente violência. Em 1653, Dian Ramack, assim como inúmeros *rohandrian*, estava morto e diversos chefes juraram fidelidade (*mifaly*) a de Flacourt, que não buscava fundar um Estado local. A situação piorou depois de sua partida, mas a segunda Companhia Francesa das Índias Orientais acentuou seu esforço no intuito de implantar uma colônia em Madagascar.

86 Relatório do Doutor Edward Yves, A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. V, p. 256.

87 E. F. Gautier e H. Froidevaux, 1907, *passim*.

88 É. de Flacourt, 1658 (edição de 1913) e 1661 (edição de 1920) ; A. Malotet, 1898.

FIGURA 28.2 Étienne de Flacourt, governador de Fort-Dauphin (Madagascar) de 1648 a 1658. [Fonte: Madagascar au début du XXe siècle, Paris, Société d'éditions scientifiques et littéraires, 1902, p. 319. © Royal Commonwealth Society Library, Londres.]

Em 1665, postos avançados foram criados em Antongil, no Matitana e em Santa-Maria. Em 1667, aproximadamente 2000 colonos e soldados franceses desembarcaram de dez navios em Fort-Dauphin. Isso acarretou uma série de *mifaly* por parte dos chefes antanosy, que abandonaram totalmente a luta. Fora do país antanosy, a presença francesa em Fort-Dauphin acelerou a fundação de Menabe pelo rei maroserana, Andriandahifotsy, que quis concluir uma aliança com Fort-Dauphin[89]. As campanhas realizadas por La Case no Matitana, que puseram fim à supremacia política dos zafikazimambo, constituem outro exemplo da influência francesa fora do território controlado pelos antanosy. Fort-Dauphin foi abandonada em 1674 e seus últimos habitantes foram evacuados ao Moçambique, à Índia e à ilha Bourbon (a atual Reunião), mas a repercussão dessa presença de trinta anos se fez sentir até Ibara, junto aos betsileo do Sul, nos países antandroy e mahafaly, assim como todo o Sudeste de Madagascar.

No decorrer do século XVIII, as plantações das ilhas Mascarenhas vizinhas, da ilha Bourbon e da ilha de França (ilha Maurício abandonada pelos holandeses em 1710 e ocupada a partir da ilha Bourbon entre 1715 e 1721) teriam, como sistema econômico, uma influência negativa sobre Madagascar, particularmente no que diz respeito à costa oriental. Em 1744, a ilha Bourbon exportava 1140 toneladas de café e era composta de 10.338 escravos e 2358 brancos. Em 1797, sua população já atingia 56.800 habitantes, dos quais mais de 80% eram escravos. Em 1788, a ilha Maurício tinha um pouco menos de 43.000 habitantes, dos quais 36.000 eram cativos. Já em 1797, mais de 83% dos 59.000 habitantes da ilha eram escravos[90]. Admite-se geralmente que a maioria dos escravos importados nas duas ilhas Mascarenhas entre 1664 e 1766 vinha de Madagascar. Porém, a administração real francesa (que comprou essas ilhas da Companhia Francesa das Índias Orientais por mais de 7,5 milhões de libras esterlinas) substituiu progressivamente os malgaxes por escravos oriundos da África[91]. Entretanto, não se pode esquecer que as importações dobraram entre 1766 e 1788 – primeira "geração" do governo real – e que, após 1766, Madagascar quase nunca foi deixada de lado pelas Mascarenhas. Em 1784, um agente do rei foi enviado a Foulpointe, a principal cabeça de ponte das Mascarenhas em

89 R. K. Kent, 1970, p. 199.

90 A. Toussaint, 1972, p. 335-336.

91 A decisão oficial foi tomada em 1740, mas antes dessa data, escravos já eram procurados em Moçambique. Tal mudança se deve ao fato de os escravos malgaxes fugitivos terem fundado colônias de impossível desmantelamento. Ver C. Grant, 1801, p. 75-78.

Madagascar. Dois anos mais tarde, um nobre libertino polaco-húngaro chamado Benyowsky tomou iniciativas que prejudicaram os interesses comerciais das Mascarenhas no Leste de Madagascar e foi morto por soldados vindos da ilha de França (Maurício). Na verdade, o Nordeste de Madagascar, de Tamatave a Foulpointe, estava se tornando uma plantação satélite para os empreendedores das Mascarenhas.

Os Estados do Norte e do Oeste: Mahafaly, Sakalava, Antankara, Tsimehity

Ao passo que os primeiros maroserana se impuseram politicamente no Sudoeste, uma nova sociedade constituiu-se entre os rios Menarandra e Onilahy. Seu nome, Mahafaly (tornar sagrado), está ligado à diferenciação social e ao cerimonial real. Segundo a tradição, o primeiro maroserana, aconselhado e protegido pelo *ombiasa* do rei, retirou-se em um isolamento total. Por não ser mais visto, tornou-se sagrado (*faly*) e, consequentemente, transformou o país e seus habitantes em *Maha-Faly*[92]. A principal divindade maroserana, o crânio andriamaro, também não podia ser vista, pois residia em uma montanha coberta pela bruma e apenas manifestava sua vontade por intermédio de um médium (*vaha*). Nessa sociedade com um longo passado pastoril e pouco voltada para a autoridade, Andriamaro parece ter conseguido impor um código moral baseado no temor[93]. Após a chegada no poder dos maroserana, a sociedade mahafaly compôs-se de privilegiados (*renilemy*), de plebeus (*valohazomanga*) e de pessoas oriundas de outro lugar (*folahazomanga*). Formavam a nova elite os descendentes do mais poderoso chefe da época da constituição dos maroserana, Tsileliki (o Invencível), seus antigos súditos (que gozavam de um estatuto especial), todos aqueles que chegaram com os protomaroserana e indivíduos ou famílias que se queria recompensar de quando em quando[94]. Alguns dos numerosos clãs mahafaly detinham cargos que lhes permitiam se aproximar do *mpanjaka* (rei, chefe, soberano), tais como, por exemplo, os forjadores do rei ou fornecedores de mel da corte. Cada clã elegia seu próprio chefe, que era em seguida confirmado como "amigo do rei" (*rainitsy ny mapanjaka*) e assistido por seus próprios altos conselheiros (*ondaty-bé*). Os reis mahafaly tinham um grande sacerdote,

92 Relato recolhido por A. Grandidier, 1908-1928, vol. IV, parte I, seção 1, p. 213, nota 1.

93 D. Jakobsen, 1902.

94 E. Mamelomana, s.d. *passim*; *Enquête sur les... Mahalafy*, s.d., Centre d'étude des coutumes, Universidade de Madagascar, p. 1-3. Essas duas obras datam muito provavelmente do início dos anos 1960.

o *mpisoro*, que presidia as cerimônias organizadas em torno do altar coletivo, o *hazomanga-lava*, onde se imolavam os animais[95].

A história do Mahafaly até 1800 é marcada por conflitos com seus vizinhos, por uma cisão em quatro reinos distintos e independentes (Sakatovo, Menarandra, Linta e Onilahy), e pela anexação de territórios pertencentes ao ramo mais ocidental dos antandroy (karimbola). de Flacourt fornece-nos algumas indicações a respeito desses conflitos. Ele menciona uma embaixada composta de 12 mahalafes (mahafaly) que, em junho de 1649, veio a Fort-Dauphin a mando de Dian Manhelle. Eles pediram a ajuda de mercenários franceses para lutar contra um dos reis machicores (termo genérico designando os povos da parte meridional do interior, cuja grafia corrente é Machicoro) que tinha se apossado de boa parte do rebanho de seu próprio rei. de Flacourt aceitou, sendo que ele receberia a remuneração habitual, ou seja, a metade do rebanho capturado com a ajuda de seus homens[96]. Em meados de 1653, às vésperas da morte de Dian Manhelle, os povos da parte meridional do interior encontravam-se em uma situação de completa desorganização após terem perdido sucessivamente dois reis em guerras contra ele[97]. Tudo indica que os mahafaly estavam também sofrendo um processo de cisão durante os anos 1650, data aproximativa em que se formaram os dois primeiros reinos distintos, o Menarandra e o Sakatovo. Um pouco mais tarde, o Menarandra daria origem a dois outros reinos, o Linta (por volta de 1670) e o Onilahy (por volta de 1750), sendo este último o mais setentrional dos Estados mahafaly governados pelos maroserana[98]. Foi um dos reis menarandra quem conquistou as terras dos karimbola-antandroy do Oeste durante a primeira metade do século XVIII[99]. Percebe-se uma influência antemoro sobre o Reino onilahy, cujo primeiro rei escolhera como nome o título antemoro de *andrianoni*. Antes de 1800, houve seis reis em Sakatovo, sete em Linta, três em Menarandra (após a cisão de 1750) e dois em Onilahy. Tais divisões refletem as inúmeras divergências internas existentes junto aos maroserana, mas a história interna dos mahafaly permanece ainda pouca conhecida até o fim do século XIX.

95 G. Grandidier e R. Decary, 1958, vol. IV, parte III, seção 1, apêndice 31, p. 235-236.

96 É. de Flacourt, 1661 (edição de 1920), p. 263. Foi preciso aproximadamente 12 dias para 15 franceses e 2000 mahafaly atingirem os machicores e capturarem 10.000 cabeças de rebanho e 500 escravos.

97 É. de Flacourt, 1661, p. 74-75.

98 As genealogias mahafaly e maroserana, assim como as datas de sua história, foram estabelecidas por Speyer, um austríaco que passou 30 anos junto aos mahafaly e foi conselheiro de seu último rei, Tsiampondy (1890-1911). As datas são sujeitas à revisão.

99 E. Defoort (1913, pp. 168 e 172) situa o acontecimento por volta de 1750.

Embora os maroserana tenham obtido seus primeiros sucessos políticos entre os *tompon-tany* que viviam no Sul do Onilahy, a maior via navegável do Sudoeste, essa dinastia maroserana só adquiriu uma importância política real a partir do momento em que alguns de seus membros atravessaram o rio rumo ao Norte para chegar ao vale do Fiherenana, entre o Onilahy e o Mangoky. Foi nesse vale que nasceram os maroserana-volamena e a partir dele que atravessaram o Mangoky para formar a dinastia dos Estados sakalava – o Menabe e o Iboina. Andriandahifotsy fundou a dinastia do Menabe e, muito provavelmente, seu ramo volamena. Segundo seu *fitahina*, ele era "o senhor que humilhou milhares de pessoas" (Andrianihananinariyo). Segundo o mapa de de Flacourt, o Sul do Menabe constituía, antes de 1660, o país dos lahe fonti (*lahe/dahe* significa homem e *fonti/fouti/foutchy/fotsy* branco). A fundação das dinastias volamena e menabe tem aspectos religiosos e seculares. Um *moasy* (sacerdote) real associado aos crocodilos, Ndriamboay (nobre crocodilo), teria introduzido o culto dos antepassados (*dady*) junto aos maroserana, de tal forma que estes se tornaram os *ampagnitobé* (grandes antepassados reais, pais do povo). Por sua vez, em guisa de recompensa, ele foi incluído entre os *dady* maroserana, quer como pai (ideia de submissão) de Andriandahifotsy, quer como seu tio, e recebeu o nome póstumo de Andriamisara (*'ishara* significa "adivinhar" em árabe)[100]. Segundo outras tradições, foi Ndriamboay quem sacrificou a mulher de Andriandahifotsy, cujo sangue deu origem aos volamena (prata que se tornou vermelha) e ao nome de Menabe (Grande Vermelho)[101]. Sabemos que houve sacrifícios humanos durante alguns sepultamentos maroserana, mas, segundo uma tradição mais confiável, a mulher de Andriandahifotsy (que fazia parte dos numerosos sakoambe cujos túmulos encontram-se até hoje perto de Morondava) conseguiu trazer-lhe as primeiras armas de fogo durante uma batalha decisiva[102]. As dez armas foram incorporadas ao tesouro real[103] e seus filhos tornaram-se os volamena.

Quando os maroserana entraram em contato com os povos do Menabe, já não se encontravam mais nas terras dos pastores do Sudoeste e os *tompon-many* do menabe eram também muito diferentes. A zona costeira que se estende aproximadamente de Majunga a Morondava (por volta de 640 quilômetros de extensão) estava ocupada por pescadores e agricultores que criavam poucos

100 Academia malgaxe, Antananarivo, manuscrito anônimo 2238/2, por volta de 1908, *Niandohan'ny Fivavahan'ny* (Origens da religião dos sakalava), f. 1-7.

101 C. Betoto, 1950b, p. 3.

102 E. Birkeli, 1926, p. 33.

103 R. K. Kent, 1970, p. 200 e nota 163.

animais. Com exceção do Sadia, densamente povoado (sua capital tinha 10.000 habitantes em 1614), a maioria dos moradores vivia em pequenas comunidades e não possuía armas, o que sempre surpreendia da Costa[104]. Essa zona chamava-se Bambala. Seus ocupantes não falavam malgaxe, mas idiomas bantos. Eram cafres e não buque. Sua língua enriquecera-se com empréstimos do malgaxe, todavia em número relativamente limitado[105]. Complicou-se indevidamente o problema da origem dos sakalava, principalmente recorrendo a argumentos linguísticos: eles vinham do Bambala, mais precisamente do Sadia, e entraram em contato com os maroserana nos arredores do Mangoky, provavelmente no nível de um de seus pequenos afluentes chamado Sakalava. Todas as tradições concordam em indicar que os sakalava eram os mais notáveis guerreiros de seu tempo, e o testemunho de Mariano confirma essa função junto aos suculamba de Sadia, que fizeram secessão em 1616 e efetuaram grandes incursões a partir de 1620[106]. Ademais, o culto dos *dady*, descrito por Mariano durante sua estadia no Sadia[107], fora adotado como modelo pelos maroserana-volamena. Os sakalava foram as pontas de lança da autoridade política dos reis volamena, mas o culto dos *dady* deu-lhe um fundamento religioso que sobreviveria aos terríveis guerreiros e a seus descendentes diretos. No Menabe, a fórmula que consistia em dar aos reis nomes póstumos compostos do prefixo *andria* (senhor, nobre) e do sufixo *arivo* (mil, milhares) foi introduzida do exterior, provavelmente, mas não diretamente, com os maroserana[108]. O infixo variável evocava geralmente a imagem que o monarca deixara na memória de seus súditos, mas, em seu conjunto, a fórmula reflete uma ideia política: um verdadeiro rei deve ter muitos súditos.

Por volta do início dos anos 1670, o Sul do Menabe (região que se estende aproximadamente entre os rios Mangoky e Manambovo) era dominado por Andriandahifotsy. Nesta mesma época, esse monarca recebeu a visita de um francês de Fort-Dauphin, um pecuarista que testemunhou a presença de um exército de quase 12.000 homens e recebeu 50 novilhos como presente para o governador do forte[109]. Segundo as melhores estimativas, Andriandahifotsy morreu por volta de 1685. Quando se findaram os conflitos decorrentes de sua

104 P. R. da Costa, 1613 (edição de 1970), pp. 72-126.

105 L. Mariano, em sua "Relation" e em suas "Letters", em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 225, 241, 256 e 315 (em pequenos caracteres a respeito do "enriquecimento").

106 Mariano indica claramente isso em sua "Letter" de 24 de agosto de 1619, em A. Grandidier *e al.*, *op. cit.*

107 L. Mariano, "Letter", 22 de outubro de 1616, em A. Grandidier *e al.*, *op. cit.*, p. 226-229 e 232-233.

108 A fórmula poderia ter sido antemoro, já que alguns de seus *sorabe* a aplicam.

109 Du Bois, 1674, pp. 105-108.

sucessão, um de seus filhos, Trimonongarivo (falecido por volta de 1718/1719 e tornado Andriamanetriarivo), tomou o controle do Menabe. Ele ampliou-o[110] e povoou-o com inúmeros novos súditos recrutados entre os pastores do Sudoeste[111]. Seu irmão caçula, Tsimanatona (tornado, por *fitahina*, Andriamandisoarivo), atravessou o rio Tsiribihina e dirigiu-se rumo ao Norte com menos de 1000 guerreiros sakalava para fundar o Iboina durante a última década do século XVII. Uma vez que existe uma certa confusão a respeito de alguns nomes reais constando das tradições orais e dos relatos europeus da época, torna-se difícil dizer se o Menabe teve quatro ou seis reis entre 1720 e 1800[112]. Todavia, permaneceu estável durante esse período, com exceção de um único caso de regicídio relatado nos anos 1730. No decorrer da década seguinte o Menabe concluiu uma importante aliança com os reis andrevola do vale do Fiherenana. Tratava-se de um pacto de sangue real (o *fatidra*) que tornou muito mais seguras as fronteiras meridionais do Menabe. Houve também uma aliança matrimonial com um poderoso monarca do Oeste do Imerina, aliança esta que levou seu rival do Imerina central a tentar submeter em vão o Menabe no fim do século XVIII[113]. No Iboina, protegido no Sul pelo Estado irmão Menabe, as feitorias e os negociantes muçulmanos foram colocados pela força sob a proteção do rei volamena. Analalava e Anorontsangana (anteriormente sob a dominação do Tingimaro) foram incorporados ao reino, assim como novos súditos. Majunga cresceu e se tornou a capital comercial do país, ao passo que seus reis e sua corte, estabelecidos em Marovoay, atingiam um esplendor sem igual em toda ilha. Na época de Andrianinevenarivo (conhecido como Andrianbaga, falecido em 1752), o Iboina estava no seu apogeu. Da mesma forma que criadores do Sul, em função da sua migração para a região, haviam substituído virtualmente os agricultores do Menabe na época da ascensão dos maroserana, imigrantes vindos do Norte e dirigindo-se ao Sul com seu rebanho absorveram progressivamente a maioria do que sobrava dos bambala[114]. Isso acarretou não somente o desaparecimento do banto falado pelos *tompon-tany*, mas também uma evolução desfavorável da economia, no momento em que os Estados sakalava precisavam de um maior número de agricultores. Em função da crescente dificuldade em encontrar mão

110 No seu apogeu, o Menabe abrangia, do Norte ao Sul, a zona que se estende entre os rios Fiherenana e Manambao e avançava para o interior em direção aos maciços de Isalo, de Midongy, de Lava, de Tsara e de Bongo; ver L. Thomassin, 1900, p. 397.

111 R. Drury, 1729/1890, p. 274-275.

112 E. Fagering (1971, p. 22-24) tenta resolver esse problema.

113 C. Guillain, 1845, p. 16 e seguintes; F. Callet, 1878-1902, p. 659-661; E. Fagering, 1971, p. 23-24.

114 E. Birkeli, 1926, p. 9-48; R. K. Kent, 1968.

de obra agrícola nas outras regiões de Madagascar, os sakalava começaram a organizar incursões nas ilhas Comores e até no Sudeste da África[115].

Durante o último terço do século XVIII, o Iboina teve um único monarca: a rainha Ravahiny (aproximadamente 1767-1808) que, como se diz geralmente, garantiu a seu país um governo estável e uma economia próspera[116]. Contudo, o declínio do país iniciou-se sob seu reinado. Os volamena não tiveram mais reis dinásticos a partir dos anos 1750, e os muçulmanos do Iboina, que haviam se juntado aos sakalava, constituíram o elemento mais dinâmico desse Estado. Sendo que os iboina-sakalava respeitavam a regra normal de sucessão real e aceitaram (não sem algumas tensões) três rainhas sucessivas (sendo Ravahiny a terceira), os muçulmanos tentaram se apossar do trono. Por exemplo, o filho e herdeiro presuntivo de Ravahiny converteram-se ao islã e as tensões entre os *silamos* (de *islam/islamos*) e as elites tradicionalistas sakalava não serviram à causa do Iboina. Uma outra causa de fraqueza, desta vez indireta, veio da costa leste, onde o conde de Benyowsky persuadira um certo número de chefes betsimisaraka a não pagar mais tributo para o Iboina. Guerreiros foram enviados ali em 1776 no intuito de castigar esses antigos tributários e de eliminar M. A. de Benyowsky. O fracasso dessa tentativa de retaliação e o fato de alguns sakalava terem se juntado a de Benyowsky[117] revelaram aos povos do interior que o Iboina não era mais todo poderoso. Enfim, ao decidir apoiar o rei do Imerina Central, Andrianampoinimerina, contra outros rivais locais, Ravahiny cometeu, em matéria de política externa, um erro que teria importantes consequências a longo prazo.

Os reis sakalava eram ao mesmo tempo despóticos e faustosos. Sua vida cotidiana estava regrada pelos *moasy* (sacerdotes) reais e nada se podia fazer sem o aval prévio deles[118]. Havia um conselho real composto de seis anciãos que viviam na corte. O primeiro ministro (*manantany*) tratava diretamente com os inúmeros conselheiros do rei. Seu poder era em geral inversamente proporcional à implicação direta do rei nos assuntos do Estado. Seu aceitante, o *fahatelo*, era habitualmente escolhido em virtude de seu conhecimento dos clãs e das linhagens, assim como dos costumes sakalava. Toda aldeia, qualquer seja seu tamanho, tinha seu próprio funcionário real (também chamado frequentemente

115 E. de Froberville, 1845, p. 194-208; R. K. Kent, 1970, p. 203-204 e 296-298.

116 H. Deschamps, edição de 1965, p. 101 e 104; M. A. de Benyowsky, 1790, vol. II.

117 Para as datas, consultar J. Vansina, 1962a.

118 Isso servia também para proteger os reis maroserana que sempre podiam tornar seus *moasy* responsáveis por seus erros de avaliação quando do fracasso de uma de suas empreitadas. Sabemos que vários *moasy* reais caídos em desgraça foram executados no Menabe.

de *fahatelo*) que zelava para que a população trabalhasse quatro dias por semana nos arrozais reais e para que o rebanho do rei estivesse constantemente renovado por meio de presentes. Tal sistema compensava a ausência de imposto regular, e as cotas eram calculadas segundo a posição social e a capacidade de contribuição. Outros funcionários, chamados *talempihitry* e *hanimboay*, supervisavam o culto *dady* praticado por todos os sakalava. Nenhum monarca podia reinar sem possuir o *dady* real (relíquias ancestrais volamena), ainda mais porque o novo rei se tornava automaticamente o único intermediário entre os vivos e os antepassados reais (*ampagnito-bé*). Já que o costume regia ainda mais a vida dos sakalava do que o próprio *dady* real, seus intérpretes gozavam de uma grande consideração, e cada aldeia possuía seu conselho de anciãos constituído segundo o modelo do conselho real. Tratava-se do *sojabe* que regulamentava todos os aspectos da vida social[119]. Os membros da família real tornavam-se muitas vezes chefes menores (*mpanjaka*): eram-lhes atribuídos um *fehitra* (palavra que se poderia traduzir como feudo aldeão, na falta de um termo mais adequado) que lhes assegurava recursos suficientes para viver sem contudo conceder-lhes uma verdadeira influência política. Tal organização serviu de modelo para o Iboina e o Menabe no século XVIII. Os governadores de província gozavam muitas vezes de um poder importante e tendiam por vezes a se declararem independentes. Alguns monarcas preocupavam-se pouco em seguir a via hierárquica e o poder real era muitas vezes usado de maneira diferente nos portos, por onde entravam as riquezas exteriores destinadas diretamente à Coroa.

Grupos de refugiados sem chefe vindos da costa leste deram origem aos tsimihety. Tratava-se de homens e mulheres que haviam fugido das guerras ligadas à procura por escravos e haviam se instalado, com seu rebanho, na grande planície de Mandritsara, à qual se podia ter acesso sem passar pelas ladeiras abruptas que separam a maior parte do litoral oriental do interior[120]. Por outro lado, os antankara eram os *tompon-tany* do extremo norte de Madagascar, os povos dos rochedos (*ant-ankara*) que caracterizavam essa parte da grande ilha. Nenhum desses dois povos criara seu próprio Estado[121] e ambos acabaram aceitando serem governados por colaterais dos maroserana (os volafotsy, descendentes

119 C. Betoto, 1950a; R. K. Kent, "Field notes", 1966.

120 Há controvérsias a respeito da origem precisa dos "prototsimihety". Ver B. Magnes, 1953, pp. 13-14; A. Grandidier, 1908-1928, vol. IV, parte I, p. 227.

121 Tudo indica que uma parte da costa antankara tenha sido controlada em algum momento por um poderoso chefe vindo da ilhota de Nosy Be, que se opusera aos muçulmanos e estava estendendo sua influência política quando foi morto, com toda sua família, pela explosão de um barril de pólvora: N. Mayeur, 1912, p. 128 e 148-149.

da "prata branca" e oriundos da união de maroserana com mulheres que não pertenciam a essa família) que, por não poder reinar junto aos sakalava, tinham emigrado rumo a parte setentrional do interior em busca de um reino. Contudo, os tsimihety rejeitariam logo os volafotsy (ou os volamena) e escolheriam deliberadamente seu nome coletivo (*tsimihety*) para indicar, ao recusar cortar seus cabelos, que não se submeteriam aos maroserana. Como não constituíam um reino centralizado, sua história no século XVIII permanece virtualmente desconhecida. Eles casaram mulheres iboina-sakalava e antankara, mas, embora seu número tenha consideravelmente aumentado antes de 1800, nenhuma tentativa séria foi empreendida do exterior para controlá-los politicamente – o que se mostra bastante surpreendente, já que não tinham guerreiros, não pagavam tributos e ocupavam frequentemente com seu rebanho o vale do alto Sofia, grande eixo ao longo do qual os iboina garantiram sua supremacia política sobre os betsimisaraka da costa leste até aproximadamente 1780.

Bem diferentes foram as reações dos antankara. Alguns dentre eles se submeteram ao fundador do Iboina e os sakalava controlaram-nos em parte, em um momento ou outro, até que o século XIX estivesse bem avançado[122]. Todavia impôs-se junto a eles uma linhagem real remontando a um volafotsy chamado kazobe. Mas foi preciso esperar o reinado de seu sobrinho-neto, Andriantsirotso, para que se constituísse um reino totalmente centralizado entre os antankara. Segundo fontes, Andriantsirotso reinou de aproximadamente 1697 a 1710, ou de 1710 a aproximadamente 1750[123]. Após ter sido exilado junto aos betsimisaraka de Maroantsetra e obrigado, para reinar, a pagar um tributo aos boina, ele construiu a necrópole real de Ambatosahana (lugar onde ele encontrara refúgio ao fugir do rei boina Andranbaga). Na ausência de um culto *dady* real, ele introduziu o símbolo unificador da realeza antankara, o *saina*, que consiste em uma bandeira ornada de um crescente[124] e de uma estrela, trazida por ele de Maroantsetra. Andriantsirotso ligou seu poder a uma impressionante *moasy* (sacerdotisa), que fabricava amuletos reais (*mandresirafy*) conferindo a invencibilidade e transmitidas como objetos sagrados de um rei para outro. Ele se tornou o conselheiro de dois de seus sucessores e viveu mais de cem anos[125]. Seu filho e sucessor, Lamboina (apesar da provável "incoerência das datas"), teve um

122 G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 153-156.

123 M. Vial, 1954, p. 5; G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 154-156 e 232-233 (apêndice 25).

124 Embora a família real tenha se convertido ao islã por volta de 1840 (enquanto estava em exílio), a bandeira e seu crescente não tinham ligação nenhuma, a não ser visual (cópia do crescente), com essa religião.

125 M. Vial, 1954, p. 19-22.

dos mais longos reinados de Madagascar (de 1710 a 1790 ou de cerca de 1750 a 1802, dependendo das fontes). A tradição atribui-lhe mais de trinta filhos, e a característica marcante de seu reinado foi a ausência de guerras. Lamboina apenas tentou uma vez subtrair-se à obrigação de pagar ao Iboina um tributo consistindo em uma cinquentena de cargas de carapaças de tartaruga por ano, e, em 1775, concluiu um tratado com o envio e intérprete de de Benyowsky, Nicolas Mayeur. Dez anos depois, de Benyowsky convenceu Lamboina a transferir sua fidelidade para a França e de não pagar mais tributo aos reis boina. Porém, tal conselho não foi seguido durante um bom tempo, pois o conde de Benyowsky foi morto em 1786[126]. A organização política dos antankara inspirava-se em grande parte do modelo boina-sakalava, com exceção do culto *dady*. Os pares dos *fahatelo* do Iboina em Ambilobe (mais tarde capital antankara) chamavam-se *rangahy*; o conselho régio, chamado *famoriana*, era provavelmente mais poderoso junto aos antankara que, à imagem dos boina-sakalava, não dispunham de fiscalidade regular e praticavam o sistema de "percepção periódica" (tatibato) para alimentar as finanças do Estado.

Os Estados do interior: Betsileo, Imerina, Sihanaka, Bezanozano, Tanala e Bara

O nome dos betsileo vem de um chefe chamado Besilau que, ao que tudo indica, se opôs com êxito à expansão dos sakalava do Menabe nos altos planaltos do interior durante os anos 1670 (*silau/tsileo*: o invencível)[127]. Entretanto, de forma geral, a população chamada mais tarde de betsileo não apoiou as iniciativas tomadas no interior para chegar à unidade política e só adotou um governo único no século XIX em virtude da pressão de forças exógenas[128]. Uma mistura do *tompon-tany* e de recém-chegados – migrando em grupos ou separadamente para tentar garantir seu destino político – subdividiu os betsileo em quatro principais Estados: no Sul, fusionando com o Ibara, o Arindrano; no centro-oeste, frente aos sakalava, o Isandra; no centro-leste, com vizinhos tanala, o Lalangina; no Norte, o Manandriana, o mais próximo ao Imerina, foi o último a se constituir e o primeiro a se submeter à dominação dos merina no fim do século XVIII. Árvores genealógicas complexas poderiam ser estabelecidas remontando até o século XVI, mas é pouco provável que os betsileo tenham formado reinos

126 N. Mayeur, 1912, pp. 119-124; C. Guillain, 1845, p. 369-370.

127 F. Martin, "Mémoire", em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. IX, p. 480 e 620.

128 G. Grandidier e R. Decary, 1958, vol. V, parte III, seção 1, p. 12-13 e 16-19.

antes de meados do século XVII. Em 1648, o Isandra e o Arindrano (nome dado também aos betsileo do Sul que haviam solicitado os serviços de mercenários franceses em Fort-Dauphin) estavam ainda sendo dirigidos por uma multidão de pequenos chefes independentes. O Lalangina ainda era um Estado de poder limitado em 1667, data em que La Case, à frente de uma pequena tropa, se apossou de uma grande quantidade de rebanho[129]. As dificuldades internas que sofria o Lalangina nesta época são confirmadas pela tradição oral. Seu fundador, Rasahamanarivo, teve que abdicar em favor de seu irmão (porque ele sofria de lepra, doença esta que parece ter atingido mais de um monarca), mas, por volta de 1680, ele rumou para o Arindrano onde foi aceito como chefe pelos betsileo do Sul[130]. O crescimento do Lalangina foi prejudicado por lutas de sucessão e guerras de vizinhança, e após um regicídio, o país dividiu-se em quatro províncias, cada uma com seu chefe[131]. Contudo, no século XVIII, o ramo usurpador da família real do Lalangina deu origem a, no mínimo, três poderosos chefes: Raonimanalina que, graças às armas de fogo obtidas junto aos sakalava ("três mil fuzis com platina de sílex em troca de três mil escravos"), reunificou o reino e criou uma milícia nacional no intuito de reprimir as revoltas; Andrianonindranarivo, que realizou algumas reformas econômicas e sociais importantes, acarretando assim um forte aumento da produção de arroz, o crescimento da população e o início de uma era de paz para o país; Ramaharo, seu filho e sucessor, que transformou a milícia em um agente econômico do Estado para aumentar ainda mais a produção de arroz (foi de fato no século XVIII que os betsileo se tornaram os maiores produtores de arroz de Madagascar). Os chefes que governaram o Lalangina no século XVIII não conheceram o mesmo êxito no domínio das relações externas, mas, aproximadamente no fim desse século, Ramaharo recusou se submeter aos merina[132].

Segundo algumas tradições contraditórias, o antepassado da família real do Isandra, o Zafimanarivo, era ou uma mulher antemoro, ou um príncipe maroserana em exílio[133]. Do ponto de vista geográfico, um antepassado maroserana seria certamente mais provável. Um dos primeiros Zafimanarivo tem seu nome

129 É. de Flacourt, "Histoire" e "Relation", em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. VIII, p. 23 e vol. IX, p. 41-42, 85 e 376.

130 G. Grandidier e R. Decary, 1958, vol. V, parte III, seção 1, p. 11; H. M. Dubois, 1938, capítulos sobre o Lalangina e o início da história do Arindrano, pp. 169-206 e 218-219.

131 G. Grandidier e R. Decary, 1958, vol. V, parte III, seção 1, p. 11 e nota 8.

132 *Ibid.*, p. 10.

133 H. M. Dubois, 1938, capítulos sobre o início do Isandra, p. 112-139; G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 4 e 5 e nota 3.

associado ao termo *volamena* (ouro). Ademais, os corpos dos reis defuntos do Isandra, assim como os dos monarcas maroserana do Menabe, eram "esvaziados de seus humores" antes de ter acesso ao descanso eterno. Porém, contrariamente aos sakalava do Menabe, os betsileo do Oeste chegaram a acreditar que esses "humores" reais se transformaram em grandes serpentes (*fanane*), objetos de um culto anterior, porém de menor importância[134]. É também muito provável que um sacerdote vindo do Sudeste de Madagascar tenha sido integrado à genealogia real em função de serviços que teria prestado, como foi o caso do famoso sacerdote dos maroserana do Menabe. Não pode o Isandra ser considerado como um Estado betsileo notável antes de meados do século XVIII, época em que o país começou a ser governado por um grande monarca, Andriamanalina I. Por vezes chamado "o Rei bufão" em razão de sua capacidade em convencer politicamente por meio do humor, ele foi o primeiro betsileo a conceber e constituir um único Estado unificado. Quando, por exemplo, fracassava a diplomacia para submeter algumas partes do Lalangina e do Arindrano (que muitas vezes foi eclipsado pelo primeiro no século XVIII), Andriamanalina I impunha-se pelas armas. Ele estendeu também seu reino rumo ao Oeste, instalou seus betsileo no maciço de Midangy e, avançando em direção ao Sul, entrou no Ibara, onde submeteu um importante vassalo, o chefe bara Andriamanely II. Ao mesmo tempo em que preservava as estruturas tradicionais de cada região, Andriamanalina I colocou seus filhos à frente de quatro novas províncias nas quais vivia a maior parte dos betsileo. Quando de sua morte em 1790, os betsileo haviam chegado a seu apogeu político[135]. Quanto ao Manandriana, apenas constituiu um Estado independente por pouco tempo, uma vez que foi fundado após 1750 e que seu segundo chefe se submeteu voluntariamente aos merina por volta de 1800[136].

A história dos merina começou, de fato, com o reinado de Ralambo, chefe ao qual um grande número de tradições orais atribui não somente a origem do uso desse nome coletivo[137], mas também a introdução de novas instituições e de uma hierarquia. Antes de seu reinado (segundo várias estimativas, entre 1610 e 1640[138]), o Imerina não constituía um Estado organizado. Ele compreendia

134 F. Callet, edição de 1958, vol. III, p. 234-237; R. K. Kent, 1970, p. 294-295 (apêndice).

135 G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 5-6.

136 *Ibid.*, p. 3; H. M. Dubois, 1938, p. 102-104.

137 F. Callet, edição de 1953, vol. I, p. 284-285.

138 M. Cheffaud, 1936, p. 46-47; A. Jully, 1898, p. 890-898; A. Grandidier, 1908-1928, vol. IV, parte I, p. 83-85; R. K. Kent, 1970, p. 229 e nota.

várias chefias aldeães povoadas por vazimba, seus *tompon-tany*, ou por hova[139], cujos clãs emigraram no Imerina em duas grandes ondas – provavelmente o mais tardar por volta de 1500[140]. Conflitos esporádicos parecem ter estourado regularmente no decorrer do século XVI, mas foram por vezes resolvidos por meios pacíficos. As disputas eram também submetidas à arbitragem de sábios e astrólogos locais, os anciãos dos ampandrana, que haviam se instalado junto aos vazimba antes da chegada dos hova[141]. Pelo fato de os hova e os vazimba da época não serem grupos étnicos ou povos agrupados em torno de uma autoridade política central, os ampandrana assumiram progressivamente um papel dirigente que levou à formação da dinastia dos Andriana, cujo primeiro representante foi Andriamenalo, o pai de Ralambo. Foi ele quem mandou erguer as primeiras fortificações em Alosara e começou a usar o ferro, até então apenas usado de forma limitada no âmbito doméstico, para fins belicosos. Embora suas lanças de ferro lhe tenham outorgado uma superioridade absoluta frente às lanças com ponta de argila, ele se aliou por casamento à família do poderoso chefe vazimba de Ambohitrabiby[142].

Junto a Ralambo apareceram o primeiro dos doze *sampy*, guardiões de amuletos do Imerina, a prática real da circuncisão e do incesto, o *fandroana* ou cerimônia anual do banho régio[143], a divinização dos monarcas falecidos, as classes nobres (*andriana*), as unidades de ourives e de forjadores a serviço do Estado, a capitação, o consumo de carne de boi e um exército pouco numeroso, porém permanente[144]. Seu filho e sucessor, Andrianjaka, empreendeu uma ação decisiva contra os vazimba, servindo-se de armas de fogo adquiridas junto a negociantes da costa ocidental que gozavam da proteção real[145]. Sob o reinado de Andrianjaka, a monarquia merina tornou-se mais arrogante, afastou-se de seus súditos e tomou medidas de política interna que lhes inspiraram medo. Porém, Andrianjaka fundou Antananarivo e valorizou os pântanos a fim de impulsionar a produção de arroz, o que, como o constata H. Deschamps, proporcionou desde

139 Ainda que usado até então para o período inicial da história local, o termo "hova" não correspondia a uma etnia; depois de Ralambo e até o fim do Estado merina, esse termo (muitas vezes empregado em vez de "merina" e vice-versa) designava as pessoas comuns.

140 C. Savaron, 1928, p. 63; R. K. Kent, 1970, p. 220.

141 F. Callet, edição de 1953, vol. I, p. 18, 28-29, 540; C. Savaron, 1928, p. 65-66; R. K. Kent, 1970, p. 227--228, (nota 112) e 233-235.

142 R. K. Kent, 1970, p. 308-309, apêndice; F. Callet, edição de 1953, vol. I, p. 27 e 126.

143 A melhor obra a esse respeito é a de G. Razafimino, 1924.

144 R. K. Kent, 1970, p. 235; H. Deschamps, edição de 1965, p. 116.

145 F. Callet, edição de 1953, vol. I, p. 461; R. K. Kent, 1970, p. 241-242.

cedo aos merina uma base econômica que lhes permitiria se tornarem o mais importante povo de Madagascar[146].

O crescimento demográfico do Imerina multiplicou também os riscos de fome (*tsimiompy*) e obrigou os chefes a aumentarem continuamente as superfícies irrigadas – prática adotada sem exceção pelos três sucessores de Andrianjaka até que o século XVIII estivesse bem avançado. Enquanto seu filho e seu neto se distinguiram essencialmente pela ampliação de seus nomes reais (Senhor dos Senhores, Supremo Senhor dos Senhores, ou seja, 33 letras em malgaxe), seu bisneto, Andriamasinavalona, foi outro grande monarca. Principalmente graças à ajuda de um conselheiro avisado, Andriamampiandry, ele depôs um irmão mais velho que fugiu junto aos sakalava e chegou a pedir-lhes uma ajuda militar[147]. Andriamasinavalona prosseguiu uma política de expansão agressiva e não outorgou senão pouca independência aos chefes submetidos. Ele ampliou o número de clãs nobres de quatro para seis e recompensou os nobres mais merecedores concedendo-lhes feudos e o título de *tompon-menakely* (mestres dos feudos)[148]. Por causa de sua idade avançada, ele teve também que se debruçar sobre o problema de sua sucessão quando ele ainda estava no poder. Apesar dos conselhos de Andriamampiandry, ele dividiu o Imerina em quatro províncias, cada uma sendo dirigida por um de seus filhos, e logo se encontrou diante de quatro reinos independentes: dois a Norte, perto de Ambohitrabiby e da necrópole de Ambohimanga (onde, segundo a lenda, “nenhum javali, cão ou estrangeiro podia pôr o pé”), um a Sul, governado a partir de Antananarivo, e o último a Oeste, tendo Ambohidratrimo como capital. Ele sofreu também a humilhação de ser encarcerado (durante “sete anos”) por seu filho Andriantomponimerina, que reinava na zona ocidental (Marovatana)[149]. O velho monarca morreu por volta de 1750[150]. O Imerina tornou-se então o palco de guerras civis das quais até estrangeiros participaram. Entretanto, em 1770, Ambohimanga derrotara Ambohitrabiby e parecia poderosa sob a direção de seu chefe, Andriambelomasina. Embora seu filho, Andrianjafy, tenha herdado o trono, foi seu sobrinho, Ramboasalama, que se tornou rei em Ambonhimanga por volta de 1777-1778. Ele seria considerado mais tarde como o mais importante dos reis merina.

146 H. Deschamps, edição de 1965, p. 117.

147 C. Guillain, 1845, p. 42; V. Malzac, 1912, p. 54-65.

148 Essa instituição remontava à época de Andrianjaka e de seu irmão, Andriantompokoindrindra, no decorrer da qual doze *menakely* foram criados. J. Rasamimanana e L. Razafindrazaka, 1909 (edição de 1957), p. 37.

149 G. Grandidier, 1942, vol. V, parte I, p. 62 e 64.

150 A. Tacchi, 1892, p. 474.

Tomando o nome de Andrianampoinimerina, ele conseguiu, em primeiro lugar, concluir a paz com seus rivais e irmãos reais, depois consolidou as fronteiras de seu reino povoando-as com súditos engajados em defendê-las, e, por fim, conseguiu um número considerável de armas de fogo provenientes do Oeste de Madagascar. Ele submeteu Antananarivo por volta de 1797[151] e Ambohidratrimo pouco tempo depois, assim como, antes do fim do século, algumas regiões menos definidas do Imerina. Ele não se limitou a buscar a unificação do Irema e começou a enviar emissários cuidadosamente escolhidos no intuito de propor aos chefes de outras regiões de Madagascar tornarem-se seus vassalos e conservarem assim sua autonomia, ameaçando-os, caso recusarem, conquistar seus territórios. Por vezes, esse tipo de diplomacia obtinha êxito, por exemplo como entre os betsileo do Manadriana, os amndrantsay do Betafo (uma mistura de antandrano fugindo a Oeste de Madagascar diante da expansão sakalava com betsileo e alguns merina assimilados) ou o Imano Ocidental. Sofreu também fracassos, por exemplo no Menabe ou em algumas partes do Lalangina e do Isandra. Contudo, não há dúvida de que o Imerina de Andrianampoinimerina desistira de pagar um tributo aos sakalava e se tornava uma potência importante, apesar de suas dimensões geográficas reduzidas[152]. Andrianampoinimerina era um monarca enérgico e diz-se que, graças à sua ação, não somente o roubo, mas também o consumo de álcool e de tabaco desapareceu do Imerina durante seu reinado. Em última análise, ele concentrou o poder em suas mãos, em todos os níveis – desenvolvendo assim ideias que já haviam sido aplicadas em uma certa medida por Andriamasinavalona –, mas exerceu-o solicitando sempre a opinião de anciões renomados, das assembleias públicas (*kabary*) e do Conselho dos setenta, no qual todas as grandes comunidades do reino estavam representadas[153]. Ao unificar e reestruturar o Imerina, ele assentou as bases do império que emergiria no século XIX.

Embora os sihanaka e os bezanozano não tenham conseguido constituir estruturas estatais potentes, sua história não carece de aspectos muito interessantes. O grupo dos sihanaka constituiu-se em redor do lago Alaotra (o maior de Madagascar), ao passo que os bezanozano se assentaram em uma região compreendida entre a mata tropical úmida do litoral oriental e as encostas do planalto.

---

151 G. Grandidier, 1942, p. 91, nota 2, e p. 92; H. Deschamps, 1965, p. 121-122.

152 Aproximadamente 33 quilômetros de diâmetro. Ver o mapa estabelecido graças aos trabalhos detalhados de Savaron em H. Deschamps, edição de 1965, p. 118.

153 Para uma descrição esquemática dessas mudanças, ver H. Deschamps, edição de 1965, p. 121-127, ou a versão francesa de F. Callet, edição de 1953, vol. II e III.

Portanto, ambos gozavam de uma situação geográfica ideal – os bezanozano ao longo da principal rota comercial ligando o Imerina à costa oriental e os sihanaka ao longo daquela que o ligava aos entrepostos do Noroeste. É quase certo de que os primeiros "ova" (hova) vendidos como escravos em 1614, de acordo com o padre Mariano, chegaram aos entrepostos passando por intermediários sihanaka[154]. Por sua vez, no Leste de Madagascar, os bezanozano constituíram os principais fornecedores de escravos do Imerina para os comerciantes das Mascarenhas[155]. De fato, ambos os grupos possuíam tantos escravos que, em 1768, eles foram obrigados a pedir a ajuda dos europeus para reprimir os que haviam se revoltado[156]. Em 1667, quando François Martin penetrou no território dos sihanaka pelo Leste (após dezoito dias de viagem), ele observou que os autóctones habitavam vilarejos fortificados, erguidos no topo das colinas e cercados por altas muralhas de pedra (cimentadas com uma massa avermelhada) e fossos largos e profundos. Os sinahaka eram excelentes ceramistas e tinham construído a única ponte vista, até então, pelos europeus em Madagascar. Eles eram também muito bem armados e, com seus arcos e flechas, derrotaram os quase 3000 betsimisaraka dirigidos por Martin e 44 de seus conterrâneos[157]. Martin confirma igualmente os sinahaka serem um dos mais importantes grupos de comerciantes da ilha, o que implica uma certa organização política. Mas nada comprova a existência de uma autoridade central. Rabenifananina, provavelmente de origem betsileo, tentou estabelecer uma dinastia junto aos *tompon-tany* do lago Alaotra, mas, apesar de ter deixado de herança o nome coletivo de Antsihanaka, ele não teve sucessor político[158]. Na verdade, no século XVIII, os sihanaka pagavam um tributo ao Iboina. Porém, eles tentaram pelo menos uma vez se libertarem graças a um ataque vigoroso que foi derrotado[159]. Os bezanozano, cujo próprio nome coletivo indica, segundo William Ellis[160], a ausência de autoridade central, e cujo país era inicialmente conhecido sob o nome de Ankay, também eram governados por chefes locais (*mpifehy*) e viviam em vilarejos fortificados. Porém, ao contrário dos sihanaka, eles tinham pelo menos uma instituição unificadora que agrupava os amuletos representando as onze divindades protetoras

154 L. Mariano, "Relation", em A. Grandidier *e al.,* 1903-1920, vol. II, p. 12-13.

155 N. Mayeur, 1806, p. 123.

156 G. Grandidier e R. Decary, 1958, pp. 120, 121, nota 1 e p. 132.

157 F. Martin, "Mémoire", dezembro de 1667, em A. Grandidier *e al.,* 1903-1920, vol. IX, p. 552-559.

158 G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 117, nota 3.

159 C. Guillain, 1845, p. 24; N. Mayeur, 1912, p. 70.

160 W. Ellis, 1838, vol. I, p. 131. Mayeur dera ao conjunto dos bezanozano o nome de "república".

provavelmente vindas do país dos sakalava. Uma vez que algumas dentre elas portavam nomes sakalava[161], parece evidente que elas eram oriundas da costa ocidental, ainda que seja também possível que os *ombiasa* bezanozano tenham fabricado alguns desses amuletos. Por volta do fim do século XVIII, igualmente ao contrário dos sihanaka, os bezanozano pareciam ter aceitado a autoridade de Randrianjomoina, seu primeiro rei, mas este não reinaria muito tempo, uma vez que os merina exigiram e obtiveram sua submissão[162].

Presos entre os montanheses betsileo e os antemoro do litoral, os tanala batizaram-se em função de seu meio natural, ou seja, "o povo da floresta" (Antalana), nome este usado em outras regiões de Madagascar, mas sem contudo carregar um valor étnico tão durável. Com efeito, os tanala tornar-se-iam logo um povo muito miscigenado, pois até vinte e três de seus clãs reivindicavam uma ascendência betsileo. Porém, nunca chegaram a formar um Estado. Alguns dentre eles, contudo, ocuparam uma posição privilegiada na história da região, tal como os tanala do Ikongo, um enorme rochedo ao qual só se podia chegar por passagens artificiais[163]. A região dos tanala-ikongo, inteiramente isolada das montanhas betsileo, constituía o meio natural do interior da região costeira (distante de apenas 45 quilômetros) e só era acessível (salvo a partir do próprio rochedo) por vias fluviais como o Sandrananta, o Faraony e o Matitana, o rio dos antemoro[164]. Não é, portanto, de se surpreender que os tanala do Ikongo tenham aceito no seu seio imigrantes da costa oriental e que um desses últimos, Rambo (que teria sido um anteony-antemoro), tenha dado origem à dinastia local dos zafirambo, mencionada pela primeira vez por estrangeiros em 1668[165]. Segundo as tradições tanala recolhidas por Ardant du Picq por volta de 1900, Rambo teria se tornado rei do Ikongo graças a seu conhecimento dos amuletos curativos (*fanafody*) e dos *sorabe*. Ele também era lembrado em virtude de seu papel de "legislador". Alguns de seus sucessores fabricavam também amuletos destinados a proteger os tanala do Ikongo e adquiriram uma certa reputação como predicadores dos fenômenos naturais. Os chefes pré-dinásticos (os Anakandriana e os Andriambaventy) conservaram um certo número de privilégios e, embora os zafirambo praticassem o *sombili* (prerrogativa de abater os animais domésticos),

161 Vallier, 1898, p. 80-81.

162 F. Callet, edição de 1908, vol. I, p. 77-84, e edição de 1909, vol. II, p. 527; V. Malzac, 1912, p. 92; G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 133-134.

163 A. du Picq, 1905, p. 541-542.

164 *Ibid.*, p. 543.

165 R. K. Kent, 1970, p. 92 e nota 14. Deschamps situa o exílio de Rambo no século XVI.

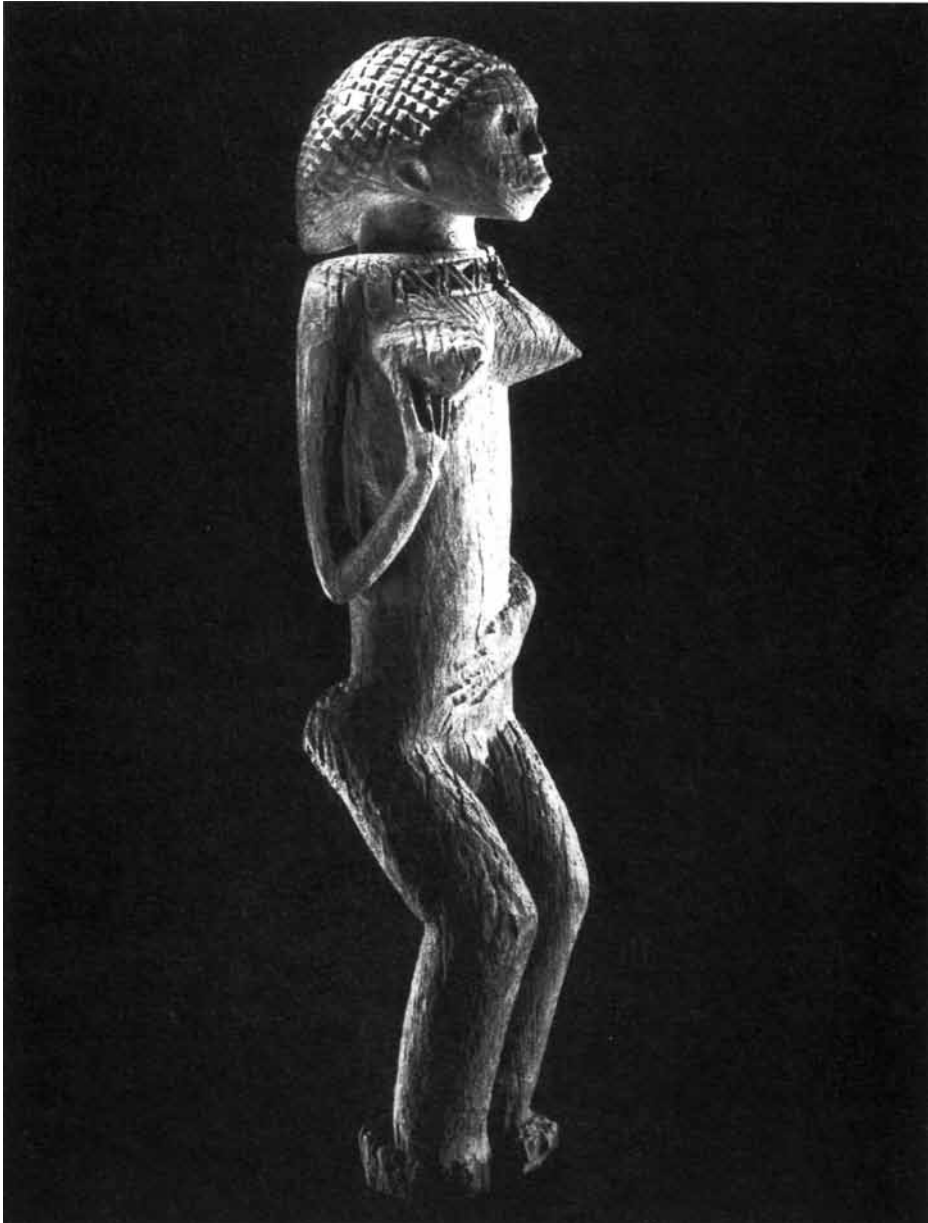



FIGURA 28.3 Grupo étnico bara de Ambutsira (Sudeste de Madagascar): estátua comemorativa dita alualu, erguida na ocasião da morte de uma pessoa sem descendência masculina ou quando seu corpo não é inumado no túmulo familiar. A estátua era cercada por postes de madeira sobrepujados de chifres de zebus sacrificados durante os funerais. A regra consistia em fazer de uma figura feminina o substituto de um falecido de sexo masculino, como símbolo do elemento encarregado da descendência. Cerne de canforeira. Altura: 107cm. [© G. Berjonneau, ART 135, Boulogne-Billancourt.]

apenas o exerciam por conta própria. Eles eram também conhecidos sob o nome de zanaka-isandrananta (filhos do Sandrananta), pois, de acordo com Rambo, as vísceras dos reis defuntos eram jogadas nesse rio, onde teriam dado origem aos crocodilos[166]. A maior parte do século XVIII foi marcada por conflitos entre os tanala do Ikongo e os antemoro, os primeiros acabando, por volta do fim do século, por invadir e devastar as baixas terras. No começo do século XIX, um dos zafirambo, Andriamamohotra, aliou-se a Andrianampoinimerina[167].

Os bara, principais pastores de Madagascar aos quais muitas vezes se atribuiu uma origem africana[168], teriam vindo de uma zona situada na região meridional do país arindrano, ao longo do rio Ihosy. De Flacourt menciona o sítio de Varabei[169], nome este que se encontra também em "bara-be" (*varabei* e *bei/be*: grande, numeroso), um dos três grandes clãs bara. Os bara-be instalaram-se no planalto de Horombe, com os bara iantsantsa a Leste e os bara imamono a Oeste, do lado dos sakalava. Dois clãs bara importantes, ainda que menores, a saber os vinda do Ibara do Sudoeste e os antivondro instalados a Leste do rio Ionaivo, são de origem mais recente, a constituição do clã vinda datando apenas do início do século XIX[170]. De uma forma geral, tudo indica que os bara tenham se estendido até chegar às fronteiras mais ou menos naturais com os sakalava, os mahafaly, os antandroy, os antanosy, os antesaka e os antefasy. Houve dois períodos dinásticos distintos na parte meridional do interior (da qual o Ibara ocupa, de longe, a maior superfície). Um desses períodos coincide com o dos protomaroserana, mas permanecerá verossimilmente mal conhecido[171], ao passo que o mais recente, o dos Zafimanely, começa por volta de 1650. A partir de 1640, quando o rei Dian Manhelle invadiu o interior dessa região e começou a instalar ali reis locais escolhidos no seio de sua família, a ausência total de leis de sucessão e a facilidade com a qual os dissidentes podiam emigrar com seu rebanho rumo a pastagens ainda melhores facilitaram certamente o processo de desintegração da autoridade. Após a morte de Dian Manhelle, em 1653, seus descendentes, os Zafimanely, assentaram progressivamente sua autoridade no Ibara, aliás sem que este se beneficiasse necessariamente de tal situação. Entre 1650 e 1680, a história do Ibara foi dominada por rivalidades entre reizinhos

166 A. du Picq, 1933, pp. 27-39.

167 *Ibid.*, p. 39.

168 R. K. Kent, 1970, pp. 116-120 e notas a esse respeito.

169 É. de Flacourt, 1661 (edição de 1913), p. 33.

170 R. K. Kent, 1970, p. 124.

171 *Ibid.*, p. 123-137.

Zafimanely (*mpanjaka-kely* em oposição a *mpanjaka-bé*, título de rei atribuído apenas aos chefes dos grandes clãs bara), rivalidades estas que se multiplicaram, acrescentando vários subgrupos (*tariki*) à família bara. Sua rivalidade interna era mais econômica do que política. Por não disporem de um sistema de tributos regulares, os Zafimanely tiveram que manter seu poder de senhores locais ao proteger sua fortuna por meio de decisões jurídicas[172] e, sobretudo, ao roubar rebanho, sua principal fonte de riqueza. Como não podiam atacar o rebanho de seus próprios súditos ou arriscar-se em guerras no exterior, eles atacavam-se uns aos outros, quase continuamente e sem a menor visão política. Esse ciclo de tensões artificiais só se findou depois de 1800 graças a Raikitroca, sendo este um rei muito interessante e digno de um estudo mais aprofundado[173]. Na verdade, os reis bara não governavam seus clãs como chefes absolutos e não podiam declarar a guerra sem a aprovação de seu conselho de ministros (chamados *tandonaka* junto aos imamono) e de seus governadores de província (*mamandranomay*), nomeados pelo *mpanjaka-bé*, mas controlados também pelos conselhos locais de anciões (os *ionaka* junto aos imamono)[174].

Os Estados do Leste e do Sul: Betsimisaraka, Antemoro, Antambahoaka, Antefasy, Antesaka, Antanosy, Antandroy

Os betsimisaraka, muitas vezes divididos entre "setentrionais" (*antavaratra*) e "meridionais" (*antatsimo*), e os betanimena, estabelecidos entre os dois, viviam na costa oriental de Madagascar, *grosso modo* entre a baía de Antongil e Vatomandry. Segundo várias fontes, os *tompon-tany* dessa região permaneceram na margem das grandes uniões políticas até o início do século XVIII, sob a autoridade de chefes (*filohany*) cujo poder raramente se estendia além de uma ou duas aldeias. Parece contudo que, ao redor da imensa baía de Antongil, os chefes eram organizados de forma mais eficiente, tendo por exemplo insígnias reais, ao menos desde o fim do século XVI[175]. Os antavaratra eram também favorecidos pela natureza, pois possuíam todos os portos (Antongil, Titingue, Foulpointe, Fenerive e Tamatave), ao passo que não havia nenhum no litoral dos betanimena.

172 Talvez por isso o sistema judiciário dos bara compreendesse uma grande variedade de ordálios.

173 J. Rabemanana, *Le pays des Kimoso et son histoire depuis les origines jusqu'à l'an 1820*, 1911-1912, manuscrito dos arquivos da Academia malgaxe, Antananarivo, p. 98; R. K. Kent, 1970, p. 124, nota 44, e p. 129, nota 65.

174 L. Michel, 1957, p. 34-51; C. Le Barbier, 1916-1917, p. 97-100.

175 Nos anos 1590, os holandeses viram um chefe que reservara para si o uso da cor vermelha e que portava um tipo de coroa com dois chifres.

À medida que as Mascarenhas dependiam mais das regiões orientais de Madagascar, donde importavam arroz, rebanho e escravos, o domínio desses portos não somente garantia a fortuna dos filohany como também assegurava uma potência de fogo para a defesa ou o ataque. Foi também a parte de Madagascar que, de 1680 a aproximadamente 1720, contava com a maior colônia de piratas europeus, principalmente ingleses e americanos. Muitos casaram com mulheres antavaratra, dando assim à luz mestiços que se tornariam os zana malata, muitas vezes aliados dos *filohany*, cujas filhas eram suas mães. Foi de uma dessas uniões que nasceu, por volta de 1694, um zana malata chamado Ratsimilahoe[176], cujo pai o levou consigo na Inglaterra e na Índia para estadias curtas[177]. Uma mudança política sobrevinda entre os betanimena (então conhecidos como os sicoua, ou tsikoa em malgaxe moderno) devia fornecer-lhe a ocasião de se lançar na vida política. Por volta de 1700, os tsikoa começaram a se juntar em torno de chefes fortes. Por volta de 1710, eles elegeram o dirigente de Vatomandry como chefe supremo para liderar a conquista dos portos do Norte. Foi no intuito de resistir à invasão desses portos que Ratsimilahoe, apesar de sua pouca idade, conseguiu unir a maior parte dos antavaratra.

Ratsimilahoe reconquistou Fenerive em 1712 e a retirada precipitada dos tsikoa através dos campos pesados de argila vermelha que colava aos pés valeu-lhes o nome de *Be-tani-mena* (os numerosos de terra vermelha)[178]. Ratsimilahoe forjou o nome de betsimisartaka (os numerosos indivisíveis) para sublinhar o caráter durável da união política e para se distinguir dos betanimena. Concluiu também a paz com estes últimos, cedendo o porto de Tamatave a seu rei. Enfim, em sua capital de Foulpointe, ele foi eleito rei (*mpanjaka-bê*) de todos os betsimisaraka sob o nome de Ramaroumanompou (em malgaxe moderno, Ramaromanompo, "o Senhor de Numerosos Súditos")[179]. Porém, a paz durou apenas seis meses e Ratsimilahoe retomou Tamatave, repelindo o rei betanimena rumo a uma região inacessível do Sul[180]. Concluiu também uma aliança com os antatsimo (meridionais) e os bezanozano[181]. Por volta de 1730, ele era um dos reis mais poderosos de Madagascar, à frente de uma confederação de clãs e de famílias de caráter assaz independente da qual ele mantinha a coesão.

176 N. Mayeur, *Ratsimilahoe*, 1806, cópia datilografada do manuscrito, p. 132.

177 *Ibid.*, p. 11; G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 28, nota 1.

178 N. Mayeur, *op. cit.*, p. 28-36.

179 *Ibid.*, p. 36-48.

180 *Ibid.*, p. 64-77.

181 *Ibid.*, p. 83-90.

Ele chegou a esse resultado ao deixar sua autonomia aos chefes tradicionais e ao permitir-lhes fixarem eles mesmo o tributo que julgavam necessário de lhe entregar em escravos, rebanho e arroz. Ele também indenizou os parentes de diversos *filohany* falecidos no decorrer das batalhas contra os betanimena, oferecendo-lhes presentes reais (*vilipate*), e permitiu aos betanimena comprar de volta seus parentes presos durante os combates. Na corte, ele guardava como reféns os filhos dos grandes e dos pequenos *filohany*, empregando-os de forma útil como *ompanghalalan* (mensageiros do rei que transmitiam suas ordens aos betsimisaraka). Enfim, ele administrava a alta justiça, o que permitia a qualquer betsimisaraka endereçar-se diretamente a ele sem passar pelo seu próprio chefe[182]. Por ter consciência das tendências centrífugas que ameaçavam seu reino, Ratsimilahoe casou-se com Matave, a filha única do rei do Iboina (andrianbaga), no intuito de se ligar aos volamena e ao Império Sakalava[183]. Ele faleceu em 1754 após ter reinado por quase quarenta anos sobre os betsimisaraka, dos quais havia sido o unificador. Sucederam-lhe três reis entre 1755 e 1803. O primeiro perdeu a vida durante um ataque serpresa de escravos, o terceiro foi morto a lança por seus próprios súditos, ao passo que o segundo, Iavy, só deveu sua notoriedade ao fato de ter sido o maior traficante de escravos de Madagascar. Na segunda metade do século XVIII, o país betsimisaraka acabou por parecer com Angola nos piores momentos das tragédias escravagistas do começo do século XVII.

Não há mais dúvidas sobre o fato de que ambos os clãs antesaka e antefasy do Sudeste de Madagascar tenham sido fundados por imigrantes vindos do Oeste. Conflitos entre o rei do Sakalava-Menabe, Andriandahifotsy, e seu irmão (ou tio), Andriamandresi, obrigaram este último a deixar o Menabe para o Centro-Sul com seus seguidores. Ele atravessou o planalto de Horombe e ainda é provável que ele tenha atingido a passagem de Bara-Tanala (que dá acesso ao litoral oriental). Porém, só foi depois do advento de seu neto, Behava, que os antesaka atingiram Nosipandra (futura Vangaindrano) e fizeram dela sua capital, cidade dos reis zarabehava e celeiro de arroz de seu reino[184]. Segundo informantes antesaka, o nome desse grupo reflete suas origens sakalava[185]. De acordo com o mapa de de Flacourt, parece que a migração dos antesaka tinha se findado por volta 1650. Quanto aos antefasy, suas tradições indicam que seu primeiro antepassado, Ndretsileo, chegou do continente africano ao rio Menarandra em uma

182 *Ibid.*, p. 116-124.

183 *Ibid.*, p. 124-130.

184 H. Deschamps, 1936, p. 166.

185 *Ibid.*, p. 162-164; Marchand, 1901, p. 485-486.

época em que os maroserana já haviam se estabelecido junto aos mahafaly, no Menabe e em algumas regiões do Ibara. Com um companheiro chamado Isoro (que depois se separaria dele para fundar os zafisoro), Ndretsileo estabeleceu-se no Ibara. Porém, as dificuldades com os zafimanely agravaram-se na época de seu neto, Ndrembolanony. Ele avançou portanto rumo a Leste onde se juntou ao rei antevatobe na ocasião de uma guerra local. A filha desse rei casou com Ndrembolanony. Foi um dos três filhos Ndretsileo, Marofela, quem forjou o nome "antefasy" (gente da areia), sugerindo que seu reino seria densamente povoado, em uma analogia com a areia[186].

Antes do início do século XIX, o mais importante rei antefasy foi, sem dúvida, Ifara, que residia em Ambaky (o antigo nome de Farafangana). Este obteve o monopólio do comércio com os primeiros navios europeus que faziam escala em seu litoral, tornando-se assim tão poderoso que chegou a ser considerado o único "dono" do rio Manampatra[187]. Também permaneceu muito vivaz a lembrança de um outro rei zarabehava, Maseba. De fato foi ele quem livrou os antefasy de uma breve dominação antemoro. Sabemos que Ifara sucedeu a Maseba, mas fica difícil estabelecer datas. Os antefasy (que, por vezes, reivindicam ligações de parentesco com os zarabehava) constituíam um clã cuja formação foi certamente posterior àquela dos antesaka, talvez entre 1670 e 1680, e Maseba teria sido o último rei do século XVII. Se confiarmos nas fontes antemoro, os conflitos que opuseram antemoro e antefasy teriam ocorrido durante os anos 1680[188]. Tais conflitos prosseguiriam no século XVIII, mas sem resultados convincentes. Os antesaka eram mais voltados para si mesmo do que os antefasy e enfrentaram vários problemas de sucessão. A tradição guardou a lembrança de um de seus reis zarabehava, Ratongalaza, que teria "matado ou expulsado todos seus irmãos". Seu neto, Lengoabo, foi o último rei do século XVIII e estendeu as fronteiras dos antesaka até seus limites extremos[189]. A história dos antambahoaka e dos antemoro no século XVIII permanece desconhecida, embora os relatos dos europeus mencionem o Matitana como sendo um dos principais exportadores de arroz e de escravos, principalmente após 1724[190]. Outro aspecto de grande importância a caracterizar esse período, principalmente após 1750, foi o mal--estar geral que reinava entre os súditos dos reis zafindraminia e anteony, mal-

186 M. Fontoynont e E. Raomandahy,1939, p. 1-5.

187 *Ibid.*, p. 6-7.

188 G. Mondain, 1910, p. 73; R. K. Kent, 1970, p. 98 e 157.

189 H. Deschamps, 1936, p. 166-167.

190 C. Grant, 1801, p. 167-171, segundo um relato de 1763.

-estar este que chegaria ao seu auge no século XIX, obrigando os anteony a pedir a ajuda aos merina contra seus próprios súditos.

Dos quase 4000 colonos e soldados enviados da França para Fort-Dauphin em 1674, dois terços morreram de malária, de fome ou de morte violenta[191]. Vinte e quatro anos mais tarde, no meio das ruínas desse forte, no país Antanosy, um capitão de navio holandês descobriu que o "rei" local era um pirata martinicano chamado Samuel. Ele liderava por volta de vinte europeus e 300 antanosy, além de uma frota de 15 pirogas, e guerreava constantemente com o rei tradicional, Diamarang Diamera[192]. A presença europeia em país antanosy baseava-se nos laços anteriores criados por intermédio de Fort-Dauphin, mas também se explica pelo avanço das plantações das Mascarenhas depois de 1720, acarretando uma forte demanda por escravos, arroz e rebanho. O conde de Modave, governador do segundo estabelecimento francês de Fort-Dauphin (1767-1770), descobriu nada menos do que 35 reis entre o vale do Ambolo e o Mandrare. Eles guerreavam uns contra os outros para conseguir rebanho e escravos, levando frequentemente seus próprios súditos (particularmente entre os antondroy) a emigrar. O mais poderoso desses reis locais tinha ao menos 3000 pessoas sob sua autoridade[193]. De Modave, por ser vivamente oposto ao tráfico de escravo, viera para substituí-lo por um comércio legítimo. Porém, foi abandonado pela França (assim como de Flacourt antes dele) e acabou se tornando mercador de escravos a fim de pagar suas dívidas e poder reabastecer suas próprias plantações na Ilha de França (Maurício)[194]. Convém lembrar que Fort-Dauphin fora construído em um momento em que o país antanosy já era uma das regiões mais povoadas de Madagascar, cuja produção agrícola era amplamente excedente e que estava no ponto de se unificar e de se tornar um Estado de uma certa importância. Pouco após o fracasso da missão de De Modave, um viajante francês considerava o país antanosy o "mais pobre" e o "mais triste" da ilha, muito pouco povoado e quase "sem recursos". Até os escravos e o rebanho eram escassos e tinham que buscá-los ao longe[195].

191 G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 103, nota 2.

192 J. Coin, "Voyage", 1698, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. VI, p. 41-47.

193 Modave, "Journal", 1768, em G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 10. Após 1730, no país Antanosy, houve uma revolta contra os zafindraminia, que foram espoliados de seu rebanho, segundo Le gentil, 1779-1781, vol. II, p. 511-522; mas essa revolta teria talvez ocorrido entre 1770 e 1780, segundo A. Grandidier, Notes, manuscrito, f. 316, 410, 551; G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 104, nota 5.

194 H. Deschamps, edição de 1965, p. 80-81.

195 M. de la Haye, 1774, em G. Grandidier e R. Decary, 1958, p. 10, nota 1 (a).

O Antandroy, no extremo sul de Madagascar, dividia-se em duas partes muito diferentes. Os karimbola, que foram os *tompon-tany* do Antandroy Ocidental, entre os rios Manarandra e Manambovo, não guardaram lembrança de uma migração. O Antandroy Oriental (chamado por de Flacourt de "a terra dos *Ampatres*"), situado entre o Manambovo e o Mandrare, foi outrora ocupado principalmente pelos mahandrovato que, em seguida, foram submersos por uma grande onda de imigrantes vindos do Ibara e do Antanosy, fugindo da instabilidade política para buscar asilo nas zonas áridas do Sul[196]. A dinastia reinante dos zafimanara parece proceder dos mahandrovato (que acolheram os primeiros grupos de imigrantes), e sua dominação foi pouco a pouco tolerada pelos karimbola. Foram os zafimanara que deram o nome coletivo de antandroy a todos os povos que viviam entre os rios Menarandra e Mandrare. Tal nome trazia um sentimento de unidade política e implicava a existência de uma "Confederação zafimanara". Os karimbola, cujos chefes viviam em Ambahy e preservaram sua autonomia, aceitaram os reis zafimanara, concluindo com eles alianças matrimoniais a fim de conter um perigo real e permanente: a expansão dos maroserana-mahafaly rumo ao Leste[197]. Com o passar do tempo, os zafimanara, que apenas conseguiram conter os mahafaly no Menarandra até aproximadamente 1750[198], cessaram de ser úteis aos karimbola. Quase na mesma época, migrações repetidas do interior e do Antanosy diluíram a autoridade dos zafimanara no Antandroy Oriental. Por volta de 1790, os zafimanara, incapazes de fazer frente às mudanças em curso em seu antigo *habitat*, tiveram de se refugiar no planalto do Manombo. Como para muitos outros povos malgaxes, o fim do século XVIII não augurava nada de bom para os antandroy.

As ilhas Comores Grande Comore, Anjouan, Mohéli, Mayotte[199]

Os Comores constituem um grupo de ilhas situadas aproximadamente a meio caminho entre Madagascar e a África. A Grande Comore é a mais pró-

196 E. Defoort, 1913, pp. 161-172, expõe de forma geral essas diferentes migrações.

197 *Ibid.*, pp. 162 e 166.

198 *Ibid.*, p. 168.

199 Os nomes das quatro ilhas Comores variam imensamente nas fontes antigas, Mas suas denominações locais eram: Ngazija, Anzuani, Muali (por vezes M'heli) e M'samburu (a partir do nome do maior grupo de língua banta de Mayotte, M'Chambara), às vezes também M'Ayata. J. Repiquet, 1902, p. 110; A. Gevrey, 1972, p. 74. Os nomes constando desse ensaio são os mais usados.

xima do continente africano, Mayotte fica em frente à Madagascar, Anjouan e Mohéli ocupam o centro do arquipélago. Seu passado pode, com toda razão, ser considerado, entre outras coisas, o reflexo de tal situação geográfica. Segundo a opinião geral, os Comores foram povoadas por continentais falantes de banto, sem ligações aparentes com o islã. Esta grande religião foi importada pelos afro-shīrāzī, mas a supremacia do islã sunita junto às comorenses deu-se também em virtude dos sucessos políticos de muçulmanos vindos da África em uma época mais recente. Segundo as tradições recolhidas por Ṣa'īd Ahmad 'Alī[200], os períodos pré-islâmicos e shīrāzī são associados aos chefes antigos, os *bēdja*, e a seus sucessores *fani*, cujas filhas (*jumbe*) casariam com os recém-chegados sunitas[201]. Não se sabe quase nada a respeito dos *bēdja* e não se pode delimitar muito estreitamente os dois períodos[202], mas atribui-se aos *fani* a técnica de construção em pedras e a edificação da primeira mesquita comorense[203]. Embora essa segmentação tenda a confirmar aquela que usamos de forma corriqueira para a história da África do Leste[204], ainda não é possível estabelecer uma cronologia para os *bēdja* e os *fani*, já que faltam estudos arqueológicos, linguísticos e históricos aprofundados. Tais estudos, a nosso ver imprescindíveis, poderiam contribuir de forma importante para um melhor entendimento de três acontecimentos de prima importância: as migrações dos povos de língua banta, as

200 *Essai sur l'histoire d'Anjouan*, 29 de dezembro de 1927, manuscrito datilografado, p. 1-45, Biblioteca Grandidier, Tsimbazaza-Tananarive (atual Antananarivo), República Malgaxe; seguimos a paginação do manuscrito datilografado. Fragmentos do *Essai* (ensaio) de S. A. 'Alī foram muito mal reproduzidos em uma revista local efêmera, *Promo Al-Camar*, em maio de 1971. Apesar da confusão de vários trechos, o *Essai* de 1927 permanece a mais interessante e a mais preciosa tentativa de história local. Ele trata do governador geral de Madagascar e de suas dependências. As Comores foram anexadas a Madagascar de 1914 a 1946. Mayotte tornou-se protetorado francês em 1843. As outras Comores caíram sob a dominação francesa em 1886.

201 S. A. 'Alī, 1927, p. 3-7.

202 Os *bēdja* aparecem às vezes como os primeiros chefes shirāzi. M. Fontoynont e E. Raomandahy (1937, p. 12) registraram a seguinte tradição oral: "Graças a seus conhecimentos botânicos, farmacêuticos e medicais, esses shirazis evitaram as doenças, se multiplicaram rapidamente e depois se espalharam, escolhendo chefes aos quais deram o nome *Bedja*, que também se encontrariam junto a *vários sultões*, tais como *Fabedja*" (grifos nossos). As reservas expressadas por James Kerkman sobre a África do Leste, em sua nota sobre "Les Perses" de Justus Strandes (p. 309-310 da tradução inglesa, edição de 1971) aplicam-se às diferenças entre shirāzi e árabes, assim como aos períodos *fani* e sunita, usados por uma questão de mera comodidade.

203 A mesquita mais antiga encontra-se em Chingoni, Mayotte. Segundo A. Gevrey (1972, p. 207), que se baseia em sua interpretação da data gravada, ela dataria do ano 944 da hégira, ao passo que, segundo S. A. 'Alī (1927, p. 4), ela dataria de 844 (ou seja, 1566 e 1441 da era cristã).

204 Ver o estudo de H. N. Chittick, 1971, p. 100-117.

migrações indonésias para a África e Madagascar e o surgimento da própria cultura suaíli[205].

Com as últimas migrações muçulmanas surgiu claramente um conceito político. Pela primeira vez, as quatro ilhas Comores eram percebidas como uma entidade única, e tentou-se juntá-las sob a autoridade de um único monarca (o sultão), residente em Anjouan, ilha situada no centro do arquipélago. O início da "era dos sultões" poderia remontar a 1506, ou mesmo antes de 1400, segundo a interpretação das raras fontes de que dispomos[206]. Antes da chegada dos "árabes muçulmanos pertencentes à tribo que fundou Malindi[207]", uma ou mais ilhas poderiam ter estado sob a autoridade de comerciantes de Moçambique e de Kilwa[208]. Do continente africano, desde tempos imemoriais, podia-se ver a Grande Comore a cada erupção vulcânica do Monte Kartala.

Segundo as tradições de diversas fontes e as ditas funcionais, a primeira dinastia comorense seria oriunda de Anjouan, embora o primeiro antepassado tenha, de início, emigrado para a Grande Comore[209]. Talvez isso não seja tão ilógico quanto parece. A Grande Comore é a mais vasta das ilhas, mas ela carece de água doce e sua terra é em geral ingrata. Em 1727, Alexander Hamilton descrevia-a ainda como uma ilha que só podia fornecer o mínimo necessário a pouquíssimos habitantes[210]. O segundo antepassado hasan/hasani, verdadeiro fundador da dinastia,

---

205 Se tais estudos fizessem aparecer a origem precoce da presença dos continentais nas ilhas Comores, provavelmente seria preciso revisar a quase totalidade das inúmeras teorias e hipóteses relativas às ondas migratórias dos povos de língua banta e às suas diferentes fases. Destarte, seria possível que os colonos vindos do continente fossem mestiços de origem afro-indonésia e que os wamatsaha – primeiros ocupantes dos Comores – tivessem um certo número de traços físicos, etnográficos e mesmo linguísticos que confirmariam essa hipótese. Ver J. Repiquet, 1902, p. 51 e foto; S. A. ʽAlī, 1927, p. 1; e os estudos comparativos de James Hornell (1934) sobre as canoas de Madagascar, das Comores e da África do Leste. Os mais antigos vocabulários comorenses de que dispomos já estão em kiswahili: por exemplo, no que tange às 14 palavras citadas por Walter Peyton em 1613, ver S. Purchas, 1613; *His pilgrims*, British Library, Londres, manuscrito n° 6115, vol. I, f. 488-490; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 491 e nota; L. Aujas, 1920, p. 51-59.

206 A. Gevrey, edição de 1972, p. 78-79, 148, 184, 206-207; S. A. ʽAlī, 1927, p. 2-5; J. Repiquet, 1902, p. 111-112. Gevrey fornece, na página 227, uma lista de 18 sultões de Mayotte (dos quais o último vinha de Madagascar) que teriam reinado de 1530 a 1843. Segundo ele, algumas dessas datas são exatas, e outras aproximativas. Infelizmente, a data indicada para a viagem de Lancaster às Comores, 1561, comporta um erro de trinta anos, pois aconteceu em 1591, e *não se trata* de uma mera inversão do 6 em 9.

207 Do Couto, cap. 5, pp. 310-318; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 103.

208 J. Strandes, reimpressão, 1971, p. 85; J. de Barros, 1552-1613, vol. I, p. 214-215; A. Gevrey, 1972, p. 123.

209 O fato de a primeira mesquita encontrar-se em Mayotte, e não em Anjouan (ainda mais porque sua construção é atribuída a Haissa, filho de hasani), parece confirmar o aspecto funcionalista. Mas não se pode ser categórico pois, na verdade, não existiu história científica propriamente dita das Comores antes do século XIX.

210 A. Hamilton, 1727, vol. I, p. 16-22; *Antananarivo annuel*, vol. IV (1892), p. 498 (da segunda edição de 1744).

é igualmente apresentado como sendo um grande construtor de mesquitas em Anjouan – em primeiro lugar em Sima e, depois, em Domoni. Ele é também considerado o principal propagador do rito shāfi‘īte, e parece até difícil imaginar que ele não tenha autorizado a adoção do islã sunita pelo povo de Anjouan. Seus filhos portavam dois nomes: um banto e outro árabe. Eles estenderam o poder da dinastia hassanita nas ilhas Comores, muito provavelmente ao mesmo tempo em que introduziram uma nova fé religiosa[211]. Após esse período, a história das Comores foi marcada por rivalidades internas, até mesmo no âmbito dos minúsculos sultanatos das diferentes ilhas. Destarte, enquanto o islã sunita se impunha em todas as Comores, acarretando a implementação de um novo sistema judiciário com seus *kādi*, seus *nā‘ib* (juiz de aldeia) e seus *madjelisse* (corpo de juristas), rivalidades políticas entre membros de uma mesma etnia e entre alguns dos antigos *fani* e os novos sultões tornaram-se ao mesmo tempo um fenômeno constante e um fator dinâmico da sociedade comorense.

Os relatos dos europeus que visitaram as ilhas Comores foram raramente corroborados pelas tradições locais ou, ao menos, por aquelas até hoje transcritas. Contudo, essas duas fontes – internas e externas – revelam uma constante rivalidade e mostram que a história dos Comores não foi dominada pela Grande Comore e Mayotte, mas por Anjouan e Mohéli. No alvorecer do século XVII, viajantes independentes de diferentes regiões da Europa confirmaram que Anjouan tinha, de fato, um monarca – uma rainha – considerado o chefe supremo das quatro Comores[212]. Segundo as mesmas fontes, cada ilha tinha seu próprio chefe, que detinha um certo poder e venerava a rainha de Anjouan como chefe dinástico[213], e não necessariamente como autoridade militar e administrativa temível. Em 1602, por exemplo, Mohéli era governada por um rei muçulmano independente e imponente, que surpreendia os viajantes europeus em virtude de suas impressionantes competências em matéria de navegação, de seus mapas marítimos da região se estendendo do Mar Vermelho às Índias Orientais, de seu conhecimento direto da África e da Arábia e – o que não era menos surpreendente – de seu domínio da língua portuguesa[214]. Esse comorense

211 S. A. ‘Alī, 1927, p. 3. Seus nomes bantos eram Machinda e Chivampe.

212 Notadamente os holandeses em 1599, 1601-1602 e também François-Martin de Vitré em 1602; ver A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 256, 272 e 317.

213 Vários relatos mencionam as rainhas do “sultão”, por vezes suas esposas e outras vezes sua mãe. A rainha--mãe (de um sultão) parece ter sido uma figura muito respeitada; ver o relato de John Saris sobre Mohéli em 1661, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 497.

214 Relato do almirante G. Spilberg sobre sua visita de 1602, traduzido do neerlandês em de Constantin, 1725, vol. IV, p. 29-30 e 42-60; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 312-313.

extremamente interessante morreu em 1613, um dia exatamente antes da chegada de Christophe Newport, que observou que apenas a morte do rei podia provocar uma trégua momentânea nas frequentes operações realizadas pelas embarcações de Mohéli contra Anjouan e as "outras" Comores[215]. Um ano mais tarde, outros viajantes ingleses constataram que a Grande Comore era dividida entre dez "senhores" e que a rainha de Anjouan (a "velha sultana") "delegara" seu poder sobre Mohéli a seus dois filhos, Amar-Adel como sultão, e seu irmão como vice-sultão e *s̲h̲ārīf* (principal personalidade religiosa). Ambos viviam no interior da ilha, perto de Fombony. Os ingleses notaram também que a parte principal do porto de Mohéli era colocada sob a autoridade do governador de uma personagem muito importante, Fombony[216]. Ainda em 1614, o velho *fani* de M'samudu proclamou-se sultão independente e mestre do Norte de Anjouan, tendo a venerável rainha perdido qualquer autoridade sobre sua ilha[217]. Martin Pring encontrou também um poderoso *fani* em Mohéli em 1616[218]. Por volta de 1626, houve dois pretendentes ao sultanato de Mohéli: um descendente do *fani* (provavelmente falecido na época) e um "árabe". Ambos deviam sua "fortuna" e, aparentemente, o essencial de sua rivalidade a suas esposas, filhas do "último sultão"[219].

Salvo raras exceções[220], os chefes comorenses buscaram estabelecer boas relações com os europeus que visitavam suas ilhas. Os capitães de navios europeus adquiriram o hábito de entregar, quando de sua chegada, suntuosas espadas e pistolas aos chefes locais[221]. Os sultões e seus governadores de "portos", por sua vez, recebiam cartas de recomendação por parte desses capitães, quando de sua partida. Depois, essas cartas eram apresentadas – como prova de amizade internacional – aos capitães que

215 A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 490.

216 Relatos de Walter Peyton e Thomas Roe, 1614, em S. Purchas, *His pilgrims*, 1613, British Library, Londres, manuscrito n° 6115, vol. I, f. 529 e 536 e seguintes; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 83-89.

217 A. Gevrey, 1870, p. 185; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 90 e seguintes. Gevrey e Grandidier afirmam que *Magné-fané (fani)* era o nome do sultão "rebelde" de M'samudu e ambos citam Pieter van den Broecke, observador avisado e oficial da frota holandesa sob as ordens do general Reynst, que visitou as Comores em 1614. Mas P. van den Broecke não menciona esse nome.

218 A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 100. O nome é citado por M. Pring em *Fanno Mary O Fannadill*.

219 Relato de Thomas Herbert, em A. Grandidier *e al.*, *op. cit.*, p. 394-399.

220 Por exemplo, 35 marinheiros sob o comando de J. Lancaster foram mortos em uma emboscada na Grande Comore em 1591 (ato que proporcionaria uma má reputação a essa ilha durante décadas e até mesmo durante um século). Ver A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 161.

221 Em 1608, quando Alexander Sharpy, ao desembarcar na Grande Comore, enviou algumas bagatelas e duas facas ao chefe local, teve seu presente "rejeitado com desdém". Ver A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 419.

chegavam às Comores[222]. Segundo Hamilton, quase todos "os navios ingleses com destino a Mocha, à Pérsia ou a Surat" faziam escala em "Johana" (Anjouan) para se "refrescar", criando assim os laços de uma longa amizade anglo-anjouanense, para a qual apelavam de tempo em tempo os sultões locais. Os comerciantes comorenses foram, durante muito tempo, os intermediários entre Madagascar, a África e a Arábia, porém isso não significa (como podemos ler por vezes) que as quatro ilhas não tinham nada para exportar por si próprias. As guerras que atingiam uma ilha, como na Grande Comore em 1620[223], e as frequentes incursões de uma ilha em outra ultrapassavam as tensões meramente políticas. Em muitos casos, tratava-se unicamente de capturar escravos a exportar mediante um lucro elevado. Essa dualidade de objetivos afirmou-se quando M'samudu construiu sua grande mesquita em 1670 e ficaria ainda mais nítida na época dos piratas do Oeste do Oceano Índico (1680-1720). Nessa época, os sultões dos Comores aproveitaram-se de piratas tão renomados quanto Mission e Caraccioli, antes de tornarem-se as próprias vítimas deles, e o saque e a destruição das cidades comorenses eram fatos corriqueiros[224]. Foi precisamente entre 1700 e 1720 que esquadras da marinha britânica sob o comando do capitão Cornwall e do comodoro Littleton abandonaram a neutralidade de seu pavilhão e proporcionaram uma ajuda ativa a Ajouan e a seu sultão[225]. Essa assistência militar e naval traduzia o desejo por estender a autoridade efetiva de Anjouan às outras Comores e por obter, em contrapartida, a recusa categórica em abrigar piratas. A supremacia desses últimos findou-se por volta de 1720, porém as intervenções armadas britânicas en nome de Anjouan continuaram.

Em 1736, segundo Ṣa'īd ahmad 'Alī, Anjouan houve um novo monarca, o sultão Ahmad. Este pensava – assim como os primeiros hassanitas – que todas as Comores deviam depender de um chefe supremo. Seu reino durou muito tempo, "mais de quarenta anos", mas foi marcado, em 1743, por uma tentativa quase exitosa de golpe dirigida contra a dinastia, por uma guerra política aberta com Mayotte alguns anos

222 Por exemplo, em 1620, cartas escritas em inglês e em neerlandês, datadas respectivamente de 16 de agosto de 1616 e de 8 de agosto de 1618, foram apresentadas ao general de Beaulieu como "atestados" (A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 358). A prática das cartas internacionais de recomendação foi certamente inspirada pela cultura escritural suaíli local, pois sabemos que ao menos os chefes de Mayotte comunicavam por cartas com o Sultão de Anjouan. Em 1599, por exemplo, o Sultão de Mayotte entregou aos holandeses uma carta de recomendação da rainha de Anjouan (A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. I, p. 256); em 1646, John Smart levou as "cartas" do "Rei de Mayotte" para Anjouan (Smart em Kynnaston, 26 de junho de 1646, em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. V, p. 514-517).

223 A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. II, p. 365.

224 *Ibid.*, vol. III, p. 480-514.

225 *Ibid.*, vol. V, p. 53, 156, 159. (Em 1790, o capitão francês Péron apoiou Anjouan contra Mayotte, que se tornaria um protetorado francês 53 anos depois.)

mais tarde (terminando pela derrota humilhante de Anjouan) e, principalmente, por um grande levante interno. Com efeito, os descendentes dos primeiros ocupantes de Anjouan (os wamatsaha), liderados por um plebeu de alto poder carismático, Tumpa (que sustentava descender de um *fani*), levantaram-se em 1775 contra o elemento dominante árabe, exigindo uma plena igualdade e "o direito de casar com mulheres árabes". A cidade de Domoni opôs uma fraca resistência aos rebeldes, que ali acharam um número suficiente de armas de fogo para poder sitiar a própria cidade de M'samudu. Felizmente para os hassanitas, eles haviam recrutado uma seção de fuzileiros navais britânicos que não encontraram dificuldades para matar Tumpa, em pé em uma plataforma elevada e abrigado sob um guarda-chuva vermelho[226]. Sua morte marcou o fim de um movimento que poderia ter tido consequências de um alcance considerável para Anjouan e as outras ilhas Comores. Contudo, ao passo que se findava o século XVIII, os verdadeiros problemas a serem sofridos pelas Comores apenas começariam. De fato, frotas de canoas malgaxes, lideradas pelos sakalava e pelos betsimisaraka, começaram a praticar incursões nas quatro ilhas, à procura de escravos, e aterrorizaram durante bastante tempo a população local. Tais expedições marítimas cessaram por volta de 1825, principalmente em função de intervenções britânicas[227]. Ademais, as grandes mudanças provocadas pela expansão merina em Madagascar tiveram, ao menos, uma consequência inesperada. Mayotte tornou-se um país de língua malgaxe por causa da chegada maciça de sakalava que fugiam do Iboina. A ilha também teve sultões malgaxes (Ramanetaka, parente de Radama I, e Andriantsoli, último chefe sakalava-boina)[228]. A situação das Comores, a meio caminho entre a África e Madagascar, não era das mais confortáveis.

As Ilhas Mascarenhas: Reunião, Maurício, Rodrigues[229]

Contrariamente a Madagascar e às Comores, a três ilhas Mascarenhas permaneceram despovoadas até a chegada dos europeus no Oceano

226 S. A. ʻAlī, 1927, p. 12-14.

227 Sobre as expedições marítimas dos malgaxes, ver a nota 109 acima, assim como o relato de Austin Bissel (novembro de 1798), em A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. V, p. 415-416; ver também M. Fontoynont e E. Raomandahy, 1937, p. 15-21.

228 A. Gevrey (1870, p. 217-225) trata de forma rápida de Ramanetaka e de Andriantsoli.

229 Não trairemos aqui de Rodrigues, rochedo vulcânico de aproximadamente 155 quilômetros quadrados situado a algumas centenas de milhas marinhas da Reunião e da Ilha Maurício. Ver, para essa ilha, J. F. Dupon, 1969; A. J. Bertuchi, 1923. As três ilhas receberam seu nome coletivo atual nos anos 1820 e A. Toussaint (1972) é a obra de referência a esse respeito. A Reunião chamou-se outrora Bourbon e os franceses rebatizaram Maurício a Ilha de França. Conservamos os nomes atuais.

Índico[230]. Sua situação geográfica, a Leste de Madagascar, contribuiu para fazer da Reunião (Ilha Bourbon) e da Ilha Maurício (Ilha de França) bases navais estratégicas controladas pelas grandes companhias marítimas. As duas maiores ilhas do conjunto experimentaram também uma economia de *plantation* de tipo clássico, tal como aquela que se alastrou, em momentos e graus diversos, não somente na região oriental de Madagascar, mas também na África do Leste e do Sudeste, e até mesmo no litoral indiano. Após 1638, os holandeses concentraram seus esforços na ilha Maurício no intuito de explorar a madeira e de implementar o comércio de escravos com Madagascar, mas abandonaram-na em 1710[231]. Quanto à Reunião, recebeu seus primeiros colonos de Fort-Dauphin em 1646 e 1654. Estes eram constituídos, em números quase iguais, de franceses e de malgaxes que haviam se levantado contra a primeira Companhia Francesa das Índias Orientais. Esta última conseguiria, contudo, garantir seu monopólio na Reunião entre 1664 e 1719[232]. Os franceses colonizaram a Ilha Maurício a partir da Reunião por volta de 1721 e ambas as ilhas permaneceram sob a autoridade da segunda Companhia Francesa das Índias Orientais até 1767, ano em que as Mascarenhas passaram a ser controladas pela administração real[233]. A partir de 1790, inspirados pelo exemplo da Revolução Francesa, os plantadores da Reunião e de Maurício começaram a reinvindicar uma forma de nacionalismo local para se opor a algumas medidas tomadas pela metrópole, tais como a abolição da escravidão em 1794 e as tentativas da Convenção para despachar seus agentes, dos quais dois foram expulsos em 1796. As guerras napoleônicas prejudicaram as Mascarenhas francesas: a ilha Maurício passou definitivamente sob a autoridade britânica e o abastecimento em escravos acabou, ainda que provisoriamente. Entretanto, apesar das mudanças políticas, a Reunião e a ilha Maurício estavam à véspera de um período de grande prosperidade econômica.

Por volta de 1710, essas duas ilhas juntavam 2000 habitantes, um terço sendo escravos. Em meados do século, a população havia triplicado, mas os escravos

230 Tal dado de fato permite também recusar a tese dos movimentos populacionais diretos da Indonésia a Madagascar através do Oceano Pacífico, movimentos estes que teriam dado às Mascarenhas seus próprios *tompon-tany*.

231 Sobre os holandeses na ilha Maurício, ver A. Pitot, 1905.

232 J. Barassin, 1953.

233 Encontra-se um excelente resumo dos períodos posteriores a 1719 em A. Toussaint, 1972, p. 38-106 (sobre a Companhia e a administração real). Para mais detalhes, ver A. Pitot, 1899; C. Grant, 1801; A. Lougnon, 1956 e 1958.

eram responsáveis por mais dos dois terços de tal aumento, e por volta do fim do século, as duas ilhas tinham 120.000 habitantes, dos quais 94.000 escravos[234]. Desde o início do século XVIII, já se podiam distinguir cinco grupos sociais: os brancos descendentes das primeiras famílias de colonos, os crioulos brancos, os crioulos mulatos, os estrangeiros brancos (entre os quais inúmeros antigos piratas ingleses e alguns refugiados holandeses que haviam fugido da sua Companhia das Índias Orientais) e os escravos que se subdividiam em crioulos negros e escravos que não nasceram nas ilhas[235]. Houve poucos escravos alforriados antes de 1797 (em 1788, por exemplo na Reunião, só havia 950 deles em um total de 45.800 habitantes e 2.456 em um total de 42.828 em Maurício[236]). Contudo, a população servil modificou-se sensivelmente quando os compradores das Mascarenhas começaram a desinteressar-se de Madagascar para voltarem-se para a África e a Índia à procura de novos trabalhadores. Essa mudança explica-se notadamente pela crença de que os malgaxes tinham uma tendência a formar colônias de escravos foragidos. Segundo um relatório de 1758, "os escravos de Madagascar têm uma forte tendência a escapar. Muitos dentre eles, sedentos por liberdade, fugiram nas montanhas, em meio a florestas inacessíveis, para voltar em grupos atacar as plantações onde haviam sido escravos[237]". Na verdade, na Reunião e em Maurício, como em qualquer outro lugar, a marronagem constituía uma reação à escravidão, favorecida pelo meio ambiente, e o fenômeno permaneceu problemático até uma época recente, em que quase não havia mais escravos malgaxes.

A cana-de-açúcar era cultivada na ilha Maurício desde 1639, mas a primeira usina açucareira foi construída sob a administração de Mahé de Labourdonnais (1735-1746), que reorganizou também as Mascarenhas, fazendo delas uma base dirigida contra os britânicos da Índia[238]. Porém, a ilha Maurício apenas começou a exportar açúcar após o advento da administração real francesa, que revogou as medidas restritivas impostas pela Companhia das Índias Orientais e abriu as

234 A. Toussaint, 1972, tabelas estatísticas, p. 335-338.

235 Segundo o relato de 1714: ver J. Barassin, 1953, p. 309; A. Toussaint, 1972, p. 32. Citando um relatório redigido em 1763 por um oficial da marinha britânica, Grant sustentava que os primeiros colonos apenas tiveram filhos com mulheres malgaxes, que quase todos os crioulos refletiam tal união e que os crioulos autóctones tinham quase os mesmos privilégios do que a pequena nobreza da França. C. Grant, 1801, pp. 163-171; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. V, p. 303.

236 A. Toussaint, 1972, tabelas estatísticas, p. 335-338.

237 C. Grant, 1801, pp. 75-78; A. Grandidier *e al.*, 1903-1920, vol. V, p. 316-317.

238 Sobre Mahé de Labourdonnais, certamente a personagem mais inovadora, ver seu *Mémoires des îles de France et de Bourbon*, editado e anotado em 1937 por A. Lougnon e A. Toussaint. Sobre a indústria açucareira, ver A. North-Coombes, 1937.

ilhas a todos os nacionais franceses no fim dos anos 1760[239]. O café, introduzido na Reunião em 1715 para se tornar a sua principal cultura, bateu seu último recorde de produção no início dos anos 1740. Por volta de 1767, seu declínio (por causa da concorrência das Antilhas) chegou a ponto de os plantadores da Reunião voltarem-se para as especiarias[240]. Durante os trinta anos seguintes, as ilhas Mascarenhas, à medida que "o comércio desamparou o Oceano Atlântico em proveito do Oceano Índico", tornaram-se "o ponto de convergência de uma verdadeira 'rota das ilhas'[241]". A ilha Maurício que, na época da Companhia, acolhia aproximadamente 30 navios por ano, viu esse número decuplicar por volta de 1803. A maioria desses navios pertenciam a mercadores estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos após a guerra de independência. Poder-se-ia dizer que as minorias privilegiadas das ilhas Mascarenhas tinham um nível de vida igual ou superior ao de todos os outros territórios coloniais por volta de 1800.

239 A. Toussaint, 1967, p. 94.

240 *Id.*, 1971, p. 35-36.

241 *Id.*, 1967, p. 94.

CAPÍTULO 29

A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão

B. A. Ogot

Diversos rótulos foram aplicados ao período da história da África que vai de 1500 a 1800. Muitos livros de História apresentam-no como “a era do tráfico de escravos”, superestimando a importância do fenômeno na história do continente. Esquecem-se de que, na África Ocidental e Oriental, o tráfico de escravos perdurou até por volta de 1850 e que foi no século XIX que ele se desenvolveu na África do Leste, excetuando-se um período anterior em direção ao mundo muçulmano. Este rótulo não dá conta sequer do fato de que certas partes do continente, como, por exemplo, a África do Sul, praticamente o desconheceram. Outros historiadores, sobretudo os neomarxistas, fazem da integração progressiva da África na economia capitalista mundial dominada pela Europa a principal característica desse período. Atribuem eles, portanto, um lugar mais importante às relações exteriores da África do que à sua evolução interna e apresentam os povos africanos como as malfadadas vítimas de forças mundiais que eles não podem compreender nem dominar. A África se encontra marginalizada e ideias racistas sobre o continente e seus habitantes se propagam e intensificam. Outros historiadores ainda fazem dos movimentos populacionais e do povoamento definitivo do continente a maior característica do período. Na verdade, cumpre constatar que, salvo algumas exceções, não houve quase migrações em massa na África após 1500. Outros pesquisadores, por fim, estariam propensos a apresentar a história destes três séculos como

uma série de catástrofes ecológicas e a considerar as secas e fomes como os fatores determinantes do período.

Cada um desses rótulos tem sua parte de verdade, mas nenhum deles dá a devida conta da complexidade e do dinamismo destes três séculos de história africana. Neste último capítulo, esforçar-nos-emos para traçar as grandes linhas da evolução histórica das sociedades africanas deste período, apoiando-nos mormente nos vários capítulos deste volume.

Talvez fosse indicado começar nossa exposição pela questão fundamental dos movimentos populacionais. Foram esses movimentos importantes para esse período da história africana, mas, e a reserva é de Vansina no capítulo 3, "eles não são especialmente característicos do período de 1500 a 1800[1]". A maior parte da África já tinha sido colonizada em 1500 e o que as tradições orais apresentam como migrações nestas zonas não era de fato senão expansão e deslocamentos populacionais. Somente o Nordeste da África (quer seja a Somália atual, o Sul da Etiópia, o Sul do Sudão, o Norte do Quênia e o Norte da Uganda) conheceu movimentos maciços de população ao longo deste período entre os oromos, os somalis, os luo, os karimojong, os kalenjin, os turkana e os masaï. Para Vansina, "estes movimentos populacionais atém-se [...] à história da ocupação das terras marginais. [...] Na verdade, quase por toda parte, vastas regiões eram ocupadas por povos cuja economia era adaptada ao meio natural e à densidade populacional.[2]".

Há, no entanto, muita coisa mais significativa do que essas migrações que são motivo de tanta preocupação: o período 1500-1800 foi crucial para as formações sociopolíticas do continente. É nesses três séculos que a maior parte dos habitantes das diferentes regiões da África se reagrupou para formar os conjuntos sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos que constituem os povos africanos de hoje.

Enquanto as sociedades africanas davam origem a grupos étnicos distintos, às características linguísticas e culturais próprias, grande parte da África se transformava em consequência da evolução das relações exteriores do continente. Em 1500, a maior parte das sociedades africanas era relativamente independente do resto do mundo, suas relações exteriores estavam reduzidas ao mínimo. Mas, em 1800, uma grande parte da África estava integrada aos circuitos comerciais mundiais que a ligavam estreitamente à Europa, à América e à Ásia. Este processo de integração fora facilitado pelo aparecimento, no continente, de novas

1 Ver o capítulo 3.

2 *Id.*

comunidades, como os colonos holandeses na África Austral, os portugueses em Angola e na costa leste, e os Otomanos no Egito e no Magreb. Numerosas sociedades africanas tiveram então que mudar progressivamente seu modo de vida, ou se deslocar, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Muito rapidamente, relações totalmente diferentes estabeleceram-se entre as sociedades e em seu seio. Estas novas relações se caracterizavam pela dominação e pela dependência, tanto no plano interno quanto no sistema mundial em que a Europa se tornara a potência preponderante.

Pathé Diagne levantou as grandes estruturas econômicas que apareceram ao longo deste período, quais sejam, o sistema de castas no Sudão Ocidental, na região do Níger-Chade e no Saara, a economia de pilhagem nos países ribeirinhos do Mediterrâneo, do Nilo e do Oceano Índico, e a economia de entreposto ou de feitoria nas proximidades do Oceano Atlântico[3].

A economia de pilhagem, por exemplo, era consequência do expansionismo espanhol e português e dependia bem mais do produto de pirataria, de tributos e de direitos que do comércio e da indústria, como era o caso antes de 1500. Desmembrou totalmente os subsistemas do Mediterrâneo e do Oceano Índico e empobreceu os campos que, em seguida, o tráfico de escravos iria mergulhar em uma crise profunda. Entrou em cena uma oligarquia militar que vivia de pirataria e de incursões, para as quais utilizava os serviços de homens livres e de escravos. Este sistema de exploração e de opressão provocou várias revoltas camponesas, especialmente no Sudão Ocidental, nas regiões do Níger e do Chade, no Egito, no Saara, no Magreb, na Etiópia e no baixo Zambeze.

Como a economia de pilhagem, a economia de feitoria quase não se preocupava em inovar. Palcos de violência e de saques, as novas feitorias marítimas eram mais fortalezas do que centros comerciais ou industriais. Nas costas da Guiné e da África Equatorial, no Congo, em Angola e na Senegâmbia, os portugueses saqueavam mais do que compravam. De 1650 a 1800, a economia de feitoria apoiava-se no tráfico internacional de escravos.

As sociedades atingidas por esse tipo de economia transformaram-se progressivamente nos séculos XVII e XVIII. Este complexo processo acarretou grandes reestruturações, das quais a principal, especialmente na África Centro-ocidental, foi o predomínio das redes comerciais sobre os Estados. Na maior parte das cidades costeiras, houve uma explosão geral dos centros de autoridade e esfacelamento do poder político. Citemos M'Bokolo:

3 Ver o capítulo 2.

> [...] a organização do comércio, do lado africano, não foi monopólio do Estado: a concorrência beneficiou alguns indivíduos, príncipes, plebeus, quiçá ex-escravos, formadores de uma nova aristocracia, ciumenta de seus privilégios e ávida por poder político [...] No Loango, homens novos – plebeus, comerciantes, caravaneiros e demais intermediários – obtiveram a maior fortuna, tendo os meios de comprar a terra junto ao rei e de trazer para sua assessoria numerosos subordinados livres ou servis: cita-se, no fim do século XVIII, o exemplo de plebeus possuindo a bagatela de 700 subordinados a guerrear ou cultivar a terra por conta própria[4].

Em outras palavras, o declínio dos Estados acarretou o das antigas elites dirigentes, que uma classe de negociantes veio substituir ou acrescentar. A penetração portuguesa no Sul da Zambézia, por exemplo, desferiu sério golpe no poder da classe dominante autóctone e facilitou a instalação de formas diretas de exploração dos camponeses pelos capitalistas portugueses. "A convergência das redes comerciais regionais com as do comércio longínquo gerou uma classe mercantil africana, os *vashambadzi*. [... Serviam eles] como intermediários entre os negociantes estrangeiros e os produtores agrícolas africanos[5]."

Fatos da mesma espécie fizeram nascer os "*Mestizos* e os Crioulos" de Casamansa, da Guiné e da Serra Leoa. Os afro-portugueses e os anglo-africanos deste último país eram grupos de negociantes que serviam de intermediários entre os navios europeus e as sociedades africanas do interior. Eram sobretudo agentes a serviço do capitalismo mercantil europeu que se enriqueceram de modo considerável.

Mesmo no caso dos Sultanatos funj e fūr, em que os sultões parecem ter dirigido e protegido o comércio exterior, ligando-os ao Egito e ao mar Vermelho, o essencial das trocas estava nas mãos dos *djallāba* (negociantes) sudaneses que serviam de intermediários e de financistas em matéria de comércio exterior.

Relativamente isolados em 1500, os diversos povos da África gradualmente se integraram, portanto, à economia mundial. Na maior parte dos casos, esta integração se fez acompanhar de profundas transformações sociais e políticas.

Apesar do desaparecimento de grandes Estados no Sudão Ocidental e na África do Nordeste no início do período que nos interessa, "os diferentes Estados da África – escreve Vansina – exerciam seu domínio sobre uma maior parte do continente no fim do século XVIII do que no início do século XVI[6]". Mas não

4 Ver o capítulo 18.

5 Ver o capítulo 22.

6 Ver o capítulo 3.

são somente os territórios dominados por Estados que se estenderam ao longo destes três séculos: o período está marcado também por numerosos exemplos de reagrupamentos políticos devidos à expansão e à centralização das instituições políticas. Assim, a formação de Estados e a centralização da autoridade política foram os dois processos marcantes deste período.

Na África do Nordeste, por exemplo, enquanto os séculos XVI e XVII assistiram ao desmoronamento do império cristão da Etiópia, ao qual se seguiu uma anarquia que prosseguiu intermitentemente até 1855, ano em que Teodoro II inaugurou a era dos grandes imperadores, houve, em compensação, uma expansão deste império rumo ao Sul, o que estimulou o aparecimento de novos Estados, como os de Boša, de Kaffa, de Šekko, de Wolayta e de Dauro.

No caso de Madagascar, constatamos um processo inverso de centralização. No início do século XVII, a ilha não possuía ainda senão pequenas chefias autônomas. Mas, no fim do século, o Império dos sakalava constituiu-se na parte ocidental e vários reinos surgiram junto aos povos dos altos planaltos, assim como em toda a parte sul da ilha. O Império dos sakalava alcançou seu apogeu no século XVIII e o litoral oriental ficou politicamente unido pela primeira vez no quadro da Confederação dos betsimisaraka. Em 1800, estes dois Estados estavam em declínio e o Imerina, até então fraco e desunido, ganhava poder.

O mesmo processo de unificação e de centralização encontra-se na costa da Guiné inferior. De acordo com um mapa datado de 1629, havia então nessa região florestal e costeira 38 Estados e reinos que haviam sido fundados pelos ga e pelos akan. Entre 1670 e 1750, produziu-se nessa região uma grande revolução política. Os 38 Estados engendraram os três grandes impérios dos aowin, dos denkyira e dos akwamu que, em 1750, se fundiram para formar o Império dos ashanti.

Buganda, Ruanda e Maravi são outros exemplos de Estados que se desenvolveram e constituíram sistemas políticos centralizados ao longo deste período.

Houve contudo um fenômeno político mais comum durante estes três séculos: aos Estados em declínio ou que ruíram sucederam diversos pequenos Estados ou sistemas econômicos. Assim, na África Central, Estados cada vez maiores se constituíram e originaram, no século XVI, os Reinos do Congo, de Tio, de Loango e do Ndongo (a futura Angola), tendo sido o Reino do Congo o mais importante e o mais centralizado. Mas, a partir de 1665, estes Estados começaram a declinar e os territórios foram reorganizados em escala maior, em função de imperativos econômicos ditados pelo tráfico de escravos.

Na costa da Alta Guiné, os Estados que sucederam aos Impérios Songhay e do Mali apareceram nos séculos XVII e XVIII. O grande Império Foul se cons-

tituirá no século XVIII sobre as ruínas do Império Songhai, mas este cedeu lugar ao Império do Kaarta no decorrer da segunda metade do século XVIII. Ao longo do Atlântico, os Estados que se haviam constituído depois do desmembramento do Mali foram unificados pelo Gabu (Kaabu) nos séculos XVII e XVIII, depois pelo Futa Djalon nos séculos XVIII e XIX. No Centro, a recuperação teve lugar no início do século XVIII sob os auspícios dos bambara de Segou e, no Sul, os jula organizaram o Império de Kong no século XVIII.

Assistiu-se a um processo semelhante no Sul do Zambeze. O declínio do Grande Zimbábue fez nascer, primeiramente, o Estado de Torwa e, em seguida, como fato mais notável, o Estado de Mutapa no início do século XVI. A fragmentação e o consequente declínio do Estado Mutapa começaram em 1629. O Império soçobrou na decadência e na desordem ao longo do século XVIII, mas a entidade política mutapa só desapareceu completamente em 1917.

A maior parte dos novos Estados dotaram-se de sistemas de governo e de administração originais. O Daomé, por exemplo, representava uma nova noção de Estado. Havia sido criado por migrantes vindos de Allada, que se tinham imposto a vários grupos, mais ou menos em 1625. Ao conceito tradicional de Estado, considerado como uma versão mais ampla da família, sucedia o de Estado forte e centralizado, com um monarca absoluto no seu comando a exigir lealdade sem reserva de todos os cidadãos.

As novas concepções do Estado e dos sistemas de governo que se formaram nas mais diferentes regiões (sobretudo nos séculos XVII e XVIII) merecem ser estudadas de forma mais exaustiva. Na maior parte desses Estados, várias classes sociais também surgiram: aristocratas, grupos militares, plebeus e escravos. Assim, a sociedade kanuri do Borno era extremamente estratificada. Estava, em linhas gerais, dividida em duas classes, os *kontuowa* (classe dominante ou nobreza) e os *talia* (plebeus), sendo estes subdivididos em vários grupos distintos por sua linguagem, vestimenta, mobília e arquitetura de sua casa. No país haussa, com o enriquecimento dos aristocratas e negociantes, esta distinção deu lugar a uma distinção econômica entre os *attijirai* (os ricos) e os *talakawa* (os pobres).

A aristocracia (administrativa e militar) enriqueceu empregando vários meios de exploração. Adquiriu muito depressa uma ideologia da opressão. No Egito, por exemplo, o declínio do Império Otomano coincidiu com o começo dos conflitos internos entre as camadas sociais, cujo objetivo não era a independência política, mas o domínio da economia, do país e de suas instituições políticas. O estado crítico da economia era reflexo de uma política de opressão a que a maior parte da população estava submetida e graças à qual era explorada por uma pequena elite que compreendia os beis mamelucos e seu séquito. Tal

situação de opressão provocou o aparecimento de uma literatura popular em língua árabe (especialmente poética e satírica), tendo por tema a exploração dos camponeses.

Como já o tínhamos sublinhado ao mostrar os resultados da economia de pilhagem, tais regimes opressores provocaram numerosas revoltas camponesas em toda a África. As dos séculos XVII e XVIII deveriam ser objeto de um estudo mais aprofundado. Delas seria preciso estabelecer a tipologia. Ademais, em várias regiões, as classes inferiores não constituíam um grupo homogêneo: algumas delas não eram sequer constituídas de camponeses. Mas, em regra geral, pode-se dizer que, qualquer que fosse sua composição, as classes inferiores lutaram contra a deterioração de sua situação para preservar ao menos o *statu quo*.

O tráfico de escravos

As questões que se levantam habitualmente a este respeito, tais como o recenseamento de escravos ou os efeitos do tráfico de escravos para a sociedade africana, foram estudadas no capítulo 4 e nas seções pertinentes da maior parte dos capítulos deste volume. Por isso, não é necessário voltar ao assunto aqui. Permitam-me antes insistir sobre alguns pontos fundamentais com relação ao tráfico de escravos que, a meu juízo, deveriam merecer a atenção dos historiadores especialistas em África.

Antes de mais nada, que lugar deve ocupar o tráfico de escravos na história da África? Em outras palavras, que interesse o tráfico de escravos representa para nós, historiadores da África? Todas as raças foram escravas outrora: o próprio termo vem da palavra eslavos, que designa os europeus do Leste. Mas todos os outros grupos populacionais encontraram um meio de eliminar esta noção de sua consciência histórica. Os judeus, por exemplo, foram outrora escravos, mas no presente eles interpretam a escravidão como uma condição especial e única que lhes tinha sido atribuída por Deus. Os africanos sobrestimam tanto a importância da escravidão em sua história que há uma assimilação ou quase entre os termos escravo e africano. Como o demonstrou claramente D. B. Davis em suas obras, *Problem of slavery in western culture* e *Slavery and human progress*, a escravidão é um fenômeno maior da ideologia do mundo ocidental moderno que deveríamos esforçarmo-nos por compreender[7]. É este fenômeno o principal responsável pela atitude negativa para com a África e os africanos.

7 D. B. Davis, 1966-1975 e 1984.

No capítulo 4, Inikori se esforça por mensurar o papel do tráfico de escravos negros para o progresso econômico do mundo ocidental. Essa questão, também fundamental, deve ser examinada abertamente e de modo aprofundado. Marx e Engels sustentaram que, mesmo sendo e tendo sido sempre imoral, a escravidão não deixou de ser essencial para o progresso econômico e, consequentemente, para o progresso social. Sem a escravidão, asseveraram eles, não teria havido civilização grega nem civilização romana. Inikori traz a observação, por sua vez, de que a escravidão africana foi essencial para o desenvolvimento do sistema econômico e geopolítico atlântico e para a industrialização da Europa Ocidental. Além disso, em sua obra em três volumes, *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV a XVIII*, Fernand Braudel deu-nos outra imagem da conquista do mundo pelo capitalismo europeu: passando pela tradicional economia de subsistência camponesa e pelo advento do mercado, explica ele, por fim, como um punhado de banqueiros e de negociantes conseguiram, monopolizando o comércio e tendo o máximo de lucro, criar uma série de "economias-mundo" ancoradas na Europa e, desse modo, estender o poderio crescente do capitalismo europeu. Atribui este crescimento a empresas multinacionais como a Casa dos Fugger de Augsburg no século XVI e a Companhia das Índias Orientais nos séculos XVII e XVIII[8]. O papel do tráfico de escravos africanos neste debate deve ser radicalmente reavaliado.

No capítulo 5, Harris levanta outra importante questão ligada à escravidão. Todos os documentos disponíveis mostram claramente que a desumanização dos africanos se intensificou de 1500 a 1800 por causa da intensificação da escravidão a partir de 1619.

É, no entanto, o tráfico intercontinental dos escravos que, mais que outro fator, esteve na origem da presença dos negros no mundo inteiro. Como consequência, houve uma diáspora africana muito expressiva, sobretudo no continente americano e no Caribe. De acordo com Harris,

> a natureza de tal tráfico e suas consequências, mais especificamente na América e nos Caribes, levaram os africanos a travarem lutas por sua liberdade. Estas lutas, com o passar do tempo, despertaram nas consciências a preocupação generalizada da redenção da África e da libertação dos negros do mundo inteiro. [...] Apesar da dominação colonial, tal processo seguiu seu curso, tratando-se provavelmente da mais importante consequência histórica da diáspora africana [9].

8 F. Braudel, 1984. Ver também I. Wallerstein, 1976.

9 Ver o capítulo 5. p. 136 na edição inglesa ; quando diagramado colocar a referência da página.

É efetivamente este fenômeno que esteve na base do movimento pan--africano dos séculos XIX e XX.

A introdução de novas culturas de alimentos

Para numerosos escritores, a introdução de novas culturas originárias das Américas é um aspecto positivo do comércio transatlântico. Alguns destacaram que estas culturas, que acarretaram automaticamente modificações no regime alimentar, melhoraram a resistência física dos africanos, contribuindo assim com o crescimento da população. Citemos a propósito um manual típico de história africana:

> As novas culturas originárias das Américas permitiram à África Tropical, e sobretudo às regiões de floresta, nutrir sua população muito mais numerosa que no passado. O milho, o amendoim e a mandioca – para citar apenas estes três exemplos – modificaram de modo permanente a relação dos africanos com seu ambiente[10].

Mas, como nos leva a observar M'Bokolo, os efeitos dessas transformações agrícolas nas populações africanas são difíceis de interpretar. "Teriam elas contribuído, como frequentemente se sublinha, para uma alimentação mais segura e mais diversificada, para uma maior resistência física da população e para um crescimento demográfico mais forte?" Nada oferece menos certeza. Pelo contrário, destaca ele, a mandioca não tem senão um valor nutricional medíocre, além de se constatar sinais de desnutrição grave entre os que mais a utilizaram, como os tio e os mboshi[11].

Se as tendências demográficas ao longo dos séculos XVII e XVIII são difíceis de discernir, é porque esta época, que foi também a do apogeu do tráfico transatlântico, foi marcada pelo aparecimento de novas doenças, como a varíola, que deveriam em seguida tornar-se flagelos recorrentes.

O que é certo, porém, é que as novas culturas originárias das Américas e da Ásia, que foram introduzidas pelos Europeus em diversas regiões da África entre 1500 e 1800, especialmente o milho, a mandioca, o amendoim, vários tipos de inhame, a batata doce, as frutas cítricas, os tomates, as cebolas e o tabaco, diversificaram a agricultura do continente. Numerosas culturas alimentares africanas como a banana, o sorgo, o milhete e o inhame foram progressivamente

10 P. D. Curtin, S. Feierman, L. Thompson e J. Vansina, 1978, p. 214.

11 Ver o capítulo 18. p. 531 na edição inglesa ; quando diagramado colocar a referência da página

substituídos ao longo deste período pela mandioca e pelo milho. É, portanto, a esta época que remonta o lugar tão importante que ocupam atualmente estes dois elementos da alimentação de base dos africanos.

No nível social, para M'Bokolo, esta revolução agrícola contribuiu, juntamente com o comércio, para criar uma nova divisão do trabalho: tarefas agrícolas, como as roçadas, as culturas e o condicionamento dos produtos, foram cada vez mais abandonadas pelos homens – que preferiam dedicar-se ao comércio, muito mais lucrativo – e confiadas às mulheres e aos escravos. A intensificação da escravidão doméstica e de outras formas de dependência foi então uma consequência direta destas mudanças agrícolas[12].

As catástrofes ecológicas

Alguns tentaram demonstrar que aos diversos períodos da história da África correspondiam essencialmente condições climáticas e que havia uma correlação significativa entre os períodos de seca grave e os grandes acontecimentos históricos. A época que nos interessa de modo especial é considerada como um período de seca[13].

Estas análises tendem a dar ao meio ambiente físico um caráter imutável que reduz os africanos ao papel de vítimas impotentes da natureza. Têm ainda o inconveniente de atribuir demasiada importância aos anos de seca em detrimento dos anos de pluviometria normal e acima da média, o que levou certos historiadores a formular generalizações excessivas a respeito das fomes da África pré-colonial[14]. Estes historiadores nada dizem das medidas que os Africanos tomaram para contrapor-se aos efeitos da seca e calam-se, por exemplo, quanto ao papel que elas tiveram na transformação dos sistemas de produção e de distribuição, na valorização das culturas de alimentos e na evolução dos métodos de conservação de alimentos.

A questão das secas e das fomes inscreve-se também na questão mais vasta da eficácia da agricultura africana durante o período pré-colonial. O período de 1500 a 1800, por exemplo, foi marcado pelo aparecimento de técnicas intensivas de uso dos solos que, por sua vez, permitiram o crescimento da densidade populacional. Vansina nos dá a esse respeito alguns exemplos:

12 *Id.*

13 J. B. Webster, 1979 e 1980; S. E. Nicholson, 1978 e 1979; J. C. Miller, 1982; D. J. Schove, 1973; J. K. Thornton, 1981*a*. Ver também o capítulo 26.

14 Ver o capítulo 22.

> A Baixa Casamansa, o país Igbo, as pradarias de Camarões onde se cultivavam diversos vegetais, as montanhas da região dos Grandes Lagos, na borda do rift ocidental onde se praticava a irrigação e a cultura intensiva de bananas, o platô kukuya onde se aplicavam novos métodos de fertilização, ou ainda o vale do alto Zambeze, cujas cheias serviam para a irrigação [...]. O que se praticava há milênios era uma cultura intensiva nos oásis da África do Norte e no Egito[15].

Enfim, embora a prática da agricultura intensiva não fosse tão antiga na maior parte das outras regiões da África como na África do Norte, havia cá e lá, sobretudo na África Ocidental e Central, pequenos bolsões de agricultura intensiva. Empregavam-se nessas regiões técnicas de cultivo avançadas como as culturas em terraços, a rotatividade de culturas, os adubos verdes, a agricultura mista e a exploração controlada dos pântanos. Essas questões merecem mais a atenção dos historiadores que as generalizações habituais sobre a fome e a seca na África.

O Cristianismo e o Islamismo

O período que vai de 1500 a 1800 foi marcado pelo declínio do cristianismo na África – sobretudo na Etiópia, na costa oriental e, em escala menor, no Congo – e pelo crescimento do islamismo na África do Oeste, no Sudão, na Etiópia e na costa leste.

Na costa da Guiné inferior, por exemplo, o cristianismo havia sido introduzido pelos holandeses e pelos ingleses. Começaram por criar escolas elementares em seus castelos na Costa do Cabo, Elmina e Accra. Depois disso, em meados do século XVIII, missionários haviam sido enviados para a Costa do Cabo pela Sociedade para a propagação do Evangelho. Além do mais, alguns dos novos convertidos, especialmente os filhos de mulatos e de dirigentes locais, haviam sido enviados ao exterior para aperfeiçoar sua educação e uma grande parte deles voltara como professores e missionários. Os fundamentos da revolução cristã que deveria acontecer na África Ocidental no século XIX foram, portanto, assentados nesta época.

No Congo, o cristianismo foi introduzido no reinado de Afonso I (1506-1543). Sob a direção de seu filho Henrique, que fora consagrado bispo em Roma, ele fez do catolicismo a religião de Estado. Mas o fervor religioso declinou

15 Ver o capítulo 3.

no Congo até 1645, data em que grande número de missionários capuchinhos italianos chegou ao país. Cerca de 400 missionários foram ao Congo e, mais tarde, à Angola, ao longo do século XVI, para pregar o Evangelho, especialmente nas zonas rurais. Como disse Vansina, o cristianismo, inicialmente introduzido no Congo pelos portugueses, era, em grande parte, a religião da nobreza urbana, e a hierarquia eclesiástica continuava essencialmente portuguesa. Mas de 1645 a 1770, os missionários italianos empenharam-se em converter sistematicamente a população, sobretudo nas zonas rurais[16].

O cristianismo, assim como o islamismo, foi, ao longo desse período, essencialmente sincréticos. No Congo, por exemplo, o cristianismo coexistia com a religião tradicional. De fato, a interpenetração entre as duas religiões era tal que, segundo Vansina, "a partir do século XVI, pode-se falar de uma única religião em que elementos cristãos e antigos haviam se misturado, ao menos junto aos nobres, e tal religião difundiu-se sobretudo no século XVII. [...] Essa nova religião deu origem ao vodu haitiano [17]".

Também nesta época, tentou-se organizar igrejas independentes. No Congo, as primeiras tentativas para criar uma igreja autóctone foram feitas a partir de 1630 e este esforço ganhou toda sua amplitude em 1704, quando Dona Beatriz Kimpa Vita começou a pregar um cristianismo reformado, denominado antonianismo, que rejeitava os missionários e os brancos. Doravante o catolicismo autóctone iria dominar no Congo.

No que concerne ao islamismo, é evidente que a expansão islâmica na África constitui um dos temas importantes do período que vai de 1500 a 1800. Na costa da Guiné Inferior, por exemplo, são os comerciantes mande e haussa que introduziram o islamismo. Propagou-se, depois disso, seguindo as rotas comerciais do Norte e atingiu os ashanti e os baoulé por volta de 1750. Em 1800, havia em Kumasi um bairro muçulmano muito próspero e uma escola corânica.

Na costa da Alta Guiné, são os fulbe e os malinke que foram os responsáveis pela expansão do islamismo. Formaram uma aliança religiosa fulbe-mande destinada não somente a converter a população da região mas também a submetê-la. A propagação do islamismo esteve, portanto, associada à dominação política em numerosas regiões da África, como bem o ilustra o caso da Senegâmbia, onde a oposição entre as teorias muçulmanas e os regimes dos *ceddo* (senhores da guerra) serve de pano de fundo à história da região. No Sudão, a islamização do Norte do país criou uma fronteira ideológica entre o Sudão do Norte e o

16 Ver o capítulo 19.

17 *Id.*

Sudão do Sul, que continua muito marcante. Assistiu este período à criação e à expansão de dois Estados muçulmanos da savana: os Sultanatos funj e fūr. Nos séculos XVII e XVIII, o islamismo continuou a se propagar nos Reinos Bambara, Mossi, de Kong e de Gwirika, por meio dos comerciantes e dos chefes religiosos, e mesmo pela violência. Constata-se o mesmo processo de islamização no país Haussa e no Borno.

Além da simples expansão geográfica do islamismo na África nesta época, o fundamentalismo muçulmano foi um fator importante em numerosas regiões. Citemos como exemplo o movimento Nāşir al-Dīn, que nasceu na Mauritânia e, em seguida, se propagou rumo ao Sul. Justificava-se por razões em parte econômicas (controlar o comércio de cereais e de escravos) e em parte religiosas (purificar e reformar o islamismo, substituindo um regime arbitrário pela teocracia muçulmana). Constata-se a mesma tendência reformista entre os muçulmanos do país Haussa, sobretudo durante o século XVIII. Comunidades de eruditos muçulmanos, que tinham a mesma formação política, econômica e religiosa, multiplicaram-se em diversos centros e se puseram a criticar a ordem estabelecida e representada pela aristocracia. O mais eminente desses eruditos, Malam Djibrīl dan ʻUmaru, pregava reformas islâmicas. ʻUthmān e ʻAdullāhī dan Fodio foram ambos discípulos seus. Quando a dominação dos aristocratas se tornou ainda mais opressiva, os eruditos atacaram abertamente a ordem estabelecida. São tais as origens da *jihad* do século XIX.

Ao oprimir os camponeses africanos, especialmente no Sudão Ocidental, nas regiões do Níger e do Chade, no Egito, no Saara, no Magreb, na Etiópia e no Congo, as elites rurais e urbanas fizeram o jogo dos dirigentes muçulmanos e dos movimentos messiânicos cristãos, que não tiveram nenhuma dificuldade em angariar o apoio maciço dos camponeses. Os chefes religiosos prometiam a igualdade e o fim da injustiça, ao mesmo tempo em que estigmatizavam as aristocracias tradicionais e os europeus, elementos perturbadores e causas da injustiça social.

Destaquemos, para concluir, que os africanos tinham uma concepção sincrética do islamismo, assim como do cristianismo. Aceitavam o islamismo, mas continuavam fiéis à religião tradicional. Como Izard e Ki-Zerbo observam, estes sincretismos se desenvolveram mais tarde com o cristianismo na África e no culto afro-americano no Brasil, no Haiti e em Cuba. "O islã, assim concluem, apresentava-se aos bambara com instituições que não negavam necessariamente as suas, como, por exemplo, a poligamia, o divórcio, o repúdio, a escravidão [18]."

18 Ver o capítulo 12.

Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África

Prof. J. F. A. Ajayi (Nigéria) – 1971 *Coordenador do volume VI*
Prof. F. A. Albuquerque Mourão (Brasil) – 1975
Prof. A. A. Boahen (Gana) – 1971 *Coordenador do volume VII*
S. Exa. Sr. Boubou Hama (Níger) – 1971-1978 (Demitido em 1978; falecido em 1982)
S. Exa. Sra. Mutumba M. Bull, Ph. D. (Zâmbia) – 1971
Prof. D. Chanaiwa (Zimbábue) – 1975
Prof. P. D. Curtin (EUA) – 1975
Prof. J. Devisse (França) – 1971
Prof. M. Difuila (Angola) – 1978
Prof. Cheikh Anta Diop (Senegal) – 1971 Prof. H. Djait (Tunísia) – 1975
Prof. J. D. Fage (Reino Unido) – 1971-1981 (Demitido)
S. Exa. Sr. M. El Fasi (Marrocos) – 1971 *Coordenador do volume III*
Prof. J. L. Franco (Cuba) – 1971
Sr. Musa H. I. Galaal (Somália) – 1971-1981 (Falecido)
Prof. Dr. V. L. Grottanelli (Itália) – 1971
Prof. E. Haberland (República Federal da Alemanha) – 1971
Dr. Aklilu Habte (Etiópia) – 1971
S. Exa. Sr. A. Hampaté Ba (Mali) – 1971-1978 (Demitido)
Dr. I. S. El-Hareir (Líbia) – 1978

Dr. I. Hrbek (Tchecoslováquia) – 1971 *Co diretor do volume III*

Dra. A. Jones (Libéria) – 1971

Pe. Alexis Kagame (Ruanda) – 1971-1981 (Falecido)

Prof. I. M. Kimambo (Tanzânia) – 1971

Prof. J. Ki-Zerbo (Alto Volta) – 1971
Coordenador do volume I

Sr. D. Laya (Níger) – 1979

Dr. A. Letnev (URSS) – 1971

Dr. G. Mokhtar (Egito) – 1971 *Coordenador do volume II*

Prof. P. Mutibwa (Uganda) – 1975

Prof. D. T. Niane (Senegal) – 1971 *Coordenador do volume IV*

Prof. L. D. Ngcongco (Botsuana) – 1971

Prof. T. Obenga (República Popular do Congo) – 1975

Prof. B. A. Ogot (Quênia) – 1971 *Coordenador do volume V*

Prof. C. Ravoajanahary (Madagáscar) – 1971

Sr. W. Rodney (Guiana) – 1979-1980 (Falecido)

Prof. M. Shibeika (Sudão) – 1971-1980 (Falecido)

Prof. Y. A. Talib (Cingapura) – 1975

Prof. A. Teixeira da Mota (Portugal) – 1978-1982 (Falecido).

Mons. T. Tshibangu (Zaire) – 1971

Prof. J. Vansina (Bélgica) – 1971

Rt. Hon. Dr. E. Williams (Trinidad e Tobago) – 1976-1978 (Demitido em 1978; falecido em 1980)

Prof. A. Mazrui (Quênia) *Coordenador do volume VIII* (não é membro do Comitê)

Prof. C. Wondji (Costa do Marfim) *Codiretor do volume VIII* (não é membro do Comitê)

Secretaria do Comitê Científico Internacional para a Redação de Uma História Geral da África

Sr. Maurice Glelé, Divisão de Estudos e Difusão de Culturas, Unesco, 1, rue Miollis, 75015 Paris

Dados biográficos dos autores do volume V

Capítulo 1 M. Malowist (Polônia). Especialista em história econômica e social da Alta Idade Média e do início da época moderna; autor de vários livros e artigos sobre o assunto; antigo professor de história da Universidade de Varsóvia; antigo membro da Clare Hall, Cambridge, e membro do Institut for Advanced Study, Princeton. *In memoriam.*

Capítulo 2 P. Diagne (Senegal). Doutor em ciências econômicas e políticas; economista e lingüista; autor de vários trabalhos sobre o poder político africano e sobre a gramática wolof moderna, atualmente professor e consultor.

Capítulo 3 J. Vansina (Bélgica). Especialista em história da África; autor de vários livros e artigos sobre a história pré-colonial da África; professor de história e de antropologia, Universidade de Wisconsin.

Capítulo 4 J. E. Inikori (Nigéria). Especialista em história econômica; autor de vários livros e artigos sobre o assunto. Professor e chefe de departamento, Universidade Ahmadu Bello, Zaria.

Capítulo 5 E. Harris (Estados Unidos da América). Especialista em diáspora africana; autor de vários livros e artigos sobre o assunto, atualmente professor na Universidade Howard, Washington D. C.

Capítulo 6 R. Vesely (República Tcheca). Especialista em história do Egito, em problemas diplomáticos e econômicos dos países árabes na Idade

Média, autor de vários trabalhos de estudos históricos e diplomáticos sobre o período medieval árabe (particularmente o Egito) e dos países islâmicos; conferencista sobre os países árabes e islâmicos e sua história na Philosophical Faculty of Charles University, Departamento de estudos orientais e africanos, Praga.

Capítulo 7 Y. F. Hasan (Sudão). Especialista em história do Sudão; autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; anteriormente professor de história na Universidade de Cartum e diretor da Sudan Research Unity, Universidade de Cartum; atualmente vice-chanceler, Universidade de Cartum.

B. A. Ogot (Quênia). Especialista em história africana; pioneiro em técnicas de história oral, autor de numerosas publicações sobre a história da África oriental; anteriormente diretor do International Louis Leakey Memorial Institute; depois vice-chanceler adjunto, Universidade de Nairóbi; professor de história, Universidade Kenyatta, Nairóbi.

Capítulo 8 M. El Fasi (Marrocos). Autor de numerosos trabalhos (em árabe e em francês) concernentes à história lingüística e à crítica literária; antigo vice-chanceler da Universidade Karāwiyyīn, Fes. *In memoriam.*

Capítulo 9 M. H. Cherif (Tunísia). Especialista em história social e política norte-africana; autor de vários artigos sobre a história norte-africana; professor e decano da universidade Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Túnis.

Capítulo 10 B. Barry (Senégal). Doutor em história; autor de numerosos trabalhos sobre o Waalo, a Senegâmbia e o Futa Djalon; antigo secretário geral da Associação dos historiadores africanos; atualmente professor na Faculdade de Artes, Universidade Cheikh Anta Diop, Dacar.

Capítulo 11 M. Abitbol (Israel). Especialista em Sudão nigeriano; autor de numerosos trabalhos sobre a história do Sudão, pesquisador da Hebrew University de Jerusalém.

Capítulo 12 M. Izard (França). Especialista em história pré-colonial dos reinos mossi (Burkina Faso); antropólogo e historiador, autor de numerosas publicações e artigos, particularmente sobre o antigo reino do Yatenga, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica-CNRS (laboratório de antropologia social), Paris.

J. Ki-Zerbo (Burkina Faso). Especialista em metodologia de história africana; autor de numerosos trabalhos sobre a África negra e sua história; professor de história na Universidade de Dacar, deputado na Assembléia Nacional de Burkina Faso.

Capítulo 13 C. Wondji (Costa do Marfim). Especialista em história moderna e contemporânea da África, autor de numerosas obras sobre as culturas africanas e a história da Costa do Marfim; anteriormente chefe do Departamento de História na Faculdade de Letras da Universidade Nacional da Costa do Marfim (Abidjan) e diretor adjunto do Instituto de Arte e de arqueologia na Universidade de Abidjan; atualmente diretor da Divisão do Pluralismo Cultural, UNESCO, Paris.

Capítulo 14 A. A. Boahen (Gana). Especialista em história oeste-africana; autor de numerosas publicações e de artigos sobre a história africana; anteriormente professor e chefe do departamento de história; atualmente professor emérito na Universidade de Gana.

Capítulo 15 E. J. Alagoa (Nigéria). Especialista em história africana e em historiografia; autor de numerosos estudos sobre os ijo, as técnicas e a metodologia concernentes à tradição oral e à arqueologia; professor de história na Universidade de Port Harcourt.

Capítulo 16 D. Laya (Nigéria). Especialista em culturas oeste-africanas; sociólogo; autor de trabalhos sobre o assunto; diretor do Centro de Estudos Lingüísticos e Históricos de tradição oral (CELHTO), Niamey.

Capítulo 17 B. Barkindo (Nigéria). Especialista em formação dos Estados e em relações entre Estados na bacia do Chade; autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; encarregado do ensino de História na Universidade Bayero, Kano.

Capítulo 18 E. M' Bokolo (República democrática do Congo). Especialista em história da África negra, autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS); encarregado de ensino no Instituto de Estudos Políticos (IEP), Paris; produtor na Rádio França Internacional.

Capítulo 19 J. Vansina.

T. Obenga (República Popular do Congo). Especialista em línguas africanas; autor de numerosos artigos e trabalhos sobre a história africana e sobre a África no mundo antigo; anteriormente professor da Faculdade de Letras da Universidade Marien N'Gouabi, Brazzaville; atualmente diretor geral do Centro Internacional de Civilizações Bantas (CICIBA). Libreville.

Capítulo 20 Ndaywel È Nziem (República Democrática do Congo). Especialista em história da África Central; autor de numerosos artigos sobre o assunto, professor de história na Universidade de Kinshasa e no Instituto Pedagógico Nacional; diretor geral da Biblioteca Nacional da República Democrática do Congo.

Capítulo 21 K. M. Phiri (Malauí). Especialista em história do Malauí, da África Central e do Sul; anteriormente encarregado do ensino de história na Universidade do Malauí; atualmente professor associado de história na Universidade do Malauí.

O. J. M. Kalinga (Malauí). Especialista em história da região do lago Malauí, autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; professor de história na Universidade Nacional do Lesotho.

H. H. K. Bhila (Zimbábue). Especialista em história da África do Sul e Oriental; autor de trabalhos sobre a África do Sul; anteriormente presidente do Departamento de História na Universidade do Zimbábue; atualmente deputado do Parlamento do Zimbábue.

Capítulo 22 H. H. K. Bhila.

Capítulo 23 D. Denoon (Reino Unido). Especialista em África do Sul e Oriental; autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; anteriormente convidado e encarregado de ensino na Universidade de Idaban; atualmente professor na Australian National University, Canberra.

Capítulo 24 E. Haberland (Alemanha). Especialista em Etiópia e em África do Oeste pré-colonial; autor de trabalhos sobre a Etiópia, diretor do Instituto Frobenius, Frankfurt; professor titular da cadeira de etnologia e de história africana na Universidade de Frankfurt, diretor do Centro de Estudos Africanos de Frankfurt.

Capítulo 25 A. I. Salim. (Quênia). Especialista em história da África Oriental, autor de numerosos artigos sobre os povos falantes de kiswahili; professor e presidente do Departamento de História na Universidade de Nairóbi.

Capítulo 26 J. B. Webster (Canadá). Especialista em história pré-colonial, prestando atenção particular ao clima, autor de numerosos trabalhos sobre a história dos acholi e dos iteso, de um livro intitulado *Chronology, migration and drought in interlacustre Africa*; anteriormente professor e chefe do Departamento de História em Makerere na Universidade do Malauí; atualmente professor de história africana na Universidade Dalhousie.

B. A. Ogot.

J. P. Chrétien (França). Especialista em história de Burundi, autor de numerosos trabalhos sobre os reinos dos Grandes Lagos e a África Oriental alemã; pesquisador do Centro de Pesquisas Africanas (CRA) na Universidade Paris-1.

Capítulo 27 W. R. Ochieng' (Quênia). Especialista em história do Quênia; autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; anteriormente encarregado do ensino de história queniana na Universidade Kenyatta, Nairóbi; atualmente na Universidade MOI, Eldoret, Quênia.

Capítulo 28 R. K. Kent (Estados Unidos da América). Especialista em história de Madagascar; autor de numerosos trabalhos sobre o assunto; professor de história africana na Universidade da Califórnia, Berkeley.

Capítulo 29 B. A. Ogot.

Abreviações e listas de periódicos

Os editores gostariam de colocar que embora tenha sido feito todo esforço para assegurarmos que os detalhes desta bibliografia estejam corretos, alguns erros podem ocorrer devido à complexidade e natureza internacional da obra.

AA — *Antananarivo Annual,* Antananarivo
Abbia — *Abbia, revue culturelle camerounaise,* Yaoundé.
ABUP — Ahmadu Bello University Press, Zaria
AE — *Annales d'Ethiopie,* Rome
AEH — *African Economic History,* Madison, Wisconsin
AESC — *Annales: Economies, sociétés, civilisations,* Paris *Africa Africa,* Rome
AHS — *African Historical Studies* (atual *IJAHS),* African Studies Center, Boston University
AL — *Africana Linguistica,* Tervuren: Musée royal de l'Afrique centrale
ALR — *African Language Review* (atual *African Languages)* London: International African Institute
Anais — *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*
Annual Review of Anthropology — *Annual Review of Anthropology,* Paio Alto, CA *Anthropos Anthropos: Revue internationale d' ethnologie et de linguistique,* Fribourg
Arabia — *Arabia: the Islamic World Review,* Slough, UK: Islamic Press Agency

Arnoldia — *Arnoldia,* Salisbury: National Museums of Rhodesia
ARSOM — Académie royale des sciences d'Outre-mer (antigo 'Institut royal colonial belge' e 'Académie royale des sciences coloniales'), Brussels
AS — *African Studies* (continuou como *Bantu Studies),* Johannesburg: WUP
ASR — *African Social Research,* Lusaka: University of Zambia
ASR — *African Studies Review,* Camden, NJ
AVG — *Annuaire des voyages et de la géographie*
Azania — *Azania: Journal of the British Institute of History and Archaeology in Eastern Africa,* London

BAM — *Bulletin de l'Académie malgache,* Antananarivo
BARSOM — *Bulletin de l'Académie royale des sciences d'Outre-mer,* Brussels
BCAF — *Bulletin du Comité de l'Afrique française - Renseignements coloniaux,* Paris
BCEHSAOF — *Bulletin du Comité d'études historiques et scientifiques de l'Afrique Occidentale française*, Dakar
BCGP — *Boletim cultural da Guiné portuguesa,* Bissau
BEM — *Bulletin économique de Madagascar,* Antananarivo
BGHD — *Bulletin de géographie historique et descriptive,* Paris
BIEA — British Institute in Eastern Africa, Nairobi
BIFAN — *Bulletin de l'Institut français* (mais tarde *fondamental) d'Afrique noire,* Dakar
BIHBR — *Bulletin de l'Institut historique belge de Rome*
BJIDCC — *Bulletin des juridictions indigènes et du droit coutumier congolais* (atual *Bulletin des tribunaux coutumiers),* Elisabethville: Societé des Etudes Juridiques du Katanga
BLLE — *Bulletin de liaison - Linguistique-ethnosociologie,* Abidjan: Centre universitaire de recherches de développement, University of Abidjan
BLS — *Bulletin de liaison saharienne,* Algiers
BM — *Bulletin de Madagascar,* Antananarivo
BODE — *Bulletin officiel de la Direction de l'enseignement*, Madagascar
BS — *Bantu Studies,* Johannesburg
BSGL — *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisbon
BSOAS — *Bulletin of the School of Oriental and African Studies,* London

CA — *Codices Aethiopici*
CCAH — *Cahiers congolais d' anthropologie et d'histoire,* Brazzaville
CCB — Centre de civilisation burundaise, Bujumbura

CEA — *Cahiers d'études africaines,* Paris: Mouton
CEDA — Centre d'études et de diffusion africaine, Paris/Abidjan
CHM — *Cahiers d'histoire mondiale,* Paris: Librairie des Méridiens
CIS — *Cahiers Internationaux de Sociologie,* Paris: PUF
CJAS — *Canadian Journal of African Studies,* Ottawa: Canadian Association of African Studies, Department of Geography, Carleton University, Ottawa
CNRS — Centre national de la recherche scientifique, Paris
CNRSS — Centre nigérien de recherches en sciences sociales, Niamey
Congo — *Congo,* Brazzaville: Centre National de la Statistique et des Etudes Economiques
CRA — Centre de recherches africaines, Paris
CRDTO — Centre de recherche et de documentation pour la tradition orale [Research and Documentation Centre for Oral Tradition] Niamey
CSCO — *Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium,* Paris
CUP — Cambridge University Press
CUP — Caribbean University Press
CVRS — Centre voltaïque des recherches scientifiques, Ouagadougou
CZA — *Cultures au Zaïre et en Afrique*

EALB — East African Literature Bureau, Nairobi, Kampala and Dar es Salaam
EAPH — East African Publishing House, Nairobi
EHA — *Etudes d'histoire africaine,* Kinshasa
EHR — *Economic History Review,* Cambridge: Economic History Society *EN Etudes nigériennes,* Niamey: IRSH
EUP — Edinburgh University Press, Edinburgh

GASS — Accra
GNQ — *Ghana Notes and Queries,* Legon
GSSJ — *Ghana Social Science Journal,* Legon
GUP — Ghana Universities Press

HAJM — *History in Africa: A Journal of Method,* Waltham, Massachusetts
HAHR — *Hispanic American Historical Review,* Durham, NC: Duke University Prcss
Hespéris — *Hespéris,* Rabat: Institut des hautes études marocaines
HUP — Harvard University Press
HUP — Howard University Press, Washington, DC

IAI — International African Institute, London

IAS — Institute of African Studies, University of Nairobi
ICS — Institute of Commonwealth Studies, London
IFAN — Institut français d'Afrique noire, Dakar
IJAHS — *International Journal of African Historical Studies,* Boston: African Studies Center, Boston University
IJMS — *International Journal of Middle-Eastern Studies,* Cambridge: CUP
IRES — Institut de recherches économiques et sociales, Léopoldville
IRSH — Institut de recherches en sciences humaines, Niamey
IUP — Ibadan University Press

JA — *Journal asiatique,* Paris
JAAS — *Journal of Asian and African Studies,* Tokyo
JAE — *Journal of Arid Environments,* London: Academic Press
JAH — *Journal of African History,* Cambridge: CUP
JAS — *Journal of the African Society* (mais tarde *African Affairs),* London
JEH — *Journal of Economic History,* Wilmington, DE: Economic History Association
JES — *Journal of Ethiopian Studies,* Addis Ababa: Institute of Ethiopian Studies, Haile Salassie I University
JHSN — *Journal of the Historical Society of Nigeria,* Ibadan
JHUP — Johns Hopkins University Press, Baltimore
JIMM — *J. Inst, Mining Met.*
JMBRAS — *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society,* Singapore
JNH — *The Journal of Negro History,* Washington, DC
JRAI — *Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland,* London
JRAS — *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland,* London
JSA — *Journal de la Société des Africanistes,* Paris
JSH — *Journal of Social History,* Pittsburgh, PA: Carnegie - Mellon University Press
JSS — *Journal of Semitic Studies,* Manchester: Department of Near Eastern Studies, Manchester University

KASP — *The Kroeber Anthropological Society Papers*
KHR — *Kenya Historical Review, The Journal of the Historical Association of Kenya,* Nairobi

KHS — Kenya Historical Society, Nairobi
KLB — Kenya Literature Bureau
KS — *Kano Studies,* Kano, Nigeria
KUP — Khartoum University Press

LA — *L'éducation africaine*
LSJ — *Liberian Studies Journal,* Newark, Delaware: University of Delaware

MAM — *Mémoires de l'Académie malgache,* Antananarivo
Man — *Man,* London
MJSS — *Malawi Journal of Social Science*
MRAC — *Musée royal de l'Afrique centrale - Annales Sciences humaines, Terouren*
MRAL — *Memorie in Italian della Reale Accademia nazionale dei Lincei,* Rome
MUP — Manchester University Press, Manchester

NA — *Notes africaines: Bulletin d'information de l'IFAN,* Dakar
NADA — *The Rhodesian Native Affairs Department Annual,* Salisbury
NEA — *Nouvelles éditions africaines, Dakar*
NJ — *Nyasaland Journal*
NNPC — Northern Nigerian Publishing Company, Zaria
N RE — *Notes, reconnaissances et explorations,* Madagascar
NRJ — *Northern Rhodesian Journal*
NUP — Northwestern University Press, Evanston, Illinois
Nyame Akuma — Nyame Akuma, Calgary: Department of Archaeology, University of Calgary *Odu Odu: Journal of West African Studies* (previamente *Journal of African Studies,* Ife; precedido por *Journal of Yoruba and Related Studies,* Ibadan), Ife: University of Ife *Oduma Oduma,* Port Harcourt, Nigeria

OHCIS — Ohio University Centre for International Studies
ORSTOM — Office de la recherche scientifique et technique d'Outre-mer, Paris
OUP — Oxford University Press

PA — Présence africaine, Paris
Paideuma — *Paideuma: Mitteilungen zur Kultureunde,* Frankfurt-am-Main
Phylon — *Phylon,* Atlanta, GA: University of Atlanta

PP — *Past and Present,* Oxford
PS — *Population Studies,* London
PTRSA — *Proceedings and Transactions of the Rhodesian Scientific Association,* Bulawayo
PUF — Presses universitaires de France, Paris
PUP — Princeton University Press

RA — *Revue africaine, Journal des travaux de la Société historique algérienne,* Algiers
REI — *Revue des études islamiques,* Paris
RFHOM — *Revue française d'histoire d'Outre-mer,* Paris
RH — *Revue historique,* Paris: PUF
RHM — *Revue d'histoire maghrébine,* Zaghovan, Tunisia
RLJ — *Rhodes-Livingstone Journal* (atual *African Social Research),* Lusaka
RM — *Revue de Madagascar,* Antananarivo
RR — *Research Reinem,* University of Ghana
RS — *Revue sémiuque,* Paris
RSE — *Rassegna di studi etiopici,* Rome
RT — *Revue tunisienne,* Algiers/Tunis: Jean-Baptiste Salvago
RTC — *Revue des troupes coloniales*
RV — *Recherches voltaiques,* Ouagadougou: Centre Voltaïque de la Recherche Scientifique

Saeculum — *Saeculum,* Freiburg
SAJS — *South African Journal of Science,* Johannesburg
SELAF — Société d'études linguistiques et anthropologiques de France, Paris
SEVPEN — Service d'édition et de vente des publications de l'Education nationale, Paris
SFHOM — Société française d'histoire d'Outre-mer, Paris
SGM — *Scottish Geographical Magazine,* Edinburgh: Royal Scottish Geographical Society
SM — *Sudanese Memoirs*
SMJ — *Society of Malawi Journal,* Blantyre, Malawi: Society of Malawi
SNP — Kaduna, Nigeria: National Archives
SNR — *Sudan Notes and Records,* Khartoum
SOAS — School of Oriental and African Studies, University of London
SSL — *Studi storici e Linguist*
SSM — *Social Science and Medicine,* New York: Pergamon Press

Studia — *Studia,* Lisbon
SUP — Stanford University Press, Stanford, CA

Target — *Target,* Dar es Salaam
TD — *Travaux et documents*
THSG — *Transactions of the Historical Society of Ghana* (previamente *Transactions of the Gold Coast and Togoland Historical Society),* Legon
TJH — *Transafrican Journal of History,* Nairobi: EALB
TNR —*Tanganyika Notes and Records* (atual *Tanzania Notes and Records*), Dar es Salaam
TPH — Tanzania Publishing House
Trav. IRS — *Travaux de l'Institut de recherches sahariennes,* Algiers: University of Algiers

UCLA — University of California, Los Angeles
UCP — University of California Press, Berkeley, CA
Ufahamu — *Ufahamu,* Los Angeles, CA: UCLA
UJ — *Uganda Journal,* Kampala: Uganda Society
ULP — University of London Press, London
UNCP — University of North Carolina Press, Chapel Hill
UTP — University of Tennessee Press
UWP — University of Wisconsin Press, Madison

W AJA — *West African Journal of Archaeology,* Ibadan
W MQ — *William and Mary Quarterly,* Williamsburg, V A
WUP — Witwatersrand University Press, Johannesburg

YUP — Yale University Press

Zaire — *Zaire,* Kinshasa
Zamani — *Zamani,* Nairobi: History Association of Kenya
ZFE — *Zeitschrift für Ethnologie,* Berlin
ZH — *Zimbabwean History*
ZJH — *Zambia Journal of History,* Lusaka: University of Zambia

Referências bibliográficas

ABBEBE, B. (1971) *Evolution de la propriété foncière au Choa (Ethiopie)* (Paris: Imprimerie Nationale et Librarie Orientaliste, P. Geuthner).

'ABD AL-AZĪZ B. MUHAMMAD B. IBRAHĪM AL-SINHĀDJĪ AL-FISHTĀLĪ (séc. XVI) *Manahil al-Safa' fiakhbar al-Nuluk al-Shurafa;* 1964, ed. 'Abd Allāh Gannun (Tetuan).

ABDALLAH, Y. B. (1919A) *Chiikala cha wa yao* (Zomba: Government Printer).

ABDALLAH, Y. B. (1919B) *The Yaos* (org. e trad. de M. Sanderson, Zomba; seg. ed., London: Frank Cass, (1973).

ABINAL, A. E MALZAC, V. (1888) *Dictionnaire malgache-français* (Antananarivo: Imprimerie de la Mission Catholique; seg. ed., 1889).

ABITBOL, M. (1979) *Tombouctou et les Arma de la conquête marocaine du Soudan nigérien en 1591 à l'hégémonie de l'Empire du Marina en 1833* (Paris: Maisonneuve & Larose).

ABRAHAM, D. P. (1969) "The roles of Chaminuka and the Mhondoro cults in Shona political history", in E. Stokes e R. Brown (eds.), pp. 28-46.

ABUBAKAR, S. (1978) *The Lamibe of Fombina: A Political History of Adamawa, 1809--1901* (Zaria: ABUP), 190 pp.

ABUN-NASR, J. M. (1975) *A History of the Maghrib* (seg. ed., Cambridge: CUP), 422 pp.

ACHI, B. E BITIYONG, J. I. (1983) *Warfare and Urban Growth in Hausaland: The Case of Birnin Zaria c.1400-1808 A.D.* (Zaria: ABUP).

ADAMS, W. Y. (1977) *Nubia – Corridor to Africa* (London: Allen Lane), 797 pp.

ADAMS, W. Y., VAN GERVEN, D. P. E LEVY, R. S. (1978) "The retreat from migrationism", *Annual Review of Anthropology* 7, pp. 483-532.

ADAMU, M. (1968) "A Hausa government in decline: Yawuri in nineteenth-century Zaria" (Dissertação de Mestrado, Ahmadu Bello University, Zaria).

ADAMU, M. (1978) *The Hausa Factor in West African History* (Zaria: ABUP), 224 pp.

ADAMU, M. (1979) "Distribution of trading centres in the central Sudan in the eighteenth and nineteenth centuries", in Y. B. Usman (ed.), pp. 59-104.

ADAMU, M. (?) *Some essential features of the economy of Hausaland*, 1500-1804 in M. Adamu (?).

ADAMU, M (ED.) (?) *Economic History of Central Savannah of West Africa* (Zaria: ABUP).

ADAMU, M. (ED.) (?) *Central Sudan before 1804.*

ADDO-FENING, F. (1980) "Akyem Abuakwa, c. 1874-1943: A study of the impact of missionary activities and colonial rule on a traditional state" (Tese de doutoramento, University of Ghana, Legon).

ADEFUYE, A. (1973) *A political history of the Palwo c.1400-1911* (Tese de doutoramento, University of Ibadan).

ADEFUYE, A. (1976) "Palwo Jogi: impact on political history", in Onyango-ka--Odongo e J. B. Webster (eds.), 1976a, pp. 215-30.

ADEFUYE, A. (?) "The Palwo: from prestigious to persecuted minority", in J. B. Webster (ed.), *Uganda before 1900*, v. I.

ADELEYE, R. A. (1971) "Hausaland and Bornu, 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 485-530.

AGNEW, S. (1972) "Environment and history: the Malawian setting", in B. Pachai (ed.), pp. 28-48.

AGYEMAN, E. A. (1965) "Gyaman – Its relations with Ashanti, 1720-1820" (Dissertação de Mestrado, University of Ghana, Accra).

AHMAD B. AL-HĀDJDJ ABŪ 'L-'ALĪ (1962) *Makhlutat Katib al-Shuna fi ta'rikh al-Saltana al-Sinnariyya* (ed. al-Shātir Busayli 'Abd al-Jalil, Cairo).

AJAYI, J. F. A. (ED.) (1989) *General History of Africa,* vol. VI, (Paris/Oxford/Berkeley: UNESCO/ Heinemann/University of California Press).

AJAYI, J. F. A. E ALAGOA, E. J. (1980) "Nigeria before 1800: aspects of economic developments and inter-group relations", in O. Ikime (ed.), pp. 224-35.

AJAYI, J. F. A. E CROWDER, M. (EDS.) (1971) *History of West Africa* (e London: Longman, 1976).

AJAYI, J. F. A. E ESPIE, J. (EDS.) (1965) *A Thousand Years of West African History* (Ibadan/London: IUP/Nelson).

AJAYI, J. F. A. E IKARA, B. (EDS.) (1985) *Evolution of Potitical Culture in Nigeria* (Lagos: Lagos University Press e Kaduna State Council for Arts and History) 227 pp.

AKINJOGBIN, I. A. (1967) *Dahomey and its Neighbours, 1708-1818* (Cambridge: CUP), 243 pp.

AKINJOGBIN, I. A. (1976) "The expansion of Oyo and the rise of Dahomey, 1600--1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), 1976, pp. 373-412.

ALAGOA, E. J. (1972) *A History of the Niger Delta: an Historical Interpretation of Ijo Oral Tradition* (Ibadan: IUP) 231 pp.

ALAGOA, E. J. (1976) "Dating Ijo oral tradition", *Oduma* (Port Harcourt), 3, I, pp. 19-22.

ALEXANDRE, P. (1965) "Proto-histoire du groupe beti-bulu-fang: essai de synthèse provisoire", *CEA,* 20, pp. 503-60.

ALEXANDRE, P. E BINET, J. (1958) *Le groupe dit pahouin (Fang-Boulou-Beti),* (London/Paris: IAI/PUF).

ALKALI, M. B. (1969) "A Hausa community in crisis: Kebbi in the nineteenth century" (Dissertação de Mestrado, Ahmadu Bello University, Zaria).

ALKALI, M. N. (1978) "Kanem-Borno under the Sayfawa", (Tese de Doutoramento, Ahmadu Bello University, Zaria).

ALKALI, M. N. (1983) "Economic factors in the history of Borno under the Saifawa", in M. N. Alkali e B. Usman (eds.), pp. 57-77.

ALKALI, M. N. (1985) "Political and administrative structure of Kanem-Borno under the Saifawa Mais", in J. F. A. Ajayi e B. Ikara (eds.), pp. 33-49.

ALLAN, J. (1965) *The African Husbandsman* (London: Oliver and Boyd).

ALLDRIDGE, T. J. (1901) *The Sherbro and its Hinterland* (London: Macmillan).

ALLEN, J. DE V. (1974) "Swahili culture reconsidered", *Azania*, 9, pp. 105-138.

ALLEN, J. DE V. (1976) "Swahili culture and identity", (Seminário, Department of History, University of Nairobi).

ALLEN, J. V. (1981) *Lamu Town: A Guide* (Lamu: Rodwell Press).

ALLEN, J. DE V. E WILSON, T. (1979) *Swahili Houses and Tombs of the Coast of Kenya* (London).

ALPERS, E. A. (1968) "The Mutapa and Maravi political systems to the time of the Ngoni invasions", in T. O. Ranger (ed.), pp. 1-28.

ALPERS, E. A. (1973) "Rethinking African economic history", *KHR*, 1, 2, pp. 163-88.

ALPERS, E. A. (1975A) *Ivory and Slaves in East-Central Africa to the Later 19th Century* (London: Heinemann), 296 pp.

ALPERS, E. A. (1975B) "Eastern Africa", in R. Gray (ed.).

ALPERS, E. A. E EHRET, C. (1975) "Eastern Africa, 1600-1790", in R. Gray (ed.), pp. 469-536.

ALVARES, F. (1961) *The Prester John of the Indies* (trad. Lord Stanley of Alderley, rev. e ed., C. F. Beckingham e G. W. B. Huntingford; Cambridge: CUP, for the Hakluyt Society, 2 vols.).

AMENUMEY, D. E. K. (1969) "The pre-1947 background to the Ewe unification question", *THSG*, 10, pp. 65-84.

AMEYAW, K. (1966) "Kwahu, an early Akan forest state", *GNQ*, 9, pp. 39-45.

AMSELLE, J. L. E M'BOKOLO, E. (EDS.) (?) *Une ethnicité forgée à l'ombre du colonialisme: Hutu et Tutsi au Rwanda et au Burundi.*

ANACLETTI, A. O. E NDAGALA, D. K. (1981) "The cattle complex in the ancient west lake kingdoms", *CCB*.

ANDRADE, A. A. (1955) *Relações de Moçambique Setecentista* (Lisboa: Agencia General do Ultramar).

ANJAN, L. (1911-12) "Notes historiques et ethnographiques sur les Comores", *BAM*, 9, pp. 125-41 e 10, pp. 183-200.

ANONYMOUS. (?) "Entry of Kanembu into Bornu", *Kanembu District Notebook,* Arquivo N. 38 (Kaduna, Nigeria: National Archives).

ANONYMOUS. (1890) "Descrição do Império de Moanamotapa", in *Memória e Documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa* (Lisboa: Imprensa nacional).

ANONYMOUS. (1967) "Tarikh erbab hadha 'l-belad al-Mussama Kanu", traduzido por H. R. Palmer como "Kano Chronicle", *SM*, 3, pp. 92-132.

ANOZIE, F. N. (1976) "Onyoma and Ke: a preliminary report on archaeological excavations in the Niger Delta", *WAJA*, 6, pp. 89-99.

ANQUANDAH, J. (1982) *Rediscovering Ghana's Past* (London: Longman), 161 pp.

ANTTILA, R. (1972) *An Introduction to Historical and Comparative Linguistics* (New York: Macmillan).

ANYWAR, R. S. (1954) *Acoli Ki Ker Megi* (Kampala: Eagle Press). Traduzido por N. E. Odyomo como *The Acholi and their Chiefdoms* (1969), Department of History, Makerere University.

APECU, A. (1972) *The Pre-colonial History of the Jonam Chiefdoms* (ensaio, Makerere).

APTHEKER, H. (1944) *American Negro Slave Revolts* (seg. ed., New York: Columbia University Press), 400 pp.

ARDENER, E. (1956) *Coastal Bantu of the Cameroons* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Western Africa, parte II), 116 pp.

ARDENER, E. (1968) "Documentary and linguistic evidence for the rise of trading politics between Rio del Rey and Cameroons, 1600-1650", in I. M. Lewis (ed.), pp. 81-126.

AREGAY, W. E SELLASSIE, S. H. (1971) "Sudanese-Ethiopian relations before the nineteenth century", in Y. F. Hasan (ed.), pp. 62-72.

ARHIN, K. (1967) "The structure of Greater Ashanti (1700-1824)", *JAH*, 8, I, pp. 65-85.

ARHIN, K. (1979) *West African Traders in Ghana in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (London: Longman).

ARHIN, K. E GOODY, J. (1965) *Ashanti and the Northwest* (Legon: Institute of African Studies, University of Ghana).
ARMO, A. G. (1968) *Anton Gulielmus Armo Afer of Axim in Ghana: Translation of his works* (Halle: Martin Luther University).
ASTLEY, T. (1745) *A New Collection of Voyages and Travels* (4 vols., London: Thomas Astley).
ATHERTON, J. H. (1972) "Excavations at Kamabai and Yagala rock shelters, Sierra Leone", *WAJA*, 2, pp. 39-74.
ATKINS, G. (ED.). (1972) *Manding: Focus on an African Civilization* (London: SOAS).
ATKINSON, R. R. (1976) "State formation and development in Western Acholi", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), 1976, pp. 262-90.
ATKINSON, R. R. (?) "Bugware before 1900: a survey", in D. Denoon (ed.).
AUBIGNÉ, T. A. D'. (1616-20) *L'histoire universelle du sieur d'Aubigné..*, 3 vols.; seg. ed., 1626; 3 vols., outra edição publicada por B. A. de Ruble, 1886-1909, 10 vols., (Paris).
AUJAS, L. (1920) "Remarques sur quelques étymologies des noms de lieux géographiques à Mayotte", *Revue d'Ethnographie et des Traditions populaires*, I, pp. 51-9.
AUSTEN, R. A. (1968) *Northwest Tanzania under German and British rule, 1889-1939* (New Haven: YUP).
AUSTEN, R. A. (1979) "The trans-Saharan slave trade: a tentative census", in H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.), pp. 23-76.
AUSTEN, R. A. E JACOBS, K. (1974) "Dutch trading voyages to Cameroon, 1721--1759: European documents and African history", *Annales de la Faculté des lettres et sciences humaines* (University of Dakar), 6, pp. 1 -27.
AVARO, J. A. (1981) *Un peuple gabonais à l'aube de la colonisation: Le Bas Ogowe au XIXe siècle* (Paris: Karthala/CRA), 290 pp.
AVELOT, R. (1912) "Les grands mouvements de peuples en Afrique: Jaqa et Zimba", *BGHD*, pp. 76- 216.
AXELSON, E. (1940) *South-East Africa, 1488-1530* (London: Longman).
AXELSON, E. (1960) *The Portuguese in South-East Africa, 1600-1700* (Johannesburg: WUP), 226 pp.
AXELSON, E. (1973) *The Portuguese in South-East Africa, 1488-1600* (Johannesburg: WUP), 276 pp.
AZAÏS, PE., E CHAMBARD, R. (1931) *Cinq années de recherches archéologiques en Ethiopie, province du Harar et Ethiopie méridionale,* 2 vols., (Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner).
AZEVEDO, L. J. DE. (1947) *Épocas de Portugal Econômica* (seg. ed., Lisboa).
AZEVEDO, W. L. DE. (1959) "The setting of Gola society and culture: some theoretical implications of variations in time and space", *KASP*, 21, pp. 43-125.

AZEVEDO, W. L. DE. (1962) "Some historical problems in the delineation of a Central West Atlantic region", *Annals of the New York Academy of Sciences*, 96, pp. 512-38.

BABA, J. B. (1972) "Adiyo: the coming of the Kakwa and the development of their institutions", (Ensaio, University of Makerere).

BAER, G. (1967) "Slavery in nineteenth-century Egypt", *JAR*, 8, 3, pp. 417-441.

BAGODO, O. (1978) "Le royaume Borgou Wasangari de Nikki dans la première moitié du XIXe siècle" (Dissertação de Mestrado, Université Nationale, Cotonou).

BAHENDUZI, M. (1977) "Le munganuro et l'umwaka: deux fêtes rituelles du Burundi ancien" (Tese, ENS, Bujumbura).

BALOGUN, S. A. (1980) "History of Islam up to 1800", in O. Ikime (ed.), pp. 210-23.

BALOGUN, S. A. (1983) "A Reconsideration of the Hausa Folklore: the Bayajida legend" (Sokoto, mimeografia).

BANNERMAN, J. H. (1981) "Hlengweni: the history of the Hlengweni of Lower Save and Lundi rivers from the late eighteenth to mid-twentieth century", *ZR*, 12, pp. 1-45.

BAPTISTA, R. 1892. *Africa Oriental, Caminho de ferro da Beira a Manica* (Lisboa: Empresa Nacional).

BARASSIN, FATHER J. (1953) *Bourbon des origines jusqu'en 1714.*

BARBER, W. J. (1964) *The Economy of British Central Africa: a Case Study of Economic Development in a Dualistic Society* (London: OUP).

BARBOT, J. (1732) *A Description of the Coasts of North and South Guinea* (London).

BARKINDO, B. M. (1979) "Islam in Mandara: its introduction and impact upon the state and people", *KS*, 1 e 4.

BARKINDO, B. M. (1980) "Origins and history of the sultanate of Mandara" (Tese de doutoramento, Ahmadu Bello University, Zaria).

BARKINDO, B. M. (ED.) (1983) *Studies in the History of Kano* (Ibadan: Heinemann Educational Books, Nigeria).

BARRETO, M. (1899) "Informação do Estado e conquista dos Rios de Cuama, dezembro de 1667" [Report upon the state and conquest of the rivers of Cuama], in G. M. Theal (ed.), trad. inglesa, 1898-1903, vol. 3, pp. 463-495.

BARROS, J. DE. (1552-1613) *Da Asia: Dos Feitos que os Portuguezes fizeram na Conquista e Descubrimento das Terras e Mares do Oriente* (vol. 1: 1552; vol. 2: 1553; vol. 3: 1563; vol. 4: 1613; Lisboa).

BARRY, B. (1972) *Le royaume du Waalo: Le Sénégal avant la conquête* (Paris: Maspéro).

BARTH, H. (1857-8) *Reisen und Entdeckungen in Nord und Central Afrika in den Jahren 1849 bis 1855*(Gotha: J. Perthes), 5 vols., ed. inglesa como *Travels and Discoveries in North and Central Africa: Being a Journal of an Exploration undertaken under the Auspices of RBM's Government in the Years 1849-1855*, 1857 (London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts), 5 vols.; reimpressão, 1965 (London: Ward,

Lock, Centenary Ed.), 3 vols. ed. francesa como *Voyages et découvertes dans l'Afrique septentrionale et centrale pendant les années 1849 à 1855,* 1860-1 (Paris: A. Bohné), 4 vols.

BASSET, R. (1882) *Études sur l'histoire d'Ethiopie* (Paris).

BASSET, R. (1897) *Histoire de la conquête de l' Abyssinie (XVIe siécle) par Chihab Eddin Ahmed ben Abd El Qader surnommé Arab-Faqih* (2 vols., Paris: Publications de l'Ecole supérieure de lettres d'Alger).

BASTIDE, R. (1971) *Les Amériques noires: les civilisations africaines dans le Nouveau Monde* (Paris: Payot), trad. como *African Civilizations in the New World* (London: Hurst).

BASU, K. K. (1932) *The Tarikh-i-Mubarak Shadi by Yahya bin Ahmad bin 'Abdullah as-Sihrindi* (Baroda: Gackwad's Oriental Series, N. 63).

BATALHA-REIS, J. (1889) "The Portuguese in Nyasaland", *SGM*, 5, 5, pp. 252-60.

BATHILY, A. (1975) "Imperialism and colonial expansion in Senegal in the nineteenth century with particular reference to the economic, social and political dcvelopments in the Kingdom of Gajaaga" (Tese de doutaramento, University of Birmingham).

BAUER, P. T. (1981) *Equality, the Third World and Economic Delusion* (London: George Weidenfeld and Nicolson Ltd.).

BEACH, D. N. (1976) "Second thoughts on the Shona economy: suggestions for further research", *RR*, 7, pp. 1-11.

BEACH, D. N. (1977) "The Shona economy: branches of production", in R. Palmer e N. Parsons (eds.), pp. 37-65.

BEACH, D. N. (1980A) *The Shona of Zimbabwe from 900 to 1850: an outline of Shona history* (Gweru: Mambo Press).

BEACH, D. N. (1980B) "The Zimbabwean plateau and its peoples, 1400-1900" (Trabalho apresentado na Conference on the Social, Political and Economic History of Central Africa, University of Kent, Canterbury, 7-11 July).

BEACH, D. N. (1984) *Zimbabwe before 1900* (Gweru: Mambo Press).

BECKER, C. E MARTIN, V. (1975) "Kajor et Bawol: royaumes sénégalais et traite des esclaves au XVIIIe siècle", *RFROM*, 226-7, pp. 286-99.

BECKINGHAM, C. F. E HUNTINGFORD, G. B. W. *ver* F. Alvares, 1961.

BEECHAM, J. (1841) *Ashantee and the Gold Coast: Being a Sketch of the History, Social State and Superstitions of the Inhabitants of those Countries...* (London: John Mason).

BEHRENS, C. (1974) *Les Kroumen de la côte occidentale d'Afrique* (Talence: CNRS, Centre d'études de géographie tropicale).

BELLO, M. (ED.) "Infaq al-Maysur fi ta'rikh bilad al-Tukrur"; trad. e ed. de E. J. Arnett como *Rise of the Sokoto Fulani*, 1932 (Kano: Emirate Printing Department), e de C. E. J. Whitting em 1951 (London: Luzac and Co.).

BELTRAN, G. A. (1958) *Cuijla: esbozo etnografico de un pueblo Negro* (Mexico).

BENISHEIKH, A. (1983) "The 19th-century Galadimas of Bornu", in Y. B. Usman e M. N. Alkali (eds.).
BENYOWSKY, M. A. DE. (1790) *Memoirs and Travels* (2 vols., London: G. G. J. e R. Robinson).
BERG, F. J. (1968) "The Swahili community of Mombasa, 1500-1900", *JAR*, 9, I, pp. 35-56.
BERG, F. J. (1971) "Mombasa under the Busaidi sultanate: the city and its hinterland in the nineteenth eentury" (Tese de dotoramento, University of Wisconsin).
BERGER, I. (1967) "Migration of the Central Kenya Bantu: a reconsideration of the Shungwaya hypothesis" (Dissertação, University of Wisconsin).
BERGER, I. (1973) "The Kubandwa religious complex of interlacustrine East Africa: an historical study c.1500-1900" (Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin).
BERNSTEIN, H. (ED.) (1973) *Underdevelopment and Development: The Third World Today* (New York: Penguin Books).
BERNUS, E. (1960) "Kong et sa région", *Etudes éburnéennes,* 8, pp. 239-324.
BERQUE, J. (1982) *Ulemas, fondateurs, insurgés du Maghreb* (Paris: La bibliothèque arabe, Sindbad).
BERTHIER, P. (1966) *Les anciennes sucreries du Maroc et leurs réseaux hydrauliques* (2 vols., Rabat: Imprimeries française et marocaine).
BERTRAND, COL. *Notes d'histoire mangbetu,* (manuscrito em posse de J. Vansina).
BERTUCHI, A. J. (1923) *The Island Rodriguez: A British Colony in the Mascarenhas Group* (London: John Murray).
BETBEDER, P. (1971) "The kingdom of Buzinza", *CRM*, 13, 4, pp. 736-62.
BETOTO, C. (1950A) "The social organization of Sakalava royalty" in C. Betoto (ed.) 1950(b).
BETOTO, C. (1905) *Histoire de la royauté sakalava* (Paris: Ecole nationale de La France d´Outre-mer, typescript) pp-1-32.
BEZOLD, C. (1905) *Kebra Nagast: Die Hérrlichkeit der Könge* (München: Verlag de K.B.).
BHILA, H. H. K. (1975) "Some aspects of pre-colonial African trade south of the Zarnbezi", *MJSS*, 4, pp. 101-16.
BHILA, H. H. K. (1977) "The Kaphwiti-Lundu complex in the Lower Shire valley, Malawi, to 1800 AD: myth and reality" (paper presented to the International Conference on Southern African History, National University of Lesotho, Roma, 1-7 August).
BHILA, H. H. K. (1982) *Trade and Politics in a Shona Kingdom. The Manyika and their Portuguese and African Neighbours, 1575-1902* (London: Longman).
BIEBER, F. J. (1920-3) *Kaffa: ein altkuschilisches Volkstum in lnner Afrika,* vol. I (Münster: W. Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung); vol. 2 (Wien).

BIKUNYA, P. (1927) *Ky'Abakama ba Bunyoro-Kitara* (London: Sheldon Press).
BINGER, L. G. (1892) *Du Niger au golfe de Guinée par le pays de Kong et le Mossi,* 1887-1889 (2 vols., Paris: Hachette).
BIOBAKU, S. O. (ED.) (1973) *Sources of Yoruba History* (Oxford: Clarendon Press).
BIRKELI, E. (1926) *Marques de boeufs et traditions de race: documents sur l'ethnographie de la côte occidentale de Madagascar* (Oslo, Bulletin N. 2 of the Oslo Ethnografiske Museum).
BIRMINGHAM, D. (1966) *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790* (Oxford: Clarendon Press).
BIRMINGHAM, D. (1975) "Central Africa from Cameroun to Zambeze", in R. Gray (ed.) pp. 325-83.
BIRMINGHAM, D. (1981) *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire and the South Atlantic* (Cambridge: CUP).
BIRMINGHAM, D. E GRAY, R. (EDS.) (1970) *Pre-colonial African trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900* (London: OUP), 308 pp.
BIRMINGHAM, D. E MARTIN, P. (EDS.) (1983) *History of Central Africa,* vol. I, (London: Institute of Commonwealth Studies), 314 pp.
BISHIKWABO, C. (1982) "Histoire d'un état shi en Afrique des Grands Lacs (c. 1850-1940)" (Tese de Doutoramento, Louvain-la-Neuve).
BISHOP, W. W. E CLARK, J. D. (EDS.) (1967) *Background to Evolution in Africa* (Chicago: University of Chicago Press).
BIVAR A. D. H. E SHINNIE, P. L. (1960) "A dated Kuran from Bornu", *Nigerian Magazine*, 65, (Lagos).
BLACKBURN, R. H. (1976) "Okiek history", in B. A. Ogot (ed.), 1976b, pp. 53-83.
BLACKBURN, R. H. (1982) *Kenya's Peoples: Okiek* (London: Evans).
BLAIR, H. A. E DUNCAN-JOHNSTONE, A. (1932) *Enquiry into the Constitution and Organization of the Dagbon Kingdom* (Accra: Government Printer).
BLAKE, J. W. (1937/1977) *West Africa, Quest for God and Gold, 1454-1578: A Survey of the First Century of White Enterprise in West Africa, with particular reference to the Achievement of the Portuguese and their Rivalries with other European Powers* (London: Curzon Press), seg. ed., 1937.
BLAKE, J. W. (1942) *Europeans in West Africa, 1450-1560* (trad. e ed. J. W. Blake, London: para a Hakluyt Society, seg. ed., 2 vols.).
BLAKELEY, A. (1976) "Gannibal, Abram Petrovich", in *Modern Encyclopaedia of Russian and Soviet History,* vol. 12, ed. de J. L. Wieczynski (Gulf Breeze: Academic International Press).
BOAHEN, A. A. (1964) *Britain, the Sahara and the Western Sudan,* 1788-1861 (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 268 pp.

BOAHEN, A. A. (1965) "Asante and Fante, A. D. 1000-1800", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 160-85.
BOAHEN, A. A. (1966A) *Topics in West African History* (London: Longman).
BOAHEN, A. A. (1966B) "Origins of the Akan", *GNQ*, 9, pp. 3-10.
BOAHEN, A. A. (1971) "The coming of the Europeans", in A. M. Josephy, Jr. (ed.).
BOAHEN, A. A. (1973) "Arcany or Accany or Arcania and the Accanists of the 16th and 17th centuries" European Records, *THSG*, XIV, 1, 6, pp. 105-12.
BOAHEN, A. A. (1974) "Fante diplomacy in the eighteenth century", in K. Ingham (ed.), pp. 25-49.
BOAHEN, A. A. (1977) "Ghana before the coming of the Europeans", *GSSJ*, 4, 2.
BOESCH, F. (1930) *Les Banyamioezi: peuple de l'Afrique orientale* (Münster: Anthropos Bibliothek).
BOESEKEN, A. J. (1969) "The settlement under the van der Stels", in C. F. J. Muller (ed.), pp. 26- 38.
BOIS, G. (1978) "Against the neo-Malthusian orthodoxy", *PP*, 79, pp. 60-9.
BONNEL DE MÉZIÈRES, A. (1912) *Le Major A. Gordon Laing* (Paris: Larose) (seg. ed., 1927).
BONTINCK, F. (1980) "Un mausolée pour les Jaga", *CEA*, 79, pp. 387-9.
BONTINCK, F. E NDEMBE NSASI, D. (1978) *Le catéchisme kikongo de 1624: Réédition critique* (Brussels: ARSOM, Classe des Sciences morales et politiques, NS, XLIV-5).
BORAH, W. E COOK, S. F. (1967) "The Aboriginal population of Central Mexico on the eve of Spanish conquest", in L. Hanke (ed.), vol. I.
BOSMAN, W. (1967) *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea* (London: Frank Cass, reimpressão de 1705, primeira ed., com introdução de J. R. Willis).
BOSTON, J. S. (1969) "Oral tradition and the history of the Igala", JAH, 10, I, pp. 29-43.
BOTELHO, J. J. T. (1936) *História militar e política dos Portugueses em Moçambique da Descoberta a 1833* (Lisboa: Governo Geral de Moçambique).
BOTO, J. (1923) "Tradition relative à l'origine des Betsimisaraka-Betanimena", *BODE*, 25, pp. 252-3.
BOUCHAUD, J. (1952) *La côte du Cameroun dans l'histoire et la cartographie, des origines à la conquête allemande* (Yaoundé: Mémoires de l'IFAN, Centre du Cameroun, N. 5), 217 pp.
BOUET, S. S. E BOUET, L. T. (1911) "Les Toma", *BCAF*, 8, pp. 185-246.
BOULÈGUE, J. (1968) "La Sénégambie du milieu du XVe siècle au début du XVIIe siècle" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris).
BOULÈGUE, J. (1972) "Aux confins du monde malinke: le royaume du Kasa (Casamance)" (trabalho apresentado na Conference on Manding Studies, London University).

BOUQUIAUX, L. E HYMAN, L. (EDS.) (1980) *L'expansion bantoue* (3 vols., Paris: SELAF).

BOUTILLIER, J. L. (1971) "La cité marchande de Bouna dans l' ensemble économique ouest-africain précolonial", in C. Meillassoux (ed.), pp. 240-52.

BOUTILLIER, J. L. (1975) "Les trois esclaves de Bouna", in C. Meillassoux (ed.), pp. 253-80.

BOVILL, E. W. (1958) *The Golden Trade of the Moors* (London: OUP), 281 pp; seg. ed. rev., 1968, (London: OUP) 293 pp.

BOXER, C. R. (1952) *Salvador de Sa and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686* (London: Athlone Press), 444 pp.

BOXER, C. R. (1960A) "Uma relação inédita e contemporânea da batalha de Ambuila em 1665", *Museu de Angola*, 2, pp. 66-73.

BOXER, C. R. (1960B) "The Portuguese on the Swahili coast, 1593-1729", in C. R. Boxer e C. de Azevedo (eds.), pp. 11-86.

BOXER, C. R. (1961) *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A Succinct Survey* (johannesburg: WUP).

BOXER, C. R. (1963) *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* (Oxford: Clarendon Press), 136 pp.

BOXER, C. R. (1969) *The Portuguese Seaborne Empire* (London: Hutchinson).

BOXER, C. R. E AZEVEDO, C. DE (EDS.) (1960) *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa, 1593-1729* (London: Hollis & Carter), 144 pp.

BOYER, G. (1953) *Un peuple de l'ouest soudanais, les Diawara: Contribution à l'histoire des Songhay par J. Rouch* (Dakar: Mémoires de l'IFAN, 29), 259 pp.

BRASIO, A. (ED.) (1952-71) *Monumenta Missionaria Africana – África Occidental* (2 vols., Lisboa: Agência Geral do Ultramar).

BRAUDEL, F. (1928) "Les Espagnols et l'Afrique du Nord de 1492 à 1577", *RA*, pp. 184 *et seq.* e pp. 315 *et seq.*

BRAUDEL, F. (1935) "Philippe II et la Goulette", *RA*, pp. 386-91.

BRAUDEL, F. (1946) "De l'or du Soudan à l'argent d'Amérique", *AESC*, I, pp. 9-22.

BRAUDEL, F. (1981) *The Structure of Everyday Life: the Limits of the Possible* (trad. e rev. S. Reynolds, London).

BRAUDEL, F. (1984) *Civilization and Capitalism* (3 vols., New York: Harper & Row).

BRAUKÄMPER, U. (1978) "The ethnogenesis of the Sidama", *Abbay*, 9, pp. 123-30.

BRAUKÄMPER, U. (1980) *Geschichle der Hadiya Süd-Äthiopiens* (Wiesbaden).

BRENNER, R. (1976) "Agrarian class structural and economic development in pre--industrial Europe", *PP*, 70, pp. 31-75.

BRENNER, R. (1982) "The agrarian roots of European capitalism", *PP*, 97, pp. 16-113.

BRETSCHNEIDER, E. (1871) *On the Knowledge Possessed by the Ancient Chinese of the Arabs and Arabian Colonies* (London).

BRIEF DIWAN (1165) COMPILAÇÃO A. H. (1751-2), reproduzida em *Kitab fi Sha'n Sultan Idris,* 1932 (Kano), com trad. de H. R. Palmer na introdução.

BROADHEAD, S. (1971) "Trade and politics on the Congo coast: 1770-1870" (Tese de Doutoramento, Boston University).

BROADHEAD, S. (1979) "Beyond decline: the kingdom of the Kongo in the eighteenth and nineteenth centuries", *IJAHS*, 12, 4, pp. 615-50.

BROADHEAD, S. (1983) "Slave wives, free sisters, Bakongo women and slavery c.1700-1850", in C. C. Robertson e M. Klein (eds.), *Women and Slavery in Africa,* pp. 160-81.

BROCK, B. (1968) "The Nyika", in A. D. Roberts (ed.), 1968a, pp. 59-81.

BROOKS, G. E. (1980) *Kola Trade and State-building in Upper Guinea Coast and Senegambia. 15th-17th centuries* (African Studies Centre Working Papers, N. 38, Boston University).

BROWNE, W. G. (1799) *Travels in Africa, Egypt and Syria, from the year 1792 to 1798* (London: Longman & Rees), 496 pp.; seg. ed., 1806 (London: Longman & Co), 632 pp.

BRUCE, J. (1805) *Travels to Discover the Source of the Nile in the Years 1768, 1769, 1770, 1771, 1772 and 1773*; seg. ed., 8 vols., (Edinburgh: A. Constable & Co., Manners and Miller); primeira ed., 5 vols., 1790 (Edinburgh: J. Ruthren).

BRUTSCH, J. R. (1950) "Les relations de parenté chez les Duala", *Etudes camerounaises,* 3, 31-32 (set-dez), pp. 211-30.

BRYAN, M. A. (1959) *The Bantu Languages of Africa* (London: OUP, Handbook of African languages, Part 4, published for the IAI), 170 pp.

BUCHANAN, C. (1974) "The Kitara complex: the historical tradition of Western Uganda to the 16th century" (Tese de Doutoramento, Indiana University, Bloomington), 273 pp.

BUCHTHAL, H. (1960) "An Ethiopian miniature of Christ being nailed to the Cross", in *Atti del Convegno Internazionnale di Studi Ethiopici* (Rome), pp. 331-4.

BURCKHARDT, J. L. (1819) *Travels in Nubia* (London: John Murray), 543 pp.

BURNHAM, P. (1975) "Regroupement and mobile societies: two Cameroon cases", *JAH*, 16, 4, pp. 577-94.

BURNHAM, P. (1980) *Opportunity and Constraint in a Savanna Society* (London: Academie Press), 324 pp.

BURSSENS, H. (1958) *Les peuplades de l'entre-Congo-Ubangi* (London: IAI).

BURTON, R. F. (ED. E TRAD.) (1873) *The Lands of Kazembe: Lacerda's Journey to Kazembe in 1798* (London: John Murray).

BURTON, W. F. (1956) "L'organisation sociale des Balumba", *BJIDCC*, 4, pp. 150-3.

BYNON, T. (1977) *Historical Linguistics* (Cambridge: CUP), 301 pp.

CÀ DA MOSTO, A. DA (1937) *The Voyages of Cadamosto and Other Documents, on Western Africa in the Second Half of the Fifteenth Century,* (trad. e ed. de G. R. Crone, London: Hakluyt Society), 159 pp.

CADORNEGA, A. DE OLIVEIRA DE. (1940-2) *História geral das Guerras Angolanas...* (3 vols., ed. de J. M. Delgado e M. A. da Cunha, Lisboa: Imprensa Nacional).

CAETANO, X. (1954) "Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane e todo o Continente da África Oriental", in L. F. de Carvalho Dias (ed.), pp. 171-215.

CAILLIÉ, R. (1828) *Journal d'un voyage à Tombouctu et à Jenne* (Paris: Imprimerie royale).

CAIRNS, T. (1971) *Barbarians, Christians and Muslims* (Cambridge: CUP).

CALLAWAY, C. (1870) *The Religion Systems of the Amazulu* (London: Trübner & Co.).

CALLET, F. (1878-1902) *Tantaran'ny Andriana* (seg. ed., Antananarivo); terceira ed., 1908-09; trad. de G. S. Chapus e E. Ratsimba como *Histoire des rois,* 1953-8, Antananarivo; referida como *Tantara,* termo genérico para História.

CALONNE-BEAUFAICT, A. DE. (1921) *Azande; introduction à une ethnographie générale des bassins de l'Ubangi-Uele et de l'Aruwimi* (Brussels: M. Lamertin).

CAPELLO, H. E IVENS, R. (1886) *De Angola a Contra-Costa: Descripção de Uma Viagem atravez do Continente Africano* (2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional).

CAPRON, J. (1973) *Communautés villageoises bwa (Mali, Haute-Volta)* (Paris: Institut d'ethnologie, Mémoire N. 9), 379 pp.

CARREIRA, A. (1947) *Mandingas da Guiné Portuguesa* (Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa).

CARRETTE, E. (1844) *Recherches sur La géographie et le commerce de l'Algérie méridionale* (Paris: Sciences historiques et géographiques).

CARVALHO DIAS, H. A. DE. (1890) *Expedição Muatiamvo: Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda* (8 vols., Lisboa: Imprensa Nacional).

CARVALHO DIAS, L. F. DE (ED.) (1954) "Fontes para a história, geografia e comércio de Moçambique, sec. XVIII", *Anais*, 9, I.

CASTRIES, H. DE. (1905-36) *Les sources inédites de l'histoire du Maroe de 1530 à 1845* (18 vols., Paris: Paul Geuthner).

CASTRIES, H. DE. (1923) "La conquête du Soudan par el-Mansour", *Hespéris,* 3, 4, pp. 433-88.

CAUNEILLE, A. (1957) "Le nomadisme des Zentan (Tripolitaine er Fezzan)", *Trav. IRS,* 16, 2, pp. 73-99.

CAVAZZI, G. A. (1965) *Descripção histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola... 1687* (Tradução e anotações em português de G. M. de Leguzzano, 2 vols., Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar).

CENTRE DE CIVILISATION BURUNDAISE (ED.) (1981) *La civilitisation ancienne des peuples des Grands Lacs* (Paris: Karthala), 495 pp.

CENTRE FOR THE STUDY OF CUSTOMS (ED.) (ND) *Enquête sur... les Mahafaly* (University of Madagascar).

CERULLI, E. (1922) *The folk-literature of the Galla of Southern Abyssinia* (Harvard African Studies N. 3, Cambridge, Mass.).

CERULLI, E. (1931) "Documenti arabi per la storia dell'Ethiopia", *MRAL,* 4, Ser. 6, pp. 39-101.

CERULLI, E. (1936) *La lingua e la storia di Harar* (Rome).

CERULLI, E. (1941) "Il sultanato dello Scioa nel secolo XII secondo un nuovo documento storico", *RSE*, I, pp. 5-42.

CERUILI, E. (1942) "Gli emiri di Harar dai secolo XVI alle conquista egiziana (1875)", *RSE*, 2, pp. 3- 20.

CERULLI, E. (1943-7) *Etiopi in Palestina* (2 vols., Rome: Libreria dello Stato).

CERULLI, E. (1947) "Il 'Gesú percosso' nell'arte etiopica e le sue origini nell'Europa del XV secolo", *RSE*, 6, pp. 109-29.

CERULLI, E. (1957-64) *Somalia – Scritti vari editi ed inediti* (3 vols., Rome: Amministrezione Fiducitaria Italiana di Somalia).

CERULLI, E. (1968) *La letteratura etiopica* (Firenze/Milano: Sansoni/Accademia Sancasciano vul di Pesa, Stianti).

CÉSARD, E. (1927) "Comment les Bahaya interprètent leurs origines", *Anthropos,* 22, pp. 440-65

CÉSARD, E. (1935, 1936, 1937) "Le Muhaya", *Anthropos*, 30, pp. 75-106 e pp. 451--62; 31, pp. 97-114, pp. 489-508 e pp. 821-49; 32, pp. 15-60.

CÉSARD, P. (1931) "Histoires des rois du Kyamtwara d'après l'ensemble des traditions des familles régnantes", *Anthropos*, 26, pp. 533-43.

CHAMBERLIN, C. (1977) "Competition and conflict: the development of the bulk export trade in Central Gabon during the nineteenth century" (Tese de Doutoramento, University of California).

CHAMBERLIN, C. (1978) "The migration of the Fang into Central Gabon during the nineteenth century: a new interpretation", *IJAHS*, II, pp. 429-56.

CHAUNU, H. E CHAUNU, P. (1955) *Séville et l'Atlantique, 1504-1650* (II vols., Paris: Ecole des Hautes Études).

CHAUVEAU, J. P. (1974) "Note sur les échanges dans le Baule précolonial", in *Bondouku Colloque*, pp. 262-305.

CHAUVEAU, J. P. (1979) *Notes sur l' histoire économique et sociale de la région de Kokumbo,* (Paris: Office de la Recherche Scientitique et Technique d'Outre-Mer, Travaux et Documents, N. 104), 277 pp.

CHEFFAUD, M. (1936) "Note sur la chronologie des rois d'Imerina", *BAM*, 19 (NS), pp. 37-47.

CHÉRON, G. (1924) "Contribution à l'histoire du Mossi: Traditions relatives au cercle de Kaya", *BCEHSAOF*, 7, 4, pp. 635-91.
CHILVER, E. M. (1981) "Chronological synthesis: the western region", in C. Tardits (ed.), pp. 453-73.
CHITTICK, H. N. (1962) *A Guide to the Ruins of Kilwa, with Some Notes on Other Antiquities in the Region* (Dar es Salaam: National Culture and Antiquities Division, Ministry of Community Development and National Culture), 20 pp.
CHITTICK, H. N. (1963) "Kilwa and the Arab settlement on the East African coast", *JAH*, 4, 2, pp. 179-90.
CHITTICK, H. N. (1969) "A new look at the history of Pate", *JAH*, 10, 3, pp. 375-91.
CHITTICK, H. N. (1971) "The coast before the arrival of the Portuguese", in B. A. Ogot e J. A. Kieran (eds.), reimpressão em 1974, pp. 100-18.
CHITTICK, H. N. (1974) *Kilwa: An Islamic Trading City on the East African Coast* (2 vols., Nairobi: BIEA, Memoir).
CHITTICK, H. N. (1975) "The peopling of the East African coast", in H. N. Chittick e R. I. Rotberg (eds.), pp. 16-43.
CHITTICK, H. N. (1977) "The East coast, Madagascar and the Indian Ocean", in R. Oliver (ed.), pp. 183-231.
CHITTICK, H. N. E ROTBERG, R. I. (EDS.) (1975) *East Africa and the Orient: Cultural Synthesis in the Pre-Colonial Times* (New York: Africana Publishing Company), 343 pp.
CHOJNACKI, S. (1969) "Däj Giyorgis", *JES*, 7, 2, pp. 43-52.
CHRÉTIEN, J. P. (1974) "Echanges et hiérarchies dans les royaumes des Grands Lacs de l'est africain", *AESC*, pp. 1327-37.
CHRÉTIEN, J. P. (1975) "Le Buha à la fin du XIXe siècle: un peuple, six royaumes", *EHA*, 7, pp. 9-38.
CHRÉTIEN, J. P. (1977) "Les deux visages de Cham: points de vue français du XIXe siècle sur les races africaines d'après l'exemple de l'Afrique orientale" in P. Guiral e E. Temime (eds.), *L'idée de race dans la pensée politique française contemporaine* (Paris: Editions du CNRS), pp. 171-99.
CHRÉTIEN, J. P. (1979) *Histoire rurale de l'Afrique des Grands Lacs* (Paris: Université de Paris).
CHRÉTIEN, J. P. (1981A) "Du Hirsute au Hamite: les variations du cycle de Ntare Ruhatsi, fondateur du royaume du Burundi", *HA*, 8, pp. 3-41.
CHRÊTIEN, J. P. (1981B) "Pouvoir d'Etat et autorité mystique: l'infrastructure religieuse des monachies des Grands Lacs", *RFHOM*, pp. 112-30.
CHRÉTIEN, J. P. (ED.) (1983) *Histoire rurale de l'Afrique des Grands Lacs* (Paris: AFERA-Karthala), 285 pp.
CHRÉTIEN, J. P. (1984) "Nouvelles hypothèses sur les origines du Burundi", in L. Ndoricimpa (ed.), pp. 11-52.

CHRÉTIEN, J. P. (1986) "Confronting the unequal exchange of the oral and the written", in B. Jewsiewicki e D. Newbury (eds.), pp. 75-90.
CHRISTELOW, A. (1948) "Great Britain and the trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil, 1759-1783", *HAHR*, 28, I, fev, Part II.
CIPOLLA, C. M. (1976) *Before the Industrial Reoolution: European Society and Economy, 1000-1700* (London: Methuen).
CISSOKO, S. M. (1968A) *Histoire de l'Afrique occidentale* (Paris: PA), 233 pp.
CISSOKO, S. M. (1968B) "Famines et épidémies à Tombouctou et dans la Boucle du Niger du XVle au XVIIIe siècle", *BIFAN*, Ser. B, 30, 3, pp. 806-21.
CISSOKO, S. M. (1969) "La royauté (mansaya) chez les Mandingues occidentaux, d'apres leurs traditions orales", *BIFAN,* Ser. B, 31, pp. 325-38.
CISSOKO, S. M. (1972) "Introduction à l'histoire des Mandingues de l'ouest: l'empire de Kabou (XVI e-XIXe siècle)"; (trabalho apresentado na Conference on Manding Studies, London).
CISSOKO, S. M. E SAMBOU KAOUSSA (1969) *Recueils des traditions orales des Mandingues de Gambie et de Casamance* (Niamey: UNESCO), 269 pp.
CLARK, J. D. (1965) "The Portuguese settlement at Feira", *NRJ*, 6, pp. 275-92.
CLÉRICI, M. A. (1962) *Histoire de la Côte d'Ivoire* (Abidjan: CEDA).
COHEN, D. W. (1968) "Review of L. de Heusch, *Le Rwanda et la civilisation interlacustre,* 1966", *JAH*, 9, 4, pp. 651-7.
COHEN, D. W. (1968/73) "The River-Lake Nilotes from the fifteenth to the nineteenth century", in B. A. Ogot (ed.), pp. 142-57 na seg. ed.
COHEN, D. W. (1970) "A survey of interlacustrine chronology", *JAH*, II, 2, pp. 177-201.
COHEN, D. W. (1972) *The Historical Tradition of Busoga, Mukamo and Kintu* (Oxford: Clarendon Press), 218 pp.
COHEN, D. W. (1989) "Peoples and states of the Great Lakes region", in J. F. A. Ajayi (ed.), pp. 270- 93.
COHEN, D. W. (?) "Retracing the footsteps of Mukarna", in J. R Webster (ed.), *Uganda Before 1900*, (?).
COHEN, D. W. (?) "Emergence and crisis: the states of Busoga", in D. Denoon (ed.), (?).
COHEN, R. (1965) "Some aspects of institutionalized exchange: a Kanuri example", *CEA*, 5.
COHEN, R. (1970) "Incorporation in Bornu", in R. Cohen e J. Middleton (eds.), *From Tribe To Nation In Africa,* (Scranton: Chandler Int. Co.), pp. 150-74.
COLLE, R. (1913) *Les Baluba* (Brussels: Van Overbergh, Collection de monographies ethnographiques, vols. 10 e 11).
COLVIN, L. G. (1974) "Islam and the State of Kajoor: A case of suceessful resistance to Jihad", *JAH*, 15, 4, pp. 587-606.

COMMISSARIAT, M, S. (1957) *A History of Cujarat* (Calcutta).
CONTI ROSSINI, C. (1907) "Historia Regis Sarsa Dengel – Malak Sagad", *CSCO,* Scr. Aeth. Ser. alt., vol. 3.
CONTI ROSSINI, C. (1942) "Sulla communità abissina di Cipro", *RSE*, I, pp. 98-99.
COOK, S. F. E BORAH, W. (1971-4) *Essays in population history, Mexico and the Caribbean* (2 vols., Berkeley: UCP).
COOPER, F, (1979) "The problem of slavery in African Studies", *JAH*, 20, I, pp. 103-25.
COOPER, J. P. (1978) "In search of agrarian capitalism", *PP*, 80 (August), pp. 20-65.
CORDELL, D. D, (1972) *History of the Awlad Sulayman* (Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin),
CORNEVIN, R. (1964) *Note sur l'histoire de Sansanné Mango* (London, Survey on African Chronology).
CORY, H. E HARTNOLL, M. M. (1945/1971) *Customary Law of the Haya Tribe* (London: Frank Cass, Cass Library of African Studies, Library of African Law, N. 7).
COSSAC DE CHAVREBIÈRE (1931) *Histoire du Maroc* (Paris: Payot).
DA COSTA, CAP. P. R. (1613/1970) "Diário", 1613, in H. Listão, *Os Dois Descobrimentos da Ilha de São Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jeronimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616* (Lisboa), pp. 47-192,
COUPEZ, A., EVRARD, E. E VANSINA, J. (1976) "Classification d'un échantillon de langues bantoues d'apres la lexicostatistique", *AL*, 6, 81, pp. 131-58.
COUPEZ, A. E KAMANZI, T. (1962) *Récits hisioriques du Rwanda* (Tervuren: MRAC), 327 pp.
COURSEY, D. G. (1966) "The cultivation and use of yams in West Africa", *GNQ* 9, pp. 45-54.
COURTOIS, C. (1955) *Les Vandales et l'Afrique* (Algiers: Arts et Métiers Graphiques), 441 pp.
CRAZZOLARA, J. P. (1950-4) *The Lwooo* (3 vols., Verona: Missioni Africana).
CRAZZOLARA, J. P. (1960) "Notes on the Lango Omiru and the Labwor and Nyakwai", *Anthropos*, 55, pp. 174-214.
CRINE-MAVAR, B. (1973) "Histoire traditionnelle du Shaba", *CZA,* I, pp, 5-103.
CROOKS, J. J. (1923) *Records Relating to the Gold Coast Settlements, 1750-1874* (Dublin: Browne and Nolan), 557 pp.
CROSBY, C. A. (1980) *Historical Dictionary of Malawi* (New York: Scareccrow Press), 169 pp.
CRUICKSHANK, B. (1853) *Eighteen Years on the Gold Coast of Africa* (2 vols., London: Hurst and Blackett).

CULLEN-YOUNG, T. (1970) *Notes on the History of the Tumbuka-Kamanga Peoples in the Northern Province of Nyasaland* (London: Frank Cass), 192 pp.

CUOQ, J. M. (1975) *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIIIe au XVIe siécle (Bilad al-Sudan)* (Paris: Editions du CNRS), 490 pp.

CURTIN, P. D. (ED.) (1967) *Africa Remembered: Narratives by West Africans From the Era of the Slave Trade* (Madison: UWP), 363 pp.

CURTIN, P. D. (1969) *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison: UWP), 338 pp.

CURTIN, P. D. (1971) "Jihad in West Africa: early phases and interrelations in Mauritania and Senegal", *JAH*, 12, I, pp. 11-24.

CURTIN, P. D. (1973A) "The Atlantic slave trade 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), vol. I, pp. 240-68.

CURTIN, P. D. (1973B) "Review of B. Barry, *Le royaume du Waalo: Le Sénégal avant la conquête* (Paris: Maspéro), *IJAHS*, 6, 4, pp. 679-81.

CURTIN, P. D. (1975) *Economic Change in Pre-Colonial Africa, Vol. I: Senegambia in the Era of the Slave Trade; Vol. II: Supplemenlary Evidence* (Madison: UWP).

CURTIN, P. D., ANSTEY, R. E INIKORI, J. E. (1976) "Discussion: Measuring the Atlantic slave trade", *JAH*, 17, 4, pp. 595-627.

CURTIN, P. D., FEIERMAN, S., THOMPSON, L. E VANSINA, J. (1978) *African History* (Boston/Toronto: Little Brown Company), 612 pp.

CUVELIER, J. (1953) *Relations sur le Congo du père Laurent de Lucques, 1700-1717* (Brussels: Institut royal colonial belge, Section des sciences morales et politiques. Mémoires in 8° 32 (C)).

CUVELIER, J. (1957) *Koningin Nzinga van Matamba* (Brugge).

CUVELIER, J. E JADIN, L. (1954) *L'ancien royaume du Congo d' après les archives romaines, 1518-1640* (Brussels: ARSOM).

CZEKANOWSKI, J. (1917) *Forschungen im Nil-Kongo Zwischengebiet. Ethnographie: Zwishenseengebiet* (Leipzig: Klinkhardt & Biermann), 412 pp.

DAAKU, K. Y. (1966) "Pre-Ashanti states", *GNQ*, 9, pp. 10-13.

DAAKU, K. Y. (1968) "A note on the fall of Ahwene Koko and its significance in Asante history", *GNQ*, 10, pp, 40-4.

DAAKU, K. Y. (1969) *Oral Traditions of Adansi* (Accra-Legon: Institute of African Studies).

DAAKU, K. Y. (1970A) *Trade and Politics in the Gold Coast,* 1600-1720 (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 219 pp.

DAAKU, K. Y. (1970B) *Oral Traditions of Denkyira* (University of Ghana).

DAAKU, K. Y. (1971) "A history of Sehwi: a survey of oral evidence", *RR*, 7, 3.

DAAKU, K. Y. (ED.) *Unknoum Aowin, Its People and Their Traditional History* (University of Ghana, não publicado).

DALRYMPLE, A. (1806) *Collection of Nautical Memoirs and Journals.*

DAMPIERRE, E. DE. (1968) *Un ancien royaume Bandia du Haut-Oubangui* (Paris: Plon, Recherches on sciences humaines, 24), 601 pp.
DANKOUSSOU, I. (1970) *Traditions historiques des Katsinawa après le Jihad* (Niamey: CRDTO).
DANTZIG, A. VAN (1978) *The Dutch and the Guinea Coast, 1674-1742: A Collection of Documents from the General State Archives at The Hague* (Accra: GASS), 375 pp.
DAPPER, O. (1668) *Naukeurige Beschrijvinge der Ajrikaensche gemestenvan Egypten, Barbaryen, Libyen. Biledulgerid...* (Amsterdam: Van Meurs); tradução e adaptação para o inglês de J. Ogilby, 1670, *Africa:Being an Accurate Description of the Regions of Aegypt, Barbary, Libya, etc.* (London); tradução alemã, 1670, *Beschreibung von Afrika...* (Amsterdam: Van Meurs); tradução francesa, 1686, *Description de l'Afrique* (Amsterdam: Wolfgang, Waesberge *et al.*).
DAPPER, O. (1676) *Umstaendliche und Eigentliche Beschreibung von Africa* (Amsterdam: Jacob von Meurs).
DAPPER, O. E RYDER, A. F. C. (1965) "Dutch trade on the Nigerian coast during the 17th century", *JHSN*, 3, 2, pp. 196-210.
D'ARIANOFF, A. (1952) *Histoire des Bagesera, souverains du Gisaka* (Brussels: Institut royal colonial belge), 138 pp.
DARLING, P. J. (1979) "Fieldwork surveys in the Benin and Ishan kingdoms", *Nyame Akuma*, 15, pp. 35-9.
DARLING, P. J. (1983) *Iron Smelting in and around Hausaland, Northem Nigeria* (University of Jos).
DA SILVA CORREA, E. (1937) *História de Angola* (1782?), (2 vols., Lisboa: Editorial Atica, Coleção dos clássicos da expansão portuguesa no mundo).
DA SILVA COSTA LOBO, A. (1904) *História da Sociedade em Portugal no seculo XV* (Lisboa).
DA SILVA REGO, A. (1948) *A Dupla Restauração de Angola* (1641-1648) (Lisboa: Agencia Geral das Colonias).
DAUMAS-CHANCEL, A. (1848) *Le grand désert* (Paris).
DAVID, N. (1982) "Prehistory and historical linguistics in Central Africa: Points of contact", in C. Ehret e M. Posnansky (eds.), pp. 78-95.
DAVID, P. H. (1969) "Maradi precolonial", *BIFAN*, 31, 3, pp. 638-88.
DAVIDSON, B. (1965) *The Growth of African Civilisation: A History of West Africa, 1000-1800* (London: Longmans), 320 pp.
DAVIS, D. B. (1966/1975) *The Problem of Slavery in Western Culture* (2 vols., New York: OUP).
DAVIS, D. B. (1984) *Slauery and Human Progress* (New York: OUP), 374 pp.
DAVIS, R. (1967) *A Commercial Reuolution: English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries* (London: Historical Association).

DAVIS, R. (1969) "English foreign trade, 1660-1774", in W. E. Minchinton (ed.), pp. 78-120.
DEANE, P. E COLE, W. A. (1967) *British Economic Growth, 1688-1959* (seg. ed., Cambridge: CUP).
DEBOUROU, D. M. (1979) *Commerçants et chefs de l'ancien Borgou, des origines à 1936* (Paris: Université de Paris I, CRA).
DEBRUNNER, H. W. (1965) *The Church in Togo: A Church Beteween Colonial Powers* (London: Lutterworth), 368 pp.
DEBRUNNER, H. W. (1967) *A History of Christianity in Ghana* (Accra: Waterville Publishing House), 375 pp.
DE CONSTANTIN (1725) *Recueil des Voyages... de la Compagnie des Indes Orientales.*
DEFOORT, E. (1913) "L'Androy", *BEM*, 13, 2, pp. 127-246.
DEGRANDPRÉ, L. (1801) *Voyage à la côte occidentale d'Afrique, fait dans les années 1786 et 1787* (2 vols., Paris: Dentu).
DELAFOSSE, M. (1912) *Le Hasa-Sénégal-Niger (Soudan français)* (3 vols., Paris: Larose).
DELAFOSSE, M. (1913) "Traditions historiques et légendaires du Soudan occidental", *Publications du Comité de l'Afrique française.*
DELCOURT, A. (1952) *La France et les établissements français du Sénégal entre 1713 et 1763* (Dakar: Mémoires de l'IFAN N. 17), 432 pp.
DELGADO, R. (1948-55) *História de Angola* (4 vols., Benguela: Edição da Tip. do Jornal de Benguela).
DELOBSOM, A. D. (1929) *Les "Nionissés" de Goupana; Cahiers d' Outre-Mer*, I, 4, pp. 419-46.
DEMESSE, L. (1978) *Changements techno-économiques et sociaux chez les pygmées Babinga* (2 vols., Paris).
DEMESSE, L. (1980) *Techniques et économies des pygmées Babinga* (Paris: Institut d'Ethnologie), 301 pp.
DENHAM, D. (1826) *Narratiues of Travels and Discoveries in Northern and Central Africa* (London: John Murray).
DENIS, P. (1961) *Histoire des Mangbetu et des Matshaga jusqu'à l' arrivée des Belges* (Tervuren: MRAC, archives d'ethnographie, N. 2), 167 pp.
DENNE, MRS. (?) (trad.) *Kiziba: Land and People (Kiziba: Land und Leute).*
DENOLF, P. (1954) *Aan den rand van der Dihese* (Brussels: ARSOM, Coll. in 8°, vol. 34, N. I).
DENOON, D. (ED.) (1972) *A History of Kigezi in South-West Uganda* (Kampala: The National Trust).
DENOON, D. (1983) *Settler Capitalism: The Dynamics of Dependent Development in the Southern Hemisphere* (Oxford).

DENOON, D. (ED.) (?) *Uganda Before 1900,* vol. 2.
DENOON, D. E SNOWDEN, C. (EDS.) (1981) *A History of Agriculture in Papua Nem Guinea* (Port Moresby).
DESCHAMPS, H. (1936) *Les Antaisaka* (Antananarivo).
DESCHAMPS, H. (1949/1972) *Les pirates à Madagascar aux XVIIe et XVIIIe siècles* (2nd edn, 1972, Paris: Berger-Levrault), 1 st edn, 244 pp.
DESCHAMPS, H. (1961/1965) *Histoire de Madagascar* (seg. e ter. eds., Paris: Berger--Levrault, Monde d'Outre-mer, Série Histoire), 348 pp.
DESCHAMPS, H. (1962) *Traditions orales et archives au Gabon: contribution à l'ethno--histoire* (Paris: Berger-Levrault), 172 pp.
DESCHAMPS, H. E VIANÈS, S. (1959) *Les Malgaches du sud-est* (Paris: PUF), 118 pp.
DEVISSE, T. (1982) "L'apport de l'archéologie à l'histoire de l'Afrique occidentale entre le Ve et le XIIe siècle", *Comptes rendus de l'Académie des inscriptions et belles lettres* (Paris, jan-mar), pp.156-77.
DIABATÉ, H. (1977) "Mlan Alua, Blahima du Sanwi", *BIFAN*, 39, 2, Ser. B, pp. 304-340.
DIABATÉ, H. (1984) "La formation du royaume Sanvi, 1700-1843" (Dissertação de Mestrado, Universidade de Paris I).
DIAGNE, P. (1967) *Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale: essai sur les institutions politiques précoloniales* (Paris: PA), 249 pp.
DIAGNE, P. (1976) *Formations sociales africaines* (Manuscript, UCLA).
DIAGNE, S. (1975) "Le Bundu des origines au protectorat français de 1858" (Dissertação de Mestrado, Dakar).
DIALLO, I. P. (1981) *Liptako Speaks – History From Oral Tradition In Africa* (Irwin Paul, PUP).
DIALLO, T. (1972) *Les institutions politiques du Fouta Djalon au XIXe siècle* (Dakar: IFAN, Initiations et études Africaines), 276 pp.
DICKSON, K. B. (1969) *A Historical Geography of Ghana* (Cambridgc: CUP), 379 pp.
DIKE, K. O. (1956) *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885: An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria.* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 250 pp.
DIOP, A. B. (1981) *La société wolof, tradition et changement: les systèmes d'inégalité et de domination* (Paris: Karthala), 355 pp.
DIOUF, M. (1980) "Le Kajoor au XIXe siècle et la conquête coloniale" (Tese de Doutoramento, Paris, Universidade de Paris I). *Documentos Sobre os Portuguezes em Moçambique e na África Central, 1497-1840 [Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa, 1497-1840]* (Lisboa: National Archives of Rhodesia e

Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; (1962-1975...); 8 vols., no período de 1497-1588.
DOKAJI, A. A. (1978) *Kano Ta Dabo Cigari* (Zaria: NNPC).
D'ORJO DE MARCHOVELETTE, E. (1950-1) "Notes sur les funérailles des chefs Ilunga Kabala et Kabongo Kumwimba. Historique de la chefferie Kongolo, *BJIDCC*, 18, pp. 350-68, e 19, pp. 1-12.
DRAMANI-ISSIFOU, Z. (1982) *L'Afrique noire dans les relations internationales au XVIe siècle: analyse de la crise entre le Maroc et le Songhai* (Paris: Karthala).
DRURY, R. (1729/1890) *Madagascar or Robert Drury's Journal During Fifteen Years of Captivity on That Island (ca. 1701-1717)* (London), 464 pp.
DUBINS, B. (1969A) "The Comoro Islands: A bibliographical essay", *African Studies Bulletin,* 12, 2, pp. 131-7.
DUBINS, B. (1969B) "Nineteenth-century travel literature on the Comoro Islands: A bibliographical essay", *African Studies Bulletin,* 12, 2, pp. 138-46.
DUBOIS, H. M. (1938) *Monographie des Betsileo (Madagascar)* (Paris: Institut ethnologique).
DU BOIS, W. E. B. (1974) *Les voyages faits par le Sieur D.B. aux Iles Dauphine ou Madagascar, et Bourbon ou Mascarene, es années 1661-1672* (Paris).
DUFEIL, M. M. (1980-81) "Afrique, taxinomie, historie", *CCAH*, 5, pp. 7-30 e 6, pp. 7-37.
DUGAST, I., MCCULLOCH, M. E LITTLEWOOD, M. (1954) *Peoples of the Central Cameroons* (London: IAI, Ethnographie survey of Africa: Western Africa, Part 9), 174 pp.
DUISBURG, A. VON (1942) *In Lande des Chegbu von Bornu* (Berlin: D. Reimer), 162 pp.
DUMESTRE, G. (1974/1980) *La geste de Ségou* (Paris: A Colin) (seg. ed., 1980); primeira ed., 579 pp.
DUNBAR, A. R. (1965) *A History of Bunyoro-Kitara* (Nairobi: EALB), 265 pp.
DUNN, R. S. (1972) *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624-1713* (New York: Chapel Hill, UNCP).
DUPIRE, M. (1962) *Peuls nomades* (Paris: Institut d'ethnologie), 336 pp.
DUPON, J. F. (1969) *Recueil de documents pour servir à l'histoire de Rodrigues* (Port Louis, Mauritius: Mauritius Archives Publications N. 10).
DUPRÉ, G. (1982) *Un ordre et sa destruction* (Paris: ORSTOM), 446 pp.
DUPUIS, J. (1824/1966) *Journal of a residence in Ashantee* (London: Colburn); 2nd edn, 1966, London: Frank Cass, Part I: 264 pp., Part II: 135 pp.
DUPUIS-YACOUBA, A. (1921) *Industries et principales professions des habitants de la région de Tombouctou* (Paris: Publications du Comité d'études historiques et scientifiques), 193 pp.

DUVEYRIER, H. (1859) *Coup d'oeil sur le pays des Beni-Mzab* (Paris: Imprimerie L. Martinet).
DUYSTERS, L. (1958) "Histoire de Aluunda", *Problèmes de l'Afrique centrale,* 12, pp. 75-98.
EAST, R. M. (1979) *Labarun Hausawa Da Makwabtansu* (2 vols., Zaria: NNPC).
ECHARD, N. (1975) "L'expérience du passé – Histoire de la société paysanne hausa de l'Ader", *EN*, 36 (Niamey: CNRSS).
EFFAH-GYAMFI, C. K. (1978) "Bono-Manso: Archaeological investigation into an early Akan urbanism" (Tese de Doutoramento, University of Ghana: Accra).
EHRET, C. (1971) *Southern Nilotic History: Linguistic Approaches to the Study of the Past* (Evanston: NUP), 200 pp.
EHRET, C. (1973) "Patterns of Bantu and Central Sudanic settlement in central and southern Africa (1000 BC-500 AD)", *TJH*, 3, I pp. 1-71.
EHRET, C. (1974) "Some thoughts on the early history of the Nile-Congo watershed", *Ufahamu,* 5, 2, pp. 85-112.
EHRET, C. (1982) "Population movement and culture content in the Southern Sudan, c. 3000 B.C. to A.D. 1000 – a preliminary linguistic overview", in J. Mack e P. Robertshaw (eds.), pp. 19-48.
EHRET, C. E POSNANSKY, M. (EDS.) (1982) *The Archaeological and Linguistic Reconstruction of African History* (Berkcley: UCP), 299 pp.
EILU, A. B. (1976) "Migration and settlement of the Kumam", in Onyango-ka--Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 398-413.
EKADU, J. E. (1961) *Kumam Ikare One Asonya* (London: Longmans). (Versão em inglês de A. B. Eilu como "The Kumam during the Asonya", não publicado, History Department, Makerere University, 1971).
EL-HASNĀWI, H. W. (ED.) (1982) *A History of Trans-Saharan Trade Routes* (Tripoli).
ELLIS, W. (1838) *History of Madagascar* (2 vols, London: Fisher).
ELLISON, R. E. (1936) "Marriage and childbirth among the Kanuri", *Africa,* 9, 4, pp. 524-35.
ELPHICK, R. (1977) *Kraal and Castle: Khoikhoi and the Founding of White South Africa* (New Haven: YUP, Yale Historical Publications, Miscellany, 116), 266 pp.
ELPHICK, R. E GILIOMEE, H. (EDS.) (1979) *The Shaping of South African Society, 1652-1820* (Cape Town/London: Longman), 415 pp.
ELPHICK, R. E SHELL, R. (1979) "Intergroup relations: Khoikhoi, settlers, slaves and free blacks, 1652-1795", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 116-69.
ELTIS, D. (1977) "The export of slaves from Africa, 1821-1843", *JEH*, 37, 2.
ELTIS, D. (1979) "The direction and fluctuation of the transatlantic slave trade, 1821-1843: a revision of the 1845 Parliamentary Paper", in H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.), pp 273-330.

ELTIS, D. (1981) "The direction and fluctuation of the Transatlantic trade, 1844-67" (paper presented at the African Studies Association annual meeting, Bloomington).

EMERIT, M. (1954) "Les liaisons terrestres entre le Soudan et l'Afrique du Nord au XVIIIe siècle et au début du XIXe siècle" , *Trav. IRS,* II, pp. 29-47.

EMIN PASHA (1891) "Zur Ethnologie de Gebiete um dem Alberr-See", *Das Ausland,* 18, pp. 351-55.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1940) *The Nuer* (Oxford: OUP), 271 pp.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1971) *The Azande: History and Political Institutions* (Oxford: Clarendon Press), 444 pp.

EWALD, J. (1983) "Kingdom of Taqali" (Tese de Doutoramento, University of Wisconsin).

EXELSON, E. (1969) *Portuguese in Southeast Africa, 1600-1700* (Johannesburg: WUP), 179 pp.

EYONGETAH, T. E BRAIN, R. (1974) *A History of the Cameroon* (London: Longman) 192 pp.

EYRE-SMITH, S. J. (1933) *A Brief Review of the History and Social Organization of the Peoples of the Northern Territories of the Gold Coast* (Accra), 45 pp.

FADIMAN, J. A. (1973) "Early history of the Meru of Mount Kenya", *JAH*, 14, I, pp. 9-27.

FAGE, J. D. (1969A) "Slavery and the slave trade in the context of West African history", *JAH*, 10, pp. 393-404.

FAGE, J. D. (1969B) *A History of West Africa: An Introductory Survey* (quarta ed., Cambridge: CUP), 239 pp. (edição anterior publicada como *An Introduction to the History of West Africa*).

FAGE, J. D. E OLIVER, R. A. (EDS.) (1970) *Papers in African Prehistory* (Cambridge: CUP), 331 pp.

FAGE, J. D. E OLIVER, R. A. (EDS.) (1977) *The Cambridge History of Africa,* vol. 3, (Cambridge: CUP), 803 pp.

FAGERING, E. (1971) *Une famille de dynasties malgaches: Zafindravola, Maroserana, Zafimbolamenu, Andrevola, Zafimanely* (Oslo: Universitets forlaget).

FAGNAN, E. (ED.) (1924) *Chronique anonyme saadienne* (Rabat: F. Moncho).

FAIRLEY, N. (1978) "Mianda ya Ben 'Ekie" (A History of the Ben 'Ekie) (Tese de Doutoramento, State University of New York).

FARB, P. (1969) *Man's Rise to Civilisation* (New York: Datton), 332 pp.

FAUBLÉE, J. (1958) "L'Islam chez les Antemuru", *REI*, I, pp. 65-72.

FAULKNER, H. U. (1924/60) *American Economic History* (New York: Harper and Row); primeira ed., 1924, 201 pp.; oitava ed., 1960, 202 pp.

FEIERMAN, S. (1968) "The Shambaa", in A. Roberts (ed.), 1968a, pp. 1-15.

FEIERMAN, S. (1974) *The Shambaa Kingdom: A History* (Madison: UWP), 235 pp.

FELNER, A. DE A. (1933) *Angola: Apontamentos sobre a ocupação é inicio do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela* (Coimbra: Imprensa da Universidade).

FERGUSSON, J. (1876) *History of Indian and Eastem Architecture* (London: Murray), 756 pp.; ed. rev. por J. Burgess, 2 vols., 1910 (London: Murray); reimpressão em 1967, Delhi).

FERGUSSON, J. E HOPE, T. (1866) *Architecture at Ahmadabad* (London).

FERNANDES, V. (1951) Descripção de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia [Description de la côte occidentale d'Afrique] tradução francesa e edição de T. Monod, A. Teixeira da Moka e R. Mauny. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Publicações N. II.

FERRAND, G. (1891-1902) *Les musulmans à Madagascar et aux Iles Comores* (3 vols., Paris: Leroux).

FERRAND, G. (1902) "La légende de Raminia", *JA*, 19, 2, 9th series, pp. 185-230.

FIGUEROA, F. B. (1961) *Los insurrecciones de los esclavos negros en la sociedad colonial venezolara* (Caracas)

FILE, N. E POWER, C. (198 I) *Black Setllers in Britain, 1555-1958* (London: Heinemann Educational Books).

FILESI, T. E VILLAPADIERNA, E. DE. (1978) *La "Missio Antiqua" dei Cappuccini nel Congo (1645-1835): Studio Preliminare et Guida delle Fonti* (Rome: Istituto Storico Cappuccini), 269 pp.

FIRINGA, SGT. (1901) "La dynastie des Maroserana", *RM*, 3, 9, pp. 658-72.

FISHER, A. G. B. E FISHER, H. G. (1970) *Slavery and Muslim Society in Africa* (London: C. Hurst), 182 pp.

FISHER, H. E. S. (1963) "Anglo-Portuguese trade, 1700-1770", *EHR*, 16, 2nd Series, reimpressão W. E. Minchinton (ed.), pp. 144-64.

AL-FISHTĀLĪ, 'ABD AL-AZIZ (1964) *Manahil al-Safa fi Akhbar al-Muluk al-Shurafa* (Rabat: Gunum Allan).

FLACOURT, E. DE. (1658/1661/1913) *Histoire de la Grande Ile de Madagascar* (primeira ed., 1658; seg. ed., 1661, Paris: Clougier). (Também reimpressa em francês moderno in A. Grandidier *et al.* (eds.), vol. 8 (1913).

FLACOURT, E. DE (1661) *Relation de ce qui s'est passé en Ile de Madagascar depuis l'anné 1642 jusqu'en 1660* (Também reimpressa em francês moderno in A. Grandidier *et al.* (eds.), vol. 9 (1920).

FLAD, J. M. A. (1869) *A Short Description of the Falashas and Kamants in Abyssinia* (London: MacIntosh).

FLINT, J. E. (ED.) (1976) *The Cambridge History of Africa, vol. 5* (Cambridge: CUP).

FONTAINE, P. M. (1970) "West Indian contribution to nationalism", in *The Black Prism* (New York).

FONTOYNONT, M. E RAOMANDAHY, E. (1937) *La Grande Comore* (Mémoires de l'Académie malgache, vol. 23).

FONTOYNONT, M. E RAOMANDAHY, E. (1939) "Les Antaifasy", *BAM*, n.s., 22, pp. 1-7.

FORDE, C. D. E JONES, G. I. (1950/1962) *The Ibo and lbibio-speaking Peoples of South-Eastern Nigeria* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Part III), 94 pp.

FORDE, C. D. E KABERRY, P.M. (EDS.) (1967) *West African Kingdoms in the Nineteenth Century* (London: IAI/OUP), 289 pp.

FORDE, D. (1951) *The Yoruba-speaking Peoples of South-West Africa* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Part IV), 101 pp.

FORDE, D. (ED.) (1956) *Efik Traders of Old Calabar* (London: OUP).

FORTES, M. (1940) "The political system of the Tallensi ofthe Northern Territories of the Gold Coast", in M. Fortes e E. E. Evans-Pritchard (eds.), *African Political Systems* (London: OUP), pp. 239-71.

FORTES, M. (1945) *The Dynamics of Clanship among the Tallensi* (London: OUP), 270 pp.

FOSSE, E. DE LA. (1897) "Voyage à la côte occidentale d'Afrique en Portugal et en Espagne (1479-1480)", *Revue Hispanique* (Paris), 4, pp. 174-201.

FOUCHÉ, L. (1963) "Foundation of the Cape Colony 1652-1708", in E. A. Benians, J. Butler, P.N.S.

FRANKLIN, J. H. (1967) *From Slavery toFreedom: A History of American Negroes* (primeira ed. em 1956) (New York: Knopf), 686 pp.

FREEDMAN, J. (1979) "Three Muraris, three Gahayas and the four phases of Nyabingi", in J. B. Webster, (ed.), 1979a, pp. 175-88.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (1960) "East African coin finds and their historical significance", *JAH*, I, pp. 31-43.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (1962A) *The Medieval History of the Tanganyika Coast* (Oxford: Clarendon Press), 238 pp. (seg. ed., 1966, 314 pp.).

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (ED.) (1962B) *The East African Coast: Select Documents from the First to Earlier Nineteenth Century* (Oxford: Clarendon Press), 314 pp.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (1963) "The coast, 1498-1840", in R. Oliver e G. Mathew (eds.), pp. 129-68.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (1965) *The French at Kilwa Island: An Episode in Eighteenth-Century East African History* (Oxford, Clarendon Press), 243 pp.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (ED.) (1980) *The Mombasa Rising against the Portuguese, 1631, from Sworn Evidence* (London: OUP), 166 pp.

FREUND, W. M. (1979) "The Cape under the transitional governments, 1795-1814", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 211-40.

FROBENIUS, L. (1911-13) *Und Africa Sprach* (3 vols., Berlin, Charlottenburg: Vita, Deutsches Verlagshaus, S. D.).
FROBENIUS, L. (1924) *Dichten und Denken im Sudan,* vol. 5 (Jena: Atlantis).
FROBERVILLE, E. DE. (1845) "Historique des invasions Madécasses aux Iles Comores et à la côte orientale d'Afrique", *AVG*, 2, pp. 194-208.
FYFE, C. (1964) *Sierra Leone Inheritance* (London: OUP).
FYFE, C. (1965) "Peoples of the Windward Coast, A. D. 1000-1800", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 149-65.
FYFE, C. E MCMASTER, O. (EDS.) (1977 E 1981) *African Historical Demography,* vol. I, 1977, 473 pp; vol. 2, 1981 (Edinburgh: EUP).
FYNN, J. K. (1971) "Ghana-Asante (Ashanti)", in M. Crowder (ed.), *West African Resistance,* pp. 19-52.
FYNN, J. K. (1975) *A Junior History of Ghana* (London: Longman).
GADO, B. (1972) *Gazetters of the Northern Province of Nigeria,* vol. I (London: Frank Cass)
GADO, B. (ED.) (1980), *"Le Zarmatarey": Contribution à l'histoire des populations d'entre Niger et Dallol Mawri"*, *EN*, vol. 45, (Niamey: IRSH), 356 pp.
GALLOWAY, W. F. (1974) "A History of Wuli from the thirteenth to the nineteenth century", (Tese de Doutoramento, Indiana University).
GAMITTO, A. C. P. (1960) *King Kazemhe and the Maravi, Chewa, Bisa, Bemba, Lunda and Other Peoples of Southern Africa,* tradução de I. Cunnison (2 vols., Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de estudos políticos e sociais, Estudos de ciências políticas e sociais N. 43).
GANNUN, A. (ED.) (1964) *Al-Rasa'il al-Sa'diyya* (Tetuan/Rabat: 'Abd Allāli Gannun).
GARBETT, G. K. (1966) "Religious aspects of political succession among the valley Korekore", in E. Stokes e R. Brown (eds.), pp. 137-71.
GARLAKE, P. S. (1954) "Excavations at the seventeenth-century Portuguese site of Dambarare, Rhodesia", *PTRSA,* 54, I, pp. 23-61.
GARLAKE, P. S. (1966) *The Early Islamic Architecture of the East African Coast* (Nairóbi, London: BIEA, Memoir N. I, published for the Institute of History and Archaeology in East Africa by OUP).
GARLAKE, P. S. (1973) *Great Zimbabwe* (London: Thames and Hudson), 224 pp.
GARLAKE, P. S. (1978) "Pastoralism and Great Zimbabwe", *JAH*, 19, 4, pp. 479-93.
GARLAKE, P. S. (1982) *Life at Great Zimbabme* (Gweru: Mambo Press).
GARLAKE, P. S. (1983) *Early Zimbabwe: From the Matopos to Inyanga* (Gweru: Mambo Press).
GARRARD, T. F. (1980) *Akan Weights and the Gold Trade* (London: Longman), 393 pp.
GARRY, A. M. (1976) "Pajule: the failure of Palwo centralization", in Onyango-ka--Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 320-34.

GAUDEBOUT, P. E VERNIER, E. (1941) "Notes sur une campagne de fouilles à Vohémar", *BAM*, new series, 24, pp. 91-114.

GAUTIER, E. F. E FROIDEVAUX, H. (1907) "Un manuscrit arabico-malgache sur les campagnes de La Case dans l'Imoro, 1656-1663", *Académie des Inscriptions et Belles Lettres, Notices et extraits* (Paris), 39, I, pp. 31-177.

GAUZE, A. L. TÉTY (1969) "Contribution à l'histoire du peuplement de la Côte d'Ivoire", *Annales de l' Université d'Abidjan,* Séries F.

GAUZE, A. L. TÉTY (1982) "Histoire des Magwe", in *Godo-Godo* (University of Abidjan) Special Number, pp. 13- 43.

GAYIBOR, N. L. (1977) *Recueil des sources orales du pays Aja-Ewe* (Lomé).

GEMERY, H. A. E HOGENDORN, J. S. (EDS.) (1979) *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (New York: Academic Press), 442 pp.

GENOVESE, E. D. (1979) *From Rebellion to Revolution* (Baton Rouge: Louisiana State University Press), 173 pp.

GERAUD, F. (1972) "The settlement of the Bakiga", in D. Denoon (ed.), pp. 23-55.

GEVREY, A. (1870/1972) *Essai sur les Comores* (primeira ed., 1870; e 1972 ed., Antananarivo: Travaux et documents du musée d'art et d'archéologie de l'Université, N. 10).

GIBBON, E. (1956) *The Decline and Fall of the Roman Empire* (6 vols., London: J. M. Dent and Sons; New York: E. P. Dutron and Co.).

GILIOMEE, H. (1979A) "The Eastern Frontier, 1770-1812", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 291-337.

GILIOMEE, H. (1979B) "The burgher rebellions on the Eastern Frontier, 1795--1815", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 338-356.

GLASS, D. V. E EVERSLEY, D. E. C. (EDS.) (1965) *Population in History: Essays in Historical Demography* (London: Edward Arnold), 692 pp.

GLEAVE, M. B. E WHITE, H. P. (1969) "The West African Middle belt: environmental fact or Geographers' fiction?", *Geographical Review,* 59, pp. 123-39.

GODARD L. (1859) *Le Maroc, notes d'un voyageur* (Algiers).

GODINHO DE MAGALHÃES, V. (1962) *A economia dos descobrimentos henriquinos* (Lisbon: Sá da Costa).

GODINHO DE MAGALHÃES, V. (1969) *L'économie de l'empire portuguais aux XVe et XVIe siècles* (Paris: SEVPEN).

GODINHO DE MAGALHÃES, V. (1978) *Ensaios Sobre a História de Portugal* (2 vols., Lisboa: Sá da Costa).

GODLOUTON, W. A. (1945) "The journeys of Antonio Fernandes: the first known European to find the Monomatapa and to enter Southern Rhodesia", *PTRSA*, 2, pp. 71-103.

GOERTZEN, G. A. VON. (1895) *Dutch Afrika von Ost nach West* (Berlin: D. Reimer), 417 pp.

GOLBERRY, A. (1802) *Fragments d'un voyage en Afrique* (Paris: Treuttel et Würtz), 522 pp.

GOMES, A. (1959) "Viagem que Fez o Padre Antonio Gomes, da Companhia de Jesus, ao Imperio de (sic) Manomotapa e Assistência que Fez nas Ditas Terras de Algunos Annos", com notas de E. Axelson, *Studia*, 3, pp. 155-242.

GONÇALVES, A. C. (1980) *La symbolisalion politique: le "prophétisme" Kongo au XVIIIe siècle* (Cologne: Neltforum Verlag).

GOODY, J. (1956) *Social Organization of the Lowili* (London: IAI/OUP), 119 pp.

GOODY, J. (1964) "The Mande in the Akan hinterland", in R. Mauny, L. V. Thomas e J. Vansina (eds.), pp. 193-218.

GOODY, J. (1967) "Thc over-kingdom of Gonja", in D. Forde e P. M. Kaberry (eds.), pp. 179-205.

GORJU, J. (1920) *Entre le Victoria, l'Albert et l'Edouard* (Marseilles: Procure des Pères Blancs), 372 pp.

GORJU, J. (1938) *Face ou royaume hamite du Ruanda, le royaume frère de l'Urundi* (Brussels: Vromant), 8 pp.

GOSWAMY, B. N. E BALLAPECEOLA, A. L. (1978) "Paintings in Kutch: Preliminary notes on a group of miniatures", *Artibus Asiae,* 40, I, pp. 62-74.

GOULD, J. D. (1964) "The price revolution reconsidered", *EHR*, 17, 2nd series, December, pp. 249 66.

GOUROU, P. (1953) *La densité de la population du Ruanda-Urundi: Esquisse d'une étude géographique* (Brussels: Institut royal colonial belge), 239 pp.

GOVEIA, E. V. (1965) *Slave Society in the British Leeward Islands at the End of the Eighteenth Centuy* (New Haven: YUP), 370 pp.

GRANDCHAMP, P. (1937) "Une mission délicate en Barbarie au XVIIe siècle", *RT*, 31-32, 3rd-4th quarters, pp. 471-3.

GRANDIDIER, A. (1908-28) *Ethnographie de Madagascar* (Paris).

GRANDIDIER, G. (1942) *Histoire politique et coloniale (de Madagascar)*, vol. 5 (Paris).

GRANDIDIER, A., CHARLES-ROUX, J., DELHERBE, C. FROIDEVAUX, H. E GRANDIDIER, G. (EDS.) (1903-20) *Collections des ouvrages anciens concernant Madagascar* (9 vols., Paris: Comité de Madagascar).

GRANDIDIER, G. E DECARY, R. (1958) *Histoire politique et coloniale (de Madagascar)* vol. 5, parte 3 (Antananarivo).

GRANT, C. (BARON) (1801) *The History of Mauritius or the Isle of France and the Neighbouring Islands* (London: W. Bulmer and Co.), 571 pp.

GRAY, J. M. (1948) "A journey by land from Tete to Kilwa in 1616", *TNR*, 25, pp. 37-45.

GRAY, J. M. (1958) *Early Portuguese Missionaries in East Africa* (London: MacMillan, in association with the EALB), 53 pp.
GRAY, J. M. (1962) *History of Zanzibar from the Midlle Ages to 1856* (London: OUP), 314 pp.
GRAY, R. (1961) *A History of the Southem Sudan* (London: OUP), 219 pp.
GRAY, R. (ED.) (1975) *The Cambridge History of Africa,* vol. 4 (Cambridge: CUP), 738 pp.
GRAY, R. E BIRMINGHAM, D. (EDS.) (1970) *Precolonial African Trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa Before 1900* (London: OUP), 308 pp.
GRAY, R. E EHRET C. (1975) "Eastern Africa", in R. Gray (ed.), pp. 469-536.
GRAY, R. E MARKS, S. (1975) "Southern Africa and Madagascar", in R. Gray (ed.), pp. 385-408.
GREENBERG, J. H. (1963) *The Languages of Africa* (The Hague: Mouton, for Indiana University), 177 pp.
GREENBERG, J. H. (1980) "Classification of African Languages", *General History of Africa,* vol. I, ch. 12 (Paris: UNESCO; London: Heinemann; Berkeley: University of California Press), pp. 292-308.
GREY, E. (ED.) (1892) *The Travels of Pietro della Valle in India* (London).
GRIGG, D. B. (1980) *Population Growth and Agrarian Change: An Historical Perspective* (Cambridge: CUP).
GROTTANELLI, V. L. (1940) *I Mao* (Rome).
GROTTANELLI, V. L. (1941) "Gli Scinascia dei Nilo Azurro", *RSE*, 1, 3, pp. 234-70.
GROTTANELLI, V. L. (1953) "I Bantu dei Giuba nelle tradizioni dei Wazegua", *Geographia Helvetica, 8* (Bern: Geographische gesellschaft).
GROTTANELLI, V. L. (1955) "A lost African metropolis", in *Afrikanistische Studien D. Westermann Zum 80. Geburtstag gewidmet* (Berlin: Deutsche Akademie der Wissenschaften za Berlin), pp. 231-42.
GROTTANELLI, V. L. (1975) "The peopling of the Horn of Africa", in H. N. Chittick e R. I. Rotberg (eds.), pp. 44-75.
GUELKE, L. (1979) "The white settlers, 1652-1789", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 41-74.
GUILLAIN, C. (1845) *Documents sur l'histoire, la géographie et le commerce de la partie occidentale de Madagascar* (Paris).
GUILLOT, B. (1973) *La terre Enkou* (Paris: Mouton), 126 pp.
GUILLOT, C. F. (1961) *Negros rebeldes y negros cimarrones: perfil afro-americano en la historia del Nuevo Mundo durante el siglo XVI* (Montevideo: Farina).
GUTHRIE, M. (1948) *The Classification of the Bantu Languages* (London: OUP, for the IAI), 91 pp.
GUTMAN, H. G. (1976) *The Black Family in Slave and Freedom* (New York: Pantheon Books), 664 pp.

GUY, J. (1979) *The Destruction of the Zulu Kingdom: The Civil War in Zululand, 1879--1884* (London: Longman), 273 pp.
GWYNNE, M. D. (1975) "The origin and spread of some domestic food plants of Eastern Africa", in H. N. Chittick e R. I. Rotberg (eds.), pp. 248-71.
HABERLAND, E. (1959) "Die Basketto", in Ad. E. Jensen (ed.), pp. 189-226.
HABERLAND, E. (1963) *Galla Süd-Äthiopiens,* com a contribuição de K. Reinhardt (Stuttgart: W. Kohlhammer), 815 pp.
HABERLAND, E. (1964A) "The influence of the Christian Ethiopian Empire on Southern Ethiopia", *JSS*, 9, pp. 235-8.
HABERLAND, E. (1964B) *König und Paria in Afrika* (München: K. Renner).
HABERLAND, E. (1965) *Untersuchungen zum äthiopischen Königtum* (Wiesbaden: Franz Steiner Verlag), 353 pp.
HABERLAND, E. (1976) *Atles Christentum in Süd-Äthiopien: Eine vergessene Missiomepoche,* Frankfurter Historische Vorträge 2 (Wiesbaden: Steiner) 23 pp.
HABERLAND, E. (?) *Caste and Hierarchy – The Case of the Dizi (Southern Ethiopia).*
HACQUARD, A. (1900) *Monographie de Tombouctou* (Paris: Société des éditions coloniales et maritimes), 119 pp.
HAFKIN, N. J. (1973) "Trade, society and politics in Northern Mozambique, *c.* 1753--1913" (Tese de Doutormento, Boston University).
HAGAN, G. P. (1971) "Ashanti bureaucracy", *THSG,* 12, pp. 43-62.
HAGENBUCHER SACRAPANTI, F. (1973) *Les fondements spirituels du pouvoir au royaume de Loango, R. P. du Congo* (Paris: ORSTOM), 214 pp.
HAIG, SIR W. (ED.) (1937) *The Cambridge History of lndia,* vol. 3 (London: CUP).
HAIR, P. E. H. (1965) "The enslavement of Koelle's informants", *JAH,* 6, 2, pp. 193-203.
HAIR, P. E. H. (1967) "Ethnolinguistic continuity on the Guinea coast", *JAH,* 8, 2, pp. 247-68.
HAIR, P. E. H. (1968) "An ethnolinguistic inventory of the Lower Guinea coast before 1700: Part 1", *ALR,* 7, pp. 47-73.
HAIR, P. E. H. (1974) "From language to culture: some problems in the systematic analysis of the ethnohistorical records of the Sierra Leone region", in R. P. Moss e R. J. A. R. Rathlone, *The Population Factor in African Studies* (London: ULP), pp. 71-83.
HAIR, P. E. H. (1976) "Some minor sources for Guinea, 1519-1559: Enciso and Alfonce Fonteneau", *HA,* 3, pp. 30-I.
AL-HAJJ, M. A. (1968) "A seventeenth-century chronicle on the origins and missionary activities of the Wangarawa", *KS,* 1,4, pp. 7-42.
AL-HAJJ, M. A. (1979) "The meaning of the Sokoto jihad", in Y. B. Usman (ed.), 1979b, pp. 3-19.

AL-HAJJ, M. A. (1983) "Some diplomatic correspondence of the Sefuwa Mais of Borno with Egypt, Turkey and Morocco", in Y. B. Usman e M. N. Alkali (eds.).

HALL, G. M. (1976) "Dendroclimatology, rainfall and human adaptation in the Later Iron Age in Natal and Zululand", *Annals of the Natal Museum* (Durban), 22,3, pp. 693-703.

HALLET, R. (ED.) (1964) *Records of the African Association, 1788-1831* (London: Nelson, for the Royal Geographical Society), 318 pp.

HAMA, B. (1966) *Enquête sur les fondements et la genèse de l'unité africaine* (Paris: PA).

HAMA, B. (1967A) *Histoire du Gobir de Sokoto* (Paris: PA), 167 pp.

HAMA, B. (1967B) *Histoire traditionnelle d'un peuple: les Zarma-Songhay* (Paris: PA), 273 pp.

HAMA, B. (1968) *Contribution à la connaissance de l'histoire des Peuls* (Paris: PA), 362 pp.

HAMA, B. (1969) *Histoire traditionnelle des Peuls du Dallol Boboye* (Niamey: CRDTO), 160 pp.

HAMANI, D. M. (1975) *Contribution à l'étude de l' histoire des états Hausa: l'Adar précolonial* (*République du Niger)* (Niamey: IRSH), 277 pp.

HAMANI, D. M. (1989) *Au carrefour du Soudan et de la Berbérie: le sultanat touareg de l'Ayar* (2 vols., Paris: Université de Paris I Panthéon-Sorbonne), 521 pp.

HAMILTON, A. (1727) *A New Account of the East Indies, Being the Observations and Remarks of Capt . A. Hamilton who spent his time there from 1688 to 1723* (2 vols., Edinburgh).

HAMILTON, E. J. (1929) "American treasure and the rise of capitalism", *Economica*, 9 (nov), pp. 338-57.

HAMILTON, E. J. (1934) *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501--1650* (Cambridge, Mass.: Harvard Economic Studies, vol. 43), 428 pp.

HAMILTON, R. A. (1954) "The route of Gaspar Bocarro from Tete to Kilwa in 1616", *NJ,* 7, 2, pp. 7- 14.

HAMILTON, R. A. (1957A) "Oral tradition: Central Africa", in R. A. Hamilton (ed.), pp. 19-23.

HAMILTON, R. A. (ED.) (1957B) *History and Archaeology in Africa, Second Conference held in* 1957 *at SOAS.* (London: SOAS), 99 pp.

HAMMERSCHMIDT, E. (1977) "Illuminierte Handschriften der Staatsbibiothek Preubischer Kulturbesitz und Handschriften vom Tanasee", *CA,* I.

HANKE, L. (ED.) (1969) *History of Latin American Civilization: Sources and Interpretation* (2 Vols., London: Methuen).

HANSBERRY, W. L. (1965) "Ethiopian ambassadors to Latin courts and Latin emissaries to Prester John", *Ethiopia Observer* (Addis Ababa), 9, 2, pp. 90-9.

HARMS, R. (1981) *River of Wealth, River of Sorrow: The Central Zaire Basin in the Era of the Slave and Ivory Trade, 1500-1891* (New Haven and London: YUP), 277 pp.

HARRIS, J. E. (1971) *The African Presence in Asia: Consequences of the East African Slave Trade* (Evanston, III.: NUP), 156 pp.
HARRIS, J. E. (1977) "The Black peoples of Asia", in *World Encyclopaedia of Black Peoples* (St. Clair Shores, Michigan: Scholarly Press Inc.).
HARRIS, J. E. (1982) *Global Dimensions of the African Diaspora* (Washington DC: HUP).
HARRIS, M. (1964) *Patterns of Race in the Americas* (New York: Walker and Co.).
HARTWIG, G. W. (1972) "Les Bakerebe", *CHM*, 19, 3, pp. 353-76.
HARTWIG, G. W. (1976) *The Art of Survival in East Africa: The Kerebe and Long--distance Trade, 1800-1895* (New York/London: Africana Publishing), 253 pp.
HASAN, Y. F. (1965) "The Umayyad genealogy of the Funj", *SNR,* 46, pp. 27-32.
HASAN, Y. F. (1967) *The Arabs and the Sudan* (Edinburgh: EUP), 298 pp.
HASAN, Y. F. (1971) "External Islamic influences and the progress of Islamization in the Eastern Sudan between the fifteenth and the nineteenth centuries", in Y. F. Hasan (ed.) *Sudan in Africa* (Khartoum), PP.73-86.
HASAN, Y. F. (1972) *Muqaddima fi Tarikh al-Mamalik al-Islamiyya fi al-Sudan al-Sharqi* (Khartoum: KUP).
HASAN, Y. F. (1975) *Dirasat fi Tarikh al-Sudan* (Khartoum: KUP).
HASAN, Y. F. (1977) "Some aspects of the Arab slave trade from the Sudan", *SNR,* 57, pp. 85-106.
HASAN, Y. F. (NÃO PUBLICADO) *The Fur Sultanate and the Long-distance Trade, 1650-1850* (Khartoum: KUP).
HASSAN, A. E NAIBI, A. S. (1952) *A Chronicle of Abuja* (Ibadan: IUP), 92 pp.
HEINTZE, B. (1970) "Beitrage zur Geschichte und Kultur der Kisama, Angola", *Paideuma,* 16, pp. 159- 86.
HEINTZE, B. (1977) "Unbekanntes Angola: der Staat Ndongo im 16 Jahrhundert", *Anthropos*, 72, pp. 749-805.
HENIGE, D. (1974) "Reflections on early interlacustrine chronology: an essay in source criticism", JAH, 15, I, pp. 27-46.
HERRING, R. S. (1974) "A history of Labwor hills" (Tese de Doutormento, University of California, Santa Barbara).
HERRING, R. S. (1976) "The Nyakwai: on the borders of the 'Lwo' world", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.).
HERRING, R. S. (1979) "The view from Mount Otuke: migrations of the Lango Omiro", in J. B. Webster (ed.), 1979a, pp. 283-316.
HERRING, R. S. (NÃO PUBLICDO) "The Nyakwai: on the borders of two worlds; the political history of Labwor", in D. Denoon (ed.) (?).
HERSKOVITS, M. J. E HARWITZ, M. (EDS.) (1964) *Economic Transactions in Africa* (London: Routledge and Kegan Paul), 444 pp.

D'HERTEFELT, M. (1971) *Les clans du Rwanda ancien: éléments d'ethnosociologie et d'ethnohistoire* (Tervuren: MRAC), 85 pp.

HEUSCH, L. DE (1964) "Mythe et société féodale: le culte du Kubandwa dans le Rwanda traditionnel", *Archives de sociologie des religions,* juillet-décembre, pp. 133-46.

HEUSCH, L. DE (1966) *Le Rwanda et la civilisation interlacustre* (Brussels: Université libre de Bruxelles), 417 pp. (Ver também revisão de D. W. Cohen, *in JAH,* 1968, 4, 9, pp. 651-57).

HEUSCH, L. DE (1972) *Le roi ivre ou l'origine de l'Etat* (Paris: Gallimard), 331 pp.

HICHENS, W. (ED.) (1972) "Sayyid Abdallah bin Ali bin Nasir bin Sheikh Abubaker bin Salim", *Al-lukishafi* (The Soul's Awakening) (London: Sheldon Press); reprinted, Nairobi: OUP, 190 pp.

HILL, A. E KILSON, M. (EDS.) (1969) *Apropos of Africa* (London: Frank Cass), 390 pp.

HILLELSON, S. (1933) "David Reubeni: an early visitor to Sennar", *SNR,* 16, pp. 55-66.

HILTON, A. (1985) *Family and Kingship* (Oxford: OUP).

HISKETT, M. (1962) "An Islamic tradition of reform in the Western Sudan from the sixteenth to the eighteenth century", *BSOAS,* 25, 3, pp. 577-96.

HISKETT, M. (1984) *The Development of Islam in West Africa* (London: Longman), 353 pp. *Historia de Portugal,* (1931), vol. III (Barcelona).

HOBEN, A. (1973) *Land Tenure among the Amhara of Ethiopia: The Dynamics of Cognatic Descent* (Chicago and London: University of Chicago Press).

HOBEN, A. (1975) "Family, land and class in Northwest Europe and Northern Highland Ethiopia", in H. G. Marcus (ed.), *Proceedings of the First United States Conference of Ethiopian Studies, 1973* (Michigan: African Studies Center, Michigan State Univcrsity).

HOBSBAWM, E. J. (1954) "The general crisis of the European economy in the seventeenth century, Part 1", *PP,* 5, pp. 33-53.

HODGKIN, T. H. (1975/1979) *Nigerian Perspectives: An Historical Anthology* (London: OUP). (1St edn 1975; 2nd edn 1979).

HOLSOE, S. E. (1967) "The cassava-leaf people: an ethno-historical study of the Vai people with particular emphasis on the Tewo chiefdom" (Tese, Boston University).

HOLSOE, S. E., D'AZEVEDO, W. L. E GAY. (1969) "Chiefdom and clan maps of Western Liberia", *LSJ,* 2, pp. 23-39.

HOLSOE, S. E., D'AZEVEDO, W. L. E GAY. (1974) "The first "Vai" migration", Paper presented ar the 6th Annual Liberian Studies Conference, University of Wisconsin, Madison).

HOLT, P. M. (1960) "A Sudanese historical legend: the Funj conquest of Suba", *BSOAS,* 23, pp. 1-12.

HOLT, P. M. (1961/1963) *A Modern History of the Sudan, from the Funj Sultanate to the present day* (London: Weidenfeld and Nicolson), 241 pp. (2nd edn 1963, 248 pp.).

HOLT, P. M. (1966) *Egypt and the Fertile Crescent, 1516-1922* (London: Longman), 337 pp.

HOLT, P. M. (1967) "Sultan Selim I and the Sudan", *JAH,* 8, I, pp. 19-22.

HOLT, P. M. (ED.) (1968) *Political and Social Change in Modern Egypt: Historical Studies from the Ottoman Conquest to the United Arab Republic* (London: OUP).

HOOVER, J. J. (1979) "The seduction of Ruwej" (Tese de Doutoramento, Yale University).

HOPKINS, A. G. (1966) "Underdevelopment in the empires of the Western Sudan: a contribution to a debate started by Malowist", *PP,* 33, pp. 149-56 (with a rejoinder by M. Malowist, pp. 157-62).

HOPKINS, A. G. (1973/1975/1983) *An Economic History of West Africa* (London: Longman). (primeira ed., 1973, 337 pp.).

HOPKINS, J. F. P. E LEVTZION, N. (1981) *Corpus of Early Arabic Sources for West African History* (Cambridge: CUP), 492 pp.

HOPKINS, N. S. (1971) "Mandinka social organisation", in C. T. Hodge (ed.), *Papers on the Manding* (Bloomington: Indiana University Press), pp. 99-128.

HORNEIL, J. (1934) "Indonesian influence on East African culture", *JRAI,* 64, pp. 305-33.

HOUDAS, O. (TRAD.) (1966) *Tadhkirat al-Nisyan* (anônimo), texto em árabe e trad. francesa (Paris: Maisonneuve).

HRBEK, I. (1977) "Egypt, Nubia and the Eastern deserts", in J. D. Fage e R. Oliver (eds.), pp. 10- 97.

HUET, G. (1901) "Histoire de l'occupation du territoire des Antaimorona par les Hova", *RM,* 3, 2, pp. 761-7.

HUFFMAN, T. N. (1972) "The rise and fall of Zimbabwc", *JAH,* 13, 3, pp. 353-66.

HUFFMAN, T. N. (1978) "The origins of Leopard's Kopje: an IIth-century Difaqane", *Arnoldia,* 7, 33, pp. 1-23.

HULSTAERT, G. (1972) "Une lecture critique de l'ethnie mogo de G. van der Kerken", *EHA,* 3, pp. 27- 60.

HUNTINGFORD, G. W. B. (TRAD. E ED.) (1965) *The Glorious Victories of Amda Seyon, King of Ethiopia* (Oxford: Clarendon Press, the Oxford Library of African Literature), 142 pp.

HUNWICK, J. O. (1962) "Note on the appointment of Askia al-Hajj Muhammad Ture as Khalifa of Western Sudan", *JHSN.*

HUNWICK, J. O. (1964) "A new source for the biography of Ahmad Baba al-Timbukti", *BSOAS,* 27, 3, pp. 568-93.

HUNWICK, J. O. (1971) "Songhay, Bornu and Hausaland in the 16th century", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 202-39.

HUTEREAU, A. (1922) *Histoire des peuplades de l' Uele et de l'Ubangi* (Brussels: Goemaere, Bibliothèque Congo, N. 1), 334 pp.

IBN 'ABD AL-ZĀHIR, MUHYĪ AL-DĪN (1961) *Tashrif al-ayyam wa 'l-usur fi sirat al-Malik al-Mansur* (Cairo: M. Kamil).

IBN ABĪ DĪNĀR, AL-KAYRĀWĀN (1967) *Kitab al-Mu'nis fi akhbar Ifrikiya wa Tunis* (Tunis), 169 pp.

IBN DAYF ALLĀH MUHAMMAD 'ABD NUR (1973) *Kitab al-tabaqak fi Khusus al-awliya wa'l-Salahin fi al-Sudan,* seg. ed., Y. F. Hasan (ed.), (Khartoum).

IBN FURTŪWA, AHMAD (SÉC. 16) *Ta'rikh mai Idris wa ghazawatihi lil Imam Ahmad Burnuwi,* 1932, ed. H. R. Palmer (Kano: Amir's Press), traduçaõ inglesa de H. R. Palmer, 1926, *History of the first twelve years of the reign of mai Idris Alooma of Bornu (1571-83), by his Imam* ("together with the 'Diwān of the sultans of Bornu") (Lagos: Government Printer): ed. 1932 (Kano: Amir's Press), reimpressão em Londres, 1970.

IBN ISHĀKU, M. S. (1929) "An account of Birni Gazergamu" (escrito em árabe em c. 1658-9), traduzido e publicado em *BSOAS.*

IBN KHALDŪN WALĪ AL-DĪN 'ABD AL-RAHMĀN B. MUHAMMAD (SÉC. 14) *Kitab al-'Ibar wa-diwan al-mubtada wa 'l-Khabar* ("História Universal"), ed. 1967, vol. 2 (Beirut): Commission libanaise pour la traduction des chefs--d'oeuvre).

IDRISSOU, M. (1979) "Kalfu, or the Fulbe emirate of Bagirmi and the Toorobbe of Sokoto", in Y. B. Usman (ed.), 1979b, pp. 336-75.

IGNACE, E. (1970) "A revolta dos Males", *Afro-Asia*, 10-2, pp. 121-36.

IKIME, O. (1972) *The Isoko People* (Ibadan: IUP), 166 pp.

IKIME, O. (ED.) (1980) *Groundwork of Nigerian History* (Ibadan: Heinemann Educational Books).

ILIFFE, J. (1979) *A Modern History of Tanzania* (Cambridge: CUP), 616 pp.

IMAM, I. (1969) "Kanuri marriage", *Nigerian Magazine,* 102.

INGHAM, K. (ED.) (1974) *Foreign Relations of African States* (London: Butterworth, Colston Paper, No. 75), 344 pp.

INIKORI, J. E. (1976) "Measuring the Atlantic slave trade: an assessment of Curtin and Anstey", *JAH,* 17,2. pp. 197-223.

INIKORI, J. E. (1977) "The import of firearms into West Africa, 1750-1807: a quantitative analysis", *JAH,* 18, 3, pp. 339--68.

INIKORI, J. E. (1979) "The slave trade and the Atlantic economies, 1451-1870", in *The African Slave Trade from the 15th to the 19th Century: Reports and Papers of the Meeting of Experts Organised by UNESCO at Port-au-Prince, Haiti. 31 January-4 February 1978,* The General History of Africa-Studies and Documents, 2 (Paris: UNESCO), pp. 56-87.

INIKORI, J. E. (1981) "Market structure and the profits of the British African trade in the late eighteenth century", JEH, 41, 4 (dez), pp. 745-76.

INIKORI, J. E. (ED.) (1982) *Forced Migralion: The Impact of the Export Slave Trade on African Societies* (London: Hutchinson University Library for Africa; New York: Africana Publishing Company), 349 pp.

INIKORI, J. E. (1983) "West Africa's seaborne trade, 1750-1850: Volume, structure and implications" (Trabalho apresentado ao Symposium on the quantification and structure of the import and export trade of Africa in the nineteenth century, em St. Augustin, Germany, 3-6 de janeiro).

INIKORI, J. E. (1984) "Slave trade, slavery and the development of industrial capitalism in England in the eighteenth century: a reassessment" (Trabalho apresentado à Conference on capitalism and slavery in the British West Indies: the contribution of Erie Williams, Bellagio, Italy, 21-25 de maio).

ISAACMAN, A. F. (1969) "The prazos da Coroa, 1752-1832: A functional analysis of the Portuguese political system", *Studia,* 26, pp. 149-78.

ISAACMAN, A. F. (1972A) "The origin, formation and early history of the Chikunda of South-Central Africa", *JAH,* 13, 3, pp. 443-62.

ISAACMAN, A. F. (1972B) *Mozambique: the Africanization of a European Institution: the Zambeze; Prazos, 1750-1902* (Madison: WUP), 260 pp.

ISICHEI, E. A. (1973) *The Ibo People and the Europeans: the Genesis of a relalitionship to 1902* (London: Faber and Faber).

ISICHEI, E. A. (1976) *A History of the Igbo People* (London: Macmillan), 303 pp.

ITANDALA, B. (1979) "Ilembo, Nkanda and the girls", in J. B. Webster (ed.) 1979a, pp. 145-73.

IZARD, M. (1970) "Introduction à l'histoire des royaumes mossi", *RV,* 12-13 (2 vols., Paris e Ouagadougou CNRS/CVRS).

IZARD, M. (1971) "La formation de *Ouahigouya", JSA*, 41, 2, pp. 151-87.

IZARD, M. (1975) "Les captifs royaux dans l'ancien Yatenga", in C. Meillassoux (ed.), pp, 281-96.

IZARD, M. (1980) "Les archives orales d'un royaume africain: Recherches sur la formation du Yatenga", (Dissertação, Université de Paris V-Descartes).

IZARD, M. (1981) *Histoire du Yatenga des origines à 1895* (Ouagadougou).

JACKSON,J. G. (1811) *An Account of the Empire of Morocco* (London), 328 pp.

JACKSON, K. (1976) "The dimensions of Kamba pre-colonial history", in B. A. Ogot (ed.), 1976b, pp. 174-261.

JACKSON, K. (1978) *The Works of the Past: A History of the precolonial Kamba* (Stanford).

JACKSON-HAIGHT, M. V. (1967) *European Powers and South-East Africa. 1796--1856* (London: Routledge and Kegan Paul).

JADIN, L. (1961) "Le Congo et la secte des Antoniens: restauration du royaume sous Pedro IV et la 'Sainte-Antoine' congolaise (1695-1718)", *BIHBR,* 33, pp, 411-615.
JADIN L. (1967) "Pero Tavares, missionaire jésuite, ses travaux apostoliques au Congo et en Angola, 1629-1635", *BIHBR,* 38, pp. 271-402.
JADIN, L. (1975) "L'ancien Congo et l'Angola (1639-1655), d'après les archives romaines, portugaises, néerlandaises et espagnoles", *BIHBR,* 20-22 (3 vols).
JADIN, L. E DICORATO, M. (1974) *Correspondance de Dom Afonso, roi du Congo, 1506-1549* (Brussels: ARSOM 41-3), 245 pp.
JÄGER, O. A. *(1957) Aethiopische Miniaturen* (Berlin: Mann).
JAKOBSEN, D. (1902) "Note sur Andriamaro, idole célèbre chez les Mahafaly", *BAM,* I, I pp. 50-2.
JAMES, C. L. R. (1963) *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* (New York: Vintage).
JANZEN, J. M. (1979) "Ideologies and institutions in the precolonial history of Equatorial African therapeutic systems", *SSM,* 13, 4, part B.
JANZEN, J. M. (1982) *Lemba, 1650-1930: The Regional History of an African Drum of Affliction* (Lawrence, Kansas).
JENSEN, AD. E. (1936) *lm Landes des Gada* (Stuttgart: Frobenius Institute), 608 pp.
JENSEN, AD. E. (1959) *Allvöker Süd-Äthiopiens,* com a contribuição de E. Haberland (Stuttgart: Kohlhammer).
JOBSON, R. (1623) *The Golden Trade or a Discovery of the River Cambia and the Golden Trade of the Aethopians* (Teignmouth, Devonshire), 218 pp.
JOHNSON, J. W. (1941) "Negro companions of the Spanish explorers", *Phylon* (Atlanta University, GA), 2 (Fourth Quarter).
JOHNSON, J. W. (1954) *Traditional History, Costumary, Mores, Folkways and Legends of the Vai Tribe* (Monrovia. Department of the Interior, Republic of Liberia).
JOHNSON, J. W. (1961) *Traditional History and Folklore of the Gola Tribe in Liberia* (Monrovia: Department of the Interior, Republic of Liberia).
JOHNSTON, H. H. (1902) *The Uganda Protectorate* (2 vols., London: Hutchinson).
JOHNSTON, M. (1966) "The ounce in 18 th-cenrury West African trade", *JAH,* 7, pp. 197-214.
JONES, A. (1981) "Who were the Vai?", *JAH,* 22, pp. 159-78.
JONES, A. H. M. E MONROE, E. (1978) *A History of Ethiopia* (Oxford: OUP), 196 pp
JONES, D. H. (1964) *The Borgu Dynasties* (London: SOAS).
JONES, D. H. (1967) "Jakpa and the foundation of Gonja", *THSG,* 6, pp. 1-29.
JONES, G. I. (1963) *The Trading States of the Oil Rivers* (London:. OUP), 262 pp.

JORDÃO (LEVY MARIA), VISCOUNT OF PAIVA MANSO. (1877) *História do Congo* (Lisbon: Academia das Scencias de Lisboa).

JOSEPHY, A. M., JR. (ED.) (1971) *The Horizon History of Africa* (New York: American Heritage Publications Co.), 528 pp.

JOUSSAUME, R. E JOUSSAUME, H. (1972) "Anciennes villes dans le Tchertcher (Harar)", *AE, 8,* pp. 21-30.

JULIEN, C. A. (1948) *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XVe-XVIe siècles)* (Paris), 177 pp.

JULIEN, C. A. (1951-6) *Histoire de l'Afrique du Nord: Tunisie, Algérie, Maroc. De la conquête arabe à 1830,* seg. ed. (2 vols, Paris: Payot).

JULIEN, G. (1929) "Pages arabico-madécasses", *Annales de l'Académie des sciences coloniales* (Paris), pp. 1-123.

JULLY, A. (1898) "Origine des Andriana" *NRE,* 4, pp. 890-8.

JULY, R. W. (1974) *A History of the African People* (London: Faber), 650 pp.

KABONGO MUKENDI (1973) "Les migrations luba vers le Kasai et leurs conséquences" (dissertação, Northwestern University, Evanston, III).

KABUGA, C. E. S. (1963) *Eby'Obwakabaka bwa Buganda* (Kampala).

KAGAME, A. (1943-7) *Inganji Kalinga,* reprint Kabgayi, 1959.

KAGAME, A. (1954) *Les organisations socio-familiales de l'ancien Rwanda* (Brussels: Académie royale des sciences coloniales), 355 pp.

KAGAME, A. (1959) *La notion de génération appliquée à la généalogie dynastique et à l'histoire Du Rwanda du Xe-XIe siècle à nos jours* (Brussels: Aeadémie royale des sciences coloniales), 117 pp.

KAGAME, A. (1963) *Les milices du Rwanda précolonial* (Brussels: Académie royale des sciences coloniales), 196 pp.

KAGAME, A. (1972) *Un abrégé de l'ethno-histoire du Rwanda* (Butare: Editions universitaires du Rwanda), 286 pp.

KAGAME, A. (1981) "La documentation du Rwanda sur l'Afrique interlacustre des temps anciens", *CCB,* pp. 300-30.

KAGGWA, A. (1908/1949) *Mpisa Za Baganda* (Kampala), 1908; 2nd edn, *Ekitabu Kye Bika bya Baganda* (Kampala), 1949.

KAGGWA, A. (1971) *Basekabaka be Buganda,* trad. e ed. M. S. M. Kiwanuka as *The Kings of Buganda* (Nairobi: EAPH, Historical texts of Eastern and Central Africa, N. 1), 256 pp.

KAIRA, O. Y. (1970-1) "A survey of the history of the Kaira Clan of Northern Malawi" (Trabalho de seminário, Chancellor College, University of Malawi).

KAKE, I. B. (1948) *Les Noirs de la Diaspora* (Libreville, Gabon), 190 pp.

KALANDA, M. (1959) *Baluba et Lulua, une ethnie à la recherche d'un nouvel équilibre* (Brussels: Editions de Remarques congolaises, Etudes congolaises, N. 2), 106 pp.

KALCK, P. (1980) *Historical Dictionary of the Central African Republic* (Metuchen, N. J. and London: The Scarecrow Press), 152 pp. (African Historical Dictionaries, No. 27).
KALINGA, O. J. M. (1974) "The Ngonde Kingdom of Northern Malawi c. I600--1895" (Tese de Doutoramento, University of London).
KALINGA, O. J. M. (1975) "The problem of chronology in the study of Ngonde history", *MJSS, 4,* pp. 26-35.
KALINGA, O. J. M. (1977) "The Ngonde and Lambya kingdoms: a comparison of relations between indigenous and dominant immigrant groups", (Trabalho apresentado à Conference on Southern African History, National University of Lesotho, Roma, 7-9 de agosto).
KALINGA, O. J. M. (1978) "The establishment and expansion of the Lambya Kingdom, 1600-1750", *ASR,* 21, 2, pp. 52-66.
KALINGA, O. J. M. (1979A) "Trade, the Kyungus and the expansion of the Ngonde Kingdom", *IJAHS,* 12, I , pp. 17-39.
KALINGA, O. J. M. (1979B) "The Balowoka traders and state builders", (Trabalho apresentado ao Goethe-Institut sponsored Conference on state-formation in Eastern Africa, Nakuru, Kenya, 12-14 de setembro).
KALINGA, O. J. M. (1985) *A History of the Ngonde Kingdom* (Berlin/New York: Mouton).
KALINGA, O. J. M. (?) "Ngonde and Lambya historical texts".
KAMUHANGIRE, E. R. (?) "State formation in the salt lakes region, 1500-1850", in D. Denoon (ed.).
KANE, O. (1970A) "Chronologie des Satigi du XVIIIe siècle", *BIFAN,* 33, Series B, No. 3, pp. 755- 65.
KANE, O. (1970B) "Samba Gelajo Jegi", *BIFAN,* 32, Series B, N. 4, pp. 911-26.
KANE, O. (1973) "Les unités territoriales du Futa Toro", *BIFAN,* 35, Series B, N. 3, pp. 614-31.
KANE, O. (1974) "Les Maures et le Futa Toro au XVIIIe siècle", *CEA,* 14, 2, pp. 237-52.
KANI, A. M. (?) "The rise and influence of scholars in Hausaland before 1804", in M. Adamu (ed.), (?).
KANIKI, M. H. Y. (ED.) (1979) *Tanzania Under Colonial Rule* (London: Longman), 391 pp.
KARIMOU, M. (1977) *Les Mawri Zarmaphones, EN,* 39 (Niamey: IRSH).
KARUBANGA, H. K. (1949) *Bukya Nibwira* (As the sun rises and sets) (Kampala: Eagle Press).
KARUGIRE, S. R. (1971) *A History of the Kingdom of Nkore in Western Uganda to 1896* (Oxford: Clarendon Press), 291 pp.

KATATE, A. G., NYANKORE, Y. E KAMAGUNGUNU, L. (1955/1967) *Abagabe b' Ankole* (History of the Kings of Ankole) (2 vols., Kampala: Eagle Press); 1967 ed., Nairobi: EALB.

KA'TI, MAHMŪD B. AL-HAJDJ AL-MUTAWAKKIL (1913-14) *Ta'rikh al-fattash fi Akhbar al-Buldan*; texto em árabe e tradução francesa de O. Houdas e M. Delafosse (Paris: Publications de l'Ecole des langues orientales vivantes, 5e série, N. 10), (revista em 1964); tradução e edição, 1981, UNESCO, reimpressa em 1913-14 (Paris: Maisonneuve).

KATOKE, I. K. (1971) "The kingdom of Ihangiro", *CHM,* pp. 700-13.

KATOKE, I. K. (1975) *The Karagwe Kingdom: A History of the Abanyambo of North Western Tanzania c.1400-1915* (Nairobi: EAPH), 182 pp.

KAWADA, J. (1979) *Genèse et évolution du systéme politique des Mosi méridionaux* (Tokyo: A study of languages and cultures of Asia and Africa, Monograph series, 12).

KEA, R. A. (1971) "Firearms and warfare on the Gold and Slave Coasts, from the 16th to the 19th centuries", *JAH,* 12,2, pp. 185-213.

KEEN, B. E WASSERMAN, M. (1980) *A Short History of Latin America* (Boston: Houghton Mifflin), 574 pp.

KEIM, C. (1979) "Precolonial Mangbetu rule: political and economic factors in nineteenth century Mangbetu history" (Dissertação de Mestrado, Indiana University, Bloomington).

KÉLÉDOR, BARON R. (1829) *Histoire africaine* (Paris).

KELLENBENZ, H. (1971) "Die Rückwirkungen der Kolonien auf die Muttedänder", *Saeculum Welltgeschichte,* 6, pp. 123-40.

KENT, R. K. (?) *Southern Madagascar and the French, 1642-74* (typescript).

KENT, R. K. (1965) "Palmares: an African State in Brazil", *JAH,* 6, 2, pp, 161-75.

KENT, R. K. (1968) "The Sakalava", JAH, 9, 4, pp. 517-46.

KENT, R. K. (1969) "Alfred Grandidier et le mythe des fondateurs d'états malgaches d'origine asiatique", *BM,* 277-8, pp. 603-20.

KENT, R. K. (1970) *Early Kingdoms in Madagascar, 1500-1700* (New York: Holt, Rinehart and Winston).

KESTELOOT, L. (1972) *Da Monzon de Ségou, épopée bambara* (4 vols, Paris: F. Nathan)

KESTELOOT, L. (1983) *Biton Koulibaly, fondateur de l'empire de Ségou* (Dakar: NEA), 96 pp.

KIETEGHA, J. B. (1983) *L'or de la Volta Noire* (Paris: Karthala, CREA), 247 pp.

KIMAMBO, I. N. (1968) "The Pare", in A. D. Roberts (ed.), 1968a, pp. 16-36.

KIMAMBO, I. N. (1969) *A Political History of the Pare of Tanzania* (Nairobi: EAPH), 253 pp.

KIMAMBO, I. N. E TEMU, A. (EDS.) (1969) *A History of Tanzania* (Nairobi: EAPH), 276 pp.

KIMBLE, D (1963) *A Political History of Ghana: The Rise of Gold Coast Nationalism, 1850-1928* (Oxford: Clarendon Press), 587 pp.
KIPKORIR, B. E. (1974) "The inheritors and successors", *KHR,* 2, 2, pp. 143-73.
KIPKORIR, B. E. E WELBOURN, F. B. (1973) *The Marakwet of Kenya* (Nairobi: EALB), 97 pp.
KIRKMAN, J. S. (1954) *The Arab City of Gedi, Excavations at the Great Mosque, Architecture and Finds* (Oxford: OUP), 197 pp.
KIRKMAN, J. S. (1964) *Men and Monuments on the East African Coast* (London: Lutterworth Press), 224 pp.
KIRKMAN, J. S. (1970) *Fort Jesus, Mombasa* (Nairobi).
KIWANUKA, M. S. M. (1971A) *A History of Buganda* (London: Longman), 322 pp.
KIWANUKA, M. S. M. (1971B) *The Kings of Buganda* (Nairobi: EAPH, Historical Texts of Eastern and Central Africa, N. 1), 256 pp.
KI-ZERBO, J. (1978) *Histoire de L'Afrique noire* (Paris: Hatier), 702 pp.
KLEIN, H. S. (1967) *Slavery in the Americas: A Comparative Study of Virginia and Cuba* (Chicago: University of Chicago Press), 270 pp.
KLEIN, H. S. (1972) "The Portuguese slave trade from Angola in the eighteenth century", *JEH,* 32, 4, pp.894-918.
KLEIN, H. S. (1975) "The Cuban slave trade in the period of transition, 1790-1843", *RFHOM,* 62, 226 pp. 67-89.
KLEIN, H. S. (1978) "The English slave trade to Jamaica, 1782-1802", *EHR*, 31.
KLEIN, M. A. (1968) *Islam and Imperialism in Senegal Sine-Saloum, 1847-1914* (Edinburgh: EUP), 285 pp.
KODI MUZONG (1976) "A pre-colonial history of the Pende people (Republic of Zaire)" (Tese de Doutoramento, Northwestern University, Evanston, III.).
KOELLE, S. W. (1854) *African Native Literature or Proverbs, Tales, Fables, and Historical Fragments in the Kanuri or Bornu Language* (London: Church Missionary House), 434 pp. (reimpressão em 1968).
KOLUNGWE, M. W. (1974) "Les Bambuile du lac Moero" (Dissertação de Mestrado, Lubumbashi).
KOPYTOFF, B. K. (1978) "The early development of Jamaican Maroon societies", *WMQ,* 35, 2 de abril.
KOTTAK, C. P. (1972) "Ecological variables in the origin and evolution of African states: the Buganda example", in *Comparative Studies in Society and History*; pp. 351-80.
KOUANDA, A. (1984) "Les Yarse: fonction commerciale, religieuse et légitimité culturelle dans le pays moaga (Evolution historique)" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris I).
KOZLOV, B. (1970) "Kogda rodilsia praded pushkina Gannibal?" (When was Pushkin's great-grandfather born?), *Novoe Yusskoe Slovo,* II, (janeiro).

KRAPF, J. L. (1858) *Reisen in Ost-Africa ausgefuhrt in den Jahren* 1837-1855 (2 vols., Stuttgart: Kornthal); ed. inglesa: *Travels, Researches and Missionary Labors During An Eighteen Years' Residence in Eastern Africa* (Boston: Ticknor & Fields), 1860.

KRIEDTE, P. (1980/1983) *Peasants, Landlords and Merchant Capitalists: Europe and the World Economy, 1500-1800*, trad. Inglesa de S. Leamington, Berg Publishers Ltd., 1983; (ed. original, Gottingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1980).

KRUMP, T. (1710) *Hoher und Frucht-barer Palm Baum de Heiligen Evangelij,* Augsburg, partes relevantes traduzidas por J. L. Spaulding: *Sudanese Travels of Theodro Krump, 1710-1712* (New York: Hambata Publications, n. 39).

KUBBEL, L. E. (1974) *Songaiskaia derzhava* (Moscow: Hayka), 430 pp.

KULS, W. (1958) *Beitrage zur Kulturgeographie der südäthiopischen seen-Region* (Frankfurt-am-Main: Kramer).

KUMAH, J. K. (1966) "The rise and fall of the kingdom of Denkyira", *GNQ,* 9, pp. 33-5.

KUP, A. P. (1961A) *A History of Sierra Leone, 1400-1787* (London: CUP), 212 pp.

KUP, A. P. (1961B) "An account of the tribal distribution of Sierra Leone", *Man,* 60, pp. 116-19.

KWAULE, F. E CHAKWERA, E. J. (1978) "Successors to the Kolonga's state: Kanyenda and Dzoole" (trabalho de pesquisa, Chancellor College, University of Malawi).

LABARTHE, P. (1803) *Voyage à la Côte de Guinée* (Paris: Bossange, Masson & Besson), 310 pp.

LABOURDONNAIS, M. DE. (1937) *Mémoire des Iles de France et de Bourbon,* ed. A. Lougnon e A. Toussaint (Paris: Ernest Leroux), 203 pp.

LABRECQUE, E. (1949-51) "Histoire des Mwata Kazembe, chefs Lunda du Luapala, 1700-1945", *Lovania,* 16, pp. 9-33; 17, pp. 21-48; 18, pp. 18-67.

LABURTHE-TOLRA, P. (1911/1977) "Minlaaba: histoire et société traditionnelle chez les Beti du Sud- Cameroun" (3 vols, 1977, Lille: Reproduction of theses, University of Lille III).

LABURTHE-TOLRA, P. (1981) *Les seigneurs de la forêt* (Paris: Publications de la Sorbonne), 490 pp.

LACERDA E ALMEIDA, F. J. M. DE (N.D.) *Travessia da África* (Lisbon: Agência Geral das Colônias), 171 pp.

LACERDA E ALMEIDA, F. J. M. DE (1944) *Diários de Viagem* (Rio de Janeiro: Biblioteca popular Brasileira, vol. 18).

LACGER, L. DE (1939) *Ruanda* (Kabgayi); reimpressão em 1959 (Namur: Grands Lacs), 729 pp.

LAGAE, MGR. C. R. (1926) *Les Azande ou Miam-Miam: l'organisation zande: croyances religieuses et magiques: coutumes familiales* (Brussels: Vromant et Cie, Bibliothèque du Congo vol. 18), 224 pp.

LAMB, V. (1975) *West African Weaving* (London: Duckworth).
LAMPHEAR, J. E. (1970) "The Kamba and the Northern Mrima coast", in R. Gray e D. Birmingham (eds.), pp. 75-101.
LAMPHEAR, J. E. (1976) *The Traditional History of the Jie of Uganda* (Oxford: Clarendon Press Oxford Studies in African Affairs), 281 pp.
LAMPHEAR, J. E. (1979) "When the Ngitome speared their oxen: problems in reconstructing the chronology of the Jie", in J. B. Webster (ed.), 1979a, pp. 263-282.
LAMPHEAR, J. E. (?) "The origins and dispersal of the central Paranilotes", in J. B. Webster (ed.), (?).
LANDOREIN, I. (1910-11) "Du Tehad au Niger: notice historique", in *Documents scientifiques de la mission Tilho, 1906-1909,* vol. 2 (Paris).
LANE-POOLE, E. H. (1934) *The Native Tribes of the East Luangwa Province of Northern Rhodesia* (Lusaka: Government Printer).
LANGE, D. (1977) *Chronologie et histoire d'un royaume africain* (Wiesbaden: Franz Steiner).
LANGE, W. (?) *History and Sociopolitical Structure of the Gonga Peoples* (Wiesbaden: Franz Steiner).
LANGLANDS, B. W. (1966) "The banana in Uganda, 1860-1920", *UJ,* 30, pp. 39-62
LANGWORTHY, H. W. (1969A) "A history of Undi's kingdom to 1890: aspects of Chewa history in East-Central Africa" (Tese de doutoramento, Boston University).
LANGWORTHY, H. W. (1969B) "Sources for Chewa history in East-Central Africa: a collection of interviews", (cópias não publicadas na University of Boston Library and University of Malawi Library).
LANGWORTHY, H. W. (1969C) "Understanding Malawi's pre-colonial history", *SMJ,* 23, I, pp. 28-45.
LANGWORTHY, H. W. (1971) "Conflicts among rulers in the history of Undi's Chewa kingdom", *TJH, I*, pp. 1-23.
LANGWORTHY, H. W. (1972) "Chewa or Maravi political organization in the pre-colonial era", in B. Pachai (ed.), pp. 104-22.
LAPUKENI, K., RASHID, P., KUMWEMBE, N. E WEBSTER, J. B. (1978) "Amachinga Yao traditions", vol. I (History Department, University of Malawi).
LARA, O. D. (1979) "Negro resistance to slavery and the Atlantic slave trade from Africa to Black Americas", (trabalho apresentado a Meeting of Experts organized by UNESCO on *The African Slave Trade from the 15th to the 19th century;* Port-au--Prince, Haiti, 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1978, *The General History of Africa – Studies and Documents,* 2 (Paris: UNESCO) pp. 101-14.
LAROUI, A. (1970) *L'histoire du Maghreb: un essai de synthèse* (Paris: Maspéro), 390 pp.

LAST, M. (1983) "From sultanate to caliphate: Kano C.1450-1800", in B. M. Barkindo (ed.), pp. 67-91.
LAST, M. (?) "Historical metaphors in the intellectual history of Kano before 1800", in M. Adamu (ed.), (?).
LAVERS, J. E. (1971) "Islam in the Bornu caliphate: a survey", *Odu,* 5, pp. 27-53.
LAVERS, J. E. (1980) "Kanem and Borno to 1808", in O. Ikime (ed.), pp. 187-209.
LAVERS, J. E. (1982) "The trans-Saharan trade beforc 1800: towards quantification", in H. W. El-Hasnawi (ed.).
LAVERS, J. E. (1983) *Some Observations on the Remains of Hausa Iron Smelting* (Jos: Jos University Press).
LAVERS, J. E. (?) "Fezzan, a Sudanic or Saharan state?", in M. Adamu (ed.), *Central Sudan Before 1804* (Zaria: ABUP).
LAVERS, J. E. (?) "Fezzan, a Sudanic or Saharan state?", in M. Adamu (ed.), (?).
LAWRENCE, A. W. (1969) *Fortified Trade-Posts: The English in West Africa, 1645--1822* (London: Jonathan Cape), 237 pp.
LE BARBIER, C. (1916-17) "Notes sur le pays des Bara-Imamono, région d'Ankazoabo", *BAM,* new series, 2, pp. 63-162.
LEE, R. B. (1968) "What hunters do for a living or how to make out on scarce resources", in R. B. Lec e I. De Vore (cds), *Man the Hunter* (Chicago: Aldine), pp. 30-43.
LEE, R. B. E DE VORE, I. (EDS.) (1976) *Kalahari Hunter-Gatherers: Studies of the Kung San and Their Neighbours* (Cambridge, Mass: HUP), 408 pp.
LEE, R. B. (1979) *The Kung San: Men, Women and Work in a Foraging Society* (Cambridge: CUP), 526 pp.
LEFÈBVRE, T. (1845-54) *Voyage en Abyssinie* (6 vols., Paris: A. Bertrand).
LEGASSICK, M. (1979) "The northern frontier to 1820: the emergence of the Griqua people", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.).
LE GENTIL (1779-81) *Voyage dans les mers de l'Inde, 1760-1771* (2 vols., Paris).
LEGESSE, A. (1973) *Gada: Three Approaches to the Study of African Society* (New York/ London: The Free Press), 340 pp.
LEGUÉVEL DE LACORNBE, B. F. (1840) *Voyage à Madagascar et aux Iles Comores* (2 vols., Paris).
LEHMANN, W. P. (1962) *Historical Linguistics* (New York: Holt, Rinchart and Winston), 297 pp.
LEITÃO, H. (1970) *Os Dois Descobrimentos da Ilha de São Lourenço*, edição e anotações de H. Leitão (Lisboa).
LEITÃO, M. C. CORREIA (1938) "Relação breve sumário da viagem que com o sargento mor dos moradores do Dande fiz às remotas partes de Cassange e Olos... 15 Agosto de 17565" in G. Sousa Dias (ed.), "Uma viagem a Cassange nos meados do Século XVIII", *BSCL,* 56, pp. 19-25.

LEMAIRE, P. (1695) *Les voyages du Sieur Lemaire aux Iles Canaries, Cap Vert, Sénégal et Gambie* (Paris).

LE MOAL, A. (1976) "Le peuplement du pays bobo; bilan d'une enquête", *Cahiers ORSTOM,* Sciences humaines, 13, 2, pp. 137-42.

LEMPRIÈRE, G. (1891) *Voyages dans l'Empire du Maroc* (Paris: Tavernier, Legras et Cordier).

LEO AFRICANUS [JEAN LÉON L'AFRICAIN] (1956) *Description de l'Afrique,* trad. A. Epaulard, com notas de E. Epaulard, T. Monod, H. Lhote e R. Mauny (2 vols., Paris: Maisonneuve).

LE ROY LADURIE, E. (1978) "A reply to Professor Brenner", *PP,* 79, pp. 55-9.

LEROY, J. (1967) *Ethiopian Paintings in the Middles Ages,* in G. Gerster (ed.), (London: Phaidon Press Ltd).

LEROY, J., WRIGHT, ST. E JÄGER, O. A. (1961) *Aethiopien-Budmalereien* (New York).

LESELLE, R. (1957) "Les noirs du Souf", *BLS,* suplemento ao vol. 8, pp. 1-76.

LESLAU, W. (1951) *Falasha Anthology: The Black Jews of Ethiopia,* trad. de fontes etíopes com introdução de W. Leslau (New York: Schocken Books), 222 pp.

LESLAU, W. (1963) *Etymological Dictionary of Harari* (Berkeley and Los Angeles: UCP Near Eastern Studies, vol. 1), 240 pp.

LESLAU, W. (1979) *Etymological Dictionary of Gurage (Ethiopic)* (3 vols., Wiesbaden: Harrasowitz, Otto-Verlag).

LETHEM., G. C. (1919) "Special Report on Nguru district, Bornu Emirate", *SNP,* 10, 258 pp.

LEVINE, D. N. (1977) *Family Formation in an Age of Nascent Capitalism* (New York: Academie Press).

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1922) *Les historiens des Chorfa* (Paris: Larose).

LEVTZION, N. (1964A) *Chronology from Genealogical Evidence: The Volta Basin* (London: SOAS, Survey on African Chronology).

LEVTZION, N. (1964B) *Notes on the Expansion of Islam in Northern Ghana* (London: SOAS, Survey on African Chronology).

LEVTZION, N. (1964C) "Outlines of the development of Islam in Mossi (Wagadugu)", (London: SOAS, Survey on African Chronology).

LEVTZION, N. (1968) *Muslims and Chiefs in the West Africa: A Study of Islam in the Middle Volta Basin in the Precolonial Period* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 228 pp.

LEVTZION, N. (1971A) "Notes sur les origines de l'Islam militant au Fouta Djalon", *Notes africaines,* outubro, N. 132, pp. 94-6.

LEVTZION, N. (1971B) "Notes sur les Etats dyula de Kong et de Bobo", *BLLE,* I, pp, 61-2.

LEVTZION, N. (1975) "North-West Africa: from the Maghrib to the fringes of the forest", in R. Gray (ed.), pp. 192-272.

LEWIS, H. S. (1966) "The origins of the Galla and Somali", JAH, 7, I, pp. 27-47.

LEWIS. L M. (1955) *Peoples of the Horn of Africa: Somalia, Afar and Saho* (London: IAI, Ethnographic survey of Africa: North-Eastern Africa, Part I), 204 pp.

LEWIS, I. M. (1961) *A Pastoral Democracy: A Study of Pastoralism and Politics Among the Northern Somali of the Horn of Africa* (London/New York/Toronto: OUP, for the IAI), 320 pp.

LEWIS, I. M. (ED.) (1966) *Islam in Tropical Africa* (London: OUP, for the IAI), 470 pp.

LEWIS, I. M. (ED.) (1968) *History and Social Anthropology* (London: Tavistock Publications, A.S. Monographs, N. 7), 307 pp.

LEWIS, W. A. (1978) *The Evolution of the Intemational Economic Order* (Princeton: PUP).

LINDEN, I. (1979) "Chisumphi theology in the religion of Central Malawi", in M. J. Schoffeleers (ed.), 1979(a), pp. 189-207.

LINDGREN, N. E. E SCHOFFELEERS, M. J. (1978) *Rock Art and Nyau Symbolism* (Lilongwe: Department of Antiquities).

LITTLE, K. (1951) *The Mende of Sierra Leone* (London: Routledge & Kegan Paul), 307 pp.

LITTMANN, E. (1914) *Die altamharischen Kaiserlieder* (Strasburg).

LLOYD, P. C. (1963) "The Itsekiri in the nineteenth century: an outline social history", *JAH,* 4, 2, pp. 207-31.

LOBATO, A. (1954A) *A expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530: Política da Capitania de Sofala e Moçambique de 1530* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar).

LOBATO, A. (1954B) *Evolução administrativa e econômica de Moçambique* 1753-63. *Fundamentos da criação do Governo Geral em 1752*, vol. I (Lisboa: Agência Geral do Ultramar), 412 pp.

LOBATO, A. (1962) *Colonização Senhorial da Zambezia e Outros Estudos* (Lisboa: Junta de Investigaçoes do Ultramar), 228 pp.

LOBO, J. (1728/1928) *Voyage historique d'Abyssinie du R. P. Jérôme Lobo,* ed. e trad. de J. Le Grand, 1928 (Paris).

LOGAN, R. W. (1940) "Estevanico: Negro discoverer of the Southwest", *Phylon,* I, 4th quarter.

LOMBARD, J. (1965) *Structures de type "feudal" en Afrique noire: étude des dynamismes internes et des relations sociales chez les Bariba du Dahomey* (Paris/The Hague: Mouton), 544 pp.

LOPES, E., ver F. de Pigafetta.

LOPEZ, R. S. (1976) *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350* (Cambridge: CUP).

LORO, M. (1971) "The pre-colonial history of the Kakwa" (Ensaio, University of Makerere).

LOUGNON, A. (1956) *L'Ile de Bourbon pendant la Régence.*

LOUGNON, A. (1958) *Le mouvement maritime aux Iles de Bourbon et de France (1727-35).*

LOUGNON, A. E TOUSSAINT, A. (EDS.) (1937) *Mémoire des Iles de France et de Bourbon* (Paris: Libraire Ernest Leroux), *203* pp.

LOVEJOY, P. E. (1973A) "The Hausa kola trade: a commercial system in the continental exchange of West Africa" (Tese de doutoramento, University of Wisconsin).

LOVEJOY, P. E. (1973B) "The Kambari Beriberi: the formation of a specialized group of Hausa kola traders in the nineteenth century", *JAH,* 14, 4, pp. 633-51.

LOVEJOY, P. E. (1978) "The role of the Wangara in the economic transformation of the Central Sudan in the fifteenth and sixteenth centuries", *JAH,* 19, 2, pp. 173-93.

LOVEJOY, P. E. (ED.) (1981) *The Ideology of Slavery in Africa* (Beverly Hills, Ca: Sage).

LOVEJOY, P. E. (1982) "The volume of the Atlantic slave trade: a synthesis", *JAH,* 23, 3, pp. 473-501.

LOVEJOY, P. E. (1983) *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa* (Cambridge: CUP), 349 pp.

LOVEJOY, P. E. (1985) *Salt of the Desert Sun: A History of Salt Production and Trade in Central Sudan* (Cambridge: CUP), 351 pp.

LOVEJOY, P. E. (?) "Salt industry of the Central Sudan", in M. Adamu (ed.), (?).

LUCAS, S. A. (1968) "Baluba et Aruund: étude comparative des structures socio--politiques" (Tese de Doutoramento, Ecole pratique des hautes études).

LUDOLF, H. (1681) *Histeria Aethiopica.* (Franco Furti-ad-Moenum).

LUNA, L. (1968) O *negro na luta contra a escravidão* (Rio de Janeiro: Leitura).

LUTTRALL, A. (1964) "Slavery and slaving in the Portuguese Atlantic", in *The Transatlantic Slave Trade from West Africa* (Edinburgh).

LWAMGIRA, F. X. (1949/1968) *Amakuru ga Kiziba Bukoba* (trad. de E. A. Kamuhangire como *A History of Kiziba,* History Department, Makerere, 1968).

LWAMGIRA, F. X. (?) *The History of Karagwe, Ihangiro and Kyamatwalo* (não publicado).

LWANGA-LUNYIIGO, S. (1972-3) "The foundation of the Babito kingdom of Khooki" (Makerere Seminar Paper, No. 6).

LY, A. (1958) *La compagnie du Sénégal de 1673 à 1686* (Paris: PA), 316 pp.

LY, A. (1977) "L'épopée de Samba Guela Diegui" (Tese de Doutoramento, Dakar).

MACEDO, G. (1890) "Informação do Padre Frei Gaspar Macedo", in *Memória e Documentos Acerca dos Direitos de Portugal Aos Territórios de Machona e Nyassa 1890* (Lisboa: Imprensa Nacional), pp. 147-51.

MACGAFFEY, W. (1975) "Oral tradition in Central Africa", *IJAHS,* 7, 3, pp. 421-36.

MACK, J. E ROBERTSHAW, P. (EDS.) (1982) *Culture History in the Southern Sudan*: *Archaeology, Linguistics and Ethnohistory* (Nairobi: BIEA, Memoir N. 8), 179 pp.

MCKAY, W. F. (1975) "A pre-colonial history of the Southern Kenya coast" (Tese de Doutoramento, Boston University), 303 pp.

MACKENZIE,). M. (1975) "Pre-colonial industry: the Nyanja and iron trade", *NADA,* 2, 2, pp. 200- 220.

MACMIEHAEL, H. A. (1922) *A History of the Arabs in the Sudan* (2 vols., Cambridge: CUP).

MADIEGA, G. Y. (1978) "Le Nord-Gulma précolonial (Haute-Volta): origine des dynasties, approche de la société" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris I).

MADIEGA, G. Y. (1982) *Contribution à l'histoire précoloniale du Curma (Haute-Volta)* (Wiesbaden: Franz Steiner).

MAGARSHACK, D. (1969) *Pushkin* (New York: Grove Press).

MAGE, E. (1868) *Voyage dans le Soudan occidental (1863-1866)* (Paris: Hachette). (Nova ed. Karthala, 1980, Frobenius Institute).

MAGNES, B. (1953) "Essai sur les institutions et la coutume des Taimihety", *BM,* 89, (outubro), pp. 1-95.

MAHADI, A. (?) "Some observations on the emergence and development of the sarauta (kinship) system in the Central Sudan before 1804", in M. Adamu (ed.), (?).

MAHONEY, F. E IDOWU, H. O. (1965) "The peoples of Senegambia", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 131-43.

MAÏKASSOUA, I (1982) "Some considerations relating to the contribution of Gobir migrants to the transformation of neighbouring communities" (Department of History, Ahmadu Bello University, Zaria, mimeograph).

MAJURNDAR, R. C. (1951) *The History and Culture of the Indian People* (Bombay: Bhasatiya Vidya Bhavan).

AL-MAKRIZI, ABU 'L-'ABBAS AHMAD B.'ALI (BEFORE 1442) *Macrizi historia regum islamiticorum in Abyssinia una cum Abulfeda descriptione regionum nigritarum,* edição e tradução do latim de F. T. Rinck, 1790 (Leiden: Luchtmans).

MALANDRA, A. (1947/1971) *Tekwaro Acholi* (Nairobi: Longman), trad. de C. A. R. Oywa como *Acholi Traditions* 1971 (Makerere: Department of History).

MALEVANOV, N. (1974) "Praded Poets" (The Poet's Great-Grandfather), *Zuezda,* pp. 156-65.

MALEY, J. (1981) "Etudes palynologiques dans le bassin du Tchad et paléoclimatologie de l'Afrique nord-tropicale de 30 000 ans à l'époque actuelle", *TD,* vol. 129 (Paris: ORSTOM).

MALOTET, A. (1898) *Etienne de Flacourt ou les origines de la colonisation française à Madagascar, 1648-1661* (Paris).

MALOWIST, M. (1966) "The social and economic stability of the western Sudan in the Middle Ages", *PP*, 33, (April), pp. 3-15.

MALOWIST, M. (1969) *Western Europe and West Africa at the Beginning of the Colonial Expansion* (Warsaw).

MALZAC, V. (1912/1930) *Histoire du royaume Hova depuis ses origines jusqu'à sa fin* (Antananarivo: Imprimerie catholique). (Reimpressão em 1930).

MAMATTAH, C. M. K. (1976) *The Ewes of West Africa; Oral Traditions,* vol. I (Accra: Volta Research Publications), 768 pp.

MAMELOMANA, E. (?) *Les Mahafaly*, (typescript, probably written in the 1940s, in the Bibliothèque Charles Poirier, University of Madagascar).

MANDALA, E. C. (1977) "The Kololo interlude in Southern Malawi, 1861-1895", (Dissertação de Mestrado, University of Malawi).

MANÉ, M. (1978) "Contribution à l'histoire du Kaabu, des origines au XIXe siècle", *BIFAN,* 40, I, pp.87-159.

MANNING, P. (1981) "The enslavement of Africans: a demographic model", *CJAS,* 15, 3, pp. 499-526.

MANNING, P., AUSTEN, R. A. E VAN DANTZIG, A. (1980) Reviews of *Der atlantische Sklavenhandel von Dahomey (1740-1797), AEH,* 9, pp. 131-9.

MANNING, P., CALDWELL, J. C. E INIKORI, J. E. (1982) "Discussion", *CJAS,* 16, I, pp. 127-39.

MANNIX, D. P. (1963) *Black Cargoes: A History of the Atlantic Slave Trade, 1518-1865* (London: Longman), 306 pp.

MAQUET, J. J. (1954) *Le système des relations sociales dans le Rwanda ancien* (Tervuren: MRAC), 221 pp.

MARCHAND (1901) "Les habitants de la province de Farafangana", *RM,* 3, pp. 481-91.

MAREES, P. DE. (1602/1605/1905) *A Description and Historical Declaration of the Golden Kingdom of Guinea,* tradução inglesa resumida do original holandês de 1602, publicado em S. Purchas (1613/1905), vol. 6, pp. 247-396; trad. francesa, 1605, *Description et récit historique du riche royaume d'or de Guinée* (Amsterdam: Claessen).

MARET, P. DE (1981) "L'évolution monétaire du Shaba central entre le VIIe et le XVIIIe siècle", *AEH,* 10, pp. 117-49.

MARET, P. DE, VAN NOTEN, F. E CAHEN, D. (1977) "Radiocarbon dates from West Central Africa: a synthesis", *JAH,* 18, 4, pp. 481-505.

MARION M. A. (1971) "Notes sur l'art funéraire Mahafaly et Antandroy", *BM,* 21, pp. 463-76.

MARTIN, A. G. P. (1908) *A la frontière du Maroc: les oasis sahariennes (Gourada--Touat-Tidikelt);* (Algiers: Imprimerie algérienne), vol.I, *406* pp.

MARTIN, B. G. (1969) "Kanem, Bornu and the Fezzan: notes on the political history of a trade route", *JAH,* 10, I, pp. 15-27.

MARTIN, B. G. (1971) "Notes on some members of the learned classes of Zanzibar and East Africa in the nineteenth century", *AHS,* 4, 3, pp. 525-45.
MARTIN, B. G. (1972) "Mai Idris of Bornu and the Ottoman Turks, 1576-78", *IJMS,* 3, I, pp. 470-90.
MARTIN, E. B. (1973) *The History of Malindi: A Geographical Analysis of an East African Coastal Town from the Portuguese Period to the Present* (Nairobi: EALB), 301 pp.
MARTIN, G. (1948) *Histoire de l'esclavage dans les colonies françaises* (Paris: PUF), 318 pp.
MARTIN, P. (1970) "The trade of Loango in the seventeenth and eighteenth centuries", in R. Gray e D. Birmingham (eds.), pp. 139-61.
MARTIN, P. M. (1972) *The External Trade of the Loango Coast, 1576-1870: The Effects of Changing Commercial Relations on the Vili Kingdom of Loango* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 193 pp.
MARTY, P. (1927) *Les Chroniques de Oualata et de Nema* (Paris: Geuthner).
MARTY, P. (1920-1) *Etudes sur l'Islam et les tribus du Soudan* (4 vols., Paris: E. Leroux, Collection de la Revue du monde musulman, N. 4).
MARWICK, M. G. (1963) "History and tradition in East-Central Africa through the eyes of the Northern Rhodesian Cewa", *JAH,* 4, 3, pp. 375-90.
MATHEW, G. (1963) "The East African coast until the coming of the Portuguese", in R. Oliver e G. Mathew (eds.), pp. 94-128.
MATHEWS, T. I. (1981) "Portuguese, Chikunda and peoples of the Gwembe valley", *JAH,* 22, I, pp. 23-42.
MAUGHAM, R. C. F. (1910) *Zambezia: A General Description of the Zambeze River from its Delta tothe River Aruangwa, with its History, Agriculture, Flora, Fauna and Ethnography* (London: John Murray), 408 pp.
MAUNY, R. (1970) "Les navigations anciennes et les grandes découvertes", in H. Deschamps (ed.), *Histoire générale de l'Afrique noire* (Paris: PUF), vol. I , part II, pp. 203-18.
MAUNY, R. (1971) *Les siècles obscurs de l'Afrique noire* (Paris: Fayard), 314 pp.
MAUNY, R., THOMAS, L. V E VANSINA, J. (EDS) (1974) *The Historian in Tropical Africa* (London: OUP, for the IAI), 428 pp.
MAURO, F. (1960) *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670* (Paris: SEVPEN).
MAXWELL, R. (1932) "The law relating to slavery among the Malays", *JMBRAS,* 10, I, pp. 247-97.
MAYEUR, N. (1912) "Voyage à la côte de l'ouest de Madagascar (pays des Sadaves), 1774", *BAM,* 10, pp. 49-91.

M'BOKOLO, E. (1983) "Histoire des maladies, histoire et maladie: l'Afrique", in M. Augé e S. Herzlich (Eds.), *Le sens du mal* (Paris: Editions des Archives contemporaines).

M'BOKOLO, E. (1981) *Noirs et blancs en Afrique équatoriale: les sociétés côtières et la pénétration française* (Paris/The Hague: Mouton, Civilisations et Sociétés, N. 69), 302 pp.

MBWILIZA, J. F. (1981) "The hoe and the stick: a political economy of the Heru kingdom", *CCB*, pp. l00-16.

MCCULLOCH, M., LITTLEWOOD, M. E DUGAST, I. (1954) *Peoples of the Central Cameroons* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Western Africa, Part IX), 172 pp.

MCDOUGALL, E. A. (1980) "The Ijil salt industry: its roles in the pre-colonial economy of the Western Sudan" (Tese de Doutoramento, University of Birmingham).

MCINTOSH, B. G. (ED.) (1969) *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History* (Nairobi: EAPH), 181 pp.

MCINTOSH, R. J. E KEECH-MCLNTOSH, S. (1982) "The field season at Jenne--Jeno: preliminaryresults", *Nyame Akuma,* 20, pp. 28-32.

MCLACHLAN, J. O. (1940) *Trade and Peace with Old Spain, 1667-1750: A Study of the Influence of Commerce on Anglo-Spanish Diplomacy in the First Half of the Eighteenth Century* (Cambridge: CUP).

MCLEOD, M. D. (1981) *The Asante* (London: British Museum Publications).

MDOUMBE-MOULONGO, M. (1968) "Origines et migrations des Duala", *Abbia*, 20, (junho), pp. 79-150.

MEEK, R. L. (1976) *Social Science and the Ignoble Savage* (Cambridge: CUP, Cambridge Studies in the History and Theory of Politics), 249 pp.

MEILLASSOUX, C. (ED.) (1971) *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa* (London: OUP, for the IAI), 444 pp.

MEILLASSOUX, C. (ED.) (1975) *L'esclavage en Afrique précoloniale* (Paris: F. Maspéro), 582 pp.

MEILLASSOUX, C. (1982) "The role of slavery in the economic and social history of Sahelo-Sudanic Africa", in J. E. Inikori (ed.), pp. 74-99.

MEILLET, A. (1925) *La méthode comparative en linguistique historique* (Oslo).

MELLAFE, R. (1964) *La esclavitud en Hispanoamerica* (Buenos Aires: Editorial Universitaria).

MELLAFE, R. (1975) *Negro Slavery in Latin America* (Berkeley, CA: UCP), 172 pp.

MÉO, DR (1919) "Etudes sur le Rio Nuñez", *BCAF,* pp. 282-381.

MERCER, P. (1971) "The Shilluk trade and politics from mid-seventeenth century to 1861", *JAH,* 12, 3, PP.407-26.

MERENSKY, A. (1883) "Ueber die Afrikanische Volkerwanderung des 16 Jahrhunderts", *Zeitschrift der Gesellschaft for Erdkunde zu Berlin,* pp. 67-75.

MERRICK, T. W. E GRAHAM, D. H. (1979) *Population and Economic Development in Brazil, 1800 to the present* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press).

MESCHI, L. (1974) "Evolution des structures foncières au Rwanda: le cas d'un lignage hutu", *CEA, 53,* pp. 39-51.

METCALFE, G. E. (1964) *Great Britain and Ghana: Documents of Ghana History, 1807-1957* (London: Thomas Nelson and Sons), 779 pp.

METTAS, J. (1978) *Répertoire des expéditions négriéres françaises XVIIe siècle,* ed. by S. Daget (Nantes).

MEYER, H. (1916) *Die Barundi* (Leipzig: O. Spamer), 206 pp.

MÉZIÈRES, B. DE (1912) *Le Major A. Gordon Laing, Tombouctou,* 1826 (Paris: Larose).

MGOMEZULU, G. Y. (1981) "Recent archaeological research and radio-carbon dates from Eastern Africa", *JAH,* 22, 4, pp. 435-56.

MICHEL, L. (1957) "Moeurs et coutumes des Bara", *MAM, 40.*

MIERS, S. E KOPYTOFF, I. (EDS.) (1977) *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives* (Madison: UWP), 474 pp.

MILES, S. B. (1919) *The Countries and Tribes of the Persian Gulf* (2 vols., London: Frank Cass).

MILLER, J. C. (1972A) "A note on Casanze and the Portuguese", *CJAS,* 6, pp. 45-56.

MILLER, J. C. (1972B) "The Imbangala and the chronology of early central African history", *JAH,* 13, 4, pp. 549-74.

MILLER, J. C. (1973) "Requiem for the Jaga", *CEA,* 49, pp. 121-49. (ver também *CEA,* 69 e 70).

MILLER, J. C. (1975A) "Nzinga of Matamba in a New Perspcctivc", *JAH,* 13, pp. 201-16.

MILLER, J. C. (1975B) "Legal Portuguese slaving from Angola: Some preliminary indications of volume and direction, 1760-1830", *RFHOM,* 62, pp. 135-76.

MILLER, J. C. (1976) *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 312 pp.

MILLER, J. C. (1979) "Some aspects of the commercial organization of slaving at Luanda, Angola, 1760-1830", in H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.), pp. 77-106.

MILLER, J. C. (ED.) (1980) *The African Past Speaks: Essays on Oral Tradition and History* (London: Hamden, Dawson & Archon), 284 pp.

MILLER, J. C. (1982) "The significance of drought, disease and famine in the agriculturally marginal zones of West Central Africa", *JAH,* 23, pp. 17-61.

MILLER, J. C. (1983) "The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone", in D. Birmingham e D. Martin (eds.), pp. 118-59.
MILLER, J. C. (1984) "The accounts of Antonio Coelho Guerreiro (1684-1692)", *IJAHS,* 17, pp 1-56.
MILLER, J. C., "Thanatopsis", *CEA,* pp. 229-31.
MINCHINTON, W. E. (ED.) (1969) *The Growth of English Overseas Trade in the 17th and 18th Centuries* (London: Methuen).
MISOMALI, R. B., MKONDIWA, G. E BHILA, H. K. (1978) "Yao traditions", vol. III, (History Department, University of Malawi).
MKANDAWIRE, F. R. (1978) "The corridor in Tumbuka and Chewa history: the migration and settlement of Kabunduli, 1650-1860", (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).
MODZALEVSKII, B. (1907) *Rodoslaunia Gannibalov* (Genealogy of the Hannibals) (Moscow: Yakovlev Press).
MOELLER, A. (1936) *Les grandes lignes des migrations des Bantous de province orientale du Congo belge* (Brussels: Institut royal belge, Section des sciences morales et politiques, Mémoires, vol. 6), 578 pp.
MOKHTAR, G. (ED.) (1981) *General History of Africa. Vol. II: Ancient Civilizations of Africa* (Paris/London/BerkeIey: UNESCO/Heinemann/University of California Press).
MONDAIN, G. (1910) *L'histoire des tribus de l'Imoro au XVIIe siècle d'après un manuscrit arabico-malgache* (Paris: Ernest Leroux).
MONTEIL, C. (1903) *Monographie de Djenné* (Tulle: lmprimerie J. Mazeyrie).
MONTEIL, C. (1915) *Les Khassonké* (Paris: Leroux), 528 pp. (reimpressão em 1974).
MONTEIL, C. (1924) *Les Bambara de Ségou et du Kaarta* (Paris: Larose), 404 pp; seg. ed., 1977 (Paris: Maisonneuve), 441 pp.
MONTEIL, C. (1932) *Une cité soudanaise, Djenné, métropole du delta central du Niger* (Paris: Société d'études géographiques, maritimes et coloniales); seg. ed., 1971 (Paris: Anthropos).
MONTI DELLA CORTE (1945) *I Castelli di Gondar* (Rome).
MORGAN, W. T. W. (ED.) (1969) *East Africa: lts People and Resources* (Nairobi: OUP, in association with O. A. Hawkins), 312 pp.
MORRIS, A. (1981) *Latin America: Economic Development and Regional Differentiation* (London: Hutchinson), 256 pp.
MORS, O. (1957) *Geschichte der Bahaya* (Fribourg: Anthropos), 207 pp.
MORTIMORE, M. J. (ED.) (1970) *Zaria And lts Region* (Zaria: Ahmadu Bello University, Occasional Paper N. 4), 192 pp.
MORTON, R. F. (1972) "The Shungwaya myth of Miji Kenda origins: a problem of late nineteenth-century coastal history", *IJAHS,* 5, pp. 397-423.

MOURA, C. (1959) *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (São Paulo: Editora Zombi), ed., 1972 (Rio de Janeiro: Conquista).
MPHANDE, C. Z. (1969) "Some aspects of the history of the Tonga to 1934" (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).
MPOYI, L. M. (1966) *Histoire wa Baluba* (Mbuyi-Mayi).
MSISKA, H. K. (1978A) "Established on iron and undermined by ivory: the creation and fragmentation of the Mwaphoka kingdom, c.1380-c.1810" (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).
MSIKA, H. K. (1978B) "Phoka historical texts" (Chancellor College, University of Malawi, não publicado).
MUDENGE, S. I. (1972) "The Rozvi empire and the feira of Zumbo" (Tese de Doutoramento, University of London).
MUDENGE, S. I. (1974A) "An identification of the Rozvi and its implications for the history of the Karanga", *RH,* 5, pp. 19-31.
MUDENGE, S. I. (1974B) "The role of foreign trade in the Rozvi empire: a reappraisal", *JAH,* 15, 3, pp. 373-91.
MUDENGE, S. I. (1976) "The Dominicans at Zumbo: an aspect of missionary history in the Zambeze valley, *c.* 1726-1836", *Mohlomi,* I, pp. 32-63.
MUDENGE, S. I. (1977) "Eighteenth-century Portuguese settlements on the Zambeze and the dating of the Rhodesian ruins: some reflections on the problems of reference dating", *IJAHS,* 10, 3, pp.1-13.
MURDOCK, J. P. (1959) *Africa: Its Peoples and their Culture History* (New York: McGraw-Hill), 456 pp.
MURIUKI, G. (1974) *A History of the Kikuyu, 1500-1900* (Nairobi: OUP), 190 pp.
MURRAY, S. S. (COMP.) (1922) *A Handbook of Nyasaland* (London: published for the Government of Nyasaland by the Crown Agents for the Colonies).
MUSAMBACHIME, M. (1976) "Changing roles: the history and development disintegration of Nkuba's Shila State to 1740" (Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin, Madison).
MUTETWA, R. G. (1976) "The political and economic history of the Duma people of south-eastern Rhodesia from the early eighteenth century to 1945" (Tese de Doutoramento, University of Rhodesia).
MUTUMBA, M. (1973) *Bulozi under the Luyana Kings. Political Evolution and State--Formation in Pre-Colonial Zambia* (London: Longman), 278 pp.
MWAIPAPE, R. J. (1982) "History and social customs of the Ngonde of northern Malawi" (manuscrito não publicado).
MWANZI, H. A. (1973) "Politics and religion among the Nandi in the nineteenth and early twentieth century" (Seminar paper, Department of History, Nairobi University).

MWANZI, H. A. (1977) *A History of the Kipsigis* (Nairobi: EALB), 171 pp. Mworoha, E. (1977) *Peuples et rois de l' Afrique des lacs* (Dakar: NEA), 352 pp.
MWOROHA, E. (1981) "Redevances et prestations dans les domaines royaux du Burundi précolonial", *Mélanges R. Mauny. Le sol, la parole et l'écrit: 2000 ans d'histoire africaine* (Paris: SFHOM), pp. 751-68.
NACANABO, D. (1982) "Le Royaume maagha de Yoko" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris I).
NACHTIGAL, G. (1874) "Zur Geschichte Bagirmis", *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* (Berlin: D. Reimer).
NACHTIGAL, G. (1876) *Le voyage de Nachtigal au Ouadai: Traduction de Van Vollenhoven* (Paris).
NACHTIGAL, G. (1879/1881/1971-4) *Sahara und Sudan: Ergebnisse Sechsjähriger Reisen in Afrika,* vol. I (Berlin: Weidmann), 749 pp.; vol. 2 (Berlin: Weidmann), 790 pp.; vol. 3 (Leipzig: F. A. Brockhaus), 548 pp.; trad. francesa, *Sahara et Soudan,* de J. Gourdault, 1881 (Paris: Hachette); reimpressão completa, 1967 (Graz: Akademie Drüker); trad. inglesa, *Sahara and Sudan,* de A. G. B. Fisher e H. J. Fisher do vol. I, Fezzan e Tibesti, e vol. 3, Wadai e Darfur 1971, 1974 (London: C. Hurst).
NA-DAMA, G. (1977) "The rise and collapse of a Hausa state: a social and political history of Zamfara" (Tese de Doutoramento, Ahmadu Bello University, Zaria).
NAHIMANA, F. (1981) "Les principautés hutu du Rwanda septentrional", *CCB,* pp. 115-37.
NALDER, L. F. (ED.) (1937) *A Tribal Survey of Mongala Province* (London: OUP), 232 pp.
AL-NAQAR, U. (1972) *The Pilgrimage Tradition in West Africa* (Khartoum: KUP).
NĀSIR, A. (1977) *Al-Inkishafi:Catechism of a Soul,* tradução e anotações de J.. de Vere Allen (Nairobi: EALB).
AL-NĀSIRĪ, A. (1954-6) *Kitab al-Istiksa li-akhbar al-Maghrib al-Aksa* (9 vols., Casablanca); também (Cairo) 1894; ver também trad. francesa part I: "Les Saadiens", *Archives marocaines,* 34.
NDIKURIYO, A. (1975) "Contrats de bétail, contrats de clientèle et pouvoir politique dans le Bututsi du 19e siècle", *EHA,* 7, pp. 59-76.
NDORICIMPA, L. (ED.) (1984) *L'arbre mémoire. Traditions orales du Burundi* (Paris/ Bujumbura: Editions Karthala/Centre de Civilisation Burundaise).
N'DUA, S. K. (1973) "Mwant Yaav Mushid (1856-1907)", *EHA,* 5, pp. 25-50
N'DUA, S. K. (1978) "Histoire ancienne des populations Luba et Lunda du Plateau du Haut Lubilashi" (Tese de Doutoramento, Lubumbashi Campus).
NEUMARK, S. D. (1957) *Economic influences on the South African Frontier, 1652- 1836* (Stanford: SUP), 96 pp.
NEWBURY, C. W. (1976) "The cohesion of oppression: a century of clientship in Kinyaga, Rwanda" (Tese de Doutoramento, University of Wisconsin, Madison).

NEWBURY, D. S. (1978) "Bushi and the historians: historiographical themes in Eastern Kivu", *HA, 5,* pp. 131-51.

NEWBURY, D. S. (1979) "Kings and clans: state formation in Ijwi island (Zaire), *c.*1780-1840" (Tese, University of Wisconsin, Madison).

NEWBURY, D. S. (1980) "Lake Kivu regional trade in the XIXth century", *JA*, 50, 2, 2, pp. 6-30.

NEWBURY, D. S. (1981) "The clans of Rwanda: a historical hypothesis", *CCB,* pp. 186-97.

NEWITT, M. D. D. (1973) *Portuguese Settlement on the Zambeze: Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa* (London: Longman), 434 pp.

NEWITT, M. D. D. (1982) "The early history of the Maravi", *JAH,* 23, 2, pp. 145-62.

NGANWA, K. N. (1948) *Abakozire Eby' Okutangaaza Omuri Ankole* (Nairobi: EALB).

NGOA, H. (1969) "Situation historico-généalogique des Ewondo: étude critique", *Abbia,* 22, maio-agosto, pp. 65-88.

NGOA, H. (1981) *Tentative de reconstitution de l'histoire récente des Ewondo.*

NGOIE NGALLA D. (1978) "Réflexions sur le peuplement de la vallée du Niari par les Kongo", *CCAH,* 2, pp. 13-25.

NGOIE NGALLA, D. (1982) "Les rapports politiques du royaume de Loango et de la vallée du Niari, d'après les textes et la tradition orale (XVle-XIXe siècles)", *CCAH,* 7, pp. 25-32.

NIANE, D. T. (1975A) *Recherches sur l'empire du Mali au Moyen-Age* (Paris: PA).

NIANE, D. T. (1975B) *Le Soudan occidental au temps des grands empires, XIe-XVIe siècles* (Paris: PA).

NIANE, D. T. (ED.) (1984) *General History of Africa. Vol. IV: Africa from the Twelfth to the Sixteenth century* (Paris/London/Berkeley: UNESCO/Heinemann/University of California Press).

NIANE, D. T. E WONDJI, C. (?) *Enquêtes orales faites en Côte d'Ivoire (1973-1980) et en Guinée (1966-1970).*

NICHOLSON, S. E. (1978) "Climatic variations in the Sahel and other African regions during the past five centuries", *JAH,* I.

NICHOLSON, S. E. (1979) "The methodology of historical climate reconstruction and its application to Africa", *JAH*, 20, 1, pp. 31-49.

NICOLAS, G. (1975) *Dynamique sociale et appréhension du monde au sein d'une société hausa* (Paris: Institut d'ethnologie, Travaux et mémoires de l'Institut d'ethnologie, N. 78), 661 pp.

NICOLAS, G. (?) "The question of Gobir", in M. Adamu (ed.), (?).

NKHOMA, J. B. C. (1978) "Immigrant politics and the Mankhambira paramountey, c.1720-1820" (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).

NKURIKIYIMFURA, J. N. (1983) "Généalogies, chronologie et sources orales au Rwanda" (Tese de Doutoramento, Paris).
NORTH, D. C. (1961) *The Economic Growth of the United States, 1790-1860* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall), 304 pp.
NORTH, D. C. (1981) *Structure and Change in Economic History* (New York: Norton).
NORTH, D. C. E THOMAS, R. P. (1970) "An economic theory of the growth of the Western world", *EHR,* 2nd series, 22, 1, pp. 1-17.
NORTH, D. C. E THOMAS, R. P. (1973) *The Rise of the Western World: A New Economic History* (Cambridge: CUP).
NORTH-COOMBES, A. (1937) *The Evolution of Sugarcane Culture in Mauritius* (Port Louis, Mauritius: General Printing).
NORTHRUP, D. (1978) *Trade Without Rulers: Precolonial Economic Development in South-Eastern Nigeria* (Oxford: Clarendon Press), 269 pp.
NSANZE, A. (1980) *Un domaine royal au Burundi: Mbuye (env. 1850-1945)* (Paris: SFHOM), 93 pp.
NSIMBI, M. B. (1956) *Amannya Amaganda N'Emnono Zaago* (Kiganda names and their origins) (Nairobi: EALB).
NTHARA, S. J. (1968) *Mbiri ya Achewa* (Blantyre: Hetherwick Press); (edição anterior, 1948).
NUKUNYA, C. K. (1969) *Kinship and Marriage among the Ewe* (London: Athlone Press).
NURSE, G. T. (1977) "The people of Bororo: a lexicostatistical enquiry", in B. Pachai (ed.), pp. 123- 35.
NYAKATURA, J. W. (1947/1973) *Abakama ba Bunyoro-Kitara*; trad. T. Muganwa e ed. G. N. Uzoigwe como *Anatomy of an African Kingdom*, 1974 (New York: Nok Publishers Ltd.), 282 pp.
NYAKATURA, J. W. (1971) *Aspects of Bunyoro Customs and Traditions* (Nairobi: EALB), 117 pp.
NZIZIWE, I. (1972) *Studies in Ibo Political Systems: Chieftaincy and Politics in Four Niger States* (London: Frank Cass), 287 pp.
OBAYEMI, A. (1976) "The Yoruba and Ebo-speaking peoples and their neighbours before 1600", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), seg. ed., pp. 196-263.
OBENGA, T. (1969) "Le royaume de Kongo", *Africa,* 24, pp. 323-48.
OBENGA, T. (1970) "Le Kikongo, fondement de l'unité culturelle", *Africa,* 25, pp. 131-55.
OBENGA, T. (1976) *La cuvette congolaise: Les hommes et les structures* (Paris: PA).
OBENGA, T. (1979) "Habillement, cosmétique et parure au royaume de Kongo, (XVe-XVIIIe siècles)", *CCAH,* 4, pp. 21-38.

OBENGA, T. (1981) "Instruments de musique au royaume de Kongo, (XVIe-XVIIIe siècles)", *CCAH,* 6, pp. 39-56.

OCAMALI, T. J. (1970) "A pre-colonial history of the highland Alur" (ensaio, Makerere).

OCHIENG', W. R. (1970) "Walowa – The ironworkers of East Africa", *Target,* March.

OCHIENG', W. R. (1974A) *A Pre-Colonial History of the Gusii of Western Kenya, 1500-1914* (Nairobi: EALB), 257 pp.

OCHIENG', W. R. (1975B) *An Outline History of Nyanza up to 1914* (Nairobi: EALB), 104 pp.

OCHIENG', W. R. (1975A) *The First Word* (Nairobi: EALB), 195 pp.

OCHIENG', W. R. (1975B) *Eastern Kenya and its Invaders* (Nairobi: EALB), 104 pp.

OCHIENG', W. R. (1975C) *A History of the Kadimo Chiefdom of Yimbo in Western Kenya* (Nairobi: EALB), 78 pp.

OCHIENG', W. R. (1975D) "Undercivilization in Black Africa", in W. R. Ochieng' (ed.), 1975a, pp. 1- 20.

OCHIENG', W. R. (1976) "The transformation of a Bantu settlement into a Luo Ruothdom", in B. A. Ogot (ed.), 1976a, pp. 44-64.

OCHIENG', W. R. (1977) *The Second Word: More Essays on Kenya History* (Nairobi: KLB).

ODYOMO, P. (?) "Consensus and leadership in the Alido confederacy in nineteenth--century Lango", in D. Denoon (ed.).

O'FAHEY, R. S. (1970) "The growth and development of Keeraa Sultanate of Darfur" (Tese de Doutoramento, University of London).

O'FAHEY, R. S. (1970) *States and State Formation in the Eastern Sudan* (Khartoum: Sudan Research Unit, University of Khartoum, African Studies Seminar Paper, N. 9).

O'FAHEY, R. S. (1971) "Religion and trade in the Kayra Sultanate of Darfur", in Y. F. Hasan (ed.), *Sudan in Africa* (Khartoum: KUP), pp. 87-97.

O'FAHEY, R. S. (1980) *State and Society in Darfur* (London: Hurst).

O'FAHEY, R. S. E SPAULDING, J. L. (1974) *The Kingdoms of the Sudan* (London: Methuen), 235 pp.

OGOT, B. A. (1963) "British administration in the central Nyanza district of Kenya", *JAH,* 4, 2, pp. 249-73.

OGOT, B. A. (1967) *A History of the Southern Luo, Vol. I: Migration and Settlement, 1500-1900* (Nairobi: EAPH), 250 pp.

OGOT, B. A. (ED.) (1974) *Zamani* (Nairobi: EAPH and Longman), 407 pp.

OGOT, B. A. (ED.) (1976A) *History and Social Change in East Africa* (Nairobi: EALB), 235 pp.

OGOT, B. A. (ED.) (1976B) *Kenya Before 1900* (Nairobi: EAPH), 291 pp.

OGOT, B. A. E KIERAN, J. A. (1971) *Zamani: A Survey of East African History* (Nairobi: EAPH); nova ed. de B. A. Ogot, 1974, 407 pp.

OGWAL, R. (1969) *History of Lango Clans,* trad. J. A. Otima e W. Okot-Chono (Makerere: History Department).

OKALANY, D. H. (?) "The Iteso: migration and developing institutions", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.

OKECH, L. (1953) *Tekwaro ki ker Lobo Acholi* (Kampala: EALB); trad. J. Nyeko, *History and Chieftaincy Records of the Land of the Acholi People*, 1968 (Makerere: History Department).

OLIVER, R. (ED.) (1977A) *The Cambridge History of Africa, vol.* 3: *From c.1050 to c.1600* (Cambridge: CUP), 803 pp.

OLIVER, R. (1977B) "The East African interior", em R. Oliver (ed.), pp. 621-69.

OLIVER, R. (1982) "The Nilotic contribution to Bantu Africa", *JAH,* 23, pp. 433-42.

OLIVER, R. E FAGE, J. D. (1962) *A Short History of Africa,* seg. ed. 1970 (Harmondsworth: Penguin).

OLIVER, R. E MATHEW, G. (EDS.) (1963) *A History of East Africa,* vol. I (Oxford: Clarendon Press), 500 pp.

OLOO, P. C. (1969) "History of settlement: the example of Luo clans of Alego: 1500--1918" (Dissertação, Nairobi University).

ONYANGO-KA-ODONGO E WEBSTER, J. B. (EDS.) (1976) *The Central Luo during the Aconya* (Nairobi: EALB).

ORHANLU, C. (1969) "Osmani-Bornu Munasebetine al belger", *Tarikh Dergisi,* 23, trad. S. E. Brown como "Documents relating to Ottoman-Borno relations".

ORHANLU, C. (1974) *Osmanli Imparatorlugu'num güney si yaseti Habes eyalati* (Istanbul: University of Istanbul).

ORTIZ, F. (1916) *Hampa afro-cubana: los negros esclavos* (Havana: Revista Bimestre Cubana).

OTIMA, J. A. (?) "The Atek of Oumolao in Aputi", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* I.

OTT, T. O. (1973) *The Haitian Revolution* (Knoxville: UTP), 232 pp.

OZANNE, P. (1962) "Notes on the early historic archaeology of Accra", *THSG,* 6, pp. 51-70.

PACHAI, B. (ED.) (1972) *The Early History of Malawi* (London: Longman), 454 pp.

PACHAI, B. (1973) *Malawi: A History of the Nation* (London: Longman), 324 pp.

PACHECO PEREIRA, D. (1937) *Esmeraldo de Situ Orbis, 1506-1508,* trad. e ed. G. H. T. Kimble (London: Hakluyt Society, 2nd series, vol. 79), 193 pp.

PAGEARD, R. (1957) *Notes sur l'histoire des Bambara de Ségou* (Paris)

PAGEARD, R. (1963) *Civilisation mossi et Egypte ancienne* (Geneva: Institut africain).

PAGEARD, R. (1969) *Le Droit privé des Mossi – Traditions et révolution,* vols. 1 e 2 (Paris/Ouagadougou: CNRS/CVRS).
PAGÈS, A. (1933) *Au Rwanda, sur les bords du lac Kivu: Un royaume hamite au centre de l' Afrique* (Brussels: Institut royal colonial belge), 703 pp.
PAIS, P. (1945-6) *História da Etiópia* (Porto: Libraria Civilização), 3 vols.
PALMER, C. A. (1976) *Slaves of the White God: Blacks in Mexico, 1570-1650* (Cambridge, Mass: HUP), 234 pp.
PALMER, H. R. (1936) *The Bornu, Sahara and Sudan* (New York: Negro University Press), 296 pp.
PALMER, H. R. (1967) *Sudanese Memoirs* (London: Frank Cass), 373 pp.
PALMER, R. E PARSONS, N. (EDS.) (1977) *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa* (London: Heinemann).
PANIKKAR, K. M. (1945) *India and the lndian Ocean* (London: Allen & Unwin), 109 pp.
PAPSTEIN, R. J. (1978) "The Upper Zambeze: a history of the Luvale people, 1000--1900" (Tese de Doutoramento, University of California, Los Angeles).
PARIS, F. (ED.) (1984) "La région d'In Gall-Tegi-en-Tesemt (Niger) III: Les sépultures du néolithique final à l'Islam", *EN,* vol 50, 233 pp.
PARK, M. (1799) *Travels in the Interior Districts of Africa. … in the years 1795, 1796 e 1797* (London: G & W. Nicol).
PARRINDER, E. G. (1967) *The Story of Ketu* (Ibadan: IUP).
PATTERSON, K. D. (1975) *The Northern Gabon Coast to 1875* (Oxford: Clarendon Press), 167 pp.
PAULITSCHKE, P. V. (1888) *Harar* (Leipzig: Brockhaus).
PEIRES, J. B. (1981) *The House of Phalo: A History of the Xhosa People in the Days of their Independence* (Johannesburg: Raven Press).
PÉLISSIER, P. (1966) *Les paysans du Sénégal: les civilisations agraires du Cayor à la Casamance* (Saint- Yrieix, Haute-Vienne: Imprimerie Fabrègue), 941 pp.
PELLEGRINI, V. (1963/1972) *Acoli Macon* (Gulu); trad. C. Okeng como *A History of the Acholi* (History Department, Makerere University).
PERCHONOCK, N. (?) "The territorial principle and the evolution of social organization in Kasar Hausa before 1500", in M. Adamu (ed.) (?).
PERLMAN, M. L. (1970) "The traditional systems of stratification among the Ganda and the Nyoro of Uganda", in A. Tuden e Plotnicov (eds.), *Social Stratification in Africa* (London: Macmillan), pp. 125-62.
PERROT, C. H. (1970) "L'histoire dans les royaumes Agni de l'est de la Côte d'Ivoire", *AESC,* 25, 6, pp. 1659-77.
PERROT, C. H. (1974) "Ano Asemã: mythe et histoire", *JAH,* 15, 2, pp. 199-222.
PERROT, C. H. (1982) *Les Anyi-Ndenye et le pouvoir politique aux XVIIIe et XIXe siècles* (Abidjan/Paris: CEDA)

PERRUCHON, J. (1893) *Les Chroniques de Zar'a ya' eqob et Ba'eda Maryam, rois d'Ethiopie de 1434 à 1478* (Paris: Bouillon).
PERRUCHON, J. (1894) "Règne de Galâdêwos ou Asnaf Sagad", *RS,* 2, pp. 154-166 e 263-270.
PERRUCHON, J. (1896) "Règne de Minas ou Admas Sagad. Règne de Sarsa Dengel ou Malak Sagad. Règnes de Ya'qob et Za Dengel", *RS,* 4, pp. 87-90.
PERRUCHON, J. (1897) "Règne de Susenyos ou Selttan Sagad", *RS,* 5, pp. 173-89.
PERRUCHON, J. (1897-8) "Règne de Fasiladas ou Alam Sagad", *RS,* 5, pp. 360-72; e 6, pp. 84-92.
PERRUCHON, J. (1901) "Règne de Iyassu Ier", *RS,* 9, pp. 71-8, 161-7 e 258-62.
PERRY, A. (1923) "Abram Hannibal, the favourite of Peter the Great", *JNH,* 8, 4, pp. 359-66.
PERSON, Y. (1961) "Les Kissi et leurs statuettes de pierre", *BIFAN,* 23, series B, vol I, pp. 1-59.
PERSON, Y. (1964) "En quête d'une chronologie ivoirienne", in J. Vansina, R. Mauny e L. V. Thomas (eds.), *The Historian in Tropical Africa* (Oxford: OUP), pp. 322-38.
PERSON, Y. (1970) "Le Soudan nigérien et la Guinée occidentale", in H. Deschamps (ed.), *Histoire générale de l'Afrique noire,* vol I, (Paris: PUF), pp. 271-304.
PERSON, Y. (1971) "Ethnic movements and acculturation in Upper Guinea since the fifteenth century", *AHS*, 4, 3, pp. 669-89.
PERSON, Y. (1972) *The Dyula and the Manding World* (London: SOAS, Conference on Manding Studies, duplicated).
PERSON, Y. (1974A) "La Sénégambie dans l'histoire", em R. C. Bridges (ed.), *'Senegambia: Proceedings of a Colloquium at the University of Aberdeen, African Studies Group'*, pp. 1-32.
PERSON, Y. (1974B) "The Atlantic coast and the southern savannahs, 1800-1880", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), *The History of West Africa,* vol. 2, pp. 262-307.
PERSON, Y. (1981) "Nyaani Mansa Mamadu et la fin de l'empire du Mali", in *Mélanges en hommage à R. Mauny.*
PESCATELLO, A. M. (1972) "The African presence in Portuguese India", *JAH,* 2, 1, pp. 26-48. Petterson, J. C. (1920) *Special Report on Uje District, Bornu Province* (Kaduna, Nigeria: National Archives, SNP), 69 pp.
PEUKERT, W. (1978) *Der atlantische sklaventandel von Dahomey (1740-1797)* (Wiesbaden: Steiner), 412 pp.
PHILLIPSON, D. W. (1974) "Iron Age history and archaeology in Zambia", *JAH,* 15, 1, pp, 1-25.
PHIILIPSON, D. W. (1977) *The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa* (London: Heinemann), 323 pp.
PHIMISTER, I. R. (1974) "Ancient mining near Great Zimbabwe", *JIMM,* 74, pp. 233-7.

PHIMISTER, I. R. (1976) "Pre-colonial gold mining in Southern Zambezia: a reassessment", *ASR,* 21, junho, pp. 1-30.
PHIRI, K. M. (1975A) "Chewa history in Central Malawi and the use of oral tradition, 1600-1920" (Tese de Doutoramento, University of Wisconsin).
PHIRI, K. M. (1975B) "Chewa history fieldnotes" (não publicado; cópias na University of Wisconsin Library and National Archives of Malawi).
PHIRI, K. M. (1976) "Pre-colonial economic change in Central Malawi, 1750-1875", *MJSS,* 5, pp. 15-27.
PHIRI, K. M. (1977) "The Maravi state system and Chewa political development about 1850" (History Teachers' Conference, Chancellor College, August), p. 9.
PHIRI, K. M. (1980) "The pre-colonial history of Southern Malawi: an interpretative essay", *MJSS, 8,* pp. 28-46.
PHIRI, K. M., VAUGHAN, M. E MAKULUNI, D. (1978) "Yao and Nyanja historical texts", vol. II (History Department, University of Malawi).
PIAULT, M. H. (1970) *Histoire Mawri: introduction à l'étude des processus constitutifs de l'Etat* (Paris: Editions du CNRS), 206 pp.
PICQ, COL. A. DU. (1905) "Les Tanala dc L'Ikongo", *Le Tour du Monde* (Paris), 18-25 de novembro, pp. 541-64.
PICQ, COL. A. DU. (1932) "L'influence islamique sur une population malayo--polynésienne de Madagascar: Tanala", extract from *RTC,* 26, pp. 191-208, 266--79 e 370-401.
PIGAFETTA, F. DE. (1591/1881/1970) *Relatione del Reame di Congo et delle circonvicine contrade tratta dalli, scritti e ragionamenti di Odoardo Lopez Portoghese* (Rome: B. Grassi), 82 pp; trad. inglesa de M. Hutchinson, *A Report of the Kingdom of Congo and the Surrounding Countries*, 1881 (London: John Murray), 175 pp; reimpressão em 1970 (London: Frank Cass).
PIKE, J. G. (1965) "Pre-colonial history of Malawi", *SMJ,* 18, 1, pp. 22-54
PIKE, J. G. (1968) *Malawi: A Political and Economic History* (New York: Praeger)
PITOT, A. (1899) *Ile de France: Esquisses Historiques (1715-1810)* (Port-Louis, Mauritius: E. Pezzani), 447 pp.
PITOT, A. (1905) *T'Eylandt Mauritius: Esquisses Historiques (1598-1710).*
PLANCQUAERT, M. (1971) *Les Yaka: essai d'histoire* (Tervuren: MRAC, Annales sciences humaines, vol. 71).
POGGE, P. (1880) *Im Reich des Muata Jamwo* (Berlin: D. Reimer).
POIRIER, C. (1953) "Généalogie des rois Maroserana du sud de l'Onilahy", *BAM,* new series, 31, pp.29-35.
POLLOCK, N. C. E AGNEW, S. (1963) *A Historical Geography of South Africa* (London: Longman), 242 pp.
PONCET, J. P. (1967) "Le mythe de la 'catastrophe' hilalienne", *AESC,* 22, pp. 1099-1120.

PORTER, D. H. (1970) *The Abolition of the Slave Trade in England, 1784-1807* (New York: Archon).

PORTER, R. (1974) "European activity on the Gold Coast, 1620-1667" (Tese de Doutoramento, University of South Africa).

POSNANSKY, M. (1974) "Archaeological aspects of the Brong Ahafo region" (Legon: Brong Studies Seminar).

POSNANSKY, M. (1981) "The societies of Africa south of the Sahara in the early iron age", in G. Mokhtar (ed.), pp. 718-31.

POSTAN, M. M. E HATCHER, J. (1975 E 1978) "Population and class relations in feudal society", *PP,* 75, pp. 37-47 e 78, pp. 24-37.

POTTER, J. (1965) "The growth of population in America, 1700-1800", in D. V. Glass e D. E. C. Eversley (eds.), pp. 631-88.

PRAX (1849) *Commerce de l'Algérie avec La Mecque et le Soudan* (Paris: J. Rouvier), 32 pp.

PRICE, R. (ED.) (1973) *Maroon Societies* (Garden City: Anchor).

PRICE, R. (1976) *The Guiana Maroons: A Historical and Bibliographical Introduction* (Baltimore: JHUP), 184 pp.

PRIESTLEY, M. A. (1961A) "English gifts to the King of Ashanti in the 18th century", *GNQ,* 2, pp. 4-7.

PRIESTLEY, M. A. (1961B) "The Ashanti question and the British", *JAH,* 2, 1, pp. 35-59.

PRIESTLEY, M. A. (1969) *West African Trade and Coast Society* (London: OUP), 207 pp.

PRING, M. (?) *Fanno Mary O Fannadill.*

PROYART, A. (1776) *Histoire de Loango, Kakongo et autres royaumes d'Afrique* (Paris); reimpressão em 1968, (Gregg International), 393 pp.

PRUITT, W. F. (1973) "An independent people: the history of the Sala Mpasu of Zaire and their neighbors" (Tese de Doutoramento, Northwestern University, Evanston, III).

PURCHAS, S. (1613/1905-7) *Purchas: His Pilgrims* (London: W. Stansby), 752 pp.; edições posteriors incluem as de Hakluyt Society em 1905-7 (20 vols., Glasgow: J. MacLehose and Sons).

QUARLES, B. (1961) *The Negro in the American Revolution* (Chapel Hill: UNCP), 231 pp.

QUIRING, H. (1949) *Trade Routes, Trade and Currency in East Africa* (Livingstone: Rhodes-Livingstone Museum Occasional Paper).

RAFFENEL, A. (1846) *Voyage dans l' Afrique occidentale (1843-1844)* (Paris: Bertrand), 512 pp.

RAFIK, A. K. (1963) *Misr wa-Bilad al-Sham* (Damascus).

RAHMĀN, A. R. A. E MIKI, W. (1977) *The Village in Ottoman Egypt and Tokuga Japan – A Comparative Study* (Tokyo, Studia Culturae Islamicae N. 7, published by the Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa), 106 pp.

RANDLES, W. G. L. (1958) "South-East Africa and the Empire of Monomotapa as shown on selected and printed maps of the 16th century", *Studia,* 2, pp. 103-63.

RANDLES, W. G. L. (1968) *L'ancien royaume du Congo, des origines à la fin du XIXe siècle* (Paris/The Hague: Mouton), 275 pp.

RANDLES, W. G. L. (1979) *The Empire of Monomotapa: From the Fifteenth to the Nineteenth Century* trad. inglesa de R. S. Roberts (Gweru: Mambo Press), pp. 38-55.

RANGER, T. O. (ED.) (1968A) *Aspects of Central African History* (London/Nairobi: Heinemann/EAPH), 291 pp.

RANGER, T. O. (ED.) (1968B) *Emerging Themes of African History* (Nairobi: EAPH), 230 pp.

RANGER, T. O. (1973) "Territorial cults in the history of Central Africa", *JAH,* 14, 4, pp. 581-97.

RANGER, T. O. (1979) *Revolt in Southern Rhodesia, 1896-1897: A Study in African Resistance,* (London: Heinemann), 403 pp.

RANGER, T. O. E KIMAMBO, I. N. (EDS.) (1972) *The Historical Study of African Religion* (London: Heinemann), 307 pp.

RASAMIMANANA, J. E RAZAFINDRAZAKA, L. (1909) *Contribution à l'histoire des Malgaches Fanasoavana ny Tantaran'ny Malagasy* (Ambohimalaza and Antananarivo); 1957 reprint, a-b, i-iii, pp. 1-45.

RATELBAND, K. (1953) *Vijf Dagregisters van het Kasteel Sao Jorge Da Mina (Elmina) aan de Goudkust (1645-1647)* Uitgegeven door... – Linschoten Vereeniging, V. LV (The Hague).

RATZEL, F. (1885) *Völkerkunde* (Leipzig), pp. 451-78.

RAU, V. (1966) "Les marchands – banquiers étrangers au Portugal sous le règne de Joao III (1521- 1557)", in *Les aspects inlernationaux de la découverte océanique aux XVe et XVIe siècles* (Paris).

RAZAFIMINO, G. (1924) *La signification religieuse du Fandroana ou de la fête du nouvel an en Imerina* (Antananarivo).

REA, W. F. (1976) *The Economics of the Zambeze Missions, 1580-1759* (Rome: Institutum Historicum).

REDMOND, P. M. (at press) "Notes on the trade in dried fish in the Central Sudan", in M. Adamu (ed.), (?).

REEFE, T. Q (1975) "A History of the Luba Empire to 1895" (Tese de Doutoramento, University of California, Berkeley).

REEFE, T. Q (1977) "Traditions of genesis and the Luba Diaspora", *HAJM,* 4, pp. 183-206.

REEFE, T. Q (1980) "The eastern savanna of Central Africa and Northern Zambezia to the 1890s" (Paper presented to the Conference on the Social, Political and Economic History of Central Africa, University of Kent, Canterbury, 7-11 July).
REEFE, T. Q (1981) *The Rainbow and the Kings: A History of the Luba Empire to 1891* (Berkeley: UCP), 286 pp.
REHSE, H. (1910) *Kiziba: Land und Leute* (Stuttgart), trad. de Mrs. Denne como *Kiziba: land and people* (?), 394 pp.
REINDORF, C. C. (1898/1966) *The History of the Gold Coast and Asanti* (Basle: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co); reimpressão em 1966 (Accra: GUP), 349 pp.
RENNIE, J. K. (1972) "The precolonial kingdom of Rwanda: a reinterpretation", *TJH,* 2, 2, pp. 11- 53.
REPIQUET, J. (1902) *Le Sultanat d'Anjouan, îles Comores* (Paris).
REY-HULMAN, D. (1975) "Les dépendants des maîtres tyokossi pendant la période pré-coloniale", in C. Meillassoux (ed.), pp. *297-320.*
RICCI, L. (1969-71) "La 'Vita' di 'enbāqom e di Yohannes abbati di Dabra Libānos di Scioa", *RSE,* 23, pp. 79-220 e 24, pp. 134-232.
RICHARD-MOLARD, J. (1949) *Afrique occidentale française* (seg. ed., Paris: Editions Berger-Levrault).
RICHTER, F. (1899) "Der Bezirk Bukoba", *Mitteilungen von Forschungsreisenden und Gelehrten aus den deutschen Schutzgebieten,* 12, pp. *67-105.*
RINCHON, R. F. D. (1929) *La traite et l'esclavage des Congolais par les Européens: Histoire de la déportation de 13 millions 250.000 Noirs en Amérique* (Brussels: Wetteren), 306 pp.
RINCHON, R. F. D. (1964) *Pierre Ignace Liévin van Alstein, capitaine négrier: Gand, 1733 – Nantes, 1793* (Dakar: IFAN, Mémoire N. 71), 452 pp.
RITA-FERREIRA, A. (1966) *Os Chevas da Macanga* (Lourenço Marques).
RITCHIE, C. I. A. (1968) "Deux textes sur le Sénégal, 1673-1677", *BIFAN,* 30, Séries B, N. 1, pp. 289-353.
ROBERTS, A. D. (ED.) (1968A) *Tanzania Before 1900* (Nairobi: EAPH), 162 pp.
ROBERTS, A. D. (1968B) "The Nyamwezi", in A. D. Roberts (ed.), 1968(a), pp. 117-50.
ROBERTS, A. D. (1970A) "Chronology of the *Bemba*", *JAH,* 2, 2, pp. 221-40.
ROBERTS, A. D. (L970B) "Pre-colonial trade in Zambia", *ASR,* 10, pp. 715-37.
ROBERTS, A. D. (1970C) "Nyamwezi trade", in R. Gray e O. Birmingham (eds.), pp. 39-74.
ROBERTS, A. D. (1973) *A History of the Bemba: Political Growth and Change in North--Eastern Zambia Before 1900* (London: Longman), 420 pp.
ROBERTS, A. D. (1976) *A History of Zambia* (London: Heinemann), 288 pp,
ROBINSON, D. (1975) "The Islamic revolution of Futa Toro", *IJAHS,* 8, 2, pp. 185-221.

ROBINSON, K. R. (1966) "A preliminary report on the recent archaeology of Ngonde, Northern Malawi", *JAH,* 7, 2, pp. 178-92.
ROBINSON, K. R. (1972) "The Iron Age in Malawi: a brief account of recent work", in B. Pachai (ed.), pp. 54-72.
ROBINSON, K. R. E SANDELOWSKY, B. (1968) "The Iron Age of Northern Malawi: recent work", *Azania,* 3, pp. 107-46.
ROCHE, C. (1976) *Conquête et résistance en Casamance* (Dakar: NEA).
RODEGEM, F. M. (1964) *Onomastique rundi* (Bujumbura, mimeograph).
RODNEY, W. (1967A) *West Africa and the Atlantic Slave Trade* (Nairobi: EAPH, Paper No. 2), 28 pp.
RODNEY, W. (1967B) "A reconsideration of the Mane invasions of Sierra Leone", *JAH,* 8, 2, pp. 219- 46
RODNEY, W. (1968) "Jihad and social revolution in Futa Djalon in the eighteenth century", *JHSN,* 4, 2, pp. 269-84.
RODNEY, W. (1969A) "Gold and slaves on the Gold Coast", *THSC*, 10, pp. 13-28.
RODNEY, W. (1969B) "Upper Guinea and the significance of the origins of Africans enslaved in the New World", *JNH,* 54, 4, pp. 327-45.
RODNEY, W. (1970A) "The historical roots of economic underdevelopment" (trabalho apresentado em (dezembro) 1970 na Universities of East Africa Social Science Conference, Dar es Salaam).
RODNEY, W. (1970B) *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800* (Oxford: Clarendon Press), 283 pp.
RODNEY, W. (1972) *How Europe Underdeveloped Africa* (Dar es Salaam/London: TPH and Bogle L'Ouverture), 316 pp.
RODNEY, W. (1975) "Africa in Europe and the Americas", in J. D. Fage e R. Oliver (eds.), *The Cambridge History of Africa,* vol. 4 (Cambridge: CUP), pp. 578-651.
ROHLFS, C. (1875) *Quer durch Afrika* (2 vols., Leipzig: Brockhaus).
ROPER, T. (1963) "The rise of Christian Europe", *The Listener,* 28 de novembro, p. 871.
ROSS, R. (1975) "The 'White' population of the Cape colony in the eighteenth century", *PS, 29.*
ROSS, R. (1976) *Adam Kok's Griquas: A Study in the Development of Stratification in South Africa* (Cambridge: CUP, African Studies Series N. 21), 194 pp.
ROSS, R. (1978) "Patterns of relationships between agriculturalists and pastoralists in Southern Africa" (Paper presented at the Conference on the Iron-using Bantu--speaking Population of Southern Africa before 1800, Leiden, September).
ROSSI, E. (1936) "La Cronaca Araba Tripolitana di Ibn Galboun", *SSL, 3.*
ROSSI, E. (1968) *Storia di Tripoli e della Tripolitania* (Rome: Istituto per l'Oriente).

ROTBERG, R. E MAZRUI, A. (EDS.) *Protest and Power in Black Africa* (New York: OUP), 1274 pp.
ROUT, L. B. JR. (1976) *The African Experience in Spanish America, from 1502 to the Present Day* (Cambridge: CUP), 404 pp.
RUBIN, V. E TUDEN, A. (EDS) (1977) *Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies* (Annals of the New York Academy of Science, Vol. 292).
RUGOMANA, J. (1957) "Le roi du pays rundi et les hommes qui y sont venus les premiers", *Zaire,* 11, 6, pp. 625-36.
RWABUKUMBA, J. E MUDANDAGIZI, V. (1974) "Les formes historiques de la dependance personnelle dans l'état rwandais", *CEA,* 53, pp. 6-25.
RYAN, V. M. (1864) *Mauritius and Madagascar* (London: Seeley, Jackson and Halliday), 340 pp.
RYDER, A. F. C. (1964) "A note on Afro-Portuguese ivories", *JAH,* 5, pp. 363-5.
RYDER, A. F. C. (1965A) *Materials for West African History in Portuguese Archives* (London: Athlone Press), 92 pp.
RYDER, A. F. C. (1965B) "Portuguese and Dutch in West Africa before 1800", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 212-32.
RYDER, A. F. C. (1969) *Benin and the Europeans, 1485-1897* (London: Longmans), 372 pp.
SA'AD, A. (1977) *Lamibe of Fombina* (Oxford: Asian Broadeasting Union).
AL-SA'DĪ, 'ABD AL-RAHMĀN B. 'ABD ALLĀH (1656) *Ta'rikh al-Sudan;* ed. O. Houdas e E. Benoist, 1898; trad. francesa de O. Houdas, 2 vols., 1900 (Paris: Leroux); trad. rev. em 1964 (Paris: Maisonneuve et Larose), 540 pp.
SAHLI, K. R. (1977) "Kathaiq'an al-Maghrab al-'Uthmani" (Documentos relativos a Ottoman's Maghrib), *RHM,* 7-8, January, Arab section, pp. 40-60.
SAHLINS, M. (1972) *Stone-Age Economics* (Chicago: Aldine-Atherton), 348 pp; seg. ed., 1974 (London: Tavistock).
SAIGNES, M. A. (1967) *Vida de los esclavos en Venezuela* (Caracas: Hesperides).
SAINT-GERRAIS DE (1736) *Mémoires historiques qui concernent le gouvemement de l'ancien et du nouveau Royaume de Tunis, avec des réflexions sur la conduite d' un Consul, et un détail du commerce...* (Paris: Ganeau Fils).
SALEY, M. (1982) "Les états tsotsebaki des origines au XIXe siècle" (Dissertação de Mestrado, University of Niamey).
SALIFOU, A. (1971) *Le Damagaram ou Sultanat de Zinder au XIXe siècle.* (Niamey: IRSH, *EN*, vol. 27), 320pp.
SALIM, A. I. (1973) *The Swahili-speaking Peoples of Kenya' Coast, 1895-1965* (Nairobi: EAPH), 272 pp.
SALIM, A. I. (1980) "Kenya, Muslims" in *Encyclopedia of Islam,* nova ed. (Leiden/ Paris: Brill/Maisonneuve et Larose).

SALISBURY, R. F. (1962) *From Stone to Steel* (Melbourne: Melbourne University Press/CUP).
SANDERS, E. (1969) "The hamitic hypothesis: its origin and functions in time perspective", *JAH* 10, 4, pp. 521-32.
SANTANDREA, F. (1964) *A Tribal History of the Western Bahr el-Ghazal* (Bologna: Editrice Nigrizia), 345pp.
SANTANDREA, F. (1981) *Ethno-Geography of the Bahr el-Ghazal (Sudan): An Attempt at a Historical Reconstruction* (Bologna: Editrice Nigrizia).
SANTOS, J. DOS (1609/1895) *Ethiopia Oriental*, 1895 edn (2 vols, Lisbon).
SANTOS, J. DOS (1901) "Ethiopia Oriental", in G. M. Theal (ed.), 1898-1903, vol. 7, pp. 1-182 (em português); pp. 183-370 (trad. inglesa).
SANTOS, T. DOS. (1969) "The crisis of development theory and the problem of dependence in Latin America", in H. Bernstein (ed.), pp. 57-80.
SARGENT, R. A. (1979) "The generations of turmoil and stress: a proliferation of states in the northern interlacustrine region c. 1544-1625", in J. B. Webster (ed.), 1979 (a), pp. 231-61.
SARKAR, J. (1919) *History of Aurangzib* (Calcutta/London: Longmans, Green & Co.).
SAUTER, R. (1963) "Où en est notre connaissance des églises rupestres d'Ethiopie?", *AE,* 5, pp. 235- 92.
SAUTTER, G. (1966) *De l' Alantique au fleuve Congo, une géographie du sous-peuplement* (Paris: Imprimerie nationale), 1102 pp.
SAVARON, C. (1928 E 1931) "Contribution à l'histoire de l'Imerina", *BAM,* new series, II, pp. 61- 81 e 14, pp. 57-73.
SAXON, D. E. (1982) "Linguistic evidence for the eastward spread of Ubanguian peoples", in C. Ehret e M. Posnansky (eds.), pp. 66-77.
SCELLE, G. (1906) *La traite nègrière aux Indes de Castille* (2 vols, Paris: L. Larose e L. Tenin).
SCHEBESTA, P. (1952) *Les pygmies du Congo belge* (Brussels: Verhandelingen), 432 pp.
SCHECHTER, R. E. (1976) *"History* and historiography on a frontier of Lunda expansion: the origins and early development of the Kanongesha" (Tese, University of Wisconsin, Madison).
SCHECHTER, R. E. (1980) "Apropos the drunken king: cosmology and history", in J. C. Miller (ed.), pp. 108-25.
SCHLEICHER, A. W. (1893) *Geschichte der Galla* (Berlin: T. Fröhlich).
SCHIMIDT, P. (1978) *Historical Archaeology: A Structural Approach to an African Culture* (Westport Connect.: Greenwood Press), 365 pp.
SCHOLFELEERS, M. J. (1968) "Symbolic and social aspects of spirit worship among the Mang'anja" (Tese de Doutoramento, Oxford University).

SCHOLFELEERS, M. J. (1972A) "The meaning and use of the name 'Malawi' in oral traditions and pre-colonial documents", in B. Pachai (ed.), pp. 93-106.
SCHOLFELEERS, M. J. (1972B) "The historical and political role of the M'bona cult among the Mang'anja", in T. O. Ranger e I. N. Kimambo (eds.), pp. 73-94.
SCHOLFELEERS, M. J. (1973) "Towards the identification of a proto-Chewa culture: a preliminary contribution", *MJSS,* 2, pp. 47-60.
SCHOLFELEERS, M. J. (1976) "The Nyau societies: our present understanding", *SMJ,* 29, I, pp. 59-68.
SCHOLFELEERS, M. J. (ED.) (1979A) *Guardians of the Land; Essays on Central African Territorial Cults* (Gweru: Mambo Press).
SCHOLFELEERS, M. J. (1979B) "The Chisumphe and M'bona cults in Malawi: a comparative history", in M. J. Schoffeleers (ed.), 1979 (a), pp. 147-86.
SCHOLFELEERS, M. J. (1980) "Trade, warfare and social inequality: the case of the lower Shire Valley of Malawi, 1590-1622 A. D.", *SMJ,* 33,2, pp, 1-24.
SCHOVE, D. J. (1973) "African droughts and the spectrum of time", in D. Dalby e R. J. H. Church (eds.), *Droughts in Africa* (London: IAI), pp. 38-53; seg. ed., 1977.
SCHUMACHER, P. (1949) "Urundi", *Aequatoria,* 12, pp, 129-32.
SCHUMACHER, P. (1958) *Ruanda* (Fribourg: Anthropos), 1300 pp.
SCHUTTE, G. (1979) "Company and colonists at the Cape", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 173-210.
SCHWARTZ, S. B. (1970) "The 'Macambo': slave resistance in colonial Bahia", *JSH,* 3, 4.
SCHWARTZ, S. B. (1977) "Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery", *HAHR,* 57, February.
SCHWEINFURTH, G. (1873) *The Heart of Africa: Three Years' Travels and Adventures in the Unexplored Regions of Central Africa, 1886-71* (2 vols, London: Low, Marston, Low & Searle).
SÉKOU-BAMBA, M. (1978) "Bas-Bandama precolonial" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris).
SELIGMAN, C. G. (1957) *Races of Africa;* terceira ed. (London: Butrerworrh), 236 pp.
SÉRÉ DE RIVIÈRES, E. (1965) *Histoire du Niger* (Paris: Berger-Levrault), 311 pp.
SERJEANT, R. B. (1963) *The Portuguese of the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles with Yemeni and European accounts of Dutch Pirates of Mocha in the Seventeenth Century* (Oxford: Clarendon Press).
SERJEANT, R. B. (1966) "South Arabia and Ethiopia – African elements in the south Arabian population", in *Proceedings of the Third International Conference of Ethiopian Studies* (Rome).
SERJEANT, R. B. (1967) "Société et gouvernments en Arabie du Sud", *Arabia,* 14 October.

AL-SHĀRQAWĪ, M. (1957) *Misr fi 'l-qarn al-thamin 'ashar* (Egypt in the 18th century) (3 vols., Cairo).

SHAW, REV, G. A. (1893 E 1894) "The Arab element in South-East Madagascar", *AA,* 5, pp. 99- 109 e 6, pp. 205-10.

SHAW, S. J. (1962A) *The Financial and Administratiue Organization and Development of Ottoman Egypt, 1517-1798* (Princeton: NJ: PUP, Princeton Oriental Studies N. 19), 451 pp.

SHAW, S. J. (1962B) *Ottoman Egypt in the Eighteenth Century: The Nizamname i Misir of Cezzar Ahmed Pasha,* ed. e trad. S. J. Shaw (Cambridge, Mass.: HUP, Harvard Middle Eastern Monograph 7).

SHAW, S. J. (1969) *The Budget of Ottoman Egypt, 1005-1006/1596-1597* (The Hague: Mouton), 210 pp.

SHAW, T. (1970) *Igbo-Ukwu: An Account of Archaeological Discoveries in Eastern Nigeria* (2 vols., London: Faber & Faber for the IAS, University of Ibadan).

SHAW, T. (1977) "Questions in the holocene demography of West Africa", in *African Historical Demography I: Proceedings of a Seminar held in the Centre of African Studies. University of Edinburgh (29th and 30th April* (Edinburgh: EUP), pp. 105-21.

SHAW, T. (1978) *Nigeria: Its Archaeology and Early History* (London: Thames & Hudson).

SHAW, T. (1981) "Towards a pre-historic demography of Africa", *African Historical Demography* (Edinburgh), 2.

SHEA, P. J. (1983) "Approaching the study of production in rural Kano", in B. M. Barkindo (ed.), pp. 93-115.

SHEPHERD, J. F. (1969) "Estimates of 'invisible' earnings in the balance of payments of the British North American colonies, 1769-1772", *JEH,* 29, 2.

SHEPHERD, J. F. E WALTON, G. M. (1972) *Shipping, Maritime Trade, and the Economic Development of Colonial North America* (Cambridge: CUP).

SHERIDAN, R. (1970) *The Development of the Plantations to 1750: An Era of West Indian Prosperity, 1750-1775* (Bridgetown, Jamaica: CUP), 120 pp.

SHERIFF, A. M. H. (1971) "The rise of a commercial empire: an aspect of the economic history of Zanzibar, 1770-1873" (Tese de Doutoramento, University of London).

SHERIFF, A. M. H. (1980) "Tanzanian societies at the time of partition", in M. H. Y. Kaniki (ed.), *Tanzania Under Colonial Rule* (London: Longman), pp. 11-50.

SHERWOOD, H. N. (1923) "Paul Cuffee", *JNH,* 8,2, pp. 153-229.

SHIROYA, O. J. E. (não publicado: "The Lugbara: at the nexus of thrce worlds", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol I.

SHIROYA, O. J. E. (não publicado: "Ethnic assimilation and political integration: the Lugbara, Alur and their neighbours", in D. Denoon (ed.), (?).

SIDIBÉ, B. K. (1972) "The story of Kaabu: its extent and people" (não publicado e apresentado em Conference on Manding Studies, London).
SIDIBÉ, B. K. (1974) "The Nyanchos of Kaabu" (não publicado, Indiana University African Studies Programme).
SILVEIRA, L. (1946) *Edição Nova do Tratado Breve dos Rios de Guiné pelo Capitão André Alvares D'Almada* (Lisboa).
SINCLAIR, P. (1977) "First steps towards the reconstruction of the rural economy of the Zimbabwe state" (Paper presented at the International Conference on Southern African History, National University of Lesotho, Roma).
SKINNER, E. P. (1964) *The Mossi of Upper Volta: The Political Development of a Sudanese People* (Stanford: SUP), 236 pp.
SMALDONE, J. P. (1977) *Warfare in the Soko Caliphate* (Cambridge: CUP), 228 pp.
SMITH, A. (1970) "Some notes on the history of Zazzau under the Hausa kings", in M. J. Mortimore (ed.), pp. 82-101.
SMITH, A. (1976) "The early states of the Central Sudan", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), seg. ed., pp. 158-201.
SMITH, M. G. (1967) "A Hausa kingdom: Maradi under Dan Baskore, 1845-75", in C. D. Forde e P. M. Kaberry (eds), pp. 93-122.
SMITH, M. G. (1983) "The Kano chronicle as history", in B. M. Barkindo (ed.) pp. 31-56.
SMITH, P. (1981) "Personnages de légende", *GCB*, pp. 244-53.
SMITH, R. (1979) "Carpaccio's African gondolier", *ISAR*, 34, pp. 47-52.
SOKA, L. D. (1953) *Mbiri ya Alomwe* (London: Macmillan).
SOUTHHALL, A. W. (1953) *Alur Society* (Nairobi: OUP), 397 pp.
SOUTHHALL, A. W. (1954) "Alur tradition and its historical significance", *UJ*, 18, 2, pp. 137-65.
SOUTHHALL, A. W. (1970) "Rank and stratification among the Alur and other Nilotic peoples", in A. Tuden e Plotnicov (eds.), *Social Stratification in Africa* (London: Macmillan), pp. 31-46.
SOW, A. I. (1971) *Le filon du bonheur éternel par Mouhammadou Samba Mambeya* (Paris: Colin).
SOWUNMI, M. A. (1978) *Palynological Studies in the Rivers State* (University of Port Harcourt, School of Humanities Seminars).
SPAULDING, J. L. (1971) "Kings of sun and shadow: a history of the Abdallab provinces of the Northern Sinnar Sultanate, 1500-1800 A. D." (Tese de doutoramento, Columbia University).
SPAULDING, J. L. (1972) "The Funj: a reconsideration", *JAH*, 13, I, pp. 39-53.
SPEAR, T. T. (1974) "Tradition myths and historian's myths: variations on the Singwaya theme of Miji Kenda origins", *HA*, I, pp. 67-84.

SPEAR, T. T. (1976) "The Miji Kenda, 1550-1900", in B. A. Ogot (ed.), 1976 (b), pp. 262-85.

SPEAR, T. T. (1978) *The Kaya Complex: A History of the Miji Kenda Peoples of the Kenya Coast to 1900* (Nairobi: KLB & EALB).

SPEAR, T. T. (1981) *Kenya's Past* (Nairobi: Longman), 155 pp.

SPRATLIN, V. B. (1938) *Juan Latino: Slave and Humanist* (New York: Spinner Press Inc.).

STANLEY, S. E KARSTEN, D. (1968) "The Luwa system of the Garbicco", *Paideuma,* 14, pp. 93-102.

STEIN, R. (1978) "Measuring the French slave trade, 1723-1792", *JAH,* 19, 4, pp. 515-21.

STEINHART, E. I. (1981) "Herders and farmers", in C. C. Steward e D. Crummey (eds.), *Modes of Production in Africa* (London: Sage Publications), pp. 115-56.

STEWART, C. C. (1976) "Southern Saharan scholarship and the *Bilad al-Sudan*", *JAH,* 17, pp. 73-93.

STITZ, V. (1974) *Studien zur Kulturgeographie Zentraläthiopiens* (Bonn: Dümmler).

STOKES, E. E BROWN, R. (EDS) (1966) *The Zambezian Past: Studies in Central African History* (Manchester: MUP), 427 pp.

STRANDES, J. (1899/1961) *Die Portugiesenzeit von Deutsch – und Englisch-Ost Afrika* (Berlin: D. Reimer); trad. inglesa de J. F. Wallwork, *The Portuguese Period in East Africa* (Nairobi: EALB), 378 pp.

STRAUBE, H. (1957) "Das Dualasystem und die Halaka-Verfassung der Dorse", *Paideuma,* 6, pp. 342- 53.

STRAUBE, H. (1963) *Westkuschitische Völker Süd-Äthiopiens,* com a contribuição de Schutz-Weider (Stuttgart: Kohlhammer), 411 pp.

STRUCK, B. (1911) "Bemerkungen uber die 'Mbandwa' des Zwischenseengebiets", *ZFE,* 43, 3/4, pp. 516-21.

STUHLMANN, F. (1894) *Mit Emin Pascha ins Herz von Afrika* (Berlin: D. Reimer), 902 pp.

SULZMANN, E. (1983) "Orale Tradition und Chronologie: Der Fall Baboma-Bolia", in Feik Nzuji *et al.* (eds.), *Mélanges de culture et linguistique africame publiés à la mémoire de Leo Stappers* (Berlin: Mainzer Afrika Studien Bd. 3), pp. 525-86.

SURET-CANALE, J. (1970) *La République de Guinée* (Paris: Editions sociales), 431 pp.

SURET-CANALE, J. (1971) "The Western Atlantic coast, 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 387-440; ed., 1976, pp. 456-511.

SUTHERLAND-HARRIS, N. (1970) "Zambian trade with Zumbo in the 18th century", in R. Gray e D. Birmingham (eds.), pp. 231-42.

SUTTON, J. E. G. (1979) "Towards a less orthodox history of Hausaland", *JAH,* 20, 2, pp. 179-201.

SUTTON, J. E. G. (1983) "A New look at the Inyanga terraces", *ZH,* 19, pp. 12-19.
SUTTON, J. E. G. E ROBERTS A. (1968) "Uvinza and its salt industry", *Azania,* 3, pp. 45-86.
SWARTZ, A. (1971) *Tradition et changements dans la societé guéré* (Paris: ORSTOM, Mémoires N. 52), 259 pp.
SY, A. A. (1979) "La geste tiedo" (Tese de Doutoramento, Dakar).
TACCHI, A. (1892) "King Andrianampoinimerina and the early history of Antananarivo and Ambohimanga", *AA,* pp. 474-96.
TAMAKLOE, E. F. (1931) *A Brief History of the Dagbamba People* (Accra: Government Printer), 76 pp.
TAMRAT, T. (1970) "The Abbots of Däbrä Hayq, 1248-1535", *JES,* 7, pp. 87-117.
TAMRAT, T. (1972) *Church and State in Ethiopia, 1270-1527* (Oxford: Clarendon Press), 327 pp.
TAMRAT, T. (1977) "Ethiopia, the Red Sea and the Horn", *Cambridge History of Africa,* vol. 3 (Cambridge: CUP), pp. 98-182.
TARDITS, C. (1980) *Le royaume bamoum* (Paris: Armand Colin), 1078 pp.
TARDITS, C. (ED.) (1981) *Contribution de la recherche ethnologique à l'histoire des civilisations du Cameroun* (2 vols., Paris: Editions du CNRS), 597 pp.
TASSY, L. DE (1757) *Histoire des états barbaresques qui exercent la piraterie* (Paris: Chaubert).
TAUXIER, L. (1912) *Le Noir du Soudan* (Paris: Larose).
TAUXIER, L. (1917) *Le Noir du Yatenga* (Paris: Larose), 790 pp.
TAUXIER, L. (1921) *Le Noir de Bondoukou* (Paris: Leroux).
TAUXIER, L. (1924) *Nouvelles notes sur le Mossi et le Gourounsi* (Paris: Larose).
TAUXIER, L. (1942) *Histoire des Bambara* (Paris: Librairie orientaliste P. Geuthner), 226 pp.
TAYLOR, J. G. (1979) *From Modernization to Modes of Production: A Critique of the Sociologies of Development and Underdevelopment* (London: Macmillan).
TEIXEIRA DA MOTA, A. (1954) *Guiné Portuguesa* (2 vols., Lisboa: Agencia Geral do Ultramar).
TEIXEIRA DA MORA, A. (1969) "Un document nouveau pour l'histoire des Peul au Sénégal pendant les 15e et 16e siècles", *BCGP,* 96, pp. 781-860.
TEIXEIRA DA MOTA, A. (1975) "Gli avori africani nella documentazione portoghese dei secoli XV-XVII", *Africa,* 30, 4, pp. 580-9.
TELLEZ, B. (1710) *Travels of the Jesuits in Ethiopia* (London).
TEMINI, A. (1978) "Al-Khalfiya al-diniya lis-sira al-isbani al-'uthmani" (The religious background to the duel between Spain and the Ottoman), *RHM,* 10-11, January, Arab section, pp. 5-44.

TEMINI, A. (1983) *Mujaz al-dafatir al-arabiya wa'l-turkiya bil-Jaza'ir* (Sommaire des registres turcs et arabes d'Alger) (Tunis: Publications de l'ISD), 169 pp. in Arabic + 26 pp. in French.

TERPESTRA, H. (1960) "Nederlands gouden tijd an de Goudkust", *Tijdschrit voor Geschiedenis,* 73, 3.

TERRASSE, H. (1949-50) *Histoire du Maroc* (2 vols., Casablanca: Atlantides).

THEAL, G. M. (ED.) (1898-1903) *Records of South-Eastern Africa* (9 vols, London/ Cape Town: Government of Cape Town).

THEAL, G. M. (1910) *Ethnography and Condition of South Africa before A.D. 1505* (London: George Allen & Unwin).

THOMAS, F. M. (1958) *Historical Notes on the Bisa Tribe of Northern Rhodesia* (Lusaka: Rhodes-Livingstone Institute), 52 pp.

THOMAS, J. M. C. (1979) "Emprunt ou parentés", in S. Bahuchet, *Pygmées de Centrafrique* (Paris), pp. 141-69.

THOMASSIN, L. (1900) "Notes sur le royaume de Mahabo", *NRE,* 6, pp. 395-413.

THOMPSON, R. F. E CORNET, J. (1982) *The Four Moments of the Sun: Kongo Art in Two Worlds* (Washington: National Art Gallery).

THORNTON, J. K. (1977A) "Demography and history in the kingdom of Kongo, 1550-1750", *JAH, 18,* 4, pp. 507-30.

THORNTON, J. K. (1977B) "Eighteenth-century baptismal register and the demographic history of Manguezo", in C. Fyfe e D. McMaster (eds.), pp. 405-15.

THORNTON, J. K. (1978) "A resurrection for the Jaga", *CEA,* 69-70, pp. 223-7.

THORNTON, J. K. (1980) "The slave trade in eighteenth-century Angola: Effects on demographic structures", *CJAS,* 14, 3, pp. 417-28.

THORNTON, J. K. (1981A) "The chronology and causes of the Lunda expansion to the west c.1700- 1852", *ZJH,* I, pp. 1-13.

THORNTON, J. K. (1981B) "The demographie effect of the slave trade on Western Africa, 1500-1800, in C. Fyfe e D. MeMaster (eds), VOI. 2, pp. 691-720.

THORNTON, J. K. (1983A) "Catholicism in Kongo, 1491-1750", *JAH,* 25, pp. 147-67.

THORNTON, J. K. (1983B) *The Kingdom of Kongo in the Era of the Civil Wars, 1641--1718* (Madison: UWP), 193 pp.

TIENDREBEOGO, Y. (1964) *Histoire et coutumes royales des Mossi de Ouagadougou,* new edn with annotations by R. Pageard (Ouagadougou: Naba).

TILHO, J. (1911) *Documents scientifiques,* vol 2 (Paris: Imprimerie du NLE).

TIMOWSKI, M. (1974) *Le développement et la régression chez les peuples de la Boucle du Niger à l'époque précoloniale* (Warsaw: Warsaw University).

TOPLIN, R. B. (1972) *The Abolition of Slavery in Brasil* (New York: Atheneum).

TORRES, D. DE (1667) *Histoire des chérifs*... trad. Duc d'Angoulême (3 vols., Paris: T. Jolly).

TOSH, J. (1978) *Clan Leaders and Colonial Chiefs in Lango, the Potitical History of an East African Stateless Society, 1800-1939* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 293 pp.

TOURE, M. (1974) *Mande lnfluences in the Gyaman Kingdom,* Colloquium, Bonduku, January.

TOUSSAINT, A. (1967) *La Route des Iles: Contribution à l'histoire maritime des Mascareignes.*

TOUSSAINT, A. (1971) *Histoire de l'Ile Maurice* (Paris: PUF), 128 pp.

TOUSSAINT, A. (1972) *Histoire des Iles Mascareignes* (Paris: Berger-Levrault), 351 pp.

TOVONKERY (1915) *Lovantsofina Mitaza ny Tantara Nihavian'ny Mpanjaka Sakalava Samy Hofa Eto Amin'ny Faritany Maromandia,* Document 620, Bibliothèque Poirier, University of Madagascar.

TRACEY, H. (1940) *António Fernandes, Descobridor do Monomotapa, 1514-1515* (Lisboa/Lourenço Marques Imprensa Nacional), 92 pp.

TRAORÉ, D. (1937) "Notes sur le royaume mandingue de Bobo", *L'éducation africaine,* 26, pp. 58-9.

TRIMINGHAM, J. S. (1949) *Islam in the Sudan* (Oxford: Clarendon Press), 280 pp.

TRIMINGHAM, J. S. (1964) *Islam in East Africa* (Oxford: Clarendon Press), 198 pp.

TRIMINGHAM, J. S. (1970) *A History of Islam in West Africa* (Oxford: OUP), 262 pp.

TUCKER, A. N. E BRYAN, M. A. (1966) *The Non-Bantu Languages of North--Eastern Africa* (London: OUP).

TUNDU, K. Y. (1981) "Le royaume de Bene Kalundwe: des origins à 1902" (Dissertação, Lubumbashi).

AL-TUNISI, MUHAMMAD IBN 'UMAR (1951) *Voyage au Oaday*, trad. de Perron (Paris).

AL-TUNISI, MUHAMMAD IBN 'UMAR (1965) *Tashid al-adhhan bi-sirat Bilad al-´Arab wa l' Sudan* (Cairo: Egyptian General Organization for Authorship, Information and Publishing).

TURNBULL, C. M. (1961) *The Forest People* (London: Chatto and Windus), 249 pp.

TURNBULL, C. M. (1966) *Wayward Servants: The Two Worlds of the African Pygmies* (London: Eyre and Spottiswoode), 390 pp.

UNESCO (1963) *Nomades et nomadisme au Sahara* (Paris), 195 pp.

UNESCO (1979) *The African Slave Trade from the Fifteenth to the Nineteenth Century,* General History of Africa, Studies and Documents N. 2 (Paris: UNESCO), 330 pp.

UNESCO (1980) *Historical Relations across the Indian Ocean,* General History of Africa, Studies and Documents N. 3 (Paris: UNESCO), 198 pp.
UNOMAH, A. C. E WEBSTER, J. B. (1976) "East Africa: the expansion of commerce", in J. E. Flint (ed.), pp. 270-318.
URIBE, J. J. (1963) "Esclavos y señores en la sociedad colombiana del siglo XVIII", *Annuario colombiano de historia social y de la cultura,* vol. I.
URING, N. (1928) *The Voyages and Travels of Captain Nathaniel Uring,* 1701, ed. A. Dewar (London: Cassel and Co.).
URVOY, Y. F. (1936) *Histoire des populations du Soudan central* (Paris: Larose), 350 pp.
URVOY, Y. F. (1949) *Histoire de l'empire du Bornu* (Paris: Larose, Mémoires de l'IFAN N. 7), 562 pp.
URVOY, Y. F. (1978) *Wakar Bagauda Ta Kano* (Zaria: NNPC).
USMAN, Y. B. (1978) "The dynastic chronologies of three polities of Katsina", *BIFAN* (B), 40, 2, pp. 396-414.
USMAN, Y. B. (1979A) "The transformation of political communities", in Y. B. Usman (ed.), 1979 (b), pp. 34-55.
USMAN, Y. B. (ED.) (1979B) *Studies in the History of the Sokoto Caliphate – The Sokoto Seminar Papers* (Lagos: Third Press International), 504 pp.
USMAN, Y. B. (1981) *The Transformation of Katsina (1400-1883) – The Overthrow of the Sarauta System and the Establishment of the Emirate* (Zaria: ABUP).
USMAN, Y. B. (1983) "A reconsideration of the history of relations between Borno and Hausaland before 1804 A. D.", in Y. B. Usman e N. Alkali (eds.), pp. 175-204.
USMAN, Y. B. E ALKALI, M. N. (EDS.) (1983) *Studies in the History of Precolonial Borno* (Zaria: NNPC).
VAIL, H. L. (1971) "Tumbuka historical interviews: oral sources compiled in 1969--71." (não publicado; cópias no Department of History, Chancellor College, University of Malawi).
VAIL, H. L. (1972A) "Religion, language and tribal myth: the Tumbuka and Chewa of Malawi", in M. J. Schoffeleers (ed.), 1979 (a), pp. 209-33.
VAIL, H. L. (1972B) "Suggestions towards a reinterpreted Tumbuka history", in B. Pachai (ed.), pp. 148-67.
VAIL, H. L. (1974) "Trade and politics in pre-colonial northern Malawi: the strange relationship" (Department of History, University of Zambia, Seminar N. 7).
VALENSI, L. (1967) "Esclaves chrétiens et esclaves noirs à Tunis au XVIIIe siècle", *AESC,* 22, pp. 1267-88.
VALENSI, L. (1969) *Le Maghreb avant la prise d'Alger,* 1790-1830 (Paris: Flammarion), 141 pp.
VALENSI, L. (1977) *Fellahs tunisiens: l'économie rurale et la vie des campagnes aux 18e et 19e siècles* (Paris/The Hague: Mouton), 421 pp.

VALLIER (1898) "Etudes ethnologiques sur les Bezanozano", *NRE,* 3, pp. 65-84.
VAN AVERMAET, J. E MBUYA, B. (1954) *Dictionnaire kiluba-français* (Tervuren: MRAC, ser. in 8°, N. 12).
VAN DEN BYVANG, L. (1937) "Notice historique sur les Balunda", *Congo,* 1, 4, pp. 426-38; 1, 5, pp. 548-62; 2, 2, pp. 193-208.
VAN DER BURGT, J. M. (1903) *Dictionnaire français-kirundi* (Bois-le-Duc: Société de l'illustration catholique), 648 pp.
VAN DER KERKEN, G. (1944) *L'ethnie mongo* (Brussels: Institut royal colonial belge).
VAN GENNEP, A. (1904) *Tabou et totémisme à Madagascar* (Paris: E. Leroux, Mondes d'Outre-mer, série Histoire).
VAN NOTEN, F. (1972) *Les tombes du roi Cyirima Rujugira et de la reine Nyirayuhi Kanjogera: description archéologique* (Tervuren: MRAC), 82 pp.
VAN OVERBERGH, C. (1908) *Les Basonge* (Brussels: A. de Witt), 564 pp.
VANSINA, J. (1961) *De la tradition orale; essai de méthode historique* (Tervuren: MRAC, Mémoire N. 36).
VANSINA, J. (1962A) "A comparison of African kingdoms", *Africa,* 32, 4, pp. 218-39.
VANSINA, J. (1962B) *L'évolution du royaume Rwanda des origines 1900* (Brussels: ARSOM), 100 pp.
VANSINA, J. (1962C) "Long-distance trade routes in Central Africa", *JAH,* 3, 3, pp. 375-90.
VANSINA, J. (1963) "Note sur l'origine du royaume du Congo", *JAH,* 4, pp. 33-8.
VANSINA, J. (1965) *Les anciens royaumes de la savane* (Léopoldville: IRES), 250 pp.
VANSINA, J. (1966A) *Kingdoms of the Savanna: A History of Central African States until the European Occupation,* trad. de *Les anciens royaumes de la savanne* (Madison: UWP), 364 pp.
VANSINA, J. (1966B) *Introduction à l'ethnographie du Congo* (Kinshasa: Université Lovanium, Editions universitaires du Congo, N. 1), 227 pp.
VANSINA, J. (1967) "Note sur la chronologie du Burundi ancien", *BARSOM,* 3, pp. 429-44.
VANSINA, J. (1971) "Once upon a time: oral traditions as history in Africa", *Daedalus,* 100, 2, pp. 442- 68.
VANSINA, J. (1972) *La légende du passé: Traditions orales du Burundi* (Tervuren: MRAC), 257 pp.
VANSINA, J. (1973A) "L'influence du mode de compréhension historique d'une civilisation sur ses traditions d'origine", *BARSOM,* pp. 220-40.
VANSINA, J. (1973B) *The Tio Kingdom of the Middle Congo, 1880-1892* (London: OUP), 586 pp.
VANSINA, J. (1974) "Les langues bantoues et l'histoire", in Mélanges H. Deschamps (Paris), pp. 171-84.

VANSINA, J. (1978) *The Children of Woot: A History of the Kuba Peoples* (Madison: UWP), 394 pp.
VANSINA, J. (1978) "Finding food and the history of pre-colonial Equatorial Africa: a plea", *AEH, 7,* pp. 9-19.
VANSINA, J. (1981) "Tentative hypothesis: Long-term population history in the African rain forests", in C. Fyfe e D. McMaster (eds.), vol. 2, pp. 757-60.
VANSINA, J. (1983A) "Is elegance proof? Structuralism and African history", *HA,* 10, pp. 307-48.
VANSINA, J. (1983B) "The peoples of the forest", in D. Birmingham e P. Martin (eds.), pp. 75-117.
VANSINA, J. (1984A) "Equatorial Africa and Angola: migrations and the first states", in D. T. Niane (ed.), pp. 551-77.
VANSINA, J. (1984B) "Western Bantu expansion", *JAH,* pp. 131-49.
VAN THIEL, H. (1911) "Buzinza unter der Dynastie der Bahinda", *Anthropos,* pp. 497-520.
VAN VELSEN, J. (1959) "Notes on the history of the lakeside Tonga of Nyasaland", *AS,* 18, 3, pp. 105- 17.
VAN WING, J. E PENDERS, C. (1928) *Le plus ancien dictionnaire bantu* (Leuven: Bibl. CXXVII).
VELLUT, J. L. (1972) "Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine 1700-1900", *EHA,* 3, pp. 61-166.
VERHULPEN, E. (1936) "Baluba et Balubaises du Katanga" (Anvers: Les éditions de l'avenir belge).
VÉRIN, P. (1971) "Notes sur les collections de Vohémar", *Taloha,* 4, pp. 225-9.
VÉRIN, P. (1975) *Les échelles anciennes du commerce sur les côtes nord de Madagascar* (2 vols., Lille: University of Lille).
VERLINDEN, C. (1957) "La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l'économie métropolitaine et coloniale portugaise", in *Studi in Onore di A. Sapori,* vol. I (Milan).
VERLINDEN, C. (1971) "Die überseeischen Kolonialreiche", in *Saeculum Weltgeschichte,* 6, pp. 73-122.
VIAL, M. (1954) "La royauté Antankarana", *BAM,* 92, pp. 3-26.
VIDAL, C. (1967) "Anthropologie et histoire: le cas du Ruanda", *CIS,* pp. 143-57.
VIDAL, C. (ED.) (1974) "Le problème de la domination étatique au Rwanda: histoire et économie", *CEA,* 53, pp. 1-191.
VIENNE, E. (1900) *Notice sur Mayotte et les Comores* (Exposition universelle).
VILA VILAR, E. (1977A) "The large-scale introduction of Africans into Vera Cruz and Cartagena", in V. Rubin e A. Tuden (eds.), pp. 267-80.
VILA VILAR, E. (1977B) *Hispano-America y el comercio de esclavos: los asientos portugueses* (Seville: Escuela de Estudios hispanoamericanos).

VIX, A. (1911) "Beitrag zur Ethnologie des Zwischenseengebiets von Deutsch--Ostafrika", *ZFE,* 43, 3/4, pp. 502-15.

AL-WAFRANI, MUHAMMAD AL-SAGHIR (1888-9) *Muzhat al-Hadi,* trad. de O. Houdas (Paris: E. Leroux).

WAGNER, E. (1975) "Imamat und Sultanat in Harar", *Saeculum,* 26, pp. 283-92.

WAGNER, E. (1976) "Die Chronologien de frühen muslimischen Herrscher in Äthiopien nach den Harariner Emirislisten", in *Festschrift Eugen Ludwig Rapp* (Meisenheim-an-der-Glan), pp. 186-204.

WAGNER, E. (1979) "Neues Material zur 'Ausa-Chronik', in *Festschrift Hans Robert Roemer* (Beirut: Fritzsteiner-Austria), pp. 657-73.

WALKLEY, C. E. J. (1935) "The story of Khartoum", *SNR,* 18, Part 2, pp. 221-41.

WALLERSTEIN, I. (1974) *Capitalist Agriculture and Organ of the European World Economy in the Sixteenth Century* (London: Academic Press).

WALLERSTEIN, I. (1976) "The three stages of African involvement in the world economy", in P. C. W. Gutkind e I. Wallerstein (eds.), *The Political Economy of Contemporary Africa* (London: Sage Publications), pp, 30-57.

WALTER, B. J. (1970) "Territorial expansion of the Nandi of Kenya, 1500-1905" (Tese de Doutoramento, OHCIS).

WALVIN, J. (1972) *The Black Presente: A Documentary History of the Negro in England* (New York: Schocken Books).

WALVIN, J. (1973) *Black and White: the Negro and English Society,* 1555-1945 (London: Allen Lane and Penguin Press), 273 pp.

WALZ, T. (1975) "The trade between Egypt and *Bilad al-Sudan,* 1700-1820" (Tese de doutoramento, Boston University).

WARREN, R. (1980) *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (London: NLB and Verso).

WEATHERBY, J. (1979) "The rain drums of the Sor", in J. B. Webster (ed.), pp. 313-31.

WEBSTER, J. B. (1976A) "Lira Palwo: an expanding Acholi state", in Onyango-ka--Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 291-319.

WEBSTER, J. B. (1976B) "Noi! Noi! Famine as an aid to interlacustrine chronology", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 1-37.

WEBSTER, J. B. (1977) "Ivory and slaves and the southwestern expansion of the Yao", (History research paper, Chancellor College, University of Malawi).

WEBSTER, J. B. (ED.) (1979A) *Chronology, Migration and Drought in Interlacustrine Africa* (London: Longman and Dalhousie University Press), 345 pp.

WEBSTER, J. B. (1980) "Drought, migration and chronology in the Lake Malawi littoral", *TJH,* 9, 1- 2, pp. 70-90.

WEBSTER, J. B. (?) "Otuke and Mugoro: the age of Asonya", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.

WEBSTER, J. B. (?) *The Palwo-Pakoyo Exodus, 1680-1760.*

WEBSTER, J. B. (?) "The second Babito dynasty in Bunyoro-Kitara and the formation of the new states, *c.* 1650-1780", in D. Denoon (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. 2.

WEBSTER, J. B. (?) *Nyilak and Nyipir: Hero Ancestors of the Alur.*

WEBSTER, J. B. *et al.* (1973) *The Iteso During the Asonya* (Nairobi: EAPH), 189 pp.

WEISKEL, T. C. (1980) *French Colonial Rule and the Baule Peoples, 1889-1911* (Oxford: Clarendon Press), 323 pp.

WERE, G. S. (1967) *A History of the Abaluyia of Western Kenya c.1500-1930* (Nairobi: EAPH), 206 pp.

WERE, G. S. E WILSON, D. A. (1968 e 1972) *East Africa through a Thousand Years* (Nairobi: Evans Bros.), 344 pp; seg. ed., 1972.

WHEELER, A. (?) "Mwenge and Kitagwenda", in D. Denoon (ed.) (?).

WHITE, C. M. N. (1962) "The ethno-history of the Upper Zambeze", *AS,* 21, pp. 10-27.

WILBUR, C. M. (1967) *Slavery in China during the Former Han Dynasty* (New York: Russell and Russell).

WILKS, I. G. (1957) "The rise of the Akwamu Empire, 1650-1710", *THSG,* 3, 2, pp. 99-136.

WILKS, I. G. (1960) "The Ashanti kings in the eighteenth *century*", *JAH,* I, 1, pp. 83-96.

WILKS, I. G. (1961) *The Northern Factor in Ashanti History* (Legon-Accra: IAS, University College of Ghana), 46 pp.

WILKS, I. G. (1962A) *The Tradition of Islamic Learning in Ghana* (Legon).

WILKS, I. G. (1962B) "A Medieval trade-route from the Niger to the Gulf of Guinea", *JAH,* 3, 2, pp. 337-41.

WILKS, I. G. (1962C) "The Mande loan element in Twi", *GNQ*, 4, pp. 26-8.

WILKS, I. G. (1965) "A note on the early spread of Islam in Dagomba", *THSG*, 8, pp. 87-98.

WILKS, I. G. (1966A) "Aspects of bureaucratization in Ashanti in the 19th century", *JAH*, 7, pp. 215- 32.

WILKS, I. G. (1966B) "The position of Muslims in Metropolitan Ashanti in the early nineteenth century", in I. M. Lewis (ed.), pp. 318-23.

WILKS, I. G. (1971A) "The Mossi and Akan states, 1500-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 344-141.

WILKS, I. G. (1971B) "Asante policy towards the Hausa trade in the 19th century", in C. Meillassoux (ed.), pp. 124-141.

WILKS, I. G. (1975) *Asante in the Nineteenth Century: The Structure and Evolution of a Political Order* (Cambridge: CUP), 800 pp.

WILLAN, T. S. (1959) *Studies in Elizabethan Foreign Trade* (Manchester: MUP), 349 pp.
WILLIAM-MYERS, A. J. (1978A) "The Nsenga of Central Africa: political and economic aspects of clan history, 1700-1900" (Tese de doutoramento, UCLA, Los Angeles).
WILLIAM-MYERS, A. J. (1978B) "Nsenga historical texts: interviews from Petauke and Feira districts of Zambia" (não publicado; cópias na University of California, Los Angeles, e Department of History, University of Malawi).
WILLIAMS, E. (1970) *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492--1969* (London: Andre Deutsch), 576 pp.
WILLIAMSON, K. (1971) "The Benue-Congo languages and Ijo", in J. Berry e J. H. Greenberg (eds.), *Linguistics in Sub-Saharan Africa* (Mouton), pp. 245-306.
WILLIS, J. R. (1971) "The Western Sudan from the Moroccan invasion to the death of al-Mukhtar al-Kunti" in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 441-83.
WILLIS, J. R. (1981) *A State in the Making* (Bloomington, Ind.).
WILLIS, R. G. (1968) "The Fipa", in A. D. Roberts (ed.), 1968(a), pp. 82-95.
WILSON, A. (1972) "Long-distance trade and the Luba Lomani empire", *JAH*, 13, 4, pp. 575-89.
WILSON, A. (1978) "The kingdom of Kongo to the mid-seventeenth century" (Tese de Doutoramento, London University).
WILSON, A. (1979) "The kingdom of Kongo in the 16th and 17th centuries" (título aproximado) (dissertação, SOAS, London).
WILSON, J. F. M. (?) "Guineafowl and bushbuck in Toro", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.
WILSON, J. F. M. (?) "The foundations of Toro kingdom, 1830-1860", in D. Denoon (ed.), (?).
WILSON, M. (1958) *Peoples of the Nyasa-Tanganyika Corridor* (Cape Town: AS), 75 pp.
WILSON, M. (1969A) "The Sotho, Venda and Tsonga", in M. Wilson e L. Thompson (eds.), vol. 1, pp. 131-86.
WILSON, M. (1969B) "The Nguni people", in M. Wilson e L. Thompson (eds.), vol. I.
WILSON, M. E THOMPSON, L. M. (EDS) (1969, 1971) *The Oxford History of South Africa* (Oxford: Clarendon Press), 2 vols.
WOLFF, J. (1964) *Negersklaveri und Negerhandel in Hochperu 1545-1640 in Lateinamerika* (Köln: Böhlan-Verlag).
WOMERSLEY, H. (1984) "Legends and the history of the Luba", in T.Q Reefe (ed.), *Legends and History of the Luba* (Los Angeles: Cross Roads Press).
WONDJI, C. (1973-80) *Enquêtes orales en pays neyo, bété, godie et dida,* (não publicado).

WRIGHT, A. C. A. (1989) "Maize names as indicators of economic contacts", *UJ*, 13, pp. 6-81.

WRIGHT, J. (1971) *Bushman Raiders of the Drakensberg, 1840-1870* (Pietermaritzburg: University of Natal Press), 235 pp.

WRIGHT, J. (1977) "San history and non-San historians", in *The Societies of Southern Africa in the 19th and 20th Centuries,* vol. 8 (London).

WRIGLEY, C. C. (1958) "Some thoughts on the Bachwezi", *UJ*, 22, 1, pp. 11-21.

WRIGLEY, C. C. (1981) "Population and history: some innumerate reflexions", in *African Historical Demography Vol. II: Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh, 24th and 25th April* 1981 (Edinburgh: University of Edinburgh), pp. 17-31.

WRIGLEY, E. A. (1983) "The growth of population in eighteenth-century England: A conundrum resolved", *PP*, 98 (Fevereiro).

WUNDER, H. (1978) "Peasant organization and class conflict in East and West Germany", *PP, 78,* pp. 47-55.

YAHYA, D. (1981) *Marocco in the 16th century* (Ibadan: Humanities Press).

YODER, J. C. (1977) "A people on the edge of cmpires: a history of the Kanyok of Central Zaire (Tese de Doutoramento, Northwestern University).

YODER, J. C. (1980) "The historical study of a Kanyok genesis myth: the tale of Citend a Mfumu", in J. C. Miller (ed.), pp. 82-107.

YOUNG, T. C. (1932/1971) *Notes on the History of the Tumbuka-Kamanga Peoples in the Northern Province of Nyasaland* (London: The Religious Tract Society); ed., 1971 (London: Frank Cass).

ZAHAN, D. (1958) "La notion d'écliptique chez les Bambara et les Dogon du Soudan français", *NA*, 80, October, pp. 108-11.

ZAHAN, D. (1960) *Sociétés d'initiation bambara: le N'domo; le Kore* (Paris/The Hague: Mouton), 438 pp.

ZAHAN, D. (1967) "The Mossi kingdoms", in C. D. Forde e P. M. Kaberry (eds.), pp. 152-78.

ZARNCKE, F. (1876-9) *Der Priester Johannes* Abhdl.d.philhist.Cl.d.kgl. sachs. Ges.d.Wiss., vols. 7 e 8 (Leipzig: Hirzel S. Verlag).

ZELTNER, J. C. (1979) *Les Arabes dans la région du lac Tchad* (Sarh, Chad: Centre d'études linguistiques, Collège Charles Lwanga).

ZURARA, G. E. DE. (1896, 1899) *Cronica dos feitos de Guiné (The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea),* tradução do inglês e edição de C. R. Beazley e E. Prestage (2 vols., London: Hakluyt Society, ns. 95 e 100).

ZUURE, B. (1929) *Croyances et pratiques religieuses des Barundi* (Brussels: Essorial), 208 pp.

ZWANENBERG, VAN R. M. A. E KING, A. (1975) *An Economic History of Kenya and Uganda – 1800-1970* (Nairobi: Macmillan), 326 pp.

ZWANENBERG, VAN R. M. A. E KING, A. (?) “Retracing the footsteps of Mukama”, in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.

ZWANENBERG, VAN R. M. A. E KING, A. (?) “Emergence and crisis: the state of Busoga”, in D. Denoon (ed.) (?).

Índice remissivo

Ministério
da Educação

UNESCO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VOLUMES I-VIII

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não podem apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando com as devidas precauções fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer em bases sólidas a historicidade de suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam nesta obra tiveram o cuidado de questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que melhor permitissem acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em seus contextos socioculturais específicos.

Esta Coleção traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a “clandestinidade” política e cultural, a participação constante e maciça dos descendentes de africanos nas primeiras lutas pela independência, assim como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de Humanidade.

Outro aspecto ressaltado nesta obra são as relações da África com o sul da Ásia através do oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações por um processo de trocas mútuas.

Avaliando o atual estágio de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de mostrar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.

Nesse contexto, é de suma importância a publicação dos oito volumes da *História Geral da África* que ora se apresenta em sua atual versão em português como fruto da parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).